



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2651

Quarta-feira - 10 de Outubro de 2018

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Abdon Batista .....	3	Dionísio Cerqueira .....	270	Major Vieira .....	553
Agronômica .....	9	Ermo .....	271	Maracajá .....	555
Água Doce .....	10	Flor do Sertão .....	276	Maravilha .....	557
Águas de Chapecó .....	14	Formosa do Sul .....	277	Marema .....	558
Alto Bela Vista .....	16	Forquilha .....	278	Massaranduba .....	560
Anchieta .....	18	Fraiburgo .....	312	Matos Costa .....	572
Angelina .....	19	Galvão .....	322	Meleiro .....	574
Antônio Carlos .....	32	Garopaba .....	325	Modelo .....	575
Arabutã .....	33	Gaspar .....	326	Mondaí .....	576
Arroio Trinta .....	35	Governador Celso Ramos .....	328	Morro Grande .....	577
Balneário Piçarras .....	36	Grão Pará .....	329	Navegantes .....	578
Bandeirante .....	39	Guaraciaba .....	332	Nova Itaberaba .....	602
Barra Bonita .....	40	Guaramirim .....	333	Nova Trento .....	603
Barra Velha .....	42	Guarujá do Sul .....	334	Nova Veneza .....	605
Bela Vista do Toldo .....	45	Herval d'Oeste .....	335	Novo Horizonte .....	609
Belmonte .....	51	Ibiam .....	343	Orleans .....	610
Benedito Novo .....	52	Ibicare .....	344	Palhoça .....	623
Biguaçu .....	56	Ibirama .....	346	Palma Sola .....	629
Blumenau .....	58	Ilhota .....	348	Palmeira .....	630
Bom Jesus do Oeste .....	84	Imarui .....	356	Papanduva .....	633
Bom Retiro .....	91	Imbituba .....	359	Paraíso .....	634
Botuvera .....	92	Imbuia .....	362	Passo de Torres .....	635
Braço do Trombudo .....	94	Indaial .....	363	Paulo Lopes .....	640
Brunópolis .....	149	Iomerê .....	366	Penha .....	648
Brusque .....	150	Ipira .....	368	Peritiba .....	662
Caçador .....	159	Iporã do Oeste .....	374	Pinhalzinho .....	663
Caibi .....	163	Ipumirim .....	377	Pinheiro Preto .....	664
Camboriú .....	165	Iraceminha .....	379	Pomerode .....	668
Campo Alegre .....	167	Irani .....	380	Porto Belo .....	670
Campos Novos .....	179	Iratí .....	381	Porto União .....	676
Canelinha .....	197	Irineópolis .....	382	Pouso Redondo .....	682
Canoinhas .....	199	Itá .....	386	Princesa .....	683
Capinzal .....	208	Itapiranga .....	388	Quilombo .....	686
Catanduvas .....	213	Itapoá .....	396	Rancho Queimado .....	687
Caxambu do Sul .....	218	Ituporanga .....	401	Rio do Campo .....	688
Celso Ramos .....	219	Jaborá .....	415	Rio do Oeste .....	689
Chapadão do Lageado .....	220	Jaraguá do Sul .....	420	Rio do Sul .....	693
Chapecó .....	227	Jardinópolis .....	509	Romelândia .....	702
Cocal do Sul .....	229	Joaçaba .....	510	Santa Rosa do Sul .....	714
Concórdia .....	231	José Boiteux .....	532	Santa Terezinha do Progresso .....	715
Cordilheira Alta .....	249	Lages .....	534	Santiago do Sul .....	716
Coronel Freitas .....	251	Laguna .....	535	São Bento do Sul .....	717
Coronel Martins .....	252	Lauro Muller .....	538	São Carlos .....	719
Correia Pinto .....	262	Leoberto Leal .....	542	São Francisco do Sul .....	724
Corupá .....	263	Lontras .....	543	São João Batista .....	751
Cunha Porã .....	265	Luiz Alves .....	544	São João do Oeste .....	758
Cunhataí .....	267	Luzerna .....	546	São João do Sul .....	759
Curitibanos .....	268	Macieira .....	548	São Joaquim .....	761
Descanso .....	269	Mafrá .....	551	São José .....	766





# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2651

Quarta-feira - 10 de Outubro de 2018

Florianópolis/SC

## Sumário

São José do Cedro.....	783	Sul Brasil .....	847	Urubici .....	875
São Lourenço do Oeste.....	798	Tangará .....	848	Urussanga .....	876
São Miguel do Oeste.....	808	Tigrinhos .....	851	Vargeão.....	878
São Pedro de Alcântara.....	815	Tijucas .....	853	Vidal Ramos.....	879
Saudades.....	819	Timbó .....	857	Videira.....	880
Schroeder .....	820	Treze Tílias .....	862	Vitor Meireles.....	888
Seara .....	828	Trombudo Central.....	865	Xanxerê.....	899
Serra Alta .....	830	Tunápolis.....	868	Xavantina .....	902
Siderópolis.....	846	União do Oeste .....	873		

## Consórcios

CIGA .....	903
CIMVI.....	919
CIS/AMARP .....	921
CVC.....	923
CIAPS.....	990
CONDER.....	990



# Abdon Batista

## PREFEITURA

### PORTARIA 271 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1769626

Portaria nº 271/2018

Concede Férias ao Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: FIDELIS DE ASSIS BESEN, ocupante do cargo em provimento efetivo de Motorista, referente ao período aquisitivo de 02.03.2017 a 01.03.2018.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 01 a 30 de outubro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 01 de outubro de 2018.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

### PORTARIA 272 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1769628

Portaria nº 272/2018

Concede Férias ao Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: ROBSON SANTOS FERREIRA JUNIOR, ocupante do cargo em caráter temporário de Fisioterapeuta, referente ao período aquisitivo de 03.04.2017 a 02.04.2018.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 01 a 30 de outubro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 01 de outubro de 2018.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

### PORTARIA 273 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1769630

Portaria nº 273/2018

Concede Férias ao Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: FABIANO MECABO, ocupante do cargo em provimento efetivo de Operador de Máquinas, referente ao período aquisitivo de 01.11.2016 a 31.10.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 01 a 30 de outubro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 01 de outubro de 2018.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

## **PORTARIA 274 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1769631

Portaria nº 274/2018

Concede Férias ao Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: TEREZINHA SANTIN BORTOLI, ocupante do cargo em provimento efetivo de Servente, referente ao período aquisitivo de 01.11.2016 a 31.10.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 01 a 30 de outubro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 01 de outubro de 2018.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

## **PORTARIA 275 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1769632

Portaria nº 275/2018

Concede Licença Prêmio a Professora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 70 da Lei 420/2002;

Resolve:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a: JANETE BORTOLI MOCELIN, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, nomeada pela portaria nº 010/92, referente ao quinquênio de 03.02.1997 à 03.02.2002.

Art. 2º - O período de gozo da licença Prêmio será de 90 (noventa) dias, compreendidos entre: 01 de outubro à 29 de dezembro de 2018.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 01 de outubro de 2018.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra mencionada



**PORTARIA 276 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1769633

PORTARIA Nº 276/2018  
CONTRATA CONSELHEIRA TUTELAR QUE MENCIONA

LUCIMAR ANTONIO SALMORIA, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conformidade com a Lei 450/2004, edital nº 01/2015 e;

Considerando que a titular Gislaine Nissel está em gozo de férias;  
Considerando classificação através de Eleição e a necessidade de conselheiro tutelar para atender a demanda de trabalhos;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR em Caráter Temporário IVONETE TEREZINHA GUZATTI, portadora do CPF nº 799.927.819-04, para o Cargo de Conselheira Tutelar, carga horária 40h/semanais, do quadro de Pessoal do Poder Executivo, com vencimento e vantagens previstas em lei.

Art. 2º - A vigência do contrato está condicionado ao período de gozo de férias da titular (01 à 30 de outubro de 2018).

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista- SC, em 01 de outubro de 2018.  
LUCIMAR ANTONIO SALMORIA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra mencionada

**PORTARIA 277 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1769634

Portaria nº 277/2018  
NOMEIA SERVIDORA EM CARGO COMISSINADO

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a lei complementar nº 033/2013;

**Resolve:**

Art.1º - Nomear ANA PAULA MECABO, portadora do CPF nº 088.234.909-01, para responder pelas funções do cargo de Provimento em Comissão de Secretária de Gabinete, com vencimento e vantagens previstas em lei, a partir de 01 de outubro de 2018.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Abdon Batista – SC, em 01 de outubro de 2018  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

**PORTARIA 278 DE 04 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1769635

Portaria nº 278/2018  
Concede Férias ao Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

**Resolve:**

Art. 1º - Conceder Férias à: CLÓVIS VARELA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo em provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 08.03.2017 a 07.03.2018.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 04 de outubro à 02 de novembro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 04 de outubro de 2018.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

**DECRETO 96\_2018**

Publicação Nº 1769667

**DECRETO Nº 000096/18 de 28 de Setembro de 2018**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ABDON BATISTA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ABDON BATISTA e autorização contida na Lei Municipal nº 000944/17 de 29 de Dezembro de 2017.

**DECRETA:**

**Art. 1º -** Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 67.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - PODER EXECUTIVO

02.03 - SECRETARIA E EDUCAÇÃO

02.03.12.361.0005.2.016-3.1.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

67.000,00

**Art. 2º -** Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - PODER EXECUTIVO

02.03 - SECRETARIA E EDUCAÇÃO

02.03.12.361.0005.2.016-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

67.000,00

**Art. 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 28 de Setembro de 2018**

\_\_\_\_\_  
LUCIMAR ANTONIO SALMÓRIA  
Prefeito Municipal

DEISE

**DECRETO 97\_2018**

Publicação N° 1769670

**DECRETO N° 000097/18 de 28 de Setembro de 2018**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ABDON BATISTA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ABDON BATISTA e autorização contida na Lei Municipal nº 000944/17 de 29 de Dezembro de 2017.

**DECRETA:**

**Art. 1º -** Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 188.274,58 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

03.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

03.01.10.301.0015.2.045-3.1.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

188.274,58

**Art. 2º -** Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

03.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

03.01.10.301.0015.2.045-3.1.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

188.274,58

**Art. 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 28 de Setembro de 2018**

\_\_\_\_\_  
LUCIMAR ANTONIO SALMORIA  
Prefeito Municipal

DEISE

# Agronômica

## PREFEITURA

### Decreto Nº 061/2018

Publicação Nº 1769731

DECRETO N.º 061/2018 DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.

#### "SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA"

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito do Município de Agronômica Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do Art. 79, da Lei Orgânica Municipal, e,

#### CONSIDERANDO:

-Que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal, permitem-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

-O disposto no Art. 10º da Lei nº. 1.112/2017 de 15 de dezembro de 2017, que autoriza nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº. 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% da Receita Estimada,

- Que o Inciso I do Artigo 10º da Lei nº. 1.112/2017, autoriza a utilizar o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

-Que a dotação nº. 64 do Departamento Municipal de Obras, encontra-se insuficiente para atender os dispêndios orçamentários até o final do exercício financeiro de 2018.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar, no orçamento geral do município, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no título da dotação orçamentária conforme abaixo:

Despesa – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas (64)

Programa – 31– Saúde para Todos

Ação – 2.25 – Manutenção da Iluminação Pública - COSIP

Unidade – 6001 – Departamento Municipal de Obras

Função – 25 – Energia

Subfunção – 752 – Energia Elétrica

Valor R\$ 50.000,00

Fonte de Recurso: 0.1.08 – Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – COSIP (119).

Art. 2º - Fica suplementado o artigo 1º por conta do excesso ou provável excesso de arrecadação verificado até o final do mês de dezembro de 2018, no importe de R\$ 50.000,00, fonte de recursos 0.1.08 – Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – COSIP (119)

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 10 de outubro de 2018.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Registrado e publicada na presente data

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO

Diretor do Departamento de Administração e Finanças

# Água Doce

## PREFEITURA

**353/2018**

Publicação Nº 1770490

PORTARIA Nº 353/2018 – DE 10 DE OUTUBRO DE 2018

“CONFERIR DESISTÊNCIA TÁCITA DO CONCURSO PÚBLICO 015/2014 – VAGA EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Artigo 1º Conferir desistência tácita, por não comparecimento no prazo legal, do Concurso Público 015/2014, de LUCIANA ZAMBILLO PALMA, referente ao cargo em caráter temporário de Odontóloga, conforme convocação em anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 10 de outubro de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Diretora Dpto Recursos Humanos

**CONVOCAÇÃO CAMILA ZONIN**

Publicação Nº 1770491

**CONVOCAÇÃO**

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o (a) Senhor (a) CAMILA ZONIN, aprovada no Concurso Público 015/2014, no cargo de Odontóloga, para apresentar-se em quinze dias, contados a partir desta convocação, para tomar posse do cargo em caráter efetivo.

O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 10 de outubro de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 127/2018**

Publicação Nº 1770141

DECRETO Nº 127/2018 - DE 02 DE OUTUBRO DE 2018

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo nº 26 da Lei nº 2.544, de 05 de dezembro de 2017,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.544 de 05 de dezembro de 2017, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais).

Parágrafo Único. O recurso a que se refere o “caput” deste artigo serão para manutenção do Transporte Escolar e CME.

Art. 2º. Ficam suplementados no orçamento vigente os elementos de despesas 3.3.90.00.00.0086/83 e 3.3.90.00.00.0679/115 Aplicações Diretas, com as seguintes classificações orçamentárias:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

01 DEPTO. DE ENSINO

12.361.0010.2.019 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.3.90.00.00.0086/83 Aplicações Diretas ..... R\$ 100.000,00

04 DEPTO. DE ESPORTES

27.812.0016.2.035 MANUTENÇÃO DA C.M.E

3.3.90.00.00.0679/115 Aplicações Diretas ..... R\$ 15.000,00

TOTAL ..... R\$ 115.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação verificado nas rubricas de impostos - recursos Próprios Impostos – Educação.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 02 de outubro de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 128/2018

Publicação Nº 1770158

DECRETO Nº 128/2018 – DE 03 DE OUTUBRO DE 2018

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo nº 26 da Lei nº 2.544, de 05 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.544 de 05 de outubro de 2017, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 12.608,00 (doze mil e seiscentos e oito reais).

Parágrafo Único. O recurso a que se refere o “caput” deste artigo serão para manutenção da Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 4.4.90.00.00.0679/133 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

08 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	
02 DEPTO. DE INFRAESTRUTURA RURAL	
26.782.0019.1.017 CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS	
4.4.90.00.00.0679/133 Aplicações Diretas .....	R\$ 12.608,00
TOTAL .....	R\$ 12.608,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação verificado nas rubricas de impostos - recursos Próprios.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 03 de outubro de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 129/2018

Publicação Nº 1770167

DECRETO Nº 129/2018 – DE 04 DE OUTUBRO DE 2018

“SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E REAVALIAÇÃO DE BENS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no art. 72, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município e art. 69, parágrafo único da Lei Complementar Municipal n. 058/2009, de 09 de junho de 2009,

DECRETA:

Art. 1º. Fica substituído o membro da COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E REAVALIAÇÃO DE BENS do Município de Água Doce - SC: BELMIR DOTTA pelo seguinte: LAERTE NIVALDO DOS SANTOS, servidor efetivo no cargo de motorista, matrícula n. 1347.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 04 de outubro de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 130/2018**

Publicação Nº 1770171

DECRETO Nº 130/2018 - DE 04 DE OUTUBRO DE 2018

**"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 26 da Lei nº 2.544, de 05 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.544 de 05 de dezembro de 2017, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 189.900,00 (cento e oitenta e nove mil e novecentos reais).

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para aquisição de veículo para transporte escolar com recursos repassados pelo FNDE.

Art. 2º. Fica criado no orçamento vigente o elemento de despesa 4.4.90.00.00.0142/217 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

01 DEPTO DE ENSINO

12.361.0010.1.005 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR

4.4.90.00.00.00.0142/217 Aplicações Diretas ..... R\$ 189.900,00

TOTAL ..... R\$ 189.900,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o excesso de arrecadação verificado nas receitas de Outras Transferências do FNDE.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 04 de outubro de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 131/2018**

Publicação Nº 1770173

DECRETO Nº 131/2018 - DE 08 DE OUTUBRO DE 2018

**"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo nº 26 da Lei nº 2.544, de 05 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.544 de 05 de dezembro de 2017, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 9.403,00 (nove mil e quatrocentos e três).

Parágrafo Único. O recurso a que se refere o "caput" deste artigo será para manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.3.90.00.00.0679/16 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS

04.122.0003.2.008 REALIZAÇÃO DE TESTES SELETIVOS/CONCURSO PÚBLICO

3.390.00.00.0679/16 Aplicações Diretas ..... R\$ 9.403,00

TOTAL ..... R\$ 9.403,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação verificado nas rubricas de impostos - recursos Próprios.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.



Prefeitura Municipal de Água Doce, 08 de outubro de 2018.  
ANTONIO JOSÉ BISSANI  
Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 132/2018**

Publicação Nº 1770180

DECRETO Nº 132/2018 - DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE ÁGUA DOCE/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE-SC, no uso de da atribuição que lhe confere a Lei Ordinária Municipal n. 2.332, de 22 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituído o membro DAIANE FREITAS DE OLIVEIRA, integrante titular da Representação Governamental da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social - Setor de Saúde de Água Doce, nomeada pelo Decreto n. 044/2017, pela seguinte: BRUNA SUMNY POZZOBON NOVELLO, matrícula n. 21595.

Art. 2º Ficam mantidos os demais membros nomeados pelo Decreto n. 044/2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Água Doce, 08 de outubro de 2018.  
ANTONIO JOSÉ BISSANI  
Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 133/2018**

Publicação Nº 1770182

DECRETO Nº 133/2018 - DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DE ÁGUA DOCE/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE-SC, no uso de da atribuição que lhe confere a Lei Ordinária Municipal n. 2.092/2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituído o membro BELMIR DOTTA, integrante titular da Representação Governamental – Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS de Água Doce, nomeado pelo Decreto n. 005/2017, pelo seguinte: BRUNA SUMNY POZZOBON NOVELLO, matrícula n. 21595.

Art. 2º Ficam mantidos os demais membros nomeados pelos Decretos n. 114/2016, 005/2017 e 038/2018.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Água Doce, 08 de outubro de 2018.  
ANTONIO JOSÉ BISSANI  
Prefeito Municipal

# Águas de Chapecó

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº60-2018-OUTORGA DE PERMISSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO P/ REALIZAÇÃO DO CARNAVAL 2019.

Publicação Nº 1770367

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ- S/C.

AVISO LICITAÇÃO PROCESSO Nº 60/2018–Pregão Presencial Nº 45/2018.

O Município de Águas de Chapecó – SC, a partir do seu Prefeito Municipal leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade de Pregão Presencial do tipo regime “MAIOR OFERTA”.

**OBJETO:**  
OUTORGA DE PERMISSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA REALIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO DA ÁREA DO PARQUE DO CARNAVAL, DURANTE A REALIZAÇÃO DO CARNAVAL REGIONAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ EDIÇÃO 2019 NO PERÍODO DE 28 DE FEVEREIRO À 04 DE MARÇO DE 2019;

Credenciamento e Entrega de Envelopes: até as 08:00 horas do dia 29 de outubro de 2018.

ABERTURA: As 08h15 do dia 29 de outubro de 2018.

Licitação regida pela Lei Federal n.º8.666/93, Lei Federal nº 8.883/94, Lei Complementar 123/2006, Lei Federal nº10.520/202, Lei Orgânica Municipal e alterações vigentes.

Obs: O Edital de Licitação encontra-se disponível aos interessados na Prefeitura Municipal de Águas de Chapecó no seguinte endereço e horários: Rua Porto União, 968, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00hrs. [www.aguasdechapeco.sc.gov.br](http://www.aguasdechapeco.sc.gov.br); Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Compras, Licitações e Contratos desta Municipalidade pelo fone (0xx49) 3339.0855, EMAIL: [compras@aguasdechapeco.sc.gov.br](mailto:compras@aguasdechapeco.sc.gov.br);

Águas de Chapecó – SC, 09 de outubro de 2018.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 312/2018

Publicação Nº 1770281

PORTARIA Nº 312/2018 De 09 de Outubro de 2018	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o Art. 70, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e demais disposições legais vigentes;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido o gozo de férias para a servidora, conforme o quadro demonstrativo:

Matr.	Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Gozo
10488	ANDRIZE PEROSSO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	03.08.2017 a 02.08.2018	11.10.2018 a 09.11.2018

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria são por conta da dotação orçamentária Municipal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 09 de Outubro de 2018.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 159, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1769760

#### CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

#### RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal, FRANCARLO GOUVEA, matrícula 485, ocupante do cargo de ENFERMEIRO, no dia 04 de outubro de 2018, conforme atestados médicos expedidos pelo Dr. Carlos Miguel Horta Aruca RMS-SC 4200590 e pelo Dr. Aldo Adriano Schneider CRM-SC 8035.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 09 de outubro de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER  
Responsável Pelas Publicações

### PORTARIA Nº 160, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1769761

#### CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

#### RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal, FRANCARLO GOUVEA, matrícula 485, ocupante do cargo de ENFERMEIRO, no dia 04 de outubro de 2018, conforme atestados médicos expedidos pelo Dr. Carlos Miguel Horta Aruca RMS-SC 4200590 e pelo Dr. Aldo Adriano Schneider CRM-SC 8035.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 09 de outubro de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER  
Responsável Pelas Publicações

**PREGÃO PRESENCIAL 051/2018**

Publicação Nº 1769833

**AVISO DE LICITAÇÃO**

O Município de Alto Bela Vista torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão PR51/2018, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Objeto da licitação: Registro de Preços para possível aquisição de cestas básicas destinadas aos servidores municipais, devidamente autorizada pela Lei Municipal nº665, de 06 de abril de 2015.

Data de entrega dos envelopes: 24/10/2018 às 08:50 horas no Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista. Rua do Comércio, 1015, Centro, CEP 89.730-000..

Data de abertura dos envelopes: 24/10/2018 às 09:00 horas na Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista. Rua do Comércio, 1015, Centro, CEP 89.730-000..

Edital na integra e demais informações, poderão ser consultadas no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br> ou solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Alto Bela Vista, fone (49) 3455-9022 ou e-mail [prefeitura@altobelavista.sc.gov.br](mailto:prefeitura@altobelavista.sc.gov.br).

Alto Bela Vista-SC, 5 de Outubro de 2018  
CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeito

# Anchieta

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 385/2018

Publicação Nº 1770126

PORTARIA Nº 385/2018  
De, 09 de outubro de 2018.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNA COMISSÃO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVAN JOSÉ CANCI, Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 84 da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a Lei Complementar nº 031/2011 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o que consta na Comunicação Interna da Secretaria Municipal de Agricultura nº 001/2018 informando sobre acidente ocorrido com o veículo Ford Ka MFO 1734 de propriedade do Município de Anchieta no dia 03 de setembro de 2018;

Considerando os deveres do servidor público descritos no Art. 93 da Lei Complementar nº 031/2011;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica instaurado Processo Administrativo Disciplinar em face de ELOE SCHVEIZER, ocupante do cargo em comissão de Secretário de Agricultura, matrícula nº 2432.

Art. 2º Fica nomeada a comissão responsável pelo Processo Administrativo Disciplinar conforme Decreto Municipal nº 171 de 06 de novembro de 2015 que designou como comissão permanente de processos administrativos disciplinares a servidora Leonita de Souza, o servidor Neori Hoppe e a servidora Vanusa Cantú.

Art. 3º Determino a apuração dos fatos visto que o ocorrido é passível de enquadramento no Art. 94 da Lei Complementar nº 031/2011.

Art. 4º O prazo para a conclusão do Processo Administrativo Domiciliar é de 60 (sessenta) dias podendo ser prorrogado pelo mesmo período.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Em 09 de outubro de 2018.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em data supra. Fernanda Cristina Segalin – Secretária de Administração e Gestão

# Angelina

## PREFEITURA

### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2018

Publicação Nº 1770419

#### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2018

O MUNICÍPIO DE ANGELINA, faz saber a quem possa interessar que realizará PROCESSO SELETIVO para preenchimento de vagas temporárias de categorias funcionais constantes nos Quadros de Pessoal da Administração Pública Municipal e para a formação de cadastro de reserva para o ano de 2019 o qual reger-se-á pelas instruções especiais contidas neste Edital e demais disposições legais vigentes.

#### 1. DO CRONOGRAMA DESTE CERTAME

DATA	ATO
09/10/2018	Publicação do Edital
09/10/2018 até às 23h59min do dia 08/11/2018	PERÍODO DE INSCRIÇÕES
09/10/2018 a 01/11/2018	Período para solicitar isenção do pagamento da taxa de inscrição
06/11/2018	Divulgação da lista de isentos do pagamento da taxa de inscrição
08/11/2018	Prazo para envio de laudo médico para candidatos portadores de necessidades especiais e para pedido de condições especiais para a realização das provas objetivas, conforme item 4.2 deste edital.
09/10/2018 a 09/11/2018	Prazo para impressão do boleto e para pagamento da taxa de inscrição
19/11/2017	Publicação da relação de inscritos e do local de provas
20/11/2018 e 21/11/2018	Prazo para recurso contra o indeferimento de inscrição
22/11/2018	Homologação das Inscrições (listagem oficial)
25/11/2018	Data provável para realização das provas objetivas e de títulos
25/11/2018	Publicação do gabarito provisório (após as 20 horas)
26/11/2018 e 27/11/2018	Prazo para recurso contra questões e gabarito
05/12/2018	Publicação do julgamento dos recursos contra questões e gabarito, publicação do gabarito definitivo e das notas e da classificação provisória
06/12/2018 e 07/12/2018	Prazo para recurso contra notas e classificação provisória
11/12/2018	Publicação do julgamento dos recursos contra notas e classificação provisória
A partir de 11/12/2018	Homologação do resultado final

1.1. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos e de recursos, intempéries e por decisão da Comissão de Coordenação e Fiscalização do Processo Seletivo e/ou da Comissão Executiva, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

#### 2. DOS CARGOS E DAS VAGAS

##### 2.1. Quadro de cargos, vagas, carga horária semanal, habilitação mínima e salário:

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	HABILITAÇÃO MÍNIMA	SALÁRIO
Professor de Anos Iniciais e Educação Infantil	CR	10h ou	Licenciatura Plena em Pedagogia.	R\$ 831,51
		20h		R\$ 1.663,02
Professor de Artes	CR	10h ou	Licenciatura Plena em Educação Artística e ou congêneres.	R\$ 831,51
		20h		R\$ 1.663,02
Auxiliar de Serviços Gerais	CR	40 h	Ensino Fundamental Completo	R\$ 1.222,07

(1) O Termo "Cadastro de Reserva (CR)" significa inexistência atual de vaga, destinando-se a reserva técnica para provimento de vagas que surgirem durante a vigência do Concurso.

2.2. Os candidatos que integrarem a lista de aprovados deverão manter seus endereços e contatos atualizados no setor de Recursos Humanos da prefeitura durante todo o período de validade do Processo Seletivo sob pena de perda da classificação.

2.3. As vagas serão preenchidas de acordo com a ordem de classificação.

2.3.1. O candidato aprovado no presente Processo Seletivo deverá acompanhar, através dos meios de comunicação da administração municipal, as vagas que possam surgir durante o período de validade do Processo Seletivo.

2.4. É de inteira responsabilidade, do candidato, acompanhar pela internet, através dos sites [www.sconconcursos.com.br](http://www.sconconcursos.com.br) e [www.angelina.sc.gov.br](http://www.angelina.sc.gov.br) as publicações de todos os atos e Editais relativos ao Processo Seletivo, inclusive alterações que porventura ocorram durante a realização do mesmo até sua homologação final.

2.5. Para a investidura no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir:

2.5.1 - Ter nacionalidade brasileira ou equivalente;

2.5.2 - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

2.5.3 - Ter aptidão física e mental, demonstrada por atestado médico e dos demais documentos de que trata este Edital, os quais são de responsabilidade do candidato;

2.5.4 - Comprovar habilitação mínima exigida pelo Edital;

2.5.5 - Carteira de Identidade;

2.5.6 - Cadastro de Pessoa Física – CPF;

2.5.7 - Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;

2.5.8 - Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);

2.5.9 - Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;

2.5.10 - Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos;

2.5.11 - Certidão de nascimento e carteirinha de vacinação dos filhos menores de 14 anos;

2.5.12 - Certidão de casamento ou união estável;

2.5.13 - 01 foto 3x4;

2.5.14 - PIS/PASEP (frente e verso);

2.5.15 - Número da conta corrente;

2.5.16 - Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda;

2.5.17 - Declaração de não possuir acúmulo de cargo ou função pública, exceto os previstos em Lei;

2.5.18 - Cópia da Carteira de Trabalho;

2.5.19 - Comprovante de endereço;

2.5.20 - Registro no Conselho de Classe, quando for o caso.

2.6 A admissão dos candidatos aprovados no Processo Seletivo dar-se-á conforme a Legislação vigente na instituição na data da admissão.

### 3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 A participação neste Processo Seletivo iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e condições estabelecidas neste edital.

3.2. A inscrição será efetuada apenas via internet sendo que o candidato deverá acessar o site ([www.sconconcursos.com.br](http://www.sconconcursos.com.br)) onde terá acesso ao Edital e seus Anexos, à ficha de inscrição e aos procedimentos necessários à efetivação da inscrição.

3.2.1. Antes de efetuar a inscrição o candidato deverá ler atentamente o Edital e seus Anexos para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para inscrição.

3.2.2. Os candidatos que não tiverem acesso à internet poderão fazê-lo no endereço: R. Manoel Lino Koerich, 80 - Centro, Angelina / SC, durante o horário normal de atendimento da Prefeitura Municipal.

3.3. O candidato deverá preencher integralmente o requerimento de inscrição, imprimir e pagar o boleto no valor da inscrição até a data limite constante no respectivo boleto.

3.3.1. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

3.3.2. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

3.3.3. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.

3.3.4. A inscrição só será aceita quando o Banco onde foi paga a taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento.

3.3.5. Não serão aceitas as inscrições pagas fora do prazo de vencimento ou com cheques sem provisão.

3.3.6. O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida, uma vez que o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Processo Seletivo.

3.3.7. Não será aceita inscrição via postal, por telex ou via fax, e-mail, extemporânea e/ou condicional ou ainda fora do prazo estabelecido.

3.4. O candidato deverá acompanhar este Edital, bem como a publicação da relação de candidatos inscritos para confirmar o processamento de sua inscrição; caso sua inscrição não tenha sido processada, o mesmo não poderá prestar provas, podendo impetrar pedido de recurso, conforme prazo determinado neste Edital.

3.5. A inscrição do candidato implicará a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele



estivessem transcritos e das quais não poderá alegar desconhecimento.

3.5.1. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Processo Seletivo.

3.5.2. Quaisquer dúvidas referentes a este Processo Seletivo poderão ser sanadas através do e-mail contato@scconcursos.com.br, ou do telefone (47) 3380-3903 no horário compreendido das 13h e 30min às 17h e 30min.

3.6. A Prefeitura Municipal de Angelina e a Empresa SC TREINAMENTOS não se responsabilizarão por solicitações de inscrição, via internet, não efetivadas por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão do documento relacionado neste Edital.

3.7. As informações prestadas no requerimento de inscrição são de total responsabilidade do candidato e, se falsas ou inexatas, determinam o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes mesmo que o candidato tenha sido aprovado e/ou que o fato seja constatado posteriormente.

3.8. Os candidatos poderão inscrever-se somente em um cargo.

3.8.1. Para o candidato que efetivar mais de uma inscrição, será considerada válida somente a última inscrição efetivada, desde que devidamente paga.

3.8.2. No caso de dupla inscrição não será admitida a utilização do pagamento da primeira para a segunda, devendo o candidato realizar a inscrição completa (inscrição + pagamento) para o cargo que pretende concorrer.

3.9. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo encaminhando requerimento preenchido (Anexo II) via postal por SEDEX com AR até o último dia de inscrição, indicando claramente quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.).

3.9.1. No exterior do envelope deverão constar as seguintes informações:

Destinatário: SC Treinamentos  
Rua Benjamin Constant 823, Loja 2 Sala2, Bairro Imigrantes. Timbó – SC  
CEP 89120-000

Requerimento de condições especiais para realização de prova

Remetente/Nome: \_\_\_\_\_

Município e nº do Edital: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Nº de Inscrição: \_\_\_\_\_

3.9.2. As solicitações de condições especiais, bem como de recursos especiais, serão atendidas obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

3.9.2.1. Caso o candidato não envie o pedido exigido no item anterior, não terá preparado o tratamento diferenciado para realização de provas.

3.9.3. A candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá solicitar por escrito conforme o item 3.9, durante o período da inscrição, e levar acompanhante que permanecerá em sala reservada para essa finalidade.

3.9.3.1. O acompanhante e a criança devem permanecer na sala reservada para amamentação desde o horário de início das provas.

3.9.3.2. Não haverá compensação de tempo em favor de amamentação.

#### 4. DAS VAGAS PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

4.1. Às pessoas com deficiência, é assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo, desde que as atribuições do cargo pretendido sejam compatíveis com as suas deficiências e a elas serão reservadas um percentual de 5% (cinco por cento) do total das vagas oferecidas para cada cargo, de acordo com o art. 37, inciso VIII da Constituição Federal e Decreto Federal 3.298/99.

4.1.1. Para os cargos deste edital, a aplicação do percentual de 5% não resulta a oferta imediata de vagas, neste caso, o primeiro candidato com deficiência classificado no cargo será nomeado para ocupar a 20ª (vigésima) vaga que vier a surgir para o cargo que concorreu, enquanto os demais serão nomeados a cada intervalo de 20 (vinte) vagas providas.

4.2. Ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá escolher o cargo a que concorre e marcar a opção "Pessoas com Deficiência", bem como deverá encaminhar, via postal por SEDEX com AR, até o último dia útil de inscrições, o original ou cópia autenticada em cartório do laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da necessidade especial e a caracterização das anomalias impeditivas ao exercício regular dos cargos, emitido nos últimos 06 meses.

4.2.1. No exterior do envelope deverão constar as seguintes informações:

Destinatário: SC Treinamentos  
Rua Benjamin Constant 823, Loja 2 Sala2, Bairro Imigrantes. Timbó – SC  
CEP 89120-000

Documentação para concorrer às vagas reservadas para pessoas com necessidades especiais

Remetente/Nome: \_\_\_\_\_

Município e nº do Edital: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Nº de Inscrição: \_\_\_\_\_

4.3. Caso o candidato não encaminhe o laudo médico até o prazo determinado, não será considerado como pessoa com deficiência para concorrer às vagas reservadas, não tendo direito à vaga especial, seja qual for o motivo alegado, mesmo que tenha assinalado tal opção na ficha de inscrição.

4.4. Os candidatos inscritos nessa condição participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere às provas aplicadas, ao conteúdo das mesmas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos, resguardadas as condições especiais previstas na legislação própria.

4.5. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo serão submetidos a exames médicos e complementares que irão avaliar a sua condição física e mental, a qual terá a decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não e o grau de deficiência, capacitante (aptidão) ou incapacitante (inaptidão), para o exercício do cargo.

4.6. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.

4.7. Considera-se pessoa com deficiência, nos termos da Lei 13.146, de 06 de julho de 2015, aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas e que se enquadre nas categorias descritas no Decreto 3298, de 20 de dezembro de 1999.

## 5. DO VALOR DA INSCRIÇÃO E DAS ISENÇÕES

5.1. O valor da taxa de inscrições é de:

Para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais	R\$ 25,00 (vinte e cinco reais)
Para os cargos de Professor	R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais)

5.2. São isentos da taxa de inscrição neste Processo Seletivo:

- Os candidatos doadores de Sangue fidelizado e pessoa que integre a Associação de doadores e que contribua, comprovadamente para estimular de forma direta e indireta, a doação;
- Os candidatos que estiverem inscritos no Cadastro único para Programas Sociais do Governo Federal – CADÚnico por serem membros de família de baixa renda (com renda mensal per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar mensal de até três salários mínimos).

5.2.1. Para os candidatos que solicitarem isenção da taxa de inscrição por serem doadores de sangue ou pessoa que integre a Associação de doadores e que contribua, comprovadamente para estimular de forma direta e indireta, a doação:

5.2.1.1. Considera-se para enquadramento ao benefício previsto por esta Lei somente a doação de sangue promovida a órgão oficial, ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.

5.2.1.2. A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora. O documento previsto por este item deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a 03 (três) vezes anuais, considerando-se os 12 (doze) meses que antecederam a abertura do presente edital.

5.2.1.3. A comprovação da pessoa que integre a Associação de doadores e que contribua, comprovadamente para estimular de forma direta e indireta, a doação, será efetuada mediante documento específico firmado por entidade coletora oficial ou credenciada, que deverá relacionar minuciosamente as atividades desenvolvidas pelo interessado.

5.2.1.4. Os candidatos deverão no momento da inscrição on-line, encaminhar eletronicamente a documentação acima através da “Área do Candidato” em campo específico para tal.

5.2.1.5. A constatação de falsidade dos documentos exigidos, além das sanções penais cabíveis importará na exclusão da inscrição do candidato neste Processo Seletivo.

5.2.2. Para os candidatos que solicitarem isenção da taxa de inscrição por estarem inscritos no CADÚnico:

5.2.2.1. Os candidatos deverão no momento da inscrição on-line, solicitar a isenção (CADÚnico) e preencher o nº do NIS.

5.2.2.2. No caso de pedido de isenção por estar inscrito no CADÚnico, será consultado o Ministério do Desenvolvimento Social - MDS para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato.

5.2.2.3. Para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato” e para tanto é necessário que as informações solicitadas (nome completo, data de nascimento, nome da mãe e município) sejam idênticas àquelas informadas no momento do cadastramento, ou o candidato deve estar cadastrado a mais de 45 dias para ser possível acessar as informações.

5.2.2.4. A constatação de falsidade nas declarações apresentadas, além das sanções penais cabíveis importará na exclusão da inscrição do candidato neste Processo Seletivo.

5.2.3. Sendo indeferido o pedido de isenção da taxa de inscrição, restará ao candidato pagamento da respectiva taxa de inscrição até a data limite constante no boleto.

5.2.4. Não haverá recurso contra o indeferimento do requerimento de isenção da taxa de inscrição.

5.2.5. O candidato que efetivar mais de uma inscrição com pedido de isenção de pagamento, para o mesmo cargo, terá analisada e confirmada apenas a última inscrição, sendo as demais canceladas.

5.2.6. Não será permitida, após a entrega do requerimento de isenção, acompanhado dos documentos comprobatórios, a complementação da documentação.

5.2.7. Não será aceita solicitação de isenção de pagamento de valor de inscrição via fax, via requerimento administrativo, via correio eletrônico ou, ainda fora do prazo.

## 6. DA PRIMEIRA ETAPA DO PROCESSO SELETIVO: PROVA OBJETIVA

6.1. PROVA OBJETIVA (PO) de múltipla escolha, com 1 (uma) única alternativa correta, de caráter eliminatório e classificatório, visa avaliar os conhecimentos indispensáveis ao exercício das atribuições dos cargos oferecidos pelo presente edital e versará sobre os conteúdos programáticos indicados no Anexo 1, a ser aplicada para todos os candidatos.

6.1.1. Serão considerados aprovados os candidatos que não zerarem a prova objetiva.

6.1.2. A prova objetiva terá pontuação de 0,00 (zero) a 10,0 (dez), utilizando-se 02 (duas) casas decimais após a vírgula, cuja nota será obtida mediante ao cômputo de acertos, tendo em vista que cada questão valerá o disposto no item 6.3.

6.2. A prova objetiva para todos os cargos será na data provável de 25 de novembro de 2018 considerando os seguintes horários:

EVENTO	HORÁRIO
Abertura dos portões dos locais de prova: entrada dos candidatos.	8h e 15min
Fechamento dos portões dos locais de prova: proibido o ingresso sob qualquer alegação a partir deste horário	9h e 00min
Início da prova	9h e 15min
Período mínimo de permanência no local de provas. Até as	9h e 45min
Final da prova. Entrega obrigatória do cartão resposta.	11h e 45min

6.2.1. Será vedado o acesso ao local de prova objetiva para todos os candidatos que se apresentarem após às 9h e 00 minutos, sob qualquer alegação.

6.2.2. O tempo total de realização das provas já compreende o tempo necessário para preenchimento do cartão-resposta.

6.3. A Prova Objetiva será composta do seguinte programa de provas:

PROVA OBJETIVA	DISCIPLINAS	NÚMERO DE QUESTÕES	VALOR DE CADA QUESTÃO	TOTAL POR TIPO DE PROVA
Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	5	0,20	3,00
	Matemática	5		
	Conhecimentos Gerais	5		
Conhecimentos Específicos	Conhecimentos Técnicos do cargo, Legislação e Informática Básica.	10	0,70	7,00
	TOTAL	25	10,00	

6.4. Normas para ingresso e prestação da Prova Objetiva

6.4.1. O candidato deverá comparecer no local da prova portando, obrigatoriamente, documento de identidade e caneta esferográfica com tinta azul ou preta:

6.4.1.1. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte brasileiro, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997);

6.4.1.2. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF, ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não identificáveis.

6.4.1.3. Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, (30) trinta dias. Neste caso será realizada a identificação especial através da coleta de impressão digital para posterior averiguação.

6.5. Durante a realização da prova não será permitido ao candidato sob pena de ser excluído do Processo Seletivo:

6.5.1. Comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao Processo Seletivo, bem como consultar livros ou apontamentos;

6.5.2. Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais e na presença de fiscal;

6.5.3. Fazer uso de telefone celular, relógios ou qualquer outro equipamento eletrônico ou de comunicação;

6.5.4. Os pertences do candidato, inclusive aparelhos eletrônicos (desligados) deverão ser depositados na sala de provas, em local e na forma indicados pelo fiscal;

6.5.5. O uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido no local da prova, corredores ou banheiros, implicará na exclusão do candidato do Processo Seletivo, sendo atribuída nota zero à prova objetiva.

6.5.6. Ter comportamento agressivo e descortês com qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

6.5.7. O candidato que tumultuar, interromper ou prejudicar de alguma forma a aplicação da prova, será desclassificado do Processo Seletivo.

6.6. O candidato poderá, para atender às normas de segurança, ser filmado, fotografado e/ou submetido à revista pessoal e/ou de seus pertences, inclusive com detector de metais, à varredura eletrônica e/ou identificação datiloscópica.

6.7. Em hipótese alguma haverá segunda chamada, após o horário de início da prova nem a realização de prova fora do horário e local marcado para todos os candidatos;

6.8. Os envelopes contendo as provas serão abertos por 3 (três) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com o fiscal, o termo de abertura dos mesmos;

6.9. O candidato receberá, para realizar a prova, um caderno de questões e um cartão-resposta para cada cargo inscrito, sendo responsável

pela conferência dos dados e pela verificação se o caderno de questões está completo, sem falhas de impressão e se corresponde ao cargo para o qual se inscreveu.

6.9.1. O caderno de questões é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, EXCETO no CARTÃO-RESPOSTA.

6.9.2. A ocorrência de qualquer divergência deve ser comunicada imediatamente ao fiscal de sala;

6.9.3. Não serão substituídos os cartões por erro do candidato, tendo em vista sua codificação, nem atribuídos pontos às questões não assinaladas, ou marcadas com mais de uma alternativa, emendas ou rasuras, a lápis ou com caneta esferográfica de tinta com cor diversa das estabelecidas ou em desacordo com as instruções contidas no caderno de provas e ou cartão resposta;

6.9.4. A correção das provas será feita por meio eletrônico - leitura ótica, sendo o CARTÃO-RESPOSTA o único documento válido e utilizado para esta correção. Este deve ser preenchido com bastante atenção. O candidato é o único responsável pela entrega do mesmo devidamente preenchido e assinado. A não entrega do cartão de respostas implicará na automática eliminação do candidato do certame.

6.9.5. Serão considerados sem efeito, os cartões-resposta entregues sem a assinatura do candidato.

6.10. Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal de sala o cartão-resposta devidamente preenchido e assinado.

6.10.1. Após a realização da prova, o candidato deverá afastar-se imediatamente do local sob pena de desclassificação. O candidato que não concluiu a prova não poderá comunicar-se com os candidatos que já a efetuaram;

6.11. No local da prova, os 3 (três) últimos candidatos permanecerão até o último concluir, os quais assinarão o termo de encerramento, juntamente com os fiscais, e efetuarão a conferência dos cartões-resposta, cujas irregularidades serão apontadas no referido termo;

6.11.2. Os envelopes contendo os cartões-resposta serão entregues, pelos fiscais, à Comissão Executiva do Processo Seletivo.

6.12. Na hipótese de ocorrer anulação de questões, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos.

6.13. No caso de troca de gabarito, por erro ou falha de digitação na indicação da resposta correta no gabarito provisório, a resposta será corrigida no gabarito final.

6.14. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada destas provas.

## 7. DA SEGUNDA ETAPA DO PROCESSO SELETIVO: PROVA DE TÍTULOS

7.1. Os documentos das PROVAS DE TÍTULOS, apenas para os cargos de Professor, deverão ser entregues no mesmo local de realização da Prova Objetiva, no dia 25 de novembro de 2018 no momento inicial de realização da Prova Objetiva. OS CANDIDATOS QUE DEIXAREM O LOCAL DE PROVAS NÃO PODERÃO RETORNAR PARA EFETUAR A ENTREGA DOS COMPROVANTES DA PROVA DE TÍTULOS, portanto o candidato já deverá acessar o local de provas com os comprovantes de títulos em mãos e conforme as regras a seguir:

7.1.1. Os candidatos deverão efetuar os seguintes procedimentos para a apresentação dos títulos:

a) Preencher devidamente o Anexo III conforme o caso numerando e ordenando corretamente os títulos a serem apresentados.

b) Todas as folhas (cópias reprográficas autenticadas em cartório ou por servidor público municipal ou ainda cópias simples para os documentos que possuírem código para verificação de autenticidade) deverão ser paginadas, de acordo com a ordem do título preenchido no formulário de avaliação de títulos.

c) Os títulos devem ser grampeados na ordem de paginação com o Anexo III como primeira folha e ser entregues no local e horário indicados em envelope fechado e opaco.

d) Não serão considerados títulos apresentados, por qualquer outra forma, ou sem o devido preenchimento do formulário de avaliação de títulos (Anexo III) ou ainda fora do prazo e horários determinados.

7.2. Para os cargos de PROFESSOR a Segunda Etapa deste Processo Seletivo consistirá de Prova de Títulos (PT) de caráter exclusivamente classificatório para todos os candidatos aprovados na prova objetiva podendo totalizar no máximo 10 (dez) pontos, conforme a seguir:

Títulos (concluídos) Descrição Pontuação	Descrição	Pontuação por Título	Pontuação Máxima
Certificado de pós-graduação na área de educação	Doutorado	3,00	3,00
	Mestrado	2,00	2,00
	Especialização (mínimo 360 h/a)	1,00	1,00
Participação em cursos e/ou seminários na área de educação	Serão validados certificados de participação em cursos ou seminários com data de conclusão a partir de setembro de 2016.	0,50 pontos para cada certificado de no mínimo 20hs (o título maior não será fracionado para efeitos de pontuação).	1,00
Tempo de Serviço (O Tempo de Serviço deverá ter relação direta com as atribuições do cargo, ou seja, não será aceito tempo de serviço de monitor ou agente educacional para o cargo de professor)	Tempo de serviço específico no cargo para o qual se inscreveu. (Será aceito tempo de serviço das esferas federal, estadual, municipal e particular).	Até 05 meses	0,50*
		De 06 meses a 2 anos e 11 meses	1,00*
		De 03 anos a 08 anos e 11 meses	2,00*
		Acima de 09 anos	3,00*

\* A pontuação do tempo de serviço não é cumulativa.

I. Os documentos apresentados não serão devolvidos, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

II. Não serão pontuados os títulos que constituírem requisito básico para o exercício do cargo.

III. Para a comprovação do Tempo de serviço serão aceitas cópias legíveis da Carteira de Trabalho e Previdência Social: da folha de identificação (que contém a foto), frente e verso e das páginas em que consta o contrato de Trabalho ou Declaração de tempo de serviço (em

papel timbrado) com carimbo e com assinatura do responsável pela emissão que expresse claramente a função exercida pelo candidato e indique o período de trabalho em dia, mês e ano ou em total de dias.

IV. O Tempo de Serviço deverá ter relação direta com as atribuições do cargo correspondente à respectiva inscrição ou não serão computados.

V. Não haverá em hipótese alguma, outra data e horário para a entrega de títulos.

VI. A não apresentação dos títulos não elimina o candidato do certame, sendo a este computado pontuação zero na prova de títulos para o cálculo da pontuação final.

VII. O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, etc.) deverá anexar cópia do documento comprobatório da alteração sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.

VIII. Comprovada em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos do candidato, bem como encaminhamento de um mesmo título em duplicidade, com o fim de obter dupla pontuação, o candidato terá anulada a totalidade de pontos desta prova. Comprovada a culpa do candidato este será excluído deste Processo Seletivo.

IX. Uma vez efetuada a entrega dos títulos não serão aceitos pedidos de inclusão de novos documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.

X. A Comissão responsável pelas análises dos títulos poderá solicitar ao candidato outro(s) documento(s) que achar conveniente para confirmar as informações prestadas.

7.3. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada destas provas.

## 8. DAS NOTAS, DO CRITÉRIO DE DESEMPATE E DA CLASSIFICAÇÃO

8.1. Para o cargo de PROFESSOR a nota final será:

$PO = 70\% + PT = 30\%$ , onde a fórmula final será  $PO \times 0,7 + PT \times 0,3 = NF$ .

8.2. Para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS a nota final será:

$PO = 100\% = NF$ .

Entenda-se:

PO = Prova Objetiva

PT = Prova de Títulos

NF = Nota Final

8.3. Ocorrendo empate na classificação final, dar-se-á preferência, pela ordem, ao candidato:

8.3.1. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição neste Processo Seletivo, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações – Estatuto do Idoso;

Para os demais casos, será:

8.3.2. Que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos Específicos;

8.3.3. Que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos Básicos;

8.3.4. Que tiver maior idade;

8.3.5. Que tiver maior número de filhos.

8.4. Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados os critérios acima, o desempate se dará através do sistema de sorteio pela Loteria Federal, conforme segue:

8.4.1. Os candidatos empatados serão ordenados de acordo com seu número de inscrição, de forma crescente ou decrescente, conforme o resultado do primeiro prêmio da extração da loteria federal imediatamente anterior ao dia da efetiva realização da prova objetiva, segundo os critérios a seguir:

a) Se a soma dos algarismos do número sorteado no primeiro prêmio da Loteria Federal for par, a ordem será crescente;

b) Se a soma dos algarismos da loteria federal for ímpar, a ordem será decrescente.

## 9. DOS RECURSOS

9.1. Serão admitidos os seguintes recursos:

9.1.1. Da impugnação do presente Edital;

9.1.2. Do não deferimento do pedido de inscrição;

9.1.3. Da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova;

9.1.4. Da nota da prova objetiva;

9.1.5. Da nota da prova de títulos;

9.1.6. Da classificação Provisória.

9.2. A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após a sua publicação, mediante requerimento junto à Secretaria de Educação, no Município de Angelina.

9.3. Os demais recursos deverão ser feitos exclusivamente através do sítio da empresa SC TREINAMENTOS – [www.scconcursos.com.br](http://www.scconcursos.com.br), no campo RECURSOS, disposto na área referente a este processo seletivo. Não serão aceitos recursos via postal, via correio eletrônico, via fax ou fora do prazo preestabelecido.

9.4. Somente serão aceitos, analisados e julgados recursos fundamentados, com argumentação lógica e consistente, com apresentação de bibliografia no caso de recurso contra questões.

9.5. A Banca Examinadora da Entidade Executora do presente Processo Seletivo constitui-se em última instância para recurso, sendo



soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

#### 10. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Este Processo Seletivo terá validade de 2 (dois) anos, a contar de sua homologação final.

10.2. Os candidatos aprovados serão admitidos, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.

10.3. A aprovação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro da administração direta do Município, sendo que a admissão é de competência do Prefeito Municipal, dentro da validade do Processo Seletivo, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital.

10.4. É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contatos.

10.5. As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade do Município.

10.6. As chamadas dos candidatos aprovados serão feitas por comunicação individual, via e-mail ou por telefone, no endereço de e-mail ou no número do telefone informados na ficha de inscrição ou posteriormente atualizado.

10.7. Após cada chamada será reprocessada a classificação, retornando ao início da listagem. Ou seja, a cada chamada encerrada, voltar-se-á ao início da listagem de classificação, oferecendo, primeiramente, as novas vagas para aqueles candidatos que já foram chamados e não escolheram ou não compareceram.

10.8. O início das atividades será especificado no ato da apresentação do candidato para o preenchimento da vaga.

#### 11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A lista de inscritos, o gabarito da prova objetiva, a lista de classificados e decisões resultantes de recursos e demais atos provenientes deste Edital de Processo Seletivo, serão publicados no quadro de publicações oficiais do Município de Angelina e nos sites [www.sccconcursos.com.br](http://www.sccconcursos.com.br) e [www.angelina.sc.gov.br](http://www.angelina.sc.gov.br).

11.2 - A homologação do Processo Seletivo far-se-á em lista separada para os portadores de deficiência, constando em ambas a nota final de aprovação e classificação ordinal em cada uma das listas.

11.3. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em Editais devidamente publicados.

11.4. Os casos omissos serão resolvidos pelas Comissões do Processo Seletivo, sendo a Comissão Executora competente também para julgar, em decisão irrecurável e soberana, quaisquer que sejam os recursos interpostos pelos candidatos.

Prefeitura Municipal de Angelina, em 09 de outubro de 2018.

GILBERTO ORLANDO DORIGON

Prefeito Municipal

#### ANEXO I

##### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA

##### CONTEÚDO DE CONHECIMENTOS GERAIS PARA O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

###### LÍNGUA PORTUGUESA:

Compreensão de textos – O verbo – Estrutura do período, da oração e da frase – Ortografia, acentuação e pontuação - Denotação e conotação – Fonologia – Classes Gramaticais – Formação de Palavras.

###### MATEMÁTICA:

Conjuntos numéricos (números naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos) e suas operações; Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade volumétrica, massa, ângulo e tempo; Regra de Três (simples, composta, diretamente proporcional e inversamente proporcional), razões e proporções; Juros Simples.

###### CONHECIMENTOS GERAIS:

História e geografia do Brasil e de Santa Catarina. Aspectos econômicos, políticos e sociais do Brasil e de Santa Catarina. Atualidades do Brasil e do mundo. Esportes, turismo e lazer.

##### CONTEÚDO DE CONHECIMENTOS GERAIS PARA O CARGO DE PROFESSOR

###### LÍNGUA PORTUGUESA:

Compreensão de textos – Textos não literários de diversos tipos, textos literários de autores brasileiros: crônica, conto, novela, romance,

poema, teatro. Literatura – A literatura brasileira: das origens aos nossos dias. Conhecimento linguístico – Morfossintaxe: o nome e seus determinantes. O verbo. As palavras de relação – Estrutura do período, da oração e da frase – Concordância nominal e verbal – Regência nominal e verbal – Colocação pronominal – Estrutura do parágrafo – Ortografia, acentuação e pontuação. Estilística: Denotação e conotação. Figuras de linguagem: figuras de palavras, figuras de sintaxe e figuras de pensamento.

#### MATEMÁTICA:

Conjuntos numéricos (números naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos) e suas operações; Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade volumétrica, massa, ângulo e tempo; Regra de Três (simples, composta, diretamente proporcional e inversamente proporcional), razões e proporções; Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação e Interpretação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância; Cálculos algébricos, produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas, simplificação de expressões algébricas; Equações, Inequações, sistemas polinomiais de 1º e 2º grau; Sequências e Progressões; Matrizes, Determinantes e Sistemas Lineares; Análise Combinatória; - Probabilidade; Matemática Financeira: Juros simples e compostos; Estudo de funções: 1º grau, 2º grau, exponencial, logarítmica e trigonométrica; Geometria Plana e Espacial, trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer; Geometria Analítica: ponto, reta, circunferência e cônicas; Polinômios e equações polinomiais.

#### CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES:

História e geografia do Mundo, do Brasil e de Santa Catarina. Aspectos econômicos, políticos e sociais do mundo, do Brasil e de Santa Catarina. Atualidades do Brasil e do mundo. Esportes, turismo e lazer. Economia mundial, nacional, estadual e municipal. Aspectos de Ciências, Cultura, Cinema, Artes e Tecnologia.

#### CONTEÚDOS DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS POR CARGO:

##### AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS:

Princípios fundamentais para o bom atendimento. Relações humanas no trabalho. Conservação dos instrumentos de trabalho. Noções de limpeza e higiene; Limpeza de pisos, tapetes, móveis e objetos diversos; Limpeza de paredes, tetos, portas, rodapés, luminárias, vidraças e persianas; Limpeza de ralos, caixa de gordura, vasos e pias; Uso e cuidado com materiais de limpeza e higiene, detergente, desinfetante e defensivo; Limpeza de ruas e coleta de lixo; Produtos apropriados para limpeza de: pisos, paredes, vasos sanitários, azulejos, etc; Limpeza interna e externa de prédios, banheiros, laboratórios, escolas, bem como de móveis e utensílios; Vigilância de patrimônio; Prevenção de acidentes; Noções de segurança no trabalho; Noções de primeiros socorros. Destinação do lixo, reciclagem. Cuidados que devemos ter com o meio ambiente. Aquecimento global. Atmosfera. Poluição. Saneamento básico. Equipamentos de Proteção Individual. Constituição da República Federativa do Brasil. Com as Emendas Constitucionais. Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Lei Orgânica do Município.

##### PROFESSOR DE DISCIPLINA ESPECÍFICA: ARTES

Artes visuais: elementos de visualidade e suas relações; comunicação na contemporaneidade; - Artes Plásticas: História geral das artes; história e ensino das artes no Brasil; - Artes: Conceitos e generalidades, fatos históricos, sua importância no contexto educacional no Brasil e no Mundo; - Pintores Brasileiros. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Currículo. Constituição da República Federativa do Brasil. Com as Emendas Constitucionais. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Constituição Federal, na parte referente à Educação (artigos 205 a 214). Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Lei Orgânica do Município e emendas. Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet.

##### PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS

Direitos de Aprendizagem do aluno; Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais; Educação no mundo atual, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Didática: métodos, técnicas, recursos/material didático, Processo Ensino-aprendizagem: avaliação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas, Métodos de Alfabetização Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, Psicologia da Educação. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral. Direitos de Aprendizagem do aluno, Importância dos gêneros textuais e do lúdico no ciclo de alfabetização, A infância e sua singularidade na educação básica; Articulação dos conceitos: infância, brincadeira, ludicidade, desenvolvimento e aprendizagem. Currículo e articulação das áreas do conhecimento, Avaliação no ciclo de alfabetização e retenção do aluno, planejamento do professor (rotina, sequência didática, projeto didático), DIDÁTICA GERAL. Constituição Federal, na parte referente à Educação. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet.

#### ANEXO II

##### REQUERIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS

Eu \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_ residente e domiciliado a Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, inscrito no Processo Seletivo nº \_\_\_\_\_ da Prefeitura Municipal \_\_\_\_\_, inscrição número \_\_\_\_\_, para o cargo de \_\_\_\_\_ requer a Vossa Senhoria:

I – ( ) Prova com ampliação do tamanho da fonte:

Fonte \_\_\_\_\_ Nº da Fonte \_\_\_\_\_

II – ( ) Sala de Amamentação:

Nome do acompanhante: \_\_\_\_\_

III – ( ) Intérprete de Libras.

IV – ( ) Outra necessidade:

Especificar: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

(assinatura do candidato)

## ANEXO III

## FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE TÍTULOS – PROFESSOR

Nome do Candidato: \_\_\_\_\_.

Nº do CPF: \_\_\_\_\_ Nº da Inscrição: \_\_\_\_\_.

Cargo: \_\_\_\_\_.

( ) Doutorado ou ( ) Mestrado ou ( ) Pós Graduação e/ou ( ) Cursos

Página	Título/Instituição	Cidade/UF

( ) Tempo de Serviço na Área

Página	Instituição	Cargo	Anos	Meses	Dias
SOMA TOTAL DO TEM- PO DE SERVIÇO PARA O CARGO ESCO- LHIDO					

Obs.: A página 1 refere-se a este anexo, as demais páginas devem ser assinaladas nas tabelas deste anexo em ordem crescente, todos os documentos enviados devem ser listados.

\* Numere os títulos anexados com o número de ordem informado neste formulário.

Declaro que entreguei na data abaixo, os títulos acima especificados, ciente de que os mesmos serão objetos de análise da Comissão Especial do Concurso. Declaro ainda que estou ciente de que a constatação de qualquer irregularidade implicará em minha exclusão do certame, sem prejuízo das sanções legais, bem como de que não serão aceitos títulos em desconformidade ao descrito no edital.



Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

(assinatura do candidato)

#### ANEXO IV

#### ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

##### AUXILIAIR DE SERVIÇOS GERAIS

1. Remover o pó dos móveis, tetos, portas, janelas e equipamentos, espanando-os ou limpando-os;
2. Limpar escadas, pisos, paredes, janelas, calçadas, banheiros, copas, varrendo-os, encerando-os ou passando aspirador de pó;
3. Limpar utensílios como: cinzeiros, lixeiros, objetos de adorno, vidros, entre outros;
4. Arrumar banheiros, limpando-os com sabão, detergente e desinfetante, reabastecendo-os de papel higiênico, toalhas e sabonetes;
5. Queimar o lixo contaminado do serviço de saúde, nos incineradores apropriados, separando as agulhas, vidros, medicamentos e vacinas vencidas, em recipientes apropriados para encaminhar ao aterro sanitário;
6. Coletar o lixo e depositá-lo nas lixeiras;
7. Preparar e servir chá, café ou água;
8. Lavar as roupas das crianças, lençóis, cobertores, toalhas e demais roupas usadas nas creches municipais e nos serviços de saúde;
9. Auxiliar os professores nas creches: cuidando das crianças, colocando-as para dormir, alimentando-as, trocando fraldas, entre outras, excluído o suporte pedagógico;
10. Auxiliar na locomoção dos alunos portadores de necessidades especiais, bem como nos serviços gerais de apoio administrativo e/ou operacional;
11. Retirar as roupas do varal, passá-las a ferro, esterilizá-las e guardá-las nas respectivas salas;
12. Efetuar contagem das roupas lavadas e passadas para controle das mesmas;
13. Executar serviços de limpeza da área externa das creches e escolas, postos de saúde e prédios municipais, varrendo ou lavando calçadas, pátios, paredes, janelas, como também roçando e capinando;
14. Auxiliar na preparação de refeições, e merendas escolares, descascando e cortando verduras e temperos, lavando e secando louças, servindo as refeições, merendas e fazendo a limpeza da cozinha;
15. Fazer pequenos reparos, tais como: consertos de móveis, aparelhos elétricos, troca de lâmpadas, torneiras, dentre outros, quando solicitado;
16. Auxiliar na execução dos trabalhos de almoxarifado, no recebimento, armazenagem e distribuição dos materiais e/ou equipamentos;
17. Regar e cuidar de flores e demais vegetação ornamental nas áreas interna e externa dos prédios municipais;
18. Transportar, carregar e descarregar viaturas, arrumar móveis, equipamentos, volumes e materiais em geral;
19. Executar serviços de coleta e entrega de documentos, processos, correspondências, encomendas e outros afins dirigindo-se aos locais solicitados, recebendo e/ou entregando o material, objetivando atender as solicitações e necessidades administrativas da Administração Municipal;
20. Preparar e servir refeições, conforme instruções e cardápios pré-estabelecidos;
21. Recolher, lavar, secar e guardar utensílios de copa e cozinha;
22. Executar serviços de copa e cozinha;
23. Elaborar pedidos de material para merenda, copas e cozinhas;
24. Anotar o cardápio e a quantidade dos alimentos utilizados, para fins de controle;
25. Receber, guardar os alimentos recebidos;
26. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
27. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
28. Executar outras atividades correlatas.

##### PROFESSOR DE ARTES

- I- Assumir a docência na sua especificidade, trabalhando áreas de conhecimento compatíveis com as séries respectivas;
- II- Orientar a aprendizagem dos alunos na disciplina de educação artística;
- III- Promover a relação ensino-aprendizagem ministrando aulas, trabalhando áreas de conhecimento compatíveis com as séries respectivas, através do uso de técnicas de alfabetização, expressão artística e corporal;
- IV- Realizar visitas para estudo, trabalhar em grupo, desenvolver atividades lúdicas, debater ideias e temas;
- V - Participar da definição pedagógica da escola em consonância com o projeto político-pedagógico, definindo objetivos, metas e cronogramas, selecionando conteúdo, preparando projetos pedagógicos e selecionando as estratégias pedagógicas mais adequadas com vistas ao alcance dos objetivos traçados;
- VI- Elaborar instrumentos de avaliação, observar o comportamento e interação dos alunos para avaliar o desenvolvimento socio-afetivo, cognitivo e psicomotor;
- VII- Registrar as atividades pedagógicas tais como: avaliações realizadas, registros de frequência, registros de conteúdos ministrados, relatórios de atividades desenvolvidas, planejamentos de aula e relatórios de desempenho;
- VIII- Assumir uma postura ética e respeitosa com os estudantes, famílias e profissionais da educação; zelar pela aprendizagem dos estudantes.
- IX- Participar de atividades educacionais que lhe forem atribuídas, em quaisquer das unidades que compõem a rede municipal de ensino;
- X- Participar do processo de planejamento, execução e avaliação das atividades escolares;
- XI- Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo as propostas pedagógicas das unidades escolares;
- XII- Utilizar metodologias através de ações que garantam o ensino e aprendizagem dos alunos;
- XIII- Interagir com as comunidades escolar e externa, por meio de reuniões de pais, docentes e demais atividades de caráter educacional;
- XIV- Buscar o autodesenvolvimento e aprimoramento profissional participando de grupos de estudo, cursos e eventos educacionais;
- XV- Apoiar e participar das atividades organizadas pela Escola e/ou Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

- XVI- Valorizar o ensino de conteúdos básicos de arte necessários à formação do cidadão, considerando, ao longo dos ciclos de escolaridade, manifestações artísticas de povos e culturas de diferentes épocas, incluindo a contemporaneidade;
- XVII- Garantir ao aluno a liberdade de imaginar e edificar propostas artísticas pessoais ou grupais com base em intenções próprias;
- XVIII- Orientar o ensino de Artes de modo a acolher a diversidade do repertório cultural que a criança traz para a escola, a trabalhar com os produtos da comunidade na qual a escola está inserida;
- XIX - Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- XX - Exercer a docência, fundamentando sua atuação na área de conhecimentos, tendo como referencial teórico-prático os Parâmetros Curriculares Nacionais de Artes, caracterizando a ação educativa, nas dimensões afetivas, cognitivas, corporais e socioculturais, consideradas como essenciais;
- XXI- Favorecer a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas, de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica e dramática;
- XXII- Promover a educação dos alunos através do estabelecimento de normas e regras de conduta, de rotinas, limites;
- XXIII- Estimular a convivência social através de atividades integradoras;
- XXIV- Desempenhar as demais tarefas indispensáveis para atingir os fins educacionais das unidades escolares e ao processo de ensino e aprendizagem!
- XXV- Cumprir com suas obrigações profissionais em termos de assiduidade, pontualidade, ética e profissionalismo;
- XXVI- Realizar outras tarefas afins.

#### PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS

1. Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;
  2. Participar no processo de planejamento das atividades da escola;
  3. Elaborar programas, planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino;
  4. Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola;
  5. Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino;
  6. Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
  7. Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;
  8. Estabelecer formas alternativas de recuperação para os alunos que apresentarem menor rendimento;
  9. Atualizar-se em sua área de conhecimento;
  10. Cooperar com serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;
- II. Zelar pela aprendizagem do aluno;
12. Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;
  13. Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe;
  14. Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s);
  15. Seguir as diretrizes de ensino, emanadas do órgão superior competente;
  16. Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;
  17. Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola;
  18. Executar o trabalho docente no Atendimento Educacional Especializado
  19. Zelar pela disciplina e pelo material docente;
  20. Executar tarefas correlatas.

### LEI COMPLEMENTAR Nº 038/2018

Publicação Nº 1770483

Lei Complementar nº 38, de 05 de outubro de 2018.

CRIA NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANGELINA O SERVIÇO DE CONTROLE INTERNO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ORLANDO DORIGON, Prefeito Municipal de Angelina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica instituído na estrutura da Câmara Municipal de Angelina, o Serviço de Controle Interno - SCI, com a finalidade de executar a verificação, o acompanhamento e as providências para correção dos atos administrativos e de gestão fiscal produzidos pelos seus órgãos e autoridades no âmbito Poder Legislativo Municipal, visando à observância dos princípios constitucionais da legalidade, da publicidade, da razoabilidade, da economicidade, da eficiência e da moralidade, bem como para auxiliar o controle externo.

Art. 2º São atribuições do SCI:

I. Realizar o acompanhamento, avaliação e controle quanto à legalidade, eficiência, eficácia e economicidade dos:

- a) registros contábeis,
- b) processos licitatórios, a execução dos contratos e convênios;
- c) guarda de bens patrimoniais e almoxarifado da Câmara;
- d) controle de frequência dos servidores;
- e) concessão de diárias e vantagens;
- f) elaboração da folha de pagamento dos vereadores e servidores;
- g) uso, abastecimento e manutenção do veículo (s) oficial (is);
- h) uso dos telefones pertencentes ao órgão;
- i) execução das despesas públicas com relação as suas etapas de empenhamento, liquidação e pagamento, em conformidade com a Lei 4.320/64;
- j) das despesas públicas, inclusive as de pessoal em observância aos limites estabelecidos pela constituição e pela Lei de Responsabilidade

Fiscal;

II. Fiscalizar o cumprimento das normas previstas no art. 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

III. Alertar a autoridade administrativa sobre imprecisões e erros de procedimentos de atos administrativos e de gestão fiscal, e também sobre a necessidade de medidas corretivas;

IV. Prestar informações sobre ações no âmbito da sua unidade de controle, em atendimento às decisões do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina referente ao que tenham recomendado ou estabelecido para a adoção de providências administrativas ou a instauração de tomadas de contas especial;

V. Comunicar ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina sobre irregularidades e ilegalidades que possua conhecimento e também sobre as quais não foram tomadas as medidas cabíveis pela autoridade administrativa;

VI. Verificar a composição correta da prestação de contas anual sobre o a execução do orçamento e dos atos administrativos;

VII. Assinar Relatório de Gestão Fiscal, junto com o Presidente da Câmara, conforme art. 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

VIII. Emitir parecer acerca da legalidade de ato de admissão de pessoal ou de concessão de aposentadoria, reforma e pensão;

IX. Enviar remessa ao executivo das informações necessárias à consolidação das contas, forma, prazo e condições estabelecidas pela legislação vigente.

X. Controlar a divulgação da prestação de contas de gestão através da internet, na forma e prazo determinado pela Instrução Normativa N.TC - 20/2015.

Art. 3º A execução das atribuições do SCI deverá ser conferida a servidor de carreira da Câmara Municipal, com formação em curso superior, nomeado para a Função Gratificada de Chefe do Serviço de Controle Interno.

Art. 4º Fica criada no âmbito da estrutura administrativa da Câmara Municipal, a Função Gratificada de Chefe do Serviço de Controle Interno, com remuneração mensal de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais).

Art. 5º O SCI será assessorado permanentemente pela Assessoria Jurídica da Câmara Municipal, mediante a emissão de manifestações escritas, encaminhadas no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da solicitação de parecer.

Art. 6º O SCI cientificará o Presidente da Câmara Municipal mensalmente sobre o resultado das suas respectivas atividades, devendo conter, no mínimo:

I - as informações sobre a situação físico-financeira dos projetos e das atividades constantes dos orçamentos da Câmara Municipal;

II - o cumprimento dos limites fiscais e constitucionais, e;

III - relato da apuração dos atos ou fatos inquinados de ilegalidade ou de irregularidades, por ventura praticados por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos públicos municipais;

§ 1º Constatada irregularidade ou ilegalidade pelo SCI, este cientificará o servidor público ou autoridade responsável para a tomada de providências, devendo proporcionar a oportunidade de esclarecimentos sobre os fatos levantados.

§ 2º Não havendo a regularização relativa ao problema comunicado conforme o parágrafo anterior, ou, não havendo prestação de esclarecimentos suficientemente claros para eliminar a irregularidade ou ilegalidade, no prazo de 10 (dez) dias úteis o fato será levado a conhecimento do Presidente da Câmara Municipal.

Art. 7º O Chefe do SCI, ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, não tendo sido solucionada pelas providências previstas no artigo anterior, dela dará ciência ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária, nos termos do art. 74 da Constituição Federal.

Art. 8º As despesas decorrentes das providências advindas da presente Lei correrão por conta das dotações vigentes, suplementadas se necessário.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Angelina, 05 de outubro de 2018.

GILGERTO ORLANDO DORIGON

Prefeito Municipal

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### PORTARIA N 469/2018

Publicação Nº 1770497

PORTARIA Nº 469/2018

Admite ACT.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o a Lei nº 1544/2017 e o Processo Seletivo nº 002/2017;

#### RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar em caráter temporário LUCILENE SOARES ESPEZIM para o cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO/LICENCIATURA PLENA 30H (NÃO HABILITADO), a partir de 09 de outubro de 2018 a 09 de novembro de 2018, em substituição a servidora efetiva Maria Inês Kremer, de licença para tratamento de saúde.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09 de outubro de 2018.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 09 de outubro de 2018.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 10 de outubro de 2018.

# Arabutã

## PREFEITURA

### PORTARIA 245/2018

Publicação Nº 1769600

PORTARIA Nº 245/2018

CONCEDE PROGRESSÃO POR ESCOLARIDADE AO SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER progressão por escolaridade ao servidor DANIEL USINGER inscrito no CPF sob nº. 068.493.169-90, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Inseminador, no percentual de 10%(dez) do vencimento da classe em que estiver enquadrado, na forma estabelecida no artigo 19, § 4º, I, letra "b", da Lei Complementar nº 158/2014.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 08 de outubro de 2018.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

### PORTARIA 246/2018

Publicação Nº 1769601

PORTARIA Nº 246/2018

CONCEDE PROGRESSÃO POR ESCOLARIDADE AO SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER progressão por escolaridade a servidora LUCIANA CASSOL, inscrita no CPF sob nº. 008.287.019-54, ocupante do cargo de Provimento efetivo de Odontóloga, no percentual de 5%(cinco) do vencimento da classe em que estiver enquadrado, na forma estabelecida no artigo 19, III, letra "a", da Lei Complementar nº 158/2014.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 08 de outubro de 2018.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

### PORTARIA 247/2018

Publicação Nº 1769602

PORTARIA Nº 247/2018

CONCEDE PROGRESSÃO POR ESCOLARIDADE AO SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER progressão por escolaridade a NADIA KUSSLER ZOLETT, inscrita no CPF sob nº. 924.521.839-20, ocupante do cargo de Provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, no percentual de 5%(cinco) do vencimento da classe em que estiver enquadrado, na forma estabelecida no artigo 19, I, da Lei Complementar nº 156/2014.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 08 de outubro de 2018.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

# Arroio Trinta

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 331 - HORARIOS ROBERTO

Publicação Nº 1769946

PORTARIA Nº 330, de 28/09/2018.

Regulamenta Horário de Trabalho de Servidor Municipal e da outras providencias.

CLAUDIO SPRICIGO, prefeito municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no artigo 100 da Lei Orgânica Municipal e Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Arroio Trinta,

#### RESOLVE:

Artigo 1.º - Estabelecer os horários da jornada de trabalho do Servidor ROBERTO CORREA DE MELLO, ocupante do cargo efetivo de BIO-QUÍMICO, lotado e em exercício na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 de outubro de 2018, conforme segue.

DIAS	HORÁRIO	JORNADA
SEGUNDA FEIRA	Das 08h:00m às 12h:00m	04h:00m
	Das 13h:30m às 17h:30m	04h:00m
TERÇA FEIRA	Das 08h:00m às 12h:00m	04h:00m
	Das 13h:30m às 17h:30m	04h:00m
QUARTA FEIRA	Das 08h:00m às 12h:00m	04h:00m
	Das 13h:30m às 15h:30m	02h:00m
QUINTA FEIRA	Das 08h:00m às 12h:00m	04h:00m
SEXTA FEIRA	Das 08h:00m às 12h:00m	04h:00m

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 01 de outubro de 2018.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 332 - FÉRIAS

Publicação Nº 1769948

PORTARIA Nº 332, de 08/10/2018.

Conceder Adicional de Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

#### RESOLVE:

Artigo 1.º - Autoriza conceder adicional correspondente a 1/3 (um terço) de férias a servidora municipal, MARCILENE DE OLIVEIRA BALDO, brasileira, casada, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO E DE COMUNICAÇÕES, relativas ao período aquisitivo de 08/10/2017 à 08/10/2018, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 08 de outubro de 2018.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal



# Balneário Piçarras

## PREFEITURA

### ATA PP 010/2018 FMS

Publicação Nº 1770411

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PPROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2018 - FMS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2018 – FMS  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito o MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS por meio do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS, pessoa jurídica de direito público, situado na EMANOEL PINTO Nº. 1655, CENTRO, cidade de Balneário Piçarras, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 04.402.872/0001-37, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 10/2018, RESOLVE registrar os valores oferecidos para (LICITAÇÃO) A PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CUJO O OBJETO CONSTITUI NA EXPECTATIVA CONTRATATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE SOROS FISIOLÓGICOS E SOLUÇÕES PARA A ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA E AMBULATORIAL PARA FORNECIMENTO EM TODAS AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame.

CIRURGICA ONIX EIRELI ME - R\$ 63.191,00

PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - R\$104.650,00

Balneário Piçarras, 05 de outubro de 2018

ALINE CARLA DE SANTANNA – Secretária Municipal Interina de Saúde

### CONTRATO 024/2018 FMT

Publicação Nº 1769599

FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO  
Processo Licitatório nº 026/2018-FMT  
Inexigibilidade nº 022/2018-FMT  
Contrato 024/2018 - FMT

O Fundo Municipal de Turismo, com fundamento na Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, e suas alterações, torna público que fará realizar a Inexigibilidade de Licitação para contratação da SUZY CONCEIÇÃO BARTHOLO 09496100970, empresa devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.645.912/0001-04, para realização do evento Primavera no Museu, no dia 22 de setembro de 2018, em torno do Museu Oceanográfico Univali. Valor do Contrato: R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais). Vigência: 19/10/2018. Balneário Piçarras/SC, 20 de setembro de 2018. Susan Corrêa – Gestora do Fundo Municipal de Turismo.

### PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - COMDICAPEI EDITAL 001 DE SELEÇÃO PÚBLICA DE PROJETOS PARA FINANCIAMENTO NO ANO DE 2018

Publicação Nº 1770188

PUBLICAÇÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS  
FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA  
CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - COMDICAPEI  
EDITAL 001 DE SELEÇÃO PÚBLICA DE PROJETOS PARA FINANCIAMENTO NO ANO DE 2018

O Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, com fundamento na Lei nº 13.019/2014 e suas alterações, TORNA PÚBLICO que assinaram Termos de Fomento que entre si celebraram o município de Balneário Piçarras e as organizações da sociedade civil:

- Termo 01/2018 – APP Escola Monteiro Lobato – R\$ 3.000,00
- Termo 02/2018 – Instituto Selo Social – R\$ 5.000,00
- Termo 03/2018 – APAE – R\$ 8.000,00
- Termo 04/2018 – UBUNTU – R\$ 5.000,00
- Termo 05/2018 – Associação Caminhar Juntos – 3.000,00;
- Termo 06/2018 – Associação Assistencial Perpétuo Socorro – R\$ 8.000,00
- Termo 07/2018 – Associação Terapêutica Sítio Caminho Novo – R\$ 5.000,00
- Termo 08 /2018– ABASPI – R\$ 8.000,00
- Termo 09/2018 – APP do CIEF – R\$ 5.000,00

Os Termos de Fomento, bem como o Edital 001 na íntegra encontram-se à disposição dos interessados na Secretaria de Assistência Social, localizada à Avenida Nereu Ramos nº 817, centro de Balneário Piçarras -, no horário das 8 as 12 e das 13:30 às 17:30h, ou no site [balneariopicarras.atende.net](http://balneariopicarras.atende.net). Balneário Piçarras/SC, 09 de outubro de 2018. Ana Paula Ribeiro Stiebler - Gestora do FIA de Balneário Piçarras.



**REEQUILIBRIO ATA 114/2017 FME**

Publicação Nº 1769479

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
REEQUILÍBRIO Nº01/2018 FME  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 114/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2017 - FME  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2017 – FME

Visando manter a margem de lucro anteriormente pactuada, fica alterado o preço do seguinte item:

- Item 17 – LUVA DE PROCEDIMENTO CIRÚRGICO, TAM M EDUCAÇÃO - DESCARTÁVEL. MATERIAL LÁTEX. CAIXA CONTENDO 100 UNIDADES – R\$ 14,71
  - Item 29 – POMADA PARA ASSADURAS – FÓRMULA: RETINOL (VITAMINA A), COLECALCIFEROL (VITAMINA D), ÓXIDO DE ZINCO, EXCIPIENTES Q.S.P (ÓLEO DE FIGADO DE BACALHAU E HIDROXIANISOL BUTILADO, LANOLINA ANIDRA, TALCO, ÁGUA PURIFICADA, VANILINA, ESSÊNCIA DE LAVANDA, EDTA DISSÓDICO, ÓLEO MINERAL, PETROLATO POLIETILENO, BUTILENOGLICOL, GLYDANT PLUS. TUBO COM 90 GRAMAS – R\$ 15,63
- SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA  
Balneário Piçarras, 02 de outubro de 2018.  
Laureci Bernadete Schneider Pereira

**TERMO ADITIVO 001/2018 FMS REF. ATA 019/2018**

Publicação Nº 1769546

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.19/2018  
Pregão Presencial Nº 2/2018  
Processo Administrativo 002/2018 FMS

Conforme Solicitado pela fornecedora PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, após análise e parecer favorável da Secretaria Municipal de Saúde, documentos anexo a este termo, aceita-se a troca de marca do item 77 – ACETATO DE DEXAMETASONA 0,1%, autorizando-se a partir desta data, o fornecimento do item da marca SOBRAL.

PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA  
Balneário Piçarras (SC), 03 de outubro de 2018  
ALINE CARLA DE SANTANA  
SECRETÁRIA INTERINA DE SAÚDE

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2018**

Publicação Nº 1769897

**EXTRATO DE CONTRATO 11/2018**

Estado de Santa Catarina	
Município de Balneário Piçarras	
CÂMARA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato nº:	11/2018
Contratante:	Câmara de Vereadores de Balneário Piçarras
Contratado:	IPM Sistemas Ltda
Objeto:	O presente contrato é decorrente do Processo Licitatório nº14/2018, Pregão Presencial nº 14/2018, do qual foi vencedora a CONTRATADA, obrigando-se a mesma a prestação de serviço de locação de sistema de informações integrados de Gestão Pública, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogável na forma da legislação vigente Atender as necessidades da Câmara Municipal de Vereadores de Balneário Piçarras.
Valor:	R\$ 39.586,96 (trinta e nove mil, quinhentos e oitenta e seis reais e noventa e seis centavos),
Vigência:	Início: 04/10/2018 Término: 03/10/2019
Processo Licitatório	14/2018
Balneário Piçarras/SC, 04/10/2018	
JOÃO BENTO MORAES	
Presidente	

**EXTRATO DO DISTRATO Nº 01/2018**

Publicação Nº 1769898

**EXTRATO DE DISTRATO 01/2018**

Estado de Santa Catarina	
Município de Balneário Piçarras	
CÂMARA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS	
DISTRATO CONTRATUAL	
Contrato nº:	005/2017 1º TERMO ADITIVO
Contratante:	Câmara Municipal de Balneário Piçarras
Contratado:	Mosaico Telecom Ltda ME
Objeto:	Constitui objeto do presente distrato a oficialização da rescisão contratual espelhado no Contrato nº 005/2017, 1º Termo Aditivo, com o qual as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 23/09/2018.
Valor:	R\$ 827,60 (Oitocentos e vinte e sete reais e sessenta centavos)
Vigência:	Início: 01/01/2018 Término: 23/09/2018
Compra Direta	nº 42/2017
Balneário Piçarras/SC, 23/09/18	
JOÃO BENTO MORAES	
Presidente	

**RESOLUÇÃO Nº 003/2018**

Publicação Nº 1769895

**RESOLUÇÃO Nº 003/2018**

Concede o Título de Cidadão Honorário do Município de Balneário Piçarras ao Sr. Oscar Francisco Pedroso e dá outras providências.

ANTÔNIO JOÃO PERA, Vereador com assento nesta Casa, nos Termos Regimentais, e dispensadas as demais formalidades Legais, apresenta para deliberação do Douto Plenário os Termos da seguinte Resolução.

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Legislativo Municipal autorizado a conceder o Título de cidadão Honorário do Município de Balneário Piçarras, Estado de Santa Catarina, ao Sr. OSCAR FRANCISCO PEDROSO pelos relevantes serviços prestados ao Município.

Parágrafo Único: Oscar Francisco Pedroso, conhecido como "Tampa", nasceu em Capinzal/SC em 08 de dezembro de 1958. Filho de Eunice Pedroso e Lourdes Terezinha Pedroso, cresceu com mais 7 irmãos em Joaçaba-SC. Veio pela primeira vez à Balneário Piçarras no ano de 1979, para visitar um amigo, que era gerente do Hotel Candeias II, onde ficou hospedado. O Sr. Oscar logo se apaixonou pela cidade, conheceu a Sra. Ivonete Vieira, que mais tarde seria sua esposa, e aqui permaneceu. No mesmo ano de 1979, criou a Discoteca Fujama na cidade de Penha, em seguida inaugurou a Discoteca Shape na nossa cidade, próximo ao Hotel Candeias II. Após, colocou um trailer no centro de nossa cidade, para vender lanches, na esquina onde hoje fica a Pastelaria Blumenau. No ano seguinte, em 1980, foi com o trailer para sua terra natal e retornou em definitivo para nossa cidade 8 meses depois. Entre 1980 e 1982, tocou o bar dos seus sogros, Sr. Jaime Vieira (falecido) e Sra. Izabel Vieira, sendo que nesse período, mais precisamente em 28 de março de 1981, casou-se com a Sra. Ivonete Vieira Pedroso. Dessa união advieram 3 filhos. Em 1982 instalou o Bar La Virana, em frente à praia, e em setembro de 1988, inaugurou o Bar do Tampa, onde trabalha até hoje; mantém 10 empregados efetivos, aumentando esse número para 25 empregados na temporada. Entrou no partido do MDB a convite de Carlos Jaime de Andrade (Neneco), João Carodoso e João Santos Vieira "in memoriam". Foi eleito vereador por 5 legislaturas, a saber: de 1993 a 1996, de 2001 a 2004, 2005 a 2008, 2009 a 2012 período em que foi presidente da câmara, e 2013 a 2016.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução desta resolução correrão por conta da dotação Orçamentária Vigente.

Art. 3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 03 de outubro de 2018.

João Bento Moraes

Presidente

# Bandeirante

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 47/2018 PMB

Publicação Nº 1769734

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2018

Objeto: REGISTRO DE PREÇO, COM VALIDADE DE 12 MESES, PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO, CONFORME NECESSIDADE, DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE CARCAÇAS DE ANIMAIS MORTOS EM PROPRIEDADES URBANAS E RURAIS DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE-SC, CONFORME DISPOSIÇÕES DA LEI MUNICIPAL 1285/2018, conforme informações contidas no Edital e em seus Anexos.

Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 08h20min do dia 26/10/2018 no Dpto de Licitações da Prefeitura Municipal, a Av. Santo Antônio, iniciando a fase de lances às 08h30min do mesmo dia.

O Edital pode ser obtido no endereço [www.bandeirante.sc.gov.br](http://www.bandeirante.sc.gov.br) ou solicitado pelo e-mail [licitacao@bandeirante.sc.gov.br](mailto:licitacao@bandeirante.sc.gov.br).  
Maiores informações pelo fone (049) 3626 0012.

Bandeirante/SC, 9 de outubro de 2018.  
Celso Biegelmeier- Prefeito municipal.

**Barra Bonita****PREFEITURA****DECRETO Nº 1061/2018**

Publicação Nº 1769553

DECRETO Nº 1061/2018

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE NUTRICIONISTA DE BARRA BONITA – SC, EDITAL Nº 09/2018.

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, homologa o Resultado Preliminar relativo ao Processo Seletivo Simplificado nº. 009/2018.

Art. 1º Fica homologado, para conhecimento dos candidatos inscritos no Processo Seletivo Simplificado nº 009/2018, o Resultado Final destinado ao provimento do cargo de Nutricionista.

Candidato	Classificação
Sandra Regina Heming	1º

--	--	--	--	--	--

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barra Bonita - SC, 09 de outubro de 2018.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

**PORTARIA N.º295 DE 05 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1770224

PORTARIA N.º295 de 05 de outubro de 2018

Demite servidora e da outras providencias.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município

Resolve,

Art.1º. Fica demitida a pedido servidora temporária, Thainá de Souza, matrícula nº426202, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, sob regime estatutário e regime geral da Previdência Social, com carga horária de 40h semanais, a contar desta data.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato correrão a conta do Orçamento Municipal.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 05 de outubro de 2018.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

**PORTARIA Nº 294 DE 05 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1770229

PORTARIA Nº 294 de 05 de outubro de 2018.

“Concede diária e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.  
Resolve.

Art.1º- Conceder 0,5 ( meia) diária ao servidor Volnei Demari, Matricula nº 155201, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 77,50 (setenta e sete reais e cinquenta centavos), para realizar transporte de pacientes em tratamento de saúde fora do domicílio em Francisco Beltrão/PR, conforme Memorando Nº057/2018 e Roteiro de Viagem nº44/2018 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 05 de outubro de 2018.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

# Barra Velha

## PREFEITURA

### ADITIVO CONTRATO 02/023/2016 - PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Publicação Nº 1769977

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
Contratada: IPM INFORMÁTICA LTDA  
Licitação: Proc. Administrativo 071/2016 - PP 056/2016  
Objeto: Contratação de empresa especializada para implantação, capacitação e fornecimento de licença de uso de sistemas de Gestão Pública em ambiente web, com acesso simultâneo para usuários da Administração Municipal, que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e serviços técnicos correlatos, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência.  
Prorroga prazo  
Valor do Contrato: R\$: 510.000,00 (quinhentos e dez mil reais)  
Data da assinatura: 28/09/2018  
Data do vencimento: 28/09/2019  
Barra Velha, 28 de setembro de 2018  
ALDO LUIZ MEES –  
Pela Empresa Contratada  
VALTER MARINO ZIMMERMANN -  
Prefeito

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 082/2018 PMBV

Publicação Nº 1769607

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 060/2018 - PMBV  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2018 - PMBV  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 082/2018-PMBV  
Contratada: AUTO POSTO AVIZ III LTDA  
Objeto: Aquisição/fornecimento parcelado de combustível (gasolina comum) para uso nos veículos da frota Municipal, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência.  
Valor da Ata: R\$ 744.600,00  
Data de Assinatura: 01/10/2018  
Data de Vencimento: 01/10/2019  
Barra Velha, 01 de outubro de 2018  
JOEL GABRIEL DE AVIZ  
Pela Empresa Contratada  
VALTER MARINO ZIMMERMANN  
Prefeito

### DECRETO Nº 1253 DE 03 DE SETEMBRO DE 2018

Publicação Nº 1769706

DECRETO Nº 1253 DE 03 DE SETEMBRO DE 2018  
Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar, e dá outras providências.

VALTER MARINO ZIMMERMANN, Prefeito de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, e de conformidade com a Lei Municipal nº1.643/2017 de 13/12/2017;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 320.501,79 (Trezentos e vinte mil quinhentos e um reais e setenta e nove centavos), destinado a suplementar a dotação abaixo descrita, pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Administração - SEMA  
Unidade Orçamentária: 2 – Departamento de Administração  
Programa de Trabalho: 0004.0122.0006  
Projeto/Atividade: 2.010 – Manutenção do Departamento de Administração

Fonte de Recursos: 0.1.0000.0000 – Recursos Ordinários

Elemento: 3.1.71.00.00.00/201 – Transferências a Consórcios Públicos ..... R\$ 10.935,72

Elemento: 3.3.71.00.00.00/83 – Transferências a Consórcios Públicos ..... R\$ 10.564,28

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC

Unidade Orçamentária: 2 – Departamento de Educação

Programa de Trabalho: 0012.0361.0008

Projeto/Atividade: 2.023 – Qualidade da Educação Básica – Ensino Fundamental

Fonte de Recursos: 0.3.3200.0000 – Transferência de Convênios – União /Educação

Elemento: 3.3.90.00.00.00/515 – Aplicações Diretas ..... R\$ 117.565,50

Órgão: 9 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP

Unidade Orçamentária: 2 – Departamento de Obras e Serviços Públicos

Programa de Trabalho: 0015.0452.0009

Projeto/Atividade: 2.038 – Manutenção do Departamento de Obras e Serviços Urbanos Média e Alta Complexidade - MAC

Fonte de Recursos: 0.1.6499.0000 – Transferências do Sistema Único de Saúde SUS/União

Elemento: 4.4.90.00.00.00/150 – Aplicações Diretas ..... R\$ 127,46

Órgão: 13 – Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca - SEMAP

Unidade Orçamentária: 4 – Departamento de Pesca

Programa de Trabalho: 0023.0608.0013

Projeto/Atividade: 2.049 – Manutenção das Atividades de Pesca

Fonte de Recursos: 0.1.0000.0000 – Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.00.00.00/209 – Aplicações Diretas ..... R\$ 5.000,00

Órgão: 21 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal de Saúde - FMS

Programa de Trabalho: 0010.0301.0021

Projeto/Atividade: 2.071 – Média e Alta Complexidade - MAC

Fonte de Recursos: 0.1.3820.0000 – Transferências do Sistema Único de Saúde SUS/União

Elemento: 3.3.90.00.00.00/277 – Aplicações Diretas ..... R\$ 70.000,00

Elemento: 4.4.90.00.00.00/308 – Aplicações Diretas ..... R\$ 5.954,80

Órgão: 21 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal de Saúde - FMS

Programa de Trabalho: 0010.0301.0021

Projeto/Atividade: 2.077 – Piso da Atenção Básica Variável - PSF

Fonte de Recursos: 0.1.3810.0000 – Transferências do Sistema Único de Saúde SUS/União

Elemento: 3.1.90.00.00.00/262 – Aplicações Diretas ..... R\$ 100.354,03

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo anterior correrão por conta:

I – do excesso de arrecadação a ocorrer no presente exercício, consoante disposto no Inciso II do Parágrafo 1º do art. 43 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme segue:

a) Ministério da Saúde – Fundo Nacional de De Saúde – Apoio Financeiro pela União aos entes federativos que recebem o Fundo de Participação dos Municípios – FPM

Apoio Financeiro Extraordinário – Processo nº 25000.055378/2018-17 - R\$ 170.354,03

II – do superávit financeiro apurado no Balanço do exercício anterior, como segue:

a) Secretaria de políticas Públicas de Emprego – SPPE – Programa Pro-jovem Trabalhador

R\$ 117.565,50

b) Governo do Estado de Santa Catarina – Convênio FUNDAM nº 2017TR001588 – Aquisição de Máquina Escavadeira Hidráulica

R\$ 127,46

III – da anulação parcial/total das dotações abaixo:

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Administração - SEMA

Unidade Orçamentária: 2 – Departamento de Administração

Programa de Trabalho: 0004.0122.0006

Projeto/Atividade: 2.010 – Manutenção do Departamento de Administração

Fonte de Recursos: 0.1.0000.0000 – Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.93.00.00.00/187 – Transferências a Consórcios Públicos ..... R\$ 21.000,00

Elemento: 4.4.71.00.00.00/36 – Transferências a Consórcios Públicos ..... R\$ 500,00

Órgão: 13 – Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca - SEMAP

Unidade Orçamentária: 4 – Departamento de Pesca

Programa de Trabalho: 0023.0608.0013

Projeto/Atividade: 2.049 – Manutenção das Atividades de Pesca

Fonte de Recursos: 0.1.0000.0000 – Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.00.00.00/209 – Aplicações Diretas ..... R\$ 5.000,00

Órgão: 21 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal de Saúde - FMS

Programa de Trabalho: 0010.0301.0021

Projeto/Atividade: 2.071 – Média e Alta Complexidade - MAC

Fonte de Recursos: 0.1.3820.0000 – Transferências do Sistema Único de Saúde SUS/União

Elemento: 3.3.90.00.00.00/277 – Aplicações Diretas ..... R\$ 5.954,80

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha/SC, 03 de setembro de 2018.

Valter Marino Zimmermann

Prefeito Municipal



# Bela Vista do Toldo

## PREFEITURA

### EXTRATOS DE CONTRATOS E ADITIVOS Nº 08/2018

Publicação Nº 1769983

#### EXTRATO DE CONTRATOS

##### ASSISTÊNCIA

Contrato Nº 010/2018-FMAS

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC. Através do Fundo Municipal de Assistência Social.

Contratada: BITUR TRANSPORTADORA TURISTICA LTDA, CNPJ 00.579.954/0001-09, Avenida Prefeito Farid Abrahão, nº 332, Bituruna, Paraná, PR.

Objeto: EVENTUAIS VIAGENS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Valor do Contrato: R\$ 1.110,00 (Um Mil Cento e Dez Reais).

Data da assinatura: 30.08.2018.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

##### PREFEITURA

Contrato Nº 102/2018-PREF

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: MARCELO KOSMALA EIRELI, CNPJ 13.844.351/0001-20, Rua Tenente Ary Rauhen, nº 1175, Centro, Papanduva, SC.

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Valor do Contrato: R\$ 4.523,70 (Quatro Mil Quinhentos e Vinte Três Reais e Setenta Centavos).

Data da assinatura: 08.08.2018.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Contrato Nº 103/2018-PREF

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA - EPP, CNPJ 78.794.427/0001-04, Rua Newton de Souza e Silva, nº 19, Uberaba, Curitiba, PR.

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Valor do Contrato: R\$ 974,00 (Novecentos e Setenta e Quatro Reais).

Data da assinatura: 08.08.2018.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Contrato Nº 104/2018-PREF

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA, CNPJ 00.226.324/0001-42, Avenida Independência, nº 6060, Quadra 70-C, lote 02, Aeroporto, Goiânia, GO.

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Valor do Contrato: R\$ 12.618,20 (Doze Mil Seiscentos e Dezoito reais e Vinte Centavos).

Data da assinatura: 08.08.2018.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Contrato Nº 105/2018-PREF

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: MARCELO KOSMALA EIRELI, CNPJ 13.844.351/0001-20, Rua Tenente Ary Rauhen, nº 1175, Centro, Papanduva, SC.

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Valor do Contrato: R\$ 19.000,00 (Dezenove Mil Reais).

Data da assinatura: 30.08.2018.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

**Contrato Nº 106/2018-PREF**

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: ANTONIO DE LIMA 56397038904, CNPJ 30.647.510/0001-16, Rua Eraldo Lessak, nº 66, Centro, no município de Bela Vista do Toldo/SC.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR.

Valor do Contrato: R\$ 23.751,00 (Vinte Três Mil Setecentos e Cinquenta e Um Reais).

Data da assinatura: 30.08.2018.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

**SAÚDE****Contrato Nº 037/2018-FMS**

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ 19.554.960/0001-21, Rua TV Marcon, nº 29 – sala 05, Bairro Centro, Concórdia, SC.

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

Valor do Contrato: R\$ 5.615,00 (Cinco Mil Seiscentos e Quinze Reais)

Data da assinatura: 14.08.2018.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

**Contrato Nº 038/2018-FMS**

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: MAYKE ANTONIO NIECKARZ, CNPJ 19.544.140/0001-59, Rua Paul Harris, nº 179, Centro, Canoinhas, SC.

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

Valor do Contrato: R\$ 15.841,00 (Quinze Mil Oitocentos e Quarenta e Um Reais).

Data da assinatura: 14.08.2018.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

**Contrato Nº 039/2018-FMS**

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: TOPCLIMA SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI - EPP, CNPJ 27.821.705/0001-26, Rua Avenida Leitão da Silva, nº 260 – andar 01, sala 201, Bairro Praia do Suá, Vitória, ES.

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

Valor do Contrato: R\$ 17.664,00 (Dezessete Mil Seiscentos e Sessenta e Quatro Reais).

Data da assinatura: 14.08.2018.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

**Contrato Nº 040/2018-FMS**

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: VERITÀ VEÍCULOS LTDA, CNPJ 83.528.232/0001-44, Rua Avenida Nereu Ramos, nº 3633, Bairro Bonsucesso, Guarapuava, PR.

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

Valor do Contrato: R\$ 44.419,00 (Quarenta e Quatro Mil Quatrocentos e Dezenove Reais).

Data da assinatura: 14.08.2018.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

**Contrato Nº 041/2018-FMS**

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP, CNPJ 11.145.401/0001-56, Rua Pascoal Gomes Librelotto nº 20, Bairro Dom Antonio Reis, Santa Maria, RS.

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO E EQUIPAMENTOS PARA O EXERCÍCIO DE 2018/2019.

Valor do Contrato: R\$ 4.260,70 (Quatro Mil Duzentos e Sessenta Reais e Setenta Centavos).

Data da assinatura: 23.08.2018.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

**Contrato Nº 042/2018-FMS**

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: METROMED COM. DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA, CNPJ 83.157.032/0001-22, Estrada Boa Esperança, nº 1918, Fundo Canoas, no município de Rio do Sul, SC.

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO E EQUIPAMENTOS PARA O EXERCÍCIO DE 2018/2019.

Valor do Contrato: R\$ 4.576,35 (Quatro Mil Quinhentos e Setenta e Seis Reais e Trinta e Cinco Centavos).

Data da assinatura: 23.08.2018.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Contrato Nº 043/2018-FMS

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: MARIO ALVES MASSANEIRO ME, CNPJ 27.785.820/0001-92, Rio Bonito, no município de Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto: EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPAROS, MANUTENÇÃO DE PEQUENAS REFORMAS, CONSIDERANDO MÃO DE OBRA SEM FORNECIMENTO DE MATERIAL, NA FORMA ESTABELECIDADA NAS PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS DIVERSOS DESCRITOS NO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICE DA CONSTRUÇÃO CIVIL - SINAPI.

Valor do Contrato: R\$ 786,34 (Setecentos e Oitenta e Seis Reais e Trinta e Quatro Centavos)

Data da assinatura: 24.08.2018.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

#### TERMOS ADITIVOS

Termo Aditivo Nº 021/2018-PREF

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: BITUR TRANSPORTADORA TURISTICA LTDA, CNPJ 00.579.954/0001-09, Avenida Prefeito Farid Abrahão, nº 332, Bituruna, Paraná, PR.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto alteração do disposto na Cláusula Primeira do Contrato nº 098/2018, passando a mesma a vigorar com a seguinte alteração: Fica excluída a linha 05 do Contrato nº 098/2018.

Valor do Contrato: R\$ 29.536,50 (Vinte e Nove Mil Quinhentos e Trinta e Seis Reais e Cinquenta Centavos)

Data da assinatura: 28.08.2018.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

#### TERMO DE APOSTILAMENTO

Termo de Apostilamento Nº 008/2018-PREF

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: BITUR TRANSPORTADORA TURISTICA LTDA, CNPJ 00.579.954/0001-09, Avenida Prefeito Farid Abrahão, nº 332, Bituruna, Paraná, PR.

Objeto: TERMO DE APOSTILAMENTO PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Data da assinatura: 30.07.2018.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Termo de Apostilamento Nº 009/2018-FMS

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: V.R.C. ODACHOWOSKI & CIA LTDA - EPP, CNPJ 05.386.983/0001-60, Rua Roberto Elhke, nº 731, no Município de Canoinhas, SC.

Objeto: TERMO DE APOSTILAMENTO PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Data da assinatura: 08.08.2018.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

#### EXTRATOS DE CONTRATOS E ADITIVOS Nº 09/2018

Publicação Nº 1769984

#### EXTRATO DE CONTRATOS

##### ASSISTÊNCIA

Contrato Nº 011/2018-FMAS

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC. Através do Fundo Municipal de Assistência Social.

Contratada: ANA CLAUDIA PINTO, CPF 072.737.229-79, Loteamento Santa Cecília, nº 07, Coahb, Centro, no município de Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS PARA REALIZAÇÃO DE OFICINAS NO (SCFV) SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS DE BELA VISTA DO TOLDO.

Valor do Contrato: R\$ 4.250,00 (Quatro Mil Duzentos e Cinquenta Reais).

Data da assinatura: 18.09.2018.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

#### TERMOS ADITIVOS

##### Termo Aditivo Nº 022/2018-PREF

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: VOLPESA - LOCAÇÕES E TRANSPORTE LTDA. - EPP. CNPJ 03.393.652/0001-21, Rua Mercedes Corte, 500, Distrito do Campo da Água Verde, no município de Canoinhas/SC.

Objeto: EXECUÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA AUGUSTO KUCHLER, CONTANDO COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO E CRONOGRAMA DE OBRA EM ANEXO.

Contrato: Aditivo de Prorrogação Contratual.

Data da assinatura: 03.09.2018.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

##### Termo Aditivo Nº 023/2018-PREF

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: NCM CONSTRUÇÕES LTDA. - ME. CNPJ 08.997.863/0001-97, Rua Felix de Lucca, 44, Bairro Milanese, no município de Criciúma, SC.

Objeto: EXECUÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO PARA A CIDADE BELA VISTA DO TOLDO, NA RUA FRANCISCO KARVAT SOBRINHO, MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA DE QUANTITATIVOS E DEMAIS ANEXOS.

Valor do Aditivo: R\$ 331.324,38 (Trezentos e Trinta e Um Mil Trezentos e Vinte Quatro Reais e Trinta e Oito Centavos).

Data da assinatura: 03.09.2018.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

##### Termo Aditivo Nº 024/2018-PREF

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: ADILSON CARLOS DE CASTRO, CNPJ 29.752.513/0001-30, Rua Estrada Geral de Pinhalzinho, Interior, no município de Bela Vista do Toldo/SC.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR.

Valor do Aditivo: R\$ 2.259,35 (Vinte Três Mil Setecentos e Cinquenta e Um Reais).

Data da assinatura: 03.09.2018.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

##### Termo Aditivo Nº 025/2018-PREF

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: ANTONIO DE LIMA 56397038904, CNPJ 30.647.510/0001-16, Rua Eraldo Lessak, nº 66, Centro, no município de Bela Vista do Toldo/SC.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR.

Valor do Aditivo: R\$ 5.774,30 (Cinco Mil Setecentos e Setenta e Quatro Reais e Trinta Centavos).

Data da assinatura: 03.09.2018.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

##### Termo Aditivo Nº 026/2018-PREF

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: JEAN GUSTAVO VEIGA SJABELSKI - MEI, CNPJ 29.561.742/0001-78, Rua Estanislau Wojciechowski, nº 660, Centro, no município de Major Vieira/SC.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR.

Valor do Aditivo: R\$ 16.852,05 (Dezesseis Mil Oitocentos e Cinquenta e Dois Reais e Cinco Centavos).

Data da assinatura: 03.09.2018.

ADELMO ALBERTI

## Prefeito Municipal

## Termo Aditivo Nº 027/2018-PREF

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: SAMUEL KRULL 92118690991, CNPJ 28.155.929/0001-09, Serra do Lucindo, Interior, no município de Bela Vista do Toldo/SC.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR.

Valor do Aditivo: R\$ 17.537,52 (Dezessete Mil Quinhentos e Trinta e Sete Reais e Cinquenta e Dois Centavos).

Data da assinatura: 03.09.2018.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

## Termo Aditivo Nº 028/2018-PREF

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: ANTONIO DE LIMA 56397038904, CNPJ 30.647.510/0001-16, Rua Eraldo Lessak, nº 66, Centro, no município de Bela Vista do Toldo/SC.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR.

Valor do Aditivo: R\$ 8.891,40 (Oito Mil Oitocentos e Noventa e Um Reais e Quarenta Centavos).

Data da assinatura: 03.09.2018.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

## TERMO DE APOSTILAMENTO

## Termo de Apostilamento Nº 010/2018-PREF

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA, CNPJ 01.302.498/0001-25, Rua Alberto Muller, nº 5.000, no Município de Brusque, SC.

Objeto: TERMO DE APOSTILAMENTO PARA REEQUILÍBRIO ECONÔMICO

Data da assinatura: 12.09.2018.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

## Termo de Apostilamento Nº 011/2018-FMS

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA, CNPJ 01.302.498/0001-25, Rua Alberto Muller, nº 5.000, no Município de Brusque, SC.

Objeto: TERMO DE APOSTILAMENTO PARA REEQUILÍBRIO ECONÔMICO

Data da assinatura: 12.09.2018.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

## Termo de Apostilamento Nº 012/2018-FMAS

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: V.R.C. ODACHOWOSKI & CIA LTDA – EPP, CNPJ 05.386.983/0001-60, Rua Roberto Elhke, nº 731, no Município de Canoinhas, SC.

Objeto: TERMO DE APOSTILAMENTO PARA REEQUILÍBRIO ECONOMICO

Data da assinatura: 19.09.2018.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

## Termo de Apostilamento Nº 013/2018-PREF

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: V.R.C. ODACHOWOSKI & CIA LTDA – EPP, CNPJ 05.386.983/0001-60, Rua Roberto Elhke, nº 731, no Município de Canoinhas, SC.

Objeto: TERMO DE APOSTILAMENTO PARA REEQUILÍBRIO ECONOMICO

Data da assinatura: 19.09.2018.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

**PORTARIAS 274-275/2018**

Publicação Nº 1770299

PORTARIA Nº 274/2018, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

ANTONIO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município, resolve expedir a presente para:

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de férias à servidora DAIANE DE SOUZA GOMES, investida no cargo de Secretária Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, referente ao período aquisitivo de 02/01/2017 à 01/01/2018, a partir de 09/10/2018 à 18/10/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 09 de outubro de 2018.

ANTONIO ALBERTI  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 09 de outubro de 2018.

NATANAEL PIRES  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
PORTARIA nº. 275/2018, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

ANTONIO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município, resolve:

Art. 1º. Conceder ao servidor GILCIONE MAZAROVICZ ocupante do cargo de Farmacêutico do Quadro de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, 30 (trinta) dias de licença prêmio pelo período de 10/10/2018 à 08/11/2018, referente ao período aquisitivo de 2012/2017, de acordo com o art. 87 da Lei Municipal nº 004 de 27 de janeiro de 1997.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 09 de outubro de 2018.

ANTONIO ALBERTI  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 09 de outubro de 2018.

NATANAEL PIRES  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

# Belmonte

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2018

Publicação Nº 1769689

MUNICIPIO DE BELMONTE  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2018  
Registro de Preços

Objeto: Aquisição de óleo lubrificante, fluidos e graxa para manutenção de máquinas e veículos da municipalidade, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 15:00 horas do dia 23/10/2018, no Dpto. de Licitações da Prefeitura Municipal, a Rua Engenheiro Francisco Passos, 133, iniciando a fase de lances às 15:00 horas do mesmo dia. Informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 09 de outubro de 2018.  
Genésio Bressiani  
Prefeito Municipal



# Benedito Novo

## PREFEITURA

### ATA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO - DP 82/2018

Publicação Nº 1769652

#### ATA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 82/2018  
MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 82/2018  
DATA: 05/10/2018 - HORA DE INÍCIO: 9 horas.

Na data e horário supramencionados, na sala de reuniões da Prefeitura de Benedito Novo reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações nomeados pela Portaria nº 001/2018 para análise dos documentos constantes do Processo de Dispensa de Licitação nº 82/2018, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE UMA COLEÇÃO DE LIVROS DE LITERATURA COM 170 VOLUMES DIVERSOS PARA ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL. Aberta a sessão foram analisados os documentos integrantes deste processo de dispensa relacionados abaixo:

Orçamentos e planilha comparativa de preços	
Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Lei 8.666/93, Art. 29, III
Certidão Negativa de Débitos Estaduais	Lei 8.666/93, Art. 29, III
Certidão Negativa de Débitos Municipais	Lei 8.666/93, Art. 29, III
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Lei 8.666/93, Art. 29, V
Certidão Negativa de FGTS	Lei 8.666/93, Art. 29, IV
Contrato Social	Lei 8.666/93, Art. 27, III
CNPJ	Lei 8.666/93, Art. 29, I
Declaração Obrigatória	Lei 8.666/93, Art. 27, V

Da análise destes documentos, observa-se que a empresa CARLOS PINHEIRO DA ROSA ME, CNPJ: 30.096.232/0001-56 encontrasse com a documentação de habilitação regular.

Nada mais havendo, o Presidente da Comissão encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

#### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

MAURICIO STEFFEN Presidente	JOICE APARECIDA COSTA Membro	MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI Membro
--------------------------------	---------------------------------	-------------------------------------

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2018

Publicação Nº 1769477

#### PUBLICAÇÕES LEGAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2018  
ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO/SC  
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS E PRODUTOS DE COPA E COZINHA PARA CONSUMO NAS DIVERSAS SECRETARIAS

ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA. ME			
Item	Produto	Marca	Valor Unit.
3	FILTRO DE PAPEL PARA CAFÉ Nº 103, COM 30 UNIDADES.	BRIGGITA	2,45

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL ME			
Item	Produto	Marca	Valor Unit.
1	CHÁ DE CAMOMILA E MAÇÃ, EMBALAGEM COM 10 SACHES/SAQUINHOS	NEILAR	1,99
2	CAFE TORRADO E MOIDO, TRADICIONAL, EM PO, PORTANDO SELO DE PUREZA DA ASSOCIACAO BRASILEIRA DA INDUSTRIA DO CAFE (ABIC), EMBALAGEM A VACUO, COM 500 G.	OURO	6,50
4	LEITE UHT INTEGRAL, CONTENDO 3% DE GORDURA, EMBALAGEM TETRAPAK COM 1 L	LANGUIRU	2,48
5	ACUCAR REFINADO EMBALAGEM COM 1KG	SABOR DOCE	1,84
6	ACUCAR REFINADO EMBALAGEM COM 5KG	SABOR DOCE	8,99

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 02 de outubro de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

Benedito Novo (SC), 02 de outubro de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal



**EXTRATO DE CONTRATO 82/2018**

Publicação Nº 1770105

**PUBLICAÇÕES LEGAIS**  
**EXTRATO DE CONTRATO**

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 76/2018

EXTRATO DE CONTRATO Nº 82/2018

Contratada: FIBRA TOP UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA EPP

Objeto: AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PARA OS GRUPOS DA MELHOR IDADE E CAMISETAS PARA UTILIZAÇÃO EM CAMPANHAS

Valor Contratado: R\$ 13.376,00

Vigência: 08/10/2018 a 31/12/2018

Data Assinatura: 08/10/2018

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 280/2018 - DESIGNA COMISSÃO ORGANIZADORA E FISCALIZADORA DA FESTA DAS TRADIÇÕES - EDIÇÃO 2018**

Publicação Nº 1769694

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC
--	--

PORTARIA Nº 280/2018, DE 04 DE OUTUBRO DE 2018.

DESIGNA COMISSÃO ORGANIZADORA E FISCALIZADORA DA FESTA DAS TRADIÇÕES – EDIÇÃO 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município e o Decreto nº 110/2015, que estabelece os dias dos festejos;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Instituir a Comissão Organizadora e Fiscalizadora da Festa das Tradições – Edição 2018, programada para os dias 14, 15, 16, 17 e 18 de novembro de 2018.

Art. 2º - Designar as atribuições de organização e fiscalização às Secretarias Municipais, como segue:

I – Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer, Cíntia Mara Michelli Panini, Responsável pela Comissão;

II – Chefe de Gabinete, Iraci Spiess Klitzke, Secretária;

III – Secretaria de Administração e Finanças, Ivandro Klitzke, Finanças/Orçamento e Contratos;

IV – Secretaria de Saúde e Assistência Social, Ronie Gilberto Loewen, Limpeza/Higiene/Alimentação/Equipe Saúde/Desfile Realezas/Decoração Pavilhões/Decoração dos Postes/Reforma das Cercas/Apresentações Culturais;

V – Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Urbanos, Ingomar Roeder, Infraestrutura/Limpeza de Rua/Sinalização/Decoração Pavilhões/Limpeza Centro de Eventos/Reforma das Cercas/Decoração dos Postes/Torneio das Tradições;

VI – Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer, Marcio Menestrina, Organização dos Pavilhões/Decoração dos Postes/Reforma das Cercas/Desfile Alegórico/Apresentações Culturais (Caça Tiro, Festival da Canção, Torneio das Tradições); Segurança/Sonorização/Provas Típicas;

VII – Secretaria de Educação e Cultura, Marlice Konel Carlini, Decoração dos Pavilhões/Decoração dos Postes/Desfile Alegórico/Apresentações Culturais (Caça Tiro, Festival da Canção);

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC
--	--

VIII - Secretaria de Planejamento e Trânsito, Ivandro Klitzke, Decoração dos Pavilhões/Reforma das Cercas/Decoração dos Postes/Desfile Alegórico/Apresentações Culturais/Concurso Decoração das Lojas/Clube de Caça e Tiro/Festival da Canção;

IX – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Marlo Andreias Neumann, Reforma das Cercas/Caça e Tiro/Concurso Decoração Lojas/Desfile Alegórico/Provas Típicas/Limpeza/Alimentação.

Art. 3º - Igualmente fica atribuída à Comissão a fiscalização da execução do Contrato Administrativo nº 76/2018 com a finalidade de Contratação de Empresa Especializada em Organização de Eventos para Prestação de Serviços de Organização e Realização da Festa das Tradições – Edição 2018, a ser realizada nos dias 14 a 18 de novembro de 2018, no Município de Benedito Novo/SC, com fornecimento das Estruturas, Divulgação, Segurança, Limpeza, Produção do Show Nacional e Demais Serviços.

Art. 4º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 04 de outubro de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

**PORTARIA Nº 281/2018 - DESIGNA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS CONFORME ESPECIFICA**

Publicação Nº 1769695

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC
--	--

PORTARIA Nº 281/2018, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.

DESIGNA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS, CONFORME ESPECIFICA.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores, FLAVIO TESKE, INGOMAR ROEDER e IVANDRO KLITZKE, para comporem a Comissão de Avaliação de bens móveis inservíveis para administração pública municipal, conforme relação anexa.

Art. 2º - A comissão terá o prazo de 05 (cinco) dias para a análise e elaboração do laudo de avaliação.

Art. 3º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 05 de outubro de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC
--	--

**RELAÇÃO DOS BENS INSERVÍVEIS**

LOTE 01: SUCATAS DE INFORMÁTICA, TELEFONIA, ELETRÔNICOS, CADEIRAS, CARTEIRAS, ARMÁRIOS E OUTROS.

LOTE 02: UMA CAÇAMBA PEQUENA DE CAMINHÃO, COR AMARELO, COM O PISTÃO.

LOTE 03: 01 VEÍCULO JEEP WILLYS, ANO/MODELO 1967, PLACAS MDU-6770, RENAVAL 547259450, COR AZUL, GASOLINA, NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA, SEM MOTOR, NÚMERO DA FROTA 13.

LOTE 04: UM VEÍCULO GM/CORSA SEDAN GL 1.6, ANO/MODELO 1997, PLACAS LYL-4562, RENAVAL 671467328, COR BRANCA, GASOLINA, NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA, NÚMERO DA FROTA 44.

LOTE 05: 01 (UMA) MOTONIVELADORA CATERPILLAR MODELO 120B, ANO 1978, COR AMARELA, DIESEL, NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA, NÚMERO DA FROTA 16.

LOTE 06: 01 (UMA) MOTONIVELADORA CATERPILLAR MODELO 120B, ANO 1974, COR AMARELA, DIESEL, NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA, NÚMERO DA FROTA 21.

LOTE 07: UM VEÍCULO PICUP WILLYS, ANO/MODELO 1976, PLACAS MDS-5400, RENAVAL 547251726, COR BRANCA, CARROCEIRA DE MADEIRA, GASOLINA. OBS: O VEÍCULO POSSUI MOTOR, PORÉM NÃO É O MOTOR REGULARIZADO AO VEÍCULO E NEM SERÁ POSSÍVEL REGULARIZAR COM ESSE MOTOR CONSTANTE NO VEÍCULO, NÚMERO DA FROTA 35.

LOTE 08: UMA RETROESCAVADEIRA CASE, MODELO 580L, ANO 1999, COR AMARELA, DIESEL, NÚMERO DA FROTA 48, USADA E NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA.

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC
--

LOTE 09: UM CAMINHÃO BASCULANTE MERCEDES BENS, MODELO LB2318, ANO/MODELO 1990, PLACAS LZX 5515, RENAVAL 547260946, SEM CAÇAMBA, COM MOTOR DANIFICADO, NÚMERO DA FROTA 26.

LOTE 10: 01 PULVERIZADOR AGRÍCOLA MARCA MONTANA C/400 LITROS, USADO NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA.

LOTE 11: UM DISTRIBUIDOR DE ESTERCO LÍQUIDO, MARCA FERTILANSE, USADO NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA.

LOTE 12: UM VEÍCULO FIAT/UNO S IE, ANO/MODELO 1994, PLACAS LWR 8383, RENAVAL 545746590, ALCOOL, USADO NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA. NÚMERO DE FROTA 58.

LOTE 13: SUCATA FERROZA COM APROXIMADAMENTE 1.500KG, ONDE SERÁ VENDIDO POR ESTIMATIVA DE PESO, NÃO SERÁ PESADO.

LOTE 14: JANELAS DE FERRO ENVRIDRAÇADAS E UMA PORTA DE FERRO, USADA NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA.

LOTE 15: UMA CAÇAMBA COR BRANCA, MARCA FREEWIL, SEM PISTÃO E SEM CHASSI, USADA NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA.

Observação: Bens usados no estado em que se encontram.

Município de Benedito Novo, aos 05 de outubro de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN  
Prefeito de Benedito Novo

# Biguaçu

## PREFEITURA

### SUSPENSÃO PP 47/2018 - FMS

Publicação Nº 1770199

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

#### AVISO DE SUSPENSÃO DO PP 47/2018- FMS

A Diretoria de Licitações e Contratos vem comunicar às empresas interessadas no Processo de Licitação PP 47/2018 - FMS, cujo objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDER A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS BEM COMO PARA ATENDER AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E DEMAIS PROGRAMAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU", que a sessão de licitação fica SUSPENSA.

Diante das impugnações e pedido de esclarecimento protocolados junto a este órgão, esta Diretoria de Licitações resolve pela suspensão do referido Edital, para que seja sanado quaisquer dúvidas relativas ao mesmo e possível correção do edital vinculativo.

Deste modo, novo comunicado será publicado no DOM (Diário Oficial dos Municípios), informando nova data da sessão de licitação do edital do processo supracitado

Biguaçu, 09 de outubro de 2018.

Mirella da Conceição

Pregoeira

### SUSPENSÃO PP 49/2018 - FMS

Publicação Nº 1769899

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS  
AVISO DE SUSPENSÃO DO PP 49/2018 - FMS

A Diretoria de Licitações e Contratos vem comunicar às empresas interessadas no Processo de Licitação PP 49/2018 - FMS, cujo objeto é a "CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA ODONTOLÓGICA PARA ATENDIMENTO A CLIENTES DA REDE PÚBLICA QUE NECESSTAM DE CONFECÇÃO DE PRÓTESES PARCIAIS REMOVÍVEIS E TOTAIS EM ACRÍLICO, A SEREM FORNECIDAS AOS MUNICÍPIOS INSCRITOS NO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO BUCAL DO SERVIÇO ODONTOLÓGICO DE BIGUAÇU, SENDO PARTE INTEGRANTE DO PROGRAMA BRASIL SORRIDENTE DO MS", que a sessão de licitação fica SUSPENSA, para análise dos questionamentos recebidos e possível correção do edital vinculativo.

Deste modo, novo comunicado será publicado no DOM (Diário Oficial dos Municípios), informando nova data da sessão de licitação e alterações realizadas no edital.

Biguaçu, 09 de outubro de 2018.

Mirella da Conceição

Pregoeira

### TP201/2018-PMB

Publicação Nº 1769900

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS  
AVISO TOMADA DE PREÇOS 201/2018- PMB

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de material e serviços de mão de obra para a construção de garagem e montagem em estrutura metálica para as viaturas da 3ª Companhia de Bombeiros Militar de Biguaçu/SC, de acordo com memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projetos, parte integrante deste edital.

Data de Recebimento dos envelopes documentação e proposta: até às 13h45min horas do dia 29/10/2018, na Diretoria de Licitações desta Prefeitura.

Abertura do envelope documentação e proposta: às 14h00min horas do dia 29/10/2018, na Sala da Diretoria de Licitações desta Prefeitura. Local para obtenção do edital: site: <https://biguacu.atende.net>, ou na Diretoria de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8022.

Biguaçu, SC, 09 de outubro de 2018.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA DE FÉRIAS Nº 136/218**

Publicação Nº 1769791

PORTARIA Nº 136/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas no Art. 24, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao servidor, GUSTAVO FELIPE BORBA DE AMORIM, ocupante do cargo efetivo de Técnico Audiovisual, de 05 (cinco) dias. Início dia 15/10/2018 e término 19/10/2018, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu/SC, 09 de setembro de 2018.

Vereador Marconi Kirch

Presidente

# Blumenau

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 11.947/2018

Publicação Nº 1770177

DECRETO Nº 11.947, DE 04 DE OUTUBRO DE 2018.

ESTABELECE O CALENDÁRIO DE PONTOS FACULTATIVOS PARA OS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, II, V e VII, e na forma do art. 75, I, "m" e "o", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido o calendário de pontos facultativos para os órgãos e entidades da administração direta e indireta do Município para o ano de 2019, da seguinte forma:

I - dias 04 e 05 de março, segunda-feira e terça-feira de Carnaval;

II - dia 21 de junho, sexta-feira imediatamente seguinte ao feriado de "Corpus Christi", em antecipação à comemoração dos dias do Professor (15 de outubro) e do Servidor Público (28 de outubro).

Art. 2º Nas datas a que se refere este Decreto, os serviços considerados essenciais do Município funcionarão em regime de plantão, de acordo com escala a ser estabelecida pelas respectivas chefias, não sendo consideradas como extraordinárias as horas trabalhadas.

Art. 3º Fica excepcionada das disposições deste Decreto a Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de outubro de 2018.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

### EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 025/2018

Publicação Nº 1770184

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 025/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA CELEIRO DA CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES EIRELI – EPP.

OBJETO: EXECUÇÃO DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ARTICULADA COM LAJOTAS SEXTAVADAS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA MANOEL JUSTINO DA SILVA, LOCALIZADA NO BAIRRO GARCIA – BLUMENAU/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 043/2015.

PRAZO: Prorroga o prazo de vigência contratual por mais 03 (três) meses, ou seja, de 20 de agosto de 2018 até 19 de novembro de 2018.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 6.619,59 (seis mil, seiscentos e dezenove reais e cinquenta e nove centavos), suprimindo a quantia de R\$ 26.258,74 (vinte e seis mil, duzentos e cinquenta e oito reais e setenta e quatro centavos), totalizando o valor pago à contratada em R\$ 63.053,03 (sessenta e três mil, cinquenta e três reais e três centavos).

DATA: 20 de setembro de 2018.

**EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 80/2016**

Publicação Nº 1770190

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 80/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA ESTRADA ENGENHARIA VIARIA LTDA.

OBJETO: EXECUÇÃO DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA IRMGARD CARL, LOCALIZADA NO BAIRRO ESCOLA AGRÍCOLA - PROGRAMA PAVIMENTAÇÃO/SEMOP (LOTE 02).

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 03-044/2015.

PRAZO: I – PRAZO DE EXECUÇÃO: Prorroga-se o prazo de execução por mais 30 (trinta) dias, ou seja, de 15 de setembro de 2018 até 14 de outubro de 2018; II – PRAZO DE VIGÊNCIA: Prorroga-se o prazo de vigência por mais 30 (trinta) dias, ou seja, de 02 de novembro de 2018 até 01 de dezembro de 2018.

DATA: 20 de setembro de 2018.

**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 123/2018**

Publicação Nº 1770193

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 123/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA.

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, NA RUA JOEL BERNARDES, BAIRRO VELHA CENTRAL, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC, CONTRATO DE REPASSE 1828839/2016 – MINISTÉRIO DAS CIDADES/CEF E CONTRAPARTIDA DO MUNICÍPIO – (LOTE 01).

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 007/2018.

PRAZO: I - PRAZO DE EXECUÇÃO: Prorroga-se por mais 01 (um) mês, ou seja, de 13 de outubro de 2018 até 13 de novembro de 2018; II - PRAZO DE VIGÊNCIA: Prorroga-se por mais 03 (três) meses, ou seja, de 12 de dezembro de 2018 até 11 de março de 2019.

DATA: 24 de setembro de 2018.

**EXTRATO CONTRATO Nº 154/2018**

Publicação Nº 1770195

EXTRATO – CONTRATO Nº. 154/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E O LABORATÓRIO SANTA ISABEL DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA.

OBJETO: Prestação de serviços com a finalidade diagnóstica em análise laboratorial clínica, conforme códigos constantes na tabela SIA/SUS, aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) – FMS/SEMUS.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº. 09-062/2018.

PRAZO: O presente contrato vigorará por 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, limitado o prazo a 60 (sessenta) meses.

PREÇO: Estima-se em R\$ 62.678,07 (sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e oito reais e sete centavos) os gastos mensais durante a execução deste contrato, totalizando R\$ 752.136,84 (setecentos e cinquenta e dois mil, cento e trinta e seis reais e oitenta e quatro centavos).

DATA: 25 de julho de 2018.

**EXTRATO CONTRATO Nº 190/2018**

Publicação Nº 1770196

EXTRATO – CONTRATO Nº. 190/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA BLU STAR - COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.

OBJETO: Aquisição de veículos (Item 03: tipo furgão, adaptado para ambulância e item 04: para passageiros, modelo sprinter) conforme especificações constantes no edital - FMS/SEMUS.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 118/2018.

PRAZO: O presente contrato terá sua vigência pelo período de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura.

PREÇO: O valor total a ser pago para a CONTRATADA pelos veículos é de R\$ 358.744,00 (trezentos e cinquenta e oito mil e setecentos e quarenta e quatro reais)

DATA: 13 de setembro de 2018.

**EXTRATO CONTRATO Nº 198/2018**

Publicação Nº 1770198

EXTRATO – CONTRATO Nº 198/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA EVOLUTION CONSTRUTORA E LOCAÇÕES EIRELI.

OBJETO: Locação de contêineres metálicos e anexos (escadas, decks, etc), conforme termo de referencia do edital para atendimento as edições da Oktoberfest 2018 e 2019 - PROEB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 120/2018.

PRAZO: O prazo de vigência do presente contrato será a partir da sua assinatura até o dia 31/12/2019.

PREÇO: O valor total a ser pago a CONTRATADA é de R\$ 166.000,00 (cento e sessenta e seis mil reais).

DATA: 20 de setembro de 2018.

**EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 201/2015**

Publicação Nº 1770201

EXTRATO – 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 201/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA REUNIDAS TURISMO S/A.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PASSAGENS INTERMUNICIPAIS E INTERESTADUAIS, PARA DESLOCA-  
MENTO DE USUÁRIOS ATENDIDOS PELA SEMUDES.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 067/2015.

PRAZO: Acrescenta a quantia de R\$ 1.327,96 (mil, trezentos e vinte e sete reais e noventa e seis centavos) em decorrência do reajuste do valor pago à contratada para R\$ 64.902,39 (sessenta e quatro mil, novecentos e dois reais e trinta e nove centavos), a contar de 14 de julho de 2018.

DATA: 05 de setembro de 2018.



**EXTRATO CONTRATO Nº 208/2018**

Publicação Nº 1770203

EXTRATO – CONTRATO Nº. 208/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA FAST VEÍCULOS LTDA.

OBJETO: Locação de veículos.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 085/2018.

PRAZO: O prazo de vigência do contrato para prestação dos serviços desta licitação será de 12 (doze) meses, a contar de 01/10/2018.

PREÇO: O preço total estimado a ser pago pelo CONTRATANTE à CONTRATADA é de R\$ 675.151,04 (seiscentos e setenta e cinco mil, cento e cinquenta e um reais e quatro centavos)

DATA: 28 de setembro de 2018.

**EXTRATO CONTRATO Nº 209/2018**

Publicação Nº 1770204

EXTRATO – CONTRATO Nº. 209/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA DOMINATTO INDÚSTRIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI.

OBJETO: Locação de veículos.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 085/2018.

PRAZO: O prazo de vigência do contrato para prestação dos serviços desta licitação será de 12 (doze) meses, a contar de 01/10/2018.

PREÇO: O preço total estimado a ser pago pelo CONTRATANTE à CONTRATADA é de R\$ 448.153,16 (quatrocentos e quarenta e oito mil, cento e cinquenta e três reais e dezesseis centavos).

DATA: 28 de setembro de 2018.

**EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 222/2017**

Publicação Nº 1770206

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 222/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

COMUNHÃO MARTIM LUTERO.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL NA RUA ERICH BELZ, Nº 161, BAIRRO ITROUPAVA CENTRAL, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL IRMGARD ZOSCHKE.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº. 08-123/2017.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 2.198,76 (dois mil, cento e noventa e oito reais e setenta e seis centavos) em decorrência do reajuste do valor da locação para R\$ 5.183,23 (cinco mil, cento e oitenta e três reais e vinte e três centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 62.198,76 (sessenta e dois mil, cento e noventa e oito reais e setenta e seis centavos).

DATA: 02 de outubro de 2018.

**EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 239/2017**

Publicação Nº 1770207

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 239/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA RAMOS TERRAPLANAGEM LTDA

OBJETO: EXECUÇÃO DE CICLOVIA E PASSEIO COMPARTILHADO NA RUA HEINRICH HEMMER COM EXTENSÃO DE 1.048,85M, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC, COMPREENDENDO DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO DE PISTA E PASSEIO, OBRAS COMPLEMENTARES, SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 03-015/17.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 146.841,01 (cento e quarenta e seis mil, oitocentos e quarenta e um reais e um centavo), suprimindo a quantia de R\$ 65.218,13 (sessenta e cinco mil, duzentos e dezoito reais e treze centavos), totalizando o valor a ser pago à contratada em R\$ 861.085,42 (oitocentos e sessenta e um mil oitenta e cinco reais e quarenta e dois centavos).

DATA: 25 de setembro de 2018.

**EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 248/2016**

Publicação Nº 1770209

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 248/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

EMPRESA UNIÃO DE TRANSPORTE LTDA.

OBJETO: PERMISSÃO DE USO DE ÁREA DE 29,77M<sup>2</sup>, SITUADA NO PISO TÉRREO DO TRPPHD – TERMINAL RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS PREFEITO HERCÍLIO DEEKE, PARA INSTALAÇÃO DE AGÊNCIA EMISSORA DE PASSAGENS E DESPACHO DE MERCADORIAS/CARGAS RODOVIÁRIAS.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº. 09-93/2016.

PRAZO: Prorroga prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 30 de setembro de 2018 até 29 de setembro de 2019.

PREÇO: Totaliza-se o valor total do contrato em R\$ 23.823,75 (vinte e três mil, oitocentos e vinte e três reais e setenta e cinco centavos).

DATA: 27 de setembro de 2018.

**EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 276/2016**

Publicação Nº 1770212

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 276/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA.

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, NA RUA MARTIN JENSEN (BAIRRO ITROUPAVA CENTRAL).

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 03-013/2016.

PRAZO: Prorroga o prazo de vigência contratual por mais 06 (seis) meses, ou seja, de 17 de outubro de 2018 até 16 de abril de 2019.

DATA: 26 de setembro de 2018.

**EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 283/2016**

Publicação Nº 1770215

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 283/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA.

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, NA RUA ERICH BELZ (BAIRRO ITOUPAVA CENTRAL).

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 03-011/2016.

PRAZO: I. DO PRAZO DE EXECUÇÃO: Prorroga-se por mais 05 (cinco) meses, ou seja, de 1º de julho de 2018 até 31 de dezembro de 2018; II. PRAZO DE VIGÊNCIA: Prorroga-se por mais 06 (seis) meses, ou seja, de 21 de setembro de 2018 até 20 de março de 2019.

DATA: 25 de setembro de 2018.

**EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 323/2016**

Publicação Nº 1770218

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 323/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

SR. JACI JOSÉ TAMBANI.

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DO C.E.I. PROFª WALLY SERENA BRANDES.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº. 08-184/2016.

PRAZO: Prorroga o prazo de vigência contratual por mais (doze) meses, ou seja, de 1º de novembro de 2018 até 31 de outubro de 2019.

PREÇO: renova-se o valor pago pela utilização do imóvel em comento, que se mantém em R\$ 3.343,84 (três mil, trezentos e quarenta e três reais e oitenta e quatro centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 40.126,08 (quarenta mil, cento e vinte e seis reais e oito centavos).

DATA: 28 de setembro de 2018.

**PRORROGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 152/2018**

Publicação Nº 1770223

MUNICÍPIO DE BLUMENAU – PRORROGAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 152/2018

Objeto: Aquisição de equipamentos para salas e auditório da ETSUS, sendo projetores multimídia e caixa de som, conforme especificações constantes neste Edital - SEMUS/FMS. Utilizamos-nos do presente para informar que a abertura do Pregão supracitado prevista para o dia 18/10/2018, às 09:00 horas, está SUSPENSA, e a data de abertura PRORROGADA para a Entrega e protocolo dos envelopes: dia 23 de outubro de 2018, às 14h00min. Início da sessão: dia 23 de outubro de 2018, às 14h30min. Edital completo: via e-mails: brunamaas@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do município <http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia>. Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 10/10/2018 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

**NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 092/2018**

Publicação Nº 1770226

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU  
SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA  
DIRETORIA DE RECEITA  
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

**NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 092/2018****CONTRIBUINTE : DK SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTOS LTDA ME****ENDEREÇO: RUA SABIA, 135 - AGUA VERDE****Nº INSCRIÇÃO: 68.612****CNPJ.: 04.299.495/0001-52****Processo Fiscal: 58/2018****Sócios: DANIELA KRIEGER e HAROLDO KRIEGER**

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base no Art. 151 da LC 632/2007, intimando-o para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do 1º dia útil seguinte à ciência desta notificação:

a) recolher à Fazenda Municipal o valor abaixo discriminado, referente ao débito do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 81 da LC 632/2007); ou

b) reclamar do lançamento em que é parte (Art. 207, caput da LC 632/2007).

DEMONSTRATIVO DOS VALORES APURADOS:	
Base de Cálculo	90.694,96
Imposto a Recolher	2.720,85
Atualização Monetária	121,26
Juros de Mora	527,45
Multa p/ infração	1.421,06
Total Geral	4.790,62

**DESCRIÇÃO DOS FATOS:**

1)Período Notificado: 01/2015, 02/2015; 02/2017 a 12/2017; 01/2018, 02/2018.

2)Documentos examinados:Notas Fiscais emitidas (Notablu).

3)Concluído o procedimento fiscal nos termos da legislação aplicável, constatou-se que o contribuinte:

3.1)Presta serviços constante(s) da Lista de Serviços prevista na Lei Complementar Federal 116/03 e prevista no Art. 276 da LC 632/2007, item: 17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.

3.2)Em 19/03/2018 emitida a Intimação Fiscal nº 061/2018 ao contribuinte para apresentação dos comprovantes de pagamento do ISSQN em aberto no Notablu, referente a Prestação de Serviços executada. Enviada a referida Intimação ao endereço cadastral do contribuinte, sito à rua Sabia, 135 – Agua Verde; porém, a referida Intimação retornou à Prefeitura com a informação "Mudou-se".

3.2.1)Não obtendo êxito em localizar o contribuinte, emitiu-se a Notificação dos valores de ISSQN em aberto no Notablu, enviando a Notificação para publicação em edital no Boletim Oficial do Município de Blumenau, conforme Art. 153, III, LC 632/2007.

3.3)Deixou de recolher o ISSQN devido referente ao período acima indicado, conforme demonstrativo acima e mapas de apuração anexos, infringindo a legislação tributária municipal em seu artigo 295, § 1º da LC 632/2007.

4)A base de cálculo da presente notificação compõe-se:

4.1)Soma dos valores dos serviços prestados, conforme lançamentos Notas Fiscais no Notablu.

5)CÁLCULO DO VALOR A PAGAR:

5.1)Sobre o valor do imposto calculado incidiram os acréscimos legais conforme segue:

Sobre a base de cálculo apurada foi aplicada a alíquota de: 3% conforme Art. 276 da LC 632/2007.

a)Atualização monetária:

- A partir de 2014 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10223/2013.

- A partir de 2015 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10502/2014.

- A partir de 2016 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10820/2015.

- A partir de 2017 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 11146/2016.

- A partir de 2018 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 11580/2017.

b)Juros de Mora de 1% ao mês, com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007.

5.2)Foi aplicada multa de 50% sobre o valor atualizado conforme Art. 305 da LC 632/2007.

6)Observações:

6.1)Dentro do prazo estipulado, esta Notificação poderá ser quitada (à vista, com redução de 90% na multa) ou parcelada (em até 60 vezes), nas condições previstas nos artigos 171 e 172 da LC 632/2007.

6.2)Vencidos os prazos para pagamentos ou reclames, será o débito inscrito em Dívida Ativa e terá início o processo de cobrança amigável ou judicial.

6.3)Verificado indícios de crimes contra a ordem tributária, será formulada a representação fiscal para fins penais e remetida ao Ministério Público conforme determina a Portaria nº 01/ 2002 da Secretaria Municipal da Fazenda.

6.4)Integram a presente Notificação Fiscal os seguintes anexos: Mapas de Levantamento Fiscal e Cálculo (anuais).

6.5)A presente Notificação não inibe a fiscalização referente ao mesmo período.

Patrícia Dias  
Auditora Fiscal Tributária  
Matrícula nº 21554-6

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU  
SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA  
DIRETORIA DE RECEITA  
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

**TERMO DE FISCALIZAÇÃO  
MAPA DE LEVANTAMENTO FISCAL E CÁLCULO**

**ANEXO À NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº: 092/2018 – DK SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTOS LTDA ME**

Ano 2015	Receita	Imp.Devido	Imp.Pago	Imp.a Pagar	Imposto	Atualização	Juros de	Valor Total
Meses	Fat Bruto	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Atualizado	Monetária	Mora	Apurado
Janeiro	3.497,17	104,92	-	104,92	127,46	22,55	56,08	183,55
Fevereiro	9.019,50	270,59	-	270,59	328,74	58,16	141,36	470,10
Total	12.516,67	375,50	-	375,50	456,20	80,70	197,44	653,65

Ano 2017	Receita	Imp.Devido	Imp.Pago	Imp.a Pagar	Imposto	Atualização	Juros de	Valor Total
Meses	Fat Bruto	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Atualizado	Monetária	Mora	Apurado
Fevereiro	12.020,82	360,62	-	360,62	367,63	7,00	69,85	437,48
Março	6.707,01	201,21	-	201,21	205,12	3,91	36,92	242,04
Abril	5.735,63	172,07	-	172,07	175,41	3,34	29,82	205,23
Mai	6.089,44	182,68	-	182,68	186,23	3,55	29,80	216,03
Junho	4.291,88	128,76	-	128,76	131,26	2,50	19,69	150,95
Julho	8.681,14	260,43	-	260,43	265,49	5,06	37,17	302,66
Agosto	5.103,33	153,10	-	153,10	156,07	2,97	20,29	176,36
Setembro	5.130,11	153,90	-	153,90	156,89	2,99	18,83	175,72
Outubro	4.867,88	146,04	-	146,04	148,87	2,84	16,38	165,25
Novembro	6.355,10	190,65	-	190,65	194,36	3,70	19,44	213,79
Dezembro	4.627,93	138,84	-	138,84	141,53	2,70	12,74	154,27
Total	69.610,27	2.088,31	-	2.088,31	2.128,87	40,56	310,91	2.439,78

Ano 2018	Receita	Imp.Devido	Imp.Pago	Imp.a Pagar	Imposto	Atualização	Juros de	Valor Total
Meses	Fat Bruto	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Atualizado	Monetária	Mora	Apurado
Janeiro	3.678,63	110,36	-	110,36	110,36	-	8,83	119,19
Fevereiro	4.889,39	146,68	-	146,68	146,68	-	10,27	156,95
Total	8.568,02	257,04	-	257,04	257,04	-	19,10	276,14

Patrícia Dias  
Auditora Fiscal Tributária  
Matrícula nº 21554-6

**NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 295/2018**

Publicação Nº 1770232

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU  
SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA  
DIRETORIA DE RECEITA  
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

**NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 295/2018**

CONTRIBUINTE : F12 AUTOMÓVEIS MULTIMARCAS LTDA  
ENDEREÇO: RUA DR. PEDRO ZIMMERMANN, 1001 - SALA 32/34 - SALTO DO NORTE  
Nº INSCRIÇÃO: 96.210  
CNPJ.: 14.769.958/0001-56  
Processo Fiscal : 298/2018  
Sócios: FABIANO LEMBECK e ANA PAULA RICKMANN LEMBECK  
Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base no Art. 151 da LC 632/2007, intimando-o para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados

a partir do 1º dia útil seguinte à ciência desta notificação:

a) recolher à Fazenda Municipal o valor abaixo discriminado, referente ao débito do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 81 da LC 632/2007); ou

b) reclamar do lançamento em que é parte (Art. 207, caput da LC 632/2007).

DEMONSTRATIVO DOS VALORES APURADOS:	
Base de Cálculo	77.533,58
Imposto a Recolher	2.326,01
Atualização Monetária	117,50
Juros de Mora	465,49
Multa p/ infração	1.221,75
Total Geral	4.130,75

#### DESCRIÇÃO DOS FATOS:

1)Período Notificado: 11/2015; 01/2016 a 03/2016, 06/2016, 09/2016, 11/2016; 01/2017, 02/2017, 04/2017 a 06/2017, 11/2017; 01/2018, 02/2018.

2)Documentos examinados:Notas Fiscais emitidas (Notablu).

3)Concluído o procedimento fiscal nos termos da legislação aplicável, constatou-se que o contribuinte:

3.1)Presta serviços constante(s) da Lista de Serviços prevista na Lei Complementar Federal 116/03 e prevista no Art. 276 da LC 632/2007, item: 10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.

3.2)Em 30/08/2018 emitida a Intimação Fiscal nº 183/2018 ao contribuinte para apresentação dos comprovantes de pagamento do ISSQN em aberto no Notablu, referente a Prestação de Serviços executada. Enviada a referida Intimação ao endereço cadastral do contribuinte, sito à rua Dr. Pedro Zimmermann, nº 1001 – sala 32/34 – Salto do Norte; porém, a referida Intimação retornou à Prefeitura com a informação "Mudou-se".

3.2.1)Não obtendo êxito em localizar o contribuinte, emitiu-se a Notificação dos valores de ISSQN em aberto no Notablu, enviando a Notificação para publicação em edital no Boletim Oficial do Município de Blumenau, conforme Art. 153, III, LC 632/2007.

3.3)Deixou de recolher o ISSQN devido referente ao período acima indicado, conforme demonstrativo acima e mapas de apuração anexos, infringindo a legislação tributária municipal em seu artigo 295, § 1º da LC 632/2007.

4)A base de cálculo da presente notificação compõe-se:

4.1)Soma dos valores dos serviços prestados, conforme lançamentos Notas Fiscais no Notablu.

5)CÁLCULO DO VALOR A PAGAR:

5.1)Sobre o valor do imposto calculado incidiram os acréscimos legais conforme segue:

Sobre a base de cálculo apurada foi aplicada a alíquota de: 3% conforme Art. 276 da LC 632/2007.

a)Atualização monetária:

- A partir de 2014 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10223/2013.

- A partir de 2015 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10502/2014.

- A partir de 2016 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10820/2015.

- A partir de 2017 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 11146/2016.

- A partir de 2018 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 11580/2017.

b)Juros de Mora de 1% ao mês, com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007.

5.2)Foi aplicada multa de 50% sobre o valor atualizado conforme Art. 305 da LC 632/2007.

6)Observações:

6.1)Dentro do prazo estipulado, esta Notificação poderá ser quitada (à vista, com redução de 90% na multa) ou parcelada (em até 60 vezes), nas condições previstas nos artigos 171 e 172 da LC 632/2007.

6.2)Vencidos os prazos para pagamentos ou reclames, será o débito inscrito em Dívida Ativa e terá início o processo de cobrança amigável ou judicial.

6.3)Verificado indícios de crimes contra a ordem tributária, será formulada a representação fiscal para fins penais e remetida ao Ministério Público conforme determina a Portaria nº 01/ 2002 da Secretaria Municipal da Fazenda.

6.4)Integram a presente Notificação Fiscal os seguintes anexos: Mapas de Levantamento Fiscal e Cálculo (anuais).

6.5)A presente Notificação não inibe a fiscalização referente ao mesmo período.

Patrícia Dias

Auditora Fiscal Tributária

Matrícula nº 21554-6

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU  
SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA  
DIRETORIA DE RECEITA  
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

#### TERMO DE FISCALIZAÇÃO

#### MAPA DE LEVANTAMENTO FISCAL E CÁLCULO

ANEXO À NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº: 295/2018 – F12 AUTOMÓVEIS MULTIMARCAS LTDA

Ano 2015	Receita	Imp.Devido	Imp.Pago	Imp.a Pagar	Imposto	Atualização	Juros de	Valor Total
----------	---------	------------	----------	-------------	---------	-------------	----------	-------------



Meses	Fat Bruto	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Atualizado	Monetária	Mora	Apurado
Novembro	5.070,77	152,12	-	152,12	184,82	32,69	62,84	247,66
Total	5.070,77	152,12	-	152,12	184,82	32,69	62,84	247,66

Ano 2016	Receita	Imp.Devido	Imp.Pago	Imp.a Pagar	Imposto	Atualização	Juros de	Valor Total
Meses	Fat Bruto	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Atualizado	Monetária	Mora	Apurado
Janeiro	6.972,43	209,17	-	209,17	229,00	19,82	73,28	302,28
Fevereiro	941,58	28,25	-	28,25	30,92	2,68	9,59	40,51
Março	2.522,50	75,68	-	75,68	82,85	7,17	24,85	107,70
Junho	5.853,92	175,62	-	175,62	192,26	16,64	51,91	244,17
Setembro	5.558,64	166,76	-	166,76	182,56	15,80	43,82	226,38
Novembro	742,44	22,27	-	22,27	24,38	2,11	5,36	29,75
Total	22.591,51	677,75	-	677,75	741,98	64,23	208,81	950,79

Ano 2017	Receita	Imp.Devido	Imp.Pago	Imp.a Pagar	Imposto	Atualização	Juros de	Valor Total
Meses	Fat Bruto	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Atualizado	Monetária	Mora	Apurado
Janeiro	2.133,32	64,00	-	64,00	65,24	1,24	13,05	78,29
Fevereiro	4.637,24	139,12	-	139,12	141,82	2,70	26,95	168,76
Abril	6.535,15	196,05	-	196,05	199,86	3,81	33,98	233,84
Maior	5.702,46	171,07	-	171,07	174,40	3,32	27,90	202,30
Junho	4.809,34	144,28	-	144,28	147,08	2,80	22,06	169,14
Novembro	11.491,24	344,74	-	344,74	351,43	6,70	35,14	386,58
Total	35.308,75	1.059,26	-	1.059,26	1.079,84	20,57	159,08	1.238,92

Ano 2018	Receita	Imp.Devido	Imp.Pago	Imp.a Pagar	Imposto	Atualização	Juros de	Valor Total
Meses	Fat Bruto	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Atualizado	Monetária	Mora	Apurado
Janeiro	13.925,41	417,76	-	417,76	417,76	-	33,42	451,18
Fevereiro	637,14	19,11	-	19,11	19,11	-	1,34	20,45
Total	14.562,55	436,88	-	436,88	436,88	-	34,76	471,64

Patrícia Dias  
Auditora Fiscal Tributária  
Matrícula nº 21554-6

## PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2224/18 - SAMAE

Publicação Nº 1770237

PREGÃO PRESENCIAL 06-2224/2018

Objeto: Aquisição de licença de uso de sistema de informações para controle de rotinas de laboratório com suporte técnico, manutenção corretiva e evolutiva do sistema, pelo período de 12 (doze) meses.

HOMOLOGAÇÃO

De acordo com o julgamento de preços realizado e Adjudicado pelo Pregoeiro, homologo o objeto licitado tendo como critério de julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL.

Empresa:

UNICORP INFORMÁTICA IND. LTDA.

CNPJ: 01.250.090/0001-31

Valor total R\$ 405.000,00

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Data da homologação: 08/10/2018.

Blumenau (SC), 10/10/2018.

Cleverton João Batista

Diretor Presidente

## PORTARIA Nº 7207/2018 - SAMAE

Publicação Nº 1770241

PORTARIA Nº 7207/18

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO.

CLEVERTON JOÃO BATISTA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.007, de 18 de julho de 2018, RESOLVE:

**PRORROGAR**

Portaria nº 7165, de 13 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM-e) nº 2603 de 15 de agosto de 2018, objeto do processo Administrativo Disciplinar nº 001/2018, , nos termos do parágrafo único do art. 212, da Lei Complementar nº 660/2007, a contar de 13 de outubro de 2018, pelo período de 60 (sessenta) dias, conforme justificativa apresentada pela Presidente da Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar- CPASD, através do ofício 006/2018/CPPASD de 04 de outubro de 2018.

Samae, 05 de outubro de 2018.

CLEVERTON JOÃO BATISTA

Diretor Presidente

**EDITAIS DE PUBLICIDADE FAEMA - 2018**

Publicação Nº 1770244

**EDITAIS DE PUBLICIDADE FAEMA - 2018****EDITAL DE PUBLICIDADE DA DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE N.º 142/2018/GCP**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, pelo art. 6º da Resolução CONAMA n.º 237 de 1997, pelo art. 19 da Lei Complementar n.º 747 de 2010, bem como Decreto Municipal n.º 11.693 de 2018 e em conformidade com a Resolução CONSEMA n.º 006 de 2007 publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 21/12/2007, torna público que foi deferido o pedido de concessão da DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, formulado pela BRTEX CONFECÇÕES LTDA ME, CNPJ n.º 28.184.816/0001-31, para a atividade de confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida. O processo encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 98/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE N.º 143/2018/GCP**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, pelo art. 6º da Resolução CONAMA n.º 237 de 1997, pelo art. 19 da Lei Complementar n.º 747 de 2010, bem como Decreto Municipal n.º 11.693 de 2018 e em conformidade com a Resolução CONSEMA n.º 006 de 2007 publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 21/12/2007, torna público que foi deferido o pedido de concessão da DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, formulado por PAULA DOMINGOS TORRES ME, CNPJ n.º 08.712.231/0001-30, para a atividade de facção ou confecção de roupas e artefatos têxteis sem tinturaria, ou sem estamparia, ou sem lavanderia ou sem outros processos de acabamento. O processo encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 98/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE N.º 144/2018/GCP**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, pelo art. 6º da Resolução CONAMA n.º 237 de 1997, pelo art. 19 da Lei Complementar n.º 747 de 2010, bem como Decreto Municipal n.º 11.693 de 2018 e em conformidade com a Resolução CONSEMA n.º 006 de 2007 publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 21/12/2007, torna público que foi deferido o pedido de concessão da DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, formulado por TRISOFT MANTAS DE POLIESTER LTDA, CNPJ n.º 11.198.594/0002-94, para a atividade de fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico; comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente; comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho; comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente. O processo encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 98/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE N.º 145/2018/GCP**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, pelo art. 6º da Resolução CONAMA n.º 237 de 1997, pelo art. 19 da Lei Complementar n.º 747 de 2010, bem como Decreto Municipal n.º 11.693 de 2018 e em conformidade com a Resolução CONSEMA n.º 006 de 2007 publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 21/12/2007, torna público que foi deferido o pedido de concessão da DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, formulado por FEMELLI CONFECÇÕES EIRELI, CNPJ n.º 07.887.256/0001-01, para a atividade de facção ou confecção de roupas e artefatos têxteis sem tinturaria, ou sem estamparia, ou sem lavanderia ou sem outros processos de acabamento. O processo encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 98/2017 do CONSEMA/SC.



ÉDER ANTÔNIO BORON  
Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE N.º 146/2018/GCP**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, pelo art. 6º da Resolução CONAMA n.º 237 de 1997, pelo art. 19 da Lei Complementar n.º 747 de 2010, bem como Decreto Municipal n.º 11.693 de 2018 e em conformidade com a Resolução CONSEMA n.º 006 de 2007 publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 21/12/2007, torna público que foi deferido o pedido de concessão da DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, formulado por GENI DE LIMA PAZ ME, CNPJ n.º 97.552.274/0001-25, para a atividade de facção ou confecção de roupas e artefatos têxteis sem tinturaria, ou sem estamparia, ou sem lavanderia ou sem outros processos de acabamento. O processo encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 98/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON  
Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE N.º 147/2018/GCP**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, pelo art. 6º da Resolução CONAMA n.º 237 de 1997, pelo art. 19 da Lei Complementar n.º 747 de 2010, bem como Decreto Municipal n.º 11.693 de 2018 e em conformidade com a Resolução CONSEMA n.º 006 de 2007 publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 21/12/2007, torna público que foi deferido o pedido de concessão da DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, formulado por FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB, CNPJ n.º 82.662.958/0001-02, para a atividade de educação superior - graduação e pós-graduação; outras atividades de ensino não especificadas anteriormente; atividade odontológica; laboratórios de anatomia patológica e citológica. O processo encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 98/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON  
Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE N.º 148/2018/GCP**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, pelo art. 6º da Resolução CONAMA n.º 237 de 1997, pelo art. 19 da Lei Complementar n.º 747 de 2010, bem como Decreto Municipal n.º 11.693 de 2018 e em conformidade com a Resolução CONSEMA n.º 006 de 2007 publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 21/12/2007, torna público que foi deferido o pedido de concessão da DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, formulado por FERLAINE CONFECÇÕES LTDA, CNPJ n.º 21.347.676/0001-26, para a atividade de facção ou confecção de roupas e artefatos têxteis sem tinturaria, ou sem estamparia, ou sem lavanderia ou sem outros processos de acabamento. O processo encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 98/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON  
Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE N.º 149/2018/GCP**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, pelo art. 6º da Resolução CONAMA n.º 237 de 1997, pelo art. 19 da Lei Complementar n.º 747 de 2010, bem como Decreto Municipal n.º 11.693 de 2018 e em conformidade com a Resolução CONSEMA n.º 006 de 2007 publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 21/12/2007, torna público que foi deferido o pedido de concessão da DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, formulado por SILDRIOLLI ESTOPAS LTDA, CNPJ n.º 10.750.193/0001-51, para a atividade de comércio varejista de tecidos; montagem de estruturas metálicas; transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal. O processo encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 98/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON  
Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE N.º 150/2018/GCP**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, pelo art. 6º da Resolução CONAMA n.º 237 de 1997, pelo art. 19 da Lei Complementar n.º 747 de 2010, bem como Decreto Municipal n.º 11.693 de 2018 e em conformidade com a Resolução CONSEMA n.º 006 de 2007 publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 21/12/2007, torna público que foi deferido o pedido de concessão da DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, formulado por CHICA GUERRERO CONFECÇÕES LTDA, CNPJ n.º 78.665.155/0001-34, para a atividade de facção ou confecção de roupas e artefatos têxteis sem tinturaria, ou sem estamparia, ou sem lavanderia ou sem outros processos de acabamento. O processo encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 98/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON  
Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE N.º 151/2018/GCP**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, pelo art. 6º da Resolução CONAMA n.º 237 de 1997, pelo art. 19 da Lei Complementar n.º 747 de 2010, bem como Decreto Municipal n.º 11.693 de 2018 e em conformidade com a Resolução CONSEMA n.º 006 de 2007 publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 21/12/2007, torna público que foi deferido o pedido de concessão da DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, formulado por COM E IND BREITHAUPT SA, CNPJ n.º 84.429.810/0046-50, para a atividade de serviços de reparação e manutenção de máquinas, equipamentos ou veículos, sem pintura. O processo encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 98/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON  
Presidente da FAEMA

**EDITAIS DE PUBLICIDADE FAEMA - 2018****EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL n.º. 004/2018/GCP****PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO N.º 2017/27016**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, pelo art. 6º da Resolução CONAMA n.º 237 de 1997, pelo art. 19 da Lei Complementar n.º 747 de 2010, bem como Decreto Municipal n.º 11.693 de 2018 e em conformidade com a Resolução CONSEMA n.º 006 de 2007 publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 21/12/2007, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL, formulado pelo empreendedor JOSÉ SADI CARDOSO, pessoa jurídica inscrita no CPF/CNPJ sob n.º 13.138.617/0001-10, para a atividade: serviços de reparação e manutenção de veículos, com pintura, que será exercida no imóvel localizado na Rua Oscar Dickmann, nº615, Bairro Itoupavazinha, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON  
Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL n.º. 005/2018/GCP****PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO N.º 2017/6051**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, pelo art. 6º da Resolução CONAMA n.º 237 de 1997, pelo art. 19 da Lei Complementar n.º 747 de 2010, bem como Decreto Municipal n.º 11.693 de 2018 e em conformidade com a Resolução CONSEMA n.º 006 de 2007 publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 21/12/2007, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL, formulado pelo empreendedor REGINALDO SCHNAIDER 00485499916, pessoa jurídica inscrita no CPF/CNPJ sob n.º 20.599.515/0001-67, para a atividade: lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores, que será exercida na Rua Sargento Carlos Argemiro de Camargo, nº 75, Bairro Garcia, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON  
Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL n.º. 006/2018/GCP****PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO N.º 2018/12814**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, pelo art. 6º da Resolução CONAMA n.º 237 de 1997, pelo art. 19 da Lei Complementar n.º 747 de 2010, bem como Decreto Municipal n.º 11.693 de 2018 e em conformidade com a Resolução CONSEMA n.º 006 de 2007 publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 21/12/2007, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL, formulado pelo empreendedor JOÃO REINERT TÊXTIL LTDA, pessoa jurídica inscrita no CPF/CNPJ sob n.º 09.375.281/0001-31, para a atividade: confecção de artigos do vestuário com estamparia (pigmentos e sublimação) e bordado, que será exercida no imóvel localizado na Rua Henrique Weise, nº 452, Bairro Salto Weissbach, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON  
Presidente da FAEMA

**EDITAIS DE PUBLICIDADE FAEMA - 2018****EDITAL DE PUBLICIDADE DA CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL N.º 023/2018/GCP****PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO N.º 3064/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, pelo art. 6º da Resolução CONAMA n.º 237 de 1997, pelo art. 19 da Lei Complementar n.º 747 de 2010, bem como Decreto Municipal n.º 11.693 de 2018 e em conformidade com a Resolução CONSEMA n.º 006 de 2007 publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 21/12/2007, torna público que foi deferido o pedido

de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, formulado pelo empreendedor RVB ISOLANTES PARA TRANSFORMADORES LTDA, pessoa jurídica inscrita no CPF/CNPJ sob n.º 00.216.212/0001-00, para a atividade de fabricação de artigos diversos de fibra prensada ou isolante – inclusive peças e acessórios para máquinas e veículos de acordo com o código CONSEMA 17.60.00, situado na Rua Gustavo Zimmermann, nº 3300, Bairro Itoupava Central, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON  
Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL N.º 024/2018/GCP  
PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO N.º 9532/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, pelo art. 6º da Resolução CONAMA n.º 237 de 1997, pelo art. 19 da Lei Complementar n.º 747 de 2010, bem como Decreto Municipal n.º 11.693 de 2018 e em conformidade com a Resolução CONSEMA n.º 006 de 2007 publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 21/12/2007, torna público que foi deferido o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, formulado pelo empreendedor LEMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, pessoa jurídica inscrita no CPF/CNPJ sob n.º 11.582.868/0001-63, para a atividade: fabricação de produtos de perfumaria e cosméticos, definida pelo código CONSEMA 25.80.00, situado na Rua Amazonas, nº 2.290, sala 01, Bairro Garcia, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON  
Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL N.º 025/2018/GCP  
PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO N.º 18396/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, pelo art. 6º da Resolução CONAMA n.º 237 de 1997, pelo art. 19 da Lei Complementar n.º 747 de 2010, bem como Decreto Municipal n.º 11.693 de 2018 e em conformidade com a Resolução CONSEMA n.º 006 de 2007 publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 21/12/2007, torna público que foi deferido o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, formulado pelo empreendedor LAUREANO DE MATOS, pessoa física inscrita no CPF/CNPJ sob n.º 859.044.149-00, para o empreendimento composto por cinco unidades habitacionais, de acordo com o código CONSEMA 71.11.01, situado na Rua Adolfo Passig, n.º 85, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON  
Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL N.º 026/2018/GCP  
PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO N.º

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, pelo art. 6º da Resolução CONAMA n.º 237 de 1997, pelo art. 19 da Lei Complementar n.º 747 de 2010, bem como Decreto Municipal n.º 11.693 de 2018 e em conformidade com a Resolução CONSEMA n.º 006 de 2007 publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 21/12/2007, torna público que foi deferido o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, formulado pelo empreendedor TARPAN COMÉRCIO DE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA, pessoa jurídica inscrita no CPF/CNPJ sob n.º 82.018.202/0001-62, para a atividade: serviços de reparação e manutenção de máquinas, equipamentos ou veículos, com pintura (serviço terceirizado), exceto de eletrodomésticos, definida pelo código CONSEMA 71.00.00, situado na Rua 2 de Setembro, nº 205, Bairro Itoupava Norte, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON  
Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL N.º 027/2018/GCP  
PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO N.º 15330/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, pelo art. 6º da Resolução CONAMA n.º 237 de 1997, pelo art. 19 da Lei Complementar n.º 747 de 2010, bem como Decreto Municipal n.º 11.693 de 2018 e em conformidade com a Resolução CONSEMA n.º 006 de 2007 publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 21/12/2007, torna público que foi deferido o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, formulado pelo empreendedor HELO TEXTIL EIRELI ME, pessoa jurídica inscrita no CPF/CNPJ sob n.º 22.961.906/0001-05, para a atividade: fiação ou tecelagem de fibras têxteis vegetais, definida pelo código CONSEMA 24.11.00, situado na Rua Água Branca, nº 372, Bairro Água Verde, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON



Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL N.º 028/2018/GCP**

**PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO N.º 16458/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, pelo art. 6º da Resolução CONAMA n.º 237 de 1997, pelo art. 19 da Lei Complementar n.º 747 de 2010, bem como Decreto Municipal n.º 11.693 de 2018 e em conformidade com a Resolução CONSEMA n.º 006 de 2007 publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 21/12/2007, torna público que foi deferido o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, formulado pelo empreendedor VMEK DO BRASIL LTDA, pessoa jurídica inscrita no CPF/CNPJ sob n.º 26.392.525/0001-03, para a atividade: montagem, reparação ou manutenção de máquinas, aparelhos e equipamentos industriais e comerciais, e elétricos e eletrônicos, definida pelo código CONSEMA 13.90.00, situado na Rua Osnildo de Oliveira, nº 260, Bairro Passo Manso, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

**ÉDER ANTÔNIO BORON**

Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL N.º 029/2018/GCP**

**PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO N.º 18397/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, pelo art. 6º da Resolução CONAMA n.º 237 de 1997, pelo art. 19 da Lei Complementar n.º 747 de 2010, bem como Decreto Municipal n.º 11.693 de 2018 e em conformidade com a Resolução CONSEMA n.º 006 de 2007 publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 21/12/2007, torna público que foi deferido o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, formulado pelo empreendedor AG EMPREENDIMENTOS EIRELI, pessoa jurídica inscrita no CPF/CNPJ sob n.º 30.035.597/0001-70, para o empreendimento condomínio residencial composto por 06 unidades habitacionais, de acordo com o código CONSEMA 71.11.01, situado na Rua Wilhelm Rudiger, n.º 10, Bairro Itoupava Central, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

**ÉDER ANTÔNIO BORON**

Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL N.º 030/2018/GCP**

**PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO N.º 20292/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, pelo art. 6º da Resolução CONAMA n.º 237 de 1997, pelo art. 19 da Lei Complementar n.º 747 de 2010, bem como Decreto Municipal n.º 11.693 de 2018 e em conformidade com a Resolução CONSEMA n.º 006 de 2007 publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 21/12/2007, torna público que foi deferido o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, formulado pelo empreendedor RC PRADO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA EPP, pessoa jurídica inscrita no CPF/CNPJ sob n.º 01.270.316/0001-66, para o empreendimento "Conjunto Residencial Monte Meru" composto por seis unidades habitacionais, de acordo com o código CONSEMA 71.11.01, situado na Rua Monte Meru, Bairro Fortaleza Alta, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

**ÉDER ANTÔNIO BORON**

Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL N.º 031/2018/GCP**

**PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO N.º 20121/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, pelo art. 6º da Resolução CONAMA n.º 237 de 1997, pelo art. 19 da Lei Complementar n.º 747 de 2010, bem como Decreto Municipal n.º 11.693 de 2018 e em conformidade com a Resolução CONSEMA n.º 006 de 2007 publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 21/12/2007, torna público que foi deferido o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, formulado pelo empreendedor BELLA CYNTRA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA, pessoa jurídica inscrita no CPF/CNPJ sob n.º 02.791.257/0001-34, para o empreendimento Residencial Bella Città, de acordo com o código CONSEMA 71.11.01, situado na Rua Fritz Wolfram Neto, S/N, Bairro Velha, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

**ÉDER ANTÔNIO BORON**

Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL N.º 032/2018/GCP**

**PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO N.º 18157/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, pelo art. 6º da Resolução CONAMA n.º 237 de 1997, pelo art. 19 da Lei Complementar n.º 747 de 2010, bem como Decreto Municipal n.º 11.693 de 2018 e em conformidade com a Resolução CONSEMA n.º 006 de 2007 publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 21/12/2007, torna público que foi deferido o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, formulado pelo empreendedor JC EMBALAGENS LTDA EPP, pessoa jurídica

inscrita no CPF/CNPJ sob n.º 09.042.430/0001-40, para a atividade: fabricação de artigos de material plástico, definida pelo código CONSEMA 23.21.00, situado na Rua Johann Ohf, nº 2776, Bairro Velha Central, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON  
Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL N.º 033/2018/GCP  
PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO N.º 9180/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, pelo art. 6º da Resolução CONAMA n.º 237 de 1997, pelo art. 19 da Lei Complementar n.º 747 de 2010, bem como Decreto Municipal n.º 11.693 de 2018 e em conformidade com a Resolução CONSEMA n.º 006 de 2007 publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 21/12/2007, torna público que foi deferido o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, formulado pelo empreendedor PERTEX INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA - EPP, pessoa jurídica inscrita no CPF/CNPJ sob n.º 04.475.181/0001-63, para a atividade: fiação ou tecelagem de fibras têxteis vegetais; fiação ou tecelagem de fibras têxteis artificiais e sintéticas, definida pelo código CONSEMA 24.11.00 e 24.12.00, situado na Rua Johann Ohf, nº 3133, Bairro Velha, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON  
Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL N.º 034/2018/GCP  
PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO N.º 18037/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, pelo art. 6º da Resolução CONAMA n.º 237 de 1997, pelo art. 19 da Lei Complementar n.º 747 de 2010, bem como Decreto Municipal n.º 11.693 de 2018 e em conformidade com a Resolução CONSEMA n.º 006 de 2007 publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 21/12/2007, torna público que foi deferido o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, formulado pelo empreendedor HP CONTROLLER EMPREENDIMENTOS LTDA, pessoa jurídica inscrita no CPF/CNPJ sob n.º 76.314.566/0001-50, para o empreendimento residencial composto por quatorze edificações em alvenaria, de acordo com o código CONSEMA 71.11.01, situado na Rua Araras, Bairro Velha, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON  
Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL N.º 035/2018/GCP  
PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO N.º 17573/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, pelo art. 6º da Resolução CONAMA n.º 237 de 1997, pelo art. 19 da Lei Complementar n.º 747 de 2010, bem como Decreto Municipal n.º 11.693 de 2018 e em conformidade com a Resolução CONSEMA n.º 006 de 2007 publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 21/12/2007, torna público que foi deferido o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, formulado pelo empreendedor LETICIA PARIZOTTO PULHEIRO EIRELI EPP, pessoa jurídica inscrita no CPF/CNPJ sob n.º 23.315.359/0001-53, para a atividade: fabricação de artigos de material plástico, definida pelo código CONSEMA 23.21.00, situado na Rua Bernardo Scheidemantel, n.º 1399, Bairro Testa Salto, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON  
Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL N.º 036/2018/GCP  
PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO N.º 21903/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, pelo art. 6º da Resolução CONAMA n.º 237 de 1997, pelo art. 19 da Lei Complementar n.º 747 de 2010, bem como Decreto Municipal n.º 11.693 de 2018 e em conformidade com a Resolução CONSEMA n.º 006 de 2007 publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 21/12/2007, torna público que foi deferido o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, formulado por SEBASTIÃO MAFRA, pessoa física inscrita no CPF/CNPJ sob n.º 309.282.499-72, para o empreendimento composto por quatro unidades habitacionais, de acordo com o código CONSEMA 71.11.01, situado na Rua G Fahrenheit, nº 671, Bairro Tribess, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON  
Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL N.º 037/2018/GCP

**PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO N.º 18922/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, pelo art. 6º da Resolução CONAMA n.º 237 de 1997, pelo art. 19 da Lei Complementar n.º 747 de 2010, bem como Decreto Municipal n.º 11.693 de 2018 e em conformidade com a Resolução CONSEMA n.º 006 de 2007 publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 21/12/2007, torna público que foi deferido o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, formulado pelo empreendedor LWZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, pessoa jurídica inscrita no CPF/CNPJ sob n.º 20.240.064/0001-77, para o empreendimento composto por nove unidades habitacionais, de acordo com o código CONSEMA 71.11.01, situado na Rua Virginia Ferreira, números 137 e 141, Bairro Itoupava Central, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON  
Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL N.º 038/2018/GCP****PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO N.º 21952/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, pelo art. 6º da Resolução CONAMA n.º 237 de 1997, pelo art. 19 da Lei Complementar n.º 747 de 2010, bem como Decreto Municipal n.º 11.693 de 2018 e em conformidade com a Resolução CONSEMA n.º 006 de 2007 publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 21/12/2007, torna público que foi deferido o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, formulado pelo empreendedor GRAFI QUADROS - FABRICAÇÃO E GRAVAÇÃO DE QUADROS LTDA ME, pessoa jurídica inscrita no CPF/CNPJ sob n.º 06.369.247/0001-66, para as atividades: fabricação de outros artigos de metal, não especificados em outros códigos, sem tratamento químico superficial ou galvanotécnico ou pintura por aspersão, ou esmaltação ou imersão; atividades da indústria editorial e gráfica, com geração de resíduos perigosos ou com geração de efluentes líquidos ou com emissões atmosféricas, definidas pelos códigos CONSEMA 11.90.02 e 29.10.00, situado na Rua Progresso, n.º 1893, Bairro Progresso, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON  
Presidente da FAEMA

**EDITAIS DE PUBLICIDADE FAEMA - 2018****EDITAL DE PUBLICIDADE DA DISPENSA DE CERTIDÃO DE TRATAMENTO ACÚSTICO N.º 017/2018/GCP**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, pelo art. 10 e art. 11 da Lei Complementar Municipal nº 655/2007, bem como pelo Decreto Municipal no 9.316 de 2010, torna público que foi deferido o pedido de concessão da DISPENSA DE CERTIDÃO DE TRATAMENTO ACÚSTICO, formulado por CLAUVANA TAMIRES DE SOUZA BRESSANINI, CNPJ n.º 31.402.793/0001-07, para a atividade de bar com "snooker". O processo encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 98/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON  
Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA DISPENSA DE CERTIDÃO DE TRATAMENTO ACÚSTICO N.º 018/2018/GCP**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, pelo art. 10 e art. 11 da Lei Complementar Municipal nº 655/2007, bem como pelo Decreto Municipal no 9.316 de 2010, torna público que foi deferido o pedido de concessão da DISPENSA DE CERTIDÃO DE TRATAMENTO ACÚSTICO, formulado por GOTHAM CLUBBING BAR EIRELI, CNPJ n.º 26.449.735/0001-90, para a atividade de bar com apresentações musicais e realização de eventos. O processo encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 98/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON  
Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA DISPENSA DE CERTIDÃO DE TRATAMENTO ACÚSTICO N.º 019/2018/GCP**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, pelo art. 10 e art. 11 da Lei Complementar Municipal nº 655/2007, bem como pelo Decreto Municipal no 9.316 de 2010, torna público que foi deferido o pedido de concessão da DISPENSA DE CERTIDÃO DE TRATAMENTO ACÚSTICO, formulado por JOSLAINE MARIA SANTOS - 05002188974, CNPJ n.º 30.654.208/0001-95, para a atividade de bar com "snooker". O processo encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 98/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON  
Presidente da FAEMA

**EDITAIS DE PUBLICIDADE DE LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO - FAEMA - 2018**



**EDITAL DE PUBLICIDADE DA LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO Nº. 006/2018/GCP  
PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO N.º 12999/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, pelo art. 6º da Resolução CONAMA n.º 237 de 1997, pelo art. 19 da Lei Complementar n.º 747 de 2010, bem como Decreto Municipal n.º 11.693 de 2018 e em conformidade com a Resolução CONSEMA n.º 006 de 2007 publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 21/12/2007, torna público que foi deferido o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO, formulado pelo empreendedor RESIDENCIAL AKTOR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA, pessoa jurídica inscrita no CPF/CNPJ sob n.º 29.514.943/0001-14, para construção de condomínio residencial vertical, atividade definida pelo código CONSEMA 71.11.01. O empreendimento está localizado na Rua Governador Jorge Lacerda, nº 622, Bairro Velha, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON  
Presidente da FAEMA

**EDITAIS DE PUBLICIDADE DE LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA - FAEMA - 2018****EDITAL DE PUBLICIDADE DA LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA Nº. 004/2018/GCP  
PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO N.º 20642/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, pelo art. 6º da Resolução CONAMA n.º 237 de 1997, pelo art. 19 da Lei Complementar n.º 747 de 2010, bem como Decreto Municipal n.º 11.693 de 2018 e em conformidade com a Resolução CONSEMA n.º 006 de 2007 publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 21/12/2007, torna público que foi deferido o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA, formulado pelo empreendedor MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S/A, pessoa jurídica inscrita no CPF/CNPJ sob n.º 08.343.492/0001-20, para a atividade: condomínio residencial vertical, definida pelo código CONSEMA 71.11.01, empreendimento localizado na Rua Rudolfo Walter, IPTU 132.1433, Bairro Itoupava Central, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON  
Presidente da FAEMA

**EDITAIS DE PUBLICIDADE DE LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA E DE INSTALAÇÃO - FAEMA - 2018****EDITAL DE PUBLICIDADE DA LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA E DE INSTALAÇÃO Nº. 007/2018/GCP  
PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO N.º 12226/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, pelo art. 6º da Resolução CONAMA n.º 237 de 1997, pelo art. 19 da Lei Complementar n.º 747 de 2010, bem como Decreto Municipal n.º 11.693 de 2018 e em conformidade com a Resolução CONSEMA n.º 006 de 2007 publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 21/12/2007, torna público que foi deferido o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA E DE INSTALAÇÃO, formulado pelo empreendedor JR MIRANDA INCORPORADORA LTDA, pessoa jurídica inscrita no CPF/CNPJ sob n.º 05.152.719/0001-61, para a construção de condomínio residencial vertical, definida pelo código CONSEMA 71.11.01, empreendimento localizado na Rua Água Verde, Bairro Água Verde, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON  
Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA E DE INSTALAÇÃO Nº. 007B/2018/GCP  
PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO N.º 15494/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, pelo art. 6º da Resolução CONAMA n.º 237 de 1997, pelo art. 19 da Lei Complementar n.º 747 de 2010, bem como Decreto Municipal n.º 11.693 de 2018 e em conformidade com a Resolução CONSEMA n.º 006 de 2007 publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 21/12/2007, torna público que foi deferido o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA E DE INSTALAÇÃO, formulado pelo empreendedor SPERANZINI ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica inscrita no CPF/CNPJ sob n.º 05.120.374/0001-64, para a construção de condomínio residencial vertical, definida pelo código CONSEMA 71.11.01, na Rua Gustavo Zimmermann, nº 3.910, Bairro Itoupava Central, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON  
Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA E DE INSTALAÇÃO Nº. 008/2018/GCP  
PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO N.º 9794/2017**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, pelo art. 6º da Resolução CONAMA n.º 237 de 1997, pelo art. 19 da Lei Complementar n.º 747 de 2010, bem como Decreto Municipal n.º 11.693 de 2018 e em conformidade com a Resolução CONSEMA

n.º 006 de 2007 publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 21/12/2007, torna público que foi deferido o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA E DE INSTALAÇÃO, formulado por ELIANE KLUETZCKE DA ROSA, pessoa física inscrita no CPF/CNPJ sob n.º 837.711.909-91, para a construção de loteamento residencial, definida pelo código CONSEMA 71.11.00, na Rua Hermann Tribess, n.º 2615, Bairro Tribess, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON  
Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA E DE INSTALAÇÃO Nº. 009/2018/GCP**  
**PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO N.º 11945/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, pelo art. 6º da Resolução CONAMA n.º 237 de 1997, pelo art. 19 da Lei Complementar n.º 747 de 2010, bem como Decreto Municipal n.º 11.693 de 2018 e em conformidade com a Resolução CONSEMA n.º 006 de 2007 publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 21/12/2007, torna público que foi deferido o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA E DE INSTALAÇÃO, formulado pelo empreendedor INCORPORADORA PARATI LTDA, pessoa jurídica inscrita no CPF/CNPJ sob n.º 85.231.470/0001-19, para a construção de loteamento residencial, definida pelo código CONSEMA 71.11.00, na Rua Divinópolis, n.º. 1020, Bairro Velha Central, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON  
Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA E DE INSTALAÇÃO Nº. 010/2018/GCP**  
**PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO N.º 21404/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, pelo art. 6º da Resolução CONAMA n.º 237 de 1997, pelo art. 19 da Lei Complementar n.º 747 de 2010, bem como Decreto Municipal n.º 11.693 de 2018 e em conformidade com a Resolução CONSEMA n.º 006 de 2007 publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 21/12/2007, torna público que foi deferido o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA E DE INSTALAÇÃO, formulado pelo empreendedor GARLINI CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, pessoa jurídica inscrita no CPF/CNPJ sob n.º 17.179.660/0001-84, para a construção de condomínio residencial vertical, definida pelo código CONSEMA 71.11.01, na Rua Adolfo Hess, Inscrição Cadastral nº 4-1-8-1-48, Bairro Escola Agrícola, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON  
Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA E DE INSTALAÇÃO Nº. 011/2018/GCP**  
**PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO N.º 4193/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, pelo art. 6º da Resolução CONAMA n.º 237 de 1997, pelo art. 19 da Lei Complementar n.º 747 de 2010, bem como Decreto Municipal n.º 11.693 de 2018 e em conformidade com a Resolução CONSEMA n.º 006 de 2007 publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 21/12/2007, torna público que foi deferido o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA E DE INSTALAÇÃO, formulado pelo empreendedor ACTO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, pessoa jurídica inscrita no CPF/CNPJ sob n.º 11.905.456/0001-17, para a construção de condomínio residencial horizontal, definida pelo código CONSEMA 71.11.01, na Rua 5 de outubro, nº 396, Bairro Salto do Norte, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON  
Presidente da FAEMA

**EDITAIS DE PUBLICIDADE FAEMA - 2018**

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO nº. 019/2018/GCP**  
**PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO N.º 18566/2017**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, pelo art. 6º da Resolução CONAMA n.º 237 de 1997, pelo art. 19 da Lei Complementar n.º 747 de 2010, bem como Decreto Municipal n.º 11.693 de 2018 e em conformidade com a Resolução CONSEMA n.º 006 de 2007 publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 21/12/2007, torna público que foi deferido o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO, formulado por ANÍSIO REITER, pessoa física inscrita no CPF/CNPJ sob n.º 381.918.579-87, para a atividade de construção de condomínio residencial horizontal, que será exercida no imóvel localizado na Rua Erwin Stein, n.º 224, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON  
Presidente da FAEMA



**EDITAL DE PUBLICIDADE DA LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO nº. 020/2018/GCP  
PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO N.º 3462/2017**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, pelo art. 6º da Resolução CONAMA n.º 237 de 1997, pelo art. 19 da Lei Complementar n.º 747 de 2010, bem como Decreto Municipal n.º 11.693 de 2018 e em conformidade com a Resolução CONSEMA n.º 006 de 2007 publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 21/12/2007, torna público que foi deferido o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO, formulado pelo empreendedor EMBALATEC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI, pessoa física inscrita no CPF/CNPJ sob n.º 85.226.744/0001-81, para a atividade: fabricação de artigos de material plástico, definida pelo código CONSEMA 23.21.00, que será executada na Rua Gustavo Zimmermann, nº 540, Bairro Itoupava Central, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

**ÉDER ANTÔNIO BORON**  
Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO nº. 021/2018/GCP  
PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO N.º 17210/2017**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, pelo art. 6º da Resolução CONAMA n.º 237 de 1997, pelo art. 19 da Lei Complementar n.º 747 de 2010, bem como Decreto Municipal n.º 11.693 de 2018 e em conformidade com a Resolução CONSEMA n.º 006 de 2007 publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 21/12/2007, torna público que foi deferido o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO, formulado por NERY ARCANJO INÁCIO, pessoa física inscrita no CPF/CNPJ sob n.º 162.241.409-87, para a atividade de construção de loteamento residencial, definida pelo código CONSEMA 71.11.00, que será exercida no imóvel localizado na Rua Johann Sachse, n.º 2295, Bairro Itoupavazinha, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

**ÉDER ANTÔNIO BORON**  
Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO nº. 022/2018/GCP  
PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO N.º 5476/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, pelo art. 6º da Resolução CONAMA n.º 237 de 1997, pelo art. 19 da Lei Complementar n.º 747 de 2010, bem como Decreto Municipal n.º 11.693 de 2018 e em conformidade com a Resolução CONSEMA n.º 006 de 2007 publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 21/12/2007, torna público que foi deferido o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO, formulado pelo empreendedor KOHTEK INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CHICOTES ELÉTRICOS LTDA - EPP, pessoa jurídica inscrita no CPF/CNPJ sob n.º 08.617.058/0001-90, para atividade: fabricação de material, equipamentos e aparelhos elétricos (fabricação de chicotes elétricos, montagem de circuitos e equipamentos), definida pelo código CONSEMA 13.20.00, que será exercida no imóvel localizado na Rua Prof. Max Humpl, nº 799, Bairro Salto do Norte, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

**ÉDER ANTÔNIO BORON**  
Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO nº. 023/2018/GCP  
PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO N.º 23811/2016**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, pelo art. 6º da Resolução CONAMA n.º 237 de 1997, pelo art. 19 da Lei Complementar n.º 747 de 2010, bem como Decreto Municipal n.º 11.693 de 2018 e em conformidade com a Resolução CONSEMA n.º 006 de 2007 publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 21/12/2007, torna público que foi deferido o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO, formulado pelo empreendedor METALSETE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP, pessoa jurídica inscrita no CPF/CNPJ sob n.º 02.241.027/0001-00, para a atividade: fabricação de máquinas, aparelhos, peças e acessórios sem tratamento químico superficial ou galvanotécnico ou fundição ou pintura por aspersão, ou exaltação ou imersão, definida pelo código CONSEMA 12.20.00, que será exercida no imóvel localizado na Rua Ruy Barbosa, nº 300, Bairro Progresso, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

**ÉDER ANTÔNIO BORON**  
Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO nº. 024/2018/GCP  
PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO N.º 17560/2017**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, pelo art. 6º da Resolução CONAMA n.º 237 de 1997, pelo art. 19 da Lei Complementar n.º 747 de 2010, bem como Decreto Municipal n.º 11.693 de 2018 e em conformidade com a Resolução CONSEMA n.º 006 de 2007 publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 21/12/2007, torna público que foi deferido o pedido de

concessão de LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO, formulado pelo empreendedor MARP INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA, pessoa jurídica inscrita no CPF/CNPJ sob n.º 80.469.166/0001-90, para a atividade: confecções de roupas e artefatos de têxteis de cama, mesa, copa e banho, com estamparia, definida pelo código CONSEMA 25.20.10, que será exercida no imóvel localizado na Rua Bahia, nº 7680, Bairro Passo Manso, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON  
Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO nº. 025/2018/GCP**  
**PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO N.º 2017/16632**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, pelo art. 6º da Resolução CONAMA n.º 237 de 1997, pelo art. 19 da Lei Complementar n.º 747 de 2010, bem como Decreto Municipal n.º 11.693 de 2018 e em conformidade com a Resolução CONSEMA n.º 006 de 2007 publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 21/12/2007, torna público que foi deferido o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO, formulado pelo empreendedor DR ESTAMPARIA LTDA ME, pessoa jurídica inscrita no CPF/CNPJ sob n.º 10.302.591/0001-05, para a atividade: serviços de estamparia em artigos têxteis, definida pelo código CONSEMA 24.80.00, que será exercida no imóvel localizado na Rua Guilherme Scharf, nº. 2315, Bairro Fidelis, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON  
Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO nº. 026/2018/GCP**  
**PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO N.º 17486/2017**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, pelo art. 6º da Resolução CONAMA n.º 237 de 1997, pelo art. 19 da Lei Complementar n.º 747 de 2010, bem como Decreto Municipal n.º 11.693 de 2018 e em conformidade com a Resolução CONSEMA n.º 006 de 2007 publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 21/12/2007, torna público que foi deferido o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO, formulado pelo empreendedor LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS EIRELI EPP, pessoa jurídica inscrita no CPF/CNPJ sob n.º 02.267.742/0001-03, para a atividade: fabricação de peças, ornatos e estruturas de cimento, definida pelo código (CMA 001/2014) 10.50.10, que será exercida no imóvel localizado na Rua Goswin Dickmann, nº 140, Bairro Velha Grande, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON  
Presidente da FAEMA

**CONCORRÊNCIA (SRP) Nº 427/2018 - FURB**

Publicação Nº 1770250

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Concorrência (SRP) nº. 427/2018

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras de materiais biológicos para utilização em diversos setores da Universidade.

Local, data e horário para entrega e abertura dos envelopes: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Sala K-205, dia 12 de novembro de 2018, às 9 horas e 30 minutos.

Edital completo à disposição dos interessados no website [www.furb.br](http://www.furb.br), através de acesso ao Portal de Licitações ou no horário comercial, em dias úteis, no endereço acima especificado.

Base Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações.

Blumenau, 10 de outubro de 2018.

Marco Aurélio de Oliveira  
Divisão de Administração de Materiais  
Portaria nº. 055 de 28 de janeiro de 2015

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 457/2018 - FURB**

Publicação Nº 1770257

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Pregão Presencial nº. 457/2018

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços especializados em manutenção de Estações Hidrológicas automáticas, com fornecimento de materiais, para a Universidade.

Local, data e horário para entrega e abertura dos envelopes: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Sala K-205, dia 23 de outubro de 2018, às 9 horas e 30 minutos.

Edital completo à disposição dos interessados no website [www.furb.br](http://www.furb.br), através de acesso ao Portal de Licitações ou no horário comercial, em dias úteis, no endereço acima especificado.

Base Legal: Leis Federais nos. 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 7.732/2004 e Alterações.

Blumenau, 10 de outubro de 2018.

Marco Aurélio de Oliveira  
Divisão de Administração de Materiais  
Portaria nº. 055 de 28 de janeiro de 2015

### **PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 385/2018 - FURB**

Publicação Nº 1770259

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Pregão Presencial (SRP) nº. 385/2018

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras de equipamentos para uso em diversos laboratórios da Universidade.

Local, data e horário para entrega e abertura dos envelopes: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Sala K-205, dia 24 de outubro de 2018, às 9 horas e 30 minutos.

Edital completo à disposição dos interessados no website [www.furb.br](http://www.furb.br), através de acesso ao Portal de Licitações ou no horário comercial, em dias úteis, no endereço acima especificado.

Base Legal: Leis Federais nos. 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 7.732/2004 e Alterações.

Blumenau, 10 de outubro de 2018.

Marco Aurélio de Oliveira  
Divisão de Administração de Materiais  
Portaria nº. 055 de 28 de janeiro de 2015

### **EXTRATO Nº 597/2018 - FURB**

Publicação Nº 1770261

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 597/2018

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

Prof. Jorge Henrique Brognoli

OBJETO: Contratação de professor para atuar no curso de Especialização Lato Sensu de Gestão Estratégica de Negócios Empresariais.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº 210/2018 e Contrato nº 125/2018 firmado em 18 de maio de 2018.

PREÇO: Pelo objeto, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 3.047,88 (três mil e quarenta e sete reais e oitenta e oito centavos), conforme constante dos autos do processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 210/2018, especialmente quanto a Proposta de folhas 21, que passa a fazer parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição, sendo este o preço unitário e a descrição do item:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)
1	38037	1	Despesa	Despesa com pagamento a pessoa física por prestação de serviços de educação. - Curso: Especialização Lato Sensu: Gestão Estratégica de Negócios Empresariais, -Disciplina: Gestão Estratégica de Mercado e Negócios; -Carga horária: 24 horas, conforme cronograma de fl.13 dos autos.	3.047,88
Preço Total (em R\$)				3.047,88	

Preço Total (em reais, por extenso)	três mil e quarenta e sete reais e oitenta e oito centavos
-------------------------------------	--

PAGAMENTO: O pagamento será em até 15 (quinze) dias consecutivos após a efetiva conclusão de cada disciplina, desde que a execução dos trabalhos seja aprovada pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato terá início a partir da data de assinatura do instrumento contratual e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro da prestação do serviço, na forma do caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

DATA: 08/10/ 2018.

## EXTRATO Nº 599/2018 - FURB

Publicação Nº 1770267

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 599/2018

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

FOOT COMERCIAL LTDA

OBJETO: Aquisição de materiais e equipamentos para o laboratório do Curso de Engenharia Mecânica e outros da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 400/2018 e Contrato nº 265/2018 firmado em 08 de outubro de 2018.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço unitário de R\$ 5.615,00 (cinco mil, seiscentos e quinze reais), constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	37628	2	Peça	Micrometro externo analógico com capacidade de 0 a 25mm; graduação 0,01mm; exatidão +/- 0,002mm; com estojo. Garantia mínima: 12 (doze) meses. Marca/Modelo: ZAAS MICRO0A25	150,00	300,00
2	37629	1	Peça	Micrometro externo analógico com capacidade de 25 a 50mm; graduação 0,01mm; exatidão +/- 0,002mm; com estojo. Garantia mínima: 12 (doze) meses. Marca/Modelo: ZAAS MICRO25A50	175,00	175,00
4	350	1	Peça	Paquímetro digital / comprimento 300 mm (12") / resolução 0,01 mm (0.0005"). Garantia mínima: 12 (doze) meses. Marca/Modelo: ZAAS 10014	500,00	500,00
5	32254	1	Peça	Carro armazém pesado / capacidade 400 kg / rodas pneumáticas 2.50/3.25/3.50-8" / bandeja de 430x300 mm / tamanho 1400x500x300 mm. Garantia mínima: 12 (doze) meses. Marca/Modelo: LYNUS MA400A	510,00	510,00
7	12877	1	Peça	Moto esmeril de bancada de 6" / 1/2 HP / 220 V. Garantia mínima: 12 (doze) meses. Marca/Modelo: LYNUS Mmi50	210,00	210,00
8	37625	3	Peça	Torno de bancada (morsa) plano com base giratória; com mordente; abertura 90mm. Garantia mínima: 12 (doze) meses. Marca/Modelo: BLACK JACK C197	540,00	1.620,00
9	37626	2	Peça	Relógio comparador analógico; capacidade 10mm; graduação 0,01mm; exatidão +/- 0,013; curso por volta de 1mm; mostrador 0-100; força de medição máxima de 1,4N. Garantia mínima: 12 (doze) meses. Marca/Modelo: ZAAS PRECISION	150,00	300,00
14	37623	1	Peça	Esmerilhadeira angular de 7"; diâmetro do disco 180mm; potência 2200W; 220V. Garantia mínima: 12 (doze) meses. Marca/Modelo: MAKITA	530,00	530,00
18	37661	1	Peça	Máquina de solda arco elétrico; 160A - 220V; faixa de regulação de 20A a 160A; eletrodo até 4,00mm; com cabo obra com garra de 3m e cabo porta eletrodo de 3m. Garantia mínima: 12 (doze) meses. Marca/Modelo: LYNUS LTS200B	700,00	700,00

20	37683	1	Peça	Torquímetro de estalo com encaixe de 1/2"; capacidade de 40 a 200 N.m; cabeça em aço cromo vanádio; tambor em aço carbono e acabamento cromado; catraca reversível; aplicação de torque no sentido horário e anti-horário; escalas em "N.m" e "Lbf-pé"; acompanhado de estojo, manual de operação e certificado de calibração. Garantia mínima: 12 (doze) meses. Marca/Modelo: VONDER TE200	770,00	770,00
Preço Total dos Itens (em reais, por extenso)				5.615,00 (cinco mil seiscentos e quinze reais)		

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após o efetivo fornecimento (com descarga) dos materiais/equipamentos, desde que os mesmos sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is) Eletrônica(s) (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente Contrato terá vigência contada a partir da data de sua assinatura, limitada ao término do exercício financeiro, na forma disposta no caput do art. 57 da Lei nº. 8.666/93.

DATA: 03/10/2018

## EXTRATO Nº 595/2018 - FURB

Publicação Nº 1770271

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 595/2018

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

LAERDAL MEDICAL IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA.

OBJETO: Aquisição de equipamentos para o laboratório de habilidades do Centro de Ciências da Saúde da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 387/2018 e Contrato nº 269/2018 firmado em 10 de outubro de 2018.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o valor constante nas seguintes tabelas, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA:

Lote 01				
Item	Qtde.	Descrição do Item	Preço Unitário do Item (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
01	1 Conjunto	Simulador de paciente para treinamento avançado de vida em cardiologia – Manequim corpo inteiro masculino adulto. Inclui unidade de comando (tipo tablet) e monitor avançado (tipo notebook/PC All-In-One). Com as características constantes no Termo de Referência (Anexo I) do Edital do Pregão Presencial nº 387/2018. Marca / Modelo: Laerdal Medical / Megacode Kelly Adv SimPad Plus + LLEAP Software para Simpad + Monitor de Paciente (All In One)	77.941,83	77.941,83
02	1 Conjunto	Simulador de paciente para treinamento avançado de vida em emergências – Manequim corpo inteiro masculino infantil (5 a 7 anos de idade). Inclui unidade de comando (tipo tablet) e acessórios para simulação de traumas. Com as características constantes no Termo de Referência (Anexo I) do Edital do Pregão Presencial nº 387/2018. Marca / Modelo: Laerdal Medical / Megacode Kid SimPad Plus + LLEAP Software para Simpad + Kit Trauma Pediátrico.	39.370,62	39.370,62
03	1 Conjunto	Simulador de paciente bebê para treinamento em reanimação cardiopulmonar – Manequim corpo inteiro bebê. Acompanha dispositivo remoto para feedback dos treinamentos. Com as características constantes no Termo de Referência (Anexo I) do Edital do Pregão Presencial nº 387/2018. Marca / Modelo: Laerdal Medical / Resusci Baby QCPR + SkillGuide.	3.287,55	3.287,55

Prazo de garantia (mínimo 12 meses)	12 (doze) meses
Preço Total do Lote (em reais e por extenso)	Cento e vinte mil e seiscentos reais.

Lote 02
---------



Item	Qtde.	Descrição do Item	Preço Unitário do Item (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	1 Conjunto	Dispositivo remoto tipo tablet para avaliação em grupo de procedimentos aplicados nos simuladores dos itens 5 e 6 (paciente "adulto" e "bebê" para treinamento em reanimação cardiopulmonar). Com as características constantes no Termo de Referência (Anexo I) do Edital do Pregão Presencial nº 387/2018.	10.000,00	10.000,00

Marca e Modelo	Laerdal Medical / Simpad SkillReporter
Prazo de garantia (mínimo 12 meses)	12 (doze) meses
Preço Total do Lote (em reais e por extenso)	Dez mil reais.

Lote 03				
Item	Qtde.	Descrição do Item	Preço Unitário do Item (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	2 Conjuntos	Simulador de paciente para treinamento em procedimentos de reanimação neonatal em recém-nascidos – Manequim corpo inteiro bebê. Com as características constantes no Termo de Referência (Anexo I) do Edital do Pregão Presencial nº 387/2018.	9.750,00	19.500,00

Marca e Modelo	Laerdal Medical / Newborn Anne
Prazo de garantia (mínimo 12 meses)	12 (doze) meses
Preço Total do Lote (em reais e por extenso)	Dezenove mil e quinhentos reais.

Lote 04				
Item	Qtde.	Descrição do Item	Preço Unitário do Item (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	8 Conjuntos	Torso adulto básico para manobras de reanimação cardiopulmonar. Com as características constantes no Termo de Referência (Anexo I) do Edital do Pregão Presencial nº 387/2018.	700,00	5.600,00

Marca e Modelo	Laerdal Medical / little Anne QCPR
Prazo de garantia (mínimo 12 meses)	12 (doze) meses
Preço Total do Lote (em reais e por extenso)	Cinco mil e seiscentos reais.

Lote 05				
Item	Qtde.	Descrição do Item	Preço Unitário do Item (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	8 Conjuntos	Manequim de corpo inteiro - bebê básico - para manobras de reanimação cardiopulmonar. Com as características constantes no Termo de Referência (Anexo I) do Edital do Pregão Presencial nº 387/2018.	625,00	5.000,00

Marca e Modelo	Laerdal Medical / Baby Anne
Prazo de garantia (mínimo 12 meses)	12 (doze) meses
Preço Total do Lote (em reais e por extenso)	Cinco mil reais.

Lote 07				
Item	Qtde.	Descrição do Item	Preço Unitário do Item (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	2 Conjuntos	Simulador de exame retal e próstata – Nádega masculina adulto. Com as características constantes no Termo de Referência (Anexo I) do Edital do Pregão Presencial nº 387/2018.	9.450,00	18.900,00

Marca e Modelo	Limbs & Things / Rectal Examination Trainer MK2
Prazo de garantia (mínimo 12 meses)	12 (doze) meses
Preço Total do Lote (em reais e por extenso)	Dezoito mil e novecentos reais.

**PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após o efetivo fornecimento (com descarga) dos equipamentos e nos itens do Lote 1 a instalação e treinamento, desde que os mesmos sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is) Eletrônica(s) (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e)

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** O presente Contrato terá vigência contada a partir da data de sua assinatura, limitada ao término do exercício financeiro, na forma disposta no caput do art. 57 da Lei nº. 8.666/93.

DATA: 10/10/2018.

**EXTRATO Nº 600/2018 - FURB**

Publicação Nº 1770285

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 600/2018

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

EXATA CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA EIRELI

OBJETO: Aquisição de materiais e equipamentos para o laboratório do Curso de Engenharia Mecânica e outros da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 383/2018 e Contrato nº 267/2018 firmado em 10 de outubro de 2018.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o valor constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Total (em R\$)
1	39135	1	Despesa	Troca do telhado do Ginásio de Esportes da FURB compreendendo os seguintes serviços: fornecimento de telha aluzinc trapezoidal tipo sanduíche, mão de obra para instalação das telhas, fornecimento e instalação de calhas e rufos, mão de obra para remoção das telhas antigas, descarte adequado do entulho e material não inerte, limpeza da obra, mobilização e desmobilização de equipe e acompanhamento técnico, com emissão de ART.	228.000,00
Marca das telhas / Garantia das telhas e serviços				BRASTELHA / 5 ANOS	
Preço Total, por extenso, em reais:				Duzentos e vinte e oito mil reais.	

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em 3 (três) parcelas conforme cronograma abaixo.

Cronograma financeiro para execução dos serviços a partir da emissão da Ordem de Serviço				
Item	Serviço	05 (cinco) dias após a reunião com a Equipe Técnica para acerto do início dos serviços	Até 10 (dez) dias consecutivos após entrega do objeto	Até 30 (trinta) dias após entrega definitiva do objeto
1	Envio da Ordem de Serviço e apresentação da nota fiscal	40%		
2	Entrega do objeto do contrato – Pagamento mediante vistoria e aprovação do gestor do contrato		45%	
3	Pagamento final – Mediante nova vistoria e aprovação do gestor do contrato			15%

**PRAZO DE VIGÊNCIA** O contrato gerado em decorrência deste Edital terá vigência contada a partir da data de assinatura do instrumento contratual, com encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro, em conformidade com o descrito no caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

DATA: 03/10/2018

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

**CONTRATO Nº 081/2018 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1770055

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 081/2018

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda

Objeto: Aquisição de Equipamentos através do Programa Saúde Bucal, sendo item 02 Autoclave Marca Cristofoli.

Valor do Objeto: R\$ 3.795,00 (três mil setecentos e noventa e cinco reais).

Bom Jesus do Oeste/SC, 08 de outubro de 2018.  
Ronaldo Luiz Senger  
Prefeito Municipal

**CONTRATO Nº 082/2018 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1770121

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 082/2018

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: Odontomedi Produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda

Objeto: Aquisição de Equipamentos através do Programa Saúde Bucal, sendo item 06 – Seladora Marca Cristofoli.

Valor do Objeto: R\$ 535,00 (quinhentos e trinta e cinco reais).

Bom Jesus do Oeste/SC, 08 de outubro de 2018.  
Ronaldo Luiz Senger  
Prefeito Municipal

**CONTRATO Nº 083/2018 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1770178

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 083/2018

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: Dental Oeste Eireli EPP

Objeto: Aquisição de Equipamentos através do Programa Saúde Bucal, sendo item 03 – Cadeira Odontológica Marca Kavo - Unik.

Valor do Objeto: R\$ 11.150,00 (onze mil cento e cinquenta reais).

Bom Jesus do Oeste/SC, 08 de outubro de 2018.  
Ronaldo Luiz Senger  
Prefeito Municipal



**CONTRATO Nº 084/2018 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1770298

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 084/2018

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: Cmed Serviços Técnicos e Distribuidora Ltda ME

Objeto: Aquisição de Equipamentos através do Programa Saúde Bucal, sendo itens 01 – Amalgador Odontológico, item 04 – Mocho e item 05 – Jato de Bicarbonato.

Valor dos Objetos: R\$ 1.315,00 (mil trezentos e quinze reais).

Bom Jesus do Oeste/SC, 08 de outubro de 2018.

Ronaldo Luiz Senger

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 5227/2018**

Publicação Nº 1770112

DECRETO Nº 5227/18 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018.  
ABRE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nº 1.061/17 de 22.09.2017 (LDO) e 1.084/17 de 12.12.2017 (LOA).

DECRETA:

Art. 1º - Abre Credito Suplementar nos projetos abaixo, elementos respectivo, da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria Municipal de Estradas e Rodagem no valor de R\$ 69.600,00 (Sessenta e nove mil e seiscentos reais).

Órgão: 03 – Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

Unidade Orçamentária: 03.01 – Administração Geral.

Proj/Ativ.: 0618100092.007 - Manutenção dos Serviços de Segurança Pública.

Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (1793).

Valor R\$ 3.000,00 (Três mil reais).

Fonte de Recursos: 01.12 – Convênio de Transito - Prefeitura.

Órgão: 03 – Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

Unidade Orçamentária: 03.02 – Depto Finanças, Tributação e Contabilidade.

Proj/Ativ.: 0412300122.013 - Manutenção das Atividades de Contabilidade e Finanças.

Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (191).

Valor R\$ 2.000,00 (Dois mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 03 – Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

Unidade Orçamentária: 03.02 – Depto Finanças, Tributação e Contabilidade.

Proj/Ativ.: 0412900102.011 - Manutenção das Atividades de Tributação e Fiscalização.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (210).

Valor R\$ 3.000,00 (Três mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Unidade Orçamentária: 05.01 – Departamento da Pré-Escola.

Proj/Ativ.: 1236500212.063 - Manutenção da Creche Municipal.

Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (268).

Valor R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

Fonte de Recursos: 01.01 – Receita e Transferências de Impostos.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Unidade Orçamentária: 05.02 – Departamento do Ensino Fundamental.

Proj/Ativ.: 1236100162.017 - Manutenção do Ensino Básico do Município.

Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (378).

Valor R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).

Fonte de Recursos: 01.36 – Salário Educação.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.  
Unidade Orçamentária: 05.03 – Departamento de Esportes.  
Proj/Ativ.: 2781200202.022 - Manutenção do Departamento de Esportes.  
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (490).  
Valor r\$ 3.000,00 (Três mil reais).  
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.  
Unidade Orçamentária: 05.03 – Departamento de Esportes.  
Proj/Ativ.: 2781200192.054 - Manutenção do Ginásio Municipal de Esportes.  
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (474).  
Valor r\$ 2.800,00 (Dois mil e oitocentos reais).  
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.  
Unidade Orçamentária: 05.03 – Departamento do Ensino Fundamental.  
Proj/Ativ.: 1236100451.004 – Ampliação, Reforma e Equipamentos para Escolar Municipal.  
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (426).  
Valor r\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).  
Fonte de Recursos: 01.01 – Receita e Transferências de Impostos.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.  
Unidade Orçamentária: 05.04 – Departamento de Cultura.  
Proj/Ativ.: 1339200172.023 – Apoio a Difusão Cultural em Geral.  
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (519).  
Valor r\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).  
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.  
Unidade Orçamentária: 05.04 – Departamento de Cultura.  
Proj/Ativ.: 1339200172.040 – Manutenção da Biblioteca Pública Municipal.  
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (532).  
Valor r\$ 7.000,00 (Sete mil reais).  
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social.  
Unidade Orçamentária: 06.01 – Fundo Municipal de Saúde.  
Proj/Ativ.: 1030500232.045 – Manutenção das Atividades de Vigilância Epidemiológica  
Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (792).  
Valor r\$ 4.889,50 (Quatro mil, oitocentos e oitenta e nove reais e cinquenta centavos).  
Fonte de Recursos: 01.02 – Receita e Transferências de Impostos.

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social.  
Unidade Orçamentária: 06.01 – Fundo Municipal de Saúde.  
Proj/Ativ.: 1030500232.045 – Manutenção das Atividades de Vigilância Epidemiológica  
Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (1790).  
Valor r\$ 8.910,50 (Oito mil, novecentos dez reais e cinquenta centavos).  
Fonte de Recursos: 01.38 – Transferências do sistema único de Saúde – SUS/União.  
Desd. Fonte de Recursos: 15 – Vigilância Sanitária Federal.

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social.  
Unidade Orçamentária: 06.02 – Fundo Municipal de Assistência Social.  
Proj/Ativ.: 0824400242.061 – Manutenção das Atividades do Programa CRAS  
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (870).  
Valor r\$ 3.000,00 (Três mil reais).  
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 07 – Secretária Municipal De Estradas e Rodagem.  
Unidade Orçamentária: 07.01 – Departamento De Estradas e Rodagem.  
Proj/Ativ.: 2678200261.021 – Const. de Pontes, Pontilhões e Colocação de Bueiros em Estradas.  
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (909).  
Valor r\$ 2.000,00 (Dois mil reais).  
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 08 – Secretária Municipal De Obras e Serviços Urbanos.  
Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento De Obras e Serviços Urbanos.  
Proj/Ativ.: 1545100331.031 – Implantação e Pavimentação de Ruas e Avenidas.  
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (994).

Valor r\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito autorizado pelo artigo primeiro do presente Decreto, serão utilizados recursos dos seguintes projetos abaixo e respectivos elementos, da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria Municipal de Estradas e Rodagem no valor de r\$ 69.600,00 (Sessenta e nove mil e seiscentos reais).

Órgão: 03 – Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

Unidade Orçamentária: 03.01 – Administração Geral.

Proj/Ativ.: 0618100092.007 - Manutenção dos Serviços de Segurança Pública.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (160).

Valor r\$ 3.000,00 (Três mil reais).

Fonte de Recursos: 01.12 – Convênio de Transito - Prefeitura.

Órgão: 03 – Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

Unidade Orçamentária: 03.02 – Depto Finanças, Tributação e Contabilidade.

Proj/Ativ.: 0412300122.013 - Manutenção das Atividades de Contabilidade e Finanças.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (194).

Valor r\$ 2.000,00 (Dois mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 03 – Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

Unidade Orçamentária: 03.02 – Depto Finanças, Tributação e Contabilidade.

Proj/Ativ.: 0412900102.011 - Manutenção das Atividades de Tributação e Fiscalização.

Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (207).

Valor r\$ 3.000,00 (Três mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Unidade Orçamentária: 05.01 – Departamento da Pré-Escola.

Proj/Ativ.: 1236500212.063 - Manutenção da Creche Municipal.

Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (281).

Valor r\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

Fonte de Recursos: 01.01 – Receita e Transferências de Impostos.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Unidade Orçamentária: 05.02 – Departamento do Ensino Fundamental.

Proj/Ativ.: 1236100162.017 - Manutenção do Ensino Básico do Município.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (401).

Valor r\$ 10.000,00 (Dez mil reais).

Fonte de Recursos: 01.36 – Salário Educação.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Unidade Orçamentária: 05.03 – Departamento de Esportes.

Proj/Ativ.: 2781200202.022 - Manutenção do Departamento de Esportes.

Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (500).

Valor r\$ 3.000,00 (Três mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Unidade Orçamentária: 05.03 – Departamento de Esportes.

Proj/Ativ.: 2781200192.054 - Manutenção do Ginásio Municipal de Esportes.

Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (484).

Valor r\$ 2.800,00 (Dois mil e oitocentos reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Unidade Orçamentária: 05.03 – Departamento do Ensino Fundamental.

Proj/Ativ.: 1236100451.004 – Ampliação, Reforma e Equipamentos para Escolar Municipal.

Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (436).

Valor r\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

Fonte de Recursos: 01.01 – Receita e Transferências de Impostos.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Unidade Orçamentária: 05.04 – Departamento de Cultura.

Proj/Ativ.: 1339200172.023 – Apoio a Difusão Cultural em Geral.

Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (516).

Valor r\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Unidade Orçamentária: 05.04 – Departamento de Cultura.

Proj/Ativ.: 1339200172.040 – Manutenção da Biblioteca Pública Municipal.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (535).

Valor r\$ 7.000,00 (Sete mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.01 – Fundo Municipal de Saúde.

Proj/Ativ.: 1030500232.045 – Manutenção das Atividades de Vigilância Epidemiológica

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (772).

Valor r\$ 4.889,50 (Quatro mil, oitocentos e oitenta e nove reais e cinquenta centavos).

Fonte de Recursos: 01.02 – Receita e Transferências de Impostos.

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.01 – Fundo Municipal de Saúde.

Proj/Ativ.: 1030500232.045 – Manutenção das Atividades de Vigilância Epidemiológica

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (782).

Valor r\$ 8.910,50 (Oito mil, novecentos dez reais e cinquenta centavos).

Fonte de Recursos: 01.38 – Transferências do sistema único de Saúde – SUS/União.

Desd. Fonte de Recursos: 15 – Vigilância Sanitária Federal.

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.02 – Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/Ativ.: 0824400242.061 – Manutenção das Atividades do Programa CRAS

Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (864).

Valor r\$ 3.000,00 (Três mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 07 – Secretária Municipal De Estradas e Rodagem.

Unidade Orçamentária: 07.01 – Departamento De Estradas e Rodagem.

Proj/Ativ.: 2678200261.021 – Const. de Pontes, Pontilhões e Colocação de bueiros em Estradas.

Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (919).

Valor r\$ 2.000,00 (Dois mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 08 – Secretária Municipal De Obras e Serviços Urbanos.

Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento De Obras e Serviços Urbanos.

Proj/Ativ.: 1545100331.031 – Implantação e Pavimentação de Ruas e Avenidas.

Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (1005).

Valor r\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente decreto correm p/conta do orçamento municipal.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,  
aos 01 de outubro de 2018.

RONALDO LUIZ SENGER

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 5230/2018 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1769926

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

Decreto nº 5230/2018 de 08 de outubro de 2018.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 01901/2018, dando outras providências.



O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere as leis nº: 10.520/02, 8.666/93 e suas atualizações;

DECRETA: Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 5120/2018 de 02 de Janeiro de 2.018, sob o Processo de Licitação nº 1901/2018, que tem por objeto AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS ATRAVÉS DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL NOTA TÉCNICA 42 E LEI FEDERAL 13.528 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
2	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	UTOCLAVE 21 LITROS PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR SOB PRESSÃO. EQUIPAMENTO PRODUZIDO DENTRO DOS MAIS RÍGIDOS PADRÕES DE QUALIDADE, COM SISTEMA DE RASTREABILIDADE QUE CUMPRE A NORMA NBR ISO 13485. É NECESSÁRIO REALIZAR O DESBLOQUEIO ANTES DO PRIMEIRO USO, GARANTINDO ASSIM SEGURANÇA E RASTREABILIDADE DO PRODUTO; DIGITAL, FÁCIL MANUSEIO; BIVOLT AUTOMÁTICO - 127/220V QUE PERMITE SER UTILIZADO EM REDES ELÉTRICAS COM VARIAÇÕES ENTRE 95 ATÉ 254V; PROGRAMA ÚNICO DE ESTERILIZAÇÃO; DESAERAÇÃO E DESPRESSURIZAÇÃO AUTOMÁTICA; CAPACIDADE 21 LITROS, TAMPA E CÂMARA EM AÇO INOX QUE FACILITA A LIMPEZA; 3 BANDEJAS EM ALUMÍNIO ANODIZADO; SECAGEM EFICIENTE COM PORTA ENTREABERTA; CONTA COM SISTEMAS DE SEGURANÇA ENTRE	1,00	3.795,00
6	Odon-tomedi - Produtos Odontol-ógicos e Hospitala-res	SELADORA PARA SELAGEM DE EMBALAGENS (PAPEL/PLÁSTICO) PRÓPRIAS PARA ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVES A VAPOR. BIVOLT AUTOMÁTICO; SISTEMA INTEGRADO DE CORTE EM AMBAS AS DIREÇÕES;ACIONAMENTO POR MEIO DE ALAVANCA COM TRAVA; SISTEMA MICROCONTROLADO PARA MAIOR PRECISÃO NO TEMPO DE SELAGEM; SISTEMA DE AVISOS COM LED'S INDICATIVOS E BIPS SONOROS, NO TECLADO DE MEMBRANA; RESISTÊNCIA PTC BLINDADA COM CONTROLE AUTOMÁTICO DE TEMPERATURA; DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO EM CASO DE INATIVIDADE POR 60 MINUTOS; 2 ANOS DE GARANTIA; VOLTAGEM: BIVOLT; ÁREA DE SELAGEM: 30CM; ESPESSURA SELAGEM: 12MM	1,00	535,00
3	Dental Oeste Ltda ME	CADEIRA ODONTOLÓGICA COMPLETA DE NO MÍNIMO 3 TERMINAIS, COMANDO DE PEDAL, COM ESTRUTURA EM AÇO, ESTOFAMENTO DE ESPUMA INJETADA COM REVESTIMENTO EM 100% PVC LAMINADO SEM COSTURAS, 2 APOIOS DE BRAÇOS ANATÔMICOS E REBATÍVEIS, ACIONAMENTO POR MOTOREDUTOR ELÉTRICO E CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO INTEGRADA. POSSUI 8 MOVIMENTOS: 4 INDIVIDUAIS, 4 AUTOMÁTICOS SINCRONIZADOS 2 POSIÇÕES DE TRABALHO E VOLTA À ZERO PROGRAMÁVEIS PELO PROFISSIONAL E ÚLTIMA POSIÇÃO DE TRABALHO ACIONADA. MESA DO EQUIPO: SUPORTE DOS INSTRUMENTOS INTEGRADO À MESA E ESCALONADO, ENCAIXE PRECISO O QUAL EVITA A QUEDA INVOLUNTÁRIA DOS INSTRUMENTOS E FACILITA A LIMPEZA. REGULAGEM EXTERNA DO AR E DA ÁGUA DO SPRAY DOS INSTRUMENTOS REALIZADA PE	1,00	11.150,00
1	Cmed Serviços Técnicos e Distribuidora Ltda ME	AMALGAMADOR ODONTOLÓGICO - PAINEL DIGITAL COM ACIONAMENTOS POR MICRO SWITCH - PRECISO E SUAVE. HASTE BATEDORA COM DUPLA VELOCIDADE: MÉDIA: 4200 OSCILAÇÕES POR MINUTO, ALTA: 5000 OSCILAÇÕES POR MINUTO. POSSUIR GRANDE AMPLITUDE E MOVIMENTO HELICOIDAL ELÍPTICO E OFERECENDO A HOMOGENEIZAÇÃO IDEAL. INDICADO PARA TODOS OS TIPOS DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS ENCAPSULADOS. GARFO METÁLICO COM SISTEMA UNIVERSAL, PERMITINDO A FIXAÇÃO DE TODOS OS MODELOS DE CÁPSULAS DE AMÁLGAMA, INCLUSIVE CÁPSULAS COM ÊMBOLOS (IONÔMEROS DE VIDRO). SISTEMA DE AMORTECEDORES QUE ANULAM AS VIBRAÇÕES TRANSMITIDAS PELA FREQUÊNCIA DA HASTE, TORNANDO O EQUIPAMENTO ESTÁVEL E EXTREMAMENTE SILENCIOSO. BIVOLT AUTO	1,00	645,00
4	Cmed Serviços Técnicos e Distribuidora Ltda ME	MOCHO FISIOMOCHO TEM PROTEÇÃO DO ENCOSTO REFORÇADA E, COMO OS OUTROS, BASE GIRATÓRIA COM CINCO RODÍZIOS E SISTEMA A GÁS PARA REGULAGEM DE ALTURA DO ASSENTO. FÁCIL REGULAGEM DA INCLINAÇÃO E DA ALTURA DO ENCOSTO POR ALAVANCA INDEPENDENTE, QUE PERMITE AJUSTE ANATÔMICO. ESTOFAMENTO COM ESPUMA ESPESSE, REVESTIDA EM LAMINADO DE PVC, GARANTINDO MAIOR RESISTÊNCIA E RIGIDEZ. SEM COSTURA E DE FÁCIL ASSEPSIA SISTEMA A GÁS PARA REGULAGEM DE ALTURA DO ASSENTO BASE GIRATÓRIA COM CINCO RODÍZIOS PÉS ROMADOS E RODÍZIOS DE SILICONE QUE PREVINEM O DESGASTE NO CHÃO DO CONSULTÓRIO PROTEÇÃO DO ENCOSTO REFORÇADA.	1,00	400,00
5	Cmed Serviços Técnicos e Distribuidora Ltda ME	JATO DE BICARBONATO PERIODONTIA: REMOÇÃO DO BIOFILME NÃO MINERALIZADO; PLACA BACTERIANA, MANCHAS RESIDUAIS E CAMADA OXIDADA DO AMÁLGAMA. CONJUNTO LEVE E ERGONÔMICO. TODAS AS PEÇAS METÁLICAS RESISTENTES A OXIDAÇÃO. TAMPA DO DEPÓSITO COM VISOR TRANSPARENTE. ACOMPANHA DOIS VISORES EXTRAS. REGULAGEM PRECISA DO FLUXO DE ÁGUA. ACIONAMENTO ATRAVÉS DO PEDAL DO EQUIPO. DEPÓSITO DE BICARBONATO ACOPLADO A PEÇA DE MÃO. FACILMENTE DESMONTÁVEL. COM PONTEIRA REMOVÍVEL, GIRATÓRIA E AUTOCLAVÁVEL. CONECTADO AO TERMINAL DO EQUIPO (ENCAIXE BORDEN).	1,00	270,00

três mil setecentos e noventa e cinco reais	3.795,00
quinhentos e trinta e cinco reais	535,00
onze mil cento e cinquenta reais	11.150,00
mil trezentos e quinze reais	1.315,00

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo



Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC,  
aos 08/10/2018.  
Ronaldo Luiz Senger  
Prefeito Municipal

## **CÂMARA MUNICIPAL**

### **RESOLUCAO Nº 136/2018 LICENÇA VEREADOR HARI SCHMIDT**

Publicação Nº 1769622

RESOLUÇÃO Nº 136 /2018.

CONCEDE LICENÇA AO VEREADOR HARI SCMDIT, PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES.

Eu, IVALDO DEFENDI RIBEIRO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste/SC APROVOU e eu, PROMULGO a seguinte resolução:

Art. 1º. Fica concedida licença ao Vereador HARI SCMDIT para tratar de assuntos particulares, sem remuneração, pelo prazo de 30 (trinta) dias, de 16 de outubro a 14 de novembro do ano de 2018, de conformidade com o disposto no artigo 95, inciso II da Resolução nº 003/97 de 15 de setembro de 1997 – Regimento Interno da Câmara.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º da Lei do Legislativo nº04/2013 de 18 de setembro de 2013

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste (SC), 09 de outubro de 2018.

Ivaldo Defendi Ribeiro  
Presidente da Câmara

Elmer Zimmermann  
1º Secretário

### **RESOLUCAO Nº 137/2018 LICENÇA VEREADOR ELMER ZIMERMANN**

Publicação Nº 1769625

RESOLUÇÃO Nº 137 /2018.

CONCEDE LICENÇA AO VEREADOR ELMER ZIMERMANN, PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES.

Eu, IVALDO DEFENDI RIBEIRO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste/SC APROVOU e eu, PROMULGO a seguinte resolução:

Art. 1º. Fica concedida licença ao Vereador ELMER ZIMERMANN para tratar de assuntos particulares, sem remuneração, pelo prazo de 30 (trinta) dias, de 16 de outubro a 14 de novembro do ano de 2018, de conformidade com o disposto no artigo 95, inciso II da Resolução nº 003/97 de 15 de setembro de 1997 – Regimento Interno da Câmara.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º da Lei do Legislativo nº04/2013 de 18 de setembro de 2013

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste (SC), 09 de outubro de 2018.

Ivaldo Defendi Ribeiro  
Presidente da Câmara

Elmer Zimmermann  
1º Secretário

# Bom Retiro

## PREFEITURA

### MINUTA EDITAL TP 05/2018

Publicação Nº 1769904

#### MINUTA EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2018

O Município de Bom Retiro torna público Edital Tomada de Preços 05/2018 para Contratação de empresa para construção de um muro de arrimo para contenção de encosta, no Bairro São José. Abertura: 26/10/18 às 09h30min, na Prefeitura de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro. Maiores informações pelo Fone/Fax: (049) 32770183. Edital disponível no website: [www.bomretiro.sc.gov.br](http://www.bomretiro.sc.gov.br). Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 10 de outubro de 2018.

Vilmar José Neckel

Prefeito Municipal

**Botuvera****PREFEITURA****DECRETO Nº 2.219-2018 - SUPERAVIT DOC**

Publicação Nº 1769637

=====

D E C R E T O Nº 2.219/2018

=====

“Abre Crédito Suplementar Por Superávit Financeiro No Exercício De 2018”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.9º da Lei nº 1.416/2017, de 20 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 38.979,71 (Trinta e oito mil novecentos e setenta e nove reais e setenta e um centavos), conforme abaixo especificado:

6000	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
6001	Divisão de Obras e Serviços Urbanos
26-782-013-2.35	Manutenção e Restauração de Rodovias Municipais e Logradouros Públicos
3.3.9.0.00.00	Aplicações Diretas
0.3.80(329)	Superávit CFEM ..... R\$ 28.867,72
0.3.39(358)	Superávit FEP ..... R\$ 7.611,99
10000	Secretaria De Turismo, Cultura, Esportes E Juventude
10002	Divisão De Cultura
13-392-23-2.78	Apoio E Difusão Da Cultura
3.3.9.0.00.00	Aplicações Diretas
0.3.00(359)	Superávit recursos ordinários ..... R\$ 2.500,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 28 de setembro de 2018.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 28 de setembro de 2018.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 2.227-2018 - SUPERAVIT DOC**

Publicação Nº 1769640

=====

D E C R E T O Nº 2.227/2018

=====

“Abre Crédito Suplementar Por Superávit Financeiro No Exercício De 2018”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.9º da Lei nº 1.416/2017, de 20 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 2.572,10 (Dois mil quinhentos e setenta e dois reais e dez centavos), conforme abaixo especificado:

10000	Secretaria De Turismo, Cultura, Esportes E Juventude
10002	Divisão De Cultura
13-392-23-2.78	Apoio E Difusão Da Cultura
3.3.9.0.00.00	Aplicações Diretas
0.3.00(359)	Superávit recursos ordinários ..... R\$ 2.572,10

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.



Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 09 de outubro de 2018.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 09 de outubro de 2018.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

### **EXTRATO DA A.R.P. 46/2018 - SERVIÇO DE FRETAMENTO DE ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS E VANS**

Publicação Nº 1770081

#### **EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇO**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2018

Contratante: Município de Botuverá - CNPJ: 83.102.350/00001-96

Contratadas:

NILO TRANSPORTES E TURISMO LTDA – CNPJ: 85.304.442/0001-84, Situada na Rua Henrique Hartke, Nº 712, bairro Primeiro de Maio, cidade de Brusque/SC, CEP: 88353-350, Fone: (47) 3355-5688, e-mail: financeiro@nilotur.com.br

Valor: R\$ 62.800,00 (Sessenta e Dois Mil e Oitocentos Reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE FRETAMENTO DE ONIBUS, MICRO-ÔNIBUS E VANS

Fundamento Legal: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 63/2018-SRP.

## Braço do Trombudo

## PREFEITURA

## ATA REGISTRO DE PREÇOS 1 2018 FMS

Publicação Nº 1750255

Página: 1/55

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBU DO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018

Número do Registro de Preços: 1/2018		Data do Registro: 09/04/2018		Válido até: 09/04/2019			
Objeto da Compra:		Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básicas de Saúde do município de Braço do Trombudo SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Aciclovir 200mg, comprimido (17743)	compr	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	RANBAXY	0	0,2180	1
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (6925)	CMED	0	0,2200	2
			A G KIENEN & CIA LTDA (6888)	PHARLAB	0	0,2500	3
2	Aciclovir 50mg/g creme - bisnaga 10 gramas (1680)	BISN	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	BRAIN FARMA	0	2,7800	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	NeoQuintica-B	0	3,0860	2
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	VITAMEDIC	0	3,1100	3
3	Acido acetilsalicílico 100mg, comprimido (17744)	compr	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	SOBRAL	0	0,0180	1
			SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	IMEC	0	0,0190	2
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (6925)	IMEC	0	0,0200	3
4	Acido acetilsalicílico tamponado 100 mg, comprimido (17745)	compr	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	E.M.S	0	0,2700	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	BAYER	0	0,2750	2
			VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLI ME (6943)	erns	0	0,3000	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	E.M.S	0	0,3500	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

Página: 2/55

**Número do Registro de Preços: 1/2018      Data do Registro: 09/04/2018      Válido até: 09/04/2019**

**Objeto da Compra:** Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básica de Saúde do município de Braço do Trombudo SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (6925)	EMS SIGMA	0	0,6000	2
			VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLIME (6943)	ens	0	0,6400	3
6	Acido Folico 5 mg, comprimido (17747)	compr	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	EMS	0	0,0350	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	NUNESFARM	0	0,0400	2
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	NATULAB	0	0,0410	3
7	Albendazol 40 mg/ml, suspensão oral, frasco com 10 ml (17748)	FR	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	PRATI	0	0,8990	1
			SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	GEOLAB	0	0,9000	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	1,0600	3
8	Albendazol 400mg comprimido mastigável.. (17749)	compr	AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (6925)	GREENPHAR	0	0,3300	1
			SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	GEOLAB	0	0,3670	2
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	GREENPHAR	0	0,3750	3
9	Alendronato sódico 70 mg, comprimido (17750)	compr	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	EMS	0	0,2100	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	ELOFAR	0	0,2300	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

Página: 3/55

**Número do Registro de Preços: 1/2018      Data do Registro: 09/04/2018      Válido até: 09/04/2019**

**Objeto da Compra:** Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básicas de Saúde do município de Braço do Trombudo SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLIME (6943)	della	0	0,2300	3
10	Alupurinal 300mg, comprimido (17751)	compr	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	PRATI	0	0,1360	1
			NOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	PRATI	0	0,1550	2
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	PRATI	0	0,1650	3
11	Alprazolam 0,5 mg, comprimido (17752)	compr	A G KIENEN & CIA LTDA (6859)	E.M.S	0	0,0900	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	EMS	0	0,0950	2
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (6925)	EMS	0	0,0990	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	E.M.S	0	0,1070	4
12	Ambroxol sal cloridrato 3 mg/ml, xarope infantil, frasco com 100 ml (17753)	FR	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	FARMACE	0	1,4300	1
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	NATULAB	0	1,4400	2
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	NATIVITA	0	1,6000	3
13	Ambroxol sal cloridrato 6 mg/ml, xarope adulto, frasco com 100 ml (17754)	FR	PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	NATULAB	0	1,4400	1
			SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	FARMACE	0	1,5150	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

Página: 4/55

Número do Registro de Preços: 1/2018		Data do Registro: 09/04/2018		Válido até: 09/04/2019			
Objeto da Compra: Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básicas de Saúde do município de Brago do Trombudo SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	AMINOFLUNA 100 MG COMPRIMIDO (253)		DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	NATULAB	0	1,7500	3
			COMP SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	HIPOLABOR	0	0,0700	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	HIPOLABOR	0	0,0750	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,1070	3
15	Amiodarona 200 mg, comprimido (17755)	compr	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	GEOLAB	0	0,3180	1
			SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	GEOLAB	0	0,3190	2
			VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLH/ME (6943)	geolab	0	0,3200	3
16	Antirritiplina clonidrato 25 mg, comprimido (17756)	compr	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	EMS	0	0,0280	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,0420	2
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, (6237)	BRAINFARMA	0	0,0500	3
17	Antirritiplina clonidrato 75 mg, comprimido (17757)	compr	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, (6237)	CRISTALLIA	0	0,2180	1
			A G KIENEN & CIA LTDA (6858)	E.M.S	0	0,2400	2
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (6925)	EMS	0	0,2400	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

Página: 5/55

Número do Registro de Preços: 1/2018		Data do Registro: 09/04/2018		Válido até: 09/04/2019			
Objeto da Compra: Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básicas de Saúde do município de Braço do Trombudo SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	CRISTALIA	0	0,2500	4
18	Amoxicilina 50 mg/ml, suspensão oral, frasco com 60 ml (17758)	compr	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	PRATI	0	3,8850	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	PRATI	0	3,9300	2
19	Amoxicilina 500 mg, acondicionado de forma unitária fracionável conforme RDC 80/2006 (17759)	UND	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,2900	1
20	Amoxicilina associada com clavulanato de Potássio 500 mg + 125 mg, acondicionado de forma unitária fracionável conforme RDC 80/2006. (17760)	compr	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	SANDOZ	0	1,0900	1
			VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLIME (6943)	ems	0	6,3800	2
21	Amoxicilina associada com clavulanato de Potássio 250+62,5 mg/ml, acondicionado de forma unitária frascos com 75 ml. (17761)	FR	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	SANDOZ	0	10,9900	1
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (6925)	EMS	0	17,0600	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	GSK	0	18,3330	3
23	Ampicilina 500 mg, cápsula, em embalagem primária acondicionada de forma unitária fracionável conforme RDC 80/2006 (17763)	cap	CENTERMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	PRATI D	0	0,3150	1
24	Antidopino besilato 10 mg, comprimido (17764)	compr	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	EMS	0	0,0380	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	GEOLAB	0	0,0680	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

Página: 6/55

**Número do Registro de Preços: 1/2018      Data do Registro: 09/04/2018      Válido até: 09/04/2019**

**Objeto da Compra:** Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básica de Saúde do município de Braco do Trombudo SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MAURO MARQUANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	HYPERMARC	0	0,0700	3
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	GEOLAB	0	0,0700	4
25	Antidopino besilato 5 mg, comprimido (17765)	compr	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,0180	1
			SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	GEOLAB	0	0,0190	2
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	GEOLAB	0	0,0230	3
26	atenolol 100 mg, comprimido (17766)	compr	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	PRATI	0	0,0600	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Doraduz	0	0,0610	2
			VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLHME (6943)	prati	0	0,0620	3
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	PRATI	0	0,0630	4
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0670	5
27	atenolol 25 mg, comprimido (17767)	compr	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Doraduz	0	0,0300	1
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	PRATI D	0	0,0300	2
			VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLHME (6943)	prati	0	0,0370	3



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

Página: 7/55

Número do Registro de Preços: 1/2018		Data do Registro: 09/04/2018		Válido até: 09/04/2019		Objeto da Compra: Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básica de Saúde do município de Braço do Trombudo SC.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
28	atenolol 50 mg, comprimido (17768)	compr	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	PRATI	0	0,0320	1			
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	PRATI	0	0,0360	2			
			VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLIME (6943)	prati	0	0,0370	3			
			SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	PRATI	0	0,0370	4			
29	Azitromicina 40 mg/ml, suspensão oral, frasco acompanhado de diluente com 15 ml após reconstituição (17769)	FR	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	5,3700	1			
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	PRATI	0	5,3750	2			
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	NecQuímica-B	0	5,5600	3			
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, (6237)	BRAINFARMA	0	5,5900	4			
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	HYPERMARC	0	5,6500	5			
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	PRATI	0	5,7000	6			
			SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	PRATI	0	6,3000	7			
31	Benzilpenicilina benzatina, 1200000 UI, frasco ampola com 4 ml. (17772)	FR	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	10,2700	1			
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	TEUTO	0	10,3000	2			

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

Página: 8/55

Número do Registro de Preços: 1/2018		Data do Registro: 09/04/2018		Válido até: 09/04/2019			
Objeto da Compra:		Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básicas de Saúde do município de Braço do Trombudo SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			A G KIENEN & CIA LTDA (6858)	EUROFARMA	0	11,0000	3
32	Biperideno 2 mg, comprimido (17774)	compr	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	CRISTALIA	0	0,1350	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	CRISTALIA	0	0,1380	2
			A G KIENEN & CIA LTDA (6858)	CRISTALIA	0	0,1630	3
33	Bloqueador solar fator de proteção 50, loção, frasco 120 mL (17775)	FR	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Nutrifex	0	9,0000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cosmoderma	0	11,3020	2
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	COSMODERIV	0	12,0000	3
34	Bromazepam 3 mg, comprimido (17776)	compr	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	TEUTO	0	0,0840	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,1040	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	TEUTO	0	0,1200	3
35	Bromazepam 6 mg, comprimido (17777)	compr	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	TEUTO	0	0,1800	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	BRAINFARMA	0	0,1950	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	NeoQuímica-B	0	0,2170	3

Página: 9/55

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

Número do Registro de Preços: 1/2018		Data do Registro: 09/04/2018		Válido até: 09/04/2019			
Objeto da Compra: Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básicas de Saúde do município de Braço do Trombudo SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	Bupropiona cloridrato 150 mg, comprimido (17779)	compr (6943)	VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLHME	ems	0	0,3000	1
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (6925)	EMS	0	0,3000	2
			A G KIENEN & CIA LTDA (6858)	E.M.S	0	0,3220	3
38	Captopril 25 mg, comprimido sulcado. (17780)	compr (6237)	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	GEOLAB	0	0,0170	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Geolab	0	0,0200	2
39	Captopril 50 mg, comprimido sulcado. (17781)	compr (6237)	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduzzi	0	0,0500	1
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	PRATI	0	0,0510	2
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	PHARLAB	0	0,0560	3
40	Carbamazepina 20 mg/ml, suspensão oral, frasco com 100 ml. (17782)	FR	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	UNIÃO QUÍMICA	0	11,1000	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	UNIAO QUIMIK	0	11,2000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Uniao Química	0	11,4200	3
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	UNIAO Q	0	11,4500	4
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	UNIAO QUIMIK	0	11,5000	5

Página: 10/55

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

Número do Registro de Preços: 1/2018		Data do Registro: 09/04/2018		Válido até: 09/04/2019			
Objeto da Compra:		Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básicas de Saúde do município de Braço do Trombudo SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			A G KIENEN & CIA LTDA (6858)	U. QUIMICA	0	12,1500	6
41	Carbamazepina 200 mg, comprimido, acondicionado de forma unitária fracionável conforme RDC 80/2006. (17783)	compr	PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	UNIAO QUIMIK	0	0,0670	1
42	Carbamazepina 400 mg, comprimido, acondicionado de forma unitária fracionável conforme RDC 80/2006. (17784)	compr	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	UNIAO Q	0	0,0900	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cristalia	0	0,3500	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	CRISTALIA	0	0,3590	2
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	CRISTALIA	0	0,4280	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	CRISTALIA	0	0,4400	4
43	Carbonato de cálcio 500 mg, comprimido (17785)	compr	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	IMEC	0	0,0400	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Imec	0	0,0430	2
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	VITAMED	0	0,0500	3
			VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLHME (6943)	imec	0	0,0500	4
44	Carbonato de Cálcio + vitamina D3 500 mg + 400 UI (17786)	compr	PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	NATULAB	0	0,1300	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

Página: 11/55

**Número do Registro de Preços: 1/2018      Data do Registro: 09/04/2018      Válido até: 09/04/2019**

**Objeto da Compra:** Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básica de Saúde do município de Braço do Trombudo SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			NOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	NATULAB	0	0,1330	2
			VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLHME (6943)	bionatus	0	0,1480	3
45	Carbonato de Lítio 300 mg, comprimido (17787)	compr	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	HIPOLABOR	0	0,1880	1
			VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLHME (6943)	hipolabor	0	0,2000	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	HIPOLABOR	0	0,2250	3
46	Carvedilol 12,5 mg, comprimido (17788)	compr	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Torrent	0	0,1070	1
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (6925)	EMS	0	0,1080	2
			VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLHME (6943)	nova quimica	0	0,1180	3
47	Carvedilol 25 mg, comprimido (17789)	compr	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Torrent	0	0,1370	1
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (6925)	EMS	0	0,1380	2
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	EMSNOVAQL	0	0,1760	3
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	BIOLAB	0	0,1760	4
48	Carvedilol 6,25 mg, comprimido (17790)	compr	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Torrent	0	0,0880	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

Página: 12/55

Número do Registro de Preços: 1/2018		Data do Registro: 09/04/2018		Válido até: 09/04/2019		Objeto da Compra: Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básicas de Saúde do município de Braço do Trombudo SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (6925)	EMS	0	0,0900	2
			VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLIME (6943)	nova química	0	0,1000	3
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	EMSNOVAQL	0	0,1100	4
49	Cefalexina 50 mg/ml suspensão oral, frasco com 60 ml (17791)	FR	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	5,1000	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	TEUTO	0	6,6900	2
			SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	TEUTO	0	7,5000	3
50	Cefalexina 500 mg, acondicionado de forma unitária fracionável conforme RDC 820/2006. (17792)	compr	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	ABL	0	0,3700	1
			SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	TEUTO	0	0,4010	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	ABL	0	0,4200	3
51	Cetocorazol 2%, xampu, frasco com 100 ml. (17793)	FR	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	NATIVITA	0	4,0600	1
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	NATIVITA	0	4,4800	2
			VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLIME (6943)	nativita	0	4,4900	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

Página: 13/55

**Número do Registro de Preços: 1/2018      Data do Registro: 09/04/2018      Válido até: 09/04/2019**

**Objeto da Compra:** Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básicas de Saúde do município de Braço do Trombudo SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
53	Cetocorazol 200 mg, comprimido (17796)	compr	NOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	PRATI	0	0,1390	1
			SOMASC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	PRATI	0	0,1400	2
			VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLIME (6943)	prati	0	0,1440	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,1540	4
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (6925)	PRATI	0	0,1550	5
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Doreduz	0	0,1560	6
54	Ciclobenzaprina cloridrato 10 mg, comprimido (17796)	compr	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	ALTHAIA	0	0,1290	1
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (6925)	CIMED	0	0,1300	2
			NOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	CIMED	0	0,1450	3
			VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLIME (6943)	melcon	0	0,1450	4
55	Cilostazol 100 mg, comprimido (17797)	compr	NOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	BIOLAB	0	0,4400	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	BIOLAB	0	0,4500	2
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	EUROFARMA	0	0,5000	3



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

Página: 14/55

Número do Registro de Preços: 1/2018		Data do Registro: 09/04/2018		Válido até: 09/04/2019			
Objeto da Compra: Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básicas de Saúde do município de Braço do Trombudo SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
56	Cinartizina 25 mg, comprimido. (17798)	compr	A G KIENEN & CIA LTDA (6858)	BRAINFARMA	0	0,0790	1
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	BRAINFARMA	0	0,0800	2
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	BRAINFARMA	0	0,0840	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	NeoQuimica-B	0	0,0850	4
57	Cinartizina 75 mg, comprimido. (17799)	compr	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	HYPERMARC	0	0,0950	1
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	BRAINFARMA	0	0,0960	2
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (6925)	BRAINFARMA	0	0,1000	3
58	Ciprofibrato 100 mg, comprimido (17800)	compr	PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	BRAINFARMA	0	0,3150	1
			A G KIENEN & CIA LTDA (6858)	BRAINFARMA	0	0,3200	2
			VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLHME (6943)	globo	0	0,3250	3
59	Ciprofloxacino, cloridrato, 500 mg, acondicionado de forma unitária fracionável conforme RDC 80/2006. (17801)	compr	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,3500	1
60	Clomipramina 25 mg cp. (17802)	compr	A G KIENEN & CIA LTDA (6858)	GERMED	0	0,6300	1
			DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (6882)	GERMED	0	0,6390	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

Página: 15/55

**Número do Registro de Preços: 1/2018      Data do Registro: 09/04/2018      Válido até: 09/04/2019**

**Objeto da Compra:** Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básicas de Saúde do município de Braco do Trombudo SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
61	Clonazepam 2 mg, comprimido (17803)	compr	VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLHME (6943)	germed	0	0,6600	3
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	SANDOZ NOA	0	0,6920	4
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (6925)	GERMED	0	0,7000	5
			SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	RANBAXY	0	0,0440	1
			VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLHME (6943)	geolab	0	0,0470	2
62	Clonazepam 2,5 mg/ml, solução oral/gotas, frasco com 20 ml (17804)	FR	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	GEOLAB	0	0,0500	3
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	GEOLAB	0	1,8500	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	GEOLAB	0	2,1400	2
63	Clonidogrel bissulfato 75 mg, comprimido (17805)	compr	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (6882)	GERMED	0	2,2000	3
			CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6452)	AUROBINDO	0	0,2980	1
			SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	RANBAXY	0	0,2990	2
			VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLHME (6943)	nova química	0	0,3380	3
4			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	AUROBINDO	0	0,3400	4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

Página: 16/55

Número do Registro de Preços: 1/2018		Data do Registro: 09/04/2018		Válido até: 09/04/2019			
Objeto da Compra: Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básicas de Saúde do município de Braço do Trombudo SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
64	Cloprornazina 100 mg, comprimido, acondicionado de forma unitária fracionável conforme RDC 80/2006. (19126)	compr (6879)	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	UNIAO QUIMIK	0	0,1760	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	CRISTALIA	0	0,1980	2
			VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLHME (6943)	cristalia	0	0,1990	3
			SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	UNIÃO QUIMIK	0	0,1990	4
65	Cloprornazina 25 mg, comprimido, acondicionado de forma unitária fracionável conforme RDC 80/2006. (19128)	compr (6331)	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	CRISTALIA	0	0,1970	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	CRISTALIA	0	0,2300	2
66	Colagenase associado cloranfenicol 0,6 UI + 1%/g, pomada dermatológica 30 g. (19130)	UND	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6452)	ABBOTT	0	6,8900	1
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	CRISTALIA	0	7,6700	2
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (6925)	ABBOTT	0	7,8000	3
67	Colecalciferol 200 UI/ml, solução gotas, frasco 20 mL ( 19719)	FR	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	GLOBO	0	6,9000	1
68	Complexo B (vitamina B1+B2+B3+B5+B6+B12) comprimido. (19132)	compr (6943)	VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLHME (6943)	vitamed	0	0,0310	1
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (6925)	VITAMED	0	0,0380	2
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	PHARMA SCIE	0	0,0390	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 17/55

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

**Número do Registro de Preços: 1/2018      Data do Registro: 09/04/2018      Válido até: 09/04/2019**

**Objeto da Compra:** Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básicas de Saúde do município de Braco do Trombudo SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vitamed	0	0,0390	4
70	Cumarina associada com troxerutina 15 mg + 90 mg, comprimido (19134)	compr	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	CIFARMA	0	0,1300	1
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	CIFARMA	0	0,1340	2
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	CIFARMA	0	0,1600	3
71	Dexametasona 1 mg/ml, suspensão oftálmica, frasco 5 ml (19135)	FR	A G KIENEN & CIA LTDA (6859)	ALCON	0	6,7300	1
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (6925)	NOVARTIS	0	6,7400	2
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	ALCON	0	7,2400	3
72	Dexametasona 0,1%, creme, bisnaga com 10g. (19136)	BISN	PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	SANVAL	0	0,7100	1
			SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	SOBRAL	0	0,7200	2
			VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLIME (6843)	sobral	0	0,8400	3
74	Dexclorfeniramina 0,4 mg/ml maleato, solução oral, frasco 100 ml (19138)	FR	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	FARMACE	0	0,9000	1
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	NATULAB	0	0,9200	2
			A G KIENEN & CIA LTDA (6859)	HIPOLABOR	0	1,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

Página: 18/55

Número do Registro de Preços: 1/2018		Data do Registro: 09/04/2018		Válido até: 09/04/2019			
Objeto da Compra: Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básicas de Saúde do município de Braço do Trombudo SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	1,0400	4
75	Dexclorfeniramina 2 mg maleato, comprimido. (19139)	compr	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	GEOLAB	0	0,0600	1
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	GEOLAB	0	0,0610	2
			SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	GEOLAB	0	0,0630	3
76	Diazepam 10 mg, comprimido. (19140)	compr	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	SANTISA		0,0490	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	NEOQUIMICA	0	0,0600	2
77	Diazepam 5 mg/ml, solução injetável, ampola de 2ml. (19141)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,4770	1
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	SANTISA	0	0,4780	2
			A G KIENEN & CIA LTDA (6858)	SANTISA	0	0,6000	3
78	Diclofenaco sódico 25 mg/ml, solução injetável. (19142)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,4190	1
			SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	FARMACE	0	0,4200	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	FARMACE	0	0,4900	3
79	Diclofenaco Sódico 50 mg, drágea ou comprimido. (19143)	compr	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	VITAMED	0	0,0220	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

Página: 19/55

Número do Registro de Preços: 1/2018		Data do Registro: 09/04/2018		Válido até: 09/04/2019			
Objeto da Compra:		Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básicas de Saúde do município de Braço do Trombudo SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
80	Digoxina 0,25 mg, comprimido. (19145)	compr	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (6882)	VITAMED	0	0,0240	2
			VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLI ME (6943)	vitamed	0	0,0250	3
			A G KIENEN & CIA LTDA (6858)	VITAMED	0	0,0250	4
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,0470	1
81	Diltiazem 60 mg, comprimido (19146)	compr	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	PHARLAB	0	0,0490	2
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	PHARLAB	0	0,0500	3
			SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	TEUTO	0	0,1050	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,1110	2
82	Dimeticona (simeticona) 40 mg, comprimido. (19720)	COMP	AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (6925)	TEUTO	0	0,1300	3
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	PHARMASOIE	0	0,0800	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	GLOBO	0	0,0840	2
			SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	PRATI	0	0,1260	3
83	Diosmina, associada a hesperidina 450 mg + 50 mg, comprimido. (19148)	compr	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	BRAIN FARMA	0	0,2950	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

Página: 20/55

**Número do Registro de Preços: 1/2018      Data do Registro: 09/04/2018      Válido até: 09/04/2019**

**Objeto da Compra:** Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básica de Saúde do município de Braço do Trombudo SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
84	Dipirona sódica 500 mg, comprimido, (19149)	compr	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	BRAINFARMA	0	0,3000	2
			A G KIENEN & CIA LTDA (6859)	BRAINFARMA	0	0,3400	3
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	GREENPHARI	0	0,0640	1
			SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	PRATI	0	0,0650	2
85	Dipirona sódica 500 mg / ml, solução injetável, ampola, (19150)	AMP	VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLHME (6943)	greenpharma	0	0,0690	3
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	GREENPHARI	0	0,0700	4
			SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	FARMACE	0	0,3150	1
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	FARMACE	0	0,3300	2
86	Dipirona sódica 500 mg / ml, solução oral gotas, frasco 20 ml, (19151)	FR	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	SANTISA	0	0,3500	3
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	NATULAB	0	0,9890	1
			SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	FARMACE	0	1,0000	2
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	NATULAB	0	1,1600	3
87	Domperidona 1 mg/ml, suspensão oral, frasco 100 ml, (19152)	FR	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	MEDLEY	0	8,8000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

Página: 21/55

**Número do Registro de Preços: 1/2018      Data do Registro: 09/04/2018      Válido até: 09/04/2019**

**Objeto da Compra:** Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básicas de Saúde do município de Braço do Trombudo SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Medley	0	8,8800	2
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	MEDLEY	0	9,6600	3
88	Doxazosina mesilato 2 mg, comprimido (19153)	compr	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (6882)	APSEN	0	0,1090	1
			A G KIENEN & CIA LTDA (6858)	E.M.S	0	0,1100	2
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	SANDOZ	0	0,1230	3
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (6925)	EMS	0	0,1250	4
90	Eralapril maleato 10 mg, comprimido. (19155)	compr	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	MEDQUIMICA	0	0,0290	1
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	MEDQUIMICA	0	0,0320	2
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	ONEFARMA/C	0	0,0330	3
91	Eralapril maleato 20 mg, comprimido. (19156)	compr	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	MEDQUIMICA	0	0,0360	1
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	ONEFARMA/C	0	0,0400	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	CIMED	0	0,0420	3
93	Escopolamina butilbrometo associada com dipirona sódica 6,67 + 333,4 mg/ml solução oral frasco 20 mL (19158)	FR	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	HYPERMARC	0	5,2500	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

Página: 22/55

**Número do Registro de Preços: 1/2018      Data do Registro: 09/04/2018      Válido até: 09/04/2019**

**Objeto da Compra:** Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básicas de Saúde do município de Braco do Trombudo SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
94	Escopolamina butilbrometo associada com dipirona sódica 10 + 250 mg comprimido, (19159)	compr	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	HYPERMARC	0	5,6900	2
			VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLIME (6943)	natulab	0	5,8500	3
95	Espiramicina 1.500.000 UI, comprimido (19160)	compr	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	HYPERMARC	0	0,3450	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	NeoQuímica-B	0	0,3490	2
			SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	PHARLAB	0	0,3990	3
			A G KIENEN & CIA LTDA (6656)	SANOFI	0	3,4490	1
96	Espironolactona 25 mg, comprimido, em embalagem primária (19161)	compr	AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (6925)	SANOFI	0	3,4500	2
			SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	ASPEN	0	0,1360	1
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	ASPEN PHARI	0	0,1550	2
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (6925)	ASPEN	0	0,1550	3
97	Estríol 1 mg/g, creme vaginal, bisnaga com 50g, (19162)	BISN	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	ASPEN	0	0,1600	4
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Aspen	0	0,1600	5
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Samal	0	12,6300	1

Página: 23/55

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

**Número do Registro de Preços:** 1/2018      **Data do Registro:** 09/04/2018      **Válido até:** 09/04/2019

**Objeto da Compra:** Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básicas de Saúde do município de Braço do Trombudo SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
98	Estrogênios conjugados 0,625 mg, comprimido. (19163)	compr	NOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	MABRA	0	1,0000	1
			VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLHME (6943)	ciarna	0	1,3000	2
99	Fenitoína sódica 100 mg, comprimido. (19164)	compr	A G KIENEN & CIA LTDA (6859)	TEUTO	0	0,1900	1
			SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	TEUTO	0	0,2100	2
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	TEUTO	0	0,2180	3
100	Fenobarbital sódico 100 mg, comprimido. (19165)	compr	NOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	CRISTALIA	0	0,0880	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	CRISTALIA	0	0,0890	2
			VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLHME (6943)	u.quintica	0	0,0900	3
102	Finasterida 5 mg, comprimido, em embalagem primária. (19167)	compr	NOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	MERCK	0	0,2590	1
			CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6452)	AUROBINDO	0	0,2600	2
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	MERCK	0	0,3100	3
103	Fitas/Tiras reagentes para teste de determinação de glicemia capilar, para automonitoramento domiciliar, com fornecimento de aparelho em comodato para 1.000 tiras 1 aparelho. (19168)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	On Call Plus	0	0,4500	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Acon	0	0,4560	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

Página: 24/55

Número do Registro de Preços: 1/2018		Data do Registro: 09/04/2018		Válido até: 09/04/2019			
Objeto da Compra: Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básicas de Saúde do município de Braço do Trombudo SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			NOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	ACON	0	0,5000	3
			PARCOMED COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS (6945)		0	0,5000	4
105	Fluoxetina 20 mg, capsulas. (19170)	caps	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	TEUTO	0	0,0400	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,0410	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	TEUTO	0	0,0560	3
106	Furosemida 10 mg/ml, solução injetável, ampola. (19171)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,3600	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	HYPOFARMA	0	0,4200	2
107	Furosemida 40 mg, comprimido. (19172)	compr	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	HIPOLABOR	0	0,0210	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	HIPOLABOR	0	0,0270	2
			NOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	PRATI	0	0,0300	3
108	Gabapentina 300 mg, comprimido. (19173)	compr	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,3600	1
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	PRATI D	0	0,3900	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

Página: 25/55

**Número do Registro de Preços: 1/2018 Data do Registro: 09/04/2018 Válido até: 09/04/2019**

**Objeto da Compra:** Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básicas de Saúde do município de Braço do Trombudo SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	PRATI	0	0,4280	3
109	Gentamicina 5 mg/ml, solução oftálmica, frasco com 5 ml. (19174)	FR	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (6882)	ALLERGAN	0	7,9000	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	ALLERGAN	0	7,9200	2
110	Glibendanzida 5 mg, comprimido (19175)	compr	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	MEDQUIMICA	0	0,0200	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Geolab	0	0,0230	2
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	GEOLAB	0	0,0240	3
111	Glicosamina, sulfato+condroitina, sulfato 1,5 + 1,2 g sachê (19176)	sache	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (6882)	ZODIAC	0	2,9900	1
			PHARMA LOG PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA (6944)	CONDROFLE	0	3,0000	2
112	Glicosamina, sulfato+condroitina, sulfato 500 + 400 mg cápsula. (19177)	caps	PHARMA LOG PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA (6944)	CONDROFLE	0	1,1000	1
			DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (6882)	ZODIAC	0	1,6500	2
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	EUROFARMA	0	2,0400	3
113	Glicose 50%, solução injetável, ampola de 10 ml. (19178)	AMP	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Isotama	0	0,2300	1
114	Glimepirida 2 mg, comprimido. (19179)	compr	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	CIMED	0	0,0780	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

Página: 26/55

Número do Registro de Preços: 1/2018 Data do Registro: 09/04/2018 Válido até: 09/04/2019

Objeto da Compra: Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básica de Saúde do município de Braço do Trombudo SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
115	Haloperidol 1 mg, comprimido (19180)	compr	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cimed	0	0,0910	2
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	CIMED	0	0,1000	3
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	CRISTALIA	0	0,1200	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	CRISTALIA	0	0,1250	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cristalia	0	0,1400	3
116	Haloperidol 2 mg/ml, solução oral-gotas, frasco com 30 ml. (19181)	FR	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Uniao Quimica	0	2,4610	1
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	UNIAO Q	0	2,6700	2
117	Haloperidol 5 mg, comprimido, acondicionado de forma unitária fracionável conforme RDC 80/2006. (19182)	compr	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	U.QUIMICA	0	0,0950	1
			SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	UNIAO QUIMIK	0	0,1050	2
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	UNIAO QUIMIK	0	0,1100	3
118	Haloperidol decanoato 50 mg/ml, solução injetável. (19183)	AMP	PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	UNIAO QUIMIK	0	6,9000	1
			A G KIENEN & CIA LTDA (6858)	U. QUIMICA	0	7,3800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018

Página: 27/55

Número do Registro de Preços: 1/2018 Data do Registro: 09/04/2018 Válido até: 09/04/2019

Objeto da Compra: Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básicas de Saúde do município de Braço do Trombudo SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Uniao Quimica	0	7,7470	3
119	Hepatina sódica 5000 ui/ml, injetável subcutânea, frasco com 5 ml, embalagem em cartucho individual ou com no máximo 50 frascos. (19184)	FR	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Crystalia	0	4,9480	1
			A G KIENEN & CIA LTDA (6858)	BLAU	0	9,2500	2
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	BLAU	0	10,3800	3
120	Hidrocortizona 25 mg, comprimido (19185)	compr	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,0130	1
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	CIMED	0	0,0140	2
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	MEDQUIMICA	0	0,0150	3
			VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLIME (6943)	medquimica	0	0,0150	4
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	CIMED	0	0,0150	5
121	Hidrocortizona 50 mg, comprimido (19186)	compr	SOMASC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	PHARLAB	0	0,0420	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Pharlab	0	0,0430	2
			CENTERMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	PHARLAB	0	0,0450	3
122	Hidrocortisona succinato sódico 100 mg, pó liofilizado (19187)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	2,1000	1



Página: 28/55

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

Número do Registro de Preços: 1/2018		Data do Registro: 09/04/2018		Válido até: 09/04/2019			
Objeto da Compra: Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básicas de Saúde do município de Braço do Trombudo SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			A G KIENEN & CIA LTDA (6859)	U. QUIMICA	0	2,2200	2
			VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLIME (6943)	u. quimica	0	2,2200	3
123	Hydrocortisona succinato sódico 500 mg, pó liofilizado (19188)	FR	SOMASC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	TEUTO	0	4,2000	1
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (6925)	TEUTO	0	4,5000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	4,5500	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	U.QUIMICA	0	4,5900	4
124	Hidróxido de alumínio 6%, suspensão oral, frasco 100 ml (19189)	FR	PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	NATULAB	0	1,8000	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	NATULAB	0	1,9800	2
			CENTERMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	IFAL	0	2,0500	3
125	Ibuprofeno 50 mg/ml, suspensão oral, frasco gotas 30 mL (19190)	FR	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,9540	1
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	NATULAB	0	0,9550	2
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	NATULAB	0	1,0400	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

Página: 29/55

Número do Registro de Preços: 1/2018		Data do Registro: 09/04/2018		Válido até: 09/04/2019			
Objeto da Compra:		Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básicas de Saúde do município de Braço do Trombudo SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	NATULAB	0	1,1200	4
126	Ibuprofeno 600 mg comprimido (19191)	compr (6331)	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,1120	1
			NOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	PRATI	0	0,1130	2
			SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	PRATI	0	0,1260	3
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	PRATI D	0	0,1260	4
127	Imipramina cloridrato 25 mg. comprimido (19192)	compr (6331)	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	CRISTALLIA	0	0,2490	1
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	CRISTALLIA	0	0,2940	2
			VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLHME (6943)	crisalla	0	0,3200	3
128	Iprratrópio, brometo 0,25 mg/ml sol. Inalante, frasco 20 ml. (19193)	FR	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	TEUTO	0	0,7400	1
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	PRATI D	0	0,7800	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,8500	3
129	Isossorbida dinitrato 10 mg. comprimido (19721)		COMP AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (6925)	EMS SIGMA	0	0,3600	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

Página: 30/55

**Número do Registro de Preços: 1/2018**      **Data do Registro: 09/04/2018**      **Válido até: 09/04/2019**

**Objeto da Compra:** Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básicas de Saúde do município de Braço do Trombudo SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
130	Isossorbida dinitrato 5 mg, comprimido sublingual (19195)	compr	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	E.M.S	0	0,2300	1
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (6925)	SANVAL	0	0,2300	2
131	Isossorbida mononitrato 20 mg, comprimido, (19196)	compr	NOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	ZYDUS	0	0,0890	1
			CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6452)	ZYDUS	0	0,0900	2
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	ZYDUS	0	0,1100	3
132	Ivermedina 6 mg comprimido, (19197)	compr	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	VITAMEDIC	0	0,1680	1
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (6925)	VITAMEDIC	0	0,1900	2
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	VITAMEDIC	0	0,1900	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vitapan-Vitame	0	0,1970	4
133	Levodopa associado a Benserazida 100 mg + 25 mg, comprimido, (19198)	compr	PHARMA LOG PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA (6944)	PROLOPARO	0	0,9100	1
			DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (6982)	ROCHE	0	1,1500	2
			VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLIME (6943)	roche BD	0	1,1800	3
134	Levodopa associado a Carbidopa 250 mg + 25 mg, comprimido, (19199)	compr	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	CRISTALIA	0	0,7800	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

Página: 31/55

Número do Registro de Preços: 1/2018      Data do Registro: 09/04/2018      Válido até: 09/04/2019						
Objeto da Compra: Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básicas de Saúde do município de Braço do Trombudo SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
						Classif.
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	CRISTALIA	0	0,7900
			SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	TEUTO	0	0,8400
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	SANDOZ	0	1,0390
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	ZYDUS	0	1,1600
			FR A G KIENEN & CIA LTDA (6858)	CRISTALIA	0	8,7500
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	CRISTALIA	0	8,9000
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	CRISTALIA	0	9,1500
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cristalia	0	9,3750
			compr DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	CRISTALIA	0	0,3170
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	CRISTALIA	0	0,3750
			VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLME (6943)	cristalia	0	0,4100
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	CRISTALIA	0	0,4100

135

Levofloxacino, 500 mg, acondicionado de forma unitária fracionável conforme RDC 80/2006. (19200)

136

Levonormetazina 40 mg/ml, solução oral, frasco gotas. (19201)

137

Levonormetazina maleato 25 mg, comprimido (19202)

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

Página: 32/55

**Número do Registro de Preços: 1/2018      Data do Registro: 09/04/2018      Válido até: 09/04/2019**

**Objeto da Compra:** Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básicas de Saúde do município de Braço do Trombudo SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
139	Levotiroxina 100 mcg, comprimido. (19204)	compr (6879)	PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6331)	MERCK	0	0,0850	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	MERCK	0	0,0900	2
			VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLHME (6943)	merck	0	0,1300	3
140	Levotiroxina 25 mcg, comprimido. (19205)	compr (6879)	PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6331)	MERCK	0	0,0850	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	MERCK	0	0,0900	2
			CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6452)	ABBOTT	0	0,1050	3
141	Levotiroxina 50 mcg, comprimido. (19206)	compr (6879)	PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6331)	MERCK	0	0,0850	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	MERCK	0	0,0900	2
			CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6452)	ABBOTT	0	0,1290	3
142	Levotiroxina 75 mcg, comprimido. (19207)	compr (6879)	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (6882)	MERCK	0	0,1400	1
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	MERCK	0	0,1420	2
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	MERCK	0	0,1970	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

Página: 33/55

Número do Registro de Preços: 1/2018		Data do Registro: 09/04/2018		Válido até: 09/04/2019			
Objeto da Compra:		Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básicas de Saúde do município de Braço do Trombudo SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

143	Lidocaina (cloridrato) 2% com vasoconstritor, frasco 20 ml. (19208)	FR	A G KIENEN & CIA LTDA (6858)	HYPOFARMA	0	2,5400	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hypofama	0	2,6600	2
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	HYPOFARMA	0	2,9800	3
144	Lidocaina (cloridrato) 2% sem vasoconstritor, frasco 20 ml. (19209)	FR	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	HIPOLABOR	0	2,1800	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	HYPOFARMA	0	2,2000	2
			A G KIENEN & CIA LTDA (6858)	HIPOLABOR	0	2,2400	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hypofama	0	2,4610	4
145	Lidocaina (cloridrato) 2%, geléia, bisnaga com 20 g. (19210)	BISN	A G KIENEN & CIA LTDA (6858)	PHARLAB	0	2,1700	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	HYPERMARC	0	2,1800	2
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	BRAINFARMA	0	2,4900	3
146	Loratadina 1 mg/ml, suspensão oral, frasco com 100 ml. (19211)	FR	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	PRATI	0	1,9550	1
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	PRATI	0	1,9570	2
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	PRATI	0	2,1800	3

Página: 34/55

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRACO DO TROMBUDO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

**Número do Registro de Preços: 1/2018 Data do Registro: 09/04/2018 Válido até: 09/04/2019**

**Objeto da Compra:** Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básicas de Saúde do município de Braço do Trombudo SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	PRATI	0	2,2200	4
147	Loratadina 10 mg, comprimido, em embalagem primária. (19212)	compr	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	CIMED	0	0,0400	1
			SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	GEOLAB	0	0,0440	2
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	CIMED	0	0,0560	3
148	Losartana potássica 100 mg comprimido. (19213)	compr	A G KIENEN & CIA LTDA (6858)	GERMED	0	0,1870	1
			VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLIME (6943)	germed	0	0,1880	2
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	PRATI	0	0,2500	3
149	Losartana potássica 50 mg comprimido (19214)	compr	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	GEOLAB	0	0,0320	1
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	PRATI	0	0,0330	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0360	3
150	Medroxiprogesterona acetato 150 mg, solução injetável (19215)	AMP	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	EMS	0	7,3500	1
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	UNIAO QUIMICA	0	10,2800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018

Página: 35/55

Número do Registro de Preços: 1/2018 Data do Registro: 09/04/2018 Válido até: 09/04/2019

Objeto da Compra: Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básicas de Saúde do município de Braco do Trombudo SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	UNIAO QUIMIK	0	11,2500	3
151	Meloxicam 15 mg, comprimido. (19216)	compr	A G KIENEN & CIA LTDA (6859)	PHARLAB	0	0,0990	1
			VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLIME (6943)	pharlab	0	0,1000	2
			SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	PHARLAB	0	0,1150	3
152	Metformina cloridrato 500 mg, comprimido. (19217)	compr	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,0470	1
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	MERCK	0	0,0480	2
			SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	TEUTO	0	0,0520	3
153	Metformina cloridrato 850 mg, comprimido. (19218)	compr	PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	MERCK	0	0,0450	1
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	PRATI	0	0,0460	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0490	3
			SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	PRATI	0	0,0500	4
155	Metildopa 500 mg, comprimido (19220)	compr	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	SANVAL	0	0,5200	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Sanval	0	0,6250	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

Página: 36/55

Número do Registro de Preços: 1/2018      Data do Registro: 09/04/2018      Válido até: 09/04/2019						
Objeto da Compra: Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básicas de Saúde do município de Braco do Trombudo SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	SANVAL	0	0,6390
156	Metoprolamida cloridrato 4 mg/ml, solução oral, frasco 10 mL (19221)	FR	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	MARIOL	0	0,5650
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Marid	0	0,5690
			SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	MARIOL	0	0,6410
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	MARIOL	0	0,6580
157	Metoprolamida cloridrato 5 mg/ml, solução injetável (19222)	AMP	A G KIENEN & CIA LTDA (6858)	ISO FARMA	0	0,2570
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	ISO FARMA	0	0,2680
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Isolama	0	0,2700
158	Metoprolamida cloridrato 10 mg, comprimido (19223)	compr	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	HIPOLABOR	0	0,0680
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	HIPOLABOR	0	0,0780
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	HIPOLABOR	0	0,0800
160	Metronidazol 100mg/g, geléia vaginal, bisnaga com 50 g (19225)	BISN	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	TEUTO	0	3,3000
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	3,3400

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

Página: 37/55

**Número do Registro de Preços: 1/2018 Data do Registro: 09/04/2018 Válido até: 09/04/2019**

**Objeto da Compra:** Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básicas de Saúde do município de Braço do Trombudo SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	PRATI	0	4,0860	3
161	Metronidazol 250 mg, comprimido, acondicionado de forma unitária fracionável conforme RDC/2006, (19226)	compr	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Pratti Donaduz	0	0,1150	1
163	Neomicina sulfato associada com Bacitracina 5 mg + 250 UI/g tubo com 10 g, (19228)	tubo	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	SOBRAL	0	0,9200	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	GREENPHAR	0	0,9250	2
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	SOBRAL	0	1,0900	3
164	Nifedipina 20 mg, comprimido, (19229)	compr	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	GEOLAB	0	0,0480	1
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, (6237)	GEOLAB	0	0,0560	2
			SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	GEOLAB	0	0,0620	3
165	Nimesulida 100 mg, comprimido (19230)	compr	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	CIMED	0	0,0580	1
			VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLHME (6943)	cimed	0	0,0590	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cimed	0	0,0650	3
166	Nimesulida 50 mg/ml, suspensão oral-gotas, frasco 15 ml, (19231)	FR	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	VITAMEDIC	0	1,2400	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

Página: 38/55

**Número do Registro de Preços: 1/2018      Data do Registro: 09/04/2018      Válido até: 09/04/2019**

**Objeto da Compra:** Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básicas de Saúde do município de Braço do Trombudo SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLIME (6843)	vitamedic	0	1,2500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vitapan-Vitame	0	1,3390	3
167	Nistatina 100000 UI/ml, suspensão oral, frasco com 50 ml. (19232)	FR	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	PRATI	0	3,0000	1
			SOMASC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	PRATI	0	3,1500	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	3,2800	3
168	Nistatina 25000 UI/g, creme vaginal, bisnaga com 60g, com no mínimo 07 aplicadores para cada bisnaga. (19233)	BISN	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	GREEN PHAR	0	3,5800	1
170	Noretisterona 0,35 mg, cartela c/ 35 comprimido (19235)	compr	PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	BIOLAB	0	5,3600	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biolab	0	5,8100	2
171	Noretisterona enantato associada com estradiol valerato 50+5 mg/ml seringa pré-carregada com 1ml + agulha. (19236)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cifama-Mabra	0	7,5530	1
172	Nortriptilina cloridrato 25 mg, capsula. (19237)	caps	SOMASC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	RANBAXY	0	0,2100	1
			A G KIENEN & CIA LTDA (6858)	EUROFARMA	0	0,3160	2
			DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (6882)	EUROFARMA	0	0,3300	3

Página: 39/55

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

Número do Registro de Preços: 1/2018		Data do Registro: 09/04/2018		Válido até: 09/04/2019			
Objeto da Compra: Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básicas de Saúde do município de Brago do Trombudo SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

173	Óleo mineral 100% (petrolato químico), solução oral frasco com 100 ml. (19238)	FR	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	FARMACE	0	1,7850	1
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	FARMACE	0	2,0000	2
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	PHARMASOIE	0	2,1300	3
174	Omeprazol 20 mg, cápsula. (19239)	caps	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	GLOBO	0	0,0600	1
			SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	PHARLAB	0	0,0630	2
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	PHARLAB	0	0,0640	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PHARLAB	0	0,0650	4
175	Oxcarbazeptina 300 mg, comprimido. (19240)	compr	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	RANBAXY	0	0,2990	1
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	UNIAO QUIMIK	0	0,5500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Torrent	0	0,6110	3
176	Oxcarbazeptina 60 mg/ml, suspensão oral, frasco com 100 ml. (19241)	FR	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	UNIAOQUIMIC	0	23,2000	1
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	UNIAO QUIMIK	0	23,3000	2
			A G KIENEN & CIA LTDA (6859)	U. QUIMICA	0	27,2500	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

Página: 40/55

Número do Registro de Preços: 1/2018      Data do Registro: 09/04/2018      Válido até: 09/04/2019						
Objeto da Compra: Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básicas de Saúde do município de Braço do Trombudo SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
177	Óxido de Zinco associado com retinol e colecalciferol 150 mg+ 5.000 UI+900 UI/g bisnaga 45 g (19242)	tubo	VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLHME (6943)	nativita	0	2,4000
178	Paracetamol 200 mg/ml, solução oral, frasco gotas com 20 ml (19243)	FR	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Sobral	0	0,7290
179	Paracetamol 500 mg, comprimido (19244)	compr	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	HIPOLABOR	0	0,0360
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	PRATI	0	0,0400
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0420
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hipolabor	0	0,0420
180	Paracetamol 750 mg, comprimido (19245)	compr	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	ZYDUS	0	0,0580
			CENTERMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	ZYDUS	0	0,0600
			VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLHME (6943)	zydus	0	0,0670
181	Paracetamol associado com Carisoprodo, diclofenaco sódico e cafeína 300mg + 125mg + 50mg + 30mg comprimido (19246)	compr	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	BRAINFARMA	0	0,1260

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

Página: 41/55

**Número do Registro de Preços:** 1/2018      **Data do Registro:** 09/04/2018      **Válido até:** 09/04/2019

**Objeto da Compra:** Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básicas de Saúde do município de Braco do Trombudo SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	HYPERMARC	0	0,1280	2
			VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLIME (6943)	geolab	0	0,1430	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	NeoQuímica-B	0	0,1430	4
		compr	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	CRISTALIA	0	0,2490	1
			SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	AUROBINDO	0	0,2500	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	ZYDUS	0	0,2590	3
185	Piroxicam 20 mg, comprimido. (19250)	compr	PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	BRAINFARMA	0	0,0990	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	NeoQuímica-B	0	0,1130	2
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	HYPERMARC	0	0,1180	3
186	Prednisolona 3 mg/ml, solução oral, frasco com 60 ml (19251)	FR	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	HIPOLABOR	0	2,8350	1
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	PRATI	0	3,2200	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	3,2900	3
187	Prednisolona 5 mg, comprimido, acondicionado de forma unitária fracionável conforme RDC 82/2006. (19252)	compr	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	CRISTALIA	0	0,1200	1

Página: 42/55

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

Número do Registro de Preços: 1/2018		Data do Registro: 09/04/2018		Válido até: 09/04/2019			
Objeto da Compra: Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básicas de Saúde do município de Braço do Trombudo SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
188	Prednisona 20 mg, comprimido, acondicionado de forma unitária fracionável conforme RDC 682/2006. (19253)	compr	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	CRISTALIA	0	0,2470	1

188	Prednisona 20 mg, comprimido, acondicionado de forma unitária fracionável conforme RDC 82/2006. (19253)	compr	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	CRISTALLIA	0	0,2470	1
			A G KIENEN & CIA LTDA (6858)	CRISTALLIA	0	0,2490	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	CRISTALLIA	0	0,2800	3
189	Prometazina cloridrato 25 mg, comprimido (19254)	compr	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	CRISTALLIA	0	0,0960	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	CRISTALLIA	0	0,1000	2
			SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	TEUTO	0	0,1050	3
190	Prometazina cloridrato 25 mg/ ml, solução injetável, ampola 2 ml (19255)	AMP	A G KIENEN & CIA LTDA (6858)	SANVAL	0	1,9900	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Sanval	0	2,0000	2
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	CRISTALLIA	0	2,1400	3
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	SANVAL	0	2,2500	4
191	Propatitirato 10 mg, comprimido. (19256)	compr	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	SANKYO	0	0,3000	1
			A G KIENEN & CIA LTDA (6858)	SANKYO	0	0,3470	2
			DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (6882)	SANKYO	0	0,3600	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

Página: 43/55

Número do Registro de Preços: 1/2018		Data do Registro: 09/04/2018		Válido até: 09/04/2019			
Objeto da Compra: Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básicas de Saúde do município de Braço do Trombudo SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
192	Propranolol cloridrato 40 mg, comprimido. (19257)	compr	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	OSORIO	0	0,0140	1
			VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLHME (6943)	osorio	0	0,0150	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	OSORIO DE IV	0	0,0150	3
193	Ranitidina cloridrato 150 mg, comprimido (19258)	compr	PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	MEDQUIMICA	0	0,0620	1
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	MEDQUIMICA	0	0,0630	2
			SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	MEDQUIMICA	0	0,0680	3
194	Ranitidina 25 mg/ ml ampola 2 ml. (19259)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,3920	1
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	HIPOLABOR	0	0,4180	2
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	HYPOFARMA	0	0,4850	3
195	Risperidona 2 mg, comprimido. (19260)	compr	PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	UNIAO QUIMIK	0	0,1250	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	CRISTALIA	0	0,1570	2
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	UNIAO QUIMIK	0	0,1800	3
196	Rosuvastatina cálcica 10 mg, comprimido. (19261)	compr	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (6882)	NOVA QUIMIC	0	0,3730	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

Página: 44/55

Número do Registro de Preços: 1/2018      Data do Registro: 09/04/2018      Válido até: 09/04/2019						
Objeto da Compra: Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básicas de Saúde do município de Braco do Trombudo SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	SANDOZ	0	0,3750
			SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	RANBAXY	0	0,4090
			SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	RANBAXY	0	0,8190
			DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (6882)	NOVA QUIMIC	0	0,9400
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	SANDOZ	0	1,1150
197	Rosuvastatina, cálcica 20 mg, comprimido em embal (19262)	compr				
			INOVARMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	CIFARMA	0	0,6600
198	Saccharomyces boulardii - 17, 200 mg, pó liofilizado, envelope 1 g. (19263)	sache				
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	BRAINFARMA	0	2,1300
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	NATULAB	0	0,4400
199	Sais para Reidratação Oral, pó para solução oral. (19264)	sache				
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	PHARMA SCIE	0	0,4490
			INOVARMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	NATULAB	0	0,4700
			VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLIME (6943)	natulab	0	0,5000
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	NATULAB	0	0,5200

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

Página: 45/55

Número do Registro de Preços: 1/2018		Data do Registro: 09/04/2018		Válido até: 09/04/2019		Objeto da Compra: Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básicas de Saúde do município de Braco do Trombudo SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Natulab	0	0,5210	6
200	Salbutamol 0,4 mg/ml, xarope, frasco com 100 ml (19266)	FR	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Natulab	0	1,1350	1
202	Sertralina cloridrato 50 mg, comprimido (19267)	compr	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	GEOLAB	0	0,0940	1
			VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLHME (6943)	geolab	0	0,1000	2
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	GEOLAB	0	0,1050	3
203	Sinvastatina 20 mg, comprimido. (19268)	compr	PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	SANDOZ	0	0,0530	1
			SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	PHARLAB	0	0,0540	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	SANVAL	0	0,0630	3
204	Sinvastatina 40 mg, comprimido. (19269)	compr	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	EMS	0	0,1000	1
			VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLHME (6943)	nova quimica	0	0,1250	2
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	SANDOZ	0	0,1280	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	SANVAL	0	0,1280	4

Página: 46/55

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

**Número do Registro de Preços: 1/2018      Data do Registro: 09/04/2018      Válido até: 09/04/2019**

**Objeto da Compra:** Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básicas de Saúde do município de Braço do Trombudo SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
205	Sulfadiazina de prata 10 mg/g (1%), creme, bisnaga 50 g (19270)	BISN	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	PRATI	0	3,8000	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	NATIVITA	0	3,8100	2
			SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	PRATI	0	4,2000	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	4,2000	4
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Prati Doraduz	0	4,2600	5
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	NATIVITA	0	4,2900	6
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Nativita	0	4,2970	7
206	Sulfametoxazol associado com trimetoprima 200 mg + 40mg/5ml, suspensão oral frasco com 50 ml (19271)	FR	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	1,0200	1
207	Sulfametoxazol associado com trimetoprima 400 mg + 80mg comprimido (19272)	compr	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	PRATI	0	0,0800	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	PRATI	0	0,0820	2
			SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	PRATI	0	0,0890	3
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	PRATI	0	0,0900	4
208	Sulfato Ferroso 25 mg/ml de Fe II, frasco com 30 ml (19273)	FR	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	NATULAB	0	0,7500	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

Página: 47/55

Número do Registro de Preços: 1/2018		Data do Registro: 09/04/2018		Válido até: 09/04/2019			
Objeto da Compra:		Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básica de Saúde do município de Braço do Trombudo SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hipolabor	2
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	HIPOLABOR	3
209	Sulfato Ferroso 40 mg de Fe II, comprimido revestido (19274)	compr	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	PHARMASOIE	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vitamed	2
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (6925)	VITAMED	3
211	Trindol 0,5% solução oftálmica, frasco com 5ml (19276)	FR	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teauto	1
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	UNIAO QUIMIK	2
212	Tramadol, Cloridrato 50 mg cápsula. (19277)	caps	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	TEUTO	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teauto	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	TEUTO	3
213	Valproato de sódio 250mg, cápsula. (19278)	caps	CAVIED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6452)	ABBOTT	1
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	BIOLAB	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2018**

Página: 48/55

**Número do Registro de Preços: 1/2018      Data do Registro: 09/04/2018      Válido até: 09/04/2019**

**Objeto da Compra:** Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básicas de Saúde do município de Braço do Trombudo SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	BIOLAB	0	0,2450	3
214	Valproato de sódio 50 mg/ml, xarope, frasco com 100ml (19279)	FR	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hipolabor	0	2,7080	1
215	Valproato de sódio 500 mg, cápsula. (19280)	caps	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6452)	ABBOTT	0	0,4400	1
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	BIOLAB	0	0,4450	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	BIOLAB	0	0,5790	3
216	Varfarina 5 mg, comprimido. (19281)	compr	PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	UNIAO QUIMIK	0	0,1410	1
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	UNIAO QUIMIK	0	0,1450	2
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	UNIAO Q	0	0,1540	3
217	Verapamil cloridrato 80 mg, comprimido. (19282)	compr	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	SANVAL	0	0,0710	1
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	PRATI	0	0,0720	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0880	3
218	Vitaminas do complexo B, B1,B2,B3,B5,B6 e PP, solução injetável, ampola com 2 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas (19283)	AMP	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	HYPOFARMA	0	0,7800	1

Página: 49/55

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

Número do Registro de Preços: 1/2018 Data do Registro: 09/04/2018 Válido até: 09/04/2019

Objeto da Compra: Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básicas de Saúde do município de Braco do Trombudo SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
219	Alprazolam 0,25mg, comprimidos (19722)	COMP (6943)	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	HYPOFARMA	0	0,7900	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hypofarma	0	0,8100	3
			VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLHME (6943)	germed	0	0,0600	1
220	dimenidrinato associado com piridoxina cloridrato 50 mg + 50mg/ml, solução injetável, ampola com 1 mL (19723)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	E.M.S	0	0,1090	2
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (6925)	EMS	0	0,1220	3
			SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	UNIÃO QUIMIK	0	1,1500	1
221	Domperidona 10 mg, comprimido (19724)	COMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	União Química	0	1,1700	2
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	UNIAO QUIMIK	0	1,1800	3
			A G KIENEN & CIA LTDA (6858)	U. QUIMICA	0	1,1900	4
222	Domperidona 10 mg, comprimido (19724)	COMP	VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLHME (6943)	uniao quimica	0	1,2000	5
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Medley	0	0,0680	1
			CENTERMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, (6237)	MEDLEY	0	0,0800	2
223	Domperidona 10 mg, comprimido (19724)	COMP	VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLHME (6943)	nova quimica	0	0,0850	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

Página: 50/55

Número do Registro de Preços: 1/2018 Data do Registro: 09/04/2018 Válido até: 09/04/2019

Objeto da Compra: Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básicas de Saúde do município de Braco do Trombudo SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MAURO MARQUANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	MEDLEY	0	0,0850	4
222	Espirinolactona 50mg, comprimido (19726)		COMP SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	HIPOLABOR	0	0,1780	1
			CENTERMED I COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	HIPOLABOR	0	0,2520	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hipolabor	0	0,2730	3
223	Losartana 25 mg, comprimidos (19726)		COMP ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Torrent	0	0,4500	1
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (6925)	TORRENT	0	0,6000	2
			A G KIENEN & CIA LTDA (6858)	TORRENT	0	0,6200	3
224	Paracetamol associado com codeína 500mg + 30 mg, comprimido (19727)		COMP ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Arrow-Adavis	0	0,2550	1
			SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	GEOLAB	0	0,2600	2
			VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLIME (6945)	geolab	0	0,2780	3
225	Fenitoína sódica, 50mg/ml, ampola (19728)		AMP A G KIENEN & CIA LTDA (6858)	HIPOLABOR	0	2,1700	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hipolabor	0	2,1800	2
226	Miazolam, solução injetável 15mg/3ml (19729)		AMP A G KIENEN & CIA LTDA (6858)	HIPOLABOR	0	1,0500	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

Página: 51/55

**Número do Registro de Preços: 1/2018      Data do Registro: 09/04/2018      Válido até: 09/04/2019**

**Objeto da Compra:** Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básicas de Saúde do município de Braço do Trombudo SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hipolabor	0	1,0600	2
227	Habopenidol 5mg/ml, solução injetável, ampola de 1ml (19730)	AMP	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	HYPOFARMA	0	0,9800	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hypoclama	0	0,9900	2
			A G KIENEN & CIA LTDA (6858)	HYPOFARMA	0	1,0000	3
228	Cloreto de suxametônio 500mg, frasco ampola (19731)	AMP	A G KIENEN & CIA LTDA (6858)	BLAU	0	9,9900	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	UNIAO QUIMIK	0	10,0000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Blau	0	11,0680	3
229	Cloridrato de hidralazina, solução injetável 20 mg/ml (19732)	AMP	A G KIENEN & CIA LTDA (6858)	CRISTALLIA	0	4,4700	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cristalia	0	5,4690	2
230	Sulfato de terbutalina, solução injetável 0,5mg/ml (19733)	AMP	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	GREENPHAR	0	2,1300	1
231	Dopamina 5mg/ml, ampola com 10ml, embalagem individual, caixa com 5 unidades. (19734)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	União Química	0	1,2110	1
232	Cloridrato de naloxona, solução injetável 1 ml (19735)	AMP	A G KIENEN & CIA LTDA (6858)	HIPOLABOR	0	4,3000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hipolabor	0	4,3400	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 52/55

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

**Número do Registro de Preços: 1/2018      Data do Registro: 09/04/2018      Válido até: 09/04/2019**

**Objeto da Compra:** Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básicas de Saúde do município de Braço do Trombudo SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
233	Flumazenil, solução injetável 0,1mg/ml (19736)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	10,8500	1
			A G KIENEN & CIA LTDA (6858)	U. QUIMICA	0	10,9000	2
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	UNIAO QUIMIK	0	11,7200	3
234	Cloridrato de tranadol, solução injetável 50mg/ml (19737)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,5000	1
			A G KIENEN & CIA LTDA (6858)	NOVAFARMA	0	0,5100	2
			SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	TEUTO	0	1,1000	3
235	Omeprazol sódico,pó liofilo injetável 40mg+ solução diluente (19738)	AMP	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	BLAU	0	4,5000	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	UNIAO QUIMIK	0	5,4000	2
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	BLAU	0	5,6000	3
236	Sulfato de morfina, solução injetável 10mg/ml (19739)	AMP	A G KIENEN & CIA LTDA (6858)	HIPOLABOR	0	1,6800	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	CRISTALIA	0	2,3000	2
237	Tenoxicam, pó liofilizado para solução injetável 20mg+diluyente (19740)	AMP	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6398)	EUROFARMA	0	3,6000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	União Química	0	3,9580	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018

Página: 53/55

Número do Registro de Preços: 1/2018		Data do Registro: 09/04/2018		Válido até: 09/04/2019		Objeto da Compra: Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básica de Saúde do município de Braço do Trombudo SC.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	UQUIMICA	0	4,2900	3			
239	Adenosina, solução injetável 3mg/ml (19742)	AMP	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	HIPOLABOR	0	9,9800	1			
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hipolabor	0	10,9380	2			
			A G KIENEN & CIA LTDA (6858)	HIPOLABOR	0	16,0000	3			
241	Sulfato de atropina, solução injetável 0.50mg/ml (19744)	AMP	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	HYPOFARMA	0	0,7950	1			

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

Página: 54/55

Número do Registro de Preços: 1/2018		Data do Registro: 09/04/2018		Válido até: 09/04/2019			
Objeto da Compra:		Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básica de Saúde do município de Braço do Trombudo SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
242	Benzilpenicilina benzatina, 1200000 UI ,suspensão injetável, frasco-ampola diluída, embalagem individual em cartucho ou com máximo 100. (19745)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	10,2700	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018

Número do Registro de Preços: 1/2018		Data do Registro: 09/04/2018		Válido até: 09/04/2019	
Objeto da Compra: Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da farmácia das Unidades Básica de Saúde do município de Braço do Trombudo SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
				Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2018  
PROCESSO Nº 2/2018

- (6011) - METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSPLTD
- (6015) - MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME
- (6039) - ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA
- (6237) - CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.
- (6331) - DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
- (6398) - SOMAVSC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
- (6452) - CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
- (6858) - A G KIENEN & CIA LTDA
- (6879) - PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
- (6880) - INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
- (6882) - DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA
- (6925) - AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
- (6943) - VTALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLHME
- (6944) - PHARMA LOG PRODUTOS FARMACÉUTICOS LTDA
- (6945) - PARCOMED COMERCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS

Braço do Trombudo, 9 de Abril de 2018.

# Brunópolis

## PREFEITURA

### EDITAL DE CHAMAMENTO 019/2018

Publicação Nº 1769965

#### EDITAL DE CHAMAMENTO 019/2018 DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO 003/2016

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal, de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal e em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 020 /2006, REALIZA CHAMAMENTO de candidatos classificados no processo seletivo, conforme Edital n.º 03/2016, de acordo com os CARGOS e cargas horárias abaixo especificadas:

#### FAMACEUTICA - 40 HORAS

classificação	Nome
2º	LAURA CAROLINE SALMÓRIA

Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias para a apresentação, no Departamento de pessoal, da documentação necessária conforme estabelecido no edital 003/2016.

A não apresentação dos documentos acima no prazo estipulado, implicará na exclusão do candidato e perda da vaga.

Caso o candidato não possa assumir a função quando chamado, poderá solicitar a sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

Brunópolis – SC em 09 de outubro de 2018

ADEMIL ANTONIO DA ROSA  
PREFEITO MUNICIPAL

MARIA GORETE DO NASCIMENTO  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMNETO E FAZENDA

# Brusque

## PREFEITURA

### EDITAL 001-2018 - TERMO DE CONVOCAÇÃO - AG ETA -SAMAE

Publicação Nº 1770414

EDITAL 001/2018  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CONVOCAÇÃO

Convocamos os candidatos a seguir relacionados para comparecer na sede do SAMAE, à Rua Doutor Penido, 297 – Centro – Brusque/SC, até o dia 11/10/2018, a partir das 12:00h para apresentação de documentos e encaminhamento para realização de exame médico admissional.

Em caso de desistência do cargo, fica o (a) candidato (a) ora convocado(a), a comparecer ou encaminhar o Termo de Desistência para o mesmo endereço supracitado.

AGENTE DE ETA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO*	Nº INSCRIÇÃO
1º	MURILO JOSE MAES	335	030
2º	VALMIR VALENTIN DE AGUIRES	125	022
3º	EDUARDO GONÇALVES CORREA DOS SANTOS	28	005
4º	LEOBERTO DE SOUZA	20	046

Brusque, 04 de outubro de 2018  
ROBERTO BOLOGNINI  
Diretor Presidente

### EDITAL Nº 012-2018- CLASSIFICAÇÃO FINAL

Publicação Nº 1770380

Prefeitura Municipal de Brusque

Processo Seletivo Simplificado

EDITAL Nº 012/2018  
CLASSIFICAÇÃO FINAL - PROCESSO SELETIVO N. 012/2018

A Diretora, no uso de suas atribuições legais, PUBLICA CLASSIFICAÇÃO FINAL em ordem de classificação do Processo Seletivo para o cargo de Médico Auditor, conforme segue:

Médico Especialista em Psiquiatria

CLASSIFICAÇÃO	NOME CANDIDATO	PONTUAÇÃO
01	JOSÉ RICARDO EING	61
02	KATIA MARQUES CALDEIRA	20

Brusque, 08 de OUTUBRO de 2018.  
ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora

### LEI Nº 4.154-2018

Publicação Nº 1770381

LEI N. 4.154, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.  
Dispõe sobre as Políticas de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying) e dá outras providências.

O PREFEITO DE BRUSQUE:  
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam instituídas, em âmbito municipal, as Políticas de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying), visando preservar um ambiente de convivência salutar na sociedade, respeitando-se as diferenças, as limitações individuais e a dignidade da pessoa humana.

Art. 2º Entende-se por intimidação sistemática (Bullying) todo ato de violência física ou psicológica, de modo intencional e repetitivo, praticado por indivíduo ou grupos de indivíduos, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor, angústia ou humilhação à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.

Parágrafo único. Aplica-se no que couber às políticas de combate à intimidação sistemática na rede mundial de computadores (Cyberbullying), as quais são caracterizadas pelo uso dos instrumentos que lhe são próprios para depreciar, incitar a violência, adulterar fotos e dados pessoais com o intuito de criar meios de constrangimento psicossocial.

Art. 3º É dever do Estado e de toda Sociedade adotar medidas, visando atingir os seguintes objetivos:

I - Prevenir e combater a prática da intimidação sistemática em todas as relações interpessoais;

II - Implementar e disseminar campanhas de educação, de conscientização e de informação visando o respeito mútuo;

III - Envolver a família no processo de construção da cultura da paz nos ambientes sociais;

IV - Promover a cidadania, a capacidade empática e o respeito a terceiros, nos marcos de uma cultura de paz e tolerância mútua;

V - Evitar, tanto quanto possível, a punição dos agressores, privilegiando mecanismos e instrumentos alternativos que promovam a efetiva responsabilização e a mudança do comportamento hostil;

VI - Orientar os envolvidos em situação de intimidação sistemática, visando à recuperação da autoestima, o pleno desenvolvimento e a convivência harmônica nos ambientes sociais.

Art. 4º É dever dos estabelecimentos de ensino, dos clubes e das agremiações recreativas assegurar medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate à violência e à intimidação sistemática.

Art. 5º Fica instituída a "Semana de Combate à Intimidação Sistemática" a realizar-se, anualmente, na semana coincidente ao dia 20 de outubro.

§ 1º A semana ora instituída passará a constar do Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município, ficando as atividades em razão do combate às intimidações sistemáticas livres e abertas à participação de instituições públicas, privadas e entidades representativas.

§ 2º Na Semana de que trata o caput deste artigo, o Poder Executivo poderá envidar esforços no sentido de articular, mobilizar e sensibilizar a sociedade civil organizada, bem como a população em geral, através de políticas públicas que incentivem o combate às intimidações sistemáticas na sociedade.

Art. 6º O Poder Executivo Municipal poderá firmar convênios e estabelecer parcerias para a implementação e a correta execução dos objetivos e diretrizes do Programa instituído por esta Lei.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de outubro de 2018.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## LEI Nº 4.155-2018

Publicação Nº 1770382

LEI N. 4.155, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.

Institui a "Semana do Bem Estar Animal" no Município de Brusque.

O PREFEITO DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a "Semana do Bem Estar Animal", a ser realizada, anualmente, no período coincidente ao dia 4 de outubro.

Parágrafo único. O período ora instituído passará a constar do Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município, ficando as iniciativas para comemorar a "Semana do Bem Estar Animal" livres e abertas às instituições públicas e privadas, às associações e entidades com atividades afins e/ou a qualquer cidadão ou cidadã ou grupo para realização de eventos comemorativos que venham a promover ações voltadas à proteção e à qualidade de vida da fauna local.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar parcerias com as entidades constantes no parágrafo único do art. 1ª desta Lei, a fim de dar cumprimento às atividades da Semana ora instituída, buscando envidar esforços no sentido de articular, mobilizar e sensibilizar a sociedade civil, através de políticas públicas que promovam as boas práticas no trato animal.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de outubro de 2018.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **LEI Nº 4.156-2018**

Publicação Nº 1770384

LEI N. 4.156, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.

Altera a Lei n. 3865/2015 que denominou a Rua Ereneu Dalmolini.

O PREFEITO DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O art.1º da Lei n. 3865, de 05 de maio de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica denominada RUA ERENEU DALMOLINI, a via classificada como Rua 400 do Loteamento Jardim Residencial Renascer e Rua 500 do Loteamento Residencial Guilherme Bruns, transversal da Travessa Dom Joaquim, bairro Dom Joaquim, localizada a 320,00 metros sentido bairro/centro antes da Rua Anselmo Becker”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de outubro de 2018.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **LEI Nº 4.157-2018**

Publicação Nº 1770386

LEI N. 4.157, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.

Autoriza o Município de Brusque a celebrar acordo extrajudicial, que abaixo especifica.

O PREFEITO DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Brusque autorizado a celebrar acordo extrajudicial, para indenização de danos materiais causados em acidente de trânsito, no valor total de R\$ 882,00 (oitocentos e oitenta e dois reais), conforme apurado no Procedimento Administrativo n. 005/2018, em que é requerente Sandra Cadore Klabunde.

Art. 2º As despesas da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária do orçamento vigente.



Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de outubro de 2018.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA Nº 006-2018 – SEME- ERRATA**

Publicação Nº 1770387

### **ERRATA**

Em razão de equívoco contido na portaria nº 006/2018 – SEME, publicado em 21 de setembro de 2018, no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, faz-se a retificação da referida portaria, de acordo com o que segue:

#### **1. Onde se lê:**

Art. 1º – CRIAR E NOMEAR a partir desta data, a Comissão Conjunta pela Coordenação dos Trabalhos de Alteração de Jornada de Trabalho e Processo de Remoção por Concurso e por Permuta, que passará a vigorar com a seguinte composição:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação

Ivanete Lago Groh

Sheila Marcelino Izabel

Silvana Kuskowski

Leia-se:

Art. 1º – CRIAR E NOMEAR a partir desta data, a Comissão Conjunta pela Coordenação dos Trabalhos de Alteração de Jornada de Trabalho e Processo de Remoção por Concurso e por Permuta, que passará a vigorar com a seguinte composição:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação

Ivanete Lago Groh

Sheila Marcelino Izabel

Francieli Marcia Mayer

#### **2. As demais informações constantes na portaria supramencionado permanecem inalteradas.**

3. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 04 de outubro de 2018, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 08 de outubro de 2018

Eliani Aparecida Busnardo Buemo

Secretária Municipal de Educação

## **PORTARIA Nº 2265-2018**

Publicação Nº 1770388

Portaria nº 2.265/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, a(o) servidor(a) LILIAN GISELE PEREIRA DO NASCIMENTO, sob matrícula 709611, nomeado(a) por Concurso Público para o cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, lotado(a) na Secretaria de Saúde/CAPS AD por 30 dias, no período compreendido entre 03/09/2018 a 02/10/2018.

Art. 2º - Durante a licença de que trata este artigo, a concessão da remuneração seguirá o disposto no art. 135, parágrafo único, da Lei

Complementar nº 147/2009.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/09/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de setembro de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretor de Recursos Humanos

HUMBERTO MARTINS FORNARI  
Secretaria de Saúde

## PORTARIA Nº 2266-2018

Publicação Nº 1770390

PORTARIA Nº 2.266/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, a(o) servidor(a) FABIANA GUILARDI BARROS, sob matrícula 890596, nomeado(a) por Concurso Público para o cargo de provimento efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, lotado(a) na Secretaria de Saúde/UBS CEDRINHO por 30 dias, no período compreendido entre 07/09/2018 a 06/10/2018.

Art. 2º - Durante a licença de que trata este artigo, a concessão da remuneração seguirá o disposto no art. 135, parágrafo único, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art.3º - O estágio probatório ficará suspenso durante o período supracitado, com base no art. 26, § 5º, letra c, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07/09/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de setembro de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretor de Recursos Humanos

HUMBERTO MARTINS FORNARI  
Secretaria de Saúde

## PORTARIA Nº 2293-2018

Publicação Nº 1770392

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2293/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
1000003466	1	AMANDA BARILLI	Fundo Municipal de Assistência Social	15/10/2018	24/10/2018	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 03 de Outubro de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

DEIVIS DA SILVA  
Secretário de Assistência Social e Habitação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

## PORTARIA Nº 2294-2018

Publicação Nº 1770393

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2294/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
937231	1	ALINE FAGUNDES DA CUNHA	Secretaria de Saúde	15/10/2018	24/10/2018	10
723843	0	ANDRES LUIS FREY ALVES	Secretaria de Saúde	15/10/2018	24/10/2018	10
10000027583	1	GABRIELA PAIM	Secretaria de Saúde	15/10/2018	24/10/2018	10
908363	0	KATIA CILENE MENDES JULIANI	Secretaria de Saúde	15/10/2018	24/10/2018	10
8958	0	LUCIA REGINA WINTER	Secretaria de Saúde	15/10/2018	24/10/2018	10
403270	8	MARIA VOSS GRAF	Secretaria de Saúde	15/10/2018	24/10/2018	10
10000063401	1	NELI MANFRIN DALLOSSI	Secretaria de Saúde	15/10/2018	24/10/2018	10
672807	1	NILMA DELGADO MEIRELES	Secretaria de Saúde	15/10/2018	25/10/2018	11
4124839	1	RICARDO PINTO JULIANI	Secretaria de Saúde	15/10/2018	24/10/2018	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 03 de Outubro de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI  
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

## PORTARIA Nº 2302-2018

Publicação Nº 1770394

PORTARIA Nº 2302/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017, e Artigo 50 e 51 da LC 147/2009;

RESOLVE:

Art. 1º – Remover de Ofício, a servidora JAQUELINE BULIN VIEIRA, matrícula nº 4254317, ocupante do cargo efetivo de PSICOLOGO, lotada na Secretaria de Assistência Social para a Secretaria Municipal de Educação, até 31/12/2019.

Parágrafo único: A Remoção se dá por redistribuição bem como por interesse da Municipalidade com base no projeto Equipe Multiprofissional no Ambiente Escolar, com fulcro no § 1º do Art. 44, c/c Art. 52 da Lei 147/2009.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 08/10/2018.

Prefeitura Municipal de Brusque, 08 de outubro de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora  
Recursos Humanos

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUEMO  
Secretária Municipal de Educação

## PORTARIA Nº 2303-2018

Publicação Nº 1770395

PORTARIA Nº 2.303/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017;

### RESOLVE:

Art. 1º – Remover de Ofício, o(a) servidor(a) BRUNA MONTIBELLER, matrícula nº 1046861, ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde para a Secretaria de Orçamento e Gestão/Recursos Humanos.

Parágrafo único: A Remoção se dá por interesse da Municipalidade, bem como a pedido do Servidor. A remoção se dá com fulcro no § 1º do Art. 45, c/c Art. 49 e 51 da Lei 147/2009.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 08/10/2018.

Prefeitura Municipal de Brusque, 08 de outubro de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora  
Recursos Humanos

## PORTARIA Nº 2304-2018

Publicação Nº 1770396

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2304/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
4251164	1	NIVALDO GUIRAO VERA	Secretaria da Fazenda	15/10/2018	13/11/2018	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 04 de Outubro de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretária da Fazenda

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 2305-2018**

Publicação Nº 1770397

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2305/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
633488	0	ROBERTO BATTISTI ROCKENBACH	Gabinete do Prefeito / DGI	15/10/2018	24/10/2018	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 04 de Outubro de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA  
Chefe de Gabinete

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 2317-2018**

Publicação Nº 1770398

Portaria nº 2317/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio, para o(a) servidor(a) KENYA SUELLEN FABIANI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Arquiteto, lotado(a) no Gabinete do Prefeito/DGI, pelo prazo de 60 dias, no período compreendido entre 15/10/2018 a 13/12/2018, referente ao período aquisitivo iniciado em 13/02/2012.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 08 de Outubro de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA  
Chefe de Gabinete

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 2318-2018**

Publicação Nº 1770399

Portaria nº 2318/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio, para o(a) servidor(a) SÔNIA MARA DE ALMEIDA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotado(a) na Secretaria de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 16/10/2018 a 14/11/2018, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/04/2010.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 08 de Outubro de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI  
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

# Caçador

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 140/2018 - CONCORRÊNCIA Nº 05/2018

Publicação Nº 1770264

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO 140/2018 – CONCORRÊNCIA – 05/2018-PREFEITURA

EDITAL: CONCORRÊNCIA Nº 05/2018

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE COLOCAÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO EM VIAS PÚBLICAS, DESIGNADA A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICIPIO DE CAÇADOR-SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 12/11/2018 às 14hrs00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 12/11/2018 às 14h30min. Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site [cacador.sc.gov.br](http://cacador.sc.gov.br) no ícone licitações – editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 09 de outubro de 2018.

SAULO SPEROTTO

PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 7.802

Publicação Nº 1769951

DECRETO Nº 7.802, de 1º de outubro de 2018.

Substitui membros nomeados para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – COMDIM.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, mais o previsto na Lei nº 2.553/2008,

DECRETA:

Art. 1º Ficam substituídos os membros da entidade abaixo descrita, nomeados pelo Decreto nº 7.243, de 11 de setembro de 2017, para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, na forma que segue:

ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

1- Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Viviane Guzzi

Suplente: Raquel Pelissari

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 1º de outubro de 2018.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

### DECRETO Nº 7.812

Publicação Nº 1769956

DECRETO Nº 7.812, de 5 de outubro de 2018.

Acresce membros ao Decreto nº 7.216/2017, que Nomeia Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam acrescidos os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis da Prefeitura

Municipal de Caçador, designada pelo Decreto nº 7.216, de 15 de agosto de 2017:

.....

ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

1 – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina – CREA/SC

.....

.....

Suplentes:

Nilso Barros Junior

Vlademir Martarello

.....

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 5 de outubro 2018.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 7.813**

Publicação Nº 1769975

DECRETO Nº 7.813, de 5 de outubro de 2018.

Designa Gestor de Parceria.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador e da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Servidor EDSON LUIZ FEZER, ocupante do cargo de Secretário de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Econômico, para atuar como responsável pela gestão de parceria celebrada por meio de Termo de Fomento entre o Município de Caçador e a FETEC – Fundação de Desenvolvimento Empresarial e Tecnológico de Caçador para o Projeto “Inova Caçador”, conforme prevê o artigo 1º, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 5 de outubro de 2018.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

**DECRETO Nº 7.818**

Publicação Nº 1770438

DECRETO Nº 7.818, de 9 de outubro de 2018.

Designa servidor para exercer fiscalização de ata de registro de preços.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Servidor Luiz Carlos da Luz Antunes, portador do CPF 006.257.079-07 para exercer a fiscalização da Ata de Registro de Preços nº 105/2018, vinculada ao Processo Licitatório nº 168/2018, Pregão Presencial nº 111/2018, que tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais metálicos e ferragens, designados À Secretaria de Infraestrutura do Município de Caçador-SC.



Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Administração, em 9 de outubro de 2018.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

## DECRETO Nº 7.819

Publicação Nº 1770439

DECRETO Nº 7.819, de 9 de outubro de 2018.

Designa servidor para exercer fiscalização de contrato administrativo.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Servidor Claudio Sonego para exercer a fiscalização do Contrato Administrativo nº 147/2018, vinculado ao Processo Licitatório nº 121/2018 – Pregão nº 80/2018, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para aquisição de radar móvel destinado a Guarda Municipal para orientar e fiscalizar o trânsito do Município de Caçador-SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Administração, em 9 de outubro de 2018.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

## INFORMATIVO DE ATA PARA ASSINATURAS Nº 09/2018

Publicação Nº 1770269

INFORMATIVO DE ENVIO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇO PARA ASSINATURAS Nº 09/2018

Informamos o envio por e-mail da ATAS DE REGISTRO DE PREÇO Nº 100/2018, 101/2018, 102/2018, 103/2018 da Prefeitura Municipal de Caçador para assinatura do(s) representantes da(s) empresa(s): FIBRA TOP UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA – ME, FS IND. E COM. DE UNIFORMES LTDA, COR URBANA IND. E COM. DE CONFECÇÕES LTDA – EPP, ASFALTOS NORDESTE LTDA.

O contrato assinado deverá ser entregue no endereço: Av. Santa Catarina Nº 195 – Centro, CEP 89500-124, Caçador/SC, em no máximo três dias úteis prorrogáveis por igual período, a contar do primeiro dia desta publicação. O despacho deverá conter 3 (três) vias assinadas encaminhadas por SEDEX, transportadora ou pessoalmente, na sede da Prefeitura Municipal de Caçador.

Para os representantes que não são do estado de Santa Catarina, poderá ser dilatado o prazo conforme justificativa e necessidade, e ambas devem ser protocoladas na Prefeitura Municipal de Caçador, ou pelo site em seu protocolo online [www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br), ou ainda encaminhadas para o e-mail [licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br).

O responsável pela assinatura, deve enviar por e-mail ou junto com as vias das ATA(S) DE REGISTRO DE PREÇO, as certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, Seguridade Social - INSS e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

Na ausência do retorno da Ata(s) de registro de preço, e apresentação das certidões atualizadas de regularidade fiscal, no prazo estabelecido, ou deixar de fazê-la, além de decair do direito, sujeitar-se-á às penalidades previstas no instrumento contratual.

Caçador, 09 de outubro de 2018.

## INFORMATIVO DE CONTRATOS PARA ASSINATURAS Nº 09/2018

Publicação Nº 1770415

INFORMATIVO DE ENVIO DE CONTRATOS PARA ASSINATURAS Nº 09/2018

Informamos o envio por e-mail dos CONTRATOS Nº 140/2018, 142/2018, 143/2018, 144/2018 da Prefeitura Municipal de Caçador e 04/2018 da Secretária de Assistência Social, para assinatura do(s) representantes da(s) empresa(s): Fundação Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, TERRA DO FUTURO, COOPERATIVA MÃOS QUE LUTAM DE CAÇADOR, WEB RAST LTDA – ME, ESTRUTURARTE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

O contrato assinado deverá ser entregue no endereço: Av. Santa Catarina Nº 195 – Centro, CEP 89500-124, Caçador/SC, em no máximo três dias úteis prorrogáveis por igual período, a contar do primeiro dia desta publicação. O despacho deverá conter 3 (três) vias assinadas encaminhadas por SEDEX, transportadora ou pessoalmente, na sede da Prefeitura Municipal de Caçador.

Para os representantes que não são do estado de Santa Catarina, poderá ser dilatado o prazo conforme justificativa e necessidade, e ambas devem ser protocoladas na Prefeitura Municipal de Caçador, ou pelo site em seu protocolo online [www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br), ou ainda

encaminhadas para o e-mail [licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br).

O responsável pela assinatura, deve enviar por e-mail ou junto com as vias do CONTRATO, as certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, Seguridade Social - INSS e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

Na ausência do retorno do Contrato, e apresentação das certidões atualizadas de regularidade fiscal, no prazo estabelecido, ou deixar de fazê-la, além de decair do direito, sujeitar-se-á às penalidades previstas no instrumento contratual.

Caçador, 09 de outubro de 2018.

## PORTARIA Nº 29.586

Publicação Nº 1770421

PORTARIA Nº 29.586, de 21 de setembro de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 30 e seguintes da Lei Complementar nº 203, de 23 de fevereiro de 2011,

### RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao Servidor abaixo relacionado ascensão de nível por tempo de serviço dentro do plano de carreira, a ser pago a partir do mês de SETEMBRO de 2018, especificando código, nome, cargo e nível ascendido:

Código	Nome	Cargo	Nível ascendido
3354	Laudeny Fagundes	Fiscal do PROCON	Nível 8

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 21 de setembro de 2018.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

# Caibi

## PREFEITURA

### PORTARIA 334/18

Publicação Nº 1769528

PORTARIA Nº 334/18

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

**RESOLVE:**

ADMITIR, a Senhora ALESSANDRA CRISTINA ARALDI, matrícula nº 9280-0, para atuar no cargo de AUXILIAR DE CLASSE, em substituição a Servidora JANAINA NAZARIO DA ROSA VOLPIN, que encontra-se de licença prêmio, NO PERÍODO DE 08/10/2018 À 06/11/2018, com lotação junto a Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo os vencimentos correspondentes ao piso salarial da categoria.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 08 de outubro de 2018.

Eloi José Líbano  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Dirlei Lemes de Almeida  
Diretor de administração

### PORTARIA 335/18

Publicação Nº 1770102

PORTARIA nº 335/18, de 09 de Outubro de 2018.

Instaura Processo Administrativo Disciplinar, designa Comissão Processante, e dá outras providências.

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que determina a Lei Orgânica do Município e em especial o que dispõe o artigo 129 da Lei Complementar nº 027/2013, de 26 de Julho de 2013, e demais legislação pertinente,

CONSIDERANDO a importância do exercício do poder disciplinar como garantia da ordem administrativa.

CONSIDERANDO que a Administração Pública possui no Processo Disciplinar o instrumento legítimo para apuração de irregularidades no serviço público.

CONSIDERANDO, que na data de 17 de Setembro de 2018, na condução de ônibus escolar de propriedade do Município o servidor municipal se envolveu em acidente de trânsito, em que resultou na morte de uma adolescente.

CONSIDERANDO o conteúdo na decisão de pp 142/145 do Processo Judicial nº 0001007-16.2018.8.24.0046, em trâmite na Comarca de Palmitos/SC, encaminhada ao Prefeito Municipal de Caibi/SC, através do Ofício nº 0001007-16.2018.8.24.0046-0001, de 02 de outubro de 2018.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para a apuração de possíveis irregularidades praticadas pelo servidor M.V., matrícula funcional nº 9029-2, tipificadas nos incisos I e III do artigo 97 e inciso XIII do artigo 98, da Lei Complementar nº 027/2013 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, estando sujeito às penalidades prevista no artigo 107, do mesmo diploma legal.

Art. 2º - Ficam designados para compor a Comissão de Processo Administrativo disciplinar os seguintes Servidores Públicos, efetivos, sob a presidência do Primeiro: Luiz Antonio Daí Prai, matrícula funcional nº 8789-0, lotado junto a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, Idevaldo Antonio Dal Cero, matrícula funcional nº 8038-1, lotado junto a Secretaria Municipal de Finanças e Edimara Terezina Conte Portes, matrícula Funcional nº 8004-7, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo Único – A comissão de que trata o caput deste artigo, contará com apoio da Assessoria Jurídica do poder público Municipal.

Art. 3º - Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer declarações, depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º - A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação desta Portaria, admitida a prorrogação por igual prazo, em face de circunstâncias excepcionais (art. 132 da Lei Complementar nº 027/2013).

Art. 5º - Após o término da instrução do processo, a comissão deverá elaborar o relatório final conclusivo, dando ciência à Administração Superior desta entidade.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

REVOGA-SE A PORTARIA Nº 329/18, de 05 de outubro de 2018.

Prefeitura Municipal de Caibi/SC  
Em 09 de Outubro de 2018.  
Eloi José Líbano  
Prefeito Municipal

# Camboriú

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 069/2018 - PMC

Publicação Nº 1769815

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 069/2018 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 095/2018 – PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GRAMA NECESSÁRIA PARA MANUTENÇÃO DAS PRAÇAS E ÁREAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME TERMO DE REFERENCIA, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 08/10/2018  
1ª Publicação.

### LEI N.º 3.083/2018

Publicação Nº 1769820

LEI N.º 3.083/2018

Dispõe sobre a concessão de auxílio-alimentação a servidores efetivos do Poder Executivo Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Entende-se como auxílio-alimentação o auxílio oneroso aos cofres municipais, concedido a servidores efetivos do Município de Camboriú, na forma de vale-alimentação.

Art. 2º O auxílio-alimentação se destina, exclusivamente, à aquisição de gêneros alimentícios, sendo expressamente proibida a utilização do benefício para a aquisição de bebidas alcoólicas, cigarros ou outras mercadorias que não se enquadrem na categoria de gêneros alimentícios.

Art. 3º Fará jus ao auxílio-alimentação, o servidor efetivo, com carga horária de 40h (quarenta horas) semanais, que tiver 100% (cem por cento) de assiduidade ao trabalho, no mês, e cuja remuneração proporcional não exceda ao valor de R\$ 1.250,00 (mil duzentos e cinquenta reais), estendendo-se estes benefícios aos que estiverem afastados por motivo de doença, férias, ausência justificada e licença remunerada.

§ 1º Para efeitos deste artigo, considera-se:

I – assiduidade: frequência e pontualidade ao trabalho e inexistência de qualquer afastamento do serviço, exceto por doença, férias e licença remunerada, devidamente comprovada;

II – remuneração: o correspondente ao vencimento, mais vantagens asseguradas por lei, excetuando-se aquelas percebidas a título de horas extraordinárias, férias e gratificação natalina.

§ 2º O valor de R\$ 1.250,00 (mil duzentos e cinquenta reais) descrito no caput deste artigo será corrigido na mesma data e índice da revisão anual do vencimento dos servidores públicos municipais.

Art. 4º O valor do auxílio-alimentação será de R\$150,00 (cento e cinquenta reais) e será creditado até o quinto dia útil de cada mês.

Art. 5º O servidor público municipal beneficiado com o auxílio-alimentação, terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias para utilizar o benefício concedido.

Parágrafo único. O servidor perderá o valor não utilizado, que exceder o prazo estabelecido no caput deste artigo.

Art. 6º O valor referente ao vale-alimentação:

I - possui natureza indenizatória, não se incorporando ao vencimento ou remuneração do servidor para quaisquer efeitos;

II - não está sujeito a contribuições previdenciárias.

Art. 7º O Chefe do Poder Executivo poderá, mediante Decreto, regulamentar o disposto nesta Lei.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotação própria, consignada em Orçamento e suplementada se necessário.

Art. 9 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos financeiros a partir do primeiro dia útil do mês subsequente à sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 08 de outubro de 2018.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

**TERMO DE ERRATA PR 31/18 - FMS**

Publicação Nº 1769824

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
TERMO DE ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL 031/2018-FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Presencial 031/2018 - FMS, tendo como objeto a "SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, AOS PACIENTES DOS GRUPOS DE INTENSIVOS DO CAPS E FUNCIONÁRIOS QUE TRABALHARÃO NAS CAMPANHAS DE VACINAÇÃO REALIZADAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, NASF E DEMAIS SETORES DA SECRETARIA DE SAÚDE", sofreu a seguinte alteração:

Foi alterado o descritivo do item 02 do Anexo I:

- onde lê-se:

Item 02 - BOLO CUCA CONTENDO NO MÍNIMO 3 KILOS COM FAROFA, (DIVERSOS SABORES).

- leia-se:

Item 02 - MASSINHA COM FAROFA (GOIABADA, CREME OU CHOCOLATE)

Foi alterado o descritivo do item 08 do Anexo I:

- onde lê-se:

Item 08 – MASSINHA COM FAROFA (GOIABADA, CREME OU CHOCOLATE)

- leia-se:

Item 08 – BOLO CUCA CONTENDO NO MÍNIMO 3 KILOS COM FAROFA, (DIVERSOS SABORES).

Desta maneira, fica prorrogada a data de abertura das propostas e documentações para o dia 23/10/2018 as 12h30min

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 09 de Outubro de 2018.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO Nº 221/2018

Publicação Nº 1769559

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2018  
CONVOCAÇÃO Nº 221/2018

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. PAULO FELLIPE CIPRIANI, inscrito no CPF/MF sob nº 103.902.929-90, aprovado em 1º lugar no Processo Seletivo nº 01/2018, para o Cargo Público de PROFESSOR II na Função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA "NÃO HABILITADO", para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 11 de outubro de 2018, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 09 de outubro de 2018.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA  
Secretária Municipal de Educação

### CONVOCAÇÃO Nº 222/2018

Publicação Nº 1769996

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2018  
CONVOCAÇÃO Nº 222/2018

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. LEONARDO RODRIGUES DE MELLO, inscrito no CPF/MF sob nº 074.268.669-80, aprovado em 2º lugar no Processo Seletivo nº 01/2018, para o Cargo Público de PROFESSOR II na Função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA "NÃO HABILITADO", para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 11 de outubro de 2018, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 09 de outubro de 2018.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA  
Secretária Municipal de Educação

### DECRETO Nº 11.523 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1769561

DECRETO Nº 11.523 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Inciso II do Art. 11 da Lei Municipal nº 4.711 de 12 de dezembro de 2017; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), na seguinte Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.244.100.2.950 -	Manutenção e Coordenação das Atividades dos Serviços de Proteção e Atendimento Integral a Família	
300000.00.0954 -	Despesas Correntes	
330000.00.0954 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0954 -	Aplicações Diretas	
339039.00.0954 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 5.000,00

Art. 2º O crédito a que se refere o artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial do seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente, do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.244.100.2.950 -	Manutenção e Coordenação das Atividades dos Serviços de Proteção e Atendimento Integral a Família	
300000.00.0954 -	Despesas Correntes	
330000.00.0954 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0954 -	Aplicações Diretas	
339030.00.0954 -	Material de Consumo	R\$ 5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
09 de outubro de 2018.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 10/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 11.524 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1769565

### GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 11.524 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao inciso II do artigo 11 da Lei Municipal nº 4.711 de 12 de dezembro de 2017; DECRETA:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.03 -	Coordenadoria de Esporte e Lazer	
27.812.0084.2.019 -	Realização e Participação de Campeonatos Esportivos e Atividades de Lazer Para Famílias	
300000.00.0896 -	Despesas de Correntes	
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.0896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial de Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.03 -	Coordenadoria de Esporte e Lazer	
27.812.0084.2.019 -	Realização e Participação de Campeonatos Esportivos e Atividades de Lazer Para Famílias	
300000.00.0896 -	Despesas de Correntes	
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.0896 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
09 de outubro de 2018.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ



Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 10/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 11.525 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1769741

### GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 11.525 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao inciso II do artigo 11 da Lei Municipal nº 4.711 de 12 de dezembro de 2017; DECRETA:

Art. 1º Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação	
12.365.0013.2.805 -	Manter e Coordenar Atividades Especificas da Educação Infantil	
400000.00.0140 -	Despesas Correntes	
440000.00.0140 -	Outras Despesas Correntes	
449000.00.0140 -	Aplicações Diretas	
449052.00.0140 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 5.000,00

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial de Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação	
12.365.0013.2.805 -	Manter e Coordenar Atividades Especificas da Educação Infantil	
300000.00.0140 -	Despesas Correntes	
330000.00.0140 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0140 -	Aplicações Diretas	
339039.00.0140 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
09 de outubro de 2018.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 10/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 11.526 DE 10 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1770409

### GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 11.526 DE 10 DE OUTUBRO DE 2018  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de abril de 1990; Decreta:

Art. 1º Exonerar o Sr. EDILSON PRUCKNESKI, registro no sistema sob nº 955646, do Cargo Público de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão, a partir de 10 de outubro de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
10 de outubro de 2018.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 10/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 11.527 DE 10 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1770410

### GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 11.527 DE 10 DE OUTUBRO DE 2018  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao inciso V artigo 71 da Lei Orgânica Municipal e art. 29 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art. 1º Nomear a Senhora MARGARETE APARECIDA AZEREDO AUGUSTIN, para ocupar e exercer o cargo de Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico, registro no sistema sob nº 955843, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, a partir de 10 de outubro de 2018.

Art. 2º A Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico, perceberá o Subsídio de Secretária Municipal fixado em Lei.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
10 de outubro de 2018.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 10/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## PORTARIA Nº 15.947 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1769803

### GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.947 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018  
HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESPE REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal e, art. 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art. 1º Fica homologado o resultado da avaliação de Estágio Probatório, realizada pela CAESP, em data de 03 de outubro de 2018, considerando-se aprovado o Estágio Probatório do Servidor Público Municipal RODRIGO HRUSCHKA CUBAS, matrícula funcional nº 000824, registro no sistema sob nº 955497, no Cargo Público e na Função de Motorista de Transporte de Pessoas, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. A homologação de que trata o caput deste artigo, em atenção ao Ofício nº 02/CAESP/2018, devidamente protocolado pelo

Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 08 de outubro de 2018 sob nº 006842.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 09 de outubro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 10/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA Nº 15.948 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1769804

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.948 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESPE REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal e, art. 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art. 1º Fica homologado o resultado da avaliação de Estágio Probatório, realizada pela CAESP, em data de 03 de outubro de 2018, considerando-se aprovado o Estágio Probatório da Servidora Pública Municipal JANETE PEREIRA DOS SANTOS MONNEY, matrícula funcional nº 000820, registro no sistema sob nº 955489, no Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. A homologação de que trata o caput deste artigo, em atenção ao Ofício nº 02/CAESP/2018, devidamente protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 08 de outubro de 2018 sob nº 006842.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 09 de outubro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 10/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA Nº 15.949 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1770022

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.949 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESPE REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal e, art. 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art. 1º Fica homologado o resultado da avaliação de Estágio Probatório, realizada pela CAESP, em data de 03 de outubro de 2018, considerando-se aprovado o Estágio Probatório do Servidor Público Municipal RODRIGO IDALÊNCIO, matrícula funcional nº 000829, registro no sistema sob nº 955489, no Cargo Público e na Função de Instrutor de Música, lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

Parágrafo único. A homologação de que trata o caput deste artigo, em atenção ao Ofício nº 02/CAESP/2018, devidamente protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 08 de outubro de 2018 sob nº 006842.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 09 de outubro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 10/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA Nº 15.950 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1770025

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.950 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESPE REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal e, art. 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art. 1º Fica homologado o resultado da avaliação de Estágio Probatório, realizada pela CAESP, em data de 03 de outubro de 2018, considerando-se aprovado o Estágio Probatório da Servidora Pública Municipal ANA BEATRIZ BEZERRA DA SILVA, matrícula funcional nº 000790, registro no sistema sob nº 955453, no Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação. Parágrafo único. A homologação de que trata o caput deste artigo, em atenção ao Ofício nº 02/CAESP/2018, devidamente protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 08 de outubro de 2018 sob nº 006842.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 09 de outubro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 10/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA Nº 15.951 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1770039

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.951 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESPE REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal e, art. 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art. 1º Fica homologado o resultado da avaliação de Estágio Probatório, realizada pela CAESP, em data de 03 de outubro de 2018, considerando-se aprovado o Estágio Probatório da Servidora Pública Municipal INÊS TEREZINHA CORDEIRO DA CRUZ, matrícula funcional nº 000832, registro no sistema sob nº 955510, no Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. A homologação de que trata o caput deste artigo, em atenção ao Ofício nº 02/CAESP/2018, devidamente protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 08 de outubro de 2018 sob nº 006842.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 09 de outubro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 10/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 15.952 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1770082

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.952 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESPE REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal e, art. 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art. 1º Fica homologado o resultado da avaliação de Estágio Probatório, realizada pela CAESP, em data de 03 de outubro de 2018, considerando-se aprovado o Estágio Probatório da Servidora Pública Municipal DJENIFFER FAGUNDES, matrícula funcional nº 000815, registro no sistema sob nº 955483, no Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. A homologação de que trata o caput deste artigo, em atenção ao Ofício nº 02/CAESP/2018, devidamente protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 08 de outubro de 2018 sob nº 006842.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 09 de outubro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 10/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 15.953 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1770140

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.953 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESPE REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal e, art. 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art. 1º Fica homologado o resultado da avaliação de Estágio Probatório, realizada pela CAESP, em data de 03 de outubro de 2018, considerando-se aprovado o Estágio Probatório da Servidora Pública Municipal KÁTIA ÍRIS MILCHEVSKI MUNHOZ, matrícula funcional nº 000806, registro no sistema sob nº 955475, no Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. A homologação de que trata o caput deste artigo, em atenção ao Ofício nº 02/CAESP/2018, devidamente protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 08 de outubro de 2018 sob nº 006842.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 09 de outubro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 10/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 15.954 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1770157

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.954 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESPE REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal e, art. 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art. 1º Fica homologado o resultado da avaliação de Estágio Probatório, realizada pela CAESP, em data de 03 de outubro de 2018, considerando-se aprovado o Estágio Probatório do Servidor Público Municipal VALDEMAR CARVALHO, matrícula funcional nº 000821, registro no sistema sob nº 955491, no Cargo Público e na Função de Motorista de Pessoas, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. A homologação de que trata o caput deste artigo, em atenção ao Ofício nº 02/CAESP/2018, devidamente protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 08 de outubro de 2018 sob nº 006842.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 09 de outubro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 10/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 15.955 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1770162

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.955 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESPE REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal e, art. 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art. 1º Fica homologado o resultado da avaliação de Estágio Probatório, realizada pela CAESP, em data de 03 de outubro de 2018, considerando-se aprovado o Estágio Probatório do Servidor Público Municipal DANIEL ALBERTO CORREA, matrícula funcional nº 000822, registro no sistema sob nº 955493, no Cargo Público e na Função de Motorista de Pessoas, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. A homologação de que trata o caput deste artigo, em atenção ao Ofício nº 02/CAESP/2018, devidamente protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 08 de outubro de 2018 sob nº 006842.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 09 de outubro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 10/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 15.956 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1770197

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.956 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESPE REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.



O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal e, art. 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art. 1º Fica homologado o resultado da avaliação de Estágio Probatório, realizada pela CAESP, em data de 03 de outubro de 2018, considerando-se aprovado o Estágio Probatório da Servidora Pública Municipal MÁRCIA ZUMBACH, matrícula funcional nº 000807, registro no sistema sob nº 955476, no Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. A homologação de que trata o caput deste artigo, em atenção ao Ofício nº 02/CAESP/2018, devidamente protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 08 de outubro de 2018 sob nº 006842.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 09 de outubro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 10/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA Nº 15.957 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1770210

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.957 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESPE REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal e, art. 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art. 1º Fica homologado o resultado da avaliação de Estágio Probatório, realizada pela CAESP, em data de 03 de outubro de 2018, considerando-se aprovado o Estágio Probatório do Servidor Público Municipal CRISTIANO MUNHOZ, matrícula funcional nº 000836, registro no sistema sob nº 955518, no Cargo Público e na Função de Motorista de Pessoas, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. A homologação de que trata o caput deste artigo, em atenção ao Ofício nº 02/CAESP/2018, devidamente protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 08 de outubro de 2018 sob nº 006842.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 09 de outubro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 10/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA Nº 15.958 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1770222

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.958 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESPE REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal e, art. 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art. 1º Fica homologado o resultado da avaliação de Estágio Probatório, realizada pela CAESP, em data de 03 de outubro de 2018,

considerando-se aprovado o Estágio Probatório da Servidora Pública Municipal ESTELA KOHLBECK, matrícula funcional nº 000808, registro no sistema sob nº 955348, no Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. A homologação de que trata o caput deste artigo, em atenção ao Ofício nº 02/CAESP/2018, devidamente protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 08 de outubro de 2018 sob nº 006842.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 09 de outubro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 10/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **PORTARIA Nº 15.959 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1770230

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.959 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESPE REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal e, art. 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art. 1º Fica homologado o resultado da avaliação de Estágio Probatório, realizada pela CAESP, em data de 03 de outubro de 2018, considerando-se aprovado o Estágio Probatório da Servidora Pública Municipal GISELI DA SILVEIRA GOMES DE SOUZA, matrícula funcional nº 000796, registro no sistema sob nº 955459, no Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. A homologação de que trata o caput deste artigo, em atenção ao Ofício nº 02/CAESP/2018, devidamente protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 08 de outubro de 2018 sob nº 006842.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 09 de outubro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 10/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **PORTARIA Nº 15.960 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1770253

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.960 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESPE REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal e, art. 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art. 1º Fica homologado o resultado da avaliação de Estágio Probatório, realizada pela CAESP, em data de 03 de outubro de 2018, considerando-se aprovado o Estágio Probatório da Servidora Pública Municipal ADRIANA ROSELI MEY, matrícula funcional nº 000828, registro no sistema sob nº 955503, no Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo único. A homologação de que trata o caput deste artigo, em atenção ao Ofício nº 02/CAESP/2018, devidamente protocolado pelo



Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 08 de outubro de 2018 sob nº 006842.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 09 de outubro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 10/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA Nº 15.961 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1770258

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.961 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESP REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal e, art. 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art. 1º Fica homologado o resultado da avaliação de Estágio Probatório, realizada pela CAESP, em data de 03 de outubro de 2018, considerando-se aprovado o Estágio Probatório da Servidora Pública Municipal ANA MARIA CAMARGO DREVECK, matrícula funcional nº 000826, registro no sistema sob nº 955496, no Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. A homologação de que trata o caput deste artigo, em atenção ao Ofício nº 02/CAESP/2018, devidamente protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 08 de outubro de 2018 sob nº 006842.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 09 de outubro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 10/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA Nº 15.962 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1770282

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.962 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESP REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal e, art. 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art. 1º Fica homologado o resultado da avaliação de Estágio Probatório, realizada pela CAESP, em data de 03 de outubro de 2018, considerando-se aprovado o Estágio Probatório do Servidor Público Municipal RAFAEL NEGHERBON, matrícula funcional nº 000826, registro no sistema sob nº 955496, no Cargo Público e na Função de Motorista de Pessoas, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. A homologação de que trata o caput deste artigo, em atenção ao Ofício nº 02/CAESP/2018, devidamente protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 08 de outubro de 2018 sob nº 006842.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 09 de outubro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 10/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA Nº 15.963 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1770287

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.963 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a alínea "a" do inciso I do art. 179, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art. 1º Conceder Progressão Horizontal por Avaliação de Desempenho Profissional com Cursos de Aperfeiçoamento ou Capacitação, a partir de 01 de setembro de 2017, ao Servidor Público Municipal MÁRCIO MARCELO MUNHOZ, matrícula funcional nº 361, registro no sistema sob nº 386520, ocupante do Cargo Público de Professor II, na Função de Professor de Educação Física, exercendo atualmente o Cargo Público de Provimento em Comissão de Coordenador de Esportes e Lazer, lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

Art. 2º A Progressão que trata o art. anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Código P2, Nível 2, Referência "G", para o Código P2, Nível 2, Referência "H", no valor de R\$ 3.799,83 (três mil setecentos e noventa e nove reais e oitenta e três centavos) mensais, do Anexo II – Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, de 15 de março de 2012.

Parágrafo único. O pagamento será efetuado em folha complementar no mês de outubro de 2018, no valor de R\$ R\$ 1.450,42 (um mil, quatrocentos e cinquenta reais e quarenta e dois centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do dia 01 de setembro de 2017, já descontado o valor de R\$ 156,98 (cento e cinquenta e seis reais e noventa e oito centavos), referente a contribuição do Servidor ao IPRECAL. O valor de R\$ 313,96 (trezentos e treze reais, noventa e seis centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de setembro de 2017.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 09 de outubro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 10/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe do Gabinete do Prefeito

## **TOMADA DE PREÇOS 85/2018**

Publicação Nº 1769910

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS nº 85/2018

Está aberto Processo Licitatório, na modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço, cujo objeto Fornecimento de material e mão de obra para ampliação de uma sala de aula e do depósito no prédio da EMEB Bela Vista, neste Município. Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL, com fixação de valor máximo unitário. Valor global estimado: R\$ 41.470,56. Os recursos são próprios. Data/horário/local para a realização da sessão de julgamento: 29/10/2018, 09 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre (entregar os envelopes no protocolo até às 08h45min). Os interessados poderão obter o edital e anexos no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)). Informações: (47) 3632-2266 - Serviço de Suprimentos. Campo Alegre, 09 de outubro de 2018. Lucilaine Mokfa Schwarz – Secretária Municipal de Administração.

# Campos Novos

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº1875/2018

Publicação Nº 1769531

PORTARIA Nº 1875/18 DE 04/09/18

RETIFICA PORTARIA Nº1763/18 DE 04/09/2018 QUE DESIGNA A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

Considerando que a administração pública pode rever seus próprios atos quando eivados de erro;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa os servidores a seguir relacionados para comporem a Comissão Permanente de Licitações:

Luana Debastiani – Presidente

Vanessa Aparecida Torres – Membro

Ana Paula dos Santos – Membro

Clarice Aparecida Fagundes - Sulplente

Douglas Rayzer – Sulplente

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Portaria 1763/18 de 14/08/18 retroagindo seus efeitos a 01 de Setembro de 2018.

Prefeitura de Campos Novos, 04 de Setembro de 2018.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº1908/2018

Publicação Nº 1769581

PORTARIA Nº 1908/18 DE 25/09/18

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA LUCIANE CAMARGO TEIXEIRA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio a servidora LUCIANE CAMARGO TEIXEIRA referente ao período aquisitivo de 03/12/12 a 30/11/17 a serem gozadas no período de 11/09/18 a 09/12/18.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
25 de Setembro de 2018.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº1909/2018

Publicação Nº 1769533

PORTARIA Nº 1909/18 DE 25/09/18

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA ELIZANGELA DA SILVA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio a servidora ELIZANGELA DA SILVA referente ao período aquisitivo de 01/01/11 a 31/12/15 a serem gozadas no período de 03/09/18 a 01/12/18.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

25 de Setembro de 2018.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

## **AVISO DE ADESAO A PROCESSO LICITATORIO 14/2018**

Publicação Nº 1770449

AVISO DE ADESAO A PROCESSO LICITATORIO  
PROCESSO DE COMPRA Nº 14/2018

A Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio de Campos Novos torna público que, fez ADESAO ao Processo de Compra nº 97/2018, Pregão Presencial 67/2018, do tipo Menor Preço por Item, da Prefeitura Municipal de Campos Novos, CNPJ: 82.939.232/0001-74, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA REPOSIÇÃO E USO PELAS SECRETARIAS E ENTIDADES DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS.

O Processo de adesão que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados na sede da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 379, no horário das 08h00min às 12h e das 13h30min às 17h30min diariamente.

Campos Novos, 10 de outubro de 2018.

Stevan Alexandre Bohneberger  
Administrador Geral

## **PORTARIA Nº1906/2018**

Publicação Nº 1769596

PORTARIA Nº 1906/18 DE 25/09/18  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA GIZELE APARECIDA WERLE MANFROI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio a servidora GIZELE APARECIDA WERLE MANFROI referente ao período aquisitivo de 01/01/11 a 31/12/15 a serem gozadas no período de 12/09/18 a 10/12/18.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
25 de Setembro de 2018.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº1907/2018**

Publicação Nº 1769593

PORTARIA Nº 1907/18 DE 25/09/18  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA ROSANI APARECIDA BITARELLO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio a servidora ROSANI APARECIDA BITARELLO referente ao período aquisitivo de 01/01/11 a 31/12/15 a serem gozadas no período de 17/09/18 a 15/12/18.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
25 de Setembro de 2018.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº1910/2018**

Publicação Nº 1769595

PORTARIA Nº 1910/18 DE 25/09/18

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA KELLY CRISTINA DE MATOS VARELA RODRIGUES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio a servidora KELLY CRISTINA DE MATOS VARELA RODRIGUES referente ao período aquisitivo de 01/01/11 a 31/12/15 a serem gozadas no período de 24/09/18 a 22/12/18.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
25 de Setembro de 2018.

Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº1911/2018**

Publicação Nº 1769591

PORTARIA Nº 1911/18 DE 25/09/18

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA VALDILENA NICHELLE DE SOUZA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio a servidora VALDILENA NICHELLE DE SOUZA referente ao período aquisitivo de 25/03/11 a 24/03/16 a serem gozadas no período de 01/09/18 a 29/11/18.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
25 de Setembro de 2018.

Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº1912/2018**

Publicação Nº 1769613

PORTARIA Nº 1912/18 de 25/09/18

REDUZ CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA ANA CRISTINA PEDROSO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Concede redução de carga horaria a servidora Ana Cristina Pedroso, na função de psicóloga, com redução temporária de 40 horas semanais para 20 horas semanais.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
25 de Setembro de 2018.

Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº1913/2018**

Publicação Nº 1769611

PORTARIA Nº 1913/18 DE 25/09/18

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA EVA SALETE TESSER

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença ao (a) servidor (a) EVA SALETE TESSER pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
25 de Setembro de 2018.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº1914/2018**

Publicação Nº 1769612

PORTARIA Nº 1914/18 DE 25/09/18

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA CATIANE STEFANES SANTOS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença ao (a) servidor (a) CATIANE STEFANES SANTOS pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
25 de Setembro de 2018.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº1915/2018**

Publicação Nº 1769609

PORTARIA Nº 1915/18 DE 25/09/18

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA AO SERVIDOR AVELINO SILVESTRE JUNIOR

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença ao (a) servidor (a) AVELINO SILVESTRE JUNIOR pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
25 de Setembro de 2018.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº1916/2018**

Publicação Nº 1769598

PORTARIA Nº 1916/18 DE 25/09/18

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA ELESANDRA SCUZIATTO ZINI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença ao (a) servidor (a) ELESANDRA SCUZIATTO ZINI pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
25 de Setembro de 2018.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº1917/2018**

Publicação Nº 1769623

PORTARIA Nº 1917/18 DE 25/09/18

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA MARILAINE APARECIDA MARIANO DA CRUZ

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença ao (a) servidor (a) MARILAINE APARECIDA MARIANO DA CRUZ pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 19 de Setembro de 2018.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
25 de Setembro de 2018.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº1918/2018**

Publicação Nº 1769615

PORTARIA Nº 1918/18 DE 25/09/18

CONCEDE APOSTILAMENTO AO (A) SERVIDOR (A) LETICIA PICCOLI CAIPER

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, a servidora LETICIA PICCOLI CAIPER, referente à FGR – II correspondente a 10% (dez por cento), no período de 01/09/17 a 30/08/18 na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
25 de Setembro de 2018.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº1919/2018**

Publicação Nº 1769614

PORTARIA Nº 1919/18 DE 25/09/18

CONCEDE APOSTILAMENTO AO (A) SERVIDOR (A) MARCIA RITA SILVA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, a servidora MARCIA RITA SILVA, referente à FGR – II correspondente a 10% (dez por cento), no período de 01/09/17 a 30/08/18 na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
25 de Setembro de 2018.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal



**EXTRATO CONTRATOS 09/2018 - FUNDAÇÃO CULTURAL**

Publicação Nº 1769496

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 1/1

CNPJ: 74.097.114/0001-38  
PC. LAURO MULLER, 323  
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Setembro/2018.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** MARLON DOMBROVSKI SAURIN 06494526900**CNPJ:** 17.930.955/0001-40**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 2/2018**Número do Processo:** 9/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 11/2018**Fundamento Legal:**

**Objeto:** ADESÃO AO PROCESSO 27/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2018 - REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E LOCAÇÃO DE INFRAESTRUTURA (equipamentos de som e iluminação, sistema de imagem, geradores, tendas, banheiros químicos, divisórias e tabladros) PARA EVENTOS E FESTIVIDADES REALIZADOS PELO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.

**Data da Assinatura:** 18/09/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 18/09/2018**Vigência:** 18/09/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 8.700,00**Forma de Pagamento:** 30 dias após emissão da nota**Contratado:** MR COMERCIO E SERVICO DE SOM LTDA - ME**CNPJ:** 10.649.946/0001-37**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 2/2018**Número do Processo:** 9/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 12/2018**Fundamento Legal:**

**Objeto:** ADESÃO AO PROCESSO 27/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2018 - REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E LOCAÇÃO DE INFRAESTRUTURA (equipamentos de som e iluminação, sistema de imagem, geradores, tendas, banheiros químicos, divisórias e tabladros) PARA EVENTOS E FESTIVIDADES REALIZADOS PELO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.

**Data da Assinatura:** 18/09/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 18/09/2018**Vigência:** 18/09/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 5.100,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APÓS EMISSÃO DA NOTA

**EXTRATO CONTRATOS 09/2018 - PREFEITURA**

Publicação Nº 1769495

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 1/10

CNPJ: 82.939.232/0001-74  
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323  
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Setembro/2018.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** GENTE SEGURADORA SA**CNPJ:** 90.180.605/0001-02**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 37/2015**Número do Processo:** 72/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 193/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** 1.1. Mediante solicitação do Departamento de Controle de Frotas, o município resolve aditar o contrato original nº 159/2015, incluindo no seguro o veículo descritos abaixo com o respectivo valor:

Marca/modelo: CHEVROLET/PRISMA LT 1.4

Ano/Modelo: 2011/2012

Combustível: Flex

Placa: MIT 0266

**Data da Assinatura:** 04/09/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/09/2018**Vigência:** 04/09/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:** 06.19 20.606.0008 2.028.3.3.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 500,65**Forma de Pagamento:** 30 DIAS**Contratado:** DISBRAPLAC LTDA EPP**CNPJ:** 05.168.674/0001-13**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 85/2018**Número do Processo:** 119/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 194/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS MONOBLOCO COM DUAS CAIXAS EM PLÁSTICO VAZADO CAPACIDADE 80L PARA SEREM INSTALADAS NA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO, LIXEIRAS DIVERSAS CORES.**Data da Assinatura:** 04/09/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/09/2018**Vigência:** 04/09/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 20.760,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APÓS ENTREGA DOS PRODUTOS

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 2/10

CNPJ: 82.939.232/0001-74  
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323  
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Setembro/2018.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** SUPERBID WEBSERVICES LTDA**CNPJ:** 04.428.204/0001-89**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 8/2018**Número do Processo:** 117/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 195/2018**Fundamento Legal:**

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA NA ESTRUTURAÇÃO DE LEILÕES PÚBLICOS ELETRÔNICOS E PRESENCIAIS, PARA VENDA DE BENS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS - SC, COM UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, POR MEIO DE PLATAFORMA DE TRANSAÇÃO VIA WEB.

**Data da Assinatura:** 05/09/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/09/2018**Vigência:** 05/09/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 9,00**Forma de Pagamento:** ATÉ 30 DIAS**Contratado:** CONSTRUTORA PILAR LTDA**CNPJ:** 27.146.304/0001-18**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 7/2018**Número do Processo:** 104/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 196/2018**Fundamento Legal:**

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA E PINTURA 26ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA. CONFORME PROJETO BÁSICO.

**Data da Assinatura:** 11/09/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 11/09/2018**Vigência:** 11/09/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 63.110,74**Forma de Pagamento:** DE ACORDO COM A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 3/10

CNPJ: 82.939.232/0001-74  
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323  
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Setembro/2018.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** GENTE SEGURADORA SA**CNPJ:** 90.180.605/0001-02**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 37/2015**Número do Processo:** 72/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 197/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** Mediante solicitação do Departamento de Controle de Frotas, o município resolve aditar o contrato original nº 159/2015, incluindo no seguro o veículo descritos abaixo:

Marca/modelo: CHEVROLET/ S10

Ano/Modelo: 2018/2019

Combustível: Flex

Placa: QJE 3437

Chassi: 9BC149MA0K0421202

**Data da Assinatura:** 12/09/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 12/09/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:** 03.08 04.122.0003 2.002.3.3.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.800,22**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APÓS EMISSÃO DA NF**Contratado:** J S ENGENHARIA LTDA**CNPJ:** 30.794.388/0001-00**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 90/2018**Número do Processo:** 124/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 198/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE SUPORTE PARA PENEIRA MÓVEL. SERÁ UTILIZADO PARA FIXAR A PENEIRA DO BRITADOR.CONFORME DESCRIÇÃO.**Data da Assinatura:** 13/09/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 13/09/2018**Vigência:** 13/09/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 6.900,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APÓS ENTREGA

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 4/10

CNPJ: 82.939.232/0001-74  
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323  
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Setembro/2018.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** LENY FLORES GRAEFF**C.P.F.:** 014.641.819-00**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 199/2018**Fundamento Legal:**

**Objeto:** PERMISSÃO DE USO PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL EM SALAS LOCALIZADAS EM IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, sala correspondente ao Box nº 02, localizado na Casa do Artesanato, para comercialização de artesanatos.

**Data da Assinatura:** 17/09/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 17/09/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 72,00**Forma de Pagamento:** MENSAL**Contratado:** SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC**CNPJ:** 03.603.739/0013-10**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 14/2018**Número do Processo:** 141/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 200/2018**Fundamento Legal:**

**Objeto:** DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS PARA O PROGRAMA DE INCLUSÃO DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO QUE SEJA IMPLEMENTADO ATRAVÉS DE CURSO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO.

**Data da Assinatura:** 18/09/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 18/09/2018**Vigência:** 18/09/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 6.550,00**Forma de Pagamento:** MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 5/10

CNPJ: 82.939.232/0001-74  
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323  
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Setembro/2018.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** EXECUCAO GESTAO E CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA.**CNPJ:** 02.908.992/0001-85**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 95/2018**Número do Processo:** 135/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 201/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE SOLUÇÃO EM GESTÃO DE FROTA.**Data da Assinatura:** 20/09/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 20/09/2018**Vigência:** 20/09/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 65.076,00**Forma de Pagamento:** MENSAL**Contratado:** SELBETTI GESTÃO DE DOCUMENTOS S.A.**CNPJ:** 83.483.230/0001-86**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 88/2018**Número do Processo:** 122/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 202/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CÓPIA E IMPRESSÃO, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, SUPRIMENTOS PARA PREFEITURA, AUTARQUIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, CONFORME SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS.**Data da Assinatura:** 20/09/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 20/09/2018**Vigência:** 20/09/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 146.434,80**Forma de Pagamento:** MENSL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 6/10

CNPJ: 82.939.232/0001-74  
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323  
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Setembro/2018.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA**CNPJ:** 03.725.725/0001-35**Modalidade:** Inexigibilidade de Licitação**Número da Licitação:** 11/2018**Número do Processo:** 140/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 203/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA IMPLANTAÇÃO, CONSOLIDAÇÃO ONLINE DOS ATOS OFICIAIS DE EFEITO EXTERNO CFME ART. 25 INCISO I DA LEI 8.666/93.**Data da Assinatura:** 21/09/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 21/09/2018**Vigência:** 21/09/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 7.920,00**Forma de Pagamento:** PARCELAS TRIMESTRAIS**Contratado:** JOAO DIOGENES FAGUNDES - ME.**CNPJ:** 00.975.244/0001-90**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 7/2018**Número do Processo:** 10/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 204/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** Mediante solicitação da Secretaria de Educação e Cultura, o município resolve aditar o contrato original nº 39/2018, na LINHA nº 35 em 17 Km, totalizando 97,25 Km diários. O aditivo é necessário devido a inclusão da aluna Jhenelli Moreira, que está residindo na comunidade "Aguapé", na propriedade do Sr. Orli Alves Pereira.**Data da Assinatura:** 21/09/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 21/09/2018**Vigência:** 21/09/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:** 04.13 12.361.0005 2.014.3.3.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 22.239,91**Forma de Pagamento:** MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 7/10

CNPJ: 82.939.232/0001-74  
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323  
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Setembro/2018.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME**CNPJ:** 07.814.016/0001-87**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2018**Número do Processo:** 3/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 205/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** Mediante solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro por parte da contratada, o Município resolve revisar o valor do contrato original 22/2018 no seu item nº 08 - arroz parboilizado 5 Kg.**Data da Assinatura:** 21/09/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 21/09/2018**Vigência:** 21/09/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:** 04.11 10.306.0005 2.012.3.3.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 9.517,50**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APÓS EMISSÃO DA NF**Contratado:** EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS**CNPJ:** 34.028.316/0028-23**Modalidade:** Inexigibilidade de Licitação**Número da Licitação:** 1/2018**Número do Processo:** 4/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 206/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** MEDIANTE NECESSIDADE, O MUNICÍPIO RESOLVE ADITAR O CONTRATO ORIGINAL NÚMERO 06/2018, PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE POSTAGENS DE CORRESPONDÊNCIA, SEDEX, CARTA COMERCIAL, REMESSA LOCAL COM COMPROVAÇÃO DE ENTREGA, IMPRESSO ESPECIAL, SERVIÇO DE CAIXA POSTAL, CORREIO INTERNACIONAL, ENTREGA DE CARNÊS DE IPTU PARA O MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS.**Data da Assinatura:** 25/09/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 25/09/2018**Vigência:** 25/09/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:** 02.02 04.121.0004 2.001.3.3.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 20.000,00**Forma de Pagamento:** MENSAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 8/10

CNPJ: 82.939.232/0001-74  
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323  
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Setembro/2018.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**

**Contratado:** DARVILETE SCUDELLA  
**C.P.F.:** 046.871.899-03  
**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
**Número da Licitação:** 12/2018 **Número do Processo:** 128/2018 **Outra Entidade:** Não  
**Número do Contrato ou Aditivo:** 207/2018  
**Fundamento Legal:**  
**Objeto:** AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE.

**Data da Assinatura:** 25/09/2018  
**Data da Publicação no Diário Oficial:** 25/09/2018  
**Vigência:** 25/09/2018 a 31/12/2018  
**Programa de Trabalho:**  
**Unidade Gestora / Número:**  
**Gestão / Número:**  
**Número do Empenho:**  
**Valor:** 2.207,00 **Forma de Pagamento:** 30 DIAS APÓS A EMISSÃO DA NF

**Contratado:** GENIR DE FÁTIMA FERREIRA DOS SANTOS  
**C.P.F.:** 785.993.269-53  
**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
**Número da Licitação:** 12/2018 **Número do Processo:** 128/2018 **Outra Entidade:** Não  
**Número do Contrato ou Aditivo:** 208/2018  
**Fundamento Legal:**  
**Objeto:** AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE.

**Data da Assinatura:** 25/09/2018  
**Data da Publicação no Diário Oficial:** 25/09/2018  
**Vigência:** 25/09/2018 a 31/12/2018  
**Programa de Trabalho:**  
**Unidade Gestora / Número:**  
**Gestão / Número:**  
**Número do Empenho:**  
**Valor:** 9.898,00 **Forma de Pagamento:** 30 DIAS APÓS EMISSÃO DA NF

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 9/10

CNPJ: 82.939.232/0001-74  
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323  
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Setembro/2018.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** MANUPA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS EIRE**CNPJ:** 03.093.776/0001-91**Modalidade:** PREGÃO ELETRÔNICO**Número da Licitação:** 1/2018**Número do Processo:** 127/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 211/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE UNIDADE MÉDICA MÓVEL, COM RECURSOS DO ESTADO, TR nº833/18. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.**Data da Assinatura:** 27/09/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 27/09/2018**Vigência:** 27/09/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 169.999,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APÓS ENTREGA**Contratado:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE-CIMCATARINA**CNPJ:** 12.075.748/0001-32**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 13/2018**Número do Processo:** 133/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 209/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA - PARA DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS E AÇÕES DO PROGRAMA DE LICITAÇÕES COMPARTILHADAS - PROLICITA. CONFORME ART. 24 - INCISO XXVI LEI 8.666/93.**Data da Assinatura:** 28/09/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 28/09/2018**Vigência:** 28/09/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:** 02.03 04.122.0004 2.003.3.1.71.00.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 26.535,00**Forma de Pagamento:** MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 10/10

CNPJ: 82.939.232/0001-74  
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323  
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Setembro/2018.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** B&P - CONSTRUTORA LTDA - EPP**CNPJ:** 07.052.006/0001-51**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 9/2018**Número do Processo:** 129/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 210/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DE EDIFICAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DO AGILIZA CAMPOS NOVOS.**Data da Assinatura:** 28/09/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 28/09/2018**Vigência:** 28/09/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 627.312,60**Forma de Pagamento:** CONFORME ANDAMENTO DA OBRA**Contratado:** PERTILLE TRANSPORTES EIRELI**CNPJ:** 04.066.282/0001-80**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 15/2018**Número do Processo:** 147/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 212/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA TRANSPORTE DE ALUNOS A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.**Data da Assinatura:** 28/09/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 28/09/2018**Vigência:** 28/09/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 26.330,04**Forma de Pagamento:** MENSAL

**SAMAE - CAMPOS NOVOS****PORTARIA 097/2018**

Publicação Nº 1770118

PORTARIA SAMAE CNO 97/2018, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no Benefício de nº 177.708.382-3 junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social,

RESOLVE

EXONERAR por aposentadoria por idade, o servidor HERMÍNIO TADEU DE JESUS ALMEIDA, Auxiliar de Operações, Padrão 3.2.F, de acordo com o art. 54 da Lei Complementar 003/00 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos, retroagindo seus efeitos a 03/10/2018.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen  
Diretor do SAMAE

**PREGÃO PRESENCIAL 34/2018**

Publicação Nº 1770300

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA (49) 3541 0844

**AVISO LICITAÇÃO**

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE de Campos Novos –SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 8.666/93 alterada pela Lei 8.883/94 e Lei 9.648/98, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

1- LICITAÇÃO Nº 38/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2018

2- OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO REFERENTE A SEGURO TOTAL E CONTRA TERCEIROS DOS CAMINHÕES, pertencentes a coordenadoria técnica do SAMAE.

3- DATA/HORÁRIO DE ABERTURA:As 09h00min do dia 22/10/2018, para abertura de invólucros. Credenciamento até 08h30min do dia 22/10/2018. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Material e Transporte do Samae, sito a Rua Caetano Carlos, 466 – Centro em Campos Novos / SC, no seguinte horário: das 09h00min às 11h00min e das 14h00min às 17h00min.

ALEXANDRE KUNEN  
DIRETOR DO SAMAE

# Canelinha

## PREFEITURA

### ERRATA TOMADA DE PREÇOS 094/PMC/2018

Publicação Nº 1769811

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

#### ERRATA

Tomada de Preços 094/PMC/2018

Onde se lê: DATA DE ABERTURA: 23 de outubro de 2018, às 08:00 horas, Leia-se: DATA DE ABERTURA: 25 de outubro de 2018, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Car-tório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br). Canelinha, 09 de outubro de 2018. ROSÂNGELA MARIA LEAL CORDEIRO - Secretária de Educação, Cultura e Esportes.

### ERRATA TOMADA DE PREÇOS 095/PMC/2018

Publicação Nº 1769812

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

#### ERRATA

Tomada de Preços 095/PMC/2018

Onde se lê: DATA DE ABERTURA: 23 de outubro de 2018, às 10:00 horas, Leia-se: DATA DE ABERTURA: 25 de outubro de 2018, às 10:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Car-tório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br). Canelinha, 09 de outubro de 2018. ROSÂNGELA MARIA LEAL CORDEIRO - Secretária de Educação, Cultura e Esportes.

### RESOLUÇÃO CMDCA 03/2018

Publicação Nº 1769744

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 003 DE 28 SETEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a convocação da VII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Canelinha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1977 de 15 de julho de 2003 e pela Lei Municipal nº 3017 de 17 de setembro de 2014, RESOLVE: Art. 1º. Convocar a VII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Canelinha, a realizar-se no dia 30 de outubro do corrente ano, nas dependências do Centro Cultural, Social e Recreativo Arthur Adolfo Jachowicz, na Avenida Joaquim José Santana, S/N – Bairro Centro, Município de Canelinha - SC, sendo que os trabalhos começarão às 08:00 horas e terminarão às 16:00 horas. Art. 2º. O tema da VII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será "PROTEÇÃO INTEGRAL, DIVERSIDADE E ENFRENTAMENTO DAS VIOLÊNCIAS". Art. 3º. São objetivos da VII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: I – Promover o esclarecimento sobre o Ciberbullying, Pornografia e Exploração Sexual e os danos físicos e morais causados por quem é vítima desta prática; II – Estimular debates quanto a prática do Ciberbullying e as demais formas de violências; III – Apresentar diferença entre tolerância e aceitação; IV – Promover a reflexão sobre a diversidade cultural; V – Gerar o reconhecimento de que vivem em uma sociedade plural constituída de indivíduos com suas singularidades; VI – Implementar ações de discussão, prevenção e combate ao Bullying e Ciberbullying e Exploração Sexual. § 1º A elaboração das propostas será norteadas pelos eixos orientadores da Política e do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, a seguir relacionados: I – Garantia dos direitos e políticas públicas integradas e de inclusão social; II – Prevenção e enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes; III – Orçamento e financiamento das políticas para crianças e adolescentes; IV – Participação, comunicação social e protagonismo de crianças e adolescentes; V – Espaços de gestão e controle social das políticas públicas de crianças e adolescentes. § 2º A VII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente definirá 3 (três) propostas para cada eixo referido no parágrafo anterior, baseadas nos eixos, nas diretrizes e objetivos constantes no Guia Número 1 – Orientações para a realização das Conferências Municipais, distrital, e Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente e enviará relatório das propostas ao CECA no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da realização da Conferência Municipal. Art. 4º. A VII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente elegerá, dentre seus participantes, 04 (quatro) delegados (as) entre seus pares, prevendo outros 04 (quatro) suplentes para a Conferência Estadual, a saber: I – 1 conselheiro (a) de direito governamental; II – 1 conselheiro (a) de direito não governamental; III – 1 adolescente (observar o Anexo II do Documento Orientador do CONANDA); e IV – 1 representante de Conselheiros (as) Tutelares, Movimentos Sociais, Sistema de Justiça ou Rede de Atendimento. Art. 5º. A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação. Canelinha - SC, 28 de setembro de 2018. Vidal Piazza de Medeiros - Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

**RESOLUÇÃO CMDCA 04/2018**

Publicação Nº 1769745

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 004 DE 28 DE SETEMBRO DE 2018.

Cria Comissão Organizadora da VII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Canelinha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1977 de 15 de julho de 2003 e pela Lei Municipal nº 3017 de 17 de setembro de 2014, RESOLVE: Art. 1º - Criar Comissão Organizadora da VII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, composta pelos seguintes conselheiros(a) e adolescente: Representantes da Sociedade Civil 1) Maria das Neves Souza; 2) Domingos H. Da Silveira Filho. Representantes do Governo: 3) Nicéia Tamazini Aragão; 4) Luciana Santana Venier. Adolescente Representante da Câmara de Vereadores Mirim Juvenil : 5) Marcos Vinicius Melim. Art. 2º - A Comissão deverá eleger entre seus membros um coordenador, e terá como competência: I - Orientar e acompanhar a realização e os resultados da conferência; II - Preparar e acompanhar a operacionalização da VII Conferência Municipal; III - Propor e encaminhar para aprovação do colegiado o regimento interno, metodologia, divulgação, organização, composição, bem como materiais a serem utilizados durante a VII Conferência Municipal; IV - Organizar e coordenar a VII Conferência Municipal; V - Dar suporte técnico-operacional durante o evento; VIII - Manter o Colegiado informado sobre o andamento das providências operacionais, programáticas e de sistematização da VII Conferência Municipal; IX - Elaborar relatório final. X – Encaminhar ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CECA, relatório consolidado das propostas na VII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no prazo de 15 (quinze) dias após a realização desta, bem como a relação de delegados titulares e suplentes à Conferência Estadual. Art. 3º - A Comissão Organizadora poderá contar, ainda, com colaboradores eventuais para auxiliar na realização da VII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Parágrafo Único. Consideram-se colaboradores eventuais conselheiros, instituições e organizações governamentais ou da sociedade civil, da Administração Pública ou da iniciativa privada, prestadoras de serviços, bem como consultores e convidados. Art. 4º - A Comissão deverá inserir adolescentes na sua composição. § 1º - O mandato da Comissão Organizadora encerra-se com o cumprimento do estabelecido no inciso X do Art. 2º. Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação. Canelinha – SC, 28 de setembro de 2018. Vidal Piazza de Medeiros - Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

**RESOLUÇÃO CMDCA 05/2018**

Publicação Nº 1769747

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 005 DE 28 DE SETEMBRO DE 2018.

Autorização de pagamento de palestrantes, para o I Seminário Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, com o tema "Protegendo as crianças e adolescentes do abuso e pornografia na Internet". O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Canelinha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1977 de 15 de julho de 2003 e pela Lei Municipal nº 3017 de 17 de setembro de 2014, RESOLVE: Art. 1º - Autoriza o pagamento de palestrantes, para o I Seminário Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, com o tema "Protegendo Crianças e Adolescentes do Abuso e Pornografia na Internet", sendo que será efetuado três palestras ao custo de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) por palestra, totalizando R\$ 6.000,00 (Seis mil reais); Art. 2º Ocorrerá na data de 30 de outubro, no Centro Cultural, Social e Recreativo Arthur Adolfo Jachowicz junto com a VII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, das 8:00 às 16:30 horas. Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação. Canelinha – SC, 28 de setembro de 2018. Vidal Piazza de Medeiros - Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

# Canoinhas

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 252/2018

Publicação Nº 1769472

DECRETO Nº. 252/2018

#### APROVA REMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008 e Lei Municipal nº 6.217 de 21/05/2018, resolve:

#### DECRETAR

Art. 1º- Fica aprovado o remembramento de terreno urbano com área de 5.033,04 m<sup>2</sup> (cinco mil e trinta e três metros e quatro decímetros quadrados), procedido por WALDIR JANTSCH E OUTROS, situado na Rua Amandus Victor Jantsch, s/n, no Bairro Boa Vista, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob as matrículas nº. 38.276, 38.277 e 38.278, ficando o imóvel da seguinte forma: lote nº. 49 com área de 5.033,04 m<sup>2</sup>, pertencente à quadra nº 115, conforme requerimento protocolado sob nº. 5751/2018.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 03 de outubro de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

RAFAEL ROTTILI ROEDER

Secretário Municipal de Planejamento

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 03/10/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### DECRETO Nº 253/2018

Publicação Nº 1769473

DECRETO Nº. 253/2018

#### APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 022 de 16/01/2008, Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, Lei Municipal nº 6.217 de 21/05/2018, resolve:

#### DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 896,82 m<sup>2</sup> (oitocentos e noventa e seis metros e oitenta e dois decímetros quadrados) procedidos por NEIDE CRISTINA VIEIRA DE LIMA BECHEL E OUTROS, situado na Rua Julio Correia da Costa, s/n, Bairro Campo da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 41.181, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 24, com área de 254,36 m<sup>2</sup>, lote nº 25, com área de 321,23 m<sup>2</sup> e lote nº 26, com área de 321,23, todos pertencente à quadra nº 1129, conforme requerimento protocolado sob nº. 4779/2018.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 03 de outubro de 2018.  
GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

RAFAEL ROTTILI ROEDER  
Secretário Municipal de Planejamento  
Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 03/10/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK  
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## **DECRETO Nº 254/2018**

Publicação Nº 1769474

DECRETO Nº. 254/2018

### **APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS**

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 022 de 16/01/2008, Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, Lei Municipal nº 6.217 de 21/05/2018, Lei Complementar nº 047 de 20/12/2013, resolve:

#### **DECRETAR**

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 2.895,00 m<sup>2</sup> (dois mil, oitocentos e noventa e cinco metros quadrados) procedidos por OSNI VERNER LEMOS, situado na Servidão José Haas Lemos, s/n, Bairro Alto da Tijuca, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 17.375, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 31, com área de 1.936,05 m<sup>2</sup>, lote nº 32, com área de 283,95 m<sup>2</sup> e lote nº 33, com área de 225,00, lote nº 34, com área de 225,00 m<sup>2</sup>, lote nº 35, com área de 225,00 m<sup>2</sup>, todos pertencente à quadra nº 0603, conforme requerimento protocolado sob nº. 3566/2018.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 03 de outubro de 2018.  
GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

RAFAEL ROTTILI ROEDER  
Secretário Municipal de Planejamento  
Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 03/10/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK  
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## **PORTARIA Nº 13/2018 FMEL**

Publicação Nº 1769535

PORTARIA Nº. 13/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.  
CONSIDERANDO, o disposto na Lei nº 4.138 de 21/03/2007, resolve:

#### **AUTORIZAR**

Art. 1º. Fica autorizado o servidor Dimas Antonio Chagas, Técnico Desportivo de Atletismo, à disposição da Fundação Municipal de Esportes e Lazer, a perceber adiantamento conforme o disposto na Lei nº 6.253 de 08/08/2018, visando atender a realização de despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Art. 2º. Ao servidor citado no caput do artigo anterior, cabe à responsabilidade da conferência das solicitações de ajudas de custo, cujos



valores das despesas serão transferidos a uma conta específica para esse fim, e o servidor será responsável pela movimentação com o valor pecuniário a ser despendido e a exigência da comprovação, pelo favorecido, da realização da despesa.

Art. 3º. Ao Controle Interno cabe, no mês subsequente, à verificação da legalidade do processo e a emissão de parecer conclusivo.

Art. 4º. A autorização objeto deste instrumento far-se-á vigente pelo período compreendido de 28/09/2018 á 29/09/2018.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas, 27 de Setembro de 2018.  
Francisco de Assis Ferreira da Silva  
Presidente Honorífico  
Fundação Municipal de Esportes e Lazer

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Fundação Municipal de Esportes e Lazer em 27/09/2018.

### **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 118/2018 (PRESENCIAL)**

Publicação Nº 1769702

PREGÃO PRESENCIAL Nº 118/18  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 161/18  
HOMOLOGAÇÃO: 05/10/18  
CONTRATADO: RETIFICA MOTOCAR LTDA  
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES PESADOS (ÔNIBUS, MICROÔNIBUS, VANS, E CAMINHÕES), DE FORMA PARCELADA, PERTENCENTES A FROTA DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES E MATERIAIS NOVOS E ORIGINAIS OU GENUINOS (NÃO REMANUFATURADOS OU RECONDICIONADOS). VALOR DA DESPESA: R\$ 363.234,39 (trezentos e sessenta e três mil duzentos e trinta e quatro reais e trinta e nove centavos) DATA: 09/10/18 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

### **PUBLICAÇÃO DE ATA DE DESCLASSIFICAÇÃO DE EMPRESA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 15/2018**

Publicação Nº 1769585

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº PMC 144/2018, MODALIDADE DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA PMC 15/2018, QUE TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE MASSA ASFÁTICA CBUQ – FAIXA C COM APLICAÇÃO (RECORTE, VARREDURA, LIMPEZA E PINTURA DE LIGAÇÃO), DESTINADA AO RECAPEAMENTO DE PAVIMENTOS FLEXÍVEIS E PAVIMENTAÇÃO DE NOVAS VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Aos 09 (nove) dias do mês de outubro do ano de 2018, às 09h05min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Adilson Fernando Ribeiro, Sr. Maurício Afonso Sobczak, Sr. José Carlos Herbst e a Sra. Andreia Fontana Kauva, nomeados pela Portaria nº 812/2018, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber a Certidão Negativa da Fazenda Federal da Empresa VOLPESA CONSTRUÇÕES LTDA, conforme constado em ata da Sessão do dia 10/09/2018, que previa inicialmente o prazo de 05 dias para a entrega da citada certidão, prazo este que foi prorrogado por mais 05 dias a pedido da Administração, conforme autoriza o § 1º do artigo 43 da lei 123. Abertos os trabalhos, verificou-se que a empresa VOLPESA CONSTRUÇÕES LTDA não apresentou a certidão negativa no prazo legal. Assim, conforme autoriza o § 1º do artigo 43 da lei 123, a Comissão de Licitação declarou vencedora do certame a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, com o valor de R\$ 323,00 a tonelada. A Comissão de Licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação desta, para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento das propostas e manifestação de interesse do uso dos benefícios garantidos pela lei complementar 123/2006. E, nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente Ata, a qual depois de lida e achada conforme, vai assinada pela Comissão de Licitação E, nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente Ata, a qual depois de lida e achada conforme, vai assinada pela Comissão de Licitação.

Adilson Fernando Ribeiro Mauricio Afonso Sobczak José Carlos Herbst Andreia Fontana Kauva  
Presidente Secretário Membro Membro

**PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. PMC 19/2018**

Publicação Nº 1769846

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 179/2018  
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. PMC 19/2018

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 13/11/2018, às 08h45min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO, COLOCAÇÃO E PINTURA DE UMA QUANTIDADE ESTIMADA DE 1.500 METROS LINEARES DE MURO PALITO, DESTINADOS AS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL. Recebimento de propostas até as 08h30min do dia 13/11/2018. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 132/2018 (PRESENCIAL)**

Publicação Nº 1769844

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 178/2018  
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 132/2018 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 24/10/2018, às 08h20min, licitação para AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REPAROS MECÂNICOS NO FORD CARGO 2422E Nº 89, ANO 2006, PLACA MGN-6372, FORD CARGO 3133 Nº 133, ANO 2012, PLACA MKC-7584 E RETRO NEW HOLLAND B95B Nº 124, ANO 2010, DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO. Recebimento de propostas até às 08h15min do dia 24/10/2018, no setor de protocolo da prefeitura. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO DESPACHO AO RECURSO TOMADA DE PREÇO Nº PMC 13/2018**

Publicação Nº 1769550

JULGAMENTO FINAL AUTORIDADE COMPETENTE

Assunto: Recurso Administrativo – Tomada de Preço n.º PMC 13/2018.

Decisão referente resposta da Comissão de Licitação e Assessoria Jurídica desta Prefeitura, relativamente ao recurso Administrativo interposto pela Empresa DAC SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO LTDA, CNPJ 72.428.694/0001-30, protocolado no dia 27/09/2018, sob o nº 6.457.

Acolho na íntegra o parecer, por seus próprios fundamentos e decido por determinar o prosseguimento do Processo licitatório n.º PMC 138/2018, Tomada de Preço n.º PMC 13/2018.

Intime-se o impetrante,

Dê-se prosseguimento o Processo,

05 de Outubro de 2018  
Gilberto dos Passos  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO JULGAMENTO FINAL AUTORIDADE COMPETENTE PREGÃO PMC 112/2018 (PRESENCIAL)**

Publicação Nº 1769672

JULGAMENTO FINAL AUTORIDADE COMPETENTE

Assunto: Recurso Administrativo – Pregão Presencial n.º PMC 112/2018.

Decisão referente resposta do Pregoeiro, Equipe de Apoio e Assessoria Jurídica desta Prefeitura, relativamente ao recurso Administrativo interposto pela Empresa ANA CARDOSO EIRELLI, CNPJ 01.265.365/0001-00, protocolado no dia 19/09/2018, as 14h57min, sob o nº 6.298.

Acolho na íntegra o parecer, por seus próprios fundamentos e decido por determinar a inabilitação da Empresa AIRTON JOSE DUARTE JUNIOR-ME no Processo licitatório n.º PMC 152/2018, Pregão Presencial n.º PMC 112/2018.

Intime-se o impetrante,

Dê-se prosseguimento o Processo,

08 de Outubro de 2018  
Gilberto dos Passos  
Prefeito

## **PUBLICAÇÃO JULGAMENTO FINAL AUTORIDADE COMPETENTE PREGÃO PMC 112/2018 (PRESENCIAL)**

Publicação Nº 1769662

### **JULGAMENTO FINAL AUTORIDADE COMPETENTE**

Assunto: Recurso Administrativo – Pregão Presencial n.º PMC 112/2018.

Decisão referente resposta do Pregoeiro, Equipe de Apoio e Assessoria Jurídica desta Prefeitura, relativamente ao recurso Administrativo interposto pela Empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ 79.283.065/0001-41, protocolado no dia 20/09/2018, as 11h37min, sob o nº 6.307.

Acolho na íntegra o parecer, por seus próprios fundamentos e decido por determinar a anulação do Processo licitatório n.º PMC 152/2018, Pregão Presencial n.º PMC 112/2018, abrindo prazo de três dias a contar da publicação desta decisão para manifestação de possíveis interessados.

Intime-se o impetrante,

Dê-se prosseguimento o Processo,

08 de Outubro de 2018  
Gilberto dos Passos  
Prefeito

## PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 118/2018 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 1769701

Página: 1/4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**  
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 161/2018 Processo Administrativo: **Total dos Itens Vencedores: 363.234,39**

Licitação.....: 118/2018 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES PESADOS (ÔNIBUS, MICROÔNIBUS, VANS, E CAMINHÕES), DE FORMA PARCELADA, PERTENCENTES A FROTA DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES E MATERIAIS NOVOS E ORIGINAIS OU GENUINOS (NÃO REMANUFATURADOS OU RECONDICIONADOS).

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 411050139	- MAO DE OBRA VEICULOS SECRETARIA DE OBRAS - Unidade: UN						
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		475.000	0,0000	71.7500	34.081,25	Venceu	1 *****
7442	GAPSKI & CIA. LTDA.		475.000	0,0000	71.7500	34.081,25	Perdeu	2
Item.....: 2	- 411050140	- PECAS VEICULOS SECRETARIA DE OBRAS - Unidade: UN						
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		1.000	0,0000	119.284,3800	119.284,38	Venceu	0
7442	GAPSKI & CIA. LTDA.		1.000	0,0000	119.284,3800	119.284,38	Perdeu	0
Item.....: 3	- 411050145	- MAO DE OBRA VEICULOS SECRETARIA DE AGRICULTURA - Unidade: UN						
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		50.000	0,0000	71.7500	3.587,50	Venceu	0
7442	GAPSKI & CIA. LTDA.		50.000	0,0000	71.7500	3.587,50	Perdeu	0
Item.....: 4	- 411050146	- PECAS VEICULOS SECRETARIA DE AGRICULTURA - Unidade: UN						
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		1.000	0,0000	12.556,2500	12.556,25	Venceu	0
7442	GAPSKI & CIA. LTDA.		1.000	0,0000	12.556,2500	12.556,25	Perdeu	0
Item.....: 5	- 411050147	- MAO DE OBRA VEICULOS SECRETARIA DE EDUCACAO - Unidade: UN						
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		200.000	0,0000	71.7500	14.350,00	Venceu	0
7442	GAPSKI & CIA. LTDA.		200.000	0,0000	71.7500	14.350,00	Perdeu	0

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

363.234,39

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 161/2018

Licitação.....: 118/2018 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES PESADOS (ÔNIBUS, MICROÔNIBUS, VANS, E CAMINHÕES), DE FORMA PARCELADA, PERTENCENTES A FROTA DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES E MATERIAIS NOVOS E ORIGINAIS OU GENUINOS (NÃO REMANUFATURADOS OU RECONDICIONADOS).

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 6	- 411050148	- <b>PECAS VEICULOS SECRETARIA DE EDUCAÇÃO</b>	- Unidade: UN					
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		1,000	0,0000	50.225,0000	50.225,00	Venceu	0
7442	GAPSKI & CIA. LTDA.		1,000	0,0000	50.225,0000	50.225,00	Perdeu	0
Item.....: 7	- 411050165	- <b>MAO DE OBRA VEICULOS SECRETARIA DE SAUDE</b>	- Unidade: UN					
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		200,000	0,0000	71,7500	14.350,00	Venceu	0
7442	GAPSKI & CIA. LTDA.		200,000	0,0000	71,7500	14.350,00	Perdeu	0
Item.....: 8	- 411050166	- <b>PECAS VEICULOS SECRETARIA DE SAUDE</b>	- Unidade: UN					
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		1,000	0,0000	50.225,0000	50.225,00	Venceu	0
7442	GAPSKI & CIA. LTDA.		1,000	0,0000	50.225,0000	50.225,00	Perdeu	0
Item.....: 9	- 411050157	- <b>MAO DE OBRA VEICULOS SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE</b>	- Unidade: UN					
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		25,000	0,0000	71,7500	1.793,75	Venceu	0
7442	GAPSKI & CIA. LTDA.		25,000	0,0000	71,7500	1.793,75	Perdeu	0
Item.....: 10	- 411050158	- <b>PECAS VEICULOS SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE</b>	- Unidade: UN					
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		1,000	0,0000	6.278,1300	6.278,13	Venceu	0
7442	GAPSKI & CIA. LTDA.		1,000	0,0000	6.278,1300	6.278,13	Perdeu	0

Página: 3/4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**  
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 161/2018		Processo Administrativo:		363.234,39				
Licitação.....: 118/2018 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES PESADOS (ÔNIBUS, MICROÔNIBUS, VANS, E CAMINHÕES), DE FORMA PARCELADA, PERTENCENTES A FROTA DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES E MATERIAIS NOVOS E ORIGINAIS OU GENUINOS (NÃO REMANUFATURADOS OU RECONDICIONADOS).								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 11 - 411050710 - MÃO DE OBRA VEÍCULOS CORPO DE BOMBEIROS - Unidade: UN								
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		125,000	0,0000	71,7500	8.968,75	Venceu	0
7442	GAPSKI & CIA. LTDA.		125,000	0,0000	71,7500	8.968,75	Perdeu	0
Item.....: 12 - 411050711 - PEÇAS VEÍCULOS CORPO DE BOMBEIROS - Unidade: UN								
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		1,000	0,0000	31.390,6300	31.390,63	Venceu	0
7442	GAPSKI & CIA. LTDA.		1,000	0,0000	31.390,6300	31.390,63	Perdeu	0
Item.....: 13 - 411050167 - MAO DE OBRA VEÍCULOS POLICIA CIVIL - Unidade: UN								
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		50,000	0,0000	71,7500	3.587,50	Venceu	0
7442	GAPSKI & CIA. LTDA.		50,000	0,0000	71,7500	3.587,50	Perdeu	0
Item.....: 14 - 411050168 - PEÇAS VEÍCULOS POLICIA CIVIL - Unidade: UN								
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		1,000	0,0000	12.556,2500	12.556,25	Venceu	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:		161/2018		Processo Administrativo:		363.234,39		
Licitação.....:		118/2018 - PR						
Modalidade....:		PREGÃO PRESENCIAL						
Objeto.....:		REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES PESADOS (ÔNIBUS, MICROONIBUS, VANS, E CAMINHÕES), DE FORMA PARCELADA, PERTENCENTES A FROTA DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E POLICIA CIVIL, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS: COMPONENTES E MATERIAIS NOVOS E ORIGINAIS OU GENUINOS (NÃO REMANUFATURADOS OU RECONDICIONADOS).						
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação

Item.....: 14 - 411050168 - PEÇAS VEICULOS POLICIA CIVIL - Unidade: UN

7442	GAPSKI & CIA. LTDA.		1,000	0,0000	12.556,2500	12.556,25	Perdeu	0
------	---------------------	--	-------	--------	-------------	-----------	--------	---

Canoinhas, Em .....	
MARCIANO FERNANDES CORREA - .....	Pregoeiro(a)
MAURICIO ALFONSO SOBCZAK - .....	EQUIPE DE APOIO
WINSTON BEYERSDORFF LUCCHIARI - .....	64350/PR

# Capinzal

## PREFEITURA

### CIALAR CONTRATO 0012/2018

Publicação Nº 1769629

ESTADO DE SANTA CATARINA		
CONSORCIO INTERMUNICIPAL CASA LAR CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Contrato Nº.: 0012/2018		
Contratante...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CASA LAR CAPINZAL		
Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA		
Valor ..... : 6.240,85 (seis mil duzentos e quarenta reais e oitenta e cinco centavos)		
Vigência ..... : Início: 03/10/2018 Término: 31/12/2018		
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2018		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : Contratação de empresa especializada para fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, para licenciamento do direito de uso dos aplicativos de Recursos Humanos, E-Social, Ponto Eletrônico e Pontual Fly, utilizando banco de dados relacional. Com Recursos Próprios		
Capinzal, 3 de Outubro de 2018		

### CIALAR PROCESSO LICITATÓRIO 0011/2018 DISPENSA DE LICITAÇÃO 0002/2018

Publicação Nº 1769497

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0011/2018  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0002/2018

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, para licenciamento do direito de uso dos aplicativos de Recursos Humanos, E-Social, Ponto Eletrônico e Pontual Fly, utilizando banco de dados relacional. Com Recursos Próprios.

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.240,85 (Seis mil duzentos e quarenta reais e oitenta e cinco centavos)

PREVISÃO LEGAL: Art. 24 inciso II, da Lei 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR – CIALAR, através de sua Coordenadora Social Aline Soccol Minks, no uso de suas atribuições legais, e, com fundamento no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93 "Alterado", para contratação de empresa para fornecimento de licenciamento do direito de uso dos aplicativos de Recursos Humanos, E-Social, Ponto Eletrônico e Pontual Fly, segundo as considerações e termos que seguem:

CONSIDERANDO que a empresa a ser contratada já possui contrato com a entidade CIALAR, através do Processo Licitatório nº 0153/2017, Pregão Presencial nº 0108/2017;

CONSIDERANDO a necessidade de implantação de 4 (quatro) aplicativos afim de atender as necessidades do Abrigo bem como a exigência do uso do E-Social pelo Governo Federal a partir de janeiro de 2019;

CONSIDERANDO que a implantação deve acontecer ainda neste exercício de 2018, para se cumprir com os prazos estipulados pelo Governo Federal;

CONSIDERANDO a exigência da implantação do E-Social pelo Governo Federal e necessidade dos demais aplicativos não contemplados no Contrato firmado através do Processo Licitatório nº 0153/2017, realizado através da Administração Municipal de Capinzal;

CONSIDERANDO que o aplicativo de Recursos Humanos deverá permitir a integração de dados de forma automática ou ainda através de arquivos de intercâmbio de informações com os sistemas de Folha de Pagamento e Portal da Transparência;

CONSIDERANDO que o Ponto Eletrônico permitirá o registro de entradas e saídas, bem como configuração inicial e final do período noturno, e demais variáveis a serem geradas na Folha;

CONSIDERANDO que o Pontual Fly permitirá que os registros sejam feitos por biometria;

CONSIDERANDO que o valor para os serviços é de R\$ 6.240,85 (seis mil, duzentos e quarenta reais e oitenta e cinco centavos), e este ultrapassa o valor permitido de 25% para aditivo;

CONSIDERANDO ser antieconômico diante do custo de novas conversões, implantações e treinamentos realizar-se licitação, uma vez que, a entidade CIALAR já possui um sistema atuando.

CONSIDERANDO que a empresa Betha Sistemas Ltda goza de regularidade fiscal, conforme Certidões Negativas anexas.

Assim, justifica-se a necessidade da contratação.

Capinzal/SC, 03 de Outubro de 2018.

NILVO DORINI  
Presidente



**Edital nº 036/2018**

Publicação Nº 1769878

EDITAL Nº 036, DE 9 DE OUTUBRO DE 2018.

Notifica recursos recebidos do Governo Federal.

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997 e Decreto Municipal nº 005, de 09 de janeiro de 2017, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste município de Capinzal, da liberação de recursos financeiros provenientes do Governo Federal, 22º Desbloqueio - PAC FNHIS - Urbanização - CT 352.423-44/2011 - Capinzal/ SC, realização de Trabalho Técnico Social do Loteamento Nova Capinzal, no valor de R\$ 6.038,61 (seis mil trinta e oito reais e sessenta e um centavos).

Capinzal - SC, 9 de outubro de 2018.

Nilvo Dorini

Prefeito de Capinzal

Registrado e publicado o presente Edital na data supra.

Ivair Lopes Rodrigues

Secretário da Administração e Finanças

**FMS TA 001/2018 C65**

Publicação Nº 1769959

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Aditivo Nº ..... : TA 001/2018 C65 - Contrato Nº: 0065/2017		
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
Contratada....: T.O.S. OBRAS E SERVICOS AMBIENTAIS LTDA		
Valor ..... : 0,00 (zero)		
Vigência ..... : Início: 04/10/2018 Término: 04/10/2019		
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0012/2017 Processo_Licitatório.....: 0023 / 2017		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : O objeto do presente termo aditivo, é a prorrogação da vigência do contrato original findando em 04/10/2019, conforme solicitação, documentos e parecer Jurídico anexos ao Processo Licitatório.		
Capinzal, 8 de Outubro de 2018		

**Lei 3.303/2018**

Publicação Nº 1769929

LEI No 3.303, DE 9 DE OUTUBRO DE 2018.

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 305.000,00 (trezentos e cinco mil reais).

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a abertura de crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 305.000,00 (trezentos e cinco mil reais), para reforço das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, na forma do quadro a seguir:

0501.10.306.0090.2059	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOL	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-076	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	65.000,00
0501.12.361.0065.2048	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOL	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-098	Aplicações Diretas	1022	55	R\$	180.000,00
0502.13.392.0095.2065	MANUTENÇÃO CENTRO EDUCACIONAL	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-149	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	60.000,00
	Total			R\$	305.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º desta Lei é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 305.000,00 (trezentos e cinco mil reais), na forma do quadro a seguir.

0501.12.361.0065.1011	CONST.AMPL.GINASIOS ESP J. ESCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-078	Aplicações Diretas	1001	00	R\$	305.000,00
	Total			R\$	305.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 9 de outubro de 2018.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

### PMC CONTRATO 0293/2018

Publicação Nº 1770270

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
Contrato Nº.: 0293/2018 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada.: PERY SARAIVA NETO ADVOGADOS Valor ..... : 5.850,00 (cinco mil oitocentos e cinquenta reais) Vigência ..... : Início: 02/10/2018 Término: 31/12/2018 Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 45/2018 Recursos ..... : Dotação: Objeto ..... : Contratação do escritório de Advocacia PERY SARAIVA NETO ADVOGADOS, situado no município de Florianópolis, para defesa dos interesses do Município de Capinzal junto ao Superior Tribunal de Justiça - STJ, afim de apresentar contrarrazões ao Recurso Especial interposto nos autos do Processo n. 0001422-36.2011.8.24.0016, em que figuram como partes Recorrentes Qualimaq Indústria e Comércio de Máquinas Ltda. e Macro Trator Ltda. Com Recursos Próprios	
Capinzal, 2 de Outubro de 2018	

### PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0170/2018 DISPENSA DE LICITAÇÃO 0045/2018

Publicação Nº 1770202

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE CAPINZAL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0170/2018  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0045/2018

OBJETO: Contratação do Escritório de Advocacia PERY SARAIVA NETO ADVOGADOS, situado no Município de Florianópolis, para defesa dos interesses do Município de Capinzal junto ao Superior Tribunal de Justiça – STJ, a fim de apresentar contrarrazões ao Recurso Especial interposto nos autos do processo n. 0001422-36.2011.8.24.0016, em que figuram como partes Recorrentes Qualimaq Indústria e Comércio de Máquinas Ltda. e Macro Trator Ltda.

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.850,00 (cinco oitocentos e cinquenta reais)

PREVISÃO LEGAL: Art. 24 inciso II, da Lei 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: Trata-se de solicitação de contratação de serviços do Escritório de Advocacia PERY SARAIVA NETO ADVOGADOS, para defesa dos interesses do Município de Capinzal junto ao Superior Tribunal de Justiça – STJ, a fim de apresentar, tempestivamente, contrarrazões ao Recurso Especial nos autos do processo n. 0001422-36.2011.8.24.0016, em que figuram como partes Recorrentes Qualimaq Indústria e Comércio de Máquinas Ltda. e Macro Trator Ltda.

A presente contratação justifica-se devido ao Município de Capinzal figurar como parte nos autos da Ação Civil Pública n. 0001422-36.2011.8.24.0016 (016.11.001422-2), movida pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina - MPSC, em trâmite junto à 2ª Vara da

Comarca de Capinzal-SC, e que, em decorrência dos referidos autos, os réus Qualimaq Indústria e Comércio de Máquinas Ltda. e Macro Trator Ltda. interpuseram Recurso Especial, dirigido ao Superior Tribunal de Justiça – STJ. Em sequência, o Município de Capinzal foi intimado para apresentar contrarrazões ao citado Recurso Especial.

Outrossim, o profissional do Escritório de Advocacia já atuava, desde a gestão passada (2013-2016), na defesa do Município de Capinzal nos autos do processo acima citado (conforme Processo Licitatório n. 137/2014, Inexigibilidade n. 009/2014), onde obteve resultados bastante satisfatórios aos interesses do mesmo, bem como atuou em outros processos deste Município. Isso, de fato, é relevante, pois tranquiliza a Administração quanto a dispor de serviços de qualidade e com a eficiência necessária para atender, a contento, os relevantes interesses do Município naquela demanda.

Além disso, o Município de Capinzal possui um único Assessor Jurídico em seu quadro de cargos, responsável por toda a demanda administrativa, judicial e extrajudicial da municipalidade, considerando a constante tramitação de processos licitatórios, processos e requerimentos administrativos, recursos, consultorias, estudo de casos, cumprimento de prazos, judiciais e extrajudiciais, reuniões e assessoria a todos os Setores do Município. Nesse sentido, é pertinente a atuação de profissional conhecedor da lide e das questões de fato e de direito pleiteados no presente caso, como é o caso do contratado, haja vista se tratar de processo repleto de peculiaridades e de grande complexidade, e que envolve o interesse público.

Isto posto, muito embora seja cediço que na Administração Pública as contratações devem ser, em regra, precedidas de processo licitatório, a Lei n. 8.666/93, em seu art. 24, inciso II, trata da dispensa de licitação para outros serviços de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II, do art. 23, do referido diploma legal.

Neste ponto, é pertinente registrar que foi editado o Decreto Presidencial n. 9.412, de 18 de junho de 2018, que atualizou os valores das modalidades de licitação de que trata o art. 23 da Lei nº 8.666/93, com aplicabilidade a partir de 19 de agosto de 2018 (art. 2º do referido Decreto).

Outrossim, ressalta-se o entendimento exarado pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC nos prejulgados n. 1485 e 1911, que preceituam que em caráter excepcional e demonstrada a urgência, é admissível a contratação de advogados para causas específicas, mediante justificativa circunstanciada consignando as razões para a contratação de serviços jurídicos externos de profissional ou escritório de advocacia, em que poderá ser viabilizada contratação por dispensa de licitação, nos casos admitidos nos incisos II e IV do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93.

Capinzal/SC, 02 de Outubro de 2018.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretario de Administração e Finanças

## PMC TA 003/2018 C06

Publicação Nº 1769950

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Aditivo Nº ..... : TA 003/2018 C06 - Contrato Nº: 0006/2018 M		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: AUTO POSTO CHALEIRA PRETA LTDA - EPP		
Valor ..... : 0,00 (zero)		
Vigência ..... : Início: 01/10/2018 Término: 10/01/2019		
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0120/2017 Processo_Licitatório.....: 0182 / 2017		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : O objeto do presente Termo Aditivo é a revisão de valores, visando o equilíbrio econômico financeiro, nos termos da lei 8.666/93, considerando a porcentagem de variação dos preços dos produtos, alterando o valor do Item do Contrato da seguinte forma: Gasolina Comum R\$ 4, 2275. Salientando que o Presente Termo Aditivo contempla o Município, o Fundo Municipal de Saúde, o Fundo Municipal de Assistência Social, e a Fundação Municipal de Esportes de Capinzal.		

## SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/40/2018

Publicação Nº 1770191

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/40/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº CAO/0336/2018

OBJETO DA LICITAÇÃO: Contratação de serviços de torno/rosca para a execução de pontos de junção entre tubos e flanges.



TIPO: Menor Preço por Item

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 14:00 horas, do dia 22 de outubro de 2018.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail [francieli@simaecao.sc.gov.br](mailto:francieli@simaecao.sc.gov.br) material@simaecao.sc.gov.br ou pelo site do SIMAE [www.simaecao.sc.gov.br](http://www.simaecao.sc.gov.br).

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas.

Capinzal/SC, 10 de outubro de 2018.

Francieli A. da Rosa  
Pregoeira

# Catanduvás

## PREFEITURA

### PORTARIA 7.661/2018 - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

Publicação Nº 1770069

PORTARIA N. 7.661/2018

Regulamenta a apresentação de atestados médicos e odontológicos pelos servidores públicos do município de Catanduvás e os critérios e requisitos de validade do documento para fins de justificativa e abono de ausência ao trabalho.

O Senhor Prefeito Municipal de Catanduvás, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO a necessidade de regular a apresentação de atestados médicos e odontológicos pelo servidor público, bem como os critérios e requisitos de validade desse documento para fins de justificativa e abono de ausência ao trabalho;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar prazos para entrega dos atestados médicos e odontológicos, com o escopo de manter o andamento dos trabalhos do Setor de Recursos Humanos,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Para fins de justificativa de abono de ausência ao trabalho, por motivo de doença, o servidor público do Município de Catanduvás, deverá entregar atestado médico ou odontológico diretamente ao Secretário responsável da lotação de trabalho;

Art. 2º. Deverá o Secretário da pasta recepcionar o atestado, opor assinatura e data no documento, bem como entregá-lo ao Departamento de Recursos Humanos e Relações de Trabalho para as providências cabíveis;

Art. 3º. O atestado deverá ser entregue pelo servidor público ao Secretário responsável no prazo improrrogável de 48 (horas) úteis;

Art. 4º. Os atestados médicos ou odontológicos que não atenderem aos requisitos e prazos estabelecidos nesta portaria não serão admitidos para fins de justificar e/ou abonar ausência do servidor.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo as demais disposições regidas por leis específicas.

Catanduvás, 09 de outubro de 2018.

Dorival Ribeiro dos Santos

Prefeito

Lucimari Spader

Secretária Municipal de Administração e Finanças

### QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 0002-2018

Publicação Nº 1770341

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 0002/2018

QUARTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, LUBRIFICANTES E FILTROS PARA OS VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CATANDUVAS, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC E A EMPRESA ASSOTRAN ASSOCIAÇÃO CATANDUVENSE DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA, VENCEDORA DO PREGÃO Nº 0082/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0103/2017).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 10.391.817/0001-91, com sede na Rua Duque de Caxias, nº 2.828 - Centro, Catanduvás - SC, neste ato representada por sua Gestora e Secretária Municipal de Saúde, Ely Terezinha Magnabosco Moterle, doravante denominada CONTRATANTE.

CONTRATADA: ASSOTRAN ASSOCIAÇÃO CATANDUVENSE DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 78.489.432/0001-03, com sede à Rua Felipe Schmidt, nº 1.312, Centro, em Catanduvás – Santa Catarina, CEP 89.670-000, doravante denominada CONTRATADA.

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 02 de janeiro de 2018, alterando-o conforme segue:

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico AJ175/2018, da Assessoria Jurídica do Município e decisão proferida em 24/09/2018 no processo administrativo de revisão de contrato;

CONSIDERANDO o previsto na CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE, do Contrato firmado entre as partes;

CONSIDERANDO a necessidade de dar continuidade a presente contratação e à prestação dos serviços descritos no Contrato firmado entre as partes.

RESOLVEM:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REAJUSTE

Revisar o valor do item abaixo em 8,95%, passando a vigorar da seguinte forma:

Item	Unid.	Especificação	Preço Unit.	Preço Unit. Atualizado
20	L	OLEO DIESEL S10	3,295	3,59

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, II, “d”, da Lei Federal n.º 8.666 de 21 de julho de 1993.

E por estarem justas e contratadas, ambas as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que a tudo assistiram e conhecimento tiveram.

Catanduvas – SC, 01 de outubro de 2018.

### QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 0005-2018

Publicação Nº 1770343

#### QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 0005/2018

QUARTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, LUBRIFICANTES E FILTROS PARA OS VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CATANDUVAS, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC E A EMPRESA POSTO CARRETÃO LTDA, VENCEDORA DO PREGÃO Nº 0082/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0103/2017).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 10.391.817/0001-91, com sede na Rua Duque de Caxias, nº 2.828 - Centro, Catanduvas - SC, neste ato representada por sua Gestora e Secretária Municipal de Saúde, Ely Terezinha Magnabosco Moterle, doravante denominada CONTRATANTE.

CONTRATADA: POSTO CARRETÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 79.414.033/0007-23, com sede na Rua da Liberdade, Bairro Cidade Jardim, em Catanduvas/SC, doravante denominado CONTRATADO.

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 02 de janeiro de 2018, alterando-o conforme segue:

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico AJ174/2018, da Assessoria Jurídica do Município e a decisão proferida em 24/09/2018 no processo administrativo de revisão de contrato;

CONSIDERANDO o previsto na CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE, do Contrato firmado entre as partes;

CONSIDERANDO a necessidade de dar continuidade a presente contratação e à prestação dos serviços descritos no Contrato firmado entre as partes.

RESOLVEM:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REAJUSTE

Revisar o valor do item abaixo especificado no percentual de 4,51%, passando a vigorar da seguinte forma:

Item	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Unit. Atualizado
1	L	OLEO DIESEL comum		3,32	3,47

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, II, “d”, da Lei Federal n.º 8.666 de 21 de julho de 1993.

E por estarem justas e contratadas, ambas as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que a tudo assistiram e conhecimento tiveram.

Catanduvas – SC, 01 de outubro de 2018.

**QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FUNREBOM Nº 0003-2018**

Publicação Nº 1770344

**QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FUNREBOM Nº 0003/2018**

QUARTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, LUBRIFICANTES E FILTROS PARA OS VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CATANDUVAS, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC E A EMPRESA ASSOTRAN ASSOCIAÇÃO CATANDUVENSE DE TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA, VENCEDORA DO PREGÃO Nº 0082/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0103/2017).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, pessoa jurídica de direito público interno, através do Fundo de Reequipamento do Bombeiro – FUNREBOM, com sede administrativa na Rua Felipe Schmidt, nº 1.435, Centro, Catanduvias/SC, inscrito no CNPJ nº 23.811.619/0001-81, neste ato representado por sua Gestora, Lucimari Spader, doravante denominado CONTRATANTE e,

CONTRATADA: ASSOTRAN ASSOCIAÇÃO CATANDUVENSE DE TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 78.489.432/0001-03, com sede à Rua Felipe Schmidt, nº 1.312, Centro, em Catanduvias – Santa Catarina, CEP 89.670-000, doravante denominada CONTRATADA.

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 02 de janeiro de 2018, alterando-o conforme segue:

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico AJ175/2018, da Assessoria Jurídica do Município e decisão proferida em 24/09/2018 no processo administrativo de revisão de contrato;

CONSIDERANDO o previsto na CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE, do Contrato firmado entre as partes;

CONSIDERANDO a necessidade de dar continuidade a presente contratação e à prestação dos serviços descritos no Contrato firmado entre as partes.

RESOLVEM:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REAJUSTE**

Revisar o valor do item abaixo em 8,95%, passando a vigorar da seguinte forma:

Item	Unid.	Especificação	Preço Unit.	Preço Unit. Atualizado
20	L	OLEO DIESEL S10	3,295	3,59

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, II, “d”, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

E por estarem justas e contratadas, ambas as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que a tudo assistiram e conhecimento tiveram.

Catanduvias – SC, 01 de outubro de 2018.

**QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FUNREBOM Nº 0006-2018**

Publicação Nº 1770346

**QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FUNREBOM Nº 0006/2018**

QUARTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, LUBRIFICANTES E FILTROS PARA OS VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CATANDUVAS, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC E A EMPRESA POSTO CARRETÃO LTDA, VENCEDORA DO PREGÃO Nº 0082/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0103/2017).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, pessoa jurídica de direito público interno, através do Fundo de Reequipamento do Bombeiro – FUNREBOM, com sede administrativa na Rua Felipe Schmidt, nº 1.435, Centro, Catanduvias/SC, inscrito no CNPJ nº 23.811.619/0001-81, neste ato representado por sua Gestora, Lucimari Spader, doravante denominado CONTRATANTE e,

CONTRATADA: POSTO CARRETÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 79.414.033/0007-23, com sede na Rua da Liberdade, Bairro Cidade Jardim, em Catanduvias/SC, doravante denominado CONTRATADO.

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 02 de janeiro de 2018, alterando-o conforme segue:

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico AJ174/2018, da Assessoria Jurídica do Município e a decisão proferida em 24/09/2018 no processo



administrativo de revisão de contrato;

CONSIDERANDO o previsto na CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE, do Contrato firmado entre as partes;

CONSIDERANDO a necessidade de dar continuidade a presente contratação e à prestação dos serviços descritos no Contrato firmado entre as partes.

RESOLVEM:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REAJUSTE

Revisar o valor do item abaixo especificado no percentual de 4,51%, passando a vigorar da seguinte forma:

Item	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Unit. Atualizado
1	L	OLEO DIESEL comum		3,32	3,47

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, II, “d”, da Lei Federal n.º 8.666 de 21 de julho de 1993.

E por estarem justas e contratadas, ambas as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que a tudo assistiram e conhecimento tiveram.

Catanduvas – SC, 01 de outubro de 2018.

### QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0003-2018

Publicação Nº 1770348

#### QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0003/2018

QUARTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, LUBRIFICANTES E FILTROS PARA OS VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CATANDUVAS, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC E A EMPRESA ASSOTRAN ASSOCIAÇÃO CATANDUVENSE DE TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA, VENCEDORA DO PREGÃO Nº 0082/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0103/2017).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.414/0001-45, com sede na Rua Felipe Schmidt, nº 1.435, Centro, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Dorival Ribeiro dos Santos, doravante denominado CONTRATANTE.

CONTRATADA: ASSOTRAN ASSOCIAÇÃO CATANDUVENSE DE TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 78.489.432/0001-03, com sede à Rua Felipe Schmidt, nº 1.312, Centro, em Catanduvas – Santa Catarina, CEP 89.670-000, doravante denominada CONTRATADA.

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 02 de janeiro de 2018, alterando-o conforme segue:

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico AJ175/2018, da Assessoria Jurídica do Município e decisão proferida em 24/09/2018 no processo administrativo de revisão de contrato;

CONSIDERANDO o previsto na CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE, do Contrato firmado entre as partes;

CONSIDERANDO a necessidade de dar continuidade a presente contratação e à prestação dos serviços descritos no Contrato firmado entre as partes.

RESOLVEM:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REAJUSTE

Revisar o valor do item abaixo em 8,95%, passando a vigorar da seguinte forma:

Secretaria de Educação

Item	Unid.	Especificação	Preço Unit.	Preço Unit. Atualizado
20	L	OLEO DIESEL S10	3,295	3,59

Secretaria de Infraestrutura



Item	Unid.	Especificação	Preço Unit.	Preço Unit. Atualizado
20	L	OLEO DIESEL S10	3,295	3,59

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, II, “d”, da Lei Federal n.º 8.666 de 21 de julho de 1993.

E por estarem justas e contratadas, ambas as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que a tudo assistiram e conhecimento tiveram.

Catanduvas – SC, 01 de outubro de 2018.

**QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0006-2018**

Publicação Nº 1770352

**QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0006/2018**

QUARTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, LUBRIFICANTES E FILTROS PARA OS VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CATANDUVAS, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC E A EMPRESA POSTO CARRETÃO LTDA, VENCEDORA DO PREGÃO Nº 0082/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0103/2017).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.414/0001-45, com sede na Rua Felipe Schmidt, nº 1.435, Centro, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Dorival Ribeiro dos Santos, doravante denominado CONTRATANTE e,  
CONTRATADA: POSTO CARRETÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 79.414.033/0007-23, com sede na Rua da Liberdade, Bairro Cidade Jardim, em Catanduvas/SC, doravante denominado CONTRATADO.

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 02 de janeiro de 2018, alterando-o conforme segue:

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico AJ174/2018, da Assessoria Jurídica do Município e a decisão proferida em 24/09/2018 no processo administrativo de revisão de contrato;  
CONSIDERANDO o previsto na CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE, do Contrato firmado entre as partes;  
CONSIDERANDO a necessidade de dar continuidade a presente contratação e à prestação dos serviços descritos no Contrato firmado entre as partes.

RESOLVEM:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REAJUSTE**

Revisar o valor do item abaixo especificado no percentual de 4,51%, passando a vigorar da seguinte forma:

Secretaria de Educação

Item	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Unit. Atualizado
1	L	OLEO DIESEL comum		3,32	3,47

Secretaria de infraestrutura

Item	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Unit. Atualizado
1	L	OLEO DIESEL comum		3,32	3,47

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, II, “d”, da Lei Federal n.º 8.666 de 21 de julho de 1993.

E por estarem justas e contratadas, ambas as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que a tudo assistiram e conhecimento tiveram.

Catanduvas – SC, 01 de outubro de 2018.

# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### Portaria nº 105/2018

Publicação Nº 1769501

PORTARIA Nº 105/2018

"Concede Licença Prêmio a servidor que especifica e dá outras providencias".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o art. 76, da Lei Complementar nº 001/2001, de 06 de dezembro de 2001 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando, o requerimento formulado pela Servidora subscrito e, conseqüentemente, possuir direito à dita Licença Prêmio com remuneração, por um período de trinta dias, referente ao período aquisitivo de 01/06/2014 a 30/05/2018.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder trinta dias de Licença Prêmio com remuneração, a Servidora Pública Municipal, Senhora CLEUSA DE FATIMA CARDOSO FELICIANO DOS SANTOS, ocupante do Cargo de PROFESSORA, lotado na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, contados para o período de gozo do dia 08/10/2018 a 06/11/2018 no período vespertino.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do 08/10/2018.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Caxambu do Sul - SC, em 08 de Outubro de 2018.

GLAUBER BURTET

Prefeito

Celso Ramos

PREFEITURA

CONTRATOS 123 E 124

Publicação Nº 1769972

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS  
Relação dos Contratos

Seq. Contrato	Nr. Contrato/Aditivo	Assinatura	Vencimento	Proc/Ano	Outra Entidade	Valor do Contrato	Data Cancel.	Tipo	Fornecedor
849	123/2018	08/10/2018	31/12/2018	59/2018	Não	16.055,00		MAT DE CONSTRUÇÃO SIMILA ATILIO INDUSTRIA MADEIREIRA, COMERCIO E SEI	
	Objeto: AQUISIÇÃO DE 1300 PEÇAS DE MADEIRA DE EUCALIPTO VERMELHO DE CERNE MEDINDO 15 CM X 3 CM X 3 CM								
850	124/2018	09/10/2018	31/12/2018	60/2018	Não	12.620,00		SERVIÇO DE RECAPAGEM E V COMERCIO DE PNEUS E RECAPAGEM BOA VISTA	
	Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEUS, PARA INCETIVO AOS GRUPOS DE AGRICULTORES DE CELSO RAMOS								
Total: 2									

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 091, DE 09.10.2018

Publicação Nº 1769504

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 091, DE 09.10.2018

Anula e suplementa dotações orçamentárias e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pela Lei nº 0685, de 18.12.2017 e disposições da Lei nº 0700 de 08.10.2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a anular a importância de R\$ 343.550,00, (trezentos e quarenta e três mil quinhentos e cinquenta reais), das seguintes dotações do orçamento vigente:

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

01 – Divisão de Ensino

12 – Educação

361 – Ensino Fundamental

07 – Educação para o Futuro

110 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Educação

4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

1019 - Aquisição de Móveis, Equipamentos e Veículos ..... R\$ 80.000,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

01 – Divisão de Ensino

12 – Educação

365 – Ensino Infantil

07 – Educação para o Futuro

110 – Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação

4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

1020 - Construção de prédio para creche e para educação infantil ..... R\$ 100.000,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

01 – Divisão de Ensino

12 – Educação

361 – Ensino Fundamental

07 – Educação para o Futuro

110 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Educação

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2016 - Distribuição de Material Didático, Pedagógico e de Consumo para Estabelecimentos de Ensino .....  
..... R\$ 20.000,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

01 – Divisão de Ensino

12 – Educação

361 – Ensino Fundamental

07 – Educação para o Futuro

110 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Educação

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2018 - Implementação da Biblioteca Pública Municipal Informatizada e Bibliotecas para os Estabelecimentos .....  
..... R\$ 5.000,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

01 – Divisão de Ensino

12 – Educação

361 – Ensino Fundamental

07 – Educação para o Futuro

110 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Educação

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2025 - Concessão de bolsa de estudos ..... R\$ 120.000,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

01 – Divisão de Ensino

12 – Educação

361 – Ensino Fundamental

07 – Educação para o Futuro

118 – Salário Educação

4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

1019 - Aquisição de Móveis, Equipamentos e Veículos ..... R\$ 3.800,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

01 – Divisão de Ensino

12 – Educação

361 – Ensino Fundamental

07 – Educação para o Futuro

118 – Salário Educação

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2015 - Formação Continuada de Professores, Suportes Pedagógicos e Profissionais de Apoio da Educação .....  
..... R\$ 8.000,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

01 – Divisão de Ensino

12 – Educação

361 – Ensino Fundamental

07 – Educação para o Futuro

118 – Salário Educação

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2016 - Distribuição de Material Didático, Pedagógico e de Consumo para Estabelecimentos de Ensino .....  
..... R\$ 4.000,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

01 – Divisão de Ensino

12 – Educação

361 – Ensino Fundamental

07 – Educação para o Futuro

118 – Salário Educação

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2017 - Reestruturação do Plano de Carreira do Magistério com implementação do processo de avaliação .....  
..... R\$ 500,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

01 – Divisão de Ensino

12 – Educação

361 – Ensino Fundamental

07 – Educação para o Futuro

118 – Salário Educação

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2018 - Implementação da Biblioteca Pública Municipal Informatizada e Bibliotecas para os Estabelecimentos .....  
..... R\$ 2.000,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

01 – Divisão de Ensino

12 – Educação

361 – Ensino Fundamental

07 – Educação para o Futuro

118 – Salário Educação

4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2018 - Implementação da Biblioteca Pública Municipal Informatizada e Bibliotecas para os Estabelecimentos .....  
..... R\$ 250,00

Art. 2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, no valor de R\$ 343.550,00 (trezentos e quarenta e três mil quinhentos e cinquenta reais), fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

06 – Fundo Municipal de Saúde

01 – Divisão do Fundo de Saúde

10 – Saúde

301 – Atenção Básica

11 – Saúde – Prioridade é Você

101 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde

3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2056 - Manutenção/Pessoal da Secretaria Municipal da Saúde, palestras preventivas e capacitação de funcionários .....

..... R\$ 100.000,00

06 – Fundo Municipal de Saúde

01 – Divisão do Fundo de Saúde

10 – Saúde

301 – Atenção Básica

11 – Saúde – Prioridade é Você

101 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2056 - Manutenção/Pessoal da Secretaria Municipal da Saúde, palestras preventivas e capacitação de funcionários .....

..... R\$ 100.250,00

06 – Fundo Municipal de Saúde

01 – Divisão do Fundo de Saúde

10 – Saúde

301 – Atenção Básica

11 – Saúde – Prioridade é Você

103 – Atenção Básica

3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2062 - Execução e manutenção do Programa Saúde da Família e PACS ..... R\$ 60.000,00

06 – Fundo Municipal de Saúde

01 – Divisão do Fundo de Saúde

10 – Saúde

301 – Atenção Básica

11 – Saúde – Prioridade é Você

103 – Atenção Básica

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2062 - Execução e manutenção do Programa Saúde da Família e PACS ..... R\$ 83.300,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 09 de outubro de 2018.

Marli Goretti Kammers

Prefeita Municipal

## EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 93/2018

Publicação Nº 1769584

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 93/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2018

O Município de Chapadão do Lageado torna público aos interessados, que estará reunida no dia 23 de outubro de 2018, às 08h30min, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório que tem por objeto selecionar a proposta mais vantajosa para a Contratação de Empresa ou Entidade Especializada à realização de Processo Seletivo para a contratação de pessoal em caráter temporário, conforme especificações constantes no Termo de Referência – Anexo II. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: [compras@chapadaodolageado.sc.gov.br](mailto:compras@chapadaodolageado.sc.gov.br), endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 10 de outubro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

**EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 94/2018**

Publicação Nº 1770502

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 94/2018  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2018

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.  
Contratado/Credenciado: PLANALTO RESIDUOS LTDA;  
Vigência: 18/10/2018 a 31/12/2018;  
Fundamento Legal: art. 24, inciso II, da Lei n. 8.666/1993;  
Valor: R\$ 113,50 (cento e treze reais e cinquenta centavos) por tonelada;  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS RESULTANTES DA COLETA DOMICILIAR DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, EM ATERRO SANITÁRIO DEVIDAMENTE LICENCIADO, EM QUANTIDADE APROXIMADA DE 155 TONELADAS POR ANO.

Chapadão do Lageado/SC, 10 de Outubro de 2018.  
MARLI GORETTI KAMMERS  
Prefeita Municipal

**LEI Nº 0701 DE 08.10.2018**

Publicação Nº 1769830

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI Nº 0701 DE 08.10.2018

Autoriza a AMAVI e a UCAVI a construir em condomínio com a Câmara Municipal de Rio do Sul, tendo área privativa e áreas de uso comum, e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam a Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí – AMAVI e a União de Câmaras e Vereadores do Alto Vale do Itajaí – UCAVI, autorizados a construir em condomínio entre si e com a Câmara Municipal de Rio do Sul, contendo a construção áreas privativas e áreas de uso comum, na seguinte fração ideal:

I – ao Poder Legislativo de Rio do sul, da porção ideal de 49,57% (quarenta e nove vírgula cinquenta e sete por cento) da totalidade do imóvel;

II – à Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí – AMAVI, pessoa Jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 82.762.469/0001-22, da porção ideal de 25,67% (vinte e cinco vírgula sessenta e sete por cento) da totalidade do imóvel;

III – à União de Câmaras e Vereadores do Alto Vale do Itajaí – UCAVI, pessoa Jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 83.632.778/001-40, da porção ideal de 24,76% (vinte e quatro vírgula setenta e seis por cento) da totalidade do imóvel.

§ 1º As frações ideais previstas nos incisos anteriores poderão sofrer alteração em virtude de exigências apresentadas pelos órgãos competentes para a aprovação do projeto da edificação ou em face das adequações necessárias à formalização da Convenção de Condomínio.

Art. 2º O pagamento pela construção do edifício em condomínio deverá respeitar a mesma proporcionalidade da porção ideal definitiva cabível a cada entidade.

Art. 3º Em caso de extinção das entidades AMAVI e UCAVI, a área ideal de cada entidade reverter-se-á automaticamente ao município de Rio do Sul, cabendo aos municípios associados às entidades, direito à indenização da construção e benfeitorias executadas.

§ 1º A área correspondente a cada entidade terá finalidade específica de sede, não podendo ter qualquer destinação comercial, podendo ainda ser a sede utilizada por demais órgãos, desde que vinculados às entidades sedes.

§ 2º Na área comum denominada “sob pilotis”, mediante condições estabelecidas na Convenção de Condomínio, poderá ser destinado espaço para exposição cultural e visando servir as entidades sede, poderá ser permitido o uso, a título precário, para instalação de comércio de alimentação e serviços bancários.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 09 de outubro de 2018.  
MARLI GORETTI KAMMERS  
Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 302/2018**

Publicação Nº 1769682

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 302/2018

DESIGNA SERVIDORES COMO FISCAIS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência legal que lhe confere o Art. 70, inciso II da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado – SC e, em conformidade com o art. 67 da Lei 8.666/93,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados para, sem prejuízo das atividades normalmente desenvolvidas, atuarem como Fiscais de Contratos Administrativos celebrados no âmbito da Administração Municipal, em obediência ao art. 67 da Lei 8.666/93, sendo eles:

I- CONTRATO Nº 42/2018- PM  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/2018  
PREGAO PRESENCIAL Nº 52/2018

OBJETO: O Contrato tem por objeto a aquisição de Arame Liso Ovalado em Aço com diâmetro mínimo de 3,00x2,40 mm, carga mínima de ruptura de 700 Kgf e proteção de zincagem em duas camadas, a ser utilizado na Cancha de Laço localizada no Centro de Eventos do Parque Municipal do Município de Chapadão de Lageado/SC a ser fornecido pela Proponente vencedora, de acordo com as especificações contidas no Anexo II – Termo de Referência.

FISCAL: Márcio Bittencourt.

II- CONTRATO Nº 43/2018- PM  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2018  
PREGAO PRESENCIAL Nº 53/2018

OBJETO: O presente contrato tem por objeto aquisição de peças e serviços de mão de obra para conserto e manutenção dos veículos: LOTE 02 - PEUGEOT/BOXER REVESCAP 17, ANO/MODELO 2009/2009, PLACA MFO 5547, utilizado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de Chapadão do Lageado/SC.

FISCAL: Deivid Dioni Monteiro.

III- CONTRATO Nº 44/2018- PM  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 9/2018  
PREGAO PRESENCIAL Nº 4/2018

OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a revisão do valor do contrato, com o objetivo de manter as condições efetivas da proposta.

FISCAL: Márcio Bittencourt.

IV- CONTRATO Nº 45/2018- PM  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2018  
PREGAO PRESENCIAL Nº 32/2018

OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a revisão do valor do contrato, com o objetivo de manter as condições efetivas da proposta.

FISCAL: Deivid Dioni Monteiro.

V- CONTRATO Nº 46/2018- PM  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2018  
PREGAO PRESENCIAL Nº 57/2018

OBJETO: O presente contrato tem como Objeto a aquisição de LOTE 01 - (01) uma ponte pré-fabricada em Laje PII de concreto – classe TB30t - com as dimensões de 400 x 270 cm, tendo uma área total de 10,80 m² a ser instalada na Estrada Geral Figueiredo Município de Chapadão do Lageado – SC (Ponto GPS 27°33'00.4"S 49°33'38.5"W); LOTE 02 - (04) quatro Vigas Pré-moldadas em concreto – classe TB30t - com as dimensões de 25 x 50 x 700 cm a ser instalada na Estrada Geral Rio Lageado Município de Chapadão do Lageado – SC (Ponto GPS 27°56,4'51,1"S 49°53,4'43,4"W).

FISCAL: Maicson Montibeller

VI- CONTRATO Nº 47/2018- PM  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2017  
PREGAO PRESENCIAL Nº 34/2017

OBJETO: Parágrafo primeiro: Fica acrescido ao objeto originário do contrato o licenciamento de uso do sistema de Gestão do E-Social não customizável, no valor mensal de R\$ 600,00 (seiscentos reais).

Parágrafo segundo: Fica SUPRIMIDO do objeto do contrato o item 23 "Atendimento ao servido público via internet" no valor mensal de R\$ 218,52. Fica ainda, ACRESCIDO em seu lugar o sistema Minha Folha no valor mensal de R\$ 377,98 (trezentos e setenta e sete reais e noventa e oito centavos).

Parágrafo terceiro: Pela preparação do banco de dados, ajustes de lançamentos, parametrização e implantação do sistema será pago o valor



de R\$ 941,03 (novecentos e quarenta e um reais e três centavos).

Parágrafo quarto: Os serviços tratados nos parágrafos primeiro, segundo e terceiro serão pagos em parcelas, mediante apresentação do relatório de execução de serviços devidamente aceito pela autoridade competente, em consonância com o cronograma de trabalho previamente aprovado por ambas as partes nos termos do artigo 7º, § 1º, in fine da Lei Federal n. 8.666/1993, observado o prazo final de conclusão de 20.12.2018.

FISCAL: Jean Carlos Aires.

VII- CONTRATO Nº 48/2018- PM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2018

OBJETO: O presente Contrato objetiva a CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA PARA A VIII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE QUE SERÁ REALIZADA NO DIA 24 DE SETEMBRO DE 2018.

FISCAL: Simone Iara da Silveira

VIII- CONTRATO Nº 49/2018- PM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/2018

PREGAO PRESENCIAL Nº 55/2018

OBJETO: O presente contrato tem por objeto aquisição de peças e serviços de mão de obra para conserto e manutenção: LOTE 01 - VW/SAVEIRO CLI 1.8 ANO/MODELO 1997/1997, PLACA CIB 4037, utilizado pela Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio do Município de Chapadão do Lageado/SC, de acordo com as quantidades e especificações constantes no Anexo II – Termo de Referência;

FISCAL: Geraldo Schneider.

IX - CONTRATO Nº 17/2018- FM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2018

PREGAO PRESENCIAL Nº 53/2018

OBJETO: O presente contrato tem por objeto aquisição de peças e serviços de mão de obra para conserto e manutenção dos veículos: LOTE 01 - FIAT/DUCATO MC TCA MIC, ANO/MODELO 2014/2014, PLACA MMB 7316, utilizados pelo Fundo Municipal de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC.

FISCAL: Adilson Heleno de Souza.

X - CONTRATO Nº 18/2018- FM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1/2018

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2018

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a modificação do valor contratual, em virtude do acréscimo quantitativo do objeto pactuado inicialmente, de acordo com o previsto no art. 65, § 1º, da Lei n. 8.666, de 21/06/1993.

FISCAL: Adilson Heleno de Souza.

XI - CONTRATO Nº 19/2018- FM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1/2018

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2018

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a modificação do valor contratual, em virtude do acréscimo quantitativo do objeto pactuado inicialmente, de acordo com o previsto no art. 65, § 1º, da Lei n. 8.666, de 21/06/1993.

FISCAL: Adilson Heleno de Souza.

XII - CONTRATO Nº 20/2018- FM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2018

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 4/2018

OBJETO: É objeto do presente contrato a prestação de serviços por parte da CONTRATADA visando o atendimento da população oriunda do município CONTRATANTE durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, garantindo atenção integral à saúde dos munícipes que buscarem atendimento junto à CONTRATADA, seja por demanda espontânea ou por encaminhamento do CONTRATANTE ou de outra entidade de saúde, nos casos que não configurarem atendimento de urgência e emergência ou qualquer outro tipo de atendimento que já constitua obrigação da CONTRATADA perante o Sistema Único de Saúde.

FISCAL: Adilson Heleno de Souza.

XIII -ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 29/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2018

PREGAO PRESENCIAL Nº 50/2018

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a Formação de Registro de Preços para Aquisição de Peças e Serviços de Mão de Obra para Conserto da Linha Pesada: (LOTE 1) – MOTONIVELADORA KATERPILLAR 120K, ANO/MODELO 2013; (LOTE 2) – MOTONIVELADORA HUBER WARCO 140M; (LOTE 3) – RETRO ESCAVADEIRA JCB 214 3C, ANO/MODELO 2012/2012; (LOTE 4) – RETRO ESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB 110, ANO/MODELO 2012/2012 E RETRO ESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB 90, ANO/MODELO 2010/2010; (LOTE 5) – PÁ CARREGADEIRA JCB 426ZX, ANO/MODELO 2014/2014; (LOTE 6) – PÁ CARREGADEIRA FIAT ALLIS 1500B; (LOTE 7) – PEÇAS COMUNS A FROTA, utilizados pela Secretaria Municipal de Obras e Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Chapadão do Lageado/SC, de acordo com as quantidades e especificações constantes no Anexo II – Termo de Referência.

FISCAIS:

a) Secretaria Municipal da Agricultura: Adilson Heinz

b) Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos: Arnaldo Schneider.

XIV -ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 30/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2018

PREGAO PRESENCIAL Nº 54/2018

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO/MONTAGEM DE CÂMERAS DE SEGURANÇA E CÂMERAS DE MONITORAMENTO, para atender a demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado e dos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado/SC.

FISCAL: Márcio Bittencourt.

XV -ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 31/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/2018

PREGAO PRESENCIAL Nº 56/2018

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para contratação de Execução de Serviços de Agrimensura e Topografia, a serem realizados no perímetro urbano e rural do Município de Chapadão do Lageado, que deverão ser executados dentro das Normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, em especial a NBR 13133, bem como, obedecer as especificações contidas na Tabela de Serviços (Termo de Referência) - Anexo II.

FISCAL: Márcio Bittencourt.

XVI -ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 32/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2018

PREGAO PRESENCIAL Nº 58/2018

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de baterias automotivas de diversas amperagens para atender as necessidades da frota de veículos e máquinas, lotados no Fundo de Saúde e nos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado/SC, de acordo com os itens, quantidades e especificações contidas no Anexo II - Termo de Referência.

FISCAIS:

- a) Secretaria Municipal da Administração e da Fazenda: Diego Fernando Chiquio.
- b) Secretaria Municipal da Agricultura: Adilson Heinz.
- c) Secretaria Municipal da Assistência Social: Pedro Lopes.
- d) Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes: Deivid Dioni Monteiro.
- e) Secretaria Municipal do Meio Ambiente: Emerson Hoffmann.
- f) Secretaria Municipal de Saúde: Adilson Heleno de Souza.
- g) Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos: Arnaldo Schneider.

XVII -ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 33/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2018

PREGAO PRESENCIAL Nº 60/2018

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de argamassa, rejunte e piso cerâmico para atender a demanda do Fundo de Saúde e dos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado/SC, de acordo com os itens, quantidades e especificações contidas no Anexo II - Termo de Referência.

FISCAL: Adilson Heleno de Souza.

XVIII -ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 34/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2018

PREGAO PRESENCIAL Nº 62/2018

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para eventual aquisição de Gêneros Alimentícios para composição das refeições servidas em eventos realizados no Município de Chapadão do Lageado.

FISCAIS:

- a) Secretaria Municipal da Administração e da Fazenda: Márcio Bittencourt.
- b) Secretaria Municipal da Agricultura: Marcos Aurélio Jasper.
- c) Secretaria Municipal da Assistência Social: Adenizia Cleonice Farias Schneider.
- d) Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes: Deivid Dioni Monteiro.

Art. 2º A fiscalização do contrato constante do inciso XIII, XVI e XVIII do art. 1º desta Portaria, será exercida de forma compartilhada, conforme art. 6º do Decreto nº 029 de 04.04.2016, ficando o fiscal designado responsável pelos itens solicitados/recebidos no respectivo órgão.

Art. 3º Os Fiscais ora designados deverão observar as disposições no Decreto nº 029 de 04.04.2016, para o desempenho da função.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 09 de outubro de 2018.

Marli Goretti Kammers

Prefeita Municipal

# Chapecó

## PREFEITURA

### EDITAL N.º 001/2018 PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1770091

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Edital n.º 001/2018  
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

#### TERMO ADITIVO DE RETIFICAÇÃO Nº 1

O PREFEITO MUNICIPAL DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, comunica a retificação do Edital nº 001/2018- Processo Seletivo Público destinado à contratação em caráter temporário de Professores visando ao preenchimento de vagas existentes no Magistério Público Municipal no ano letivo de 2019, nos seguintes itens:

PRIMEIRO – Retifica-se o item 9.4 que passa a ter o seguinte teor:

8.4 Serão classificados na Prova Escrita os candidatos que obtiverem nota diferente de 00,00 (ZERO).

SEGUNDO- Revogam-se o item 11.2 e o subitem 11.2.1.

Chapecó, 10 de outubro de 2018.

Luciano José Buligon

### EDITAL SEDUC Nº 015/2018

Publicação Nº 1769834

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

SANDRA MARIA GALERA, Secretária de Educação do Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar n. 531, de 23 de maio de 2014, em razão de esgotada a listagem de candidatos classificados, por área de atuação e/ou disciplina, no Processo Seletivo Público n. 004/2017 e/ou Processo Seletivo Simplificado n. 033/2017 (Educação Indígena), TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

1. CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO E ESCOLHA DE VAGAS: ficam convocados os candidatos interessados (pessoalmente ou mediante procuração por instrumento público ou particular contendo poder específico para o ato, sendo necessário o reconhecimento de firma em cartório, pelo outorgante, com a devida apresentação de documento de identidade original daquele que efetuar a inscrição e escolha - candidato ou procurador) para inscrever-se na Chamada Pública e realizar a respectiva escolha de vagas, nos termos do Edital SEDUC Nº 001/2018, mediante apresentação na Secretaria de Educação do Município (SEDUC), situada na Rua Jonas Rauen, nº 53 E, Centro, Chapecó/SC, munidos da documentação estabelecida em item 5 do instrumento editalício mencionado (originais e cópia simples legível para conferência ou somente cópia autenticada em cartório de: Cédula de Identidade e CPF; Comprovante da habilitação; Comprovante de Tempo de Serviço no Magistério computado até 20 de dezembro de 2017, observado o disposto em subitem 3.1 do Edital SEDUC 001/2018 quanto à reserva de vagas para pessoas com deficiência), conforme Cronograma a seguir:

DATA	HORÁRIO DE INÍCIO	ÁREA DE ATUAÇÃO/DISCIPLINA
10.10.2018	13:30 h	MATEMÁTICA

#### 2. DO QUADRO DE VAGAS:

ÁREA DE ATUAÇÃO/DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	TURNOS	UNIDADE ESCOLAR	PRAZO CONTRATAÇÃO
----------------------------	---------------	--------	-----------------	-------------------

MATEMÁTICA	20	MAT	EBM ÁGUA AMARELA	11.10 A 23.11.2018
------------	----	-----	------------------	--------------------

2.1. As vagas apresentadas na referida Chamada Pública motivam-se pelo disposto em art. 2º, inciso II da Lei Complementar n. 531, de 23 de maio de 2014.

Município de Chapecó, 08 de outubro de 2018.

SANDRA MARIA GALERA  
Secretária de Educação

Página 1 de 1

## EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO

Publicação Nº 1769835

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº. 021/2018

CONCEDENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó.

CONVENIADO – Chapecó Motor Clube – CMC

OBJETO – Constitui objeto do presente Termo de Fomento, realização de melhorias no asfalto da pista, tal como o alargamento da faixa asfáltica e drenagem para aumentar a segurança na pratica do esporte de arrancada, nos testes e treinamentos da Polícia Militar, Bombeiros e para os Jogos Abertos.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente Termo de Fomento vigorá a partir da data de sua assinatura até 31/12/2018.

VALOR: R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais)

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 05 de Outubro de 2018 – Marcos Alberto Giovanoni, Diretor Geral de Gestão Administrativa, Fabio Chiarrello, Presidente da Entidade.

EXTRATO INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 021/2018

ENTIDADE: Chapecó Motor Clube – CMC

JUSTIFICATIVA: A Inexigibilidade se justifica pelo disposto no Inciso II, do Artigo 31 da Lei Federal 13.019/2014, alterada pela Lei 13.204/2015, bem como pelo disposto na Lei Municipal 7.187/2018.

DO VALOR: R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais)

DATA E ASSINATURAS: Chapecó, 01 de Outubro de 2018 – Marcos Alberto Giovanoni, Diretor Geral de Gestão Administrativa.

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO SAF/N. 469/18

Publicação Nº 1769508

DECRETO SAF/ Nº. 469/18, de 08 de outubro de 2018.

SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei n. 1.395, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º Fica suplementado do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09 – Secretaria de Obras Viárias, Edif., San., Ref., Transp. e Serv. Públicos

1.017 – Infraestrutura de Águas e Saneamento	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.34.0094 – Aplicações Diretas	2.930.000,00

TOTAL ..... R\$ 2.930.000,00

Parágrafo único. A suplementação acima se dá por excesso ou provável excesso de arrecadação para o exercício de 2018, na fonte de recursos 34 – Convênios com a FUNASA para execução do termo de compromisso n. TC/PAC 0427/2014, para a implantação do esgotamento sanitário no município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 08 de outubro de 2018.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

### DECRETO SAF/N. 470/18

Publicação Nº 1769994

DECRETO SAF/Nº. 470/18, de 08 de outubro de 2018.

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO GESTOR DA APA DE COCAL DO SUL – CONGEAPA/COCAL DO SUL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, e de acordo com o art. 2º da Lei n. 1.407, de 30 de maio de 2018 e Lei n. 1.430, de 13 de setembro de 2018, resolve

DECRETAR:

Art. 1º O Conselho Gestor da APA de Cocal do Sul – CONGEAPA/COCAL DO SUL, tem a seguinte composição:

a) 07(sete) Representantes da Área Governamental:

I – Representantes da Secretaria de Administração, Planejamento, Fazenda e Finanças Públicas:

João Geraldo Echeli – titular e

Marcus Vinícius do Livramento – suplente;

II – Representantes da Procuradoria Geral do Município:

Douglas Gava – titular e

Leonardo de Fáveri Souza – suplente;

III – Representantes da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura:

Cíntia Búrigo Gava – titular e

Ana Paula Teixeira Cechinel – suplente;

**IV – Representantes da Secretaria de Saúde Pública:**

Deise Citadin – titular e  
Vilnei Martinhago – suplente;

**V – Representantes da Secretaria de Obras Viárias e Edificações, Saneamento Básico, Reforma Urbana, Transportes e Serviços Públicos:**

Alessandro Carara Antunes – titular e  
Leidiane Mangilli Marcello Cecconi – suplente;

**VI – Representantes da FUNDAC – Fundação Municipal do Meio Ambiente:**

Sandra Maria de Souza – titular e  
Mariá Silva Réus – suplente e

**VII – Representantes do Poder Legislativo:**

Adriano Possamai Della – titular e  
Roseny Cittadin Barbosa – suplente.

**b) 05(cinco) Representantes da Área Não Governamental:****I – Representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL:**

Amanda de Oliveira – titular e  
Guilherme de Oliveira dos Santos – suplente;

**II – Representantes da Associação de Moradores de Cocal do Sul:**

Aldo Candido Morona – titular e  
Edson Viana – suplente;

**III – Representantes do Conselho das Cidades de Cocal do Sul:**

Jhonys Ponciano – titular e  
James Périco Neto – suplente;

**IV – Representantes do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Cocal do Sul:**

Luciano Brolesi – titular e  
Nilton Gonçalves – suplente e

**V – Representantes do Lions Club de Cocal do Sul:**

Sedenir Martinhago – titular e  
Lindomar Maccari – suplente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 08 de outubro de 2018.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

# Concórdia

## PREFEITURA

### ADENDO 01 AO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 19/2018 – PMC OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Publicação Nº 1770079

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC  
ADENDO 01 AO EDITAL DE  
TOMADA DE PREÇO Nº 19/2018 PMC  
Obras e Serviços de Engenharia

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, SC, por intermédio do Secretário Municipal de Urbanismo e Obras, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é contratação de empresa especializada, em regime de empreitada por preço global, para a elaboração de projeto executivo para ampliação do Aterro Sanitário de resíduos sólidos urbanos (classe II) existente e elaboração do respectivo Licenciamento Ambiental, conforme exigências do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA) e legislações pertinentes, de acordo com o Anexo "A" deste Edital, foi alterado. Os prazos para protocolo dos envelopes e a abertura da licitação ficam alterados na seguinte forma:

O recebimento dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO será efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 09/11/2018, às 10h00min.

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 14/11/2018, ÀS 10h00min.

O recebimento do Envelope 02 – PROPOSTA deverá ser efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 14/11/2018, às 10h00min.

Abertura: dia 14/11/2018, às 14h00min.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª à 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 08 de outubro de 2018.

DANIEL FAGANELLO  
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

### ADENDO 01 AO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 136/2018 PMC

Publicação Nº 1769762

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC  
ADENDO 01 AO EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 136/2018 PMC  
AQUISIÇÃO DE BENS

O Município de Concórdia, SC, por intermédio do Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: aquisição de equipamentos agrícolas novos para distribuição nas comunidades do interior, neste Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital, sofreu alterações, sendo que o prazo para protocolo dos envelopes, contendo as propostas de preços e documentação para habilitação, ficam remarcados para o dia 05 de novembro de 2018, às 08h30min, sendo que a abertura da licitação será no dia 05 de novembro de 2018, às 09h00min.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª à 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2205.

Concórdia, SC, 09 de outubro de 2018.

MAURO MARTINI  
Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

### AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2018 – PMC

Publicação Nº 1769771

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2018 – PMC

Objeto: Aquisição de equipamentos de informática, mesas, cadeiras, eletrodomésticos, climatizadores, lavadora de pressão e betoneira



conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço

Recebimento das propostas: até as 08 h15min do dia 30/10/2018.

Início da Sessão: dia 30/10/2018 as 08h30 min, no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), horário de Brasília - DF. Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 9 de outubro de 2018.

DENISE JUSTI LOPES

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

## **AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2018 – PMC**

Publicação Nº 1769763

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2018 – PMC

EXCLUSIVO ME/EPP

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de peças, ferramentas, utensílios, materiais de reposição para manutenção da frota de caminhões e máquinas do Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das propostas: até as 08 h e 15 min do dia 24/10/2018.

Início da Sessão: dia 24/10/2018 as 08 h e 30 min, no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), horário de Brasília - DF. Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2205.

Concórdia, SC, 9 de outubro de 2018.

JOAO VALMOR REITEL

Secretário de Transportes

## **AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 138/2018 – PMC**

Publicação Nº 1769774

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 138/2018 – PMC

EXCLUSIVO ME/ EPP

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de pintura visando à sinalização viária horizontal em diversas vias, neste Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 08h30min do dia 29/10/2018.

Abertura: dia 29/10/2018 as 09h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2205.

Concórdia, SC, 8 de outubro de 2018.

DANIEL FAGANELLO

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras



**AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 140/2018 – PMC**

Publicação Nº 1769770

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 140/2018 – PMC  
Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa em regime de empreitada por preços unitários (material e mão de obra) para execução de passeios públicos, em diversos pontos do Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 01/11/2018.

Abertura: dia 01/11/2018 as 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 8 de outubro de 2018.

DANIEL FAGANELLO

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

**AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2018 – FMS**

Publicação Nº 1769764

FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2018 – FMS

Objeto: Aquisição de materiais diversos para manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Fundação Municipal de Esportes, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 30/10/2018.

Abertura: dia 31/10/2018 as 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 04 de outubro de 2018.

PEDRO ANGELO SPERANDIO

Gestor do FMS

**AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2018 – FMS**

Publicação Nº 1769767

FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2018 – FMS  
Contratação de Serviços

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telecomunicação nas modalidades STFC (Serviço Telefônico Fixo Comutado) analógico e digital, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital..

Tipo: Menor Preço Preço Global

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 31/10/2018.

Abertura: dia 31/10/2018 as 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 8 de outubro de 2018.

PEDRO ANGELO SPERANDIO

Gestor do FMS

**AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2018 – FMAS**

Publicação Nº 1769888

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2018 –  
EXCLUSIVO ME/EPP  
Contratação de Serviços

Objeto: Contratação de empresa para ministrar oficinas nas unidades dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS I e II e nos Centros de Convivência do Município, visando o desenvolvimento das atividades dos grupos de convivência, em conformidade com a legislação vigente. Pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis na forma da lei, com recursos próprios e do repasse Fundo a Fundo do FNAS do PSB e PSE.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 30/10/2018.

Abertura: dia 30/10/2018 as 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 5 de outubro de 2018.

DENISE JUSTI LOPES  
Gestora do FMAS

**AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2018 – FMEC**

Publicação Nº 1769772

FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2018 – FMEC

Objeto: Aquisição de fitas personalizadas em cetim brilhoso, com informações do evento gravadas na fita, para o 52º Campeonato Brasileiro de Tênis de Mesa, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital..

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 31/10/2018.

Abertura: dia 01/11/2018 as 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 9 de outubro de 2018.

GIL ARTIFON  
Gestor do FMEC

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 006/2018**

Publicação Nº 1770169

ESTADO DE SANTA CATARINA / MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Rua Leonel Mosele, 62, Centro – CEP 89700-176 - Concórdia – SC

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 006/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS, em conformidade com o que dispõe o §2º, do Art. 154 c/c Art. 1292, III, ambos da Lei municipal nº 1766 de 1981 (Código Tributário Municipal – CTM), após esgotadas as tentativas de ciência por outros meios, NOTIFICA aos contribuintes abaixo citados, a comparecer na Seção de Tributação deste município para efetuar o pagamento do valor abaixo ou impetrar recurso administrativo para impugnar o lançamento dos tributos, no prazo de 20 dias contados da publicação deste Edital, conforme prevê o Art. 155 da Lei Municipal nº 1766/81.

1. ADEMIR JOSÉ VICENTE CNPJ 01.622.642/0001-95 Estrada Rural S/N – Distrito de Santo Antônio – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 215/2018 de 05/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 281,01.
2. ADRIANO BEDIN 31220572004 CNPJ 14.084.402/0001-26 Rua das Laranjeiras, 147 – Petrópolis – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 469/2018 de 20/07/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício

de 2016 – parcelas 0 - Valor: R\$ 255,40.

3. ADRISSON HENRIQUE CORDEIRO DA SILVA CPF 051.700.219-17 Rua Mario Dalfovo, 369 – Vista Alegre - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 312/2018 de 03/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 2 e 3 – Valor: R\$ 171,98; ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao exercício de 2017 – competências 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 – Valor: R\$ 1552,70.

4. AGROSEDE – TRANSPORTE E COMÉRCIO DE NUTRIÇÃO ANIMAL LTDA ME - CNPJ 06.933.091.0001-02 Estrada Rural S/N – Linha Sede Brum – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 489/2018 de 22/08/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 473,71.

5. AIRTON LEITE BASTOS JUNIOR CPF 033.464.689-84 Travessa Antônio Brunetto - Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 63/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcela 0 – Valor: R\$ 207,08; ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao exercício de 2017 – competências 1, 2, 3, 4 – Valor: R\$ 599,17.

6. A. L. A. INCORPORADORA EIRELI CNPJ 25.219.617/0001-23 Rua das Acácias, 160 – Petrópolis – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 62/2018 de 20/08/2018: ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao exercício de 2017 – Retido na fonte – 16/10/2017, 16/11/2017, 15/12/2017, 15/01/2018 – Valor: R\$ 494,60.

7. ALAN ALEX CAMPAGNIN CPF 088.621.079.86 Rua Leônidas Favero, 208 – Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 61/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 374,02; Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao exercício de 2017 – competências 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 – Valor: R\$ 558,32.

8. ALBASUL COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA CNPJ 10.928.649/0001-20 Rua 29 de Julho, 1150, Sala 01 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 107/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2, 3 – Valor: R\$ 608,55.

9. ALE COMÉRCIO DE LIVROS E BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS LTDA ME CNPJ 14.360.973/0002-27 Rua Itália, 54 – Bairro das Nações – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 325/2018 de 10/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1.025,32.

10. ALCEMIR PICCINI NUNES EIRELI ME CNPJ 20.076.756/0001-21 Rua Getúlio Vargas, 689, Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 148/2018 de 17/08/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 342,64.

11. ALEXANDRE HENRIQUE RODRIGUES ME CNPJ 22.340.303/0001-96 Rua Santa Catarina, 10 – Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 60/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 606,55; Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao exercício de 2017 – competência 2 – Valor: R\$ 63,01.

12. AM TORNEADOS E USINADOS DE MADEIRA EIRELI CPF 26.369.691/0001-99 Estrada Rural, SN - Linha Guarani – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 507/2018 de 22/08/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 2 e 3 – Valor: R\$ 418,66;

13. AMERICAR VEÍCULOS EIRELI - EPP CNPJ 01.799.968/0001-92 Rua da Independência, 260 – Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 66/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 312,98.

14. ANDERSON DE OLIVEIRA NOBRE CNPJ 15.609.251/0001-45 Rua Deputado Carlos Buchele, 45 – Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 144/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 344,21;

15. ANDREIA APARECIDA CORREA CNPJ 15.871.854/0001-10 Rua Marechal Deodoro, 1040 – Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 136/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcela 1, 2, 3 – Valor: R\$ 803,26.

16. ANDREIA COLDEBELLA ME CNPJ 22.465.429/0001-97 Rua das Araras, 139 – colibri – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 433/2018 de 03/08/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 318,90.

17. ANERA TRANSPORTES CNPJ 04.458.778/0001-08 Rua Leduino Berte, 247 – Nossa Senhora da Salette – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 450/2018 de 14/08/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 318,90;

18. ANINA'S CONFECÇÕES LTDA CNPJ 13.658.181/0001-90 Rua Marechal Deodoro, 910 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 333/2018 de 11/07/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 947,73.

19. ANTÔNIA GIORDANI ME CNPJ 17.144.025/0001-61 Rua Victor Sopelsa, 3000 – Parque de Exposições – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 335/2018 de 11/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 376,31.

20. ANTÔNIO CLAUDIR RAMILIO CPF 034.907.379-11 Rua das Palmeiras, 33 – Floresta - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 415/2018 de 03/08/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 123,33; Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao exercício de 2017 – competências 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 – Valor: R\$ 378,45.

21. AURORA PAGGI CECHIN 59062258972 CNPJ 22.909.847/0001-26 Rua Pico das Agulhas Negras, 326 – Colinas – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 424/2018 de 03/08/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2016 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 285,98.

22. AUSTRIA GESTÃO SERVIÇOS AUXILIARES E TRANSPORTES EIRELI ME - CNPJ 16.993.506/0001-89 Rua Leônidas Favero, 1410 – Arvoredo - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 322/2018 de 06/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 346,35.

23. AUTO POSTO DE LAVAGEM ROTA DO SOL LTDA - CNPJ 01.082.104/0001-55 Rua João Suzin Marini, 70 – Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 10/2018 de 17/05/2018: Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao exercício de 2017 – competências 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 – Valor: R\$ 540,01.

24. AUTO SOCORRO 24 HORAS INÁCIO LTDA ME CNPJ 21.801.377/0001-10 Estrada Rural S/N – Linha Lajeado Paulino – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 388/2018 de 24/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 379,32.
25. BALBINOT & BALBINOT MARCHESI LTDA CNPJ 11.071.517/0001-98 Estrada Rural, S/N – Linha Salete - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 492/2018 de 22/08/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2016 – parcelas 2 e 3 – Valor: R\$ 432,65.
26. BAR E RESTAURANTE MULLER EIRELI LTDA CNPJ 24.373.088/0001-55 Rodovia SC-283, S/N – Fragosos – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 211/2018 de 05/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 446,79.
27. BRENNO TRANSPORTES LTDA CNPJ 00.789.967/0001-02 Rua Antônio Michelin, 145 – Liberdade - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 246/2018 de 14/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 313,83.
28. BERGOZZA REPRESENTAÇÕES EIRELI CNPJ 11.815.943/0001-99 Rua Fioravante Fracasso, 125 – Guilherme Reich - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 51/2018 de 02/08/2018: Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao exercício de 2017 – competências 7, 8, 9, 10, 11, 12 – Valor: R\$ 522,04.
29. BERNARDES & BERNARDES LTDA CNPJ 80.447.691/0001-05 Rua Tancredo de Almeida Neves, 6655 – São Cristóvão – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 361/2018 de 13/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1191,57.
30. BIANCA EDUARDA TRANSPORTES EIRELI ME CNPJ 21.848.796/0001-07 Rua Leonildo José Moretto, 232 – Vila Jacob Biezu – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 404/2018 de 24/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcela 3 – Valor: R\$ 105,44.
31. BORBA & BORBA TRANSPORTES LTDA ME CNPJ 00.096.416/0001-55 Distrito de Santo Antônio, S/N – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 223/2018 de 05/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2016 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 343,57.
32. BR MÓVEIS SOB MEDIDA LTDA ME CNPJ 14.992.305/0001-31 Rua Senados Atilio Francisco Xavier Fontana, 5070 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 118/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2016 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 872,33; Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 793,24.
33. BRANCA FLOR ARTIGOS DECORATIVOS E PERSONALIZADOS LTDA ME CNPJ 28.568.815/0001-90 Rua do Comércio, 525 – Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 186/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcela 0 – Valor: R\$ 628,37.
34. CARLOS ALBERTO BELLAVER & CIA LTDA ME CNPJ 06.132.338/0001-83 Rua das Palmeiras, 27 – Floresta - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 452/2018 de 14/08/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcela 1 – Valor: R\$ 107,15.
35. CASA DO MASSEIO INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ALIMENTAÇÃO E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS LTDA - EPP CNPJ 01.534.063/003-52 Rua Prefeito Domingos Machado de Lima, 599 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 111/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1508,16.
36. CAROLINE STALLBAUM REICHT ME CNPJ 22.965.491/0001-48 Rua Leopoldo João Ferri, 189 – Distrito de Tamanduá - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 389/2018 de 24/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 409,52.
37. CHAPEAÇÃO E PINTURA PELENTIR LTDA ME CNPJ 04.606.487/0001-01 Estrada Rural S/N – Interior - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 400/2018 de 24/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 727,32; Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao exercício de 2017 – competências 1, 3, 5, 8, 10, 11 – Valor: R\$ 1737,88.
38. CLAUICIR CADORIN CNPJ 16.926.539/0001-72 Rodovia BR 153 – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 383/2018 de 24/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1419,75.
39. CLAUDEMIR DOS SANTOS TOPOGRAFIA ME CNPJ 13.968.449./0001-90 Rua Prefeito Domingos Machado de Lima, 400 – Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 29/2018 de 17/05/2018: Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao exercício de 2017 – competências 9, 10, 11, 12 – Valor: R\$ 542,99.
40. CLAUDEMIR GASPARINI ME CNPJ 09.348.305/0001-63 Rua Mario Dalfovo, 106 – Vista Alegre – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 314/2018 de 03/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2016 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 346,73; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 316,37;
41. CLAUDINEI CORREA 82698007915 CNPJ 17.772.704/0001-85 Rua Diniz de Oliveira Filho, 73 - Cristal – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 422/2018 de 03/08/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2016 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 349,27.
42. CLEIDE NESI EIRELI EPP CNPJ 19.338.858/0001-99 Rua Tancredo de Almeida Neves, 3000 – São Cristóvão – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 269/2018 de 13/07/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1811,03.
43. CLEUSA F. DO AMARAL ME CNPJ 20.920.524/0001-08 Rua Anselmo Ficanha, 135 - Imigrantes - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 355/2018 de 13/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcela 1, 2, 3 – Valor: R\$ 376,31.
44. COMERCIAL SUPER MM LTDA ME CNPJ 05.536.371/0001-06 Rua Dr. Maruri, 1003 - Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 164/2017 de 84/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1007,41.
45. COMERCIO DE CALÇADOS AUGUSTO LTDA ME CNPJ 18.677.736/0001-09 Rua Marechal Deodoro, 1126 – Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 139/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento



referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1031,82.

46. COMERCIO E REPRESENTAÇÕES TITANINO EIRELI ME CNPJ 80.706.922/0001-58 Rua Candido Ramos, 201 – Nazaré - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 231/2018 de 08/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2016 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 375,04.

47. CMG REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA CNPJ 18.701.129/0001-92 Estrada Rural S/N – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 285/2018 de 24/07/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 318,90.

48. CONCÓRDIA STONES MÁRMORES E GRANITOS LTDA ME CNPJ 15.183.472/0001-02 Rua Tancredo Almeida Neves, 2080 – São Cristóvão - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 266/2018 de 13/07/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1811,03.

49. CONSTANCE MODAS LTDA ME CNPJ 11.007.548/0001-80 Rua Severino Saretta, 45 – Vista Alegre – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 316/2018 de 03/07/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2016– parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 969,13; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017– parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 884,25;

50. CONSTRUCÓRDIA CONSTRUÇÕES LTDA EPP CNPJ 03.174.012/0001-20 Rua das Palmeiras, 35 – Floresta – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 417/2018 de 03/08/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 285,54.

51. CONSTRUTORA JR EIRELI EPP CNPJ 28.932.166/0001-65 Rua Tancredo Almeida Neves, 167 – Cinquentenário – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 301/2018 de 28/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 0 – Valor: R\$ 345,63.

52. CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO MARINA SANDRIN ROSA EIRELI ME CNPJ 26.387.937/0001-55 Rua Getúlio Vargas, 484 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 183/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcela 0 – Valor: R\$ 905,68.

53. COOPERATIVA DE PESCADORES CONCÓRDIA – COOPER TANQUE REDE CNPJ 14.870.437/0001-90 Estrada Rural, S/N – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 496/2018 de 22/08/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 641,24.

54. COOPERATIVA DE TRANSPORTES DE CARGAS ESPECIAIS DE CONCÓRDIA CNPJ 08.971.179/0001-54 Rua do Comércio, 500 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 96/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 2114,56.

55. CORAL GESSO E CONSTRUÇÃO LTDA ME CNPJ 10.316.717/0001-09 Travessa João Nicolau Camilotto, 119 – Nazaré – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 234/2018 de 08/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 661,97.

56. CTJC CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO LTDA CNPJ 15.470.696/0001-97 Rua Marechal Deodoro, 772 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 121/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1268,28.

57. DAIANE CRISTIANE ABREU CPF 036.569.529-73 Rua Getúlio Vargas, 500 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 459/2018 de 14/08/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 381,10; Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao exercício de 2017 – competências 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 – Valor: R\$ 1183,75.

58. DAIANE KAREN GALVAN EIRELI EPP CNPJ 13.337.452/0013-49 Rua Dr Maruri, 420 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 117/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 2300,34.

59. DALL AGNOL TELECOMUNICAÇÕES E ELETROTECNICA LTDA CNPJ 11.168.597/0001-66 Rua Guilherme Helmuth Arendt, 366 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 108/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1357,70.

60. DALL BELLO COMERCIO DE MÓVEIS LTDA ME CNPJ 13.110.289/0001-43 Rua Candido Ramos, 61 – Nazaré – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 235/2018 de 08/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 675,53.

61. DANIEL DAUFENBACH ME - CNPJ 11.843.506/0001-89 Rua Tancredo de Almeida Neves, 5080 – São Cristóvão – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 359/2018 de 13/07/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 3.374,56.

62. DANIELE LAUD DO PRADO EIRELI CNPJ 16.568.410/0001-73 Rua Dr. Maruri, 646 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 125/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 945,47.

63. DARLAN GABRIEL FERRI – ME CNPJ 12.875.830/0001-41 Estrada Rural S/N – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 112/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2016 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 450,69.

64. DEBORA BORTOLI EIRELI ME CNPJ 12.102.685/0001-66 Rua Marechal Deodoro, 1240 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 58/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 312,98; Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao exercício de 2017 – competência 3 – Valor: R\$ 56,43.

65. DELPUBEL REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA CNPJ 14.419.038/0001-08 Rua Prefeito Domingos Machado de Lima, 930 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 116/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 306,55.

66. DEMARCHI REPRESENTAÇÕES LTDA ME - CNPJ 26.079.444/0001-58 Rua Oscar Sehn, 107 – Vista Alegre – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 320/2018 de 03/07/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 316,37.

67. DESIGNER GESSO LTDA - ME CNPJ 17.221.332/0001-07 Rua Frederico Osvaldo Becker, 179 – Imigrantes – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 353/2018 de 13/07/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao

exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 316,37.

68. DIANA MARIA PITT ME - CNPJ 24.501.755/0001-38 Rua Anita Garibaldi, 212 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 178/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1158,33.

69. DILMAR DIAS RODRIGUES ME CNPJ 15.788.503/0001-40 Rua Deputado Carlos Buchele, 45 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 122/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2016 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1001,38; Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 910,56.

70. DIOMAR DIAS DO AMARAL ME - CNPJ 24.649.128/0001-49 Rua Marechal Deodoro, 799 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 171/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1089,41.

71. DJALMAS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME - CNPJ 00.282.747/0001-80 Rua João Suzin, 182 – Sunti – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 470/2018 de 20/08/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 321,42. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao exercício de 2017 – competências 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9 – Valor: R\$ 2854,74.

72. DPHARMA DESENVOLVIMENTO E ASSESSORIA AGROINDUSTRIAL LTDA ME CNPJ 13.241.386/0001-75 Rua Cyrillo Ernesto Tumelero, 125 – Vista Alegre – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 319/2018 de 03/07/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2016 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 445,27; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 406,27;

73. D.S.A. DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL LTDA ME CNPJ 01.304.162/0001-86 Rua Prefeito Domingos Machado de Lima, 533 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 11/2018 de 17/05/2018: Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao exercício de 2017 – competências 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11 – Valor: R\$ 4606,70. 2) Not. Fiscal 521/2018 de 21/09/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 416,02.

74. EOCAR HIGIENIZAÇÃO ECOLÓGICA LTDA ME - CNPJ 24.327.109/0001-04 Rua da Independência, 91 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 169/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 2 e 3 – Valor: R\$ 207,52.

75. EDER LUIS SCHEMES CPF 045.983.559-99 Rua Domenico Vivan, 280 – Arvoredo – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 44/2018 de 06/07/2018: Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao exercício de 2017 – competência 12 – Valor: R\$ 32,95.

76. EDIANO ODAIRDES CAGLIARI CNPJ 15.323.245/0001-27 Rua Fortunato Zoleti, 148 – Santa Cruz – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 274/2018 de 25/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 466,26.

77. EDILSE LANCHES EIRELI ME - CNPJ 19.247.009/0001-20 Rua da Independência – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 143/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 660,18.

78. EDITORA DEUFIRE LTDA ME CNPJ 10.726.225/0001-83 Rua Marechal Deodoro, 773 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 106/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 639,25.

79. EDSON LUIZ ZOTTI CNPJ 23.226.667/0001-02 Rua Guilherme H. Arendt, 145 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 165/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 910,56.

80. EDSON DIEGO STOCKMANN & CIA LTDA ME - CNPJ 23.765.510/0001-55 Rua Romano Anselmo Fontana, 500 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 168/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 312,98.

81. EJWB ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA ME CNPJ 12.096.384-0001-86 Rodovia SC 283, 801 – Fragosos – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 205/2018 de 05/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1018,87. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao exercício de 2017 – competências 3, 5, 6, 7, 8, 11, 12 – Valor: R\$ 2009,77.

82. ELETRO 100 LTDA CNPJ 09.651.372/0001-52 Rua Uirapuirus, 110, 35 – Vila Jacob Biezu – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 364/2018 de 13/07/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 721,55.

83. ENCONTRO COM A MODA EIRELI ME CNPJ 21.885.155/0001-22 Rua do Comércio, 62 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 153/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 731,72.

84. EOMAR OLIVOTTO ME CNPJ 19.187.015/0001-39 Rua da Independência, 91 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 150/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 372,28.

85. ERNESTO GUIDO LAMONATO ME CNPJ 08.214.190/0001-51 Rua Rodovia BR 153, S/N – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 392/2018 de 27/07/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 318,90.

86. ESTEFANO ROMANI CPF 155.502.909-44 Travessa Dionísio Alberto Boff, S/N – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 45/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 121,03; Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao exercício de 2017 – competências 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 – Valor: R\$ 371,76.

87. ESTRELA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA EPP CNPJ 07.805.733/0001-42 Rua Rio Grande do Sul – Bairro dos Estados – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 339/2018 de 13/07/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 992,71; Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao exercício de 2017 – competência 1 – Valor: R\$ 82,85.

88. EUNARIA CORREA DA SILVEIRA PINHEIRO SILVA ME CNPJ 22.759.741/0001-93 Rodovia SC 283, 8100 - Fragosos - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 210/2018 de 05/06/2018: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 - parcelas 1, 2 e 3 - Valor: R\$ 554,37.
89. EUCAPLANTE MUDAS FLORESTAIS LTDA ME CNPJ 12.975.771/0001-68 Rodovia Caetano Chiuchetta, 7826 - Bairro dos Estados - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 340/2018 de 13/07/2018: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 - parcelas 1, 2 e 3 - Valor: R\$ 893,06.
90. EUNICE CORREA DA SILVEIRA DA SILVA ME CNPJ 12.536.047/0002-34 Rua SC 283, S/N - Fragosos - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 208/2018 de 05/06/2018: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 - parcelas 1, 2 e 3 - Valor: R\$ 410,92.
91. EVB CONVENIENCIAS LTDA ME CNPJ 11.994.798/0001-50 Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, 1786 - Santa Cruz - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 270/2018 de 25/06/2018: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 - parcelas 1, 2 e 3 - Valor: R\$ 667,32.
92. EXPRESSCARGO TRANSPORTES LTDA ME - CNPJ 07.602.765/0001-40 Rua João Suzin Marini, 311 - Nossa Senhora da Salette - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 453/2018 de 14/08/2018: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 - parcelas 1, 2 e 3 - Valor: R\$ 439,77.
93. FABRICA DE MÓVEIS BR LTDA ME - CNPJ 00.685.629/0001-12 Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, 5070 - Santa Cruz - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 265/2018 de 25/06/2018: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 - parcelas 1, 2 e 3 - Valor: R\$ 545,20.
94. FÁBRICA DE TELAS TAMANDUÁ LTDA ME - CNPJ 07.433.866/0001-35 Estrada Rural, S/N - Interior - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 487/2018 de 22/08/2018: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 - parcelas 1, 2 e 3 - Valor: R\$ 263,16.
95. F.A.C. TRANSPORTES LTDA ME - CNPJ 07.356.873/0001-80 Rua Fiorelo Sunti, 345 - Sunti - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 472/2018 de 20/08/2018: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 - parcelas 1, 2 e 3 - Valor: R\$ 321,42.
96. FACCÓ SERVIÇOS LTDA ME - CNPJ 09.545.647/0001-73 Linha Santa Terezinha, S/N - Interior - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 405/2018 de 24/07/2018: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 - parcelas 1, 2 e 3 - Valor: R\$ 409,52.
97. FERNANDO LUIS NAIBO & CIA LTDA EPP - CNPJ 83.571.547/0001-74 Rua Marechal Deodoro, 1546 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 64/2018 de 17/05/2018: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 - parcelas 1, 2 e 3 - Valor: R\$ 216,70.
98. FILIPPI PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA EPP CNPJ 21.919.880/0001-74 Rua Rio Grande do Sul, 125 - Bairro dos Estados - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 349/2018 de 13/07/2018: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 - parcelas 1, 2 e 3 - Valor: R\$ 316,37.
99. FLOR DE LIZ BIJUTERIAS LTDA ME CNPJ 11.579.513/0010-98 Rua do Comércio, 285 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 181/2018 de 17/05/2018: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 - parcelas 1, 2 e 3 - Valor: R\$ 874,81.
100. FOCO CONSTRUÇÕES LTDA CNPJ 07.862.344/001-59 Rua Rech, 35 - Santa Cruz - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 269/2018 de 25/06/2018: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 - parcelas 1, 2 e 3 - Valor: R\$ 346,35.
101. GABRIEL PATRICK DE CAMARGO ME CNPJ 01.961.476/0001-51 Rua Paraná, 468 - Bairro dos Estados - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 341/2018 de 13/07/2018: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 - parcelas 1, 2 e 3 - Valor: R\$ 191,19.
102. GERA AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL EIRELI ME CNPJ 09.352.585/0001-83 Rua Tancredo de Almeida Neves, 5861 - Santa Cruz - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 363/2018 de 13/07/2018: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 - parcelas 1, 2 e 3 - Valor: R\$ 1195,53.
103. GIDEFIX COMERCIO DE MOTOS LTDA ME - CNPJ 12.064.031/0001-95 Rua Dr. Maruri, 262 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 50/2018 de 17/05/2018: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 - parcelas 1, 2 e 3 - Valor: R\$ 1915,59; Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao exercício de 2017 - competência 1 - Valor: R\$ 23,29.
104. GILVANO GARCIA ME CNPJ 21.972.066/0001-13 Rua José Albiero, 690 - Santa Rita - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 428/2018 de 03/08/2018: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 - parcelas 1, 2 e 3 - Valor: R\$ 379,32.
105. GILVANO RODRIGUES DE SOUZA ME CNPJ 15.283.798/0001-01 Rua Catharina Mafessoni, 345 - Bairro da Gruta - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 426/2018 de 03/08/2018: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 - parcelas 1, 2 e 3 - Valor: R\$ 349,12.
106. GLAS SERVICE EIRELI ME CNPJ 28.341.317/0001-00 Rua Tancredo Almeida Neves, 471 - Cinquentenário - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 300/2018 de 28/06/2018: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 - parcelas 1, 2 e 3 - Valor: R\$ 298,05.
107. GRANITALY MARMORARIA LTDA CNPJ 18.456.031/0001-17 Rodovia SC 283, 800 - Fragosos - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 207/2018 de 05/06/2018: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 - parcelas 1, 2 e 3 - Valor: R\$ 2191,06.
108. GREICE MARTELLI CPF 066.488.099-14 Rua Santo Colla, 420 - Santa Cruz - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 42/2018 de 25/06/2018: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 - parcelas 1, 2 e 3 - Valor: R\$ 304,53.
109. GROSSMANN RAÇÕES E IMPLEMENTOS EIRELI CNPJ 28.480.541/0001-83 Rodovia BR 153, S/N - São José - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 391/2018 de 24/07/2018: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 - parcelas 1, 2 e 3 - Valor: R\$ 435,92.
110. HAUS DREIZEHN CERVEJARIA LTDA CNPJ 17.336.501/0002-27 Área Rural - Linha Pinhal, S/N - Interior - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 505/2018 de 22/08/2018: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao



exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 716,50.

111. IRINEU CLLEGARI ME CNPJ 14.311.667-0001-10 Rua Tancredo de Almeida Neves, 7181 – São Cristóvão – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 367/2018 de 13/07/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 316,37.

112. IRMÃOS ARAÚJO LTDA EPP CNPJ 09.663.349/0001-88 Rua Marchal Deodoro, 449 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 101/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1539,57.

113. IVANILDO RODRIGUES DA COSTA CPF 025.338.279-32 Rua Dr. Maruri, 975 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 27/2018 de 17/05/2018: Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao exercício de 2017 – competência 12 – Valor: R\$ 32,70.

114. IVETE MARIA VENANCIO 04770351917 - CNPJ 19.479.056/0001-07 Rua Clóvis César de Oliveira, 419 – Santa Cruz – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 278/2018 de 25/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1228,41.

115. IVONEI ROSSI & CIA LTDA ME - CNPJ 23.026.068/0001-45 Rua Enela Rossoni Monticelli, 88 – Jardim – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 464/2018 de 14/08/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 318,90.

116. JANETE FATIMA GODZIEMSKI EIRELI EPP - CNPJ 02.758.515/0001-90 Linha Suruvi, S/N – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 484/2018 de 22/08/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 2446,55.

117. JEAN ALESSANDRO BOHN ME - CNPJ 28.341.219/0001-73 Rua Prefeito Domingos Machado de Lima, 533 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 185/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcela 0 – Valor: R\$ 175,24.

118. JJ PET SHOP LTDA CNPJ 22.900.954/0001-93 Rua Tancredo de Almeida Neves, 303 – Cinquentenário – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 299/2018 de 28/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1281,96.

119. JK PNEUS LTDA CNPJ 78.653.946/0026-00 Travessa Lamonatto, 195 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 72/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1779,96.

120. JL RIBEIRO TRANSPORTES LTDA ME - CNPJ 07.959.062/0001-74 Rua Guaranis, 220 – Itaíba – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 242/2018 de 12/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 313,83.

121. JOÃO DE OLIVEIRA RETAMAR FILHO CPF 468.730.580-68 Rua Bororos, 200 – Catarina Fontana – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 55/2018 de 03/08/2018: Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao exercício de 2015 – competência 10, 11 e 12 – Valor: R\$ 109,68; : Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao exercício de 2016 – competência 12 – Valor: R\$ 33,21.

122. JOAQUIM SEBASTIÃO MARCON ME CNPJ 82.811.266/0001-89 Estrada Rural, S/N – Tiradentes – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 479/2018 de 22/08/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 935,11.

123. JOELCIO FERRONATO ME - CNPJ 19.061.491/0001-09 Rua Marechal Deodoro, 1415 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 141/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2016 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 804,71.

124. JONAS BARBOSA CNPJ 08.242.444/0001-45 Travessa Bonassi, 12 – Imigrantes – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 352/2018 de 13/07/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 466,26.

125. JOSIANO PEREIRA ME - CNPJ 23.593.797/0001-83 Rua Getúlio Vargas, 235 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 164/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 392,98.

126. KAIROS REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA CNPJ 23.300.902/0001-49 Rua Santo Cola, 420 – Santa Cruz – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 263/2018 de 25/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 436,28; Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao exercício de 2016 – competência 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 – Valor: R\$ 861,70.

127. KONTROLE GERENCIAMENTO DE RISCO LTDA ME CNPJ 13.243.897/0001-26 Rua Marechal Deodoro, 772 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 56/2018 de 56/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 999,99; Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao exercício de 2016 – competência 1, 3, 4, 6, 7 – Valor: R\$ 228,10.

128. L. ROCHA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA CNPJ 18.900.737/0001-26 Rua Getúlio Vargas, 371 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 140/2018 de 25/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 312,98.

129. LANCHONETE BIERBOLA LTDA CNPJ 08.348.656/0001-01 Rua Mato Grosso, 200 – Bairro dos Estados – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 344/2018 de 13/07/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 870,12.

130. LANCHONETE MARSARO LTDA ME - CNPJ 00.580.339/0001-04 Estrada Rural, S/N – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 395/2018 de 24/07/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2016 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 778,60; Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 710,87;

131. LAURILEI SALETE GHIDORSI & CIA LTDA CNPJ 08.794.049/0001-75 Rua São Martino, 103 – Guilherme Reich – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 412/2018 de 01/08/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 349,12.

132. LAURO BASSI CPF 201.498.160-49 Rua Holanda, 80 – Bairro das Nações – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1)



Not. Fiscal 45/2018 de 10/07/2018: Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao exercício de 2017 – competência 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 – Valor:: R\$ 1414,83.

133. LAVACAO DO RUCH LTDA CNPJ 10.583.598/0001-42 Rodovia BR 153, S/N – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 394/2018 de 24/07/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 927,75.

134. LAV LIMP LAVANDERIA LTDA ME - CNPJ 07.776.906/0001-41 Rua 7 de Setembro, 68 – São Miguel – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 261/2018 de 22/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1010,78.

135. LEOCIR MARCOS DE OLIVEIRA CNPJ 09.271.220/0001-24 Rodovia SC 283, 4940 – Santo Antônio – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 204/2018 de 05/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1034,61.

136. LEUNIR SALLA ME CNPJ 17.513.314/0001-90 Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, 32 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 132/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 461,27.

137. LICITE COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA ALIMENTAÇÃO LTDA ME CNPJ 13.997.070/0002-99 Rua Abramo Eberle 250 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 145/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1708,81.

138. LIDER LOG TRANSPORTES LTDA ME - CNPJ 19.153.290/0001-31 Rua Ângelo Ary Biazus, 203 – Imigrantes – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 354/2018 de 13/07/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 316,37.

139. LL COMPENSADOS LTDA EPP CNPJ 20.981.402/0001-21 Rua Principal, Área Industrial, S/N, 103 – Industrial – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 396/2018 de 24/07/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 751,82.

140. LLF SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA CNPJ 18.142.688/0001-00 Rua Jordânia, 673 – Bairro das Nações – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 327/2018 de 10/07/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 346,35. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao exercício de 2017 – competência 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 – Valor:: R\$ 4154,94.

141. LOJA LANG LTDA EPP CNPJ 85.362.606/0002-00 Rua Dr. Maruri, 1044 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 163/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2016 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 3022,92; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 2748,67;

142. LOJAS SAMARA LTDA CNPJ 15.588.292/0001-00 Rua Carlos Gomes, 122 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 120/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1357,70.

143. LORENI DA COSTA ME CNPJ 18.443.824/0001-00 Rua Mansuetto Boff 17 – Cinquentenário – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 298/2018 de 28/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2016 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 810,60; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 739,61.

144. LORENI TEREZOLA ME - CNPJ 17.714.955/0001-03 Rua Zeferina Lorini Kufner, 561 – Poente do Sol – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 432/2018 de 03/08/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 878,87.

145. LPC TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA ME - CNPJ 08.834.821/0001-35 Rua Tancredo de Almeida Neves, 5199 – São Cristóvão – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 357/2018 de 13/07/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 2463,61; Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao exercício de 2017 – competência 3 – Valor:: R\$ 379,11.

146. LUIS ERNESTO ZOLETT CNPJ 26.199.837/0001-03 Rodovia Caetano Chiuchetta, 757 – Colinas – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 429/2018 de 03/08/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 710,87.

147. LUIS FERNANDO DOS SANTOS ME CNPJ 10.572.478/0001-40 Rua Nelson Domingos Maito, 188 – Sunti – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 473/2018 de 20/08/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 321,42.

148. LUIZA REGINA PERIN BIONDO EIRELI ME - CNPJ 26.615.408/0001-61 Área Rural, Linha Pinhal, S/N – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 508/2018 de 22/08/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcela 3 – Valor: R\$ 400,34.

149. LUPPA DIGITAL ELETRIFICAÇÃO E TELECOM LTDA EPP - CNPJ 02.475.609/0001-75 Rua Dr. Maruri, 1221 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 51/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1285,73; ; Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao exercício de 2017 – competência 5 – Valor:: R\$ 8,21.

150. MADEIREIRA EDEL LTDA ME CNPJ 14.147.913/0001-40 Estrada Rural, S/N – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 495/2018 de 22/08/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1559,58.

151. MANOEL DARCY DA SILVA CPF 162.764.189-00 Rua Dr. Maruri, 145 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 43/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1268,28; Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao exercício de 2017 – competência 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 – Valor:: R\$ 1880,67.

152. MARAVILHAS JR EIRELI ME - CNPJ 16.737.179/0001-02 Estrada Rural, S/N – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 224/2018 de 05/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1002,69.

153. MARCOS ANTONIO CENCI EPP CNPJ 08.995.068/0001-60 Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, 1422 – Santa Cruz – Concórdia

- / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 271/2018 de 25/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 741,40.
154. MARCOS RODRIGO ELESBAO CPF 796.581.999-68 Travessa Dionísio Alberto Boff, S/N– Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 34/2018 de 17/05/2018: Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao exercício de 2017 – competências 8 e 9– Valor: R\$ 59,47.
155. MARILEI BAGGIO DO PRADO BUENO ME - CNPJ 12.566.021/0001-58 Rodovia BR 153, S/N – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 403/2018 de 24/07/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 747,32.
156. MARINES GIRARDI SOARES DE OLIVEIRA & CIA LTDA ME - CNPJ 22.514.281/0001-33 Rua Marechal Deodoro, 1391 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 155/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 517,14.
157. MARLI TERESINHA DA SILVA KUNTZ ME - CNPJ 22.808.032/0001-50 Rua Antônio Rigoso, 151 – São Miguel – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 262/2018 de 22/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 316,37.
158. MARQUES DO NASCIMENTO & LUZZI LTDA CNPJ 11.788.431/0001-80 Rua João Suzin Marini, 1608 – Nossa Senhora da Salette – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 449/2018 de 14/08/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 773,98.
159. MARTELLI COMÉRCIO DE COLCHÕES LTDA CNPJ 02.634.208/0001-98 Rua Pedro Balbinot, S/N – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 381/2018 de 24/07/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 383,32.
160. MARTLIMP LIMPEZA LTDA CNPJ 10.637.245/0001-88 Estrada Rural, S/N – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 510/2018 de 22/08/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2016 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 418,42. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao exercício de 2016 – competências 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 – Valor: R\$ 4029,18. 2) Not. Fiscal 511/2018 de 22/08/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 382,32. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao exercício de 2017 – competências 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 – Valor: R\$ 2254,38.
161. MAURO PASQUALON ME - CNPJ 20.148.254/0001-69 Rua Romano Anselmo Fontana, 268 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 147/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 999,99.
162. MARVET COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE P. AGROPECUÁRIOS LTDA CNPJ 07.291.815/0001-16 Rua Tancredo Almeida Neves, 438 – Cinquentenário – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 438/2018 de 28/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1646,15.
163. MERLOS JR EMPREENDIMENTOS LTDA CNPJ 08.933.498/0001-57 Avenida Itatiaia, 570 – Alto da Boa Vista – Ribeirão Preto/SP DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 13/2018 de 02/07/2018. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao exercício de 2017 – competências 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e ao exercício de 2018 – competências 1, 2, 3, 4 e 5 – Valor Total: R\$ 159.572,31.
164. MERCADO E FRUTEIRA MUNARETTO LTDA ME - CNPJ 00.700.801/001-60 Rua Leônidas Favero, 252 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 321/2018 de 06/07/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcela 3 – Valor: R\$ 148,92.
165. MIGUEL ANGELO BIAZUS CPF 501.283.029-68 Rua Marechal Deodoro, 1040 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 47/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 910,56. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao exercício de 2017 – competências 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 – Valor: R\$ 1860,67.
166. M.J PELIN ESCAVAÇÕES LTDA ME CNPJ 14.147.884/0001-16 Rua Jairo Goss, 160 – Bairro dos Industriários – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 258/2018 de 19/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 316,37.
167. MOACIR XAVIER RUHNKE & CIA LTDA ME CNPJ 23.482.737/0001-93 Rua Marechal Deodoro, 1546 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 159/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 862,58.
168. MOLAS COMPADRE LTDA ME CNPJ 00.909.256/0001-16 Estrada Rural, S/N – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 380/2018 de 24/07/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 417,55.
169. MÔNEGO & CIA LTDA ME CNPJ 22.811.729/0001-80 Rua do Comércio, 266 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 156/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 821,14.
170. MOVER VÍCULOS LTDA CNPJ Rua Tancredo de Almeida Neves, 3100 – São Cristóvão – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 47/2018 de 13/07/2018: Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza Retido na Fonte referente ao exercício de 2017 – competência 0 – Valor: R\$ 14,18. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza Homologado referente ao exercício de 2017 – competências 7, 8, 9, 10, 11, 12 – Valor: R\$ 14.063,77.
171. MÓVEIS GRANDO LTDA ME - CNPJ 75.875.757/0001-28 Rua da Paz, 124 – Imperial – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 373/2018 de 13/07/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 620,57.
172. MULTIBLOCOS, BLOCOS DE CONCRETO E ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI ME - CNPJ 15.136.105/0001-40 Linha Fragosos, S/N – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 222/2018 de 05/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 615,00.
173. MULTI SERVIÇOS LTDA ME - CNPJ 19.529.028/0001-49 Rua Adílio Hilário Mutzemberg, 12 – Floresta – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 421/2018 de 03/08/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 349,12.
174. MUNDIAL REPRESENTAÇÕES LTDA ME - CNPJ 24.501.761/0001-95- Rua da paz, 200 – Imperial – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 371/2018 de 13/07/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao

exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 316,37; Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao exercício de 2017 – competências 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 – Valor: R\$ 1604,23.

175. NADINE DALMUTT ME - CNPJ 27.379.281/0001-91 Rua Atalípio Magarinos, 277 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 62/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcela 0 – Valor: R\$ 892,06; Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao exercício de 2017 – competência 6 – Valor: R\$ 2,17.

176. NADIR RODIO ME - CNPJ 04.959.063/0001-20 Rua Lauro Muller, 184 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 81/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 552,87.

177. NATANAEL DE LIMA FLORES ME - CNPJ 09.360.02/0001-66 Rua da Independência, 1723 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 105/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1031,82.

178. NEGÓCIO FECHADO EDIÇÃO DE TABLÓIDES EIRELI ME - CNPJ 08.706.758/0001-51 Rua Marechal Deodoro, 1415 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 53/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2016 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1394,77; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1268,28; Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao exercício de 2016 – competências 2 e 3 – Valor: R\$ 285,06.

179. NEI COLETA E INDUSTRIALIZAÇÃO DE LIXO LTDA - CNPJ 02.492.232/0001-30 Rua Senador Atilio Francisco Xavier Fontana, 5630 – Santa Cruz – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 267/2018 de 25/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1191,57.

180. NEI ELETRIFICAÇÕES LTDA - CNPJ 85.248.664/0001-27 Rua 29 de Julho, 224 – Nazaré – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 77/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 461,27.

181. NEY ROQUE GUEDES JUNIOR EPP - CNPJ 02.826.197/0001-48 Rua Dr. Maruri, 985 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 68/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 552,87.

182. NIVALDO ANTÔNIO DOS SANTOS & CIA LTDA ME - CNPJ 00.984.654/0001-05 Rua das Pereiras, 293 – Petrópolis – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 466/2018 de 20/08/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 351,88.

183. NOSTRA ARTE ARTESANATO LTDA ME - CNPJ 06.266.034/0001-09 Rua Oreste Farina, 155 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 82/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 374,02.

184. N S S T TRANSPORTES LTDA ME - CNPJ 07.430.821/0001-07 Estrada Rural, S/N – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 343/2018 de 13/07/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 316,37.

185. OSTE SUL REPRESENTAÇÕES LTDA - CNPJ 13.458.902/0001-18 Rua Lauro Muller, 184 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 399/2018 de 24/07/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 318,90; Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao exercício de 2017 – competências 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 – Valor: R\$ 2890,56.

186. OLIVEIRA TERRAPLANAGEIS LTDA ME - CNPJ 10.857.396/0001-41 Rua Padres Franciscanos, 251 – Nossa Senhora da Salette – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 440/2018 de 14/08/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 318,00; Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao exercício de 2017 – competência 0 – Valor: R\$ 63,71.

187. ONEIDE CRISTINA TAUBE - CNPJ 23.571.927/0001-87 Rua Dr. Maruri, 262 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 166/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 874,81.

188. ONESIO JORGE VIZZOTTO ME - CNPJ 20.704.260/0001-55 Estrada Rural, S/N – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 503/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 321,42.

189. OPERCOM COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA ME - CNPJ 09.580.758/0001-10 Rua 29 de Julho, 696, 184 – Imperial – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 374/2018 de 13/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 307,53.

190. ORI PASQUALI - CNPJ 17.297.041/0001/94 Rua Santa Ana, 845 – Santo Antônio – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 201/2018 de 05/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 608,19.

191. PÃO DE MEL LTDA ME - CNPJ 27.798.957/0001-81 Rua 29 de Julho, 1824 – Itaíba – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 252/2018 de 19/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 559,26.

192. PADEVAL COMÉRCIO VAREJISTA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA ME - CNPJ 17.986.783/0001-27 Rua Prefeito Domingos Machado de Lima, 587 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 135/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1781,25.

193. PALAZZO IMÓVEIS LTDA ME - CNPJ 17.304.649/0001-07 Rua Marechal Deodoro, 1040 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 130/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 874,81.

194. PAZA & CIA LTDA - CNPJ 83.031.849/0001-50 Rua Tancredo Almeida Neves, 3045 – Cinquentenário – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 295/2018 de 28/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 316,37.

195. PICINATTO TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA - CNPJ 78.835.345/0005-86 Rodovia SC 283, 1010 – Fragosos – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 213/2018 de 05/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento



referente ao exercício de 2017 – parcela – Valor: R\$ 130,76.

196. PINCELÃO COMERCIO DE TINTAS LTDA - CNPJ 82.864.091/0001-78 Rua Vitória Celant, 245 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 79/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcela 3 – Valor: R\$ 398,18.

197. PISO FORTE CONSTRUÇÕES LTDA ME - CNPJ 18.347.588/0001-10 Rua Brasília, 50 – Bairro dos Estados – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 347/2018 de 13/07/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 346,35.

198. PLUS SIZE MODA FEMININA E MASCULINA LTDA ME - CNPJ 19.658.064/0001-02 Rua Leônidas Favero, 208 – Jardim – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 462/2018 de 14/08/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcela 3 – Valor: R\$ 186,27.

199. PR REPRESENTAÇÕES E TRANSPORTES LTDA ME - CNPJ 05.365.810/0001-65 Rua Vitória Emanuele, 327 – Guilherme Reich – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 414/2018 de 02/08/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 349,12; Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao exercício de 2017 – competências 1, 3, 5, 7, 8, 10, 12 – Valor: R\$ 1850,42.

200. PRADO IMPERMEABILIZAÇÕES LTDA ME - CNPJ 09.323.906/0001-11 Rua Prefeito Domingos Machado de Lima, 518 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 98/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1089,41.

201. PRIMO & FREITAS LTDA ME - CNPJ 02.758.544/0001-42 Travessa Alberto Nichele, 8 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 67/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 522,87.

202. RAFAEL SUZIN MARINI - CNPJ 020.892.319-55 Rua Marechal Deodoro, 773 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 286/2018 de 28/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 558,85; Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao exercício de 2017 – competências 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 – Valor: R\$ 2907,56.

203. RAIMUNDO MARMORES E GRANITOS LTDA ME - CNPJ 18.817.218/0001-07 Estrada Rural, S/N – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 386/2018 de 24/07/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 965,10.

204. RECICLAGEM BRASIL LTDA ME - CNPJ 03.012.288/0001-02 Rua Yanomanis, S/N – Itaíba – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 240/2018 de 12/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1034,61.

205. REDE CONECTA SERVIÇOS DE REDE S.A - CNPJ 69.699.742/0017-10 Rua João Bottega, 5050 – Cidade Industrial – Curitiba / PR DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 65/2018 de 22/08/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 728,84.

206. RENATO SIDNEI ROBAERT- CNPJ 26.167.743/0001-44 Rodovia Caetano Chiuchetta, 6901 – Arvoredo – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 323/2018 de 06/07/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1811,03.

207. REPRESENTAÇÕES PRZ LTDA - CNPJ 00.147.720/0001-84 Rua Vicenza, 111 – Jardim – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 458/2018 de 14/08/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 318,90; Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao exercício de 2017 – competências 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 – Valor: R\$ 1897,46.

208. REPRESENTAÇÕES RODINEI SUZIN LTDA - CNPJ 05.469.064/0001-50 Rua Marechal Deodoro, 2000 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 83/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 401,92.

209. RONALDO SGANZERLA ME - CNPJ 20.653.595/0001-91 Rua Victor Sopelsa, S/N – Parque de Exposições – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 337/2018 de 11/07/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 259,03.

210. RIBEIRO E KUNZ ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - CNPJ 1.629.062/0001-71 Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, 2095 – Santa Cruz – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 273/2018 de 25/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 593,24.

211. RN REPRESENTAÇÃO LTDA ME - CNPJ 24.452.951/0001-60 Rua Domingos Radin, 199 – São Cristóvão – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 48/2018 de 13/07/2018: Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao exercício de 2017 – competências 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 – Valor: R\$ 2848,19.

212. RODOMARFE TRANSPORTES LTDA - CNPJ 07.846.938/0001-76 Estrada Rural, S/N – Distrito de Santo Antônio – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 216/2018 de 05/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 313,83.

213. ROGOWSKI – CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA - CNPJ 04.826.387/0001-90 Rua Emílio Thomas Farina, 147 – Imigrantes – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 350/2018 de 13/07/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 346,35.

214. RONEI SELVINO RAUBER & CIA LTDA - CNPJ 08.601.458/0001-08 Rua Carlos Gomes, 143 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 54/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1708,81; Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao exercício de 2017 – competências 3, 4 – Valor: R\$ 222,95.

215. ROSELI MULLER - CNPJ 21.012.032/0001-87 Rua Romano Anselmo Fontana, 783 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 149/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 606,55.

216. ROSEMERI SOUZA ME - CNPJ 16.577.063/0001-45 Rua Lauro Muller, 184 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 126/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 552,87.

217. RUDINEI CENCI ME - CNPJ 15.462.258/0001-87 Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, 1675 – Santa Cruz – Concórdia / SC

DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 119/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2016 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 883,39; :2) Not. Fiscal 276/2018 de 25/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 680,99.

218. RUMAR AUTOMÓVEIS LTDA - CNPJ 05.412.120/0003-81 Rua Tancredo de Almeida Neves, 5775 – São Cristóvão – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 358/2018 de 13/07/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 5503,25; Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao exercício de 2017 – competências 2, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12 – Valor: R\$ 2737,27.

219. SABÃO CONCÓRDIA LTDA ME - CNPJ 08.158.650/0001-71 Linha Salete, S/N – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 498/2018 de 22/08/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcela 3 – Valor: R\$ 167,03.

220. SALGUEIRO REPRESENTAÇÕES LTDA ME - CNPJ 03.651.756/0001-99 Rua Uirapurus, 77 – Vila Jacob Biezu – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 402/2018 de 24/07/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 318,90.

221. SALVATORE CALÇADOS E CONFECÇÕES LTDA ME - CNPJ Rua DO Comércio, 380 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 138/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 937,61.

222. SANDRA REGINA SCHWEDER- CPF 594.425.579-04 Travessa Ancelmo Domingos Pagnocelli, 10 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 311/2018 de 03/07/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 378,08; Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao exercício de 2016 – competências 1, 2, 7, 8, 9, 10, 11, 12 – Valor: R\$ 1365,86; Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao exercício de 2017 – competências 2, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12 – Valor: R\$ 1878,70.

223. SARAGOSO E SARAGOSSO REPRESENTAÇÃO LTDA ME - CNPJ 25.054.885/0001-32 Rua Prefeito Domingos Machado de Lima, 706 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 172/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 431,61.

224. SÉRGIO ANTÔNIO DUTCHEWICZ ME - CNPJ 79.315.172/0001-04 Rua Romano Anselmo Fontana, 812 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 191/2018 de 18/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1002,69; Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao exercício de 2017 – competências 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 – Valor: R\$ 1217,28.

225. SERRARIA SEDE BRUM LTDA ME - CNPJ 79.270.351/0001-72 Estrada Rural, S/N – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 481/2018 de 22/08/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1431,00.

226. SERVELINN E DE MOURA TRANSPORTES LTDA ME - CNPJ 17.471.101/0001-43 Estrada Rural, S/N – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 499/2018 de 22/08/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 351,88.

227. SILFANEIDALL COSTA ME - CNPJ 12.234.020/0001-06 Rua José Berta, 179 – Guilherme Reich – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 410/2018 de 01/08/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 2 e 3 – Valor: R\$ 676,54.

228. SILVANO MARCOS SANDRI ME - CNPJ 22.605.550/0001-77 Rua Antônio Pio Lazzarotti, 181 – Parque de Exposições – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 338/2018 de 11/07/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 316,37.

229. SOLIDA CONSTRUTORA EIRELI ME- CNPJ 21.891.365/01-23 – Rua 29 de Julho, 1150 - Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 152/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 660,18.

230. SOLUCOM COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÕES EIRELI EPP - CNPJ 04.651.101/0001-83 Rua 29 de Julho, 1150 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 70/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 606,55

231. SONISE MARCIA FREDDO & CIA LTDA - CNPJ 08.586.753/0001-32 Rua Anita Garibaldi, 270 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 93/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 481,32.

232. SUELEN TAIS DA SILVA OLIVEIRA DOS SANTOS - CNPJ 21.400.647/0001-80 Rua Romano Anselmo Fontana, 783 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 151/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 280,25.

233. SUZELI MARIA SANTOS PEREIRA - CNPJ 16.730.511-07 Rua Dr. Maruri, 1637 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 190/2018 de 18/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 403,01; Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao exercício de 2016 – competência 12 – Valor: R\$ 235,87.

234. SV SERVIÇOS DE MONTAGEM DE ELEVADORES - CNPJ 10.801.226/0001-45 Rua Albino Rotta, 355– Nossa Senhora da Salette – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 455/2018 de 14/08/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 318,90.

235. TERRAPLANAGEM SÃO JORGE LTDA ME - CNPJ 13.317473/0001-69 Rua das Palmeiras, 611 – Petrópolis – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 467/2018 de 20/08/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 733,08.

236. TERRA OESTE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA EPP - CNPJ 09.587.475/0001-09 Rua Deputado Carlos Buchele, 267 – Vista Alegre – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 315/2018 de 03/07/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 376,31.

237. TALITA COLDEBELLA CAVALIERI - CPF 005.951.919-32 Rua Marechal Deodoro, 773 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 31/2018 de 17/05/2018: Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao exercício de 2017 – competências 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 – Valor: R\$ 1329,01.

238. TRANSMAR – BRASIL LTDA EPP - CNPJ 00.820.040/0001-80 Estrada Rural, S/N – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO:



Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 493/2018 de 22/0

239. TRANSPORTADORA PATRICK LTDA - CNPJ 10.397.053/0001-41 Rua Juliana Dias Braga, 69 – Parque de Exposições – Concórdia / SC  
DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 336/2018 de 11/07/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento  
referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 613,10.

240. TRANSPORTES AGUIA OB EIRELI ME - CNPJ 07.028.249/0001-54 Rua Oswaldo Valentim Zandavalli, 21 – Centro – Concórdia / SC  
DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 86/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento  
referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 312,98.

241. TRANSPORTES COLPO & ZAGO LTDA - CNPJ 02.121.260/0001-40 Rua Laury Ribeiro Neves, 346 – São Miguel – Concórdia / SC  
DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 260/2018 de 22/07/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento  
referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 316,37.

242. TRANSPORTES DELLABONA LTDA ME - CNPJ 07.302.500/0001-27 Rua Mansueto Favero, 711 – Itaíba – Concórdia / SC  
DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 241/2018 de 12/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao  
exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 267,58.

243. TRANSPORTES DONA THEREZA - CNPJ 10.916.420/0001-76 Rua Ângelo Poletto, 146 – Sunti – Concórdia / SC  
DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 474/2018 de 20/08/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de  
2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 321,42.

244. TRANSPORTES DONA ZULMIRA LTDA ME - CNPJ 12.964.509/0001-33 Linha Cachimbo, S/N – Interior – Concórdia / SC  
DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 378/2018 de 24/07/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao  
exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 105,44.

245. TRANSPORTES FERNANDO BRICK LTDA ME - CNPJ 09.269.727/0001-36 Travessa Amazonas, 130 – Bairro dos Estados – Concórdia / SC  
DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 345/2018 de 13/07/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento  
referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 346,35.

246. TRANSPORTES IRMÃOS MURARO LTDA ME - CNPJ 18.088.380/0001-23 Estrada Rural, S/N – Interior – Concórdia / SC  
DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 500/2018 de 22/08/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao  
exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 321,42.

247. TRANSPORTES IRMÃOS PICHETTI LTDA - CNPJ 06.339.804/0001-04 Estrada Rural, S/N – Interior – Concórdia / SC  
DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 486/2018 de 22/08/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao  
exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 321,42.

248. TRANSPORTES LUANDA EIRELI ME - CNPJ 07.431.835/0001-45 Rua Marechal Deodoro, 170 – Centro – Concórdia / SC  
DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 87/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao  
exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 372,28.

249. TRANSPORTES RESPIRO LTDA ME - CNPJ 22.894.170/0001-08 Rua Rizieri João Perotti, 570 – Imigrantes – Concórdia / SC  
DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 356/2018 de 13/07/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao  
exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 210,06.

250. TRANSPORTES ROBERTO LTDA ME - CNPJ 15.833.821/0001-86 Estrada Rural, S/N – Interior – Concórdia / SC  
DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 497/2018 de 22/08/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de  
2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 321,42.

251. TRANSPORTES RODAIR LTDA EPP - CNPJ 00.802.328/0001-21 Rua Amantino Furlanetto, 50 – Santa Cruz – Concórdia / SC  
DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 266/2018 de 25/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao  
exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 316,37.

252. TRANSPORTES RV ZANELLA LTDA ME - CNPJ 09.616.654/0001-19 Rua Estrada Rural, S/N – Interior – Concórdia / SC  
DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 218/2018 de 05/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao  
exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 313,83.

253. TRANSPORTES SIMIONI EIRELI EPP - CNPJ 83.506.154/0001-87 Estrada Rural, S/N – Interior – Concórdia / SC  
DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 480/2018 de 22/08/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de  
2017 – parcela 2 – Valor: R\$ 107,15.

254. TRANSPORTES VF LTDA - CNPJ 85.386.340/0001-55 Rua Prefeito Segundo Dalla Costa, 398 – Imigrantes – Concórdia / SC  
DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 324/2018 de 10/07/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao  
exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 316,37.

255. TRINDO TECNOLOGIA LTDA ME - CNPJ 23.872.082/0001-60 Linha Lajeado Crescencio, S/N – Interior – Concórdia / SC  
DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 504/2018 de 22/08/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao  
exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 351,88.

256. T V S TRANSPORTES LTDA - CNPJ 05.147.401/0001-92 Rua Ângelo Poletto, 44 – Sunti – Concórdia / SC  
DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 471/2018 de 20/08/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017  
– parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 321,42.

257. VANDERLEI CARLOS KUNTZ ME - CNPJ 18.675.171/0001-86 Rua José Albiero, 1030 – Santa Rita – Concórdia / SC  
DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 430/2018 de 03/08/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao  
exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 318,90.

258. VANDERLEI PASINATTO ME - CNPJ 10.292.278/0001-33 Rua Isidoro Simioni, 717 – Industrial – Concórdia / SC  
DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 393/2018 de 24/07/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de  
2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 950,41.

259. VIANEI REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - CNPJ 07.848.398/0001-60 Rua Anselmo Ficanha, 135 – Imigrantes – Concórdia / SC  
DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 351/2018 de 13/07/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento  
referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 316,37.

260. VILMA VIEIRA REPRESENTAÇÕES - CNPJ 13.806.707/0001-31 Rua das Perobas, 175 – Floresta – Concórdia / SC  
DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 418/2018 de 03/08/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício  
de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 285,54.

261. VINICIO GUZZATTO ME - CNPJ 24.029.540/0001-66 Rua João Ampese, 144 – Liberdade – Concórdia / SC  
DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 247/2018 de 14/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de

2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 313,83.

262. VULCANIZADORA BARRIGA VERDE LTDA EPP - CNPJ 05.228.756/0001-06 Rua João Suzin Marini, 607 – Nossa Senhora da Salette – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 451/2018 de 14/08/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 2154,41.

263. WAGNER ZANETTI ME - CNPJ 13.984.0840001-97 Distrito de Santo Antônio, S/N – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 220/2018 de 05/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 452,52.

264. W MARCON REPRESENTAÇÕES LTDA - CNPJ 05.650.021/0001-76 Rua das Palmeiras, 45 – Floresta – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 416/2018 de 03/08/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 318,90.

265. WILLIAM THOMAZ DA SILVA 06643822904 - CNPJ 22.473.827/0001-55 Rua Leonel Mosele, 693 – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 157/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 249,30.

266. WORKFORCE MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA ME - CNPJ 11.499.680/0001-56 Rua 29 de Julho – Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 109/2018 de 17/05/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 372,28.

267. ZNT BRITAGEM COMÉRCIO DE PEDRAS - CNPJ 05.976.887/0001-71 Rodovia SC 283, S/N – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 206/2018 de 05/06/2018: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2017 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 636,17.

Douglas SOARES  
Fiscal de Tributos

ENORI ANTÔNIO BOLSI  
Secretário Municipal de Finanças

## EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2018 – FMEC

Publicação Nº 1770143

FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nº 7/2018 – FMEC

O Gestor da Fundação Municipal de Esportes, torna público que ratificou o ato da Senhora Jaira Zampieron, Chefe de Departamento, que declarou dispensável a licitação, nos termos do artigo 24, inciso V da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 09/10/2018, para a Aquisição de gêneros alimentícios para atender a delegação da FMEC, visando participação no Parajasc. A ser realizada na cidade de Jaraguá do Sul 09 a 15 de outubro de 2018; a favor de JOSE MARTINI NETO SUPERMERCADO MARTINI EIRELI no valor total de R\$ 83,92 (oitenta e três e noventa e dois), JOSE MARTINI NETO SUPERMERCADO MARTINI EIRELI no valor total de R\$ 17,98 (dezessete e noventa e oito), JOSE MARTINI NETO SUPERMERCADO MARTINI EIRELI no valor total de R\$ 43,96 (quarenta e três e noventa e seis), JOSE MARTINI NETO SUPERMERCADO MARTINI EIRELI no valor total de R\$ 155,40 (cento e cinquenta e cinco e quarenta), JOSE MARTINI NETO SUPERMERCADO MARTINI EIRELI no valor total de R\$ 11,90 (onze e noventa), JOSE MARTINI NETO SUPERMERCADO MARTINI EIRELI no valor total de R\$ 63,80 (sessenta e três e oitenta), JOSE MARTINI NETO SUPERMERCADO MARTINI EIRELI no valor total de R\$ 14,95 (quatorze e noventa e cinco), JOSE MARTINI NETO SUPERMERCADO MARTINI EIRELI no valor total de R\$ 10,99 (dez e noventa e nove), JOSE MARTINI NETO SUPERMERCADO MARTINI EIRELI no valor total de R\$ 5,18 (cinco e dezoito).

GIL ARTIFON  
Gestor da Fundação Municipal de Esportes

## PORTARIA FMC Nº 33/2018, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1769879

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CUTURA

PORTARIA FMC Nº 33/2018, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

O Diretor Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989, no art. 128, I e § 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Ceder o servidor abaixo relacionado, no período de 10 de outubro a 31 de dezembro de 2018, com ônus integral da remuneração ao Instituto do Meio Ambiente – IMA.

I – ANDERSON SCHARDONG, ocupante do cargo de Agente Administrativo, 35 (trinta e cinco) horas semanais, para desempenhar a função comissionada de Assessor do Presidente, no Instituto do Meio Ambiente – IMA

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JÚLIO GOMES  
Diretor Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

Publicado nesta FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA  
em 10 de outubro de 2018  
JÚLIO GOMES  
Diretor Geral da FMC

## **PRIMEIRO ADENDO AO EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 6/2018.**

Publicação Nº 1770247

### **MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

#### **PRIMEIRO ADENDO AO EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 6/2018.**

O Prefeito do Município de Concórdia, torna público o Primeiro Adendo ao Edital de Contribuição de Melhoria nº 6/2018, de 20 de setembro de 2018.

1. O item 6.2.1 passa a vigorar com a seguinte redação:

“6.2.1. As cotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do Município ou isentos de contribuição de melhoria, conforme Lei nº 5.025, de 13 de dezembro de 2017.” (NR)

2. Os itens 7.1 e 7.2 passam a vigorar com a seguinte redação:

“7.1. Os custos totais para a realização da obra, de acordo com as benfeitorias realizadas na rua e projetos respectivos, estão expressos na tabela abaixo:

ACESSO À LINHA GASPERINI	CUSTO TOTAL (R\$)
Valor pós-licitação	1.602.288,01
TOTAL DA OBRA	1.602.288,01
Valor da obra relativo à área urbana	403.050,208
Valor da obra relativo à área rural (isenta de contribuição de melhoria)	1.199.237,802
Subsídio Município	1.400.762,906
Valor limite total para cobrança da Contribuição de Melhoria	201.525,104

7.2. O limite total da contribuição de melhoria a ser cobrada será de R\$ 201.525,104 (duzentos e um mil, quinhentos e vinte e cinco reais e cento e quatro milésimos de real), ressalvando-se a hipótese de aditivos contratuais.” (NR)

3. O item 7.6, passa a vigorar com a seguinte redação:

“7.6. O valor de rateio (VR) será o “valor limite total para cobrança de contribuição de melhoria”, apurado em R\$ 201.525,104 (duzentos e um mil, quinhentos e vinte e cinco reais e cento e quatro milésimos de real), multiplicado pelo percentual individual de valorização.” (NR)

Centro Administrativo Municipal de Concórdia,  
aos 10 dias do mês de outubro de 2018.  
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal



# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2018

Publicação Nº 1769986

Estado de Santa Catarina  
Município de Cordilheira Alta  
Câmara Municipal de Vereadores de Cordilheira Alta  
Aviso de Licitação

A Câmara Municipal de Vereadores de Cordilheira Alta/SC, CNPJ 11.200.336/0001-14, vem por meio da Pregoeira Oficial do Poder Executivo Municipal de Cordilheira Alta, autorizada pela Lei Municipal n. 1.240/2017, tornar público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO/PREÇO GLOBAL, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis, conforme informações abaixo:

Processo Administrativo n. 02/2018  
Pregão Presencial n. 02/2018  
Tipo: Menor preço global

Objeto: A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA/E OU INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR VISANDO A SELEÇÃO DE PROPOSTA MAIS VANTAJOSA, DO TIPO MENOR PREÇO/PREÇO GLOBAL, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE COORDENAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE TODAS AS FASES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, DESTINADO AO PROVIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER EFETIVO DO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, CFE QUADRO DESCRITO NESTE EDITAL E EM SEU ANEXO I.

Entrega dos Envelopes: até às 14:00 horas do dia 25/10/2018.  
Abertura dos Envelopes: 14:15 horas do dia 25/10/2018.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Avenida Fermino Tozzo, Nº 73, centro, CEP 898019-000, Cordilheira Alta/SC, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou ainda no e-mail [secretariacamara@pmcordi.sc.gov.br](mailto:secretariacamara@pmcordi.sc.gov.br), [ctbcamara@pmcordi.sc.gov.br](mailto:ctbcamara@pmcordi.sc.gov.br) e também site [www.pmcordi.sc.gov.br](http://www.pmcordi.sc.gov.br). Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 3358-0499.  
Cordilheira Alta, 09 de Outubro de 2018.  
ADEMIR TRESSOLDI  
Presidente da Câmara de Vereadores de Cordilheira Alta-SC.

### EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 86/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2018

Publicação Nº 1769730

#### EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público o resultado da licitação conforme a baixo especifica:

MODALIDADE: Pregão Presencial nº33/2018

JULGAMENTO: Menor preço por Lote

PROCESSO: 86/2018.

SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Educação.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LIVROS DE LITERATURA INFANTILEINFANTO-JUVENIL, DESTINADOS ÀS ESCOLAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL.

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R\$70.974,85 (Setenta mil novecentos e setenta e quatro reais, oitenta e cinco centavos).

ADJUDICAÇÃO: Decaído o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, a Comissão de Licitações declara vencedora a empresa: VIZU EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA para os LOTES 01, 02,03,04,05,06,07,08,09,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19, 20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37,38,39,40,41,42,43,44,45,46,47,48,49,50,51,52,53,54,55,56,57,58,59,60,61,62,63, 64,65,66,67,68,69,70,71,72,73,74,75,76,77,78,79,80,81,82,83,84,85,86,87,88,89,90,91,92,93,94,95,96,97,98,99,100,101,102,103,104,105 e 106 no valor total R\$70.974,85 adjudicado em favor da empresa o objeto da licitação em epígrafe. Após publicado este resultado no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão encaminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir; Cordilheira Alta, SC, em 09 de Outubro de 2018.

ADRIANA DE CEZARO MORESCO

Pregoeira

**LEI Nº 1.264/2018**

Publicação Nº 1770074

LEI Nº 1.264/2018

**“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

O prefeito municipal de cordilheira alta, estado de santa catarina, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, faz saber que a câmara de vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional suplementar no orçamento de 2018 no valor de até R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), os quais serão utilizados para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 04.122.2503.2.020 – Gestão e Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria de Adm., Fazenda e Planejamento

Modalidade de Aplicação: 339000 – 14

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 60.000,00

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.078 – Participação em Consórcios.

Modalidade de Aplicação: 337100 – 17

Fonte de Recursos: 10.002 – Ordinários – R\$ 12.000,00

Art. 2º Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será anulada parte das seguintes dotações orçamentárias.

Projeto/Atividade: 20.604.2510.2.053 – Programa Melhoramento Genético.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 63

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 12.000,00

Projeto/Atividade: 28.843.0000.0.001 – Pagamento dos Encargos Gerais do Município.

Modalidade de Aplicação: 469000 – 160

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 60.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, 09 de outubro de 2018.

ALTEMIR PEDERSSETTI

Prefeito em exercício

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 34/2018

Publicação Nº 1769765

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

#### DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação Nº 34/2018.

#### Contratado:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHEIRO ELÉTRICO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO ELÉTRICO PARA A REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA AMAZONAS E CONTINUAÇÃO DA AVENIDA SANTA CATARINA..

Vigência: 31/12/2018.

FUNDAMENTO LEGAL: É dispensável a licitação (Lei 8.666/93)

Artigo 24- I - para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

Coronel Freitas (SC) 09 de outubro de 2018.

IZEU JONAS TOZETTO

Prefeito Municipal

### REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 02/2018

Publicação Nº 1769889

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 89/2018

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS Nº 02/2018

EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 01/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR EMPREITADA GLOBAL PARA CONSTRUÇÃO DE PASSARELA METÁLICA PARA PEDESTRES NA RUA CEARÁ.

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Santa Catarina, 1022, Centro, Coronel Freitas - SC, através de seu Prefeito Municipal IZEU JONAS TOZETTO, TORNA PÚBLICO:

#### 1 – DA REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

A Prefeitura Municipal, através da autoridade competente, Sr. Izeu Jonas Tozetto, Prefeito Municipal, levando em consideração:

- Considerando os questionamentos havidos durante o início do trâmite processual do edital de licitação modalidade Concorrência nº 02/2018;
- Considerando que não há tempo hábil para designar sessão de abertura de propostas comerciais, tendo em vista que as validades das propostas apresentadas pelas licitantes estão esgotando-se;
- Considerando a identificação de falhas na especificação de termos utilizados em referido certame para comprovação de capacidade técnica dos participantes;
- Considerando que outros projetos para construção de obras semelhantes foram solicitados para licitar.

RESOLVE, POR CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE: REVOGAR O PRESENTE PROCESSO LICITATÓRIO, sendo que na fase em que se encontra data vênua, não gera prejuízos aos participantes, tendo em vista que os envelopes de propostas comerciais ainda não foram abertos e que a validade dessas propostas estão esgotando-se.

Assim sendo, seguindo-se os princípios norteadores das atividades da Administração, torna pública referida decisão.

Coronel Freitas-SC, 08 de outubro de 2018.

IZEU JONAS TOZETTO

Prefeito Municipal

# Coronel Martins

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 159/2018

Publicação Nº 1770510

DECRETO N.º 159, DE 02 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A abertura de crédito adicional SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2018 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2018/2021, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2018 e Lei Orçamentária Anual nº. 700 de 07/11/2017;

Decreta:

Art. 1º - Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) na seguinte Programação de despesa:

15.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
10.301.1001	2.034	Manutenção das Atividades da Saúde		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
3.3.93.00.00.00	Aplic. Diretas Decor. De Op. Entre órgãos	01.1002	13	55.000,00
Total				55.000,00

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos pela anulação parcial de dotação orçamentária na seguinte programação de despesas:

15.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
10.301.1001	2.034	Manutenção das Atividades da Saúde		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
3.1.90.00.00.00	Aplic. Diretas	01.1002	8	55.000,00
Total				55.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 02 de Outubro de 2018.

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Sec. Munic. De Adm. Planej. E Finanças

### DECRETO Nº 160/2018

Publicação Nº 1770514

DECRETO N.º 160, DE 02 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A abertura de crédito adicional SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2018 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2018/2021, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2018 e Lei Orçamentária Anual nº. 700 de 07/11/2017;

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 4.266,63 (quatro mil duzentos e sessenta e seis reais e sessenta e três centavos) na seguinte Programação de despesa:

15.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição

10.301.1001	2.034	Manutenção das Atividades da Saúde		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
3.1.71.00.00.00	Transf. A Cons. Públicos	01.1002	7	4.266,63
Total				4.266,63

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos pela anulação parcial de dotação orçamentária na seguinte programação de despesas:

15.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
10.301.1001	2.034	Manutenção das Atividades da Saúde		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
3.3.90.00.00.00	Aplic. Diretas	01.1002	12	4.266,63
Total				4.266,63

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 02 de Outubro de 2018.

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Sec. Munic. De Adm. Planej. E Finanças

**LEI COMPLEMENTAR Nº 051/2018**

Publicação Nº 1770099

**MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS**  
**Estado de Santa Catarina****LEI COMPLEMENTAR N.º 051, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.**

Institui o Programa de Recuperação Fiscal de Coronel Martins - PREFIX, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo inciso VI do art. 94, da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar.

**Art. 1º** Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal de Coronel Martins – PREFIX, destinado a promover a regularização de créditos tributários do Município de Coronel Martins, cujo fato gerador tenha ocorrido até 31/12/ 2017.

**Art. 2º** A anistia e/ou remissão abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede, não se aplicando;

**I** – aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções e aos que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele;

**II** – salvo disposição em contrário, às infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

**Art. 3º** O ingresso no PREFIX dar-se á por opção do sujeito passivo, pessoa física ou jurídica, mediante requerimento ao Departamento de Tributação e Fiscalização da Prefeitura, até 180 (cento e oitenta ) dias da data da homologação desta lei.

**§ 1º** O Município promoverá ampla divulgação e publicidade desta Lei Complementar, podendo notificar os contribuintes em situação de débito.

**§ 2º** A opção estabelecida no caput deste artigo implica a inclusão da totalidade dos débitos do contribuinte, pessoa física ou jurídica, inclusive os não constituídos, que serão incluídos no Programa mediante confissão.

**Art. 4º** O PREFIX abrangerá todos os débitos lançados ou denunciados espontaneamente pelo optante, inclusive os acréscimos legais relativos à multa e juros e demais encargos previstos na legislação vigente à época da ocorrência dos fatos geradores, os decorrentes de obrigações acessórias, os parcelamentos em curso relativos às parcelas vencidas e vincendas e os débitos inscritos em dívida ativa, mesmo que em protesto ou cobrança judicial.

**§ 1º** Fica autorizada a inclusão no PREFIX, do contribuinte de parcelamentos efetuados até a data da publicação desta lei complementar, sendo restrita a aplicação do

[administracao@coronelmartins.sc.gov.br](mailto:administracao@coronelmartins.sc.gov.br)  
Fone: (49) 3459-0011



**Rua Porto Alegre, 47 - Centro**  
**CEP 89.837-000 - Coronel Martins - SC**  
**CNPJ 95.993.093/0001-09**



## **MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS**

### **Estado de Santa Catarina**

benefício às parcelas vincendas a contar da adesão.

§ 2º A pessoa jurídica que suceder a outra será responsável pelos tributos devidos pela sucedida nas hipóteses dos artigos 132 e 133 do Código Tributário Nacional e deverá solicitar convalidação da opção feita pela sucedida.

§ 3º Este programa não gera crédito para contribuintes que se mantiveram em dia com suas obrigações fiscais.

§ 4º Para os débitos que estejam em fase de protesto ou execução fiscal, o contribuinte deverá efetuar o pagamento das custas, honorários e despesas decorrentes.

**Art. 5º** Nos casos em que o contribuinte tenha débito de mais de um tributo, será emitido documento unificando as espécies de tributos e trazendo a discriminação de cada um deles.

**Art. 6º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a anistia e/ou remissão sobre os encargos previstos no artigo 4º desta Lei Complementar, observadas as seguintes condições:

**a)** anistia de 90% (noventa por cento) dos juros e multas para o contribuinte que requerer o PREFIX para pagamento em parcela única no período de 30 (trinta) dias da data da homologação desta lei;

**b)** anistia de 85% (oitenta e cinco por cento) dos juros e multas para o contribuinte que requerer o PREFIX para pagamento em parcela única no período de 60 (sessenta) dias da data da homologação desta lei;

**c)** anistia de 80% (oitenta por cento) dos juros e multas para o contribuinte que requerer o PREFIX para pagamento em parcela única no período de 90 (noventa) dias da data da homologação desta lei;

**d)** anistia de 75% (setenta e cinco por cento) dos juros e multas para o contribuinte que requerer o PREFIX para pagamento em parcela única no período de 120 (cento e vinte) dias da data da homologação desta lei;

**e)** anistia de 70% (setenta por cento) dos juros e multas para o contribuinte que requerer o PREFIX para pagamento em parcela única ,de 121 (cento e vinte e um) dias da data da homologação desta lei;

**f)** anistia de 60% (sessenta por cento) dos juros e multas, para o contribuinte que requerer o PREFIX , em até 05 parcelas, mensais e sucessivas, não poderá ser inferior ao valor de R\$ 100,00 (cem reais) cada parcela, cuja adesão deverá ser requerida até 90 (noventa ) dias da data da homologação desta lei;

**administracao@coronelmartins.sc.gov.br**  
**Fone: (49) 3459-0011**



**Rua Porto Alegre, 47 - Centro**  
**CEP 89.837-000 - Coronel Martins - SC**  
**CNPJ 95.993.093/0001-09**





## **MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS**

### **Estado de Santa Catarina**

**g)** anistia de 50% (cinquenta por cento) dos juros e multas, para o contribuinte que requerer o PREFIX, em até 05 parcelas, mensais e sucessivas, não poderá ser inferior ao valor de R\$ 100,00 (cem reais) cada parcela, cuja adesão deverá ser requerida de 91 (noventa e um) dias da data da homologação desta lei.(até termino do programa)

**§ 1º** Formalizada a opção do contribuinte pelo PREFIX, será emitida guia de recolhimento, a qual deverá ser recolhida até o primeiro dia útil subsequente à data da adesão, sob pena de indeferimento da opção pelo programa, e da manutenção do status quo ante da obrigação.

**§ 2º** Nos casos em que o contribuinte optar pelo parcelamento que tratam as alíneas “f” e “g” deste artigo, a adesão ao PREFIX será formalizada com o pagamento da primeira parcela. Implica em renúncia aos benefícios do Programa o contribuinte que deixar de pagar as parcelas em seus respectivos vencimentos, restituindo-se ao status quo ante da adesão ao PREFIX, com a dedução dos valores pagos.

**Art. 7º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder anistia de 70% (setenta por cento) do crédito tributário constituído em decorrência do descumprimento de obrigação acessória (multa), exigido por notificação fiscal, até a data da entrada em vigor da presente Lei Complementar, com pagamento em parcela única. EXCLUIR

**Art. 8º** A opção pelo PREFIX sujeita o contribuinte a:

**I** – confissão irrevogável e irretratável dos débitos referidos no art. 1º desta Lei Complementar;

**II** – aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei Complementar.

**Parágrafo único.** A confissão estabelecida no inciso I implica na expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como a desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos fiscais, ficando eventual execução fiscal suspensa até o cumprimento integral do programa, mantida eventual garantia do débito formalizada em Juízo.

**Art. 9º** Em razão da existência de convênio integral com a Receita Federal, formalizado nos termos do Art. 41, §3º da Lei Complementar nº 123/2006, que estabelece a cobrança administrativa e judicial dos débitos de ISSQN oriundos do Simples Nacional pelo Município de Coronel Martins, poderão participar do PREFIX os optantes desse regime tributário que tenham débitos de ISSQN com o Município de Coronel Martins apurados no Simples Nacional e que se enquadrem nas demais condições desta Lei.

**§ 1º** Poderão ser parcelados no PREFIX os débitos referentes ao ISSQN devidos na sistemática do Simples Nacional, observados os prazos do artigo 18 da Lei

**administracao@coronelmartins.sc.gov.br**  
**Fone: (49) 3459-0011**



**Rua Porto Alegre, 47 - Centro**  
**CEP 89.837-000 - Coronel Martins - SC**  
**CNPJ 95.993.093/0001-09**



## **MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS**

### **Estado de Santa Catarina**

Complementar nº 012 de 16 de dezembro de 2003.

§ 2º Os tributos de competência estadual ou federal do optante do Simples Nacional seguirão as regras de cobrança e parcelamento definidas pelo respectivo ente competente;

§ 3º Aplicam-se as regras do PREFIX para o cálculo de juros, multas e correção monetária dos débitos de ISSQN devidos ao Município de Coronel Martins apurados pelo Simples Nacional, por serem mais benéficas ao contribuinte, quando comparadas aos parcelamentos vigentes no âmbito federal, conforme determina o Art. 106, II, c e Art. 112 do Código Tributário Nacional;

§ 4º Aplicam-se as regras do Código Tributário Municipal [Lei Complementar 045/1994] e do PREFIX para o cálculo de débitos e de parcelamento quando o sujeito passivo for pessoa jurídica;

**Art. 10** Em razão da desproporção entre a despesa pública realizada para a propositura e tramitação, as execuções fiscais não serão ajuizadas enquanto os débitos do contribuinte não atingirem 350 Unidades Fiscais de Referência do Município (UFRM's), sem prejuízo do protesto extrajudicial da certidão de dívida ativa;

**Art. 11.** O Poder Executivo Municipal regulamentará por Decreto no que for pertinente, esta Lei Complementar;

**Art. 12.** As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar serão consignadas no orçamento em vigor;

**Art. 13.** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário;

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins/SC, em 09 de outubro de 2018.

**ADEMIR MADELLA**  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

**GIUVANI SCHUSTER**  
Secretário Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

[administracao@coronelmartins.sc.gov.br](mailto:administracao@coronelmartins.sc.gov.br)  
Fone: (49) 3459-0011



**Rua Porto Alegre, 47 - Centro**  
**CEP 89.837-000 - Coronel Martins - SC**  
**CNPJ 95.993.093/0001-09**

**LEI MUNICIPAL Nº 718/2018**

Publicação Nº 1770095

LEI Nº 718, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

Dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual 2018/2021, instituído pela Lei nº 695/2017 do Município de CORONEL MARTINS e dá outras providências.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alteradas as planilhas que compõem o Plano Plurianual, representadas no anexo III, com a inclusão e alteração de ações, com adequação de metas e valores para os exercícios de 2019, e estruturação de acordo com as fontes e detalhamento de recursos, conforme anexo II, e Programas especificados no anexo I.

Art. 2º Os valores constantes em cada ação foram atualizados de acordo com as previsões de arrecadação de receitas do anexo IV, com a indicação das respectivas fontes e detalhamento das destinações de recursos.

Art. 3º Foram atualizados os valores para o exercício de 2019, de maneira a adequar os programas e fontes de recursos, e manter o equilíbrio entre as receitas e despesas que sofrem constantes modificações no cenário econômico de cada ente.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins/SC,  
em 09 de outubro de 2018.

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Secretario Mun. De Administração, Planejamento e Finanças

**PORTARIA Nº 140/2018**

Publicação Nº 1770511

PORTARIA Nº. 140 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018

CONCEDE LICENÇA "PATERNIDADE" AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal;

Considerando certidão de nascimento entregue pelo servidor no dia 08 de Outubro de 2018;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade;

CONCEDER:

Art. 1º Licença Paternidade ao Servidor Público Municipal Sr. Claudir de Souza, lotado no cargo de Operador de Maquinas, por um período de 05 (cinco) dias úteis, a partir do dia 03 de Outubro de 2018

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 08 de Outubro de 2018.

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Secr. Munic. De Administração, Planejamento e Finanças

**PORTARIA Nº 141/2018**

Publicação Nº 1770513

PORTARIA Nº 141, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVOS EM ESTÁGIO PROBATÓRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal;

**NOMEIA:**

Art. 1º Fica nomeada Comissão de Avaliação de desempenho dos Servidores do Magistério Público Municipal efetivo e em estágio probatório dos aprovados e admitidos em concurso público, com a incumbência de realizar a avaliação especial de desempenho dos servidores públicos municipais que se encontram em estágio probatório para os efeitos do disposto no art. 32 da Lei Complementar nº 039/2013 de 03/12/2013, com base nos formulários de avaliação semestral, composta pelos servidores abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro:

- Neiva Terezinha Ghidini – Dir. Geral da Escola de Ensino Fundamental
- Lucimara Bolzan May- Professor II
- Carolina de Fatima de Jesus Madella – Auxiliar Administrativo
- Maria Lucia Marchetti Picetti – Professora VI
- Joceni Ida Bertan – Representante do Conselho Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial Portaria nº 070 de 03 de Julho de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 09 de Outubro de 2018.

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Sec. Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 068/2018**

Publicação Nº 1769663

AVISO DE LICITAÇÃO  
MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS – SC  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 68/2018  
TOMADA DE PREÇO Nº 001/2018  
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

O Município de Coronel Martins – SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA À EXECUÇÃO DE OBRAS DE ENGENHARIA PARA A CONTINUIDADE E CONCLUSÃO CONFORME REPLANEJAMENTO DA QUADRO ESPORTIVA A SER EDIFICADA JUNTO AO CENTRO EDUCACIONAL DE CORONEL MARTINS, com recursos advindos do Convênio com o Ministério da Educação/FNDE/PAC 2 –Termo de Compromisso PAC 2 204527/2013 em regime de execução indireta de empreitada por preço unitário, conforme Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronograma físico financeiro PADRÃO FNDE, descritos nos Anexos III – VII e demais Anexos parte integrante deste edital. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h:30min do dia 29 de outubro de 2018, procedendo à abertura às 08h:45min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos no site [www.coronelmartins.sc.gov.br](http://www.coronelmartins.sc.gov.br), ou junto à sede do Município de Coronel Martins - SC, sito à Rua Porto Alegre nº 47, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Coronel Martins - SC, 09 de outubro de 2018.

Lais Cristina Bandeira  
Pregoeira

**TERMO ADITIVO Nº 040/2018**

Publicação Nº 1769500

ANEXO TC-07/94 - PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE QUANTIDADE REFERENTE À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2018, DE 07 DE MARÇO DE 2018.

MÊS/ANO:MARÇO/2018. ATA DE REGISTRO DE PREÇO: 007/2018

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 07/03/2018

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DE QUANTIDADE DE ITENS

Ficam alteradas e acrescidas em um percentual de até 25% a quantidade do item da Ata de Registro de Preços nº 007/2018, firmada em 07 de março de 2018, fica alterada em conformidade com o que segue:

Item	Descrição	Qty.	Preço Unit.	Preço Total
104	Cabo PP Flexível 2X4mm	125 mt	3,48	435,00

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO**

Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Edson Valgoi OAB/SC nº 21.916

TIPO PESSOA (1/2):2 CNPJ: 28.199.742/0001-07

CONTRATADA: CORONEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

**TERMO ADITIVO Nº 041/2018**

Publicação Nº 1769503

ANEXO TC-07/94 - PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 056/2017 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS E RJ SERVIÇOS DE MÁQUINAS EIRELI – ME.

MÊS/ANO:SETEMBRO/2017. CONTRATO Nº: 056/2017

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 29/09/2017

**CLÁUSULA PRIMEIRA- DO PRAZO**

O prazo de vigência do Contrato que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado até 29 de SETEMBRO de 2019.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO**

Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Edson Valgoi OAB/SC nº 21.916

TIPO PESSOA (1/2):2 CNPJ: 24.233.685/0001-84

CONTRATADA: RJ SERVIÇOS DE MAQUINAS EIRELI-ME

**TERMO ADITIVO Nº 042/2018**

Publicação Nº 1769505

ANEXO TC-07/94 - PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 01/2017 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS E MUNICIPIO DE GALVÃO.

MÊS/ANO:JULHO/2017. CONVÊNIO Nº: 01/2017

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 03/07/2017

**CLÁUSULA PRIMEIRA- DO VALOR**

Ficam alterado a CLÁUSULA TERCEIRA – do valor do Convênio nº 01/2017 passando a mesma a vigorar com a seguinte redação: O valor total reajustado do presente termo aditivo dos serviços prestados fica de 1,762% passando do valor de 8.000,00 (oito mil) mensal, para o valor de 8.14,00 (oito mil cento e quarenta mil reais) mensais.

**CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO**

O Prazo de contratação será a partir de 01 de julho de 2018 com término em 31 de maio de 2019, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO**

Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Edson Valgoi OAB/SC nº 21.916

TIPO PESSOA (1/2):2 CNPJ: 83.009.902/0001-16

CONTRATADA: MUNICIPIO DE GALVÃO

**TERMO ADITIVO Nº 043/2018**

Publicação Nº 1769507

ANEXO TC-07/94 - PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE QUANTIDADE REFERENTE AO CONTRATO Nº 021/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

MÊS/ANO:ABRIL/2018. CONTRATO Nº: 021/2018

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 02/04/2018

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DE QUANTIDADE DE ITENS**

Ficam alteradas e acrescidas em um percentual de até 25% a quantidade dos itens do Contrato nº 021/2018, firmada em 02 de abril de

2018, fica alterada em conformidade com o que segue:

Prestação de serviços de conexão de internet para o Poder Público do Município de Coronel Martins – SC.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO**

Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

**RESPONSÁVEL JURÍDICO:** Dr. Edson Valgoi OAB/SC nº 21.916

**TIPO PESSOA (1/2):** 2 CNPJ: 00.744.497/0001-52

**CONTRATADA:** SABER INFORMATICA LTDA

# Correia Pinto

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA - PROCESSO Nº 48/2018 PMCP

Publicação Nº 1769979

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2018 PMCP  
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

O Município de Correia Pinto torna público, para conhecimento, que a licitação na modalidade Tomada de Preços nº. 48/2018 PMCP, cujo Objeto: CONSTRUÇÃO/REFORMA DA ESCOLA MULTISSERIADA MUNICIPAL BARRA DOS ÍNDIOS. CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO. NO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC, realizada em 03 de outubro de 2018, às 9 horas foi considerada DESERTA, por não comparecerem interessados ao certame.

Correia Pinto/SC 09 de outubro de 2018.  
CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO  
Prefeito



# Corupá

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1536/18

Publicação Nº 1770408

DECRETO Nº 1536/18

AUTORIZA O ROTARY CLUB DE CORUPÁ – SC A FAZER USO DO ESPAÇO PÚBLICO DA PRAÇA MUNICIPAL ARTUR MÜLLER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do artigo 66, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 152 e 155 da Lei Complementar Municipal nº 010/2009, de 29 de setembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o ROTARY CLUB DE CORUPÁ – SC a fazer uso do espaço público da Praça Municipal Artur Müller, no dia 13 de outubro de 2018 para a montagem das tendas e no dia 14 de outubro de 2018 com início às 7:00 horas e término às 12:30 horas, para a realização do evento Rotary Kids, tendo como responsável o Sr. Abel Hackbardt.

Art. 2º - Fica autorizado, durante a realização do evento, a interdição parcial da Avenida Getúlio Vargas no trecho defronte à Praça Municipal Artur Müller.

Parágrafo único. A realização do evento Rotary Kids fica condicionado que o responsável preste informação junto aos órgãos de polícia competentes.

Art. 3º - Toda a limpeza (principalmente dos banheiros), segurança, zelo e integridade do patrimônio público, relativamente ao local da realização do evento, fica sob inteira responsabilidade do ROTARY CLUB DE CORUPÁ – SC.

Art. 4º - A autorização para uso do espaço público não acarreta em prejuízo a necessidade de observância aos ditames do Código de Posturas e demais Leis, inclusive no tocante a vedação ao consumo de bebidas alcoólicas em espaços públicos e vedação ao embarço a fluidez regular do trânsito.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 10 de outubro de 2018.  
JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### RESOLUÇÃO Nº. 008, DE 21 DE AGOSTO DE 2018 - CMAS

Publicação Nº 1770364

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CORUPÁ - SC

Rua: Otto Hillbrecht, 370/Bomplant

Cep: 89278-000 / Telefone: 47-3375-2483

e-mail: cmas@corupa.sc.gov.br

Resolução nº. 008, de 21 de Agosto de 2018.

Altera o Artigo 8º, § 4º, da Resolução nº 006, de 06 de Junho de 2017 que estabelece critérios e prazos para a concessão de

Benefícios Eventuais da Política de Assistência Social no município de Corupá e dá outras providências.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, pela Lei Municipal, nº 2.240 de 19 de Maio de 2017, que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social do Município de Corupá e pela Lei Municipal 2.201 de 15 de Dezembro de 2015, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Assistência Social e,

CONSIDERANDO que a concessão dos Benefícios Eventuais é um direito garantido em lei e de longo alcance social;

CONSIDERANDO que os Benefícios Eventuais da Assistência Social, previsto no art. 22 da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, alterada pela Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011, integram o conjunto de proteções da Política de Assistência Social e neste sentido, inserem-se no processo de reordenamento dos serviços, programas, projetos e benefícios, de modo a garantir o acesso à proteção social, ampliando e qualificando as ações protetivas;

CONSIDERANDO a Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS, que apresenta no seu Art. 4º as seguranças afiançadas pelo SUAS - "V- apoio e auxílio: quando sob riscos circunstanciais, exige a oferta de auxílios em bens materiais e em pecúnia, em caráter transitório, denominados de Benefícios Eventuais para as famílias, seus membros e indivíduos";

CONSIDERANDO a V Conferência Nacional de Assistência Social, de 08 de dezembro de 2005, que aprovaram metas para implementação da Política de Assistência Social no Brasil, e a Meta 17 prevê "Regulamentar os Benefícios Eventuais, conforme art. 22 da LOAS";

CONSIDERANDO a Resolução nº 212, de 19 de outubro de 2006, do CNAS, que propõe critérios orientadores para a regulamentação da provisão dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política de Assistência Social;

CONSIDERANDO o Decreto nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007, que dispõe sobre os Benefícios Eventuais e define em seu art. 90 que as "provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação, integração nacional e das demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de Benefícios Eventuais da Assistência Social";

CONSIDERANDO a Resolução nº 39, de 09 de dezembro de 2010, do CNAS que dispõe sobre o processo de reordenamento dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política de Assistência Social em relação a Política de Saúde;

CONSIDERANDO a Resolução nº 07, de setembro de 2009, da Comissão Intergestores Tripartite - CIT que institui o Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que acorda procedimentos para a gestão integrada dos serviços, benefícios socioassistenciais e transferências de renda para o atendimento de indivíduos e de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família - PBF, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, Benefício de Prestação Continuada - BPC e Benefícios Eventuais, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS;

CONSIDERANDO o Caderno de Orientações do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS para o Controle Social do Benefício de Prestação Continuada - BPC, Programa Bolsa Família - PBF e

Benefícios Eventuais da Assistência Social, de maio de 2014;  
CONSIDERANDO a Resolução nº 16 do CEAS, de 23 de novembro de 2016, que propõe critérios orientadores para a regulamentação da provisão de Benefícios Eventuais no âmbito da Política Pública Estadual de Assistência Social e do cofinanciamento estadual;  
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 2.240, de 19 de Maio de 2017, que regulamenta o Sistema Único de Assistência Social no município de Corupá, no capítulo V, Seção I que trata dos Benefícios Eventuais e Seção II que trata da Prestação dos Benefícios Eventuais;  
CONSIDERANDO a Resolução nº 006, de 06 de Junho de 2017, que estabelece critérios e prazos para a concessão dos Benefícios Eventuais da Política de Assistência Social no Município de Corupá;

O Conselho Municipal de Assistência Social de Corupá - CMAS, em reunião ordinária realizada no dia 21 de Agosto de 2018, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º - Alterar o artigo 8º, § 4º, da Resolução nº 006/2017, passando a vigorar a seguinte redação:

§ 4º O benefício auxílio-natalidade ocorrerá na forma de pecúnia em uma parcela no valor de 1/2 (meio) salário-mínimo vigente.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Daniela Neves de Souza  
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

# Cunha Porã

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL Nº 095/2018.

Publicação Nº 1770130

DECRETO MUNICIPAL Nº 095/2018.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial o Art. 96 VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o Art. 7º, II da Lei nº 2.757, de 28 de dezembro de 2017, e as disposições da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964;

CONSIDERANDO os recursos do Superávit Financeiro do exercício de 2017;

CONSIDERANDO os recursos do Excesso de Arrecadação do exercício de 2018;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação no exercício de 2018 e Superávit Financeiro do exercício de 2017 no valor de R\$ 144.960,00 (cento e quarenta e quatro mil novecentos e sessenta reais), conforme demonstrado abaixo:

ORGÃO: 03.00 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
Unidade Orçamentária: 03.01 – ADMINISTRAÇÃO  
Proj./Ativ.: 04.122.0003.2.005 – Manut. das Ações da Administração Geral

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas  
(1014) Fonte: 0.1.00.00.00 – Excesso Arrec. Recursos Ordinários ..... R\$ 20.000,00

Modalidade Aplicação: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas  
(1015) Fonte: 0.1.00.00.00 – Excesso Arrec. Recursos Ordinários .....R\$ 5.000,00

Unidade Orçamentária: 03.02 – FINANÇAS  
Proj./Ativ.: 04.123.0004.2.008 – Manut. das Ações da Administração Financeira

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas  
(1028) Fonte: 0.1.00.00.00 – Excesso Arrec. Recursos Ordinários ..... R\$ 10.000,00

ORGÃO: 05.00 – SECRET. DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
Unidade Orçamentária: 05.01 – Educação  
Proj./Ativ.: 12.361.0009.2.014 – Manut. Das Ações do Transporte Escolar

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas  
(1039) Fonte: 0.1.01.00.00 – Excesso de Arrecad. Receita de Impostos ..... R\$ 25.000,00

(1040) Fonte: 0.1.36.00.00 – Excesso de Arrecad. Salário-Educação ..... R\$ 10.000,00

Proj./Ativ.: 12.364.0012.2.020 – Manut. de Ações do Ensino Superior

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas  
(1053) Fonte: 0.1.00.00.00 – Excesso de Arrecad. Rec. Ordinários ..... R\$ 51.000,00

ORGÃO: 06.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade Orçamentária: 06.01 – Fundo Municipal de Saúde

Proj./Ativ.: 10.301.0007.2.040 – Manut. Das Ações Gerais do Dpto. De Saúde

Modalidade Aplicação: 3.3.93.0000 – Apl. Dir. de Oper. De Org., Fund. e Ent.

(1168) Fonte: 0.1.02.00.00 – Excesso de Arrecad. Rec. De Impostos ..... R\$ 15.000,00

ORGÃO: 07.00 – SECRET. DE INFRAESTRUTURA

Unidade Orçamentária: 07.01 – Dpto. De Planejamento e Obras  
Proj./Ativ.: 15.451.0014.1.007 – Obras de Melhoria da Infraestrutura Urbana

Modalidade Aplicação: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas  
(248) Fonte: 0.3.89.00.00 – Superávit Alienação de Bens ..... R\$ 8.960,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar de que trata o Art. 1º, no valor de 136.000,00 (cento e trinta e seis mil reais) será utilizado o excesso de arrecadação verificado no exercício de 2018 e para o valor de R\$ 8.960,00 (oito mil novecentos e sessenta reais) serão utilizados os recursos do Superávit Financeiro de alienação de bens.

Art. 3º. Fica pelo presente Decreto, efetuado remanejamento de dotação orçamentária dentro da mesma categoria de programação de despesa, no órgão, Projeto e Atividade, conforme demonstrado abaixo:

ORGÃO: 06.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade Orçamentária: 06.01 – Fundo Municipal de Saúde  
Proj./Ativ.: 10.301.0007.2.040 – Manut. Das Ações Gerais do Dpto. De Saúde

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas  
(1165) Fonte: 0.1.02.00.00 – Rec. De Impostos e Transferências ..... R\$ 50.000,00

ORGÃO: 07.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
Unidade Orçamentária: 07.01 – Dpto. De Planejamento e Obras  
Proj./Ativ.: 26.782.0017.2.030 – Manut. Das Ações do Dpto. De Infraestrutura e Transporte  
Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas  
(1103) Fonte: 0.1.00.00.00 – Recursos Ordinários ..... R\$ 50.000,00

Art. 4º. Os recursos para cobertura do presente Remanejamento, que trata o artigo anterior, será proveniente da anulação parcial das dotações orçamentárias, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme especificação a seguir:

ORGÃO: 06.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade Orçamentária: 06.01 – Fundo Municipal de Saúde  
Proj./Ativ.: 10.301.0007.2.040 – Manut. Das Ações Gerais do Dpto. De Saúde  
Modalidade Aplicação: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas  
(1162) Fonte: 0.1.02.00.00 – Rec. De Impostos e Transferências ..... R\$ 50.000,00

ORGÃO: 07.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
Unidade Orçamentária: 07.01 – Dpto. De Planejamento e Obras  
Proj./Ativ.: 26.782.0017.2.030 – Manut. Das Ações do Dpto. De Infraestrutura e Transporte  
Modalidade Aplicação: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas  
(1102) Fonte: 0.1.00.00.00 – Recursos Ordinários .....

..... R\$ 50.000,00

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 28 de setembro de 2018.

JAIRO RIVELINO EBELING

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

Marcia Rejane Markendorf

Gerente de Gestão Financeira

## **DECRETO Nº 096, 8 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1770134

DECRETO Nº 096, 8 de outubro de 2018.

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL COM A RESPECTIVA CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 012/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial a o Art. 96, XXIV da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a regularidade formal dos procedimentos adotados na realização do Processo Seletivo Simplificado Edital 012/2018 e transcorrido o prazo para interposição de recursos;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Edital 012/2018, com a respectiva classificação dos candidatos:

Agente Comunitário de Saúde:

NOME	CLASSIFICAÇÃO	
JANETE TEREZINHA PETRY BENDER	01	AREA III MA 6
ADRIANA REGINA MARIOTTI OTTO	02	AREA III MA 6

Auxiliar de Serviços Gerais Feminino

NOME	CLASSIFICAÇÃO
LUCILEI MORCHEL DREHMER	01
ELIANE LEDUR LÜDCKE	02
MARELICE UEBEL	03

Auxiliar de Serviços Gerais Masculino

NOME	CLASSIFICAÇÃO
DJEISON MICHELL BECKER	01
THIAGO ANDRE PARISOTO	02
ELIO LUIZ KUSS	03

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, 8 de outubro de 2018

JAIRO EBELING

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

Marcia Rejane Markendorf

Gerente de Gestão Financeira

# Cunhataí

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL - AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº. 005/2018

Publicação Nº 1770508

EDITAL Nº. 05/2018

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ELABORAÇÃO DA LOA- 2019

Administração Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, atendendo o disposto na Lei Complementar n.º 101 de 04 de maio de 2000 e Lei Orgânica Municipal, bem como demais legislações pertinentes, convoca todos os munícipes bem como os membros da sociedade organizada ou a quem interessar possa para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, no dia 29 de Outubro de 2018, com início às 14:00 horas nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores, de Cunhataí Estado de Santa Catarina, neste município. Será realizada a AUDIÊNCIA PÚBLICA, envolvendo os diversos segmentos da sociedade, para elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA, para o exercício de 2019.

Cunhataí SC, 10 de Outubro de 2018.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal

# Curitibanos

## PREFEITURA

### TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL - CONTRATO NR. 377/2018

Publicação Nº 1769845

#### TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

O Município de Curitibanos, através de sua autoridade competente decide RESCINDIR o contrato nº 377/2018 firmado a partir da Tomada de Preços nº 163/2018, entre o Município de Curitibanos, inscrito no CNPJ nº 83.754.044/0001-34, e a empresa TERRAPLANAGEM VIANA LTDA EPP, inscrito no CNPJ nº 85.179.919/0001-47, situada na Rodovia BR 470, nº 8685, CEP 83533-000, município de Curitibanos – SC, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ESCAVAÇÃO HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS, PESO OPERACIONAL MÍNIMO 33TON, PARA DESTOQUE, ESCAVAÇÃO E LIMPEZA, NO JARDIM BOTANICO ANEXO AO PARQUE POUSO DO TROPEIRO. CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO, cuja referida licitante foi vencedora do processo, nos termos que seguem:

#### RELATÓRIO

A Secretaria de Transportes e Obras, através de fiscalização, verificou que a máquina utilizada não atende aos requisitos exigidos no referido processo, especialmente no que refere-se ao peso operacional, sendo assim, a empresa notificada extrajudicialmente. Em resposta a empresa vencedora do certame, explicou que possui o equipamento licitado, porém tendo em vista que o solo do local a ser prestado o serviço não oferece condições de segurança para executar o serviço. Conforme parecer da Secretária de Indústria e Comércio, e do Departamento Jurídico, é tecnicamente inviável à execução dos serviços pretendidos pela administração municipal, sendo que não há como manter o contrato com a licitante, uma vez, que o equipamento mesmo que supra as necessidades, é diferente do licitado, ferindo o princípio da competitividade e isonomia entre os licitantes.

É o relato necessário! Passo a decidir:

#### FUNDAMENTAÇÃO

A hipótese objeto de análise, constitui motivo para a rescisão do contrato, na forma prevista no art. 78, inciso XVII, da Lei 8.666/93, a seguir transcritos:

“Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

XVII – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução contrato”

De todos os documentos que acompanham o presente procedimento, não sobejam dúvidas acerca do motivo apresentado pela empresa, nas exatas hipóteses destacadas do art. 78 da Lei de Licitações.

Nestes termos, RESCINDO o contrato nº 377/2018 na forma prevista na Cláusula Oitava inciso II do Termo de Contrato, e ainda em conformidade com o art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93, tudo conforme fundamentação acima exposta.

Publique-se, registre-se e intimem-se os interessados.

Curitibanos/SC, 08 de Outubro de 2018.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Terraplanagem Viana Ltda EPP  
Empresa Contratada

### JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 26/2018

Publicação Nº 1770096

#### JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 26/2018

REFERENTE: Contrato de prestação de serviços firmado entre o Fundo Municipal de Assistência Social de Curitibanos e a empresa Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, com o valor total de R\$ 4.980,00 (Quatro mil novecentos e oitenta reais).

RESUMO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CURSO PROFISSIONALIZANTE TÉCNICAS DE VENDAS, RECEPÇÃO E ATENDIMENTO AO PÚBLICO, COM CERTIFICAÇÃO PARA OS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO E LEI Nº 8.666/93, ART. 25, INCISO II.

- "Art. 25 – É inexigível a licitação de:

- II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 25, inciso II da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 08 de outubro de 2018.

Diego Sebem Wordell      Cristina Melo Menegotto  
Presidente da Comissão      Membro

Cristiano França Pereira  
Membro

Danielle Cristina Pozzo  
Membro

Roberto Carlos da Silva  
Membro

#### PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente contratação cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 25, o inciso II dou como aprovada.

Curitibanos, 08 de outubro de 2018.

Hérion Adalberto Rech  
Procurador Geral do Município

#### AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a prestação dos serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 08 de outubro de 2018.

Amaury Silva  
Presidente do Fundo



# Descanso

## PREFEITURA

### **DECRETO 1980/2018, HOMOLOGA RELATÓRIO DA COMISSÃO INSTITUÍDA PELA PORTARIA 13.763/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1770494

DECRETO 1980/2018, de 09 de outubro de 2018.  
HOMOLOGA RELATÓRIO DA COMISSÃO INSTITUÍDA PELA PORTARIA 13.763/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 86, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e art. 1º, da Lei Municipal n. 1.512/2017,

Considerando, estudo e verificação da comissão designada pela Portaria nº 13763/2018, tendo em vista as condições em que os bens móveis apresentam;

Considerando ainda ter avaliado individualmente os bens, bem como avaliada a possibilidade de recuperação, possível destino, viabilidade técnica, custos de manutenção, reparos, condições de mercado, avanços tecnológicos, que concluiu pela baixa patrimonial;

Considerando o mau estado de guarda e conservação dos bens, em razão de sua inutilização, considerados inservíveis, devido aos mesmos estarem em desuso por obsolescência e que vinham expostos à poeira, umidade, entre outros agentes que a deterioraram.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o relatório da comissão designada pela Portaria nº 13.763/2018, de 07 de junho de 2018, para reavaliação dos bens móveis usados incorporados ao patrimônio do município de Descanso.

Art. 2º. Fica o setor de patrimônio autorizado a efetuar a baixa dos bens declarados inservíveis.

Art. 3º. Fica autorizada a venda pública dos bens declarados inservíveis

Art. 4º. As despesas ocorridas com o procedimento serão arcadas com as dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º. Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Descanso/SC, 09 de outubro de 2018.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei o presente Decreto em data supra.

Eduarda A. Busnello – Assessor Técnico.

### **RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2018 - PMD**

Publicação Nº 1770507

MUNICÍPIO DE DESCANSO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2018

#### RETIFICAÇÃO

Objeto: Aquisição de mobiliários e equipamentos em geral para as diversas secretarias do Município e Fundo Municipal de Saúde, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos.

O Município de Descanso torna público aos interessados, a reabertura do prazo para o recebimento das propostas e documentação do pregão acima referenciado.

Dessa forma, considerando a necessidade de reabertura do prazo, o recebimento dos envelopes de documentação e propostas dar-se-á até às 08:30 horas do dia 23/10/2018, no Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, a Av. Marechal Deodoro, 146, e não mais no dia 17/10/2018. Iniciando a fase de lances às 08:30 horas do mesmo dia. A íntegra do Edital (RETIFICAÇÃO) encontra-se no endereço eletrônico [www.descanso.sc.gov.br](http://www.descanso.sc.gov.br) Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 10 de Outubro de 2018.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito Municipal



# Dionisio Cerqueira

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 45-2017 - ADITIVO - PMDC

Publicação Nº 1769538

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA  
EXTRATO CONTRATUAL

-----  
Aditivo Nº ..... : 2º T.A. 043-2017 - Contrato Nº: 043-2017 PMDC

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Contratada...: FORTALEZA VIDROS E ACOS LTDA

Valor ..... : 198.750,00 (cento e noventa e oito mil setecentos e cinquenta reais)

Vigência ..... : Início: 09/10/2018 Término: 09/10/2019

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 45/2017

Recursos ..... : Dotação: 2.033.3.3.90.00.00.00.00 (111) Saldo: 13.057,34

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPINA, ROÇADA, RASTELAMENTO, COLETA E REMOÇÃO DE LIXOS E ENTULHOS, VARRIÇÃO DE PASSEIOS, PODA DE ARVORES E ARBUSTOS, LIMPEZA DE BOCA DE LOBO, LIMPEZA DE GUÍAS, LIMPEZA DE NASCENTES, RETIRADA DE FOLHAS, GALHOS, COLOCAÇÃO DE TUBOS, CONSERVAÇÃO DE LIMPEZA DE RUAS, CANTEIROS, MEIO FIO, CALÇADAS, EXCETO NA AVENIDA WASHINGTON LUIZ, LAGO DO PTAI, PREFEITURA E ROTULAS DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC.

Dionísio Cerqueira, 9 de Outubro de 2018  
-----

# Ermo

## PREFEITURA

### RESOLUÇÃO Nº 01-2018

Publicação Nº 1769998

#### RESOLUÇÃO Nº 01-2018

Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental e Ensino Médio

O Presidente do Conselho Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o disposto na Lei de Sistema Municipal de Educação 388 de 23 de junho de 2015, e com fundamento no artigo 37 e 38 da lei 9.394/1996, resolução CNE nº 3, de 15 de junho de 2010, resolução CNE nº 4, de 13 de julho de 2010 e parecer CNE/CEB nº 6/2010,

#### RESOLVE:

Art. 1º Esta Resolução institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de Educação de Jovens e Adultos de Ensino Fundamental e Ensino Médio que se desenvolvem em instituições integrantes do Sistema de Ensino Municipal

Art. 2º Quanto à duração dos cursos presenciais de EJA, mantém-se a formulação do Parecer CNE/CEB nº 29/2006, acrescentando o total de horas a serem cumpridas, independentemente da forma de organização curricular:

I - para os anos iniciais do Ensino Fundamental, a duração mínima é de 320 (trezentos e vinte) horas;

II - para os anos finais do Ensino Fundamental, a duração mínima deve ser de 1.600 (mil e seiscentas) horas;

III - para o Ensino Médio, a duração mínima deve ser de 1.200 (mil e duzentas) horas.

Parágrafo único. Para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio integrada com o Ensino Médio, reafirma-se a duração de 1.200 (mil e duzentas) horas destinadas à educação geral, cumulativamente com a carga horária mínima para a respectiva habilitação profissional de Nível Médio.

Art. 3º Obedecidos o disposto no artigo 4º, incisos I e VII, da Lei nº 9.394/96 (LDB) e a regra da prioridade para o atendimento da escolarização obrigatória, será considerada idade mínima para os cursos de EJA do Ensino Fundamental a de 15 (quinze) anos completos.

Art. 4º Observado o disposto no artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 9.394/96, a idade mínima para matrícula em cursos de EJA de Ensino Médio é 18 (dezoito) anos completos.

Parágrafo único. O direito dos menores emancipados para os atos da vida civil não se aplica para o da prestação de exames supletivos.

Art. 5º Os cursos de EJA desenvolvidos por meio da EAD, como reconhecimento do ambiente virtual como espaço de aprendizagem, serão restritos ao segundo segmento do Ensino Fundamental e ao Ensino Médio, com as seguintes características:

I - para a oferta de cursos de EJA a distância cabe ao Conselho de Educação credenciar a unidade de ensino;

II - tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio, a EAD deve ser desenvolvida em comunidade de aprendizagem em rede, com aplicação, dentre outras, das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na "busca inteligente" e na interatividade virtual, com garantia de ambiente presencial escolar devidamente organizado para as práticas relativas à formação profissional, de avaliação e gestão coletiva do trabalho, conjugando as diversas políticas setoriais de governo;

III - a interatividade pedagógica será desenvolvida por professores licenciados na disciplina ou atividade, garantindo relação adequada de professores por número de estudantes;

IV - aos estudantes serão fornecidos livros didáticos e de literatura, além de oportunidades de consulta nas bibliotecas dos polos de apoio pedagógico organizados para tal fim;

V - infraestrutura tecnológica como polo de apoio pedagógico às atividades escolares que garanta acesso dos estudantes à biblioteca, rádio, televisão e internet aberta às possibilidades da chamada convergência digital;

VI - o processo de avaliação de EJA desenvolvida por meio da EAD, deverá ser elaborado no projeto pedagógico e aprovado pelo Conselho de Educação no qual:

a) a avaliação da aprendizagem dos estudantes seja contínua, processual e abrangente, com autoavaliação e avaliação em grupo, sempre presenciais;

b) haja avaliação periódica das instituições escolares como exercício da gestão democrática e garantia do efetivo controle social de seus desempenhos;

Art. 11. O aproveitamento de estudos e conhecimentos realizados antes do ingresso nos cursos de EJA, bem como os critérios para verificação do rendimento escolar, devem ser garantidos aos jovens e adultos, tal como prevê a LDB em seu artigo 24, transformados em horas-atividades a serem incorporados ao currículo escolar do estudante, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do total da carga horária do curso.

Art. 12 - O currículo da Educação de Jovens e adultos:

I. Na Base Nacional Comum constam os conhecimentos a que todos os alunos devem ter acesso, independentemente da região e do lugar em que vivem, de forma a legitimar a unidade: das orientações curriculares nacionais, das propostas curriculares dos Estados, Distrito Federal e Municípios e dos Projetos Pedagógicos das Unidades Escolares;

II. Na parte diversificada, localiza-se a maior diferenciação entre as orientações curriculares das diversas regiões, Estados, Distrito Federal e Municípios brasileiros, pois os conteúdos, temas ou disciplinas aqui definidas pelo Sistema de Ensino e Unidades Escolares explicitam as características físicas, culturais, sociais e econômicas e possibilitam a contextualização do ensino nas diferentes realidades existentes nas Unidades Escolares brasileiras;

III. No desenvolvimento do currículo para a formação básica do cidadão, o objetivo do Ensino Fundamental, deve estar articulado com as áreas do conhecimento e as dimensões da vida cidadã: saúde, ética, sexualidade, vida familiar e social, meio ambiente, trabalho, ciência e tecnologia, cultura e linguagens.

Art. 13 - São Áreas de Conhecimento obrigatórias no currículo do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino:

I. Linguagens

- a) Língua Portuguesa;
- b) Língua Estrangeira Moderna;
- c) Arte;
- d) Educação Física;

II. Matemática

- a) Matemática;

III. Ciências da Natureza

- a) Ciências;

IV. Ciências Humanas

- a) História;
- b) Geografia;
- c) Ensino Religioso;

Art. 14 - São Áreas de Conhecimento obrigatórias no currículo do Ensino Médio da Rede Municipal de Ensino:

I. Linguagens

- a) Língua Portuguesa;
- b) Língua Estrangeira Moderna;
- c) Arte;
- d) Educação Física;

II. Matemática

- a) Matemática;

III. Ciências da Natureza

- a) Biologia;
- b) Física;
- c) Química.

IV. Ciências Humanas

- a) Filosofia;
- b) Geografia;
- c) História;
- d) Sociologia;

Art. 15 - A Matriz Curricular do Ensino Fundamental e Ensino Médio segue nos anexos desta resolução

Art. 16 - Avaliação da aprendizagem baseia-se na concepção de educação que norteia a relação professor-estudante-conhecimento-vida em movimento, devendo ser um ato reflexo de reconstrução da prática pedagógica avaliativa, premissa básica e fundamental para se questionar o educar, transformando a mudança em ato, acima de tudo, político.

§ 1º A validade da avaliação, na sua função diagnóstica, liga-se à aprendizagem, possibilitando o aprendiz a recriar, refazer o que aprendeu, criar, propor e, nesse contexto, aponta para uma avaliação global, que vai além do aspecto quantitativo, porque identifica o desenvolvimento da autonomia do estudante, que é indissociavelmente ético, social, intelectual.

§ 2º Em nível operacional, a avaliação da aprendizagem tem, como referência, o conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e emoções que os sujeitos do processo educativo projetam para si de modo integrado e articulado com aqueles princípios definidos para a Educação Básica, redimensionados para cada uma de suas etapas, bem assim no projeto político-pedagógico da escola.

§ 4º A avaliação da aprendizagem de caráter formativo predominando sobre o quantitativo e classificatório, adota uma estratégia de progresso individual e contínuo que favorece o crescimento do educando, preservando a qualidade necessária para a sua formação escolar, sendo organizada de acordo com regras comuns a essas duas etapas.

Art. 17 - A verificação do rendimento escolar será expressa em forma de per centos conceituais de aprendizagem das competências e habilidades assimiladas pelo aluno no decorrer dos períodos avaliados, cuja forma de registro será explicitada no Projeto Pedagógico de cada Unidade Escolar, podendo ser:

- I. Através de parecer descritivo que revele o diagnóstico do processo de aprendizagem das respectivas competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos do ciclo de Alfabetização e Letramento e alunos de inclusão dos demais ciclos;
- II. Através de numerais Indo-Árabicos variáveis de 1(um) a 10(dez).

Art. 18 - Durante o período avaliativo (semestre) os alunos serão avaliados por provas, trabalhos, seminários, auto avaliação, assiduidade, participação e outros instrumentos, devendo atingir a média de cada componente curricular superior ou igual a 70%(setenta por cento), caso o aluno não atinja o percentual estabelecido neste artigo, o aluno será submetido a avaliação substitutiva que será aplicada no turno inverso da escolaridade regular, devendo seguir as orientações:

- I - a avaliação substitutiva ocorrerá no término do semestre, e será oferecida a todos os alunos que não alcançaram a média;
- II - caso o aluno obtenha na avaliação substitutiva um percentual superior a sua média trimestral a mesma será substituída pelo percentual maior.
- III - caso o aluno obtenha percentual na avaliação substitutiva um percentual menor que a sua média, deverá permanecer a média trimestral.

Art. 19 - Para fins de padronizar a avaliação, deverá conter em cada disciplina 04(quatro) provas, 02(dois) trabalhos e 01(uma) avaliação por assiduidade/responsabilidade;

I - Para fins de composição e cálculo da média em cada componente curricular com nota mínima de 3.0(três) máxima de 10(dez) admitindo-se notas fracionadas em 0,5;

Parágrafo Único: critérios de aproximação para a média:

- a) Frações até 0,24 deverão ser desconsideradas, arredondando-se a nota para o inteiro anterior à vírgula;
- b) Frações entre 0,25 e 0,74 deverão ser arredondadas para 0,5;

c) Frações iguais ou superiores a 0,75 permitirão o arredondamento da nota para o inteiro imediatamente acima.  
 Art. 20 - Os casos omissos deverão ser encaminhados ao Conselho municipal de Educação para análise e deliberação.  
 Art. 21 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Aprovado em seção plenária realizado no dia 10 de setembro de 2018, homologada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Ermo, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Aline Marques  
 Presidente do Conselho de Educação

#### Anexo I

##### Matriz Curricular do Ensino Fundamental 1º Segmento

Disciplina	Etapa		Total
	1º	2º	
Língua Portuguesa	80	80	160
Matemática	80	80	160
Total do Curso			320

#### Anexo II

##### Matriz Curricular do Ensino Fundamental 2º Segmento

Disciplina	Etapa				Total
	1º	2º	3º	4º	
Língua Portuguesa	90	90			180
Língua Estrangeira Moderna			90	90	180
Arte			90	90	180
Educação Física			90	90	180
Matemática	90	90			180
Ciências			90	90	180
História	90	90			180
Geografia	90	90			180
Religião				160	160
Total de CH do Curso					1600

#### Anexo III

##### Matriz Curricular do Ensino Médio

Disciplina	Etapa				Total
	1º	2º	3º	4º	
Arte				80	80
Biologia			90		90
Educação Física				70	70
Filosofia		80			80
Física			90		90
Geografia	90				90
História	90				90
Língua Estrangeira Moderna			80		80
Língua Portuguesa	90	90			180
Matemática	90	90			180
Química			90		90
Sociologia		80			80
			Total		1200

**CÂMARA MUNICIPAL****ATA DA 32ª (TRIGÉSIMA SEGUNDA) SESSÃO ORDINÁRIA DE 2018 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ERMO REALIZADA NO DIA 17 DE SETEMBRO.**

Publicação Nº 1769674

ATA DA 32ª (TRIGÉSIMA SEGUNDA) SESSÃO ORDINÁRIA DE 2018 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ERMO REALIZADA NO DIA 17 DE SETEMBRO.

Aos dezessete (17) dias do mês de setembro de dois mil e dezoito (2018) se reuniram nesta cidade, na sede do Poder Legislativo do Município de Ermo, sob o comando do Presidente, vereador JOSÉ FÁVARO (MDB) às 19h15 m, presentes os vereadores: DANIEL BORGES (MDB), LUCIANO DOMINGOS (PTB), LOURIVAL DE VARGAS MACHADO (PTB), ELENIR B. DE OLIVEIRA (PSD), JOACIR JOSÉ NETO (PP), ROQUE FABIANO BRISTOT (PSD), CLAUDIONOR DE SOUZA (PSDB) e ausente o vereador DEOCLÉSIO DA SILVA (MDB), quando se reuniram os vereadores para realização desta trigésima segunda (32ª) sessão de caráter ordinário de 2018, relativa, a segunda (2ª) Sessão Legislativa, da sexta (6ª) Legislatura da Câmara Municipal de Ermo, para tratar dos assuntos constantes na pauta de trabalho desta Sessão Ordinária. O senhor Presidente, vereador JOSÉ FÁVARO (MDB) disse: Inicialmente quero cumprimentar aos colegas vereadores e a todas as pessoas presentes no auditório desta casa. Em seguida o senhor Presidente o, vereador JOSÉ FÁVARO (MDB) disse: Havendo quórum regimental e invocando a proteção de DEUS declaro aberta a 32ª sessão de caráter ordinário da Câmara Municipal de Ermo, hoje 17 de setembro de 2018. Em seguida o senhor Presidente o, vereador JOSÉ FÁVARO (MDB), disse: da ata da sessão ordinária do dia 10 de setembro, os senhores receberam cópia para analisar. Alguma retificação por parte dos senhores?...Não havendo retificação por parte dos senhores, fica a ata acima mencionada, aprovada por todos os vereadores presentes a esta sessão. Em seguida o senhor Presidente o, vereador JOSÉ FÁVARO (MDB), disse: em ato contínuo, neste momento passamos a leitura do Expediente desta sessão. A) DOS RECEBIDOS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO: MENSAGENS Nº 025/2018, dando ciência de desuso de bem móvel do município de Ermo. B) DOS APRESENTADOS PELOS SENHORES VEREADORES: nada consta para ser lido. C) DOS ORIUNDOS DE DIVERSOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES: CONVITE do Poder Executivo para festividades em comemoração da emancipação político administrativo do município de Ermo. Os constantes do expediente foram lidos em plenário pelo primeiro secretário, vereador Joacir. Em seguida o senhor Presidente o vereador JOSÉ FÁVARO (MDB) disse: neste momento passamos ao GRANDE EXPEDIENTE, no qual é concedida a palavra livre aos vereadores inscritos para fazer uso da palavra na Tribuna. Como não temos inscritos para uso da tribuna, neste momento passamos a ORDEM DO DIA. Temos na ORDEM DO DIA PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO, EM PRIMEIRO TURNO PROJETO DE LEI PE Nº 006/2018 Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2019 e dá Outras Providências. Este projeto teve parecer favorável da comissão de legislação e da comissão de orçamento. Neste momento, coloco em discussão o PROJETO DE LEI PE Nº 002/2018. Se os senhores tiverem alguma colocação a fazer... Em seguida o senhor Presidente o, vereador JOSÉ FÁVARO (MDB) disse: Não havendo manifestação por parte dos senhores, coloco o PROJETO DE LEI PE Nº 006/2018 em votação. Os senhores que estiverem a favor, por favor permaneçam como estão. Em seguida o senhor Presidente o, vereador JOSÉ FÁVARO (MDB) disse: O PROJETO DE LEI PE Nº 006/2018 fica APROVADO em PRIMEIRO turno pela unanimidade dos vereadores presentes a esta sessão. Em seguida o senhor Presidente o, vereador JOSÉ FÁVARO (MDB) disse: passo a palavra ao vereador Joacir, presidente da comissão especial que delibera sobre responsabilidade administrativa civil da servidora efetiva, Marialva, para convocar seus membros. Vereador Joacir, convoca os demais membros da

Comissão Especial, para reunião dia 24 de setembro às 18h30min. Em seguida o senhor Presidente dá a sessão por encerrada e convoca os senhores vereadores para a sessão ordinária do dia 24 de setembro (segunda-feira), às 19h, quando se reunirão para discussão e votação dos assuntos constantes na pauta dos trabalhos. Plenário Abelardo Canella, em 17 de setembro de 2018.

JOSÉ FÁVARO ROQUE  
Presidente

FABIANO BRISTOT  
Vice-Presidente

JOACIR JOSÉ NETO  
1º Secretário

DEOCLÉSIO DA SILVA  
2º Secretário

CLAUDIONOR DE SOUZA  
ELENIR B. DE OLIVEIRA  
LUCIANO DOMINGOS

DANIEL BORGES  
LOURIVAL DE V. MACHADO

\*A gravação na íntegra, desta sessão, encontra-se na secretaria.

**ATA DA 33ª (TRIGÉSIMA TERCEIRA) SESSÃO ORDINÁRIA DE 2018 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ERMO REALIZADA NO DIA 24 DE SETEMBRO.**

Publicação Nº 1769675

ATA DA 33ª (TRIGÉSIMA TERCEIRA) SESSÃO ORDINÁRIA DE 2018 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ERMO REALIZADA NO DIA 24 DE SETEMBRO.

Aos vinte e quatro (24) dias do mês de setembro de dois mil e dezoito (2018) se reuniram nesta cidade, na sede do Poder Legislativo do Município de Ermo, sob o comando do Presidente, vereador JOSÉ FÁVARO (MDB) às 19h15 m, presentes os vereadores: DANIEL BORGES (MDB), LUCIANO DOMINGOS (PTB), ELENIR B. DE OLIVEIRA (PSD), DEOCLÉSIO DA SILVA (MDB), JOACIR JOSÉ NETO (PP), ROQUE FABIANO BRISTOT (PSD), CLAUDIONOR DE SOUZA (PSDB), e ausente o vereador LOURIVAL DE VARGAS MACHADO (PTB), quando se reuniram os vereadores para realização desta trigésima terceira (33ª) sessão de caráter ordinário de 2018, relativa, a segunda (2ª) Sessão Legislativa, da sexta (6ª) Legislatura da Câmara Municipal de Ermo, para tratar dos assuntos constantes na pauta de trabalho desta Sessão Ordinária. O senhor Presidente, vereador JOSÉ FÁVARO (MDB) disse: Inicialmente quero cumprimentar aos colegas vereadores e a todas as pessoas presentes no auditório desta casa. Em seguida o senhor Presidente o, vereador JOSÉ FÁVARO (MDB) disse: Havendo quórum regimental e invocando a proteção de DEUS declaro aberta a 33ª sessão de caráter ordinário da Câmara Municipal de Ermo, hoje 24 de setembro de 2018. Em seguida o senhor Presidente o, vereador JOSÉ FÁVARO (MDB), disse: em ato contínuo, neste momento passamos a leitura do Expediente desta sessão. A) DOS RECEBIDOS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO: nada consta para ser lido. B) DOS APRESENTADOS PELOS SENHORES VEREADORES: INDICAÇÃO Nº 002/2018, subscrita pelo vereador Claudionor de Souza. C) DOS ORIUNDOS DE DIVERSOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES: CONVITE do departamento municipal de esportes. Os constantes do expediente foram lidos em plenário pelo primeiro secretário, vereador Joacir. Temos no EXPEDIENTE para DISCUSSÃO E VOTAÇÃO EM TURNO ÚNICO a INDICAÇÃO Nº 002/2018. Em discussão a INDICAÇÃO Nº 002/2018. Se os senhores tiverem alguma colocação a fazer... Neste momento o autor da proposição, vereador Claudionor, fala dizendo que tem conhecimento de que esta solicitação foi feita em legislaturas passadas, mas é preciso insistir nela, pois a situação do campo de futebol está precária. Diz que no seu entorno também é preciso fazer manutenção. Vereador Joacir fala dizendo que ele também já fez a indicação hoje em votação. Diz ainda que sempre

cobra do Executivo que se faça trabalho de manutenção, não só naquele espaço mas em todos os outros existentes no município. Senhor Presidente também fala, garantindo ao vereador Claudionor que também fará cobrança junto ao Executivo sobre sua solicitação. Não havendo mais manifestação por parte dos senhores, coloco a INDICAÇÃO Nº 002/2018 em votação. Os senhores que estiverem a favor, por favor permaneçam como estão. A INDICAÇÃO Nº 002/2018 fica APROVADA em turno único por todos os vereadores presentes a esta sessão. Em seguida o senhor Presidente o vereador JOSÉ FÁVARO (MDB) disse: neste momento passamos ao GRANDE EXPEDIENTE, no qual é concedida a palavra livre aos vereadores inscritos para fazer uso da palavra na Tribuna. Como não temos inscritos para uso da tribuna, neste momento passamos a ORDEM DO DIA. Temos na ORDEM DO DIA PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO, EM SEGUNDO TURNO PROJETO DE LEI PE Nº 006/2018 Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2019 e dá Outras Providências. Neste momento, coloco em discussão o PROJETO DE LEI PE Nº 002/2018. Se os senhores tiverem alguma colocação a fazer... Em seguida o senhor Presidente o, vereador JOSÉ FÁVARO (MDB) disse: não havendo manifestação por parte dos senhores, coloco o PROJETO DE LEI PE Nº 006/2018 em votação. Os senhores que estiverem a favor, por favor permaneçam como estão. Em seguida o senhor Presidente o, vereador JOSÉ FÁVARO (MDB) disse: O PROJETO DE LEI PE Nº 006/2018 fica APROVADO em SEGUNDO turno pela unanimidade dos vereadores presentes a esta sessão. Em seguida o senhor Presidente dá a sessão por encerrada e convoca os senhores vereadores para a sessão ordinária do dia 1º DE SETEMBRO (segunda-feira), às 19h, quando se reunirão para discussão e votação dos assuntos constantes na pauta dos trabalhos.

Plenário Abelardo Canella, em 24 de setembro de 2018.

JOSÉ FÁVARO ROQUE	FABIANO BRISTOT
Presidente	Vice-Presidente

JOACIR JOSÉ NETO	DEOCLÉSIO DA SILVA
1º Secretário	2º Secretário

CLAUDIONOR DE SOUZA	DANIEL BORGES
---------------------	---------------

ELENIR B. DE OLIVEIRA	LOURIVAL DE V. MACHADO
-----------------------	------------------------

LUCIANO DOMINGOS

\*A gravação na íntegra, desta sessão, encontra-se na secretaria.



# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 110/2018

Publicação Nº 1769850

DECRETO Nº. 110/2018

APROVA DESDOBRO DO LOTE URBANO Nº (103) DA QUADRA Nº (11) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, de conformidade com a Lei.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente DECRETO, aprovado o DESDOBRO do Lote Urbano nº: (103), da Quadra nº (11), situado nesta Cidade e Município de Flor do Sertão, SC, Comarca de Maravilha, localizado no lado ímpar da Rua Terezinha Cervieri distando 40,00 metros da esquina formada pela Rua Vitória, com a área de "Um mil metros quadrados" (1.000,00m²); sem edificações, objeto da Matrícula nº 2.478, da SRI de Maravilha, SC, de propriedade de Diego Marajá Picinini e Douglas Marajá Picinini conforme descrição a seguir:

#### DESCRIÇÃO DO IMÓVEL APÓS DESDOBRO

LOTE URBANO N.º 103-A DA QUADRA N.º 11, com área de 540,00m² (Quinhentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Terezinha Cervieri, distando 40,00m da esquina formada pela Rua Vitória no Município de Flor do Sertão – SC, com as medidas e confrontações a seguir:

AO NORTE: Com parte do Lote Urbano n.º 103-B, de propriedade de Diego Marajá Picinini e Douglas Marajá Picinini, na extensão de 15,00 metros;

AO SUL: Com a Rua Terezinha Cervieri, na extensão de 15,00 metros;

AO LESTE: Com parte do Lote Urbano n.º 103-B, de propriedade de Diego Marajá Picinini e Douglas Marajá Picinini, na extensão de 36,00 metros;

AO OESTE: Com parte do Lote Urbano n.º 102, de propriedade de Andrieli Pereira Provensi, matrícula n.º 8.876, na extensão de 36,00 metros;

LOTE URBANO N.º 103-B DA QUADRA N.º 11, com área de 460,00m² (Quatrocentos e sessenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Terezinha Cervieri, distando 40,00m da esquina formada pela Rua Alfonso Senedese no Município de Flor do Sertão – SC, com as medidas e confrontações a seguir:

AO NORTE: Com o Lote Urbano nº 71, de propriedade de Sevaldo Stumm, matrícula nº 516, na extensão de 20,00 metros;

AO SUL: Por duas linhas secas e retas, sendo a primeira com o Lote Urbano nº 103-A, de propriedade de Diego Marajá Picinini e Douglas Marajá Picinini, na extensão de 15,00 metros e a segunda, com a Rua Terezinha Cervieri na extensão de 5,00 metros;

AO LESTE: Com o Lote Urbano n.º 104, de propriedade de Diego Marajá Picinini e Douglas Marajá Picinini, matrícula nº 2.475, na extensão de 50,00 metros,

AO OESTE: Por duas linhas secas e retas, sendo a primeira com parte do Lote Urbano nº 102, de propriedade de Andrieli Pereira Provensi, matrícula nº 8.876, na extensão de 14,00 metros e a segunda, com o Lote Urbano nº 103-A, de propriedade de Diego Marajá Picinini e Douglas Marajá Picinini, na extensão de 36,00 metros;

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário em especial o Decreto nº 102/2018.

Flor do Sertão (SC), 09 de Outubro de 2018.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração



# Formosa do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº 61/2018

Publicação Nº 1769937

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADM. Nº: 61/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 34/2018

Tipo: MENOR PREÇO UNITÁRIO (POR ITEM)

Objeto: AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA AS FESTIVIDADES EM COMEMORAÇÃO À SEMANA DO MUNICÍPIO, ESPECIFICAMENTE PARA NATAL EM FAMÍLIA DIA NO 15/12/2018, OS JOGOS ABERTOS DE FORMOSA DO SUL NO DIA 16/12/2018 E PARA CORTE DO BOLO NO DIA 09/01/2019.

Entrega dos Envelopes: 09:00 do dia 23/10/2018.

Abertura dos Envelopes: 09:00 do dia 23/10/2018.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos junto ao site [www.formosa.sc.gov.br](http://www.formosa.sc.gov.br) e no seguinte endereço e horários: Av. Getúlio Vargas, Nº 580, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, pelo telefone (49) 3343 0043 ou pelo e-mail: [licitacao@formosa.sc.gov.br](mailto:licitacao@formosa.sc.gov.br)

FORMOSA DO SUL, 9 de Outubro de 2018

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

# Forquilha

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 209, DE 04 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1770495

DECRETO Nº 209, DE 04 DE OUTUBRO DE 2018.

REGULAMENTA AS PARCERIAS PARA A CONSECUÇÃO DE FINALIDADES DE INTERESSE PÚBLICO E RECÍPROCO, MEDIANTE A EXECUÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES PREVIAMENTE ESTABELICIDOS EM PLANOS DE TRABALHO PARA O FOMENTO A CULTURA NO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições, conferidas pelo art. 51 da Lei Orgânica do Município de Forquilha, de acordo com o que estabelece Lei nº 13.019/2014, Lei Municipal nº 1.631/2011, e as determinações contidas na Instrução Normativa nº 14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina

DECRETA:

Capítulo I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O Município de Forquilha financiará projetos culturais apresentados por pessoas físicas e jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos, mediante a execução de atividades ou projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho, em conformidade com as modalidades contempladas no Plano Municipal de Cultura de Forquilha, dentro dos limites das possibilidades financeiras consignadas no Orçamento Municipal em observância aos dispositivos da Lei Municipal nº 1.631, de 23 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o sistema municipal de cultura de Forquilha, seus princípios, objetivos, estrutura, organização, gestão, interações entre os seus componentes, recursos humanos e financiamento e outras normas ou regulamentos posteriores que deliberarem sobre a matéria.

Art. 2º São consideradas como modalidades:

I - PESQUISA: Ações específicas de pesquisa desenvolvidas por instituições, entidades, grupos ou indivíduos que investiguem e apresentem características dos SETORES propostos;

II - PRODUÇÃO: Ações específicas de produção voltadas aos processos de criação nos SETORES propostos, desenvolvidas por instituições, entidades, grupos e/ou indivíduos;

III - FORMAÇÃO: Ações específicas de formação, capacitação, aperfeiçoamento ou atualização de artistas, pesquisadores, produtores culturais, agentes culturais e público em geral, desenvolvidas por instituições, entidades, grupos ou indivíduos, por meio de cursos, oficinas, palestras e/ou encontros;

IV - DIFUSÃO: Ações específicas desenvolvidas por instituições, entidades, grupos ou indivíduos na organização de atividades cuja finalidade seja a promoção, a circulação, a distribuição e o acesso aos produtos culturais dos determinados setores.

Art. 3º São considerados SETORES:

I - Patrimônio cultural - (material e imaterial, museus e acervos);

II - Letras e Literatura;

III - Artes Cênicas (teatro);

IV - Música;

V - Dança;

VI - Artes visuais (cinema, cultura digital, fotografia, grafite, escultura, pintura);

VII - Artes Populares (artesanato e folclore).

Art. 4º Para fins deste Decreto considera-se:

I - PROPONENTE: pessoas físicas e jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos;

II - UNIDADE GESTORA: órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, que representa o Município na celebração da parceria atinente à sua área institucional de atuação, a cujo titular o Chefe do Poder Executivo tenha delegado competência para tanto, correndo a despesa inerente à conta dos respectivos créditos orçamentários;

III - PARCERIA: conjunto de direitos, responsabilidades e obrigações decorrentes de relação jurídica estabelecida formalmente entre a administração pública e proponente, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividade ou de projeto expresso em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação;

IV - ADMINISTRADOR PÚBLICO: agente público revestido de competência para assinar termos de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação com os proponentes para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, ainda que delegue competência a terceiros;

V - GESTOR: agente público responsável pela gestão da parceria celebrada por meio de termo de colaboração ou termo de fomento ou acordo de cooperação, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização;

VI - PROJETO CULTURAL: planos, iniciativas, atividades, ações, ou conjunto de ações culturais inter-relacionadas, para alcançar metas, dentro dos limites de um orçamento e tempo delimitados;

VII - CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL: órgão de nível de assessoramento, controle social e deliberação coletiva, junto ao poder público municipal, em matéria normativa, consultiva e de planejamento setorial e orçamentário, propondo a formulação de políticas públicas com vistas a promover a articulação e o debate entre o governo municipal e a sociedade civil organizada, para o desenvolvimento e o fomento das atividades culturais, observada a competência que lhe confere a legislação municipal, estadual e federal específica.

VIII - PLANO MUNICIPAL DE CULTURA-PMC: é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da

Política Municipal de Cultura na perspectiva do Sistema Municipal de Cultura - SMC;  
VIV - SISTEMA MUNICIPAL DE FINANCIAMENTO À CULTURA-SMFC: é o conjunto de mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito do Município de Forquilha, que devem ser diversificados e articulados;  
IX - COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO: nomeada por decreto, sendo composta por 3 (três) membros, sendo que pelo menos um será indicado pelo Conselho Municipal de Políticas Culturais, para monitorar e avaliar as parcerias celebradas.

## Capítulo II DAS MODALIDADES DE PARCERIA

Art. 5º Termo de colaboração é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias propostas pelo Município com os proponentes para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que envolvam a transferência de recursos financeiros.

Art. 6º Termo de fomento é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pelo Município com os proponentes para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelos proponentes, que envolvam a transferência de recursos financeiros.

Art. 7º Acordo de cooperação é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pelo Município com proponentes para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros.

Parágrafo único. O acordo de cooperação poderá ser proposto pela Administração Pública municipal ou diretamente pelos proponentes;

Art. 8º As parcerias respeitarão, em todos os seus aspectos, as normas específicas das políticas públicas setoriais relativas ao objeto da parceria e as respectivas instâncias de pactuação e deliberação.

## Capítulo III DOS PROCEDIMENTOS PARA O CHAMAMENTO PÚBLICO

Art. 9º A celebração de parceria entre o Município e os proponentes será realizada por chamamento público, tendo como objetivo selecionar propostas/projetos que tornem mais eficaz a execução do objeto, através da publicação de edital.

Parágrafo único. O chamamento público poderá selecionar mais de uma proposta/projeto, se houver previsão no edital.

Art. 10. O procedimento para celebração de parceria será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado pela Unidade Gestora responsável.

Art. 11. O edital do chamamento público deverá ser publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua abertura, contendo as seguintes exigências:

I - a dotação orçamentária que autoriza e viabiliza a celebração da parceria;

II - o tipo de parceria a ser celebrada;

III - o objeto da parceria;

IV - termo de referência;

V - as datas, os prazos, as condições, o local e a forma de apresentação das propostas;

VI - as datas e os critérios de seleção e julgamento das propostas, inclusive no que se refere à metodologia de pontuação e ao peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso;

VII - o valor previsto para a realização do objeto;

VIII - para a interposição de recursos administrativos admite-se a impugnação do edital, por qualquer parte interessada, desde que apresentada em até 5 (cinco) dias a contar da publicação, cujo teor deve ser analisado pelo responsável da Unidade Gestora em até 5 (cinco) dias, a contar da data do respectivo protocolo;

IX - havendo fundamento na impugnação, deverá ser publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município o motivo da revogação ou anulação do edital;

X - a minuta do instrumento por meio do qual será celebrada a parceria; e

XI - de acordo com as características do objeto da parceria, medidas de acessibilidade para as pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida e idosos.

Art. 12. É vedado admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo em decorrência de qualquer circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto da parceria, admitidos:

I - a seleção de propostas apresentadas exclusivamente por concorrentes sediados ou com representação atuante e reconhecida no Município de Forquilha, onde será executado o objeto da parceria;

II - o estabelecimento de cláusula que delimite o território ou a abrangência da prestação de atividades ou da execução de projetos, conforme estabelecido nas políticas setoriais.

Art. 13. A Administração Municipal poderá dispensar a realização do chamamento público:

I - no caso de urgência decorrente de paralisação ou iminência de paralisação de atividades de relevante interesse público, pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, realizadas no âmbito de parceria já celebrada;

II - nos casos de guerra, calamidade pública, grave perturbação da ordem pública ou ameaça à paz social;

Art. 14. O chamamento público será considerado inexigível, nas seguintes situações, sem prejuízo de outras:

I - na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações, em razão da natureza singular do objeto do plano de trabalho ou quando as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica;

II - nos casos de autorização em lei que identifique expressamente, decorrente de emenda parlamentar, a entidade beneficiária ou que estejam nominalmente identificadas na Lei Orçamentária Anual, nas transferências de recursos a título de subvenção para organizações da

sociedade civil.

Art. 15. Nas hipóteses dos arts. 13 e 14 deste Decreto, a ausência de realização do chamamento público será expressamente justificada pelo responsável pela unidade gestora.

§ 1º Sob pena de nulidade do ato de formalização de parceria, o extrato da justificativa previsto no caput deste artigo deverá ser publicado na mesma data em que for efetivado, no Diário Oficial Eletrônico do Município, a fim de garantir ampla e efetiva transparência.

§ 2º Admite-se a impugnação à justificativa, por qualquer cidadão ou entidade interessada, desde que apresentada por protocolo na unidade gestora responsável pelo edital, em até 5 (cinco) dias a contar da publicação, cujo teor será analisado pela Unidade Gestora responsável pela parceria, em até 5 (cinco) dias, da data do respectivo protocolo.

§ 3º Havendo fundamento na impugnação, será revogado ou anulado, devendo ser publicado no Diário Oficial do Município, o ato que declarou a dispensa ou considerou inexigível o chamamento público, e será imediatamente iniciado o procedimento para a realização do chamamento público, conforme o caso.

§ 4º A dispensa e a inexigibilidade de chamamento público, não afastam a exigência dos requisitos previstos nos incisos do art. 27, e demais dispositivos deste Decreto.

#### Capítulo IV

#### DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Art. 16. Fica instituído o Procedimento de Manifestação de Interesse Social como instrumento por meio do qual poderão apresentar propostas ao responsável pela Unidade Gestora diretamente vinculada com a área de atuação do projeto pretendido, para que este avalie a possibilidade de realização de um chamamento público objetivando a celebração de parceria.

Parágrafo único. O Procedimento de Manifestação de Interesse Social deve conter:

I - identificação do subscritor da proposta;

II - indicação do interesse público envolvido; e

III - diagnóstico da realidade que se quer modificar, aprimorar ou desenvolver e, quando possível, indicação da viabilidade, dos custos, dos benefícios e dos prazos de execução da ação pretendida.

Art. 17. O Procedimento de Manifestação de Interesse Social tem por objetivo permitir a oitiva da sociedade sobre ações de interesse público e recíproco, que não coincidam com projetos ou atividades que sejam objeto de chamamento público ou de parceria, em curso no âmbito da administração pública municipal.

§ 1º A realização de chamamento público ou a celebração de parceria não depende da realização do Procedimento de Manifestação de Interesse Social.

§ 2º A Manifestação de Interesse Social não dispensa a convocação por meio de chamamento público para a celebração de parceria.

§ 3º A proposição ou a participação no Procedimento de Manifestação de Interesse Social não impede os proponentes de participar no eventual chamamento público subsequente.

Art. 18. Para apresentação da proposta de abertura do Procedimento de Manifestação de Interesse Social, o interessado deverá apresentar a documentação elencada nos incisos I e II do art. 27 deste Decreto.

Art. 19. A avaliação da proposta de instauração do Procedimento de Manifestação de Interesse Social observará, no mínimo, as seguintes etapas:

I - análise de admissibilidade da proposta;

II - decisão sobre a instauração ou não do Procedimento de Manifestação de Interesse Social, após verificada a conveniência e a oportunidade pela unidade gestora responsável;

III - se instaurado o Procedimento de Manifestação de Interesse Social, haverá oitiva da sociedade sobre o tema; e

IV - manifestação da administração pública municipal responsável sobre a realização ou não do chamamento público, proposto no Procedimento de Manifestação de Interesse Social.

§ 1º A partir do recebimento da proposta de abertura do Procedimento de Manifestação de Interesse Social, apresentada de acordo com o art. 20, deste Decreto, a administração pública municipal terá o prazo de até seis meses para cumprir as etapas previstas neste artigo.

§ 2º As propostas de instauração do Procedimento de Manifestação de Interesse Social serão divulgadas no sítio eletrônico oficial do Município.

#### Capítulo V

#### DAS VEDAÇÕES

Art. 20. Ficará impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria prevista neste Decreto os proponentes que:

I - não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;

II - esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

III - tenha como dirigentes, membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal na qual será celebrado o termo de colaboração ou o termo de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

IV - que possuir, em seus quadros de direção, sócios ou membros, pessoas vinculadas aos órgãos, departamentos e conselhos que aprovem, recomendem ou determinem o repasse das verbas públicas ou que possuam atribuição na análise, deliberação ou decisão quanto às prestações de contas;

V - tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se:

a) for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

b) for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;

c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo.

VI - tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

- a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;
  - b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;
  - c) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública municipal, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
  - d) declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar parceria ou contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a proponente ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "c" do inciso VI, deste artigo;
- VII - tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irreversível, nos últimos 8 (oito) anos; e
- VIII - tenha entre seus dirigentes pessoa:
- a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irreversível, nos últimos 8 (oito) anos;
  - b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em Comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;
  - c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992;
  - d) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores e de crimes contra os direitos e liberdades individuais.
- § 1º Nas hipóteses deste artigo, é igualmente vedada à transferência de novos recursos no âmbito de parcerias em execução, desde que precedida de expressa e fundamentada autorização do responsável pela Administração, sob pena de responsabilidade solidária.
- § 2º Em quaisquer das hipóteses previstas no caput, persiste o impedimento para celebrar parceria enquanto não houver o ressarcimento do dano ao erário, pelo qual seja responsável o proponente ou seu dirigente.
- § 3º Não serão considerados débitos, os que decorram de atrasos na liberação de repasses pela administração pública ou que tenham sido objeto de parcelamento, se o proponente estiver em situação regular no parcelamento.
- § 4º A vedação prevista no art. 21 deste Decreto, não se aplica à celebração de parcerias com entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas naquele inciso, sendo vedado que a mesma pessoa figure no termo de colaboração, no termo de fomento ou no acordo de cooperação simultaneamente como dirigente e administrador público.

Art. 21. É vedada a celebração de parcerias previstas neste Decreto que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, de fiscalização, de exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas de Estado.

Art. 22. Não será firmado parcerias com proponentes inadimplentes com suas prestações de contas ou que aplicarem os recursos em desacordo com a legislação em vigor, tenham dado causa à perda, extravio, dano ou prejuízo ao erário, que tenham praticado atos ilegais, ilegítimos ou antieconômicos relacionados à aplicação de recursos públicos.

#### Capítulo VI DO PLANO DE TRABALHO

Art. 23. O plano de trabalho deverá ser apresentado de acordo com o Anexo VI, deste Decreto e constar as seguintes obrigações:

- I - descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas;
    - a) Deverão compor o objetivo do proposto os seguintes itens:
      1. Promover a circulação de bens culturais no Município de Forquilha;
      2. Oportunizar maiores acesso da população aos bens culturais;
      3. Fomentar o conhecimento e a preservação do patrimônio artístico-cultural;
      4. Contribuir para a profissionalização dos grupos culturais;
      5. Alavancar o mercado cultural por meio da geração de trabalho e renda;
      6. Valorizar e incentivar a criação artístico-cultural pelos cidadãos forquilhaenses.
  - II - Identificação e credenciais do proponente, objetivos sociais da entidade (se pessoa jurídica), com informações relativas à capacidade técnica e operacional para a execução do objeto;
  - III - descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;
  - IV - a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais, trabalhistas, tributários e previdenciários e a discriminação dos custos indiretos necessários à execução do objeto;
  - V - Especificação de todas as demais fontes de recursos que irão financiar o objeto, com os valores estimados, se for o caso;
  - VI - forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas;
  - VII - os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso; e
  - VIII - definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.
- Parágrafo único. O Plano de Trabalho também deverá respeitar as orientações expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 24. O órgão ou a entidade da administração pública poderá autorizar ou propor a alteração do termo de fomento ou de colaboração ou do plano de trabalho, após, respectivamente, solicitação fundamentada do proponente ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma:

- I - por termo aditivo à parceria para:
  - a) ampliação de até vinte e cinco por cento do valor global;
  - b) redução do valor global, sem limitação de montante;
  - c) prorrogação da vigência; ou



d) alteração da destinação dos bens remanescentes; ou

II - por certidão de apostilamento, nas demais hipóteses de alteração, tais como:

- a) utilização de rendimentos de aplicações financeiras ou de saldos porventura existentes antes do término da execução da parceria;
- b) ajustes da execução do objeto da parceria no plano de trabalho; ou
- c) remanejamento de recursos sem a alteração do valor global.

§ 1º Sem prejuízo das alterações previstas no caput, a parceria deverá ser alterada por certidão de apostilamento, independentemente de anuência proponente, para:

a) prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o órgão ou a entidade da administração pública tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado; ou

§ 2º O órgão ou a entidade pública deverá se manifestar sobre a solicitação de que trata o caput no prazo de trinta dias, contado da data de sua apresentação, ficando o prazo suspenso quando forem solicitados esclarecimentos ao proponente.

§ 3º No caso de término da execução da parceria antes da manifestação sobre a solicitação de alteração da destinação dos bens remanescentes, a custódia dos bens permanecerá sob a responsabilidade do proponente até a decisão do pedido.

Art. 25. De acordo com o previsto neste Decreto, o plano de trabalho poderá ter suas metas, etapas e valores ajustados, após solicitação formalizada e fundamentada pelo proponente, pelo motivo por ela identificado na execução ou pela Unidade Gestora durante as ações de monitoramento e avaliação da parceria, desde que não haja alteração de seu objeto principal, nas seguintes situações:

I - quando necessário ao aperfeiçoamento da execução e a melhor consecução do objeto pactuado por termo aditivo; ou

II - na ocorrência de ampliação dos recursos por suplementações orçamentárias, que não poderá ser superior ao valor inicial acordado, mediante celebração de termo aditivo.

## Capítulo VII

### DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA PARTICIPAR DO CHAMAMENTO PÚBLICO

Art. 26. Serão consideradas aptas, os proponentes que apresentarem a documentação abaixo elencada, isenta de vícios de qualquer natureza e que não tenham pendências de qualquer espécie para com o Município de Forquilha:

#### I - PESSOA JURÍDICA:

a) ofício dirigido ao responsável pela Unidade Gestora, solicitando o Termo de Colaboração ou Termo de Fomento com a devida justificativa do pedido (Anexo I);

b) preenchimento do formulário "Dados Cadastrais" (Anexo II);

c) cópia da Lei Municipal que reconhece a entidade como de Utilidade Pública, exceto as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público instituídas na forma da Lei Federal nº 9.790, de 1999, e cópia da Lei Federal quando houver;

d) cópia da inscrição do CNPJ atualizado, possuindo a organização, no mínimo, um ano de existência, comprovando cadastro ativo;

e) certidão negativa de débito tributário de qualquer natureza junto ao órgão fazendário municipal; certidão quanto à dívida ativa da união conjunta; prova de regularidade para com a Fazenda Estadual; certidão negativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; certidão negativa de convênio com a Fazenda Estadual; prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e certidão de débito trabalhista;

f) caso se verifique irregularidade formal nas certidões negativas apresentadas ou quando estiverem com prazo de vigência expirado e novas certidões não estiverem disponíveis eletronicamente, a organização será notificada para, no prazo de quinze dias, regularizar a documentação, sob pena de não celebração da parceria.

g) certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil e cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial;

h) cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, quando for o caso;

i) relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal - SRF de cada um deles;

j) comprovação de que a organização funciona no endereço por ela declarado;

k) alvará de funcionamento fornecido pela Prefeitura Municipal de Forquilha;

l) cópia das normas de organização interna (estatuto ou regimento interno) que prevejam expressamente:

1. objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social; e

2. a previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido à outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;

m) apresentar escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as normas brasileiras de contabilidade;

n) comprovar experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

o) apresentar declaração de que possui disponibilidade de instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas;

p) apresentar registro junto ao Conselho Municipal de política Cultural;

q) apresentar documento de comprovação de cadastro na Plataforma SNIC do Ministério da Cultura;

r) declaração de que não deve prestações de contas a quaisquer órgãos da Administração Pública Municipal, Estadual, Federal (Anexo III);

s) declaração que não emprega menor, conforme disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988. (Anexo IV);

t) declaração do representante legal da organização informando que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas neste Decreto (Anexo V);

u) plano de trabalho (Anexo VI).

v) relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses.

#### II - PESSOA FÍSICA:

a) ofício dirigido ao responsável pela Unidade Gestora, solicitando o Termo de Colaboração ou Termo de Fomento com a devida justificativa do pedido (Anexo I);

b) preenchimento do formulário "Dados Cadastrais" (Anexo II);

c) cópia da inscrição do CPF, RG;

d) certidão negativa de débito tributário de qualquer natureza junto ao órgão fazendário municipal; certidão quanto à dívida ativa da união

conjunta; prova de regularidade para com a Fazenda Estadual; certidão negativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e certidão de débito trabalhista;

e) caso se verifique irregularidade formal nas certidões negativas apresentadas ou quando estiverem com prazo de vigência expirado e novas certidões não estiverem disponíveis eletronicamente, a organização será notificada para, no prazo de quinze dias, regularizar a documentação, sob pena de não celebração da parceria.

f) comprovação de endereço por ela declarado, no mínimo um ano no Município de Forquilha;

g) comprovar experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

h) apresentar declaração de que possui disponibilidade de instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas;

i) apresentar registro junto ao Conselho Municipal de Políticas Culturais;

j) apresentar documento de comprovação de cadastro na Plataforma SNIC do Ministério da Cultura;

k) declaração de que não deve prestações de contas a quaisquer órgãos da Administração Pública Municipal, Estadual, Federal (Anexo III);

l) declaração de que não emprega menor, conforme disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988. (Anexo IV);

m) declaração de que não incorre em quaisquer das vedações previstas neste Decreto (Anexo V);

n) plano de trabalho (Anexo VI);

o) relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses.

Parágrafo único. As cópias deverão ser confrontadas com a documentação original e sua autenticação poderá ser feita pela própria unidade gestora a quem os documentos forem apresentados.

Art. 27. A experiência prévia solicitada no art. 27, deste Decreto, poderá ser comprovada por meio dos seguintes documentos:

- I - instrumento de parceria firmado com órgãos e entidades da administração pública, cooperação internacional, empresas ou com outras organizações da sociedade civil;
- II - relatório de atividades desenvolvidas;
- III - notícias veiculadas na mídia em diferentes meios de comunicação sobre atividades desenvolvidas;
- IV - publicações e pesquisas realizadas ou outras formas de produção de conhecimento; solicito a confecção de duas cópias das chaves da sala do Procurador-Geral.
- V - currículo de profissional ou equipe responsável;
- VI - prêmios locais ou internacionais recebidos; e
- VII - atestados de capacidade técnica emitidos por redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos de políticas públicas e membros de órgãos públicos ou universidades.

## Capítulo VIII DA SELEÇÃO

Art. 28. A seleção de projetos apresentados fica sob responsabilidade do Conselho Municipal de Política Cultural, que deverá emitir parecer técnico com base na análise das propostas apresentadas no plano de trabalho e na documentação apresentada pelos proponentes.

Art. 29. A seleção dos projetos deve ter como referência maior o Plano Municipal de Cultura - PMC e considerar as diretrizes e prioridades definidas anualmente pelo Conselho Municipal de Política Cultural.

## Capítulo IX DA SELEÇÃO E JULGAMENTO

Art. 30. A seleção consistirá nas seguintes etapas:

- I - julgamento das propostas apresentadas no plano de trabalho com preenchimento de atas contendo no mínimo as datas e os critérios objetivos de seleção, bem como, a metodologia de pontuação e o peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso;
- II - abertura do envelope com os documentos do proponente selecionada, com o objetivo de verificar se a mesma atendeu as exigências documentais elencadas no art. 24 e no art. 27 deste Decreto, além de não incorrer nas vedações previstas no artigo 21, deste Decreto.
  - a) quando as instalações forem necessárias para a realização do objeto pactuado, as condições físicas e materiais do proponente devem ser validadas pelo Conselho através de visita in loco, podendo solicitar, quando necessário, apoio técnico especializado proveniente de outros órgãos ou entidades municipais.
- III - encerrada as etapas dos incisos I e II, deste artigo, será lavrada a ata contendo, no mínimo, a pontuação, se for o caso, e a classificação das propostas, a indicação da proposta vencedora e demais assuntos que entender necessários;
- IV - o responsável pela Unidade Gestora homologará e divulgará o resultado do julgamento no Diário Oficial Eletrônico do Município;
- V - os proponentes terão prazo de cinco dias para interpor recurso administrativo sobre o resultado do edital, a contar da publicação.
- VI - após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo para interposição de recurso, o responsável pela Unidade Gestora deverá homologar e divulgar, no Diário Oficial Eletrônico do Município as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção;
- VII - na hipótese do proponente selecionado não atender aos requisitos exigidos, aquele imediatamente mais bem classificado será convidado a aceitar a celebração de parceria nos mesmos termos ofertados para ao concorrente desclassificado;
- VIII - caso o proponente convidado nos termos do inciso VII deste artigo aceite celebrar a parceria, proceder-se-á a verificação dos documentos que comprovem o atendimento aos requisitos previstos;
- IX - caso o Conselho entenda haver necessidade, por motivo de força maior, a sessão poderá ser suspensa e, de imediato, nova data e hora será marcada. Isto ocorrendo, será lavrada ata justificando a necessidade da suspensão, dispensando, portanto, a obrigatoriedade contida no Inciso III deste artigo.

Art. 31. O julgamento deverá avaliar:

- I - demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional do proponente foram avaliados e são compatíveis com o objeto;
- II - o plano de trabalho, a ser apresentado nos termos deste Decreto; e



III - emissão de parecer técnico do Conselho Municipal, que deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito:

- a) Avaliação das três dimensões culturais do projeto: simbólica, econômica e social;
- a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;
- b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista;
- c) da viabilidade de sua execução;
- d) da verificação do cronograma de desembolso; e
- e) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos.

Art. 32. Obrigatoriamente deverá constar o parecer jurídico acerca do plano de trabalho e da documentação, com observância das normas deste Decreto e da legislação específica, aprovando ou não a assinatura do termo de colaboração ou termo de fomento e acordo de cooperação.

Art. 33. Caso o parecer técnico emitido pelo Conselho Municipal de Política Cultural ou o parecer jurídico conclua pela possibilidade de celebração da parceria com ressalvas, deverá o responsável pela Unidade Gestora sanar os aspectos ressalvados ou, mediante ato formal, justificar a preservação desses aspectos ou sua exclusão.

#### Capítulo X

#### DOS PROCEDIMENTOS PARA A CELEBRAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DAS PARCERIAS

Art. 34. Para formalização das parcerias, os proponentes deverão apresentar os seguintes documentos:

- I - comprovação de abertura ou de existência de conta corrente com a finalidade específica para movimentação dos recursos públicos em nome próprio; e
- II - declaração assinada pelo proponente responsabilizando-se pelo recebimento, aplicação e prestação de contas dos recursos que receber à conta da parceria, bem como os da devida contrapartida, quando houver. (Anexo VII).

Art. 35. A formalização do termo de colaboração, termo de fomento ou de acordo de cooperação, conforme o caso, terá como cláusulas essenciais:

- I - a descrição do objeto pactuado;
- II - as obrigações das partes;
- III - quando for o caso, o valor total e o cronograma de desembolso;
- IV - Não será exigida contrapartida financeira como requisito para celebração de parceria, facultada a exigência de contrapartida em bens e serviços cuja expressão monetária será obrigatoriamente identificada no termo de colaboração ou de fomento;
- V - a vigência e as hipóteses de prorrogação;
- VI - a obrigação de prestar contas com definição de forma, metodologia e prazos;
- VII - a forma de monitoramento e avaliação;
- VIII - a obrigatoriedade de restituição de recursos, nos casos previstos neste Decreto;
- IX - a designação de um gestor representante da Unidade Gestora para efetuar o acompanhamento e fiscalização do termo de colaboração, do termo de fomento ou do acordo de cooperação;
- X - poderá determinar, se for o caso, a titularidade dos bens e direitos remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão de sua execução tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública;
- XI - caso definida a titularidade dos bens, deverá ser observado o art. 23 do Decreto Federal nº 8.726 de 2016.
- XII - a prerrogativa atribuída à administração pública para assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade;
- XIII - a obrigação do proponente em manter e movimentar os recursos em conta bancária específica;
- XIV - o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a termos de colaboração ou a termos de fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
- XV - a faculdade dos partícipes rescindirem o instrumento, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias;
- XVI - a indicação do foro para dirimir as dúvidas decorrentes da execução da parceria, estabelecendo a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública;
- XVII - a responsabilidade exclusiva do proponente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- XVIII - a responsabilidade exclusiva do proponente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência do proponente em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução; e
- XIX - constará como anexo do termo de colaboração, do termo de fomento ou do acordo de cooperação o plano de trabalho, que deles será parte integrante e indissociável.

#### Capítulo XI

#### DAS PRORROGAÇÕES

Art. 36. A vigência da parceria poderá ser alterada mediante termo aditivo, que deve ser solicitada pelo proponente, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada na Unidade Gestora em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término do inicialmente previsto, vedada a alteração do objeto aprovado.

Parágrafo único. O termo aditivo de que trata o caput poderá ser prorrogado de ofício em caso de atraso na liberação dos recursos por parte da administração pública municipal, hipótese em que a prorrogação corresponderá ao período equivalente ao atraso e será regida pela legislação em vigor ao tempo da celebração da parceria.

## Capítulo XII

### DA NÃO LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 37. As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas dentro dos limites das possibilidades financeiras consignadas no orçamento municipal, em conformidade com o respectivo cronograma de desembolso, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

I - quando identificadas irregularidades na aplicação dos recursos e após a análise do contraditório e da ampla defesa;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, ou por inadimplemento do proponente em relação às obrigações estabelecidas no termo de colaboração ou termo de fomento; e

III - quando o proponente deixar de adotar, sem justificativa suficiente, as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo, no prazo definido em notificação.

## Capítulo XIII

### DO GESTOR DO TERMO

Art. 38. O responsável pela Unidade Gestora designará um único Gestor, que será agente público da área vinculada ao termo de colaboração ou ao termo de fomento, responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização, devendo este:

I - acompanhar e fiscalizar sua execução;

II - comunicar ao superior hierárquico a existência de indícios de irregularidades;

III - emitir parecer técnico conclusivo de análise das prestações de contas parciais, provisórias e final, de acordo com o relatório técnico emitido pelo Conselho Municipal de Política Cultural, quando houver, que avalie quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, sendo este parecer parte integrante da prestação de contas devendo obrigatoriamente mencionar:

a) os resultados já alcançados e seus benefícios;

b) os impactos econômicos ou sociais;

c) o grau de satisfação do público-alvo; e

d) a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

IV - na hipótese de o Gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o responsável pela Unidade Gestora deverá designar novo gestor que possua qualificação técnica equivalente à do substituído, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do anterior, com as respectivas responsabilidades;

V - será impedido de participar como gestor da parceria pessoa que, nos últimos 5 (cinco) anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, 1 (um) dos partícipes;

VI - a designação do Gestor será publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município.

## Capítulo XIV

### DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 39. O responsável pela Unidade Gestora deverá indicar uma única Comissão de Monitoramento e Avaliação, nomeada por portaria, sendo composta por 3 (cinco) membros, que deverão monitorar e avaliar as parcerias celebradas com os proponentes.

§ 1º Será composta por 1 (um) de seus membros servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal do Município e deverá conter 2 (dois) membros, da área vinculada ao desenvolvimento do projeto.

§ 2º No ato formal de nomeação estará previsto quais membros serão o Presidente e o Secretário da Comissão de Seleção, responsáveis por conduzir os trabalhos;

§ 3º Serão impedidas de participar das comissões as pessoas que, nos últimos 5 (cinco) anos, tenham mantido relação jurídica com, ao menos, 1 (uma) das entidades participantes do chamamento público.

§ 4º Configurado o impedimento previsto no § 3º, deverá ser designado membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituído.

Art. 40. Deverá à Comissão de Monitoramento e Avaliação:

I - analisar e fiscalizar o andamento das parcerias; e

II - emitir relatório técnico contendo:

a) descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

b) análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

c) valores efetivamente transferidos pela administração pública;

d) análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentadas pelos proponentes na prestação de contas;

e) análise dos documentos comprobatórios referente às visitas in loco realizadas por esta Comissão;

f) análise dos documentos das auditorias realizadas pelos controles internos e externos, quando houver no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias;

III - a comissão de monitoramento e avaliação poderá solicitar, quando necessário, apoio técnico especializado proveniente de outros órgãos ou entidades municipais;

§ 1º A comissão de monitoramento e avaliação se reunirá a fim de avaliar a execução das parcerias.

§ 2º A comissão de monitoramento e avaliação poderá realizar visita técnica in loco para subsidiar o relatório técnico a ser emitido.

§ 3º A comissão de monitoramento e avaliação notificará previamente o proponente, no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis anteriores à realização da visita técnica in loco.

§ 4º O resultado da visita in loco será circunstanciado em relatório de visita técnica in loco, que será registrado e enviado ao proponente

para conhecimento, esclarecimentos e providências, e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério do órgão ou da entidade da administração pública municipal.

Art. 41. Os procedimentos de monitoramento e avaliação das parcerias celebradas devem ser efetuados preferencialmente antes do término da sua vigência, inclusive por meio de visitas in loco.

Parágrafo único. Nas parcerias com vigência superior de 1 (um) ano, a Comissão de monitoramento e avaliação realizará, sempre que possível, pesquisa de satisfação com os beneficiários garantindo o sigilo da identidade dos que assim desejarem e utilizará os resultados como subsídio na avaliação e no cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas.

Art. 42. Sem prejuízo da fiscalização pela administração pública municipal e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelos conselhos das áreas correspondentes de atuação existentes. A fiscalização será efetuada preferencialmente antes do término da sua vigência, inclusive por meio de visitas in loco, com emissão de relatório técnico.

Art. 43. As parcerias de que trata este Decreto estarão também sujeitas aos mecanismos de controle social previsto em lei.

#### Capítulo XV

##### DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 44. A liberação de recursos obedecerá aos limites das possibilidades financeiras, consignadas no Orçamento do Municipal, e guardará consonância com as metas, fases e etapas de execução do objeto do termo de colaboração ou do termo de fomento.

§ 1º Os recursos serão depositados e geridos em conta bancária específica em instituição financeira pública federal.

§ 2º Quando houver a previsão de liberação de mais de uma parcela de recursos, o proponente deverá, para o recebimento de cada parcela: I - disponibilizar as certidões negativas, quando as inicialmente apresentadas estiverem vencidas, de acordo com o art. 27 deste Decreto, considerando regulares as certidões positivas com efeito de negativas;

II - estar adimplente em relação à prestação de contas e eventuais devoluções de valores; e

III - estar em situação regular com a execução do plano de trabalho de acordo com a análise da prestação de contas.

#### Capítulo XVI

##### DA VEDAÇÃO DA DESPESA

Art. 45. As parcerias deverão ser executadas com estrita observância das cláusulas pactuadas, sendo vedado:

I - utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

II - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

#### Capítulo XVII

##### DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE

Art. 46. A Unidade Gestora manterá, em sua plataforma eletrônica, no sítio oficial do Município de Forquilha, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento, com as seguintes informações:

I - data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da Unidade Gestora responsável;

II - nome do proponente e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Secretaria da Receita Federal - SRF, ou CPF;

III - descrição do objeto da parceria;

IV - valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso;

V - quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício;

VI - situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo.

Art. 47. A administração pública municipal deverá divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria.

Art. 48. O proponente deverá divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a administração pública municipal.

#### Capítulo XVIII

##### DA EXECUÇÃO DA DESPESA

Art. 49. Poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria, desde que aprovadas no plano de trabalho e vinculadas com a demanda da política pública de cada Unidade Gestora, as despesas com:

I - remuneração da equipe dimensionada no plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio do proponente, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo-terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas, desde que tais valores:

a) correspondam às atividades previstas para a consecução do objeto e à qualificação técnica necessária para a execução da função a ser desempenhada;

b) sejam compatíveis com o valor de mercado de Forquilha e observem os acordos e as convenções coletivas de trabalho e, em seu valor bruto e individual, o teto da remuneração do chefe do Poder Executivo Municipal;

c) sejam proporcionais ao tempo de trabalho efetiva e exclusivamente dedicado à parceria celebrada.

II - diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

III - os custos indiretos necessários à execução do objeto, poderão incluir, entre outras despesas, aquelas com material de expediente, tarifas bancárias, alimentação, internet, transporte, aluguel, telefone, combustível, consumo de água e luz e remuneração de serviços contábeis e de assessoria jurídica;

§ 1º O plano de trabalho poderá incluir o pagamento de custos indiretos necessários à execução do objeto, desde que tais custos sejam decorrentes exclusivamente de sua realização;

IV - aquisição e manutenção de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais;

a) caso o proponente adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública municipal, na hipótese de sua extinção.

§ 1º o pagamento de remuneração da equipe contratada pelo proponente com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o poder público municipal.

§ 2º considera-se equipe de trabalho o pessoal necessário à execução do objeto da parceria, que poderá incluir pessoas pertencentes ao quadro do proponente ou que vierem a ser contratadas, inclusive os dirigentes, desde que exerçam ação prevista no plano de trabalho aprovado, nos termos da legislação cível e trabalhista.

§ 3º não poderão fazer jus à remuneração de que trata este artigo pessoas naturais que tenham sido condenadas por crimes:

a) contra a administração pública ou o patrimônio público;

b) eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;

c) de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; e

d) contra direitos sociais e individuais.

§ 4º A inadimplência do proponente em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à administração pública municipal a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do termo de colaboração ou do termo de fomento ou restringir a sua execução.

§ 5º A inadimplência do proponente em decorrência de atrasos na liberação de repasses relacionados à parceria não poderá acarretar restrições à liberação de parcelas subsequentes.

Art. 50. O responsável pela Unidade Gestora somente poderá autorizar o proponente a realizar pagamento em data posterior ao término da vigência do termo de colaboração ou termo de fomento quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante o prazo legal.

Parágrafo único. Para efeitos do caput, fato gerador consiste na verificação do direito adquirido pelo beneficiário, fornecedor ou prestador de serviço, com base nos títulos e documentos comprobatórios do crédito.

## Capítulo XIX

### DA MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS

Art. 51. Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica na instituição financeira pública federal determinada pela administração pública municipal.

§ 1º Somente após prévia autorização do responsável pela Unidade Gestora poderão ser utilizados os rendimentos de aplicações financeiras ou de saldos porventura existentes antes do término da execução da parceria.

§ 2º Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Art. 52. O proponente terá o prazo de 60 (sessenta) dias para utilizar o recurso financeiro, contados a partir da data da transferência bancária efetuada pela Unidade Gestora.

Art. 53. Por ocasião da conclusão, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública municipal no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial, providenciada pela autoridade competente da administração pública municipal.

Art. 54. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

§ 1 Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

§ 2 A movimentação por cheques nominais, cruzados e individualizados por credor será admitida apenas quando não for possível a movimentação na forma do caput.

## Capítulo XX

### DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 55. A prestação de contas é um procedimento de acompanhamento sistemático das parcerias, para demonstração de resultados das metas, que conterá elementos que permitam verificar, sob os aspectos técnicos e financeiros, a execução integral do objeto e o alcance dos resultados previstos.

Art. 56. O proponente deverá utilizar os recursos recebidos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

§ 1º Para fins de prestação de contas de que trata o caput deste artigo, o beneficiado contará com mais 10 (dez) dias para apresentação de comprovação e utilização final dos recursos.

§ 2º O disposto no caput não impede que o instrumento de parceria estabeleça prestações de contas provisórias a título de fiscalização e acompanhamento.



§ 3º Ocorrendo a prestação de contas de forma provisória, conforme previsto no § 2º deste artigo, o saldo remanescente será parte integrante da próxima prestação de contas.

Art. 57. O processo de prestação de contas de responsabilidade do proponente deverá ser individualizado por parcela e conter folhas sequenciais numeradas em ordem cronológica e deve ser composto dos documentos elencados abaixo:

I - capa (Anexo VIII) parte integrante deste Decreto;

II - ofício de encaminhamento da Prestação de Contas, dirigido ao responsável da Unidade Gestora, devidamente assinado. (Anexo IX) parte integrante deste Decreto;

III - plano de trabalho e aplicação dos recursos recebidos. (Anexo VI) parte integrante deste Decreto;

IV - declaração firmada por dirigente e conselho fiscal da entidade beneficiada ou pelo proponente no caso de pessoa física, acerca do cumprimento dos objetivos previstos, quanto à aplicação dos recursos repassados. (Anexo X) parte integrante deste Decreto;

V - relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal e o responsável financeiro, ou pelo proponente no caso de pessoa física, com a relação das despesas e receitas efetivamente realizadas e vinculadas com a execução do objeto composto dos seguintes documentos:

a) original do extrato bancário da conta específica mantida pelo proponente beneficiado, evidenciando o ingresso e a saída dos recursos;

b) cópia das transferências eletrônicas ou ordens bancárias ou cópia dos cheques utilizados vinculadas às despesas comprovadas;

c) comprovante da devolução do saldo remanescente, por ventura existente, à Unidade Gestora;

d) original dos comprovantes da despesa, emitidos em nome do proponente (nota fiscal, cupom fiscal, guias de pagamento, folha de pagamento) com os devidos termos de aceite. (Anexo XII) parte integrante deste Decreto; e

e) comprovante do recolhimento do DAM - Documento de Arrecadação Municipal, quando da utilização da Nota Fiscal Avulsa.

VI - relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma físico, com respectivo material comprobatório, tais como:

a) lista de presença; e

b) fotografias, vídeos ou outros suportes.

Art. 58. A prestação de contas apresentada pelo proponente deverá conter elementos que permitam avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

§ 1º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2º Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

§ 3º A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados.

Art. 59. O processo de prestação de contas de responsabilidade da Unidade Gestora deverá conter folhas sequenciais numeradas em ordem cronológica e deve ser composto dos documentos elencados abaixo:

I - relatório emitido pela Comissão de monitoramento e avaliação;

II - parecer técnico emitido pelo gestor do termo de colaboração ou do termo de fomento;

III - parecer do Controle Interno;

IV - parecer da Unidade Gestora.

Art. 60. A prestação de contas será analisada, quanto a sua regularidade, em função dos documentos dela integrantes.

I - Após o recebimento da prestação de contas, o processo deve ser encaminhado via protocolo à Comissão de Monitoramento e Avaliação, para a análise no prazo máximo de 20 (vinte) dias, devendo emitir relatório técnico e podendo solicitar diligências, que deverão durar por no máximo 10 (dez) dias, encaminhando posteriormente ao gestor;

II - o gestor, após apreciação dos relatórios citados nos art. 59 e no inciso I do art. 60, deste Decreto, terá o prazo máximo de 10 (dez) dias para encaminhar a prestação de contas com seu parecer técnico ao Controle Interno, podendo o gestor solicitar novas diligências, com prazo máximo de 20 (vinte) dias para a emissão do parecer técnico;

III - Compete ao Controle Interno, analisar as prestações de contas, emitindo parecer de admissibilidade, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, podendo abrir diligência se necessário, quanto à consistência da documentação apresentada, à legalidade, à regularidade contábil e à legitimidade da aplicação dos recursos e sua consonância com o Plano de Trabalho e, havendo aprovação, encaminhará ao responsável pela Unidade Gestora, que terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias para deferimento ou indeferimento da baixa contábil, tendo como base os pareceres técnicos, sendo permitida delegação a autoridade diretamente subordinada, vedada a subdelegação;

IV - Constatadas possíveis improbidades na prestação de contas, ou verificadas em diligências, o Controle Interno devolverá o processo ao Gestor, que terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias para as devidas providências;

V - Em caso de permanência das irregularidades o processo deverá ser devolvido ao Controle Interno do Município;

VI - O proponente terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias, a partir do recebimento da notificação expedida pelo Controle Interno, prorrogável no máximo por igual período, para a correção da prestação de contas, não conseguindo saná-las tornar-se-á inadimplente e deverá devolver os recursos, parcialmente ou integralmente, corrigido monetariamente, conforme análise, sujeitas à aplicação das sanções previstas no art. 72, deste Decreto;

VII - Em caso de devolução dos recursos ou saneamento da prestação de contas por parte do proponente, o responsável pelo Controle Interno do Município certificará e encaminhará ao responsável pela Unidade Gestora para baixa contábil e arquivamento do processo.

Art. 61. As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte em dano ao erário; e

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes ocorrências:

a) omissão no dever de prestar contas;

- b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; e
- d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

Art. 62. Vencido o prazo legal e não sendo prestadas as contas, ou não sendo aprovadas, sob pena de responsabilidade solidária, o responsável pela Unidade Gestora determinará a suspensão imediata da liberação de novos recursos e notificará o proponente em até 30 (trinta) dias, para que cumpra a obrigação ou recolha ao erário os recursos que lhe foram repassados, corrigidos monetariamente, na forma da legislação vigente. Não havendo saneamento das irregularidades ou omissões, o processo deverá ser encaminhado ao Controlador Geral do Município para as devidas providências.

Art. 63. O responsável pelo Controle Interno Municipal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento do processo, notificará a entidade para sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º Rejeitada a prestação de contas e não efetuado a devolução dos recursos públicos será formalizada ao Chefe do Poder Executivo Municipal a instauração de Tomada de Contas Especial.

§ 2º A instauração da Tomada de Contas Especial, será realizada pela Unidade Gestora responsável pelo Controle Interno Geral do Município e seguirá os termos da Instrução Normativa nº 13 de 2012 do TCE-SC.

§ 3º Se no transcurso das providências determinadas no § 1º deste artigo a entidade devolver os recursos ou sanar as contas, o responsável pelo Controle Interno do Município certificará e as encaminhará para baixa contábil e arquivamento do processo, comunicando o fato ao órgão concedente.

§ 4º Enquanto não for encerrada a Tomada de Contas Especial, o proponente envolvido ficará impedido de receber recursos públicos do Município.

Art. 64. Será permitido o livre acesso dos servidores da Unidade Gestora correspondente ao processo, assim como os servidores do Controle Interno Municipal e do Tribunal de Contas de Santa Catarina, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados por este Decreto, bem como aos locais de execução do objeto.

Art. 65. O proponente deverá manter em seu arquivo os documentos que compõem a Prestação de Contas pelo prazo de 10 (dez) anos, contados a partir do dia útil subsequente ao da sua última apresentação.

Art. 66. O responsável pela Unidade Gestora responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas conforme o art. 63 deste Decreto, ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

## Capítulo XXI

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 67. A concessão de recursos públicos por meio de termo de colaboração ou de termo de fomento em desacordo com o presente Decreto, bem como o descumprimento dos prazos e providências nele determinados, sujeita o responsável pela Unidade Gestora e o proponente às penalidades previstas na legislação em vigor e a devolução dos valores irregularmente liberados.

Art. 68. O responsável pelo Controle Interno Municipal está autorizado a expedir Instruções Normativas complementares, necessárias à aplicação das disposições estabelecidas neste Decreto.

Art. 69. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas deste Decreto e da legislação específica, o responsável pela Unidade Gestora, garantida a prévia defesa, aplicará ao proponente as seguintes sanções:

§ 1º advertência: a sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pelos proponentes no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

§ 2º suspensão temporária: a sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a administração pública municipal.

a) a sanção de suspensão temporária impede os proponentes de participar de chamamento público e celebrar parcerias ou contratos com órgãos e entidades da administração pública municipal por prazo não superior a 2 (dois) anos.

§ 3º declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termos de colaboração ou termos de fomento e contratos com órgãos e entidades, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o proponente ressarcir a administração pública municipal pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo de 2 (dois) anos da aplicação da sanção.

I - As sanções previstas nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo poderão ser aplicadas pelo Controle Interno do Município, cabendo recurso administrativo de reconsideração, no prazo de 15 dias.

II - Prescreve em 5 (cinco) anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

III - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

Art. 70. Os proponentes suspensos ou declarados inidôneos em razão da rejeição da prestação de contas de parceria da qual é celebrante, ficarão pendentes na Contabilidade Geral do Município enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, até que seja promovida reabilitação ou ocorra o ressarcimento à Administração Pública pelos prejuízos resultantes.

Art. 71. Aplicam-se, no que couber, a Lei Federal nº 13.019, de 2014, o Decreto Federal nº 8.726, de 2016, o art. 70, da Constituição Federal, de 1988, como também os Acórdãos do Tribunal de Contas de Santa Catarina e, subsidiariamente, o disposto na Lei nº 9.784, de 29

de janeiro de 1999, aos processos administrativos relativos às parcerias de que trata este Decreto.

Art. 72. Os convênios e instrumentos congêneres existentes na data da entrada em vigor da Lei nº 13.019, de 2014, permanecerão regidos pela legislação em vigor ao tempo de sua celebração, sem prejuízo da aplicação subsidiária da Lei nº 13.019, de 2014, e deste Decreto, naquilo em que for cabível, desde que em benefício do alcance do objeto da parceria.

Art. 73. Os recursos transferidos através do termo de colaboração e do termo de fomento, quando a sua dotação orçamentária tiver origem vinculada a fundo constituído, a fiscalização também deve ser exercida pelo respectivo fundo e pelo respectivo Conselho Municipal.

Art. 74. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 75. Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 04 de outubro de 2018.  
DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 04 de outubro de 2018.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Secretário de Administração e Finanças  
ANEXO I

#### OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO PARA PESSOA JURÍDICA

Forquilha, ..... de ..... de .....

(Nome do Administrador Público responsável pela Unidade Gestora e Realizadora do Chamamento Público)

Exmo. Sr (a) Prefeito (a)  
Ilmo. Sr (a) Secretário (a) \ Superintendente/ Presidente

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência \ Vossa Senhoria, valho-me do presente para em nome da (nome da instituição, número do CNPJ e endereço atual completo) solicitar a participação no Chamamento Público conforme Edital n. XX.

Assinatura

- Ofício em papel timbrado da instituição solicitante
- Carimbo com CNPJ
- Em caso de Procurador, anexar a procuração.

#### ANEXO II

#### OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO PARA PESSOA FÍSICA

Forquilha, ..... de ..... de .....

(Nome do Administrador Público responsável pela Unidade Gestora e Realizadora do Chamamento Público)

Exmo. Sr (a) Prefeito (a)  
Ilmo. Sr (a) Secretário (a) \ Superintendente/ Presidente

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência, eu, (nome completo, número do RG e CPF, endereço atual completo), valho-me do presente para solicitar a participação no Chamamento Público Edital nº XX.

Assinatura

#### ANEXO III

#### DADOS CADASTRAIS PARA PESSOA JURÍDICA

##### 1. DADOS DA ORGANIZAÇÃO:

Nome da Organização: CNPJ:

Rua: Bairro: Cidade:

Complemento: Estado: CEP:

Telefone: Celular: E-mail:

Site:

Lei que declara de utilidade pública nº



**2. DO RESPONSÁVEL PELA ORGANIZAÇÃO:**

Nome: CPF:

Rua: Bairro: Cidade:

Complemento: Estado: CEP:

Telefone: Celular: E-mail:

Eleito em: Vencimento do mandato:

Cargo:

**2.1. DEMAIS MEMBROS DA DIRETORIA:**

Nome: CPF:

Rua: Bairro: Cidade:

Complemento: Estado: CEP:

Telefone: Celular: E-mail:

Eleito em: Vencimento do mandato:

Cargo:

**2.2 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:**

Nome: CPF:

Rua: Bairro: Cidade:

Complemento: Estado: CEP:

Telefone: Celular: E-mail:

Eleito em: Vencimento do mandato:

Cargo:

**2.3 CONSELHO FISCAL:**

Nome: CPF:

Rua: Bairro: Cidade:

Complemento: Estado: CEP:

Telefone: Celular: E-mail:

Eleito em: Vencimento do mandato:

Cargo:

**2.4 DADOS DO CORPO TÉCNICO:**

Nome: CPF:

Rua: Bairro: Cidade:

Complemento: Estado: CEP:

Telefone: Celular: E-mail:

Cargo:

**3. HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO:**

Data da Fundação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Sede: ( ) Própria ( ) Alugada ( ) Cessão de uso

**3.1. INFRA ESTRUTURA DA ORGANIZAÇÃO:**

Possui veículo: ( ) Sim ( ) Não Quantidade:

Próprio ( ) Alugado ( ) Cedido ( )

Possui bens imóveis: ( ) Sim ( ) Não

Descrição:

Forma de aquisição: Recursos próprios ( ) Convênio ( ) Doação ( )

**4. DADOS BANCÁRIOS:**

Banco: Agência: Número da Conta:

**5. DADOS DO CORPO TÉCNICO ENVOLVIDO NA EXECUÇÃO DO OBJETO:**

Nome: CPF:

Rua: Bairro: Cidade:

Complemento: Estado: CEP:

Telefone: Celular: E-mail:

Cargo: Nº do registro no Conselho Profissional:

Assinatura do Presidente ou Procurador

- Documento em papel timbrado da instituição solicitante
- Carimbo com CNPJ
- Em caso de Procurador, anexar a procuração.

## ANEXO IV

## DADOS CADASTRAIS PARA PESSOA FÍSICA

## 1. DADOS DO PROPONENTE:

Nome: CPF:

RG:

Rua: Bairro: Cidade:

Complemento: Estado: CEP:

Telefone: Celular: E-mail:

## 2. CURRÍCULO DO PROPONENTE:

## 3. DADOS BANCÁRIOS:

Banco: Agência: Número da Conta:

Assinatura

## ANEXO V

DECLARAÇÃO DE QUE A ORGANIZAÇÃO NÃO DEVE PRESTAÇÕES DE CONTAS A QUAISQUER ÓRGÃOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS.

## DECLARAÇÃO PARA PESSOA JURÍDICA

Declaro, que a Entidade ..... não se encontra com pendências em prestações de contas perante a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, sob pena de aplicação das sanções legais.

Forquilha, ..... de ..... de .....

Assinatura do Presidente ou Procurador

- Declaração em papel timbrado da instituição solicitante
- Carimbo com CNPJ
- Em caso de Procurador, anexar a procuração.

## ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE QUE O PROPONENTE NÃO DEVE PRESTAÇÕES DE CONTAS A QUAISQUER ÓRGÃOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS.

## DECLARAÇÃO PARA PESSOA FÍSICA

Eu, (nome, CPF, RG, Endereço atual completo) declaro, que não possuo pendências em prestações de contas perante a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, sob pena de aplicação das sanções legais.

Forquilha, ..... de ..... de .....

Assinatura

## ANEXO VII

## DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

DECLARAÇÃO UTILIZADA PARA TERMO DE FOMENTO, TERMO DE COLABORAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA

A ....., inscrita no CNPJ n. ...., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) ....., portador (a) da Carteira de Identidade n ..... e do CPF n ..... , DECLARA, para os devidos fins do disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezois anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

Forquilha, ..... de ..... de .....

Assinatura do Presidente ou Procurador

- Declaração em papel timbrado da instituição solicitante
- Carimbo com CNPJ
- Em caso de Procurador, anexar a procuração.

## ANEXO VII

## DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR PESSOA FISICA

## DECLARAÇÃO UTILIZADA PARA TERMO DE FOMENTO, TERMO DE COLABORAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA

Eu, ....., portador do CPF n. ...., DECLARO, para os devidos fins do disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988, que não emprego menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

Forquilha, ..... de ..... de .....

Assinatura

## ANEXO VIII

## DECLARAÇÃO DA NÃO INCORRÊNCIA DE VEDAÇÕES PARA PESSOA JURÍDICA

Declaro, para os devidos fins, que a Entidade ..... e seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas na Lei Federal nº 13.019/2014 e no Decreto nº 199/2017.

Forquilha, ..... de ..... de .....

Assinatura do Presidente ou Procurador

- Declaração em papel timbrado da instituição solicitante
- Carimbo com CNPJ
- Em caso de Procurador, anexar a procuração.

## ANEXO IX

## DECLARAÇÃO DA NÃO INCORRÊNCIA DE VEDAÇÕES PARA PESSOA FISICA

Eu, (nome, RG, CPF e endereço atual completo) declaro, para os devidos fins, que não incorro em qualquer das vedações previstas no presente Decreto.

Forquilha, ..... de ..... de .....

Assinatura

## ANEXO X

## PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE COLABORAÇÃO, TERMO DE FOMENTO NO CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA.

## 1 A- Dados Cadastrais para pessoa Jurídica:

Nome da Organização Social:

CNPJ:

Banco: Agência nº: Conta Corrente nº:

Endereço: (Rua, Av., Serv. etc.) Número:

Bairro: Cidade: CEP:

Telefone: Fax:

Endereço Eletrônico:

Lei que declara de utilidade pública nº:

Número de inscrição no respectivo conselho:

## 1.A.1. Identificação Do Responsável Pela Organização Social

Nome do Presidente:

Número do RG: Número do CPF:

1.A.2. Vigência de mandato da diretoria atual: de / / até / /

## 1B - Dados Cadastrais para Pessoa Física:

Nome:  
 CPF: RG:  
 Banco: Agência nº: Conta Corrente nº:  
 Endereço: (Rua, Av., Serv. etc.) Número:  
 Bairro: Cidade: CEP:  
 Telefone: Fax:  
 Endereço Eletrônico:  
 Número de inscrição no respectivo conselho:

## 2. Modalidades previstas:

- ☐ PESQUISA  
☐ PRODUÇÃO  
☐ FORMAÇÃO  
☐ DIFUSÃO

## 3. SETORES PREVISTOS:

- ☐ Patrimônio cultural (material e imaterial, museus e acervos)  
☐ Letras e Literatura  
☐ Artes Cênicas (teatro)  
☐ Música  
☐ Dança  
☐ Artes visuais (cinema, cultura digital, fotografia, grafite, escultura, pintura)  
☐ Artes Populares (artesanato e folclore)

4. Apresentação: (breve histórico do proponente, área de atuação, quanto tempo reside no Município, quando iniciou as atividades na área cultural, se já desenvolveu projetos e quais, se atua em alguma organização).

## 5. Projeto

Título do projeto:

### 5.1 Período de Execução:

Início: Término:

### 5.2 Descrição do Projeto:

Diagnóstico: (identificação e qualificação da demanda)

Diagnóstico da realidade que será o objeto das atividades. A justificativa deve fundamentar a pertinência e relevância do projeto como resposta a uma demanda da sociedade. Deve-se responder a questão: por que executar o projeto, ressaltar os seguintes aspectos:

- a) Problema social, Manifestação Cultural, Modalidade Esportiva, que pretende desenvolver, manter ou solucionar;  
 b) Impacto social do projeto e as transformações positivas e duradouras esperadas;  
 c) Área geográfica em que o projeto será desenvolvido (localização, bairro, distrito, rua etc...).

5.2.1 Público Alvo: (Indicar o público alvo/ beneficiários de fato, com o projeto, em conformidade com o estabelecido em edital, se houver, especificando o público a ser atendido, conforme a natureza dos serviços, programas e projetos).

Deverá ser especificado o número de pessoas atendidas (quantificar) e deverá descrever as pessoas a serem beneficiadas (qualificar).

5.2.2 Objetivo Geral: O que se pretende alcançar ao final do projeto. Deve ser escrito de forma clara, objetiva e sucinta. Este objetivo deve estar relacionado diretamente ao que se pretende executar.

5.2.3 Capacidade técnica e gerencial / Qualificação da equipe técnica: discriminar as especialidades profissionais necessárias e específicas existentes e a serem contratadas para o desenvolvimento das atividades propostas para a execução do projeto. Especificar o campo de atuação de cada profissional, área de formação e o tipo de qualificação a ser exigida, para o desenvolvimento do objetivo proposto.

## 6 - Cronograma De Execução (Meta, Etapa Ou Fase)

META	ETAPA	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR		DURAÇÃO	
			UNIDADE	QUANTIDADE	INÍCIO	FIM

## 7. Plano ANUAL de Aplicação Dos Recursos (Discriminar A Aplicação Dos Recursos).

ESPECIFICAÇÃO	VALORES EM REAIS
	ÓRGÃO CONCEDENTE
DESPESAS CORRENTES	

DESPESAS DE CAPITAL	
TOTAL GERAL	

## 7.1 Plano MENSAL de Aplicação Dos Recursos (Discriminar A Aplicação Dos Recursos).

ESPECIFICAÇÃO	VALORES EM REAIS					
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
DESPESAS CORRENTES						
DESPESAS DE CAPITAL						
TOTAL GERAL						

ESPECIFICAÇÃO	VALORES EM REAIS					
	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
DESPESAS CORRENTES						
DESPESAS DE CAPITAL						
TOTAL GERAL						

## 7.2 - Outras fontes de recursos (Discriminar as demais fontes de recursos do proponente).

FONTE /ORGÃO CONCEDENTE	VALOR

## 8 - Cronograma de desembolso:

Cada parcela de desembolso será associada a, no mínimo, uma meta. Informar os valores e as datas em que as parcelas serão destinadas de acordo com a execução das metas do projeto.

META	FONTE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ

## 9 - Declaração:

Na qualidade de representante legal, para fins de prova junto ao Município de Forquilha, para os efeitos e sob pena da Lei, que inexistirá qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Municipal ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, que impeça a transferência de recursos consignados no orçamento do Município na forma deste Plano de Trabalho.

Nestes Termos,  
Pede deferimento.

Forquilha, ..... de ..... de .....

Assinatura

## ANEXO XI

## DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DO RECURSO E APLICAÇÃO PESSOA JURÍDICA

## DECLARAÇÃO UTILIZADA PARA TERMO DE FOMENTO, TERMO DE COLABORAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA

Na qualidade de representante legal do(a) .....com sede na ....., no Município de Forquilha/SC, inscrita no CNPJ sob o n. ...., declaro para os devidos fins que receberemos a importância de R\$ ..... , dividida em ..... (parcelas) conforme edital n ..... cujo objeto é .....  
Me comprometo a prestar contas dos recursos que nos foram concedidos pelo município no prazo máximo de 60 (setenta dias), em conformidade com os preceitos estabelecidos pelo Decreto n. 199, de 2017, sob pena da aplicação das sanções legais.

Para maior clareza firmo a presente.

Forquilha ..... , de ..... de .....

Assinatura do Presidente ou Procurador

- Declaração em papel timbrado da instituição solicitante
- Carimbo com CNPJ
- Em caso de Procurador, anexar a procuração.

## ANEXO XII

## DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DO RECURSO E APLICAÇÃO PARA PESSOA FÍSICA

## DECLARAÇÃO UTILIZADA PARA TERMO DE FOMENTO, TERMO DE COLABORAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA

Eu, (nome, CPF, RG, endereço atual completo), declaro para os devidos fins que receberei a importância de R\$ ..... , dividida em ..... (parcelas) conforme edital n ..... cujo objeto é .....  
Me comprometo a prestar contas dos recursos que nos foram concedidos pelo município no prazo máximo de 60 (setenta dias), em conformidade com os preceitos estabelecidos em legislação vigente, sob pena da aplicação das sanções legais.

Para maior clareza firmo a presente.

Forquilha ..... , de ..... de .....

Assinatura

## ANEXO XIII

## CAPA

## UTILIZADA PARA TERMO DE FOMENTO, TERMO DE COLABORAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA.

Nome do proponente:
Título do Projeto:
Número do Termo de Colaboração ou Termo de Fomento:
Valor transferido:
Número da parcela:
Número de folhas que constam no processo:
Nome do Responsável:
Contato: Fone/e-mail.

O formulário abaixo deve ser preenchido pela concedente no momento do recebimento da prestação de contas.

Receber somente com a apresentação de todos os itens abaixo.

Esta prestação de contas está organizada da seguinte forma:	Sim	Não
---	-----	-----

Ofício de encaminhamento ANEXO VIII		
Devidamente assinado pelo responsável		
Prestação de contas organizada em folha A4		
As Folhas estão numeradas sequencialmente		
Plano de Trabalho ANEXO IX		
Declaração firmada acerca do cumprimento dos objetivos previstos, quanto à aplicação dos recursos repassados ANEXO X		
Relatório de execução financeira: ANEXO XI		
Devidamente assinado		
Original do extrato bancário da conta específica		
Original dos comprovantes das despesas emitidos em nome do proponente beneficiado com os devidos termos de aceite ANEXO XII		
Comprovante do recolhimento do DAM, quando da utilização da Nota Fiscal Avulsa.		
Relatório de cumprimento dos objetivos (final)		
Fotografias do projeto, mídias eletrônicas, material visual promocional do evento.		

Data:	Nome, Matrícula e Assinatura do Servidor
-------	--

Assinatura

ANEXO XV

## OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARA PESSOA JURÍDICA

Forquilha, ..... de ..... de .....

(Nome do Administrador Público responsável pela Unidade Gestora e Realizadora do Chamamento Público)

Exmo. Sr (a) Prefeito (a)

Ilmo. Sr (a) Secretário (a) \ Superintendente

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência \ Vossa Senhoria, valho-me do presente para em nome da (nome da instituição, número do CNPJ e endereço atual completo) encaminhar a prestação de contas da parcela (colocar n. da parcela) do Termo de Colaboração ou do Termo de Fomento (colocar n.) no valor de R\$ ....., referente ao Projeto .....

Desde já, declaramos que investimos os recursos conforme o Plano de Trabalho, que segue em anexo, acompanhada da documentação pertinente à prestação de contas do recurso público recebido.

Assinatura do Presidente ou Procurador

- Ofício em papel timbrado da instituição solicitante
- Carimbo com CNPJ
- Em caso de Procurador, anexar a procuração.

ANEXO XVI

## OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARA PESSOA FÍSICA

Forquilha, ..... de ..... de .....

(Nome do Administrador Público responsável pela Unidade Gestora e Realizadora do Chamamento Público)

Exmo. Sr (a) Prefeito (a)

Ilmo. Sr (a) Secretário (a) \ Superintendente

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência \ Vossa Senhoria, eu (nome, RG, CPF e endereço atual completo) valho-me do presente para encaminhar a prestação de contas da parcela (colocar n. da parcela) do Termo de Colaboração ou do Termo de Fomento (colocar n.) no valor de R\$ ....., referente ao Projeto .....

Desde já, declaro que investi os recursos conforme o Plano de Trabalho, que segue em anexo, acompanhada da documentação pertinente à prestação de contas do recurso público recebido.

Assinatura



## ANEXO XVII

## DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS PREVISTOS PARA PESSOA JURÍDICA

Órgão/Entidade Beneficiada: CNPJ:

Título do Projeto:

Início: Término:

Objetivo do Projeto:

## Declaração:

Declaramos para os devidos fins de direito, especialmente para atender o disposto no Decreto n. 199, de 2017, que a entidade supra citada cumpriu plenamente os objetivos previstos no Plano de Trabalho apresentado quando da solicitação dos recursos.

Forquilha, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Presidente da Entidade ou Procurador	Responsável Financeiro
Membro do Conselho Fiscal	Membro do Conselho Fiscal

Membro do Conselho Fiscal

- Declaração em papel timbrado da instituição solicitante
- Carimbo com CNPJ
- Em caso de Procurador, anexar a procuração

## ANEXO XVIII

## DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS PREVISTOS PARA PESSOA FÍSICA

Proponente: CPF:

Título do Projeto:

Início: Término:

Objetivo do Projeto:

## Declaração:

Declaramos para os devidos fins de direito, especialmente para atender o disposto no presente Decreto, que a entidade supra citada cumpriu plenamente os objetivos previstos no Plano de Trabalho apresentado quando da solicitação dos recursos.

Forquilha, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura

## ANEXO XIX

## RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA

BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS					
(TERMO DE COLABORAÇÃO OU TERMO DE FOMENTO)					
CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA.					
MÊS	ANO	PARCELA	CONCEDENTE	DATA DEPÓSITO	Nº TERMO
ENTIDADE:					
ENDEREÇO:					
CEP:			FONE:		
RESPONSÁVEL:					
CPF:			VALOR:		

DOCUMENTOS					
Nº TRANSFERÊNCIA*	Nº NOTA FISCAL	DATA DE EMISSÃO DA NF	RECEBIMENTOS R\$		PAGAMENTOS R\$
SALDO					
SALDO A DEVOLVER					
Forquilha, de de 20 ____					
Presidente da Entidade ou Procurador			Responsável Financeiro		
Lei Federal n 13.019/2014 alterada pela Lei Federal n 13.204/2015					
Artigo 45, I e II					
Instrução Normativa N. TC-14/2012					

- Balancete em papel timbrado da instituição solicitante
- Carimbo com CNPJ
- Em caso de Procurador, anexar à procuração.

## ANEXO XXI

## TERMO DE ACEITE

Todos documentos fiscais devem constar do carimbo conforme abaixo:

Atesto que os serviços foram prestados e/ou os materiais foram entregues.

Em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Assinatura do proponente ou Diretor da Entidade  
ANEXO XXII

RELATÓRIO TÉCNICO  
COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Protocolo de Entrada nº.: Data: xx/xx/xxxx
Organização da Sociedade Civil Beneficiada:
Unidade Gestora de Origem:
Nota de Empenho (NE)nº:
Valor da Liberação: Data: xx/xx/xxxx
Categoria
( ) Subvenção ( ) Contribuição ( ) Auxílio
Tipo de Parceria:
( ) Termo de Colaboração ( ) Termo de Fomento ( ) Acordo de Cooperação
Número:
Modalidade:
( ) Chamamento Público ( ) Dispensa ( ) Inexigibilidade
Número:
Esta Prestação é referente a parcela nº.:

Lista de Verificação de Admissibilidade de PC	Norma Legal	Sim	Não
1. Processo Administrativo Inicial			
1.1 Houve abertura de processo administrativo para a concessão do recurso?	Decreto n. 199, de 2017, art. 9º.		
1.2 No caso de ausência do chamamento público, foi expressamente justificada pelo responsável pela unidade gestora?	Decreto n. 199, de 2017, art. 14.		
1.3 O extrato da justificativa foi publicado no diário oficial do município?	Decreto n. 199, de 2017, art. 14, § 1º		

1.4 Houve impugnação da justificativa?	Decreto n. 199, de 2017, art. 14, § 2º		
2. Termo de Parceria			
2.1 Consta no processo a cópia do Termo de parceria ou Acordo de Cooperação?	IN 14/2012, art. 50 - TCE/SC		
2.2 O Termo de Parceria ou o Acordo de Cooperação, seguiram as normas determinadas no art. 36 do Decreto Municipal nº 199/17?	Decreto n. 199, de 2017, art. 36;		
3. Plano de Trabalho			
3.1 O Plano de Trabalho foi devidamente aprovado pelos responsáveis, inclusive pela Assessoria Jurídica?	Decreto n. 199, de 2017, art. 26;		
3.2 Consta a forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a elas atreladas?	Decreto n. 199, de 2017, art. 25 IV.		
3.3 Está descrito os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso?	Decreto n. 199, de 2017, art. 25 V.		
3.4 Está contemplada a definição dos parâmetros a serem utilizados para aferição do cumprimento das metas?	Decreto n. 199, de 2017, art. 25º VI.		
3.5 Houve alteração no termo de fomento, colaboração ou no plano de trabalho?	Decreto n. 199, de 2017, art. 26.		
3.6 Consta no processo a cópia da alteração (Termo Aditivo ou Apostilamento) ser for o caso?	Decreto n. 199, de 2017, art.37.		
4. Atuação em Rede			
4.1 A atuação em rede está prevista no edital de chamamento público?	Decreto n. 199, de 2017, art. 16.		
4.2 A organização da sociedade civil que atuará em rede possui no mínimo 5 (cinco) anos de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ.	Decreto n. 199, de 2017, art. 16.		
4.3 A cópia da celebração do termo de atuação em rede pactuado entre a organização da sociedade civil e a partícipe foi entregue na unidade gestora?	Decreto n. 199, de 2017, art. 17.		
5. Prestação de Contas			
5.1 A prestação de contas possui capa?	Decreto n. 199, de 2017, art. 59.		
5.2 Consta o Ofício de encaminhamento da prestação de contas assinado pelo presidente da Organização da Sociedade Civil?	Decreto n. 199, de 2017, art. 59.		
5.3 Prestação de contas foi entregue no prazo legal?	Decreto 199, de 2017, art. 58. IN 14/2012, art. 44 - TCE/SC.		
5.4 A prestação de contas é provisória a título de fiscalização?	Decreto 199, de 2017, art. 58. IN 14/2012, art. 44 - TCE/SC.		
5.5 Prestação de contas está organizada por parcela, conforme item de despesa, em folha A-4 e numerada?	Decreto n. 199, de 2017, art. 59. IN 14/2012, art. 38 - TCE/SC.		
5.6 Consta a cópia do Plano de Trabalho?	Decreto n. 199, de 2014, art. 25. IN 14/2012, art. 21- TCE/SC.		
5.7 As metas quantitativas e mensuráveis propostas foram atingidas?	Decreto n. 199, de 2017, art. 25.		
5.8 Caso negativo, houve justificativa?	Decreto n. 199, de 2017, art. 25.		
6. Relatório de Execução Financeira			
6.1 Consta no processo a cópia da Nota de Empenho?	IN 14/2012, art. 39 - TCE/SC		
6.2 Consta o relatório de execução financeira - Balancete?	Decreto n. 199, de 2017, art. 59. IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC.		
6.3 O relatório está assinado pelo presidente e/ou procurador da organização da sociedade civil?	Decreto n. 199, de 2017, art. 59 IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC.		
6.4 O relatório está assinado pelo responsável financeira da organização da sociedade civil?	Decreto n. 199, de 2017, art. 59 IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC.		
6.5 Consta o extrato da conta bancária com movimentação completa do período?	Decreto n. 199, de 2017, art. 59 IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC.		
6.6 A conta bancária é específica?	Decreto n. 199, de 2017, art. 45 IN 14/2012, art. 27 - TCE/SC.'		
6.7 Houve aplicação financeira dos recursos?	Decreto n. 199, de 2017, art. 53. IN 14/2012, art. 29 - TCE/SC.		
6.8 O recurso foi integralmente utilizado?	Decreto n. 199, de 2017, art. 54.		
6.9 Houve devolução do saldo remanescente?	Decreto n. 199, de 2014, art.59. IN 14/2012, art. 47 - TCE/SC.		
6.10 Há cópias das transferências eletrônicas ou ordens bancárias vinculadas às despesas comprovadas?	Decreto n. 199, de 2017, art.56. Decreto n. 199, de 2017, art.59. IN 14/2012, art. 27 - TCE/SC.		
6.11 Os documentos fiscais da execução da despesa estão nome da Organização da sociedade civil ou parceira da rede?	Decreto n. 199, de 2017, art. 59. IN 14/2012, art. 30 - TCE/SC.		
6.12 Os documentos fiscais possuem data, durante a vigência do Termo de parceria ou do Acordo de Cooperação?	Decreto n. 199, de 2017, art. 52.		
6.13 O documento fiscal consta a descrição completa do serviço/material?	IN 14/2012, art. 30 - TCE/SC.		

6.14 O documento fiscal consta quantidade, valor unitário e total do produto/serviço?	IN 14/2012, art. 30 - TCE/SC.		
6.15 Consta no documento fiscal a certificação que o material foi recebido ou o serviço prestado?	Decreto n. 199, de 2017, art.59. IN 14/2012, art. 36 - TCE/SC.		
6.16 Consta na prestação de contas Nota Fiscal Avulsa com o respectivo Documento de Arrecadação Municipal - DAM ?	Decreto n. 199, de 2017, art.59.		
6.17 Há despesa com pagamento de Folha de pessoal?	Decreto n. 199, de 2017, art.51.		
6.18 Apresentou Guia de Recolhimento INSS (GPS)?	Decreto n. 199, de 2017, art.51.		
6.19 Apresentou Guia de Recolhimento FGTS (GRF)	Decreto n. 199, de 2017, art.51.		
6.20 Há despesas com pagamento de diárias, referente a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija?	Decreto n. 199, de 2017, art.51.		

Receita	
Transferência	Valor
Recurso recebido:	
Aplicação Financeira:	
Total:	
Despesa	
1) Despesas Correntes	
1.1) Pessoal e encargos:	
1.2) Material de Consumo:	
1.3) Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	
1.4) Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	
Total (1):	
2) Despesa de Capital	
2.1) Equipamentos e Material Permanente	
Total (2):	
3) Custos Indiretos	
Internet:	
Transporte:	
Aluguel:	
Telefone:	
Água:	
Luz:	
Gás	
Assessoria Jurídica:	
Serviços Contábeis:	
Outros Custos: (especificar)	
Total (3):	
Total (1+2+3)	
4)Despesas Glosadas:	
5) Saldo a devolver:	
6) Saldo a transportar	

7. Custos	Norma Legal	Sim	Não
7.1 Os custos indiretos estão vinculados à execução do projeto?	Decreto n. 199, de 2017, art.25. Decreto n. 199, de 2017, art.51.		
7.2 Os custos indiretos então dentro do percentual máximo de 15%?	Decreto n. 199, de 2017, art.25. Decreto n. 199, de 2017, art.51.		
7.3 Houve a aquisição de equipamentos e matérias permanentes essenciais à consecução do objeto?	Decreto n. 199, de 2017, art.51.		
7.4 Caso positivo, o bem foi gravado com cláusula de inalienabilidade?	Decreto n. 199, de 2017, art.51.		
7.5 A despesa foi executada conforme Plano de Trabalho aprovado?	Decreto n. 199, de 2017, art.25 e art.26. IN 14/2012, art. 47 - TCE/SC.		
7.6 Consta Fotografia ou outras mídias sobre a execução do projeto?	Decreto n. 199, de 2017, art.59. IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC.		
7.7 Há comprovação de despesa com combustível?	IN 14/2012, art. 30 - TCE/SC.		
7.8 Há comprovação de despesa com publicidade?	IN 14/2012, art. 34 - TCE/SC.		
7.9 Há comprovação de despesa com alimentação?	IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC		
7.10 Há comprovação de despesa com assessoria?	IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC		
7.11 Há comprovação de despesa com locação de veículo (transporte)?	IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC		
7.12 Há comprovação de despesa com curso, seminário, Workshop?	IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC		
7.13 Há comprovação de despesa com locação de equipamentos?	IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC		

A comissão de monitoramento e avaliação no uso de suas atribuições e em conformidade com o art. 40, art. 41 e art. 42, do Decreto nº.

199, de 2017, relata que:

1. As atividades propostas no plano de trabalho foram desenvolvidas da seguinte forma...
2. Quanto às metas estabelecidas, conforme o plano de trabalho e indicador proposto, verificou-se que...
3. A visita in loco foi comunicada a Entidade, conforme estabelece o § 3º, art. 40, do Decreto Municipal nº 199/2017, através do ofício nº...
4. As visitas in loco foram realizadas, em ... de ... de 20\_\_\_\_, com os seguintes membros da comissão:  
e acompanhada por membros do Conselho Municipal
5. O relatório da visita in loco foi encaminhado à organização da sociedade civil, em XX/XX/XXXX, conforme determina o § 4º, art. 40, do Decreto Municipal nº 199/2017, através do ofício nº...

Observou-se que .....

#### CONCLUSÃO

Desta forma, após análise da documentação apresentada, a Comissão de Monitoramento e Avaliação, quanto à análise dos pré-requisitos exigidos para a prestação de contas e a execução das despesas, registra os seguintes apontamentos:

RESTRIÇÕES (descrever as restrições identificadas):

RECOMENDAÇÕES (descrever sugestões de melhorias para próximas parcelas):

Assim sendo, esta comissão nomeada através da portaria nº ..... publicada no Diário Oficial do Município nº ..... exara o parecer pela APROVAÇÃO (REPROVAÇÃO) desta prestação de contas.

Forquilha, xx de xxxxx de 20XX.

( )	Regular.
( )	Regular com ressalva.
( )	Irregular, para abertura de diligência.

Nome e matrícula Comissão de Monitoramento e Avaliação	Nome e matrícula Comissão de Monitoramento e Avaliação
Nome e matrícula Comissão de Monitoramento e Avaliação	

#### ANEXO XXII

#### RELATÓRIO TÉCNICO COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO PESSOA FÍSICA

Protocolo de Entrada nº.: Data: xx/xx/xxxx
Proponente:
Unidade Gestora de Origem:
Nota de Empenho (NE)nº:
Valor da Liberação: Data: xx/xx/xxxx
Categoria
( ) Subvenção ( ) Contribuição ( ) Auxílio
Tipo de Parceria:
( ) Termo de Colaboração ( ) Termo de Fomento ( ) Acordo de Cooperação
Número:
Modalidade:
( ) Chamamento Público ( ) Dispensa ( ) Inexigibilidade
Número:
Esta Prestação é referente a parcela nº.:

Lista de Verificação de Admissibilidade de PC	Norma Legal	Sim	Não
1. Processo Administrativo Inicial			
1.1 Houve abertura de processo administrativo para a concessão do recurso?	Decreto n. 199, de 2017, art. 9º.		
1.2 No caso de ausência do chamamento público, foi expressamente justificada pelo responsável pela unidade gestora?	Decreto n. 199, de 2017, art. 14.		
1.3 O extrato da justificativa foi publicado no diário oficial do município?	Decreto n. 199, de 2017, art. 14, § 1º		
1.4 Houve impugnação da justificativa?	Decreto n. 199, de 2017, art. 14, § 2º		
2. Termo de Parceria			

2.1 Consta no processo a cópia do Termo de parceria ou Acordo de Cooperação?	IN 14/2012, art. 50 - TCE/SC		
2.2 O Termo de Parceria ou o Acordo de Cooperação, seguiram as normas determinadas no art. 36 do Decreto Municipal nº 199/17?	Decreto n. 199, de 2017, art. 36;		
3. Plano de Trabalho			
3.1 O Plano de Trabalho foi devidamente aprovado pelos responsáveis, inclusive pela Assessoria Jurídica?	Decreto n. 199, de 2017, art. 26;		
3.2 Consta a forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a elas atreladas?	Decreto n. 199, de 2017, art. 25 IV.		
3.3 Está descrito os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso?	Decreto n. 199, de 2017, art. 25 V.		
3.4 Está contemplada a definição dos parâmetros a serem utilizados para aferição do cumprimento das metas?	Decreto n. 199, de 2017, art. 25º VI.		
3.5 Houve alteração no termo de fomento, colaboração ou no plano de trabalho?	Decreto n. 199, de 2017, art. 26.		
3.6 Consta no processo a cópia da alteração (Termo Aditivo ou Apostilamento) ser for o caso?	Decreto n. 199, de 2017, art.37.		
5. Prestação de Contas			
5.1 A prestação de contas possui capa?	Decreto n. 199, de 2017, art. 59.		
5.2 Consta o Ofício de encaminhamento da prestação de contas assinado pelo proponente?	Decreto n. 199, de 2017, art. 59.		
5.3 Prestação de contas foi entregue no prazo legal?	Decreto 199, de 2017, art. 58. IN 14/2012, art. 44 - TCE/SC.		
5.4 A prestação de contas é provisória a título de fiscalização?	Decreto 199, de 2017, art. 58. IN 14/2012, art. 44 - TCE/SC.		
5.5 Prestação de contas está organizada por parcela, conforme item de despesa, em folha A-4 e numerada?	Decreto n. 199, de 2017, art. 59. IN 14/2012, art. 38 - TCE/SC.		
5.6 Consta a cópia do Plano de Trabalho?	Decreto n. 199, de 2014, art. 25. IN 14/2012, art. 21- TCE/SC.		
5.7 As metas quantitativas e mensuráveis propostas foram atingidas?	Decreto n. 199, de 2017, art. 25.		
5.8 Caso negativo, houve justificativa?	Decreto n. 199, de 2017, art. 25.		
6. Relatório de Execução Financeira			
6.1 Consta no processo a cópia da Nota de Empenho?	IN 14/2012, art. 39 - TCE/SC		
6.2 Consta o relatório de execução financeira - Balancete?	Decreto n. 199, de 2017, art. 59. IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC.		
6.3 O relatório está assinado pelo responsável?	Decreto n. 199, de 2017, art. 59 IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC.		
6.5 Consta o extrato da conta bancária com movimentação completa do período?	Decreto n. 199, de 2017, art. 59 IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC.		
6.6 A conta bancária é específica?	Decreto n. 199, de 2017, art. 45 IN 14/2012, art. 27 - TCE/SC.'		
6.7 Houve aplicação financeira dos recursos?	Decreto n. 199, de 2017, art. 53. IN 14/2012, art. 29 - TCE/SC.		
6.8 O recurso foi integralmente utilizado?	Decreto n. 199, de 2017, art. 54.		
6.9 Houve devolução do saldo remanescente?	Decreto n. 199, de 2014, art.59. IN 14/2012, art. 47 - TCE/SC.		
6.10 Há cópias das transferências eletrônicas ou ordens bancárias vinculadas às despesas comprovadas?	Decreto n. 199, de 2017, art.56. Decreto n. 199, de 2017, art.59. IN 14/2012, art. 27 - TCE/SC.		
6.11 Os documentos fiscais da execução da despesa estão nome do proponente?	Decreto n. 199, de 2017, art. 59. IN 14/2012, art. 30 - TCE/SC.		
6.12 Os documentos fiscais possuem data, durante a vigência do Termo de parceria ou do Acordo de Cooperação?	Decreto n. 199, de 2017, art. 52.		
6.13 O documento fiscal consta a descrição completa do serviço/material?	IN 14/2012, art. 30 - TCE/SC.		
6.14 O documento fiscal consta quantidade, valor unitário e total do produto/serviço?	IN 14/2012, art. 30 - TCE/SC.		
6.15 Consta no documento fiscal a certificação que o material foi recebido ou o serviço prestado?	Decreto n. 199, de 2017, art.59. IN 14/2012, art. 36 - TCE/SC.		
6.16 Consta na prestação de contas Nota Fiscal Avulsa com o respectivo Documento de Arrecadação Municipal - DAM ?	Decreto n. 199, de 2017, art.59.		
6.17 Há despesa com pagamento de Folha de pessoal?	Decreto n. 199, de 2017, art.51.		
6.18 Apresentou Guia de Recolhimento INSS (GPS)?	Decreto n. 199, de 2017, art.51.		
6.19 Apresentou Guia de Recolhimento FGTS (GRF)	Decreto n. 199, de 2017, art.51.		
6.20 Há despesas com pagamento de diárias, referente a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija?	Decreto n. 199, de 2017, art.51.		

Receita	
Transferência	Valor
Recurso recebido:	
Aplicação Financeira:	
Total:	
Despesa	
4) Despesas Correntes	
1.5) Pessoal e Encargos:	
1.6) Material de Consumo:	
1.7) Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	
1.8) Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	
Total (1):	
5) Despesa de Capital	
2.1) Equipamentos e Material Permanente	
Total (2):	
6) Custos Indiretos	
Internet:	
Transporte:	
Aluguel:	
Telefone:	
Água:	
Luz:	
Gás	
Assessoria Jurídica:	
Serviços Contábeis:	
Outros Custos: (especificar)	
Total (3):	
Total (1+2+3)	
4)Despesas Glosadas:	
5) Saldo a devolver:	
6) Saldo a transportar	

7. Custos	Norma Legal	Sim	Não
7.1 Os custos indiretos estão vinculados à execução do projeto?	Decreto n. 199, de 2017, art.25. Decreto n. 199, de 2017, art.51.		
7.2 Os custos indiretos então dentro do percentual máximo de 15%?	Decreto n. 199, de 2017, art.25. Decreto n. 199, de 2017, art.51.		
7.3 Houve a aquisição de equipamentos e matérias permanentes essenciais à consecução do objeto?	Decreto n. 199, de 2017, art.51.		
7.4 Caso positivo, o bem foi gravado com cláusula de inalienabilidade?	Decreto n. 199, de 2017, art.51.		
7.5 A despesa foi executada conforme Plano de Trabalho aprovado?	Decreto n. 199, de 2017, art.25 e art.26. IN 14/2012, art. 47 - TCE/SC.		
7.6 Consta Fotografia ou outras mídias sobre a execução do projeto?	Decreto n. 199, de 2017, art.59. IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC.		
7.7 Há comprovação de despesa com combustível?	IN 14/2012, art. 30 - TCE/SC.		
7.8 Há comprovação de despesa com publicidade?	IN 14/2012, art. 34 - TCE/SC.		
7.9 Há comprovação de despesa com alimentação?	IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC		
7.10 Há comprovação de despesa com assessoria?	IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC		
7.11 Há comprovação de despesa com locação de veículo (transporte)?	IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC		
7.12 Há comprovação de despesa com curso, seminário, Workshop?	IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC		
7.13 Há comprovação de despesa com locação de equipamentos?	IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC		

A comissão de monitoramento e avaliação no uso de suas atribuições e em conformidade com o art. 40, art. 41 e art. 42, do Decreto nº. 199, de 2017, relata que:

6. As atividades propostas no plano de trabalho foram desenvolvidas da seguinte forma:

7. Quanto às metas estabelecidas, conforme o plano de trabalho e indicador proposto, verificou-se que...,

8. A visita in loco foi comunicada a Entidade, conforme estabelece o § 3º, art. 40, do Decreto Municipal nº 199/2017, através do ofício nº...

9. As visitas in loco foram realizadas, em ... de ... de 20\_\_\_\_, com os seguintes membros da comissão e acompanhada por membros do Conselho Municipal.

10. O relatório da visita in loco foi encaminhado ao proponente, em XX/XX/XXXX, conforme determina o § 4º, art. 40, do Decreto Municipal



nº 199/2017, através do ofício nº...

Observou-se que .....

### CONCLUSÃO

Desta forma, após análise da documentação apresentada, a Comissão de Monitoramento e Avaliação, quanto à análise dos pré-requisitos exigidos para a prestação de contas e a execução das despesas, registra os seguintes apontamentos:

RESTRIÇÕES (descrever as restrições identificadas):

RECOMENDAÇÕES (descrever sugestões de melhorias para próximas parcelas):

Assim sendo, esta comissão nomeada através da portaria nº ..... publicada no Diário Oficial do Município nº ..... exara o parecer pela APROVAÇÃO (REPROVAÇÃO) desta prestação de contas.

Forquilha, xx de xxxxx de 20XX.

<input type="checkbox"/>	Regular.
<input type="checkbox"/>	Regular com ressalva.
<input type="checkbox"/>	Irregular, para abertura de diligência.

Nome e matrícula Comissão de Monitoramento e Avaliação	Nome e matrícula Comissão de Monitoramento e Avaliação
Nome e matrícula Comissão de Monitoramento e Avaliação	

### ANEXO XXIII

#### PARECER DE ADMISSIBILIDADE DO GESTOR DO TERMO

Protocolo de Entrada nº.: Data: xx/xx/xxxx
Proponente Beneficiado:
Unidade Gestora de Origem:
Nota de Empenho (NE)nº:
Valor da Liberação: Data: xx/xx/xxxx
Categoria
<input type="checkbox"/> Subvenção <input type="checkbox"/> Contribuição <input type="checkbox"/> Auxílio
Tipo de Parceria:
<input type="checkbox"/> Termo de Colaboração <input type="checkbox"/> Termo de Fomento <input type="checkbox"/> Acordo de Cooperação
Número:
Modalidade:
<input type="checkbox"/> Chamamento Público <input type="checkbox"/> Dispensa <input type="checkbox"/> Inexigibilidade
Número:
Esta Prestação é referente a parcela nº.:
Portaria de nomeação do Gestor do Termo nº.: Publicada no Diário Oficial nº.:

Lista de Verificação de Admissibilidade de PC	Norma Legal	Sim	Não
1. O relatório da comissão de monitoramento e avaliação está de acordo com o que determina o Decreto?	Decreto n. 199, de 2017, art. 40 e 41.		
2. Consta no relatório da comissão de monitoramento e avaliação a cópia da portaria de designação dos seus membros?	Decreto n. 199, de 2017, art. 40.		
3. A comissão de monitoramento solicitou abertura de diligência?	Decreto n. 199, de 2017, art. 62.		
4. O relatório de monitoramento e avaliação conclui pela aprovação da prestação de contas?	Decreto n. 199, de 2017, art. 41.		
5. O relatório de monitoramento e avaliação conclui pela reprovação da prestação de contas?	Decreto n. 199, de 2017, art. 41.		
6. A execução da parceria foi acompanhada e fiscalizada pelos conselhos das áreas correspondentes a atuação existente?	Decreto n. 199, de 2017, art. 43.		
7. Pode-se considerar com base no relatório de monitoramento que as metas foram alcançadas, conforme proposto no plano de trabalho?	Decreto n. 199, de 2017, art. 39.		
8. Verifica-se algum indício de irregularidade no processo?	Decreto n. 199, de 2017, art. 39,V.		
9. A prefeitura realizou fiscalizações preventivas na organização da sociedade civil?	Decreto n. 199, de 2017, art. 41.		
10. O proponente possui outros convênios com os demais órgãos da prefeitura?			
11. Se a resposta acima for positiva, o proponente está em dia com as prestações de contas?	Decreto n. 199, de 2017, art. 28, XV.		
12. A execução da despesa está vinculada ao objeto proposto?	Decreto n. 199, de 2017, art.25. IN 14/2012, art. 47 - TCE/SC.		
13. O proponente foi alvo de alguma denúncia?			
14. Os salários pagos então dentro do preço de mercado?			

15. Houve remuneração de dirigentes?			
16. O processo de prestação de contas deve ser melhorado?			
17. O proponente necessita de curso de formação para melhor executar o processo de prestação de contas?			
18. Necessita de fiscalização aprimorada?			

O Gestor do Termo, no uso de suas atribuições e em conformidade com o art. 39, do Decreto Municipal nº. 199, de 2017, após análise dos documentos apresentados pelo proponente e do relatório de técnico emitido pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, descreve que:

1. O proponente, já alcançou os resultados e benefícios de acordo com as metas propostas no plano de trabalho. (descrever os resultados e benefícios)

Não atingindo as metas propostas conforme indicado na proposta. Solicita-se abertura de diligência para no prazo máximo de 15 (quinze) dias justificar sobre o fato, desde já ficando impedida de receber de qualquer órgão da Administração Direita e Indireta do Município, novos recursos. (Somente quando não atingiu as metas)

2. A visita de fiscalização do gestor (a) foi realizada no dia ..././.... (não) acompanhada por outros representantes de órgãos ou conselhos municipais.

Contatou-se na visita in loco que o proponente ..... (descrever o que foi observado na visita).

3. Quanto ao impacto social e econômico do projeto, verifica-se que o mesmo beneficia diretamente (colocar o número de famílias, número de crianças, de idosos etc .....).

4. Analisar qual possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão da parceria. (descrever ..)

#### CONCLUSÃO

Desta forma, após acompanhamento do projeto, análise dos documentos apresentados pelo proponente e do relatório de técnico emitido pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, registram-se os seguintes apontamentos:

RESTRIÇÕES (descrever as restrições identificadas):

RECOMENDAÇÕES (descrever sugestões de melhorias para próximas parcelas):

Assim sendo, concluo pela APROVAÇÃO (REPROVAÇÃO) desta prestação de contas.

<input type="checkbox"/>	Regular.
<input type="checkbox"/>	Regular com ressalva.
<input type="checkbox"/>	Irregular, para abertura de diligência.

Forquilha, xx de xxxxx de 20XX.

Nome e matrícula do Gestor do Termo

#### ANEXO XXV

(DECRETO Nº 199, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017)

#### PARECER DE ADMISSIBILIDADE FINAL CONTROLE INTERNO E SECRETÁRIO DA UNIDADE GESTORA

Protocolo de Entrada nº.: Data: xx/xx/xxxx
Proponente Beneficiado:
Unidade Gestora de Origem:
Nota de Empenho (NE)nº:
Valor da Liberação: Data: xx/xx/xxxx
Categoria
<input type="checkbox"/> Subvenção <input type="checkbox"/> Contribuição <input type="checkbox"/> Auxílio
Tipo de Parceria:
<input type="checkbox"/> Termo de Colaboração <input type="checkbox"/> Termo de Fomento <input type="checkbox"/> Acordo de Cooperação
Número:
Modalidade:
<input type="checkbox"/> Chamamento Público <input type="checkbox"/> Dispensa <input type="checkbox"/> Inexigibilidade
Número:
Esta Prestação é referente a parcela nº.:

A Gerência de Controle Interno confirma que a prestação de contas acima descrita, apresenta os documentos mínimos exigidos pelo decreto municipal nº xxx de 2017:

<input type="checkbox"/>	Documentação Entregue pela Entidade
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico emitido pela Comissão de Monitoramento e Avaliação

( )	Parecer do Gestor do Termo
-----	----------------------------

RESTRIÇÕES (descrever as restrições identificadas):

RECOMENDAÇÕES (descrever sugestões de melhorias para próximas parcelas):

Assim sendo, concluo pela APROVAÇÃO (REPROVAÇÃO) desta prestação de contas.

( )	Regular, recomendamos a baixa contábil.
( )	Regular com ressalva, recomendamos a baixa contábil.
( )	Irregular, para abertura de diligência.

Forquilha, xx de xxxxx de 20XX.

Nome, Matrícula e Cargo  
Gerência de Controle Interno

#### PARECER FINAL

Protocolo de Entrada nº. xx Data: xx/xx/xxxx
Proponente:
Unidade Gestora de Origem:
Nota de Empenho (NE)nº:
Valor da Liberação: Data: xx/xx/xxxx
Categoria
( ) Subvenção ( ) Contribuição ( ) Auxílio
Tipo de Parceria:
( ) Termo de Colaboração ( ) Termo de Fomento ( ) Acordo de Cooperação
Número:
Modalidade:
( ) Chamamento Público ( ) Dispensa ( ) Inexigibilidade
Número:
Esta Prestação é referente a parcela nº.

O setor responsável, após a análise dos documentos apresentados, conclui pela:

( )	Regular, recomendamos a baixa contábil.
( )	Regular com ressalva, recomendamos a baixa contábil.
( )	Irregular, para abertura de diligência.

Obs.: Após a baixa contábil o processo de Prestação de Contas deverá retornar ao Setor responsável, para o devido arquivamento.

Forquilha, xx de xx de 20xx.

Nome, Matrícula e Cargo

Responsável

#### DECRETO Nº. 210, DE 04 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1770496

DECRETO Nº. 210, DE 04 DE OUTUBRO DE 2018.

TORNA SEM EFEITO, A NOMEAÇÃO POR CONCURSO DE TATIANE IZE PATRICIO, PARA EXERCER O CARGO EFETIVO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com a Lei Municipal nº 749 de 20 de setembro de 2001 e seus anexos,

CONSIDERANDO que o Decreto nº 200, de 14 de setembro de 2018, nomeou por concurso, Tatiane Izé Patricio para exercer o cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde - Centro;

CONSIDERANDO que TATIANE IZÉ PATRICIO apresentou termo de desistência de sua nomeação;

RESOLVE:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação para exercer o cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde – Centro, de TATIANE IZÉ PATRICIO.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 04 de outubro de 2018.

DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 04 de outubro de 2018.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Secretário de Administração e Finanças

## **EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF 58/2018**

Publicação Nº 1769494

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 58/2018

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 40/2017  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – GENTE SEGURADORA S.A.

DO OBJETO – Contratação de empresa para prestação de serviços, através de empresa especializada, para cobertura de seguro de veículos da Frota Oficial do Município de Forquilha/SC.

DO VALOR – Fica acrescido no objeto do Contrato n. 40/PMF/2017, o item 63 para o Lote 03 (Seguro Total) que corresponde ao valor de R\$ 895,57 (oitocentos e noventa e cinco reais e cinquenta e sete centavos) conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 11 de setembro de 2018.  
DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

## **LEI Nº 2.326, DE 03 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1770487

LEI Nº 2.326, DE 03 DE OUTUBRO DE 2018.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR, COM ENCARGOS, BEM IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, À ASSOCIAÇÃO DE APOSENTADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DE FORQUILHINHA - AAPIF, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a desafetar e doar à ASSOCIAÇÃO DE APOSENTADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DE FORQUILHINHA - AAPIF, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 04.664.251/0001-21, declarada de utilidade pública pela Lei Municipal nº 767, de 10 de outubro de 2001 e, pela Lei Estadual nº 16.733, de 15 de outubro de 2015, uma área de terra pertencente ao Município de Forquilha, correspondente a 10.267,31 m² (dez mil e duzentos sessenta e sete, trinta e um metros quadrados), matrícula nº 7.045 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha, confrontando: Norte: 112,67 metros com terras do Município de Forquilha; Sul: 92,24 metros com a Rua nº 350 e 42,27 metros com terras do Município de Forquilha; Leste: 41,71 metros com terras do Município de Forquilha e 53,35 metros com terras de Antônio Horr; Oeste: 92,00 com terras do Município de Forquilha.

§ 1º O imóvel ora doado destina-se à implantação de uma Unidade Hospitalar Filantrópica, com fornecimento de serviço privado e conveniado ao Sistema Único de Saúde – SUS.

§ 2º No ora doado também poderá ser instalar a sede da ASSOCIAÇÃO DE APOSENTADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DE FORQUILHINHA – AAPIF.

§ 3º Fica reconhecido interesse público na presente doação, desobrigando-se prévia licitação.

Art. 2º Ocorrerá caducidade da doação e reversão automática do imóvel ao Município, caso a Donatária não cumprir as especificações e condições abaixo:

I - Não iniciar as obras dentro de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do contrato, e a concluí-la dentro de 60 (sessenta) meses, prorrogável a critério do Chefe do Poder Executivo.

II - Não exercer, não executar, não exercitar, bem como alterar a finalidade para a qual a referida área foi concedida ou não dar o uso prometido, ou o desviar de sua finalidade estampada no § 1º do Art. 1º desta Lei.

III - Gravar o imóvel com ônus real de garantia, exceto quando tratar-se de garantia para financiamento vinculado à construção e/ou

ampliação do empreendimento identificado no § 1º art. 1º desta Lei.

§ 1º O imóvel doado será revertido sem ônus ao Município caso a Donatária não cumprir os dispositivos acima elencados, sendo que neste caso as benfeitorias não removíveis seguirão a sorte do principal.

§ 2º É facultado ao Poder Público Municipal o direito de desistir da reversão do imóvel doado, desde que comprovada à inconveniência técnica e julgada onerosa ao erário a transação.

Art. 3º Esta lei será regulamentada por decreto, no que couber.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Lei nº 1.776, de 29 de dezembro de 2011.

Forquilha/SC, 03 de outubro de 2018.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 03 de outubro de 2018.

JOSÉ RICARDO JUNKES

Secretário de Governo

### **LEI Nº 2.329, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1770492

LEI Nº 2.329, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DE FORQUILHINHA A FIRMAR CONVÊNIO COM O Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar DE SANTA CATARINA e o Município de FORQUILHINHA, para a execução dos serviços de prevenção, combate a sinistros, busca e salvamento, atendimento pré-hospitalar e outros de competência do Corpo de Bombeiros Militar PREVISTOS no artigo 108 da constituição estadual.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar tendo por objeto estabelecer as relações entre o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina e o Município de Forquilha, para realização dos serviços de bombeiros estabelecidos no art. 108 da Constituição Estadual, particularmente os de prevenção, combate a sinistros, busca e salvamentos de pessoas e bens, conforme minuta situada no anexo único desta Lei.

Art. 2º Por meio do convênio, o Município de Forquilha, com fundamento no artigo 7º da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, fica autorizado a realizar a arrecadação da Taxa de Prevenção Contra Sinistros - TPCS, prevista no Anexo IV, Tabela VII, da Lei Estadual nº 7.541, de 30 de dezembro de 1988, atualizada pela Lei n. 14.957 de 25 de novembro de 2009 ou por alterações posteriores.

Parágrafo único. As receitas arrecadadas por força do contido nesta cláusula serão integralmente depositadas em conta bancária especial denominada "PREFEITURA/CONVÊNIO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR", a qual será movimentada pelo Prefeito Municipal ou por quem por ele delegado, a quem competirá a prestação de contas aos órgãos competentes.

Art. 3º As cláusulas previstas minuta situada no anexo único desta Lei poderão ser alteradas pelas partes conveniadas, desde que respeitados os objetivos do convênio.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 09 de outubro de 2018.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 09 de outubro de 2018.

JOSÉ RICARDO JUNKES

Secretário de Governo

ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 2.329, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

MINUTA DO CONVÊNIO Nº

Termo de Convênio que entre si celebram o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar DE SANTA CATARINA e o Município de FORQUILHINHA, para a execução dos serviços de prevenção, combate a sinistros, busca e salvamento, atendimento pré-hospitalar e outros de competência do Corpo de Bombeiros Militar PREVISTOS no artigo 108 da constituição estadual.

O ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC, situado à Rua Almirante Lamego, 381,

Centro - Florianópolis, inscrito no CNPJ nº 06.096.391/0001-76, doravante denominado CONCEDENTE, neste ato representado por seu Comandante Geral, Coronel BM XXXXXXXXXXXXXXXX, portador do CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXX, e o MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA, situado à Avenida 25 de Julho, nº 3400 - Centro de Forquilha/SC, inscrito no CNPJ nº 81.531.162/0001-58, doravante denominado CONVENIENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. XXXXXXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado à XXXXXXXXXXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade nº XXXXXXXXXXXXXXXX e CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXX, resolvem, celebrar o presente Termo de Convênio, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto estabelecer as relações entre o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina e o Município de Forquilha, para realização dos serviços de bombeiros estabelecidos no art. 108 da Constituição Estadual, particularmente os de prevenção, combate a sinistros, busca e salvamentos de pessoas e bens.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

##### 2.1 - DO CONVENIENTE:

- 2.1.1 - Exigir que, para a edificação de obras novas ou alteração das existentes, que dependam da instalação de sistemas de segurança, excluídas as residenciais unifamiliares, o processo seja instruído com a prova da aceitação pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, conforme Art. 4º, V, da Lei nº 13.425 de 30 de março de 2017;
- 2.1.2 - Conceder licença para construção, habite-se ou alvará de funcionamento, somente com prova de aprovação prévia dos sistemas de prevenção contra sinistros pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, em conformidade com a Lei estadual nº 16.157, de 7 de novembro de 2013.
- 2.1.3 - Repassar diretamente à conta convênio "PREFEITURA/CONVÊNIO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR" o valor arrecadado com as Taxas de Prevenção Contra Sinistros (TPCS), com fulcro no art. 17 e seguintes, bem como no Anexo IV, Tabela VII, da Lei estadual nº 7.541, de 30 de dezembro de 1988, e alterações posteriores;
- 2.1.4 - Gerir os recursos da conta convênio, aplicando-os exclusivamente no investimento e custeio dos serviços de bombeiros, conforme estabelecer o plano de aplicação dos recursos elaborados e homologados pelo Concedente;
- 2.1.5 - Doar para o Concedente os equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos da conta convênio;
- 2.1.6 - Incentivar a participação da comunidade na organização da Defesa Civil e na segurança contra incêndios e outros sinistros;
- 2.1.7 - Depositar na conta convênio, o valor arrecadado com a alienação de bens adquiridos com recursos dessa fonte quando considerados inservíveis;
- 2.1.8 - Realizar Processo Seletivo para a contratação de até 04 (quatro) Bombeiros Civis Profissionais e que tenham no mínimo a formação do Curso Avançado de Atendimentos a Emergências - CAAE. Disponibilizando-os para o trabalho na escala de serviço do Corpo de Bombeiros Militar da Forquilha;
- 2.1.9 - Será criada lei para função temporária de Agente de Proteção da Defesa Civil, com contratação por prazo de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período, para a realização do Processo Seletivo supracitado;
- 2.1.10 - Disponibilizar estagiários para realização dos serviços de atendimento ao público, na área de Atividades Técnicas e Administrativas, conforme solicitação do Corpo de Bombeiros Militar de Forquilha;

##### 2.2 - DO CONCEDENTE:

- 2.2.1 - Repassar ao município de Forquilha a capacidade tributária ativa para arrecadar os recursos provenientes das Taxas de Prevenção Contra Sinistros (TPCS), com fulcro no art. 7º, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, bem como no art. 17 e Anexo IV, Tabela VII, da Lei estadual nº 7.541, de 30 de dezembro de 1988, cujo fato gerador tenha ocorrido nos limites territoriais deste município;
- 2.2.2 - Realizar através da Organização de Bombeiro Militar com sede no município, o planejamento e coordenação da execução do serviço de prevenção e extinção de incêndios, de busca e salvamento de vidas e de proteção de bens materiais e sinistros de qualquer natureza, estabelecidos no Art. 108 da Constituição Estadual;
- 2.2.3 - Promover, através da Organização de Bombeiros Militar com sede no município, o atendimento das chamadas de ocorrências que caracterizem o perfil de atendimento proposto pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina;
- 2.2.5 - Assessorar o poder público municipal nos assuntos ligados a defesa civil e a segurança contra incêndios;
- 2.2.6 - Fornecer as especificações técnicas para as aquisições de equipamentos realizadas pela administração municipal com recursos do presente convênio;
- 2.2.7 - Encaminhar os pedidos, sempre que necessário e quando houver recursos financeiros disponíveis na conta convênio, para pagamento de despesas de custeio e/ou investimento da Organização de Bombeiros Militar com sede no município, conforme estabelecer o plano de aplicação dos recursos elaborado pelo Concedente;
- 2.2.8 - Zelar pelo perfeito uso, conservação e manutenção dos equipamentos adquiridos pelo município e doados ao Concedente;
- 2.2.9 - Elaborar o plano de aplicação anual dos recursos financeiros da conta convênio.
- 2.2.10 - Capacitar funcionários municipais e voluntários para atuação conjunta em ações de defesa civil;
- 2.2.11 - Incentivar a integração das brigadas industriais de incêndio e segmentos organizados da comunidade local, visando estruturar respostas de reação e eventuais sinistros de forma pronta e organizada;
- 2.2.12 - Encaminhar o material permanente ao Município, quando estiver inservível para uso, para fins de baixa do Patrimônio e alienação;
- 2.2.13 - Realizar sem custo, serviços de atividades técnicas e treinamento à comunidade (Curso Básico de Atendimento a Emergência (CBAE) e o Curso Avançado de Atendimentos a Emergências (CAAE).

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS TAXAS

- 3.1 - Por meio do presente convênio, o CONVENIENTE, com fundamento no artigo 7º da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, fará a arrecadação da Taxa de Prevenção Contra Sinistros - TPCS, prevista no Anexo IV, Tabela VII, da Lei Estadual nº 7.541, de 30 de dezembro de 1988, atualizada pela Lei n. 14.957 de 25 de novembro de 2009 ou por alterações posteriores.



3.2 - As receitas arrecadadas por força do contido nesta cláusula serão integralmente depositadas em conta bancária especial denominada "PREFEITURA/CONVÊNIO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR", a qual será movimentada pelo Prefeito Municipal, a quem competirá a prestação de contas aos órgãos competentes.

3.3 - As receitas da conta convênio serão exclusivamente aplicadas em investimentos e custeio do Concedente.

#### CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente convênio correrão por conta da dotação orçamentária específica da Prefeitura Municipal nos seguintes elementos de despesa:

4.1 - Material de Consumo 3.3.90.30;

4.2 - Outros e Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36;

4.3 - Outros e Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39;

4.4 - Serviços de telefonia fixa e móvel 3.3.90.40;

4.5 - Obras e instalações (Melhoria de Instalações Físicas) 4.4.90.51;

4.6 - Material Permanente 4.4.90.52.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO

5.1 - São executores do presente convênio:

5.1.1 - Como representante do Município, o Prefeito Municipal ou quem por ele for designado;

5.1.2 - Como representante do Estado, o Comandante Geral do CBMSC ou quem por ele for designado.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO

Este Termo de Convênio reger-se-á, no que couber, pelas seguintes normas e respectivas atualizações posteriores: inciso IX do Artigo 8º da Constituição Estadual; Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 13.425, de 30 de março de 2017; Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966; Lei Estadual nº 16.157, de 7 de novembro de 2013; Lei Estadual nº 7.541 de 30 de dezembro de 1998 e suas alterações; Inciso IV do art. 7º da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007; Decreto nº 307, de 04 de junho de 2003, e alterações; inciso IX do art. 7º do Decreto nº 1.158, de 18 de março de 2008; Decreto nº 127, de 30 de março de 2011; Portaria nº 2.399/GEREH/DIGA/GAB/SSP, de 17 de dezembro de 2010 e na Lei Municipal nº 2.328, de 09 de outubro de 2018.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E VIGÊNCIA

O presente convênio terá validade pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser aditado ou rescindido por mútuo acordo ou pelo não cumprimento das obrigações nele estabelecidas, neste caso independente da interposição judicial, mediante comunicação prévia de 90 (noventa) dias por qualquer das partes.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital-SC para dirimir quaisquer controvérsias do presente convênio, renunciando as partes de qualquer outro, mesmo que mais privilegiado.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 3 (três) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Florianópolis/SC, \_\_\_\_\_

XXXXXXXXXXXXXXXXXX Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina	XXXXXXXXXXXXXXXXXX Prefeito Municipal

Testemunhas:

XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX



# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AVISO CHAMAMENTO PÚBLICO 0002B - LEI 13.019 (DOM) 1

Publicação Nº 1770413

AVISO DE RETIFICAÇÃO  
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 0002B/2018 – PMF  
TERMO DE COLABORAÇÃO

A Prefeita de Fraiburgo, torna público para conhecimento de todos os interessados, a alteração da data de abertura do Chamamento Público 0002B/2018-PMF destinado a selecionar organização da sociedade civil sem fins lucrativos para firmar parceria por meio de Termo de Fomento, consoante as condições do Edital e Lei nº 13.019/2014 e alterações.

Objeto: parceria, em regime de mútua cooperação, que envolva transferência de recursos financeiros no valor de até R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), por meio de Termo Colaboração, cujo objetivo é a seleção de 1 (uma) proposta para a consecução de atividades de vacina, medicamento e castração de cães e gatos de rua e de cães e gatos de pessoas de baixa renda cadastradas na Secretaria de Ação Social do município de Fraiburgo

Julgamento: Pontuação Máxima por Item. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 9h00min do dia 23.10.2018, junto ao setor de Compras e Licitações, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Abertura da Sessão Pública: dia 23.10.2018 às 09h00min. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256-3001. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 09 de outubro de 2018.  
Claudete Gheller Mathias  
Prefeita Municipal de Fraiburgo-SC

### AVISO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 0016-2018 DOM

Publicação Nº 1770090

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Tomada de Preços nº 0016/2018 – PMF  
Processo Administrativo Licitatório nº 0243/2018 – PMF  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos classe I – Perigosos do Município de Fraiburgo/SC. Modalidade: Tomada de Preços; Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário; Julgamento: Menor Preço GLOBAL. RECURSOS: Próprios. Entrega e Protocolo dos Envelopes: Até às 14:00 horas do dia 26.10.2018, no Setor de Compras e Licitações, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: Junto ao Setor de Compras, até as 14:15 horas do mesmo dia. Abertura: As 14:15 horas do mesmo dia. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo na Av. Rio das Antas, nº 185 ao custo de R\$ 50,00 (cinquenta reais), mediante comprovante de pagamento através do DAM (Documento de Arrecadação Municipal) ou pelo site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br) sem ônus.

Fraiburgo(SC), 09 de outubro de 2018.  
Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

### AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0004\_2018 - SF

Publicação Nº 1770339

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0057/2018 – SF  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0004/2018 – SF

A Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI torna público a Inexigibilidade de Licitação nº 0004/2018, cujo objeto é a locação de 01 (um) poço artesiano em funcionamento para abastecimento de água do local conhecido como Alojamento Setor 01, antiga Pomifrutas, situado na Rodovia SC 355, em Fraiburgo(SC). Vigência do Contrato: Será de 01 (um) ano da assinatura do contrato. Fundamento Legal: Art. 25, caput, da Lei 8.666/93.

Fraiburgo (SC), 09 de outubro de 2018.

Nivaldo José Bonaldo – Presidente da SANEFRAI

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0048\_2018-SF - RP 0019

Publicação Nº 1769967

Aviso do Pregão Presencial nº 0048/2018 – SF  
Registro de Preços Nº 0019/2018 – SF  
EDITAL EXCLUSIVO PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratações futuras de serviços de transporte de máquinas pesadas, para a Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo, durante os meses de outubro de 2018 a setembro de 2019. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. A ENTREGA e PROTOCOLO dos envelopes de “PROPOSTA DE PREÇOS” e “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser feitos no Setor de Compras e Licitações, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, nº 185, Centro, Fraiburgo/SC, CEP 89.580-000, até as 09h00min do dia 24 de outubro de 2018, ou do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data. O CREDENCIAMENTO deverá ser feito no mesmo local e data até as 09h15min. ABERTURA DA SESSÃO no mesmo dia às 09:15 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 09 de outubro de 2018.

Nivaldo José Bonaldo – Presidente da SANEFRAI

### CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ANTONIO PORTO BURDA-CONVERTED

Publicação Nº 1770303

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente da Diretoria Executiva, do Conselho Escolar Do Centro De Educação Infantil Antonio Porto Burda, no uso de suas atribuições estatutárias, especialmente o contido no artigo 9º do Estatuto Social, convoca todos os associados em dia com suas obrigações e em plenas condições civis, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se na sede da unidade escolar Centro De Educação Infantil Antonio Porto Burda, localizado à Rua/Avenida

Arthur Kamphorst, Bairro São Miguel, na cidade de Fraiburgo / SC, no dia 25 de outubro de 2018, às 19h para a primeira convocação e as 19h:30min para a segunda convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

**ORDEM DO DIA:**

- 1 – Alteração do artigo 34, do Estatuto Social do Conselho Escolar Do Centro De Educação Infantil Antonio PortoBurda;
- 2 – Demais assuntos de interesse daAssociação.

Fraiburgo, 08 de outubro de 2018.  
Lucildes Dalagnoli Gareis  
Presidente da Diretoria Executiva

**CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL BELA VISTA-  
CONVERTED**

Publicação Nº 1770305

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

O Presidente da Diretoria Executiva, do Conselho Escolar Do Centro De Educação Infantil Bela Vista, no uso de suas atribuições estatutárias, especialmente o contido no artigo 9º do Estatuto Social, convoca todos os associados em dia com suas obrigações e em plenas condições civis, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se na sede da unidade escolar Centro De Educação Infantil Bela Vista, localizado à Rua/Avenida Paraná, S/N, Bairro Bela Vista, na cidade de Fraiburgo / SC, no dia 25 de outubro de 2018, às 19h para a primeira convocação e as 19h:30min para a segunda convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

**ORDEM DO DIA:**

- 1 – Alteração do artigo 34, do Estatuto Social do Conselho Escolar Do Centro De Educação Infantil BelaVista;
- 2 – Demais assuntos de interesse daAssociação.

Fraiburgo, 08 de outubro de 2018.  
Janice Dos Santos Presidente da Diretoria Executiva

**CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DONA ZENAIDE  
MARIA SCHMIDTT PEREIRA DA COSTA**

Publicação Nº 1770306

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

O Presidente da Diretoria Executiva, do Conselho Escolar Do Centro De Educação Infantil Dona Zenaide Maria Schmidt Pereira Da Costa, no uso de suas atribuições estatutárias, especialmente o contido no artigo 9º do Estatuto Social, convoca todos os associados em dia com suas obrigações e em plenas condições civis, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se na sede da unidade escolar Centro De Educação Infantil Dona Zenaide Maria Schmidt Pereira Da Costa, localizado à Rua/Avenida Beira Lago, Bairro Salete, na cidade de Fraiburgo / SC, no dia 25 de outubro de 2018, às 19h para a primeira convocação e as 19h:30min para a segunda convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

**ORDEM DO DIA:**

- 1 – Alteração do artigo 34, do Estatuto Social do Conselho Escolar Do Centro De Educação Infantil Dona Zenaide Maria Schmidt Pereira DaCosta;
- 2 – Demais assuntos de interesse daAssociação.

Fraiburgo, 08 de outubro de 2018.

Vania Maria Orlandi Felix  
Presidente da Diretoria Executiva

**CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ESTRELINHA**

Publicação Nº 1770307

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

O Presidente da Diretoria Executiva, do Conselho Escolar Do Centro De Educação Infantil Estrelinha, no uso de suas atribuições estatutárias, especialmente o contido no artigo 9º do Estatuto Social, convoca todos os associados em dia com suas obrigações e em plenas condições civis, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se na sede da unidade escolar Centro De Educação Infantil Estrelinha, localizado à Rua/Avenida Reino Unido S/N, Bairro Das Nações, na cidade de Fraiburgo / SC, no dia 25 de outubro de 2018, às 19h para a primeira convocação e as 19h:30min para a segunda convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

**ORDEM DO DIA:**

- 1 –Alteração do artigo 34, do Estatuto Social do Conselho Escolar Do Centro De Educação Infantil Estrelinha;
- 2 – Demais assuntos de interesse daAssociação.

Fraiburgo, 08 de outubro de 2018.

Andréa Bogo  
Presidente da Diretoria Executiva

**CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL LIBERATA**

Publicação Nº 1770308

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

O Presidente da Diretoria Executiva, do Conselho Escolar Do Centro De Educação Infantil Liberata, no uso de suas atribuições estatutárias, especialmente o contido no artigo 9º do Estatuto Social, convoca todos os associados em dia com suas obrigações e em plenas condições civis, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se na sede da unidade escolar Centro De Educação Infantil Liberata, localizado à Rua/Avenida José Carlos Macedo Marques, Bairro Liberata, na cidade de Fraiburgo / SC, no dia 25 de outubro de 2018, às 19h para a primeira convocação e as 19h:30min para a segunda convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

**ORDEM DO DIA:**

- 1 –Alteração do artigo 34, do Estatuto Social do Conselho Escolar Do Centro De Educação Infantil Liberata;
- 2 –Demais assuntos de interesse daAssociação.

Fraiburgo, 08 de outubro de 2018.

Dulce Aparecida Rigo De Moraes  
Presidente da Diretoria Executiva

**CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MACIEIRA**

Publicação Nº 1770310

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

O Presidente da Diretoria Executiva, do Conselho Escolar Do Centro De Educação Infantil Macieira, no uso de suas atribuições estatutárias, especialmente o contido no artigo 9º do Estatuto Social, convoca todos os associados em dia com suas obrigações e em plenas condições civis, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se na sede da unidade escolar Centro De Educação Infantil Macieira, localizado à Rua/Avenida Do Campo, S/N, Bairro Macieira, na cidade de Fraiburgo / SC, no dia 25 de outubro de 2018, às 19h para a primeira convocação e as 19h:30min para a segunda convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

**ORDEM DO DIA:**

- 1 – Alteração do artigo 34, do Estatuto Social do Conselho Escolar Do Centro De Educação Infantil Macieira;
- 2 – Demais assuntos de interesse da Associação.

Fraiburgo, 08 de outubro de 2018.

Solange De Paula Pereira

Presidente da Diretoria Executiva

**CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL SANTO ANTONIO**

Publicação Nº 1770311

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

O Presidente da Diretoria Executiva, do Conselho Escolar Do Centro De Educação Infantil Santo Antonio, no uso de suas atribuições estatutárias, especialmente o contido no artigo 9º do Estatuto Social, convoca todos os associados em dia com suas obrigações e em plenas condições civis, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se na sede da unidade escolar Centro De Educação Infantil Santo Antonio, localizado à Rua/Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 189, Bairro Santo Antonio, na cidade de Fraiburgo / SC, no dia 25 de outubro de 2018, às 19h para a primeira convocação e as 19h:30min para a segunda convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

**ORDEM DO DIA:**

- 1 – Alteração do artigo 34, do Estatuto Social do Conselho Escolar Do Centro De Educação Infantil Santo Antonio;
- 2 – Demais assuntos de interesse da Associação.

Fraiburgo, 08 de outubro de 2018.

Eder Prates Serafim Vieira

Presidente da Diretoria Executiva

**CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL SÃO JOSE**

Publicação Nº 1770313

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

O Presidente da Diretoria Executiva, do Conselho Escolar Do Centro De Educação Infantil São Jose, no uso de suas atribuições estatutárias, especialmente o contido no artigo 9º do Estatuto Social, convoca todos os associados em dia com suas obrigações e em plenas condições civis, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se na sede da unidade escolar Centro De Educação Infantil São Jose, localizado à Rua/Avenida Victor Meireles, S/N,

Bairro São Jose, na cidade de Fraiburgo / SC, no dia 25 de outubro de 2018, às 19h para a primeira convocação e as 19h:30min para a segunda convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

**ORDEM DO DIA:**

- 1 – Alteração do artigo 34, do Estatuto Social do Conselho Escolar Do Centro De Educação Infantil São Jose;
- 2 – Demais assuntos de interesse da Associação.

Fraiburgo, 08 de outubro de 2018.

Marizete Pires Mineiro

Presidente da Diretoria Executiva

**CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL SÃO SEBASTIÃO**

Publicação Nº 1770314

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

O Presidente da Diretoria Executiva, do Conselho Escolar Do Centro De Educação Infantil São Sebastião, no uso de suas atribuições estatutárias, especialmente o contido no artigo 9º do Estatuto Social, convoca todos os associados em dia com suas obrigações e em plenas condições civis, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se na sede da unidade escolar Centro De Educação Infantil São Sebastião, localizado à Rua/Avenida Walter Schaly, Bairro São Sebastião, na cidade de Fraiburgo / SC, no dia 25 de outubro de 2018, às 19h para a primeira convocação e as 19h:30min para a segunda convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

**ORDEM DO DIA:**

- 1 – Alteração do artigo 34, do Estatuto Social do Conselho Escolar Do Centro De Educação Infantil São Sebastião;
- 2 – Demais assuntos de interesse da Associação.

Fraiburgo, 08 de outubro de 2018.

Luciane Pereira Da Cunha Anton

Presidente da Diretoria Executiva

**CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL LAU MELLO**

Publicação Nº 1770315

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

O Presidente da Diretoria Executiva, do Conselho Escolar Do Centro Educacional Municipal Lau Mello, no uso de suas atribuições estatutárias, especialmente o contido no artigo 9º do Estatuto Social, convoca todos os associados em dia com suas obrigações e em plenas condições civis, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se na sede da unidade escolar Centro Educacional Municipal Lau Mello, localizado à Rua/Avenida Lau Mello, na cidade de Fraiburgo / SC, no dia 25 de outubro de 2018, às 19h para a primeira convocação e as 19h:30min para a segunda convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

**ORDEM DO DIA:**

- 1 – Alteração do artigo 34, do Estatuto Social do Conselho Escolar Do Centro Educacional Municipal Lau Mello;
- 2 – Demais assuntos de interesse da Associação.

Fraiburgo, 08 de outubro de 2018.

Claudia Dos Santos

Presidente da Diretoria Executiva

**CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL AMÁBIL DE CARLI BRANDALISE**

Publicação Nº 1770317

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

O Presidente da Diretoria Executiva, do Conselho Escolar Do Centro Educacional Municipal Amábile De Carli Brandalise, no uso de suas atribuições estatutárias, especialmente o contido no artigo 9º do Estatuto Social, convoca todos os associados em dia com suas obrigações e em plenas condições civis, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se na sede da unidade escolar Centro Educacional Municipal Amábile De Carli Brandalise, localizado à Rua/Avenida Guilherme Pinz, Bairro São Miguel, na cidade de Fraiburgo/SC, no dia 25 de outubro de 2018, às 19h para a primeira convocação e as 19h:30min para a segunda convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

**ORDEM DO DIA:**

- 1 – Alteração do artigo 34, do Estatuto Social do Conselho Escolar Do Centro Educacional Municipal Amábile De Carli Brandalise;
- 2 – Demais assuntos de interesse da Associação.

Fraiburgo, 08 de outubro de 2018.

Neiva Aparecida Campagnaro Xavier  
Presidente da Diretoria Executiva

**CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL ANTÔNIO PORTO BURDA**

Publicação Nº 1770319

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

O Presidente da Diretoria Executiva, do Conselho Escolar Do Centro Educacional Municipal Antônio Porto Burda, no uso de suas atribuições estatutárias, especialmente o contido no artigo 9º do Estatuto Social, convoca todos os associados em dia com suas obrigações e em plenas condições civis, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se na sede da unidade escolar Centro Educacional Municipal Antônio Porto Burda, localizado à Rua/Avenida Pedro A. Gianello, Nº 1421, Bairro São Miguel, na cidade de Fraiburgo / SC, no dia 25 de outubro de 2018, às 19h para a primeira convocação e as 19h:30min para a segunda convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

**ORDEM DO DIA:**

- 1 – Alteração do artigo 34, do Estatuto Social do Conselho Escolar Do Centro Educacional Municipal Antônio Porto Burda;
- 2 – Demais assuntos de interesse da Associação.

Fraiburgo, 08 de outubro de 2018.

Elaine Regina Da Cruz  
Presidente da Diretoria Executiva

**CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL ARNOLDO FREY**

Publicação Nº 1770320

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

O Presidente da Diretoria Executiva, do Conselho Escolar Do Centro Educacional Municipal Arnoldo Frey, no uso de suas atribuições estatutárias, especialmente o contido no artigo 9º do Estatuto Social, convoca todos os associados em dia com suas obrigações e em plenas condições civis, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se na sede da unidade escolar Centro Educacional Municipal Arnoldo Frey, localizado à Rua/Avenida Vila Fuji – Pomifrai, na cidade de Fraiburgo / SC, no dia 25 de outubro de 2018, às 19h para a primeira convocação e as 19h:30min para a segunda convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

**ORDEM DO DIA:**

- 1 – Alteração do artigo 34, do Estatuto Social do Conselho Escolar Do Centro Educacional Municipal Arnoldo Frey;
- 2 – Demais assuntos de interesse da Associação.

Fraiburgo, 08 de outubro de 2018.  
Angelita Dos Santos  
Presidente da Diretoria Executiva

**CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL DONA ZENAIDE MARIA SCHMIDT PEREIRA DA COSTA**

Publicação Nº 1770321

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

O Presidente da Diretoria Executiva, do Conselho Escolar Do Centro Educacional Municipal Dona Zenaide Maria Schmidt Pereira Da Costa, no uso de suas atribuições estatutárias, especialmente o contido no artigo 9º do Estatuto Social, convoca todos os associados em dia com suas obrigações e em plenas condições civis, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se na sede da unidade escolar Centro Educacional Municipal Dona Zenaide Maria Schmidt Pereira Da Costa, localizado à Rua/Avenida - Rua: 1º De Janeiro, S/N, Bairro Salete, na cidade de Fraiburgo / SC, no dia 25 de outubro de 2018, às 19h para a primeira convocação e as 19h:30min para a segunda convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

**ORDEM DO DIA:**

- 1 – Alteração do artigo 34, do Estatuto Social do Conselho Escolar Do Centro Educacional Municipal Dona Zenaide Maria Schmidt Pereira Da Costa;
- 2 – Demais assuntos de interesse da Associação.

Fraiburgo, 08 de outubro de 2018.

Silvane Corso  
Presidente da Diretoria Executiva



**CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL FAXINAL DOS CARVALHOS**

Publicação Nº 1770323

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

O Presidente da Diretoria Executiva, do Conselho Escolar Do Centro Educacional Municipal Faxinal Dos Carvalhos, no uso de suas atribuições estatutárias, especialmente o contido no artigo 9º do Estatuto Social, convoca todos os associados em dia com suas obrigações e em plenas condições civis, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se na sede da unidade escolar Centro Educacional Municipal Faxinal Dos Carvalhos, localizado à Rua/Avenida Faxinal Dos Carvalhos, na cidade de Fraiburgo / SC, no dia 25 de outubro de 2018, às 19h para a primeira convocação e as 19h:30min para a segunda convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

**ORDEM DO DIA:**

- 1 – Alteração do artigo 34, do Estatuto Social do Conselho Escolar Do Centro Educacional Municipal Faxinal Dos Carvalhos;
- 2 – Demais assuntos de interesse da Associação.

Fraiburgo, 08 de outubro de 2018.

Marinêz Da Rosa

Presidente da Diretoria Executiva

**CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL MACIEIRA**

Publicação Nº 1770324

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

O Presidente da Diretoria Executiva, do Conselho Escolar Do Centro Educacional Municipal Macieira, no uso de suas atribuições estatutárias, especialmente o contido no artigo 9º do Estatuto Social, convoca todos os associados em dia com suas obrigações e em plenas condições civis, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se na sede da unidade escolar Centro Educacional Municipal Macieira, localizado à Rua/Avenida Mutzu, S/N, Macieira, na cidade de Fraiburgo/SC, no dia 25 de outubro de 2018, às 19h para a primeira convocação e as 19h:30min para a segunda convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

**ORDEM DO DIA:**

- 1 – Alteração do artigo 34, do Estatuto Social do Conselho Escolar Do Centro Educacional Municipal Macieira;
- 2 – Demais assuntos de interesse da Associação.

Fraiburgo, 08 de outubro de 2018.

Rosângela Luciano

Presidente da Diretoria Executiva

**CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL PROFESSOR JUVILIANO MANOEL PEDROSO**

Publicação Nº 1770325

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

O Presidente da Diretoria Executiva, do Conselho Escolar Do Centro Educacional Municipal Professor Juviliano Manoel Pedroso, no uso de suas atribuições estatutárias, especialmente o contido no artigo 9º do Estatuto Social, convoca todos os associados em dia com suas obrigações e em plenas condições civis, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se na sede da unidade escolar Centro Educacional Municipal Professor Juviliano Manoel

Pedroso, localizado à Rua/Avenida Loteamento São Miguel Fase II, Bairro São Miguel, na cidade de Fraiburgo / SC, no dia 25 de outubro de 2018, às 19h para a primeira convocação e as 19h:30min para a segunda convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

**ORDEM DO DIA:**

- 1 – Alteração do artigo 34, do Estatuto Social do Conselho Escolar Do Centro Educacional Municipal Professor Juviliano Manoel Pedroso;
- 2 – Demais assuntos de interesse da Associação.

Fraiburgo, 08 de outubro de 2018.

Lucimar Aparecida Gaio

Presidente da Diretoria Executiva

**CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL SÃO CRISTÓVÃO**

Publicação Nº 1770326

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

O Presidente da Diretoria Executiva, do Conselho Escolar Do Centro Educacional Municipal São Cristóvão, no uso de suas atribuições estatutárias, especialmente o contido no artigo 9º do Estatuto Social, convoca todos os associados em dia com suas obrigações e em plenas condições civis, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se na sede da unidade escolar Centro Educacional Municipal São Cristóvão, localizado à Rua/Avenida Paulo-Pedroso, Bairro São Cristóvão, na cidade de Fraiburgo / SC, no dia 25 de outubro de 2018, às 19h para a primeira convocação e as 19h:30min para a segunda convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

**ORDEM DO DIA:**

- 1 – Alteração do artigo 34, do Estatuto Social do Conselho Escolar Do Centro Educacional Municipal São Cristóvão;
- 2 – Demais assuntos de interesse da Associação.

Fraiburgo, 08 de outubro de 2018.

Eliane Aparecida Moraes Da Silva

Presidente da Diretoria Executiva

**CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL SÃO MIGUEL**

Publicação Nº 1770327

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

O Presidente da Diretoria Executiva, do Conselho Escolar Do Centro Educacional Municipal São Miguel, no uso de suas atribuições estatutárias, especialmente o contido no artigo 9º do Estatuto Social, convoca todos os associados em dia com suas obrigações e em plenas condições civis, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se na sede da unidade escolar Centro Educacional Municipal São Miguel, localizado à Rua/Avenida Guido Brandt, Bairro São Miguel, na cidade de Fraiburgo / SC, no dia 25 de outubro de 2018, às 19h para a primeira convocação e as 19h:30min para a segunda convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

**ORDEM DO DIA:**

- 1 – Alteração do artigo 34, do Estatuto Social do Conselho Escolar Do Centro Educacional Municipal São Miguel;
- 2 – Demais assuntos de interesse da Associação.

Fraiburgo, 08 de outubro de 2018.

Sandra Soletti

Presidente da Diretoria Executiva

**CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL SÃO SEBASTIÃO**

Publicação Nº 1770328

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

O Presidente da Diretoria Executiva, do Conselho Escolar Do Centro Educacional Municipal São Sebastião, no uso de suas atribuições estatutárias, especialmente o contido no artigo 9º do Estatuto Social, convoca todos os associados em dia com suas obrigações e em plenas condições civis, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se na sede da unidade escolar Centro Educacional Municipal São Sebastião, localizado à Rua/Avenida: Walter Schaly, S/N, Bairro São Sebastião, na cidade de Fraiburgo / SC, no dia 25 de outubro de 2018, às 19h para a primeira convocação e as 19h:30min para a segunda convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

**ORDEM DO DIA:**

- 1 – Alteração do artigo 34, do Estatuto Social do Conselho Escolar Do Centro Educacional Municipal São Sebastião;
- 2 – Demais assuntos de interesse da Associação.

Fraiburgo, 08 de outubro de 2018.

Ana Tiara Dornelles

Presidente da Diretoria Executiva

**Decreto nº 228 - 2018**

Publicação Nº 1769906

DECRETO Nº 228, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com os artigos 14 e 17 da Lei 2392 de 06 de Dezembro de 2017.

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2018 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), nas seguintes dotações:

14.00 – Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo		
14.01 – Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI		
17.512.0035.2.076 – Abastecimento Público de Água		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0900 (27)	R\$	100.000,00
17.512.0035.2.081 – Gestão Administrativa – SANEFRAI		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0900 (26)	R\$	50.000,00
TOTAL	R\$	150.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2017, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.

FRAIBURGO, 09 DE OUTUBRO DE 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

**Decreto nº 229 - 2018**

Publicação Nº 1770365

DECRETO Nº 229, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DE EDITAIS DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA A SEREM REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO NO ANO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; considerando o disposto na Lei Orgânica Municipal e na Lei Federal nº. 8666/93;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão Especial de Edital de Contratação Temporária a serem realizados no Município de Fraiburgo no ano de 2018, sob a Presidência da primeira e secretariado pelo segundo membro, conforme segue:

I – Patrícia Ceron Machado – Servidora Pública ocupante do cargo de Diretor Geral de Gestão;

II - Viviane Bierhals – Servidora Pública ocupante do cargo efetivo de Analista Executivo;

III - Lúcia Bernadete de Oliveira Panisson – Servidora Pública ocupante do cargo efetivo de Professora;

Art. 2º. A Comissão Especial terá por competência o acompanhamento e a fiscalização dos editais de contratação temporária a serem realizados no Município de Fraiburgo no ano de 2018, do Poder Executivo e da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DA PREFEITA**

FRAIBURGO, SC., 09 DE OUTUBRO DE 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO**

Publicação Nº 1770330

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

O Presidente da Diretoria Executiva, do Conselho Escolar Da Escola Básica Municipal Santo Antônio, no uso de suas atribuições estatutárias, especialmente o contido no artigo 9º do Estatuto Social, convoca todos os associados em dia com suas obrigações e em plenas condições civis, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se na sede da unidade escolar Escola Básica Municipal Santo Antônio, localizado à Rua/Avenida: Hermes Da Fonseca, Bairro Santo Antonio, na cidade de Fraiburgo / SC, no dia 25 de outubro de 2018, às 19h para a primeira convocação e as 19h:30min para a segunda convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

**ORDEM DO DIA:**

- 1 – Alteração do artigo 34, do Estatuto Social do Conselho Escolar Da Escola Básica Municipal Santo Antônio;
- 2 – Demais assuntos de interesse da Associação.

Fraiburgo, 08 de outubro de 2018.

Maria Cristina Silva  
Presidente da Diretoria Executiva

**ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL PADRE BIAGIO SIMONETTI**

Publicação Nº 1770332

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

O Presidente da Diretoria Executiva, do Conselho Escolar Da Escola De Educação Básica Municipal Padre Biagio Simonetti, no uso de suas atribuições estatutárias, especialmente o contido no artigo 9º do Estatuto Social, convoca todos os associados em dia com suas obrigações e em plenas condições civis, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se na sede da unidade escolar Escola De Educação Básica Municipal Padre Biagio Simonetti, localizado à Rua/Avenida : Professora Maria Salete De Oliveira, 59, - Centro, na cidade de Fraiburgo/SC, no dia 25 de outubro de 2018, às 19h para a primeira convocação e as 19h:30min para a segunda convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

**ORDEM DO DIA:**

- 1 – Alteração do artigo 34, do Estatuto Social do Conselho Escolar Da Escola De Educação Básica Municipal Padre Biagio Simonetti;
- 2 – Demais assuntos de interesse da Associação.

Fraiburgo, 08 de outubro de 2018.  
Ironi Raimundo Zanon  
Presidente da Diretoria Executiva

**ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL BAIRRO DAS NAÇÕES**

Publicação Nº 1770333

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

O Presidente da Diretoria Executiva, do Conselho Escolar Da Escola De Ensino Fundamental Bairro Das Nações, no uso de suas atribuições estatutárias, especialmente o contido no artigo 9º do Estatuto Social, convoca todos os associados em dia com suas obrigações e em plenas condições civis, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se na sede da unidade escolar Escola De Ensino Fundamental Bairro Das Nações, localizado à Rua/Avenida Carlos Maister, Bairro Das Nações, na cidade de Fraiburgo / SC, no dia 25 de outubro de 2018, às 19h para a primeira convocação e as 19h:30min para a segunda convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

**ORDEM DO DIA:**

- 1 – Alteração do artigo 34, do Estatuto Social do Conselho Escolar Da Escola De Ensino Fundamental Bairro Das Nações;
- 2 – Demais assuntos de interesse da Associação.

Fraiburgo, 08 de outubro de 2018.  
Rodrigo De Lara  
Presidente da Diretoria Executiva

**ESCOLA MUNICIPAL 24 DE JUNHO**

Publicação Nº 1770334

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

O Presidente da Diretoria Executiva, do Conselho Escolar Da Escola Municipal 24 De Junho, no uso de suas atribuições estatutárias, especialmente o contido no artigo 9º do Estatuto Social, convoca todos os associados em dia com suas obrigações e em plenas condições civis, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se na sede da unidade escolar Escola Municipal 24 De Junho, localizado à Rua/Avenida Vitória Da Conquista, na cidade de Fraiburgo / SC, no dia 25 de outubro de 2018, às 19h para a primeira convocação e as 19h:30min para a segunda convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

**ORDEM DO DIA:**

- 1 – Alteração do artigo 34, do Estatuto Social do Conselho Escolar Da Escola Municipal 24 De Junho;
- 2 – Demais assuntos de interesse da Associação.

Fraiburgo, 08 de outubro de 2018.

Edson Risso  
Presidente da Diretoria Executiva

**ESCOLA MUNICIPAL CARLOS GOMES**

Publicação Nº 1770335

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

O Presidente da Diretoria Executiva, do Conselho Escolar Da Escola Municipal Carlos Gomes, no uso de suas atribuições estatutárias, especialmente o contido no artigo 9º do Estatuto Social, convoca todos os associados em dia com suas obrigações e em plenas condições civis, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se na sede da unidade escolar Escola Municipal Carlos Gomes, localizado à Rua/Avenida Dez De Novembro, na cidade de Fraiburgo / SC, no dia 25 de outubro de 2018, às 19h para a primeira convocação e as 19h:30min para a segunda convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

**ORDEM DO DIA:**

- 1 – Alteração do artigo 34, do Estatuto Social do Conselho Escolar Da Escola Municipal Carlos Gomes;
- 2 – Demais assuntos de interesse da Associação.

Fraiburgo, 08 de outubro de 2018.  
Ivone Dias Dos Santos Moresco  
Presidente da Diretoria Executiva

**ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PROFESSOR EURICO PINZ**

Publicação Nº 1770336

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

O Presidente da Diretoria Executiva, do Conselho Escolar Da Escola Municipal De Ensino Fundamental Professor Eurico Pinz, no uso de suas atribuições estatutárias, especialmente o contido no artigo 9º do Estatuto Social, convoca todos os associados em dia com suas obrigações e em plenas condições civis, para se reunirem em



Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se na sede da unidade escolar Escola Municipal De Ensino Fundamental Professor Eurico Pinz, localizado à Rua/Avenida Arcindo Hass, Bairro São Miguel, na cidade de Fraiburgo / SC, no dia 25 de outubro de 2018, às 19h para a primeira convocação e às 19h:30min para a segunda convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

#### ORDEM DO DIA:

- 1 – Alteração do artigo 34, do Estatuto Social do Conselho Escolar Da Escola Municipal De Ensino Fundamental Professor Eurico Pinz;
- 2 – Demais assuntos de interesse da Associação.

Fraiburgo, 08 de outubro de 2018.  
Maurício Vicente Bartolomeu  
Presidente da Diretoria Executiva

### ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA APARECIDA (1)

Publicação Nº 1770337

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente da Diretoria Executiva, do Conselho Escolar Da Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida, no uso de suas atribuições estatutárias, especialmente o contido no artigo 9º do Estatuto Social, convoca todos os associados em dia com suas obrigações e em plenas condições civis, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se na sede da unidade escolar Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida, localizado à Rua/Avenida Vitória Da Conquista, na cidade de Fraiburgo / SC, no dia 25 de outubro de 2018, às 19h para a primeira convocação e às 19h:30min para a segunda convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

#### ORDEM DO DIA:

- 1 – Alteração do artigo 34, do Estatuto Social do Conselho Escolar Da Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida;
- 2 – Demais assuntos de interesse da Associação.

Fraiburgo, 08 de outubro de 2018.  
Edson Risso P  
residente da Diretoria Executiva

### EXTRATO 0002-2018- SANEFRAI

Publicação Nº 1770345

#### EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0002 DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.

O PRESIDENTE DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, para as funções públicas Operador de ETA/ETE, Operador de Máquinas, Instalador Hidráulico e Agente Operacional. O preenchimento de vagas durante o período de vigência do edital, em conformidade com a Lei Municipal nº 186, de 03 de novembro de 2016. As inscrições serão realizadas via Internet, no endereço eletrônico <http://temporariofraiburgo.fepese.org.br/>, no período compreendido entre às 12 horas de 10 de outubro de 2018 às 15 horas do dia 09 de novembro de 2018. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3059 ou junto a FEPESE, pelo fone (48) 3953-1000.

Fraiburgo, 09 de outubro de 2018.  
NIVALDO JOSÉ BONALDO  
Presidente da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI

### EXTRATO 0006-2018

Publicação Nº 1770347

#### EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0006 DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.

A PREFEITA MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, para as funções públicas de Médico Pediatra e Agente Comunitário de Saúde: Bairros Portal e Santa Mônica. O preenchimento de vagas pelo período de vigência do Edital, em conformidade com a Lei Municipal nº 186, de 03 de novembro de 2016. As inscrições serão realizadas via Internet, no endereço eletrônico <http://temporariofraiburgo.fepese.org.br/>, no período compreendido entre às 12 horas de 10 de outubro de 2018 às 15 horas do dia 09 de novembro de 2018. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3059 ou junto a FEPESE, pelo fone (48) 3953-1000.

Fraiburgo, 09 de outubro de 2018.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

### EXTRATO 0007-2018- EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1770350

#### EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0007 DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.

A PREFEITA MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, para as funções públicas de Auxiliar de Alimentação e Nutrição, Agente de Serviços Gerais, Auxiliar Educacional – Educação Infantil e Ensino Fundamental, Coordenador Pedagógico, Professor de Educação Infantil, Ensino Fundamental - Anos Iniciais, Atendimento Educacional Especializado – AEE, Artes, Ciências e Programas de Saúde, Educação Física, Filosofia ou Teologia, Geografia, História, Intérprete de Libras, Língua Inglesa, Língua Portuguesa e Matemática. O preenchimento de vagas será para o ano letivo de 2019, em conformidade com a Lei Municipal nº 186 e 187, de 03 de novembro de 2016. As inscrições serão realizadas via Internet, no endereço eletrônico <http://temporariofraiburgo.fepese.org.br/>, no período compreendido entre às 12 horas de 10 de outubro de 2018 às 15 horas do dia 09 de novembro de 2018. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3059 ou junto a FEPESE, pelo fone (48) 3953-1000.

Fraiburgo, 09 de outubro de 2018.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal.

**Portaria nº 21902018**

Publicação Nº 1770077

PORTARIA Nº 2190, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

Nomeia Agente Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar 046/2003; e com a Lei Municipal 2143/2012, e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear OSMAR ANTONIO DO VALLE RANSOLIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 000.238.639-94, no cargo de PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO, lotado na Procuradoria Geral do Município, a partir de 10 de outubro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de outubro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 21912018**

Publicação Nº 1770080

PORTARIA Nº 2191, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01733/2018, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo a professora Cristiane Marti-notto, a qual pediu exoneração;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor – Ciências e Programas de Saúde, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARINARA PITTOL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 089.883.139-33, na função de PROFESSOR – CIÊNCIAS E PROGRAMAS DE SAÚDE, com carga horária de 17 horas semanais, no período de 10 de outubro de 2018 até 14 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de outubro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 21922018**

Publicação Nº 1770084

PORTARIA Nº 2192, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de SALETE IVANIR MAITELI, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o nº 460.878.429-34, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 09 de outubro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de outubro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 21932018**

Publicação Nº 1770086

PORTARIA Nº 2193, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

Substituir o Presidente da Comissão Especial Processante

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com o despacho, anexo ao Processo Administrativo 3648/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Substituir integrante da Comissão Especial Processante referente ao Processo Administrativo 3648/2018, passando a integrar a Comissão, na condição de Presidente o servidor SILVANO PELISSARO, nomeado no cargo de provimento efetivo de PROCURADOR, em substituição a servidora SIMARA CRISTINA FERREIRA DE DEUS SARTURI, com as mesmas atribuições definidas em lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de outubro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 21942018**

Publicação Nº 1770087

PORTARIA Nº 2194, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

Designa Servidor Público Municipal como responsável pela realização de despesas no regime de adiantamento.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal n. 2073/2010 e com a Instrução Normativa n. TC 14/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, especialmente o contido no artigo 4º;

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar, BRUNO EVERLING BOEIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 051.614.579-70, nomeado no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE GABINETE, como responsável pela realização de despesas no regime de adiantamento do GABINETE DO PODER EXECUTIVO, a partir de 24 de setembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 24 de setembro de 2018, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de outubro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**TERMO DE RENÚNCIA NELSON BRANDT 2018**

Publicação Nº 1770070

**TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA**

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de Enfermeiro para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital nº 0003 DE 05 DE MARÇO DE 2018. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: NELSON BRANDT

Inscrição nº: 666

Cargo: 7 - Enfermeiro

Classificação: 5º Lugar

Data da Convocação: 05/10/2018

Prazo Final para Aceitação ou Renúncia: 09/10/2018

Fraiburgo (SC), 09 de outubro de 2018.

NELSON BRANDT

# Galvão

## PREFEITURA

### DECRETOS 2018 - 188 A 193

Publicação Nº 1770283

DECRETO Nº 188/2018

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL PROGRAMA DE 2018 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 884/2017 de 20/11/2017, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do exercício de 2018 do Município de Galvão-SC, crédito no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), na seguinte programação:

04.01 – Secretaria Municipal de Educação

12.361.1201 – 2.006 – 31.90.00.00.00 - Aplicações Diretas  
R\$ 80.000,00

Art. 2º. Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da seguinte dotação orçamentária:

04.01 – Secretaria Municipal de Educação

12.361.1201 – 2.006 – 33.90.00.00.00 - Aplicações Diretas  
R\$ 80.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 28 de setembro de 2018.

Admir Edi Dalla Cort  
Prefeito MunicipalRegistrado e Publicado  
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 189/2018

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005, 520/2005 e 721/2012;

Considerando o resultado final do Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2017;

Considerando o atestado medico e posterior licença maternidade da servidora Juliana Molon de Freitas, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a senhora Raquel Maciel Minozzo, contratada por tempo determinado para ocupar o cargo de Professor, junto ao Município de Galvão-SC, com início no dia 02 de outubro de 2018 e término em 20 de dezembro de 2018, conforme segue:

Carga Horária Semanal: 20 horas;  
Habilitação: Licenciatura;

Área de Atuação: Ensino Fundamental;

Disciplina: Artes;

Local de Trabalho: Escola Mun Ens. Fund. "Arnaldo Francisco dos Santos".

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 01 de outubro de 2018.

Admir Edi Dalla Cort  
Prefeito MunicipalRegistrado e Publicado  
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 190/2018

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, DESEMPENHO E EFICIÊNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo nº 103, da Lei Municipal nº 520/2005 de 22/11/2005, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida licença prêmio por assiduidade, desempenho e eficiência, para a servidora Idete Maria Padilha Martins, ocupante do cargo de Professora, atualmente lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 03 (três) meses, com efeitos a partir do dia 03 de outubro de 2018 e término previsto para o dia 01 de janeiro de 2019, relativo ao período aquisitivo compreendido entre 08/02/2008 à 07/02/2013, encerrando assim o respectivo período aquisitivo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de outubro de 2018.

Admir Edi Dalla Cort  
Prefeito MunicipalRegistrado e Publicado  
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 191/2018

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005, 520/2005 e 721/2012;

Considerando o resultado final do Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2017;

Considerando a licença premio da servidora Idete Maria Padilha Martins, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a senhora Ana Paula Venera, contratada por tempo

determinado para ocupar o cargo de Professor, junto ao Município de Galvão-SC, com início no dia 03 de outubro de 2018 e término em 20 de dezembro de 2018, conforme segue:

Carga Horária Semanal: 20 horas;  
Habilitação: Magistério;  
Área de Atuação: Ensino Fundamental;  
Disciplina: Anos Iniciais;  
Local de Trabalho: Escola Mun Ens. Fund. "Arnaldo Francisco dos Santos".

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de outubro de 2018.  
Admir Edi Dalla Cort  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 192/2018  
DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica criada a comissão organizadora da VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Galvão, com o tema Proteção Integral, Diversidade e Enfrentamento das Violências, sendo composta conforme segue:

Conselheiros da Sociedade Civil:  
EDINARA SANCHES  
JAKELINE VANIN BORELLA

Conselheiros Governamentais:  
LIDIMARA CUNICO CENCI  
JULIANE BALDISSERA PILATTI

Técnicos:  
ELIZABETH TREVISAN SOSTER

Crianças e adolescentes:  
PAULA MUSATTO  
ANA LAURA PRIGOL

Art. 2º. São atribuições da comissão organizadora:

- I - definir plano de ação e metodologia de trabalho;
- II – elaborar regimento interno;
- III - elaborar a proposta metodológica e a programação da VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- IV – Divulgar o evento;
- V – elaborar documento com as diretrizes para a realização das conferências livres;
- VI – organizar material necessário a realização da conferência;
- VII – selecionar os facilitadores para o trabalho de grupo no dia da conferência
- VIII – organizar todos os procedimentos necessários a realização da conferência.
- IX – Elaborar relatório da conferência municipal.

Art. 3º. O CMDCA encaminhará esta resolução ao Executivo

Municipal para elaboração do decreto municipal.

Art. 4º. A Comissão Organizadora Municipal poderá convidar profissionais do setor público e privado, que desenvolvam atividades relacionadas ao tema objeto da VI Conferência, quando entender relevante para a consecução das suas finalidades.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 03 de outubro de 2018.  
Admir Edi Dalla Cort  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 193/2018  
DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA VI CONFERENCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada a VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Galvão-SC, com o tema Proteção Integral, Diversidade e Enfrentamento das Violências, a realizar-se no dia 11 de outubro de 2018 (quinta-feira), junto as dependências do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, com início previsto para as 08h30min.

Art. 2º. As despesas decorrentes da referida Conferência correrão por conta de Departamento Social.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 03 de outubro de 2018.  
Admir Edi Dalla Cort  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Roberval Dalla Cort

## PROCESSO DE LICITAÇÃO 074/2018

Publicação Nº 1769941

EXTRATO DE EDITAL  
PROCESSO LICITATÓRIO 074/2018  
TOMADA DE PREÇO 006/2018

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório 074/2018, Edital de Tomada de Preço obras e serviços de engenharia 006/2018, tipo menor preço global até às 09h:00min. do dia 25 de outubro de 2018, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA EM RUAS DIVERSAS NO PERIMETRO URBANO DO MUNICIPIO, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 8.666/93 e subsidiariamente a Lei 10.520/2002, consolidada e legislação aplicável. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do

Município, sito á Avenida Sete de Setembro n.548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: [www.galvao.sc.gov.br](http://www.galvao.sc.gov.br).

Galvão - SC, 08 de outubro de 2018.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal



# Garopaba

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PE074/2018

Publicação Nº 1769936

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 074/2018  
PROCESSO Nº 107/2018

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição parcelada, conforme a necessidade, de materiais gráficos para uso das secretarias administradas pela Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio <http://bllcompras.org.br> até as 14h00min do dia 23/10/2018. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 23/10/2018, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 09 de outubro de 2018.  
Paulo Sérgio de Araujo  
Prefeito Municipal

### PORTARIA N.º 1197/2018.

Publicação Nº 1770362

PORTARIA N.º 1197, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, RAUL DE OLIVEIRA JUNG, CPF n.º 048.973.679-30, do cargo de PSICÓLOGO, do quadro de provimento efetivo da Prefeitura Municipal de Garopaba, em 31/10/2018.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 09 de outubro de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 10/10/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.



# Gaspar

## PREFEITURA

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/2018

Publicação Nº 1769851

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 260/2018

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/2018

OBJETO: Registro de Preços para futuras aquisições de Órteses, Próteses Ortopédicas e Meios Auxiliares de Locomoção, em Sistema de Comodato, aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) da Secretaria Municipal de Saúde de Gaspar. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 9 horas do dia 26/10/2018, no Departamento de Compras e Licitações, Rua São Pedro, nº 128, 2º Andar – Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA a partir das 09h30min, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br).

Gaspar (SC), 09/10/2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 8.395, DE 04 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1769486

DECRETO Nº 8.395, DE 04 DE OUTUBRO DE 2018.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3.899, de 27 de agosto de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o seguinte saldo de dotação constante do orçamento vigente da Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa:

Órgão: 03 Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa
Unidade: 04 Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa
Função: 28 Encargos Especiais
Subfunção: 843 Serviço da Dívida Interna
Programa: 0006 Gestão da Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa
Atividade: 1045 Encargos Especiais
Dotação: 37 3.2.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Art. 2º Por conta da anulação do artigo anterior fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos:

Órgão: 08 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
Unidade: 13 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
Função: 15 Urbanismo
Subfunção: 451 Infra-Estrutura Urbana
Programa: 0014 Gestão da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
Atividade: 2074 Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
Dotação: 174 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 04 de outubro de 2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

### DECRETO Nº 8.407, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1770211

DECRETO Nº 8.407, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

EXONERA RAMIRES DOS SANTOS DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR GERAL DE CONTROLE, AVALIAÇÃO, REGULAÇÃO E AUDITORIA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a partir de 09 de outubro de 2018, o servidor RAMIRES DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 041.095.839-50, do cargo em comissão de Diretor Geral de Controle, Avaliação, Regulação e Auditoria, da Secretaria de Saúde, ref. 64, ao qual foi nomeado pelo Decreto nº 8.339, de 03 de setembro de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 09 de outubro de 2018.

Gaspar, 09 de outubro de 2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

### DECRETO Nº 8.408, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1770213

DECRETO Nº 8.408, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

DESIGNA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado, a partir de 10 de outubro de 2018, nos termos do artigo 24 e seguintes da Lei Complementar nº 80, de 02 de agosto de 2017, o servidor efetivo, RAMIRES DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 041.095.839-50, para o exercício de função gratificada de Coordenador de Controle Interno, nível II, do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 10 de outubro de 2018.

Gaspar, 09 de outubro de 2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

### DECRETO Nº 8.409, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1770214

DECRETO Nº 8.409, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

NOMEIA LUIZ RICARDO SCHMITT PARA EXERCER CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR-GERAL DE CONTROLE, AVALIAÇÃO, REGULAÇÃO E AUDITORIA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas

pelo artigo 72, inciso XXV da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeado, a partir de 10 de outubro de 2018, o servidor LUIZ RICARDO SCHMITT, inscrito no CPF sob o nº 089.917.629-13, para o exercício do cargo em comissão de Diretor-Geral de Controle, Avaliação, Regulação e Auditoria, da Secretaria Municipal de Saúde, ref. 64, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 80, de 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 10 de outubro de 2018.

Gaspar, 09 de outubro de 2018.  
KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito do Município de Gaspar

**DECRETO Nº 8.410, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1770220

DECRETO Nº 8.410, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

NOMEIA DIANA DOS SANTOS PARA EXERCER CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADORA-GERAL DE SERVIÇO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO - SAE.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso XXV da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeada, a partir 10 de outubro de 2018, a servidora DIANA DOS SANTOS, inscrita no CPF sob nº 540.479.609-00, para o exercício de cargo em comissão de Coordenadora-Geral de Serviço de Atendimento Especializado - SAE, da Secretaria Municipal de Saúde, ref. 50, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 80, de 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 10 de outubro de 2018.

Gaspar, 09 de outubro de 2018.  
KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito do Município de Gaspar

**DECRETO Nº 8.411, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1770234

DECRETO Nº 8.411, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

EXONERA WILLYAN KAYSER DA ROSA DO CARGO EM COMISSÃO DE SUPERINTENDENTE DE SAÚDE.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, a partir de 15 de outubro de 2018, o servidor WILLYAN KAYSER DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº 058.256.729-74, do cargo em comissão de Superintendente de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde, ref. 70, ao qual foi nomeado pelo Decreto nº 8.173, de 15 de junho de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 15 de outubro de 2018.

Gaspar, 09 de outubro de 2018.  
KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito do Município de Gaspar

**EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO SAF Nº 87/2017**

Publicação Nº 1769880

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO SAF Nº 87/2017  
OBJETO: Transferência de equipamento de Relógio Registrador de Ponto. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: MARLISE FELIPPE - ME (07.944.327/0001-60).

Gaspar/SC, 09 de outubro de 2018.  
CARLOS ROBERTO PEREIRA|  
Secretário Municipal de Saúde

# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 80/2018

Publicação Nº 1770418

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

#### PREGÃO PRESENCIAL 80/2018

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação, tipo Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE IMPRESSÃO DE BOLETOS E OUTROS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 23/10/2018 até às 17h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 23/10/2018 às 17h-30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: [www.governador-celsoramos.sc.gov.br](http://www.governador-celsoramos.sc.gov.br)

Governador Celso Ramos, 09 de Outubro de 2018.

Alcides Pereira

Secretário de Administração

### DECRETO 099 / 2018 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2018.

Publicação Nº 1769954

#### DECRETO Nº 099 / 2018

Abre crédito adicional suplementar na lei Orçamentária Anual de 2018.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32º, inciso I, da Lei Municipal nº 1228/2017 – Lei de Diretrizes Orçamentárias,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 388.186,00 (Trezentos e Oitenta e Oito mil, Cento e Oitenta e Seis reais), por conta do Excesso de Arrecadação apurado nesta data nas fontes 0.1.00.000000 Recursos Ordinários, 0.1.04.000000 Iluminação Pública e 0.1.13.000000 Remuneração do Magistério 40%, conforme as dotações abaixo indicadas:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1001	Secretaria Munic. De Infra Estrutura e Serviço Púb.	259.000,00

15.452.0008.2.062	Manutenção dos Serviços de Educação de Trânsito	246.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	246.000,00
(154) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	246.000,00
01.04.000000	Iluminação Pública	246.000,00
15.452.0008.2.062	Manutenção dos Serviços de Educação de Trânsito	13.000,00
4.4.00.00	Investimento	13.000,00
(155) 4.4.90.00	Aplicações Diretas	13.000,00
01.04.000000	Iluminação Pública	13.000,00
1401	Secretaria Municipal de Turismo, Ind. e Comércio	44.186,00
23.695.0007.1.021	Construção de Mirante	44.186,00
4.4.00.00	Investimento	44.186,00
(180) 4.4.90.00	Aplicações Diretas	44.186,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	44.186,00
0601	Secretaria Municipal de Educação	80.000,00
12.361.0003.2.012	Manutenção do Ensino Fundamental	80.000,00
3.1.00.00	Encargos e Despesas com Pessoal	80.000,00
(213) 3.1.90.00	Aplicações Diretas	80.000,00
0.1.13.000000	Remuneração Profissionais do magistério 40%	80.000,00
0301	Procuradoria Geral	5.000,00
04.122.0001.2.003	Manutenção da Procuradoria Geral do Município	5.000,00
4.4.00.00	Investimento	5.000,00
(227) 4.4.90.00	Aplicações Diretas	5.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	5.000,00
Total		388.186,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 27 de setembro de 2018.

Juliano Duarte Campos

PREFEITO MUNICIPAL

## Grão Pará

## PREFEITURA

## BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA OUTUBRO 2018

Publicação Nº 1769813

## BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, OUTUBRO DE 2018

TITULAR	NIS TITULAR	VALOR TOTAL	SITUAÇÃO FAMÍLIA
ADRIANA FLORENCIO SILVERIO	16013591440	180	LIBERADA
ADRIANA MICHELS HERECK	15046693279	82	LIBERADA
ALECANDRA SOETH DACOREGIO	20057603485	171	BLOQUEADA
ALEXSSANDRA WERLICH LEANDRO	20911227738	358	LIBERADA
ANA PAULA DE LIMA	16133063743	130	LIBERADA
ANA TEREZA MORAIS DA SILVA	16012846852	130	LIBERADA
ANDREIA BONIFACIO	12543618513	178	BLOQUEADA
ANDREIA RASCKE FRANCA	16012767383	294	LIBERADA
ANGELITA MANOEL DOS SANTOS COELHO	16012793120	48	LIBERADA
BARBARA DE RAMOS ALBERTON	21065607131	130	LIBERADA
BEATRIZ MARQUES DELFINO	20111320008	212	LIBERADA
BEATRIZ MARQUES GUIZONI	16126245149	268	BLOQUEADA
CARLA KARINA XAVIER	20467392956	357	BLOQUEADA
CARLA LETICIA SOARES	20709198080	82	LIBERADA
CASSIANE SANDOVAL DOS SANTOS	16452354966	171	LIBERADA
CELIA MARIA SANDOVAL	16529431919	41	LIBERADA
CHAIANE CARDOSO DOS SANTOS	16570766636	130	LIBERADA
CRISTIANE CLAUDINO CAMPOS	16362430094	82	LIBERADA
CRISTIANE SANTOS DE SANTANA	16391441090	82	LIBERADA
DAIANE DE JESUS LOCH	14587085274	41	LIBERADA
DAISI BOSELO DE BONA	13328439721	358	LIBERADA
DANIELA TORRES PORFIRIO	16012965622	164	LIBERADA
DANIELLA MARTINS FERNANDES	12866914203	171	LIBERADA
DENISE GONCALVES TEIXEIRA	16013011487	212	BLOQUEADA
EDINEIA NILSEN SCHLICKMANN	20662906793	269	LIBERADA
ELISANDRA DE AGUIAR CLAUDINO DA SILVA	16106568260	82	LIBERADA
ELIZETE ALEXANDRE JOVENCIO CARARA	20912345718	82	LIBERADA
ERICA SOMBRIO CUCKER	16099545779	123	BLOQUEADA
FABIANA DE JESUS MANOEL	13598347722	171	LIBERADA
FERNANDA CARNEIRO JOAQUIN	16290261364	171	LIBERADA
FERNANDA DA ROCHA	16187672713	212	LIBERADA
FERNANDA SOUZA MORAIS	20103981467	171	LIBERADA
IARA BORGES TEREZA	13682267726	446	LIBERADA
INES OLINDINO GONCALVES	12564506722	171	LIBERADA
JAILSON NEVES CAETANO	12680911727	171	BLOQUEADA
JESICA DA SILVA DELFINO	14056824726	171	LIBERADA
JESSICA FERREIRA DA SILVA	21275318527	257	LIBERADA
JESSICA PEREIRA GOMES	21285303867	180	LIBERADA
JOCELI GOMES	16188017433	367	LIBERADA

JOCELIA ROSANE DE SOUZA	16251759497	48	LIBERADA
JOSE MARTINS JOAQUIM	16046098832	89	BLOQUEADA
JOSIANE DA LUZ RODRIGUES	16188082715	82	LIBERADA
JOSIANE DE SANTANA TEIXEIRA	16217712491	170	LIBERADA
JOSIANE LEANDRO	16268091451	123	LIBERADA
JOSIANE PEDROSO	16188082502	123	LIBERADA
JOZIANE MARQUES CUSTODIO	16190829539	439	LIBERADA
JUCELENE DE OLIVEIRA DOS SANTOS	16216609360	130	LIBERADA
JULIANA BECKER ALEXANDRE	20104541045	212	LIBERADA
JULIANA FABRICIA ANTIKEVIS MARTINS	13025232721	178	LIBERADA
JULIANA SALVALAGGIO ROHLING LEMBECK	14002701723	171	LIBERADA
KARINA DANDOLINI	20933538698	171	LIBERADA
KELY ALTINA DA SILVA	14559584075	41	LIBERADA
LEANDRO RODRIGUES DE SOUSA	13109004932	41	LIBERADA
LINDOMAR DELFINO ROSA	12675909728	205	LIBERADA
LUANA DE ANHAIA DE CASTRO	16458403926	294	LIBERADA
MARILEIA CARDOSO FREITAS	20064576536	41	LIBERADA
MARINES CRISTOVAO	13624704728	82	LIBERADA
NELSON ALVES	20104541096	91	LIBERADA
NICOLI JOAQUIN DA SILVA	16639888891	41	LIBERADA
OLIVIA LOCH SPIDO SILVA	20039056273	294	LIBERADA
PAULINHO RASCKE	12359395590	219	LIBERADA
RITA DE CASSIA ROSA DE LIMA	16537759197	212	LIBERADA
ROSA DELFINO ROSA	16537808678	41	LIBERADA
ROSALINA RADUVANSKI NOVADEZICKI SIPINSKI	23614761947	137	LIBERADA
ROSENEI DOS SANTOS	12626981518	137	LIBERADA
ROSIANI FERREIRA VIEIRA	12736084723	82	BLOQUEADA
ROSILENI SILVA CARRARA BOGER	16567275449	130	SUSPENSA
SABRINA CAROLINE ZAMBONI	13963721722	205	LIBERADA
SALETE CUSTODIO MARIA	20081968005	130	LIBERADA
SAMARA MARCELINO RAUBER	13922311724	212	LIBERADA
SELMA SANDOVAL	12542899837	294	LIBERADA
SIDINEI VIDAL DELFINO	23620244436	89	LIBERADA
SIMONE GOMES DA SILVA	16537042365	82	LIBERADA
SOLANGE GOMES ELIAS	12276364833	41	BLOQUEADA
SOLEDAD FLORINDA MARTIN	23688887782	164	LIBERADA
SONIA REGINA MARTINS	12418189556	82	BLOQUEADA
TAIS CATIELE DA SILVA NETTO	14494278269	82	LIBERADA
TAISE COAN DA COREGIO	19016151462	171	LIBERADA
TAMARA DIAS DOS SANTOS MILLITIS	16649123278	212	LIBERADA
TATIANA DE LIMA	13641562723	41	LIBERADA
TATIANE BECKER ALEXANDRE	13290065722	82	BLOQUEADA
THAIS MORAIS GOMES	16537960615	82	LIBERADA
THAISA PENDEK DA SILVA	16627942047	130	BLOQUEADA
VANESSA SANDOVAL JUSTINIANO	13903532729	82	LIBERADA

**DECRETO DF 058/2018 - ORÇAMENTO**

Publicação Nº 1770416

PREFEITURAMUNICIPALDEGRÃOOPARÁESTADODESANTACATARINA

SecretariaMunicipaldeAdministraçãoeFazenda

DECRETONº000058/18de9deOutubrode2018

OPREFEITOMUNICIPALDEGRÃOOPARÁnoexercíciodasatribuiçõesquelheforamconferidaspelaaLeiOrgânicadoMunicípiodeGRÃOOPARÁeautoriza-  
çãocontidanaLeiMunicipalnº002094/17de5deDezembrode2017.

DECRETA:

Art.1º-FicaabertonocorrenteexercícioCréditoparaa(s)seguinte(s)dotação(ões)orçamentária(s):

15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

15.01 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

(245)3.3.90.00.00.00.00.2.032-0063 - Aplicacoes Diretas 3.314,00

Total Suplementação: 3.314,00

Art.2º-ParaatendimentodaSuplementaçãoquetrataoartigoanteriorserãoutilizadosrecursosprovenientedaanulaçãooparciale/outotalda(s)se-  
guinte(s)dotação(ões)orçamentária(s):

15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

15.01 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

(171)4.4.90.00.00.00.00.2.032-0063 - Aplicacoes Diretas 3.314,00

Total Anulação: 3.314,00

Art.3º-

EsteDECRETOentraemvigornadatadesuapublicação,revogadaasdisposiçõescontrário.

GABINETEDOPREFEITOMUNICIPAL,9deOutubrode2018.

MARCIOBORBABLASIUS

PrefeitoMunicipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 9 de Outubro de 2018.

DIONEHEINZEN

SecretárioMunicipaldeAdministraçãoeFazenda

**REVOGAÇÃO PR 25/2018 - DESERTA**

Publicação Nº 1770003

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Estado de Santa Catarina

Termo de revogação DE LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 56/2018

Edital de PREGÃO PRESENCIAL n. 25/2018-PR

Revoga-se o Processo de licitação em epígrafe, por não acudirem licitantes interessados, tendo em vista que já houve a prorrogação do  
mesmo a qual manteve-se deserta.

Grão-Pará/ SC, 09 de outubro de 2018.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal



# Guaraciaba

## CÂMARA MUNICIPAL

### PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05\_2018

Publicação Nº 1770108

	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 05/2018 DE EXECUÇÃO DE REFORMA DA NOVA SEDE DA CÂMARA DE VEREADORES, LOCALIZADA, LOCALIZADA NA RUA TREZE DE MAIO, nº 60, ESQUINA COM A RUA ADEMAR DE BARROS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA.
--	--

A CÂMARA DE VEREADORES DE GUARACIABA, Estado de Santa Catarina, com sede Rua Ademar de Barros, 85, na cidade de Guaraciaba, CNPJ nº 02.606.335/0001-83, neste ato representado pelo Presidente Sr. Irineu Antônio Arndt, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 195.289.739-49, residente e domiciliado na Linha Daltro Filho, interior, município de Guaraciaba, SC, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro, a empresa JWK CONSTRUTORA LTDA, com sede na Rua São Paulo, s/n, Distrito de Grápia, Paraíso-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 23.399.463/0001-55, neste ato representado pelo Sr. Clóvis Rucks, inscrito no CPF sob o nº 652.996.550-53, doravante denominada CONTRATADA, pactuam o presente termo aditivo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo de licitação nº 03/2018, instaurado sob a modalidade Tomada de Preços nº 02/2018 de 19 de Junho de 2018, celebram o presente termo aditivo, com base nas Cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo refere-se a um Acréscimo de R\$ 8.945,90 (Oito mil, novecentos e quarenta e cinco reais e noventa centavos), ao objeto do contrato 05/2018 de execução de reforma da nova sede da câmara de vereadores, conforme Parecer Técnico do Departamento de Engenharia, de Itens/Serviços a serem acrescidos, e acolhido pelo Parecer Jurídico 007/2018 anexados ao processo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos orçamentários para o cumprimento do objeto licitado são os seguintes:

Despesa: 01 – CÂMARA DE VEREADORES

Unidade: 1 – CÂMARA DE VEREADORES

Função: 01 - Legislativa

Subfunção: 31 – Ação Legislativa

Programa: 20 – Gestão Legislativa

Projeto/Atividade: 1.016 – Aquisição de Imóvel e Obras para Construção da Sede do Poder Legislativo Municipal

Elemento: 44905107000000 - Reformas

Recurso: 0000 – Recursos Próprios CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Acréscimo ao Contrato, conforme previstos na Cláusula Oitava do contrato 05/2018 e no art. 65 inciso I letra b, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado. E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente aditivo em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito.

Guaraciaba – SC, 09 de Outubro de 2018

CÂMARA DE VEREADORES DE GUARACIABA IRINEU ANTÔNIO ARNDT Contratante	JWK CONSTRUTORA LTDA CLÓVIS RUCKS Contratado
---	--



# Guaramirim

## PREFEITURA

### EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 75/2018 – FMS

Publicação Nº 1769800

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 75/2018 – FMS  
Processo Licitatório nº 16/2018 – FMS

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento.

Base Legal: art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93.

Objeto da Licitação: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM (SC).

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60.

Contratado: CLÍNICA VASKULAR, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 30.798.240/0001-44, estabelecida na Rua João Planincheck, nº 1990, bairro Jaraguá Esquerdo, município de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina, CEP 89.253-105.

Data da Assinatura: 04/10/2018 Vigência: 31/12/2018

Guaramirim (SC), 09 de outubro de 2018.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

Prefeito Municipal

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO 149/2018

Publicação Nº 1770097

DECRETO Nº 149/2018  
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL  
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.580/18 de 04 de maio de 2018.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos), no orçamento do Município de Guarujá do Sul, no exercício de 2018, destinado a inclusão do seguinte item orçamentário:

Órgão 07- SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO:

Unidade 01- Departamento de Indústria e Comércio:

Função 22 – Indústria

Subfunção 661 – Promoção Industrial

Programa 36 – Incentivo a Indústria e Comércio

Atividade: 2.071 – Manutenção da Secretaria de Industria e Comércio

3.3.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas ..... R\$ 2.500,00

Soma ..... R\$ 2.500,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente do Município de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

Órgão 07- SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO:

Unidade 01- Departamento de Indústria e Comércio:

Função 22 – Indústria

Subfunção 661 – Promoção Industrial

Programa 36 – Incentivo a Indústria e Comércio

Atividade: 2.071 – Manutenção da Secretaria de Industria e Comércio

3.1.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas ..... R\$ 2.500,00

Soma ..... R\$ 2.500,00

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, 09 DE OUTUBRO DE 2018.

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Júlio Cesar Della Flora

Secretário Administração e Fazenda

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025A/2018

Publicação Nº 1769753

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025A/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2018

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 09 de setembro de 2019, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e três dias do mês de agosto de dois mil e dezoito, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para a eventual e futura aquisição de leites especiais para pacientes com restrições alimentares, atendidos pelas Secretarias Municipal de Saúde e de Assistência Social, pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ neste ato representada pelo senhor Américo Lorini, Prefeito Municipal, inscrito no CPF nº 162.730.799-00, e a empresa Merco Soluções em Saúde S/A, inscrita no CNPJ nº 05.912.018/0001-83 neste ato representado pelo senhor Ricardo da Conceição, Diretor, CPF nº 026.439.659-65 para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epígrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará a cargo dos servidores nomeados para este fim, nos termos da IN CCI Nº 001/2015.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total registrado R\$ 39.370,00 ( trinta e nove mil trezentos e setenta reais)

Herval d'Oeste, 17 de setembro de 2018.

AMÉRICO LORINI

RICARDO DA CONCEIÇÃO

Prefeito

Diretor

CPF: 162.730.799-00

CPF nº 026.439.659-65

Pelo Município

Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

Luciane Dondoni Gazoni

CPF: 687.857.399-87

CPF: 049.770.469-27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025A/2018

ITENS REGISTRADOS

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade Estimada	Valor unitário*	Valor total*
10	FÓRMULA INFANTIL HIPOALERGÊNICA, À BASE DE PROTEÍNA EXTENSAMENTE HIDROLISADA DE SORO DO LEITE, 50%TCM, ÁCIDOS GRAXOS DE CADEIA LONGA -LCPUFAS (DHA DOCOSAHEXAENÓICO E ARA - ARAQUIDÔNICO) E NUCLEOTÍDEOS. OSMOLALIDADE = 210 MOSMOL/KG DE ÁGUA. ISENTO DE LACTOSE, SACAROSE, FRUTOSE E GLÚTEN. APRESENTA BAIXA OSMOLARIDADE (190 MOSMOL/L), ÓTIMA TOLERABILIDADE E ACEITAÇÃO. PESO DE 400 G POR LATA.	ALFARE NESTLÉ	LATA	500	78,74	39.370,00

AMÉRICO LORINI

RICARDO DA CONCEIÇÃO

Prefeito

Diretor

CPF: 162.730.799-00

CPF nº 026.439.659-65

Pelo Município

Pela Empresa

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025B/2018**

Publicação Nº 1769754

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025B/2018**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2018

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 09 de setembro de 2019, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e três dias do mês de agosto de dois mil e dezoito, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para a eventual e futura aquisição de leites especiais para pacientes com restrições alimentares, atendidos pelas Secretarias Municipal de Saúde e de Assistência Social, pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ neste ato representada pelo senhor Américo Lorini, Prefeito Municipal, inscrito no CPF nº 162.730.799-00, e a empresa NUTRIR – Nutrição Enteral e Suplementação Ltda. ME, inscrita no CNPJ nº 21.777.970/0001-78 neste ato representado pela senhora Renata Nassif Azen Cemin Chiarello, Administradora, CPF Nº 008.505.539-34 para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará a cargo dos servidores nomeados para este fim, nos termos da IN CCI Nº 001/2015.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total registrado R\$ 18.010,00 (dezoito mil e dez reais)

Herval d'Oeste, 17 de setembro de 2018.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

CPF: 162.730.799-00

Pelo Município

RENATA NASSIF AZEN CEMIN CHIARELOTTO

Administradora

CPF nº 008.505.539-34

Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Luciane Dondoni Gazoni

CPF: 049.770.469-27

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025B/2018****ITENS REGISTRADOS**

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade Estimada	Valor unitário*	Valor total*
07	FÓRMULA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU VIA ORAL, COM EXCELENTE PROPORÇÃO DE PROTEÍNAS DA SOJA E PROTEÍNAS DE ALTO VALOR BIOLÓGICO (CASEINATO DE CÁLCIO). EXCELENTE EFICIÊNCIA PROTÉICA, SEGUNDO O PDCAAS* (OMS/FDA) 1 MINIMIZA OS EFEITOS DO BALANÇO PROTÉICO NEGATIVO E PREVINE E/OU TRATA A DESNUTRIÇÃO. CONTÉM PROTEÍNA ISOLADA DA SOJA RICA EM ISOFLAVONAS, QUE POSSUEM BENEFÍCIOS CLÍNICOS RECONHECIDOS E PROPRIEDADES HIPOALERGÊNICAS. MAIOR TEOR DE TRIGLICERÍDEOS DE CADEIA MÉDIA DO SEGMENTO. FONTE DE ENERGIA DE RÁPIDA ABSORÇÃO. ISENTA DE SACAROSE, PODE SER UTILIZADO POR INDIVÍDUOS DIABÉTICOS DO TIPO I E II. LATA COM NO MÍNIMO 400G.	Prodiet	LATA	500	21,18	10.590,00
12	COMPLEMENTO ALIMENTAR LÁCTEO, ENRIQUECIDO COM VITAMINAS E MINERAIS, INDICADO PARA SITUAÇÕES EM QUE HÁ AUMENTO DAS NECESSIDADES DE VITAMINAS, MINERAIS E PROTEÍNA, TAIS COMO: CRESCIMENTO, DESNUTRIÇÃO LEVE, DESGASTE FÍSICO OU MENTAL, GESTAÇÃO, LACTAÇÃO E MÁ ALIMENTAÇÃO DE UMA FORMA GERAL. ENRIQUECIDO COM 24 VITAMINAS E MINERAIS. PREPARO INSTANTÂNEO. SABORES: BAUNILHA, MORANGO E CHOCOLATE. LATA COM 450 GRAMAS.	Prodiet	LATA	500	14,84	7.420,00

AMÉRICO LORINI

Prefeito

CPF: 162.730.799-00

Pelo Município

RENATA NASSIF AZEN CEMIN CHIARELOTTO

Administradora

CPF nº 008.505.539-34

Pela Empresa

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025C/2018**

Publicação Nº 1769756

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025C/2018**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2018

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 09 de setembro de 2019, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e três dias do mês de agosto de dois mil e dezoito, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para a eventual e futura aquisição de leites especiais para pacientes com restrições alimentares, atendidos pelas Secretarias Municipal de Saúde e de Assistência Social, pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ neste ato representada pelo senhor Américo Lorini, Prefeito Municipal, inscrito no CPF nº 162.730.799-00, e a empresa LFP Comércio de Produtos para Saúde Eireli, inscrita no CNPJ nº 26.554.718/0001-13 neste ato representado pelo senhor Fernando Joel Rodrigues Administrador, CPF nº 027.880.659-73 para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará a cargo dos servidores nomeados para este fim, nos termos da IN CCI Nº 001/2015.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total registrado R\$ 12.200,00 (doze mil e duzentos reais)

Herval d'Oeste, 17 de setembro de 2018.

AMÉRICO LORINI	FERNANDO JOEL RODRIGUES
Prefeito	Administrador
CPF: 162.730.799-00	CPF nº 027.880.659-73
Pelo Município	Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia	Luciane Dondoni Gazoni
CPF: 687.857.399-87	CPF: 049.770.469-27

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025C/2018**  
**ITENS REGISTRADOS**

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade Estimada	Valor unitário*	Valor total*
11	ALIMENTO EM PÓ PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 01 ANO, PARA USO ORAL OU ENTERAL, POLIMÉRICO, NUTRICIONALMENTE COMPLETO. PERMITE DILUIÇÃO 1,0KCAL/ML, 1,25KCAL/ML E HIPERCALÓRICO 1,5 KCAL/ML. PODE SER ADICIONADO DIRETAMENTE NOS ALIMENTOS, ISENTOS DE LACTOSE E GLÚTEN, COM 9% DE PROTEÍNA (100% CASEINATO), 50% DE CARBOIDRATO (MALTODEXTRINA E SACAROSE), 41% DE LIPÍDIOS (100% ÓLEOS VEGETAIS - PALMA, GIRASSOL E SEMENTE DE COLZA - COMRELAÇÃO W6:W3 DE 5:1). ACRESCIDO DE TODAS AS VITAMINAS E SAIS MINERAIS, ALÉM DE COLINA, CARNITINA E TAURINA.	Pediasure ABBOT	LATA	500	24,40	12.200,00

AMÉRICO LORINI	FERNANDO JOEL RODRIGUES
Prefeito	Administrador
CPF: 162.730.799-00	CPF nº 027.880.659-73
Pelo Município	Pela Empresa

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025D/2018**

Publicação Nº 1769757

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025D/2018**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2018

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 09 de setembro de 2019, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e três dias do mês de agosto de dois mil e dezoito, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para a eventual e futura aquisição de leites especiais para pacientes com restrições alimentares, atendidos pelas Secretarias Municipal de Saúde e de Assistência Social, pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ neste ato representada pelo senhor Américo Lorini, Prefeito Municipal, inscrito no CPF nº 162.730.799-00, e a empresa Nutriport Comercial Ltda. inscrita no CNPJ nº 03.612.312/0004-97 neste ato representado pela senhora Juliene Pinto Moura da Silva, Administradora, CPF Nº 332.631.038-22 para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epígrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará a cargo dos servidores nomeados para este fim, nos termos da IN CCI Nº 001/2015.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total registrado R\$ 129.196,00 (cento e vinte e nove mil cento e noventa e seis reais)

Herval d'Oeste, 17 de setembro de 2018.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

CPF: 162.730.799-00

Pelo Município

JULIENE PINTO MOURA DA SILVA

Administradora

CPF nº 332.631.038-22

Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Luciane Dondoni Gazoni

CPF: 049.770.469-27

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025D/2018****ITENS REGISTRADOS**

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade Estimada	Valor unitário*	Valor total*
1	FORMULA INFANTIL COM FERRO PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES COM ,PROTEÍNA DO SORO DE LEITE, ÓLEOS VEGETAIS (ÓLEO DE PALMA, ÓLEO DE CANOLA, ÓLEO DE COCO, ÓLEO DE GIRASSOL, LACTOSE, LEITE DESNATADO EM PÓ, GALACTO-OLIGOSSACARÍDEO, MALTODEXTRINA, FRUTO-OLIGOSACARÍDEOS, CARBONATO DE CÁLCIO, MORTIERELLA ALPINA, ÓLEO DE PEIXE, CLORETO DE POTÁSSIO, CITRATO DE POTÁSSIO, CASEINATO DE CÁLCIO, L- ASCORBATO DE SÓDIO, ÁCIDO L-ASCÓRBICO, CARBONATO DE MAGNÉSIO, TAURINA, CLORETO DE COLINA, FOSFATO DE POTÁSSIO DIBÁSICO, SULFATO FERROSO , L-TRIPTOFANO, DISSÓDICO DE URIDINA 5- MONOFOSFATO, CITIDINA 5-MONOFOSFATO, SULFATO DE ZINCO, MIO-INOSITOL, FOSFATO DE CÁLCIO TRIBÁSICO, ADENOSINA 5-MONOFOSFATO, SAL DISSÓDICO DE INOSINA 5-MONOFOSFATO, ACETATO DE DL- ALFA- TOCOFERILA, NICOTINAMIDA, SAL DISSÓDICO DE GUANOSINA 5-MONOFOSFATO, GLUCONATO CÚPRICO, D-PANTOTENATO DE CÁLCIO, PALMITATO DE ASCORBILA, DL- ALFA TOCOFEROL, CLORIDRATO DE CLORETO DE TIAMINA, ACETATO DE RETINILA, CLORIDRATO DE PIRIDIXINA, ÁCIDO N-PTEROIL-L-GLUTÂMICO, IODATO DE POTÁSSIO, SULFATO DE MANGANÊS, FITOMENADIONA, SELENITO DE SÓDIO, COLECALCIFEROL, D-BIOTINA, CIANOCOBALAMINA, EMULSIFICANTES MONO E DOGLICERÍDEOS DE ÁCIDO GRAXOS E LECITINA E ANTIOXIDANTE MISTURA CONCENTRADA DE TOCOFERÓIS. PESO DE 400 G POR LATA.	MILUPA 1	LATA	2.000	12,73	25.460,00

2	FORMULA INFANTIL SEM LACTOSE PARA CRIANÇAS COM INTOLEREANCIA A LACTOSE. INGREDIENTES: MALTODEXTRINA, ÓLEOS VEGETAIS (PALMA, CANOLA, COCO, GIRASSOL), MORTIERELLA ALPINA, CASEINATO, CITRATO DE SÓDIO, CITRATO DE POTÁSSIO, FOSFATO DE CÁLCIO, CLORETO DE POTÁSSIO, CLORETO DE MAGNÉSIO, HIDROGENO FOSFATO DE POTÁSSIO, CARBONATO DE CÁLCIO, ÓLEO DE PEIXE, CISTEINA, CLORETO DE COLINA, VITAMINA C, TAURINA, TRIPTOFANO, INOSITOL, SULFATO FERROSO, VITAMINA E, SULFATO DE ZINCO, URIDINA, CITIDINA, CARNITINA, ADENOSINA, INOSINA, NIACINA, D-PANTOTENATO DE CÁLCIO, GUANOSINA, BIOTINA, VITAMINA A, SULFATO DE COBRE, ÁCIDO FÓLICO, SULFATO DE MANGANÊS, VITAMINA B2, VITAMINA B12, VITAMINA B1, VITAMINA D, VITAMINA B6; IODETO DE POTÁSSIO, VITAMINA K, SELENITO DE SÓDIO, EMULSIFICANTE LECITINA DE SOJA. NÃO CONTÉM GLÚTEN. PESO DE 400 G POR LATA.	APTAMIL SL PROEXPERT	LATA	500	20,44	10.220,00
3	FORMULA INFANTIL PARA CRIANÇAS PARA BAIXO PESO E PREMATURO, COM LCPUFAS (DHA E ARA). INGREDIENTES: LACTOSE, ÓLEO DE GIRASSOL, ÓLEO DE COCO, ÓLEO DE COLZA, ÓLEO DE PALMA, ÓLEO DE PRÍMULA, LIPÍDEOS DO OVO E ÓLEO DE PEIXE, LEITE DESNATADO, CONCENTRADO PROTÉICO DE SORO DE LEITE, FRUTOOLIGOSSACARÍDEOS, GALACTOOLIGOSSACARÍDEOS, MALTODEXTRINA, TRIGLICERÍDEOS DE CADEIA MÉDIA, FOSFATO TRICÁLCICO, CARBONATO DE CÁLCIO, ÓLEO DE FUNGOS MORTIERELLA ALPINA, CLORETO DE SÓDIO, INOSITOL, FOSFATO DE MAGNÉSIO, VITAMINA C, CLORETO DE COLINA, TAURINA, SULFATO FERROSO, CITRATO DE POTÁSSIO, VITAMINA E, NIACINA, SULFATO DE ZINCO, CITIDINA, VITAMINA A, L-CARNITINA, URIDINA, D-PANTOTENATO DE CÁLCIO, VITAMINA D, INOSINA, ADENOSINA, SULFATO DE COBRE, GUANOSINA, VITAMINA B1, VITAMINA B2, VITAMINA B6, ÁCIDO FÓLICO; IODETO DE POTÁSSIO, VITAMINA K, SELENITO DE SÓDIO, D-BIOTINA, EMULSIFICANTE LECITINA DE SOJA. NÃO CONTÉM GLUTEN. PESO DE 400G POR LATA.	APTAMIL PRÉ PROEXPERT	LATA	600	24,09	14.454,00
4	FORMULA INFANTIL A BASE DE PROTEÍNA EXTENSAMENTE HIDROLISADA DE SORO DO LEITE OU DA CASEÍNA, TCM, ÓLEO VEGETAL, CONTENDO DHA E ARA ÓLEO DE MORTIERELLA ALPINA E DE PEIXE, MALTODEXTRINA, VITAMINAS, MINERAIS, COM OU SEM NUCLEOTÍDEOS E OLIGOELEMENTOS. ISENTOS DE SACAROSE, FRUTOSE E GLÚTEN. APRESENTA BAIXA OSMOLARIDADE. PESO DE 400G POR LATA.	APTAMIL PEPTI	LATA	500	46,32	23.160,00
5	FORMULA INFANTIL ANTIRREGURGITACÃO COM AGENTE ESPESSANTE, QUE PROPORCIONA MAIOR VISCOSIDADE, NÃO ALTERANDO A DISTRIBUIÇÃO CALÓRICA. PESO DE 400G POR LATA.	APTAMIL AR	LATA	500	19,45	9.725,00
6	FÓRMULA INFANTIL COM FERRO PARA LACTENTES A PARTIR DE 6 MESES COM DOCOSAHEXAENÓICO (DHA) E ÁCIDOS GRAXOS ARQUIDÔNICO (ARA) INGREDIENTES: LACTOSE, LEITE PARCIALMENTE DESNATADO EM PÓ, ÓLEOS VEGETAIS ( ÓLEO DE GIRASSOL, ÓLEO DE CANOLA, ÓLEO DE COCO, ÓLEO DE PALMA), PROTEÍNA CONCENTRADA DO SORO DE LEITE, GALACTO-OLIGOSSACARÍDEOS, MALTODEXTRINA, FRUTO-OLIGOSSACARÍDEOS, CARBONATO DE CÁLCIO, ÓLEO DE MORTIERELLA ALPINA, L-ASCORBATO DE SÓDIO, ÁCIDO L-ASCÓBICO, CASEINATO DE CÁLCIO, TAURINA, MIO-INOSITOL, SULFATO FERROSO, FOSFATO DE POTÁSSIO DIBÁSICO, SULFATO DE ZINCO, SAL DISSÓDICO DE URIDINA 5-MONOFOSFATO, CITIDINA 5-MONOFOSFATO, ACETATO DE DL-ALFA TOCOFERILA, DL-ALFA TOCOFEROL, CLORETO DE COLINA, ADENOSINA 5-MONOFOSFATO, SAL DISSÓDICO DE INOSINA 5-MONOFOSFATO, NICOTINAMIDA, FOSFATO DE CÁLCIO TRIBÁSICO, SAL DISSÓDICO DE GUANOSINA 5-MONOFOSFATO, GLUCONATO CÚPRICO, D-PANTOTENATO DE CÁLCIO, PALMITATO DE ASCORBILA, ACETATO DE RETINILA, CLORIDRATO DE CLORETO DE TIAMINA, COLECALCIFEROL, RIBOFLAVINA, CLORIDRATO DE PIRIDOXINA, IODATO DE POTÁSSIO, SULFATO DE MANGANÊS, ÁCIDO N-PTEROIL-L-GLUTÂMICO, FITOMENADIONA, SELENITO DE SÓDIO, D-BIOTINA, CIANOCOBALAMINA, ANTIOXIDANTE MISTURA CONCENTRADA DE TOCOFERÓIS E EMULSIFICANTES MONO E DIGLICERÍDEOS DE ÁCIDOS GRAXOS E LECITINA. NÃO CONTÉM GLÚTEN. PESO DE 400 POR LATA.	APTAMIL PREMIUM 2	LATA	1.700	12,13	20.621,00



8	FORMULA INFANTIL DE SEGMENTO PARA LACTENTES A BASE DE SOJA A PARTIR DOS 6 MESES. INGREDIENTES: XAROPE DE GLICOSE, PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA, ÓLEOS (PALMA, GIRASSOL, CANOLA E COCO), CARBONATO DE CÁLCIO, CLORETO DE POTÁSSIO, FOSFATO DE MAGNÉSIO DIBÁSICO, CITRATO DE POTÁSSIO, FOSFATO TRICÁLCICO, VITAMINA C, CLORETO DE COLINA, L-TRIPTOFANO, TAURINA, CLORETO DE SÓDIO, L-METIONINA, INOSITOL, L-CARNITINA, SULFATOS FERROSO E DE ZINCO, VITAMINAS A, D E E; PANTOTENATO DE CÁLCIO, NIACINA, VITAMINAS B12 E B2; ?-CAROTENO, SULFATO DE MANGANÊS, VITAMINAS B1 E B6; SULFATO CÚPRICO, IODETO DE POTÁSSIO, ÁCIDO FÓLICO, VITAMINA K, BIOTINA, REGULADOR DE ACIDEZ HIDRÓXIDO DE POTÁSSIO. NÃO CONTÉM GLÚTEN. PESO DE 400G POR LATA	APTAMIL SOJA 2	LATA	500	20,39	10.195,00
9	FÓRMULA INFANTIL À BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA PARA CRIANÇAS DE 0 A 6 MESES DE IDADE. INGREDIENTES: XAROPE DE GLICOSE, PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA, ÓLEOS (PALMA, GIRASSOL, CANOLA E COCO), CARBONATO DE CÁLCIO, CLORETO DE POTÁSSIO, FOSFATO DE MAGNÉSIO DIBÁSICO, CITRATO DE POTÁSSIO, FOSFATO TRICÁLCICO, VITAMINA C, CLORETO DE COLINA, L-TRIPTOFANO, TAURINA, CLORETO DE SÓDIO, L-METIONINA, INOSITOL, L-CARNITINA, SULFATOS FERROSO E DE ZINCO, VITAMINAS A, D E E; PANTOTENATO DE CÁLCIO, NIACINA, VITAMINAS B12 E B2; ?-CAROTENO, SULFATO DE MANGANÊS, VITAMINAS B1 E B6; SULFATO CÚPRICO, IODETO DE POTÁSSIO, ÁCIDO FÓLICO, VITAMINA K, BIOTINA, REGULADOR DE ACIDEZ HIDRÓXIDO DE POTÁSSIO. NÃO CONTÉM GLÚTEN. PESO DE 400 G POR LATA.	APTAMIL SOJA 1	LATA	500	20,39	10.195,00
13	FORMULA INFANTIL PARA LACTENTES À PARTIR DE 10 MESES COMPOSTO LÁCTEO COM ÓLEOS VEGETAIS E FIBRAS, FONTE DE CÁLCIO, FERRO E ZINCO, COM VITAMINAS E MINERAIS, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, SEM GLÚTEM, COM ADIÇÃO DE PREBIÓTICOS E DHA (OMEGA3) EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 800 GRAMAS	APTAMIL PRE-MIUM 3	LATA	200	25,83	5.166,00

AMÉRICO LORINI  
Prefeito  
CPF: 162.730.799-00  
Pelo Município

JULIENE PINTO MOURA DA SILVA  
Administradora  
CPF nº 332.631.038-22  
Pela Empresa

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2018

Publicação Nº 1769759

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2018  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2018

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE HERVAL D' OESTE

VIGÊNCIA: O presente ATA vigorará até 04 de outubro de 2019, não podendo ser prorrogada, uma vez que tem prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, § 3º, inciso III da Lei 8.666/93.

Aos cinco dias do mês de agosto de 2018 na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para a eventual aquisição gêneros alimentícios (cesta básica) a serem ofertados como benefício eventual às famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas pela Secretaria de Assistência Social (CRAS e CREAS) do Município de Herval d' Oeste pelo período de 12 (doze) meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Fundo Municipal de Assistência Social de Herval d' Oeste, inscrito no CNPJ sob nº 12.816.323/0001-37 neste ato representado pelo senhor AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal, inscrito no CPF nº 162.730.799-00 e a empresa MERCADO E CONFECÇÕES SS DURIGON LTDA. - ME, inscrita no CNPJ nº 75.306.829/0001-16, neste ato representada pelo senhor SÉRGIO ANTÔNIO DURIGON, sócio administrador, inscrito no CPF nº 250.325.429-20, em decorrência do Processo Licitatório nº 083/2018, modalidade Pregão Presencial nº 048/2018. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais especificações estão expressas no edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, § 4º da lei 8.666/93.

Valor total desta ata R\$ 43.680,00 (quarenta e três mil seiscentos e oitenta reais).

Herval d'Oeste, 08 de outubro de 2018.

AMÉRICO LORINI  
Prefeito Municipal  
CPF: 162.730.799-00  
Pelo Município

SÉRGIO ANTÔNIO DURIGON  
Sócio-administrador  
CPF nº 250.325.429-20  
Pela Empresa

## Testemunhas:

Rubens Antonio Correia  
CPF: 687.857.399-87

Luciane Dondoni Gazoni  
CPF: 049.770.469-27

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT. ESTIMADA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	CESTA BÁSICA TIPO 1		UN	400	R\$ 75,00	R\$ 30.000,00
	1 PCT ARROZ PARBORIZADO 5KG	ALEMÃO				
	1 PCT AÇÚCAR REFINADO 5KG	ALTO ALEGRE				
	1 PCT DE FARINHA DE TRIGO 5KG	BEATRIZ				
	2 PCT DE FEIJÃO PRETO 1KG	VO VITA				
	2 PCT DE FARINHA DE MILHO 1KG	SINHA				
	1 PCT SAL REFINADO 1KG	ZIZO				
	5 CX LEITE INTEGRAL 1L	TERRA VIVA				
	2 PCT BISCOITO DOCE LEITE 400G	NAGO				
	1 CX CHÁ SABORES 40G - 25/30 SAQ.	LEÃO				
	1 PCT MACARRÃO PARAFUSO 500G	OLIARI				
	1 PCT MACARRÃO ESPAGUETE	OLIARI				
	1 UND ÓLEO DE SOJA 900ML	COCAMAR				
	1 POTE DOCE DE FRUTAS 400G	DI FRUTI				
	1 CREME DENTAL 90 G	FREE DENT				
	1 SABONETE 90 G	IPÊ				

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT. ESTIMADA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
2	CESTA BÁSICA TIPO 2		UN	360	R\$ 38,00	R\$ 13.680,00
	2 PCT ARROZ PARBORIZADO 1KG	ALEMÃO				
	2 PCT AÇÚCAR REFINADO 1KG	ALTO ALEGRE				
	2 PCT DE FARINHA DE TRIGO 1KG	BEATRIZ				
	1 PCT DE FEIJÃO PRETO 1KG	VO VITA				
	1 PCT DE FARINHA DE MILHO 1KG	SINHA				
	1 PCT SAL REFINADO 1KG	ZIZO				
	2 CX LEITE INTEGRAL 1L	TERRA VIVA				
	1 PCT BISCOITO DOCE LEITE 400G	NAGO				
	1 CX CHÁ SABORES 40G - 25/30 SAQ.	LEÃO				
	1 PCT MACARRÃO PARAFUSO 500G	OLIARI				
	1 UND ÓLEO DE SOJA 900ML	COCAMAR				
	1 POTE DOCE DE FRUTAS 400G	DI FRUTI				
	1 CREME DENTAL 90 G	FREE DENT				
	1 SABONETE 90 G	IPÊ				

AMÉRICO LORINI  
Prefeito Municipal  
CPF: 162.730.799-00  
Pelo Município

SÉRGIO ANTÔNIO DURIGON  
Sócio administrador  
CPF nº 250.325.429-20  
Pela Empresa

**CONTRATO Nº 041/2018**

Publicação Nº 1769769

Estado de Santa Catarina  
Município de Herval d'Oeste  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 041/2018 DE 24 DE SETEMBRO DE 2018  
CONTRATANTE:  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE  
CONTRATADO:  
S.M. BUDNIAK & CIA LTDA.

OBJETO: Prestação de serviços de higienização e limpeza durante 24 horas por dia, incluindo feriados e finais de semana, para a Unidade de Pronto Atendimento Remi Alcício Mascarello - UPA 24 horas.  
VALOR R\$ 12.400,00 (doze mil e quatrocentos reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2018, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3.230/2017 de 06/12/2017

Herval d'Oeste, em 24 de setembro de 2018.  
AMÉRICO LORINI  
Prefeito

SÉRGIO MIGUEL BUDNIAK  
Sócio Administrador



**LOA – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2019**

Publicação N° 1769780

**AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**

LOA – Lei Orçamentária Anual de 2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a legislação vigente, torna público que realizará Audiência Pública LOA – Lei Orçamentária Anual de 2019, dia 16/10 às 15h00 na Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste na Rua Nereu Ramos, 389 Centro Herval d'Oeste – SC.

Herval d'Oeste 09 de outubro de 2018.

AMÉRICO LORINI

Prefeito Municipal

# Ibiam

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 015/2018

Publicação Nº 1769922

PORTARIA Nº 015, de 05 de outubro de 2018

DECLARA DESERTA CERTAME LICITATÓRIO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2018

JOSÉ HENRIQUE RAMOS MOREIRA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Ibiam – SC, no uso de suas atribuições e competências que lhe confere o Regimento Interno e a Lei Orgânica Municipal e;  
Considerando que referida licitação restou deserta

**RESOLVE:**

Art 1º Declarar deserta licitação 004/2018, modalidade pregão presencial 003/2018, que visa a contratação de empresa para realizar serviço de remoção da forração atual do piso no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Ibiam, colocação de piso vinílico em área total de 108m² (cento e oito metros quadrados), e instalação de 100m (100 metros) de perfil em alumínio.

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a portaria 014, de 03 de outubro de 2018.

Câmara Municipal de Ibiam- SC, 05 de outubro de 2018

JOSÉ HENRIQUE RAMOS MOREIRA  
PRESIDENTE

Publicação e registro

ELISA MARIA GHENO TREVISOL  
SECRETÁRIA EXECUTIVA

# Ibicaré

## PREFEITURA

### EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Publicação Nº 1769485

#### EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBICARÉ, ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com a legislação em vigor, torna público a quem interessar possa que, realizará neste dia 11 de outubro de 2018, às 14:00 horas, nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores, Audiência Pública, para tratar sobre a LOA (Lei Orçamentária Anual) para o exercício de 2019.

Ibicaré, 01 de outubro de 2018  
GIANFRANCO VOLPATO  
Prefeito

### EDITAL DE CREDENCIAMENTO 5/2018 CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA ESPECIALIZADA SESSÃO DE HIDROTERAPIA

Publicação Nº 1769558

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IBICARÉ  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2018  
EDITAL CREDENCIAMENTO Nº 5/2018

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBICARÉ (SC), representada neste ato pelo Secretário, EVANDRO VOLPATO, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ nº 11.408.074/0001-88 torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com o disposto no art. 25 da Lei 8.666/93, bem como, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, se encontra aberto o CREDENCIAMENTO DE CLÍNICAS ESPECIALIZADAS PARA A REALIZAÇÃO DE SESSÃO DE HIDROTERAPIA.

Poderão participar deste Credenciamento todas as Pessoas Jurídicas habilitadas à prestação dos serviços, objeto deste Edital, desde que:

- Não estejam impedidas de exercer a atividade.
- Não tenham sido declaradas inidôneas ou impedidas de contratar com o Município de Ibicaré.
- Atendam a todos os pressupostos da Legislação Municipal pertinente e as regras editalícias.

Os interessados devem solicitar o seu credenciamento no Setor de Compras e Licitações, na Rua Dom Pedro II, 133, centro, Ibicaré, SC, em dias úteis, no horário das 7h30min às 11h30min e das 13:30 às 17:30 horas, observando as condições e exigências mínimas para a prestação do serviço, as condições de pagamento e a tabela de preços que remunerará os serviços prestados, e demais requisitos fixados no presente regulamento.

A Secretaria Municipal de Saúde de Ibicaré credenciará todos os interessados que preencherem as condições e exigências mínimas do presente regulamento, sendo que inexistirá possibilidade de discussão entre as partes acerca das cláusulas contratuais.

Objeto: CREDENCIAMENTO de clínicas especializadas para a realização de sessão de Hidroterapia, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Ibicaré, SC.

OBTENÇÃO DO EDITAL: Edital completo no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal através do E-mail: [licitacao@ibicare.sc.gov.br](mailto:licitacao@ibicare.sc.gov.br), site: [www.ibicare.sc.gov.br](http://www.ibicare.sc.gov.br), FONE : 049-3538-0222.

Ibicaré – SC, 09 de outubro de 2018  
Evandro Volpato  
Gestor

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2018

Publicação Nº 1769884

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IBICARÉ

Extrato Ata de Registro de Preços nº 061/2018

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 08/2006, e alterações, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, originado do Processo de Licitação nº 53/2018, Pregão Presencial nº 36/2018.

OBJETO: Registro de preços para a aquisição eventual e futura de agasalhos para manutenção do departamento de esporte.

Valor global: 11.000,00 (Onze mil reais).

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE IBICARÉ/SC

FORNECEDOR: FS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE UNIFORMES LTDA - EPP

VIGÊNCIA: 26 de setembro de 2019.

Ibicaré, SC, em 27 de setembro de 2018  
Gianfranco Volpato  
Prefeito

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2018

Publicação Nº 1769917

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IBICARÉ

Extrato Ata de Registro de Preços nº 062/2018

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 08/2006, e alterações, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, originado do Processo de Licitação nº 55/2018, Pregão Presencial nº 38/2018.

OBJETO: Registro de preços para a contratação eventual e futura de serviços de conserto, incluindo a desmontagem e montagem de pneus, destinados à manutenção dos veículos da frota dos órgãos participantes.

Valor global: 70.500,00 (Setenta mil e quinhentos reais).

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE IBICARÉ/SC

FORNECEDOR: SIGMAR KRUMENAUER - MEI

VIGÊNCIA: 02 de outubro de 2019.

Ibicaré, SC, em 03 de outubro de 2018  
Gianfranco Volpato  
Prefeito

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 063/2018**

Publicação Nº 1769925

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IBICARÉ  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Extrato Ata de Registro de Preços nº 063/2018

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 08/2006, e alterações, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, originado do Processo de Licitação nº 55/2018, Pregão Presencial nº 38/2018.

OBJETO: Registro de preços para a contratação eventual e futura de serviços de conserto, incluindo a desmontagem e montagem de pneus, destinados à manutenção dos veículos da frota dos órgãos participantes.

Valor global: 2.700,00 (Dois mil e setecentos reais).

ÓRGÃO GERENCIADOR: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBICARÉ/SC

FORNECEDOR: SIGMAR KRUMENAUER - MEI

VIGÊNCIA: 02 de outubro de 2019.

Ibicaré, SC, em 03 de outubro de 2018

Evandro Volpato

Gestor

**EXTRATO CONTRATO Nº 086/2018**

Publicação Nº 1770062

MUNICÍPIO DE IBICARÉ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Extrato Contrato nº 086/2018

FUNDAMENTO LEGAL – Processo Licitatório nº 54/2018, Pregão Presencial nº 37/2018, fundamentado nas disposições da Lei nº 8666/93.

OBJETO: aquisição de 01 (Hum) Placar Eletrônico Poliesportivo, através do Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte, Proposta de Transferência SIGEF nº 20311/2018, Programa de Transferência 2018007202, bem como recursos próprios.

VALOR TOTAL: R\$ 9.900,00 (Nove mil e novecentos reais)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC.

CONTRATADA: TOTAL SPORTS LTDA - ME

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2018.

Ibicaré, SC, aos 03 de outubro de 2018.

Gianfranco Volpato

Prefeito

**EXTRATO CONTRATO Nº 087/2018**

Publicação Nº 1770063

MUNICÍPIO DE IBICARÉ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Extrato Contrato nº 087/2018

OBJETO: Realização de apresentação artística (matinê), pelo artista "MUSICAL BIA IVA", no Encontro Anual dos Grupos da Terceira Idade do Município de Ibicaré/SC, no dia 10 de novembro de 2018.

VALOR TOTAL: R\$ 1.200,00 (Hum mil e duzentos reais)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC.

CONTRATADA: IVAIR RATHJE

VIGÊNCIA: 19 de novembro de 2018.

Ibicaré, SC, aos 05 de outubro de 2018.

Gianfranco Volpato

Prefeito

# Ibirama

## PREFEITURA

**CONTRATO Nº : 105/2018 CONTRATANTE :  
MUNICIPIO DE IBIRAMA**

Publicação Nº 1769912

Contrato Nº : 105/2018  
Contratante : MUNICIPIO DE IBIRAMA  
Contratada : Lourival da Silva  
Licitação : Concorrência para Concessões 81/2018  
Objeto : CONCESSÃO / PERMISSÃO DE USO DAS INSTALAÇÕES DO GINÁISIO DE ESPORTES JOÃO MORETTI (BAR E LANCHONETE) DESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA  
Vigência : Início: 25/09/2018 Término: 31/12/2018  
Assinatura : 25/09/2018  
Valor R\$: 2.051,00 (Dois Mil e Cinquenta e Um Reais )

**CONTRATO Nº : 106/2018 CONTRATANTE :  
MUNICIPIO DE IBIRAMA**

Publicação Nº 1769915

Contrato Nº : 106/2018  
Contratante : MUNICIPIO DE IBIRAMA  
Contratada : ALEX LUIZ DA SILVA 048/13620965  
Licitação : Dispensa de Licitação 92/2018  
Objeto : Contratação de empresa especializada para a coordenação e operacionalização de seleção para Processo Seletivo.  
Vigência : Início: 03/10/2018 Término: 31/12/2018  
Assinatura : 03/10/2018  
Valor R\$: 9.350,00 (Nove Mil e Trezentos e Cinquenta Reais )  
Dotação : 214 - 07.001.2058.333903999000000.01010000  
Dotação : 216 - 07.001.2064.333903999000000.01010000

**CONTRATO Nº : 107/2018 CONTRATANTE :  
MUNICIPIO DE IBIRAMA**

Publicação Nº 1769916

Contrato Nº : 107/2018  
Contratante : MUNICIPIO DE IBIRAMA  
Contratada : ROM CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES EIRELI ME  
Licitação : Pregão Presencial 90/2018  
Objeto : SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE SISTEMAS, OPERADOS ATRAVÉS DE CARTÃO MAGNÉTICO COM FORNECIMENTO DOS CARTÕES PERSONALIZADOS, DESTINADOS ÀS FAMÍLIAS COM DIREITO A BENEFÍCIOS SOCIAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA.  
Vigência : Início: 08/10/2018 Término: 08/10/2019  
Assinatura : 08/10/2018  
Valor R\$: 173.999,99 (Cento e Setenta e Três Mil, Novecentos e Noventa e Nove Reais e Noventa e Nove Centavos )  
Dotação : 9 - 10.001.2055.333903999000000.01650001  
Dotação : 193 - 10.001.2055.333903999000000.01000000

**CONTRATO Nº : 108/2018 CONTRATANTE :  
MUNICIPIO DE IBIRAMA**

Publicação Nº 1769920

Contrato Nº : 108/2018  
Contratante : MUNICIPIO DE IBIRAMA  
Contratada : CELESC DISTRIBUICAO S.A  
Licitação : Dispensa de Licitação 94/2018  
Objeto : CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE IBIRAMA E A EMPRESA CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A, PARA CONTRATAÇÃO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO - CUSD NOS TERMOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 94/2018 - CEI FLO-RINDA ZEMKE DOS SANTOS.  
Vigência : Início: 09/10/2018 Término: 09/10/2019  
Assinatura : 09/10/2018  
Valor R\$: 51.600,00  
Dotação : 214 - 07.001.2058.333903943000000.01010000

**CONTRATO Nº : 109/2018 CONTRATANTE :  
MUNICIPIO DE IBIRAMA**

Publicação Nº 1769943

Contrato Nº : 109/2018  
Contratante : MUNICIPIO DE IBIRAMA  
Contratada : CELESC DISTRIBUICAO S.A  
Licitação : Dispensa de Licitação 94/2018  
Objeto : CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE IBIRAMA E A EMPRESA CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A, PARA CONTRATAÇÃO DE COMPRA DE ENERGIA REGULADA, NOS TERMOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 94/2018 - CEI FLORINDA ZEMKE DOS SANTOS.  
Vigência : Início: 09/10/2018 Término: 09/10/2019  
Assinatura : 09/10/2018  
Valor R\$: 51.600,00  
Dotação : 214 - 07.001.2058.333903943000000.01010000

**CONTRATO Nº : 110/2018 CONTRATANTE :  
MUNICIPIO DE IBIRAMA**

Publicação Nº 1769944

Contrato Nº : 110/2018  
Contratante : MUNICIPIO DE IBIRAMA  
Contratada : CELESC DISTRIBUICAO S.A  
Licitação : Dispensa de Licitação 94/2018  
Objeto : CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE IBIRAMA E A EMPRESA CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A, PARA CONTRATAÇÃO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO - CUSD NOS TERMOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 94/2018 - CEI SI-GLOF RADLOFF - CENTRO  
Vigência : Início: 09/10/2018 Término: 09/10/2019  
Assinatura : 09/10/2018  
Valor R\$: 42.000,00  
Dotação : 214 - 07.001.2058.333903943000000.01010000



**CONTRATO Nº : 111/2018 CONTRATANTE :  
MUNICÍPIO DE IBIRAMA**

Publicação Nº 1769945

Contrato Nº : 111/2018

Contratante : MUNICÍPIO DE IBIRAMA

Contratada : CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A

Licitação : Dispensa de Licitação 94/2018

Objeto : CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE IBIRAMA E A EMPRESA CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A, PARA CONTRATAÇÃO DE COMPRA DE ENERGIA REGULADA, NOS TERMOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 94/2018 - CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL SIGOLF RADLOFF

Vigência : Início: 09/10/2018 Término: 09/10/2019

Assinatura : 09/10/2018

Valor R\$: 42.000,00

Dotação : 214 - 07.001.2058.333903943000000.01010000

**DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 94/2018**

Publicação Nº 1769911

MUNICÍPIO DE IBIRAMA

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 94/2018

Fundamentação Legal: Inciso XXII - ART. 24 da Lei 8.666/93 e alterações. Objeto: contratação de concessionária de serviço público, para prestar de forma contínua, serviços de fornecimento de energia elétrica para manutenção das atividades de unidades consumidoras municipais. Contratada: CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A - CNPJ nº 08.336.783/0001-90. Endereço Avenida Itamarati, nº 160, Bloco A1, B1 e B2, Bairro Itacorubi município de Florianópolis/SC, Valor Estimado anual : R\$ 93.600,00

Ibirama, 09 de outubro de 2018.

Adriano Poffo - Prefeito Municipal

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº  
104/2017**

Publicação Nº 1769606

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 104/2017

Contratante: Município de Ibirama

Contratada: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA

Objeto: Prestação continuada de serviços de tecnologia da informação e comunicação.

Vigência: 01/01/2019 à 31/12/2019

Assinatura: 10 de outubro de 2018

Valor: R\$ 11.151,00 (onze mil cento e cinquenta e um reais).

ADRIANO POFFO GILSONI LUNARDI ALBINO

Prefeito do Município de Ibirama Diretor Executivo do CIGA

# Ilhota

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO DO PRG 078 - 2018 MUL - REGISTRO DE PREÇO - OXIGÊNIO E ACETILENO

Publicação Nº 1769809

PROCESSO Nº. 413/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 078/2018 – MUL

REGISTRO DE PREÇO

Prefeitura Municipal de Ilhota

SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO - TOTAL POR ITEM
OBJETO	REGISTRO DE PREÇO REFERENTE À AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL PARA AS UNIDADES DE SAÚDE MUNICIPAL E ACETILENO PARA USO DAS DEMAIS SECRETARIAS, conforme anexo I do edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 25/10/2018 às 09:00 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 25/10/2018 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 7.892/2013 e subsidiariamente as Leis Complementares Nº. 123/2006 e Nº. 147/2014 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

#### MAIORES INFORMAÇÕES:

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site [www.ilhota.sc.gov.br](http://www.ilhota.sc.gov.br) e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: [licitacao3@ilhota.sc.gov.br](mailto:licitacao3@ilhota.sc.gov.br) - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 826.

Horário de Expediente da Prefeitura: Das 07h às 13h

JOEL JOSÉ SOARES

PREFEITO MUNICIPAL-EM EXERCÍCIO

Ilhota, 09 de Outubro de 2018.

### DECRETO Nº 299/2018

Publicação Nº 1769752

DECRETO Nº 299, de 3 de outubro de 2018.

REGULAMENTA O LICENCIAMENTO E FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, DE INTERESSE DA SAÚDE E DE APOIO DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ILHOTA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 26 da Lei Municipal nº 767/1997, DECRETA:

Art. 1º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - Alvará sanitário: documento expedido pela Autoridade de Saúde, válido por doze meses, que aprova o desenvolvimento de atividades de assistência à saúde, de interesse da saúde e de Apoio Diagnóstico e Terapêutico, sob o enfoque sanitário;

II - Risco sanitário: possibilidade que os produtos e serviços têm de causar efeitos prejudiciais à saúde das pessoas e das coletividades. Constitui-se nos perigos que podem ameaçar a saúde pública, decorrentes de atividades laborais, produção, circulação, consumo ou utilização de produtos ou de um determinado serviço, sujeitos à fiscalização sanitária;

III - Roteiro de auto inspeção: Instrumento de avaliação de condições físicas, higiênico-sanitárias, qualidade dos produtos, boas práticas de manipulação de produtos e dos serviços desenvolvidos pelos estabelecimentos regulados, a ser preenchido e assinado pelo responsável legal ou responsável técnico do estabelecimento, no momento da solicitação de primeira concessão ou de concessões subsequentes de Alvará Sanitário;

IV - Inspeção sanitária presencial: vistoria realizada por autoridade de saúde em efetivo exercício de sua função, no local onde é desenvolvida a atividade a ser licenciada; e

V - Inspeção sanitária documental: análise de documentos necessários ao licenciamento da atividade desenvolvida, incluindo o Roteiro de Auto Inspeção, realizada por autoridade de saúde em efetivo exercício de sua função.

Art. 2º Fica instituída a Classificação de Risco Sanitário de Graus I, II, III e IV a ser aplicada nas atividades e serviços de assistência à saúde, de interesse da saúde e de Apoio Diagnóstico e Terapêutico no Município de Florianópolis:

I - Risco sanitário grau I: atividades classificadas como de baixo risco sanitário;

II - Risco sanitário grau II: atividades classificadas como de médio risco sanitário;

III - Risco sanitário grau III: atividades classificadas como de alto risco sanitário;

IV - Risco sanitário grau IV: atividades classificadas como de altíssimo risco sanitário.

Parágrafo Único - A classificação das atividades, de acordo com o risco, será publicada em portaria do Secretário Municipal de Saúde.

Art. 3º Toda pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, para desenvolver alguma das atividades de assistência à saúde, de interesse da saúde e de Apoio Diagnóstico e Terapêutico, classificadas como Risco Sanitário Grau I, II, III ou IV, deverá possuir Alvará Sanitário.

§ 1º A concessão do primeiro Alvará Sanitário para desenvolvimento de uma atividade será realizada, obrigatoriamente, após o preenchimento do Roteiro de Auto inspeção, seguido de inspeção sanitária documental e presencial, constatada a adequação sanitária da atividade desenvolvida.

§ 1º A concessão do primeiro Alvará Sanitário para desenvolvimento de uma atividade será realizada, obrigatoriamente, após o preenchimento

do Roteiro de Auto Inspeção, seguido de inspeção sanitária documental e presencial nos estabelecimentos classificados como de risco sanitário graus II, III e IV, constatada a adequação sanitária da atividade desenvolvida. No caso dos estabelecimentos classificados como de risco sanitário grau I, os Alvarás Sanitários serão concedidos mediante preenchimento e encaminhamento do Roteiro de Auto Inspeção, seguido da inspeção sanitária documental, estando esse tipo de estabelecimento sujeito a inspeções sanitárias presenciais feitas por amostragem, a critério da autoridade de saúde.

§ 2º As concessões subsequentes de Alvará Sanitário serão efetuadas, constatada a adequação sanitária, mediante os seguintes critérios:

I - Nos estabelecimentos que desenvolvem atividades classificadas como de Risco Sanitário Grau I: avaliação do Roteiro de Auto Inspeção e demais documentos comprobatórios da regularidade sanitária da atividade, por meio de inspeção sanitária documental, por até três vezes após a última inspeção presencial;

II - Nos estabelecimentos que desenvolvem atividades classificadas como de Risco Sanitário Grau I: avaliação do Roteiro de Auto Inspeção e demais documentos comprobatórios da regularidade sanitária da atividade, por meio de inspeção sanitária documental, ficando esses estabelecimentos sujeitos a inspeções sanitárias presenciais por amostragem e a qualquer momento, a critério da autoridade de saúde.

III - Nos estabelecimentos que desenvolvem atividades classificadas como de Risco Sanitário Grau II: avaliação do Roteiro de Auto Inspeção e demais documentos comprobatórios da regularidade sanitária da atividade, por meio de inspeção sanitária documental, por até duas vezes após a última inspeção presencial;

IV - nos estabelecimentos que desenvolvem atividades classificadas como de Risco Sanitário Grau III: avaliação do Roteiro de Auto Inspeção e demais documentos comprobatórios da regularidade sanitária da atividade, por meio de inspeção sanitária documental, por até uma vez após a última inspeção presencial; e

V - Nos estabelecimentos que desenvolvem atividades classificadas como de Risco Sanitário Grau IV: avaliação do Roteiro de Auto Inspeção e demais documentos comprobatórios da regularidade sanitária da atividade, por meio de inspeção sanitária documental seguida de presencial. Estes estabelecimentos deverão, ainda, ser submetidos à inspeção documental seis meses após a concessão do alvará vigente.

Art. 4º As pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que desenvolvem alguma das atividades de assistência à saúde, de interesse da saúde e de Apoio Diagnóstico e Terapêutico, classificadas como Risco Sanitário Grau I II, III ou IV, ficam sujeitas à inspeção sanitária presencial, sem aviso prévio, a qualquer tempo, sempre que a Autoridade de Saúde entender pertinente, nos termos do art. 26 da Lei nº 767, de 1997.

Art. 5º Os documentos necessários para a concessão de Alvará Sanitário serão regulamentados por portaria do Secretário Municipal de Saúde.

Art. 6º Os estabelecimentos estarão sujeitos às penalidades previstas na Lei Complementar nº 767/1997, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação Estadual e Federal vigentes, quando constatado o preenchimento do Roteiro de Auto Inspeção com informações não condizentes com a realidade verificada pela autoridade de saúde nas inspeções sanitárias presenciais efetuadas.

Parágrafo Único - A constatação de infração sanitária pela autoridade de saúde, apontada falsamente como "em conformidade" no Roteiro de Auto Inspeção apresentado no processo, caracteriza a circunstância agravante constante no art. 29, II, da Lei nº 767/1997, salvo prova em contrário.

Art. 7º Após 3 (três) inspeções sanitárias presenciais para instrução do processo, sem que tenham sido cumpridas as exigências sanitárias, o processo poderá ser indeferido, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, e arquivado, não cabendo pedido de desarquivamento para sua continuidade.

Art. 8º As situações não contempladas neste Decreto serão discutidas pela Comissão Técnico-Normativa da Vigilância em Saúde e solucionadas pela Autoridade de Saúde dentro dos ditames legais.

Art. 9º Os processos já em tramitação junto à Vigilância em Saúde não estarão sujeitos ao disposto neste Decreto.

Art. 10 O Roteiro de Auto Inspeção Sanitária, constante do anexo único, faz parte integrante deste Decreto.

Art. 11 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 3 de outubro de 2018.

ERICO DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

ANTÔNIO SCHMITZ  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA  
Secretaria de Saúde de Ilhota Departamento de Vigilância Sanitária  
ROTEIRO DE AUTO-INSPEÇÃO SANITÁRIA

Processo nº / \_\_\_\_\_ .

Razão Social:				
Nome Fantasia:				
CNPJ:				
Nº total de colaboradores no estabelecimento:		Nº de homens:		Nº de mulheres:
ÁREA FÍSICA	Sim	Não	Não se aplica	Enquadramento Legal

Espaço suficiente e condições de conforto para desenvolver as atividades				Portaria n. 3.214/78, NR 8, NR 10, NR 17, NR 24, NBR 9077 e NBR 9050
Local com Iluminação Suficiente				
Local com Ventilação Natural e Climatizado				
Pisos, Teto, Paredes ou divisórias em perfeito estado de conservação				
Instalação elétrica com disjuntores/tomadas protegidas e sem partes vivas expostas				
Local próprio para a guarda dos produtos e materiais de limpeza				
Possui armário exclusivo para guarda dos pertences dos funcionários				
O estabelecimento possui uma copa, em área totalmente isolada das demais áreas, com ponto de água e em boas condições de limpeza e higiene (refrigeração e aquecimento de alimentos)				
Instalações sanitárias atende quanto: higiene/limpeza gênero e quantidade de usuários				
Estrutura de trabalho ergonômica e confortável				
As escadas possuem corrimão para apoio				
O espaço físico oferece algum risco adicional à saúde do trabalhador. Quais:				
Prateleiras, equipamentos, móveis e utensílios: condições gerais de conservação e higiene				
Ambiente livre de materiais estranhos ou em desuso				

ABASTECIMENTO DE ÁGUA	Sim	Não	Não se aplica	Enquadramento Legal
Possui reservatório - Cisterna ( ) Caixa d'água ( )				Decreto Estadual nº 24.981/85
Sistema público de abastecimento				
Ponteira/Poço com Tratamento				

SISTEMA DE ESGOTO	Sim	Não	Não se aplica	Enquadramento Legal
Fossa, filtro e sumidouro/clorador				NBR 7229 e 13969, Lei Federal nº
Ligado à rede pública de coleta				

				11.445/2007
--	--	--	--	-------------

ACONDICIONAMENTO E DESTINO DO LIXO	Sim	Não	Não se aplica	Enquadramento Legal
Local para o acondicionamento do lixo junto ao alinhamento frontal, não obstruindo o passeio público.				Lei Federal nº 12.305/10
Resíduos sólidos acondicionados em embalagens plásticas devidamente fechadas em local limpo e com frequente manutenção.				
O tempo de permanência dos contentores nos logradouros públicos deverá ser próximo do horário de coleta.				
Utilização dos serviços de coleta do município.				

DOCUMENTOS					Sim	Não	Não se aplica	Enquadramento Legal
Possui Programa de Ocupacional (PCMSO)	Controle	Médico	de	Saúde				NR 7
Possui Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA)								NR 9
Registro de limpeza da caixa de água a cada 6 meses								Decreto Estadual nº 24.980/1985, art. 34
Registro de limpeza do sistema de climatização ou PMOC, quando acima de 60.000 BTUs								Portaria 3.523/98
Alvará do Corpo dos Bombeiros								Decreto Estadual nº 4.909/94 e NSCI/94

Habite-se Sanitário				Lei Estadual nº 6.320/1983, art. 25 e Decreto Estadual nº 24.980, art. 68
Certificados de desinsetização e desratização (executado por empresa com Alvará Sanitário). Guardar/Apresentar cópia do Alvará Sanitário juntamente com o certificado.				Art. 48, 49; RDC nº 52/09, Art. 6º, 20.
Carteira de Saúde para manipulação de alimentos no local				Decreto Estadual n. 31.455/83 art. 79

## Observações:

1. A Autoridade de Saúde, no exercício de suas atribuições, poderá exigir além dos itens relacionados neste

roteiro, outros que se fizerem necessários para garantia da Saúde Pública, bem respeitada à legislação específica de cada tipo de estabelecimento.

como outros documentos,

2. Este roteiro poderá ser revisto, sempre que necessário, de acordo com as determinações da Autoridade de Saúde.

3. O preenchimento deste documento deve ser realizado de forma eletrônica, não sendo aceito o preenchimento manual.

Assinatura do responsável ou representante legal da empresa:

Observações (preenchimento pelo estabelecimento se necessário):


DECLARO QUE OS DADOS ACIMA DESCRITOS CONDIZEM COM A VERDADE.

DECLARO, ainda, ter conhecimento de que:

- a) caso seja comprovada falsidade ou inexatidão de qualquer declaração ou de qualquer documento ou se restar evidenciada a inobservância de quaisquer preceitos legais ou regulamentares à concessão, será cassada a licença sanitária simplificada;
- b) havendo constatação de qualquer discrepância entre o informado pelo requerente e a realidade existente no estabelecimento, o infrator estará sujeito às penalidades e sanções previstas na legislação vigente, observada a gravidade do caso;
- c) os estabelecimentos poderão ser fiscalizados a qualquer tempo, por meio de vistorias e de solicitação de documentos, a fim de se verificar a manutenção das condições que possibilitam o licenciamento, a veracidade das informações prestadas no decorrer do procedimento de licenciamento e o cumprimento das obrigações tributárias.

Data de preenchimento: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

Dados do responsável pelo preenchimento:

Nome completo: CPF:

( ) Proprietário ( ) Sócio

( ) Representante legal com procuração (anexar documento) com firma reconhecida em cartório

Assinatura

Assinatura do Responsável pelo preenchimento:

**CÂMARA MUNICIPAL****CONCURSO 01 - GABARITO DEFINITIVO**

Publicação Nº 1769872

**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018**

JONATAS DE OLIVEIRA JACÓ, PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ILHOTA, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno da Câmara de Vereadores, TORNA PÚBLICO O GABARITO DEFINITIVO do Edital de Concurso Público 001/2018, conforme segue:

**GABARITO DEFINITIVO**

CONTADOR									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
B	C	C	A	D	B	A	D	D	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	B	C	A	D	B	D	C	D	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	D	C	B	D	B	C	A	B	D
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	C	A	C	C	D	B	A	C	B
SERVENTE									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	D	X	C	C	A	B	D	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	B	D	C	A	B	D	C	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	B	D	D	D	A	C	D	C	B

X = QUESTÃO CANCELADA

ILHOTA, 09 de outubro de 2018.  
JONATAS DE OLIVEIRA JACÓ  
Presidente

**CONCURSO 01 - NOTA DA PROVA OBJETIVA E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA**

Publicação Nº 1769869

**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018**

JONATAS DE OLIVEIRA JACÓ, PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ILHOTA, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno da Câmara de Vereadores, TORNA PÚBLICO AS NOTAS DA PROVA OBJETIVA E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA do Edital de Concurso Público 001/2018, conforme segue:

**NOTA DA PROVA OBJETIVA E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA**

CONTADOR													
Inscrição	Candidato	LP	CG	MAT	INF	ESP	LEG	PO	NF	Situação.	Class.	Dta. Nasc.	
108	ROSANGELA DE SOUZA HACK	1,00	0,60	0,80	0,60	3,90	0,90	7,80	7,80	APROVADO(A)	1º	03/07/1970	
89	MARIO JORGE BANDEIRA DE CARVALHO	0,80	0,60	1,00	0,60	3,30	0,90	7,20	7,20	APROVADO(A)	2º	27/11/1986	
19	OTAVIO AUGUSTO MARIANO MENEGUELA	0,80	0,80	0,80	0,60	3,30	0,90	7,20	7,20	APROVADO(A)	3º	28/03/1975	
117	MATHEUS DE LIMA LEITE	0,20	0,80	1,00	0,40	3,30	0,90	6,60	6,60	APROVADO(A)	4º	02/09/1988	
109	KATIANE RANGHETTI	0,40	0,80	1,00	0,40	3,00	0,90	6,50	6,50	APROVADO(A)	5º	19/02/1995	
88	JULIANA MÜLLER SILVEIRA	0,80	0,40	1,00	0,40	2,40	1,20	6,20	6,20	APROVADO(A)	6º	18/10/1989	
107	ANDRESSA SOERGER	0,40	0,40	0,60	0,80	2,70	1,20	6,10	6,10	APROVADO(A)	7º	14/04/1992	
4	RICHARD CLAUDIO JULIANI	0,80	0,40	1,00	0,60	2,40	0,90	6,10	6,10	APROVADO(A)	8º	19/01/1985	
92	WAGNER YUKIO SERIKYAKU	0,60	0,60	1,00	0,40	2,70	0,30	5,60	5,60	APROVADO(A)	9º	01/03/1976	

21	MARCIO ALEXANDRE DOS SANTOS	0,60	0,80	0,80	0,40	2,40	0,60	5,60	5,60	APROVADO(A)	10º	29/12/1976
99	CRISTIANE ALEXANDRE	0,40	0,60	0,20	0,40	3,30	0,60	5,50	5,50	APROVADO(A)	11º	08/01/1978
73	MAYCON FERNANDO BASTOS	0,60	0,60	1,00	0,60	2,70	0,00	5,50	5,50	APROVADO(A)	12º	30/11/1993
65	TAINARA OSAIDA	1,00	0,60	0,80	0,40	2,10	0,00	4,90	4,90	REPROVADO(A)	--	05/09/1989
32	FRANCIELDO AFONSO DA SILVA	0,60	0,40	0,60	0,80	2,10	0,30	4,80	4,80	REPROVADO(A)	--	11/06/1979
100	BRUNO MURILO BERLIN	0,20	0,80	1,00	0,40	1,80	0,30	4,50	4,50	REPROVADO(A)	--	20/01/1993
47	ROBERTO CARLOS DA CUNHA	0,80	0,40	0,40	0,40	1,80	0,30	4,10	4,10	REPROVADO(A)	--	14/12/1979
93	ANTONIO SALESIO COSTA	0,60	0,40	0,80	0,20	1,50	0,60	4,10	4,10	REPROVADO(A)	--	14/07/1965
24	SIDNEI MILANI	0,40	0,40	0,40	0,40	0,90	0,30	2,80	2,80	REPROVADO(A)	--	11/04/1979
64	SIRLENE WOLF DOS SANTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	10/06/1979
10	GILMAR SEBASTIAO VIEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	07/11/1982
63	JOHNNY REINBOLD REICHARDT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	27/02/1988
57	MAYARA SILVA DE SOUZA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	12/01/1991
98	CRISTIANE RODRIGUES ARRUDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	07/03/1992
95	JOSÉ LUIZ PEREIRA NETO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	08/03/1995

## SERVENTE

Inscri- ção	Candidato	LP	MAT	CG	LEG			PO	NF	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
72	LOANA KEITELIN MOREIRA DA SILVA PEREIRA	4,00	3,00	1,20	1,50			9,70	9,70	APROVADO(A)	1º	18/01/1993
54	MARCIO JUNIOR DA SILVA	2,40	3,00	1,20	1,50			8,10	8,10	APROVADO(A)	2º	27/10/1979
56	VALDECI FERNANDES	2,80	3,00	0,90	1,20			7,90	7,90	APROVADO(A)	3º	09/12/1976
85	RULIANA CAROLINA JARNO	3,20	3,00	0,90	0,60			7,70	7,70	APROVADO(A)	4º	03/02/1997
38	MARI ALICE DE OLIVEIRA SANTOS	2,80	3,00	0,90	0,90			7,60	7,60	APROVADO(A)	5º	18/10/1965
43	ROSIVALDO DE ANDRADE COSTA	2,80	2,40	0,90	1,20			7,30	7,30	APROVADO(A)	6º	13/06/1992
110	OSNI JOSE DAROS	1,60	2,40	1,20	0,60			5,80	5,80	APROVADO(A)	7º	01/10/1964
48	ELIANE LAGUNA	1,60	3,00	0,90	0,30			5,80	5,80	APROVADO(A)	8º	22/10/1981
22	GEORGE DE LIMA FERREIRA	2,40	2,70	0,00	0,60			5,70	5,70	APROVADO(A)	9º	23/08/1991
74	WAGNER ALEXANDRE BRASIL PINTO	1,20	3,00	0,60	0,90			5,70	5,70	APROVADO(A)	10º	27/07/1980
26	MARLI TREGLIA GIL	2,00	2,10	0,60	0,90			5,60	5,60	APROVADO(A)	11º	07/08/1959
52	CHRISTIAN MAXIMO GOMES	1,60	2,10	0,90	0,30			4,90	4,90	REPROVADO(A)	--	04/04/1988
53	NINO AMEDEU DA FONSECA	1,20	1,80	0,90	0,90			4,80	4,80	REPROVADO(A)	--	06/01/1966
103	VICTOR CHESTER BRASIL PINTO	2,00	1,50	0,30	0,90			4,70	4,70	REPROVADO(A)	--	11/07/1982
35	FRANCIELLY RIBEIRO DE ALMEIDA	1,60	1,50	0,90	0,60			4,60	4,60	REPROVADO(A)	--	30/06/1993
113	ANA CAROLINI MONDINI	1,60	2,40	0,30	0,30			4,60	4,60	REPROVADO(A)	--	31/10/1993
116	SABRINADA SILVA GONCALVES TIZON	1,60	1,50	0,60	0,30			4,00	4,00	REPROVADO(A)	--	10/09/1991
118	JUAREZ ZUBEK DA SILVA	2,00	0,60	0,60	0,30			3,50	3,50	REPROVADO(A)	--	23/04/1980
114	ROSELI MIRANDA BARBOSA	2,00	1,20	0,30	0,00			3,50	3,50	REPROVADO(A)	--	30/09/1970
61	AMAURI GONÇALVES	1,20	0,90	0,60	0,60			3,30	3,30	REPROVADO(A)	--	06/01/1964
9	ALEXANDRE DAMIÃO COSTA	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	AUSENTE	--	26/09/1975
101	IGOR GONÇALVES MEDVEDOVSKY	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	AUSENTE	--	11/07/1978
41	CIRO SOARES SÁ	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	AUSENTE	--	22/10/1981
122	HELICIO JULIO MATIAS JUNIOR	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	AUSENTE	--	16/03/1985
90	ANDERSON RAFAEL LOPES RODRIGUES	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	AUSENTE	--	07/01/1990

Entenda-se:

LP = Língua Portuguesa

MAT = Matemática

CG = Conhecimentos Gerais

INF = Informática

ESP = Conhecimentos Específicos

LEG = Legislação

PO = Nota da Prova Objetiva

NF = Nota Final



ILHOTA, 09 de outubro de 2018.  
JONATAS DE OLIVEIRA JACÓ  
Presidente

## CONCURSO 01 - RECURSO QUESTÕES

Publicação Nº 1769866

### EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018

JONATAS DE OLIVEIRA JACÓ, PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ILHOTA, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno da Câmara de Vereadores, TORNA PÚBLICO o JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA DISCORDÂNCIA DE GABARITO E QUESTÕES do Edital de Concurso Público 001/2018, conforme segue:

#### JULGAMENTO DOS RECURSOS

##### RECURSO 001

Requerem os candidatos a anulação da questão 03 para o cargo de servente.

DESPACHO/JUSTIFICATIVA: INDEFERIDO. Recurso não assiste aos recorrentes, pois no período apresentado na questão temos a presença de cinco substantivos, como podemos observar:

“Vereadores, serventes e secretários foram homenageados na sessão.”

Sendo assim podemos identificar os substantivos presentes no período em: Vereadores, Serventes, Secretários, Homenageados e Sessão. Podendo ser consultado em um Dicionário da Língua Portuguesa.

##### RECURSO 002

Requerem os candidatos a anulação da questão 04 para o cargo de servente.

DESPACHO/JUSTIFICATIVA: DEFERIDO. Recurso assiste aos recorrentes, pois a forma “matado” também é encontrada no pretérito, por se tratar de participio irregular, anular a questão.

##### RECURSO 003

Requerem os candidatos a anulação da questão 05 para o cargo de servente.

DESPACHO/JUSTIFICATIVA: INDEFERIDO. Recurso não assiste aos recorrentes, pois o enunciado que necessitava ser completado se refere à acentuação, não cabendo assim outra interpretação, bem como a explicação se refere a um tipo de acentuação, que deve ser identificada como “Gráfico”, senão vejamos:

“O \_\_\_\_\_ marca a sílaba tônica na escrita e é utilizado de acordo com regras de acentuação.”

##### RECURSO 004

Requerem os candidatos a anulação da questão 06 para o cargo de contador.

DESPACHO/JUSTIFICATIVA: INDEFERIDO. Recurso não assiste aos recorrentes, pois o enunciado é claro, se refere as “eleições de 2018” sendo assim o número de vagas para o senado, nas eleições mencionadas no enunciado, será de 54.

##### RECURSO 005

Requerem os candidatos a anulação da questão 16 para o cargo de contador.

DESPACHO/JUSTIFICATIVA: INDEFERIDO. Recurso não assiste aos recorrentes, pois o enunciado é a forma correta para habilitar a função “equação”, a função está disponível dentro do Microsoft Word, além disto o recurso não possui referência bibliográfica para verificar a informação manifestada no recurso.

##### RECURSO 006

Requerem os candidatos a anulação da questão 20 para o cargo de contador.

DESPACHO/JUSTIFICATIVA: INDEFERIDO. Recurso não assiste aos recorrentes, um atalho que podemos utilizar para selecionar toda a barra de “endereço” é a tecla F6, já o atalho Ctrl + A seleciona todo o texto da página que está acessada.

##### RECURSO 007

Requerem os candidatos a anulação da questão 23 para o cargo de contador.

DESPACHO/JUSTIFICATIVA: INDEFERIDO. Recurso não assiste aos recorrentes, conforme mencionado nos recursos cadastrados pelos candidatos é possível observar:

c) Valor presente. Os ativos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de entrada líquida de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações da Entidade. Os passivos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de saída líquida de caixa que se espera seja necessário para liquidar o passivo no curso normal das operações da Entidade;

Sendo assim, o texto foi retirado da RESOLUÇÃO CFC Nº 750 DE 29 DE DEZEMBRO DE 1993, alterada Resolução CFC nº 1.282/2010, agora vejamos a alternativa da referida questão que está em desacordo com o apresentado:

c) Valor presente. Os passivos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de entrada líquida de caixa que se espera seja

gerado pelo item no curso normal das operações da Entidade. Os passivos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de saída líquida de caixa que se espera seja necessário para liquidar o passivo no curso normal das operações da Entidade;

Sendo assim, podemos observar que a alternativa que deveria ser assinalada como "exceção" é a alternativa "C" pois o mesmo se referia ao "passivo" e não ao "ativo" conforme a referida resolução.

#### RECURSO 008

Requerem os candidatos a anulação da questão 37 para o cargo de contador.

DESPACHO/JUSTIFICATIVA: INDEFERIDO. Recurso não assiste aos recorrentes, pois a questão apresenta-se correta, como podemos observar no referido artigo mencionado na questão:

Art. 90. O Vereador poderá falar:

I - por cinco minutos, sem apartes:

- a) para retificar ou impugnar Ata;
- b) se autor da proposição ou líder da bancada, para encaminhar a votação;
- c) para declaração de voto;
- d) para explicação pessoal.

II - por dez minutos, sem apartes, para formular questão de ordem, ou pela ordem;

III - por dez minutos, com apartes, para discutir requerimento e para discutir a redação final dos projetos;

IV - por três minutos, com apartes:

- a) para tratar de assunto de sua livre escolha durante o Grande Expediente;
- b) para discutir projetos, prorrogável o tempo por igual prazo.

V - por três minutos, com apartes:

- a) para discutir requerimento de sua autoria;
- b) para discutir matéria não prevista neste Regimento.

Observamos agora as alternativas apresentadas na referida questão em análise:

37) De acordo com o art. 90 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Ilhota, em relação ao uso da palavra, o Vereador poderá falar, EXCETO:

- a) Por cinco minutos, sem apartes;
- b) Por quinze minutos, sem apartes, para apresentar projetos;
- c) Por dez minutos, com apartes, para discutir requerimento e para discutir a redação final dos projetos;
- d) Por três minutos, com apartes.

Desta forma é possível verificar que a única alternativa que não está de acordo com o referido artigo é a alternativa "B"

ILHOTA, 09 de outubro de 2018.

JONATAS DE OLIVEIRA JACÓ

Presidente

# Imarui

## PREFEITURA

### 384 - THAYSE EDUARDA BERNARDO - EXONERAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Publicação Nº 1769676

PORTARIA GP Nº 384/2018, DE 06 DE SETEMBRO DE 2018.

Exoneração de Professor de Educação Infantil  
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

THAYSE EDUARDA BERNARDO do cargo de Professor de Educação Infantil, carga horária de 20 horas semanais, de acordo com a CI nº 156/2018 da Secretaria de Educação.

Imaruí, 06 de setembro de 2018.  
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA  
Secretário de Planejamento e Gestão

### 385 - LUCIANO RAYMUNDO HUBER - NOMEACAO DE MEDICO SAUDE DA FAMILIA - ESF

Publicação Nº 1769678

PORTARIA GP Nº 385/2018 DE 06 DE SETEMBRO DE 2018.  
Nomeação para o cargo de Médico Saúde da Família - ESF

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, e de acordo com a Lei nº 2.038/2018, resolve:

**NOMEAR:**

LUCIANO RAYMUNDO HUBER com CPF 426.067.720-91, para o cargo de Médico Saúde da Família – ESF, de acordo com a CI 198/2018 da Secretaria de Saúde.

Imaruí, 06 de setembro de 2018.  
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM

VANDERLEI CUNHA  
Secretário de Planejamento e Gestão

### 386 - SANDRA MACHADO FAUST- APOSENTADORIA CONCEDIDA PELO INSS

Publicação Nº 1769679

PORTARIA GP Nº 386/2018, DE 10 DE SETEMBRO DE 2018.

Exoneração de Funcionário Público Municipal  
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

SANDRA MACHADO FAUST do cargo de Técnico Administrativo II, decorrente de aposentadoria concedida pelo INSS.

Imaruí, 10 de setembro de 2018.  
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA  
Secretário de Planejamento e Gestão

### 387 - JUACEMA GOMES DOS SANTOS MELLO - EXONERAÇÃO MEDICO SAUDE DA FAMILIA - ESF

Publicação Nº 1769680

PORTARIA GP Nº 387/2018, DE 10 DE SETEMBRO DE 2018.  
Exoneração de Médico Saúde da Família -ESF

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve, a pedido:

**EXONERAR:**

JUACEMA GOMES DOS SANTOS MELLO do cargo de Médico Saúde da Família – ESF.

Imaruí, 10 de setembro de 2018.  
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA  
Secretário de Planejamento e Gestão

### 388 - EDIMARA MARCELINO MACHADO - EXONERAÇÃO DE PROFESSOR ANOS INICIAIS

Publicação Nº 1769681

PORTARIA GP Nº 388/2018, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018.  
Exoneração de Professor Anos Iniciais

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve, a pedido:

**EXONERAR:**

EDIMARA MARCELINO MACHADO do cargo de Professor Anos Iniciais.

Imaruí, 11 de setembro de 2018.  
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA  
Secretário de Planejamento e Gestão

**389 - RICARDO SILVA LEAL - EXONERAÇÃO MEDICO CLINICO GERAL**

Publicação Nº 1769687

PORTARIA GP Nº 389/2018, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018.

Exoneração de Médico Clínico Geral

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve, a pedido:

EXONERAR:

RICARDO SILVA LEAL do cargo de Médico Clínico Geral.

Imaruí, 11 de setembro de 2018.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA

Secretário de Planejamento e Gestão

**390 - JANAINA DA ROSA FERNANDES - EXONERAÇÃO AGENTE EDUCADOR**

Publicação Nº 1769690

PORTARIA GP Nº 390/2018, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018.

Exoneração de Agente Educador

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve, a pedido:

EXONERAR:

JANAINA DA ROSA FERNANDES do cargo de Agente Educador.

Imaruí, 11 de setembro de 2018.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA

Secretário de Planejamento e Gestão

**391 - LUCIENE AMARO CARDOSO ALVES - RETIRA GRATIFICAÇÃO**

Publicação Nº 1769693

PORTARIA GP Nº 391/2018 DE 11 DE SETEMBRO DE 2018.

Retira Gratificação de Apoio Pedagógico

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições legais, resolve:

RETIRAR:

A gratificação de apoio pedagógico e reduzir de 40h para 20h a carga o horário de LUCIENE AMARO CARDOSO ALVES, de acordo com a CI nº 156/2018 da Secretaria de Educação, a partir do dia 03 de setembro de 2018.,

Imaruí, 11 de setembro de 2018.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM

VANDERLEI CUNHA

Secretário de Planejamento e Gestão

**392 - DANIELY FAUST FLORIANO - EXONERAÇÃO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

Publicação Nº 1769708

PORTARIA GP Nº 392/2018, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018.

Exoneração de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

DANIELY FAUST FLORIANO do cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horaria de 10h semanais, de acordo com a CI nº 156/2018 da Secretaria de Educação.

Imaruí, 11 de setembro de 2018.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA

Secretário de Planejamento e Gestão

**393 - RICARDO DE CASTRO GORDO - NOMEAÇÃO PARA PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

Publicação Nº 1769710

PORTARIA GP Nº 393/2018, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018.

Nomeação para o cargo de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 2016 de 16 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR:

RICARDO DE CASTRO GORDO com CPF 005.833.009-79, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 10h na C.E.I.M. Carlos Gomes, de acordo com a CI nº 156/2018 da Secretaria Municipal de Educação.

Imaruí, 11 de setembro de 2018.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA

Secretário de Planejamento e Gestão

**394 - DANIELY FAUST FLORIANO - NOMEAÇÃO PARA PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

Publicação Nº 1769712

PORTARIA GP Nº 394/2018, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018.

Nomeação para o cargo de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 2016 de 16 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR:

DANIELY FAUST FLORIANO com CPF 107.288.919-64, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 20h na C.E.I.M. Carlos Gomes, de acordo com a CI nº 156/2018 da Secretaria Municipal de Educação.

Imaruí, 12 de setembro de 2018.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA

Secretario de Planejamento e Gestão

## **LEI Nº. 2.046, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1769487

LEI Nº. 2.046, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

ALTERA dispositivos DA LEI Nº 1.914, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUI JOSÉ CANDEMIL JUNIOR, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º A alínea "b" do inciso I do art. 1º da Lei nº 1.914, de 22 de dezembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

.....

b) 01 (um) titular e 01 (um) suplente do Gabinete do Prefeito, sendo obrigatoriamente vinculados a Procuradoria Jurídica;

..."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Imaruí, SC, 08 de outubro de 2018.

RUI JOSÉ CANDEMIL JUNIOR

Prefeito Municipal

Publicado no Diário oficial dos Municípios – DOM.

## **NOTA DE ANULAÇÃO – TOMADA DE PREÇO PMI Nº 004/2018**

Publicação Nº 1769810

NOTA DE ANULAÇÃO – TOMADA DE PREÇO PMI Nº 004/2018

O Município de Imaruí, informa que o Tomada de Preço PMI Nº 004/2018, para Contratação de empresa para pavimentação e drenagem pluvial da rodovia estadual SC 436, 2ª Etapa, na Comunidade de Aratingaúba, Imaruí/SC, foi ANULADO, conforme Parecer Jurídico nº 076. Maiores informações no setor de licitação sito à Rua José Inácio da Rocha, nº 109, Centro – Imaruí/SC, pelo fone 48 3643-0213 ou pelo e-mail licitacao@imarui.sc.gov.br.

Imaruí, 09 de outubro de 2018.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito de Imaruí



# Imbituba

## PREFEITURA

### CONTRATO 2018/02 -A/01 PROC 04/2018 PMI DEMUTRAN

Publicação Nº 1769883

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: Contrato DEMUTRAN - 2018/02 – A/01

Contratado: Pereira e Oliveira Comercial e Serviços LTDA  
CNPJ: 07.499.404/0001-10  
Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação de prazo por mais 90 (noventa) dias.

O Termo Aditivo refere-se ao Contrato DEMUTRAN 2018/02 A/01, cujo objeto é a  
"LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL MEDINDO NO TOTAL DE NO MÍNIMO 10.000m², COM ÁREA COBERTA DE NO MÍNIMO 250m² E ÁREA ABERTA QUE PROPORCIONE O ABRIGO DE NO MÍNIMO 180 AUTOMÓVEIS, 150 MOTOCICLETAS, 10 ÔNIBUS E 30 CAMINHÕES, DESTINADO A GUARDA, DEPÓSITO E CUSTÓDIA DOS VEÍCULOS AUTOMOTIVOS REMOVIDOS, APREENDIDOS E RETIRADOS DE CIRCULAÇÃO EM OPERAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO URBANO E A NÍVEL RODOVIÁRIO MUNICIPAL NO ÂMBITO DA SUA CIRCUNSCRIÇÃO POR INFRAÇÕES PREVISTAS NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, APROVADO PELA LEI 9.503 DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 E SUAS ALTERAÇÕES BEM COMO A GUARDA DE VEÍCULOS POR SERVIÇOS DE GUINCHO, PRODUTO DE FURTO E INQUÉRITO POLICIAL".

Prazo: 90 (noventa) dias  
Fundamento: - Processo nº 04/2018 Dispensa nº 02/2018 - DEMUTRAN

Imbituba, 05 de outubro de 2018.  
Alex Sandro Carpes  
Secretário de Infraestrutura e Saneamento  
Contratante

Pereira e Oliveira Comercial e Serviços LTDA  
Representante legal  
Contratado

### EDITAL SEAD Nº 094/2018

Publicação Nº 1770440

EDITAL SEAD Nº 094/2018  
CONVOCA CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 05/2018.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº05/2018, divulgado através do Edital nº 05/2018, de 30 de maio de 2018, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 05/2018, de 29 de junho de 2018, que homologou os resultados do referido Processo.

#### RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, o candidato ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo

Seletivo Simplificado nº 05/2018, para comparecer a Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração- DGP/SEAD, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 11 de Outubro a 09 de Novembro de 2018, no horário das 13:30h às 19:00h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do Processo Seletivo Simplificado, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo Simplificado.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré-admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAD a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 09 de outubro de 2018.  
Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração

EDITAL SEAD Nº 094/2018  
Anexo I  
CANDIDATO CONVOCADO

Instrutor de Atividades de Xadrez  
Edgar Rodrigues e Silva de Oliveira

### EDITAL SEAD Nº 095/2018

Publicação Nº 1770441

EDITAL SEAD Nº 095/2018  
CONVOCA CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 08/2018.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 08/2018, divulgado através do Edital nº 08/2018, de 26 de junho de 2018, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 08/2018, de 19 de Julho de 2018, que homologou os resultados do referido Processo.

#### RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, o candidato ao

final relacionado (Anexo I deste Edital), aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 08/2018, para comparecer a Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração- DGP/SEAD, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 11 de outubro a 09 de Novembro de 2018, no horário das 13:30 às 19:00, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo. Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAD a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba 09 de outubro de 2018.  
Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração

EDITAL SEAD Nº 095/2018  
Anexo I  
CANDIDATO CONVOCADO

Fiscal Ambiental  
Rosângela Maximiano Prates

### **EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 10/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2018 (PMI-DEMUTRAN)**

Publicação Nº 1770093

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA – DEMUTRAN  
PROCESSO Nº 10/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2018

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através do Fundo Municipal de Trânsito, comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 23 de Outubro de 2018, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "AQUISIÇÃO EQUIPAMENTO DE VELOCIDADE DO TIPO RADAR ESTATICO/PORTÁTIL COM A FUNCIONALIDADE OCR".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 10 de outubro de 2018.  
Alex Sandro Carpes  
Secretário da SEINFRA

### **EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 97/2018 DISPENSA Nº 13/2018 (PMI-SEDUCE)**

Publicação Nº 1769928

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - SEDUCE  
PROCESSO Nº 97/2018  
DISPENSA Nº 13/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO PARA PRODUÇÃO TEATRAL E ASSESSORIA DE PRODUÇÃO PARA CRIAÇÃO DO I FESTIVAL ESTUDANTIL MUNICIPAL A SERVIÇO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE (SEDUCE).

Contratada: Alessandra Aparecida dos Santos 04788690969

CNPJ: 29.560.313/0001-86

Valor Total: R\$ 7.999,00 (Sete mil novecentos e noventa e nove reais).

Fundamentação Legal: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 10 de outubro de 2018.  
Cristiane Tokarski Espezim  
Secretária da SEDUCE

### **EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 98/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2018 (PMI-SEDUCE)**

Publicação Nº 1770262

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
SEDUCE  
PROCESSO Nº 98/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2018

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da SEDUCE – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 24 de Outubro de 2018, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço GLOBAL, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 10 de outubro de 2018  
Cristiane Tokarski Espezim  
Secretária Municipal da SEDUCE.



**PORTARIA PMI/SEAD Nº 633/2018**

Publicação Nº 1770374

PORTARIA PMI/SEAD Nº 633, de 08 de outubro de 2018.  
Dispõe sobre a admissão de Motorista, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

**RESOLVE:**

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Edital - 10/2018, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Mário Sérgio dos Santos Pereira	Motorista	509.507.970-49	10/10/2018

Art. 2º O período de contratação será por tempo determinado, em substituição ao servidor Sr. Eraldo Bittencourt Mota, Motorista, matrícula nº 7922, inscrito no CPF sob o nº 578.596.719-72, que encontra-se no exercício de função de confiança, podendo ser rescindido a qualquer tempo, comprovada a desnecessária manutenção dos serviços ou até a chamada de candidato aprovado em concurso público.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 08 de outubro de 2018.  
Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO LEGISLATIVO Nº 003, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1770437

DECRETO LEGISLATIVO Nº 003, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2018.

Altera Inciso II do Art. 1º do Decreto Legislativo nº 003/2017 que dispõe sobre a Indicação dos representantes do Poder Legislativo para atuar no Conselho Municipal de Contribuintes – Mandato 2018-2019.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE IMBITUBA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 67, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 35, inciso IV do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e fica promulgado o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica alterado o Inciso II do Art. 1º do Decreto Legislativo nº 003/2017 que dispõe sobre a Indicação dos representantes do Poder Legislativo para atuar no Conselho Municipal de Contribuintes – Mandato 2018-2019, passando o dispositivo a vigorar com a seguinte redação: "II – Representante Suplemente: Gabriela Oliveira Cravo"

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 2018.  
Luiz Cláudio Carvalho de Souza  
Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

Registre-se e Publique-se  
Registrada, publicada, e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 09/10/2018 e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Orlando Machado Miguel  
Secretário Administrativo

# Imbuia

## PREFEITURA

### EDITAL 48/2018

Publicação N° 1769482

MUNICÍPIO DE IMBUIA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 48/2018

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE DE ACORDO COM O ARTIGO 48, INCISO I DA LEI COMPLEMENTAR N° 147/2014, DE 07 DE AGOSTO DE 2014.

Tipo "Menor Preço Global" visando o Registro de Preços para eventual Contratação de empresa especializada para fornecimento de sistema informatizado destinado gerenciamento, conversão e digitalização de documentos, implantação, treinamento e locação de software de Gerenciamento Administrativo e Contábil, conforme anexo I. Conforme o Edital de Licitação n.º48/2018. LEG. Lei n.º 10.520/02, Lei n.º 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Pref. Municipal, na AV. Bernardino de Andrade, nº 86, Imbuia/SC, às 09:00h do dia 23/10/2018. Cópia do Edital deverá ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (47) 3557-2419 no Dep. de Licitações. Em 10/10/2018. Amilton Machado - Prefeito Municipal em Exercício.

# Indaial

## PREFEITURA

### ATO DE POSSE Nº 311/18

Publicação Nº 1769797

ATO DE POSSE Nº 311/18

De 08 de outubro de 2018  
Termo de Posse e Compromisso

O Município de Indaial, nos termos do artigo 14 e 15 da Lei Complementar nº 105/10, EMPOSSA, nesta data, Natalia Pereira Kretzschmar, nomeada através da Portaria nº 1331/18 para o cargo de Enfermeira IV, 40 horas semanais, do quadro de pessoal desta Prefeitura, habilitada pelo Concurso Público nº 001/2017.

A servidora apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 105/10, de 01 de dezembro de 2010.

A servidora apresentou Declaração de Bens, atestando não exercer outro cargo, emprego ou função, na Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, ressalvado os casos previstos na Constituição Federal.

E, para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado pela autoridade competente e pela empossada.

Prefeitura Municipal de Indaial em 08 de outubro de 2018.  
ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

Natalia Pereira Kretzschmar  
Empossada

### DECRETO Nº 567/18

Publicação Nº 1770072

. DECRETO Nº 567/18

. De 02 de outubro de 2018

DISPÕE SOBRE FÉRIAS COLETIVAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E SUSPENDE A CONTAGEM DOS PRAZOS INERENTES AOS ATOS, PROCEDIMENTOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Fica estabelecido período de Férias Coletivas aos Servidores da Administração Direta e Indireta do Município de Indaial, entre os dias 17 de dezembro de 2018 e 18 de janeiro de 2019, inclusive.

Parágrafo Único - Os Servidores em gozo das férias coletivas deverão retornar as atividades no dia 21 de janeiro de 2019, e terão 30 (trinta) dias descontados do respectivo período aquisitivo de férias, não sendo contabilizados para fins de desconto de férias do servidor, os 3 (três) dias de feriados, de acordo com o que determina a Lei a Lei Municipal nº 5279/16.

Art. 2º - Os servidores que, excepcionalmente, trabalharão no período de férias coletivas, para atendimento aos serviços essenciais, gozarão o saldo de férias em época oportuna, devendo cada Secretaria encaminhar ao Departamento de RH, até o dia 03 de

dezembro de 2018, com cópia ao Gabinete do Prefeito, a listagem com o nome do servidor designados e a descrição dos serviços a ele atribuídos para o período, com a ciência do mesmo, do qual será emitido a respectiva Portaria.

Parágrafo Único - Fica determinado ao servidor que estiver trabalhando no período de férias coletivas o cumprimento da carga horária de trabalho estabelecida em lei e a permanência junto ao setor, sendo obrigatório o registro do ponto, para o efetivo controle do saldo de férias a ele atribuído, não sendo permitido revezamento de trabalho entre os servidores.

Art. 3º - Aos servidores com período de férias diverso do estabelecido no presente Decreto, deverão encaminhar a solicitação ao Departamento de Recursos Humanos, até o dia 03 de dezembro de 2018, que após verificação de direito e/ou saldo de férias vencidas, emitirá ato próprio para sua concessão.

Parágrafo Único – Fica vedado a concessão de férias/folga ao servidor, que não tenha saldo de férias vencidas, exceto o adiantamento de férias permitido dentro do período das férias coletivas, compreendidos entre os dias 17/12/2018 a 21/01/2019.

Art. 4º - Ficam suspensos o expediente e os prazos inerentes aos atos, procedimentos e processos, inclusive os administrativos/sindicâncias em trâmite no Município, bem como as atividades relacionadas ao fornecimento de cópias, certidões e demais documentos públicos, a partir de 17 de dezembro de 2018, até 21 de janeiro de 2019.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 02 de outubro de 2018.  
André Luiz Moser  
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

### PORTARIA Nº 1605/18

Publicação Nº 1769789

PORTARIA Nº 1605/18

De 28 de setembro de 2018

Exonera /  
Márcia Figueiredo Peixoto

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 37, inciso I e demais dispositivos legais em vigor e considerando pedido de exoneração confeccionado pela servidora em 27 de setembro de 2018, RESOLVE:

Exonerar a pedido a servidora Márcia Figueiredo Peixoto, ocupante do cargo de Médica Clínico Geral II, do quadro de pessoal desta Prefeitura, a partir de 27 de setembro de 2018.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 28 de setembro de 2018.  
ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

ADRIANE MACHADO FERRARI  
Secretária Municipal de Saúde

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1606/18**

Publicação Nº 1769790

PORTARIA Nº 1606/18

De 28 de setembro de 2018

Declara vacância do cargo de Médico Clínico Geral II

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 36, inciso I e demais dispositivos legais em vigor, RESOLVE:

Declarar vago, a partir de 27 de setembro de 2018, o cargo de Médico Clínico Geral II, em virtude da exoneração a pedido, da servidora Márcia Figueiredo Peixoto, conforme portaria nº 1605/18 de 28 de setembro de 2018.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 28 de setembro de 2018.  
ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

ADRIANE MACHADO FERRARI  
Secretária Municipal de Saúde

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1651/18**

Publicação Nº 1769792

PORTARIA Nº 1651/18

De 05 de outubro de 2018

Torna sem Efeito a Portaria nº 1453/18

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, artigo 14, § 2º da Lei Complementar nº 105/10 e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando que o candidato não Tomou Posse no prazo legalmente previsto, RESOLVE:

Tornar sem efeito a Portaria nº 1651/18, que nomeou para o provimento do cargo efetivo de Enfermeiro IV 40 h/s, Fernando Lima de Souza.

Prefeitura de Indaial, em 05 de outubro de 2018.  
ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1652/18**

Publicação Nº 1769793

PORTARIA Nº 1652/18

De 05 de outubro de 2018

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Ordinária nº 5436 de 12 de julho de 2017 que criou o cargo de Enfermeiro IV e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto nº 37/18 de 31 de janeiro de 2018, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Enfermeiro IV, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Katia Gustmann, aprovada em 20º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 05 de outubro de 2018.  
ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1664/18**

Publicação Nº 1769794

PORTARIA Nº 1664/18

De 08 de outubro de 2018

Torna sem Efeito a Portaria nº 1618/18

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, artigo 14, § 2º da Lei Complementar nº 105/10 e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando que o candidato não tem interesse em assumir a vaga que foi classificada no Concurso Público 001/2017, declinando de modo irrevogável ao direito da nomeação, RESOLVE:

Tornar sem efeito a Portaria nº 1618/18, que nomeou para o provimento do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo 40 h/s, Cleyton Fernando Bauler.

Prefeitura de Indaial, em 08 de outubro de 2018.  
ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1665/18**

Publicação Nº 1769795

PORTARIA Nº 1665/18

De 08 de outubro de 2018

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Ordinária nº 4530 de 18 de novembro de 2011 que criou o cargo de Auxiliar Administrativo e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto nº 37/18 de 31 de janeiro de 2018, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Edgar Ribeiro de Oliveira, aprovado em 16º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de outubro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI

Diretora de Gestão de Pessoal

# Iomerê

## PREFEITURA

### DECRETO 1808/2018

Publicação Nº 1770098

DECRETO Nº. 1808 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 869/2017 de 17 de novembro de 2017, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 5º da lei nº 869/2017 de 17 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 287.929,04 (duzentos e oitenta e sete mil novecentos e vinte e nove reais quatro centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

02.00 Gabinete do Prefeito e do Vice-Prefeito  
02.01 Gabinete do Prefeito e do Vice-Prefeito  
2003 Manut. das Ativ. Gabinete do Prefeito e do Vice-Prefeito  
33900000 Aplicações Diretas  
1300.00 Recursos Ordinários  
R\$ 10.000,00

03.00 Secretaria de Administração e Finanças  
03.01 Secretaria de Administração e Finanças  
2004 Manutenção da Sec. de Administração e Finanças  
33900000 Aplicações Diretas  
1300.00 Recursos Ordinários  
R\$ 20.000,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Turismo  
04.01 Departamento de Educação  
1054 Ampliação da Rede Física Infantil  
44900000 Aplicações Diretas  
1183.00 Operação de Crédito  
R\$ 35.871,36

04.00 Secretaria M. Educação, Cultura, Esportes e Turismo  
04.01 Departamento de Educação  
2009 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental  
33900000 Aplicações Diretas  
1301.00 Receitas de Impostos e Transf. de Impostos Educação  
R\$ 10.000,00

04.00 Secretaria M. Educação, Cultura, Esportes e Turismo  
04.01 Departamento de Educação  
2011 Apoio a Educação Especial  
33500000 Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos  
1300.00 Recursos Ordinários  
R\$ 10.500,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Turismo  
04.01 Departamento de Educação  
2013 Manutenção da Educação Infantil – Pré-Escolar  
33900000 Aplicações Diretas  
1301.00 Receitas de Impostos e Transf. de Impostos Educação  
R\$ 8.000,00

05.00 Secretaria de Agricultura, Urbanismo e Meio Ambiente  
05.01 Secretaria de Agricultura, Urbanismo e Meio Ambiente  
2018 Manutenção das Atividades Agropecuárias  
33900000 Aplicações Diretas  
1300.00 Recursos Ordinários

R\$ 50.000,00

06.00 Secretaria M. de Infraestrutura  
06.01 Secretaria M. de Infraestrutura  
1062 Aquisição de Máquinas e Veículos  
44900000 Aplicações Diretas  
1189.00 Alienações de Bens dest. a Outros Programas  
R\$ 72.000,00

06.00 Secretaria M. de Infraestrutura  
06.01 Secretaria M. de Infraestrutura  
1063 Obras de Infraestrutura Rural  
44900000 Aplicações Diretas  
1183.00 Operação de Crédito  
R\$ 41.557,68

06.00 Secretaria M. de Infraestrutura  
06.01 Secretaria M. de Infraestrutura  
2020 Manutenção das Atividades de Infraestrutura  
33900000 Aplicações Diretas  
1300.00 Recursos Ordinários  
R\$ 30.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Superávit financeiro do exercício de 2017 e pelo Excesso, ou provável Excesso de arrecadação do Exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
Iomerê, 08 de outubro de 2018.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

### DECRETO 1809/2018

Publicação Nº 1770100

DECRETO Nº. 1809 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 869/2017 de 17 de novembro de 2017, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 5º da lei nº 869/2017 de 17 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Iomerê, no valor de R\$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

11.00 Fundo Municipal de Saúde  
11.01 Fundo Municipal de Saúde  
2027 Manutenção do Bloco Atenção Básica Variável  
31900000 Aplicações Diretas  
1338.00 Transf. do Sistema Único de Saúde – SUS União  
R\$ 41.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta da anulação nas seguintes dotações

## orçamentárias:

11.00 Fundo Municipal de Saúde  
11.01 Fundo Municipal de Saúde  
2027 Manutenção do Bloco Atenção Básica Variável  
31900000 Aplicações Diretas  
1338.19 Transferência do SUS União / NASF  
R\$ 20.500,00

11.00 Fundo Municipal de Saúde  
11.01 Fundo Municipal de Saúde  
2027 Manutenção do Bloco Atenção Básica Variável  
31900000 Aplicações Diretas  
1338.20 Transferência do SUS União / PMAQ  
R\$ 20.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,  
revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
Iomerê, 09 de outubro de 2018.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal



# Ipira

## PREFEITURA

### PROCESSO DE LICITAÇÃO 008/2018-FMS

Publicação Nº 1770389

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPIRA - FMS  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 008/2018 - FMS  
Pregão Eletrônico nº 005/2018 - FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Ipira torna público para o conhecimento dos interessados que estará realizando Processo de Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico através do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), para aquisição de equipamentos para saúde, tudo conforme propostas nº 10456.203000/1160-01, nº 10456.203000/1140-06, nº 10456.203000/1140-07 e nº 10456.203000/1140-08 – Ministério da Saúde. Cadastro das propostas por meio de sistema eletrônico até as 08h45min do dia 24 de Outubro de 2018. Informações e íntegra do Edital, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, na Prefeitura Municipal, ou pelo Telefone (0\*\*49) 3558-0451 – E-mail: [neocir@ipira.sc.gov.br](mailto:neocir@ipira.sc.gov.br).

Ipira (SC), 09 de Outubro de 2018.  
Marcelo Minks  
Gestor do FMS

### PROCESSO DE LICITAÇÃO 042/2018-PMI

Publicação Nº 1770029

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPIRA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 042/2018 - PMI  
Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 005/2018 - PMI

O Município de Ipira torna público que ratificou o ato do Senhor Moacir Bareta, presidente da Comissão Permanente de Licitações, que declarou Dispensável a licitação, nos termos do artigo 24, inciso V, da Lei 8.666/93 e posteriores alterações, para a contratação de empresa para aquisição de equipamentos de apicultura de acordo com o Convênio nº 2017TR1915 – Processo nº AR061511173 - Governo do Estado de Santa Catarina – ADR Concórdia, em favor da empresa APILANI MAQUINAS E EQUIPAMENTOS TÉCNICOS LTDA - ME, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Ipira (SC), 09 de Outubro de 2018.  
Emerson Ari Reichert  
Prefeito Municipal

1TAC18/2018-PMI

Publicação Nº 1769748



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPIRÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2018 – PMI**

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2018 – PMI**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 018/2018 – PMI**

**CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS  
SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A  
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 82.814.260/0001-65, com sede na Rua 15 de agosto, 342, Centro, Ipirá, SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor **Emerson Ari Reichert**, portador da Cédula de Identidade RG nº 14/R 1.877.623 SSP-SC e inscrita no CPF/MF sob o nº 758.846.159-49, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, **Cooperativa de Produtores Agroindustriais do Município de Ipirá- CPAMI**, com sede na Rua Edmundo Wolfart, S/N, Centro, Ipirá/SC inscrita no CNPJ/CPF, sob nº 07.224.044/0001-44, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor **Antônio Cavasin**, portador da Cédula de Identidade nº 545.817-SSP/SC e inscrito no CPF sob nº 295.178.269-15, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na **Chamada Pública nº 001/2018**, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

**Considerando:** A solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Desporto;

**Considerando:** A necessidade em adquirir gêneros alimentícios para fornecer merenda escolar aos alunos da rede municipal;

**Considerando:** O disposto no art. 57, da Lei 8.666/93, que permite a alteração contratual para adequação aos fins pretendidos;

**Resolvem:** Aditar o Contrato Administrativo nº 018/2018, na Cláusula Sexta, itens 04, 05, 06, 07, 11, 15, 27, 28, 29, 30 e 32, para acrescer 50 kg (cinquenta quilos) Queijo prato embalagem de 1 kg, a um custo total de R\$ 1.125,00 (mil cento e vinte e cinco reais), 62 un (sessenta e dois) de Pão de milho caseiro, unidade, tamanho médio com 800gr a um custo total de R\$ 496,00 (quatrocentos e noventa e seis reais), 125 kg Pão caseiro integral, unidade, tamanho médio com 800gr a um custo total de R\$ 1.125,00 (mil cento e vinte e cinco reais), 100 un Cuca caseira, com recheio, unidade, tamanho médio a um custo total de R\$ 1.000,00 (mil reais), 75 dúzias de ovos a um custo total de R\$ 487,50 (quatrocentos e oitenta e sete reais), 25 kg de Bolacha tipo caseira, unidade, tamanho médio, pintada e acomodada em embalagem de 1 Kg a um custo total de R\$ 535,00 (quinhentos e trinta e cinco reais), 37 kg de Bolacha de açúcar mascavo redonda com glacê ao redor a um custo total de R\$ 791,80 (setecentos e noventa e um reais e oitenta centavos), 25 kg de Bolacha de canela e açúcar redonda, confeitada com açúcar e canela a um custo total de R\$ 535,00 (quinhentos e trinta e cinco reais), 37 kg Bolacha de fubá a um custo total de R\$ 791,80 (setecentos e noventa e um reais e oitenta centavos), 37 kg de Bolacha de manteiga a um custo total de R\$ 791,80 (setecentos e noventa e um reais e oitenta centavos) e 37 un de Pão caseiro colorido a um custo total de R\$ 333,00 (trezentos e trinta e três reais), ao contrato original, totalizando o valor de R\$ 8.011,90 (oito mil e onze reais e noventa centavos), o que se faz nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITAMENTO**

1. Os itens 04, 05, 06, 07, 11, 15, 27, 28, 29, 30 e 32, da cláusula sexta do Contrato nº 018/2018

1TAC018-2018 – CPAMI\_08-10-2018

Fls 3/3



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## MUNICÍPIO DE IPIRA

### PREFEITURA MUNICIPAL

passa a ter incluído 50 kg (cinquenta quilos) Queijo prato, 62 un (sessenta e dois) de Pão de milho caseiro, 125 kg Pão caseiro integral, 100 un Cuca caseira, 75 dúzias de ovos 25 kg de Bolacha tipo caseira, 37 kg de Bolacha de açúcar mascavo, 25 kg de Bolacha de canela e açúcar, 37 kg Bolacha de fubá, 37 kg de Bolacha de manteiga e 37 un de Pão caseiro colorido ficando com a seguinte redação:

6.1. Pelo fornecimento de todos os gêneros alimentícios objeto deste Contrato a CONTRATANTE pagará a CONTRADADA o valor total de **R\$ 73.910,90** (setenta e três mil novecentos e dez reais e noventa centavos) conforme tabela abaixo:

ITEM	QUANT	UN	PRODUTO	Unit. R\$	TOTAL
01	300	Un	Couve-flor de 1º qualidade, sem partes podres tamanho médio.	4,00	R\$ 1.200,00
02	200	Um	Alface, unidade, de tamanho médio, de boa qualidade, sem folhas podres.	1,60	R\$ 320,00
03	250	Kg	Aipim novo, de 1ª qualidade, tamanho médio, sem casca, são e sem rupturas	4,50	R\$ 1.125,00
04	250	Kg	<b>Queijo prato embalagem de 1 kg</b>	<b>22,50</b>	<b>R\$ 5.625,00</b>
05	312	Un	<b>Pão de milho caseiro, unidade, tamanho médio com 800gr</b>	<b>8,00</b>	<b>R\$ 2.496,00</b>
06	625	Kg	<b>Pão caseiro integral, unidade, tamanho médio com 800gr</b>	<b>9,00</b>	<b>R\$ 5.625,00</b>
07	500	Un	<b>Cuca caseira, com recheio, unidade, tamanho médio</b>	<b>10,00</b>	<b>R\$ 5.000,00</b>
08	500	Kg	Massa caseira, tipo macarrão, acomodado em embalagem de 1 Kg	12,70	R\$ 6.350,00
09	200	Kg	Doce de frutas produzido com frutas in natura de 1ª qualidade, acomodado em embalagem de 1 Kg	16,00	R\$ 3.200,00
10	300	Kg	Farinha de Milho, fabricado a partir de matérias primas sãs, limpas, isenta de matérias terrosas e parasitas, não podendo estar úmido, fermentado ou rançoso, deve estar sob a forma de pó e produzir ligeira crepitação quando comprimido entre os dedos, acondicionado em embalagem plástica de 1 Kg	3,10	R\$ 930,00
11	375	Dz	<b>Ovos de galinha, tamanho grande, integros (sem rachaduras) e sujidades na casca - embalagem ou bandeja que contenham data de classificação e validade dos produtos</b>	<b>6,50</b>	<b>R\$ 2.437,50</b>
12	300	kg	Cenoura tamanho médio, nova, são, de 1º qualidade, sem folhas e limpa.	4,50	R\$ 1.350,00
13	280	kg	Repolho, de 1ª qualidade, tamanho médio	3,50	R\$ 980,00
14	250	kg	Beterraba, sem folhas, nova, de 1ª qualidade, tamanho médio, com casca, são e sem rupturas.	4,50	R\$ 1.125,00
15	125	Kg	<b>Bolacha tipo caseira, unidade, tamanho médio, pintada e acomodada em embalagem de 1 Kg</b>	<b>21,40</b>	<b>R\$ 2.675,00</b>
16	500	kg	Bergamota nova, de 1ª qualidade, tamanho médio	1,50	R\$ 750,00
17	100	Maço	Tempero verde embalagem em maço	2,00	R\$ 200,00
18	300	Maço	Brócolis, embalagem maço, sem sujidades e partes podres, tamanho médio.	3,50	R\$ 1.050,00
19	500	lts	Suco líquido concentrado de frutas natural, embalado em garrafa de 2 litros, de qualidade e com rendimento. Embalagem resistente	13,00	R\$ 6.500,00
20	300	kg	Feijão preto: Pacotes de 1Kg, classe feijão preto, novo, de 1ª qualidade, em embalagem plástica resistente, transparente, com solda reforçada e íntegra. Sem a presença de grãos mofados, carunchados e torrados. Data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 6 meses.	8,00	R\$ 2.400,00
21	200	kg	Folhas verdes (alface, acelga, rúcula, agrião e chicória): de primeira qualidade, frescas e sãs. No ponto de maturação adequado para o consumo e produzido sem uso de agrotóxicos. Intactos, com todas as partes comestíveis aproveitáveis, cor e sabor característicos. Não deverão estar danificados por lesões que afetem sua aparência e utilização. Isento de pontos amarelados ou apodrecidos, livre de sujidades, parasitas e larvas. Acondicionadas em embalagem plástica atóxica, resistente de 500g à 1kg.	10,00	R\$ 2.000,00
22	50	Un	Mel de Abelha, elaborado a partir do néctar de flores e/ou exsudatos sacarínicos de plantas, isentos de substâncias estranhas, sujidades, parasitas e corretivos de acidez, não contendo glúten, acondicionado em embalagem plástica atóxica, resistente de 750g, contendo no rótulo registro, nome e endereço do fabricante, informação nutricional, lote, data de fabricação e validade. Registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	16,50	R\$ 825,00



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## MUNICÍPIO DE IPIRÁ

### PREFEITURA MUNICIPAL

23	30	kg	Chá de manjerona e cidreira constituído de folhas novas; de cor verde amarronzada escura; com aspecto cor cheiro e sabor próprio; isento de sujidades e larvas.	5,00	R\$ 150,00
24	100	kg	Batata doce amarela, de 1ª qualidade, tamanho médio, em kg.	4,50	R\$ 450,00
25	2.000	un	Milho Verde em espiga, in natura, de 1ª qualidade, tamanho médio, grau médio de amadurecimento, grãos inteiros e íntegros, sem rupturas, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com prazo de validade semanal e especificações do produto.	0,80	R\$ 1.600,00
26	120	kg	Moranga Cabotia de 1ª qualidade, peso médio de 2 kg, ponto de amadurecimento médio, características naturais ao produto, casca sã livre de rupturas e rachaduras, limpa, livre de contaminação e devidamente acondicionada	2,00	R\$ 240,00
27	187	kg	<b>Bolacha de açúcar mascavo redonda com glacê ao redor, produzida à base de açúcar mascavo tendo como ingredientes farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar mascavo, ovos, gordura animal, leite, sal amoníaco, cravo e canela, contendo glúten. Produzido a partir de matéria prima de qualidade, livre de contaminação, apresentando características naturais ao produto, livre de materiais estranhos. Devidamente acondicionadas e rótulo contendo registro, nome e endereço do fabricante, informação nutricional, lote, data de fabricação e validade. Produto livre de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).</b>	21,40	R\$ 4.001,80
28	125	kg	<b>Bolacha de canela e açúcar redonda, confeitada com açúcar e canela, tendo como ingredientes farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, leite, açúcar, ovos, nata, sal amoníaco e baunilha, produzida a partir de matéria prima de qualidade, livre de contaminação, apresentando características naturais ao produto, livre de materiais estranhos. Contém glúten. Devidamente acondicionadas e rótulo contendo registro, nome e endereço do fabricante, informação nutricional, lote, data de fabricação e validade. Produto livre de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).</b>	21,40	R\$ 2.675,00
29	187	kg	<b>Bolacha de fubá retangular tendo como ingrediente principal a farinha de milho produzida a partir de matéria prima de qualidade, livre de contaminação e materiais estranhos, apresentando cor, aroma e características naturais ao produto. Devidamente acondicionadas e com rótulo contendo registro, nome e endereço do fabricante, informação nutricional, lote, data de fabricação e validade. Produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).</b>	21,40	R\$ 4.001,80
30	187	kg	<b>Bolacha de manteiga retangular produzida a partir de matéria prima de qualidade, livre de contaminação e materiais estranhos, apresentando cor, aroma e características naturais ao produto, livre de materiais estranhos. Devidamente acondicionadas e rótulo contendo registro, nome e endereço do fabricante, informação nutricional, lote, data de fabricação e validade. Produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE)</b>	21,40	R\$ 4.001,80
31	40	Un	Conserva mista: couve-flor, brócolis, cenoura, cebola, água, vinagre e condimentos. Dispensado de registro conforme a RDC 23/2000 e 27/2010 ANVISA/MS. Lote e validade descritos na embalagem. Peso 3 kg.	23,60	R\$ 944,00
32	187	Un	<b>Pão caseiro colorido, (cenoura, beterraba e espinafre, unidades de 800 gramas).</b>	9,00	R\$ 1.683,00
TOTAL					R\$ 73.910,90

#### CLÁUSULA SEGUNDA – Das Demais Cláusulas:

2. As demais Cláusulas do Contrato original, não alteradas pelo presente, permanecem em pleno vigor.

1TAC018-2018 – CPAMI\_08-10-2018

Fls 3/3



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPIRÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL**

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Ipirá, SC, 08 de Outubro de 2018.

**Emerson Ari Reichert**  
Prefeito Municipal  
**CONTRATANTE**

**Cooperativa de Produtores Agroindustriais do  
Município de Ipirá - CPAMI**  
Presidente: **Laurindo Ravanelli**  
**CONTRATADA**

Testemunhas:

Nome: **Neocir Rogério de César**  
CPF: 732.395.779-68

Nome: **Cidiane Pedrussi**  
CPF: 062.649.279-37

**CONTRATO 093/2018-PMI**

Publicação Nº 1770383

09/10/2018 09/10/2019 09/10/2018 2018 42 2306 93/2018 0 1 Contratação de empresa responsável pela fabricação de equipamentos para utilização na apicultura. 40000,00 102678 APILANI MAQUINAS E EQUIPAMENTOS TECNICOS LTDA J 1 153 2018 0 37 C 0 0 8 DL 5 2018 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

**CONTRATO 094/2018-PMI**

Publicação Nº 1770385

09/10/2018 09/10/2019 09/10/2018 2018 39 2307 94/2018 0 1 Aquisição de uma máquina Escavadeira Hidráulica para o município de Ipira em atendimento ao Contrato de Repasse nº 875047/2018 - Programa Fomento ao Setor Agropecuário, Operação nº 1059467-54 - MAPA/CAIXA. 399900,00 102677 ENGEPECAS EQUIPAMENTOS LTDA. J 1 37 2018 0 36 C 0 0 14 PE 4 2018 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

**CONTRATOS 087 E 088/2018-FMS**

Publicação Nº 1769683

09/10/2018 09/10/2019 09/10/2018 2018 7 762 87/2018 0 1 A presente licitação tem por objeto a aquisição de equipamentos e materiais diversos para saúde, tudo conforme Processo nº 25000.083709//2018-09 e proposta nº 4207601712231343748, - Ministério da Saúde, para as Unidades Municipais Básicas de Saúde, de acordo com as especificações constantes do Anexo "A" deste Edital. 307,80 8999 ALTERMED Materiais Médicos Hospitalares Ltda. J 1 0 0 0 33 C 0 0 14 PE 4 2018 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

09/10/2018 09/10/2019 09/10/2018 2018 7 763 88/2018 0 1 A presente licitação tem por objeto a aquisição de equipamentos e materiais diversos para saúde, tudo conforme Processo nº 25000.083709//2018-09 e proposta nº 4207601712231343748, - Ministério da Saúde, para as Unidades Municipais Básicas de Saúde, de acordo com as especificações constantes do Anexo "A" deste Edital. 3000,00 102676 HDX COMERCIAL EIRELI J 1 0 0 0 33 C 0 0 14 PE 4 2018 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

# Iporã do Oeste

## PREFEITURA

### Decreto nº 179/2018

Publicação Nº 1769661

DECRETO MUNICIPAL Nº 179 DE 24 DE SETEMBRO DE 2018.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO EXERCÍCIO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, e o art. 10 da Lei nº 1.800/2017.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), no Fundo Municipal de Saúde, em conformidade com o disposto a seguir:

Órgão:	10.00	ADMINISTRAÇÃO DESCENTRALIZADA
Unidade:	10.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Ativ.	10.301.0008.2021	Manut. Ações Gerais do Departamento de Saúde
3.3.93.00.00.00.00.00		Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe
01.02.00.00		Rec.de impostos e de transf.imp-saúde
Conta Receita	4.111.8011.1000.000	6.500,00
Conta Receita	4.111.8014.1000.000	14.500,00
	Total	21.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar de que trata o Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), oriundos do excesso de arrecadação – Fonte de Recursos 01.02.00.00 –Rec. de impostos e de transf. imp-saúde, com fulcro no inciso 1º do § 1º e § 2º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

Art. 3º Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar autorizado no artigo 1º, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2018/2021 - Lei Municipal nº 1.789/2017, da LDO 2018 - Lei Municipal nº 1.795/2017 e da LOA 2018 – Lei Municipal nº 1.800/2017, serão alterados nas importâncias correspondentes, no valor de até R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste – SC, 24 de setembro de 2018.

Registre-se e publique-se

LÚCIO MALLMANN

Prefeito

Registrado e publicado em data supra,

JONAS KAISER

Secretário de Administração e Finanças

### Decreto nº 180/2018

Publicação Nº 1769671

DECRETO MUNICIPAL Nº 180 DE 28 DE SETEMBRO DE 2018.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO EXERCÍCIO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, e o art. 10 da Lei nº 1.800/2017.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), no Município de Iporã do Oeste, em conformidade com o disposto a seguir:

Órgão:	06.00	SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
Unidade:	06.01	Departamento de Transportes e Obras
Proj./Ativ.	026.782.0018.2043	Manut. do Departamento de Transportes e Obras



3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
01.00.00.00	Recursos Ordinários	
Conta Receita	4.111.8011.1000.000	22.000,00
Conta Receita	4.111.8014.1000.000	38.000,00
	Total	60.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar de que trata o Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), oriundos do excesso de arrecadação – Fonte de Recursos 01.00.00.00 – Recursos Ordinários, com fulcro no inciso 1º do § 1º e § 2º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

Art. 3º Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar autorizado no artigo 1º, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2018/2021 - Lei Municipal nº 1.789/2017, da LDO 2018 - Lei Municipal nº 1.795/2017 e da LOA 2018 – Lei Municipal nº 1.800/2017, serão alterados nas importâncias correspondentes, no valor de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste – SC, 28 de setembro de 2018.

Registre-se e publique-se

ALEXANDRE ENGEL RUSCHEINSKY

Prefeito em exercício

Registrado e publicado em data supra,

JONAS KAISER

Secretário de Administração e Finanças

## Decreto nº 186/2018

Publicação Nº 1770189

DECRETO MUNICIPAL Nº 186 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 010/2018 DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º. Fica CONSTITUÍDA a COMISSÃO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO DE CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 010/2018 para as finalidades dos procedimentos previstos no presente Decreto.

Parágrafo único. À Comissão Municipal de Acompanhamento de Concurso Público cabe divulgar o Edital de nº 010/2018, auxiliar nas inscrições dos candidatos, verificar a publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital.

Art. 2º. DESIGNA, sem ônus adicionais para o Município, os servidores: Marli Schroeder Delavy, Diana Carla Barth, Elise Walker, Roberto Scalabrin e Rafaela Matte para compor, sob a presidência do primeiro, a Comissão Municipal de Acompanhamento de Concurso Público do Edital 010/2018.

Art. 3º. O Executivo Municipal colocará à disposição da Comissão o material necessário para o bom e fiel desempenho das atribuições.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Iporã do Oeste – SC, 09 de outubro de 2018.

Registre-se e publique-se

LÚCIO MALLMANN

Prefeito

Registrado e publicado em data supra,

JONAS KAISER

Secretário de Administração e Finanças

**EXTRATO CONTRATO 090/2018**

Publicação Nº 1769768

Extrato Contrato 090/2018

Partes: Município de Iporã do Oeste e Caibi Empreendimentos Ltda

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO E FORNECIMENTO DE COBERTURA FRONTAL E DO ANFITEATRO DO EMEI CRIANÇA FELIZ, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO, contidos e descritos no Termo de Referência no ANEXO I do presente Edital.

Processo Administrativo: 146/2018

Tomada de Preços: 016/2018

Valor Total R\$ 63.972,97

Vigência: 09.10.2018 a 31.12.2018

Execução: 30 dias

Data: 09.10.2018

Lucio Mallmann – Prefeito Municipal

**Lei nº 1.836/2018**

Publicação Nº 1769646

LEI Nº 1.836 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, ATRAVÉS DA INCLUSÃO DE NOVAS AÇÕES DE GOVERNO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica INCLUÍDO no Plano Plurianual - Lei 1.789 de 18 de setembro de 2017 – novas Ações de Governo para o exercício de 2019, nos programas a seguir demonstrados:

PLANO PLURIANUAL - QUADRIÊNIO: 2018 a 2021						
PROGRAMA: 0000 – ENCARGOS ESPECIAIS						
Atividade/Projeto	AÇÕES PROGRAMADAS	Produto	Unid.	Metas		Fonte de Recursos
28.0843.0000.0003	Amortização da Dívida – Juros e Encargos s/ Dívida					Próprios
	Operação de Crédito		Unid.	01		
PROGRAMA: 0007 – ASSISTÊNCIA SOCIAL						
Atividade/Projeto	AÇÕES PROGRAMADAS	Produto	Unid.	Metas		Fonte de Recursos
08.0244.0007.1055	Construção do Departamento de Assistência Social - DAS					Próprios/ Vinculados
	Investimento	Obra	Unid.	01		
PROGRAMA: 0019 - DESPORTO E LAZER COMUNITÁRIO						
Atividade/Projeto	AÇÕES PROGRAMADAS	Produto	Unid.	Metas		Fonte de Recursos
27.813.0019.1054	Construção de Arquibancada/Cobertura em Campo de Futebol					Próprios/ Vinculados
	Investimento	Obra	Unid.	01		

Art. 2º. As Ações de Governo objeto do art. 1º, serão contempladas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual do exercício de 2019.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste – SC, 09 de outubro de 2018.

LÚCIO MALLMANN

Prefeito

JONAS KAISER

Secretário de Administração e Finanças

# Ipumirim

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 481/2018 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1769738

CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NO CARGO EM CARATER TEMPORARIO DE PROFESSORA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal do município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 105 da Lei 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

#### CONCEDE

A ADRIELI CISOTTO LODI, matrícula 2795, com domicílio na Cidade de concórdia - SC, CPF sob o nº. 080.169.169-96, contratada no cargo em caráter temporário de Professora, com carga horária de 20 horas semanais, licença gestação de 180 (Cento e oitenta) dias, para o período de 08 de Outubro de 2018 a 05 de Abril de 2019, conforme atestado médico.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 08 de Outubro de 2018.

Ipumirim - SC, 08 de Outubro de 2018.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº. 482/2018 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1769743

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO MEMBRO DO MAGISTERIO PUBLICO MUNICIPAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Processo Seletivo 010/2017.

#### CONTRATA

MONALISE MIELY ROOS, sob a Matrícula 2924-6, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5893142 e do CPF 100.886.139-17, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais, lotação: NEM JOAO CANTON, para o período de 08/10/2018 a 18/12/2018.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 08/10/2018.

Ipumirim - SC, 08 de outubro de 2018.

Volnei Antônio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

### PORTARIA Nº. 483/2018 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1770014

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

#### EXONERA

ARLETE CILENE MULLER, Matrícula 2844-4, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3.935.534 e do CPF 072.069.069-23, com nomeação para o cargo de Zelador (a), constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, nível salarial NÍVEL CE 10, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 192/2018, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 09 de outubro de 2018.

Ipumirim - SC, 09 de outubro de 2018.

Volnei Antônio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

### PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 16/2018, PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2018/FMS

Publicação Nº 1769739

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2018

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 16/2018

VALDIR ZANELLA - GESTOR E ORDENADOR DE DESPESAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 08:30:00 horas do dia 24/10/2018, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 24/10/2018. Objeto da licitação: aquisição de material Odontológico destinado as atividades do atendimento a População com entrega parcelada, para o exercício do ano de 2018, de acordo com as descrições conforme anexo III do Edital. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico [www.ipumirim.sc.gov.br](http://www.ipumirim.sc.gov.br), (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias

considerados úteis.

Ipumirim - SC, 08/10/2018

VALDIR ZANELLA

GESTOR E ORDENADOR DE DESPESAS

DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

# Iraceminha

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PP 49/2018

Publicação Nº 1769704

MUNICIPIO DE IRACEMINHA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO 70/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2018  
EXCLUSIVO ME/EPP

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de PAPEL A4, para uso em todos os Fundos e Departamentos da Administração Municipal.

Tipo: Menor Preço por item.

Recebimento das Propostas: até as 08:30 do dia 26/10/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município [www.iraceminha.sc.gov.br](http://www.iraceminha.sc.gov.br) ou no Departamento de Compras, situado na Rua Dona Paulina, nº 780, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail [compras@iraceminha.sc.gov.br](mailto:compras@iraceminha.sc.gov.br) ou fone (49)3665-3200

Iraceminha, SC, 10 de Outubro de 2018.

Jean Carlos Nyland  
Prefeito Municipal

# Irani

## PREFEITURA

### DECRETO N. 139, DE 03 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1770273

DECRETO Nº 139, DE 03 DE OUTUBRO DE 2018.

REGULAMENTA A LEI FEDERAL Nº 13.146/2015 (LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA) NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE IRANI

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelos incisos VIII e XI do artigo 104 da Lei Orgânica do Município.

#### DECRETA

Art. 1º. Ficam estabelecidos os requisitos para concessão de alvará de construção, reforma, habite-se e de localização e funcionamento para os imóveis abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo no âmbito do Município de Irani.

Art. 2º. A expedição de alvará de construção ou habite-se de novas construções junto ao Município fica condicionada à comprovação do cumprimento integral dos requisitos de acessibilidade previstos na Norma Técnica de ABNT NBR 9050 e Código de Edificação do Município.

Art.3º. Não será concedido alvará de localização e funcionamento a novas empresas que comecem suas atividades junto ao Município (independentemente do porte das mesmas) se não estiverem de acordo com as Normas de Acessibilidade da ABNT.

Parágrafo único. A expedição do alvará ficará condicionada à visita in loco do servidor público responsável, o qual atestará se a obra cumpre os requisitos exigidos no caput.

Art.4º As empresas que já estiverem em funcionamento somente terão seu alvará renovado referente ao ano de 2020 se cumprirem os requisitos de acessibilidade dispostos na Norma Técnica da ABNT NBR 9050 e Código de Edificação do Município.

§1º. Não se enquadram na exigência prevista no caput o microempreendedor individual, microempresa e empresa de pequeno porte, que terão prazos diferenciados para adaptação, conforme parágrafos seguintes.

§2º. As empresas de pequeno porte terão o prazo até 10 de junho de 2.022 para cumprirem os requisitos de acessibilidade dispostos na Norma Técnica da ABNT NBR 9050 e Código de Edificação do Município, sob pena de não ser concedida a renovação do alvará.

§3º. O microempreendedor individual e as microempresas terão o prazo até 10 de junho de 2.023 para cumprirem os requisitos de acessibilidade dispostos na Norma Técnica da ABNT NBR 9050 e Código de Edificação do Município, sob pena de não ser concedida a renovação do alvará.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sivio Antonio Lemos das Neves  
Prefeito

Publicado e Registrado nesta Secretaria em 03/10/2018.

Marcelo Pegoraro  
Secretário de Administração e Gestão

**Irati****PREFEITURA****DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2018 - TERMO DE COOPERAÇÃO COM CIEE/SC**

Publicação Nº 1769958

Estado de Santa Catarina  
Município de Irati  
Rua João Beux Sobrinho, 385 – Centro – CEP 89.856-000

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 072/2018  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 072/2018  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2018

A Comissão de Licitação do Município de Irati, através do Secretário de Administração e Finanças, em cumprimento à ratificação procedida pelo Sr NEURI MEURER, Prefeito Municipal, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

**OBJETO** ..... : Estabelecer cooperação entre as partes, visando o desenvolvimento de atividades conjuntas capazes de propiciar “a promoção da integração ao mercado de trabalho”, e a “formação para o trabalho”, de acordo com a Lei nº 11.788 de 25 de Setembro de 2008 e com a Lei n. 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, através do estágio, que obrigatório ou não, deverá ser pedagogicamente útil e por isso, de interesse curricular, entendido como um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho.

**CONTRATADO** ..... : CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE/SC, CNPJ 04.310.564/0001-81, com endereço na Rua Antônio Dib Mussi, Nº 473, Centro, CEP 88.015-110, Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

**VALOR** .....: R\$ 822,00 (oitocentos e vinte e dois reais) mensais por aluno.

**Fundamento Legal**...: Art. 24, XIII, Art. 25, III, Parágrafo 1º e Art. 30, II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificada pelo Sr. NEURI MEURER, Prefeito Municipal.

Irati/SC, 09 de outubro de 2018  
SERGIO PACHECO  
Comissão de Licitação  
Presidente

**PREGÃO Nº 040/2018-PMI - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GRAXA AUTOMOTIVA E LUBRIFICANTES PARA O MUNICÍPIO E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRATI/SC**

Publicação Nº 1769677

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE IRATI A V I S O D E L I C I T A Ç Ã O  
Processo Administrativo Nº 071/2018  
Processo Licitatório Nº 071/2018  
Edital: Pregão Presencial Registro de Preços Nº 040/2018

Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE

Objeto: AQUISIÇÃO DE GRAXA AUTOMOTIVA E LUBRIFICANTES, PARA AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Entrega dos Envelopes: 13:30 horas do dia 24.10.2018

Abertura dos Envelopes: 14:00 horas do dia 24.10.2018

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua João Beux Sobrinho, nº 385, centro, Irati – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo telefone (49) 3349-0010, pelo site: [www.irati.sc.gov.br](http://www.irati.sc.gov.br), ou através de e-mail: [irati@irati.sc.gov.br](mailto:irati@irati.sc.gov.br)

Irati – SC, 09 de outubro de 2018.  
NEURI MEURER  
Prefeito Municipal



# Irineópolis

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 20/2018 - FMS

Publicação Nº 1769540

CONTRATO Nº 20/2018  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 43/2016  
PREGÃO PRESENCIAL No. 13/2016

2º Termo Aditivo ao Contrato de fornecimento nº 25/2016 que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Companhia Brasileira de Soluções e Serviços.

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, CNPJ/MF n.º 06.089.125/0001-16, situada na Avenida 22 de julho, nº 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Senhora Giseli Kempinski, brasileira, solteira, no exercício do cargo de Gestora do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado a Avenida 22 de Julho, nº. 798, centro, neste município, inscrito no CPF nº 037.800.599-59, a seguir denominada Contratante, e a empresa Companhia Brasileira de Soluções e Serviços, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sita na Alameda Xingu, nº 512, andar 3 e 4, Bairro Alphaville Industrial, Município de Barueri, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.740.876/0001-25, neste ato representada pelos senhores Julio Cesar Melo Plum, portador do CPF nº 878.072.627-53, e RG nº 5.981.993-8 SSP/SP e Roberto Ribeiro Miranda, portador do CPF nº 410.244.191-34 e RG 997128 SSP/DF, a seguir denominada Contratada, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº. 43/2016, modalidade Pregão Presencial nº. 13/2016, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tem justo e aditado o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei nº. 8.666/93, consolidada na Cláusula Décima Primeira do Contrato nº. 55/2016, conforme ofício nº 569/2018 de 20 de agosto de 2018 do Senhor Lademir Fernando Arcari, e deferido em 21 de agosto de 2018 pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira – Prefeito Municipal, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência, até dia 02.10.2019.

#### CLAUSULA SEGUNDA

Facultado pelo artigo 65, inciso I, alínea b e §1º, da Lei nº. 8.666/93, consolidada e Cláusula Oitava do Contrato nº 55/2016, fica de comum acordo alterado o valor descrito na Cláusula Primeira do Contrato nº. 55/2016.

PARAGRAFO PRIMEIRO - Pela execução do presente termo aditivo, a Contratante, pagará a Contratada o reajuste percentual de 4,5689% referente ao INPC acumulado do período de Abril de 2016 a Março de 2017, conforme discriminado na tabela abaixo:

TABELA COM TOTAIS ESTIMADOS DE BENEFICIÁRIOS E VALORES					
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE MENSAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR MENSAL ESTIMADO	VALOR ANUAL ESTIMADO
ÚNICO	FORNECIMENTO DE CARTÕES ALIMENTAÇÃO	90	R\$ 227,83	R\$ 20.504,70	R\$ 246.056,40
PERCENTUAL DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%)			0,01%		
VALOR TOTAL DA PROPOSTA COM A INCIDÊNCIA DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO			R\$ 246.056,40 (duzentos e quarenta e seis mil cinqüenta e seis reais e quarenta centavos)		

#### CLAUSULA TERCEIRA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, 03 de outubro de 2018.  
GISELI KEMPINSKI  
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

JULIO CESAR MELO PLUM  
COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUÇÕES E SERVIÇOS

ROBERTO RIBEIRO MIRANDA

Testemunhas:

Nome: Géssica Greschechen  
CPF: 072.218.599-57 CPF: 383.533.939-72

Nome: Ivete Cardoso Fronczak

**CONTRATO Nº 21/2018 - FMS**

Publicação Nº 1769543

CONTRATO Nº 21/2018  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016

2º Termo Aditivo ao Contrato de Serviço de processamento de Dados nº 26/2016, que entre si celebram o Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis e a empresa Olos Tecnologia Ltda EPP.

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Publico Interno, CNPJ/MF n.º 06.089.125/0001-16, situada na Avenida 22 de julho, nº 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Sra. Giseli Kempinski, brasileira, solteira, no exercício do cargo de Gestora do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado a Avenida 22 de Julho, nº. 798, centro, neste município, inscrito no CPF nº 037.800.599-59, de ora em diante denominado de Contratante; de outro lado a empresa Olos Tecnologia Ltda EPP, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 85.260.354/0001-28, com sede a rua Tufie Mahfud, nº 210, sala 301,303 e 304, Centro, Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. Alfredo Roeder Junior, sob o CPF nº 516.083.089-87 e RG nº 1.041.162-3 SSP/SC, de ora em diante denominada de Contratada, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº 05/2016, modalidade Pregão Presencial n.º 02/2016, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tem justo e aditado o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei nº. 8.666/93, consolidada e Cláusula Décima do Contrato nº 26/2016, de acordo com o Ofício nº 569/2018, do Senhor Lademir Fernando Arcari – Secretário da Administração, e deferido em 21 de agosto de 2018, pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira – Prefeito Municipal, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência até o dia 04/10/2019.

**CLAUSULA SEGUNDA**

Facultado pelo artigo 65, inciso II da Lei nº 8.666/93, consolidada e Cláusula Sétima do Contrato nº 26/2016, o presente Termo Aditivo não sofrerá reajuste.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 05 de outubro de 2018.

GISELI KEMPINSKI GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ALFREDO ROEDER JUNIOR OLOS TECNOLOGIA LTDA EPP
Contratante	Contratada
Testemunhas:	

Nome: Géssica Greschechen  
CPF: 072.218.599-57

Nome: Ivete Cardoso Fronczak  
CPF: 383.533.939-72

**CONTRATO Nº 86/2018 - PM**

Publicação Nº 1769537

CONTRATO Nº 86/2018

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 43/2016  
PREGÃO PRESENCIAL No. 13/2016

2º Termo Aditivo ao Contrato de fornecimento nº 55/2016, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Companhia Brasileira de Soluções e Serviços.

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Publico Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado à rua Caetano Valões n.º 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade n.º 827.405-SC, a seguir denominada Contratante, e a empresa Companhia Brasileira de Soluções e Serviços, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sita na Alameda Xingu, nº 512, andar 3 e 4, Bairro Alphaville Industrial, Município de Barueri, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.740.876/0001-25, neste ato representada pelos senhores Julio Cesar Melo Plum, portador do CPF nº 878.072.627-53, e RG nº 5.981.993-8 SSP/SP e Roberto Ribeiro Miranda, portador do CPF nº 410.244.191-34 e RG 997128 SSP/DF, a seguir denominada Contratada, acórdão e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº. 43/2016, modalidade Pregão Presencial nº. 13/2016, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tem justo e aditado o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei nº. 8.666/93, consolidada na Cláusula Décima Primeira do Contrato nº. 55/2016, conforme ofício nº 569/2018 de 20 de agosto de 2018 do Senhor Lademir Fernando Arcari, e deferido em 21 de agosto de 2018 pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira – Prefeito Municipal, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência, até dia 02.10.2019.

**CLAUSULA SEGUNDA**

Facultado pelo artigo 65, inciso I, alínea b e §1º, da Lei nº. 8.666/93, consolidada e Cláusula Oitava do Contrato nº 55/2016, fica de comum acordo alterado o valor descrito na Cláusula Primeira do Contrato nº. 55/2016.

PARAGRAFO PRIMEIRO - Pela execução do presente termo aditivo, a Contratante, pagará a Contratada o reajuste percentual de 4,5689% referente ao INPC acumulado do período de Abril de 2016 a Março de 2017, conforme discriminado na tabela abaixo:

TABELA COM TOTAIS ESTIMADOS DE BENEFICIÁRIOS E VALORES					
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE MENSAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR MENSAL ESTIMADO	VALOR ANUAL ESTIMADO
01	FORNECIMENTO DE CARTÕES ALIMENTAÇÃO	350	227,83	R\$ 79.740,50	R\$ 956.886,00
02	FORNECIMENTO DE CARTÕES ALIMENTAÇÃO (HOSPITAL MUNICIPAL)	11	227,83	R\$ 2.506,13	R\$ 30.073,56
PERCENTUAL DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%)			0,01%		
VALOR TOTAL DA PROPOSTA COM A INCIDÊNCIA DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO			R\$ 986.959,56 (novecentos e oitenta e seis mil novecentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e seis centavos)		

Parágrafo Segundo – O item 2 do parágrafo primeiro deverá ser faturado diretamente no CNPJ 83.145.375/0001-77, Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis.

**CLAUSULA TERCEIRA**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, 03 de outubro de 2018.

JULIANO POZZI PEREIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

JULIO CESAR MELO PLUM                      ROBERTO RIBEIRO MIRANDA  
COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUÇÕES E SERVIÇOS

Testemunhas:

Nome: Géssica Greschechen  
CPF: 072.218.599-57

Nome: Ivete Cardoso Fronczak  
CPF: 383.533.939-72

**PORTARIA Nº 329/2018**

Publicação Nº 1769197

PORTARIA Nº. 329/2018.

DISPENSA SERVIDORA ADMITIDA POR PRAZO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os incisos VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art 1st - Dispensar, a contar da data de 04/10/2018, por motivo de conveniência administrativa, MARINA DE FÁTIMA GONTAREK, das atividades de Professora (40h/sem), para a qual foi admitida através da Portaria nº 038/2018 de 05/02/2018.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 05 de outubro de 2018.

JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 330/2018**

Publicação Nº 1769199

PORTARIA Nº 330/2018.

NOMEIA SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

**RESOLVE:**

Art 1º - NOMEAR sob o regime de trabalho Estatutário, CLARICE DE FÁTIMA OLIVEIRA SAVICKI, nascida em 02/02/1982, portadora do CPF nº 033.934.069/06, RG. nº 4.581.209 SESP/SC, para exercer o cargo de Professora de Português (40h/sem), no nível 2, referência A, Tabela I - Professores, do Quadro de Pessoal Efetivo do Magistério Público Municipal de Irineópolis, com lotação na Secretaria Municipal da Educação, conforme aprovação em Concurso Público nº 001/2018, homologado em 03/07/2018.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 05 de outubro de 2018.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 331/2018**

Publicação Nº 1769241

PORTARIA Nº 331/2018.

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001, e, amparado nas disposições contidas no Art. 181 da LC 01/97, de 30/12/1997,

**RESOLVE:**

Art 1º - PRORROGAR por 30 (trinta) dias, o prazo para a apresentação do Relatório Final dos trabalhos relativos ao Processo Administrativo Disciplinar, nº 008/2018, instaurado através da Portaria nº 289/2018 de 03/09/2018.

Art 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), em 08 de outubro de 2018.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 332/2018**

Publicação Nº 1769256

PORTARIA Nº 332/2018 de 08 de outubro de 2018.

DISPÕE SOBRE JULGAMENTO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito do Município de Irineópolis,

Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o processo instaurado pela Portaria nº 187/2018, de 04 de junho de 2018;

CONSIDERANDO que no processo administrativo disciplinar, instaurado pela Portaria nº. 187/2018, percebe-se que fora garantida a ampla defesa e o contraditório ao servidor indiciado;

CONSIDERANDO o constatado pela comissão processante nomeada pela referida Portaria;

CONSIDERANDO o parecer jurídico constante do referido processo;

CONSIDERANDO o exercício das atribuições e funções que são inerentes ao cargo de Prefeito Municipal de Irineópolis;

CONSIDERANDO a necessidade, isto é, a obrigação que esta Autoridade Municipal tem no sentido de apresentar uma conclusão para o Procedimento Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº. 187/2018;

CONSIDERANDO o julgamento final datado de 04 de outubro de 2018, no qual restou demonstrado, detalhadamente, todos os motivos e fundamentos que levaram o Chefe do Executivo a tomar tal decisão;

CONSIDERANDO os princípios constitucionalmente estipulados, que norteiam a Administração Pública em todas as suas esferas de atuação;

CONSIDERANDO o que mais dos autos consta;

**RESOLVE:**

Art. 1º - DECLARAR a falta de caracterização do enquadramento da servidora nas disposições previstas no art. 482 da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho - imputáveis a GISELE CRISTINA BARTH, tendo em vista que a indiciada recebeu por duas vezes punição pelos mesmos fatos, sendo que auferiu uma advertência e posteriormente conceito REGULAR, na sua avaliação de desempenho funcional.

Art. 2º - Determinar o arquivamento do presente Processo Administrativo Disciplinar, uma vez que o fato narrado não configura evidente infração disciplinar ou ilícito penal.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 08 de outubro de 2018.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

# Itá

## PREFEITURA

### DECRETO N. 061/2018

Publicação Nº 1769914

DECRETO Nº 061 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018

“Nomeia os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do FUNDEB e, dá outras providências.”

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições de seu cargo e de conformidade com, a Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei nº. 2.014, de 29 de julho de 2009;

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e, Controle Social do Fundo de Manutenção e desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, os seguintes membros:

I - dois representantes do Poder Executivo Municipal, sendo pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação:

Titulares: Elaine Miriam Corbari Bondan e Erci Ana Klein;  
Suplente: Nadia Ana Hentz Henzel e Joseane Passoni;

II - um representante dos professores da educação básica das escolas públicas municipais:

Titular: Marinês Maria Vortmann Bender;  
Suplente: Lurdes Genuêfa da Silva Von Frihauf;

III - Um representante dos diretores das escolas públicas municipais:

Titular: Maria Vitória Sunti  
Suplente: Deborah Maria Tombini Sartoretto;

IV - Um representante dos servidores técnico-administrativos das escolas públicas municipais:

Titular: Marisa Lurdes de Oliveira;  
Suplente: Inês Maria Leiser;

V - Dois representantes dos pais de alunos das escolas públicas municipais:

Titulares: Felipe Uba Chupel e Ediane Maristela Granna  
Suplentes : Sheila Schmidt Sunti e Darlana Teresinha Gritti Niemayer

VI - Dois representantes dos estudantes da educação básica pública:

Titular: Fábio dos Santos e Luiz Carlos Gonçalves  
Suplente: Edson dos Santos e Valéria Gonçalves

VII - Um representante do Conselho Municipal de Educação:

Titular: Viviani Vanessa Devalle  
Suplente: Noeli Fatima Salvi

VIII - Um representante do Conselho Tutelar:

Titular: Chaiana Paula Fantin;  
Suplente: Belmira Schumann Granna

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 042/2018 de 12 de julho de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá,  
08 de Outubro de 2018.  
JAIRO LUIZ SARTORETTO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria na data supra.

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA  
Secretário de Administração e Fazenda

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO 025 PROCESSO SELETIVO 003/2017

Publicação Nº 1770291

#### CONVOCAÇÃO

Fica convocado o candidato, conforme abaixo, classificado no PS 003/2017 para comparecer a Secretaria Municipal de Educação, no dia 10 de Outubro de 2018, às 08:00 horas.

#### Pedagogia

Candidato	Assinatura
Ana Paula Remocri	

Itá, 09 de Outubro de 2018  
Jairo Luiz Sartoretto  
Prefeito Municipal de Itá/SC

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO 028 PROCESSO SELETIVO 002/2017

Publicação Nº 1770322

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO 028- PS 002/2017

Ficam convocados os classificados no Processo Seletivo 002/2017, homologado pelo Decreto 091/2017, conforme lista abaixo, para comparecerem na Secretaria Municipal de Educação no dia 10/10/2018 às 08:00.

#### AUXILIAR DE CLASSE

1	722456	Rosangela Wathier de Oliveira
---	--------	-------------------------------

Itá – SC, 09 de Outubro de 2018.  
Jairo Luiz Sartoretto  
Prefeito Municipal

### EXTRATO ADITIVO ATA POSTO MARTINI

Publicação Nº 1769686

7º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 105/2017, PL 073/2017

PARTES: Município de Itá e Auto Posto Martini LTDA

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 043/2017

OBJETO: Reajuste do valor da gasolina comum

VALOR REAJUSTADO: Gasolina: R\$ 4,71 (quatro reais e setenta e um centavos) por litro;

VIGÊNCIA: Início: 25/09/2018 Término: 31/12/2018

Jairo Luiz Sartoretto – Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA 025/2018 QUE DESIGNA COMISSÃO ESPECIAL PARA LEVANTAMENTO E POSTERIOR ANÁLISE CONCLUSIVA DE BENS NÃO ENCONTRADOS E EXTRAVIADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 1769805

PORTARIA Nº 025/2018, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

“DESIGNA COMISSÃO ESPECIAL PARA LEVANTAMENTO E POSTERIOR ANÁLISE CONCLUSIVA DE BENS NÃO ENCONTRADOS E EXTRAVIADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MARIO GABRIEL, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 45 da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica designa Comissão Especial para levantamento e análise conclusiva de bens pertencentes ao patrimônio deste Município que por ventura foram extraviados ou não encontrados.

Art. 2º Ficam designados, para integrar a referida comissão, os seguintes servidores:

Presidente: Cristina Casarotto Orlando

Membro: Silvana Colossi

Membro: Idacir Angelo Finger

Parágrafo único. Os trabalhos deverão ser concluídos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da publicação do presente decreto.

Art. 3º Para a realização dos trabalhos a comissão poderá requerer assessoria técnica e jurídica.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º São revogadas as disposições em contrário.

Itá, SC em 09 de outubro de 2016.

MARIO GABRIEL

Presidente

Registrado e Publicado no Mural Público

SILVANA COLOSSI

Assistente Administrativo



# Itapiranga

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 202, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1770125

**DECRETO Nº. 202, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018****CONCEDE MAJORAÇÃO DAS TARIFAS DO  
SERVIÇO DE UTILIDADE PÚBLICA DE  
TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS  
E OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a lei nº 2.692 de 05/07/2011 e Lei Orgânica Municipal;

**D e c r e t a:**

Art. 1º Fica concedida a majoração das tarifas do serviço de utilidade pública de transporte coletivo de passageiros, nas linhas autorizadas pelo Município, de acordo com as tabelas nº I, II, III, IV e V anexas, que ficam fazendo parte do presente Decreto.

Art. 2º Os concessionários de trajetos de ônibus e lotação são obrigados a conceder aos aposentados e pensionistas, na faixa etária de 60 a 65 anos, do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), passagens com redução de 50% (cinquenta por cento), sobre estas tabelas.

Parágrafo único. Para os maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade do transporte coletivo de passageiros de conformidade com o constante no art. 39 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

Art. 3º Os concessionários são obrigados a fornecer o troco, e na falta deste, o passageiro pagará sua passagem a menor.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 70, de 12 abril de 2017.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação.

Itapiranga, SC, 08 de outubro de 2018.

Jorge Welter  
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann  
Secretario de Administração.



## TABELA I

## TABELA DE PREÇOS DAS PASSAGENS DE ÔNIBUS

EMPRESA:	RUDOLFO ERI FREESE - ME											
Insc. Municipal:	398											
CNPJ:	81.825.788/0001-77											
	COQUEIRO	COQUEIRO	SÃO	PASSO	ALTA	BAIXA	BARRA	POPI	COTO-	BELEZA	SANTA	ITAPI-
	FUNDO		LUDGERO	FUNDO	L. BECKER	L. BECKER	MACACO		VELO		FE	RANGA
S. ANTONIO	4,95	4,95	4,95	4,95	4,95	6,80	6,80	5,45	6,80	6,80	6,80	9,15
COQUEIRO FUNDO		4,95	4,95	*	7,45	9,15	*	*	*	*	*	11,05
COQUEIRO			4,95	6,80	6,80	9,15	9,15	9,15	11,65	6,40	9,15	10,25
S. LUDGERO					4,95	6,80	6,80	*	6,80	6,80	9,15	8,55
POPI									4,95	*	9,15	6,25
PASSO FUNDO									4,95	*	6,80	9,15
BECKER ALTO										6,80	6,80	6,80
BECKER BAIXA										6,80	*	9,15
COTOVELO											6,80	9,15
ESQ. APARECIDA												9,15
B. DO MACACO												5,45
BELEZA												5,45
SANTA FE												5,45
S. LUDGERO FUNDO												11,05
DOIS SALTINHOS												11,05

TABELA APROVADA PELO DECRETO Nº 202/2018

APOSENTADOS: REDUÇÃO DE 50% DESTA TABELA

ITAPIRANGA, SC, 08 DE OUTUBRO DE 2018

PREFEITO

## TABELA II

## TABELA DE PREÇOS DAS PASSAGENS DE ÔNIBUS

EMPRESA:	RUDOLFO ERI FREESE - ME											
Insc. Municipal:	398											
CNPJ:	81.825.788/0001-77											
	COQUEIRO	COQUEIRO	SÃO	PASSO	ALTA	BAIXA	BARRA	POPI	COTO-	BELEZA	SANTA	ITAPI-
	FUNDO		LUDGERO	FUNDO	L. BECKER	L. BECKER	MACACO		VELO		FE	RANGA
CONCEIÇÃO												9,15
XAXIM												9,15
GUABIROBA												9,15
ESCONDIDA												12,40
LOURO												11,65
GORRETI												11,05
RICKIA												11,05
SÃO SEBASTIÃO												11,05
SOLEDADE												11,05
SANTA ISABEL												11,05
ASFALTO/LA. S. ISABEL												6,80
CORDILHEIRA												6,10
LA. SCHMITT												6,80
VOLTA GRANDE												9,15

TABELA APROVADA PELO DECRETO Nº 202/2018

APOSENTADOS: REDUÇÃO DE 50% DESTA TABELA

ITAPIRANGA, SC, 08 DE OUTUBRO DE 2018

PREFEITO

TABELA III

## TABELA DE PREÇOS DAS PASSAGENS DE ÔNIBUS

EMPRESA: **AUTO CHAPEAÇÃO ESPERANÇA LTDA**

Insc. Municipal: 331

CNPJ: 81.577.017/0001-08

	SANTA FÉ	DOURADO	KOTHE	SEDE CAPELA	SCHOELER	CHAPÉU
ITAPIRANGA	4,95	4,95	5,45	6,15	6,80	9,15
SANTA FÉ		4,95	4,95	6,60	5,95	8,95
DOURADO			4,95	4,95	6,60	6,80
KOTHE				4,95	4,95	5,95
SEDE CAPELA					4,95	4,95
SCHOELER						4,95

TABELA APROVADA PELO DECRETO Nº 202/2018

APOSENTADOS: REDUÇÃO DE 50% DESTA TABELA

ITAPIRANGA, SC, 08 DE OUTUBRO DE 2018

PREFEITO

TABELA IV

## TABELA DE PREÇOS DAS PASSAGENS DE ÔNIBUS

EMPRESA: **EMPRESA APARECIDA DE TRANSPORTE COLETIVO LTDA.**

Insc. Municipal: 399

CNPJ: 82.819.699/0001-80

	APARECIDA	ESQ. PACÍFICO	ESQ. APARECIDA	BARRA DO MACACO	ITAPIRANGA
BARRA DO PEPERI	4,95	5,45	5,65	9,15	11,05
APARECIDA		4,95	5,45	6,80	11,05
ESQ. PACÍFICO			4,95	5,45	9,15
ESQ. APARECIDA				4,95	6,90
BARRA DO MACACO					5,45
LARANJEIRA					5,45

TABELA APROVADA PELO DECRETO Nº 202/2018

APOSENTADOS: REDUÇÃO DE 50% DESTA TABELA

ITAPIRANGA, SC, 08 DE OUTUBRO DE 2018

PREFEITO

**TABELA V****TABELA DE PREÇOS DAS PASSAGENS DE ONIBUS**

EMPRESA: EMERSON KNAPP – MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL  
INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 1533  
CNPJ: 15.053.504/0001-47

ITAPIRANGA ATE	
CONCEIÇÃO	15,50
GORETTI	12,70
SOLEDADE	12,70
CORDILHEIRA	7,05
LA. SCHMITT	7,80
VOLTA GRANDE	10,45

TABELA APROVADA PELO DECRETO Nº 202/2018  
PARA APOSENTADOS: REDUÇÃO DE 50%

ITAPIRANGA, SC, 08 DE OUTUBRO DE 2018

PREFEITO

**LEI MUNICIPAL Nº 3.177, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1770128

LEI MUNICIPAL Nº 3.177, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

INSTITUI OS PROCEDIMENTOS DE SOLICITAÇÃO, ANÁLISE E APROVAÇÃO DE PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÕES DE PEQUENO PORTE E PROCEDIMENTOS DE EMISSÃO DE ALVARÁ DE LICENÇA PARA CONSTRUÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

**I. DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Esta Lei institui os procedimentos de análise e aprovação de projetos de Edificações de Pequeno Porte e padroniza os processos de emissão de Alvará de Licença para Construção destas edificações.

Art. 2º Considera-se Edificação de Pequeno Porte aquelas destinadas a uso Residencial Unifamiliar com até 150,00m<sup>2</sup> (cento e cinquenta metros quadrados).

Art. 3º Aplicam-se às Edificações de Pequeno Porte todas as normas do Plano Diretor Municipal e da Lei Municipal nº 3.106, de 30 de outubro de 2017.

**II. DOCUMENTAÇÃO**

Art. 4º A solicitação do Alvará de Licença para Construção deverá apresentar os seguintes documentos:

I. requerimento ao Poder Público Municipal, conforme modelo fornecido pelo Executivo;

II. projeto arquitetônico;

III. projeto hidro sanitário;

IV. memorial descritivo;

V. anotação de responsabilidade técnica devidamente cadastrada e válida no Conselho da Classe do profissional;

VI. documento de comprovação de titularidade do imóvel;

VII. Certidão Negativa de Débitos com o Poder Público Municipal;

VIII. Certidão de Área Urbana Consolidada;

IX. Declaração de Atendimento Integral ao Plano Diretor Municipal vigente.

X. Declaração de inexistência de serviço de movimentação de terra ou Anotação de Responsabilidade Técnica, devidamente registrada no Conselho do Profissional, contemplando o serviço.

§ 1º Os documentos descritos nos incisos I a X deverão ser assinados pelo responsável técnico e proprietário do imóvel.

§ 2º A Certidão de que trata o inciso VIII é dispensada para projetos de edificações situadas em Zona Rural e para lotes que não estejam localizados em área de preservação permanente.

### III. DA ANÁLISE, APROVAÇÃO E EMISSÃO DO ALVARÁ DE LICENÇA PARA CONSTRUÇÃO

Art. 5º Os documentos deverão ser protocolados junto ao Departamento de Projetos e Engenharia do Poder Executivo Municipal para análise, aprovação e emissão do respectivo Alvará de Licença para Construção.

Art. 6º O Poder Público emitirá parecer em 15 (quinze) dias úteis, contados da data de protocolo.

§ 1º Constatada irregularidade ou inconformidade na documentação apresentada, o Poder Público deverá emitir parecer sobre o não atendimento, comunicando o proprietário ou responsável técnico, conforme prazo estabelecido no caput deste artigo.

§ 2º Após a emissão do parecer, o proprietário ou responsável técnico terá prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar os documentos requeridos no parecer.

§ 3º Atendido integralmente o disposto no art. 4º, o Poder Público procederá a emissão do Alvará de Licença para Construção, conforme disposto no art. 13, da Lei Complementar nº 52, de 16 de agosto de 2012.

§ 4º Em caso de perdurar o não atendimento, o processo será arquivado, sem direito a ressarcimento de quaisquer taxas, tributos ou despesas pagas por parte dos requerentes, podendo o requerente dar abertura a novo protocolo.

§ 5º O tempo de arquivamento de que trata o parágrafo anterior será de 03 (três) meses, a partir da data de emissão do parecer.

Art. 7º No que tange aos projetos dispostos nos incisos II e III, do art. 4º, cabe ao Poder Público Municipal analisar e emitir parecer sobre:

I. a taxa de permeabilidade, ocupação e aproveitamento;

II. os recuos frontais e laterais;

III. a localização do lote, considerando a Área de Preservação Permanente do Rio Uruguai e a Lei 3.106, de 30 de outubro de 2017;

IV. a não interferência da edificação em lotes vizinhos;

V. a ligação do esgoto sanitário da edificação ser compatível com a estrutura existente no lote da edificação projetada;

VI. o projeto de caixa séptica ou sistema de tratamento individual, atendendo às normas técnicas vigentes;

VII. o projeto de caixas de inspeção e caixas de gordura, atendendo às normas técnicas vigentes.

VIII. a existência de caixa de reservação de água com volume que atenda às normas técnicas vigentes.

§ 1º O Poder Público Municipal se resguarda a analisar os projetos arquitetônicos e hidro sanitários no que concerne aos índices urbanísticos de impacto no contexto urbano;

§ 2º Todos os documentos dispostos no art. 4º serão analisados pelo Poder Público Municipal;

§ 3º Os demais itens do Plano Diretor e das normas técnicas vigentes serão de responsabilidade do Responsável Técnico, firmada pela Declaração prevista no inciso IX, do art. 4º.

§ 4º O não cumprimento, integral ou parcial, das normas do Plano Diretor e das normas técnicas, constatadas na vistoria para emissão de Habite-se, implicarão nas sanções e penalidades previstas em Lei.

### IV. DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º Este procedimento não isenta o requerente do pagamento de taxas, tributos ou demais despesas previstas em Lei.

Art. 9º Fica o Poder Público, por meio da análise, autorizado a solicitar do requerente, documentos complementares que julgar pertinente para análise do processo.

Art. 10 Os projetos de edificações não previstos no art. 2º desta Lei devem atender aos trâmites de análise, aprovação e emissão de Alvará de Licença para Construção previstos no Plano Diretor Municipal.

Itapiranga, em 09 de outubro de 2018.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios  
Secretaria de Administração.

## LEI MUNICIPAL Nº 3.178, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1770129

LEI MUNICIAPAL Nº 3.178, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

INSTITUI NO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA O PROGRAMA BOLSA ATLETA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa Bolsa Atleta, com o objetivo de beneficiar atletas municipais do desporto de rendimento não profissional representantes do Município.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se desporto de rendimento não profissional aquele identificado pela liberdade de prática e pela inexistência de contrato de trabalho, sendo permitido o recebimento de incentivos materiais e de patrocínio.

Art. 2º Os valores do benefício Bolsa Atleta serão destinados durante o ano-exercício fiscal, em até 10 (dez) parcelas mensais, mediante assinatura de Termo de Adesão ao Programa:

I - aos atletas, com participação em competição municipal, regional ou estadual, perfazendo R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais;

II - aos atletas, com participação em competição nacional ou internacional, perfazendo R\$ 1.000,00 (hum mil reais) mensais.

Parágrafo Primeiro. A idade mínima para o benefício da Bolsa Atleta será de 12 (doze) anos.

Parágrafo Segundo. O benefício financeiro a que se refere este artigo será reajustado anualmente pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, a contar de um ano da data de publicação desta Lei, mediante ato do chefe do Poder Executivo.

Art. 3º O benefício será concedido aos atletas do desporto de rendimento não profissional com observância da seguinte ordem de preferência:

- I - modalidade olímpica e paraolímpica;
- II - modalidade pan-americana e parapan-americana;
- III - modalidades radicais não abrigadas pelos incisos I e II.
- IV - modalidades náuticas ou aquáticas não abrigadas pelos incisos I e II;
- V - modalidades de artes marciais não abrigadas pelos incisos I e II;

Art. 4º O número de atletas contemplados por exercício será estipulado de acordo com a disponibilidade orçamentária do Fundo Municipal de Incentivo ao Esporte - FUNDESPORTE, sendo a concessão limitada a no máximo 03 (três) atletas do sexo feminino e 03 (três) atletas do sexo masculino para cada modalidade esportiva.

§ 1º O recebimento do benefício é incompatível com o recebimento de qualquer outro tipo de bolsa ou auxílio de natureza pública de outro ente federativo.

§ 2º Os atletas ou representantes legais de atletas que se encontrarem em débito com a Fazenda Pública Municipal não poderão receber o benefício desta Lei enquanto a pendência não for quitada.

§ 3º O recebimento do benefício não impede o atleta beneficiário de receber da iniciativa privada incentivos materiais.

§ 4º O recebimento do benefício não gera vínculo trabalhista ou de qualquer outra natureza entre os atletas beneficiários e a Administração Pública Municipal.

Art. 5º Para pleitear o benefício o atleta deverá atender aos seguintes requisitos:

- I - ser brasileiro nato ou naturalizado;
- II - ter domicílio no Município de Itapiranga há no mínimo 02 (dois) anos;
- III - estar devidamente matriculado em instituição de ensino;
- IV - estar devidamente cadastrado junto ao FUNDESPORTE;
- V - ter participado de competição no ano imediatamente anterior àquele em que está pleiteando a Bolsa, tendo obtido boa classificação no ranking da respectiva modalidade;
- VI - não estar cumprindo qualquer tipo de punição imposta por Tribunal de Justiça Desportiva, Federação ou Confederação.
- VII - não ter antecedentes criminais.

Art. 6º O pedido para a concessão da Bolsa Atleta, a ser autuado em processo administrativo próprio, será dirigido, após a publicação de edital de chamamento público, junto ao FUNDESPORTE por meio de requerimento instruído com os seguintes documentos:

- I - plano esportivo anual;
- II - cópia de documento oficial civil de identificação;
- III - autorização, com firma reconhecida em Cartório, do responsável legal nas hipóteses em que o atleta for menor de 18 (dezoito) anos;
- IV - cópia do título de eleitor, quando o atleta contar com 18 (dezoito) anos ou mais;
- V - atestado médico que comprove estar plenamente apto para a prática desportiva;
- VI - comprovante de residência no Município de Itapiranga;
- VII - comprovante de matrícula em instituição de ensino para os menores de 18 (dezoito) anos;
- VIII - comprovante de cadastro atualizado junto ao FUNDESPORTE;
- IX - comprovante de participação em competições no ano imediatamente anterior àquele em que está pleiteando a Bolsa Atleta, tendo obtido boa colocação no ranking da respectiva modalidade;
- X - declaração, com firma reconhecida em Cartório, do atleta de que não está cumprindo qualquer tipo de punição imposta por Tribunal de Justiça Desportiva, Federação e Confederação da respectiva modalidade;
- XI - certidão negativa de débitos municipais;
- XII - atestado de antecedentes criminais no âmbito estadual e federal quando o atleta contar com 18 (dezoito) anos ou mais.

Parágrafo único. Considera-se boa colocação no ranking geral da respectiva modalidade até a posição de 12º colocado em âmbito mundial, 8º colocado em âmbito nacional, 5º colocado em âmbito estadual e 3º colocado em âmbito municipal.

Art. 7º São deveres dos atletas beneficiários:

- I - para os atletas maiores de 18 (dezoito) anos, ministrar 03 (três) palestras no decorrer do ano em escolas públicas ou outros espaços públicos sobre sua modalidade esportiva e sobre a importância dos esportes na construção da cidadania, sempre que requisitado pelo FUNDESPORTE;
- II - ceder os direitos de imagem ao Município de Itapiranga;
- III - utilizar em uniformes de competição e de treinamento logotipo padrão disponibilizado pelo FUNDESPORTE.
- IV - representar o Município de Itapiranga em competições oficiais e eventos promovidos por entidades privadas sempre que houver convocação pelo Município.

Art. 8º Os recursos do Programa Bolsa Atleta somente poderão ser utilizados para a manutenção dos treinamentos e a participação em competições da modalidade praticada pelo atleta, conforme requerimento formulado perante a Administração Pública Municipal.

§ 1º Bimestralmente, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao último recebimento do benefício financeiro, o atleta deverá prestar contas na forma e condições estabelecidas pelo Município, exclusivamente quanto à participação efetiva em competições e na manutenção dos treinamentos de sua modalidade.

§ 2º Independentemente do prazo para apresentação da prestação de contas previsto no parágrafo anterior, o Município poderá, a qualquer tempo, fiscalizar a prática desportiva do atleta contemplado para fins de verificação do uso adequado dos recursos do Programa Bolsa Atleta.

Art. 9º A concessão do benefício poderá ser cancelada a qualquer momento caso os recursos do Programa Bolsa Atleta não estejam sendo

utilizados adequadamente e caso o atleta beneficiário:

- I - seja reprovado no ano letivo da concessão do benefício, no caso de atletas com idade entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos;
- II - deixe de participar, sem motivo plenamente justificável, de competições ou eventos esportivos, quando convocado pelo Município de Itapiranga;
- III - seja transferido para outro Município, Estado ou país;
- IV - utilize os recursos do benefício para fins diversos do especificado no art. 8º desta Lei;
- V - não preste conta nos termos do § 1º do art. 8º desta Lei;
- VI - seja dispensado de seleção representativa do Município de Itapiranga por indisciplina ou a pedido;
- VII - deixe de cumprir as determinações desta Lei.

Art. 10. Ficam estabelecidas as seguintes diretrizes para a concessão da Bolsa Atleta:

- I - a classificação das solicitações será feita com base no plano esportivo anual do atleta e na sua representatividade em competições no âmbito mundial, nacional, estadual, regional e municipal;
- II - a solicitação do benefício será aprovada por Comissão de Esportes, a ser criada por ato do chefe do Poder Executivo e que contará, obrigatoriamente, com composição mínima de 50% (cinquenta por cento) por servidores efetivos e com representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
- III - as decisões da Comissão de Esportes serão encaminhadas ao Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto para análise e decisão final;
- IV - serão publicadas no Diário Oficial do Município e no sítio eletrônico oficial da Prefeitura as solicitações de benefícios reprovadas e aprovadas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, contendo os seguintes dados:
  - a) Nome completo e número do RG do atleta solicitante;
  - b) modalidade esportiva pleiteada;
  - c) informação de aprovação ou reprovação do benefício.

Art. 11. Os atletas não beneficiados poderão interpor, no prazo de 10 (dez) dias da publicação mencionada no art. 10 desta Lei, recurso dirigido à Comissão de Esportes, objetivando a revisão da decisão da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

§ 1º A Comissão de Esportes julgará o recurso no prazo máximo de 10 (dez) dias.

§ 2º A decisão da Comissão de Esportes será publicada no Diário Oficial do Município e no sítio eletrônico oficial da Prefeitura.

Art. 12. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do FUNDESPORTE, suplementada caso necessário.

Art. 13. O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei naquilo que couber.

Art. 14. Ficam revogadas a disposição em contrário.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, SC, 09 de outubro de 2018.

Jorge Welter  
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios  
Secretaria de Administração.

## RESOLUÇÃO Nº 006/2018 E 007/2018 - COMASI

Publicação Nº 1770131

COMASI  
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
ITAPIRANGA – SC

### RESOLUÇÃO Nº 006/2018

Dispõe sobre aprovação do Demonstrativo Físico Financeiro do ano de 2017 da Política de Assistência Social do Município de Itapiranga/SC.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE ITAPIRANGA – COMASI, em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 09 de outubro de 2018, no uso de atribuições que lhe conferem a Lei Federal nº 8.741/93 e a Lei Municipal nº 1.969/2001 que institui o Conselho Municipal de Assistência Social;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar por unanimidade dos Conselheiros, o Demonstrativo Físico- Financeiro da Política de Assistência Social do Município de Itapiranga/SC, do ano de 2017;

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário;

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor após sua publicação.

Itapiranga/SC, 09 de Outubro de 2018.  
Andreia Fagundes da Silva Soethe  
Presidente do COMASI

COMASI  
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
ITAPIRANGA – SC

**RESOLUÇÃO Nº 007/2018**

Dispõe sobre a inscrição da Socioaprendizagem - Programa CIEE Aprendiz do Centro de Integração Empresa Escola – CIEE.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e regimentais e em Assembleia ordinária realizada em 09 de outubro de 2018,

**CONSIDERANDO:**

- A Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – LOAS, alterada pela Lei nº 12.435/2011, que em seu Art. 9º determina a prévia inscrição das Entidades de Assistência Social no CMAS para o seu funcionamento;
- A Lei 12.101/2009, alterada de certificação junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que em seu Art. 19, Inciso I, determina a prévia inscrição no CMAS;
- O Decreto Presidencial nº 6.308, de 14 de dezembro de 2007, que dispõe sobre as entidades e organizações de assistência social de que trata o artigo 3º da Lei. 8.742, de 07 de dezembro de 1993;
- A Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;
- A Resolução CNAS nº 33, de 28 de novembro de 2011, que define a Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho no campo da assistência social e estabelece seus requisitos;
- A Resolução CNAS nº 14, de 15 maio de 2014 que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social e as Orientações Conjuntas do MDS e CNAS com comentários à Resolução de 14/08/2014;
- A Nota Técnica nº 02/ 2017 – DRSP/SNAS/MDS que trata de orientações aos Conselhos Municipais da Assistência Social, às entidades e organizações de assistência social em relação às ações de promoção à integração ao mercado de trabalho.
- A Lei 12.868/2013 que altera a 12.101/2009, e inclui os programas de aprendizagem na Política de Assistência;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Deferir a inscrição da Socioaprendizagem – Programa CIEE Aprendiz CIEE do Centro de Integração Empresa Escola – CIEE, por atender aos critérios estabelecidos pela Política Nacional de Assistência Social.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor após sua publicação.

Itapiranga/SC, 09 de Outubro de 2018.  
Andreia Fagundes da Silva Soethe  
Presidente do COMASI



# Itapoá

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL Nº 3801, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1769854

DECRETO MUNICIPAL Nº 3801, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.  
Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares por anulação parcial de dotação.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 43, inciso III da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964 e artigo 5º da Lei Municipal nº 754, de 11 de dezembro de 2017 - LOA - 2018 e Lei Municipal nº 807, de 08 de outubro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por anulação parcial de dotação, perfazendo o montante de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) conforme segue:

Anulação:

#### 11 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

001 Dpto de Obras

0015.0451.0009.1028 Pavimentação de Ruas

34490 Aplicações Diretas – FR 03000000 ..... R\$2.000.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO ..... R\$2.000.000,00

Suplementações:

03 GABINETE DO PREFEITO

001 Gabinete do Prefeito

0004.0122.0002.2004 Manutenção do Gabinete do Prefeito

34490 Aplicações Diretas – FR 03000000 ..... R\$250.000,00

03 GABINETE DO PREFEITO

003 Fundo da Defesa Civil

0006.0182.0020.2140 Manutenção do Fundo da defesa Civil

33390 Aplicações Diretas – FR 03000000 ..... R\$250.000,00

34490 Aplicações Diretas – FR 03000000 ..... R\$1.500.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES ..... R\$2.000.000,00

Art. 2º Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 09 de outubro de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER

PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

CHEFE DE GABINETE

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR

SECRETÁRIO DA FAZENDA

### DESPACHO DE REMESSA E JULGAMENTO - TOMADA DE PREÇO Nº 14-18

Publicação Nº 1770290

DESPACHO DE REMESSA DE PROCESSO

REF: TOMADA DE PREÇO Nº 14/2018 – PROCESSO Nº 90/2018 – OBJETO: Contratação de empresas especializadas para: a) elaboração de estudo de modelagem computacional de estabilidade costeira e controle de vazão juntamente com os projetos executivos de engenharia para implantação de estruturas de fixação e proteção da barra do Rio Saí-mirim e b) elaboração do Estudo Ambiental Simplificado (EAS) para dragagem e obras de fixação da barra do

Rio Saí-mirim, conforme Termos de Referência e demais especificações constantes no Edital e seus Anexos.

À Diretora de Administração

Sra. ANGELA MARIA PUERARI

Segue anexo, o presente processo para que haja deliberação de V.Sas. no que se à impugnação impetrada pela Empresa ATLÂNTICO SUL CONSULTORIA E PROJETOS S/S LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.119.158/0001-18 com sede à Rodovia José Carlos Daux (SC 401), 4.150, Saco Grande, na cidade de Florianópolis/SC, CEP: 88.032-005, conforme folhas nº 315 á 336 e Protocolo nº 6744/2018.

Outrossim, a decisão do pedido encontra-se detalhada em Pareceres Técnicos sob folhas nº 362 á 363, 400 á 401 e no Parecer Jurídico nº 117/2018 sob folha nº 402, os quais consideram PARCIALMENTE PROCEDENTES as razões apresentadas pela empresa ATLÂNTICO SUL CONSULTORIA E PROJETOS S/S LTDA.

Itapoá, 09 de outubro de 2018.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL RISSI

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

DESPACHO DE JULGAMENTO

REF: TOMADA DE PREÇO Nº 14/2018 – PROCESSO Nº 90/2018 – OBJETO: Contratação de empresas especializadas para: a) elaboração de estudo de modelagem computacional de estabilidade costeira e controle de vazão juntamente com os projetos executivos de engenharia para implantação de estruturas de fixação e proteção da barra do Rio Saí-mirim e b) elaboração do Estudo Ambiental Simplificado (EAS) para dragagem e obras de fixação da barra do Rio Saí-mirim, conforme Termos de Referência e demais especificações constantes no Edital e seus Anexos.

Após análise de todas as peças processuais que interessam a espécie adoto as razões apresentadas nos Pareceres Técnicos sob folhas nº 362 á 363, 400 á 401 e no Parecer Jurídico nº 117/2018 sob folha nº 402, como se minhas fossem, considerando-as integradas a este, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE a impugnação impetrada pela Empresa ATLÂNTICO SUL CONSULTORIA E PROJETOS S/S LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.119.158/0001-18 com sede à Rodovia José Carlos Daux (SC 401), 4.150, Saco Grande, na cidade de Florianópolis/SC, CEP: 88.032-005, conforme folhas nº 315 á 336 e Protocolo nº 6744/2018 para que sejam tomadas as demais medidas cabíveis para a sequência do interesse público.

Itapoá, 09 de outubro de 2018.

ANGELA MARIA PUERARI

DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº 3479/2018

### JULGAMENTO DO PROCESSO DE SINDICÂNCIA INVESTIGATÓRIA PSI Nº 011/2018

Publicação Nº 1770427

JULGAMENTO DO PROCESSO DE SINDICÂNCIA INVESTIGATÓRIA PSI Nº 011/2018

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA, Secretária de Administração de Itapoá-SC., no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art.181 paragrafo segundo, inciso I, da Lei

## Complementar nº 44/2014

## Resolve:

ACATAR o relatório final da Comissão instituída e nomeada através da Portaria nº. 3.078/2018, bem como o Parecer Jurídico, referente ao Processo de Sindicância Investigatória nº. 011/2018, e DETERMINA:

## 1. ARQUIVAMENTO DO FEITO.

Itapoá, 09 de Outubro de 2018.  
Joselene G. do Nascimento Cunha  
Secretária de Administração

## JULGAMENTO DO PROCESSO SINDICANCIA INVESTIGATÓRIA – PSI Nº. 014/2018

Publicação Nº 1770428

### JULGAMENTO DO PROCESSO SINDICANCIA INVESTIGATÓRIA – PSI Nº. 014/2018

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA, Secretária de Administração de Itapoá –SC., no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art. 181 parágrafo segundo, inciso II, da Lei Complementar 044/2014:

## Resolve:

ACATAR, o relatório final da Comissão instituída e nomeada através da Portaria nº 3.438/2018, referente ao Processo de Sindicância Investigatória nº 014/2018 e DETERMINA:

1. De acordo com o Item nº 01 do relatório final – Arquite-se o feito.

2. De acordo com o Item nº 02 do relatório final – Abertura de Processo Administrativo Disciplinar.

Itapoá (SC), 09 de outubro de 2018  
Joselene Gonçalves do Nascimento Cunha  
Secretária de Administração

## LEI MUNICIPAL Nº 807, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1769852

### LEI MUNICIPAL Nº 807, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir créditos adicionais suplementares por anulação parcial de dotação.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares por anulação parcial de dotação, em conformidade com o artigo 43, inciso III da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964 e artigo 5º da Lei Municipal nº 754, de 11 de dezembro de 2017 – LOA/2018, conforme abaixo:

## Anulação:

#### 11 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

001 Dpto de Obras

0015.0451.0009.1028 Pavimentação de Ruas

34490 Aplicações Diretas – FR 03000000 ..... R\$2.000.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO ..... R\$2.000.000,00

## Suplementações:

#### 03 GABINETE DO PREFEITO

001 Gabinete do Prefeito

0004.0122.0002.2004 Manutenção do Gabinete do Prefeito

34490 Aplicações Diretas – FR 03000000 ..... R\$250.000,00

#### 03 GABINETE DO PREFEITO

003 Fundo da Defesa Civil

0006.0182.0020.2140 Manutenção do Fundo da defesa Civil

33390 Aplicações Diretas – FR 03000000 ..... R\$250.000,00

34490 Aplicações Diretas – FR 03000000 ..... R\$1.500.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES ..... R\$2.000.000,00

Art. 2º Fica autorizada a compatibilização das leis orçamentárias com as alterações decorrentes da presente Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 08 de outubro de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

## PREGÃO Nº 75/2018 - REGISTRO DE PREÇO Nº 29/2018 - PROCESSO Nº 108/2018 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA

Publicação Nº 1770379

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2018

REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2018

PROCESSO Nº 108/2018

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por Lote, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 13h:30min receberá o protocolo dos envelopes no Setor de Licitações e Contratos, e que às 14h:00min do dia 24 de outubro de 2018, na sala do Setor de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável à participação no certame para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA DA POLICIA MILITAR, COM NECESSÁRIO FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DE REPOSIÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, e poderá ser retirado através do site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) no link "pregão", ou extrato no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), ou até mesmo na Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos das 13h00min às 19h00min.

Itapoá, 09 de outubro de 2018.

ANGELA MARIA PUERARI

DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº 3479/2018

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

CHEFE DE GABINETE

RICHARDSON BORTOLINI LIMA

COMANDANTE DO PELOTÃO DA POLICIA MILITAR –

1º Tenente PM – 4ºPEL/3ºCIA/8ºBPM

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ: TERMO CONVOCAÇÃO Nº 017/2018 EDITAL 31/2017**

Publicação Nº 1769751

**TERMO CONVOCAÇÃO Nº 017/2018**

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 31/2017 – Luiza Montalvão de Oliveira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo o candidato convocado à comparecer na Secretária de Educação no dia 10/10/2018, para distribuição de aula, que atuara nas escolas de Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Itapoá.

09H00MIN

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
32	40h	Professor Aux. De Turma	Nelma Machado	16/10/2018	19/12/2018

De acordo com o item 8.1 do edital 031/2017:

Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não responderem à convocação publicada no site da Prefeitura Municipal de Itapoá, no prazo de 02 dias úteis;
- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;
- Desistirem da vaga;
- Assumir a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida.

Itapoá, 09 de outubro de 2018

Luíza Montalvão de Oliveira Bongalhardo

Secretária de Educação

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ: TERMO CONVOCAÇÃO Nº 018/2018 EDITAL 31/2017**

Publicação Nº 1769788

**TERMO CONVOCAÇÃO Nº 018/2018**

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 31/2017 – Luiza Montalvão de Oliveira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo o candidato convocado à comparecer na Secretária de Educação no dia 10/10/2018, para distribuição de aula, que atuara nas escolas de Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Itapoá.

09H00MIN

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
33	40h	Professor Aux. De Turma	Natália Kruger	16/10/2018	19/12/2018

De acordo com o item 8.1 do edital 031/2017:

Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não responderem à convocação publicada no site da Prefeitura Municipal de Itapoá, no prazo de 02 dias úteis;
- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;
- Desistirem da vaga;
- Assumir a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida.

Itapoá, 09 de outubro de 2018

Luíza Montalvão de Oliveira Bongalhardo

Secretária de Educação

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: EDITAL Nº 37/2018 - PROFESSOR DE 1º AO 3º ANO SÉRIES INICIAIS PRÉ CLASSIFICAÇÃO**

Publicação Nº 1770019

Inscrições DEFERIDAS – 09/10/2018						
Edital 037/2018 - HABILITAÇÃO 4º e 5º ANOS – SÉRIES INICIAIS						
Ordem	Nome	Habilitado	Cursos	Tempo de serviço	Desempate	Total
1	SIRLENE TERESINHA ÁVILA ANTUNES	1º ao 3º ano - séries iniciais	0	217		217

2	JOSIANE LETICIA S. DE LIMA	1º ao 3º ano - séries iniciais	98	77		175
3	RIZOLENE FATIMA SANTANA SCHAUTZ SOUZA	1º ao 3º ano - séries iniciais	42	126		168
4	ANA PAULA LETICIA DOS SANTOS H. CARVALHO	1º ao 3º ano - séries iniciais	07	58		65
5	ROSELI FATIMA DA SILVA	1º ao 3º ano - séries iniciais	13	14		27
6	LIZIANE MARA DO NASCIMENTO	1º ao 3º ano - séries iniciais	16	0		16
7	ANGELA MARIA REIS	1º ao 3º ano - séries iniciais	0	13		13
8	PRICILA CHIARELLO ROCHA	1º ao 3º ano - séries iniciais	12	0		12
9	MARA CRISTINA DA SILVA	1º ao 3º ano - séries iniciais	0	0		0

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: EDITAL Nº 38/2018 - PROFESSOR DE CIÊNCIAS PRÉ CLASSIFICAÇÃO**

Publicação Nº 1770024

Edital 038/2018 - Matérias Específicas – CIÊNCIAS

Inscrições DEFERIDAS – 09/10/2018

Ordem	Nome	Habilitado	Cursos	Tempo de serviço	Desempate	Total
1	MARILENE LEMONY	CIÊNCIAS	63	23		86
2	PAULA REBOLA	ESTUDANTE 4º PERIODO	0	115		115
3	VICTOR GIOVANI K. SLEZINSKI	ESTUDANTA 3º PERIODO	0	0		0

Inscrições INDEFERIDAS – 09/10/2018

Ordem	Candidato	Protocolo	Base do indeferimento
1	SONIA APARECIDA DOS SANTOS	01	DESCUMPRIU O ITEM 4.3
2	RAYSSA DEMEY DE ANDRADE	04	DESCUMPRIU O ITEM 4.3
	SELMA CRISTINA G. LOURES	05	DESCUMPRIU O ITEM 3.2.1 LETRA B

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA BONGALHARDO

Secretária de Educação

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: EDITAL Nº 39/2018 - ADICIONAL 2%**

Publicação Nº 1770245

Edital nº 039/2018/SME – ADICIONAL DE 2%

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA BONGALHARDO, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público, pelo presente Edital as normas e procedimentos que nortearão a concessão de um adicional correspondente a 2% (dois por cento) a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, devidamente comprovado, aos membros efetivos do Magistério Público Municipal de Itapoá / SC, no ano de 2018.

**1 - Dos Procedimentos:**

1.1 - A concessão de um adicional correspondente a 2% (dois por cento) deverá ser requerida mediante formulário próprio (modelo anexo), devendo ser anexada cópia autenticada do certificado de cursos de capacitação e aperfeiçoamento cursados nos últimos 05 (cinco) anos (conforme dispõe o art. 1º da Lei Municipal nº 713/2017).

1.2 - Os certificados apresentados deverão ser autenticados na Secretaria Municipal de Educação, mediante apresentação dos originais e cópias, no período de 23 a 26 de outubro de 2018 (3ª a 6ª feira), das 08h00min às 16h00min.

1.3 - A fundamentação legal para a concessão desta solicitação é o artigo 34 em seus §1º, §2º e §3º da Lei Municipal 075/2001 de 24/12/2001, do artigo 9º da Lei Municipal 153/03 de 02/01/2003 e a Resolução nº 006/04/CME/ITAPOÁ/ SC do Conselho Municipal de Educação de 28/09/2004;

1.4 - A concessão se dará após análise efetuada pela Comissão Permanente de Enquadramento de Cargos e Salários do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, da Secretaria Municipal de Educação (SME), com Parecer do Conselho Municipal de Educação (CME).

1.5 - Poderão requerer a concessão deste adicional correspondente a 2% (dois por cento), os Professores e Especialistas em Assuntos Educacionais do quadro do Magistério Público Municipal, com no mínimo três anos no cargo (concluído o estágio probatório);

1.6 - Havendo excedente de horas deverá ser computado somente no ano subsequente, conforme art. 5º da Resolução 06/04/CME/Itapoá/SC. As sobras inferiores a 20 horas não serão computadas;

1.7 - Cabe ao requerente a veracidade do certificado apresentado, bem como, não enviar certificados já utilizados para o adicional de 2% dos anos anteriores. Se houver irregularidade na documentação apresentada, a Comissão oficializará o servidor para que no prazo de dois dias úteis do recebimento, possa solucioná-lo;

1.8 - Será vedada, por determinação do Conselho Municipal de Educação, a concessão do adicional correspondente a 2% (dois por cento) aos membros do Magistério Público Municipal em desvio de função, exceto os Gestores de Escola, Coordenadores Pedagógicos, Diretor(a) Pedagógico(a) e Secretário(a) Municipal de Educação que já cumpriram o estágio probatório, conforme art. 7º da Resolução 06/04/CME/Itapoá/SC;

1.9 - O período destinado para protocolar requerimento será de 29 a 31 de outubro de 2018 (2ª a 4ª feira), na Secretaria Municipal de Educação, sendo possível o encaminhamento por meio do malote das escolas até o prazo estipulado;

**2 - Da divulgação do Resultado Parcial:**

2.1 - A relação parcial dos requerimentos deferidos correspondente ao adicional de 2% (dois por cento) será publicada em edital dia 27/11/2018 (3ª feira), na Secretaria Municipal de Educação e site da Prefeitura;

**3 - Da Reconsideração (Recursos)**

3.1 - O candidato terá 02 (dois) dias úteis, 28 e 29 de novembro de 2018 (4ª e 5ª feira), para solicitar reconsideração do requerimento indeferido junto à Secretaria Municipal de Educação;

3.2 - No dia 30/11/2018 (6ª feira), será publicado o resultado dos recursos, se houverem, juntamente com a relação final dos requerimentos deferidos.

**4 - Das Disposições Finais:**

4.1 - Após a homologação dos requerimentos, o profissional da educação terá a concessão de um adicional correspondente a 2% (dois por cento) sobre o seu vencimento a partir do exercício seguinte;

4.2 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Permanente de Enquadramento de Cargos e Salários do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, da Secretaria Municipal de Educação e com parecer do Conselho Municipal de Educação.

Itapoá, 09 de outubro de 2018.

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA BONGALHARDO  
Secretária Municipal de Educação

REQUERIMENTO Edital Nº 001/2018 – ADICIONAL 2%

À Sra.

Luiza Montalvão de Oliveira Bogalhardo  
Secretária Municipal de Educação  
Nesta

Eu, \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, ocupante do cargo de \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, nível \_\_\_\_\_, lotado(a) na(s) Es-  
cola(s) \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, disciplina/cargo \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, com carga horária de \_\_\_\_\_ horas semanais, vem  
através deste,

REQUERER,

Concessão de um adicional correspondente a 2% (dois por cento) a cada 80 (oitenta) horas anuais de cursos de capacitação e aperfeiçoamento contados dos últimos 05 (cinco) anos; mediante comprovação em anexo.

NESTES TERMOS

PEDE DEFERIMENTO

Assinatura

Itapoá, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Obs.: Enviar este requerimento, acompanhado de cópia dos certificados já autenticados.



# Ituporanga

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 71, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1769620

DECRETO Nº 71, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.

Institui o Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência - CMDPD de Ituporanga.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga e de acordo com a Lei nº 2.694, de 17 de julho de 2017:

#### DECRETA

Art. 1º Fica instituído o Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência do Município de Ituporanga/SC, órgão vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social, com participação direta da sociedade civil. Sendo de caráter deliberativo, consultivo e fiscalizador da política municipal de atendimento dos direitos das pessoas com deficiência, em consonância com a legislação federal e estadual.

Art. 2º O Conselho será composto de forma paritária entre o poder público municipal e a sociedade civil, e será constituído por:

I - por representantes das entidades governamentais:

- a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social/CRAS/CREAS;
- c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação/ou Cultura;
- d) 01(um) representante da Secretaria de Esportes.

II - por representantes das entidades não governamentais:

- a) 01 (um) representante das organizações dos usuários;
- b) 02 (dois) representantes das entidades prestadoras de serviços e organizações no âmbito municipal;
- c) 01 (um) representante dos trabalhadores no setor.

§ 1º. Cada membro do Conselho Municipal de Direitos das Pessoas com Deficiência - CMDPD terá um suplente.

§ 2º. Os membros do Conselho terão um mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por um mandato de igual período.

§ 3º. A função de membro do CMDPD é de interesse público e não será remunerada.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ituporanga, 05 de outubro de 2018.  
OSNI FRANCISCO DE FRAGAS  
Prefeito do Município de Ituporanga

BRUNA RUDOLFO  
Secretária da Administração

JANETE MEES JUTTEL  
Secretária da Assistência Social

### DECRETO Nº 72, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1769621

DECRETO Nº 72, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.

Nomeia membros do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência - CMDPD de Ituporanga.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga e de acordo com a Lei nº 2.694, de 17 de julho de 2017;

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para compor o Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência - CMDPD de Ituporanga, instituído pelo Decreto nº 71/2018:

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Viviana Cristina de Fragas

Suplente: Bruna Scheidt Eger

Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Neide Aparecida Floriano

Suplente: Michele de Souza

Representantes da Secretaria Municipal da Educação

Titular: Márcia Correa Ribeiro

Suplente: Ticiane Nienkotter Costa

Representantes do Departamento Municipal de Esportes

Titular: Paulo César Mohr

Suplente: Carlos Rogério Erhardt

Representantes da Associação Ituporanguense da Pessoa com Deficiência - AIPD

Titular: Cristiano Scheidt

Suplente: Ana Lúcia Schafer

Representantes do Hospital Bom Jesus

Titular: Fernanda da Silva Zulian Legal

Suplente: Eliane Aparecia Althoff

Representantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE

Titular: Ivani Kanke Schlemper

Suplente: Elaine Alves Cordova

Representantes das Associações de Pais e Professores - APPs

Titular: Lilian Grosskopf Patzlaff

Suplente: Katiusia Micehele Visentainer

§ 1º Os membros do Conselho terão um mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por um mandato de igual período.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ituporanga, 05 de outubro de 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito do Município de Ituporanga

BRUNA RUDOLFO

Secretária da Administração

JANETE MEES JUTTEL  
Secretária da Assistência Social

**PORTARIA Nº 965, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1769562

PORTARIA Nº 965, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.

O Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 881, de 10 de setembro de 2018, que altera a carga horária da servidora ROSEMARY LEHMKUHL, ocupante do cargo de PROFESSORA III na Secretaria de Educação, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, para 20 horas semanais, com atribuição de exercício no C.E. Bom Pastor, no período de 07/09/2018 a 19/12/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 05 de outubro de 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS  
Prefeito do Município

BRUNA RUDOLFO  
Secretária da Administração

ROSÂNGELA APARECIDA FRANÇA WIESE  
Secretária da Educação

**PORTARIA Nº 966, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1769564

PORTARIA Nº 966, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com a Lei nº 1.839/2000, Edital nº 001/2017 e Contrato nº 62/2018, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora ROSEMARY LEHMKUHL admitida em caráter temporário no cargo de PROFESSORA III na Secretaria da Educação, com desempenho da função no CE. Bom Pastor, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, sendo 20 horas semanais na disciplina de hora atividade e 20 horas semanais em vaga vinculada a Alicia Elsa Souza que se encontra em licença gestação.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de setembro de 2018.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 05 de outubro de 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS  
Prefeito do Município

BRUNA RUDOLFO  
Secretária da Administração

ROSÂNGELA APARECIDA FRANÇA WIESE  
Secretária da Educação

**PORTARIA Nº 967, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1769566

PORTARIA Nº 967, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município e conferida pelo art. 140, inciso II da Lei complementar nº 020/2008, RESOLVE;

Art. 1º Conceder licença gestação à servidora CARÍCIA BILK VIEIRA, ocupante do cargo de PROFESSORA na Secretaria de Educação, no período de 27/09/2018 a 24/01/2019, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 27 de setembro de 2018.

Ituporanga, SC, 05 de outubro de 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS  
Prefeito Municipal

BRUNA RUDOLFO  
Secretária de Administração

ROSÂNGELA APARECIDA FRANÇA WIESE  
Secretária da Educação

**PORTARIA Nº 968, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1769567

PORTARIA Nº 968, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o atestado médico em anexo, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde à MILEIDE MARIAN, ocupante do Cargo de PROFESSORA na Secretaria da Educação, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, no período de 03/10/2018 a 16/10/2018, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de outubro de 2018.

Ituporanga, SC, 05 de outubro de 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS  
Prefeito Municipal

BRUNA RUDOLFO  
Secretária de Administração

ROSÂNGELA APARECIDA FRANÇA WIESE  
Secretária da Educação



**PORTARIA Nº 969, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1769569

PORTARIA Nº 969, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o atestado médico em anexo, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde à ROSANA APARECIDA FLORIANO LESSA, ocupante do cargo de PROFESSORA na Secretaria da Educação, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, no período de 01/10/2018 a 05/10/2018, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de outubro de 2018.

Ituporanga, SC, 05 de outubro de 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito Municipal

BRUNA RUDOLFO

Secretária de Administração

ROSÂNGELA APARECIDA FRANÇA WIESE

Secretária da Educação

**PORTARIA Nº 970, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1769571

PORTARIA Nº 970, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o atestado médico em anexo, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde à CLEI GIOVANI SOUZA, ocupante do cargo de PROFESSOR na Secretaria da Educação, com jornada de trabalho de 20 horas semanais, no período de 12/09/2018 a 25/10/2018, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de setembro de 2018.

Ituporanga, SC, 05 de outubro de 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito Municipal

BRUNA RUDOLFO

Secretária de Administração

ROSÂNGELA APARECIDA FRANÇA WIESE

Secretária da Educação

**PORTARIA Nº 971, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1769573

PORTARIA Nº 971, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o atestado médico em anexo, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde à TICIANE NIENKOTTER COSTA, ocupante do cargo de PROFESSORA na Secretaria da Educação, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, no período de 17/09/2018 a 01/10/2018, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de setembro de 2018.

Ituporanga, SC, 05 de outubro de 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito Municipal

BRUNA RUDOLFO

Secretária de Administração

ROSÂNGELA APARECIDA FRANÇA WIESE

Secretária da Educação

**PORTARIA Nº 972, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1769574

PORTARIA Nº 972, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o atestado médico em anexo, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde à CLARICE MARTENDAL BEL, ocupante do cargo de SERVENTE na Secretaria da Educação, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, no período de 19/09/2018 a 28/09/2018, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de setembro de 2018.

Ituporanga, SC, 05 de outubro de 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito Municipal

BRUNA RUDOLFO

Secretária de Administração

ROSÂNGELA APARECIDA FRANÇA WIESE

Secretária da Educação

**PORTARIA Nº 973, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1769575

PORTARIA Nº 973, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde de pessoa da família à servidora MÁRCIA DE JESUS, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE na Secretaria da Saúde, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, no período de 17/09/2018 a 20/09/2018, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de setembro de 2018.

Ituporanga, SC, 05 de outubro de 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito Municipal

BRUNA RUDOLFO  
Secretária de Administração

JOSÉ CARLOS DE FARIAS  
Secretário da Saúde

**PORTARIA Nº 974, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1769576

PORTARIA Nº 974, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com a Lei nº 1.839/2000 e Contrato nº 103/2018, RESOLVE:

Art. 1º Admitir em caráter temporário ROSEMARY LEHMKUHL no cargo de PROFESSORA III na Secretaria da Educação, com desempenho da função no CE Bom Pastor, no período de 07/09/2018 a 19/12/2018, com jornada de trabalho de 20 horas semanais.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 07 de setembro de 2018.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 05 de outubro de 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS  
Prefeito do Município

BRUNA RUDOLFO  
Secretária de Administração

ROSÂNGELA APARECIDA FRANÇA WIESE  
Secretária da Educação

**PORTARIA Nº 975, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1769577

PORTARIA Nº 975, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com a Lei nº 1.839/2000 e Contrato nº 88/2018, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o contrato de ADAIR KOERICH, admitida em caráter temporário no cargo de PROFESSORA III na Secretaria da Educação, para o período de 21/09/2018 a 21/12/2018, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, com desempenho da função no CEI. Irma Kempner de Farias, em vaga vinculada a Carícia Bilk Vieira, que se encontra em licença gestação.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21 de setembro de 2018.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 05 de outubro de 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS  
Prefeito do Município

BRUNA RUDOLFO  
Secretária de Administração

ROSÂNGELA APARECIDA FRANÇA WIESE  
Secretária da Educação

**PORTARIA Nº 976, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1769578

PORTARIA Nº 976, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com a Lei nº 1.839/2000 e Contrato nº 21/2018, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o contrato de ANDRESSA OTILIA MANRICH, admitida em caráter temporário no cargo de PROFESSORA III na Secretaria da Educação, para o período de 27/09/2018 a 19/12/2018, com jornada de trabalho de 20 horas semanais, com desempenho da função no CE. Pedro Júlio Muller, em vaga vinculada a Sirlei Aparecida Velho, que se encontra em readaptação.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 27 de setembro de 2018.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 05 de outubro de 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS  
Prefeito do Município

BRUNA RUDOLFO  
Secretária de Administração

ROSÂNGELA APARECIDA FRANÇA WIESE  
Secretária da Educação

**CÂMARA MUNICIPAL****PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2018.**

Publicação Nº 1769999



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CAMARA DE VEREADORES DE ITUPORANGA**

Página: 1/9  
 Processo Nº.: 7/2018  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2018

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 1/2018**

No dia 5 do mês de Julho do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) CAMARA DE VEREADORES DE ITUPORANGA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 79.369.633/0001-21, com sede administrativa localizada na Rua Vereador Joaquim Boing, 40, bairro Centro, CEP nº. 88400-000, nesta cidade de Ituporanga/SC, representado pelo(a) PRESIDENTE DO LEGISLATIVO MUNICIPAL, o Sr(a). JAIME ROBERTO SENS, inscrito no CPF sob o nº. 292.794.969-72, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 6/2018, Processo Licitatório nº. 7/2018, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) Registro de preços para compra de computadores, partes/peças de computadores e materiais de consumo de informática em geral para uso da Câmara Municipal de Ituporanga/SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
711	COMP1 INFORMATICA LTDA	2
710	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	15, 16, 17, 18, 19
708	INT SOLUCOES PARA RECICLAGEM LTDA	7, 8, 10, 11, 13, 14
706	MC TECNOLOGIA LTDA	
709	RD NEGÓCIOS DE INFORMATICA LTDA	3, 9
705	SOMA COMÉRCIO DE TINTAS LTDA	4, 5, 12
707	VICENTE DEPARTAMENTO EIRELI	6

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 22 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
COMP1 INFORMATICA LTDA	17.299.299/0001-20	LEANDRO MARCONI HOLTZ	050.367.749-30
IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	20.081.724/0001-14	HELTON BILK	040.857.619-78
INT SOLUCOES PARA RECICLAGEM LTDA	07.703.592/0001-57	MARCOS KEITI UEDA	567.164.519-00
MC TECNOLOGIA LTDA	27.343.865/0001-07	MAYCON CRISTHIAN DE SOUZA	062.525.429-54
RD NEGÓCIOS DE INFORMATICA LTDA	21.972.444/0001-69	SANDRO VILMAR PIRES	584.080.379-00
SOMA COMÉRCIO DE TINTAS LTDA	26.044.069/0001-00	STEFAN SYMALLA	012.721.746-03
VICENTE DEPARTAMENTO EIRELI	27.286.283/0001-36	RODRIGO ALVES DE CAMPOS	080.057.959-39

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

Registro de preços para compra de computadores, partes/peças de computadores e materiais de consumo de informática em geral para uso da Câmara Municipal de Ituporanga/SC.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço por Item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITUPORANGA**

Página: 2/9  
Processo Nº.: 7/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2018

**Fornecedor: 705 - SOMA COMÉRCIO DE TINTAS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	Disco Rígido com configuração igual ou superior- Capacidade 500GB;- Interface SATA de 3Gb/s SATA II;- Velocidade de rotação 7.200 RPM	UN	TOSHIBA	4,000	263,8000	1.055,20
5	Disco Rígido com configuração igual ou superior- Capacidade 1 TB;- Interface SATA de 3Gb/s SATA II;- Velocidade de rotação 7.200 RPM	UN	TOSHIBA	4,000	314,0000	1.256,00
12	Pen Drive de 16 GB; Interface USB 2.0; Garantia de 1 ano	UN	SCANDISK	8,000	39,7000	317,60

**Fornecedor: 707 - VICENTE DEPARTAMENTO EIRELI**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	Monitor LED 21,5", widescreen; Cor Predominante: Preta; Tipo: LED; Resolução de 1366x766	UN	AOC	5,000	686,0000	3.430,00

**Fornecedor: 708 - INT SOLUCOES PARA RECICLAGEM LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	Teclado Português Brasil ABNT2, 107 teclas, USB que permite mudança de inclinação do teclado	UN	EVUS / TC03	5,000	26,9000	134,50
8	Mouse USB, 2 botões, com scroll entre os botões; Óptico ou laser	UN	EVUS / MO01	5,000	22,6300	113,15
10	Fonte ATX C3Tech 350W; Alimentação automática bivolt (100V/240V)	UN	BLUECASE/B	6,000	108,4000	650,40
11	Roteador Wireless, 4 portas, 2 antenas, 300Mbps com configuração igual ou superior	UN	TP LINK / WR	4,000	97,9000	391,60
13	Pen Drive de 32 GB; Interface USB 2.0; Garantia de 1 ano	UN	MULTILASER	8,000	69,4000	555,20
14	HD Externo Portátil; Capacidade de armazenamento de 2TB; Velocidade de Transferência de Dados USB 3.0 (4.800 Mb/s); Conexões USB 3.0/USB 2.0; Alimentação energia Via USB	UN	SEAGATE/EX	2,000	488,0000	976,00

**Fornecedor: 709 - RD NEGÓCIOS DE INFORMATICA LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	Notebooks completos com especificação/configuração mínima igual ou superior: Sistema Operacional - MS Windows 10 Pro (x64 Bits) Licenciado; Cor do notebook - Preto; Processador - Intel Core i5 6ª geração 2.3 GHz - 2.8 GHz Turbo Boost (3MB Cache) Memória RAM - 6 GB Armazenamento - HD - 1TB 5400 RPM Placa de Vídeo - Intel HD Graphics 520 Tela - 15,6" - HD LED LCD Som - Áudio de alta definição, com dois alto-falantes estéreo Web Cam - Acer Crystal Eye HD / HDR1 USB 2.0 USB 3.01 HDMI com Suporte HDCP USB-C 3.1 Gen 11 Leitor de Cartão SD1 Porta de Rede no Padrão RJ-451 Entrada para fonte carregadora de energia1 porta no padrão combo para Microfone / Fone de Ouvido Drive óptico - Leitor e gravador de DVD / CDPadrão teclado - Português padrão ABNT + Teclado numérico integradoLeitor de cartões - Leitor de cartão SD Touchpad com função multitouch; Voltagem - Bivolt- Garantia de 12 meses, Deverá ser prestada no local onde estiver o equipamento, com início do atendimento em no máximo 12 horas a partir da abertura do chamado e 36 horas para conclusão ou substituição do equipamento. A garantia dos equipamentos, e eventuais custos relativos a deslocamentos, estadias, gastos com alimentação e transportes serão de responsabilidade da empresa vencedora sem nenhum ônus para a Câmara.	UN	ACER	2,000	4.189,0000	8.378,00
9	Estabilizador 300 VA Nominal; Entrada Bivolt (110V/230V); 04 Tomadas com saída de 110V; Selo de Garantia do INMETRO	UN	TS SHARA	5,000	75,0000	375,00

**Fornecedor: 710 - IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
15	Tonner HP 83A - compatível, primeiro uso, não remanufaturado	UN	MASTERPRIN	5,000	50,0000	250,00
16	Tonner HP 85A - compatível, primeiro uso, não remanufaturado	UN	MASTERPRIN	20,000	43,0000	860,00
17	Cartucho de Tinta HP60, colorido, original, 6,5ML	UN	HP	15,000	162,0000	2.430,00
18	Cartucho de Tinta HP60b, preto, original, 4,5ML	UN	HP	30,000	126,0000	3.780,00
19	Papel sulfite (ofício), formato A4, cor branca, gramatura 75 g/m², medindo 210MM x 297MM, pacote com 500 folhas	UN	RINO	60,000	23,4000	1.404,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CAMARA DE VEREADORES DE ITUPORANGA**

Página: 3/9

Processo Nº.: 7/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2018

**Fornecedor: 711 - COMP1 INFORMATICA LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	Computador completo com especificação/configuração mínima igual ou superior. Descrição detalhada dos itens: *Processador: Intel Core i5 4440 - 3.10GHz - 6MB Cache - Socket 1150 - 6ª Geração; Placa Mãe 1150 Gigabyte GA-B85M-D3PH - Possuir 1 (um) slot de expansão padrão PCI ou PCIe (PCI Express) x1 livre, após a instalação de todos os dispositivos; Possuir 1 (um) slot de expansão padrão PCI ou PCIe (PCI Express) x16 livre, após a instalação de todos os dispositivos; Possuir no mínimo 4 (quatro) conectores externos padrão USB (Universal Serial Bus) versão 2.0; Possuir no mínimo 2 (dois) conectores externos padrão USB (Universal Serial Bus) versão 3.0; Possuir no mínimo 1 (um) conector externo HDMI; Possuir no mínimo 1 (um) conector externo S-Video; Possuir ao menos 2 (dois) conectores USB acessíveis no painel dianteiro, sem a utilização de HUB ou portas USB instaladas em placas de expansão; Conexão de Rede por porta RJ45 com velocidade Gigabit (10/100/1000Mb/s); *Disco Rígido com capacidade de 1TB; Interface SATA de 3Gb/s SATA II; Velocidade de rotação 7.200 RPM; *Memória RAM: 6 GB DDR3 1333MHZ *Gabinete: Padrão ATX; Cor Predominante Preta; *Monitor: LED 21,5", Widescreen, 1366x768, HighDefinition; Cor Predominante Preta; Tipo: LED; *Teclado: Português Brasil ABNT2, 107 teclas, USB; Permitir mudança de inclinação do teclado; *Mouse: USB, 2 botões, com scroll entre os botões, óptico ou laser acompanhado de apoio (mousepad); *Som- Caixa de Som Coletex 1 Watts RMS USB Preto; *Fonte Energia: Fonte ATX C3Tech 350W Real - Alimentação automática bivolt 100-240V/DVD/CD- Gravador DVD/CD LG SATA Preto; *Sistema Operacional: Windows 10 Professional 64 bits em Português - Licenciado; *Estabilizador: 300VA Nominal; Entrada Bivolt (110 V/230 V); 04 Tomadas com saída de 110V;- Selo de Garantia do INMETRO; Garantia 12 meses; Deverá ser prestada no local onde estiver o equipamento, com início do atendimento em no máximo 12 horas a partir da abertura do chamado e 36 horas para conclusão ou substituição do equipamento; A garantia dos equipamentos, e eventuais custos relativos a deslocamentos, estadias, gastos com alimentação e transportes serão de responsabilidade da empresa vencedora sem nenhum ônus para a Câmara; *Acessórios: cabos, manuais, drivers e acessórios para o perfeito funcionamento do equipamento; *Entrega: Computador deverá vir montado, com Sistema Operacional instalado e com todos os drivers necessários para o funcionamento instalados.	UN	Comp4/AOC/	2,000	3.725,0000	7.450,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CAMARA DE VEREADORES DE ITUPORANGA**

Página: 4/9

Processo Nº.: 7/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2018

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
  - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
  - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

### **CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CAMARA DE VEREADORES DE ITUPORANGA**

Página: 5/9  
Processo Nº.: 7/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2018

## **CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

### **5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

### **5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CAMARA DE VEREADORES DE ITUPORANGA**

Página: 6/9

Processo Nº.: 7/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2018

## **CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

## **CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CAMARA DE VEREADORES DE ITUPORANGA**

Página: 7/9

**Processo Nº.: 7/2018**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2018**

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

## **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

## **CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CAMARA DE VEREADORES DE ITUPORANGA**

Página: 8/9  
Processo Nº.: 7/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2018

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CAMARA DE VEREADORES DE ITUPORANGA**

Página: 9/9

Processo Nº.: 7/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2018

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Ituporanga, 5 de Julho de 2018.

\_\_\_\_\_  
**JAIME ROBERTO SENS**  
**PRESIDENTE DO LEGISLATIVO MUNICIPAL**

**Empresas Participantes:**

COMP1 INFORMATICA LTDA	CNPJ: 17.299.299/0001-20	_____
IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	CNPJ: 20.081.724/0001-14	_____
INT SOLUCOES PARA RECICLAGEM LTDA	CNPJ: 07.703.592/0001-57	_____
MC TECNOLOGIA LTDA	CNPJ: 27.343.865/0001-07	_____
RD NEGÓCIOS DE INFORMATICA LTDA	CNPJ: 21.972.444/0001-69	_____
SOMA COMÉRCIO DE TINTAS LTDA	CNPJ: 26.044.069/0001-00	_____
VICENTE DEPARTAMENTO EIRELI	CNPJ: 27.286.283/0001-36	_____

# RELAÇÃO DAS COMPRAS MENSAIS - SETEMBRO/2018

Publicação Nº 1770010



## ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA DE VEREADORES DE ITUPORANGA

CNPJ: 79.369.633/0001-21  
Rua Vereador Joaquim Boing, 40  
C.E.P.: 88400-000 - Ituporanga - SC

Folha: 1/1

### RELAÇÃO MENSAL DAS COMPRAS

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Setembro/2018**.

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	Faixa em Lona 3M x 50CM com Logo do Poder Legislativo Mun.	TAIS DA ROSA ME	14.665.602/0001-72	1,00	UN	180,00	180,00
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	Mão-de-obra Técnica 1	EDEMAR GARCIA	017.996.719-33	1,00	UN	240,00	240,00
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	Pilha Aaa	MINI MERCADO EVANDRO LTDA	10.198.088/0001-51	29,00	UN	3,99	115,71
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	Pilha Aaa4	MINI MERCADO EVANDRO LTDA	10.198.088/0001-51	6,00	UN	3,99	23,94
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	Alcool etílico 92,8%, acondicionado em embalagem de 1 litro	MINI MERCADO EVANDRO LTDA	10.198.088/0001-51	6,00	UN	3,99	23,94
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	Pilha Aaa2	MINI MERCADO EVANDRO LTDA	10.198.088/0001-51	9,00	UN	5,99	53,91
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	Limpador Perfumado 500ML	MINI MERCADO EVANDRO LTDA	10.198.088/0001-51	5,00	UN	3,48	17,40
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	Limpador desengordurante com borrifador, embalagem de 500ML	MINI MERCADO EVANDRO LTDA	10.198.088/0001-51	3,00	UN	7,90	23,70
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	Papel Higiênico 16 Robôs	MINI MERCADO EVANDRO LTDA	10.198.088/0001-51	4,00	UN	13,98	55,92
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	Coca-Cola 2L	ANTONIO FRANCISCO MARTINI - ME	80.430.952/0001-84	1,00	UN	9,00	9,00
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	Salgadinhos Fritos Diversos	ANTONIO FRANCISCO MARTINI - ME	80.430.952/0001-84	80,00	UN	0,80	64,00
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	Blocos de Rascunho	JOSE ALECIO DA SILVA & CIA LTDA ME	28.475.103/0001-27	1,00	UN	12,90	12,90
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	Pasta C/ Grampo	JOSE ALECIO DA SILVA & CIA LTDA ME	28.475.103/0001-27	40,00	UN	2,50	100,00
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	Caneta CD 1.0	JOSE ALECIO DA SILVA & CIA LTDA ME	28.475.103/0001-27	1,00	UN	6,90	6,90
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	Campainha de Chamada em Inox	JOSE ALECIO DA SILVA & CIA LTDA ME	28.475.103/0001-27	1,00	UN	19,90	19,90
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	Marca-Texto	JOSE ALECIO DA SILVA & CIA LTDA ME	28.475.103/0001-27	2,00	UN	4,90	9,80
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	Bloco de Anotação com 100 Folhas	JOSE ALECIO DA SILVA & CIA LTDA ME	28.475.103/0001-27	4,00	UN	3,90	15,60
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	Grampos para grampeador, 26/6 acobreado, caixa com 5.000	JOSE ALECIO DA SILVA & CIA LTDA ME	28.475.103/0001-27	1,00	CX	8,90	8,90
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	Suporte Para Banner em Alumínio	AMAPAL INFORMATICA LTDA ME	18.252.883/0001-92	3,00	UN	100,00	300,00
						Total Geral →	1.281,52

# Jaborá

## PREFEITURA

### LC 153/2018

Publicação Nº 1769572

Altera dispositivos da Lei Complementar n. 94, de 17 de novembro de 2009 e dá outras providências.

KLEBER MÉRCIO NORA, Prefeito de Jaborá, Estado de Santa Catarina:

FAÇO saber, em cumprimento as atribuições legais conferidas pela legislação em vigor, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte:

#### LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. A Lei Complementar n. 94, de 17 de novembro de 2009 passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 7º. O processo de abertura, registro, alteração e baixa da microempresa e empresa de pequeno porte, bem como qualquer exigência para o início de seu funcionamento, deverá ter trâmite especial e simplificado, preferencialmente eletrônico, opcional para o empreendedor, podendo ser dispensados o uso da firma, com a respectiva assinatura autógrafo, o capital, requerimentos, demais assinaturas, informações relativas ao estado civil e regime de bens, bem como remessa de documentos, na forma estabelecida pelo CGSIM.

Art. 8º. Ressalvado o disposto nesta Lei Complementar e em legislação federal pertinente, ficam reduzidos a 0 (zero) todos os custos, inclusive prévios, relativos à abertura, à inscrição, ao registro, ao funcionamento, ao alvará, à licença, ao cadastro, às alterações e procedimentos de baixa e encerramento e aos demais itens relativos ao Microempreendedor Individual, incluindo os valores referentes a taxas, a emolumentos e a demais contribuições relativas aos órgãos de registro, de licenciamento, sindicais, de regulamentação, de anotação de responsabilidade técnica, de vistoria e de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas.

§ 1º. Na ocorrência de fraude no registro do Microempreendedor Individual - MEI feito por terceiros, o pedido de baixa deve ser feito por meio exclusivamente eletrônico, com efeitos retroativos à data de registro.

§ 2º. A inscrição do microempreendedor individual deverá ser realizada no Portal do Empreendedor, disponível no site [www.portal-doempreendedor.gov.br](http://www.portal-doempreendedor.gov.br).

§ 3º. A realização de inscrição do microempreendedor individual diretamente no Portal do Empreendedor prescindida da realização e deferimento da consulta de viabilidade poderá resultar no indeferimento da inscrição municipal e revogação de eventuais documentos emitidos anteriormente à análise do pedido de inscrição pelo Município, em especial dos registros provisórios do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ e do Número de Inscrição no Registro de Empresas - NIRE, obtido com o registro dos atos constitutivos das empresas nas juntas comerciais do respectivo Estado.

§ 4º. A inscrição da microempresa e da empresa de pequeno porte deverá ser realizada no sistema eletrônico, após o deferimento da consulta de viabilidade.

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jaborá/SC, em 09/outubro/2018  
KLEBER MÉRCIO NORA  
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 10/10/2018

CLAUDIA CORRADI TONIELLO  
Secretária De Administração

### LEI 1.623/2018

Publicação Nº 1769568

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019."

KLEBER MÉRCIO NORA, Prefeito de Jaborá, Estado de Santa Catarina:

FAÇO saber, em cumprimento as atribuições legais conferidas pela legislação em vigor, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte:

#### LEI

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - CF/1988, c/c o disposto nos artigos 130, inciso II e 2º, inciso II, do ato das Disposições Transitórias da Lei Orgânica Municipal, ficam estabelecidas as Diretrizes Orçamentárias do Município de Jaborá para o exercício de 2019, compreendendo:

- I - prioridades e metas da Administração Municipal;
- II - estrutura e organização dos orçamentos;
- III - diretrizes para elaboração e execução dos orçamentos;
- IV - disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - disposições sobre despesas com pessoal;
- VI - disposições sobre alterações na legislação tributária;
- VII - disposições gerais.

#### CAPÍTULO I

#### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As prioridades e metas da Administração Municipal são as constantes nos Anexos I a XIII desta Lei.

§ 1º Os recursos estimados na Lei Orçamentária Anual - LOA, para o exercício de 2019 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas no Anexo II desta Lei, não se constituindo em limite à programação das despesas.

§ 2º Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, mediante decreto, o Anexo II desta Lei, no que se refere à:

- I - ampliação ou diminuição das metas propostas;
- II - adequação da denominação dos programas, das ações, dos produtos e das unidades de medida;
- III - transferência de ações entre programas.

§ 3º Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2019, o Poder Executivo poderá aumentar, diminuir ou alterar as metas estabelecidas, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 4º O Anexo II - Prioridades e Metas conterà, no que couber, o

disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

§ 5º Havendo variação da receita, positiva ou negativa, em relação à meta estipulada, a meta da despesa poderá ser ajustada, automaticamente, em função do resultado primário definido.

## CAPÍTULO II

### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º - O orçamento para o exercício financeiro de 2019 abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo e o Fundo Municipal de Saúde e será elaborado em consonância com a estrutura organizacional do Município.

Art. 4º - A LOA evidenciará, para cada unidade gestora, a receita por rubrica e a despesa por programa, função, subfunção, projeto, atividade ou operação especial e, quanto a sua natureza, no mínimo, por categoria econômica, grupos de natureza e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as normas e anexos definidos pela legislação vigente e atendimento ao PCASP (Plano de Contas Aplicado ao Setor Público).

§ 1º Os Fundos Municipais integrarão o orçamento geral do Município, apresentando, em destaque, as receitas e as despesas a eles vinculadas.

Art. 5º - A mensagem que encaminhará o projeto da LOA será apresentada na forma da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e alterações.

## CAPÍTULO III

### DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 6º - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da LOA para o exercício de 2019 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma destas etapas, bem considerar a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra esta Lei.

Art. 7º - Os estudos para definição do orçamento da receita para o exercício de 2019 deverão contemplar as alterações da legislação tributária, os incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o comportamento do cenário econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita dos últimos 3 (três) exercícios.

Parágrafo Único - Em decorrência ao disposto no caput deste artigo, os demonstrativos de receitas e despesas constantes nos Anexos I e II desta Lei poderão ser atualizados na elaboração da LOA.

Art. 8º - Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas, será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de "outras despesas correntes", "investimentos", "inversões financeiras" e "serviços de terceiros", de cada poder.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado, ainda, o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recurso.

Art. 9º - A expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado fica condicionada à observância das exigências da LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 10 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar as contas públicas os consignados no Anexo XI desta Lei.

§ 1º Em caso de ocorrência de riscos fiscais, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2018 e anteriores.

§ 2º Sendo esses recursos insuficientes, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei propondo anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou comprometidos.

Art. 11 - O orçamento para o exercício de 2019 poderá conter reserva de contingência, limitada a 3% (três por cento) da receita corrente líquida, destinada a atender passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos.

Parágrafo Único - Para efeito desta Lei, entende-se por passivo contingente, as situações futuras que possam constituir prováveis obrigações ou despesas para o Município, como: sentenças judiciais, estados de emergência ou de calamidade pública e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 12 - O Poder Executivo estabelecerá o desdobramento da receita em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, em até 30 (trinta) dias da publicação da LOA.

Art. 13 - Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, poderão ser executados à medida do ingresso dos recursos.

Art. 14 - As renúncias de receita estimadas para o exercício de 2019 não serão consideradas para efeito da previsão da receita.

Art. 15 - A transferência de recursos financeiros à organizações da sociedade civil será realizada com fulcro na Lei Federal nº. 13.019/2014, de 31 de julho de 2014 e alterações.

Art. 16 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, I e II, da LRF, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º, da LRF, são consideradas irrelevantes as despesas cujo valor não ultrapasse os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/1993, devidamente atualizado.

Art. 17 - Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras e para etapas de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 18 - A realização de despesas de competência de outros entes da federação só será assumida quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na LOA.

Art. 19 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas a preços correntes.

Art. 20- A Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício de 2019 poderá conter autorização para:

I - abertura de crédito suplementar, mediante decreto, até o limite de 1/4 (um quarto) do montante das respectivas dotações orçamentárias, ou até o montante, tendo como fonte de recursos o excesso de arrecadação e o superávit financeiro de exercícios



anteriores;

II - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos dentro da mesma categoria econômica e do mesmo programa, por decreto, até o limite de 1/4 (um quarto) do montante das respectivas dotações orçamentárias;

III - realizar, mediante decreto, a transposição, o remanejamento ou a transferência de dotações, de uma fonte de recursos para outra, dentro de uma mesma modalidade de aplicação.

Art. 21 - Durante a execução orçamentária do exercício de 2019, o Poder Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras, na forma de crédito especial.

Art. 22 - O controle de que trata os arts. 4º, I, "e" e 50, § 3º, da LRF será desenvolvido de forma a apurar os custos e a avaliar os resultados dos programas financiados com recursos da LOA.

Art. 23- A Assessoria Jurídica diligenciará junto ao Poder Judiciário Estadual e Federal, sem prejuízo do envio da relação de dados cadastrais dos precatórios aos órgãos e entidades devedoras, até 15 de outubro de 2018, a relação dos débitos constantes nos precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária do exercício de 2019, conforme determina o art. 100, § 5º, da CF/1988, discriminada por entidade da Administração, especificando:

I - número da ação originária;

II - número do precatório;

III - tipo de causa julgada;

IV - data da notificação do despacho do Presidente do Tribunal;

V - nome do beneficiário;

VI - valor do precatório a ser pago.

§ 1º A inclusão de recursos na LOA para o exercício de 2019, para pagamento de precatórios que se enquadrem na situação do art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT da CF/1988 será realizada de acordo com os seguintes critérios:

a) Os precatórios não alimentícios, os créditos individualizados, cujo valor for superior a 200 (duzentos) salários mínimos, serão objeto de parcelamento em até 12 (doze) parcelas iguais e anuais sucessivas, estabelecendo-se que o valor de cada parcela não poderá ser inferior a 10 (dez) salários mínimos, excetuando-se o resíduo, se houver;

b) Os precatórios originários de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único à época da imissão na posse, cujos valores ultrapassem o limite disposto no inciso anterior, serão divididos em 2 (duas) parcelas iguais e anuais sucessivas;

c) Os juros legais, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, serão acrescidos aos precatórios objetos de parcelamento, a partir da segunda parcela.

§ 2º A atualização monetária dos precatórios, será efetuada nos termos dos parágrafos 5º e 12 do art. 100 da CF/1988.

§ 3º No momento da expedição do precatório, dele deverá ser abatido, a título de compensação, valor correspondente aos débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra o credor original, incluídas parcelas vincendas de parcelamentos, ressalvados aqueles cuja execução esteja suspensa em virtude de contestação administrativa ou judicial (§ 9º, do art. 100, da CF/1988), devendo para tanto, a Secretaria Municipal de Finanças, informar à Assessoria Jurídica o valor a ser compensado.

Art. 24 - Somente se incluirá precatórios cujos processos tenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e atendam ao menos 1 (uma) das seguintes condições:

I - comprovação de trânsito em julgado dos embargos à execução;

II - certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer

impugnação aos cálculos.

Art. 25 - Para fins de acompanhamento, controle e centralização, as Unidades da Administração Pública Direta e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Assessoria Jurídica, antes do atendimento da requisição judicial, observadas as normas e orientações pertinentes.

#### CAPÍTULO IV

##### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 26 - Obedecidos aos limites da Resolução nº 43/2001 e alterações, do Senado Federal, o Município poderá realizar operações de crédito no exercício de 2019 e conceder garantias em operação de crédito, observados o art. 167, II, da CF/1988 e os arts. 31 a 43 da LRF.

Parágrafo Único - Poderão ser realizadas operações de crédito para financiamento de despesas correntes, quando permitidas em normas federais.

Art. 27 - As operações de crédito deverão ser autorizadas por lei específica, restando, no momento da autorização, automaticamente acrescida a meta fiscal correspondente à dívida fundada, se for o caso.

Art. 28 - Ultrapassado o limite de endividamento, o Poder Executivo adotará as medidas definidas no art. 31, § 1º, da LRF.

#### CAPÍTULO V

##### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 29 - Para fins do art. 169 da CF/1988 fica autorizada a concessão de qualquer vantagem ou aumento da remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreira, bem como a admissão ou a contratação de pessoal, a qualquer título, pelas Unidades e entidades da Administração Direta ou Indireta, observadas as exigências constitucionais e os limites de despesas da LRF.

Parágrafo Único - Fica autorizada, nos termos da Lei Municipal nº 1.043/2002 de 15 de março de 2002, a revisão geral das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos, inativos e pensionistas dos Poderes Executivo e Legislativo, cujo percentual será definido em lei específica.

Art. 30 - Fica autorizada a cessão de servidores, com ônus para o Município, a órgãos da Administração Direta e Indireta dos Governos Federal, Estadual e Municipal, Poder Judiciário, bem como entidades de classe.

Art. 31- No exercício de 2019, a realização de serviço em horário extraordinário, quando a despesa houver extrapolado o limite prudencial, somente poderá ocorrer quando destinado ao atendimento de relevante interesse público que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo Único - A autorização para realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no caput deste artigo, é de exclusiva competência do titular da área executora, ouvido o Secretário Municipal de Administração.

Art. 32 - Em caso de superação do limite prudencial de despesa de pessoal, os Poderes Executivo e Legislativo adotarão as medidas previstas nos parágrafos 3º e 4º do art. 169 da CF/1988 e nos arts. 22 e 23 da LRF.

Art. 33 - Para efeito desta Lei, entende-se como terceirização de

mão de obra referente substituição de servidores, prevista no art. 18, § 1º, da LRF, a contratação de mão de obra para execução de funções e atividades finalísticas do Ente, para as quais haja correspondência com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos, Carreiras e Salários do Poder Executivo, Fundos Municipais, ou, ainda, atividades próprias da Administração Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão de obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, não será registrada no elemento "34 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização", devendo ser classificada no elemento de despesa correspondente.

## CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 34 - O Poder Executivo, autorizado por lei, poderá conceder ou ampliar benefícios fiscais e/ou econômicos de natureza tributária, com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo, nestes casos, ser considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto orçamentário e financeiro, conforme disposto no art. 14 da LRF.

§ 1º Em caso de recolhimento parcelado do IPTU, será dividido em parcelas mensais, sem acréscimo de encargos, exceto, se houver, a variação da Unidade Fiscal de Referência - UFIR Municipal.

§ 2º Em caso de recolhimento parcelado da Contribuição de Melhoria, poderá ser dividida em parcelas mensais, conforme definido em ato do Poder Executivo Municipal, sem acréscimo de encargos, exceto, se houver, a variação da UFIR Municipal.

Art. 35 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados na forma da lei, não se constituindo em renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da LRF.

Art. 36 - A lei que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício, de natureza tributária ou financeira, na forma do art. 14, II, da LRF, somente entrará em vigor após a anulação de despesas em valor equivalente, caso produzam impacto financeiro no mesmo exercício.

Parágrafo Único - A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, até o limite da estimativa específica constante no Anexo X desta Lei, será considerada na estimativa da receita da LOA, de modo a não afetar as metas fiscais, na forma do art. 14, I, da LRF.

## CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37 - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovação e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 38- O Poder Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal de Vereadores no prazo estabelecido na Lei Orgânica Municipal.

Art. 39 - Para fins de apreciação da proposta orçamentária, do acompanhamento e da fiscalização orçamentária, será assegurado ao órgão responsável, o acesso irrestrito, para fins de consulta, a

todos os dados disponíveis no Poder Executivo.

Art. 40 - Se o projeto de lei orçamentária não for sancionado pelo Prefeito Municipal até 31 de dezembro de 2018, a programação nele constante poderá ser executada em cada mês, até 1/12 (um doze avos) das dotações da proposta original, enquanto não concluído o processo legislativo.

Art. 41 - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 42 - Fica o Poder Executivo autorizado a alienar os equipamentos e materiais permanentes inservíveis e antieconômicos, devendo o produto da alienação ser aplicado em despesas de capital.

Parágrafo Único - Decreto do Poder Executivo estabelecerá a relação dos bens com os respectivos códigos patrimoniais, objetos de alienação.

Art. 43 - O Poder Executivo Municipal está autorizado a firmar convênios com as entidades definidas no art. 15 desta Lei, com o Governo Federal e Estadual, por intermédio dos órgãos da Administração Direta ou Indireta, para a realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, observado o disposto no § 2º do art. 116 da Lei Federal nº 8.666/1993.

Parágrafo Único - Fica igualmente autorizado o Poder Executivo Municipal a firmar convênios com o Poder Judiciário e outras esferas de governo de qualquer instância, seja Federal ou Estadual, no que concerne também à cessão de pessoal, podendo assumir encargos que não sejam de competência municipal.

Art. 44 - Fica autorizado o Poder Executivo, através da Contadoria e Controladoria Geral do Município a efetuar a compatibilização e adequação dos Instrumentos de Planejamento das Programações Orçamentárias: Plano Plurianual - PPA, Lei 1592 de 29 de agosto de 2017, após a aprovação da Presente Lei.

Art. 45 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Jaborá (SC)  
Gabinete do Prefeito Municipal de Jaborá/SC,  
em 09/outubro/2018.  
KLEBER MÉRCIO NORA  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 10/10/2018

CLAUDIA CORRADI TONIELLO  
Secretária De Administração

**LEI 1.624/2018**

Publicação Nº 1769570

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE JABORÁ ALIENAR VEÍCULOS, MÁQUINAS EQUIPAMENTOS, SUCATAS E OUTROS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

KLEBER MÉRCIO NORA, Prefeito de Jaborá, Estado de Santa Catarina:

FAÇO saber, em cumprimento as atribuições legais conferidas pela legislação em vigor, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

KLEBER MÉRCIO NORA, Prefeito Municipal de Jaborá, Estado de Santa Catarina:

FAÇO saber a todos os habitantes do município que encaminhei a Câmara de Vereadores para apreciação e aprovação o seguinte PROJETO DE LEI:

Art. 1º Fica autorizada a Alienação, mediante Leilão, dos bens constantes no Anexo Único que integra esta Lei.

Parágrafo único. O produto financeiro advindo da aplicação deste artigo será aplicado de acordo com o que faculta o artigo 44 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 2º Os preços mínimos de venda de cada Lote relacionado no Anexo Único desta Lei, são aqueles fixados pela Comissão de Avaliação de Bens Inservíveis, designada pelo Prefeito Municipal para esse fim.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Jaborá (SC)

Gabinete do Prefeito Municipal de Jaborá/SC, em 09/outubro/2018.

KLEBER MÉRCIO NORA

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 10/10/2018

CLAUDIA CORRADI TONIELLO

Secretária De Administração

**ANEXO ÚNICO**

LOTE	BEM	QUANT.	AVALIAÇÃO R\$
1.	Fiat Ducato Mult Jaedi T, capacidade 16 pessoas, 127 cv, teto alto, placa MKL 1992, RENAVAL 525675213, Ano/Modelo 2013.	01	20.000,00
2.	Caminhão basculante M. Benz 1113, placa MAB 7435, RENAVAL 552697834, ano/modelo 1986	01	10.000,00
3.	Ford Courier L 1.6 FLEX, 109 CVs, Ano/Modelo 2009/2009, placa MFZ 3675, RENAVAL 149885067	01	2.500,00
4.	Distribuidor de Dejetos orgânico seco, 2,5 ton. e pulverizador tração animal.	01	200,00
5.	Distribuidor de dejetos orgânico Líquido, Marca Nogueira 4.000 litros.	01	200,00
6.	Distribuidor de dejetos orgânico Líquido, Marca Nogueira 4.000 litros.	01	200,00
7.	Distribuidor de dejetos orgânico Líquido, Mepel 4.000 litros, amarelo.	01	200,00
8.	Ensiladeira para feno marca Nogueira – modelo Haynog 300.	01	150,00
9.	Distribuidor de dejetos orgânico Líquido, Fatritol 3.000 litros, amarelo.	01	200,00
10.	Distribuidor de dejetos orgânico Líquido, Marca Zanela 4.000 litros.	01	200,00
11.	Estrutura para plaina e concha dianteira, para trator agrícola	01	300,00
12.	Estrutura e capota para trator New Holland TL 85	01	200,00
13.	Para brisa para trator agrícola, compatível TL 75 À TL 95.	01	150,00
14.	Para-lamas trator agrícola New Holland modelo TL	01	100,00
15.	Distribuidor de dejetos orgânico Líquido, Ipacol 3.000 litros	01	200,00
16.	Distribuidor de dejetos orgânico Líquido, Mepel 4.000 litros, amarelo.	01	200,00

# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 12.366/2018

Publicação Nº 1770137

D E C R E T O Nº 12.366/2018

Abre Crédito Adicional no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.507/2017, de 30/11/2017, e Alterações Posteriores, para Reforço de Crédito Especial, Autorizado pela Lei Municipal Nº 7.530/2017, de 15/12/2017, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.507/2017, de 30 de novembro de 2017,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito adicional, no valor de R\$ 2.320.000,00 (Dois milhões, trezentos e vinte mil reais), para reforço de crédito especial dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (Samae), a saber:

25 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

25.04 - SAMAE - DIVISÃO RESÍDUOS SÓLIDOS

25.04.17.512.14014.405 - Manutenção das Atividades Técnicas e Operacionais - Resíduos Sólidos

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

25.04.71 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

25.04.17.512.14014.407 - Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

25.04.74 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 2.200.000,00

TOTAL R\$ 2.320.000,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Excesso de Arrecadação" do Samae, proveniente dos recursos vinculados à Tarifa de Manejo de Resíduos (TMR), no valor de R\$ 2.320.000,00 (Dois milhões, trezentos e vinte mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 08 de outubro de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

### DECRETO Nº 12.367/2018

Publicação Nº 1770138

D E C R E T O Nº 12.367/2018

Aprova o Loteamento Residencial IMIGRANTES.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos das Leis Federal Nº 6.766/1979, de 19/12/1979; Estadual Nº 17.492/2018, de 22/01/2018; e Municipal Nº 1.767/1993, de 09/12/1993;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 348/2018/Semplu, de 05/10/2018, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo;

DECRETA :

Art.1º Fica aprovado o Loteamento Residencial IMIGRANTES, com área total de 116.353,03m², da MI Nº 87.877, de propriedade de Silveira Participações Eireli, situado à Rua 849 - Alfredo Emílio Ernesto Benkendorf, bairro Três Rios do Norte, área urbana, conforme

plantas e documentação anexas ao Processo PMJS 18.528/2018.

Art.2º O loteamento é composto de 01 (um) lote destinado ao Uso Público Especial (A.U.P.E.), com área de 11.827,50m²; 03 (três) lotes destinados a Área Verde (01, 02 e 03), compreendendo a área de 25.570,59m²; 157 (cento e cinquenta e sete) lotes comercializáveis, do 01 ao 157, totalizando a área de 56.902,41m²; e 22.052,53m² de área de arruamento, compreendendo leitos carroçáveis e passeios.

§1º As Ruas "A", "B", "C", "D", "E" e "F" passam a receber, respectivamente, os números 1518, 1519, 1520, 1521, 1522, 1523 e a Rua "G" passa a ser identificada como Rua 849 - Alfredo Emílio Ernesto Benkendorf.

§2º A Rua Projetada descrita na MI Nº 87.877 encontra-se implantada no Loteamento, ficando cancelado o respectivo gravame.

§3º Sobre a A.U.P.E. e as Áreas Verdes 02 e 03, está gravada a Área de Preservação Permanente (APP) de 50,00m a partir da margem do Rio Itapocu e de 30,00m para ambos os lados do Córrego. A área de APP nas Áreas Verdes 02 e 03 correspondem, respectivamente, a 1.198,43m² e 10.397,56m².

§4º Sobre a A.U.P.E. está gravado o Contorno Ferroviário Projetado, correspondendo a área de 6.441,41m².

§5º Sobre a A.U.P.E. 5 está gravada a faixa non aedificandi de 2,50m para ambos os lados da tubulação de drenagem (0,60m de diâmetro).

§6º Sobre a A.U.P.E. estão gravados a fossa e o filtro, ambos do Sistema de Esgoto Sanitário Coletivo e a faixa non aedificandi de 6,00m referente a tubulação de drenagem (1,20m de diâmetro).

§7º As Diretrizes Básicas de Projeto de Loteamento foram protocoladas no Processo PMJS 14664/2010, de 11/11/2010. Este Processo foi alterado para Processo PMJS 24879/2017.

§8º O Loteamento possui licenciamento ambiental na LAO Nº 072/2018/FUJAMA/JGS, de 03/10/2018.

§9º Todos os lotes possuem suas linhas limítrofes que extremam com vias públicas oficiais coincidentes com o alinhamento predial, com exceção para as Áreas Verdes 02 e 03.

Art.3º O registro do Loteamento em pauta em cartório competente deverá ser efetuado no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 08 de outubro de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 061/2018 - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS**

Publicação Nº 1769969

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 061/2018 - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS**

O Chefe de Fiscalização de Posturas do município de Jaraguá do Sul/SC, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento nos termos dos artigos 230 e 231 da Lei 1182/88, CIENTIFICA os contribuintes abaixo identificados acerca das notificações emitidas:

Notificado	CPF	Notificação Preliminar	Medidas Determinadas	Prazo
Marcelo de Andrade Cruzeiro Jr.	722.840.806-34	24946/2018	Construir a Calçada no imóvel de cadastro nº: 21800	60 dias

Consideram-se notificados o(s) contribuinte(s) acima listados no prazo de 60 dias a contar da publicação deste, período ao qual após, incorrerá o (s) notificado (s) nas penas do Art. 123 do Código Tributário Municipal e/ou do Art. 8º da Lei Ordinária 470/73, sem o prejuízo da obrigação de fazer ou desfazer e da ação das demais autoridades competentes.

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N. 01/SEMDEICST/2018 PARA QUALIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS NOS TERMOS DA LEI N. Nº 7.741/2018**

Publicação Nº 1767056

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N. 01/Semdeicst/2018 PARA QUALIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS NOS TERMOS DA LEI N. Nº 7.741/2018**

O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Gabinete do Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio, Serviços e Turismo, na forma e condições estabelecidas no presente Edital de Chamamento Público, faz a CONVOCAÇÃO PÚBLICA para fins de que as entidades possam se qualificar, mediante REQUERIMENTO, como Organização Social e Entidade Sem Fins Lucrativos, no âmbito do Município de Jaraguá do Sul, de acordo com a Lei Federal n. 9.637, de 1998, e Lei Municipal nº 7.741/2018 (que Dispõe Sobre a Qualificação de Entidades Sem Fins Lucrativos Como Organizações Sociais) e Decreto n. 12.359/2018, de 03 de outubro de 2018, nos seguintes termos:

1. DO REQUERIMENTO: O requerimento da entidade interessada deverá seguir o modelo constante no anexo único deste Edital, e dirigido ao Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio, Serviços e Turismo, subscrito pelo representante legal da entidade, cuja assinatura deverá ser reconhecida em cartório e acompanhada de todos os documentos indispensáveis ao pleito, conforme discriminados no presente edital e no Decreto n. 12.359/2018, de 03 de outubro de 2018, através de envelope lacrado, identificado externamente com o nome da entidade pretendente à qualificação, da seguinte forma:

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N. 001/2018 DE CONVOCAÇÃO PARA QUALIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE Jaraguá do Sul/SC. Requerente: (Nome da Entidade)

2. DO OBJETO: O presente edital tem por objeto tornar PÚBLICA a seleção de organizações privadas sem fins lucrativos para se qualificarem como Organização Social e Entidade Sem Fins Lucrativos no âmbito do Município de Jaraguá do Sul/SC.

ANEXO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N. 01/Semdeicst/2018 - PLANTA CENTRO DE INOVAÇÃO - Devido a problemas técnicos com a disponibilização de imagens e planilhas no Diário Oficial do Município, os anexos do EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N. 01/Semdeicst/2018 – PLANTA CENTRO DE INOVAÇÃO encontram-se disponíveis no link abaixo:

<http://www.jaraguadosul.sc.gov.br/downloads.php?id=20761>

3. DA HABILITAÇÃO: Para fins de habilitação à qualificação como Organização Social e Entidade Sem Fins Lucrativos, as interessadas deverão apresentar requerimento ao Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio, Serviços e Turismo, com os documentos necessários listados no item 04, do dia 15/10/2018 até o dia 19/10/2018, das 8h00min às 11h00min e das 13h00min às 16h00min, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Walter Marquardt, 1111, Bairro Barra do Rio Molha, Jaraguá do Sul - SC.

4. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS: Para fins de qualificação e credenciamento como Organização Social e Entidade Sem Fins Lucrativos, as entidades privadas deverão possuir os requisitos necessários à apresentação dos documentos que comprovem a capacidade de atuar conforme o disposto nos artigos 2º, 3º e 4º do Decreto n.12.359/2018, de 03 de outubro de 2018, mediante requerimento acompanhado dos seguintes documentos:

4.1. Cópia autenticada do ato constitutivo, preferencialmente com representatividade regional, o qual deverá conter, nos termos do art. 2º do Decreto n. 12.359/2018, de 03 de outubro de 2018:

- natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;
- finalidade não-lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;
- como órgão de deliberação superior e de direção, a realização de Assembleia Geral, e a instalação de Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, definidos nos termos dos respectivos estatutos, asseguradas a composição e as atribuições normativas e de controle básicas previstas nesta Lei;
- participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de representantes da entidade e de membros de notória capacidade profissional e idoneidade moral;
- composição e atribuições da Diretoria;
- obrigatoriedade de publicação anual, na imprensa municipal, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão;
- no caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do estatuto;

- h) proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido, em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade;
- i) previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinadas, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação, ao patrimônio de outra Organização Social qualificada no âmbito do Município de Jaraguá do Sul, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do mesmo, na proporção dos recursos e bens por ela alocados, nos termos do contrato de gestão;

4.2. Comprovar ter desenvolvido a atividade descrita no caput, do artigo 1º, da Lei Municipal nº 7.741/2018, de 11 de setembro de 2018, há mais de 01 (um) ano, salvo os casos em que a Organização Social detenha, dentre seus quadros, membros ou entidades com experiência na área, que reconhecidamente exerçam atividades dirigidas à inovação e à pesquisa científica e tecnológica em matéria de interesse público;

4.3. Cópia autenticada da ata de eleição ou nomeação dos integrantes da atual Diretoria Executiva ou instância equivalente, acompanhada do currículo de seus membros.

4.4. Para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação deve ser demonstrado as atribuições privativas do Conselho de Administração nos termos do art. 4º da Lei n. 7.741/2018, de 11 de setembro de 2018.

4.5. Certidões Negativas de Débitos:

- a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certificado de Regularidade do FGTS; e
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

4.6. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

4.7. Plano de ação da entidade.

4.8. Qualificação dos membros da equipe técnica da entidade.

Obs.: Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração, e estar dentro de seus prazos de validade na data de entrega e abertura dos envelopes ou, também, cópias obtidas na internet, desde que possam ter a sua autenticidade e veracidade confirmadas pelo mesmo meio. Para os documentos que não apresentarem prazo de validade, considerar-se-á 90 (noventa) dias a partir da data de emissão ou conforme legislação específica determinando tal validade.

5. DO PROCEDIMENTO E DOS PRAZOS: Recebido e autuado o Requerimento, o Processo será encaminhado pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio, Serviços e Turismo à Comissão Julgadora do Processo de Chamamento Público de Qualificação que o analisará, verificando o cumprimento das disposições estabelecidas neste instrumento.

5.1. A Comissão Julgadora do Processo de Chamamento Público de Qualificação decidirá sobre o requerimento, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, a contar da data de seu protocolo.

5.1.1. Na hipótese de ser constatada a falta de documentação inerente à qualificação, ou existir documentação com prazo de validade expirado, a Comissão Julgadora do Processo de Chamamento Público de Qualificação solicitará o envio do(s) documento(s) dentro dos padrões exigidos pela Legislação Municipal, incumbindo à entidade interessada o dever de atender ao solicitado em até 03 (três) dias úteis, sendo que expirado este prazo o requerimento poderá ser indeferido;

5.1.2. Indeferido o requerimento nos termos do parágrafo único do § 6º do art. 7º do Decreto n. 12.359/2018, de 03 de outubro de 2018, caberá recurso ao Prefeito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação da decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina / DOM SC.

5.2. Cumpridos os requisitos, ou seja, havendo o deferimento do pedido, a Comissão Julgadora do Processo de Chamamento Público de Qualificação encaminhará o processo à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio, Serviços e Turismo, para emissão do "Certificado de Qualificação da Entidade como Organização Social", num prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação do respectivo despacho.

5.2.1. Na dicção do artigo 9º do Decreto nº 12.359/2018, de 3 de outubro de 2018, após a emissão do "Certificado de Qualificação", o Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio, Serviços e Turismo encaminhará exposição de motivos ao Chefe do Poder Executivo, acompanhada da minuta de decreto específico afim desta ser declarada como entidade reconhecida de interesse social e de utilidade pública, para todos os efeitos legais.

5.3. A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome do requerente que será responsável pela execução do contrato, com o mesmo número do CNPJ e endereço.

5.4. O requerente que entender estar desobrigado de apresentar qualquer documento de habilitação deverá demonstrar esta situação, juntando o respectivo comprovante.

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

6.1. Eventuais conflitos ou pontos omissos ou obscuros serão resolvidos pela Comissão Julgadora do Processo de Chamamento Público de Qualificação, que, com amparo na legislação municipal, proferirá a devida manifestação de forma motivada.

6.2. A pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos que tiver seu pedido de qualificação indeferido, poderá reapresentá-lo a qualquer tempo, respeitados os prazos e condições estabelecidos nos contratos de gestão eventualmente celebrados.

6.3. Qualquer alteração da finalidade ou do regime de funcionamento da entidade que implique mudança nas condições que instruíram sua qualificação deverá ser comunicada ao Município de Jaraguá do Sul, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio, Serviços e Turismo, acompanhada das justificativas e dos documentos pertinentes, sob pena de cancelamento da qualificação;

6.4. O prazo de validade da qualificação será de 36 (trinta e seis) meses a contar da data da publicação do Decreto que o motivou, ficando a entidade interessada em renová-lo, obrigada a apresentar novo requerimento no prazo de 30 (trinta) dias subsequentes ao vencimento;

6.5. O resultado do requerimento será divulgado na página Oficial do Município de Jaraguá do Sul, através do endereço eletrônico <<http://portal.jaraguadosul.sc.gov.br/>> e Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, se deferido o pedido, por meio de Decreto Municipal; se indeferido o pedido, por meio de publicação do despacho com as razões do indeferimento.

7. PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL: O prazo para eventual impugnação deste edital será de 03 (três) dias úteis, a contar de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 1º de outubro de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
PREFEITO

DOMINGOS SAVIL ZANCANARO

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio, Serviços e Turismo

ANEXO ÚNICO

MODELO DE REQUERIMENTO

CHAMAMENTO PÚBLICO N. 001/2018.

#### QUALIFICAÇÃO DE ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS

Excelentíssimo (a) Senhor (a)

Secretário (a) da (Nome da pasta competente),

A (Nome da entidade) \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na (endereço) Rua \_\_\_\_\_, CNPJ n. \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo seu representante legal Sr.(a) \_\_\_\_\_, (descrever a qualificação do representante legal) vem requerer sua qualificação como Organização Social e Entidade Sem Fins Lucrativos no município de Jaraguá do Sul, com fundamento na Lei Federal n. 9.637, de 1998 e na Lei Municipal n. 7.741/2018 e do Chamamento Público n. 001/2018, juntando para tanto, em anexo, a documentação necessária.

Número de folhas enumeradas e rubricadas constante no envelope lacrado: \_\_\_\_/folhas.

Nestes termos, pede deferimento

(Local e data)

(Assinatura do Representante Legal)

Observação: a documentação necessária deverá, preferencialmente, ser apresentada na ordem prevista no item 4 do Edital de Chamamento Público n. 001/2018, com todas as folhas rubricadas, além de numeradas no canto inferior direito, no formato "01 de 50", sendo que os dois primeiros dígitos identificarão o número da folha e os dois últimos a quantidade total de folhas existentes.

#### LEI Nº 7.769/2018

Publicação Nº 1770135

LEI Nº 7.769/2018

Denomina Servidão.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,  
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º A Servidão S-454, localizada na Planta do Quadro do Perímetro Urbano, no Bairro Santa Luzia, passa a denominar-se ARMELINO POSTAI.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 08 de outubro de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito



**PORTARIA Nº 803/2018**

Publicação Nº 1770145

PORTARIANº 803/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 10, da Lei Complementar Municipal Nº 37/2004, de 02/08/2004; e

CONSIDERANDO os termos do Processo Nº 154, do Programa de Readaptação e Remanejamento Profissional junto à Gerência de Assistência ao Servidor;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 314/2018/Semad-GAS, de 02/10/2018, da Gerência de Assistência ao Servidor;

**RESOLVE :**

Art.1º READAPTAR, a partir de 03/10/2018, a servidora pública municipal SALETE MARQUARDT KRUGER, matrícula 2128-8, do cargo de Professora de Educação Infantil - Ensino Superior, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer as atribuições do cargo de Secretária de Unidade Escolar, junto à Secretaria Municipal de Educação, com os vencimentos do cargo de origem, em razão das limitações em sua capacidade laborativa identificadas pela Comissão de Readaptação e Remanejamento.

Art.2º Procedam-se os devidos assentamentos na ficha funcional da servidora.

Art.3º Comunique-se à Secretaria Municipal de Educação para o cumprimento do disposto no artigo 16, da Lei Complementar Municipal Nº 37/2004.

Art.4º Fica declarada a vacância do cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Infantil - Ensino Superior.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/10/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de outubro de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 804/2018**

Publicação Nº 1770147

PORTARIANº 804/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 10, da Lei Complementar Municipal Nº 37/2004, de 02/08/2004; e

CONSIDERANDO os termos do Processo Nº 214, do Programa de Readaptação e Remanejamento Profissional junto à Gerência de Assistência ao Servidor;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 315/2018/Semad-GAS, de 02/10/2018, da Gerência de Assistência ao Servidor;

**RESOLVE :**

Art.1º READAPTAR, a partir de 03/10/2018, a servidora pública municipal ROSANE VERA MAIA PEREIRA, matrícula 8296, do cargo de Professora de Educação Infantil - Ensino Superior, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer as atribuições do cargo de Coordenadora Pedagógica, junto à Secretaria Municipal de Educação, com os vencimentos do cargo de origem, em razão das limitações em sua capacidade laborativa identificadas pela Comissão de Readaptação e Remanejamento.

Art.2º Procedam-se os devidos assentamentos na ficha funcional da servidora.

Art.3º Comunique-se à Secretaria Municipal de Educação para o

cumprimento do disposto no artigo 16, da Lei Complementar Municipal Nº 37/2004.

Art.4º Fica declarada a vacância do cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Infantil - Ensino Superior.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/10/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de outubro de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 805/2018**

Publicação Nº 1770149

PORTARIANº 805/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, e 217/2018, de 20/09/2018; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 316/2018/Semad/DGP/GAS, de 03/10/2018, da Gerência de Assistência ao Servidor;

**RESOLVE :**

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 1º/10/2018 a 05/10/2018, ao servidor público municipal MARCELO LUIZ PETERS, matrícula 10445, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas Leves, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/10/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de outubro de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 806/2018**

Publicação Nº 1770150

PORTARIANº 806/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, e 217/2018, de 20/09/2018; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 317/2018/Semad/DGP/GAS, de 03/10/2018, da Gerência de Assistência ao Servidor;

**RESOLVE :**

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 25/09/2018 a 10/10/2018, à servidora pública municipal MARIANE PATRICIA MIELKE PEREIRA, matrícula 9327, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Transportes Urbanos, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25/09/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de outubro de 2018.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

### **PORTARIA Nº 807/2018**

Publicação Nº 1770153

PORTARIANº 807/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, e 217/2018, de 20/09/2018; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 318/2018/Semad/DGP/GAS, de 03/10/2018, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 1º/10/2018 a 05/10/2018, à servidora pública municipal GISLAINE PIRES DO NASCIMENTO FERREIRA, matrícula 11239, ocupante do cargo efetivo de Telefonista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/10/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de outubro de 2018.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

### **PORTARIA Nº 808/2018**

Publicação Nº 1770154

PORTARIANº 808/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, e 217/2018, de 20/09/2018; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 319/2018/Semad/DGP/GAS, de 03/10/2018, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 1º/10/2018 a 03/10/2018, à servidora pública municipal MARILENE DE SOUZA PEREIRA, matrícula 9769, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/10/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de outubro de 2018.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

### **PORTARIA Nº 809/2018**

Publicação Nº 1770156

PORTARIANº 809/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, e 217/2018, de 20/09/2018; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 320/2018/Semad/DGP/GAS, de 03/10/2018, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 24/09/2018 a 03/10/2018, à servidora pública municipal LUCINEIA GOMES FERREIRA SCHWARZ, matrícula 10375, ocupante do cargo efetivo de Agente de Alimentação e Nutrição, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24/09/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de outubro de 2018.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

### **PORTARIA Nº 810/2018**

Publicação Nº 1770159

PORTARIANº 810/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, e 217/2018, de 20/09/2018; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 321/2018/Semad/DGP/GAS, de 03/10/2018, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 1º/10/2018 a 05/10/2018, à servidora pública municipal IZABEL NATALICE RIBEIRO KRUTZSCH, matrícula 10120, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena, lotada na Secretaria Municipal de Educação.  
Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/10/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de outubro de 2018.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**PORTARIA Nº 811/2018**

Publicação Nº 1770161

PORTARIANº 811/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, e 217/2018, de 20/09/2018; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 322/2018/Semad/DGP/GAS, de 03/10/2018, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 28/09/2018 a 05/10/2018, à servidora pública municipal LUCILA MARIA MARTINS, matrícula 2212, ocupante do cargo efetivo de Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28/09/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de outubro de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 812/2018**

Publicação Nº 1770163

PORTARIANº 812/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o disposto na Portaria Nº 593/2018, de 02/08/2018;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 598/2018/Semed, de 02/10/2018, da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a partir de 1º/08/2018, JORGE LUIZ BUERGER da função gratificada de ASSESSOR PEDAGÓGICO, da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 789/2017, de 31/07/2017.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/08/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de outubro de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 813/2018**

Publicação Nº 1770165

PORTARIANº 813/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 41 a 46, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06/10/2010, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 118/2012, de 24/02/2012; 121/2012, de 23/03/2012; 127/2012, de 25/06/2012; 164/2015, de 20/08/2015; 167/2015, de 15/10/2015; 172/2016, de 28/03/2016; e 194/2017, de 26/05/2017; c/c a Lei Complementar Municipal Nº 199/2017, de 26/07/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 598/2018/Semed, de 02/10/2018, da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 04/10/2018, JOSIANE ZALESKI, matrícula 9543, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de ASSESSORA PEDAGÓGICA - (FG8), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04/10/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de outubro de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 814/2018**

Publicação Nº 1770168

PORTARIANº 814/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso I, do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, e 217/2018, de 20/09/2018; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 325/2018/Semad/DGP/GAS, de 05/10/2018, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 10/10/2018 a 09/11/2018, à servidora pública municipal ANDRELIZE DE SOUZA BLUM, matrícula 10103, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil - Ensino Superior, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/10/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de outubro de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 815/2018**

Publicação Nº 1770170

PORTARIANº 815/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, e 217/2018, de 20/09/2018; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 326/2018/Semad/DGP/GAS, de 05/10/2018, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 02/10/2018 a 05/10/2018, à servidora pública municipal CINTIA MARA KEISER, matrícula 8260, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/10/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de outubro de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 816/2018**

Publicação Nº 1770172

PORTARIANº 816/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, e 217/2018, de 20/09/2018; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 327/2018/Semad/DGP/GAS, de 05/10/2018, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 02/10/2018 a 05/10/2018, à servidora pública municipal JOSEANE DE BORBA ZEHNDER, matrícula 9566, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/10/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de outubro de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 817/2018**

Publicação Nº 1770176

PORTARIANº 817/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, e 217/2018, de 20/09/2018; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 328/2018/Semad/DGP/GAS, de 05/10/2018, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 1º/10/2018 a 07/10/2018, à servidora pública municipal ANELI PLEBANI MEIDLER, matrícula 8153, ocupante do cargo efetivo de Recreatora, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/10/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de outubro de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 818/2018**

Publicação Nº 1770181

PORTARIANº 818/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no artigo 207, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015; 211/2017, de 20/12/2017; e 217/2018, de 20/09/2018; e

CONSIDERANDO a Decisão Administrativa Nº 124/2018/Gabpref, de 1º/10/2018, proferida pelo Sr. Prefeito;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 941/2018/Cogem, de 04/10/2018, da Controladoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º O artigo 1º, caput, da Portaria Nº 1076/2017, de 30/10/2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1º Instaurar Processo Administrativo Geral Nº 013/2017 em face de CONEMBRA CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA. e DESIGNAR os servidores públicos municipais FABIÉLI PILATTI MENDES, matrícula 10791, ocupante do cargo de Engenheira, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo; INGOMAR RICARDO ZIPPERER NETO, matrícula 10810, ocupante do cargo de Fiscal de Posturas, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo; e AUCIONETE APARECIDA KIATKOWSKI SALVADOR, matrícula 81977, ocupante do cargo de Assessora de Gabinete, lotada na Controladoria-Geral do Município, integrantes desta COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO GERAL, para, sob a presidência da primeira, promover o devido Processo Administrativo, com vistas a apurar suposta inexecução parcial do Contrato Nº 346/2012 e seus termos aditivos, decorrente do processo licitatório Concorrência Pública Nº 096/2012, apontando os fatos e fundamentos jurídicos cabíveis.



...

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMpra-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de outubro de 2018.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**RESOLUÇÃO Nº 020/2018/CMAS/JS**

Publicação Nº 1770132

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
--	---

**RESOLUÇÃO Nº 020/2018/CMAS/JS**

Dispõe sobre a alteração na composição da Comissão de Inscrição e Acompanhamento da Rede Socioassistencial - CIARS do CMAS/JS.

O Conselho de Assistência Social – CMAS de Jaraguá do Sul - SC, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal Nº 7.229 de 16 de Junho de 2016, em conformidade com deliberação da sessão plenária ordinária, realizada no dia 03 de outubro de 2018;

Considerando a Lei Municipal nº 7.229 de 16 de junho de 2016, que prevê comissões permanentes no Conselho Municipal de Assistência Social;

Considerando o Art.36º do Regimento interno do CMAS, a saber: "As Comissões Permanentes ou Temporárias, serão constituídas paritariamente por representantes da entidade civil organizada e representantes governamentais, sendo compostas por 4 (quatro) a 6 (seis) membros eleitos em plenária, os quais nomearão 01(um) presidente e 01(um) relator";

Considerando o Art.37º do Regimento Interno do CMAS: "O Conselho terá as seguintes Comissões Permanentes: a) Planejamento; b) Finanças e Patrimônio; c) Legislação e Normas; d) Inscrição e Acompanhamento da Rede Socioassistencial; e) Instância de Controle Social";

**RESOLVE:**

Art.1º – Alterar a composição da Comissão de Inscrição e Acompanhamento da Rede Socioassistencial - CIARS do CMAS/JS, ficando assim constituída:

COMISSÃO	CONSELHEIROS
Comissão de Inscrição e Acompanhamento da Rede Socioassistencial - CIARS	Gov: Jussana Beatriz L. Buzzi Gov: Bruna Nagel Pauli Gov: Vanessa Bier Não Gov: Adeterson David dos Passos Crispin Não Gov: Tânia Griselda Krause Não Gov: Rafael Almeida Ferreira

Art.2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 03 de outubro de 2018.

**RESOLUÇÃO Nº 021/2018/CMAS/JS**

Publicação Nº 1770133

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
--	---

**RESOLUÇÃO Nº 021/2018/CMAS/JS**

Dispõe sobre a realização de Audiência Pública com as Entidades/ Organizações de Assistência Social inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social de Jaraguá do Sul - CMAS/JS.

O Conselho de Assistência Social – CMAS de Jaraguá do Sul - SC, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal Nº 7.229 de 16 de Junho de 2016, em conformidade com deliberação da sessão plenária ordinária, realizada no dia 03 de outubro de 2018;

Considerando a Lei Municipal nº 7.229/2016, no Art. 2º que dispõe sobre as competências do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS):

X - fixar normas seguindo critérios de inscrição previstos pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e legislação pertinente para o regular funcionamento de entidades e organizações de Assistência Social, bem como, daquelas com preponderância em outras áreas, mas que possuem serviço(s), programa(s), projeto(s) ou benefício(s) de Assistência Social no Município de Jaraguá do Sul;

Considerando a Resolução nº 14, de 15 de maio de 2014, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social, especialmente no Art. 14:

O Conselho de Assistência Social deverá promover, pelo menos, uma audiência pública anual com as entidades ou organizações de Assistência Social inscritas, bem como as que ofertam serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais com o objetivo de efetivar a apresentação destas à comunidade, permitindo a troca de experiências e ressaltando a atuação na rede socioassistencial e o fortalecimento do SUAS.

Considerando a Resolução nº 30/2017/CMAS/JS que define os parâmetros para a inscrição das entidades ou organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, no âmbito do município de Jaraguá do Sul.

Art. 18 O Conselho Municipal de Assistência Social de Jaraguá do Sul, deverá promover pelo menos, uma audiência pública anual com as entidades ou organizações de Assistência Social inscritas, bem como, as que ofertam serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais com o objetivo de efetivar a apresentação destas à comunidade, permitindo a troca de experiências e ressaltando a atuação na rede socioassistencial e o fortalecimento do SUAS.

Parágrafo único - A audiência pública anual poderá ser realizada nos espaços do poder Legislativo, Executivo, Judiciário ou outros espaços da comunidade, com a presença de autoridades, cidadãos e, principalmente os usuários da Política de Assistência Social, para que o mesmos conheçam os trabalhos da rede socioassistencial e reconheçam publicamente sua parceria no processo de proteção e desenvolvimento social local.

**RESOLVE:**

Art.1º – Realizar Audiência Pública com as Entidades/Organizações de Assistência Social inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social de Jaraguá do Sul, no dia 06 de novembro de 2018, às 8:00 horas na Associação dos Municípios do Vale do Itapocu – AMVALI.

Art.2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 03 de outubro de 2018.

**RESOLUÇÃO Nº 34/2018/CMDI/JS**

Publicação Nº 1769964

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SETOR DE CONTROLE SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO – CMDI LEI MUNICIPAL Nº7.292/2016	
--	--

**RESOLUÇÃO Nº 34/2018/CMDI/JS**

Dispõe sobre os Gestores das Parcerias relativos ao Edital de chamamento público nº 01/2018/CMDI/JS para termo de fomento.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul (CMDI/JS), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.292/2016, em conformidade com deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 12 de setembro de 2018.

Considerando o Decreto Municipal nº 11.528/2017, que regulamenta a Aplicação da Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015, para o fim de normatizar, em âmbito local, as parcerias e os acordos de cooperação a serem firmados entre a administração pública do município de Jaraguá do Sul, suas Autarquias e Fundações e as Organizações da Sociedade Civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, especialmente na Seção V, que dispõe sobre o Gestor da Parceria, especialmente o Art. 26, onde estabelece que o Prefeito deve designar em ato específico, o Gestor da Parceria e seus (dois) suplentes.

§ 1º O Gestor da Parceria atuará, no máximo, em 03 (três) parcerias a serem firmadas entre a Administração Municipal ou entes da Administração Indireta com as Organizações da Sociedade Civil.

§ 2º Fica vedada a participação simultânea dos Gestores das Parcerias nas Comissões de Monitoramento e Avaliação.

Considerando os projetos aprovados de acordo com o Edital nº 01/2018/CMDI/JS, a saber:

**Eixo Temático: Saúde**

Nome da Organização da Sociedade Civil - OSC	Nome do Projeto
Associação Hospitalar São José de Jaraguá do Sul	Mentor- Tecnologia a favor do tratamento dos idosos no Hospital São José de Jaraguá do Sul
Associação Hospitalar São José de Jaraguá do Sul	Transporte Seguro ao idoso – segurança, acessibilidade e proteção ao paciente idoso no deslocamento e atendimento hospitalar do hospital São José de Jaraguá do Sul
Associação Hospitalar São José de Jaraguá do Sul	Qualificação no atendimento ao Idoso no Hospital São José de Jaraguá do Sul
Associação Hospitalar São José de Jaraguá do Sul	Capacitação de Profissionais da saúde para utilização da ferramenta Mentor para atendimento ao paciente idoso do Hospital José de Jaraguá do Sul

**Eixo Temático: Assistência Social**

Nome da Organização da Sociedade Civil - OSC	Nome do Projeto
Associação Hospitalar São José de Jaraguá do Sul	Família Ativa 60 Mais Melhor Idade Hospital São José
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE	Revitalização do Centro de Convivência Conviver

**Eixo Temático: Cultura, Esporte e Lazer**

Nome da Organização da Sociedade Civil - OSC	Nome do Projeto
Sociedade Cultura Artística - SCAR	Montagem Teatral
Clube de idosos Zelia Schmitt Hafermann	Qualificando o atendimento aos Idosos do Grupo Zelia Schmitt Hafermann
Sociedade Cultura Artística - SCAR	Encontros culturais

**RESOLVE:**

Art. 1º- Indicar os Gestores das Parcerias com seus dois suplentes relativos ao Edital de chamamento público nº 01/2018/CMDI/JS para termo de fomento, conforme tabela abaixo:

1- Gestor da Parceria: Michel Brambila Contessi	Entidades	Projetos
	Sociedade Cultura Artística - SCAR	Montagem Teatral
Suplente: Jeferson Perotti Ferrari	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE	Revitalização do Centro de Convivência Conviver
Suplente: Salete Bornhausen Junior	Sociedade Cultura Artística - SCAR	Encontros culturais

2- Gestor da Parceria: Anderson Fabiano Shmitt	Entidades	Projetos
	Associação Hospitalar São José de Jaraguá do Sul	Qualificação no atendimento ao Idoso no Hospital São José de Jaraguá do Sul
Suplente: Leonardo Tomazelli	Associação Hospitalar São José de Jaraguá do Sul	Mentor- Tecnologia a favor do tratamento dos idosos no Hospital São José de Jaraguá do Sul
Suplente: Antonio Marcos da Silva	Associação Hospitalar São José de Jaraguá do Sul	Transporte Seguro ao idoso – segurança, acessibilidade e proteção ao paciente idoso no deslocamento e atendimento hospitalar do hospital São José de Jaraguá do Sul

3- Gestor da Parceria: Ariel Antônio Faes	Entidades	Projetos
	Associação Hospitalar São José de Jaraguá do Sul	Capacitação de Profissionais da saúde para utilização da ferramenta Mentor para atendimento ao paciente idoso do Hospital José de Jaraguá do Sul
Suplente: Eliane Lucia Steinmacher Maes	Clube de idosos Zelia Schmitt Hafermann	Qualificando o atendimento aos Idosos do Grupo Zelia Schmitt Hafermann
Suplente: Gilberto Gesser		

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Jaraguá do Sul, 12 de setembro de 2018.

Antonio Marcos da Silva

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul (CMDI/JS)

**SAMAE - AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 140/2018**

Publicação Nº 1769726

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 140/2018

O SAMAE de Jaraguá do Sul (SC) comunica que está contratando a empresa BENTLEY SYSTEMS BRASIL LTDA. inscrita no CNPJ sob no 01.712.235/0001-79, para AQUISIÇÃO DE UPGRADE DO SOFTWARE WATERGEMS DE 5.000 PIPES PARA PIPES ILIMITADOS, INSCRIÇÃO NO PROGRAMA SELECT E TAXA DE REINTEGRAÇÃO, através de Inexigibilidade de Licitação, ao valor de R\$ 62.166,70 (Sessenta e dois mil cento e sessenta e seis reais e setenta centavos).

Fundamento Legal: do Art. 25, I, da Lei 8.666/93.  
Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 47 2106-9100.  
Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

**SEMED - PORTARIA Nº 1770/2018**

Publicação Nº 1770460

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 1770/2018**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 007/2017/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº1790/2018, de 10.08.2018, que prorrogou a portaria de, FERNANDA KEISER VIEIRA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 04.09.2018 até 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018  
ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1771/2018**

Publicação Nº 1770461

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 1771/2018**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2018/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1250/2018, de 26.06.2018, que prorrogou a portaria de, FERNANDO LAZZARIS, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS FINAIS, na disciplina de EDUCAÇÃO FÍSICA, no período de 04.09.2018 até 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018  
ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1772/2018**

Publicação Nº 1770462

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 1772/2018**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 007/2017/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1234/2018, de 27.06.2018, que admitiu, FLAVIA MARIANE VIESNIEWSKY HAUFFE, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS INICIAIS, no período de 04.09.2018 até 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018  
ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1773/2018**

Publicação Nº 1770463

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 1773/2018**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2017/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1154/2018, de 11.06.2018, que prorrogou a portaria de, GEANE CRISTINA GONÇALVES DE SOUZA, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 04.09.2018 a 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018.  
ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1774/2018**

Publicação Nº 1770465

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 1774/2018**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado



Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2018/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1183/2018, de 11.06.2018, que prorrogou a portaria de, ILIANE BORGES DE LIMA, para em Caráter Temporário atuar como Coordenador Pedagógico, no período de 04.09.2018 até 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1775/2018**

Publicação Nº 1770466

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1775/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2017/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1155/2017, de 11.06.2018, que prorrogou a portaria de, IRLAN REGINA CARDOSO DOS SANTOS DE PAULA, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 04.09.2018 a 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1776/2018**

Publicação Nº 1770467

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1776/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 007/2017/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1184/2018, de 11.06.2018, que prorrogou a portaria de, IVANIRA GREGOLEWITSCH MULLER, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS INICIAIS, no período de 04.09.2018 até 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1777/2018**

Publicação Nº 1770468

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1777/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2017/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1156/2018, de 11.06.2018, que prorrogou a portaria de, IVONE HANSEN LEITHOLDT, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 04.09.2018 a 20.12.2018

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1778/2018**

Publicação Nº 1770469

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1778/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2017/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1174/2017 de 11.16.2018, que prorrogou a portaria de, IVONETE GONSALVES REGUELM, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 04.09.2018 a 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1779/2018**

Publicação Nº 1770470

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1779/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2017/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1175/2018, de 11.06.2018, que prorrogou a portaria de, IZABEL GONÇALVES DA LUZ, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 04.09.2018 a 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1780/2018**

Publicação Nº 1770471

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 1780/2018**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 007/2017/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº1278/2018, de 27.06.2018, que admitiu, JOELMA DA SILVA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 04.09.2018 até 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1781/2018**

Publicação Nº 1770472

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 1781/2018**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 007/2017/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1281/2018, de 03.07.2018, que admitiu, JOSÉ NILDON PEREIRA E SILVA, para em Caráter Temporário atuar como Coordenador Pedagógico, no período de 03.09.2018 até 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1782/2018**

Publicação Nº 1770474

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 1782/2018**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2017/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1157/2018, de 11.06.2018, que prorrogou a portaria, JOSIANE MABEL MALHEIRO, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 04.09.2018 a 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1783/2018**

Publicação Nº 1770475

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 1783/2018**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2017/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1158/2017, de 11.06.2017, que prorrogou a portaria de, JUDITE ALICE WERLANG, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 04.09.2018 a 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1784/2018**

Publicação Nº 1770476

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 1784/2018**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 007/2017/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1290/2018, de 11.07.2018, que prorrogou a portaria de, JUSSARA CAVALCANTE DOS SANTOS, para em Caráter Temporário atuar como AUXILIAR DE SALA, no período de 03.09.2018 até 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018  
ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1785/2018**

Publicação Nº 1770477

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 1785/2018**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 007/2017/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1355/2018, de 09.08.2018, que admitiu, LEONARDO CANALI KAYSER, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS FINAIS, na disciplina de HISTÓRIA, no período de 16.09.2018 até 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018  
ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1786/2018**

Publicação Nº 1770478

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 1786/2018**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2018/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1256/2018, de 26.06.2018, que prorrogou a portaria de, LIDIANE MARIA CORREA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS FINAIS, na disciplina de EDUCAÇÃO FÍSICA, no período de 04.09.2018 até 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018  
ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1787/2018**

Publicação Nº 1770479

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 1787/2018**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2017/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1176/2018, de 11.06.2017, que prorrogou a portaria de, LUCÉLIA MALINOSKI, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 04.09.2018 a 20.12.2018 .

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018.  
ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1788/2018**

Publicação Nº 1770480

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 1788/2018**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 007/2017/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1168/2018, de 11.06.2018, que prorrogou a portaria de, LUCIANA DA SILVA ARTNER, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 4.09.2018 até 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018  
ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1789/2018**

Publicação Nº 1770481

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 1789/2018**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

**RESOLVE:**

Art. 1º RETIFICAR o período constante na Portaria Nº 1576/2018 de 10/08/2018 de 04/08/2018 a 19/12/2018 para 04/08/2018 a 03/09/2018.

Jaraguá do Sul, 30 de agosto de 2018.  
ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

### **SEMED - PORTARIA Nº 1790/2018**

Publicação Nº 1770482

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

#### **PORTARIA Nº 1790/2018**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º RETIFICAR o período constante na Portaria Nº 1606/2018 de 10/08/2018 de 04/08/2018 a 19/12/2018 para 04/08/2018 a 03/09/2018.

Jaraguá do Sul, 30 de agosto de 2018.  
ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO - FMS**

Publicação Nº 1770194

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b>  <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b></p> <p>CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253  RUA ISIDORO PEDRI, 120  C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p><b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b>  <b>Nr.: 2160/2018</b></p> <hr/> <p>Processo Nr.: 54/2017  Data do Processo: 30/10/2017  Data da Homologação: 15/12/2017  Sequência da Adjudicação: 11  Data da Adjudicação: 17/09/2018</p> <hr/> <p><b>PREGÃO PRESENCIAL</b>  <b>Nr.: 54/2017 - PR</b></p>
--	---

(Empenho Ordinário nr.: 4903    Dcto Fiscal nr.: 002.358)

Folha: 1/1

<p>Fornecedor: <b>TOP CENTER COMERCIAL LTDA ME</b>  Endereço: RUA PRESIDENTE CAMPOS SALLES, 476  Cidade: Joinville - SC - CEP: 89217-100  CNPJ: 82.135.625/0001-25      Inscrição Estadual: 252.038.835</p>	<p>Código: 38992      Telefone: 4734227941  Banco: 237 - Bradesco - 237  Agência: 2232-2 - João Collin - Joinville  Conta Corrente: 3719-2</p>
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<p><b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  <b>Unidade:</b> 07 - INVESTIMENTOS NA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE  <b>Centro de Custo:</b> 469 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MÉDICA E ODONTOLÓGICA  <b>Fonte de Recurso:</b> Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde  <b>Dotações Utilizadas:</b> 184 - Aquisição de bens na Atenção Básica - (15.07.2.654.4.4.90.00.00.00.00.00)</p> <p><b>Compl. Elemento:</b> 4.4.90.52.06.00.00.00 - Aparelhos e Equipamentos de Comunicação  <b>Condições de Pagto:</b> Conforme item 11.1 do Edital  <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> De acordo com o item 11.2 do edital  <b>Local de Entrega:</b> Conforme Edital  <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS PARA REDE E TELEFONIA ao longo de 12(doze) meses, destinados para atender a demanda de manutenção e ampliação no segmento de rede e telefonia da Administração Pública Municipal, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços  <b>Observações:</b> DESTINADOS À REPOSIÇÃO DE DUAS CENTRAL TELEFÔNICAS QUEIMADAS (STO ESTEVAO E STA LUZIA), DUAS UBS NOVAS (JOÃO PESSOA E RIBEIRÃO CAVALO) E UMA CENTRAL PARA UBS ILHA DA FIGUEIRA COM GRANDE DEMANDA DE ATENDIMENTOS</p>	<p><b>Solicitações:</b></p>
--	-----------------------------

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
3	5,00	UN	CENTRAL TELEFÔNICA (13300)	INTELBRAS	1.210,00	6.050,00
4	1,00	UN	TERMINAL INTELIGENTE - TI (30173)	INTELBRAS	557,00	557,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	6.607,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	6.607,00

Jaraguá do Sul, 17 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b></p> <p>CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253  RUA ISIDORO PEDRI, 120  C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p><b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2161/2018</b></p> <hr/> <p>Processo Nr.: 8/2018  Data do Processo: 08/06/2018  Data da Homologação: 26/07/2018  Sequência da Adjudicação: 2  Data da Adjudicação: 18/09/2018</p> <hr/> <p><b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 8/2018 - PR</b></p>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 4905)

Folha: 1/1

Fornecedor: **ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA**      Código: 1079      Telefone: 473520-9000  
Endereço: ESTRADA BOA ESPERANÇA 2320      Banco: 001 - Banco do Brasil - 001  
Cidade: Rio do Sul - SC - CEP: 89160-000      Agência: 276-3 - RIO DO SUL (SC)  
CNPJ: 00.802.002/0001-02      Inscrição Estadual: 253.148.995      Conta Corrente: 30778-5

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b>	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	<b>Solicitações:</b>
<b>Unidade:</b>	02 - ATENÇÃO BÁSICA	
<b>Centro de Custo:</b>	396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MÉDICA E ODONTOL.	
<b>Fonte de Recurso:</b>	SF - PAB	
<b>Dotações Utilizadas:</b>	143 - Prestar assistência de atenção básica - PAB - (15.02.2.660.3.3.90.00.00.00.00.00)	
<b>Compl. Elemento:</b>	3.3.90.30.09.00.00.00 - Material Farmacológico	
<b>Condições de Pagto:</b>	Até 30 dias após a entrega total de cada pedido mediante NF	
<b>Prazo Entrega/Exec.:</b>	Máximo 08 dias úteis, após dia seguinte do recibo da A F	
<b>Local de Entrega:</b>	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE	
<b>Objeto da Compra:</b>	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAL MÉDICO E AMBULATORIAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal e Policlínica de Especialidades Médicas	
<b>Observações:</b>	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS FARMACOLÓGICOS PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
12	60,00	FR	CLOREXIDINE SOLUÇÃO AQUOSA 0,2% - 100ml (26060)	RIOQUIMICA RI	14,00	840,00
13	150,00	UN	CLORIDRATO DE LIDOCAINA 2% C/ VASO 20ml (26059)	HYPOFARMA H	8,52	1.278,00
21	60,00	FR	BROMETO DE IPRATRÓPIO 0,025% SOLUÇÃO INALANTE (9558)	HIPOLABOR	4,40	264,00
					<b>Total Geral:</b>	2.382,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	2.382,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 18 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2162/2018</b>  Processo Nr.: 8/2018 Data do Processo: 08/06/2018 Data da Homologação: 26/07/2018 Sequência da Adjudicação: 3 Data da Adjudicação: 18/09/2018  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 8/2018 - PR</b>
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 4906)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA</b> Endereço: ESTRADA BOA ESPERANÇA 2320 Cidade: Rio do Sul - SC - CEP: 89160-000 CNPJ: 00.802.002/0001-02      Inscrição Estadual: 253.148.995	Código: 1079 Telefone: 473520-9000 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 276-3 - RIO DO SUL (SC) Conta Corrente: 30778-5
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 07 - INVESTIMENTOS NA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 469 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MÉDICA E ODONTOLÓ <b>Fonte de Recurso:</b> Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde <b>Dotações Utilizadas:</b> 184 - Aquisição de bens na Atenção Básica - (15.07.2.654.4.4.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 4.4.90.52.08.00.00.00 - Aparelhos, Equip, Utens Médico-Odont, Labor e Hosp <b>Condições de Pagto:</b> Até 30 dias após a entrega total de cada pedido mediante NF <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo 08 dias úteis, após dia seguinte do recbto da A F <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAL MÉDICO E AMBULATORIAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal e Policlínica de Especialidades Médicas  <b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE APARELHOS, EQUIPAMENTOS, UTENSÍLIOS MÉDICO AMBULATORIAIS PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
6	1,00	UN	OXIMETRO DE PULSO (22188)	MD MODELO U	2.089,23	2.089,23
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	2.089,23
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	2.089,23

Jaraguá do Sul, 18 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2163/2018</b>  <b>Processo Nr.: 46/2017</b> <b>Data do Processo: 18/10/2017</b> <b>Data da Homologação: 05/12/2017</b> <b>Sequência da Adjudicação: 16</b> <b>Data da Adjudicação: 18/09/2018</b>  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 46/2017 - PR</b>
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 4907    Dcto Fiscal nr.: 001.047)

Folha: 1/1

<b>Fornecedor:</b> HENRIQUE DE OLIVEIRA PRADO ME <b>Endereço:</b> Rua Joaquim Carneiro, 135 - sala 03 <b>Cidade:</b> Florianópolis - SC - CEP: 88085-120 <b>CNPJ:</b> 26.583.983/0001-20 <b>Inscrição Estadual:</b>	<b>Código:</b> 47301 <b>Telefone:</b> 483091-2008 <b>Banco:</b> 001 - Banco do Brasil - 001 <b>Agência:</b> 3047-3 - Banco do Brasil <b>Conta Corrente:</b> 23720-5
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 05 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA <b>Centro de Custo:</b> 466 - JUDICIALIZAÇÃO E CONTRATOS- ASSFAR <b>Fonte de Recurso:</b> Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde <b>Dotações Utilizadas:</b> 117 - Cumprimento de ações judiciais - ASSFAR Básica - (15.05.2.680.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.32.99.00.00.00 - Outros Materiais de Distribuição Gratuita <b>Condições de Pagto:</b> Em até 30 dias após a entrega de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 08 dias úteis, após dia seguinte do receb. da AF <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MEDICAMENTOS e insumos ao longo de 12(doze) meses, destinados para distribuição através da Farmácia Básica Especializada, para pacientes atendidos através de Processos Judiciais, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.  <b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA CONTROLE DO DIABETES, PARA ATENDER PACIENTES COM PROCESSOS JUDICIAIS:  ELIS REGINA MARCARINI - PROCESSO Nº 036.12.006.082-0 MILENA DE QUADROS - PROCESSO Nº 5008897.93.2014.404.7209	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
83	20,00	CX	TIRAS REATIVAS ACCU CHEK PERFORMA C/ 50 UNIDADES (27727)	ACCU-CHEK PE	74,00	1.480,00
89	5,00	CX	SETS DE INFUSÃO ACCU-CHECK FLEXLINK 8mm/60 C/ CATETER (26691)	ACCU-CHEK FL	703,25	3.516,25
					<b>Total Geral:</b>	4.996,25
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	4.996,25

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 18 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2164/2018</b>  Processo Nr.: 9/2018 Data do Processo: 25/05/2018 Data da Homologação: 02/08/2018 Sequência da Adjudicação: 5 Data da Adjudicação: 18/09/2018  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 9/2018 - PR</b>
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 4908    Dcto Fiscal nr.: 235524)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>PROFARMA SPECIALTY S/A</b> Endereço: Rua José Oswaldo Darwich, 239, qd.2, lot Cidade: Serra - ES - CEP: 29168-020 CNPJ: 81.887.838/0007-36      Inscrição Estadual:	Código: 47098      Telefone: 412169-4887 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 3309-X - CORPORATE RIO Conta Corrente: 34585-7
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 05 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA <b>Centro de Custo:</b> 466 - JUDICIALIZAÇÃO E CONTRATOS- ASSFAR <b>Fonte de Recurso:</b> Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde <b>Dotações Utilizadas:</b> 117 - Cumprimento de ações judiciais - ASSFAR Básica - (15.05.2.680.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
--	----------------------

**Compl. Elemento:** 3.3.90.32.02.00.00.00 - Medicamentos  
**Condições de Pagto:** Segunda quarta-feira após a entrega do pedido mediante NF  
**Prazo Entrega/Exec.:** Máximo 08 dias úteis, após dia seguinte do recibo da A F  
**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE  
**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MEDICAMENTOS para Farmácia Básica e Processos Judiciais ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.  
  
**Observações:** AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER PACIENTES COM PROCESSOS JUDICIAIS:  
CARLOS ROBERTO MARCARINI - PROCESSO Nº 0900317-31.2014.8.24.0036

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
126	2,00	UN	INVEGA SUSTENNA 100MG 1,0 ML SUSPENSÃO INJETÁVEL (SERINGA) (32041)	INVEGA SUSTE	1.225,69	2.451,38

(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	2.451,38
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	2.451,38

Jaraguá do Sul, 18 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2165/2018</b>  Processo Nr.: 5/2018 Data do Processo: 21/03/2018 Data da Homologação: 24/04/2018 Sequência da Adjudicação: 5 Data da Adjudicação: 18/09/2018  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 5/2018 - PR</b>
--	---

(Empenho Ordinário nr.: 4909    Dcto Fiscal nr.: 001.874.733)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>MANNO'S RESTAURANTE E PIZZARIA LTDA</b> Endereço: Rua Expedicionario Joao Zapella, 88 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89252-080 CNPJ: 06.167.588/0001-59      Inscrição Estadual: 254737706	Código: 32045      Telefone: 473372-3573 Banco: 104 - Caixa Econ.Federal - 1 Agência: 417-0 - Jaragua do Sul Conta Corrente: 2391-6
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 04 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 313 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE <b>Fonte de Recurso:</b> Taxa Fiscalização Vigilância Sanitária <b>Dotações Utilizadas:</b> 108 - Manutenção do programa de vigilância em saúde - (15.04.2.668.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.39.41.00.00.00 - Fornecimento de Alimentação <b>Condições de Pagto:</b> Até 30 dias após a entrega total de cada pedido mediante NF. <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Conforme item 11.2 do Edital <b>Local de Entrega:</b> Conforme Edital <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de REFEIÇÕES SISTEMA SELF SERVICE (com comodato do balcão térmico) e MARMITAS ao longo de 12(doze) meses, destinados aos pacientes em tratamento intensivo e semi-intensivo nos Centros de Atenção Psicossocial (Caps AD, Caps II e Caps Infante Juvenil) e Eventos da Diretoria de Atenção Básica <b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES (MARMITAS) PARA PARA ATENDER A AÇÃO DE INTENSIFICAÇÃO FEBRE AMARELA, QUE OCORRERÁ NO DIA 10/09/2018  ENTREGUES SOMENTE NESTA DATA NOS END. DA PLANILHA EM ANEXO	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
2	51,00	UN	MARMITA COMPLETA (19265)		10,50	535,50
					<b>Total Geral:</b>	535,50
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	535,50

Jaraguá do Sul, 18 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  <b>CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253</b> <b>RUA ISIDORO PEDRI, 120</b> <b>C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC</b>	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2166/2018</b>
	<b>Processo Nr.: 5/2018</b> <b>Data do Processo: 21/03/2018</b> <b>Data da Homologação: 24/04/2018</b> <b>Sequência da Adjudicação: 6</b> <b>Data da Adjudicação: 18/09/2018</b>
	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 5/2018 - PR</b>

(Empenho Ordinário nr.: 4910    Dcto Fiscal nr.: 001.874.736)

Folha: 1/1

<b>Fornecedor: MANNO'S RESTAURANTE E PIZZARIA LTDA</b> <b>Endereço: Rua Expedicionario Joao Zapella, 88</b> <b>Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89252-080</b> <b>CNPJ: 06.167.588/0001-59      Inscrição Estadual: 254737706</b>	<b>Código: 32045</b> <b>Telefone: 473372-3573</b> <b>Banco: 104 - Caixa Econ.Federal - 1</b> <b>Agência: 417-0 - Jaragua do Sul</b> <b>Conta Corrente: 2391-6</b>
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 03 - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE <b>Centro de Custo:</b> 318 - CAPS II <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos Média Alta Complexidade <b>Dotações Utilizadas:</b> 76 - Manutenção, fortalecimento e expansão do CAPS II - (15.03.2.702.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.39.41.00.00.00 - Fornecimento de Alimentação <b>Condições de Pagto:</b> Até 30 dias após a entrega total de cada pedido mediante NF. <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Conforme item 11.2 do Edital <b>Local de Entrega:</b> Conforme Edital <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de REFEIÇÕES SISTEMA SELF SERVICE (com comodato do balcão térmico) e MARMITAS ao longo de 12(doze) meses, destinados aos pacientes em tratamento intensivo e semi-intensivo nos Centros de Atenção Psicossocial (Caps AD, Caps II e Caps Infante Juvenil) e Eventos da Diretoria de Atenção Básica. <b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES SISTEMA SELF SERVICE DESTINADAS AOS PACIENTES EM TRATAMENTO COM HOSPITALIDADE DIA, NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS II	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	216,00	UN	REFEIÇÕES (11527)		10,50	2.268,00
					<b>Total Geral:</b>	2.268,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	2.268,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 18 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2167/2018</b>  Processo Nr.: 5/2018 Data do Processo: 21/03/2018 Data da Homologação: 24/04/2018 Sequência da Adjudicação: 7 Data da Adjudicação: 18/09/2018  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 5/2018 - PR</b>
--	---

(Empenho Ordinário nr.: 4911    Dcto Fiscal nr.: 001.874.738)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>MANNO'S RESTAURANTE E PIZZARIA LTDA</b> Endereço: Rua Expedicionario Joao Zapella, 88 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89252-080 CNPJ: 06.167.588/0001-59      Inscrição Estadual: 254737706	Código: 32045      Telefone: 473372-3573 Banco: 104 - Caixa Econ.Federal - 1 Agência: 417-0 - Jaragua do Sul Conta Corrente: 2391-6
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 04 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 313 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE <b>Fonte de Recurso:</b> Taxa Fiscalização Vigilância Sanitária <b>Dotações Utilizadas:</b> 108 - Manutenção do programa de vigilância em saúde - (15.04.2.668.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.39.41.00.00.00 - Fornecimento de Alimentação <b>Condições de Pagto:</b> Até 30 dias após a entrega total de cada pedido mediante NF. <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Conforme item 11.2 do Edital <b>Local de Entrega:</b> Conforme Edital <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de REFEIÇÕES SISTEMA SELF SERVICE (com comodato do balcão térmico) e MARMITAS ao longo de 12(doze) meses, destinados aos pacientes em tratamento intensivo e semi-intensivo nos Centros de Atenção Psicossocial (Caps AD, Caps II e Caps Infanto Juvenil) e Eventos da Diretoria de Atenção Básica. <b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES (MARMITAS) PARA ATENDER A AÇÃO DE INTENSIFICAÇÃO FEBRE AMARELA, QUE OCORRERÁ NO DIA 15/09/2018  PARA SEREM ENTREGUES SOMENTE NESTA DATA NOS ENDEREÇOS QUE CONSTAM DA PLANILHA EM ANEXO.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
2	60,00	UN	MARMITA COMPLETA (19265)		10,50	630,00
					<b>Total Geral:</b>	630,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	630,00

Jaraguá do Sul, 18 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2179/2018</b>  Processo Nr.: 9/2018 Data do Processo: 25/05/2018 Data da Homologação: 02/08/2018 Sequência da Adjudicação: 6 Data da Adjudicação: 20/09/2018  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 9/2018 - PR</b>
(Empenho Ordinário nr.: 4982    Dcto Fiscal nr.: 080.481)	Folha: 1/1

Fornecedor: <b>PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA</b> Endereço: RUA JOSÉ FERREIRA DE BARROS, 89 Cidade: Curitiba - PR - CEP: 81030-320 CNPJ: 04.355.394/0001-51      Inscrição Estadual: 90.236.213.44	Código: 31296      Telefone: 4132463376 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 3415-0 - EMPRES.P.ALEGR Conta Corrente: 5603-0
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 05 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA <b>Centro de Custo:</b> 466 - JUDICIALIZAÇÃO E CONTRATOS- ASSFAR <b>Fonte de Recurso:</b> Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde <b>Dotações Utilizadas:</b> 117 - Cumprimento de ações judiciais - ASSFAR Básica - (15.05.2.680.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.32.02.00.00.00 - Medicamentos <b>Condições de Pagto:</b> Segunda quarta-feira após a entrega do pedido mediante NF <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo 08 dias úteis, após dia seguinte do recbto da A F <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MEDICAMENTOS para Farmácia Básica e Processos Judiciais ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.  <b>Observações:</b> CELESTINO BEIGER - Nº 2008.72.09.00021-4 e 2008.04.000.12572-5 ELEONORA MUELLER - Nº 2007.72.090013-22-1 EMERSON POGLIA - Nº 036.10.007414-1 HELGA MANSKE - Nº 036.11.009559-1 IRIANE Z. SCHWEIG - Nº 036.07.007.042-9 IVO VENTURI - Nº 036.11.002791-0	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
97	18,00	UN	INSULINA LANTUS REFIL 3ML (18289)	LANTUS / SANC	34,51	621,18
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	621,18
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	621,18

Jaraguá do Sul, 20 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b>  <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b></p> <p>CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253  RUA ISIDORO PEDRI, 120  C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p><b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b>  <b>Nr.: 2180/2018</b></p> <p>Processo Nr.: 9/2018  Data do Processo: 25/05/2018  Data da Homologação: 02/08/2018  Sequência da Adjudicação: 7  Data da Adjudicação: 20/09/2018</p> <p><b>PREGÃO PRESENCIAL</b>  <b>Nr.: 9/2018 - PR</b></p>
(Empenho Ordinário nr.: 4983)	Folha: 1/1

Fornecedor: **INOVAMED COM. DE MEDICAMENTOS LTDA.**      Código: 43312      Telefone: 543522-4273  
Endereço: Av. José Salazar, 1385 - Sala 01, 1385      Banco:  
Cidade: Erechim - RS - CEP: 99700-000      Agência:  
CNPJ: 12.889.035/0001-02      Inscrição Estadual: 0390157570      Conta Corrente:

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b>	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	<b>Solicitações:</b>
<b>Unidade:</b>	05 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	
<b>Centro de Custo:</b>	466 - JUDICIALIZAÇÃO E CONTRATOS- ASSFAR	
<b>Fonte de Recurso:</b>	Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	
<b>Dotações Utilizadas:</b>	117 - Cumprimento de ações judiciais - ASSFAR Básica - (15.05.2.680.3.3.90.00.00.00.00.00)	
<b>Compl. Elemento:</b>	3.3.90.32.02.00.00.00 - Medicamentos	
<b>Condições de Pagto:</b>	Segunda quarta-feira após a entrega do pedido mediante NF	
<b>Prazo Entrega/Exec.:</b>	Máximo 08 dias úteis, após dia seguinte do recbto da A F	
<b>Local de Entrega:</b>	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE	
<b>Objeto da Compra:</b>	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MEDICAMENTOS para Farmácia Básica e Processos Judiciais ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.	
<b>Observações:</b>	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER PACIENTES COM PROCESSOS JUDICIAIS: JANDIRA GADOTTI ULLER - PROCESSO Nº 5004160-52.2011.404.7209-SC	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
32	4,00	UN	CITALOPRAM 20MG (15448)	ZYDUS	5,236	20,94
					<b>Total Geral:</b>	20,94
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	20,94

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 20 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2181/2018</b>  Processo Nr.: 9/2018 Data do Processo: 25/05/2018 Data da Homologação: 02/08/2018 Sequência da Adjudicação: 8 Data da Adjudicação: 20/09/2018  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 9/2018 - PR</b>
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 4984    Dcto Fiscal nr.: 045.879)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>DIMEVA DISTRIB. E IMPORTADORA LTDA - EPP</b> Endereço: Rua Argentina, 645, 645, Jardim Primavera Cidade: Pato Branco - PR - CEP: 85502-040 CNPJ: 76.386.283/0001-13      Inscrição Estadual: 316038620-6	Código: 43311      Telefone: 463224-3767 Banco: Agência: Conta Corrente:
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 05 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA <b>Centro de Custo:</b> 466 - JUDICIALIZAÇÃO E CONTRATOS- ASSFAR <b>Fonte de Recurso:</b> Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde <b>Dotações Utilizadas:</b> 117 - Cumprimento de ações judiciais - ASSFAR Básica - (15.05.2.680.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
--	----------------------

**Compl. Elemento:** 3.3.90.32.02.00.00.00 - Medicamentos  
**Condições de Pagto:** Segunda quarta-feira após a entrega do pedido mediante NF  
**Prazo Entrega/Exec.:** Máximo 08 dias úteis, após dia seguinte do recibo da A F  
**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE  
**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MEDICAMENTOS para Farmácia Básica e Processos Judiciais ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.  
  
**Observações:** AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER PACIENTES COM PROCESSOS JUDICIAIS:  
ALCIDE JUNKES - PROCESSO Nº 0303636-85.2016.8.24.0036

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
150	168,00	CP	FOSFATO DE SITAGLIPTINA + METFORMINA 50/1000 MG (35017)	MERCK	3,60	604,80
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	604,80
					<b>Desconto:</b>	172,80
					<b>Total Líquido:</b>	432,00

Jaraguá do Sul, 20 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2200/2018</b>  Processo Nr.: 42/2017 Data do Processo: 11/10/2017 Data da Homologação: 21/12/2017 Sequência da Adjudicação: 77 Data da Adjudicação: 21/09/2018  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 42/2017 - PR</b>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 5010)

Folha: 1/1

Fornecedor: **BIOMEDI MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA EPP**      Código: 41693      Telefone: 3084-0237  
Endereço: Rua Maria Umbelina da Silva, 680, salas      Banco: 001 - Banco do Brasil - 001  
Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89252-490      Agência: 405-7 - Jaraguá do Sul  
CNPJ: 13.365.644/0001-25      Inscrição Estadual: 256.353.204      Conta Corrente: 50171-9

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b>	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	<b>Solicitações:</b>
<b>Unidade:</b>	02 - ATENÇÃO BÁSICA	
<b>Centro de Custo:</b>	396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MÉDICA E ODONTOL.	
<b>Fonte de Recurso:</b>	Recursos PAB/Estadual	
<b>Dotações Utilizadas:</b>	42 - Prestar assistência de atenção básica - PAB - (15.02.2.660.3.3.90.00.00.00.00.00)	
<b>Compl. Elemento:</b>	3.3.90.30.36.00.00.00 - Material Hospitalar	
<b>Condições de Pagto:</b>	Em até 30 dias após a entrega total de cada pedido	
<b>Prazo Entrega/Exec.:</b>	Máximo de 08 dias úteis, após o dia seguinte ao receb. da AF	
<b>Local de Entrega:</b>	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE	
<b>Objeto da Compra:</b>	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAL MÉDICO E AMBULATORIAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal e Policlínica de Especialidades Médicas, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.	
<b>Observações:</b>	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
32	100,00	UN	KIT P/ PAPANICOLAU - G (9259)	ADLIN	1,90	190,00
33	1.000,00	UN	KIT P/ PAPANICOLAU - M (9257)	ADLIN	1,70	1.700,00
34	600,00	UN	KIT P/ PAPANICOLAU - P (9256)	ADLIN	1,54	924,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	2.814,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	2.814,00

Jaraguá do Sul, 21 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2201/2018</b>  Processo Nr.: 42/2017 Data do Processo: 11/10/2017 Data da Homologação: 21/12/2017 Sequência da Adjudicação: 78 Data da Adjudicação: 21/09/2018  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 42/2017 - PR</b>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 5011    Dcto Fiscal nr.: 815)

Folha: 1/1

Fornecedor: **SANIMED INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALA** Código: 47010 Telefone: 473144-9700  
Endereço: VIA EXPRESSA PAUL FRITZ KUEHN RICH N1541 Banco: 085 - COOPERATIVA CENT  
Cidade: Blumenau - SC - CEP: 89052-381 Agência: 0101-5 - VIACREDI  
CNPJ: 24.537.945/0001-05 Inscrição Estadual: Conta Corrente: 869094-4

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b>	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	<b>Solicitações:</b>
<b>Unidade:</b>	02 - ATENÇÃO BÁSICA	
<b>Centro de Custo:</b>	396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MÉDICA E ODONTOL.	
<b>Fonte de Recurso:</b>	Recursos PAB/Estadual	
<b>Dotações Utilizadas:</b>	42 - Prestar assistência de atenção básica - PAB - (15.02.2.660.3.3.90.00.00.00.00.00)	
<b>Compl. Elemento:</b>	3.3.90.30.36.00.00.00 - Material Hospitalar	
<b>Condições de Pagto:</b>	Em até 30 dias após a entrega total de cada pedido	
<b>Prazo Entrega/Exec.:</b>	Máximo de 08 dias úteis, após o dia seguinte ao receb. da AF	
<b>Local de Entrega:</b>	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE	
<b>Objeto da Compra:</b>	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAL MÉDICO E AMBULATORIAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal e Policlínica de Especialidades Médicas, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.	
<b>Observações:</b>	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
42	100,00	CX	LUVA DE PROCEDIMENTO AMBIDESTRA EM LATÉX TAM. PP C/ 100 UN (9341)	NUGARD	13,90	1.390,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	1.390,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	1.390,00

Jaraguá do Sul, 21 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2202/2018</b>  <b>Processo Nr.: 42/2017</b> <b>Data do Processo: 11/10/2017</b> <b>Data da Homologação: 21/12/2017</b> <b>Sequência da Adjudicação: 79</b> <b>Data da Adjudicação: 21/09/2018</b>  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 42/2017 - PR</b>
--	---

(Empenho Ordinário nr.: 5012)

Folha: 1/1

Fornecedor: **MAYCON WILL EIRELI EPP**      Código: 47056      Telefone: 482132-3346  
Endereço: Rua Treze de Junho, 769      Banco: 001 - Banco do Brasil - 001  
Cidade: São José - SC - CEP: 88106-470      Agência: 3174-7 - NEREU RAMOS - F  
CNPJ: 18.712.730/0001-80      Inscrição Estadual:      Conta Corrente: 106379-0

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b>	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	<b>Solicitações:</b>
<b>Unidade:</b>	02 - ATENÇÃO BÁSICA	
<b>Centro de Custo:</b>	396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.	
<b>Fonte de Recurso:</b>	SF - PAB	
<b>Dotações Utilizadas:</b>	143 - Prestar assistência de atenção básica - PAB - (15.02.2.660.3.3.90.00.00.00.00.00)	
<b>Compl. Elemento:</b>	3.3.90.30.36.00.00.00 - Material Hospitalar	
<b>Condições de Pagto:</b>	Em até 30 dias após a entrega total de cada pedido	
<b>Prazo Entrega/Exec.:</b>	Máximo de 08 dias úteis, após o dia seguinte ao receb. da AF	
<b>Local de Entrega:</b>	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE	
<b>Objeto da Compra:</b>	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAL MÉDICO E AMBULATORIAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal e Policlínica de Especialidades Médicas, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.	
<b>Observações:</b>	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
43	300,00	PR	LUVA DE PROCEDIMENTO EM LÁTEX TAM. P (9342)	NOBRE	12,50	3.750,00
44	200,00	PR	LUVA DE PROCEDIMENTO EM LÁTEX TAM. M (9343)	NOBRE	12,50	2.500,00
45	100,00	CX	LUVA DE PROCEDIMENTO EM LÁTEX - TAM. G C/ 100 UN (27513)	NOBRE	12,50	1.250,00
					<b>Total Geral:</b>	7.500,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	7.500,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 21 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2203/2018</b>  <b>Processo Nr.: 42/2017</b> <b>Data do Processo: 11/10/2017</b> <b>Data da Homologação: 21/12/2017</b> <b>Sequência da Adjudicação: 80</b> <b>Data da Adjudicação: 21/09/2018</b>  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 42/2017 - PR</b>
--	---

(Empenho Ordinário nr.: 5013)

Folha: 1/1

Fornecedor: **SANIMED INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALA** Código: 47010 Telefone: 473144-9700  
Endereço: VIA EXPRESSA PAUL FRITZ KUEHN RICH N1541 Banco: 085 - COOPERATIVA CENT  
Cidade: Blumenau - SC - CEP: 89052-381 Agência: 0101-5 - VIACREDI  
CNPJ: 24.537.945/0001-05 Inscrição Estadual: Conta Corrente: 869094-4

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b>	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	<b>Solicitações:</b>
<b>Unidade:</b>	02 - ATENÇÃO BÁSICA	
<b>Centro de Custo:</b>	396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MÉDICA E ODONTOL.	
<b>Fonte de Recurso:</b>	Recursos PAB/Estadual	
<b>Dotações Utilizadas:</b>	42 - Prestar assistência de atenção básica - PAB - (15.02.2.660.3.3.90.00.00.00.00.00)	
<b>Compl. Elemento:</b>	3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização	
<b>Condições de Pagto:</b>	Em até 30 dias após a entrega total de cada pedido	
<b>Prazo Entrega/Exec.:</b>	Máximo de 08 dias úteis, após o dia seguinte ao receb. da AF	
<b>Local de Entrega:</b>	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE	
<b>Objeto da Compra:</b>	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAL MÉDICO E AMBULATORIAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal e Policlínica de Especialidades Médicas, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.	
<b>Observações:</b>	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
144	120,00	RL	PAPEL LENÇOL 50X50 DESCARTÁVEL (9377)	MEDPAPER	6,55	786,00
					<b>Total Geral:</b>	786,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	786,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 21 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b>  <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b></p> <p>CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253  RUA ISIDORO PEDRI, 120  C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p><b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b>  <b>Nr.: 2204/2018</b></p> <p>Processo Nr.: 42/2017  Data do Processo: 11/10/2017  Data da Homologação: 21/12/2017  Sequência da Adjudicação: 81  Data da Adjudicação: 21/09/2018</p> <p><b>PREGÃO PRESENCIAL</b>  <b>Nr.: 42/2017 - PR</b></p>
(Empenho Ordinário nr.: 5014    Dcto Fiscal nr.: 814)	Folha: 1/1

Fornecedor: **SANIMED INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALA** Código: 47010 Telefone: 473144-9700  
Endereço: VIA EXPRESSA PAUL FRITZ KUEHN RICH N1541 Banco: 085 - COOPERATIVA CENT  
Cidade: Blumenau - SC - CEP: 89052-381 Agência: 0101-5 - VIACREDI  
CNPJ: 24.537.945/0001-05 Inscrição Estadual: Conta Corrente: 869094-4

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b>	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	<b>Solicitações:</b>
<b>Unidade:</b>	02 - ATENÇÃO BÁSICA	
<b>Centro de Custo:</b>	396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MÉDICA E ODONTOL.	
<b>Fonte de Recurso:</b>	Recursos PAB/Estadual	
<b>Dotações Utilizadas:</b>	42 - Prestar assistência de atenção básica - PAB - (15.02.2.660.3.3.90.00.00.00.00.00)	
<b>Compl. Elemento:</b>	3.3.90.30.35.00.00.00 - Material Laboratorial	
<b>Condições de Pagto:</b>	Em até 30 dias após a entrega total de cada pedido	
<b>Prazo Entrega/Exec.:</b>	Máximo de 08 dias úteis, após o dia seguinte ao receb. da AF	
<b>Local de Entrega:</b>	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE	
<b>Objeto da Compra:</b>	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAL MÉDICO E AMBULATORIAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal e Policlínica de Especialidades Médicas, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.	
<b>Observações:</b>	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS LABORATORIAIS PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
157	50,00	CX	LÂMINA VIDRO FOSCA P/ PAPANICOLAU 26 X 76 MM C/ 50 UN (9329)	ADLIN	3,40	170,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	170,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	170,00

Jaraguá do Sul, 21 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2205/2018</b>  Processo Nr.: 42/2017 Data do Processo: 11/10/2017 Data da Homologação: 21/12/2017 Sequência da Adjudicação: 82 Data da Adjudicação: 21/09/2018  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 42/2017 - PR</b>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 5015)

Folha: 1/1

Fornecedor: **BIOMEDI MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA EPP**      Código: 41693      Telefone: 3084-0237  
Endereço: Rua Maria Umbelina da Silva, 680, salas      Banco: 001 - Banco do Brasil - 001  
Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89252-490      Agência: 405-7 - Jaraguá do Sul  
CNPJ: 13.365.644/0001-25      Inscrição Estadual: 256.353.204      Conta Corrente: 50171-9

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b>	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	<b>Solicitações:</b>
<b>Unidade:</b>	02 - ATENÇÃO BÁSICA	
<b>Centro de Custo:</b>	396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MÉDICA E ODONTOL.	
<b>Fonte de Recurso:</b>	Recursos PAB/Estadual	
<b>Dotações Utilizadas:</b>	42 - Prestar assistência de atenção básica - PAB - (15.02.2.660.3.3.90.00.00.00.00.00)	
<b>Compl. Elemento:</b>	3.3.90.30.35.00.00.00 - Material Laboratorial	
<b>Condições de Pagto:</b>	Em até 30 dias após a entrega total de cada pedido	
<b>Prazo Entrega/Exec.:</b>	Máximo de 08 dias úteis, após o dia seguinte ao receb. da AF	
<b>Local de Entrega:</b>	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE	
<b>Objeto da Compra:</b>	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAL MÉDICO E AMBULATORIAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal e Policlínica de Especialidades Médicas, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.	
<b>Observações:</b>	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS LABORATORIAIS PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
156	24,00	FR	FIXADOR P/ LÂMINAS PAPANICOLAU (9328)	ADLIN	3,40	81,60
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	81,60
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	81,60

Jaraguá do Sul, 21 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2206/2018</b>  Processo Nr.: 42/2017 Data do Processo: 11/10/2017 Data da Homologação: 21/12/2017 Sequência da Adjudicação: 83 Data da Adjudicação: 21/09/2018  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 42/2017 - PR</b>
(Empenho Ordinário nr.: 5016    Dcto Fiscal nr.: 214378)	Folha: 1/1

Fornecedor: <b>ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA</b> Endereço: ESTRADA BOA ESPERANÇA 2320 Cidade: Rio do Sul - SC - CEP: 89160-000 CNPJ: 00.802.002/0001-02      Inscrição Estadual: 253.148.995	Código: 1079      Telefone: 473520-9000 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 276-3 - RIO DO SUL (SC) Conta Corrente: 30778-5
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 02 - ATENÇÃO BÁSICA <b>Centro de Custo:</b> 396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MÉDICA E ODONTOL. <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos PAB/Estadual <b>Dotações Utilizadas:</b> 42 - Prestar assistência de atenção básica - PAB - (15.02.2.660.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.30.19.00.00.00 - Material de Acondicionamento e Embalagem <b>Condições de Pagto:</b> Em até 30 dias após a entrega total de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 08 dias úteis, após o dia seguinte ao receb. da AF <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAL MÉDICO E AMBULATORIAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal e Policlínica de Especialidades Médicas, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital. <b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
152	500,00	UN	CAIXA COLETORA P/ MATERIAL PERFUROCORTANTE 13L (9223)	Descarbox	3,32	1.660,00
153	100,00	UN	CAIXA COLETORA P/ MATERIAL PERFUROCORTANTE 7L (9224)	Descarbox	2,54	254,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	1.914,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	1.914,00

Jaraguá do Sul, 21 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b></p> <p>CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253  RUA ISIDORO PEDRI, 120  C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p><b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2207/2018</b></p> <p>Processo Nr.: 2/2018  Data do Processo: 09/02/2018  Data da Homologação: 27/02/2018  Sequência da Adjudicação: 2  Data da Adjudicação: 21/09/2018</p> <p><b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 2/2018 - PR</b></p>
(Empenho Ordinário nr.: 5021)	Folha: 1/1

<p>Fornecedor: <b>EMERSON SCHWEIG ME</b>  Endereço: Rua Ela Ida Tereza S. Hannemann, 26, sal  Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89260-662  CNPJ: 29.123.139/0001-04      Inscrição Estadual:</p>	<p>Código: 47351      Telefone: 473376-2958  Banco: 085 - COOPERATIVA CENT  Agência: 0101-5 - VIACREDI  Conta Corrente: 964283-8</p>
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<p><b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  <b>Unidade:</b> 02 - ATENÇÃO BÁSICA  <b>Centro de Custo:</b> 396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.  <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos PAB  <b>Dotações Utilizadas:</b> 174 - Manutenção do centro de especialidades odontológico - (15.02.2.664.3.3.90.00.00.00.00.00)</p> <p><b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.32.99.00.00.00 - Outros Materiais de Distribuição Gratuita  <b>Condições de Pagto:</b> Na segunda quarta feira, após a entrega de cada pedido.  <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Conforme item 4.2 do Edital.  <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE  <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de Próteses dentárias totais (superiores e inferiores), destinadas para o CEO - Centro de Especialidades Odontológicas Policlínica João Biron ao longo de 12(doze) meses, em conformidade com as especificações e quantidades estimadas no ANEXO I, Minuta da Ata de Registro de Preços no Anexo III e Termo de referência Anexo IV deste edital.</p> <p><b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE 200 UNIDADES DE PRÓTESES DENTÁRIAS TOTAIS, SUPERIORES E INFERIORES". NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 96,00 - PROVENIENTES DE RECURSOS MAC FEDERAL. DESTINADOS PARA O CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICOS - CEO - POLICLINICA DR. JOÃO BIRON</p>	<p><b>Solicitações:</b></p>
---	-----------------------------

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	200,00	UN	PRÓTESE DENTÁRIA (26209)	PALATON / VIPI	96,00	19.200,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	19.200,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	19.200,00

Jaraguá do Sul, 21 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2208/2018</b>  Processo Nr.: 53/2017 Data do Processo: 25/10/2017 Data da Homologação: 14/02/2018 Sequência da Adjudicação: 12 Data da Adjudicação: 21/09/2018  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 53/2017 - PR</b>
(Empenho Ordinário nr.: 5017    Dcto Fiscal nr.: 002338)	Folha: 1/1

Fornecedor: <b>DANNA COMERCIAL EIRELI EPP</b> Endereço: Rua Castelo Branco, 1157 Cidade: São Bento do Sul - SC - CEP: 89288-330 CNPJ: 13.550.358/0001-30      Inscrição Estadual:	Código: 44416      Telefone: 473633-7020 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 3238-7 - Sao Bento do Sul Conta Corrente: 17.920-5
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 02 - ATENÇÃO BÁSICA <b>Centro de Custo:</b> 396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MÉDICA E ODONTOL. <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos PAB <b>Dotações Utilizadas:</b> 31 - Manutenção patrimonial - Saúde - (15.02.2.651.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.30.26.00.00.00 - Material Elétrico e Eletrônico <b>Condições de Pagto:</b> Até 30 dias após a solicitação e entrega de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 8 dias consecutivos, após recebimento da AF <b>Local de Entrega:</b> Conforme Edital <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.  <b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS PARA A DIRETORIA DE SAÚDE	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
122	20,00	UN	LÂMPADA ESPIRAL 15W (32789)	G-LIGHT	8,30	166,00
130	30,00	UN	LUMINÁRIA EMERGÊNCIA C/LED (27426)	SEGURIMAX	17,50	525,00
					<b>Total Geral:</b>	691,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	691,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 21 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="text-align: center;"><b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> Nr.: 2209/2018</td> </tr> <tr> <td>           Processo Nr.: 53/2017            Data do Processo: 25/10/2017            Data da Homologação: 14/02/2018            Sequência da Adjudicação: 13            Data da Adjudicação: 21/09/2018         </td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;"> <b>PREGÃO PRESENCIAL</b>            Nr.: 53/2017 - PR         </td> </tr> </table>	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> Nr.: 2209/2018	Processo Nr.: 53/2017 Data do Processo: 25/10/2017 Data da Homologação: 14/02/2018 Sequência da Adjudicação: 13 Data da Adjudicação: 21/09/2018	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> Nr.: 53/2017 - PR
<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> Nr.: 2209/2018				
Processo Nr.: 53/2017 Data do Processo: 25/10/2017 Data da Homologação: 14/02/2018 Sequência da Adjudicação: 13 Data da Adjudicação: 21/09/2018				
<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> Nr.: 53/2017 - PR				

(Empenho Ordinário nr.: 5018)
Folha: 1/1

Fornecedor: <b>LILI CASA E CONSTRUÇÃO LTDA EPP</b> Endereço: Rua Maria Umbelina da Silva, 130, Sala 0 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89252-490 CNPJ: 78.268.810/0001-10      Inscrição Estadual:	Código: 35082      Telefone: 473371-2000 Banco: 104 - Caixa Econ.Federal - 1 Agência: 417-0 - Jaragua do Sul Conta Corrente: 1415-1
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 03 - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE <b>Centro de Custo:</b> 320 - POLICLÍNICA DE ESPEC. DR JOÃO BIRON-ALTA <b>Fonte de Recurso:</b> Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde <b>Dotações Utilizadas:</b> 53 - Manutenção patrimonial - Saúde - (15.03.2.651.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.30.26.00.00.00 - Material Elétrico e Eletrônico <b>Condições de Pagto:</b> Até 30 dias após a solicitação e entrega de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 8 dias consecutivos, após recebimento da AF <b>Local de Entrega:</b> Conforme Edital <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.	
<b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS PARA A POLICLÍNICA DE ESPECIALIDADES MÉDICAS DR. JOÃO BIRON	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
8	15,00	UN	DISJUNTOR MONOFÁSICO 16A (31659)	SOPRANO	5,00	75,00
99	200,00	M	FIO FLEXÍVEL AZUL 1,5MM (8392)	SIL	0,59	118,00
103	200,00	M	FIO FLEXÍVEL PRETO 1,5MM (22770)	SIL	0,59	118,00
120	20,00	UN	LAMPADA LED BULBO (34785)	KIAN	11,99	239,80
128	100,00	UN	LÂMPADA TUBULAR DE LED 9W (34786)	KIAN	13,50	1.350,00
132	10,00	UN	SINALIZACAO DE SAIDA (34793)	CONSEMAQ	54,30	543,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	2.443,80
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	2.443,80

Jaraguá do Sul, 21 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2210/2018</b>  Processo Nr.: 53/2017 Data do Processo: 25/10/2017 Data da Homologação: 14/02/2018 Sequência da Adjudicação: 14 Data da Adjudicação: 21/09/2018  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 53/2017 - PR</b>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 5019    Dcto Fiscal nr.: 012.595)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>LILI CASA E CONSTRUÇÃO LTDA EPP</b> Endereço: Rua Maria Umbelina da Silva, 130, Sala 0 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89252-490 CNPJ: 78.268.810/0001-10      Inscrição Estadual:	Código: 35082      Telefone: 473371-2000 Banco: 104 - Caixa Econ.Federal - 1 Agência: 417-0 - Jaragua do Sul Conta Corrente: 1415-1
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 01 - ADMINISTRAÇÃO <b>Centro de Custo:</b> 395 - DIVISÃO ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS <b>Fonte de Recurso:</b> Taxa Fiscalização Vigilância Sanitária <b>Dotações Utilizadas:</b> 8 - Manutenção patrimonial - Saúde - (15.01.2.651.3.3.90.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.30.26.00.00.00 - Material Elétrico e Eletrônico <b>Condições de Pagto:</b> Até 30 dias após a solicitação e entrega de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 8 dias consecutivos, após recebimento da AF <b>Local de Entrega:</b> Conforme Edital <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.  <b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS PARA SECRETARIA DA SAÚDE	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
121	20,00	UN	LÂMPADA LED (20633)	KIAN	15,15	303,00
128	100,00	UN	LÂMPADA TUBULAR DE LED 9W (34786)	KIAN	13,50	1.350,00
					<b>Total Geral:</b>	1.653,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	1.653,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 21 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2211/2018</b>  <b>Processo Nr.: 5/2018</b> <b>Data do Processo: 21/03/2018</b> <b>Data da Homologação: 24/04/2018</b> <b>Sequência da Adjudicação: 8</b> <b>Data da Adjudicação: 21/09/2018</b>  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 5/2018 - PR</b>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 5020)

Folha: 1/1

Fornecedor: **MANNO'S RESTAURANTE E PIZZARIA LTDA**      Código: 32045      Telefone: 473372-3573  
Endereço: Rua Expedicionário Joao Zapella, 88      Banco: 104 - Caixa Econ.Federal - 1  
Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89252-080      Agência: 417-0 - Jaragua do Sul  
CNPJ: 06.167.588/0001-59      Inscrição Estadual: 254737706      Conta Corrente: 2391-6

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b>	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	<b>Solicitações:</b>
<b>Unidade:</b>	04 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
<b>Centro de Custo:</b>	313 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
<b>Fonte de Recurso:</b>	Taxa Fiscalização Vigilância Sanitária	
<b>Dotações Utilizadas:</b>	108 - Manutenção do programa de vigilância em saúde - (15.04.2.668.3.3.90.00.00.00.00.00)	
<b>Compl. Elemento:</b>	3.3.90.39.41.00.00.00 - Fornecimento de Alimentação	
<b>Condições de Pagto:</b>	Até 30 dias após a entrega total de cada pedido mediante NF.	
<b>Prazo Entrega/Exec.:</b>	Conforme item 11.2 do Edital	
<b>Local de Entrega:</b>	Conforme Edital	
<b>Objeto da Compra:</b>	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de REFEIÇÕES SISTEMA SELF SERVICE (com comodato do balcão térmico) e MARMITAS ao longo de 12(doze) meses, destinados aos pacientes em tratamento intensivo e semi-intensivo nos Centros de Atenção Psicossocial (Caps AD, Caps II e Caps Infanto Juvenil) e Eventos da Diretoria de Atenção Básica	
<b>Observações:</b>	AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES (MARMITAS) PARA PARA ATENDER A AÇÃO DE INTENSIFICAÇÃO FEBRE AMARELA, QUE OCORRERÁ NO DIA 22/09/2018	
	PARA SEREM ENTREGUES SOMENTE NESTA DATA NOS ENDEREÇOS QUE CONSTAM DA PLANILHA EM ANEXO.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
2	52,00	UN	MARMITA COMPLETA (19265)		10,50	546,00
					<b>Total Geral:</b>	546,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	546,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 21 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2212/2018</b>  Processo Nr.: 53/2017 Data do Processo: 25/10/2017 Data da Homologação: 14/02/2018 Sequência da Adjudicação: 15 Data da Adjudicação: 24/09/2018  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 53/2017 - PR</b>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 5030    Dcto Fiscal nr.: 843)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>RP COMERCIAL LTDA ME</b> Endereço: Rua das Bromélias, 1126 - térreo, S/N Cidade: Blumenau - SC - CEP: 89058-080 CNPJ: 20.604.417/0001-70      Inscrição Estadual:	Código: 44192      Telefone: 473288-6842 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 3420-7 - EMPRES.VALE ITA Conta Corrente: 219734-0
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 02 - ATENÇÃO BÁSICA <b>Centro de Custo:</b> 396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL. <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos PAB <b>Dotações Utilizadas:</b> 31 - Manutenção patrimonial - Saúde - (15.02.2.651.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.30.26.00.00.00 - Material Elétrico e Eletrônico <b>Condições de Pagto:</b> Até 30 dias após a solicitação e entrega de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 8 dias consecutivos, após recebimento da AF <b>Local de Entrega:</b> Conforme Edital <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.  <b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS PARA A DIRETORIA DE SAÚDE	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
131	10,00	UN	LUZ DE EMERGENCIA (28490)	LUXPRYME	349,00	3.490,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	3.490,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	3.490,00

Jaraguá do Sul, 24 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável



<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b>  <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b></p> <p>CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253  RUA ISIDORO PEDRI, 120  C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p><b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b>  <b>Nr.: 2213/2018</b></p> <p>Processo Nr.: 53/2017  Data do Processo: 25/10/2017  Data da Homologação: 14/02/2018  Sequência da Adjudicação: 16  Data da Adjudicação: 24/09/2018</p> <p><b>PREGÃO PRESENCIAL</b>  <b>Nr.: 53/2017 - PR</b></p>
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 5031)

Folha: 1/1

Fornecedor: **ELÉTRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA** Código: 47274 Telefone: 623924-7226  
Endereço: AV. INDEPENDENCIA, 6060, QUADRA 70C LOTE Banco: 1 - BANCO DO BRASIL S.A  
Cidade: Goiânia - GO - CEP: 74070-010 Agência: 3483-5 - GOIANIA-GO  
CNPJ: 00.226.324/0001-42 Inscrição Estadual: Conta Corrente: 27584-0

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Órgão:** 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE **Solicitações:**  
**Unidade:** 03 - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE  
**Centro de Custo:** 317 - CAPS INFANTIL  
**Fonte de Recurso:** SF - MAC / AIH  
**Dotações Utilizadas:** 148 - Manutenção patrimonial - Saúde - (15.03.2.651.3.3.90.00.00.00.00.00)

**Compl. Elemento:** 3.3.90.30.26.00.00.00 - Material Elétrico e Eletrônico  
**Condições de Pagto:** Até 30 dias após a solicitação e entrega de cada pedido  
**Prazo Entrega/Exec.:** Máximo de 8 dias consecutivos, após recebimento da AF  
**Local de Entrega:** Conforme Edital  
**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.  
**Observações:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS PARA O CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTO JUVENIL

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	10,00	UN	BASE P/ RELÊ FOTOELÉTRICO (11259)	EXATRON	4,25	42,50
6	20,00	UN	CONECTOR SINDAL (22462)	SOPRANO CST	2,63	52,60
7	10,00	UN	DISJUNTOR MONOFÁSICO 10 AMPERES (8345)	SOPRANO SHE	5,20	52,00
10	10,00	UN	DISJUNTOR MONOFÁSICO 20 AMPERES (8347)	SOPRANO SHE	5,67	56,70
12	10,00	UN	DISJUNTOR MONOFÁSICO 32 AMPERES (25016)	SOPRANO SHE	5,67	56,70
41	30,00	UN	ELETROCALHA PERFURADA 100x50 (28668)	BEGE	14,99	449,70
71	20,00	UN	INTERRUPTOR 02 TECLAS SIMPLES SISTEMA X (32815)	PLUZIE	6,71	134,20
73	30,00	UN	INTERRUPTOR 01 TECLA SIMPLES SISTEMA X (32814)	PLUZIE	5,00	150,00
78	30,00	UN	PLAFON (26587)	JRC	2,57	77,10

(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	1.071,50
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	1.071,50

Jaraguá do Sul, 24 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2214/2018</b>  Processo Nr.: 54/2017 Data do Processo: 30/10/2017 Data da Homologação: 15/12/2017 Sequência da Adjudicação: 12 Data da Adjudicação: 24/09/2018  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 54/2017 - PR</b>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 5032)

Folha: 1/1

Fornecedor: **TOP CENTER COMERCIAL LTDA ME**      Código: 38992      Telefone: 4734227941  
Endereço: RUA PRESIDENTE CAMPOS SALLES, 476      Banco: 237 - Bradesco - 237  
Cidade: Joinville - SC - CEP: 89217-100      Agência: 2232-2 - João Colin - Joinville  
CNPJ: 82.135.625/0001-25      Inscrição Estadual: 252.038.835      Conta Corrente: 3719-2

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 03 - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE <b>Centro de Custo:</b> 317 - CAPS INFANTIL <b>Fonte de Recurso:</b> SF - MAC / AIH <b>Dotações Utilizadas:</b> 148 - Manutenção patrimonial - Saúde - (15.03.2.651.3.3.90.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.30.26.00.00.00 - Material Elétrico e Eletrônico <b>Condições de Pagto:</b> Conforme item 11.1 do Edital <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> De acordo com o item 11.2 do edital <b>Local de Entrega:</b> Conforme Edital <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS PARA REDE E TELEFONIA ao longo de 12(doze) meses, destinados para atender a demanda de manutenção e ampliação no segmento de rede e telefonia da Administração Pública Municipal, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços <b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS PARA O CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTO JUVENIL	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
10	80,00	UN	CONECTOR RJ45 FÊMEA CAT5-E (14962)	FURUKAWA	12,70	1.016,00
17	20,00	UN	PATCH-CORD AZUL 2,5M (18919)	FURUKAWA	13,60	272,00
					<b>Total Geral:</b>	1.288,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	1.288,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 24 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td colspan="2" style="text-align: center;"><b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b></td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="text-align: center;">Nr.: 2220/2018</td> </tr> <tr> <td style="padding: 2px;">Processo Nr.:</td> <td style="text-align: right; padding: 2px;">17/2018</td> </tr> <tr> <td style="padding: 2px;">Data do Processo:</td> <td style="text-align: right; padding: 2px;">09/07/2018</td> </tr> <tr> <td style="padding: 2px;">Data da Homologação:</td> <td style="text-align: right; padding: 2px;">11/09/2018</td> </tr> <tr> <td style="padding: 2px;">Sequência da Adjudicação:</td> <td style="text-align: right; padding: 2px;">1</td> </tr> <tr> <td style="padding: 2px;">Data da Adjudicação:</td> <td style="text-align: right; padding: 2px;">11/09/2018</td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="text-align: center; padding: 5px;"> <b>PREGÃO PRESENCIAL</b>  <b>Nr.: 17/2018 - PR</b> </td> </tr> </table>	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b>		Nr.: 2220/2018		Processo Nr.:	17/2018	Data do Processo:	09/07/2018	Data da Homologação:	11/09/2018	Sequência da Adjudicação:	1	Data da Adjudicação:	11/09/2018	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 17/2018 - PR</b>	
<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b>																	
Nr.: 2220/2018																	
Processo Nr.:	17/2018																
Data do Processo:	09/07/2018																
Data da Homologação:	11/09/2018																
Sequência da Adjudicação:	1																
Data da Adjudicação:	11/09/2018																
<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 17/2018 - PR</b>																	

(Empenho Ordinário nr.: 5143)
Folha: 1/1

Fornecedor: <b>SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI</b>	Código: 38826	Telefone: 4734738845
Endereço: Avenida Santos Dumont, 1355		Banco: 001 - Banco do Brasil - 001
Cidade: Joinville - SC - CEP: 89218-105		Agência: 3428-2 - EMPRES.NORTE -
CNPJ: 09.944.371/0001-04	Inscrição Estadual:	Conta Corrente: 15265-X

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 02 - ATENÇÃO BÁSICA <b>Centro de Custo:</b> 394 - CENTRO ATENDIMENTO ESPECIAL - CAE <b>Fonte de Recurso:</b> Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde <b>Dotações Utilizadas:</b> 51 - Manutenção dos serviços de atendimento especial - - (15.02.2.673.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.32.03.00.00.00 - Gêneros Alimentícios <b>Condições de Pagto:</b> Até 30 dias após a entrega de cada pedido mediante NF <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo 08 dias úteis, após dia seguinte do recibo da A F <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de FÓRMULAS INFANTIS, LEITE EM PÓ ESPECIAL E NUTRIÇÕES (SUPLEMENTOS ALIMENTARES ESPECIAIS) ao longo de 12(doze) meses, destinados para usuários atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, Hepatites Virais, pacientes oncológicos e de outras patologias, atendimento a Processos Judiciais e atendimento ESPECIAL.  <b>Observações:</b> - FÓRMULA INFANTIL 1º SEMESTRE C/ PREBIÓTICOS - NAN CONFORT 1 NESTLÉ	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
18	68,80	KG	FÓRMULA INFANTIL 1º SEMESTRE - C/ PREBIÓTICOS, FÓRMULA INFANTIL DE PARTIDA COM DHA E ARA E NUCLEOTÍDEOS, COM PREBIÓTICOS PARA AUMENTO DO NÚMERO DE EVACUAÇÕES E EFEITO BIFIDOGÊNICO. (35076)	NAN COMFOR	52,50	3.612,00

	<b>Total Geral:</b>	3.612,00
	<b>Desconto:</b>	0,00
<b>(Valores expressos em Reais R\$)</b>	<b>Total Líquido:</b>	3.612,00

Jaraguá do Sul, 25 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2221/2018</b>  Processo Nr.: 17/2018 Data do Processo: 09/07/2018 Data da Homologação: 11/09/2018 Sequência da Adjudicação: 2 Data da Adjudicação: 25/09/2018  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 17/2018 - PR</b>
(Empenho Ordinário nr.: 5144)	Folha: 1/1

Fornecedor: <b>SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI</b> Endereço: Avenida Santos Dumont, 1355 Cidade: Joinville - SC - CEP: 89218-105 CNPJ: 09.944.371/0001-04      Inscrição Estadual:	Código: 38826      Telefone: 4734738845 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 3428-2 - EMPRES.NORTE - Conta Corrente: 15265-X
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 05 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA <b>Centro de Custo:</b> 314 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA <b>Fonte de Recurso:</b> Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde <b>Dotações Utilizadas:</b> 118 - Manutenção dos serviços de atendimento especial - - (15.05.2.681.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.32.03.00.00.00 - Gêneros Alimentícios <b>Condições de Pagto:</b> Até 30 dias após a entrega de cada pedido mediante NF <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo 08 dias úteis, após dia seguinte do recibo da A F <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de FÓRMULAS INFANTIS, LEITE EM PÓ ESPECIAL E NUTRIÇÕES (SUPLEMENTOS ALIMENTARES ESPECIAIS) ao longo de 12(doze) meses, destinados para usuários atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, Hepatites Virais, pacientes oncológicos e de outras patologias, atendimento a Processos Judiciais e atendimento ESPECIAL.	
<b>Observações:</b>  FÓRMULA INFANTIL 1º SEMESTRE C/ PREBIÓTICOS - NAN CONFORT 1 - NESTLÉ FÓRMULA LÁCTEA INFANTIL 2º SEMESTRE - NAN CONFORT 2 - NESTLÉ	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
18	95,20	KG	FÓRMULA INFANTIL 1º SEMESTRE - C/ PREBIÓTICOS, FÓRMULA INFANTIL DE PARTIDA COM DHA E ARA E NUCLEOTÍDEOS, COM PREBIÓTICOS PARA AUMENTO DO NÚMERO DE EVACUAÇÕES E EFEITO BIFIDOGÊNICO. (35076)	NAN COMFOR	52,50	4.998,00
19	160,00	KG	FÓRMULA LÁCTEA INFANTIL - 2º SEMESTRE - FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO COM DHA E ARA E NUCLEOTÍDEOS, COM PREBIÓTICOS PARA AUMENTO DO NÚMERO DE EVACUAÇÕES E EFEITO BIFIDOGÊNICO. (35077)	NAN CAMFOR :	30,00	4.800,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	9.798,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	9.798,00

Jaraguá do Sul, 25 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2222/2018</b>  Processo Nr.: 17/2018 Data do Processo: 09/07/2018 Data da Homologação: 11/09/2018 Sequência da Adjudicação: 3 Data da Adjudicação: 25/09/2018  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 17/2018 - PR</b>
--	---

(Empenho Ordinário nr.: 5145)

Folha: 1/1

Fornecedor: **CENTER NUTRI FLORIPA COM. DE PRODUTOS PARA SAÚDE E** Código: 47915 Telefone: 483028-4340  
 Endereço: Rua Desembargador Arno Hoeschl, 161 Banco: 001 - Banco do Brasil S.A.  
 Cidade: Florianópolis - SC - CEP: 88015-620 Agência: 3041-4 - Banco do Brasil S.A.  
 CNPJ: 27.427.309/0001-19 Inscrição Estadual: Conta Corrente: 33433-2

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 02 - ATENÇÃO BÁSICA <b>Centro de Custo:</b> 394 - CENTRO ATENDIMENTO ESPECIAL - CAE <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos PAB/Estadual <b>Dotações Utilizadas:</b> 45 - Prestar assistência à saúde da família - (15.02.2.661.3.3.90.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.32.03.00.00.00 - Gêneros Alimentícios <b>Condições de Pagto:</b> Até 30 dias após a entrega de cada pedido mediante NF <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo 08 dias úteis, após dia seguinte do recibo da A F <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de FÓRMULAS INFANTIS, LEITE EM PÓ ESPECIAL E NUTRIÇÕES (SUPLEMENTOS ALIMENTARES ESPECIAIS) ao longo de 12(doze) meses, destinados para usuários atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, Hepatites Virais, pacientes oncológicos e de outras patologias, atendimento a Processos Judiciais e atendimento ESPECIAL.  <b>Observações:</b> MALTODEXTRINA - SUSTAP OLIGOSSACARÍDEOS - PROBENE ESPESSANTE ALIMENTAR - SUSTAP - PROBENE MÓDULO DE PROTEÍNAS - FRESUBIN PROTEIN POWER FRESENU KABI	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
4	13,50	KG	ESPESSANTE ALIMENTAR INSTANTÂNEO - À BASE DE AMIDO DE MILHO MODIFICADO, ISENTO DE SABOR, SACAROSE, LACTOSE E GLÚTEN. (35068)	SUSTAP ESPE	128,30	1.732,05
6	10,00	KG	MALTODEXTRINA - MÓDULO DE CARBOIDRATOS PARA DIETA ENTERAL E ORAL TENDO COMO FONTE OLIGOSSACARÍDEOS (MALTODEXTRINA). INDICADO COMO APORTE ENERGÉTICO, POUPADOR DE PROTEÍNAS, SITUAÇÕES DE INTOLERÂNCIA DE DISSACARÍDEO; DIETAS PARA PACIENTES DIABÉTICOS. (35069)	SUSTAP OLIGC	49,40	494,00
31	64,80	KG	MÓDULO DE PROTEÍNAS - PARA DIETA ENTERAL OU ORAL, SEM SABOR, 100% PROTEÍNAS, COM PROTEÍNAS DO SORO DO LEITE. SEM GLÚTEN. (35067)	FRESUBIN PRC	234,90	15.221,52

				<b>Total Geral:</b>	17.447,57
				<b>Desconto:</b>	0,00
				<b>Total Líquido:</b>	17.447,57

Jaraguá do Sul, 25 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2223/2018</b>  Processo Nr.: 17/2018 Data do Processo: 09/07/2018 Data da Homologação: 11/09/2018 Sequência da Adjudicação: 4 Data da Adjudicação: 25/09/2018  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 17/2018 - PR</b>
(Empenho Ordinário nr.: 5146    Dcto Fiscal nr.: 008.731)	Folha: 1/1

**Fornecedor:** LFP COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI EPP      **Código:** 47038      **Telefone:** 413264-4548  
**Endereço:** Rua Fagundes Varela, 962, sobreloja      **Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A.  
**Cidade:** Curitiba - PR - CEP: 82520-040      **Agência:** 3041-4 - Banco do Brasil S.A.  
**CNPJ:** 26.554.718/0001-13      **Inscrição Estadual:**      **Conta Corrente:** 33388-3

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b>	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	<b>Solicitações:</b>
<b>Unidade:</b>	02 - ATENÇÃO BÁSICA	
<b>Centro de Custo:</b>	394 - CENTRO ATENDIMENTO ESPECIAL - CAE	
<b>Fonte de Recurso:</b>	SF - PAB / ESTADUAL	
<b>Dotações Utilizadas:</b>	191 - Prestar assistência à saúde da família - (15.02.2.661.3.3.90.00.00.00.00)	
<b>Compl. Elemento:</b>	3.3.90.32.03.00.00.00 - Gêneros Alimentícios	
<b>Condições de Pagto:</b>	Até 30 dias após a entrega de cada pedido mediante NF	
<b>Prazo Entrega/Exec.:</b>	Máximo 08 dias úteis, após dia seguinte do recibo da A F	
<b>Local de Entrega:</b>	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE	
<b>Objeto da Compra:</b>	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de FÓRMULAS INFANTIS, LEITE EM PÓ ESPECIAL E NUTRIÇÕES (SUPLEMENTOS ALIMENTARES ESPECIAIS) ao longo de 12(doze) meses, destinados para usuários atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, Hepatites Virais, pacientes oncológicos e de outras patologias, atendimento a Processos Judiciais e atendimento ESPECIAL.	
<b>Observações:</b>	- SUPLEMENTO NUTRICIONAL PARA DIABÉTICOS - GLUCERNA PÓ - ABBOT - DIETA NUTRICIONAL - PEDIASURE - ABBOT	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
11	14,40	KG	SUPLEMENTO NUTRICIONAL PARA DIABÉTICOS, DENOMINAÇÃO COMUM BRASILEIRA:- SUPLEMENTO ALIMENTAR NUTRICIONALMENTE COMPLETO, PARA DIABÉTICOS NORMOCALÓRICA, COM CARBOIDRATOS COM MENOR ÍNDICE GLICÊMICO, ACRESCIDO COM FIBRAS SOLÚVEIS, BAIXO TEOR DE LÍPIDIOS SATURADO. ISENTO DE SACAROSE E GLÚTEN. (35075)	GLUCERNA PÓ	93,90	1.352,16
35	420,00	KG	DIETA NUTRICIONAL FAIXA ETÁRIA 1-10 ANOS - DIETA EM PÓ PARA USO ORAL OU ENTERAL, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, PARA CRIANÇAS A PARTIR DE UM ANO DE IDADE. NORMOCALÓRICA, NORMOPROTÉICA E NORMOLIPÍDICA, COM DHA E ARA, PREBIÓTICOS E PROBIÓTICOS. SABOR BAUNILHA. (35072)	PEDIASURE 40	89,00	37.380,00

(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	38.732,16
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	38.732,16

Jaraguá do Sul, 25 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  <b>CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253</b> <b>RUA ISIDORO PEDRI, 120</b> <b>C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC</b>	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2224/2018</b>  <b>Processo Nr.: 17/2018</b> <b>Data do Processo: 09/07/2018</b> <b>Data da Homologação: 11/09/2018</b> <b>Sequência da Adjudicação: 5</b> <b>Data da Adjudicação: 25/09/2018</b>  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 17/2018 - PR</b>
(Empenho Ordinário nr.: 5147      Dcto Fiscal nr.: 5237)	Folha: 1/1

<b>Fornecedor:</b>	<b>PRODIET NUTRIÇÃO CLÍNICA LTDA</b>	<b>Código:</b>	46279	<b>Telefone:</b>	413616-6450
<b>Endereço:</b>	Rua General Potiguara, 1428, lotes 20 e	<b>Banco:</b>	001 - Banco do Brasil - 001	<b>Agência:</b>	3406-1 - EMPRES.CURITIB
<b>Cidade:</b>	Curitiba - PR - CEP: 81050-500	<b>Conta Corrente:</b>	5259-0		
<b>CNPJ:</b>	08.183.359/0001-53	<b>Inscrição Estadual:</b>			

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b>	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	<b>Solicitações:</b>	
<b>Unidade:</b>	02 - ATENÇÃO BÁSICA		
<b>Centro de Custo:</b>	394 - CENTRO ATENDIMENTO ESPECIAL - CAE		
<b>Fonte de Recurso:</b>	SF - PAB / ESTADUAL		
<b>Dotações Utilizadas:</b>	191 - Prestar assistência à saúde da família - (15.02.2.661.3.3.90.00.00.00.00)		
<b>Compl. Elemento:</b>	3.3.90.32.03.00.00.00 - Gêneros Alimentícios		
<b>Condições de Pagto:</b>	Até 30 dias após a entrega de cada pedido mediante NF		
<b>Prazo Entrega/Exec.:</b>	Máximo 08 dias úteis, após dia seguinte do recibo da A F		
<b>Local de Entrega:</b>	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE		
<b>Objeto da Compra:</b>	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de FÓRMULAS INFANTIS, LEITE EM PÓ ESPECIAL E NUTRIÇÕES (SUPLEMENTOS ALIMENTARES ESPECIAIS) ao longo de 12(doze) meses, destinados para usuários atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, Hepatites Virais, pacientes oncológicos e de outras patologias, atendimento a Processos Judiciais e atendimento ESPECIAL,		
<b>Observações:</b>	DIETA EM PÓ A BASE DE SOJA COM FIBRAS - TROPHIC FIBER PÓ		

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
27	480,00	KG	DIETA EM PÓ A BASE DE SOJA COM FIBRAS - DIETA ENTERAL SINTÉTICA EM PÓ NUTRICIONALMENTE COMPLETA CONTENDO PROTEÍNA DE ORIGEM ANIMAL, NORMOCALÓRICA E HIPOSSÓDICA. ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE E GLÚTEN. (35062)	TROPHIC FIBEI	52,25	25.080,00

				<b>Total Geral:</b>	25.080,00
				<b>Desconto:</b>	0,00
				<b>Total Líquido:</b>	25.080,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 25 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  <b>CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253</b> <b>RUA ISIDORO PEDRI, 120</b> <b>C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC</b>	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2225/2018</b>  <b>Processo Nr.: 17/2018</b> <b>Data do Processo: 09/07/2018</b> <b>Data da Homologação: 11/09/2018</b> <b>Sequência da Adjudicação: 6</b> <b>Data da Adjudicação: 25/09/2018</b>  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 17/2018 - PR</b>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 5148)

Folha: 1/1

Fornecedor: **SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI** Código: 38826 Telefone: 4734738845  
 Endereço: Avenida Santos Dumont, 1355 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001  
 Cidade: Joinville - SC - CEP: 89218-105 Agência: 3428-2 - EMPRES.NORTE -  
 CNPJ: 09.944.371/0001-04 Inscrição Estadual: Conta Corrente: 15265-X

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b>	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	<b>Solicitações:</b>
<b>Unidade:</b>	02 - ATENÇÃO BÁSICA	
<b>Centro de Custo:</b>	394 - CENTRO ATENDIMENTO ESPECIAL - CAE	
<b>Fonte de Recurso:</b>	SF - PAB / ESTADUAL	
<b>Dotações Utilizadas:</b>	191 - Prestar assistência à saúde da família - (15.02.2.661.3.3.90.00.00.00.00)	
<b>Compl. Elemento:</b>	3.3.90.32.03.00.00.00 - Gêneros Alimentícios	
<b>Condições de Pagto:</b>	Até 30 dias após a entrega de cada pedido mediante NF	
<b>Prazo Entrega/Exec.:</b>	Máximo 08 dias úteis, após dia seguinte do recibo da A F	
<b>Local de Entrega:</b>	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE	
<b>Objeto da Compra:</b>	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de FÓRMULAS INFANTIS, LEITE EM PÓ ESPECIAL E NUTRIÇÕES (SUPLEMENTOS ALIMENTARES ESPECIAIS) ao longo de 12(doze) meses, destinados para usuários atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, Hepatites Virais, pacientes oncológicos e de outras patologias, atendimento a Processos Judiciais e atendimento ESPECIAL.	
<b>Observações:</b>	FORMULA INFANTIL 1º SEMESTRE SEM LACTOSE - NAN SL - NESTLÉ FORMULA INFANTIL ANTI-REGURGITAÇÃO - NAN AR - NESTLÉ	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
20	115,20	KG	FÓRMULA INFANTIL 1º SEMESTRE - ANTI-REGURGITAÇÃO - FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES DESDE O NASCIMENTO COM DHA E ARA E AGENTE ESPESSANTE PARA EFEITO ANTIRREGURGITAÇÃO INDICADA PARA LACTENTES QUE APRESENTEM SINTOMAS DE REGURGITAÇÃO E/OU REFLUXO GASTROESOFÁGICO. (35078)	NAN AR	35,00	4.032,00
21	40,00	KG	FÓRMULA INFANTIL 1º SEMESTRE - SEM LACTOSE - FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES DESDE O NASCIMENTO SEM LACTOSE COM DHA E ARA E NUCLEOTÍDEOS. (35079)	NAN S.L.	75,00	3.000,00
<b>(Valores expressos em Reais R\$)</b>					<b>Total Geral:</b>	7.032,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	7.032,00

Jaraguá do Sul, 25 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2236/2018</b>  Processo Nr.: 17/2018 Data do Processo: 09/07/2018 Data da Homologação: 11/09/2018 Sequência da Adjudicação: 7 Data da Adjudicação: 25/09/2018  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 17/2018 - PR</b>
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 5159)

Folha: 1/1

Fornecedor: **SATÉLITE COMERCIAL LTDA ME**      Código: 47914      Telefone: 483026-7646  
Endereço: Rua Andrellino Natividade da Costa, 283,      Banco:  
Cidade: Florianópolis - SC - CEP: 88090-390      Agência:  
CNPJ: 28.177.173/0001-07      Inscrição Estadual:      Conta Corrente:

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b>	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	<b>Solicitações:</b>
<b>Unidade:</b>	02 - ATENÇÃO BÁSICA	
<b>Centro de Custo:</b>	394 - CENTRO ATENDIMENTO ESPECIAL - CAE	
<b>Fonte de Recurso:</b>	SF - PAB / ESTADUAL	
<b>Dotações Utilizadas:</b>	191 - Prestar assistência à saúde da família - (15.02.2.661.3.3.90.00.00.00.00)	
<b>Compl. Elemento:</b>	3.3.90.32.03.00.00.00 - Gêneros Alimentícios	
<b>Condições de Pagto:</b>	Até 30 dias após a entrega de cada pedido mediante NF	
<b>Prazo Entrega/Exec.:</b>	Máximo 08 dias úteis, após dia seguinte do recibo da A F	
<b>Local de Entrega:</b>	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE	
<b>Objeto da Compra:</b>	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de FÓRMULAS INFANTIS, LEITE EM PÓ ESPECIAL E NUTRIÇÕES (SUPLEMENTOS ALIMENTARES ESPECIAIS) ao longo de 12(doze) meses, destinados para usuários atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, Hepatites Virais, pacientes oncológicos e de outras patologias, atendimento a Processos Judiciais e atendimento ESPECIAL.	
<b>Observações:</b>	FÓRMULA ELEMENTAR DE AMINOÁCIDOS - PURAMINO - MEAD JOHNSON NUTRITION. COMPLEMENTO - SUSTAGEM - MEAD JOHNSON NUTRITION	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	100,00	KG	COMPLEMENTO ALIMENTAR PARA ADULTOS E IDOSOS COM SABOR (35065)	SUSTAGEN ME	97,18	9.718,00
41	40,00	KG	FÓRMULA ELEMENTAR DE AMINOÁCIDOS - FÓRMULA INFANTIL A BASE DE AMINOÁCIDOS LIVRES NUTRICIONALMENTE COMPLETA PARA CRIANÇAS ACIMA DE UM ANO DE IDADE COM ALERGIAS ALIMENTARES E/OU DISTÚRBIOS DA DIGESTÃO E ABSORÇÃO DE NUTRIENTES. ISENTA DE PROTEÍNA LÁCTEA, LACTOSE, SACAROSE, FRUTOSE, GALACTOSE E INGREDIENTES DE ORIGEM ANIMAL. (35085)	PURAMINO	287,47	11.498,80

(Valores expressos em Reais R\$)				<b>Total Geral:</b>	21.216,80
				<b>Desconto:</b>	0,00
				<b>Total Líquido:</b>	21.216,80

Jaraguá do Sul, 25 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2237/2018</b>
CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	Processo Nr.: 17/2018 Data do Processo: 09/07/2018 Data da Homologação: 11/09/2018 Sequência da Adjudicação: 8 Data da Adjudicação: 25/09/2018
<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 17/2018 - PR</b>	

(Empenho Ordinário nr.: 5161)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI</b>	Código: 38826	Telefone: 4734738845
Endereço: Avenida Santos Dumont, 1355		Banco: 001 - Banco do Brasil - 001
Cidade: Joinville - SC - CEP: 89218-105		Agência: 3428-2 - EMPRES.NORTE -
CNPJ: 09.944.371/0001-04	Inscrição Estadual:	Conta Corrente: 15265-X

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 04 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 420 - PROGRAMA DST / AIDS <b>Fonte de Recurso:</b> SF - Vigilância Saúde - Epidemiologia <b>Dotações Utilizadas:</b> 169 - Manutenção do programa de vigilância em saúde - (15.04.2.668.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.32.03.00.00.00 - Gêneros Alimentícios <b>Condições de Pagto:</b> Até 30 dias após a entrega de cada pedido mediante NF <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo 08 dias úteis, após dia seguinte do recibo da A F <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de FÓRMULAS INFANTIS, LEITE EM PÓ ESPECIAL E NUTRIÇÕES (SUPLEMENTOS ALIMENTARES ESPECIAIS) ao longo de 12(doze) meses, destinados para usuários atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, Hepatites Virais, pacientes oncológicos e de outras patologias, atendimento a Processos Judiciais e atendimento AQUIÇÃO DE FÓRMULAS INFANTIS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA CRIANÇAS DE ATÉ 06 MESES ATENDIDAS PELO PROGRAMA MUNICIPAL DE CONTROLE DAS IST/HIV/AIDS.	
<b>Observações:</b> OBS.: FÓRMULA INFANTIL 1º SEMESTRE - NAN CONFORT 01 - MARCA NESTLÉ	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
18	120,00	KG	FÓRMULA INFANTIL 1º SEMESTRE - C/ PREBIÓTICOS, FÓRMULA INFANTIL DE PARTIDA COM DHA E ARA E NUCLEOTÍDEOS, COM PREBIÓTICOS PARA AUMENTO DO NÚMERO DE EVACUAÇÕES E EFEITO BIFIDOGÊNICO. (35076)	NAN COMFOR	52,50	6.300,00

	<b>Total Geral:</b>	6.300,00
	<b>Desconto:</b>	0,00
(Valores expressos em Reais R\$)	<b>Total Líquido:</b>	6.300,00

Jaraguá do Sul, 25 de Setembro de 2018

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2240/2018</b>  Processo Nr.: 42/2017 Data do Processo: 11/10/2017 Data da Homologação: 21/12/2017 Sequência da Adjudicação: 84 Data da Adjudicação: 25/09/2018  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 42/2017 - PR</b>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 5169)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA</b> Endereço: ESTRADA BOA ESPERANÇA 2320 Cidade: Rio do Sul - SC - CEP: 89160-000 CNPJ: 00.802.002/0001-02      Inscrição Estadual: 253.148.995	Código: 1079 Telefone: 473520-9000 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 276-3 - RIO DO SUL (SC) Conta Corrente: 30778-5
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 07 - INVESTIMENTOS NA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 469 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MÉDICA E ODONTOLÓ <b>Fonte de Recurso:</b> Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde <b>Dotações Utilizadas:</b> 184 - Aquisição de bens na Atenção Básica - (15.07.2.654.4.4.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 4.4.90.52.08.00.00.00 - Aparelhos, Equip, Utens Médico-Odont, Labor e Hosp <b>Condições de Pagto:</b> Em até 30 dias após a entrega total de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 08 dias úteis, após o dia seguinte ao receb. da AF <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAL MÉDICO E AMBULATORIAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal e Policlínica de Especialidades Médicas, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital. <b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE APARELHOS, EQUIPAMENTOS, UTENSÍLIOS MÉDICO-ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAIS E HOSPITALARES PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
159	2,00	UN	APARELHO DE NEBULIZAÇÃO (11893)	Rossmax	167,36	334,72
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	334,72
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	334,72

Jaraguá do Sul, 25 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2241/2018</b>  Processo Nr.: 36/2017 Data do Processo: 26/09/2017 Data da Homologação: 09/11/2017 Sequência da Adjudicação: 6 Data da Adjudicação: 25/09/2018  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 36/2017 - PR</b>
(Empenho Ordinário nr.: 5162    Dcto Fiscal nr.: 007.855)	Folha: 1/1

Fornecedor: <b>DISQUEMED DISTR. PRODUTOS HOSPITALAR LTDA EPP</b> Endereço: RUA AMÉRICO VESPÚCIO, 995 Cidade: Joinville - SC - CEP: 89213-401 CNPJ: 01.306.465/0001-38      Inscrição Estadual: 253.306.809	Código: 24041      Telefone: 4734653528 Banco: 001 - Banco do Brasil/Besc Agência: 5214-0 - Joinville-Centro Conta Corrente: 1073187-3
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 04 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 313 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE <b>Fonte de Recurso:</b> Taxa Fiscalização Vigilância Sanitária <b>Dotações Utilizadas:</b> 108 - Manutenção do programa de vigilância em saúde - (15.04.2.668.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.30.35.00.00.00 - Material Laboratorial <b>Condições de Pagto:</b> Segunda quarta-feira após a entrega total de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após o recebimento da AF <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAL LABORATORIAL ao longo de 12(doze) meses, destinados para uso no Laboratório Municipal de Saúde Pública, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.  <b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE MATERIAIS LABORATORIAIS PARA USO NO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE ANÁLISES CLÍNICAS	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	40,00	CX	TUBO DE COLETA A VÁCUO GEL 5ML - TAMP A AMARELA - C/ 100 UN (17057)	LABORIMPORT	58,40	2.336,00
2	8,00	CX	TUBO DE COLETA A VÁCUO C/ EDTA 4 ml - TAMP A ROXA C/ 100 UN (32427)	LABORIMPORT	51,00	408,00
4	600,00	UN	POTE COLETOR ESTÉRIL COM TAMP A (23659)	CRAL	0,31	186,00
11	20,00	CX	CURATIVO REDONDO C/ 500 UN (20518)	STOPPER	11,10	222,00
14	30,00	CX	AGULHA MÚLTIPLA PARA COLETA DE SANGUE A VÁCUO 25X8 (17058)	CRAL	24,90	747,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	3.899,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	3.899,00

Jaraguá do Sul, 25 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2242/2018</b>  Processo Nr.: 36/2017 Data do Processo: 26/09/2017 Data da Homologação: 09/11/2017 Sequência da Adjudicação: 7 Data da Adjudicação: 25/09/2018  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 36/2017 - PR</b>
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 5163)

Folha: 1/1

Fornecedor: **MUNDIAL SOLUÇÕES LABORATORIAIS LTDA ME**      Código: 46475      Telefone: 483257-4763  
 Endereço: Rua Vereador Arthur Manoel Mariano, 111      Banco: 104 - Caixa Econômica Fed  
 Cidade: São José - SC - CEP: 88106-500      Agência: 3522-0 - Bairro Forquilha  
 CNPJ: 23.996.430/0001-00      Inscrição Estadual:      Conta Corrente: 1318-9

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Órgão:** 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE      **Solicitações:**  
**Unidade:** 04 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE  
**Centro de Custo:** 313 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE  
**Fonte de Recurso:** Taxa Fiscalização Vigilância Sanitária  
**Dotações Utilizadas:** 108 - Manutenção do programa de vigilância em saúde - (15.04.2.668.3.3.90.00.00.00.00.00)  
  
**Compl. Elemento:** 3.3.90.30.35.00.00.00 - Material Laboratorial  
**Condições de Pagto:** Segunda quarta-feira após a entrega total de cada pedido  
**Prazo Entrega/Exec.:** Prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após o recebimento da AF  
**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE  
**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAL LABORATORIAL ao longo de 12(doze) meses, destinados para uso no Laboratório Municipal de Saúde Pública, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.  
  
**Observações:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS LABORATORIAIS PARA USO NO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE ANÁLISES CLÍNICAS

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
5	15,00	KIT	ANTÍGENO RPR - BRÁS P/ VDRL (13208)	LABORCLIN	102,00	1.530,00
8	6,00	UN	CONJUNTO DE COLORAÇÃO DE ZIEHL NEELSEN (25861)	NEWPROV	43,00	258,00
9	1,00	UN	CONJUNTO DE COLORAÇÃO DE ZIEHL GABBET (25862)	NEWPROV	130,00	130,00
10	2,00	FR	DESCORANTE PARA BAAR 3% 1L (20520)	NEWPROV	41,00	82,00
13	2.000,00	UN	PONTEIRA P/ MICROPIPETA (20519)	CRAL	0,012	24,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	2.024,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	2.024,00

Jaraguá do Sul, 25 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2243/2018</b>  Processo Nr.: 27/2017 Data do Processo: 04/08/2017 Data da Homologação: 27/10/2017 Sequência da Adjudicação: 7 Data da Adjudicação: 25/09/2018  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 27/2017 - PR</b>
--	---

(Empenho Ordinário nr.: 5164)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>REM INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA</b> Endereço: Rua Columbus, 282, subsolo e térreo fund Cidade: São Paulo - SP - CEP: 05304-010 CNPJ: 47.334.701/0001-20      Inscrição Estadual:	Código: 45365      Telefone: 113377-9922 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 3320-0 - SAO PAULO (SP) Conta Corrente: 3289-1
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 04 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE <b>Centro de Custo:</b> 413 - LABORATÓRIO MUNICIPAL ANÁLISES CLÍNICAS <b>Fonte de Recurso:</b> SF - Vigilância Saúde - Epidemiologia <b>Dotações Utilizadas:</b> 169 - Manutenção do programa de vigilância em saúde - (15.04.2.668.3.3.90.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.30.11.00.00.00 - Material Químico <b>Condições de Pagto:</b> em até 30 dias, após a entrega de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 07(sete) dias úteis, após o recebimento da AF <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços aquisição de reagentes, com concessão de uso gratuita em regime de comodato, de toda a aparelhagem automática para a completa execução dos testes, com fornecimento ao longo de 12 (doze) meses, destinados ao Laboratório Municipal de Análises Clínicas, conforme especificações e quantidades estimadas nos anexos deste Edital. <b>Observações:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- AS EMB. DEVERÃO SEGUIR AS EXIG. DA LEGISLAÇÃO VIGENTE E COM AS ESPEC. E AINDA TRAZER TODOS OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABR., PRAZO DE VALIDADE, Nº DO LOTE, ETC.</li> <li>- ITENS COMPATÍVEIS COM MARCA DO EQUIP</li> </ul>	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
9	300,00	UN	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO DE ANTICORPOS DA CLASSE IGG CONTRA O TOXOPLASMA GONDII EM SORO OU PLASMA. OS RESULTADOS DEVEM SER EXPRESSADOS EM UI/ML. (23359)	DIASORIN	10,35	3.105,00

(Valores expressos em Reais R\$)		<b>Total Geral:</b>	3.105,00
		<b>Desconto:</b>	0,00
		<b>Total Líquido:</b>	3.105,00

Jaraguá do Sul, 25 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2261/2018</b>  Processo Nr.: 42/2017 Data do Processo: 11/10/2017 Data da Homologação: 21/12/2017 Sequência da Adjudicação: 85 Data da Adjudicação: 26/09/2018  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 42/2017 - PR</b>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 5171    Dcto Fiscal nr.: 1395)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA</b> Endereço: R.SAO BERNARDO,57 ITROUP.NORTE Cidade: Blumenau - SC - CEP: 89052-100 CNPJ: 01.470.743/0001-98      Inscrição Estadual:	Código: 1719      Telefone: 3235244 Banco: 237 - Bradesco - 237 Agência: 3117-8 - Presidente John Ke Conta Corrente: 12363-3
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 02 - ATENÇÃO BÁSICA <b>Centro de Custo:</b> 396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL. <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos PAB <b>Dotações Utilizadas:</b> 41 - Prestar assistência de atenção básica - PAB - (15.02.2.660.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
---	----------------------

**Compl. Elemento:** 3.3.90.30.36.00.00.00 - Material Hospitalar  
**Condições de Pagto:** Em até 30 dias após a entrega total de cada pedido  
**Prazo Entrega/Exec.:** Máximo de 08 dias úteis, após o dia seguinte ao receb. da AF  
**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE  
**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAL MÉDICO E AMBULATORIAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal e Policlínica de Especialidades Médicas, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.  
**Observações:** ESTE ITEM HAVIA SIDO CANCELADO NA AUTORIZAÇÃO Nº 1198/2018 QUE GEROU O EMPENHO Nº 2516/2018 - CANCELAMENTO PARCIAL ATRAVÉS DO OFÍCIO Nº 0816/2018. CONFORME CÓPIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 116/2018/GAPREF DEVE SER ENTREGUE

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
103	10,00	UN	TESOURA ÍRIS 10,5CM RETA (12122)	PROFESSIONA	13,85	138,50
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	138,50
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	138,50

Jaraguá do Sul, 26 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  <b>CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253</b> <b>RUA ISIDORO PEDRI, 120</b> <b>C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC</b>	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2290/2018</b>  <b>Processo Nr.: 17/2018</b> <b>Data do Processo: 09/07/2018</b> <b>Data da Homologação: 11/09/2018</b> <b>Sequência da Adjudicação: 9</b> <b>Data da Adjudicação: 27/09/2018</b>  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 17/2018 - PR</b>
(Empenho Ordinário nr.: 5254    Dcto Fiscal nr.: 046.449)	Folha: 1/1

Fornecedor: <b>NUTRIPORT COMERCIAL LTDA</b> Endereço: Rua Judite Melo dos Santos, 131 Cidade: São José - SC - CEP: 88104-765 CNPJ: 03.612.312/0004-97      Inscrição Estadual:	Código: 43127      Telefone: 483344-4348 Banco: 341 - ITAÚ UNIBANCO S.A. Agência: 6729-0 - Itau Unibanco Conta Corrente: 3286-9
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 02 - ATENÇÃO BÁSICA <b>Centro de Custo:</b> 394 - CENTRO ATENDIMENTO ESPECIAL - CAE <b>Fonte de Recurso:</b> SF - PAB / ESTADUAL <b>Dotações Utilizadas:</b> 191 - Prestar assistência à saúde da família - (15.02.2.661.3.3.90.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.32.03.00.00.00 - Gêneros Alimentícios <b>Condições de Pagto:</b> Até 30 dias após a entrega de cada pedido mediante NF <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo 08 dias úteis, após dia seguinte do recibo da A F <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de FÓRMULAS INFANTIS, LEITE EM PÓ ESPECIAL E NUTRIÇÕES (SUPLEMENTOS ALIMENTARES ESPECIAIS) ao longo de 12(doze) meses, destinados para usuários atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, Hepatites Virais, pacientes oncológicos e de outras patologias, atendimento a Processos Judiciais e atendimento ATENDIMENTO ESPECIAL)  <b>Observações:</b> LEITE EM PÓ ESPECIAL TIPO PEPTI C/ QUADRO DE DISTURBIOS ABSORTIVOS - PREGOMIN PEPTI	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
37	120,00	KG	LEITE EM PÓ ESPECIAL, TIPO PEPTI COM QUADRO DE DISTÚRBIOS ABSORTIVOS - FÓRMULA INFANTIL A BASE DE PROTEÍNA DO SORO DO LEITE EXTENSAMENTE HIDROLISADA SEM LACTOSE PARA LACTENTES DESDE O NASCIMENTO. COM TCM E NUCLEOTÍDEOS. INDICADA PARA LACTENTES COM ALERGIA À PROTEÍNA DO LEITE DE VACA E/OU COMPROMETIMENTO GASTROINTESTINAL. (35083)	PREGOMIN PEI	198,00	23.760,00

				<b>Total Geral:</b>	23.760,00
				<b>Desconto:</b>	0,00
				<b>Total Líquido:</b>	23.760,00

Jaraguá do Sul, 27 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b></p> <p>CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253  RUA ISIDORO PEDRI, 120  C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p><b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2340/2018</b></p> <p>Processo Nr.: 8/2018  Data do Processo: 08/06/2018  Data da Homologação: 26/07/2018  Sequência da Adjudicação: 4  Data da Adjudicação: 02/10/2018</p> <p><b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 8/2018 - PR</b></p>
(Empenho Ordinário nr.: 5316)	Folha: 1/1

<p>Fornecedor: <b>PRIMAZIA MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA ME</b>      Código: 47773</p> <p>Endereço: Rua Frei Teófilo, 293, loja 01      Telefone: 3232-2161</p> <p>Cidade: Curitiba - PR - CEP: 81130-070      Banco: 001 - Banco do Brasil - 001</p> <p>CNPJ: 22.437.236/0001-22      Inscrição Estadual:      Agência: 3275-1 - BAIRRO ALTO - CL</p> <p>Conta Corrente: 22340-9</p>
--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<p><b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</p> <p><b>Unidade:</b> 02 - ATENÇÃO BÁSICA</p> <p><b>Centro de Custo:</b> 396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.</p> <p><b>Fonte de Recurso:</b> SF - PAB</p> <p><b>Dotações Utilizadas:</b> 143 - Prestar assistência de atenção básica - PAB - (15.02.2.660.3.3.90.00.00.00.00.00)</p> <p><b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.30.36.00.00.00 - Material Hospitalar</p> <p><b>Condições de Pagto:</b> Até 30 dias após a entrega total de cada pedido mediante NF</p> <p><b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo 08 dias úteis, após dia seguinte do recibo da A F</p> <p><b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE</p> <p><b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAL MÉDICO E AMBULATORIAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal e Policlínica de Especialidades Médicas</p> <p><b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL</p>	<p><b>Solicitações:</b></p>
---	-----------------------------

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
3	300,00	M	MALHA TUBULAR ELÁSTICA P/ OMBROS E REGIÃO PÉLVICA TAM 6 (34379)	POOLFIX	30,00	9.000,00
4	300,00	M	MALHA TUBULAR ELÁSTICA P/ TRONCO E OMBROS TAM. 8 (34380)	POOLFIX	36,00	10.800,00
20	40,00	UN	RESPIRADOR PFF 2 (20418)	DESCARPACK	2,30	92,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	19.892,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	19.892,00

Jaraguá do Sul, 2 de Outubro de 2018

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2341/2018</b>  <b>Processo Nr.: 48/2017</b> <b>Data do Processo: 18/10/2017</b> <b>Data da Homologação: 29/11/2017</b> <b>Sequência da Adjudicação: 24</b> <b>Data da Adjudicação: 02/10/2018</b>  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 48/2017 - PR</b>
--	---

(Empenho Ordinário nr.: 5317)

Folha: 1/1

Fornecedor: **FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP**      Código: 45192      Telefone: 473371-4998  
Endereço: Rua José Theodoro Ribeiro, 1058, sala 03      Banco: 001 - Banco do Brasil - 001  
Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89258-000      Agência: 3163-1 - PORTAL - JARAGL  
CNPJ: 22.621.552/0001-50      Inscrição Estadual:      Conta Corrente: 4998-0

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Órgão:** 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE      **Solicitações:**  
**Unidade:** 03 - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE  
**Centro de Custo:** 317 - CAPS INFANTIL  
**Fonte de Recurso:** Recursos Média Alta Complexidade  
**Dotações Utilizadas:** 74 - Manutenção das atividades do CAPS infantil - (15.03.2.701.3.3.90.00.00.00.00.00)  
  
**Compl. Elemento:** 3.3.90.30.07.00.00.00 - Gêneros de Alimentação  
**Condições de Pagto:** Segunda quarta-feira após a entrega total de cada pedido  
**Prazo Entrega/Exec.:** Máximo de 08 dias úteis, a partir do dia após receb. AF  
**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE  
**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS II/AD/CAPSI, Ambulatório de Saúde Mental e Programas e Capacitações desenvolvidos pela Diretoria da Atenção Básica, Administração Financeira e Diretoria de Vigilância Epidemiológica, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA USO NA ALIMENTAÇÃO DOS USUÁRIOS DO CAPS INFANTIL, NOS LANCHES MATUTINOS E VESPERTINOS, CONFORME PREVÊ A PORTARIA 336/2002  
  
**Observações:**

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
61	1,00	KG	LARANJA PERA (7746)	INATURA	1,97	1,97
62	22,00	KG	MAÇÃ FUGI (10344)	INATURA	3,98	87,56
63	9,00	KG	MAMÃO COMUM (7748)	INATURA	3,95	35,55
64	3,00	KG	TANGERINA PONKAN (21290)	INATURA	3,15	9,45
66	2,00	UN	ABACAXI (16462)	INATURA	4,22	8,44
77	12,00	KG	BOLO DE CENOURA (27775)	FRONTAL	23,00	276,00
79	210,00	UN	ESFIRRA (32659)	DELICIA DI PAN	2,75	577,50
87	150,00	UN	SANDUÍCHE (20103)	DELICIA DI PAN	3,48	522,00
88	180,00	UN	PÃO DE QUEIJO (21799)	FRONTAL	1,55	279,00

(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	1.797,47
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	1.797,47

Jaraguá do Sul, 2 de Outubro de 2018

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  <b>CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253</b> <b>RUA ISIDORO PEDRI, 120</b> <b>C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC</b>	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2342/2018</b>  <b>Processo Nr.: 48/2017</b> <b>Data do Processo: 18/10/2017</b> <b>Data da Homologação: 29/11/2017</b> <b>Sequência da Adjudicação: 25</b> <b>Data da Adjudicação: 02/10/2018</b>  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 48/2017 - PR</b>
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 5318)

Folha: 1/1

Fornecedor: **FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP**      Código: 45192      Telefone: 473371-4998  
 Endereço: Rua José Theodoro Ribeiro, 1058, sala 03      Banco: 001 - Banco do Brasil - 001  
 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89258-000      Agência: 3163-1 - PORTAL - JARAGL  
 CNPJ: 22.621.552/0001-50      Inscrição Estadual:      Conta Corrente: 4998-0

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b>	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	<b>Solicitações:</b>
<b>Unidade:</b>	03 - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
<b>Centro de Custo:</b>	319 - CAPS AD - DEPEND. QUÍMICAS - DAM - ALTA	
<b>Fonte de Recurso:</b>	Recursos Média Alta Complexidade	
<b>Dotações Utilizadas:</b>	72 - Manutenção, fortalecimento e expansão do CAPS AD - (15.03.2.700.3.3.90.00.00.00.00.00)	
<b>Compl. Elemento:</b>	3.3.90.30.07.00.00.00 - Gêneros de Alimentação	
<b>Condições de Pagto:</b>	Segunda quarta-feira após a entrega total de cada pedido	
<b>Prazo Entrega/Exec.:</b>	Máximo de 08 dias úteis, a partir do dia após receb. AF	
<b>Local de Entrega:</b>	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE	
<b>Objeto da Compra:</b>	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para os Centros de Atenção Psicossocial - CAPS II/AD/CAPSI, Ambulatório de Saúde Mental e Programas e Capacitações desenvolvidos pela Diretoria da Atenção Básica, Administração Financeira e Diretoria de Vigilância Epidemiológica, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA USO NA ALIMENTAÇÃO DOS USUÁRIOS DO CAPS AD, NOS LANCHES MATUTINOS E VESPERTINOS, CONFORME PREVÊ A PORTARIA 336/2002	
<b>Observações:</b>		

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
61	3,00	KG	LARANJA PERA (7746)	INATURA	1,97	5,91
62	65,00	KG	MAÇÃ FUGI (10344)	INATURA	3,98	258,70
63	14,00	KG	MAMÃO COMUM (7748)	INATURA	3,95	55,30
64	4,00	KG	TANGERINA PONKAN (21290)	INATURA	3,15	12,60
66	3,00	UN	ABACAXI (16462)	INATURA	4,22	12,66
77	29,00	KG	BOLO DE CENOURA (27775)	FRONTAL	23,00	667,00
79	350,00	UN	ESFIRRA (32659)	DELICIA DI PAN	2,75	962,50
87	250,00	UN	SANDUÍCHE (20103)	DELICIA DI PAN	3,48	870,00
88	330,00	UN	PÃO DE QUEIJO (21799)	FRONTAL	1,55	511,50

(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	3.356,17
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	3.356,17

Jaraguá do Sul, 2 de Outubro de 2018

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2343/2018</b>  <b>Processo Nr.: 48/2017</b> <b>Data do Processo: 18/10/2017</b> <b>Data da Homologação: 29/11/2017</b> <b>Sequência da Adjudicação: 26</b> <b>Data da Adjudicação: 02/10/2018</b>  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 48/2017 - PR</b>
(Empenho Ordinário nr.: 5319)	Folha: 1/1

<b>Fornecedor:</b> <b>FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP</b> <b>Endereço:</b> Rua José Theodoro Ribeiro, 1058, sala 03 <b>Cidade:</b> Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89258-000 <b>CNPJ:</b> 22.621.552/0001-50 <b>Inscrição Estadual:</b>	<b>Código:</b> 45192 <b>Telefone:</b> 473371-4998 <b>Banco:</b> 001 - Banco do Brasil - 001 <b>Agência:</b> 3163-1 - PORTAL - JARAGL <b>Conta Corrente:</b> 4998-0
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 03 - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE <b>Centro de Custo:</b> 318 - CAPS II <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos Média Alta Complexidade <b>Dotações Utilizadas:</b> 76 - Manutenção, fortalecimento e expansão do CAPS II - (15.03.2.702.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.30.07.00.00.00 - Gêneros de Alimentação <b>Condições de Pagto:</b> Segunda quarta-feira após a entrega total de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 08 dias úteis, a partir do dia após receb. AF <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS II/AD/CAPSI, Ambulatório de Saúde Mental e Programas e Capacitações desenvolvidos pela Diretoria da Atenção Básica, Administração Financeira e Diretoria de Vigilância Epidemiológica, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA USO NA ALIMENTAÇÃO DOS USUÁRIOS DO CAPS II, NOS LANCHES MATUTINOS E VESPERTINOS, CONFORME PREVÊ A PORTARIA 336/2002	
<b>Observações:</b>	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
61	4,00	KG	LARANJA PERA (7746)	INATURA	1,97	7,88
62	65,00	KG	MAÇÃ FUGI (10344)	INATURA	3,98	258,70
63	14,00	KG	MAMÃO COMUM (7748)	INATURA	3,95	55,30
64	5,00	KG	TANGERINA PONKAN (21290)	INATURA	3,15	15,75
66	5,00	UN	ABACAXI (16462)	INATURA	4,22	21,10
77	68,00	KG	BOLO DE CENOURA (27775)	FRONTAL	23,00	1.564,00
79	640,00	UN	ESFIRRA (32659)	DELICIA DI PAN	2,75	1.760,00
87	300,00	UN	SANDUÍCHE (20103)	DELICIA DI PAN	3,48	1.044,00
88	495,00	UN	PÃO DE QUEIJO (21799)	FRONTAL	1,55	767,25

(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	5.493,98
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	5.493,98

Jaraguá do Sul, 2 de Outubro de 2018

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2344/2018</b>  <b>Processo Nr.: 48/2017</b> <b>Data do Processo: 18/10/2017</b> <b>Data da Homologação: 29/11/2017</b> <b>Sequência da Adjudicação: 27</b> <b>Data da Adjudicação: 02/10/2018</b>  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 48/2017 - PR</b>
(Empenho Ordinário nr.: 5320)	Folha: 1/1

Fornecedor: <b>RFM SCHERER LTDA ME</b> Endereço: RUA INÁCIO ZACKO, 103, S/N Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89259-810 CNPJ: 09.465.558/0001-17      Inscrição Estadual: 255.598.904	Código: 36668      Telefone: 473370-7647 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 5238-8 - Jaraguá do Sul Conta Corrente: 748592-1
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 03 - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE <b>Centro de Custo:</b> 317 - CAPS INFANTIL <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos Média Alta Complexidade <b>Dotações Utilizadas:</b> 74 - Manutenção das atividades do CAPS infantil - (15.03.2.701.3.3.90.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.30.07.00.00.00 - Gêneros de Alimentação <b>Condições de Pagto:</b> Segunda quarta-feira após a entrega total de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 08 dias úteis, a partir do dia após receb. AF <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS II/AD/CAPSI, Ambulatório de Saúde Mental e Programas e Capacitações desenvolvidos pela Diretoria da Atenção Básica, Administração Financeira e Diretoria de Vigilância Epidemiológica, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA USO NA ALIMENTAÇÃO DOS USUÁRIOS DO CAPS INFANTIL, NOS LANCHES MATUTINOS E VESPERTINOS, CONFORME PREVÊ A PORTARIA 336/2002	
<b>Observações:</b>	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
76	16,50	KG	BOLO NEGA MALUCA (27774)	SCHERERPAN	18,30	301,95
78	9,00	KG	BOLO DE FUBÁ (27776)	SCHERERPAN	23,00	207,00
80	330,00	UN	MINI SANDUICHES (29046)	SCHERERPAN	2,10	693,00
81	195,00	UN	SANDUICHE NATURAL INTEGRAL (29018)	SCHERERPAN	4,15	809,25
89	165,00	UN	SANDUICHE BAURU (36094)	SCHERERPAN	4,20	693,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	2.704,20
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	2.704,20

Jaraguá do Sul, 2 de Outubro de 2018

Assinatura do Responsável



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2345/2018</b>  Processo Nr.: 48/2017 Data do Processo: 18/10/2017 Data da Homologação: 29/11/2017 Sequência da Adjudicação: 28 Data da Adjudicação: 02/10/2018  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 48/2017 - PR</b>
(Empenho Ordinário nr.: 5321)	Folha: 1/1

Fornecedor: <b>RFM SCHERER LTDA ME</b> Endereço: RUA INÁCIO ZACKO, 103, S/N Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89259-810 CNPJ: 09.465.558/0001-17      Inscrição Estadual: 255.598.904	Código: 36668      Telefone: 473370-7647 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 5238-8 - Jaraguá do Sul Conta Corrente: 748592-1
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 03 - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE <b>Centro de Custo:</b> 319 - CAPS AD - DEPEND. QUÍMICAS - DAM - ALTA <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos Média Alta Complexidade <b>Dotações Utilizadas:</b> 72 - Manutenção, fortalecimento e expansão do CAPS AD - (15.03.2.700.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.30.07.00.00.00 - Gêneros de Alimentação <b>Condições de Pagto:</b> Segunda quarta-feira após a entrega total de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 08 dias úteis, a partir do dia após receb. AF <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS II/AD/CAPSI, Ambulatório de Saúde Mental e Programas e Capacitações desenvolvidos pela Diretoria da Atenção Básica, Administração Financeira e Diretoria de Vigilância Epidemiológica, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo A <b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA USO NA ALIMENTAÇÃO DOS USUÁRIOS DO CAPS AD, NOS LANCHES MATUTINOS E VESPERTINOS, CONFORME PREVÊ A PORTARIA 336/2002	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
76	30,00	KG	BOLO NEGA MALUCA (27774)	SCHERERPAN	18,30	549,00
78	33,00	KG	BOLO DE FUBÁ (27776)	SCHERERPAN	23,00	759,00
80	300,00	UN	MINI SANDUICHES (29046)	SCHERERPAN	2,10	630,00
81	220,00	UN	SANDUICHE NATURAL INTEGRAL (29018)	SCHERERPAN	4,15	913,00
89	300,00	UN	SANDUICHE BAURU (36094)	SCHERERPAN	4,20	1.260,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	4.111,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	4.111,00

Jaraguá do Sul, 2 de Outubro de 2018

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2347/2018</b>  Processo Nr.: 5/2018 Data do Processo: 21/03/2018 Data da Homologação: 24/04/2018 Sequência da Adjudicação: 9 Data da Adjudicação: 02/10/2018  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 5/2018 - PR</b>
--	---

(Empenho Ordinário nr.: 5323)

Folha: 1/1

Fornecedor: **MANNO'S RESTAURANTE E PIZZARIA LTDA**      Código: 32045      Telefone: 473372-3573  
Endereço: Rua Expedicionario Joao Zapella, 88      Banco: 104 - Caixa Econ.Federal - 1  
Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89252-080      Agência: 417-0 - Jaragua do Sul  
CNPJ: 06.167.588/0001-59      Inscrição Estadual: 254737706      Conta Corrente: 2391-6

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b>	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	<b>Solicitações:</b>
<b>Unidade:</b>	04 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
<b>Centro de Custo:</b>	313 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
<b>Fonte de Recurso:</b>	Taxa Fiscalização Vigilância Sanitária	
<b>Dotações Utilizadas:</b>	108 - Manutenção do programa de vigilância em saúde - (15.04.2.668.3.3.90.00.00.00.00.00)	
<b>Compl. Elemento:</b>	3.3.90.39.41.00.00.00 - Fornecimento de Alimentação	
<b>Condições de Pagto:</b>	Até 30 dias após a entrega total de cada pedido mediante NF.	
<b>Prazo Entrega/Exec.:</b>	Conforme item 11.2 do Edital	
<b>Local de Entrega:</b>	Conforme Edital	
<b>Objeto da Compra:</b>	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de REFEIÇÕES SISTEMA SELF SERVICE (com comodato do balcão térmico) e MARMITAS ao longo de 12(doze) meses, destinados aos pacientes em tratamento intensivo e semi-intensivo nos Centros de Atenção Psicossocial (Caps AD, Caps II e Caps Infanto Juvenil) e Eventos da Diretoria de Atenção Básica	
<b>Observações:</b>	AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES (MARMITAS) PARA PARA ATENDER A AÇÃO DE INTENSIFICAÇÃO FEBRE AMARELA, QUE OCORRERÁ NO DIA 29/09/2018	
	PARA SEREM ENTREGUES SOMENTE NESTA DATA NOS ENDEREÇOS DA PLANILHA EM ANEXO	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
2	50,00	UN	MARMITA COMPLETA (19265)		10,50	525,00
					<b>Total Geral:</b>	525,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	525,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 2 de Outubro de 2018

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td colspan="2" style="text-align: center;"><b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b></td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="text-align: center;">Nr.: 2373/2018</td> </tr> <tr> <td>Processo Nr.:</td> <td style="text-align: right;">17/2018</td> </tr> <tr> <td>Data do Processo:</td> <td style="text-align: right;">09/07/2018</td> </tr> <tr> <td>Data da Homologação:</td> <td style="text-align: right;">11/09/2018</td> </tr> <tr> <td>Sequência da Adjudicação:</td> <td style="text-align: right;">10</td> </tr> <tr> <td>Data da Adjudicação:</td> <td style="text-align: right;">05/10/2018</td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="text-align: center;"><b>PREGÃO PRESENCIAL</b></td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="text-align: center;">Nr.: 17/2018 - PR</td> </tr> </table>	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b>		Nr.: 2373/2018		Processo Nr.:	17/2018	Data do Processo:	09/07/2018	Data da Homologação:	11/09/2018	Sequência da Adjudicação:	10	Data da Adjudicação:	05/10/2018	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b>		Nr.: 17/2018 - PR	
<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b>																			
Nr.: 2373/2018																			
Processo Nr.:	17/2018																		
Data do Processo:	09/07/2018																		
Data da Homologação:	11/09/2018																		
Sequência da Adjudicação:	10																		
Data da Adjudicação:	05/10/2018																		
<b>PREGÃO PRESENCIAL</b>																			
Nr.: 17/2018 - PR																			

(Empenho Ordinário nr.: 5405)
Folha: 1/1

Fornecedor: <b>MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA</b> Endereço: Rua Brésia, 184, Barracão 02 Cidade: Colombo - PR - CEP: 83413-575 CNPJ: 05.912.018/0001-83      Inscrição Estadual:	Código: 41534      Telefone: 413139-3867 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 3404-5 - EMPRES.CURITIBA Conta Corrente: 121269-9
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 05 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA <b>Centro de Custo:</b> 466 - JUDICIALIZAÇÃO E CONTRATOS- ASSFAR <b>Fonte de Recurso:</b> Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde <b>Dotações Utilizadas:</b> 117 - Cumprimento de ações judiciais - ASSFAR Básica - (15.05.2.680.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.32.03.00.00.00 - Gêneros Alimentícios <b>Condições de Pagto:</b> Até 30 dias após a entrega de cada pedido mediante NF <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo 08 dias úteis, após dia seguinte do recibo da A F <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de FÓRMULAS INFANTIS, LEITE EM PÓ ESPECIAL E NUTRIÇÕES (SUPLEMENTOS ALIMENTARES ESPECIAIS) ao longo de 12(doze) meses, destinados para usuários atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, Hepatites Virais, pacientes oncológicos e de outras patologias, atendimento a Processos Judiciais e atendimento	
<b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE ALIMENTO ESPECIAL PARA ATENDER PACIENTE COM PROCESSO JUDICIAL. SOFYA PEREIRA - PROCESSO Nº 036.14.000647-3	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
15	8,00	KG	DIETA EM PÓ PEDIÁTRICA COM SABOR (97508)	NUTREN JUNIC	100,00	800,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	800,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	800,00

Jaraguá do Sul, 5 de Outubro de 2018

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2374/2018</b>  Processo Nr.: 17/2018 Data do Processo: 09/07/2018 Data da Homologação: 11/09/2018 Sequência da Adjudicação: 11 Data da Adjudicação: 05/10/2018  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 17/2018 - PR</b>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 5406)

Folha: 1/1

Fornecedor: **MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA**      Código: 41534      Telefone: 413139-3867  
Endereço: Rua Brésia, 184, Barracão 02      Banco: 001 - Banco do Brasil - 001  
Cidade: Colombo - PR - CEP: 83413-575      Agência: 3404-5 - EMPRES.CURITIBA  
CNPJ: 05.912.018/0001-83      Inscrição Estadual:      Conta Corrente: 121269-9

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b>	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	<b>Solicitações:</b>
<b>Unidade:</b>	02 - ATENÇÃO BÁSICA	
<b>Centro de Custo:</b>	394 - CENTRO ATENDIMENTO ESPECIAL - CAE	
<b>Fonte de Recurso:</b>	SF - PAB / ESTADUAL	
<b>Dotações Utilizadas:</b>	191 - Prestar assistência à saúde da família - (15.02.2.661.3.3.90.00.00.00.00)	
<b>Compl. Elemento:</b>	3.3.90.32.03.00.00.00 - Gêneros Alimentícios	
<b>Condições de Pagto:</b>	Até 30 dias após a entrega de cada pedido mediante NF	
<b>Prazo Entrega/Exec.:</b>	Máximo 08 dias úteis, após dia seguinte do recibo da A F	
<b>Local de Entrega:</b>	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE	
<b>Objeto da Compra:</b>	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de FÓRMULAS INFANTIS, LEITE EM PÓ ESPECIAL E NUTRIÇÕES (SUPLEMENTOS ALIMENTARES ESPECIAIS) ao longo de 12(doze) meses, destinados para usuários atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, Hepatites Virais, pacientes oncológicos e de outras patologias, atendimento a Processos Judiciais e atendimento ESPECIAL,	
<b>Observações:</b>	LEITE EM PÓ ESPECIAL TIPO PEPTI S/ QUADRO DE DISTÚRBIOS ABSORTIVOS - ALTERHA - NESTLÉ	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
24	163,35	KG	LEITE EM PÓ ESPECIAL - TIPO PEPTI SEM QUADRO DE DISTÚRBIOS ABSORTIVOS - FÓRMULA INFANTIL A BASE DE PROTEÍNA DO SORO DO LEITE EXTENSAMENTE HIDROLISADA COM LACTOSE PARA LACTENTES DESDE O NASCIMENTO. COM PREBIÓTICOS, DHA E ARA E NUCLEOTÍDEOS. INDICADA PARA LACTENTES COM ALERGIA À PROTEÍNA DO LEITE DE VACA SEM COMPROMETIMENTO GASTROINTESTINAL. (35082)	ALTERHA 450G	177,78	29.040,36

				<b>Total Geral:</b>	29.040,36
				<b>Desconto:</b>	0,00
				<b>Total Líquido:</b>	29.040,36

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 5 de Outubro de 2018

Assinatura do Responsável

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b>  <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b></p> <p>CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253  RUA ISIDORO PEDRI, 120  C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p><b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b>  <b>Nr.: 2375/2018</b></p> <p>Processo Nr.: 9/2018  Data do Processo: 25/05/2018  Data da Homologação: 02/08/2018  Sequência da Adjudicação: 9  Data da Adjudicação: 05/10/2018</p> <p><b>PREGÃO PRESENCIAL</b>  <b>Nr.: 9/2018 - PR</b></p>
---	--

(Empenho Ordinário nr.: 5407)

Folha: 1/1

<p>Fornecedor: <b>PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA</b>      Código: 31296      Telefone: 4132463376  Endereço: RUA JOSÉ FERREIRA DE BARROS, 89      Banco: 001 - Banco do Brasil - 001  Cidade: Curitiba - PR - CEP: 81030-320      Agência: 3415-0 - EMPRES.P.ALEGR  CNPJ: 04.355.394/0001-51      Inscrição Estadual: 90.236.213.44      Conta Corrente: 5603-0</p>
---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<p><b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  <b>Unidade:</b> 05 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA  <b>Centro de Custo:</b> 466 - JUDICIALIZAÇÃO E CONTRATOS- ASSFAR  <b>Fonte de Recurso:</b> Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde  <b>Dotações Utilizadas:</b> 117 - Cumprimento de ações judiciais - ASSFAR Básica - (15.05.2.680.3.3.90.00.00.00.00.00)</p> <p><b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.32.02.00.00.00 - Medicamentos  <b>Condições de Pagto:</b> Segunda quarta-feira após a entrega do pedido mediante NF  <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo 08 dias úteis, após dia seguinte do recbto da A F  <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE  <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MEDICAMENTOS para Farmácia Básica e Processos Judiciais ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.</p> <p><b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER PACIENTES COM PROCESSOS JUDICIAIS  CAROLINE DOS SANTOS - PROCESSO Nº 036.06.009.513-5  MARIA ANTONIETA DE SOUZA - PROCESSO Nº 5003064.31.2013.404.7209  REINALDO BATISTA PADILHA - PROCESSO Nº 0308182-52.2017.8.24.0036</p>	<p><b>Solicitações:</b></p>
---	-----------------------------

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
98	22,00	UN	INSULINA LANTUS SOLOSTAR 3ML + APLICADOR (20038)	LANTUS SOLO:	27,13	596,86
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	596,86
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	596,86

Jaraguá do Sul, 5 de Outubro de 2018

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2376/2018</b>  Processo Nr.: 9/2018 Data do Processo: 25/05/2018 Data da Homologação: 02/08/2018 Sequência da Adjudicação: 10 Data da Adjudicação: 05/10/2018  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 9/2018 - PR</b>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 5408)

Folha: 1/1

Fornecedor: **PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA** Código: 35220 Telefone: 4133329188  
Endereço: Rua Prof. Leonidas F. Costa, 830 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001  
Cidade: Curitiba - PR - CEP: 80220-410 Agência: 3007-4 - ROCKEFELLER - C  
CNPJ: 81.706.251/0001-98 Inscrição Estadual: 101.76046-40 Conta Corrente: 101260-6

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b>	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	<b>Solicitações:</b>
<b>Unidade:</b>	02 - ATENÇÃO BÁSICA	
<b>Centro de Custo:</b>	394 - CENTRO ATENDIMENTO ESPECIAL - CAE	
<b>Fonte de Recurso:</b>	Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	
<b>Dotações Utilizadas:</b>	51 - Manutenção dos serviços de atendimento especial - - (15.02.2.673.3.3.90.00.00.00.00.00)	
<b>Compl. Elemento:</b>	3.3.90.32.02.00.00.00 - Medicamentos	
<b>Condições de Pagto:</b>	Segunda quarta-feira após a entrega do pedido mediante NF	
<b>Prazo Entrega/Exec.:</b>	Máximo 08 dias úteis, após dia seguinte do recibo da A F	
<b>Local de Entrega:</b>	ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE	
<b>Objeto da Compra:</b>	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MEDICAMENTOS para Farmácia Básica e Processos Judiciais ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.	
<b>Observações:</b>	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS AOS PACIENTES ATENDIDOS PELO CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIAL	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
188	140,00	FR	OXCARBAZEPINA SUSPENSÃO ORAL A 6% - C/ 100 ML (12872)	UNIAO QUIMIC	24,95	3.493,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	3.493,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	3.493,00

Jaraguá do Sul, 5 de Outubro de 2018

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2377/2018</b>
CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC	Processo Nr.: 35/2017 Data do Processo: 26/09/2017 Data da Homologação: 22/11/2017 Sequência da Adjudicação: 7 Data da Adjudicação: 05/10/2018
<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 35/2017 - PR</b>	

(Empenho Ordinário nr.: 5409) Folha: 1/1

Fornecedor: <b>DANIELE DAGIOS EPP</b> Endereço: Rua Ottokar Doerffel, 112, bloco C- Galp Cidade: Joinville - SC - CEP: 89203-212 CNPJ: 12.942.081/0001-28      Inscrição Estadual:	Código: 45707      Telefone: 473429-2823 Banco: 033 - SANTANDER Agência: 4401 - SANTANDER Conta Corrente: 13001465-1
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 05 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA <b>Centro de Custo:</b> 404 - FARMACIA BÁSICA E ESPECIALIZADA <b>Fonte de Recurso:</b> Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde <b>Dotações Utilizadas:</b> 119 - Prestar assistência farmacêutica básica - (15.052.683.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.32.99.00.00.00 - Outros Materiais de Distribuição Gratuita <b>Condições de Pagto:</b> Segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Prazo máximo de 07 (sete) dias úteis após recebimento da AF <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de TIRAS DE GLICEMIA e LANCETAS para exames de glicose ao longo de 12(doze) meses, com fornecimento de glicosímetros e lancetadores a título de comodato, destinados para atendimento nas Unidades de Saúde e pacientes da Rede Municipal, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Minuta da Ata de Registro de Preços no Anexo III e Minuta do AQUISIÇÃO DE TIRAS DE GLICEMIA PARA FORNECIMENTO AOS USUÁRIOS SUS, PELA FARMÁCIA BÁSICA, REFERENTE AO PROGRAMA HIPERDIA (HIPERTENSOS E DIABÉTICOS)	
<b>Observações:</b>	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	90.000,00	UN	TIRAS DE GLICEMIA (18826)	FREESTYLE LI	0,42	37.800,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	37.800,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	37.800,00

Jaraguá do Sul, 5 de Outubro de 2018

Assinatura do Responsável



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>		<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2378/2018</b>	
<b>CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253</b> <b>RUA ISIDORO PEDRI, 120</b> <b>C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC</b>		<b>Processo Nr.: 17/2018</b> <b>Data do Processo: 09/07/2018</b> <b>Data da Homologação: 11/09/2018</b> <b>Sequência da Adjudicação: 12</b> <b>Data da Adjudicação: 05/10/2018</b>	
		<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 17/2018 - PR</b>	
(Empenho Ordinário nr.: 5410)			Folha: 1/1

<b>Fornecedor: SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI</b> <b>Endereço: Avenida Santos Dumont, 1355</b> <b>Cidade: Joinville - SC - CEP: 89218-105</b> <b>CNPJ: 09.944.371/0001-04      Inscrição Estadual:</b>	<b>Código: 38826</b> <b>Telefone: 4734738845</b> <b>Banco: 001 - Banco do Brasil - 001</b> <b>Agência: 3428-2 - EMPRES.NORTE -</b> <b>Conta Corrente: 15265-X</b>
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 02 - ATENÇÃO BÁSICA <b>Centro de Custo:</b> 394 - CENTRO ATENDIMENTO ESPECIAL - CAE <b>Fonte de Recurso:</b> Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde <b>Dotações Utilizadas:</b> 51 - Manutenção dos serviços de atendimento especial - - (15.02.2.673.3.3.90.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.32.03.00.00.00 - Gêneros Alimentícios <b>Condições de Pagto:</b> Até 30 dias após a entrega de cada pedido mediante NF <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo 08 dias úteis, após dia seguinte do recibo da A F <b>Local de Entrega:</b> ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de FÓRMULAS INFANTIS, LEITE EM PÓ ESPECIAL E NUTRIÇÕES (SUPLEMENTOS ALIMENTARES ESPECIAIS) ao longo de 12(doze) meses, destinados para usuários atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, Hepatites Virais, pacientes oncológicos e de outras patologias, atendimento a Processos Judiciais e atendimento ESPECIAL <b>Observações:</b> FÓRMULA INFANTIL 1º SEMESTRE C/ PREBIÓTICOS - NAN CONFORT 1 - NESTLÉ FÓRMULA LÁCTEA INFANTIL 2º SEMESTRE - NAN CONFORT 2 - NESTLÉ	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
18	95,20	KG	FÓRMULA INFANTIL 1º SEMESTRE - C/ PREBIÓTICOS, FÓRMULA INFANTIL DE PARTIDA COM DHA E ARA E NUCLEOTÍDEOS, COM PREBIÓTICOS PARA AUMENTO DO NÚMERO DE EVACUAÇÕES E EFEITO BIFIDOGÊNICO. (35076)	NAN COMFOR	52,50	4.998,00
19	89,60	KG	FÓRMULA LÁCTEA INFANTIL - 2º SEMESTRE - FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO COM DHA E ARA E NUCLEOTÍDEOS, COM PREBIÓTICOS PARA AUMENTO DO NÚMERO DE EVACUAÇÕES E EFEITO BIFIDOGÊNICO. (35077)	NAN CAMFOR	30,00	2.688,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	7.686,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	7.686,00

Jaraguá do Sul, 5 de Outubro de 2018

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC  (*) Gestor do Processo: MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 5067/2018</b>  (*) Processo Nr.: 38/2018 Data do Processo: 09/03/2018 Data da Homologação: 17/08/2018 Sequência da Adjudicação: 8 Data da Adjudicação: 24/09/2018  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 38/2018 - PR</b>
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 5033) Folha: 1/1

Fornecedor:	<b>PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA EPP</b>	Código:	47553	Telefone:	473373-0580
Endereço:	Rua 28 de Agosto, 3682, sala 03	Banco:	104 - Caixa Econ.Federal - 1		
Cidade:	Guaramirim - SC - CEP: 89270-000	Agência:	1074-0 - GUARAMIRIM		
CNPJ:	19.032.430/0001-13	Inscrição Estadual:		Conta Corrente:	2264-1

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b>	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	<b>Solicitações:</b>
<b>Unidade:</b>	02 - ATENÇÃO BÁSICA	
<b>Centro de Custo:</b>	396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.	
<b>Fonte de Recurso:</b>	Recursos PAB	
<b>Dotações Utilizadas:</b>	41 - Prestar assistência de atenção básica - PAB - (15.02.2.660.3.3.90.00.00.00.00.00)	
<b>Compl. Elemento:</b>	3.3.90.30.16.00.00.00 - Material de Expediente	
<b>Condições de Pagto:</b>	Em até 30 dias após a entrega de cada pedido, mediante N.F.	
<b>Prazo Entrega/Exec.:</b>	Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento da A.F.	
<b>Local de Entrega:</b>	Conforme edital	
<b>Objeto da Compra:</b>	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE EXPEDIENTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.	
<b>Observações:</b>	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE DA ATENÇÃO BÁSICA	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
20	5,00	UN	CANETA TIPO MARCA TEXTO (32622)	LYKE	0,73	3,65
36	3,00	UN	CORRETIVO LÍQUIDO À BASE DE ÁGUA COM 18ML (12497)	ECOLE	0,74	2,22
96	1,00	UN	PERFURADOR GRANDE (19369)	LYKE	46,50	46,50
103	5,00	UN	RÉGUA DE PLÁSTICO 30CM (8220)	BM SUPLIUES	0,54	2,70
145	5,00	UN	GRAMPEADOR PEQUENO P/ GRAMPO 26/6, ESTRUTURA METÁLICA, BASE DE BORRACHA DE NO MÍNIMO 13,5CM (8201)	LYKE	4,75	23,75
					<b>Total Geral:</b>	78,82
					<b>Desconto:</b>	0,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Líquido:</b>	78,82

Jaraguá do Sul, 24 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b></p> <p>CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253  RUA ISIDORO PEDRI, 120  C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC</p> <p>(*) Gestor do Processo: MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</p>	<p><b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 5308/2018</b></p> <p>(*) Processo Nr.: 38/2018  Data do Processo: 09/03/2018  Data da Homologação: 17/08/2018  Sequência da Adjudicação: 20  Data da Adjudicação: 02/10/2018</p> <p><b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 38/2018 - PR</b></p>
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 5336)

Folha: 1/1

Fornecedor: **OTS MULTILAR DISTRIBUIDORA DE ARMARINHOS LTDA-EPP** Código: 33258 Telefone: 3370-2821  
Endereço: BR 280 Prefeito Engelbert Oechler, 3623 Banco: 756 - BANCO COOPERATIVA  
Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89254-700 Agência: 3035-0 - CREDINORTE  
CNPJ: 02.292.510/0001-05 Inscrição Estadual: Conta Corrente: 110158-7

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Órgão:** 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE **Solicitações:**  
**Unidade:** 02 - ATENÇÃO BÁSICA  
**Centro de Custo:** 396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.  
**Fonte de Recurso:** Recursos PAB  
**Dotações Utilizadas:** 41 - Prestar assistência de atenção básica - PAB - (15.02.2.660.3.3.90.00.00.00.00.00)

**Compl. Elemento:** 3.3.90.30.16.00.00.00 - Material de Expediente  
**Condições de Pagto:** Em até 30 dias após a entrega de cada pedido, mediante N.F.  
**Prazo Entrega/Exec.:** Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento da A.F.  
**Local de Entrega:** Conforme edital  
**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE EXPEDIENTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

**Observações:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE DA ATENÇÃO BÁSICA

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
28	25,00	CX	CLIPS Nº 02 - C/ 500G (8554)	BACCHI	9,45	236,25
31	15,00	CX	CLIPS Nº 08 - C/ 500G (8557)	BACCHI	9,45	141,75
121	15,00	CX	CLIPS Nº 01 - C/ 500G (8553)	BACCHI	9,95	149,25
161	150,00	UN	PASTA C/ GRAMPO TRILHO - PAPELÃO PLASTIFICADO (8585)	SULAMERICAN	1,95	292,50
207	12,00	UN	FITA MÉTRICA (12822)	SEKISH	1,95	23,40
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	843,15
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	843,15

Jaraguá do Sul, 3 de Outubro de 2018

Assinatura do Responsável

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b>  <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b></p> <p>CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253  RUA ISIDORO PEDRI, 120  C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC</p> <p>(*) Gestor do Processo: MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</p>	<p><b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b>  <b>Nr.: 5309/2018</b></p> <p>(*) Processo Nr.: 38/2018  Data do Processo: 09/03/2018  Data da Homologação: 17/08/2018  Sequência da Adjudicação: 21  Data da Adjudicação: 03/10/2018</p> <p><b>PREGÃO PRESENCIAL</b>  <b>Nr.: 38/2018 - PR</b></p>
--	---

(Empenho Ordinário nr.: 5337)

Folha: 1/1

Fornecedor: **OTS MULTILAR DISTRIBUIDORA DE ARMARINHOS LTDA-EPP** Código: 33258 Telefone: 3370-2821  
Endereço: BR 280 Prefeito Engelbert Oechler, 3623 Banco: 756 - BANCO COOPERATIVA  
Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89254-700 Agência: 3035-0 - CREDINORTE  
CNPJ: 02.292.510/0001-05 Inscrição Estadual: Conta Corrente: 110158-7

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b>	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	<b>Solicitações:</b>
<b>Unidade:</b>	02 - ATENÇÃO BÁSICA	
<b>Centro de Custo:</b>	396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.	
<b>Fonte de Recurso:</b>	Recursos PAB	
<b>Dotações Utilizadas:</b>	41 - Prestar assistência de atenção básica - PAB - (15.02.2.660.3.3.90.00.00.00.00.00)	
<b>Compl. Elemento:</b>	3.3.90.30.28.00.00.00 - Material de Proteção e Segurança	
<b>Condições de Pagto:</b>	Em até 30 dias após a entrega de cada pedido, mediante N.F.	
<b>Prazo Entrega/Exec.:</b>	Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento da A.F.	
<b>Local de Entrega:</b>	Conforme edital	
<b>Objeto da Compra:</b>	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE EXPEDIENTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.	
<b>Observações:</b>	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
203	15,00	UN	CADEADO E-35 (11477)	PADO	15,29	229,35
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	229,35
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	229,35

Jaraguá do Sul, 3 de Outubro de 2018

Assinatura do Responsável

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b></p> <p>CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253  RUA ISIDORO PEDRI, 120  C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC</p> <p>(*) Gestor do Processo: MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</p>	<p><b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 5310/2018</b></p> <p>(*) Processo Nr.: 38/2018  Data do Processo: 09/03/2018  Data da Homologação: 17/08/2018  Sequência da Adjudicação: 22  Data da Adjudicação: 03/10/2018</p> <p><b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 38/2018 - PR</b></p>
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 5338)

Folha: 1/1

Fornecedor: **OTS MULTILAR DISTRIBUIDORA DE ARMARINHOS LTDA-EPP** Código: 33258 Telefone: 3370-2821  
Endereço: BR 280 Prefeito Engelbert Oechler, 3623 Banco: 756 - BANCO COOPERATIVA  
Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89254-700 Agência: 3035-0 - CREDINORTE  
CNPJ: 02.292.510/0001-05 Inscrição Estadual: Conta Corrente: 110158-7

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Órgão:** 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE **Solicitações:**  
**Unidade:** 02 - ATENÇÃO BÁSICA  
**Centro de Custo:** 396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.  
**Fonte de Recurso:** Recursos PAB  
**Dotações Utilizadas:** 41 - Prestar assistência de atenção básica - PAB - (15.02.2.660.3.3.90.00.00.00.00.00)

**Compl. Elemento:** 3.3.90.30.26.00.00.00 - Material Elétrico e Eletrônico  
**Condições de Pagto:** Em até 30 dias após a entrega de cada pedido, mediante N.F.  
**Prazo Entrega/Exec.:** Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento da A.F.  
**Local de Entrega:** Conforme edital  
**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE EXPEDIENTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.  
**Observações:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
205	15,00	UN	BATERIA 9V (13092)	BRASFORT	5,90	88,50
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	88,50
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	88,50

Jaraguá do Sul, 3 de Outubro de 2018

Assinatura do Responsável

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b></p> <p>CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253  RUA ISIDORO PEDRI, 120  C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC</p> <p>(*) Gestor do Processo: MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</p>	<p><b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 5312/2018</b></p> <p>(*) Processo Nr.: 38/2018  Data do Processo: 09/03/2018  Data da Homologação: 17/08/2018  Sequência da Adjudicação: 23  Data da Adjudicação: 03/10/2018</p> <p><b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 38/2018 - PR</b></p>
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 5339)

Folha: 1/1

Fornecedor: **JVO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA EPP**      Código: 34358      Telefone: 473425-5265  
Endereço: Rua Gercy R. Alves, 16      Banco: 104 - Caixa Econ.Federal - 1  
Cidade: Joinville - SC - CEP: 89218-400      Agência: 1637-3 - CIDADE DAS ORC  
CNPJ: 80.701.766/0001-32      Inscrição Estadual: 251.733.394      Conta Corrente: 227-6

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Órgão:** 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE      **Solicitações:**  
**Unidade:** 02 - ATENÇÃO BÁSICA  
**Centro de Custo:** 396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.  
**Fonte de Recurso:** Recursos PAB  
**Dotações Utilizadas:** 41 - Prestar assistência de atenção básica - PAB - (15.02.2.660.3.3.90.00.00.00.00.00)

**Compl. Elemento:** 3.3.90.30.16.00.00.00 - Material de Expediente  
**Condições de Pagto:** Em até 30 dias após a entrega de cada pedido, mediante N.F.  
**Prazo Entrega/Exec.:** Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento da A.F.  
**Local de Entrega:** Conforme edital  
**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE EXPEDIENTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.  
**Observações:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
17	30,00	UN	CALCULADORA PORTÁTIL (12691)	PROCALC	45,00	1.350,00
55	30,00	UN	EXTRATOR DE GRAMPO (8200)	CARBRINK	3,80	114,00
82	12,00	UN	PASTA A-Z LOMBO ESTREITA (8564)	DAC	12,07	144,84
83	20,00	UN	PASTA A-Z LOMBO LARGO (8565)	DAC	12,01	240,20
					<b>Total Geral:</b>	1.849,04
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	1.849,04

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 3 de Outubro de 2018

Assinatura do Responsável

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b>  <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b></p> <p>CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253  RUA ISIDORO PEDRI, 120  C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC</p> <p>(*) Gestor do Processo: MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</p>	<p><b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b>  <b>Nr.: 5313/2018</b></p> <p>(*) Processo Nr.: 38/2018  Data do Processo: 09/03/2018  Data da Homologação: 17/08/2018  Sequência da Adjudicação: 24  Data da Adjudicação: 03/10/2018</p> <p><b>PREGÃO PRESENCIAL</b>  <b>Nr.: 38/2018 - PR</b></p>
--	---

(Empenho Ordinário nr.: 5340) Folha: 1/1

Fornecedor: **KLEBER DE MOURA DALABONA & CIA LTDA ME**      Código: 38977      Telefone: 41-3247-2741  
Endereço: RUA WILLIBALDO KAYSER, 348      Banco: 341 - Itaú  
Cidade: CURITIBA - PR - CEP: 81170-590      Agência: 7473 - Itaú  
CNPJ: 09.245.708/0001-87      Inscrição Estadual:      Conta Corrente: 00312-2

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<p><b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</p> <p><b>Unidade:</b> 02 - ATENÇÃO BÁSICA</p> <p><b>Centro de Custo:</b> 396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.</p> <p><b>Fonte de Recurso:</b> Recursos PAB</p> <p><b>Dotações Utilizadas:</b> 41 - Prestar assistência de atenção básica - PAB - (15.02.2.660.3.3.90.00.00.00.00.00)</p> <p><b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.30.16.00.00.00 - Material de Expediente</p> <p><b>Condições de Pagto:</b> Em até 30 dias após a entrega de cada pedido, mediante N.F.</p> <p><b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento da A.F.</p> <p><b>Local de Entrega:</b> Conforme edital</p> <p><b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE EXPEDIENTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.</p> <p><b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL</p>	<p><b>Solicitações:</b></p>
--	-----------------------------

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
22	50,00	UN	CANETA P/ RETROPROJETOR (13142)	REALPEN	0,79	39,50
90	60,00	UN	PASTA POLIONDA ESTREITA (6341)	POLYCARD	1,71	102,60
91	80,00	UN	PASTA POLIONDA LARGA (8587)	POLYCARD	2,08	166,40
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	308,50
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	308,50

Jaraguá do Sul, 3 de Outubro de 2018

Assinatura do Responsável



<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b>  <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b></p> <p>CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253  RUA ISIDORO PEDRI, 120  C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC</p> <p>(*) Gestor do Processo: MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</p>	<p><b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b>  <b>Nr.: 5314/2018</b></p> <p>(*) Processo Nr.: 38/2018  Data do Processo: 09/03/2018  Data da Homologação: 17/08/2018  Sequência da Adjudicação: 25  Data da Adjudicação: 03/10/2018</p> <p><b>PREGÃO PRESENCIAL</b>  <b>Nr.: 38/2018 - PR</b></p>
--	---

(Empenho Ordinário nr.: 5341)

Folha: 1/1

Fornecedor: **ADL COMERCIAL EIRELI EPP**      Código: 41271      Telefone: 47-3232-0960  
Endereço: RUA FLORANIA, 467-FUNDOS      Banco: 001 - Banco do Brasil - 001  
Cidade: BLUMENAU - SC - CEP: 89040-190      Agência: 2999-8 - Banco do Brasil  
CNPJ: 15.267.298/0001-78      Inscrição Estadual: 256.676.925      Conta Corrente: 22.427-8

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<p><b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</p> <p><b>Unidade:</b> 02 - ATENÇÃO BÁSICA</p> <p><b>Centro de Custo:</b> 396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.</p> <p><b>Fonte de Recurso:</b> Recursos PAB</p> <p><b>Dotações Utilizadas:</b> 41 - Prestar assistência de atenção básica - PAB - (15.02.2.660.3.3.90.00.00.00.00.00)</p> <p><b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.30.16.00.00.00 - Material de Expediente</p> <p><b>Condições de Pagto:</b> Em até 30 dias após a entrega de cada pedido, mediante N.F.</p> <p><b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento da A.F.</p> <p><b>Local de Entrega:</b> Conforme edital</p> <p><b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE EXPEDIENTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.</p> <p><b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL</p>	<p><b>Solicitações:</b></p>
--	-----------------------------

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
29	15,00	CX	CLIPS Nº 04 - C/ 500G (8555)	RAFA	8,90	133,50
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	133,50
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	133,50

Jaraguá do Sul, 3 de Outubro de 2018

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 5316/2018</b>
CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	(*) Processo Nr.: 38/2018 Data do Processo: 09/03/2018 Data da Homologação: 17/08/2018 Sequência da Adjudicação: 26 Data da Adjudicação: 03/10/2018
(*) Gestor do Processo: MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 38/2018 - PR</b>

(Empenho Ordinário nr.: 5352)
Folha: 1/1

Fornecedor: <b>MAXIMA ATACADISTA EIRELI-ME</b> Endereço: Adolfo Konder, 279, Bloco 03 Cidade: Rio Negrinho - SC - CEP: 89295-000 CNPJ: 26.716.048/0001-94      Inscrição Estadual:	Código: 46776      Telefone: 4736446300 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 1394-3 - RIO NEGRINHO (S Conta Corrente: 3992-6
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 02 - ATENÇÃO BÁSICA <b>Centro de Custo:</b> 396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL. <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos PAB <b>Dotações Utilizadas:</b> 41 - Prestar assistência de atenção básica - PAB - (15.02.2.660.3.3.90.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
--	----------------------

**Compl. Elemento:** 3.3.90.30.16.00.00.00 - Material de Expediente  
**Condições de Pagto:** Em até 30 dias após a entrega de cada pedido, mediante N.F.  
**Prazo Entrega/Exec.:** Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento da A.F.  
**Local de Entrega:** Conforme edital  
**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE EXPEDIENTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

**Observações:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
4	1.200,00	UN	CAIXA DE PAPELÃO P/ ARQUIVO MORTO (8493)	MÁXIMA	2,90	3.480,00
16	15,00	UN	CAIXA DE ACRÍLICO TRIPLA P/ CORRESPONDÊNCIAS (8350)	WALLEU	33,50	502,50
25	140,00	FL	CARTOLINA (8532)	ALOFORM	0,42	58,80
38	20,00	CX	ELÁSTICOS C/ 100G (12499)	MERCUR	3,50	70,00
42	3.000,00	UN	ENVELOPE 25X35 AMARELO (6381)	SCRITY	0,22	660,00
46	20,00	UN	ESPETO P/ PAPEL (8198)	CARBRINK REF	3,10	62,00
76	50,00	UN	LIVRO ATA SEM MARGEM - 100 FLS (8492)	SÃO DOMINGO	7,80	390,00
116	350,00	UN	BORRACHA BRANCA 30x40 mm (12445)	LEONORA	0,15	52,50
117	70,00	UN	CADERNO UNIVERSITÁRIO (11434)	PANAMERICAN	4,70	329,00
125	5,00	UN	COLA P/ E.V.A (28170)	MARIPEL	2,70	13,50
134	5.000,00	FL	ETIQUETA ADESIVA 38X10 - 8 COLUNAS C/ 192 ETIQUETAS POR FOLHAS (16568)	POLIFIX	0,33	1.650,00
135	600,00	FL	E.V.A. (12812)	VMP	1,29	774,00
162	1.200,00	UN	PASTA SUSPENSÃO MARMORIZADA (6430)	FRAMA	1,24	1.488,00
185	20,00	UN	TINTA P/ CARIMBO 40 ml (12484)	RADEX	1,75	35,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	9.565,30
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	9.565,30

Jaraguá do Sul, 3 de Outubro de 2018

Assinatura do Responsável

<p align="center"><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b></p> <p>CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253  RUA ISIDORO PEDRI, 120  C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC</p> <p align="center">(*) Gestor do Processo: MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</p>	<p align="center"><b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 5317/2018</b></p> <p>(*) Processo Nr.: 38/2018  Data do Processo: 09/03/2018  Data da Homologação: 17/08/2018  Sequência da Adjudicação: 27  Data da Adjudicação: 03/10/2018</p> <p align="center"><b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 38/2018 - PR</b></p>
--	---

(Empenho Ordinário nr.: 5342)

Folha: 1/1

<p>Fornecedor: <b>REGENSY COMERCIO LTDA ME</b>  Endereço: RUA SAO VICENTE 1264  Cidade: Itajaí - SC - CEP: 88309-101  CNPJ: 03.970.005/0001-35      Inscrição Estadual:</p>	<p>Código: 47550      Telefone:  Banco: 033 - Santander - 033  Agência: 1242 - Santander  Conta Corrente: 13002349-9</p>
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<p><b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  <b>Unidade:</b> 02 - ATENÇÃO BÁSICA  <b>Centro de Custo:</b> 396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.  <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos PAB  <b>Dotações Utilizadas:</b> 41 - Prestar assistência de atenção básica - PAB - (15.02.2.660.3.3.90.00.00.00.00.00)</p> <p><b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.30.16.00.00.00 - Material de Expediente  <b>Condições de Pagto:</b> Em até 30 dias após a entrega de cada pedido, mediante N.F.  <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento da A.F.  <b>Local de Entrega:</b> Conforme edital  <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE EXPEDIENTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.</p> <p><b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL</p>	<p><b>Solicitações:</b></p>
--	-----------------------------

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
160	250,00	UN	PASTA C/ ELÁSTICO (8584)	ICL	2,05	512,50
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	512,50
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	512,50

Jaraguá do Sul, 3 de Outubro de 2018

Assinatura do Responsável

<p align="center"><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b></p> <p>CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253  RUA ISIDORO PEDRI, 120  C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC</p> <p align="center">(*) Gestor do Processo: MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</p>	<p align="center"><b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 5319/2018</b></p> <p>(*) Processo Nr.: 38/2018  Data do Processo: 09/03/2018  Data da Homologação: 17/08/2018  Sequência da Adjudicação: 28  Data da Adjudicação: 03/10/2018</p> <p align="center"><b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 38/2018 - PR</b></p>
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 5343) Folha: 1/1

<p>Fornecedor: <b>PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA EPP</b>      Código: 47553      Telefone: 473373-0580</p> <p>Endereço: Rua 28 de Agosto, 3682, sala 03      Banco: 104 - Caixa Econ.Federal - 1</p> <p>Cidade: Guarani - SC - CEP: 89270-000      Agência: 1074-0 - GUARAMIRIM</p> <p>CNPJ: 19.032.430/0001-13      Inscrição Estadual:      Conta Corrente: 2264-1</p>
---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<p><b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</p> <p><b>Unidade:</b> 02 - ATENÇÃO BÁSICA</p> <p><b>Centro de Custo:</b> 396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.</p> <p><b>Fonte de Recurso:</b> Recursos PAB</p> <p><b>Dotações Utilizadas:</b> 41 - Prestar assistência de atenção básica - PAB - (15.02.2.660.3.3.90.00.00.00.00.00)</p> <p><b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.30.16.00.00.00 - Material de Expediente</p> <p><b>Condições de Pagto:</b> Em até 30 dias após a entrega de cada pedido, mediante N.F.</p> <p><b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento da A.F.</p> <p><b>Local de Entrega:</b> Conforme edital</p> <p><b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE EXPEDIENTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.</p> <p><b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL</p>	<p><b>Solicitações:</b></p>
--	-----------------------------

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
8	50,00	UN	APONTADOR P/ LÁPIS SEM DEPÓSITO (8611)	LYKE	0,45	22,50
11	20,00	UN	BORRACHA DE LÁTEX NATURAL COM PROTETOR PLÁSTICO Nº 12 (12446)	WINNER	0,42	8,40
19	15,00	JG	CANETA HIDROCOR C/ 12 CORES (8494)	LYKE	2,13	31,95
21	70,00	UN	CANETA P/ QUADRO BRANCO (15037)	LYKE	1,20	84,00
36	120,00	UN	CORRETIVO LÍQUIDO À BASE DE ÁGUA COM 18ML (12497)	ECOLE	0,74	88,80
40	2.000,00	UN	ENVELOPE 16X23 AMARELO (8578)	SCRITY	0,11	220,00
43	1.000,00	UN	ENVELOPE 25X35 PARDO (8579)	SCRITY	0,16	160,00
65	1,00	UN	GRAMPEADOR GRANDE (11751)	LYKE	36,90	36,90
68	120,00	CX	GRAMPO 26/6 GALVANIZADO C/ 5000 PÇS (8512)	DGW	2,12	254,40
96	2,00	UN	PERFURADOR GRANDE (19369)	LYKE	46,50	93,00
97	100,00	UN	PINCEL ATÔMICO (8552)	LYKE	0,82	82,00
115	15,00	PCT	BLOCO RECADO ADESIVO 76X102 - C/ 01 UN (6444)	LYKE	1,98	29,70
132	100,00	UN	ENVELOPE OFÍCIO BRANCO (13096)	SCRITY	0,06	6,00
145	70,00	UN	GRAMPEADOR PEQUENO P/ GRAMPO 26/6, ESTRUTURA METÁLICA, BASE DE BORRACHA DE NO MÍNIMO 13,5CM (8201)	LYKE	4,75	332,50

<b>Total Geral:</b>	1.450,15
<b>Desconto:</b>	0,00
<b>Total Líquido:</b>	1.450,15

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 3 de Outubro de 2018

Assinatura do Responsável

<p align="center"><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b></p> <p>CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253  RUA ISIDORO PEDRI, 120  C.E.P.: 89259-590      - Jaraguá do Sul - SC</p> <p align="center">(*) Gestor do Processo: MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</p>	<p align="center"><b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 5320/2018</b></p> <p>(*) Processo Nr.: 38/2018  Data do Processo: 09/03/2018  Data da Homologação: 17/08/2018  Sequência da Adjudicação: 29  Data da Adjudicação: 03/10/2018</p> <p align="center"><b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 38/2018 - PR</b></p>
--	---

(Empenho Ordinário nr.: 5344) Folha: 1/2

Fornecedor: **COMERCIAL PRINT LUX LTDA ME**      Código: 47561      Telefone: 413245-1304  
Endereço: Rua Hebert Neal, 79      Banco: 001 - Banco do Brasil - 001  
Cidade: Curitiba - PR - CEP: 80310-330      Agência: 756-0 - PORTAO-CURITIBA  
CNPJ: 28.818.594/0001-61      Inscrição Estadual:      Conta Corrente: 78700-0

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b>	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	<b>Solicitações:</b>
<b>Unidade:</b>	02 - ATENÇÃO BÁSICA	
<b>Centro de Custo:</b>	396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.	
<b>Fonte de Recurso:</b>	Recursos PAB	
<b>Dotações Utilizadas:</b>	41 - Prestar assistência de atenção básica - PAB - (15.02.2.660.3.3.90.00.00.00.00.00)	
<b>Compl. Elemento:</b>	3.3.90.30.16.00.00.00 - Material de Expediente	
<b>Condições de Pagto:</b>	Em até 30 dias após a entrega de cada pedido, mediante N.F.	
<b>Prazo Entrega/Exec.:</b>	Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento da A.F.	
<b>Local de Entrega:</b>	Conforme edital	
<b>Objeto da Compra:</b>	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE EXPEDIENTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.	
<b>Observações:</b>	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
10	120,00	RL	BOBINA DE PAPEL TÉRMICO 1 VIA 57 mm x 40 m (32284)	ALSOMA	3,47	416,40
18	2.200,00	UN	CANETA ESFEROGRÁFICA PONTA FINA (8551)	BIC	0,55	1.210,00
34	120,00	UN	COLA BRANCA C/ 90 g (8559)	PIRATININGA	0,84	100,80
66	2,00	UN	GRAMPEADOR MÉDIO (18573)	JOCAR	11,94	23,88
67	1,00	CX	GRAMPO 23/10 GALVANIZADO - C/ 5000 PÇS (16549)	BRW	9,01	9,01
74	576,00	UN	LÁPIS PRETO Nº 02 (8528)	TRIS	0,38	218,88
77	10,00	UN	LIVRO PROTOCOLO (13117)	S.DOMINGOS	7,92	79,20
79	50,00	UN	MOLHA DEDO EM CREME 12G (12483)	RADEX	1,12	56,00
87	60,00	UN	PASTA CATÁLOGO C/ 50 FLS (8568)	ACP	7,60	456,00
98	1.600,00	UN	PLÁSTICO C/ 04 FUROS P/ PASTA SUSPensa (11752)	ACP	0,19	304,00
102	40,00	UN	PRANCHETA DE EUCATEX TAM. OFÍCIO (8215)	NOVACRIL	2,46	98,40
105	20,00	UN	TINTA P/ CARIMBO AUTOMÁTICO (13115)	RADEX	2,80	56,00
107	10,00	UN	AGENDA P/ TELEFONE (12495)	S.DOMINGOS	12,90	129,00
108	5,00	UN	ALMOFADA MÉDIA P/ CARIMBO Nº 03 (12481)	REAL PEN	2,31	11,55
118	150,00	UN	CADERNO C/ 96 FLS (12949)	PANAMERICAN	1,93	289,50
133	10,00	UN	ETIQUETA ADESIVA (12292)	IMPRIMASTER	22,88	228,80
139	15,00	UN	FICHÁRIO DE MESA C/ ÍNDICE (14106)	ACRIMET	89,38	1.340,70
149	15,00	UN	ÍNDICE P/ FICHÁRIO (12496)	ACRIMET	13,01	195,15

Jaraguá do Sul, 3 de Outubro de 2018

Assinatura do Responsável

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL**

CNPJ: 14.007.211/0001-60 Fone: 106-8400 Fax: 370-7253  
RUA ISIDORO PEDRI, 120  
C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC

(\*) Gestor do Processo: MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 5320/2018**

(\*) Processo Nr.: 38/2018  
Data do Processo: 09/03/2018  
Data da Homologação: 17/08/2018  
Sequência da Adjudicação: 29  
Data da Adjudicação: 03/10/2018

**PREGÃO PRESENCIAL**  
**Nr.: 38/2018 - PR**

(Empenho Ordinário nr.: 5344)

Folha: 2/2

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
176	30,00	PCT	PORTA DOCUMENTOS TRANSPARENTE 75MMX105MM - PCT C/ 50 (16569)	ACP	10,78	323,40

(Valores expressos em Reais R\$)				<b>Total Geral:</b>	5.546,67
				<b>Desconto:</b>	0,00
				<b>Total Líquido:</b>	5.546,67

Jaraguá do Sul, 3 de Outubro de 2018

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b></p> <p>CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253  RUA ISIDORO PEDRI, 120  C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC</p> <p>(*) Gestor do Processo: MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</p>	<p><b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 5321/2018</b></p> <p>(*) Processo Nr.: 38/2018  Data do Processo: 09/03/2018  Data da Homologação: 17/08/2018  Sequência da Adjudicação: 30  Data da Adjudicação: 03/10/2018</p> <p><b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 38/2018 - PR</b></p>
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 5345)

Folha: 1/1

Fornecedor: **COMERCIAL PRINT LUX LTDA ME**      Código: 47561      Telefone: 413245-1304  
Endereço: Rua Hebert Neal, 79      Banco: 001 - Banco do Brasil - 001  
Cidade: Curitiba - PR - CEP: 80310-330      Agência: 756-0 - PORTAO-CURITIBA  
CNPJ: 28.818.594/0001-61      Inscrição Estadual:      Conta Corrente: 78700-0

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Órgão:** 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE      **Solicitações:**  
**Unidade:** 02 - ATENÇÃO BÁSICA  
**Centro de Custo:** 396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.  
**Fonte de Recurso:** Recursos PAB  
**Dotações Utilizadas:** 41 - Prestar assistência de atenção básica - PAB - (15.02.2.660.3.3.90.00.00.00.00.00)

**Compl. Elemento:** 3.3.90.30.26.00.00.00 - Material Elétrico e Eletrônico  
**Condições de Pagto:** Em até 30 dias após a entrega de cada pedido, mediante N.F.  
**Prazo Entrega/Exec.:** Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento da A.F.  
**Local de Entrega:** Conforme edital  
**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE EXPEDIENTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

**Observações:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E ELETRONICOS PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
206	20,00	PCT	BATERIA FX23AE FLEX (32115)	ELGIN	1,76	35,20
					<b>Total Geral:</b>	35,20
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	35,20

Jaraguá do Sul, 3 de Outubro de 2018

Assinatura do Responsável



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC  (*) Gestor do Processo: MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 5322/2018</b>  (*) Processo Nr.: 38/2018 Data do Processo: 09/03/2018 Data da Homologação: 17/08/2018 Sequência da Adjudicação: 31 Data da Adjudicação: 03/10/2018  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 38/2018 - PR</b>
---	--

(Empenho Ordinário nr.: 5346)

Folha: 1/1

Fornecedor: **OTS MULTILAR DISTRIBUIDORA DE ARMARINHOS LTDA-EPP** Código: 33258 Telefone: 3370-2821  
Endereço: BR 280 Prefeito Engelbert Oechler, 3623 Banco: 756 - BANCO COOPERATI  
Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89254-700 Agência: 3035-0 - CREDINORTE  
CNPJ: 02.292.510/0001-05 Inscrição Estadual: Conta Corrente: 110158-7

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 02 - ATENÇÃO BÁSICA <b>Centro de Custo:</b> 396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL. <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos PAB <b>Dotações Utilizadas:</b> 41 - Prestar assistência de atenção básica - PAB - (15.02.2.660.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.30.16.00.00.00 - Material de Expediente <b>Condições de Pagto:</b> Em até 30 dias após a entrega de cada pedido, mediante N.F. <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento da A.F. <b>Local de Entrega:</b> Conforme edital <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE EXPEDIENTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.  <b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE DA ATENÇÃO BÁSICA	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
48	25,00	UN	ESTILETE DE LÂMINA LARGO 18mm (32629)	BRASFORT	4,95	123,75
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	123,75
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	123,75

Jaraguá do Sul, 3 de Outubro de 2018

Assinatura do Responsável

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b>  <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b></p> <p>CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253  RUA ISIDORO PEDRI, 120  C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC</p> <p>(*) Gestor do Processo: MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</p>	<p><b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b>  <b>Nr.: 5324/2018</b></p> <p>(*) Processo Nr.: 38/2018  Data do Processo: 09/03/2018  Data da Homologação: 17/08/2018  Sequência da Adjudicação: 32  Data da Adjudicação: 03/10/2018</p> <p><b>PREGÃO PRESENCIAL</b>  <b>Nr.: 38/2018 - PR</b></p>
--	---

(Empenho Ordinário nr.: 5347)

Folha: 1/1

Fornecedor: **MAXIMA ATACADISTA EIRELI-ME**      Código: 46776      Telefone: 4736446300  
Endereço: Adolfo Konder, 279, Bloco 03      Banco: 001 - Banco do Brasil - 001  
Cidade: Rio Negrinho - SC - CEP: 89295-000      Agência: 1394-3 - RIO NEGRINHO (SC)  
CNPJ: 26.716.048/0001-94      Inscrição Estadual:      Conta Corrente: 3992-6

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Órgão:** 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE      **Solicitações:**  
**Unidade:** 02 - ATENÇÃO BÁSICA  
**Centro de Custo:** 396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.  
**Fonte de Recurso:** Recursos PAB  
**Dotações Utilizadas:** 41 - Prestar assistência de atenção básica - PAB - (15.02.2.660.3.3.90.00.00.00.00.00)

**Compl. Elemento:** 3.3.90.30.16.00.00.00 - Material de Expediente  
**Condições de Pagto:** Em até 30 dias após a entrega de cada pedido, mediante N.F.  
**Prazo Entrega/Exec.:** Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento da A.F.  
**Local de Entrega:** Conforme edital  
**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE EXPEDIENTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

**Observações:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE DA ATENÇÃO BÁSICA

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
81	250,00	FL	PAPEL VERGÊ 180G (8806)	OFF PAPER	0,17	42,50
101	2,00	UN	PORTA FITA ADESIVA 2 EM 1 (35505)	CAVIA	12,80	25,60
					<b>Total Geral:</b>	68,10
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	68,10

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 3 de Outubro de 2018

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC  (*) Gestor do Processo: MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 5327/2018</b>  (*) Processo Nr.: 38/2018 Data do Processo: 09/03/2018 Data da Homologação: 17/08/2018 Sequência da Adjudicação: 33 Data da Adjudicação: 03/10/2018  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 38/2018 - PR</b>
---	--

(Empenho Ordinário nr.: 5348) Folha: 1/1

<b>Fornecedor:</b> PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA EPP <b>Endereço:</b> Rua 28 de Agosto, 3682, sala 03 <b>Cidade:</b> Guarani - SC - CEP: 89270-000 <b>CNPJ:</b> 19.032.430/0001-13 <b>Inscrição Estadual:</b>	<b>Código:</b> 47553 <b>Telefone:</b> 473373-0580 <b>Banco:</b> 104 - Caixa Econ.Federal - 1 <b>Agência:</b> 1074-0 - GUARAMIRIM <b>Conta Corrente:</b> 2264-1
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Unidade:</b> 02 - ATENÇÃO BÁSICA <b>Centro de Custo:</b> 396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL. <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos PAB <b>Dotações Utilizadas:</b> 41 - Prestar assistência de atenção básica - PAB - (15.02.2.660.3.3.90.00.00.00.00.00)	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.30.16.00.00.00 - Material de Expediente <b>Condições de Pagto:</b> Em até 30 dias após a entrega de cada pedido, mediante N.F. <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento da A.F. <b>Local de Entrega:</b> Conforme edital <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE EXPEDIENTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.  <b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE DA ATENÇÃO BÁSICA	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
20	600,00	UN	CANETA TIPO MARCA TEXTO (32622)	LYKE	0,73	438,00
95	4,00	UN	PERFURADOR (11608)	LYKE	18,50	74,00
103	100,00	UN	RÉGUA DE PLÁSTICO 30CM (8220)	BM SUPLIUES	0,54	54,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	566,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	566,00

Jaraguá do Sul, 3 de Outubro de 2018

Assinatura do Responsável

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b>  <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b></p> <p>CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253  RUA ISIDORO PEDRI, 120  C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC</p> <p>(*) Gestor do Processo: MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</p>	<p><b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b>  <b>Nr.: 5328/2018</b></p> <p>(*) Processo Nr.: 38/2018  Data do Processo: 09/03/2018  Data da Homologação: 17/08/2018  Sequência da Adjudicação: 34  Data da Adjudicação: 03/10/2018</p> <p><b>PREGÃO PRESENCIAL</b>  <b>Nr.: 38/2018 - PR</b></p>
--	---

(Empenho Ordinário nr.: 5349)

Folha: 1/1

<p>Fornecedor: <b>COMERCIAL PRINT LUX LTDA ME</b>  Endereço: Rua Hebert Neal, 79  Cidade: Curitiba - PR - CEP: 80310-330  CNPJ: 28.818.594/0001-61      Inscrição Estadual:</p>	<p>Código: 47561      Telefone: 413245-1304  Banco: 001 - Banco do Brasil - 001  Agência: 756-0 - PORTAO-CURITIBA  Conta Corrente: 78700-0</p>
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<p><b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  <b>Unidade:</b> 02 - ATENÇÃO BÁSICA  <b>Centro de Custo:</b> 396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.  <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos PAB  <b>Dotações Utilizadas:</b> 41 - Prestar assistência de atenção básica - PAB - (15.02.2.660.3.3.90.00.00.00.00.00)</p>	<p><b>Solicitações:</b></p>
--	-----------------------------

**Compl. Elemento:** 3.3.90.30.16.00.00.00 - Material de Expediente  
**Condições de Pagto:** Em até 30 dias após a entrega de cada pedido, mediante N.F.  
**Prazo Entrega/Exec.:** Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento da A.F.  
**Local de Entrega:** Conforme edital  
**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE EXPEDIENTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.  
**Observações:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE DA ATENÇÃO BÁSICA

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
24	200,00	FL	CARBONO SIMPLES (8531)	HARDCOPY	0,16	32,00
69	3.500,00	UN	GRAMPO TRILHO PLÁSTICO P/ 200 fls (8525)	BACCHI	0,14	490,00
106	50,00	M	VINIL AUTO-ADESIVO TRANSPARENTE (6450)	PLASTICOVER	1,52	76,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	598,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	598,00

Jaraguá do Sul, 3 de Outubro de 2018

Assinatura do Responsável

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b>  <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b></p> <p>CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253  RUA ISIDORO PEDRI, 120  C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC</p> <p>(*) Gestor do Processo: MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</p>	<p><b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b>  <b>Nr.: 5344/2018</b></p> <p>(*) Processo Nr.: 38/2018  Data do Processo: 09/03/2018  Data da Homologação: 17/08/2018  Sequência da Adjudicação: 35  Data da Adjudicação: 03/10/2018</p> <p><b>PREGÃO PRESENCIAL</b>  <b>Nr.: 38/2018 - PR</b></p>
--	---

(Empenho Ordinário nr.: 5350)

Folha: 1/1

Fornecedor: **RSUL EIRELI EPP**      Código: 47551      Telefone: 473209-6617  
Endereço: Rua Norberto Seara Heusi, 1143, Sala 01      Banco: 001 - Banco do Brasil - 001  
Cidade: Blumenau - SC - CEP: 89037-800      Agência: 3420-7 - EMPRES.VALE ITA  
CNPJ: 14.066.477/0001-84      Inscrição Estadual:      Conta Corrente: 138252-7

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Órgão:** 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE      **Solicitações:**  
**Unidade:** 02 - ATENÇÃO BÁSICA  
**Centro de Custo:** 396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.  
**Fonte de Recurso:** Recursos PAB  
**Dotações Utilizadas:** 41 - Prestar assistência de atenção básica - PAB - (15.02.2.660.3.3.90.00.00.00.00.00)

**Compl. Elemento:** 3.3.90.30.16.00.00.00 - Material de Expediente  
**Condições de Pagto:** Em até 30 dias após a entrega de cada pedido, mediante N.F.  
**Prazo Entrega/Exec.:** Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento da A.F.  
**Local de Entrega:** Conforme edital  
**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE EXPEDIENTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

**Observações:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE DA ATENÇÃO BÁSICA

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
57	80,00	UN	FITA ADESIVA (32620)	NEO	0,66	52,80
104	60,00	UN	TESOURA C/20CM EM AÇO INOX (8216)	LYKE	2,97	178,20
					<b>Total Geral:</b>	231,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	231,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 3 de Outubro de 2018

Assinatura do Responsável

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b>  <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL</b></p> <p>CNPJ: 14.007.211/0001-60      Fone: 106-8400      Fax: 370-7253  RUA ISIDORO PEDRI, 120  C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC</p> <p>(*) Gestor do Processo: MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</p>	<p><b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b>  <b>Nr.: 5353/2018</b></p> <p>(*) Processo Nr.: 38/2018  Data do Processo: 09/03/2018  Data da Homologação: 17/08/2018  Sequência da Adjudicação: 36  Data da Adjudicação: 03/10/2018</p> <p><b>PREGÃO PRESENCIAL</b>  <b>Nr.: 38/2018 - PR</b></p>
--	---

(Empenho Ordinário nr.: 5351) Folha: 1/1

Fornecedor: **RSUL EIRELI EPP**      Código: 47551      Telefone: 473209-6617  
Endereço: Rua Norberto Seara Heusi, 1143, Sala 01      Banco: 001 - Banco do Brasil - 001  
Cidade: Blumenau - SC - CEP: 89037-800      Agência: 3420-7 - EMPRES.VALE ITA  
CNPJ: 14.066.477/0001-84      Inscrição Estadual:      Conta Corrente: 138252-7

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<p><b>Órgão:</b> 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</p> <p><b>Unidade:</b> 02 - ATENÇÃO BÁSICA</p> <p><b>Centro de Custo:</b> 396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.</p> <p><b>Fonte de Recurso:</b> Recursos PAB</p> <p><b>Dotações Utilizadas:</b> 41 - Prestar assistência de atenção básica - PAB - (15.02.2.660.3.3.90.00.00.00.00.00)</p> <p><b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.30.16.00.00.00 - Material de Expediente</p> <p><b>Condições de Pagto:</b> Em até 30 dias após a entrega de cada pedido, mediante N.F.</p> <p><b>Prazo Entrega/Exec.:</b> Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento da A.F.</p> <p><b>Local de Entrega:</b> Conforme edital</p> <p><b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE EXPEDIENTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.</p> <p><b>Observações:</b> AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL</p>	<p><b>Solicitações:</b></p>
--	-----------------------------

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
33	50,00	UN	COLA BASTÃO 8gr (29580)	LYKE	0,51	25,50
120	10,00	UN	CANETA P/ TECIDO (12821)	ACRILEX	2,99	29,90
140	100,00	UN	FITA CREPE DE PAPEL MARROM 25 X 50 (7564)	NEO	4,09	409,00
141	80,00	UN	FITA CREPE DE PAPEL MARROM 50 X 50 (7565)	NEO	9,28	742,40
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	1.206,80
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	1.206,80

Jaraguá do Sul, 3 de Outubro de 2018

Assinatura do Responsável

**CÂMARA MUNICIPAL****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2018 - INEXIGIBILIDADE**

Publicação Nº 1770219

Processo Licitatório nº. 11/2018  
EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

**1. OBJETO**

Contratação de serviços de suporte e atualização do software data protector, para solução de problemas através de suporte eletrônico de software, acesso a recursos técnicos, análise e resolução de problemas, gerenciamento de escalação, isolamento de problemas, acesso remoto e outros que venha a ser necessários ao bom funcionamento do software nas instalações da Câmara, através de atendimento realizado pela HP e suas autorizadas para o referido serviço..

**2. FUNDAMENTOS LEGAIS DA CONTRATAÇÃO**

A Lei 8.666/93, em seu artigo 25, I, leciona o seguinte:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

Conforme se depreende do texto acima, a Lei 8.666/93, estabelece a possibilidade de utilizar a modalidade de contratação para o caso de fornecedor exclusivo.

Referida situação enquadra-se perfeitamente ao texto legal considerando-se a declaração feita pela ABES - Associação Brasileira de Software.

**3. RAZÃO DE ESCOLHA DO EXECUTANTE**

Justifica-se a contratação da empresa ENTICO Brasil Serviços de Tecnologia Ltda – CNPJ: 26.522.280/0001-91, visto que foram apresentadas propostas para a prestação dos serviços e verificou-se que o preço proposto pela empresa é vantajoso para a Câmara Municipal, considerando-se os esforços de negociação decorrentes e o preço final ajustado.

**4. JUSTIFICATIVA:**

A contratação se faz necessária tendo em vista os seguintes fatos: A Câmara Municipal, nos dias de hoje, tem em seus servidores várias informações digitais, dentre elas fotos, arquivos digitais, e outros de uso interno e que ajudam o andamento dos trabalhos legislativos. Também há a existência de sistemas de banco de dados que são utilizados diariamente nos trabalhos legislativos. Para isso, juntamente com os equipamentos de informática adquiridos para gerenciar estas funcionalidades, foi também comprado equipamento e software para realização de backups, objetivando manter a integridade e segurança das informações. Durante os primeiros anos, os equipamentos contaram com garantia e suporte do fabricante. Findo o prazo de garantia do equipamento e seu software, os gestores anteriores entenderam pela não renovação de contrato de suporte. Passado mais algum tempo, o Robô de backup e seu software começaram a apresentar problemas de funcionamento e desempenho, bem como defasagem tecnológica em virtude de sua não atualização. Diante disso, verificou-se a necessidade de contratar novamente o suporte para se reestabelecer a condição e o bom funcionamento do equipamento bem como atualização do software de gerenciamento de backups. Assim, considerando que a Hewlett-Packard é a fabricante do equipamento, bem como

do software. Considerando ainda que a Hewlett-Packard uniu-se a empresa Micro Focus e a esta transmitiu a incumbência de atender as demandas relativas ao software "DATA PROTECTOR (verificação feita no site da Micro Focus). E por fim, considerando-se que a Micro Focus Credenciou a empresa Entco Brasil Serviços de Tecnologia, como sendo a única credenciada no território nacional para a prestação dos serviços objeto deste termo (comprovação feita através de Certificação feita pela ABES - Associação Brasileira de Software), verificamos que a situação acaba por inviabilizar a instauração de um procedimento licitatório para tal contratação.

Considerando que a extensão do contrato de garantia é condição "sine qua non" para a disponibilidade dos serviços ofertado e para a integridade das informações alocadas nos equipamentos, corroborados com os demais benefícios advindos da contratação na forma elencada na proposta, comprovando a vantajosidade na renovação dos serviços de suporte técnico de hardware w software ora contratados.

A vantajosidade pode ser verificada nos documentos anexados (propostas), onde verifica-se que a Câmara agiu e buscou de todas as formas o melhor preço na contratação, buscando a negociação com o fornecedor e por consequência obtendo uma boa redução nos valores propostos.

Considerando ainda a qualidade dos serviços prestados pela HP no período de vigência inicial da garantia.

Assim sendo, atendendo o disposto no artigo 25 da lei nº 8.666/93, apresentamos a justificativa para a contratação através de inexigibilidade de licitação.

**5 - DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos financeiros para o pagamento de que trata este objeto, serão da seguinte dotação orçamentária: 3.3.3.90 – Aquisição de bens permanente.

**6 - PREÇO E SUA JUSTIFICATIVA**

O valor desta contratação é de R\$ 15.580,38 (Quinze mil quinhentos e oitenta reais e trinta e oito centavos).

A contratação justifica-se considerando-se que foram realizadas as negociações necessárias sendo que foi acordado um valor bem abaixo do inicialmente proposta pela empresa.

**8 – DO FORO**

Fica eleito o foro da cidade de Jaraguá do Sul, para para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste contrato, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja

Jaraguá do Sul , 08 de outubro de 2018.

Marcelindo Carlos Gruner

Presidente "em exercício"

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2018 - INEXIGIBILIDADE**

Publicação Nº 1770221

Processo Licitatório nº. 12/2018

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

**1. OBJETO**

Contratação de serviços de suporte de hardware pelo fabricante dos equipamentos, para solução de problemas através de diagnóstico de problemas e suporte remoto , suporte de hardware nas instalações da Câmara, peças e mão de obra inclusas através de atendimento realizado pela HP e/ou sua rede autorizada de serviços, para os equipamentos da marca, de propriedade da Câmara



de Vereadores de Jaraguá do Sul.

## 2. FUNDAMENTOS LEGAIS DA CONTRATAÇÃO

A Lei 8.666/93, em seu artigo 25, I, leciona o seguinte:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

Conforme se depreende do texto acima, a Lei 8.666/93, estabelece a possibilidade de utilizar a modalidade de contratação para o caso de fornecedor exclusivo.

Referida situação enquadra-se perfeitamente ao texto legal considerando-se que a fabricante do equipamento é a única a dar suporte do mesmo para os casos descritos na proposta.

## 3. RAZÃO DE ESCOLHA DO EXECUTANTE

Justifica-se a contratação da empresa HEWLETT – PACKARD BRASIL LTDA. – CNPJ: 61.797.924/0001-36, visto que foram apresentadas propostas para a prestação dos serviços e verificou-se que o preço proposto pela empresa é vantajoso para a Câmara Municipal, considerando-se os esforços de negociação decorrentes e o preço final ajustado.

## 4. JUSTIFICATIVA:

A contratação se faz necessária tendo em vista os seguintes fatos: A Câmara Municipal, em anos anteriores, fez a aquisição de equipamentos HP para utilização como servidores com o objetivo de neles manter suas funcionalidades, como e-mail, site, arquivos e softwares. Findo o prazo de garantia dos equipamentos, gestores anteriores entenderam pela não renovação de contrato de suporte dos referidos equipamentos. Passado mais algum tempo, estes equipamentos vêm apresentando problemas de funcionamento e desempenho, bem como defasagem tecnológica em virtude de sua não atualização. Diante disso, verificou-se a necessidade de contratar novamente o suporte para se reestabelecer a condição e o bom funcionamento dos equipamentos. Considerando que a Hewlett-Packard Brasil Ltda, é a empresa credenciada com exclusividade para, no Brasil representar, distribuir, loca, fornecer Software HP e peças originais, efetuar atualização tecnológica “up grade”, prestar serviços de consultoria, suporte técnico, instalação, reparo, manutenção e assistência técnica aos equipamentos de processamento de dados (hardware e Software) da marca HP, inviabilizando a instauração de um procedimento licitatório.

Considerando que a extensão do contrato de garantia é condição “sine qua non” para a disponibilidade dos serviços ofertado e para a integridade das informações alocadas nos equipamentos, corroborados com os demais benefícios advindos da contratação na forma elencada na proposta, comprovando a vantajosidade na renovação dos serviços de suporte técnico de hardware w software ora contratados.

Considerando ainda a qualidade dos serviços prestados pela HP no período de vigência inicial da garantia.

Assim sendo, atendendo o disposto no artigo 25 da lei nº 8.666/93, apresentamos a justificativa para a contratação através de inexigibilidade de licitação.

## 5 - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para o pagamento de que trata este objeto, serão da seguinte dotação orçamentária: 3.3.3.90 – Manutenção ou Readequação Patrimonial.

## 6 - PREÇO E SUA JUSTIFICATIVA

O valor desta contratação é de R\$ 45.423,83 (Quarenta e cinco mil quatrocentos e vinte e três reais e oitenta e três centavos).

A contratação justifica-se considerando-se que foram realizadas as negociações necessárias sendo que foi acordado um valor bem abaixo do inicialmente proposta pela empresa.

## 8 – DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Jaraguá do Sul, para para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste contrato, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja

Jaraguá do Sul , 08 de outubro de 2018.

Marcelindo Carlos Gruner

Presidente “em exercício”

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2018 - PREGÃO PRESENCIAL

Publicação Nº 1770231

### AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2018  
CÂMARA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL

TIPO: Menor Preço por item

OBJETO: Aquisição de água mineral para atender as necessidades dos servidores e munícipes da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

REGIMENTO: Lei Federal 8.666 de 21/06/93, Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e DECRETO 6.737/2009 de 09 de julho de 2009.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 09:00 horas do dia 25 de outubro de 2018, no Setor de Protocolo da CÂMARA Municipal de Jaraguá do Sul, Av. Getúlio Vargas, 621, Bairro: Centro.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão as 09:30 horas do dia 25 de outubro de 2018, CÂMARA Municipal de Jaraguá do Sul, Av. Getúlio Vargas, 621, Bairro: Centro.

VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO: R\$ 21.382,50 (vinte e um mil, trezentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço [www.jaraguadosul.sc.leg.br](http://www.jaraguadosul.sc.leg.br)

Jaraguá do Sul (SC), 10 de outubro de 2018.

MARCELINDO CARLOS GRUNER

Presidente “em exercício”

# Jardinópolis

## PREFEITURA

### EXTRATO CT Nº 72-2018

Publicação Nº 1769525

ESTADO DE SANTA CATARINA  
Prefeitura Municipal de Jardinópolis

Endereço: Av. Getúlio Vargas, 815  
CEP: 89848000 - JARDINÓPOLIS  
Modalidade: Dispensa por Justificativa 19/2018  
Processo: 76/2018  
Data de Expedição do Processo: 26/09/2018 EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 72/2018, de 09/10/18

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Jardinópolis

CONTRATADO: PRO CIRÚRGICA CHAPECÓ PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA

OBJETO: ULTRASSOM VETERINÁRIO INFINIT 5V EXPERT - INCLUSO DOPPLER PULSADO, Características Técnicas Infnit 5V Expert - ultrassom veterinário portátil de alta resolução. Informações gerais do sistema: Peso: 6Kg Dimensões: 33cm x 33 cm x 15 cm (A x L x P) Monitor 12 polegadas com angulação de até 30 graus Alimentação bivolt automático, 127V ou 220V Alimentação com bateria interna e autonomia de 120 minutos Boot de inicialização pelo teclado Tempo de inicialização: 45 segundos Tempo para desligar: 3 segundos Idioma: Português, Espanhol ou Inglês Alça superior: Sim Memória interna: 3.9 Giga TGC (Time Gain Control): 8 posições Teclado alfanumérico para comentários 2 portas tivas para conexão de transdutores 2 suportes para apoio de transdutor traseiro 3 saídas USB (lado esquerdo e traseiro) 1 saída REDE (lado esquerdo) 1 saída SVGA (lado esquerdo) 1 saída SVHS (lado esquerdo) 1 saída VIDEO (traseiro) 1 saída "printer remote" (traseiro) 1 saída "foot switch" (esquerdo) 1 conexão para aterramento (traseiro) Itens inclusos nessa proposta: 1 Infnit 5V Expert com duas portas ativas 1 Convexo (ideal para cães de porte médio ou grande). 1 Linear retal (uso em reprodução), Cabo com 3 m de comprimento 1 bolsa para transporte 1 membrana de silicone impermeável para teclado 1 fonte de energia bivolt automático 1 cabo de força 1 suporte para transdutores 1 manual do usuário Aplicações disponíveis (Presets, Protocolos ou Espécies): O equipamento já possui diversos protocolos inclusos de fábrica. O cliente poderá configurar os seus próprios protocolos e definir o padrão de imagem a sua preferência. Identificação do paciente: ID, Nome, Peso, Altura, Sexo, Nascimento, LMP, proprietário, etc Obs: Infnit 5V Expert é um equipamento muito prático e simples para trabalhar. Já assistiu o vídeo desse produto? Veja mais em nosso site! Modos de imagem disponíveis: B, BB, 4B, BM, M, THI e PW (Doppler pulsado). Ajustes de imagem disponíveis: Potência acústica, Frequência e Profundidade VALOR DO CONTRATO: R\$ 57.500,00 (cinquenta e sete mil e quinhentos reais)

AMPARO LEGAL Dispensa por Justificativa processo nº 76/2018, Lei nº 10.520/02 e Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.

DORILDO PEGORINI  
Prefeito Municipal

# Joaçaba

## PREFEITURA

### DECRETO 5.495 DE 10 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1770002

Decreto Nº5.495 de 09 de outubro 2018

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 15 da Lei Municipal 4.664 de 21/12/15 (LOA) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 3.815,00 (três mil oitocentos e quinze reais), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

ORGÃO 12: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

UNIDADE 01: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Proj./Ativ. 2.128 Manutenção das Atividades Esportivas

4.4.90.00.00.00.00.01.0000.000000 – 212

Valor: R\$ 3.815,00

Art. 2º - O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com recurso proveniente da anulação da dotação abaixo descrita:

ORGÃO 12: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

UNIDADE 01: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Proj./Ativ. 2.128 Manutenção das Atividades Esportivas

3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – 210

Valor: R\$ 3.815,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 09 de outubro de 2018.

### EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA REPASSE DE RECURSOS Nº 03/2018/PMJ

Publicação Nº 1770377

#### EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PARA REPASSE DE RECURSOS Nº 03/2018/PMJ

(Atendida a Lei Federal 13.019/2014 e Instrução Normativa TC 14/2014 TCE-SC)

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob o Nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, observado as normas estabelecidas na Lei Federal 13.019/2014, torna público o Edital de Chamamento Público destinado à seleção de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, para entabulação de parceria com o Município de Joaçaba para realização de atividades de instalação, manutenção e desinstalação de iluminação e decoração natalina das Praças e vias públicas do Município de Joaçaba para as festividades do Natal do ano de 2018, na forma de termo de fomento:

#### 1 OBJETO E VALORES MÁXIMOS DO PROJETO

1.1 Este Edital de Chamamento Público destina-se à seleção de entidades para celebração de parceria na forma de fomento, envolvendo transferências de recursos financeiros num total máximo de recursos a serem disponibilizados estimados em R\$ 220.000,00 para a consecução de finalidades de interesse público, em complementação às disposições da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

1.2 As entidades interessadas deverão habilitar-se mediante a apresentação da documentação exigida no presente Edital de Chamamento e apresentação do Plano de Trabalho, na forma do Anexo II, quantificando os recursos financeiros pretendidos, dentro dos limites fixados no presente edital.

#### 2 DOS REQUISITOS DA ENTIDADE

2.1 As entidades proponentes de Projeto, objeto deste Edital de Chamamento, deverão ser regidas por estatutos cujas normas disponham, expressamente, sobre (art. 33 da Lei Federal 13.019/2014):

I - objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

II - a constituição de conselho fiscal ou órgão equivalente, dotado de atribuição para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro

e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas;

III - a previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido à outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta Lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;

IV - normas de prestação de contas sociais a serem observadas pela entidade.

2.2 Respeitado o disposto no art. 24, §1º, VII da Lei Federal 13.019/2014, somente serão admitidos projetos de organização da sociedade civil que possuam:

- a) no mínimo, 3 (três) anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
- b) experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;
- c) capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades previstas e o cumprimento das metas estabelecidas, a serem analisadas pela comissão de seleção.

### 3 DO PROTOCOLO DOS PROJETOS E SEUS REQUISITOS

3.1 Os Projetos deverão ser protocolizados junto ao Setor de Protocolo do Município de Joaçaba, no período do dia 22 a 30 de outubro de 2018, das 13h às 19h.

#### DO PROTOCOLO DO PLANO DE TRABALHO

3.2 Os projetos deverão conter Plano de Trabalho (modelo anexo II) demonstrando o atendimento aos itens elencados no art. 22, incisos I a IX da Lei Federal nº 13.019/14.

3.3 Cada entidade poderá protocolizar apenas 01 projeto, conforme descrito no item 1.1 do presente Edital.

#### DA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO E CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

3.6 Até o dia 31/10/2018 publicará o resultado das entidades aptas, ficando aquelas convocadas para apresentação, dos seguintes documentos exigidos pela Instrução Normativa TC 14/2014 do Tribunal de Contas de Santa Catarina:

- I. Solicitação (Ofício) da entidade;
- II. Cópia do CNPJ da entidade;
- III. Comprovante de endereço (água ou luz) da entidade e do seu representante legal;
- IV. Cópia autenticada do RG e do CPF do presidente da entidade e tesoureiro;
- V. Cópia do estatuto e de suas alterações, devidamente registrados no cartório competente;
- VI. Cópia autenticada da ata da última assembleia que elegeu o corpo dirigente da entidade, registrada no cartório competente, sendo obrigatória a informação em eventual mudança da diretoria da entidade, mantendo o cadastro atualizado;
- VII. Cópia do alvará de funcionamento fornecido pela Prefeitura do Município;
- VIII. Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- IX. Plano de trabalho devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da entidade interessada;
- X. Cópia da Lei de utilidade pública;
- XI. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – CRF;
- XII. Certidão Negativa de débitos municipais e estaduais;
- XIII. Relatório de atividades desenvolvidas pela entidade nos últimos doze meses;
- XIV. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do artigo 29, V da Lei 8.666/93, quando envolver o pagamento de pessoal com os recursos pretendidos.
- XV. Comprovante de abertura de conta corrente vinculada ao projeto.
- XVI. Apresentação de, no mínimo, três orçamentos referente aos itens a serem adquiridos constantes no projeto.

Parágrafo único – As cópias autenticadas dos documentos de que trata o item 3.6 do presente Edital poderão ser procedidas por servidor do Município de Joaçaba.

#### DO PARECER DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

3.7 Os projetos protocolizados serão submetidos ao Parecer da Procuradoria Geral do Município (art. 35, VI da Lei Federal nº 13.019/14).  
DOS PRAZOS

Inscrição dos Projetos	22/10/2018 a 30/10/2018
Publicação das entidades Aptas	01/11/2018
Prazos Recursais	31/10/2018 a 06/11/2018
Prazo para a Administração convocar a entidade para a apresentação da regularidade fiscal	08/11/2018
Parecer Jurídico	12/11/2018
Publicação do resultado	14/11/2018

### 4 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas provenientes da execução deste Edital de Chamamento serão custeadas por conta da Dotação Orçamentária do exercício financeiro de 2018.

ORGÃO 02: ASSESSORIA DO GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE 03: GERENCIA DE EVENTOS

Proj./Ativ.: 2.021 - MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO CULTURA E EVENTOS.

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 3.3.50.00.00.00.00.0.3.0000.0 - 300

4.2 A celebração do Termo de Fomento decorrentes do presente Edital de Chamamento e o efetivo repasse para a entidade estão vinculados ao empenhamento da despesa a ser custeada por conta da Dotação Orçamentária acima transcrita.

## 5 DO PARECER TÉCNICO E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

5.1 Os projetos deverão ser submetidos ao Parecer Técnico de que trata o art. 35 da Lei Federal 13.019/2014 e serão avaliados pela Coordenadoria de Comunicação, Cultura e Eventos, sob os seguintes critérios (RESTANDO VENCEDORA A ENTIDADE QUE MAIOR PONTUAR):

### SELEÇÃO E CRITÉRIOS TÉCNICOS DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS

A seleção das propostas será analisada pela Comissão de Seleção em duas fases distintas e subsequentes:

**HABILITAÇÃO** – nesta fase, será analisada a apresentação do Plano de Trabalho (Anexo II), que deverá ser protocolizada na Prefeitura de Joaçaba.

**AVALIAÇÃO E SELEÇÃO** – nesta fase somente os proponentes habilitados, terão suas propostas avaliadas, pela Comissão de Seleção segundo critérios elencados, que consistirão em verificar se os serviços, programas, projetos atendem aos requisitos técnicos em Edital. Será escolhida apenas uma ENTIDADE para receber o fomento.

**ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO** – Na última fase a entidade escolhida deverá entregar a documentação para a habilitação final.

A ENTIDADE vencedora será aquela que apresentar a maior pontuação no somatório dos seguintes quesitos:

Item	Discriminação	Pontuação Máxima - Pontos
I	Experiência da entidade	50 (cinquenta)
II	Conhecimento em gerenciamento de decoração/iluminação	25 (vinte e cinco)
III	Estrutura Organizacional e Operacional para gerenciamento dos trabalhos de iluminação para decoração natalina	10 (dez)
IV	Contrapartida Financeiro aplicado no plano de trabalho	80 pontos

#### I – Experiência da Entidade:

A experiência da entidade corresponde ao tempo de anos de atuação na execução do gerenciamento da iluminação natalina, inclusive conhecimento na área da decoração por motivo de festas tradicionais.

O tempo de experiência será comprovado por meio de certificado e/ou declaração de órgãos públicos confirmando a experiência da entidade.

EXPERIÊNCIA DA ENTIDADE NO SETOR PÚBLICO	
Tempo	Pontuação
Acima de 05 anos	50 (cinquenta) pontos
Acima de 04 anos e abaixo de 05 anos	40 (quarenta) pontos
Acima de 03 anos e abaixo de 04	30 (trinta) pontos

#### II – Conhecimento em gerenciamento de decoração/iluminação natalina:

Deverá constar de uma abordagem geral demonstrando que a ENTIDADE tem pleno domínio dos serviços que se propõe a prestar, como conhecimento dos fatores condicionantes para execução dos mesmos. Deve ainda a ENTIDADE apresentar observações que julgar pertinentes acerca dos serviços a serem prestados. Para atendimento a este Item as interessadas deverão discorrer somente sobre as intervenções listadas no Edital, em especial no que diz respeito à especificação da aquisição do serviço.

A partir dos documentos técnicos disponibilizados neste Edital e de conhecimento do local de prestação dos serviços, desenvolver uma apreciação geral sobre as características e especificidades dos elementos necessários ao alcance das metas e serviços necessários.

A avaliação e julgamento serão realizados observando os seguintes critérios, os quais deverão ser apresentados:

CONHECIMENTO EM GERENCIAMENTO	
Critérios	Pontuação
Rotinas dos procedimentos e funcionamento dos diversos serviços	05 (cinco) pontos
Realização do monitoramento e controle dos serviços	10 (dez) pontos
Controle das mudanças e acompanhamento dos problemas	10 (dez) pontos
TOTAL	25 (vinte e cinco) pontos

#### III - Estrutura Organizacional e Operacional:

Apresentação da estrutura organizacional para a execução dos serviços, através do organograma da equipe alocada bem como atribuições e responsabilidades. A estrutura organizacional deverá demonstrar a capacidade da proponente para a execução dos serviços objeto deste edital, e conter, no mínimo:

- Infraestrutura de apoio e suporte técnico/operacional disponível na ENTIDADE para, eventualmente, apoiar a equipe que executará os trabalhos;
- Organograma da equipe a serem alocada aos serviços, com a descrição da qualificação do pessoal necessário, as atribuições e as responsabilidades das diversas áreas, bem como a lotação de cada uma dessas áreas.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E OPERACIONAL	
Critérios	Pontuação
Infraestrutura de Apoio	05 (cinco) pontos
Organograma da Equipe Técnica	05 (cinco) pontos
TOTAL	10 (dez) pontos

#### IV – Contrapartida da Entidade

IV-I A contrapartida se refere aos valores que a entidade aplicará de recursos próprios, na iluminação decoração e na parte artística a ser realizada no município.

A porcentagem será realizada sobre o valor do repasse de R\$ 220.000,00.



CONTRAPARTIDA	
Critérios	Pontuação
Aporte financeiro de 80%	80 (cinquenta) pontos
Aporte financeiro de 60%	60 (sessenta) pontos
Aporte financeiro de 40%	40 (quarenta) pontos
Aporte financeiro de 20%	20 (vinte) pontos

IV-II A entidade vencedora deverá auxiliar o Município na realização dos eventos oficiais do Município:

## 6 DA FISCALIZAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

6.1 O órgão concedente fica incumbido de realizar procedimentos de fiscalização das parcerias celebradas antes do término da sua vigência, inclusive por meio de visitas in loco, para fins de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto, na forma estabelecida no Termo de Fomento, observadas as normas da Instrução Normativa TC 14/2014 do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

6.2 A comissão de monitoramento e avaliação das parcerias de fomento será formada por servidores nomeados no termo de fomento pelo Prefeito.

6.3 O servidor fiscalizador será responsável pela emissão de relatório técnico de monitoramento e avaliação, sendo pessoalmente responsável pela veracidade das informações lançadas em seu relatório.

6.4 O relatório homologado que aponte ser insatisfatório o cumprimento do termo de fomento importa em:

I – rescisão de contrato de fomento que a tenha como beneficiária;

II – impedimento de cadastro da entidade no Município, pelo prazo de 01 (um) ano, a contar da data de sua exclusão.

III- Quaisquer sanções previstas no art. 73 da lei 13.019/2014.

## 7 PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1 A Prestação de Contas dos recursos recebidos dar-se-á na forma estabelecida no capítulo IV da Lei Federal 13.019/2014, obedecidos aos critérios da Instrução Normativa TC 14/2014 do Tribunal de Contas de Santa Catarina e respectivo no Termo de Fomento.

7.2 Fica estabelecido o prazo de 90 (noventa) dias a contar do recebimento da parcela para apresentação da prestação de contas pela entidade.

7.3 Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a entidade deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas (art. 68, parágrafo único da Lei Federal nº 13.019/14).

## 8 DAS VEDAÇÕES PARA CELEBRAÇÃO DE PARCERIAS

8.1 Em atendimento ao art 39 da Lei Federal nº 13.019/14 ficará impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria prevista nesta Lei a organização da sociedade civil que:

I - não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;

II - esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

III - tenha como dirigente agente político de Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da administração pública de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

IV - tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, enquanto não for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e não forem quitados os débitos que lhe foram eventualmente imputados, ou for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;

V - tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

c) a prevista nos incisos II e III do art. 73 da Lei Federal 13.019/2014;

VI - tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos;

VII - tenha entre seus dirigentes pessoa:

a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos;

b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa).

## 9 DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 A organização da sociedade civil deverá divulgar, em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com o poder público, nos termos preconizados no art. 11 da Lei Federal nº 13.019/14.

9.2 Para celebração dos Termos de Fomento decorrentes do presente Edital de Chamamento deverão ser obedecidas às normas estabelecidas na Lei Federal 13.019/2014, Instrução Normativa TC 14/2014 do Tribunal de Contas de Santa Catarina e legislação municipal, em especial Instrução Normativa 01/2014-PMJ e alterações.

9.3 Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba (SC) para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas na execução deste Edital, esgotadas as vias administrativas.

Joaçaba (SC), em 09 de outubro de 2018.

Dioclésio Ragnini

Prefeito do Município de Joaçaba

#### ANEXO I

Modelo de Plano de Trabalho

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

#### I - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1. Razão social da entidade:		2. CNPJ:	
3. Endereço:			
Bairro:	Cidade:	CEP	
4. Endereço eletrônico:			
5. Contato Telefônico:			

#### II - IDENTIFICAÇÃO DO PRESIDENTE DA ENTIDADE

1. Nome:			
2. RG:	Órgão Expedidor:	UF:	3. CPF:
4. Endereço:			
Bairro:	Cidade:	CEP	
5. Endereço eletrônico:			
6. Contato Telefônico:			

#### III - IDENTIFICAÇÃO DO TESOUREIRO DA ENTIDADE

1. Nome:			
2. RG:	Órgão Expedidor:	UF:	3. CPF:
Endereço:			
Bairro	Cidade:	CEP:	
5. Endereço eletrônico:			
6. Contato Telefônico:			

#### IV – IDENTIFICAÇÃO DOS DEMAIS DIRIGENTES (Conselho Diretivo e Conselho Fiscal)

Nome	Endereço	RG/Órgão Exp.	CPF

#### V - INDICAÇÃO DO DIRIGENTE DA ENTIDADE:

Dirigente RESPONSÁVEL, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria (art. 37 da Lei Federal nr. 13.019/14):

Nome do Dirigente: VI - NATUREZA DA ENTIDADE

1. Tipo de entidade:
2. Tipo de trabalho desenvolvido pela entidade:
3. Tipo de público atendido:
4. Informações relativas à capacidade técnica e operacional para a execução do objeto:

#### VII - DESCRIÇÃO DO PROJETO



1. Título do Projeto:	
2. Período de Execução	
Data de Início	Data do Término
3. Quantitativo de Público Beneficiado:	
4. Descrição do Público Beneficiado:	
5. Área de desenvolvimento do projeto: <input type="checkbox"/> Educacional <input type="checkbox"/> Assistência Social <input type="checkbox"/> Assistência Médica <input type="checkbox"/> Cultura <input type="checkbox"/> Esporte	
6. Justificativa quanto ao interesse público, benefícios econômicos e sociais:	
7. Diagnóstico da realidade que será objeto das atividades da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou metas a serem atingidas:	
8. Descrição pormenorizada de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas e de atividades a serem executadas, devendo estar claro, preciso e detalhado o que se pretende realizar ou obter, bem como quais serão os meios utilizados para tanto:	
9. Definição os indicadores, qualitativos e quantitativos, a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas:	
10. Objetivos:	
11. Resultados Esperados:	

## VIII - DA PONTUAÇÃO

## I – EXPERIÊNCIA DA ENTIDADE NO SETOR PÚBLICO (pontuação não cumulativa):

Tempo	Pontos	Tempo de Experiência	Pontuação
Acima de 05 anos	50		
Acima de 04 anos e abaixo de 05 anos	40		
Acima de 03 anos e abaixo de 04	30		
TOTAL DE PONTOS			

## II - CONHECIMENTO EM GERENCIAMENTO

Critérios	Pontos	Descrição	Pontuação
Rotinas dos procedimentos e funcionamento dos diversos serviços	05		
Realização do monitoramento e controle dos serviços	10		
Controle das mudanças e acompanhamento dos problemas	10		
TOTAL DE PONTOS			

## III - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E OPERACIONAL

Critérios	Pontos	Descrição	Pontuação
Infraestrutura de Apoio	05		
Organograma da Equipe Técnica	05		
TOTAL DE PONTOS			

## IV - CONTRAPARTIDA

Critérios	Pontos	Valor	Pontuação
Aporte financeiro de 80%	80		
Aporte financeiro de 60%	60		
Aporte financeiro de 40%			
Aporte financeiro de 20%	20		
TOTAL DE PONTOS			

TOTAL DA PONTUAÇÃO OBTIDA PELA ENTIDADE	
VALOR OBTIDO	R\$

## IX - RECURSOS

Total do Orçamento Anual da Entidade	R\$
--------------------------------------	-----

Total dos Recursos Aportados pelo Município	R\$
Total de Recursos Aportados por outros Órgãos da Administração Pública	R\$
Total de Recursos Próprios (se houver)	R\$

**X – CRONOGRAMA FÍSICO DE EXECUÇÃO**

Fase	Denominação	Data Início	Data Término

**XI – ORÇAMENTO DO PROJETO COM APRESENTAÇÃO DAS COTAÇÕES.**

Qtde	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total

**XII - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**

Fonte	Data	R\$	Data	R\$	Data	R\$	Data	R\$
Município								
Proponente								
Outra Fonte								
Total								

**XIII – PRAZO DE ANÁLISE**

Prazos de análise da prestação de contas pela administração pública responsável pela parcela	Dias

**EXTRATO DO CONTRATO 47/2018/FMS**

Publicação Nº 1769966

EXTRATO DO CONTRATO Nº 47/2018/FMS

PROVENIENTE DO PL 36/2018/FMS – IN 15/2018/FMS

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

CONTRATADA: R &amp; E CLÍNICA DE FISIOTERAPÍA LTDA

OBJETO: a realização pela CREDENCIADA de sessões de Fisioterapia, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba, SC.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$20,00 (vinte reais) por sessão de fisioterapia.

VIGÊNCIA: o presente instrumento terá a vigência por 12 meses, contados da data da assinatura, podendo ocorrer prorrogação, se de interesse das partes, observado o disposto na Lei 8.666/93.

DOTAÇÃO: 2.124 – BLMAC: BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

FISCAL: MARIANA ZOPELETTO.

DATA DE ASSINATURA: 10/10/2018.

Joaçaba – SC, 10 de outubro de 2018.

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Celso Vilmar Brancher

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 15/2018/FMS**

Publicação Nº 1769968

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 36/2018– FMS

INEXIGIBILIDADE Nº 15/2018 – FMS

**1 – DO OBJETO**

CREDENCIAMENTO da empresa R & E CLÍNICA DE FISIOTERAPIA LTDA, para a realização de sessões de FISIOTERAPIA, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba, SC.

**2 – DA JUSTIFICATIVA**

A inexigibilidade de licitação para contratação do objeto acima citado justifica-se por tratar-se de adesão ao Edital de Credenciamento nº 5/2018/FMS, o qual, pelas suas características enquadra-se ao disposto no caput do art. 25 da Lei 8.666/93.

**3 – DA CREDENCIADA**

§ R & E CLÍNICA DE FISIOTERAPIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Avenida XV de Novembro, nº 179, 2º andar, sala 13, centro, Joaçaba, SC, inscrita no CNPJ/MJ sob nº 27.216.259/0001-20, representada neste ato por Emanuelli Cora, portadora do documento de identidade nº RG 4.479.535, e inscrita no CPF/MF sob o nº 054.038.409-74.

**4 – DO VALOR**

O custo total estimado para as contratações é de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), considerando a vigência do Termo de Credenciamento por 12 (doze) meses, cujo valor encontra-se devidamente bloqueado na dotação específica para este fim, constante no item 5 deste instrumento.

Havendo prorrogação do Termo de Credenciamento, o Fundo Municipal de Saúde consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

**5 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da execução do objeto desta contratação serão custeadas pela seguinte Dotação Orçamentária:

2.124 – BLMAC: BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

**6 – DO FUNDAMENTO LEGAL**

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93, em especial o disposto no art. 25.

Joaçaba (SC), em 03 de outubro de 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CELSO VILMAR BRANCHER  
Secretário

**PORTARIA N.º 3.270**

Publicação Nº 1769991

PORTARIA Nº 3.270 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018

“NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

**RESOLVE:**

Art. 1º. – NOMEAR, o(a) Sr(a) MARCELEI APARECIDA DE OLIVEIRA RODRIGUES, para exercer o cargo de Técnico em Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. – Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação em 18º lugar no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2015, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 01 de outubro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

## **PORTARIA N.º 3.271**

Publicação Nº 1769997

PORTARIA Nº 3.271 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) NELIA MARIA FIN, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 777/2018 da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, referente ao período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 01 de outubro de 2018 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 01 de outubro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

## **PORTARIA N.º 3.272**

Publicação Nº 1770001

PORTARIA Nº 3.272 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) JACQUELINE SALETE BAPTISTA RIGHI, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob o nº 4628/2018, referente ao período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 01 de outubro de 2018 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 01 de outubro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 3.273**

Publicação Nº 1770005

PORTARIA Nº 3.273 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) DIONE MARIA CIELLO PADILHA, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob o nº 975/2018, referente ao período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 01 de outubro de 2018 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 01 de outubro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 3.274**

Publicação Nº 1770008

PORTARIA Nº 3.274 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) LILIANE APARECIDA VALDUGA KRUG, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob o nº 2418/2018, referente ao período de 18 de março de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (09 dias), por um período de 09 (nove) dias, a partir de 01 de outubro de 2018 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 01 de outubro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 3.275**

Publicação Nº 1770009

PORTARIA Nº 3.275 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) VERA LUCIA CORDEIRO TRIUNLINA, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob o nº 1692/2018, referente ao período de 15 de setembro de 2016 a 14 de setembro de 2017 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 01 de outubro de 2018 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 01 de outubro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 3.276**

Publicação Nº 1770011

PORTARIA Nº 3.276 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018

"PRORROGA PRAZO DE COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o prazo em 60 (sessenta) dias, conforme prevê o art. 140 da Lei Complementar n.º 76/2003, para conclusão dos trabalhos do "Processo Administrativo", que apura eventual descumprimento de cláusulas do contrato nº 318/2016, firmado entre o Município de Joaçaba e a empresa Alto Uruguai Engenharia e Planejamento de Cidades LTDA, conforme solicitação da Comissão de Processo Administrativo 01.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 29 de setembro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 01 de outubro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 3.277**

Publicação Nº 1770015

PORTARIA Nº 3.277 DE 02 DE OUTUBRO DE 2018.

"READAPTA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**RESOLVE:**

Art. 1º. READAPTAR pelo período de 01 (um) ano, o(a) Servidor(a) ERTON LUIZ DA SILVA AMORA, Auxiliar de Serviços Internos para o cargo de Vigia, em conformidade com o art. 24 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 130 de 14 de dezembro de 2006 e mediante a realização de perícia médica na data de 02 de outubro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 02 de outubro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 3.278**

Publicação Nº 1770016

PORTARIA Nº 3.278 DE 02 DE OUTUBRO DE 2018.

“READAPTA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**RESOLVE:**

Art. 1º. READAPTAR pelo período de 01 (um) ano, o(a) Servidor(a) VALDIR ANTONIO MEIRA, Operador de Máquinas para o cargo de Vigia, em conformidade com o art. 24 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 130 de 14 de dezembro de 2006 e mediante a realização de perícia médica na data de 25 de setembro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 25 de setembro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 02 de outubro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 3.279**

Publicação Nº 1770017

PORTARIA Nº 3.279 DE 02 DE OUTUBRO DE 2018.

“READAPTA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**RESOLVE:**

Art. 1º. READAPTAR pelo período de 01 (um) ano, o(a) Servidor(a) ADENIR DE JESUS BENITES, Operador de Máquinas para o cargo de Motorista, em conformidade com o art. 24 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 130 de 14 de dezembro de 2006 e mediante a realização de perícia médica na data de 02 de outubro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 02 de outubro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal



**PORTARIA N.º 3.280**

Publicação Nº 1770021

PORTARIA Nº 3.280 DE 02 DE OUTUBRO DE 2018

“ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, a partir de 02 de outubro de 2018, do(a) Sr.(a) CHAYANNE BORDIN CALEGARI, Médico(a), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde – Atenção Básica, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º § 1º I e II da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e alterações, em função da classificação em 14º lugar no edital de processo seletivo n.º 005/2017/FMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 02 de outubro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 3.281**

Publicação Nº 1770023

PORTARIA Nº 3.281 DE 03 DE OUTUBRO DE 2018

“ CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

Art. 1º INSTAURAR “Processo Administrativo Disciplinar”, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de apurar possível infração disciplinar por parte dos servidores A. F. S e D. A G. durante o exercício de suas funções, na data de 01 de outubro de 2018, conforme memorando 252/2018 da Secretaria Municipal de Assistência Social e Parecer Jurídico.

Art. 2º DESIGNAR os servidores, LUIZ FERNANDO VACCARI, CRISTINA ALVES PADILHA BERNARDINI E JULIO CESAR BISSANI para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013, Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013 e Decreto n.º 5.430 de 02 de julho de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de outubro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 3.282**

Publicação Nº 1770026

PORTARIA Nº 3.282 DE 03 DE OUTUBRO DE 2018.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) BRUNA PEDRINI, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob o nº 4693/2018, referente ao período de 14 de janeiro de 2015 a 13 de janeiro de 2016 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 05 de outubro de 2018 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 05 de outubro de 2018, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 03 de outubro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 3.283**

Publicação Nº 1770027

PORTARIA Nº 3.283 DE 03 DE OUTUBRO DE 2018.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) RAFAEL MARTINI VEIGA, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme requerimento, referente ao período de 14 de maio de 2015 a 13 de maio de 2016 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 08 de outubro de 2018 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 08 de outubro de 2018, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 03 de outubro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 3.284**

Publicação Nº 1770030

PORTARIA Nº 3.284 DE 03 DE OUTUBRO DE 2018.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) FABIANO GRANDO POLETTO, Fiscal de Tributos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme

memorando 86/2018 do Setor de Fiscalização de Tributos, referente ao período de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 08 de outubro de 2018 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 08 de outubro de 2018, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 03 de outubro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### **PORTARIA N.º 3.285**

Publicação Nº 1770032

PORTARIA Nº 3.285 DE 04 DE OUTUBRO DE 2018

“ CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

Art. 1º INSTAURAR “Processo Administrativo Disciplinar”, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de apurar possível abandono de emprego por parte da servidora A. K. R, conforme memorando do Setor de Pessoal e Parecer Jurídico.

Art. 2º DESIGNAR os servidores, HELLEN CHRISTIAN WIEST DABROWSKI, ANDRE LUIZ DRI E LUCI TEREZINHA HEBERLE, para conduzi-rem a Comissão, sob a presidência da primeira, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013, Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013, Decreto n.º 4.917/2016 e Decreto n.º 5.262/2017.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de outubro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### **PORTARIA N.º 3.286**

Publicação Nº 1770034

PORTARIA Nº 3.286 DE 04 DE OUTUBRO DE 2018.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ADRIANA POSPOR, Cuidador, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 245/2018 da Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período de 13 de maio de 2017 a 12 de maio de 2018 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 10 de outubro de 2018 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 10 de outubro de 2018, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 04 de outubro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

## PORTARIA N.º 3.287

Publicação Nº 1770036

PORTARIA Nº 3.287 DE 04 DE OUTUBRO DE 2018

“PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005,

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 03 de abril de 2019, do(a) Servidor(a) MARIA ELIZABETE ALVES, Pedagoga, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º, § 1º I da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e em virtude de sua aprovação em 08º lugar no edital de Teste Seletivo nº 002/2017 da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme memorando 257/2018 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 03 de outubro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de outubro de 2018

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

## RESULTADO FINAL - EDITAL FMS Nº 005 DE 10 DE SETEMBRO DE 2018 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

Publicação Nº 1770342

EDITAL FMS Nº 005 DE 10 DE SETEMBRO DE 2018

HOMOLOGAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS APROVADOS RETIFICADA

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com inscrição no CNPJ sob nº 10.594.533/0001-00, sediado à Avenida XV de Novembro, 223, em Joaçaba – SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, nº 378, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. DIOCLÉSIO RAGNINI, no uso de suas atribuições, vem por meio deste, divulgar a classificação final do presente processo de acordo com a listagem abaixo:

AGENTE DE SAUDE (CENTRO 1)									
Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.LM	T.P.O.	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
222	JULIANA DA SILVA MOREIRA SANTOS	2,40	1,32	1,56	0,00	5,28	APROVADO(A)	1º	23/09/1998
103	VANESSA SILVIA FACIM	1,60	1,76	1,17	0,74	5,27	APROVADO(A)	2º	15/05/1983
207	TERESINHA APARECIDA DOS SANTOS NERIS	3,20	0,88	1,17	0,00	5,25	APROVADO(A)	3º	12/10/1985
236	RODRIGO PEREIRA SILVA	2,40	0,88	1,17	0,37	4,82	APROVADO(A)	4º	30/06/1999
90	LARA MARIA JUSCHTECHECHEN	1,60	1,32	0,39	0,74	4,05	APROVADO(A)	5º	01/05/1972

AGENTE DE SAUDE (CENTRO 2)									
Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.LM	T.P.O.	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
184	ANTÔNIO RICARDO RODRIGUES DOS SANTOS	4,00	1,76	1,56	1,11	8,43	APROVADO(A)	1º	04/01/1964
185	ANA ROSÁLIA CORBARI	4,00	1,76	1,95	0,37	8,08	APROVADO(A)	2º	23/06/1969

10	ELOISA APARECIDA CAVALHEIRO	3,20	2,20	1,56	1,11	8,07	APROVADO(A)	3º	25/08/1998
153	LUCIANE BARBOSA DOS SANTOS VIACELLI	3,20	1,76	1,56	1,11	7,63	APROVADO(A)	4º	15/05/1979
22	MARIELI DA SILVA	4,00	1,32	1,17	1,11	7,60	APROVADO(A)	5º	31/05/1983
219	VANIA BUSSACARO MANTOVANI	2,40	2,20	1,56	1,11	7,27	APROVADO(A)	6º	23/01/1984
143	LARISSA DE SOUZA DA ROSA	4,00	0,88	1,56	0,37	6,81	APROVADO(A)	7º	29/06/1998
172	ELENJUAITE DE MENEZES DE ASSIS	2,40	1,76	1,56	0,74	6,46	APROVADO(A)	8º	06/03/1980
252	FERNANDA MACHADO CABRAL	2,40	0,88	1,95	0,74	5,97	APROVADO(A)	9º	07/05/2000
97	BRUNA KRUG BISSANI	2,40	0,88	1,17	1,11	5,56	APROVADO(A)	10º	26/01/1998
119	ROSANE SUTIL	2,40	1,76	0,78	0,37	5,31	APROVADO(A)	11º	02/06/1975
204	ALEXANDRE ZANELLA	2,40	0,88	0,78	0,74	4,80	APROVADO(A)	12º	29/03/1976
215	EULICÉIA PETRIU	1,60	1,32	1,17	0,37	4,46	APROVADO(A)	13º	06/10/1982

## AGENTE DE SAUDE (CLARA ADÉLIA)

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.LM	T.P.O.	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
NÃO HOUVE APROVADOS									

## AGENTE DE SAUDE (FREI BRUNO)

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.LM	T.P.O.	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
109	ARINE ISABELA HOFFMAN BENJAMIN	2,40	0,88	1,56	1,11	5,95	APROVADO(A)	1º	26/05/1992
24	LEZIANE ANGRA MARTINI	2,40	1,32	1,56	0,37	5,65	APROVADO(A)	2º	22/11/1984
188	DEBORA CRISTIANE BITTENCOURT	3,20	0,88	1,17	0,37	5,62	APROVADO(A)	3º	10/12/1987
191	ELIANI DE VARGAS	2,40	0,88	1,17	1,11	5,56	APROVADO(A)	4º	28/01/1982
113	CRISTIANE CAMARA	3,20	0,88	0,78	0,37	5,23	APROVADO(A)	5º	18/06/1996
28	EZIANE CLOVIA MARTINI	1,60	0,88	1,56	0,74	4,78	APROVADO(A)	6º	27/02/1983

## AGENTE DE SAUDE (NOSSA SENHORA DE LOURDES)

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.LM	T.P.O.	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
101	ELISABETE DETOFENO FRANCK	2,40	0,88	0,78	0,74	4,80	APROVADO(A)	1º	12/04/1973
234	IDANICE SONEGO	1,60	0,88	0,78	1,11	4,37	APROVADO(A)	2º	22/06/1959

## AGENTE DE SAUDE (SANTA HELENA)

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.LM	T.P.O.	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
21	EMELY VANESSA SPAGNOL	2,40	2,20	1,56	1,11	7,27	APROVADO(A)	1º	30/09/1999
16	LUANA THAIS HOECKE DA SILVA PRETTO	3,20	1,32	1,56	0,00	6,08	APROVADO(A)	2º	23/06/1992
44	BRUNA CASSANIGA	2,40	1,76	0,00	0,37	4,53	APROVADO(A)	3º	16/07/1999

## AGENTE DE SAUDE (SANTA TEREZA)

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.LM	T.P.O.	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
223	MARCI DAVID KOSENHOSKI	2,40	2,20	1,56	0,00	6,16	APROVADO(A)	1º	29/08/1968
173	LYANA CHUDZIKIEWICZ	3,20	0,88	1,17	0,74	5,99	APROVADO(A)	2º	23/09/1999
124	MONALINE DOS SANTOS DE OLIVEIRA	2,40	1,32	1,17	0,37	5,26	APROVADO(A)	3º	29/01/2001
74	VANESSA FERNANDA GIRALDELO	2,40	0,88	1,56	0,00	4,84	APROVADO(A)	4º	15/04/1994
257	LUCAS LIMA DIAS	2,40	0,88	1,56	0,00	4,84	APROVADO(A)	5º	30/11/1991
220	DENISE JUBATE	2,40	1,32	0,39	0,37	4,48	APROVADO(A)	6º	17/02/1998

## AGENTE DE SAUDE (SANTA TEREZINHA)

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.LM	T.P.O.	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
229	MARIA APARECIDA VALER LEBKUCHEN	4,00	1,76	0,78	0,37	6,91	APROVADO(A)	1º	23/06/1962
228	ROBERTA GREGÓRIO DA COSTA	3,20	1,32	1,17	0,74	6,43	APROVADO(A)	2º	29/03/1984
136	CLAUDERISE TAVARES DE ARAUJO	0,80	1,76	1,95	0,74	5,25	APROVADO(A)	3º	08/08/1974

## AGENTE DE SAUDE (SÃO BRAS)

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.LM	T.P.O.	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
196	ANA ALICE SALES	2,40	1,76	1,56	1,11	6,83	APROVADO(A)	1º	21/06/1993

46	CAMILA FERNANDA CHAVES FRIES	2,40	2,20	1,17	0,37	6,14	APROVADO(A)	2º	02/11/1992
93	DÉBORA BITTENCOURT MARTINS	2,40	1,32	0,78	1,11	5,61	APROVADO(A)	3º	23/12/1988
57	DAIANE DAL CURTIVO PEREIRA	3,20	0,88	0,39	0,74	5,21	APROVADO(A)	4º	30/10/1997
69	CAROLINE SERNAJOTO	2,40	0,88	1,17	0,74	5,19	APROVADO(A)	5º	01/07/1989
98	JULIANA APARECIDA PENTEADO	2,40	1,76	0,00	0,37	4,53	APROVADO(A)	6º	12/09/2018

## AGENTE DE SAUDE (VILA REMOR)

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.LM	T.P.O.	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
NÃO HOUVE APROVADOS									

## AGENTE DE SAUDE (VILA PEDRINI)

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.LM	T.P.O.	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
195	MARIANNE PILGER	4,00	1,76	1,56	0,74	8,06	APROVADO(A)	1º	06/09/1997
135	POLIANA CRISTINA DE MELO	4,00	1,76	0,78	0,74	7,28	APROVADO(A)	2º	30/11/1998
116	NATIELE DOS SANTOS PEDROSO FELINI	3,20	1,76	1,17	0,74	6,87	APROVADO(A)	3º	09/01/1994
258	VINICIUS CEVEY BARBIEIRI	3,20	1,32	1,17	0,00	5,69	APROVADO(A)	4º	21/01/1989
95	ADRIANA SALETE PALESI	1,60	1,76	1,56	0,37	5,29	APROVADO(A)	5º	31/12/1978
139	FRANCIELE DA SILVA DAMACENO	2,40	1,32	0,39	0,74	4,85	APROVADO(A)	6º	05/05/1987
94	MARIZETE APARECIDA VARELLA DA SILVA	2,40	0,88	0,78	0,00	4,06	APROVADO(A)	7º	08/08/1967
134	SILVETE ROCHA DE LIMA	2,40	0,88	0,00	0,74	4,02	APROVADO(A)	8º	21/11/1988

## MEDICO GENERALISTA

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.LM	T.P.O.	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
270	DIEGO GONÇALVES NOGUEIRA	4,00	1,76	1,95	1,11	8,82	APROVADO(A)	1º	27/04/1988
199	MATEUS PINTO MARCHETTI	3,20	2,20	1,95	1,11	8,46	APROVADO(A)	2º	29/11/1994
141	ANA ISABEL WEBER	4,00	1,76	1,95	0,74	8,45	APROVADO(A)	3º	25/01/1985
226	CAROLINNE FARIAS AMORIM	4,00	1,76	1,95	0,74	8,45	APROVADO(A)	4º	23/03/1986
149	NATÁLIA LUFT HECK	4,00	1,76	1,95	0,74	8,45	APROVADO(A)	5º	10/11/1992
253	PAULO HENRIQUE TASCA	4,00	1,32	1,95	1,11	8,38	APROVADO(A)	6º	27/11/1994
256	CRISTINE ARAUJO BRUNETTO	3,20	2,20	1,95	0,74	8,09	APROVADO(A)	7º	01/06/1994
72	JOSELI FRANCESCHET	3,20	2,20	1,95	0,74	8,09	APROVADO(A)	8º	30/06/1986
20	LAURA CRISTINA HECHT	4,00	1,76	1,95	0,37	8,08	APROVADO(A)	9º	30/01/1990
99	FRANCIELLE LUCAS LUCIO	3,20	1,76	1,95	1,11	8,02	APROVADO(A)	10º	04/11/1990
88	MARIA CRISTINA TRAIANO BEAL	3,20	1,76	1,95	1,11	8,02	APROVADO(A)	11º	10/10/1994
160	RÚBIA PELISSER	4,00	1,32	1,95	0,74	8,01	APROVADO(A)	12º	13/06/1995
170	FELIPE PAGNONCELLI FACHIN	3,20	2,20	1,95	0,37	7,72	APROVADO(A)	13º	04/10/1993
168	CAROLINE PEDROSO HORN	2,40	2,20	1,95	1,11	7,66	APROVADO(A)	14º	15/02/1994
218	CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH	2,40	2,20	1,56	1,48	7,64	APROVADO(A)	15º	19/08/1976
208	DALTRO CASTELAR DE ALMEIDA JUNIOR	3,20	1,76	1,56	1,11	7,63	APROVADO(A)	16º	26/01/1993
210	ISABEL RUAR COLOMBO	4,00	1,32	1,17	1,11	7,60	APROVADO(A)	17º	05/04/1992
205	MARINA GRZYBOWSKI PARANHOS	3,20	1,76	1,95	0,37	7,28	APROVADO(A)	18º	23/03/1994
164	MARIANE SECCHI DOS SANTOS	3,20	1,76	1,56	0,74	7,26	APROVADO(A)	19º	26/12/1990
150	FERNANDA NAZARETH DIAS	2,40	1,76	1,95	1,11	7,22	APROVADO(A)	20º	12/12/1991
162	RONALDO MACHADO DOS SANTOS	2,40	2,20	1,17	1,11	6,88	APROVADO(A)	21º	29/04/1959
152	RAFAELA SANTINI DE OLIVEIRA BRANDALISE	3,20	1,76	1,17	0,74	6,87	APROVADO(A)	22º	27/11/1990
263	THIAGO CRUZ	3,20	1,32	1,56	0,74	6,82	APROVADO(A)	23º	24/01/1983
169	BRUNO MIRANDA MINSKI	4,00	0,88	1,56	0,37	6,81	APROVADO(A)	24º	16/11/1989
114	VITOR BASTOS BRANDALISE	2,40	1,76	1,95	0,37	6,48	APROVADO(A)	25º	30/11/1993
180	ISADORA GONCALVES MARTINS	1,60	1,76	1,95	0,37	5,68	APROVADO(A)	26º	03/10/1992
145	GUSTAVO LUÍS ZANOTTO	1,60	1,76	1,95	0,37	5,68	APROVADO(A)	27º	25/09/1991
233	ODARA MANFREDINI CAGGIANO	1,60	1,76	1,56	0,37	5,29	APROVADO(A)	28º	09/01/1991
232	SABRINA BRUGER STANISZEWSKI	0,80	1,76	1,95	0,37	4,88	APROVADO(A)	29º	23/08/1993

86	POLIANI CAMILA KARPINSKI BAZEI	0,00	1,76	1,95	0,74	4,45	APROVADO(A)	30º	03/04/1993
----	--------------------------------	------	------	------	------	------	-------------	-----	------------

## TECNICO EM ENFERMAGEM

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.LM	T.P.O.	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
237	ROSANGELA APARECIDA GIRIOLI	1,60	2,20	0,39	0,74	4,93	APROVADO(A)	1º	13/12/1973
224	MARLEI VETORAZI BEDIN	1,60	1,76	0,78	0,74	4,88	APROVADO(A)	2º	04/11/1969
14	LILIANE LUCINDA PEREIRA	1,60	1,32	1,56	0,37	4,85	APROVADO(A)	3º	11/04/1997
83	IVANIR ALVES MULLER	3,20	0,44	0,39	0,74	4,77	APROVADO(A)	4º	21/04/1959
75	JOELMA NISSOLA	0,80	1,76	0,78	0,74	4,08	APROVADO(A)	5º	18/12/1981
161	SILVANA BESEN	0,80	1,76	0,39	1,11	4,06	APROVADO(A)	6º	03/04/1983
55	ARLENE JUCINÉIA TRINDADE	2,40	0,88	0,39	0,37	4,04	APROVADO(A)	7º	04/05/1976

## NUTRICIONISTA

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.LM	T.P.O.	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
50	MARIA ELIZA PRONER	4,00	1,32	1,95	1,11	8,38	APROVADO(A)	1º	08/07/1983
247	KAMILA LOUVATEL	3,20	0,88	1,56	0,74	6,38	APROVADO(A)	2º	13/02/1988

## MOTORISTA SOCORRISTA (SAMU)

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.LM	T.P.O.	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
198	JEAN CARLOS KUVES	4,00	0,44	1,56	0,74	6,74	0,00	6,74	APROVADO(A)	1º	12/01/1986
243	EVERSON LIDANI	2,40	1,76	1,17	0,37	5,70	0,50	6,20	APROVADO(A)	2º	18/06/1989
159	JOSÉ EVERALDO TIBES	3,20	1,76	0,39	0,74	6,09	0,00	6,09	APROVADO(A)	3º	04/09/1984
227	ADEMIO MENEGHINI	4,00	0,44	1,17	0,37	5,98	0,00	5,98	APROVADO(A)	4º	24/02/1978
239	VALMOR LOURENÇO	3,20	0,88	0,39	0,74	5,21	0,50	5,71	APROVADO(A)	5º	27/08/1975
264	DIEGO MARCOS CASANOVA	3,20	0,88	1,56	0,00	5,64	0,00	5,64	APROVADO(A)	6º	22/03/1986
62	EDUARDO CAVALLI	3,20	0,88	1,17	0,37	5,62	0,00	5,62	APROVADO(A)	7º	12/06/1974
25	DIEGO GABRIEL BONAMIGO	2,40	1,32	0,39	0,37	4,48	0,00	4,48	APROVADO(A)	8º	05/02/1992

## TECNICO EM ENFERMAGEM (SAMU)

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.LM	T.P.O.	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
68	MAKELI LUVISON	3,20	1,32	0,39	1,48	6,39	0,50	6,89	APROVADO(A)	1º	18/02/1981
117	SAYONARA BOCH DA SILVA PERUZZO	1,60	0,88	1,56	0,74	4,78	0,50	5,28	APROVADO(A)	2º	27/04/1992

Publica-se e registra-se em

Joaçaba, 09 de Outubro de 2018.

APRENDER.COM



**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUCAÇÃO IN 15/2018/FMS**

Publicação Nº 1769970

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b>	<b>INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 15/2018 - IL</b>
CNPJ: 10.594.533/0001-00 AV. XV DE NOVENBRO, 223 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 36/2018 Processo de Licitação: 36/2018 Data do Processo: 03/10/2018
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito, Dioclésio Ragnini, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 36/2018  
b ) Licitação Nr.: 15/2018-IL  
c ) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação  
d ) Data Homologação: 09/10/2018  
e ) Data da Adjudicação: 09/10/2018 Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação CREDENCIAMENTO da empresa R & E CLÍNICA DE FISIOTERAPIA LTDA, para a realização de sessões de FISIOTERAPIA, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba, SC.

					(em Reais R\$)
g ) Fornecedores e Itens Vencedores:					
	<u>Unid.</u>	<u>Qtidade</u>	<u>Descto (%)</u>	<u>Preço Unitário</u>	<u>Total do Item</u>
<b><u>R &amp; E CLÍNICA DE FISIOTERAPIA LTDA (8348)</u></b>					
1 SESSÃO DE FISIOTERAPIA - Marca: R & E CLÍNICA FISIO	UN	1,00	0,0000	20,00	20,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>20,00</b>
<b>Total Geral:</b>					<b>20,00</b>

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Joaçaba, 9 de Outubro de 2018.

\_\_\_\_\_  
GESTOR FMS

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOACABA****BALANCETE FINANCEIRO SETEMBRO/2018**

Publicação Nº 1769982

Betha Sistemas  
Exercício de 2018  
Período: Setembro  
Página: 1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOACABA**  
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>726.039,16</b>	<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>847.925,75</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	8.478,32	<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>846.794,58</b>
Receita Patrimonial	2.403,23	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	45.246,21
Transferências Correntes	715.157,61	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	730.724,37
		INVESTIMENTOS	70.824,00
		<b>DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.131,17</b>
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.131,17
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	<b>923.049,13</b>		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	923.049,13		
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>867.702,57</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.918.944,30</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	6.242,15	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	227.332,68
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	861.460,42	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.691.611,62
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>3.282.734,35</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>3.032.655,16</b>
BANCO C/ MOVIMENTO	1.870.729,95	BANCO C/ MOVIMENTO	1.677.565,01
BANCOS C/ VINCULADAS	1.412.004,40	BANCOS C/ VINCULADAS	1.355.090,15
<b>TOTAL</b>	<b>5.799.525,21</b>	<b>TOTAL</b>	<b>5.799.525,21</b>

JOACABA, 03/10/2018

CELSON VILMAR BRANCHER

Ordenador de Despesa - Secretário Saúde

ELIANE APARECIDA CERON VIER

Contador CRC SC 021520/O-0

ELIZETE MARQUES

Tesoureira

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****PORTARIA APLICAÇÃO DE PENALIDADE**

Publicação Nº 1769466

PORTARIA SIMAE JHL Nº 0339/2018

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna - SC, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, art. 14, do Decreto nº 2.879/2006 e no item 16 do Pregão Presencial nº 0008/2018, em conformidade com os documentos constantes do Processo Administrativo nº1971/2018. Resolve:

Aplicar a empresa G2 Materiais Hidráulicos Eireli ME, inscrita no CNPJ 05.931.197/0001-04, as penalidades que seguem pela desistência de entrega dos itens 03,50,51 e 53 do contrato JHL0036/2018

1. ADVERTÊNCIA, por descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente por sua culpa exclusiva.
2. MULTA no valor de R\$ 3.619,18 (Três mil seiscentos e dezenove reais e dezoito centavos), correspondente a 20% (vinte por cento) do valor contratado e não entregue, que deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 dias, a contar da data do recebimento do ofício enviado à Contratada, por carta com "AR".

Salienta-se que o não pagamento da multa no prazo estipulado ensejará o seu lançamento em Dívida Ativa.

Joaçaba, 08 de outubro de 2018.

Paulo Cesar Lamin

Diretor presidente do Simae

**José Boiteux****CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/2018**

Publicação Nº 1769976

Decreto Legislativo nº. 002 de 11 de junho de 2018

Aprova as Contas da Prefeitura Municipal de José Boiteux referente ao Exercício Financeiro de 2016 (Processo nº PCP – 17/00205258).

A MESA DIRETORA da Câmara Municipal de José Boiteux, no uso de suas atribuições regimentais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela promulga o seguinte

Decreto Legislativo:

Art. 1º Ficam aprovadas as contas da Prefeitura Municipal de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, referentes ao Exercício Financeiro de 2016, Processo sob nº PCP – 17/00205258.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Celestino Meneghelli, 11 de junho de 2018.

Osmair da Silva  
Presidente da Câmara Municipal

Hélio Cuzum Farias  
Vice Presidente

Lindolfo Brehmer  
1º Secretário

Gilberto dos Santos  
2º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/2018**

Publicação Nº 1769978

Decreto Legislativo nº. 003 de 05 de outubro de 2018

A MESA DIRETORA da Câmara Municipal de José Boiteux, usando de suas atribuições privativas legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município e Regimento Interno desta Câmara de Vereadores.

Art. 1º Decreta LUTO OFICIAL no Poder Legislativo do Município de José Boiteux/SC, pelo período de três dias, contado da data de publicação deste Decreto, em sinal de pesar pelo falecimento da Servidora Suzana Conzatti.

Art. 2º Decreta PONTO FACULTATIVO nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores de José Boiteux/SC, no dia 05 de outubro de 2018, a fim de que os Senhores Vereadores e Servidores desta Casa Legislativa possam prestar solidariedade à família.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Celestino Meneghelli, 05 de outubro de 2018.

Osmair da Silva  
Presidente da Câmara Municipal

Hélio Cuzum Farias  
Vice Presidente

Lindolfo Brehmer  
1º Secretário

Gilberto dos Santos  
2º Secretário

**PORTARIA Nº 009/2018**

Publicação Nº 1769974

Portaria nº 009 de 08 de outubro de 2018

"EXONERA SERVIDORA POR MOTIVO DE FALECIMENTO".

Osmair da Silva, Presidente da Câmara Municipal de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, e regimentais;

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada a servidora SUZANA CONZATTI, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessora de Gabinete - DAS-1, em decorrência de seu falecimento ocorrido no dia 04 de outubro de 2018, conforme certidão de óbito apresentada ao Departamento de Recursos Humanos.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 002 de 15 de janeiro de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de outubro de 2018, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável a sua eficácia.

José Boiteux, 08 de outubro de 2018.

Osmair da Silva

Presidente da Câmara Municipal

# Lages

## PREFEITURA

### CREDENCIAMENTO 08/2018 FCL

Publicação Nº 1770124

#### EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 08/2018 FCL

A Prefeitura do Município de Lages, por meio da Fundação Cultural, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto o Edital de Credenciamento para AUTORES E AUTORAS, interessados em lançar Obras Literárias durante a programação do 4º SALÃO DO LIVRO DA SERRA CATARINENSE, que acontecerá de 16 a 25 de novembro, na Praça João Costa.

As inscrições serão realizadas até 30 de outubro de 2018.

Os interessados ao credenciamento poderão se inscrever preenchendo Ficha de Inscrição com letra legível e apresentar em envelope lacrado junto à Fundação Cultural de Lages, Rua Benjamin Constant, 141, Centro, Lages/SC, CEP 88.505-110.

O presente Edital encontra-se afixado na Fundação Cultural de Lages e disponibilizado no site [www.cultura.lages.sc.gov.br](http://www.cultura.lages.sc.gov.br) e [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br). Maiores informações, pelo telefone (49) 3224-7425.

Lages, 09 de outubro de 2018.

Gilberto Ronconi

Superintendente Fundação Cultural de Lages

# Laguna

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 1048/2018

Publicação Nº 1770106

PORTARIA RH Nº 1048/2018

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 01.10.18 a 30.10.2018.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Adélia Estevam de Andrade	2017/2018
Gleice Cristine Martins Goularte	2016/2017
João Victor de Jesus Martins	2017/2018
Rosimere Cardoso de Oliveira	2017/2018
Solange Rabelo Bernardo	2016/2017
Tuane de Cássia da Costa Cipriano	2017/2018

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Outubro de 2018.

VALÉRIA OLIVIER ALVES  
Secretário Municipal

### PORTARIA Nº 1050/2018

Publicação Nº 1770107

PORTARIA RH Nº 1050/2018

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 0125.0005388/2018;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 01 de Outubro de 2018 a 30 de Outubro de 2018, a Servidora GISELE PACHECO MENDONÇA, Assistente Social, referente ao período 2007/2012, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Outubro de 2018.

VALÉRIA OLIVIER ALVES  
Secretário Municipal

### PORTARIA Nº 1051/2018

Publicação Nº 1770109

PORTARIA RH Nº 1051/2018

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 0125.0004120/2018;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 01 de Outubro de 2018 a 30 de Outubro de 2018, a Servidora SILDJA CORRÊA DE CARVALHO SILVESTRE,



Médica, referente ao período 2012/2017, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Outubro de 2018.

VALÉRIA OLIVIER ALVES  
Secretário Municipal

## **PORTARIA Nº 1052/2018**

Publicação Nº 1770113

PORTARIA RH Nº 1052/2018

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 0125.0005282/2018;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 01 de Outubro de 2018 a 30 de Outubro de 2018, ao Servidor RICARDO COELHO BOSCO, Fisioterapeuta, referente ao período 2013/2018, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Outubro de 2018.

VALÉRIA OLIVIER ALVES  
Secretário Municipal

## **PORTARIA Nº 1076/2018**

Publicação Nº 1770114

PORTARIA RH Nº 1076/2018

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 0125.0005366/2018;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 03 de Outubro de 2018 a 01 de Novembro de 2018, a Servidora NOELY DA SILVA MARTINS, Auxiliar de Enfermagem, referente ao período 2012/2017, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 03 de Outubro de 2018.

VALÉRIA OLIVIER ALVES  
Secretário Municipal

## **PORTARIA Nº 1080/2018**

Publicação Nº 1770115

PORTARIA RH Nº 1080/2018

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 0125.0005540/2018;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 04 de Outubro de 2018 a 02 de Novembro de 2018, ao Servidor MARCELO MUNIZ FERREIRA, Profissional de Educação Física, referente ao período 2013/2018, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Outubro de 2018.

VALÉRIA OLIVIER ALVES  
Secretário Municipal

## **PREGÃO 30/2018-PML**

Publicação Nº 1769826

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO 30/2018-PML

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, de conformidade com o que estabelece a Lei 10.520/02 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, pelo critério de MENOR PREÇO POR LOTE, para a contratação de empresa para o fornecimento de lanches e produtos assemelhados, para os programas da Secretaria da Assistência Social e demais secretarias e entidades conveniadas do Município, no dia 23 de outubro de 2018 às 14:00 horas. Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, conforme edital disponível no portal [www.laguna.sc.gov.br](http://www.laguna.sc.gov.br), ou solicitação ao e-mail [pmlcompras88@gmail.com](mailto:pmlcompras88@gmail.com), telefone (48) 3644.0832 ou na sede, sito à rua Osvaldo Cabral – 140 – centro - Laguna SC, das 13:00 às 19:00 horas  
Laguna, em 09 de outubro de 2018.

Samantha Claudino Sampaio - Pregoeira

**Lauro Muller****PREFEITURA****EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 028/2018**

Publicação Nº 1769849

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 28/2018  
PROCESSO SELETIVO Nº 02/2018

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município de Lauro Muller/SC e, considerando a homologação final do resultado do Processo Seletivo nº 002/2018 para preenchimento de vaga em caráter temporário de especial interesse público, em substituição a servidor efetivo em contratação temporária, nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, CONVOCA os candidatos habilitados e aprovados para ocuparem as vagas disponíveis constantes no anexo I deste Edital, observadas as seguintes condições:

1. O Município de Lauro Muller se compromete a publicar, de acordo com a necessidade e disponibilidade, conforme anexo I, as vagas que surgirem para preenchimento dos aprovados, seguindo ordem classificatória de homologação do Processo Seletivo nº 02/2018.
2. O local e o horário de trabalho de candidato convocado é critério da administração pública municipal, de acordo com a necessidade do município bem como com a jornada de trabalho disposta no edital do processo seletivo.
3. A convocação se dará por contato telefônico e pelo endereço de correio eletrônico (se tiver). É de responsabilidade do candidato manter atualizado junto aos cadastros da prefeitura as informações atualizadas. Será encaminhado e-mail convocatório ao candidato, bem como a realização de 03 (três) contatos telefônicos, em horários distintos dentro de 48 (quarenta e oito) horas.
4. Caso o candidato não seja localizado após as tentativas indicadas acima, o mesmo será considerado ausente, devendo lavrar o Temo de Ausência, o qual indicará os dias, horários e números as quais foram realizados as ligações sem sucesso bem como cópia do email de convocação, devidamente assinado por duas testemunhas (servidores efetivos).
5. Obtendo êxito no contato com o candidato, o mesmo ou procurador legalmente constituído por meio de procuração com poderes para o ato devidamente registrada em cartório, terá 02 (dias) úteis para se apresentar no órgão ao qual foi chamado (Prefeitura Municipal – Setor de Recursos Humanos), onde assinará o Termo de Aceitação de Vaga e receberá o rol de documentos que deverão ser apresentados para formalizar admissão.
6. Caso o candidato não queira ser admitido, será considerado desistente, assinando o Termo de Desistência de Vaga. Será dado prazo de até 2 (dois) dias úteis para o candidato assinar o termo de desistência, caso o mesmo não compareça será lavrado termo informando o dia e horário do contato telefônico bem como a data limite para assinatura da desistência, e o mesmo será assinado por três testemunhas, bem como pelo responsável que entrou em contato com o candidato.
7. Manifestado o interesse na vaga, o candidato terá 15 (Quinze) dias úteis para a entrega da documentação solicitada de acordo com o edital do processo seletivo, no momento da convocação, no órgão que convocou.
8. Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento exigido para admissão ou a não apresentação dos mesmos no prazo estipulado no item acima, acarretará na desclassificação do candidato, com a perda do direito a vaga a qual o candidato foi aprovado.
9. A lista de classificados, após o término da primeira chamada e tendo em vista vagas a serem preenchidas, iniciará somente uma única vez, convocando os desistentes para ocupação de possível vaga remanescente.
10. Após encaminhar todos os documentos e assinar a admissão o candidato confirma seu interesse e expressa sua total concordância com todas as cláusulas estabelecidas no edital do processo seletivo, no edital de chamamento bem como no contrato de trabalho.
11. Nas vagas que necessitem exame médico admissional o mesmo deverá ser entregue dentro do prazo legal e informar que o candidato encontra-se apto para preenchimento da vaga, sendo que no caso de ser considerado inapto o mesmo será desclassificado de acordo com os termos do edital do processo seletivo.

Lauro Muller, 09 de Outubro de 2018.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

**ANEXO I**

Convocação dos candidatos aprovados para o preenchimento das seguintes vagas:

MÉDICO DE ESF Vagas: 01		
Nº	Candidato	Município
01	LUAN PEDRO SANTOS ROCHA	Criciúma

FONOAUDIÓLOGA Vagas: 01		
Nº	Candidato	Município
01	NUBIA MACHADO MICHELS	ARMAZEM

EDUCADOR FÍSICO Vagas: 01		
------------------------------	--	--

Nº	Candidato	Município
01	PAULA DA SILVEIRA	LAURO MULLER

Lauro M-Iler, 09 de Outubro de 2018.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

## EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 029/2018

Publicação Nº 1770136

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 29/2018  
PROCESSO SELETIVO Nº 02/2018

O MUNICIPIO DE LAURO MULLER, por meio do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município de Lauro Muller/SC e, considerando a homologação final do resultado do Processo Seletivo nº 002/2018 para preenchimento de vaga em caráter temporário de especial interesse público, em substituição a servidor efetivo em contratação temporária, nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, CONVOCA os candidatos habilitados e aprovados para ocuparem as vagas disponíveis constantes no anexo I deste Edital, observadas as seguintes condições:

1. O Município de Lauro Muller se compromete a publicar, de acordo com a necessidade e disponibilidade, conforme anexo I, as vagas que surgirem para preenchimento dos aprovados, seguindo ordem classificatória de homologação do Processo Seletivo nº 02/2018.
2. O local e o horário de trabalho de candidato convocado é critério da administração pública municipal, de acordo com a necessidade do município bem como com a jornada de trabalho disposta no edital do processo seletivo.
3. A convocação se dará por contato telefônico e pelo endereço de correio eletrônico (se tiver). É de responsabilidade do candidato manter atualizado junto aos cadastros da prefeitura as informações atualizadas. Será encaminhado e-mail convocatório ao candidato, bem como a realização de 03 (três) contatos telefônicos, em horários distintos dentro de 48 (quarenta e oito) horas.
4. Caso o candidato não seja localizado após as tentativas indicadas acima, o mesmo será considerado ausente, devendo lavrar o Temo de Ausência, o qual indicará os dias, horários e números as quais foram realizados as ligações sem sucesso bem como cópia do email de convocação, devidamente assinado por duas testemunhas (servidores efetivos).
5. Obtendo êxito no contato com o candidato, o mesmo ou procurador legalmente constituído por meio de procuração com poderes para o ato devidamente registrada em cartório, terá 02 (dias) úteis para se apresentar no órgão ao qual foi chamado (Prefeitura Municipal – Setor de Recursos Humanos), onde assinará o Termo de Aceitação de Vaga e receberá o rol de documentos que deverão ser apresentados para formalizar admissão.
6. Caso o candidato não queira ser admitido, será considerado desistente, assinando o Termo de Desistência de Vaga. Será dado prazo de até 2 (dois) dias úteis para o candidato assinar o termo de desistência, caso o mesmo não compareça será lavrado termo informando o dia e horário do contato telefônico bem como a data limite para assinatura da desistência, e o mesmo será assinado por três testemunhas, bem como pelo responsável que entrou em contato com o candidato.
7. Manifestado o interesse na vaga, o candidato terá 15 (Quinze) dias úteis para a entrega da documentação solicitada de acordo com o edital do processo seletivo, no momento da convocação, no órgão que convocou.
8. Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento exigido para admissão ou a não apresentação dos mesmos no prazo estipulado no item acima, acarretará na desclassificação do candidato, com a perda do direito a vaga a qual o candidato foi aprovado.
9. A lista de classificados, após o término da primeira chamada e tendo em vista vagas a serem preenchidas, iniciará somente uma única vez, convocando os desistentes para ocupação de possível vaga remanescente.
10. Após encaminhar todos os documentos e assinar a admissão o candidato confirma seu interesse e expressa sua total concordância com todas as cláusulas estabelecidas no edital do processo seletivo, no edital de chamamento bem como no contrato de trabalho.
11. Nas vagas que necessitem exame médico admissional o mesmo deverá ser entregue dentro do prazo legal e informar que o candidato encontra-se apto para preenchimento da vaga, sendo que no caso de ser considerado inapto o mesmo será desclassificado de acordo com os termos do edital do processo seletivo.

Lauro M-Iler, 09 de Outubro de 2018.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

### ANEXO I

Convocação dos candidatos aprovados para o preenchimento das seguintes vagas:

MÉDICO DE ESF		
Vagas: 01		
Nº	Candidato	Município
01	NICOLY DE SOUZA JACQUES	Criciúma

Lauro M-Iler, 09 de Outubro de 2018.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

**EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 030/2018**

Publicação Nº 1770268

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 30/2018  
PROCESSO SELETIVO Nº 02/2018

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município de Lauro Muller/SC e, considerando a homologação final do resultado do Processo Seletivo nº 002/2018 para preenchimento de vaga em caráter temporário de especial interesse público, em substituição a servidor efetivo em contratação temporária, nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, CONVOCA os candidatos habilitados e aprovados para ocuparem as vagas disponíveis constantes no anexo I deste Edital, observadas as seguintes condições:

1. O Município de Lauro Muller se compromete a publicar, de acordo com a necessidade e disponibilidade, conforme anexo I, as vagas que surgirem para preenchimento dos aprovados, seguindo ordem classificatória de homologação do Processo Seletivo nº 02/2018.
2. O local e o horário de trabalho de candidato convocado é critério da administração pública municipal, de acordo com a necessidade do município bem como com a jornada de trabalho disposta no edital do processo seletivo.
3. A convocação se dará por contato telefônico e pelo endereço de correio eletrônico (se tiver). É de responsabilidade do candidato manter atualizado junto aos cadastros da prefeitura as informações atualizadas. Será encaminhado e-mail convocatório ao candidato, bem como a realização de 03 (três) contatos telefônicos, em horários distintos dentro de 48 (quarenta e oito) horas.
4. Caso o candidato não seja localizado após as tentativas indicadas acima, o mesmo será considerado ausente, devendo lavrar o Termo de Ausência, o qual indicará os dias, horários e números as quais foram realizados as ligações sem sucesso bem como cópia do email de convocação, devidamente assinado por duas testemunhas (servidores efetivos).
5. Obtendo êxito no contato com o candidato, o mesmo ou procurador legalmente constituído por meio de procuração com poderes para o ato devidamente registrada em cartório, terá 02 (dias) úteis para se apresentar no órgão ao qual foi chamado (Prefeitura Municipal – Setor de Recursos Humanos), onde assinará o Termo de Aceitação de Vaga e receberá o rol de documentos que deverão ser apresentados para formalizar admissão.
6. Caso o candidato não queira ser admitido, será considerado desistente, assinando o Termo de Desistência de Vaga. Será dado prazo de até 2 (dois) dias úteis para o candidato assinar o termo de desistência, caso o mesmo não compareça será lavrado termo informando o dia e horário do contato telefônico bem como a data limite para assinatura da desistência, e o mesmo será assinado por três testemunhas, bem como pelo responsável que entrou em contato com o candidato.
7. Manifestado o interesse na vaga, o candidato terá 15 (Quinze) dias úteis para a entrega da documentação solicitada de acordo com o edital do processo seletivo, no momento da convocação, no órgão que convocou.
8. Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento exigido para admissão ou a não apresentação dos mesmos no prazo estipulado no item acima, acarretará na desclassificação do candidato, com a perda do direito a vaga a qual o candidato foi aprovado.
9. A lista de classificados, após o término da primeira chamada e tendo em vista vagas a serem preenchidas, iniciará somente uma única vez, convocando os desistentes para ocupação de possível vaga remanescente.
10. Após encaminhar todos os documentos e assinar a admissão o candidato confirma seu interesse e expressa sua total concordância com todas as cláusulas estabelecidas no edital do processo seletivo, no edital de chamamento bem como no contrato de trabalho.
11. Nas vagas que necessitem exame médico admissional o mesmo deverá ser entregue dentro do prazo legal e informar que o candidato encontra-se apto para preenchimento da vaga, sendo que no caso de ser considerado inapto o mesmo será desclassificado de acordo com os termos do edital do processo seletivo.

Lauro M-ller, 09 de Outubro de 2018.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

**ANEXO I**

Convocação dos candidatos aprovados para o preenchimento das seguintes vagas:

MÉDICO DE ESF		
Vagas: 01		
Nº	Candidato	Município
01	LEANDRO DE MORAES GARBOSA	TUBARÃO

Lauro M-ller, 09 de Outubro de 2018.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 151/PMLM/2018**

Publicação Nº 1769718

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 151/PMLM/2018

Data e horário da sessão de abertura: 26/10/2018 às 10h30min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: O presente Edital tem por objeto a contratação de empresas do ramo pertinente para almoço (Buffet) dentro do município, para atendimento das demandas da Secretaria de Assistência Social, obedecendo integralmente os termos da minuta contratual e demais anexos que fazem parte integrante deste edital, durante o ano de 2018.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico [compraslicitacaopmlm@gmail.com](mailto:compraslicitacaopmlm@gmail.com) e disponível em [www.lauromuller.sc.gov.br](http://www.lauromuller.sc.gov.br).

Lauro Muller, 09 de outubro de 2018.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 152/PMLM/2018**

Publicação Nº 1769722

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 152/PMLM/2018

Data e horário da sessão de abertura: 29/10/2018 às 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de materiais e equipamentos para as demandas do corpo de bombeiros de Lauro Muller/SC, conforme condições fixadas em Termo de referência e demais condições constantes neste edital.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico [compraslicitacaopmlm@gmail.com](mailto:compraslicitacaopmlm@gmail.com) e disponível em [www.lauromuller.sc.gov.br](http://www.lauromuller.sc.gov.br).

Lauro Muller, 09 de outubro de 2018.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

**SEGUNDA ABERTURA PREGÃO PRESENCIAL Nº. 147/PMLM/2018 COM ALTERAÇÃO NO TERMO DE REFERENCIA**

Publicação Nº 1769728

SEGUNDA ABERTURA PREGÃO PRESENCIAL Nº. 147/PMLM/2018 COM ALTERAÇÃO NO TERMO DE REFERENCIA

Data e horário da sessão de abertura: 25/10/2018 às 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição pisos de borracha drenante anti-impacto para instalação dos equipamentos de recreação infantil, destinados nas praças do Município de Lauro Muller/SC

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico [compraslicitacaopmlm@gmail.com](mailto:compraslicitacaopmlm@gmail.com) e disponível em [www.lauromuller.sc.gov.br](http://www.lauromuller.sc.gov.br).

Lauro Muller, 09 de outubro de 2018.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2018 - PMLL

Publicação Nº 1770400

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Contratos

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 040/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2018

TIPO: Menor Preço por Item. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de materiais de construção, madeiras e diversos, visando à construção, reforma, manutenção e investimentos a serem realizados pela Prefeitura Municipal em vias urbanas, revitalizações, prédios públicos e outros, conforme Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 031/2018. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada a Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 26 de outubro de 2018. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 09/10/2018. VITOR NORBERTO ALVES - Prefeito Municipal.



# Lontras

## PREFEITURA

### EDITAL 122/2018

Publicação N° 1770065

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA REALIZAR MANUTENÇÃO DE RUAS E ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE LONTRAS, CONFORME ANEXO I. Entrega dos Envelopes: até às 08 horas e 30 minutos do dia 23/10/2018; Abertura dos Envelopes: Às 09 horas do dia 23/10/2018. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site [www.lontras.sc.gov.br](http://www.lontras.sc.gov.br) – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 09 de outubro de 2018. MARCIONEI HEILLESHEIM. Prefeito.

# Luiz Alves

## PREFEITURA

### DECRETO 185/2018

Publicação Nº 1770301

#### DECRETO N.º 185/2018

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Segurança – COMSEG.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelos incisos IV e VI do artigo 47 da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal n.º 1.705, de 23 de novembro de 2017; CONSIDERANDO que os conselheiros do Conselho Municipal de Segurança – COMSEG serão nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme previsto no caput e no § 1º do artigo 3º da Lei Municipal n.º 1.705, de 23 de novembro de 2017;

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Segurança - COMSEG, nos termos da Lei Municipal n.º 1.705/2017, os seguintes membros:

I - representantes da Secretaria Municipal de Administração:

- a) Cleonice Oliveira da Silva – titular;
- b) Guiomar Marisa Pasta – suplente.

II - representantes da Secretaria Municipal de Obras e Planejamento Urbano:

- a) Carolina Wust Schmitz – titular;
- b) Thiago Felipe Sutil de Oliveira – suplente.

III - representantes da Secretaria Municipal de Educação:

- a) Adilson Mário Signorelli – titular;
- b) Susana M-ller Campigotto - suplente.

IV - representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:

- a) Amábile Schmitt – titular;
- b) Scharlene Vieira – suplente.

V - representantes da Polícia Civil de Santa Catarina:

- a) Arlindo Artner Júnior – titular;
- b) Roque Rensi Filho – suplente.

VI - representantes da Polícia Militar de Santa Catarina – PMSC:

- a) Carlos Roberto Luz – titular;
- b) Jan Clen Bonvecchio – suplente.

VII - representantes do Corpo de Bombeiros:

- a) Carlos Alberto dos Santos – titular;
- b) Ademar Moreira da Costa – suplente.

VIII - representantes da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/Santa Catarina;

- a) Alexandre Schappo – titular;
- b) Juliano Luís Pereira – suplente.

IX - representantes das associações de moradores:

- a) Francisco Dias – titular;
- b) Tuane Karoline Dias – suplente.

X - representantes das igrejas:

- a) Lindomar Bressanini – titular;
- b) Katiane da Silva – suplente.

XI - representantes de associações desportivas:

- a) Roger Wust – titular;
- b) Hilson Espig – suplente.

XII - representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas de Luiz Alves – CDL:

- a) Lorena Raitz – titular;
- b) Samara Mittelmann – suplente.

XIII - representantes dos trabalhadores rurais:

- a) José Mathias Scherer – titular;
- b) Douglas Neri Dariva – suplente.

XIV - representantes da Associação de Bananicultores de Luiz Alves – ABLA:

- a) Marcone Kons – titular;
- b) Ronivandro Edson Peccini – suplente.

XV - representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA:

- a) Cícero Graff – titular;
- b) Marilene Zimmermann – suplente.

XVI - representantes do Conselho Tutelar:

- a) Cleide Cordeiro – titular;
- b) Paulo Giovani Longhi – suplente.

XVII - representantes das instituições financeiras, cooperativas de crédito, casas lotéricas e correspondentes bancários:

- a) Luiz Carlos Mittelmann – titular;
- b) Félix Antônio Piasieski – suplente.

Art. 2º Os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Segurança – COMSEG exercerão as suas funções com base nas competências que lhes são atribuídas pela Lei Municipal n.º 1.705/2017 e por seu regimento interno.

Art. 3º Os membros do Conselho Municipal de Segurança – COMSEG não serão remunerados, sendo os serviços prestados considerados de interesse público relevante.

Art. 4º Fica revogado o Decreto n.º 30/2018.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 09 de outubro de 2018.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de  
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal  
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -  
[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

## **EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO IL Nº 01/2018 (LEI Nº 13.019/14)**

Publicação Nº 1769987

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUIZ ALVES

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO  
INEXIGIBILIDADE Nº 01/2018 – LEI Nº 13.019/14

Após a verificação dos fatos anteriormente registrados e da habilitação da FUNDAÇÃO MÉDICA ASSISTENCIAL AO TRABALHADOR RURAL DE LUIZ ALVES, através da avaliação da Comissão de Seleção instituída para esta finalidade, o Senhor Prefeito Municipal Marcos Pedro Veber, homologa, conforme a Lei nº 13.019/14, a CELEBRAÇÃO DE PARCERIA DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, POR MEIO DA FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO, PARA A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, PROVENIENTE DO GOVERNO FEDERAL COM BASE NA PORTARIA Nº 2.139/MS, COM O OBJETIVO DE QUALIFICAÇÃO DE LEITOS DE ENFERMARIA CLÍNICA DE RETAGUARDA. Dê-se ciência.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8600/ 3377-8614 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min horas às 17h00min horas.

Luiz Alves, 09 de outubro de 2018.  
Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

# Luzerna

## PREFEITURA

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2018 - NATAL 2018 – PML

Publicação Nº 1770066

MUNICÍPIO DE LUZERNA  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2018 – PML

Processo Administrativo nº 005/2018- PML

A Secretária de Educação, Cultura e Esportes, REGINA CARIN JACOBY CUREAU, no uso de suas atribuições, resolve:

- 1) HOMOLOGAR o EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2018, Processo Administrativo nº 005/2018 - PML, nos seguintes termos:  
Objeto: O presente Chamamento Público se destina a selecionar Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos para firmar parceria, em regime de mútua cooperação, que envolva transferência de recursos financeiros por meio de Termo de Fomento, cujo objetivo é a seleção de 1 (um) projeto que contemple a realização da ornamentação no período pré-natalino e o desenvolvimento das festividades do Natal 2018, por intermédio de:
- a) Instalação de ornamentação e iluminação natalina na área central do Município e na Praça Municipal em frente à Igreja Matriz, bem como nas demais áreas que a entidade se propuser a decorar com elementos natalinos, durante o período pré-natalino;
  - b) Apresentações culturais, shows e cerimonial, incluindo a montagem de estruturas necessárias para o desenvolvimento das programações e atrações de Natal;
  - c) Retirada da decoração e da iluminação natalina após concluída as comemorações em alusão ao período de Natal do ano de 2018.

- Organizações da Sociedade Civil classificadas:  
\* CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE JOAÇABA – CDL
- Nome do Projeto: NATAL DE LUZ 2018
- Pontuação: 41 (quarenta e um) pontos.

Luzerna (SC), 09 de outubro de 2018.

REGINA CARIN JACOBY CUREAU  
Secretária de Educação, Cultura e Esportes

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 086/2018 - PP 067/2018 - MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS - PML

Publicação Nº 1769656

MUNICIPIO DE LUZERNA  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO  
Processo Licitatório 086/2018 - PML  
Pregão Presencial nº 067/2018 - PML

O Secretário de Coordenação de Governo e Gestão, Sr. JULIANO SCHNEIDER, no uso de suas atribuições, resolve:

- 1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 086/2018, nos seguintes termos:
- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço
  - Objeto: A presente Licitação tem por objeto o Registro de Preços destinado à aquisição, de forma parcelada, de materiais para manutenção de bens imóveis (esquadrias, revestimentos, louças e acessórios, etc), a fim de atender a demanda da Unidade Gestora - Prefeitura de Luzerna, e Fundos Especiais, em conformidade com as especificações em Anexo.
- Proponente(s) Vencedora(s):  
\* ENERGIZA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA
- Valor total: R\$ 9.730,00
- Luzerna (SC), 10 de outubro de 2018.

JULIANO SCHNEIDER  
Secretário de Coordenação de Governo e Gestão

**PL 090/2018 - PP 070/2018 - FILMAGENS, CRIAÇÃO DE VÍDEOS E COBERTURA FOTOGRÁFICA - PML**

Publicação Nº 1770094

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 090/2018 - PML

Pregão Presencial nº 070/2018 – PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio da SECRETARIA DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO, representada neste ato por seu Secretário, Sr. JULIANO SCHNEIDER, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente Licitação tem por objeto o Registro de Preços destinado à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de filmagens, criação de vídeos e coberturas fotográficas, visando a publicidade institucional e a divulgação dos eventos promovidos e/ou apoiados pela Unidade Gestora – Prefeitura e pelos Fundos Especiais do Município de Luzerna.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09h do dia 23 de outubro de 2018.

CREDENCIAMENTO, ABERTURA DAS PROPOSTAS E SESSÃO DE LANCES: às 09h10min do dia 23 de outubro de 2018.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone: (049) 3551-4700.

# Macieira

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO\_ PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0057/2018

Publicação Nº 1770286

#### EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0031/2018

MENOR PREÇO POR ITEM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0057/2018

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através da Prefeitura Municipal, representado pelo Sr. ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que encontra-se aberto o Processo Licitatório nº 0057/2018, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 0031/2018, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, que até 09h00min, do dia 25 de outubro de 2018, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 3780, de 03 de janeiro de 2018, estará recebendo propostas para a aquisição de equipamento agrícola, com recursos do Contrato de Repasse nº 871485/2018/MAPA/CAIXA, Programa fomento ao Setor Agropecuário, conforme especificações do Anexo I do Edital

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 25/10/2018, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão Presencial nº 0031/2018, através do e-mail [compras2@macieira.sc.gov.br](mailto:compras2@macieira.sc.gov.br) ou através do telefone (49) 3574-2000, ramal 2017, de segunda à sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min. às 17h00min..Ou ainda no endereço eletrônico [www.macieira.sc.gov.br](http://www.macieira.sc.gov.br)

Macieira – SC, 09 de outubro de 2018.

IANA SALETE SPANHOLO

Pregoeira

### decreto 1761

Publicação Nº 1770076

DECRETO Nº 1761, de 08 de outubro de 2018.

Constitui e nomeia membros da Comissão do Processo Seletivo nº 01/2018 e dá outras providências.

Zelir Citadin, Prefeito Municipal de Macieira –SC, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas no artigo 58, VIII, da Lei Orgânica Municipal

Decreta:

Art. 1º Fica constituída a Comissão do Concurso nº 01/2018, para fiscalização do contrato do processo licitatório nº0055/18 tomada de preços nº0004/18, e fiscalização do concurso, integrada pelos membros que seguem:

Iana Spanholo – Auxiliar Administrativo;

Lucila Carmen Serighelli – Auxiliar Administrativo;

Silvana G Maffioletti – Secretária de Administração, Finanças e Planejamento.

Para, sob a presidência da primeira, organizar, supervisionar, acompanhar e fiscalizar a execução do Concurso Público, conforme Edital nº 01/2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira,  
em 08 de outubro de 2018.

Zelir Citadin

Prefeito Municipal

**portaria 3989**

Publicação N° 1769980

PORTARIA N.º 3989/2018

"Designa servidor que especifica para acompanhar, fiscalizar e receber o objeto do processo licitatório nº0054/2018, pregão presencial nº 0030/2018."

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso III da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o disposto no art. 67 da Lei 8.666/93,

**RESOLVE:**

DESIGNAR, o Servidor Ailson Gomes, lotado na secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, para fiscalizar e receber os objetos do processo licitatório nº0054/2018, pregão presencial nº 0030/2018, referente a confecção de armazenados de resíduos (lixeiros).

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 26 de setembro de 2018.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

**portaria 3990**

Publicação N° 1769981

PORTARIA N.º 3990/2018

"Admite, os Servidores que Especifica"

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 55/2013, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário,

Considerando, edital de teste seletivo 002/2018;

Considerando, aprovação do servidor no teste seletivo;

**RESOLVE:**

Art. 1º - ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, Sr ERIVELTON FIRMO DE CAMARGO, no cargo de Educador Físico, com carga horária de 30 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde, a contar de 01/10/2018, até 30/09/2019.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 01 de outubro de 2018.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

**portaria 3991**

Publicação N° 1769985

PORTARIA N° 3991 /2018

"Reloca servidora efetiva para atender aos serviços de interesse público na Secretaria Municipal de Administração Finanças e Planejamento e dá outras providências."

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o disposto na Lei Complementar Municipal n.º 68/2014 (Estatuto dos Servidores Públicos) e suas alterações,

**Considerando:**

- a necessidade de servidor para atuar na área administrativa a fim de atender a demanda da Secretaria Municipal de Administração, referente ao cumprimento do Decreto 1723/2018, auxílio referente ao sistema do E-Social, setor de protocolo entre outras funções necessárias;
- a economicidade, com relação a folha de pagamento, referente ao remanejamento de servidor efetivo;
- as atribuições do cargo da servidora;
- que a servidora já atuou na área administrativa em exercícios anteriores, possuindo experiência neste setor;
- que a servidora possui qualificação técnica necessária para atendimento da demanda na área administrativa;
- que atualmente o município possui apenas 03 servidores lotados no cargo de auxiliar administrativo, sendo que 02 deles atuam na Secretaria Municipal de Saúde;



- que atualmente a servidora Lucila exerce função similar junto à Unidade Básica de Saúde, função que será suprida por concurso público eminente;
- que o trabalho a ser executado na Secretaria Municipal de Administração é compatível com as atribuições do cargo de auxiliar administrativo;
- que a transferência não causará prejuízo à Secretaria Municipal de Saúde, cujo trabalho poderá ser distribuído entre os demais servidores do setor.
- O princípio da economicidade, sem prejuízos para o órgão público ou setor em que é desempenhada a função;
- a conveniência e oportunidade da transferência, em razão do interesse público na prestação dos referidos serviços;

**RESOLVE:**

RELOCAR a servidora pública municipal, Lucila Carmem Serighelli, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, conforme solicitação e deferimento da chefe imediata da pasta.

Registre-se e publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira - SC, 01 de outubro de 2018.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

**portaria 3992**

Publicação N° 1769988

**PORTARIA N.º 3992/2018**

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art nº91. da Lei Complementar nº 068/2014 (Estatuto dos Servidores Públicos).

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores Públicos abaixo relacionados,

NOME	CARGO	PERÍODO DE GOZO
Rafael Balbisan	Medico C Geral	03/10/18 a 17/10/18
Cassiane Farinon	Dir Assistência Social	01/10/18 a 10/10/18
Larini Grahl	Recepcionista	02/10/18 a 11/10/18
Jaderson Canalle	Veterinário	02/10/18 a 11/10/18
Cezar A Pedrozo	Motorista I	01/10/18 a 30/10/18

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 01 de outubro de 2018.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

**portaria 3993**

Publicação N° 1769993

**PORTARIA N.º 3993/2018**

“Exonera, o Servidor que Especifica”

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 90, parágrafo 1o, inciso I, da Lei Complementar nº 002/95, de 19/06/1995(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1o - EXONERAR, a pedido a Servidora Pública Municipal Rosemari Geraldo da Silva, ocupante do cargo efetivo de Serviços Gerais II, lotada na Secretaria de Saúde, a contar de 01/10/2018, por motivos particulares.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 01 de outubro de 2018.

Zelir Citadin

Prefeito Municipal

# Mafra

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 4.148

Publicação Nº 1769737

DECRETO Nº. 4.148  
DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

ALTERA O DECRETO 4.116, DE 04 DE MAIO DE 2018, QUE CRIA NO CRIA NO ÂMBITO DO SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL A CÂMARA MUNICIPAL INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.

O Prefeito do Município de Mafra, WELLINGTON ROBERTO BIELECKI, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município c/c o §4º, do art. 3º, do Decreto n. 4.017/2017:

DECRETA

Art. 1º O artigo 4º do Decreto passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º. A Câmara Intersectorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN/Mafra deverá ser integrada por Secretários Municipais das seguintes pastas: Educação, Saúde, Assistência Social, Agricultura, Administração e Fazenda e Planejamento, e um servidor efetivo técnico de cada pasta, responsáveis pela consecução da Segurança Alimentar e Nutricional.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 1º de outubro de 2018.  
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI  
Prefeito Municipal

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 120/2018

Publicação Nº 1770444

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 120/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Empresa Registrada: LFP COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE -EIRELI-EPP

CNPJ Nº 26.554.718/0001-13

Valor Registrado: R\$ 140.800,00 (cento e quarenta mil e oitocentos reais).

Objeto: aquisição de Dieta Enteral e Leite destinado a pacientes das Unidades da Secretaria de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº 391/2018, Pregão Presencial - RP nº 094/2018.

Data de Assinatura: 24 de setembro de 2018.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 24 de setembro de 2019.

Foro: Comarca de Mafra

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 121/2018

Publicação Nº 1770445

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 121/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Empresa Registrada: SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ Nº 09.944.371/0001-04

Valor Registrado: R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais).

Objeto: aquisição de Dieta Enteral e Leite destinado a pacientes das Unidades da Secretaria de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº 391/2018, Pregão Presencial - RP nº 094/2018.

Data de Assinatura: 24 de setembro de 2018.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 24 de setembro de 2019.

Foro: Comarca de Mafra

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 123/2018**

Publicação Nº 1770446

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 123/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Empresa Registrada: NUTRIMIL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA-ME

CNPJ Nº 20.978.588/0001-60

Valor Registrado: R\$ 16.350,00 (dezesesseis mil trezentos e cinquenta reais).

Objeto: aquisição de Dieta Enteral e Leite destinado a pacientes das Unidades da Secretaria de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº 391/2018, Pregão Presencial - RP nº 094/2018.

Data de Assinatura: 24 de setembro de 2018.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 24 de setembro de 2019.

Foro: Comarca de Mafra

**EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 069/2018**

Publicação Nº 1770443

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 069/2018

Contrato nº: 069/2018

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Contratada: NBS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI ME

CNPJ: 18.398.197/0001-24

Objeto: Contratação de empresa para realizar o Processo Seletivo, para contratação de professor em caráter temporário e reserva de cadastro, para o ano letivo de 2019, da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, através do Fundo Municipal de Educação.

Pregão Presencial nº 069/2018 Processo Licitatório n.º 262/2018.

Valor: R\$ 11.600,00 (onze mil e seiscentos reais).

Data Assinatura: 27 de setembro de 2018.

Prazo: O presente contrato vigorará até a data 31/12/2018

Dotação Orçamentária:

454 - 6 . 17001 . 12 . 365 . 17 . 2.100 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

Foro: Comarca de Mafra.

# Major Vieira

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO LEILÃO 001.2018

Publicação Nº 1769924

MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA/SC

LEILÃO Nº 001.2018

Objeto: LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL de bens móveis inservíveis, que serão arrematados pelo maior lance oferecido, igual ou acima da avaliação | Tipo: Maior Preço – Por item| Abertura/Data/hora: 06/11/2018 às 09h00. Informações adicionais/Obtenção do Edital na íntegra site [www.majorvieira.sc.gov.br/Local](http://www.majorvieira.sc.gov.br/Local) da Sessão Pública: Paço Municipal/Depto de Licitações, na Travessa Otacílio F. Souza, 210, Bairro Centro, Major Vieira/SC, ou por e-mail: [Licitacao.majorvieira@yahoo.com.br](mailto:Licitacao.majorvieira@yahoo.com.br) Fone (47) 3655-1111. Marenize Terezinha Brocco – Leiloeira Administrativa, Major Vieira/SC 09/10/2018..

### LEI N. 2.426 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1769890

LEI N. 2.426 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

DENOMINA BAIRRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA, Estado de Santa Catarina, ORILDO ANTÔNIO SEVERGNINI, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente

LEI

Art. 1º - Fica denominado Bairro Simão Maron Becil, a área superficial urbana de 914.681,82m<sup>2</sup>, iniciando na Rua Argemiro Pires encontro com a Rua Pedro Maron e finalizando ao término do perímetro urbano e onde inicia o perímetro rural na estrada do Rio Claro, conforme mapa e memorial descritivo que ficam fazendo parte integrante da presente Lei.

Art. 2º. O Poder Executivo sinalizará, em ambos os sentidos das vias, no seu início e término, com placas de tamanho e cores oficiais, com a denominação personalizada do bairro.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Major Vieira, SC, 08 de outubro de 2018.

ORILDO ANTÔNIO SEVERGNINI

Prefeito do Município de Major Vieira - SC

REGISTRADA E PUBLICADA NO DOM-DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS EM 08.10.2018 E SITE [WWW.MAJORVIEIRA.SC.GOV.BR](http://WWW.MAJORVIEIRA.SC.GOV.BR) EM 08.10.2018

CRISTIANE RODRIGUES SIEMS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

### LEI N. 2.427 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1769892

LEI N. 2.427 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

DENOMINA BAIRRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA, Estado de Santa Catarina, ORILDO ANTÔNIO SEVERGNINI, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente

LEI

Art. 1º - Fica denominado Bairro Arnaldo Terres, a área superficial urbana de 267.672,33m<sup>2</sup>, iniciando na Rua Argemiro Pires encontro com a Rua Projetada Dez e finalizando ao término do perímetro urbano com início do perímetro rural na estrada do Pulador, conforme mapa e memorial descritivo que ficam fazendo parte integrante da presente Lei.

Art. 2º. O Poder Executivo sinalizará, em ambos os sentidos das vias, no seu início e término, com placas de tamanho e cores oficiais, com

a denominação personalizada do bairro.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Major Vieira, SC, 08 de outubro de 2018.

ORILDO ANTÔNIO SEVERGNINI

Prefeito do Município de Major Vieira - SC

REGISTRADA E PUBLICADA NO DOM-DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS EM 08.10.2018 E SITE WWW.MAJORVIEIRA.SC.GOV.BR EM 08.10.2018

CRISTIANE RODRIGUES SIEMS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

## **LEI N. 2.428 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1769894

LEI N. 2.428 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

DENOMINA LOGRADOURO PÚBLICO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA, Estado de Santa Catarina, ORILDO ANTÔNIO SEVERGNINI, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente

LEI

Art. 1º. Fica denominada de "rua Arildo Grosskoph" o prolongamento da rua João Florentino de Souza, situada no bairro Nova Brasília, iniciando-se a partir do rio, compreendendo as quadras 52,64,63,62 e 61, conforme mapa descritivo, que fica fazendo parte integrante da presente lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Major Vieira, SC, 08 de outubro de 2018.

ORILDO ANTÔNIO SEVERGNINI

Prefeito do Município de Major Vieira - SC

REGISTRADA E PUBLICADA NO DOM-DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS EM 08.10.2018 E SITE WWW.MAJORVIEIRA.SC.GOV.BR EM 08.10.2018

CRISTIANE RODRIGUES SIEMS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

# Maracajá

## PREFEITURA

### DECRETO 102/2018

Publicação Nº 1770255

DECRETO Nº 102 DE 8 DE OUTUBRO DE 2018.

DESIGNA REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC JUNTO A SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Designa a senhora ALINE MELLO ROSSO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Escola para ser representante da Prefeitura de Maracajá, Estado de Santa Catarina, junto a Secretaria de Direitos Humanos, para praticar todos os atos necessários a efetivação e recebimento do conjunto de equipamentos destinados a equipagem e estruturação de Conselho Tutelar.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 8 de Outubro de 2018.

Arlindo Rocha  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal na Secretaria de Administração em 8 de Outubro de 2018.

Marluci Freitas Bitencourt  
Secretária de Administração

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 016/FMS/2018

Publicação Nº 1769521

EXTRATO DE CONTRATO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Espécie: Contrato FMS nº 019/FMS/2018.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde.

Contratada: VIP CAR VEICULOS LTDA

Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo de transporte sanitário – tipo Van -, cujas especificações encontram-se detalhadas no termo de referência anexo ao edital de licitação, que fazem parte integrante deste instrumento como se aqui estivessem transcritos. PROPOSTA Nº 10425.206000/1170-01 – Ministério da Saúde

Valor: R\$ 178.000,00 (cento e setenta e oito mil reais).

Vigência: 31/12/2018

Data de Assinatura: 20/09/2018

Maracajá/SC, 09 de outubro de 2018.

Diogo Copetti Silveira - Gestor FMS  
Contratante

VIP CAR VEICULOS LTDA  
JOSÉ OLIVAR COSTA NOLLA  
Contratada

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 017/FMS/2018

Publicação Nº 1769524

EXTRATO DE CONTRATO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Espécie: Contrato FMS nº 017/FMS/2018.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde.

Contratada: MK CLINICA VETERINARIA LTDA

Objeto: Contratação de serviços veterinários para a realização de procedimentos cirúrgicos, castração/esterilização em fêmeas e machos das espécies caninas e felinas, além de medicação pós-operatório, com intuito de diminuir o crescimento reprodutivo as incidências de zoonoses no município de Maracajá/SC, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas no edital, termo de referência

e anexos, que ficam fazendo parte integrante e inseparável deste instrumento como se aqui estivessem transcritos.

Valor: R\$ 17.999,70 (dezesete mil novecentos e noventa e nove reais e setenta centavos).

Vigência: 31/12/2018

Data de Assinatura: 20/09/2018

Maracajá/SC, 09 de outubro de 2018.

DIOGO COPETTI SILVEIRA - GESTOR FMS

Contratante

M K CLINICA VETERINARIA LTDA

FERNANDA SCHWARZ PIRES

Contratada

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 081/2018

Publicação Nº 1769587

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ  
Extrato de Contrato

Espécie: Contrato nº 081/2018.

Contratante: Município de Maracajá/SC.

Contratada: MATERIA PRIMA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

Objeto: A contratação de empresa especializada para a elaboração de Uniforme Esportivo para os alunos/atletas da Escolinha de Futebol de Campo – Departamento Municipal de Esportes de Maracajá, no exercício financeiro de 2018.

Valor: R\$ 6.240,00 (seis mil duzentos e quarenta reais).

Vigência: Até 31/12/2018

Data de Assinatura: 14/09/2018

Maracajá/SC, 09 de outubro de 2018.

Arlindo Rocha

Prefeito Municipal

Contratante

MATERIA PRIMA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

MARIA IDIONE M. TRAMONTIN

Representante Legal

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 082/2018

Publicação Nº 1769588

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ  
Extrato de Contrato

Espécie: Contrato nº 082/2018.

Contratante: Município de Maracajá/SC.

Contratada: H.F. DOS SANTOS SOLUÇÕES

Objeto: Aquisição e instalação de um Placar Eletrônico Poliesportivo para utilização no Ginásio do Centro Esportivo Antônio da Rocha no Município de Maracajá/SC.

Valor: R\$ 8.970,00 (oito mil novecentos e setenta reais).

Vigência: Até 21/012/019

Data de Assinatura: 24/09/2018

Maracajá/SC, 09 de outubro de 2018.

Arlindo Rocha

Prefeito Municipal

Contratante

H.F. DOS SANTOS SOLUÇÕES

HIGOR FERNANDES DOS SANTOS

Representante Legal



# Maravilha

## PREFEITURA

### Decreto nº 664/2018

Publicação Nº 1769624

DECRETO N. 664, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.

REVOGA PROCESSO LICITATÓRIO N. 155/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Maravilha – SC, e.e., no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 77, inciso VI da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no Art. 49, da Lei Federal 8.666/1993, bem como o inserto na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal;

Considerando a necessidade de readequação dos projetos e orçamentos para execução de reforma no ginásio de esportes no Centro Educacional Monteiro Lobato no Município de Maravilha - SC.

Considerando que a Autoridade Administrativa após fundamentar o Ato poderá decretar a revogação do procedimento licitatório,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Processo Licitatório n. 155/2018, na Modalidade de Tomada de Preços n. 019/2018, o qual tinha como objeto a execução de reforma no ginásio de esportes no Centro Educacional Monteiro Lobato no Município de Maravilha - SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 05 de outubro de 2018.

SANDRO DONATI

Prefeito e.e. do Município de Maravilha

Registrado e Publicado na data supra.

CLEITON BORGARO

Secretário Planej., Adm. e Fazenda

### Lei Complementar nº 126/2018

Publicação Nº 1770302

LEI COMPLEMENTAR Nº 126, DE 9 DE OUTUBRO DE 2018

Altera dispositivo da Lei Complementar nº 93, de 14 de novembro de 2016 e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica pela presente Lei Complementar alterado o inciso V, do art. 147 da Lei Complementar nº 93, de 14 de novembro de 2016, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 147. [...]

V- Quando houver menos de cinco moradias no mesmo alinhamento, o corredor de acesso de veículos e pedestres poderá ser compartilhado, desde que demarcada a faixa do trajeto seguro;

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 9 de outubro de 2018.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado em data supra.

# Marema

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 100/2018

Publicação Nº 1770233

DECRETO Nº 100/2018

Declara Situação de Emergência nas áreas rural e urbana do município de Marema afetadas por chuvas intensas e vendaval, COBRADE: Enxurrada -1.2.2.0.0, conforme IN/MI/2016 nº 02/2016, e dá outras providências.

PREFEITO MUNICIPAL DE MAREMA – ESTADO DE SANTA CATARINA, Sr. Adilson Barella, usando das atribuições que lhe confere o artigo 64, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal de Marema, com fundamento na Lei Federal nº 12.608/2012, Decreto Federal nº 7.257/2010, e na Instrução Normativa nº 02, de 20.12.2016, do Ministério da Integração Nacional e,

#### CONSIDERANDO:

- I. Que os fenômenos naturais, quais sejam, Enxurrada acompanhada de fortes ventos ocorridos na manhã do dia 02 de outubro, a partir das 08:30 horas, com duração de aproximadamente uma hora e meia em relação a enxurrada, persistindo as chuvas fortes e ventos, causando danos e prejuízos em todo o Município;
- II. Que na data de 03 de outubro, a partir das 05:00 horas os fenômenos se repetiram, agravando os danos e prejuízos;
- III. Que, devido às fortes chuvas, houve alagamentos no Município, impedindo o trânsito de veículos, inundando casas, causando danos na malha viária, interrupção no fornecimento de energia elétrica, resultado prejuízos aos produtores rurais, a residências situadas no perímetro urbano, em estabelecimentos comerciais e em prédio público;
- IV. Que, no interior, houve o desmoronamento de encostas, queda de árvores, vias restaram amplamente prejudicadas (praticamente intransitáveis) e pontilhões foram destruídos em virtude das fortes correntezas dos cursos d'água e das águas pluviais;
- V. Que, no perímetro urbano, ocorreu inundação de residências, estabelecimentos comerciais e em prédio público, além de danos nas instalações de escoamento pluvial;
- VI. Que o parecer da COMDEC (Coordenadoria Municipal de defesa Civil) do Município de Marema/SC, órgão municipal de Proteção e Defesa Civil, relatando a ocorrência deste desastre, é favorável à declaração de Situação de Emergência.

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Enxurrada - 1.2.2.0.0, conforme IN/MI nº 02/2016.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da COMDEC, Órgão Municipal de Proteção e Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre, reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a mobilização de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da COMDEC, Órgão Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

- I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;
  - II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência de 180 (cento e oitenta) dias.

Marema/SC, em 04 de outubro de 2018.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na data supra

Luís Antônio Cipriani  
OAB/SC 35.698 – Assessor Jurídico

# Massaranduba

## PREFEITURA

### CONTRATO 89.2018 (PMM) - JOÃO LUIZ MARQUES DA SILVA - ME

Publicação Nº 1770506

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 89/2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E A PESSOA JURÍDICA JOÃO LUIZ MARQUES DA SILVA - ME.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso da atribuição que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CREDENCIANTE, e do outro lado, a pessoa jurídica JOÃO LUIZ MARQUES DA SILVA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 09.195.325/0001-41, com sede na Rua Geni de Fátima Zanela de Lima, número 356, bairro Estrada Nova, município de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. JOÃO LUIZ MARQUES DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 068.470.818-30 do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 168/2018, bem como mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme seguintes disposições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Refere-se ao objeto deste instrumento contratual: "COLETA DE RESÍDUOS DE ÓLEO DE COZINHA, UTILIZADOS PELO PODER PÚBLICO".

1.1.1. O óleo deverá ser recolhido a cada 30 dias, conforme data estipulada pelo contratante, conforme necessidade, nos seguintes pontos de entrega: Escolas Municipais, Escolas Estaduais, CEIs e Prédios Públicos.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CREDENCIADA

2.1. O coletor obriga-se a recolher o óleo a cada 30 (trinta) dias, conforme necessidade;

2.2. O coletor disponibilizará para o fornecedor, os tambores para o devido armazenamento dos materiais, respeitando assim as normas de vigilância sanitária;

2.3. O coletor ficará responsável pela limpeza periódica dos tambores;

2.4. O coletor disponibilizará para o fornecedor, os adesivos orientativos, para os tambores coletores;

2.5. O coletor disponibilizará de apoio publicitário, com material gráfico e palestras;

#### CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O resíduo será contabilizado em formato de troca de produtos, a cada 30 (trinta) litros de óleo coletados, o fornecedor terá direito as 5 (cinco) litros de produtos de limpeza, detergente, água sanitária, desinfetante e sabão.

3.1.1. A troca dos produtos será efetuada pelo coletor.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

4.1. O presente contrato terá validade de 01 (um) ano a partir da data de sua assinatura, podendo ser renovado mediante concordância das partes, de acordo com o previsto no artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1. O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer uma das partes nos seguintes casos:

5.1.1. Pelo inadimplemento de quaisquer das partes.

5.1.2. Transferir o contrato a terceiros ou subempreitar sem concordância escrita da Prefeitura de Massaranduba (SC).

5.1.3. Interromper a prestação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação a Prefeitura de Massaranduba (SC).

5.1.4. Por aviso escrito e assinado, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias, ou de comum acordo, reduzindo o prazo acima, sem que isso venha a trazer prejuízo ao objeto do presente contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO FORO E DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. Este contrato, o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 168/2018, bem como seus anexos são complementares entre si; qualquer detalhe mencionado num e omitido no outro será considerado válido.

6.2. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Guaramirim, estado Santa Catarina, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as dúvidas que se originarem da execução do presente contrato.

6.3 A execução do presente contrato será acompanhado e fiscalizado pelo Sra. Marileia Selonke Sasse, servidora pública municipal, que exercerá rigoroso controle em relação ao presente certame, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Massaranduba, 03 de outubro de 2018.

MUNICIPIO DE MASSARANDUBA
ARMINDO SESAR TASSI
PREFEITO
JOÃO LUIZ MARQUES DA SILVA - ME
JOÃO LUIZ MARQUES DA SILVA
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

MARILEIA SELONKE SASSE	CRISTIANO RODOLFO TIRONI
CPF: 756.995.759-87	CPF: 037.067.119-82

## LEI Nº 1948 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1769547

LEI Nº 1948 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, na qualidade de Agente Financeiro, com garantia da União e dá outras providências correlatas.

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito Municipal de Massaranduba, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Massaranduba aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, até o valor de R\$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais), no âmbito do programa PRÓ-TRANSPORTE, com a finalidade de executar empreendimentos de mobilidade urbana, observada a legislação vigente para a contratação de operações de crédito, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantia à garantia da União, à operação de crédito de que trata esta Lei, em caráter irrevogável e irretratável, a modo "pro solvendo", as receitas a que se referem os artigos 158 e 159, inciso I, alínea "b", complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no artigo 156, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias admitidas em direito.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inciso II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 4º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei Municipal nº 1852/2018.

Massaranduba, 09 de outubro de 2018.

ARMINDO SESAR TASSI  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI  
Gerente de Gabinete

**LEI Nº 1949 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1769549

LEI Nº 1949 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

Autoriza a abertura de créditos adicionais suplementares

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu promulgo e sanciono a Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar a Lei 1850, de 22 de dezembro de 2017, referente a Lei Orçamentária Anual 2018, abrindo os créditos adicionais suplementares ao Orçamento de 2018, no valor de R\$ 182.500,00 (cento e oitenta e dois mil e quinhentos reais) conforme classificação funcional programática abaixo:

0600 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0602 – GERÊNCIA DA TRIBUTAÇÃO

0602.004.0129.0010.2013 – Manutenção da Administração/Tributação

0602 – 333900000 – Aplicações diretas

0602 – 010000 – Recursos ordinários ..... R\$ 30.000,00

0700 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0703 – GERÊNCIA DE ESTRADAS

0703.0026.0782.0017.2030 – Manutenção da frota rodoviária da Secretaria de Estradas, Obras e Serviços Urbanos

0703 – 333900000 – Aplicações diretas

0703 – 010000 – Recursos ordinários ..... R\$ 100.000,00

1200 – SECRETARIA DE AGRICULTURA

1201 – GERÊNCIA DE AGRICULTURA

1201.0026.0782.0031.2031 – Manutenção da frota rodoviária da Secretaria de Agricultura

0703 – 333900000 – Aplicações diretas

0703 – 010000 – Recursos ordinários ..... R\$ 52.500,00

Art. 2º Os recursos para abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, são oriundos da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias conforme Artigo 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320/64, a saber:

0700 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0703 – GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

0703.0028.0846.0008.0003 – Pagamento de servidores inativos

0703 – 331900000 – Aplicações diretas

0703 – 010000 – Recursos ordinários ..... R\$ 7.500,00

0703.0004.0123.0009.2015 – Manutenção da Contabilidade

0703 – 333900000 – Aplicações diretas

0703 – 010000 – Recursos ordinários ..... R\$ 30.000,00

0800 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

0801 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

0801.0012.0122.0037.1009 – Reforma e Ampliação da Sede da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo

0801 – 333900000 – Aplicações diretas

0801 – 0101000 – Receita de impostos – educação ..... R\$ 10.000,00

0801.0012.0361.0020.2039 – Manutenção do Ensino Fundamental

0801 – 331900000 – Aplicações diretas

0801 – 0101000 – Receita de impostos – educação ..... R\$ 20.000,00

0900 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0901 – GERÊNCIA DE SAÚDE

0901.010.0301.0026.2095 – Manutenção das Unidades de Estratégia de Saúde da Família - ESF

0901 – 331900000 – Aplicações diretas

0901 – 01020000 – Receita de impostos - saúde ..... R\$ 65.000,00

0901.010.0301.0026.2096 – Manutenção do Programa Agente Comunitário de Saúde - PACS

0901 – 331900000 – Aplicações diretas

0901 – 01020000 – Receita de impostos - saúde ..... R\$ 50.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 09 de outubro de 2018.

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI  
Gerente de Gabinete

## LEI Nº 1950 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1769551

LEI Nº 1950 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

Autoriza o Município de Massaranduba a efetuar cessão de uso de bem móvel ao Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina – CBMSC, e dá outras providências.

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu promulgo e sanciono a Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Cessão de Uso de bem móvel com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina – CBMSC, do veículo abaixo descrito:

I – veículo, marca TOYOTA, modelo ETIOS HB XPLUS AT, combustível álcool/gasolina, ano de fabricação/modelo 2018/2019, cor vermelha, chassi nº 9BRK29BT9K0176734, placa OKD3668, com todos os equipamentos obrigatórios, avaliado em R\$66.000,00 (sessenta e seis mil reais), adquirido pelo Município de Massaranduba, através de recursos do CONVÊNIO Nº 002/2015 PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA/CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA.

Art. 2º A presente cessão de uso terá vigência pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar da assinatura do respectivo Termo, podendo ser prorrogada através de termo aditivo, ficando a cargo do CESSIONÁRIO as despesas decorrentes de sua perfeita conservação e manutenção, bem como os custos de abastecimento do veículo, seguro obrigatório e total, além dos tributos incidentes sobre o bem desse termo, bem como as despesas decorrentes de acidentes (materiais e pessoais).

Art. 3º A minuta do Termo de Cessão de Uso, a ser firmado entre as partes, na forma do Anexo I, integra a presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 09 de outubro de 2018.  
ARMINDO SESAR TASSI  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI  
Gerente de Gabinete

### ANEXO I

#### TERMO DE CESSÃO DE USO

TERMO DE CESSÃO DE USO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA E O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CBMSC.

O MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, situado na Rua 11 de Novembro, nº 2765, Centro, Massaranduba - SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.483/0001-62, doravante denominado CEDENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Armindo Sesar Tassi, portador da Carteira de Identidade nº 1589858/SSPSC, CPF nº 664.790.539-15, e o ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC, situado à Rua Almirante Lamego, 381, Centro – Florianópolis, inscrito no CNPJ nº 06.096.391/0001-76, doravante denominado CESSIONÁRIO, neste ato representado por seu Comandante-Geral Coronel BM João Valério Borges, portador do CPF nº 407.426.870-15, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Cessão de Uso, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente termo é a cessão de uso pelo CEDENTE em favor do CESSIONÁRIO, a título gratuito, o seguinte bem móvel adquirido com recursos da CONTA CONVÊNIO-PREFEITURA/CBMSC, em cumprimento ao Convênio nº 002/2015, firmado entre as partes:

I - marca TOYOTA, modelo ETIOS HB XPLUS AT, combustível álcool/gasolina, ano de fabricação/modelo 2018/2019, cor vermelha, chassi nº 9BRK29BT9K0176734, placa OKD3668, com todos os equipamentos obrigatórios, avaliado em R\$66.000,00 (sessenta e seis mil reais).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO

O bem destina-se à manutenção e execução dos serviços de bombeiro militar no Município de Massaranduba, ficando o CESSIONÁRIO responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução desse serviço.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES

I - São obrigações do CESSIONÁRIO:



- a) Usar o bem exclusivamente para o fim a que se destina;
- b) Não transferir ou ceder o bem a terceiros;
- c) Zelar pela guarda do bem, comunicando ao CEDENTE a ocorrência de qualquer acidente;
- d) Responsabilizar-se por eventuais transgressões à legislação de trânsito (ou análoga) e pelos efeitos dessas;
- e) Arcar com os custos de abastecimento, conservação, manutenção e reposição das peças necessárias à conservação e uso do bem, além de pagar todos os impostos e taxas incidentes sobre os bens deste termo.

**II - São obrigações do CEDENTE:**

- a) Arcar com os custos elencados na letra "e", item I, da cláusula terceira em casos de justificada emergência administrativo-operacional através da conta/convênio entre o município e o CBMSC;
- b) Realizar os abastecimentos necessários até o devido emplacamento quando o bem a ser cedido tratar-se de chassi;
- c) Realizar o emplacamento do veículo quando o bem a ser cedido tratar-se de chassi.

**CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento do Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros - FUMCBM e, nos casos de necessidade, da conta/convênio, conforme item II da cláusula terceira.

**CLÁUSULA QUINTA - DA CARACTERIZAÇÃO**

Enquanto durar a presente Cessão de Uso o bem integrará a frota do CESSIONÁRIO, caracterizado por suas cores, símbolos e placas (licenças) específicos.

**CLÁUSULA SEXTA - DA DEPRECIAÇÃO**

Por conta do presente acordo, o objeto desta Cessão de Uso será utilizado no serviço de bombeiro, o qual será devolvido, quando da rescisão ou expiração deste instrumento, no estado em que se encontrar, desgastado pelo seu uso.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO**

Este Termo de Cessão de Uso reger-se-á, no que couber, pelas normas estabelecidas no inciso IX do Artigo 8º da Constituição Estadual, Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e alterações e na Lei Municipal nº ....., de .... de ..... de 2018. (Lei Municipal que autoriza a cessão do bem ao Estado para uso do Corpo de Bombeiros Militar).

**CLÁUSULA OITAVA - PRAZO E VIGÊNCIA**

O presente Termo de Cessão de Uso vigorará por 05 (cinco) anos, a contar da data de assinatura, podendo ser denunciado a qualquer tempo, se assim for do interesse de qualquer dos acordantes, mediante comunicação prévia de, no mínimo, 30 (trinta) dias.

**CLÁUSULA NONA - DOS TERMOS ADITIVOS**

Este Termo de Cessão de Uso poderá ser alterado e/ou prorrogado através de Termos Aditivos, de comum acordo entre as partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO**

Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Capital, renunciando as partes a qualquer outro, mesmo que mais privilegiado.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 3 (três) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Massaranduba (SC)

ARMINDO SESAR TASSI Prefeito Municipal de Massaranduba	CORONEL BM – JOÃO VALÉRIO BORGES Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina
---	---

**TESTEMUNHAS:**

CAMILA ROSSI Gerente de Licitações e Contratos CPF nº 071.426.149-19	FABIANO SPÉZIA Secretário de Planejamento e Meio Ambiente CPF nº 950.720.129-72
--	---

**LEI Nº 1951 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1769552

**LEI Nº 1951 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018**

Autoriza o Poder Executivo Municipal a adquirir área de terras destinadas a ampliação do Centro de Educação Infantil Alvino Vegini, e dá outras providências.

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu promulgo e sanciono a Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir, por compra, área de terras de um terreno rural, matriculado sob n.º 9.875 do RI da Comarca de Guaramirim, situado na Estrada Geral Primeiro Braço do Norte, neste município, com área de 221.620 m², somente a área à desmembrar de 5.000 m², (cinco mil metros quadrados) sem benfeitorias, fazendo frente com a Estrada Geral Primeiro Braço do Norte, travessão dos fundos com terras de Tupy Agroenmergética S.A, estrema do lado direito com terras de João Ranghetti e do lado esquerdo com terras de Alvino Ranghetti, conforme matrícula em anexo, que destinar-se-á a ampliação do Centro de Educação Infantil Alvino Vegini.

Art. 2º A área de terras de 5.000 m², (cinco mil metros quadrados) a ser adquirida foi avaliada em R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), mediante prévia avaliação, em conformidade com o artigo 24, X da Lei 8666/93.

Art. 3º O imóvel acima escrito será adquirido pelo valor de avaliação, fixo e irrevogável, a ser pago no ato da assinatura do contrato de compra e venda.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente Lei e demais gastos necessários para a efetivação da mesma correrão por conta do Poder Executivo Municipal, através da verba abaixo especificada, consignada no orçamento vigente para o presente exercício:

08 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

1 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

1017 – Aquisição de imóvel para ampliação do Centro de Educação Infantil Alvino Vegini

3449000000000000 – Aplicações diretas

3360100 – vínculo

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 09 de outubro de 2018.

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

**LEI Nº 1952 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1769555

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
ASSGAB – Assessoria de Gabinete****LEI Nº 1952 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018**

**Altera o Anexo de metas anuais da Lei  
Municipal 1921/2018 - LDO 2019.**

**ARMINDO SESAR TASSI**, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu promulgo e sanciono a Lei:

**Art. 1º** Fica alterado o Anexo de Metas Anuais constante da Lei Municipal nº 1921/2018, de 20 de julho de 2018, passando a vigorar o Anexo I da presente lei.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 09 de outubro de 2018.

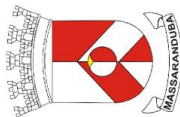
**ARMINDO SESAR TASSI**  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

**VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI**  
Gerente de Gabinete

**CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ**

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br – CNPJ: 83.102.483/0001-62



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**ASSGAB – Assessoria de Gabinete**

**ANEXO I**

**MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC**

Lei Orçamentária Anual

Anexo de Metas Fiscais

METAS ANUAIS

Entidade(s): Consolidado

Ano de Referência: 2019

AMF – Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2019			2020			2021		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante (c / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100
Receita Total	49.100.000,00	47.161.655,94	102,15	51.064.000,00	47.161.655,94	102,15	53.065.708,80	47.161.655,94	102,15
Receitas	47.683.565,00	45.801.138,22	99,20	49.590.907,60	45.801.138,22	99,20	51.534.871,18	45.801.138,22	99,20
Primárias (I)									
Despesa Total	49.100.000,00	47.161.655,94	102,15	51.064.000,00	47.161.655,94	102,15	53.065.708,80	47.161.655,94	102,15
Despesas	48.341.136,00	46.432.749,98	100,57	50.274.781,44	46.432.749,98	100,57	52.245.552,87	46.432.749,97	100,57
Primárias (II)									
Resultado	(657.571,00)	(631.611,76)	-1,37	(683.873,84)	(631.611,76)	-1,37	(710.681,69)	(631.611,75)	-1,37
Primário (III) = (I - II)									
Resultado Nominal	(124.704,99)	(119.781,95)	-0,26	(116.679,31)	(107.762,60)	-0,23	(120.734,52)	(107.301,68)	-0,23
Dívida Pública Consolidada	2.304.287,46	2.213.320,01	4,79	1.984.847,46	1.833.164,13	3,97	1.665.407,46	1.480.115,42	3,21
Dívida Consolidada Líquida	(7.747.159,50)	(7.441.321,20)	-16,12	(7.881.156,36)	(7.278.873,27)	-15,77	(8.015.744,91)	(7.123.918,86)	-15,43
		0,003			0,003			0,003	

**CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ**

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP 89108-000 – Fone: (47) 3379-4600  
 E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br – CNPJ: 83.102.483/0001-62

[illegible]

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br – CNPJ: 83.102.483/0001-62

**PROCESSO LICITATÓRIO 173.2018 PP 173.2018 (PMM) - REGISTRO DE PREÇOS: MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DIVERSOS PARA CONDICIONADORES DE AR DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

Publicação Nº 1769963

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 173/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 173/2018

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DIVERSOS DE CONDICIONADORES DE AR, COM FORNECIMENTO NÃO EXCLUSIVO DE PEÇAS.

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 23/10/2018.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h15min do dia 23/10/2018.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO 176.2018 PP 176.2018 (PMM) - REGISTRO DE PREÇOS: SERVIÇOS DE PLOTAGENS DIVERSAS**

Publicação Nº 1770089

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 176/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 176/2018

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLOTAGENS DIVERSAS.

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 13h30min do dia 23/10/2018.

ABERTURA DA SESSÃO: 13h45min do dia 23/10/2018.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO 177.2018 PP 177.2018 (PMM) - REGISTRO DE PREÇOS: UNIFORMES SOB MEDIDA PARA SERVIDORES MUNICIPAIS**

Publicação Nº 1770111

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 177/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 177/2018

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES CONFECCIONADOS SOB MEDIDA CONFORME MODELO PADRÃO DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) DESTINADOS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS.

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 24/10/2018.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h15min do dia 24/10/2018.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO 40.2018 PP 40.2018 (FMS) - REGISTRO DE PREÇOS: EQUIPAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS**

Publicação Nº 1770252

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2018

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS DESTINADOS AO FUNDO

MUNICIPAL DE SAÚDE.

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 25/10/2018.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h15min do dia 25/10/2018.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

## PROCESSO LICITATÓRIO 41.2018 PP 41.2018 (FMS) - REGISTRO DE PREÇOS: MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS EM GERAL PARA NASF E UNIDADES DE SAÚDE

Publicação Nº 1770152

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2018

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS EM GERAL DESTINADOS AO NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA (NASF) E UNIDADES DE SAÚDE.

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 13h30min do dia 24/10/2018.

ABERTURA DA SESSÃO: 13h45min do dia 24/10/2018.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

## TERMO ADITIVO DE QUANTIDADE - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 15.2018 (FMS)

Publicação Nº 1770018

TERMO ADITIVO QUANTITATIVO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2018

Aos cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, número 2997, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Gestora, Sra. SUZANE ELISA FROEHLICH REINKE, inscrita no CPF sob o nº 468.882.339-87, através da PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal 2.051/10 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2018 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito supracitado, RESOLVE ADITIVAR AS QUANTIDADES oferecidas.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO E AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA OS TABLETS DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITIVO QUANTITATIVO

2.1. Este aditivo deu-se em virtude da quantidade estimada não ser o suficiente para suprir as necessidades. Segue abaixo as especificações bem como os quantitativos aditados:

FORNECEDOR: 171514 - REI DOS REIS COMÉRCIO ATACADISTA COM. ATAC. DE EQUIP. DE INFORMÁTICA LTDA						
ITEM	PRODUTO	UNID	QUANTIDADES			
			QTDE LICITADA	QTDE ADITIVO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
5	CARREGADOR ORIGINAL 2A COM CABO UBS INCLUSO PARA TABLET MODELO SAMSUNG GALAXY TAB 4 SM-T531	UNID	20	5	R\$ 96,00	R\$ 480,00
TOTAL DO ADITIVO: R\$ 480,00 (QUATROCENTOS E OITENTA REAIS).						

### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. Integra esta ata, o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2018 e as propostas das classificadas no certame supra numerado.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.



3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

3.4. Permanecem inalteradas as demais cláusulas da ata que deu origem a este termo aditivo.

Massaranduba (SC), 05 de outubro de 2018.

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
---------------------------

ARMINDO SESAR TASSI
---------------------

CONTRATANTE
-------------

REI DOS REIS COMÉRCIO ATACADISTA COM. ATAC. DE EQUIP. DE INFORMÁTICA LTDA
---

GEISON ALEXANDRE LOPES
------------------------

CONTRATADA
------------

**Matos Costa****PREFEITURA****3º ADITIVO CONTRATO 17**

Publicação Nº 1769973

**EXTRATO CONTRATUAL**

3º ADITIVO DE ACRESCIMO AO CONTRATO 17/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA-SC

CONTRATADA: SIRLEIA RIBEIRO - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 27.052.838/0001-85.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2018

OBJETO: O presente aditivo tem por objeto o acréscimo de 2 km (ida e volta) por dia, no trajeto correspondente a linha Rancho do Meio, Treze de outubro e São Roque no Município de Matos Costa.

Matos Costa, 09 de outubro de 2018. Raul Ribas Neto – Prefeito Municipal.

**DECRETO 105/2018**

Publicação Nº 1769530

DECRETO N.º 105/2018 – de 4 de outubro de 2018.

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal 2188/2017, de 25 de outubro de 2017:

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, da Prefeitura Municipal de Matos Costa, que especifica:

ORGÃO	02.00	GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO		
UNIDADE	02.01	GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO		
ATIVIDADE	2.003	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO		
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas		15.000,00

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit da Prefeitura Municipal de Matos Costa.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Matos Costa, 04 de outubro de 2018.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM	O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Dirceu Joanim de Freitas Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**DECRETO 106/2018**

Publicação Nº 1769655

DECRETO N.º 106/2018 – de 9 de outubro de 2018.

Autoriza a transferência de lotação de veículo de propriedade do município de Matos Costa, e dá outras providências.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e:

Considerando que a Secretaria Municipal de Viação Obras e Urbanismo adquiriu veículo novo para aos serviços de transporte de materiais e pessoal da secretaria, e ;

Considerando que o veículo pode ser utilizado em outra secretaria no trabalho a serviços do município, e por estar em boas condições de uso e de segurança:

## DECRETA

Art. 1º. Fica autorizada a transferência de lotação do veículo abaixo descrito para a Secretaria, conforme abaixo segue:

Secretaria de Origem: Secretaria Municipal de Viação Obras e Urbanismo

Secretaria de Destino: Secretaria Municipal de Agricultura

Tipo	Marca	Placa	Combustível	Ano/modelo	Nº Patrimônio
Sandeiro AUT 1016V	Renault	ASW 3233	Álcool/gasolina	2010/2010	3323

Art. 2º. Fica a Secretaria Municipal de Agricultura responsável em promover a troca de lotação do veículo acima descrito nos Registros Constantes do Patrimônio Municipal.

Art. 3º. As despesas decorrentes com a manutenção dos veículos ora transferidos passará a correr por conta das dotações constantes no orçamento da secretaria beneficiada.

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Matos Costa, 9 de outubro de 2018

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM	O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**LEI COMPLEMENTAR 039/2018**

Publicação Nº 1769955

LEI COMPLEMENTAR N.º 039/2018 – de 28 de setembro de 2018.

Dispõe sobre alteração do art. 82 e do anexo IV da Lei Complementar 025/2012.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito Municipal de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores APROVOU e eu SANCIONO a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - O art. 82 passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 82 - O lote mínimo para efeito de novas aprovações de parcelamento no município, é de 240 m² (duzentos e quarenta metros quadrados) de área, com testada mínima de 12 metros (doze metros).

Art. 2. Fica reduzida a metragem mínima de lotes para 240 m² (duzentos e quarenta metros quadrados) no Anexo IV Tabela II de Uso e Ocupação do Solo, Zonas: Zona de Interesse Comercial - ZIC; Zona Mista Diversificada - ZMD; Zona de Interesse Turístico - ZIT; Zona de Interesse Residencial 1 - ZIR1 e Zona de Interesse Residencial 2, ZIR 2.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal, 28 de setembro de 2018.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

A presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM	A presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Amélia Aparecida da Silva Auxiliar Administrativo I	Marcelo Carneiro Bleixuehl Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

# Meleiro

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 270-2018

Publicação Nº 1769470

PORTARIA n.º 270/2018

TRATA DO RETORNO DA LICENÇA SAÚDE.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

RETORNAR

Art. 1.º Da licença saúde à servidora AMARFELINA MOTA DA BOIT, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 09 de Outubro de 2018.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 271-2018

Publicação Nº 1769471

PORTARIA n.º 271/2018

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE TECNICO DE ENFERMAGEM DO SAMU.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 031/2010, de 07 de Junho de 2010 e suas alterações e Lei nº 1786/2018 de 29 de Agosto de 2018, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora JOSIANE NAZARIO MARTINS, para o cargo de Técnico de Enfermagem - SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 09 de Outubro de 2018.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

# Modelo

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº 071/2018

Publicação Nº 1769957

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MODELO  
Aviso de Licitação

Processo Nº: 2056/2018  
Modalidade: Pregão Nº 071/2018  
Tipo: Menor preço - Unitário por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRA, RETROESCAVADEIRA TRAÇADA, TRATOR DE ESTEIRA E CAMINHÃO BASCULANTE PARA ATENDER AS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESTRADAS E RODAGENS, DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E DEPARTAMENTO DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC  
Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 25 de outubro de 2018  
Abertura dos Envelopes: 08:45 horas do dia 25 de outubro de 2018.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 08:30 às 12:00, e das 13:30 às 17:30, ou pelo site [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br)  
Modelo/SC 08 de outubro de 2018.  
Ricardo Luis Maldaner  
Prefeito

# Mondaí

## PREFEITURA

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 049/2018 - PMM

Publicação Nº 1770164

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 049/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ/SC. EMPRESAS REGISTRADAS: BORCK BRUCH E WEBER COM. MAT. CONSTRUÇÃO LTDA, VALOR TOTAL REGISTRADO: R\$ 20.160,00 (vinte mil cento e sessenta reais); LOTÉRICA E COMÉRCIO SL LTDA, VALOR TOTAL REGISTRADO: R\$ 6.056,00 (seis mil e cinquenta e seis reais); PAPELARIA E BAZAR BEM BOM LTDA – ME, VALOR TOTAL REGISTRADO: R\$ 2.437,00 (dois mil quatrocentos e trinta e sete reais). OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de materiais diversos para ornamentação natalina e materiais elétricos que serão utilizados na decoração Natalina do Município de Mondaí, incluindo as escolas municipais, departamento de cultura e turismo, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I deste edital e mediante as demais condições estabelecidas neste edital e seus anexos. ORIGEM: Pregão Presencial nº. 065/2018. VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 08 de Outubro de 2019. Mondaí – SC, 09 de Outubro de 2018. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal.

### EXTRATO TERMO ADITIVO ATA REG\_PREÇOS Nº 029/2018 - PMM

Publicação Nº 1769721

MUNICIPIO DE MONDAÍ

PUBLICAÇÃO DO RESUMO DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº. 066/2018. Edital: Pregão Presencial nº. 036/2018. Ata de Registro de Preços: 029/2018 – Termo Aditivo nº 004. Objeto: Fornecimento de combustível, Óleo Diesel, destinados para manutenção da frota de veículos e máquinas do MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina. Finalidade: Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nos termos da alínea “d” do inciso II, do artigo 65, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993. Fornecedor: SCHUH & FILHO LTDA – 85.216.299/0001-79. Valores: do valor atual de R\$ 3,59 para R\$ 3,69 por litro de óleo diesel comum. Vigência: até 17/06/2019. Mondaí/SC, 08 de outubro de 2018. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal.

# Morro Grande

## PREFEITURA

### PORTARIA 146/2018

Publicação Nº 1769847

PORTARIA Nº 146/2018

TRATA DA CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o art. 52, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei 781/2013,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido férias de 30 (trinta) dias, a partir de 10/1

0/2018, para o servidor VALCIONE FENALI, matrícula nº 230, referente ao período aquisitivo 20/03/2017 a 19/03/2018;

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Morro Grande/SC, 09 de outubro de 2018.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal



# Navegantes

## PREFEITURA

### ATA DA SESSÃO 124/2018 PMN

Publicação Nº 1770404

#### ATA PREGÃO PRESENCIAL N º 124/2018 PMN

AS NOVE HORAS DO DIA VINTE E QUATRO DE SETEMBRO DE DOIS MIL DE DEZOITO, A PREGOEIRA CARLA CLAUDINO E EQUIPE DE APOIO, JOSEZITE DOS SANTOS, VERA LUCIA LUÇOLLI DA COSTA, PABLO ROMERO COSTA PEREIRA DIAS NOMEADOS PELA PORTARIA Nº 565 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018, REUNIRAM-SE PARA ABERTURA E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, DO EDITAL A LICITAÇÃO PROCESSO-NÚMERO CENTO E VINTE E QUATRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO, TIPO MENOR PREÇO POR LOTE, CUJO OBJETO REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MANUTENÇÃO CORRETIVA, PREVENTIVA E ESTÉTICA EM MECÂNICA EM GERAL (ELÉTRICA, ELETRÔNICA, HIDRÁULICA, FUNILARIA, PINTURA, TAPEÇARIA, BORRACHARIA, GEOMETRIA, ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO E CAMBAGEM), PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES, COM FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, MATERIAIS E ACESSÓRIOS NOVOS, TODOS ORIGINAIS DE FÁBRICA DAS MARCAS DOS VEÍCULOS, PERTENCENTES AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS. EMPRESAS PARTICIPANTES: LUCKMANN MECÂNICA AUTOMOTIVA LTDA, REPRESENTADA POR DIANI SILVA; AUTOMECANICA E PECAS GE LTDA - ME, REPRESENTADA POR RAFAEL CELESTINO; BIG MOTOS LTDA, REPRESENTADA POR DANATTI MATOSO DA SILVA; OESTE COMERCIO VAREJISTA DE PECAS E OFICINA MECANICA EIRELI, REPRESENTADA POR SUELEN DOMICIANO DE SALES; MDM COMERCIO E SERVICOS LTDA, REPRESENTADA POR RENALDO MANSKE. OS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO DAS EMPRESAS FORAM ANALISADOS E VISTADOS, ONDE A EMPRESA MDM COMERCIO E SERVICOS LTDA NÃO APRESENTOU A DECLARAÇÃO DE ME TODAS EMPRESAS ESTAVAM DE ACORDO COM O EDITAL. FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE PROPOSTA DAS EMPRESAS, ONDE TODOS ESTAVAM DE ACORDO COM O EDITAL. FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES OS DOCUMENTOS DAS PROPOSTAS PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. DAMOS CONTINUIDADE A ETAPA DE LANCE ONDE AS EMPRESAS; LUCKMANN MECANICA AUTOMOTIVA LTDA SAGROU-SE VENCEDORA DO LOTE 1 PELO VALOR TOTAL DE R\$ 80.400,00, E JUNTAMENTE O LOTE 2 PELO VALOR TOTAL DE R\$ 345.920,00, COM O PERCENTUAL DE 5% DE DESCONTO; MDM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA SAGROU-SE VENCEDORA DO LOTE 3 PELO VALOR TOTAL DE R\$ 85.400,00 E JUNTAMENTE O LOTE 4 PELO VALOR TOTAL DE R\$ 864,00 COM PERCENTUAL DE 5% DE DESCONTO, O LOTE 5 PELO VALOR TOTAL DE R\$ 32.750,00 E JUNTAMENTE O LOTE 6 PELO VALOR TOTAL DE R\$ 985.800,00 COM PERCENTUAL DE 5% DE DESCONTO; BIG MOTOS LTDA SAGROU-SE VENCEDORA DO LOTE 7 PELO VALOR TOTAL DE R\$ 14.000,00 E JUNTAMENTE O LOTE 4 PELO VALOR TOTAL DE 65.000,00 COM PERCENTUAL DE DESCONTO DE 5%. ABERTOS O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS ONDE A EMPRESA BIG MOTOS LTDA APRESENTOU A CERTIDÃO DE DÉBITOS MUNICIPAIS POSITIVA, ESSA TEM O PRAZO DE 5 DIAS PRORRGAVEIS POR IGUAL PERÍODO. AS DEMAIS EMPRESAS ESTAVAM COM OS DOCUMENTOS DE ACORDO COM O EDITAL. FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES OS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOVERAM MAIS MANIFESTAÇÕES. NÃO FOI MENCIONADO INTENÇÃO DE RECURSO. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, NADA MAIS HAVENDO A RELATAR DEU-SE POR ENCERRADO OS TRABALHOS AS 12H E 10 MIN. EU PABLO ROMERO COSTA PEREIRA DIAS LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E ACHADO CONFORME SEGUE ASSINADO PELOS PARTICIPANTES PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DA MESMA.

### ATA DA SESSÃO 30/2018 FMS

Publicação Nº 1770391

#### ATA PREGÃO PRESENCIAL N º 30/2018 FMS

AS NOVE HORAS DO DIA PRIMEIRO DE OUTUBRO DE DOIS MIL DE DEZOITO, A PREGOEIRA CARLA CLAUDINO E EQUIPE DE APOIO, JOSEZITE DOS SANTOS, VERA LUCIA LUÇOLLI DA COSTA E PABLO ROMERO COSTA PEREIRA DIAS, NOMEADOS PELA PORTARIA Nº 565 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018, REUNIRAM-SE PARA ABERTURA E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, DO EDITAL A LICITAÇÃO PROCESSO NÚMERO TRINTA DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, CUJO OBJETO REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E DEMAIS DEPARTAMENTOS DA SECRETARIA DE SAÚDE, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. EMPRESAS PARTICIPANTES: PERFORMANCE COMERCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME, REPRESENTADA POR IZANIR BILLIG; MAXIMA ATACADISTA EIRELI, REPRESENTADA POR CARLOS AUGUSTO RAUEM; RS DISTRIB. E COM. DE ARTIGOS DE PAPELARIA LTDA, REPRESENTADA POR ANDRE LUIS SEIBT; PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA - ME, REPRESENTADA POR FABRICIO HACKBARTH; AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INFO. E ESCRI. LTDA, REPRESENTADA POR FABIANO DE MORAES CARDOSO; REGENSY COMERCIO LTDA - ME, REPRESENTADA POR GUSTAVO JKALFELTZ RESCAROLI; LINEAR INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI, REPRESENTADA POR VALDIR JUNIOR DA SILVA FERREIRA E PAULO RENATO CRISPIM E ELIETE DOS SANTOS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE. OS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO DAS EMPRESAS FORAM ANALISADOS E VISTADOS, ONDE TODAS EMPRESAS ESTAVAM DE ACORDO COM O EDITAL. FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. FOI ABERTO O ENVELOPE DE PROPOSTA DA EMPRESA, ONDE TODOS ESTAVAM DE ACORDO COM O EDITAL. FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES OS DOCUMENTOS DAS PROPOSTAS PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. DAMOS CONTINUIDADE A ETAPA DE LANCE ONDE AS EMPRESAS: PERFORMANCE COMERCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME, SAGROU-SE VENCEDORA DOS ITENS: ITEM 69 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 14,79, ITEM 70 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 2,50; RS DISTRIB. E COM. DE ARTIGOS DE PAPELARIA LTDA, SAGROU-SE VENCEDORA DOS ITENS: ITEM2 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 6,50; ITEM 19 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 2,53, ITEM 20 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 0,45, ITEM 21 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 0,59, ITEM 22 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 2,98, ITEM 23 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 6,56, ITEM 25 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 3,33, ITEM 27 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 9,44, ITEM

34 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 26,30, ITEM 41 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 10,40, ITEM 42 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 10,90, ITEM 47 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 10,00, ITEM 49 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 0,69, ITEM 50 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 1,00; LINEAR INDÚSTRIA E COMERCIO EIRELI SAGROU-SE VENCEDORA DOS ITENS: ITEM 1 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 19,99, ITEM 3 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 3,05, ITEM 9 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 15,40, ITEM 11 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 2,79, ITEM 12 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 21,9, ITEM 15 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 13,95, ITEM 16 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 13,95, ITEM 18 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 2,80, ITEM 40 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 35,50, ITEM 45 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 19,95, ITEM 46 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 6,50, ITEM 52 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 8,80, ITEM 53 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 2,95, ITEM 54 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 2,95, ITEM 55 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 2,90, ITEM 56 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 3,15, ITEM 57 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 3,60, ITEM 59 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 3,15, ITEM 60 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 4,50, ITEM 67 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 5,40, ITEM 68 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 3,20; PERFORMACE COMERCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME, SAGROU-SE VENCEDORA DOS ITENS: ITEM 10 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 13,60, ITEM 31 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 5,34, ITEM 62 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 18,47, ITEM 68 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 5,99; REGENSY COMERCIO LTDA - ME, SAGROU-SE VENCEDORA DOS ITENS: ITEM 26 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 4,45, ITEM 38 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 20,75, ITEM 48 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 3,20, ITEM 51 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 1,38, ITEM 65 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 15,50; MÁXIMA ATACADISTA EIRELI, SAGROU-SE VENCEDORA DOS ITENS: ITEM 4 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 2,57, ITEM 5 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 5,96, ITEM 6 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 4,89, ITEM 7 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 8,25, ITEM 8 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 6,79, ITEM 13 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 19,04, ITEM 14 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 13,69, ITEM 17 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 17,19, ITEM 24 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 2,48, ITEM 28 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 24,30, ITEM 29 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 62,79, ITEM 32 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 7,38, ITEM 33 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 4,90, ITEM 35 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 11,00, ITEM 36 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 18,40, ITEM 37 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 10,10, ITEM 39 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 35,85, ITEM 43 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 1,38, ITEM 44 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 5,13, ITEM 58 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 2,60, ITEM 61 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 5,00, ITEM 63 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 19,90, ITEM 64 NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 10,00. ABERTOS O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS ONDE A EMPRESA ESTÁ COM OS DOCUMENTOS DE ACORDO COM O EDITAL. FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES OS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOVERAM MAIS MANIFESTAÇÕES. NÃO FOI MENCIONADO INTENÇÃO DE RECURSO ATÉ ESTE MOMENTO. ESTA SESSÃO FOI SUSPensa NESTA MESMA DATA AS 12H E RETORNARÁ DIA 05/10/2018 AS 13H E 30 MIM. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, NADA MAIS HAVENDO A RELATAR DEU-SE POR ENCERRADO OS TRABALHOS AS 12H. EU VERA LUCIA LUÇOLLI DA COSTA LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E ACHADO CONFORME SEGUE ASSINADO PELOS PARTICIPANTES PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DA MESMA. DAR-SE O INÍCIO AO PRAZO DE 3 DIAS PARA APRESENTAÇÃO DA AMOSTRA.

## ATA II DA SESSÃO 109/2018 PMN

Publicação Nº 1770361

### ATA PREGÃO PRESENCIAL N º 109/2018 PMN

AS TREZE E TRINTA HORAS DO DIA PRIMEIRO DE OUTUBRO DE DOIS MIL DE DEZOITO, A PREGOEIRA CARLA CLAUDINO E EQUIPE DE APOIO, JOSEZITE DOS SANTOS, VERA LUCIA LUÇOLLI DA COSTA E PABLO ROMERO COSTA PEREIRA DIAS, NOMEADOS PELA PORTARIA Nº 565 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018, REUNIRAM-SE PARA DAR CONTINUIDADE AO EDITAL A LICITAÇÃO PROCESSO NÚMERO CENTO E NOVE DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, CUJO OBJETO REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. EMPRESAS PARTICIPANTES: EKOMOB COMERCIO LTDA - EPP, REPRESENTADA POR JONATHAS LIMA DOS SANTOS; MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA- ME, REPRESENTADA POR LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI; TECNOLAR LTDA - ME, REPRESENTADA POR HELIO ALMIR BAGATOLI; RP COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME, REPRESENTADA POR ROBSON PATRIK SOARES; TOPCLIMA SISTEMAS DE REFRIGERACAO EIRELI - EPP, ALTEROU SEU REPRESENTANTE PARA MAICON REGIS ARCANJO; ADL COMERCIAL EIRELI - EPP, REPRESENTADA POR ADEMIR LAURINDO; ESCOMÓVEIS - MÓVEIS ESCOLARES LTDA, REPRESENTADA POR DANIEL CENCI; LINEAR INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI, REPRESENTADA POR VALDIR JUNIOR DA SILVA FERREIRA; JEFERSON DA SILVEIRA - ME, REPRESENTADA POR GERSON DA SILVEIRA; F.N.S INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS DE AÇO EIRELI ME, REPRESENTADA POR ANDRE SCHEFFER; REIS DOS REIS COM.ATACADISTA DE EQUIP.INF.LTDA-ME, REPRESENTADA POR GEISON ALEXANDRE LOPES; SONHOS COLCHOES- INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP, REPRESENTADA POR ALBERTO LEVY; RICHESSE MOVEIS LTDA - EPP, REPRESENTAD POR JONAS TODT; MV ELETRONICOS EIRELI, REPRESENTADA POR MATHEUS BORDIGNON; FARIAS E FARIAS COMERCIO DE MOVEIS LTDA, REPRESENTADA POR JOSNEI RODRIGUES; DECIO DRUCZKOWSKI, REPRESENTADA POR DECIO DRUCZKOWSKI; SUPRIMÓVEIS EIRELI EPP, REPRESENTADA POR ANDERSON SANTOS FARIAS; BARKI INDUSTRIA E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP, REPRESENTADA POR JOSE ARILSON GEMIN DE ALMEIDA; OSMAR ORLANDI JUNIOR - ME, REPRESENTADA POR EVERTON VAGAS DICK; AS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, REPRESENTADA POR GRAZIELE FERNANDA DA SILVA SANTA' ANNA; PJ SERVIÇOS E COMERCIO LTDA -ME, REPRESENTADA POR IZABEL CRISTINA MEUER DE SOUZA; MAW COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA, REPRESENTADA POR MARCIO ANDRE WOLLNER; VITAFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E COLCHOES LTDA - E, REPRESENTADA POR VILMAR FERNANDES NERY; FABIANE GONSCHOROVSKI DE SOUZA, REPRESENTADA POR ADEMIR PEDRO GONSCHOROVSKI JUNIOR; ESTILO GLASS EQUIPAMENTOS E COZINHAS EIRELI, REPRESENTADA POR ALEX MOSCARDI; NORMELIA LOTTERMANN - EPP, REPRESENTADA POR LEANDRO ALBERTO KERBER; REPRESENTANDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO OS SERVIDORES ALESSANDRO LUIS GAIK E PATRICIA DUARTE CIDRAL. FOI DISPONIBILIZADO AOS LICITANTES OS LAUDOS DE ANÁLISE DOS FOLDERS E PROSPECTOS, REALIZADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONFORME DOS LAUDOS DE ANÁLISE DOS FOLDERS E PROSPECTOS, REALIZADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ONDE A EMPRESA OSMAR ORLANDI JUNIOR - ME, TEVE OS ITENS 7, 10, 23, 24, 34, 39, 40, 49, 57, 58 E 59 DESCLASSIFICADOS; TECNOLAR LTDA - ME, TEVE OS ITENS 31, 34 E 37 DESCLASSIFICADOS; JEFERSON DA SILVEIRA - ME, TEVE O ITEM 40 DESCLASSIFICADO; MV ELETRONICOS EIRELI, TEVE OS ITENS 1, 2, 3, 5, 6, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 34, 37, 38, 40, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 53, 54 E 55 DESCLASSIFICADOS; DECIO DRUCZKOWSKI, TEVE OS ITENS 27 E 28 DESCLASSIFICADOS; EKOMOB COMERCIO LTDA - EPP TEVE OS ITENS 2, 23 E 30 DESCLASSIFICADOS; BARKI INDUSTRIA E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP, TEVE OS ITENS 10, 23, 27, 28 E 60 DESCLASSIFICADOS; TOPCLIMA SISTEMAS DE REFRIGERACAO EIRELI - EPP, TEVE OS ITENS 39, 46, 47 E 49 DESCLASSIFICADOS; ADL COMERCIAL EIRELI - EPP, TEVE O ITEM 34

DESCCLASSIFICADO; VITTAFFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E COLCHOES LTDA , TEVE O ITEM 7 DESCCLASSIFICADO; RICHESSE MOVEIS LTDA - EPP, TEVE OS ITENS 8, 57, 59 E 60 DESCCLASSIFICADOS; SUPRIMÓVEIS EIRELI EPP, TEVE OS ITENS 1, 3 E 60 DESCCLASSIFICADOS; NORMELIA LOTTERMANN - EPP, TEVE OS ITENS 18 E 33 DESCCLASSIFICADOS; MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA- ME, TEVE OS ITENS 34, 40 E 47 DESCCLASSIFICADOS; F.N.S INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS DE AÇO EIRELI ME, TEVE OS ITENS 21, 22, 23, 24 E 30 DESCCLASSIFICADOS; RP COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME, TEVE OS ITENS 11, 12, 34, 43 E 55 DESCCLASSIFICADOS; FARIAS E FARIAS COMERCIO DE MOVEIS LTDA, TEVE O ITEM 7 DESCCLASSIFICADO; MAW COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA, TEVE OS ITENS 27 E 28 DESCCLASSIFICADOS. DEMOS A CONTINUIDADE A ETAPA DE LANCE, FINALIZADOS OS LANCES ESSA SEÇÃO FOI SUSPENSA AS 17H E 15 MIN, DESTA MESMA DATA E RETORNARÁ DIA 05/10/2018 AS 15H E 30 MIN.ATÉ ESSE MOMENTO NÃO FOI MECIONADA MENSÃO DE RECURSO. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, NADA MAIS HAVENDO A RELATAR DEU-SE POR ENCERRADO OS TRABALHOS AS 17H E 15MIN. EU PABLO ROMERO COSTA PEREIRA DIAS LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E ACHADO CONFORME SEGUE ASSINADO PELOS PARTICIPANTES PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DA MESMA.

## ATA II DA SESSÃO 30/2018 FMS

Publicação Nº 1770402

ATA PREGÃO PRESENCIAL N º 30/2018 FMS

AS TREZE HORAS E TRINTA MINUTOS DO DIA QUATRO DE OUTUBRO DE DOIS MIL DE DEZOITO, A PREGOEIRA CARLA CLAUDINO E EQUIPE DE APOIO, JOSEZITE DOS SANTOS, VERA LUCIA LUÇOLLI DA COSTA E PABLO ROMERO COSTA PEREIRA DIAS, NOMEADOS PELA PORTARIA Nº 565 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018, REUNIRAM-SE PARA DAR CONTINUIDADE AO EDITAL A LICITAÇÃO PROCESSO NÚMERO TRINTA DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, CUJO OBJETO REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E DEMAIS DEPARTAMENTOS DA SECRETARIA DE SAÚDE, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. EMPRESAS PARTICIPANTES: PERFORMACE COMERCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME, REPRESENTADA POR IZANIR BILLIG; MAXIMA ATACADISTA EIRELI, REPRESENTADA POR CARLOS AUGUSTO RAUEM; RS DISTRIB. E COM. DE ARTIGOS DE PAPELARIA LTDA, REPRESENTADA POR ANDRE LUIS SEIBT; PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA - ME, REPRESENTADA POR FABRICIO HACKBARTH; AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INFO. E ESCRI. LTDA, REPRESENTADA POR FABIANO DE MORAES CARDOSO; REGENSY COMERCIO LTDA - ME, REPRESENTADA POR GUSTAVO JKALFELTZ RESCAROLI; LINEAR INDÚSTRIA E COMERCIO EIRELI, REPRESENTADA POR VALDIR JUNIOR DA SILVA FERREIRA E PAULO RENATO CRISPIM E ELIETE DOS SANTOS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE. RETORNAMOS PARA DAR CONTINUIDADE A ANÁLISE DAS AMOSTRAS: ONDE A EMPRESA RS DISTRIB. E COM. DE ARTIGOS DE PAPELARIA LTDA TEVE O ITEM 42 APROVADO NA COR CRISTAL, POREM SE COMPROMETE A ENTREGAR NA COR DESCRITA NO EDITAL (FUMÊ); A EMPRESA REGENSY COMERCIO LTDA - ME, TEVE O ITEM 1 APROVADO PELA SECRETARIA DE SAÚDE APRESENTANDO O MESMO COM AS BORDAS ARREDONDADAS; A EMPRESA MAXIMA ATACADISTA EIRELI TEVE O ITEM 44 APROVADO PELA SECRETARIA DE SAÚDE CONTENDO 40 ML. OS ITENS 1, 10, 11, 18,45, 52, PASSARAM PARA A EMPRESA REGENSY COMERCIO LTDA - ME; OS ITENS 3, 40, PASSARAM PARA A EMPRESA AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INFO. E ESCRI. LTDA; OS ITENS 12, 15, 16, 46, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60,62 E 68 PASSARAM PARA A EMPRESA MAXIMA ATACADISTA EIRELI; O ITEM 65 PASSOU PARA A EMPRESA RS DISTRIB. E COM. DE ARTIGOS DE PAPELARIA LTDA. RESTARAM FRACASSADOS OS ITENS 30, 31, 66 E 67. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, NADA MAIS HAVENDO A RELATAR DEU-SE POR ENCERRADO OS TRABALHOS AS 16H. EU PABLO ROMERO COSTA PEREIRA DIAS LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E ACHADO CONFORME SEGUE ASSINADO PELOS PARTICIPANTES PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DA MESMA. DAR-SE O INÍCIO AO PRAZO DE 3 DIAS PARA APRESENTAÇÃO DA AMOSTRA.

## ATA III DA SESSÃO 109/2018 PMN

Publicação Nº 1770378

ATA PREGÃO PRESENCIAL N º 109/2018 PMN

AS DEZESSEIS HORAS DO DIA CINCO DE OUTUBRO DE DOIS MIL DE DEZOITO, A PREGOEIRA CARLA CLAUDINO E EQUIPE DE APOIO, JOSEZITE DOS SANTOS, VERA LUCIA LUÇOLLI DA COSTA E PABLO ROMERO COSTA PEREIRA DIAS, NOMEADOS PELA PORTARIA Nº 565 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018, REUNIRAM-SE PARA DAR CONTINUIDADE AO EDITAL A LICITAÇÃO PROCESSO NÚMERO CENTO E NOVE DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, CUJO OBJETO REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. EMPRESAS PRESENTES: ADL COMERCIAL EIRELI - EPP, REPRESENTADA POR ADEMIR LAURINDO; SONHOS COLCHOES- INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP, REPRESENTADA POR ALBERTO LEVY; PJ SERVIÇOS E COMERCIO LTDA -ME, REPRESENTADA POR IZABEL CRISTINA MEUER DE SOUZA. CONFORME ETAPA DE LANCE SEGUEM OS VENCEDORES: BARKI INDÚSTRIA E DISTRIBUIDORA LTDA - EPPM SAGROU-SE VENCEDORA DOS ITENS: ITEM 51 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 698,00; SUPRIMÓVEIS EIRELI EPP DOS ITENS: ITEM 4 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 298,00, ITEM 19 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 298,00, ITEM 23 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 247,00, ITEM 24 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 838,50, ITEM 26 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 155,90 E O ITEM 27 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 1.034,00; ESCOMÓVEIS - MÓVEIS ESCOLARES LTDA DOS ITENS: ITEM 13 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 370,00, ITEM 16 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 335,00, ITEM 28 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 1,080,00 E ITEM 29 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 1.376,00; PJ SERVIÇOS E COMERCIO LTDA -ME DOS ITENS : ITEM 31 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 57,00, ITEM 39 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 495,00 E ITEM 54 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 183,00; FARIAS E FARIAS COMERCIO DE MOVEIS LTDA DO ITEM 30 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 425,00; REIS DOS REIS COM.ATACADISTA DE EQUIP.INF. LTDA-ME, DOS ITENS: ITEM 33 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 1.975,00, ITEM 34 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 1.995,00, ITEM 59 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 1,030,00; LINEAR INDÚSTRIA E COMERCIO EIRELI, DO ITEM 18 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 536,00; ADL COMERCIAL EIRELI - EPP, DOS ITENS: ITEM 37 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 1.695,00, ITEM 40 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 1.973,00, ITEM 44 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 2.610,00 E ITEM 45 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 1.367,00; MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS

LTDA- ME, DOS ITENS: ITEM 11 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 3.290,00, ITEM 42 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 4.730,00, ITEM 49 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 2.353,00 E ITEM 60 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 240,00; EKOMOB COMERCIO LTDA - EPP, DOS ITENS: ITEM 1 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 920,00, ITEM 17 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 310,00 E ITEM 20 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 210,00; RICHESSE MOVEIS LTDA - EPP, DOS ITENS: ITEM 36 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 6.040,00, ITEM 52 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 535,50 E O ITEM 55 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 929,50; RP COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - ME, DOS ITENS: ITEM 38 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 219,00, ITEM 41 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 538,00 E O ITEM 47 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 4.110,00; NORMELIA LOTTERMANN - EPP, DOS ITENS: ITEM 2 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 112,00, ITEM3 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 320,00, ITEM 5 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 174,00, ITEM 6 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 237,00, ITEM 8 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 229,00, ITEM 14 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 350,00, ITEM 15 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 400,00, ITEM 21 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 740,00 E O ITEM 22 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 585,00; TECNOLAR LTDA - ME, DOS ITENS: ITEM 35 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 6.650,00, ITEM 46 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 3.380,00, ITEM 57 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 1.750,00 E O ITEM 58 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 1.925,00; OSMAR ORLANDI JUNIOR - ME, DOS ITENS: ITEM 9 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 375,00, ITEM 10 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 164,00, ITEM 43 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 728,00, ITEM 50 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 663,00 E O ITEM 53 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 1.490,00; SONHOS COLCHOES- INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP, DO ITEM 25 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 370,00; JEFERSON DA SILVEIRA - ME, DO ITEM 12 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 4.000,00; TOPCLIMA SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI - EPP, DOS ITENS: ITEM 48 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 1.894,00, ITEM 56 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 1.990,00; FABIANE GONSCHOROVSKI DE SOUZA, DO ITEM 7 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 120,00; MV ELETRÔNICOS EIRELI, DOS ITEM 32 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 3.134,00. NA ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO CONTATOU-SE QUE A EMPRESA OSMAR ORLANDI JUNIOR - ME APRESENTOU A CERTIDÃO DA UNIÃO VENCIDA, ONDE A MESMA TEM O PRAZO DE 5 PRORROGÁVEIS POR IGUAL PERÍODO. O RESTANTE DOS DOCUMENTOS ESTAVAM DE ACORDO COM O EDITAL. FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES OS DOCUMENTOS DAS HABILITAÇÕES PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOVERAM MAIS MANIFESTAÇÕES. NÃO MENCIONARAM INTENÇÃO DE APRESENTAR RECURSO. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE [WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR](http://WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR), NADA MAIS HAVENDO A RELATAR DEU-SE POR ENCERRADO OS TRABALHOS AS 16H 51MIM. EU VERA LUCIA LUÇOLLI DA COSTA LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E ACHADO CONFORME SEGUE ASSINADO PELOS PARTICIPANTES PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DA MESMA.

## AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 05/2018 FUMSCI

Publicação Nº 1770068

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 05/2018 FUMSCI

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando a aquisição de eletrodomésticos e eletroeletrônicos, para uso nas dependências da 2ª Companhia de Bombeiros Militares de Navegantes, através do FUMSCI - Fundo Municipal de Segurança contra incêndio e pânico de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 23/10/2018 até às 13h50. Abertura/envelopes: 23/10/2018 às 14h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

## AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 15/2018 FMV

Publicação Nº 1770059

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 15/2018 FMV

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando a aquisição de pneus novos para veículos automotivos e motocicletas, destinado a atender a frota dos veículos da Fundação Municipal de Vigilância e Trânsito de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 23/10/2018 até às 8h50. Abertura/envelopes: 23/10/2018 às 9h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

## DECRETO 184/2018 ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO Nº 467, DE 09 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1770006

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
[www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br)

decreto n º 184 de 04 de outubro de 2018

ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO Nº 467, DE 09 DE OUTUBRO DE 2017.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, itens II e III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 em seu art. 193, DECRETA:





Art. 1º. Fica acrescido o art. 13-A ao Decreto nº 467 de 09 de outubro de 2017 com a seguinte redação:

Art. 13-A. As Autarquias e Fundações de Navegantes poderão instituir comissão própria para análise e avaliação dos seus servidores.

§ 1º A Comissão de Avaliação Especial de Desempenho das Autarquias e Fundações será composta por, no mínimo, quatro membros, sendo três requisitados e nomeados pelo Diretor Presidente ou Superintendente destas entidades e um indicado pela entidade de classe a que pertence o servidor.

§ 2º Esta Comissão será nomeada para um período de 03 (três) anos, sendo que, em cada nova nomeação, pelo menos um dos membros não deverá ser substituído.

§ 3º Ao nomear os componentes da Comissão das Autarquias e Fundações, o Diretor Presidente ou Superintendente deverá designar as funções de Presidente, Secretário e Membros.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE OUTUBRO DE 2018.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## **DECRETO 188/2018 ADIANTAMENTO DE NUMERÁRIO**

Publicação Nº 1769875

DECRETO N º 188, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

PROCEDE ADIANTAMENTO DE NUMERÁRIO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município e de conformidade com as leis municipais 2468 de 05/08/2011 e 2622 de 10/08/2012,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder adiantamento de numerário ao servidor FELÍCIO REGINALDO DA COSTA – Superintendente da Fundação Municipal de Esportes - no valor de R\$ 3.439,00 (Três mil quatrocentos e trinta e nove reais), dentro dos limites estabelecidos na lei federal n º 4320/64 e Resolução n º 016/94 do Tribunal de Contas do Estado, combinado com a lei municipal 2468 de 05/08/2011 e 2622 de 10/8/2012.

Art. 2 º O referido adiantamento tem por finalidade custear despesas de 19 (dezenove) pessoas “atletas, técnicos e representantes da FME” durante 5 (cinco) dias, (10,11,12,13,14 de outubro) no 14º PARAJASC, cidade de Jaraguá do Sul, conforme discriminado:

I – Alimentação – Mannos Restaurante;

a) Dia 10/10 – apenas jantar = R\$ 17,00 cada;

b) Dias 11/10 a 14/10 - café da manhã = R\$ 7,00 cada; almoço R\$ 17,00 cada; jantar R\$ 17,00 cada.

Art. 3 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE OUTUBRO DE 2018.

Emílio Vieira

PREFEITO MUNICIPAL

Marcio da Rosa

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## **DECRETO Nº 189 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1769989

DECRETO Nº 189 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do art. 18, da Lei nº 3251 de 12/12/2017 e pelo inciso VI do art. 167 da Constituição Federal:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotação orçamentária até o valor de R\$ 93.400,00 (Noventa e três mil, quatrocentos reais) das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
UNIDADE: 05 – Bloco Atenção Básica  
Função: 10 – Saúde  
Subfunção: 301 – Atenção Básica  
Programa: 69– Aumento da área de cobertura ESF  
2.090 – Manutenção dos Recursos da Estratégia Saúde da Família  
Fonte de Recursos – 13801 – Atenção Básica  
35 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 49.900,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
UNIDADE: 05 – Bloco Atenção Básica  
Função: 10 – Saúde  
Subfunção: 301 – Atenção Básica  
Programa: 69– Aumento da área de cobertura ESF  
2.091 – Manutenção dos Recursos do Programa de Agente Comunitário de Saúde  
Fonte de Recursos – 13801 – Atenção Básica  
38 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 3.200,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
UNIDADE: 05 – Bloco Atenção Básica  
Função: 10 – Saúde  
Subfunção: 301 – Atenção Básica  
Programa: 69– Aumento da área de cobertura ESF  
2.092 – Manutenção das Ações da Estratégia Saúde da Família em Saúde Bucal  
Fonte de Recursos – 13801 – Atenção Básica  
42 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 20.400,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
UNIDADE: 05 – Bloco Atenção Básica  
Função: 10 – Saúde  
Subfunção: 301 – Atenção Básica  
Programa: 71– Atenção Básica  
2.094 – Manutenção dos Recursos do NASF  
Fonte de Recursos – 13801 – Atenção Básica  
49 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 19.900,00

T O T A L ..... R\$ 93.400,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
UNIDADE: 05 – Bloco Atenção Básica  
Função: 10 – Saúde  
Subfunção: 301 – Atenção Básica  
Programa: 69– Aumento da área de cobertura ESF  
2.090 – Manutenção dos Recursos da Estratégia Saúde da Família  
Fonte de Recursos – 13801 – Atenção Básica  
32 – 3.1.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 49.900,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
UNIDADE: 05 – Bloco Atenção Básica  
Função: 10 – Saúde  
Subfunção: 301 – Atenção Básica  
Programa: 69– Aumento da área de cobertura ESF  
2.091 – Manutenção dos Recursos do Programa de Agente Comunitário de Saúde  
Fonte de Recursos – 13801 – Atenção Básica  
37 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 3.200,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
UNIDADE: 05 – Bloco Atenção Básica  
Função: 10 – Saúde  
Subfunção: 301 – Atenção Básica  
Programa: 69– Aumento da área de cobertura ESF  
2.092 – Manutenção das Ações da Estratégia Saúde da Família em Saúde Bucal  
Fonte de Recursos – 13801 – Atenção Básica  
39 – 3.1.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 20.400,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 05 – Bloco Atenção Básica  
Função: 10 – Saúde  
Subfunção: 301 – Atenção Básica  
Programa: 71– Atenção Básica  
2.094 – Manutenção dos Recursos do NASF  
Fonte de Recursos – 13801 – Atenção Básica  
46 – 3.1.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 19.900,00

T O T A L ..... R\$ 93.400,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Navegantes, 09 de outubro de 2018.  
Emílio Vieira  
Prefeito

## DECRETO Nº 190 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1769992

	ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ 11.474.080/0001-33 Rua Vereador Nereu Liberato Nunes º 150 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC.
--	--

DECRETO Nº 190 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2017 PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do art. 18, da Lei nº 3251 de 12/12/2017:  
DECRETA:

Art. 1 º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder transferência do saldo do superávit financeiro do exercício de 2017, até o valor de R\$ 98.000,00 (Noventa e oito mil reais) da fonte de recursos abaixo discriminada, para a seguinte dotação:

Fonte de Recursos: 33813 – Sup. Financeiro/2017 – Vigilância em Saúde

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
UNIDADE: 10 – Bloco Vigilância em Saúde  
Função: 10 – Saúde  
Subfunção: 305 – Vigilância Epidemiológica  
Programa: 65 – Imunização  
2.086 – Manutenção e Funcionamento do Centro de Vigilância Epidemiológica  
130 – 3.1.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 98.000,00

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE OUTUBRO DE 2018.  
Emílio Vieira  
PREFEITO MUNICIPAL

## EXTRATO CONTRATUAL Nº 192/2018

Publicação Nº 1770349

Prefeitura Municipal de Navegantes  
Secretaria Municipal de Assistência Social  
Contrato Nº: 192/2018  
Contratante: Prefeitura Municipal de Navegantes  
Contratada: Associação Lar da Criança Feliz  
CNPJ:76.702.406/0002-69  
Vigência ..... : Início: 24/09/2018 a 24/09/2019  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 153/2018



Valor Total: R\$ 48.000,00

Recursos.....: Dotação: 2.039.3390.00

Objeto ..... : DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA PARA O ACOLHIMENTO DA ADOLESCENTE G.L. (D.N. 04/02/2004). A FIM DE DAR CUMPRIMENTO À ORDEM JUDICIAL EMANADA ORIGINARIAMENTE NOS AUTOS Nº 09000224-57.2017.8.24.0135 QUE TRAMITA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NAVEGANTES/SC.

## EXTRATO DA ATA DO PREGÃO 126/2018 PMN

Publicação Nº 1770505

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 126/2018 PMN

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 126/2018, relativa ao Pregão Presencial nº 126/2018 PMN - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS (VAGÃO FORRAGEIRO AGRÍCOLA, DISTRIBUIDOR DE ADUBO, DISTRIBUIDOR DE FERTILIZANTE, PÁ CARREGADEIRA TRASEIRA E COLHEDORA DE FORRAGEM), PARA AMPLIAÇÃO DA PATRULHA AGRÍCOLA, AUXILIANDO NAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial para Registro de Preços nº 126/2018 PMN.

Fornecedor: Agrowerner – Comercio de Maquinas e implementos Agrícolas Ltda

CNPJ: 86.430.576/0004-57

Proprietários: Patrick Bez Werner e Priscila Bez Werner Michels

Valor: R\$ 33.990,00

Fornecedor: Delba Vicentini Cremasco, CNPJ: 03.138.598/0001-78

Proprietária: Delba Vicentini Cremasco

Valor: R\$ 8.050,00

Fornecedor: Dimaquinas Maquinas e Equipamentos Ltda – EPP

CNPJ: 02.464.226/0001-79

Proprietários: Altair Fabro e Lucas Fabro

Valor: R\$ 27.000,00

Fornecedor: Novo Solo Maquinas e Equipamentos Agrícolas Ltda

CNPJ: 04.742.267/0001-05

Proprietários: Karine Cunha Sizino Meurer e Marciano Wiggers Meurer

Valor: R\$ 23.850,00

Vigência: 09/10/2018 a 09/10/2019

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 09 de outubro de 2018.

## LEI 3327/2018 DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1769876

LEI Nº 3327 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018

“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Povo de Navegantes, por seus representantes aprovou e eu, EMÍLIO VIEIRA, Prefeito, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

### CAPÍTULO I

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O Orçamento do Município de Navegantes, para o exercício de 2019, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - as metas fiscais;

II - as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2018/2021;

III - a estrutura dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - as disposições sobre dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VII - as disposições gerais.

### CAPÍTULO II

#### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2019, 2020 e 2021 de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no Anexo de Metas Fiscais desta lei, que conterà ainda:

I - Demonstrativo I – Metas Anuais, compreendendo:

a) Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas;

- b) Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas;
- c) Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;
- d) Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;
- e) Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida Pública.
- II - Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior.
- III – Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores.
- IV – Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido.
- V – Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos.
- VI – Demonstrativo VI – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social.
- VII – Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.
- VIII – Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Art. 3º - Os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, juntamente com medidas e providências a serem tomadas, no caso de serem concretizadas, estão identificados no Anexo de Riscos Fiscais, constante desta lei, que conterá Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

### CAPÍTULO III

#### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2019

Art. 4º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2019, são aquelas definidas no artigo 2º desta lei.

Art. 5º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2019, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei, a fim de compatibilizar a receita prevista e a despesa fixada, de forma a preservar a suficiência de caixa e o equilíbrio orçamentário e financeiro.

Art. 6º - Em consonância com o art. 165 § 2º, da Constituição Federal, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2019, são as especificadas, no Anexo de Metas e prioridades que integram esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei orçamentária de 2019, não se constituindo, todavia, em limite a programação das despesas, elaboradas a partir dos programas e ações estabelecidos no Plano Plurianual de 2018/2021.

§ 1º Na elaboração da proposta orçamentária para 2019, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas, as novas ações criadas, as correções dos valores das receitas e despesas serão incluídas e corrigidas automaticamente no Plano Plurianual do período de 2018 a 2021.

§ 2º O anexo de prioridades e metas conterá, no que couber, o disposto no § 2º do Art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 3º As metas e prioridades constantes da presente Lei farão parte integrante do Plano Plurianual do Município de Navegantes para o período de 2018 a 2021.

### CAPÍTULO IV

#### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 7º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
- III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
- VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
- VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;
- VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;
- IX - execução orçamentária, o empenho, a liquidação e o pagamento da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar e o respectivo pagamento;

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento.

§ 2º - As categorias de programação de trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 8º - O orçamento para o exercício financeiro de 2019 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, compreendendo suas autarquias,

fundos e fundações abaixo descritas, e será estruturado em conformidade com a configuração organizacional da Administração Pública Municipal.

- I – Fundo Municipal de Saúde;
- II – Fundo Municipal de Assistência Social;
- III – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- IV – Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros;
- V – Fundação Municipal de Cultura;
- VI – Fundação Municipal de Esportes;
- VII – Fundação Municipal do Meio Ambiente;
- VIII – Fundação Municipal de Vigilância;
- IX – Fundação Hospitalar Municipal;
- X – Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes.

Art. 9º - A Lei Orçamentária para 2019 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Portaria Interministerial nº 163/2001, Portaria Conjunta da STN nº 01/2010, Portaria Conjunta nº 02/2010 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

- I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;
- II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;
- III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas;
- IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária;
- V - Programa de Trabalho;
- VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais;
- VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais;
- VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos;
- IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;
- X - Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF;
- XI - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- XII - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;
- XIII - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social;
- XIV - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- XV - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2019;
- XVI - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público;
- XVII - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2019;
- XVIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2019.

Art. 10 - A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterá:

- I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;
- II - Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;
- III - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;
- IV - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Destinados a Ações e Serviços Públicos de Saúde;
- V - Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 30/06/2018;

Art. 11 - A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá a, pelo menos, 0,4% da Receita Corrente Líquida prevista para o exercício de 2019.

## CAPÍTULO V

### DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 12 - Os Orçamentos para o exercício de 2019 e as suas execuções obedecerão, entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos, Fundações e Autarquias.

Art. 13 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2019 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Art. 14 - Se a receita estimada para 2019, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Poder Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseq-ente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas despesas destinadas à:

- I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 16 - A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da Margem Líquida de Expansão constante do Demonstrativo VIII do Anexo de Metas Fiscais desta lei, observando-se o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 17 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo de Riscos Fiscais, no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso concretizados, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, bem como do excesso de arrecadação, se houver, e do superávit financeiro do exercício de 2018;

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 18 - Os orçamentos para o exercício de 2019 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 0,4 % da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício.

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2019, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para a abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 19 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual 2018/2021.

Art. 20 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal de desembolso para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

Art. 21 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2019 com dotações vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64, será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 22 - As renúncias de receitas, estimadas para o exercício financeiro de 2019, são as constantes do Demonstrativo VII, desta lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I, da LRF).

Art. 23 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas sem fins lucrativos, se dará na forma disciplinada na Lei 13.019/2014, alterada pela Lei 13.204/2015, e Instrução Normativa de Controle Interno nº. 001/2017, e respeitará, em todos os seus aspectos, as normas específicas das políticas públicas setoriais relativas ao objeto da parceria.

§ 1º - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos nos prazos estabelecidos no instrumento pactuado, e Instrução Normativa de Controle Interno nº 001/2017.

Art. 24 - Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2019, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 25 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Art. 26 - Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária.

Art. 27 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2019 a preços correntes.

Art. 28 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operação Especial, a dotação fixada para



cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal.

Art. 29 - Durante a execução orçamentária de 2019, o Executivo Municipal, mediante autorização legislativa, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2019 extraídas do PPA – Plano Plurianual 2018/2021 e constantes desta lei.

Art. 30 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os custos dos produtos, serviços, programas, projetos, atividades, ações, órgãos e outros objetos de custos da administração municipal, observando-se a legislação e normas específicas acerca da matéria.

Art. 31 - Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual e contemplados na Lei Orçamentária para 2019, serão dobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal de Vereadores até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Art. 32 - Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

## CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 33 - A Lei Orçamentária de 2019 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento às Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% da Receita Corrente Líquida apurada até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000.

Art. 34 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica.

Art. 35 - Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 33 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 15, desta lei.

## CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 36 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão, no exercício de 2019, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário, na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2019 ou em créditos adicionais.

Art. 37 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 38 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 39 - Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Navegantes, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

Art. 40 - Os projetos de lei e medidas provisórias relacionadas a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, inclusive transformação de cargos, deverão ser acompanhados de:

- I - declaração do proponente e do ordenador de despesas, com as premissas e metodologias de cálculo utilizadas, conforme estabelecem os arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº. 101, de 2000; e
- II - simulação que demonstre o impacto da despesa com a medida proposta, destacando ativos e inativos;

Parágrafo único: Os projetos de lei ou medidas provisórias, previstos neste artigo não poderão conter dispositivo com efeitos financeiros retroativos a exercícios anteriores à sua entrada em vigor.

## CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 41 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseq-entes.

Art. 42 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 43 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas previstas no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

## CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 44 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município e na Emenda à Lei Orgânica nº 017/2005, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2018.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo;

§ 2º - Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2019, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 45 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 46 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subseq-ente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 47 - São vedados quaisquer procedimentos que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo Único – A Contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira efetivamente ocorrida, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 48 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com os Governos Federal e Estadual e participar de consórcios inter-municipais através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2019.

Art. 49 – O Executivo Municipal está autorizado a firmar acordos e ajustes judiciais ou extrajudiciais.

Art. 50 – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE OUTUBRO DE 2018.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## **LEI 3328/2018 DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS PÚBLICOS E/OU SELETIVOS**

Publicação Nº 1769877

LEI Nº 3328 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018

"DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS PÚBLICOS E/OU SELETIVOS PROMOVIDOS PELOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA OU INDIRETA PARA CIDADÃOS DESEMPREGADOS E ESTADO DE VULNERABILIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A Câmara Municipal de Navegantes, Estado de Santa Catarina, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica isento do programa de taxa de inscrição em concurso público e/ou seletivo promovidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Direta ou Indireta do Município de Navegantes, o cidadão que comprovadamente declarar estar desempregado e em estado de vulnerabilidade social, devendo o mesmo ser residente e domiciliado no Município.

Art. 2º A comprovação da condição de desempregado e estado de vulnerabilidade social se dará no ato da inscrição, mediante a apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social, declaração firmada pelo próprio candidato, afirmando que não é detentor de cargo público

e confirmado a sua renda, sob as penalidades da Lei.

Art. 3º Os órgãos e entidades da Administração Pública Direta ou Indireta do Município de Navegantes que promoverem concursos públicos e/ou seletivos deverão publicar em seus editais o benefício da isenção e as regras para sua obtenção.

Art. 4º Em caso de falsificação de declaração da condição especificada nesta lei, o candidato deverá ser desclassificado do certame e responderá penal e administrativo na forma da lei.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE OUTUBRO DE 2018.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 3381/2018 READAPTA**

Publicação Nº 1769942

PORTARIA Nº 3381 DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

READAPTA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I. READAPTAR a servidora SUENIR EMILIO , Agente de Combate as Edemias, matrícula 6026905, pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 21/09/2018, conforme ofício nº 78 da Junta Médica.

II. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE SETEMBRO DE 2018.

Márcio da Rosa

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 3403/2018 READAPTA**

Publicação Nº 1769939

PORTARIA Nº 3403 DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

READAPTA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I. READAPTAR a servidora PATRICIA LUCINDO KAFKA , PROFESSORA, matrícula 1999804, pelo período de sua Gestação meses, a partir de 27/09/2018, conforme ofício n 79 da Junta Médica.

II. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE SETEMBRO DE 2018.

Márcio da Rosa

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA



**PORTARIA 3413/2018 LICENÇA MATERNIDADE**

Publicação Nº 1769938

PORTARIA N º 3413 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018  
CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -  
RESOLVE:

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora RUBIANY NASCIMENTO DE ANDRADE, PROFESSORA - ACT – (matrícula 6339001), pelo período de 01.10.2018 À 29.03.2019.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor com efeitos partir de 01.10.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE OUTUBRO DE 2018.

Márcio da Rosa  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 3414/2018 INTERROMPE LICENÇA ASSUNTOS PARTICULARES**

Publicação Nº 1769949

PORTARIA N º 3414 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018

DETERMINA INTERRUÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES, A PEDIDO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003.  
RESOLVE:

I DETERMINAR o retorno ao trabalho do servidor ADEILDES DOS SANTOS SOUZA (6197801), efetivo na função de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, A PEDIDO, a qual estava gozando de Licença para Tratamento de assuntos Particulares.

II A interrupção da licença e o retorno ao trabalho dar-se-ão a partir de 01/10/2018.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE OUTUBRO DE 2018.

MÁRCIO DA ROSA  
Secretario de Administração e Logística

**PORTARIA 3420/2018 LICENÇA MATERNIDADE**

Publicação Nº 1769935

PORTARIA N º 3420 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018  
CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -  
RESOLVE:

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora DENIELLE PATRICIO DOS ANJOS, PROFESSORA - EFETIVA – (matrícula 1588010), pelo período de 01.10.2018 À 29.03.2019.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor com efeitos partir de 01.10.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE OUTUBRO DE 2018.

Márcio da Rosa  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## **PORTARIA 3424/2018 LICENÇA SAÚDE**

Publicação Nº 1769930

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.370-446 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	--

PORTARIA Nº 3424 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) ELIZABETH DA SILVA matrícula 6295203, ocupante do cargo EFETIVO de AGENTE SERVIÇOS GERAIS pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 29/09/2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE SETEMBRO DE 2018.

Márcio da Rosa  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## **PORTARIA 3436/2018 EXONERA**

Publicação Nº 1770028

PORTARIA Nº 3436 DE 02 DE OUTUBRO DE 2018  
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADA, da função de confiança de CHEFE DE SEÇÃO a senhora ALEXIA LIMOIEIRO, com a data de 03/10/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE OUTUBRO DE 2018.

EMÍLIO VIEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

MARCIO DA ROSA  
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 3437/2018 EXONERA**

Publicação Nº 1770031

PORTARIA N º 3437 DE 02 DE OUTUBRO DE 2018  
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de SUBPREFEITO o senhor JANDIR DOS SANTOS, com a data de 08/10/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE OUTUBRO DE 2018.  
EMÍLIO VIEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

MARCIO DA ROSA  
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 3449/2018 EXONERA**

Publicação Nº 1770033

PORTARIA N º 3449 DE 04 DE OUTUBRO DE 2018  
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO a pedido, da função de confiança de ASSESSOR TECNICO III o senhor LUCAS JOSÉ RICOBOM, com a data de 04/10/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE OUTUBRO DE 2018.  
EMÍLIO VIEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

MARCIO DA ROSA  
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 3460/2018 LICENÇA PRÊMIO**

Publicação Nº 1769933

PORTARIA N º 3460 DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) CLARICE MARIA ARAUJO TORRES (matrícula 6313201), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de ENFERMEIRA ESF – 40 horas, para usufruir de 90 (NOVENTA) dias, pelo período de 05.10.2018 a 02.01.2019, referente ao período aquisitivo de 2008/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 05 de outubro de 2018 a 02 de janeiro de 2019.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 05.10.2018, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE OUTUBRO DE 2018.

MARCIO DA ROSA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## **PORTARIA 3474/2018 PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**

Publicação Nº 1769517

PORTARIA N º 3474 DE 8 DE OUTUBRO DE 2018

PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - PRORROGAR por 60 (sessenta) dias os trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar instaurada pela Portaria nº 2615 de 16 de julho de 2018 para apurar possível violência contra crianças por parte da servidora M.B.S.S.

II - O motivo da prorrogação decorre do processo estar em fase de oitiva da investigada e prazo de defesa.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE OUTUBRO DE 2018.

Emilio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística.  
Navegantes, 8 de outubro de 2018.

Márcio Rosa  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## **PORTARIA 3486 DESIGNA FISCAL DE CONTRATO**

Publicação Nº 1769839

PORTARIA Nº 3486 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar a Ata de Registro de Preço nº 126/2018 PMN do processo licitatório Pregão Presencial 126/2018 PMN cujo objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS (VAGÃO FORRAGEIRO AGRÍCOLA, DISTRIBUIDOR DE ADUBO, DISTRIBUIDOR DE FERTILIZANTE, PÁ CARREGADEIRA TRASEIRA E COLHEDORA DE FORRAGEM), PARA AMPLIAÇÃO DA PATRULHA AGRÍCOLA, AUXILIANDO NAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial nº 126/2018 PMN.

Fiscal: EDINEI VIEIRA -- (titular)  
DANIELA COSTA REISER -- (suplente)

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE OUTUBRO DE 2018.

MÁRCIO DA ROSA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIAS 3404, 3417, 3416, 3407, 3406/2018 LICENÇA SAÚDE**

Publicação Nº 1769952

PORTARIA Nº 3404 DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

**LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) LETICIA MARIA NARDI , matrícula 1982101 ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSORA, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 26/09/2018 À 26/09/2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE SETEMBRO DE 2018.

Márcio da Rosa

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 3417 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018

**LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) JUCARA DE MELLO , matrícula 222109 ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSORA, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 21/06/2018 À 01/10/2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE OUTUBRO DE 2018.

Márcio da Rosa

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 3416 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018

**LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) PATRICIA LUCIANA CARNEIRO , matrícula 6330902 ocupante do cargo EFETIVO de VIGIA, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 24/04/2018 À 01/10/2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE OUTUBRO DE 2018.

Márcio da Rosa

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 3407 DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

**LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) CARLA GOMES DE OLIVEIRA , matrícula 1672509 ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSORA, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 13/09/2018 À 28/09/2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE SETEMBRO DE 2018.

Márcio da Rosa  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 3406 DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

**LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) MARIA ESTELA KUNH , matrícula 450501 ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSORA, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 22/07/2018 À 28/09/2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE SETEMBRO DE 2018.

Márcio da Rosa  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIAS 3438, 3439, 3440, 3423/2018 LICENÇA SAÚDE**

Publicação Nº 1769515

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.370-446 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA Nº 3438 DE 02 DE OUTUBRO DE 2018

**LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) ARIANE DE ALMEIDA SAVARIS matrícula 6272202, ocupante do cargo EFETIVO de MEDICO pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 02/10/2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE OUTUBRO DE 2018.

Márcio da Rosa  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.370-446 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA Nº 3439 DE 02 DE OUTUBRO DE 2018

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) ANA PAULA SANTOS DE OLIVEIRA matrícula 461701, ocupante do cargo EFETIVO de AGENTE SERVIÇOS GERAIS pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 02/10/2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE OUTUBRO DE 2018.

Márcio da Rosa  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.370-446 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA Nº 3440 DE 02 DE OUTUBRO DE 2018

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) MARIA JONE NUNES matrícula 270002, ocupante do cargo EFETIVO de AGENTE SERVIÇOS GERAIS pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 02/10/2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE OUTUBRO DE 2018.

Márcio da Rosa  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.370-446 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA Nº 3423 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018



**LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) EGINA RIBAS DE LIMA DIONIZIO matrícula 63266801, ocupante do cargo EFETIVO de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 29/09/2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE OUTUBRO DE 2018.

Márcio da Rosa  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIAS 3442, 3435, 3443/2018 LICENÇA SAÚDE**

Publicação Nº 1769960

PORTARIA Nº 3442 DE 02 DE OUTUBRO DE 2018

**LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) AMAURI BARBOSA DA SILVA, matrícula 336602 ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSORA, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 01/07/2018 À 28/09/2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE OUTUBRO DE 2018.

Márcio da Rosa  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 3435 DE 02 DE OUTUBRO DE 2018

**LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) SARITA CARDOSO, matrícula 453203 ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSORA, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 26/09/2018 À 02/10/2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE OUTUBRO DE 2018.

Márcio da Rosa  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 3443 DE 02 DE OUTUBRO DE 2018

**LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) NAYARA CARLA FARIAS GAMA , matrícula 6329002 ocupante do cargo EFETIVO de VIGIA, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 20/09/2018 À 01/10/2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE OUTUBRO DE 2018.

Márcio da Rosa

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIAS 3459, 3447, 3405/2018 LICENÇA SAÚDE**

Publicação Nº 1769932

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.370-446 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	--

PORTARIA Nº 3459 DE 05 DE OUTUBRO DE 2018

**LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) SILVIANE CRISTINA DA COSTA DE MARIA matrícula 1645403, ocupante do cargo EFETIVO de ASSISTENTE SOCIAL pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 05/10/2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE OUTUBRO DE 2018.

Márcio da Rosa

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.370-446 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	--

PORTARIA Nº 3447 DE 04 DE OUTUBRO DE 2018

**LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) GEISA CARLA RODRIGUES DOS SANTOS matrícula 6202208, ocupante do cargo ACT de PROFESSORA pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 04/10/2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE OUTUBRO DE 2018.

Márcio da Rosa  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.370-446 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	--

PORTARIA Nº 3405 DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) SOLANGE DE SOUZA matrícula 54901, ocupante do cargo EFETIVA de TELEFONISTA pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 26/09/2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE SETEMBRO DE 2018.

Márcio da Rosa  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

# Nova Itaberaba

## PREFEITURA

### DC 298-2018 CREDITO SUPLEMENTAR DMER

Publicação Nº 1770464

DECRETO Nº. 298/2018 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL  
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS "

JOÃO ZARYCHTA, Prefeito Municipal em Exercício de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1.171/2017, de 15 dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento do Município de Nova Itaberaba, no exercício 2018, no valor de R\$ 71.000,00 (Setenta e um mil reais), no Projeto Atividade 2.026 – Manutenção das Atividades do Departamento de Transportes e Obras, na modalidade de aplicação 4.4.90 Aplicação Direta – na Fonte 01.00 – Recursos Ordinários, Outros conforme programação a seguir.

Órgão: 06 SECRETARIA MUN. URBANISMO E TRANSPORTES

Unidade Orçamentária: 03 Departamento de Transportes e Obras

Função: 26 Transporte

Sub-Função: 782 Transporte Rodoviário

Programa: 0010 TRANSPORTES E OBRAS

Projeto/Atividade: 2.026 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DO DEPTO DE TRANSP.E OBRAS

Modalidade de Aplicação 4.4.90 – Aplicação Direta

Fonte: 01.00 – Recursos Ordinários

Detalhamento: 0000 – Sem Detalhamento da Fonte de Recurso R\$ 71.000,00

Art. 2º - Os recursos para Abertura de Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será no valor de R\$ 71.000,00 (Setenta e um mil reais) provenientes da anulação de dotação do Orçamento da Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba, conforme discriminação a seguir.

Órgão: 06 SECRETARIA MUN. URBANISMO E TRANSPORTES

Unidade Orçamentária: 03 Departamento de Transportes e Obras

Função: 26 Transporte

Sub-Função: 782 Transporte Rodoviário

Programa: 0010 TRANSPORTES E OBRAS

Projeto/Atividade: 2.026 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DO DEPTO DE TRANSP.E OBRAS

Modalidade de Aplicação 4.4.93 – Aplicação Direta R\$ 71.000,00

Fonte: 01.00 – Recursos Ordinários

Detalhamento: 0000 – Sem Detalhamento da Fonte de Recurso

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 08 DE OUTUBRO DE 2018.

JOÃO ZARYCHTA

Prefeito Municipal Em Exercício

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

# Nova Trento

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 649/2018 "A"

Publicação Nº 1769825

PORTARIA Nº 649/2018 "A"

Concede Licença para Tratamento de Saúde

Jucelino Marino Chini, Secretário Municipal de Administração e Finanças, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

#### RESOLVE:

Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal, LUIZ FERNANDO TOMASONI, matrícula nº 7399, ocupante do cargo de Provimento Em Comissão de Diretor Departamento Financeiro, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, pertencente ao Quadro de Pessoal Comissionado desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, com efeitos a contar de 10 de setembro de 2018 a 10 de dezembro de 2018, conforme Comunicação de Decisão do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, datado de 02 de outubro de 2018.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de outubro de 2018.

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

### PORTARIA Nº 662/2018

Publicação Nº 1769605

PORTARIA Nº 662/2018

Concede Licença Tratamento Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

#### RESOLVE:

Prorrogar a Portaria nº 655/2018, que Concedeu Licença para Tratamento de Saúde, à Servidora Pública Municipal ADRIENNE PAULA DE FREITAS DOS SANTOS, matrícula nº 6658, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Escolar – nível IV, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Escola Municipal de Educação Básica Aguti e Padre José da Poian, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 30(trinta) dias, até 06/11/2018, conforme atestado médico, datado de 08/10/2018, aguardando resultado pericial.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 08 de outubro de 2018.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 096/2018 - PREGÃO PRESENCIAL N° 065/2018**

Publicação N° 1768729

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 096/2018 – Pregão Presencial nº 065/2018

Objeto: A presente licitação tem como objeto a aquisição de estantes em madeira cambará envernizada para o Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Saúde, conforme características, especificações e quantidades constantes no Anexo I.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes: 23/10/2018 até as 08:30 horas. Abertura: 23/10/2018 as 09:00 horas. Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fones: (48) 3267 3211/3213 – email: [compras@novatrento.sc.gov.br](mailto:compras@novatrento.sc.gov.br) – Site: [www.novatrento.sc.gov.br](http://www.novatrento.sc.gov.br)

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito

# Nova Veneza

## PREFEITURA

### AVISO DE ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1769711

MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 02/2018  
REALIZAÇÃO: CONCURSOS SS1

O MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA TORNA PÚBLICO que realizará PROCESSO SELETIVO para os cargos de AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR, AUXILIAR DE BIBLIOTECA, AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS - COORDENADOR PEDAGÓGICO, ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS - ORIENTADOR EDUCACIONAL, ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS - PSICOPEDAGOGO, ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS - SUPERVISOR ESCOLAR, FONOAUDIÓLOGO, MOTORISTA I, MOTORISTA II, PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - 1º AO 5º ANO, PROFESSOR DE ARTES, PROFESSOR DE CIÊNCIAS, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, PROFESSOR DE GEOGRAFIA, PROFESSOR DE HISTÓRIA, PROFESSOR DE INGLÊS, PROFESSOR DE ITALIANO, PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA, PROFESSOR DE MATEMÁTICA e PSICÓLOGO. INSCRIÇÕES: Via Internet, pelo site [www.concursosss1.com.br](http://www.concursosss1.com.br) - de 10/10/2018 a 08/11/2018. Maiores informações e Edital na íntegra, poderão ser obtidos nos sites [www.concursosss1.com.br](http://www.concursosss1.com.br) e [www.novaveneza.sc.gov.br](http://www.novaveneza.sc.gov.br), a partir da data de abertura das inscrições.

Nova Veneza, 09 de outubro de 2018.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal

### AVISO DE ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS

Publicação Nº 1769716

MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 03/2018  
REALIZAÇÃO: CONCURSOS SS1

O MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA TORNA PÚBLICO que realizará PROCESSO SELETIVO para os cargos de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II, MOTORISTA I e OPERADOR DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS. INSCRIÇÕES: Via Internet, pelo site [www.concursosss1.com.br](http://www.concursosss1.com.br) - de 10/10/2018 a 08/11/2018. Maiores informações e Edital na íntegra, poderão ser obtidos nos sites [www.concursosss1.com.br](http://www.concursosss1.com.br) e [www.novaveneza.sc.gov.br](http://www.novaveneza.sc.gov.br), a partir da data de abertura das inscrições.

Nova Veneza, 09 de outubro de 2018.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal

### DECRETO N.º 340 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1769709

DECRETO N.º 340, DE 01 DE OUTUBRO DE 2018.

"HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, da Lei Municipal n.º 2.308, de 29 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução n.º 019/CMDCA/2018, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, que dispõe sobre a aprovação da utilização de recursos do FIA, anexa a este Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 01 de outubro de 2018.

ROGERIO JOSE FRIGO  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 01 de outubro de 2018.



OSNIR ÂNGELO GHELLERE  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO N.º 341 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1769713

DECRETO N.º 341, DE 01 DE OUTUBRO DE 2018.

"HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, da Lei Municipal n.º 2.308, de 29 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução n.º 018/CMDCA/2018, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, que dispõe sobre a Renovação do registro da entidade no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 01 de outubro de 2018.

ROGERIO JOSE FRIGO  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 01 de outubro de 2018.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO N.º 342 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1769717

DECRETO N.º 342, DE 01 DE OUTUBRO DE 2018.

"HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1.030, de 10 de setembro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução n.º 018/CMS/2018, do Conselho Municipal de Saúde, datada de 31 de agosto de 2018, anexa a este Decreto, que aprova a transferência do Fundo Estadual de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para a aquisição de instrumentais de vídeo cirurgia que serão cedidos para o Instituto Civitas – Hospital São Marcos, através do Termo de Cessão e Uso.

Art. 2º - Fica homologada a Resolução n.º 019/CMS/2018, do Conselho Municipal de Saúde, datada de 31 de agosto de 2018, anexa a este Decreto, que aprova o projeto família: afetividade e valores, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Saúde, custeado pelo fundo Municipal de Saúde com valor global de R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

Art. 3º - Fica homologada a Resolução n.º 020/CMS/2018, do Conselho Municipal de Saúde, datada de 31 de agosto de 2018, anexa a este Decreto, que aprova o projeto outubro rosa – novembro azul, a ser desenvolvido pela Secretaria de Saúde do Município, custeado pelo Fundo Municipal de Saúde com o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 01 de outubro de 2018.

ROGERIO JOSE FRIGO  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 01 de outubro de 2018.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 167/2018**

Publicação Nº 1770117

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 167/2018

**OBJETO:**

Aquisição de gás de cozinha para abastecer todas as unidades escolares e os Centros Educacionais do Município de Nova Veneza.

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

ABERTURA: 23/10/2018 às 08:30h

EDITAL COMPLETO NO SITE [WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR](http://WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR).

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza (SC), 09 de outubro de 2018.  
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal de Nova Veneza

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 168/2018**

Publicação Nº 1770120

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 168/2018

**OBJETO:**

Aquisição de peças destinadas ao veículo do Corpo de Bombeiros Militar de Forquilha/SC.

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

ABERTURA: 23/10/2018 às 09:30h

EDITAL COMPLETO NO SITE [WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR](http://WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR).

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza (SC), 09 de outubro de 2018.  
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal de Nova Veneza

**AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO DL - 36/2018**

Publicação Nº 1770110

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA VENEZA**CNPJ: 10.485.444/0001-18  
TRAVESSA OSVALDO BURIGO, 44  
C.E.P.: 88865-000 - Nova Veneza - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO****Nr.: 36/2018 - DL**Processo Administrativo: 36/2018  
Processo de Licitação: 36/2018  
Data do Processo: 13/09/2018**Objeto:** promover a capacitação de pessoal da atenção básica de saúde do município de Nova Veneza/SC**NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 3 / 2018****Motivo:** Cancelado pela Secretaria Municipal de Saúde, não irão mais precisar dos serviços solicitados nesta dispensa.

Nova Veneza, 3 de Outubro de 2018

# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### DECRETO 2.476 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1770056

DECRETO Nº 2.476 de 09 de Outubro de 2018.

Abre crédito adicional SUPLEMENTAR por excesso de arrecadação e dá outras providências

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos arts. 41- I, 42 e 43 – II, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei Municipal Nº 561 de 27 de novembro de 2017;

CONSIDERANDO: Contrato de apoio financeiro do fundo estadual de incentivo ao esporte nº 218TR0975, para aquisição de Placar Eletrônico Poliesportivo.

Art. 1º – Fica aberto crédito adicional Suplementar por excesso de arrecadação no orçamento vigente, no valor de R\$ 6.791.50 (Seis mil setecentos e noventa e um reais e cinquenta centavos) relativo a recursos vinculados:

40.00 – SECRET. DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

40.02 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES

Atividade 2.019– Manutenção do DME.

Elemento de Despesa – 4.4.90-00.01.0062 aplicações diretas .....R\$ 6.791.50

TOTAL ..... R\$ 6.791.50

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Novo Horizonte – SC.

Em 09 de Outubro de 2018.

VANDERLEI SANAGIOTTO

Prefeito Municipal

Registre-se

Publique-se

Aimar Francisco Pavelecini

Secretário de Administração e Fazenda

# Orleans

## PREFEITURA

### 2.839 AUTORIZA ABERTURA DE CREDITO SUPLEMENTAR

Publicação Nº 1769723

LEI N. 2.839 DE 25 SETEMBRO DE 2018.

"AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito do Município de Orleans, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Especial e sua Suplementação no Orçamento Anual de 2018, no valor de R\$ 543.000,00 (quinhentos e quarenta e três mil reais)), com a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 08- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Unidade: 01 – Departamento de Infraestrutura

Proj./Ativ.: 2.022 – Manutenção do Consórcio do Lixo

4.4.93.00 – Tranf. a Consórcios Públicos R\$ 543.000,00

TOTAL R\$ 543.000,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, 25 de setembro de 2018; 134 anos da Fundação e 105 anos de Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta Secretaria Municipal de Administração, aos vinte cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito.

MARIO COAN  
Secretário de Administração

### 2.840 - ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Publicação Nº 1769724

LEI N. 2.840 DE 25 DE SETEMBRO DE 2018.

"ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E ABRE CREDITO SUPLEMENTAR".

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Ficam anuladas totais ou parciais as seguintes dotações orçamentárias:

06.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

06.01 – Departamento de Educação

1.005 - Aquis. de Terreno, Const. Ampl. e Ref. da Rede Física – Ed. Infantil

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 190.000,00

08.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

08.01 – Departamento de Infraestrutura

1.011 - Pav. e Revitalização de Vias Públicas

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 543.000,00

2.021 – Manutenção e Sinalização do Trânsito

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 220.000,00

2.023 – Manutenção dos Serviços Urbanos

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

09.00 – SECRETARIA DA ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

09.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

2.025 – Manutenção da Assistência a Criança

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

**09.03 – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social**

1.009 – Construção e Reforma de Casas Populares

3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

**10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

10.01 – Fundo Municipal de Saúde

1.006 - Aquis. de Terreno, Const. Ampl. e Ref. de Unidade de Saúde

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

2.017 – Manutenção da Secretaria de Saúde

3.3.50.00 – Transf. a Instituições Privadas s/ fins lucrativos R\$ 90.000,00

TOTAL R\$ 1.373.000,00

Art.2º As contas dos recursos anteriores ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

**02.00 – GABINETE DO PREFEITO**

02.01 – Gabinete do Prefeito

1.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice

3.3.50.00- Transf. a Inst. Privadas s/ fins lucrativos R\$ 20.000,00

2.004 – Manutenção do Departamento de Esportes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 113.000,00

**06.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

06.01 – Departamento de Educação

2.012 - Manutenção da Merenda Escolar

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 190.000,00

**08.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**

08.01 – Departamento de Infraestrutura

2.022 - Manutenção do Consórcio do Lixo

4.4.93.00 – Transf. Consorcio Público R\$ 810.000,00

**10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

10.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.017 – Manutenção da Secretaria de Saúde

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 240.000,00

TOTAL R\$ 1.373.000,00

Art.3º. Esta Lei entra em Vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, 25 de setembro de 2018; 134 anos da Fundação e 105 anos de Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta Secretaria Municipal de Administração, aos vinte cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito.

MARIO COAN

Secretário de Administração

**2.841 - INSTIRUI GRATIFICAÇÃO PAD**

Publicação Nº 1769725

LEI Nº 2.841 DE 03 DE OUTUBRO DE 2018.

“Autoriza o Poder Público Municipal a estabelecer gratificação aos integrantes de Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências”.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Aos servidores designados que integrarem e participarem efetivamente da Comissão de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares será pago, além da remuneração a que fazem jus, uma gratificação equivalente a 50% do menor padrão de vencimento previsto pelo município, por procedimento realizado.

Art. 2º - O pagamento será devido por procedimento devidamente finalizado e encaminhado a autoridade competente, independente do período de duração compreendido entre a data da portaria de instauração e a decisão final.

Art. 3º - Para fazer jus a gratificação, os membros da comissão deverão desenvolver atividades relativas a sindicâncias e/ou processos administrativos, na qualidade de titulares e até a conclusão do processo.

Art. 4º - O servidor que vier a ser substituído no curso do processo não fará jus à gratificação. O substituto somente fará jus a gratificação, quando efetivamente substituir membro titular durante a realização de sindicância e/ou processo administrativo até a finalização do procedimento com encaminhamento à autoridade competente.

Art. 5º - A gratificação pelo encargo de participação em Comissão de Sindicância ou de Processo Administrativo Disciplinar será paga em parcela única ao servidor integrante da comissão no momento da conclusão, na folha de pagamento do mês subsequente em que a comissão apresentar o respectivo Relatório Conclusivo e este for aceito pela Autoridade Superior.

§1º Na hipótese em que o servidor for nomeado para mais de uma Comissão desta natureza, dentro do mesmo período, este fará jus ao recebimento da gratificação correspondente a cada procedimento.

§2º Fica estabelecido o limite máximo de pagamento de 15 gratificações anuais por servidor, referente ao ano de exercício financeiro.

Art. 6º - A gratificação por participação na Comissão de Sindicância ou de Processo Administrativo Disciplinar tem natureza indenizatória, não será incorporada na remuneração do servidor, não fará parte da base de incidência de contribuição previdenciária e não será considerada como base de cálculo para quaisquer outras vantagens ou licenças, inclusive sobre férias e 13º salário.

Art. 7º - O Poder Executivo Municipal regulamentará, no que couber, a presente Lei.

Art. 8º - As despesas da aplicação desta Lei serão atendidas por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento do Município.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, 03 de outubro de 2018; 134 anos da Fundação e 105 anos de Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta Secretaria Municipal de Administração, aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

MARIO COAN  
Secretário de Administração

## 2.842 - DISPÕE SOBRE A LDO 2019

Publicação Nº 1769727

LEI N. 2.842 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2019 – LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A Câmara Municipal de ORLEANS Aprova e eu, Jorge Luiz Koch, Prefeito Municipal de Orleans sanciono a seguinte Lei:

### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2019, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração pública municipal;
- II - a estrutura e organização dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município; e
- VII - as disposições gerais.

### CAPÍTULO II



## DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentário de 2019 e a execução da respectiva lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Parágrafo único. Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais de que trata o art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I - Demonstrativo I - Metas Anuais;

II - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

III - Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

IV - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

V - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

VI - Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;

VII - Demonstrativo VI.a - Projeção Atuarial do RPPS;

VIII - Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

IX - Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

X - Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas;

XI - Anexo I.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas;

XII - Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas;

XIII - Anexo II.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas;

XIV - Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;

XV - Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;

XVI - Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;

XVII - Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

XVIII - Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

XIX - Anexo VIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos ;

XX - Anexo IX - Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio Público;

XXI - Anexo X - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações; e

XXII - Anexo XI - Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas.

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2019, são as constantes do Anexo de Prioridades e Metas desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos e na Lei Orçamentária de 2019 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

Parágrafo único. Fica vedada a adoção pelo Poder Executivo, durante a execução orçamentária, de categorias de

Parágrafo único. Fica vedada a adoção pelo Poder Executivo, durante a execução orçamentária, de categorias de prioridades que não estejam contempladas nesta Lei.

## CAPÍTULO III

### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos,

sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V - subtítulo, o menor nível de categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação; e

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - concedente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

VIII - conveniente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta dos governos federal, estaduais, municipais, e as entidades privadas, com os quais a Administração Municipal pactue a transferência de recursos financeiros, inclusive quando decorrentes de descentralização de créditos orçamentários entre órgãos e entidades federais constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

IX - descentralização de créditos orçamentários, a transferência de créditos constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade ou entre estes;

X - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

XI - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

XII - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar; e

XIII - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária e na respectiva Lei por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com indicação do produto, da unidade de medida e da meta física.

§ 4º O produto e a unidade de medida a que se refere o § 3º deverão ser os mesmos especificados para cada ação constante do Plano Plurianual 2019/2021.

§ 5º As metas físicas serão indicadas em nível de subtítulo e agregadas segundo os respectivos projetos, atividades ou operações especiais.

§ 6º As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§ 7º Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

§ 8º A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental, ainda que esta seja viabilizada com a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

Art. 5º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Municipal.

Art. 6º Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária, detalhada por categoria da programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa, o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

§ 1º A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal (F), da seguridade social (S) ou de investimento das empresas estatais (I).

§ 2º Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

I - pessoal e encargos sociais - 1;

II - juros e encargos da dívida - 2;

III - outras despesas correntes - 3;

IV - investimentos - 4;

V - inversões financeiras - 5; e

VI - amortização da dívida - 6.

§ 3º A Reserva de Contingência, prevista no art. 22 desta Lei, será identificada pelo dígito "9", no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

§ 4º Nenhuma ação poderá conter, simultaneamente, dotações destinadas a despesas financeiras e primárias.

§ 5º A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - mediante transferência financeira:

a) a outras esferas de Governo, seus órgãos, fundos ou entidades; ou

b) diretamente a entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições; ou

II - diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo.

§ 6º O orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos discriminarão a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme art. 15 da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º É vedada a execução orçamentária com modalidade de aplicação indefinida.

§ 8º As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo as naturezas de receita e o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

Art. 7º O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal, será composto de:

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados nos artigos 2º e 22, incisos III, IV e parágrafo único da Lei nº 4.320, de 1964;

III - anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; e

V - anexo do Orçamento de Investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição, na forma definida nesta Lei.

Parágrafo único. Integrarão a consolidação dos quadros orçamentária a que se refere o inciso II deste artigo, os seguintes demonstrativos:

I - Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas, conforme o Anexo 1, da Lei nº 4.320 de 1964;

II - Receita por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei nº 4.320, de 1964;

III - Natureza da Despesa por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei nº 4.320, de 1964;

IV - Funções e Subfunções de Governo, conforme o Anexo 5, da Lei nº 4.320, de 1964;

V - Programa de Trabalho de Governo, conforme o Anexo 6, da Lei nº 4.320, de 1964;

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais, conforme o Anexo 7, da Lei nº 4.320, de 1964;

Operações Especiais, conforme o Anexo 7, da Lei nº 4.320, de 1964;

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos, conforme o Anexo 8, da Lei nº 4.320, de 1964;

VIII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções, conforme o Anexo 9, da Lei nº 4.320, de 1964;

IX - Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme art. 22, Inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964 e art. 12, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

X - Demonstrativo da Evolução da Despesa, conforme art. 22, Inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964;

XI - Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XII - da descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades com a respectiva legislação;

XIII - demonstrativo da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394, de 1996;

XIV - demonstrativo da aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB;

XV - demonstrativo da receita corrente líquida com base no art. 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

XVI - demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101, de 2000; e

XVII - demonstrativo da aplicação dos recursos reservados à saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29.

Art. 8º A Mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; e

II - justificativa da estimativa e fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e despesa.

#### CAPÍTULO IV

#### DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

##### Seção I

##### Das Diretrizes Gerais

Art. 9º A estimativa da receita e a fixação da despesa, constante do projeto de lei orçamentária, serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere.

Art. 10. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedida de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da Lei nº 4.320, de 1964.

Art. 11. Na programação da despesa, não poderão ser fixadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos.

Art. 12. A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

##### Seção II

## Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas

Art. 13. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal.

### Seção III

#### Do Incentivo à Participação Popular

Art. 14. O projeto de lei orçamentária anual, relativo ao exercício de 2019, deve assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento:

I - o princípio do controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;

II - o princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 15. Será assegurada aos cidadãos a participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimentos de interesse local, mediante regular processo de consulta.

### Seção IV

#### Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 16. Na ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira.

§ 1º O montante da limitação a ser procedida por cada Poder referido no caput deste artigo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um na base contingenciável.

§ 2º Excluem-se do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 3º No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

I - com pessoal e encargos patronais; e

II - com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no art. 45, da Lei Complementar nº 101 de 2000.

§ 4º Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

### Seção V

#### Da Inclusão de Novos Projetos e Conservação do Patrimônio Público

Art. 17. Observadas as prioridades a que se refere o art. 3º desta Lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais, somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, a cargo da Administração Direta, das autarquias, dos fundos especiais, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista se:

I - houverem sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;

II - estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

III - estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio; e

IV - os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

### Seção VI

#### Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 18. Para os efeitos do art. 16, da Lei Complementar nº 101, de 2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

## Seção VII

### Da Destinação de Recursos para Entidades Públicas e Privadas

Art. 19. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de quaisquer recursos do Município, para clubes, associações de servidores e de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura ou que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no caput, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos emitida no exercício de 2017 e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 3º Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda de:

I - publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade; e

II - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

§ 4º A concessão de benefício de que trata o caput deste artigo deverá estar definida em lei específica.

## Seção VIII

### Da Autorização para Custeio de Despesas de Competência da União e do Estado

Art. 20. A inclusão, na lei orçamentária anual, de transferências de recursos para o custeio de despesa de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art. 62, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

## Seção IX

### Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 21. O orçamento de investimento, previsto no art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, será representado, para cada empresa em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Parágrafo único. O detalhamento das fontes de financiamento do investimento de cada entidade referida neste artigo será de forma a evidenciar os recursos:

I - gerados pela empresa;

II - oriundos de transferências do Município;

III - oriundos de operações de crédito internas e externas; e

IV - de outras origens, que não as compreendidas nos incisos anteriores.

## Seção X

### Da Destinação de Reserva de Contingência

Art. 22. A Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor até 2% (dois por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2019, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

## Seção XI

### Das Normas para Controle de Custos e Avaliação de Resultado

Art. 23. O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

Parágrafo único. A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária



responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

## CAPÍTULO V

### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 24. A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social.

Art. 25. O projeto de Lei Orçamentária Anual poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações a nível de projeto e atividades financiados por estes recursos.

Art. 26. A Lei Orçamentária Anual poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 27. No exercício financeiro de 2019, as despesas com pessoal dos Poderes Executivos e Legislativo observarão as disposições contidas nos art. 18, 19 e 20, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 28. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a adoção das medidas de que tratam os §§ 3º e 4º, do art. 169, da Constituição Federal, preservará servidores das áreas de saúde, educação e assistência social.

Art. 29. Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a contratação de hora extra fica restrita a necessidades emergenciais das áreas de saúde e de saneamento.

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 30. A estimativa de receita que constará do projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2019 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e consequente aumento das receitas próprias.

Art. 31. A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

I - atualização da planta genérica de valores do município;

II - revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

III - revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

IV - revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza;

V - revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

VI - instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou posto a sua disposição;

VII - revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia; e

VIII - revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.

§ 1º Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, o Poder Executivo encaminhará projetos de lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária, cuja renúncia de receita poderá alcançar os montantes dimensionados no Anexo de Metas Fiscais, já considerados no cálculo do resultado primário.

§ 2º A parcela de receita orçamentária prevista no caput deste artigo, que decorrer de propostas de alterações na legislação tributária, ainda em tramitação, quando do envio do projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara Municipal poderá ser identificada, discriminando-se as despesas cuja execução ficará condicionada à aprovação das respectivas alterações legislativas.



**CAPÍTULO VIII****DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 32. É vedado consignar na Lei Orçamentária Anual crédito com finalidade imprecisa ou com dotação limitada.

Art. 33. Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá, através de decreto, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, nos termos do disposto no art. 8º, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 34. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada mediante decreto do Poder Executivo, utilizando os recursos previstos no art. 43. Da Lei nº 4.320, de 1964.

Art. 35. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de previa autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 1964 e da Constituição Federal.

§ 1º A lei orçamentária anual conterá autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposição de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos.

Art. 36. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 09 de outubro de 2018, 134 anos da Fundação e 105 anos da Emancipação Político Administrativo.

JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta Secretaria Municipal de Administração, aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

MARIO COAN  
Secretário de Administração.

**2.843 - INSTITUI O PROGRAMA REFIS 2018**

Publicação Nº 1769729

LEI Nº 2.843 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

Autoriza o parcelamento e concede redução dos valores de juros e multa, incidentes sobre os débitos tributários e não tributários para com a Fazenda Pública Municipal, inscritos em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, ou notificados de ofício, e dá outras providências.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme autoriza o Artigo 31 § 1º da Lei de Diretrizes Orçamentárias, FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art.1º. Concede-se redução nos valores de juros e multa, incidentes sobre os débitos tributários e não tributários para com a Fazenda Pública Municipal, inscritos, ou não, em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, ou notificados de ofício, com fatos geradores ocorridos até 30 de dezembro de 2017, conforme segue:

- I - de 90% (noventa por cento) quando pagos em parcela única;
- II - de 80% (oitenta por cento) quando pagos em até 05 (cinco) parcelas;
- III - de 70% (setenta por cento) quando pagos em até 12 (doze) parcelas.

§ 1º. Na hipótese de pagamento parcelado será firmado termo próprio de confissão da dívida, estabelecendo os prazos e condições, com pagamento da primeira parcela em até cinco (05) dias após a formalização do acordo.

§ 2º. Os percentuais previstos neste artigo referem-se a pagamentos ou parcelamentos efetuados até 31 de dezembro de 2018.

§ 3º. Para pagamentos ou parcelamentos efetuados no mês de Janeiro de 2019, o desconto deste artigo será reduzido em 10 (dez) pontos percentuais.

§ 4º. Para pagamentos ou parcelamentos efetuados no mês de Fevereiro e Março de 2019, o desconto deste artigo será reduzido em 20 (vinte) pontos percentuais.

§ 5º. A dívida objeto do parcelamento será consolidada, tomando-se como base a soma do valor do principal, acrescido da correção monetária, dos juros e da multa, observadas as reduções previstas nos incisos II e III deste artigo.

a) Consolidado, o valor correspondente ao principal, devidamente corrigido, será acrescido de 1% para cada mês parcelado;

b) O valor de cada parcela será obtido mediante a divisão do valor apurado nos termos da alínea anterior, pelo número de parcelas concedidas e não poderá ser inferior a uma Unidade Fiscal do Município – UFM.

§ 6º. Não integram o parcelamento e a redução os valores correspondentes aos honorários advocatícios.

Art.2º. O benefício previsto nesta lei alcança débitos já parcelados anteriormente, e somente poderá ser requerido e concedido até 29 de Março de 2019.

Art.3º. O benefício instituído por esta lei não poderá ser utilizado cumulativamente com qualquer outro benefício ou incentivo previsto na legislação municipal.

Art.4º. Quando houver parcelamentos anteriores cancelados por falta de pagamento, a primeira parcela deverá ser correspondente a no mínimo 30% (trinta por cento) da dívida.

Art.5º. A adesão a forma de pagamento estabelecida importará no reconhecimento da dívida, na legalidade plena da CDA – Certidão de Dívida Ativa que a originou, na renúncia ao direito de discussão do débito, e ainda, renúncia e desistência de embargos ou outras formas de defesa processual ou administrativas que houverem sido interpostas.

Parágrafo único. O contribuinte optante pela adesão ao programa que deixar de cumprir o parcelamento deferido com base nesta lei, não poderá mais aderir a novo programa de recuperação fiscal que eventualmente seja concedido em exercícios financeiros futuros.

Art.6º. A falta de pagamento de duas parcelas consecutivas, ou alternadas, implicará na exclusão do contribuinte dos benefícios previstos nesta lei e encaminhamento para protesto em cartório.

Parágrafo único: As reduções de que trata esta Lei ficarão sem efeito, recalculando-se o valor da dívida conforme lançada na CDA, acrescida dos encargos incidentes, deduzindo-se o valor pago a ser corrigido monetariamente pelo INPC.

Art.7º. Fica o Poder Executivo, autorizado a conceder a remissão, total ou parcial, do crédito tributário, nos termos do art. 172 do Código Tributário Nacional e do art. 90 do Código Tributário Municipal, levando em consideração a inviabilidade da cobrança, administrativa ou judicial, e as condições econômicas, físicas e salutaras do sujeito passivo.

Art.8º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.9º. Revogam-se as disposições em contrário.

Orleans/SC, 09 de outubro de 2018; 134 anos da Fundação e 105 anos de Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta Secretaria Municipal de Administração, aos nove dias do mês de Outubro do ano de dois mil e dezoito.

MARIO COAN  
Secretário de Administração

#### 4.443

Publicação Nº 1769855

DECRETO N. 4.443 DE 02 DE OUTUBRO DE 2018.

“ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E ABRE CREDITO SUPLEMENTAR”.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n. 2.785 de 05 de dezembro de 2017. DECRETA:

Art.1º Fica anulada total ou parcial a seguinte dotação orçamentária:

09.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

09.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

2.046 - Manutenção da Proteção Social Básica

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

TOTAL R\$ 60.000,00

Art.2º . A conta do recurso anterior fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

09.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

09.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

2.046 - Manutenção da Proteção Social Básica

3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

TOTAL R\$ 60.000,00

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação

Orleans, 02 de outubro de 2018, 134 anos da Fundação e 105 anos da Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

MARIO COAN  
Secretário de Administração

#### 4.446

Publicação Nº 1769856

DECRETO N. 4.446 DE 04 DE OUTUBRO DE 2018.

TRATA DA NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito Municipal de Orleans, no uso de suas atribuições que lhe confere o com o artigo 68, item VXII da Lei Orgânica do Município:

NOMEIA

Art. 1º Ficam nomeados, sem ônus para o Município, os membros da Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis e Imóveis:

Presidente: Ricardo Luiz Cascaes Sandrini

Vice-Presidente: Rodrigo Vieira

Membros: Valdirene Baschiroto, Nazareno Estevão Avelino, Aderival Ricardo Campos e Lucas Menegasso Bagio.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 05 de outubro de 2018; 134 anos da Fundação e 105 anos da Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta Secretaria Municipal de Administração aos cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

MARIO COAN  
Secretario de Administração

#### PROCESSO Nº 190/2018 PREFEITURA

Publicação Nº 1770353

PROCESSO Nº 190/2018

PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 97/2018 REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, GRAXA, FLUÍDOS PARA FREIOS E RADIADORES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE ORLEANS. (PROCESSO MULTIENTIDADE).

Recebimento dos Envelopes de Proposta e Habilitação: até o dia 24/10/2018 às 17h00min. Abertura dos Envelopes: dia 25/10/2018, às 13h45min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br) e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br)

Orleans - SC, 09 de Outubro de 2018.

Jorge Luiz Koch  
Prefeito Municipal

# Palhoça

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PG 133/2018

Publicação Nº 1770426

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 133/2018

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 25 de outubro de 2018, às 14:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 133/2018 que tem por objeto a aquisição de fórmulas lácteas, especiais e suplementos alimentares para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, através de Registro de Preços, conforme especificação e quantidades contidas no Anexo I, parte integrante do Edital. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 19:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.atende.net](http://www.palhoca.atende.net). Palhoça, 09 de outubro de 2018. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

### AVISO DE LICITAÇÃO TP 132/2018

Publicação Nº 1769736

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇO  
Nº 132/2018

O Município de Palhoça torna público que fará realizar no dia 29 de outubro de 2018, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura da Tomada de Preço Nº 132/2018, que tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para execução da Praça Dom Manoel I, localizada na Rua Dom Manoel, bairro Laranjeiras e pavimentação asfáltica e sinalização viária das Ruas Anita Garibaldi e João Pereira dos Santos, localizada no bairro Ponte do Imaruim, neste Município, de acordo com as especificações contidas nos anexos. O edital que está embasado na lei de licitações se encontra à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 19h00min, de segunda-feira a sexta-feira, ou pelo site: [www.palhoca.atende.net](http://www.palhoca.atende.net). Palhoça, 09 de outubro de 2018. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal.

### PORTARIA 64

Publicação Nº 1770139

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Palhoça  
AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – CEP: 88132-271  
Fone/Fax: (48) 3279-1745 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: [palhoca.atende.net](http://palhoca.atende.net)

PORTARIA N. 64/2018.

CRISTINA SCWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 7º, inciso III da Lei Complementar n. 149/2013 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar n. 096/2010.

Considerando a Comunicação Interna n. 16/2018 da Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### RESOLVE

1.0 Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, figurando como arguida à servidora pública I.O.S. nos termos do art. 231, 233 e 235 da Lei Complementar n. 96, de 15 de dezembro de 2010, haja vista que a servidora supostamente, demonstra, inassiduidade e atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública.

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Comissão Processante que será integrada pelos membros, a seguir individualizados:

- A) ROSI MARIA VARELLA – mat. 800786 - Presidente
- B) EDINALDA SILVEIRA DE SOUZA PIRES - mat. 129563– Secretária
- C) JOSIANI FARIAS PEREIRA - mat. 801457 – Membro

3.0 Fixar, por força do Diploma Legal, art. 237 da Lei Complementar n. 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

Palhoça - SC, em 1 de outubro de 2018.

Cristina Schwinden Schmidt  
Secretária Municipal de Administração

## PORTARIA 65

Publicação Nº 1770142

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Palhoça  
AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – CEP: 88132-271  
Fone/Fax: (48) 3279-1745 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: palhoca.atende.net

PORTARIA N. 65/2018.

CRISTINA SCWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 7º, inciso III da Lei Complementar n. 149/2013 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar n. 096/2010.

Considerando a Comunicação Interna n. 16/2018 da Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

### RESOLVE

1.0 Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, figurando como arguida à servidora pública A.H.S. nos termos do art. 231, 233 e 235 da Lei Complementar n. 96, de 15 de dezembro de 2010, haja vista que a servidora supostamente, demonstra, inassiduidade e atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública.

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Comissão Processante que será integrada pelos membros, a seguir individualizados:

- A) ROSI MARIA VARELLA – mat. 800786 - Presidente
- B) EDINALDA SILVEIRA DE SOUZA PIRES - mat. 129563– Secretária
- C) JOSIANI FARIAS PEREIRA - mat. 801457 – Membro

3.0 Fixar, por força do Diploma Legal, art. 237 da Lei Complementar n. 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

Palhoça - SC, em 1 de outubro de 2018.

Cristina Schwinden Schmidt  
Secretária Municipal de Administração

## PORTARIA 66

Publicação Nº 1770146

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Palhoça  
AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – CEP: 88132-271  
Fone/Fax: (48) 3279-1745 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: palhoca.atende.net

PORTARIA N. 66/2018.

CRISTINA SCWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 7º, inciso III da Lei Complementar n. 149/2013 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar n. 096/2010.

Considerando a Comunicação Interna n. 16/2018 da Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

### RESOLVE

1.0 Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, figurando como arguida à servidora pública E.M.S.. nos termos do art. 231, 233 e 235 da Lei Complementar n. 96, de 15 de dezembro de 2010, haja vista que a servidora supostamente, demonstra inassiduidade

e atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública.

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Comissão Processante que será integrada pelos membros, a seguir individualizados:

- A) ROSI MARIA VARELLA – mat. 800786 - Presidente
- B) EDINALDA SILVEIRA DE SOUZA PIRES - mat. 129563– Secretária
- C) JOSIANI FARIAS PEREIRA - mat. 801457 – Membro

3.0 Fixar, por força do Diploma Legal, art. 237 da Lei Complementar n. 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

Palhoça - SC, em 1 de outubro de 2018.

Cristina Schwinden Schmidt  
Secretária Municipal de Administração

## PORTARIA 67

Publicação Nº 1770151

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Palhoça  
AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – CEP: 88132-271  
Fone/Fax: (48) 3279-1745 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: palhoca.atende.net

PORTARIA N. 67/2018.

CRISTINA SCWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 7º, inciso III da Lei Complementar n. 149/2013 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar n. 096/2010.

Considerando a Comunicação Interna n. 16/2018 da Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

### RESOLVE

1.0 Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, figurando como arguida à servidora pública N.M.S.P. nos termos do art. 231, 233 e 235 da Lei Complementar n. 96, de 15 de dezembro de 2010, haja vista que a servidora supostamente, demonstra inassiduidade e atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública.

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Comissão Processante que será integrada pelos membros, a seguir individualizados:

- A) ROSI MARIA VARELLA – mat. 800786 - Presidente
- B) EDINALDA SILVEIRA DE SOUZA PIRES - mat. 129563– Secretária
- C) JOSIANI FARIAS PEREIRA - mat. 801457 – Membro

3.0 Fixar, por força do Diploma Legal, art. 237 da Lei Complementar n. 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

Palhoça - SC, em 1 de outubro de 2018.

Cristina Schwinden Schmidt  
Secretária Municipal de Administração

## PORTARIA 68

Publicação Nº 1770185

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Palhoça  
AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – CEP: 88132-271  
Fone/Fax: (48) 3279-1745 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: palhoca.atende.net

PORTARIA N. 68/2018.

CRISTINA SCWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto

no artigo 7º, inciso III da Lei Complementar n. 149/2013 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar n. 096/2010.

Considerando a Comunicação Interna n. 16/2018 da Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### RESOLVE

1.0 Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, figurando como arguida à servidora pública T.S.V. nos termos do art. 231, 233 e 235 da Lei Complementar n. 96, de 15 de dezembro de 2010, haja vista que a servidora supostamente, demonstra, inassiduidade habitual e atos de improbidade administrativa, que atentam contra os princípios da Administração Pública.

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Comissão Processante que será integrada pelos membros, a seguir individualizados:

- A) ROSI MARIA VARELLA – mat. 800786 - Presidente
- B) EDINALDA SILVEIRA DE SOUZA PIRES - mat. 129563– Secretária
- C) JOSIANI FARIAS PEREIRA - mat. 801457 – Membro

3.0 Fixar, por força do Diploma Legal, art. 237 da Lei Complementar n. 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

Palhoça - SC, em 1 de outubro de 2018.

Cristina Schwinden Schmidt  
Secretária Municipal de Administração

#### PORTARIA 69

Publicação Nº 1770187

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Palhoça  
AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – CEP: 88132-271  
Fone/Fax: (48) 3279-1745 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: palhoca.atende.net

PORTARIA N. 69/2018.

CRISTINA SCWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 7º, inciso III da Lei Complementar n. 149/2013 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar n. 096/2010.

Considerando a Comunicação Interna n. 16/2018 da Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### RESOLVE

1.0 Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, figurando como arguida à servidora pública T.R.Q. nos termos do art. 231, 233 e 235 da Lei Complementar n. 96, de 15 de dezembro de 2010, haja vista que a servidora supostamente, demonstra, inassiduidade habitual e atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública.

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Comissão Processante que será integrada pelos membros, a seguir individualizados:

- A) ROSI MARIA VARELLA – mat. 800786 - Presidente
- B) EDINALDA SILVEIRA DE SOUZA PIRES - mat. 129563– Secretária
- C) JOSIANI FARIAS PEREIRA - mat. 801457 – Membro

3.0 Fixar, por força do Diploma Legal, art. 237 da Lei Complementar n. 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

Palhoça - SC, em 1 de outubro de 2018.

Cristina Schwinden Schmidt  
Secretária Municipal de Administração



**PORTARIA 70**

Publicação Nº 1770401

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Palhoça  
Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar

Portaria 70/2018

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 7º, inciso III da Lei Complementar n. 149/2013 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar n. 096/2010.

RESOLVE:

Art.1º - NOMEAR a servidora MARGARETE JOAQUINA DA ROSA, matrícula 800.223, como DEFENSORA DATIVA para Processo Administrativo Disciplinar n. 4526/2018 em desfavor do (a) servidor (a) T.P., sob Portaria n. 7/2018.

Art. 2º - A portaria entra em vigor a partir da presente data.

Palhoça, 1 de outubro de 2018.

Cristina Schwinden Schmidt  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA 71**

Publicação Nº 1770228

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Palhoça  
Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância

Portaria 71/2018

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 7º, inciso III da Lei Complementar nº. 149/2013 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar nº. 096/2010.

RESOLVE:

Art.1º - NOMEAR a servidora MARGARETE JOAQUINA DA ROSA, matrícula 800.223, como DEFENSORA DATIVA para Processo Administrativo Disciplinar nº 4525/2018 em desfavor do (a) servidor (a) L.Z.G sob Portaria nº 08/2018

Art. 2º - A portaria entra em vigor a partir da presente data.

Palhoça, 02 de outubro de 2018.

Cristina Schwinden Schmidt  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA 72**

Publicação Nº 1770403

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Palhoça  
AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – Cep: 88132-271  
Fone/Fax: (48) 3279-1745 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: palhoca.atende.net

PORTARIA N. 72/2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 7º, inciso III da Lei Complementar n. 149/2013 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar n. 096/2010.

Considerando o Memorando n. 21861/2018 da Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

RESOLVE

1.0 Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, figurando como arguida à servidora pública N.M.A. nos termos do art.

231, 233 e 235 da Lei Complementar n. 96, de 15 de dezembro de 2010, haja vista que a servidora supostamente, demonstra, ineficiência desídia no exercício de suas funções e atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública.

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Comissão Processante que será integrada pelos membros, que estão descritos a seguir individualizados:

- A) ROSI MARIA VARELLA – mat. 800786 - Presidente
- B) EDINALDA SILVEIRA DE SOUZA PIRES – mat. 129563 - Secretária
- C) JOSIANI FARIAS PEREIRA - mat. 801457 – Membro

3.0 Fixar, por força do Diploma Legal, art. 237 da Lei Complementar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

3.1 3.1 A Não conclusão do Processo Administrativo Disciplinar no prazo, não determinará nulidade, salvo prejuízo ao servidor.

Palhoça - SC, em 3 de outubro de 2018.

Cristina Schwinden Schmidt  
Secretária Municipal de Administração

## **PREGÃO PRESENCIAL 096/2018 - RESULTADO**

Publicação Nº 1769940

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
RESULTADO APÓS RECURSOS  
PROCESSO LICITATÓRIO  
PREGÃO PRESENCIAL nº096/2018

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº096/2018, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de materiais para melhorias operacionais no sistema de abastecimento de água no município de Palhoça, de acordo com as especificações contidas nos anexos.

### **CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:**

STARTUBO COMERCIAL EIRELI EPP venceu os lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 11, totalizando o valor de R\$320.220,77 (trezentos e vinte mil, duzentos e vinte reais e setenta e sete centavos).

LOT METAIS LTDA EIRELI ME venceu o lote 10, totalizando o valor de R\$36.999,00 (Trinta e seis mil, novecentos e noventa e nove reais).

Palhoça, 09 de outubro de 2018.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito

## **RESULTADO DO PREGAO RP 121/2018**

Publicação Nº 1769491

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
RESULTADO FINAL DO  
PROCESSO LICITATÓRIO  
PREGÃO PRESENCIAL RP nº 121/2018

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados o resultado FINAL do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/2018, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL RP, que consiste na contratação de empresa para fornecimento e instalação de abrigos de passageiros para pontos de parada de ônibus, a serem instalados em diversas ruas e avenidas do Município de Palhoça.

### **CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA DO CERTAME:**

FLORIPAINEIS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, ficou classificada no seu menor preço nos LOTES 1 E 2 totalizando a importância de R\$ 566.666,64 (quinhentos e sessenta e seis mil seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e quatro centavos).

Palhoça, 09 de Outubro de 2018.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

# Palma Sola

## PREFEITURA

### **AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 43/2018 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS NOVOS**

Publicação Nº 1769742

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMA SOLA – SC

#### PUBLICAÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL SEM ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL

O Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, a errata referente ao Processo de Licitação nº. 75/2018, Modalidade: Pregão Presencial nº. 43/2018. Objeto: Aquisição de um Veículo Zero KM, ano/modelo mínimo 2018 retificação na descrição do objeto. - Onde se lê: (...), Potência mínima do Motor de 76 CV, LEIA-SE: (...), Potência mínima do Motor de 75 CV. As demais condições do Edital permanecem inalteradas, inclusive a data e hora da abertura dos envelopes do Processo Licitatório. Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua Francisco Zanotto, 600, de Segunda a Sexta feira no horário normal de Expediente. Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx) 49 3652 – 3200.

Palma Sola, 09 de Outubro de 2018.

Marines Fatima Sansigolo  
Pregoeira

# Palmeira

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 1449\_2018\_NOMEIA MEMBROS E DIRETORIA DO CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1770417

DECRETO Nº 1.449/2018

NOMEIA MEMBROS E DIRETORIA DO CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município c/c a Lei n.º 783, de 05 de setembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Membros do Conselho Municipal de Educação, com a seguinte composição:

Representação: Secretaria Municipal de Educação

Titular	Alexandra Xavier Atanásio Masselai CPF: 031.563.719-63
Suplente	Viviane Lopes Godoy CPF: 008.519.919-20

Representação: Professores da Rede Municipal de Ensino

Titular	Rúbia Fabiane do Nascimento CPF: 027.516.699-64
Suplente	Jane Rosa CPF: 005.257.329-00
Titular	Míria Eva Antunes de Oliveira Batista CPF: 915.387.509-53
Suplente	Cleide Coelho Medeiros CPF: 854.154.569-53

Representação: Pais e/ou responsáveis das unidades educacionais mantidas pelo Poder Público

Titular	Dilair Rodrigues da Silva CPF: 075.310.129-79
Suplente	Josimar Gonçalves Melo CPF: 062.177.429-42
Titular	Jaqueline Campos CPF: 028.120.329-60
Suplente	Eliane Sandri Xavier CPF 021.688.469-10

Representação: Clubes de Mães de Palmeira

Titular	Mirian Paim de Jesus CPF: 690.930.089-00
Suplente	Maria Lígia Becker Paim CPF: 007.811.479-99

Representação: Secretaria Municipal de Assistência Social de Palmeira

Titular	Camila Alves da Rocha CPF: 081.715.269-50
Suplente	Paulo Cesar da Luz Antunes CPF: 812.558.889-20

Representação: Escola de Educação Básica Antonieta Silveira

Titular	Ana Beckert CPF: CPF 003.598.979-32
Suplente	Daniela Aparecida Vargas Barbosa dos Santos CPF: 030.837.129-10

Representação: Escritório da Epagri

Titular	Clayrton Accacio Cruz da Silveira CPF: 018.474.689-26
Suplente	Luiz Tadeu de Souza CPF: 144.996.769-20

Representação: Secretaria Municipal de Administração de Palmeira

Titular	Alisson Hugo de Queiroz Magalhães CPF: 086.790.777-04
Suplente	Roselene Aparecida da Costa CPF: 063.003.109-65

Art. 2º O mandato de cada membro será de 04 (quatro) anos, podendo ser reconduzido somente por mais de um mandato, de acordo com a indicação das instituições, das entidades, dos segmentos e dos setores respectivos.

Art. 3º Ficam nomeados os Membros da Diretoria do Conselho Municipal de Educação, com a seguinte composição:

PRESIDENTE: Jaqueline Campos

VICE-PRESIDENTE: Alisson Hugo de Queiroz Magalhães

SECRETÁRIA: Míria Eva Antunes de Oliveira Batista

Art. 4º O mandato de cada membro da diretoria será de 02 (dois) anos, sendo permitida uma única recondução.

Art. 5º Os trabalhos dos membros do Conselho Municipal de Educação, não serão remunerados, sendo considerado serviço relevante.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em sentido contrário, em especial o Decreto nº 1274, de 06 de abril de 2017.

Palmeira, 09 de outubro de 2018.

Fernanda de Souza Córdova

Prefeita Municipal

Certifico que o presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº 1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 09 de outubro de 2018.

## **PORTARIA Nº 0210 NOMEAÇÃO JAMYLLE BERNART MARCON**

Publicação Nº 1770260

PORTARIA Nº 0210/2018

“DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIO, CONFORME ESPECÍFICA.”

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - Nomear a partir de 24/08/2018 a Sra. JAMYLLE BERNART MARCON, brasileira, inscrita no CPF de nº 022.235.339-22, no Cargo de ESTAGIARIA de Engenharia Civil, a realizar o Estágio Curricular Supervisionado, lotado na Secretaria de Planejamento, com carga horária de 216 hrs.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 04 de Outubro de 2018.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA

Prefeita Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº 1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 09 de Outubro de 2018.

## **PORTARIA Nº 0211 NOMEAÇÃO CÉLIA LOURENÇO SOUZA DE CAMPOS**

Publicação Nº 1770265

PORTARIA Nº 0211/2018

“DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA.”

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - Nomear a partir de 09/10/2018 a Sra. CÉLIA LOURENÇO SOUZA DE CAMPOS, brasileira, inscrita no CPF de nº046.707.039-35, no Cargo de AGENTE COMUNITARIA DE SAUDE, em substituição a Servidora que se encontra em auxilio doença LUCINDA RIBEIRO DE ANDRADE, lotado na Secretaria de Saúde, com carga horária de 40 hrs semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 09 de Outubro de 2018.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA

Prefeita Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 09 de Outubro de 2018.

# Papanduva

## PREFEITURA

### EXTRATO 4 TERMO ADITIVO SAN REMO - 2018

Publicação Nº 1770078

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

EXTRATO DE ADITIVO

ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao contrato Nº 096/2014 , vinculado ao Processo licitatório na modalidade Tomada de Preços 111/2015. CONTRATANTE: Município de Papanduva. CONTRATADA: CONSTRUTORA SAN REMO. Considerando a necessidade da continuidade destes serviços; Considerando o princípio da economicidade; Considerando-se também que o inciso II do artigo 57 da Lei Federal 8.666/93 em vigor admite prorrogações, adita-se este contrato que passa a vigorar até a data de 28 de Dezembro de 2018. Base Legal: nº 8666/93. Papanduva, 01 de Outubro de 2018. Luiz Henrique Saliba-Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE ATA 125/2018 JULIAN ODACHOWOSKI

Publicação Nº 1770083

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

EXTRATO DE ATA Nº 125/2018

OBJETO: Eventual aquisição de Alimentos perecíveis, não perecíveis, frutas, verduras, materiais de limpeza e higiene pessoal, para atender o SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS. Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratada: JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA-EPP, valor total de R\$ 72.840,39 (setenta e dois mil e oitocentos e quarenta reais e trinta e nove centavos). Base Legal Lei 8666/92. Papanduva, 10 de outubro de 2018. – LUIZ HENRIQUE SALIBA - Prefeito Municipal.



# Paraíso

## PREFEITURA

### PR 51-2018

Publicação Nº 1770088

MUNICIPIO DE PARAISO – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2018

O MUNICIPIO DE PARAISO leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 08:30 horas do dia 23 de Outubro de 2018, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, situado à Rua Alcides Zanin nº. 593 – Centro – Paraíso/SC.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE ARBITRAGEM NA MODALIDADE DE FUTEBOL SUIÇO PARA A REALIZAÇÃO DO CAMPEONATO NO MUNICIPIO DE PARAISO/SC.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso – SC, pelo telefone (049 36270077), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município de Paraíso/SC, [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br).

Paraíso/SC, 09 de Outubro de 2018.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITO MUNICIPAL.

# Passo de Torres

## PREFEITURA

### DECRETO 1102018

Publicação Nº 1770312

DECRETO Nº 110, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018.

"SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinada com o artigo 8º, Inciso I da Lei Municipal nº 1062 de 16 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada ao orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, por conta dos prováveis excessos de arrecadações provenientes de Recursos de Convênio de Trânsito no montante de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), conforme abaixo especificado:

Órgão: 12 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

Unidade: 02 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES

Atividade: 2.050 – Manutenção da Infraestrutura Operacionais de Serviços Públicos

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.0095 (160) Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00

TOTAL ..... R\$ 20.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta do provável excesso de arrecadação de recursos de convênio de trânsito (vinculação 00.0095) da Unidade Prefeitura Municipal de Passo de Torres, creditados nas contas correntes da Prefeitura Municipal de Passo de Torres.

Parágrafo Único: A suplementação de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva do recurso.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 27 de setembro de 2018.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 27 de setembro de 2018.

Marcio Luiz Abatti

Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA 204/2018

Publicação Nº 1770429

PORTARIA Nº 204, DE 01 DE OUTUBRO DE 2018.

"EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO JESIEL REZENDE DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, Combinado com a Lei Complementar 039/2017 e 513 de 25 de agosto de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar à pedido, Jesiel Rezende da Silva, servidor em caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei nº 513/2005, e contrato de trabalho nº 006/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de outubro de 2018.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de outubro de 2018.

Marcio Luiz Abatti  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA 205/2018**

Publicação Nº 1770430

PORTARIA Nº. 205, DE 01 DE OUTUBRO DE 2018.

“NOMEIA, ALESSANDRA ROSA DA SILVA BUENO, PARA EXERCER O CARGO DE CONSELHEIRO TITULAR SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 52 da Lei Complementar nº 28, de 25 de junho de 2014;

Art. 1º. - Fica nomeada, Alessandra Rosa da Silva Bueno, para o cargo de Conselheiro Titular Substituto, enquanto perdurar o afastamento da Conselheira Dinora Elizabeth Marques.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de outubro de 2018.  
Jonas Gomes de Souza  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de outubro de 2018.

Marcio Luiz Abatti  
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

**PORTARIA 206/2018**

Publicação Nº 1770431

PORTARIA Nº 210, DE 01 DE OUTUBRO DE 2018.

“EXONERA À PEDIDO SERVIDORA ACT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e Lei 513 de 25 de agosto de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, Julia Cravo da Silva, servidora em caráter Temporário. (ACT), nos termos da Lei nº 513/2005, e contrato de trabalho nº 031/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 03/09/2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de outubro de 2018.  
Jonas Gomes de Souza  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de outubro de 2018.

Marcio Luiz Abatti  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA 207/2018**

Publicação Nº 1770432

PORTARIA Nº 207, DE 01 DE OUTUBRO DE 2018.

“NOMEIA, MARI LUCIA SANTOS, PARA EXERCER O CARGO DE PROFESSOR DE PORTUGUÊS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, E Lei 513/2005.

Art. 1º. - Fica nomeada, Mari Lucia Santos, para exercer o cargo de Professor de Português em caráter temporário, com remuneração específica em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 27/09/2018.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de outubro de 2018.

Jonas Gomes de Souza  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de outubro de 2018.

Marcio Luiz Abatti  
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

## **PORTARIA 208/2018**

Publicação Nº 1770433

PORTARIA Nº 208, DE 01 DE OUTUBRO DE 2018.

“CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1 - Conceder férias aos servidores públicos municipais, abaixo relacionados no período de: 01/10/2018 à 30/10/2018.

SECRETARIA DE OBRAS:

- Milton Santana Antonio - Período Aquisitivo: 30/10/2015 à 29/10/2016.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO:

- Marcos Andre Pereira - Período Aquisitivo: 15/12/2015 à 14/12/2016;

- Maria Leberaci Dias - Período Aquisitivo: 01/03/2017 à 28/02/2018.

SECRETARIA DE SAÚDE:

- Elizangela Coelho Rodrigues - Período Aquisitivo: 01/02/2016 à 31/01/2017

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de outubro de 2018.

Jonas Gomes de Souza  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de outubro de 2018.

Marcio Luiz Abatti  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## **PORTARIA 209/2018**

Publicação Nº 1770434

PORTARIA 209 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei 118/94.

Considerando o atestado médico apresentado pela servidora, Carolini Brocca Margutti, onde consta que o mesmo apresenta-se incapacitado para o trabalho;

Considerando que a legislação vigente dá amparo a concessão de licença para tratamento de saúde;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde a servidora Pública Municipal, Carolini Brocca Margutti, até a mesma apresentar a Comunicação de Decisão do fim do Benefício emitido pelo médico pericial do INSS.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições ao contrário.

Passo de Torres, em 01 de outubro de 2018.

Jonas Gomes de Souza  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de outubro de 2018.

Marcio Luiz Abatti  
Secretário de Administração e Finanças.

**PORTARIA 210/2018**

Publicação Nº 1770435

PORTARIA Nº 206, DE 01 DE OUTUBRO DE 2018.

“EXONERA SERVIDORA ACT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e Lei 513 de 25 de agosto de 2005;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a pedido, Walria de Aquino Aguirre, servidora em caráter Temporário. (ACT), nos termos da Lei nº 513/2005, e contrato de trabalho nº 031/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de outubro de 2018.

Jonas Gomes de Souza  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de outubro de 2018.

Marcio Luiz Abatti  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA 211/2018**

Publicação Nº 1770436

PORTARIA Nº 211, DE 01 DE OUTUBRO DE 2018

“NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE SINDICANCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei 118/94.

Considerando o possível envolvimento do veículo de placas MLL5689, de propriedade da municipalidade, em acidente de trânsito narrado na Orocência Policial 00215-2018-0000953;;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Determinar abertura de sindicância, visando apurar os fatos apontando as responsabilidades do servidor.

Art.2º - Ficam nomeados para compor a referida comissão sob a Presidência do Primeiro, os seguintes membros:

- Marcelo Baltazar Cardoso
- Robert Francis Brocca Minotto
- Josué Correa Rocha

Art. 3º - A comissão deverá encerrar a sindicância no prazo de (30) trinta dias, podendo ser prorrogado por igual período, a pedido da comissão, por motivos devidamente justificados.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, em 01 de outubro de 2018.

Jonas Gomes de Souza  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de outubro de 2018.

Marcio Luiz Abatti  
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

**Paulo Lopes****PREFEITURA****292/2018**

Publicação Nº 1769816

PORTARIA Nº 292/2018

VANESSA PEREIRA, Secretária Municipal de Educação do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Municipal nº 1473 de 16 de novembro de 2011, e no Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017, e

Considerando a justificativa de contratação 057/2018

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO para ocupar o Cargo de Provimento Temporário de Professora junto a Secretaria Municipal de Educação, Simoni Marly Marques, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 049.896.469-83, matrícula nº 11531, classificada em quarto lugar no Processo Seletivo nº 01/2018, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 02/10/2018, em substituição a servidora Giseli Noemia Marcos que se encontra em licença para tratamento de saúde, até o retorno da funcionária ou último dia letivo em 2018.

Art. 2º - A servidora contratada nos termos desta Portaria, é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, conforme legislação federal pertinente.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto 017 de 06 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 08 de outubro de 2018.

Vanessa Pereira  
Secretária Municipal de Educação

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 09 de outubro de 2018.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

**293/2018**

Publicação Nº 1769817

PORTARIA Nº 293/2018

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto no inc. II do Art. 85 da Lei Orgânica Municipal e no inc. I do Art. 62 da Lei Municipal nº 497 de 18 de fevereiro de 1991.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, a partir de 08/10/2018, do Cargo em Comissão de Assessora de Secretária de Saúde, a servidora Suellen Valdiria Demétrio, Matrícula nº 11289, nomeada pela Portaria nº 034/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto 17 de 06 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 08 de outubro de 2018.

Nadir Carlos Rodrigues  
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 09 de outubro de 2018.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

**294/2018**

Publicação Nº 1769818

PORTARIA Nº 294/2018

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Municipal nº 497 de 18 de fevereiro de 1991 e 683 de 23 de março de 1995.



**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR EM COMISSÃO a partir de 09/10/2018 a Servidora Suellen Valdiria Demétrio, brasileira, inscrita no CPF sob nº 088.009.479-64, matrícula 11532, para ocupar o em Comissão de Assessora Contábil Financeiro I, 40 horas, a disposição da Secretaria Municipal Administração.

Art. 2º - O servidor contratado nos termos desta Portaria, é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, conforme legislação federal pertinente.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto 17 de 06 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 08 de outubro de 2018.

Nadir Carlos Rodrigues

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 09 de outubro de 2018.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa

Secretária Municipal de Administração

**DECRETO 61/2018**

Publicação Nº 1769732

**D E C R E T O Nº 61/2018**

DISPÕE SOBRE A NORMATIZAÇÃO QUE REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E ADIANTAMENTOS NA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PAULO LOPES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito do Município de Paulo Lopes no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente e,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aprovado INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2018 que Regulamenta a concessão de diárias e adiantamentos na Administração do Município de Paulo Lopes, conforme disposto nos ANEXOS I e II, que fazem parte integrante deste Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

NADIR CARLOS RODRIGUES

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios em 10 de outubro de 2018.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA

Secretária Municipal de Administração

**ANEXO I - INSTRUÇÃO NORMATIVA****INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2018**

Regulamenta a concessão de diárias e adiantamentos na Administração do Município de Paulo Lopes, de acordo com a Lei 349/1986, Lei 516/1991, Lei 699/1995, Decreto nº 21/2017 e Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina TC-14/2012, que estabeleceu critérios para a organização da prestação de contas de recursos concedidos a qualquer título.

O Sistema de Controle Interno, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei nº 1019 de 16 de dezembro de 2003, resolve expedir a presente Instrução Normativa:

Art.1º A Concessão de diárias e adiantamento, a prestação de contas de diárias e os procedimentos para escrituração contábil de diárias/adiantamento no âmbito da Administração do Município de Paulo Lopes, será efetuada nos termos desta Instrução.

Art.2º Para fins do disposto na presente Instrução entende-se por:

I – funcional, o titular, ou seu substituto, no exercício do cargo ou unidade a qual pertence o servidor.

II – servidor, pessoa física que presta serviços à Administração Direta e Indireta Municipal, com vínculo municipal ou ocupante de cargo exclusivamente em comissão, beneficiário das diárias decorrentes, quando do deslocamento a serviço do órgão ou entidade.

III – ordenador de despesas, toda e qualquer autoridade cujos atos resultem em emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimimento ou dispêndio de recursos do Município, pelo qual responda.

IV – diárias – cobertura de despesas com o servidor público proveniente do seu deslocamento de sua sede em objeto de serviço, em caráter

eventual ou transitório, entendido como sede o Município onde a repartição estiver instalada e onde o servidor tiver exercício em caráter permanente.

V - adiantamento - consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedido de empenho de dotação própria, para fim de realização de despesa que não possa subordina-se ao processo normal de aplicação.

#### DAS REGRAS BÁSICAS E DA CONCESSÃO DE DIÁRIAS

Art.3º Nos seus deslocamentos, a serviço do interesse público municipal, para outros Municípios, Estados, Distrito Federal ou Exterior, o Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários e servidores municipais, farão jus ao recebimento de diárias, a título de indenização de despesa.

§1º- Não haverá percepção de diárias nos deslocamentos para os municípios limítrofes com Paulo Lopes.

§2º- Só farão jus ao recebimento de diárias, os deslocamentos superiores a 4 (quatro) horas de duração.

Art.4º A concessão de diárias será prévia e formalmente autorizada pelo ordenador de despesas ou por quem detenha delegação de competência.

Art.5º A autorização para deslocamento e a concessão de diária ocorrerão após a formalização do pedido que conterà, no mínimo:

I - matrícula, nome, cargo, emprego ou função do servidor;

II - justificativa do deslocamento;

III - indicação do período do deslocamento e do destino.

§1º A diária será paga antes do início da viagem, de uma só vez, salvo situações excepcionais, previstas na legislação própria do ente.

§2º Os períodos de deslocamentos iniciados em sextas feiras e em dias não úteis serão expressamente justificados e autorizados pela autoridade competente.

§3º O pagamento das diárias correspondentes aos deslocamentos que se estenderem por tempo superior ao previsto deve estar acompanhado da autorização da prorrogação concedida pela autoridade competente.

§4º As despesas com pousada, alimentação e locomoção de agente que permanecer no local de destino após o término do período autorizado, serão por ele custeadas.

Dos documentos comprobatórios de despesas com diária

Art.6º O beneficiário deve comprovar a efetiva realização da viagem, a estada no local de destino e o cumprimento dos objetivos na forma do art. 7º desta Instrução Normativa.

Art.7º O beneficiário deverá apresentar como comprovante um dos documentos descritos em cada um dos incisos I e II ou I e III deste artigo, que dispõem:

I- do deslocamento:

- a) ordem de tráfego e autorização para uso de veículo, em caso de viagem com veículo oficial;
- b) bilhete de passagem, se o meio de transporte utilizado for o coletivo, exceto aéreo;
- c) comprovante de embarque, em se tratando de transporte aéreo;

II - da estada no local de destino, quaisquer dos documentos abaixo:

- a) nota fiscal de hospedagem;
- b) nota fiscal de alimentação;
- c) nota de abastecimento de veículo oficial com o registro da placa na nota fiscal, no caso de motorista;
- d) outros documentos idôneos capazes de comprovar a estada.

III – do cumprimento do objetivo da viagem:

- a) fotocópia de ata de presença em reunião ou missão;
- b) ofício de apresentação com o ciente da autoridade competente, quando se tratar de inspeção, auditoria ou similares;
- c) fotocópia de ata de presença em reunião ou missão;
- d) lista de freq-ência ou certificado, quando se tratar de participação em evento ou atividade de capacitação ou formação profissional;
- e) declaração de agente público, quando se tratar de visita à entidades e órgãos públicos;
- f) outros documentos capazes de comprovar o cumprimento do objetivo da viagem.

§1º O beneficiário é obrigado a restituir integralmente ao concedente ou ao detentor do adiantamento as diárias consideradas indevidas, sem prejuízo da competente apuração de responsabilidades.

§ 2º No caso de retorno antecipado ou se, por qualquer circunstância, não tiver sido realizada a viagem, o beneficiário restituirá o saldo ou a totalidade das diárias no prazo estabelecido pelo concedente.

§3º O descumprimento do disposto no caput e incisos deste artigo, sujeitará o servidor ao desconto integral do valor das diárias, em folha

de pagamento, dos valores de diárias recebidos, sem prejuízos de outras sanções legais.

Art.8º O servidor que apresentar processo de prestação de contas em desacordo com o que estabelece o art. 7º desta Instrução Normativa, estará impedido de receber diárias, até o saneamento da impropriedade, sem prejuízo das outras medidas administrativas aplicáveis ao caso.

Art.9º A prestação de contas em desacordo com os dados constantes da Proposta de Concessão, ou que não atender às exigências desta Instrução Normativa, deverá ser devolvida à Unidade proponente para que seja devidamente regularizada.

Parágrafo único. O servidor responsável pelo adiantamento ficará impedido de receber diárias, até a resolução do processo de prestação de contas, sem prejuízo de outras medidas administrativas aplicáveis ao caso.

Art.10º Deverão ser mantidos no arquivo contábil, os documentos relacionados à concessão de diárias, ficando à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

#### DA CONCESSÃO DE RECURSOS PARA A REALIZAÇÃO DE DESPESAS NO REGIME DE ADIANTAMENTO

Art.11º A autoridade administrativa deve designar, em ato formal, o servidor responsável pela realização de despesas sob o regime de adiantamento, devendo a escolha recair, preferencialmente, em ocupante de cargo efetivo ou emprego público, que demonstre capacidade técnica, probidade e zelo para o desempenho da função.

Art.12º O repasse dos recursos para atender a despesas pelo regime de adiantamento deve ser autorizado pela autoridade administrativa competente, em ato contendo as seguintes informações:

I - nome, matrícula, cargo ou emprego do responsável pelo adiantamento; II – indicação do valor a ser concedido e da finalidade;

III– fundamentação legal;

IV– indicação da dotação orçamentária;

V - assinatura do responsável.

Art.13º Os recursos públicos concedidos para realização de despesas pelo regime de adiantamento serão aplicados diretamente pelo servidor formalmente designado para gerir os recursos.

Art.14º O responsável por adiantamento não pode utilizar os recursos correspondentes para cobrir despesas realizadas fora do prazo de aplicação, bem como para atender a despesas distintas de suas finalidades.

Art.15º Não serão concedidos recursos financeiros a título de adiantamento:

I– a responsável por dois adiantamentos;

II- a servidor responsável pela guarda ou pela utilização do material a adquirir, salvo se não houver outro servidor para tal fim no órgão ou entidade;

III- para despesas já realizadas e para despesas maiores do que as quantias adiantadas;

IV– a responsável que:

a) deixar de prestar contas nos prazos estabelecidos;

b) aplicar os recursos em desacordo com a legislação em vigor;

c) tenha dado causa a perda, extravio, dano ou prejuízo ao erário;

d) tenha praticado atos ilegais, ilegítimos ou antieconômicos;

e) dentro do prazo fixado, tenha deixado de atender a notificação de órgão do controle interno ou do Tribunal de Contas para regularizar a prestação de contas.

Dos documentos comprobatórios da despesa realizada pelo regime de adiantamento

Art.16º Constituem comprovantes regulares da despesa pública no regime de adiantamento os documentos fiscais, em primeira via, conforme definido na legislação tributária.

§ 1º O documento fiscal, para fins de comprovação da despesa, deve indicar:

I– a data de emissão, o nome, o endereço e o número do CPF ou do CNPJ do destinatário, conforme o caso;

II– a descrição precisa do objeto da despesa, quantidade, marca, tipo, modelo, qualidade e demais elementos que permitam sua perfeita identificação, não sendo admitidas descrições genéricas;

III– os valores, unitário e total, de cada mercadoria ou serviço e o valor total da operação.

§ 2º Quando o documento fiscal não discriminar adequadamente os bens ou os serviços, o responsável deve elaborar termo complementando as informações, para que fiquem claramente evidenciados todos os elementos caracterizadores da despesa e demonstrada sua vinculação com o objeto do adiantamento.

§ 3º Os documentos fiscais relativos a combustíveis, lubrificantes e consertos de veículos devem conter, também, a identificação do número da placa e a quilometragem registrada no hodômetro, adotando-se procedimento análogo nas despesas em que seja possível controle semelhante.

Art.17º Será admitido recibo apenas quando se tratar de prestação de serviços por contribuinte que não esteja obrigado a emitir documento fiscal, na forma da legislação tributária.

Parágrafo único. O recibo conterá, no mínimo, a descrição precisa e específica dos serviços prestados, nome, endereço, número do documento de identidade e do CPF do emitente, valor pago (numérico e por extenso) e a discriminação das deduções efetuadas, se for o caso.

Art.18º Os comprovantes de despesa devem ser preenchidos com clareza e sem emendas, borrões, rasuras, acréscimos ou entrelinhas que possam comprometer a sua credibilidade.

Art.19º Os documentos comprobatórios de despesas realizadas pelo regime de adiantamento devem ser nominais ao órgão ou entidade a que pertencer os recursos, observando-se os requisitos de validade e preenchimento exigidos pela legislação fiscal.

Art.20º Os comprovantes de despesas com aquisição de bens e prestação de serviços devem conter o atestado de recebimento firmado pelo responsável.

#### Das disposições finais

Art.21º São consideradas ações de treinamento e desenvolvimento a participação de servidores do Município em congressos, cursos, seminários e/ou eventos técnicos/científicos qualificados, internos e/ou externos, que visem o aperfeiçoamento ou a qualificação do corpo técnico, inclusive como expositor/palestrante.

Art.22º Caberá à Unidade solicitante, a operacionalização das condições necessárias à concessão e ao registro das diárias/adiantamento.

Art.23º Respondem solidariamente pelos atos praticados em desacordo com esta Instrução Normativa e legislação pertinente, a autoridade Proponente, e/ou Delegante e o servidor que houver recebido as diárias.

Art.24º A concessão de diárias/adiantamento ficará condicionada à existência de dotação orçamentária própria para o atendimento das despesas e de saldos nos respectivos empenhos.

Art.25º Os casos omissos e as dúvidas em relação a esta Instrução Normativa serão resolvidos pela Órgão de Controle Interno do Município e pela Secretaria Municipal de Finanças.

NADIR CARLOS RODRIGUES  
Prefeito Municipal

CLÁUDIA MARIA VALENTIM NASCIMENTO  
Diretora de Controle Interno

#### ANEXO II - MODELOS DE FORMULÁRIOS

REQUERIMENTO DIÁRIAS					
DESCRIÇÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE					
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR					
Nome:			Matrícula:		
Cargo/Emprego:					
DESLOCAMENTOS					
Dia/mês	De		Para		MEIO DE TRANSPORTE (avião, ônibus , veículo oficial, veículo próprio)
	Município	Horário	Município	Horário	
		:		:	
		:		:	
		:		:	
		:		:	
OBJETIVO E JUSTIFICATIVA DA VIAGEM:					
Declaro, para os devidos fins e efeitos, que não me enquadro em qualquer das situações impeditivas para o recebimento de diária(s)					
Local		Data		Assinatura do Servidor	

## CHEFIA IMEDIATA DO SERVIDOR REQUERENTE

( ) AUTORIZO ( ) NÃO  
AUTORIZO

Data

Assinatura e carimbo

## ORDENADOR DE DESPESA

( ) AUTORIZO ( ) NÃO  
AUTORIZO

Data

Assinatura e carimbo

## SERVIDOR RESPONSÁVEL PELO CÁLCULO E PAGAMENTO/ADIANTAMENTO DIÁRIAS

## DIÁRIAS A PAGAR

Deslocamento	Quantidade	Valor Unitário	Valor
No Estado			
Fora do Estado			
Brasília e Capitais			
VALOR TOTAL			

Valor Por extenso

Data:

Assinatura e carimbo do responsável pelo pgto/adian. de diárias

## AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA

## IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR

Nome: Matrícula:

Cargo:

## DADOS CONTÁBEIS

nº e data do empenho: nº e data da OP:

nº e data da liquidação:

3 – Declaro estar ciente de que a não comprovação das diárias acarretará no desconto integral do valor das mesmas no meu salário e fica autorizado o setor de recursos humanos a efetuar-lo.

## 4 – AUTORIZAÇÃO DE DESCONTO

Data:

Nome:

Cargo: Assinatura

## PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS/ADIANTAMENTOS

Nº

## DESCRIÇÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR Nome:		Matrícula:
Cargo/Emprego:		
DESLOCAMENTOS		
Data e Hora de Saída da Origem:		Data e Hora da Saída do Destino:
Data e Hora da Chegada ao Destino:		Data e Hora da Chegada à Origem:
MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO:		
<input type="checkbox"/> Avião <input type="checkbox"/> Ônibus <input type="checkbox"/> Veículo Oficial - Placa: <input type="checkbox"/> Veículo Próprio - Placa:		
OBJETIVO E JUSTIFICATIVA DA VIAGEM:		
<div style="border: 1px solid black; height: 100px; width: 100%;"></div>		
Anexos:  <input type="checkbox"/> Relatório de Viagem de Veículo <input type="checkbox"/> Certificado <input type="checkbox"/> Ata/Lista de Presença <input type="checkbox"/> Canhoto de Embarque <input type="checkbox"/> Outros		Apresento Prestação de Contas  Data:  Assinatura do Proposto
Aprovo a Prestação de Contas  Data:  Assinatura e carimbo da chefia imediata do proposto ou chefe setor responsável pelo deslocamento do servidor.		Recebi a Prestação de Contas em conformidade com o Decreto nº 61/2018  Data: Assinatura do Responsável pelo arquivamento contábil

**EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 25/2017**

Publicação Nº 1769806

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PAULO LOPES

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 25/2017

Termo Aditivo Nº: 4º

Contratante ..... : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAULO LOPES

Contratada ..... : CCL ZANELA CONSTRUCAO CIVIL LTDA – ME

CNPJ ..... : 80.751.449/0001-20

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº: 2/2017.

Objeto ..... : O presente termo aditivo visa reestabelecer o valor pactuado através do contrato administrativo 25/2017, suprimindo R\$ 476,00 (quatrocentos e setenta e seis reais) e aditando R\$ 7.443,98 (sete mil, quatrocentos e quarenta e três reais e noventa e oito centavos), passando o valor da Cláusula Oitava de R\$ 186.930,11 (cento e oitenta e seis mil novecentos e trinta reais e onze centavos), considerando o 2º Termo Aditivo no Valor de R\$ 210.925,69 (duzentos e dez mil, novecentos e vinte e cinco reais e sessenta e nove centavos) para R\$ 217.893,69 (duzentos e dezessete mil, oitocentos e noventa e três reais e sessenta e nove centavos).

Data da assinatura: 01/10/2018.

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

**LEI Nº 1786/2018**

Publicação Nº 1769776

LEI Nº 1786/2018

Concede revisão geral anual de vencimentos e subsídios, e dá outras providências.

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedida em conformidade com Art. 37, X da Constituição Federal revisão geral anual aos servidores municipais, exceto agentes políticos, a partir de 01/10/2018 com o aumento de 2,06 % (dois vírgula zero seis por cento) conforme inflação medida pelo INPC relativo ao período 01/2017 à 12/2017 sobre os vencimentos e subsídios, vigentes em 30/09/2018, inclusive gratificações.

Art. 2º – A mesma revisão aplica-se aos servidores inativos e pensionistas.

Art. 3º - A despesa desta lei corre por conta das dotações do Orçamento Fiscal vigente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

NADIR CARLOS RODRIGUES

Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 10 de outubro de 2018.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA

Secretária Municipal de Administração

**RESOLUÇÃO Nº002/2018 DE 04 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1770453

CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAULO LOPES

RESOLUÇÃO Nº002/2018 DE 04 DE OUTUBRO DE 2018.

Metas Pactuadas para o Exercício de 2018

O Conselho Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições que confere a Lei Municipal Nº1726/2017 de 27 de setembro de 2017, que institui e Regulamenta do Conselho Municipal de Saúde e o seu Regimento Interno, obedecida a Lei 8. 142/90, e Resolução nº453 de 10 de maio de 2012 do Conselho Nacional de Saúde. Em reunião ordinária do dia 04 de outubro de 2018.

Resolve,

Artigo 1º - Fica aprovada por unanimidade as Metas Pactuadas para o Exercício 2018 da Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 2º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Paulo Lopes-SC em, 04 de outubro de 2018.

IVOLI TEFEN

Presidente do Conselho Municipal de Saúde



# Penha

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO Nº 121/2018 - PMP

Publicação Nº 1770351

1º TERMO ADITIVO Nº 121/2018-PMP  
AO CONTRATO Nº 138/2017-PMP

Licitação: Processo nº. 78/2017-PMP, modalidade Dispensa de Licitação nº 09/2017-PMP

Objeto: Locação de imóvel, sala comercial localizado à Rua Duque de Caxias, nº 68, Bairro Centro, neste Município, com área de 100m², Inscrição Imobiliária nº 01.02.060.0225.001, Matrícula do imóvel nº 1995, o qual será utilizado para a sede do Fórum Municipal Casa da Cidadania (Lei Municipal nº 2240/08 - Convênio Estado de Santa Catarina - Poder Judiciário - Tribunal de Justiça e Município de Penha), para funcionamento das atividades do PROCON – Programa de Proteção e Defesa do Consumidor, JSM - Junta de Serviço Militar e emissão de documento de identidade - RG (Registro Geral, conforme justificativa e Solicitação nº 1139/2017 da Procuradoria Geral do Município.

Os signatários deste instrumento de 1º Termo Aditivo nº. 120/2018-PMP ao Contrato Administrativo nº. 138/2017-PMP, de um lado GEIR UBELINO FELÍCIO, inscrito no CPF sob nº 309.473.599-15, residente e domiciliado na Rua Exped. Marinho Galdino de Souza, nº 415, Bairro Centro, cidade de Penha, Estado de Santa Catarina, telefone para contato nº (47) 99219-4645, Dados Bancários Banco do Brasil, Agência 5411-9, Conta 5.382.114-9 e de outro lado, o MUNICÍPIO DE PENHA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Gestor Sr. JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 130.373.677-25, residente e domiciliado à Rua Julião M. Neiva de Lima, nº. 409 - Centro, Penha/SC, resolvem entre si e na melhor forma de direito com amparo legal na Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, aditar o Contrato Principal nº 138//2017, de acordo com as cláusulas e condições a seguir especificadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

O segundo nomeado, aqui chamado LOCADOR, loca ao primeiro, aqui designado LOCATÁRIO um imóvel, sala comercial localizado à Rua Duque de Caxias, nº 68, Bairro Centro, neste Município, com área de 100m², Inscrição Imobiliária nº 01.02.060.0225.001, Matrícula do imóvel nº 1995, o qual será utilizado para a sede do Fórum Municipal Casa da Cidadania (Lei Municipal nº 2240/08 - Convênio Estado de Santa Catarina - Poder Judiciário - Tribunal de Justiça e Município de Penha), para funcionamento das atividades do PROCON – Programa de Proteção e Defesa do Consumidor, JSM - Junta de Serviço Militar e emissão de documento de identidade - RG (Registro Geral).

#### CLAUSULA SEGUNDA

O período de locação do imóvel será de 12 (doze) meses, iniciando-se em 04 de outubro de 2018 com término em 03 de outubro de 2019. Parágrafo Primeiro: As partes poderão convencionar, através de Termo aditivo, a prorrogação do prazo da locação, mediante notificação por escrito com antecedência mínima de até 30 (trinta) dias do término do prazo de locação.

#### CLAUSULA TERCEIRA

O valor da locação total para o período da contratação será de R\$ 16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais), sendo o valor mensal de R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais), valores estes

que o MUNICÍPIO/LOCATÁRIO se compromete a pagar, até o dia 10(dez) de cada mês subsequente ao vencido.

#### CLAUSULA QUARTA

As despesas do presente Termo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 – Secretaria de Educação e Cultura  
Unidade: 10.02 – Departamento de Ensino  
Funcional: 12.361.009 – Ensino Fundamental  
Projeto/Atividade: 2.023 – Funcionamento e manutenção do Ensino Fundamental  
Elemento: 3.3.90.36.15.00.00.0000 – Aplicações Diretas (14)

#### CLAUSULA QUINTA

As demais cláusulas do contrato principal permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, assinam o presente Termo em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Penha/SC, 04 de outubro de 2018.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA GEIR UBELINO FELÍCIO  
Ordenador de Despesas Contratado  
Portaria nº1230/2018 Locador  
Secretário de Administração

Locatário

TESTEMUNHAS:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

DE ACORDO:

LUIZ EDUARDO BUENO

Controle Interno

Portaria nº1176/2018

**CONTRATO Nº 122/2018 - PMP**

Publicação Nº 1770357

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENHA E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA PARA LOCAÇÃO DE SOFTWARE PARA A SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO.

CONTRATO Nº 122/2018 - PMP de 09/10/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2018 - PMP

MODALIDADE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2018 - PMP

HOMOLOGADO EM 09/10/2018

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Gestor Sr. JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 130.373.677-25, residente e domiciliado à Rua Julião M. Neiva de Lima, nº. 409 - Centro, Penha/SC, infra-assinado, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, doravante denominada CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua João Pessoa, n.º 134, 10º andar, Centro, Criciúma/SC, inscrita no CNPJ sob n.º 00.456.865/0001-67, Inscrição Estadual 253.086.027, neste ato representada pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Jr., Advogado, portador da cédula de identidade profissional n.º 24.757 OAB/SC e inscrito no CPF sob n.º 004.770.259-19, com fundamento na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores celebram o presente contrato de prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento do direito de uso do aplicativo de Recursos Humanos e e-Social, utilizando banco de dados relacional, conforme funcionalidades descritas no Anexo I.

1.2. Também faz parte do objeto a prestação dos seguintes serviços especializados:

- Manutenção legal e corretiva durante o período contratual.
- Configuração e parametrização conforme procedimentos da entidade.
- Treinamento de implantação para os servidores responsáveis pela utilização do aplicativo contratado.
- Suporte técnico operacional, exclusivamente no aplicativo contratado.
- Serviços de alterações específicas da entidade, quando solicitado.
- Serviços de treinamento de reciclagem, quando solicitado.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

O presente instrumento terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura, respeitando o prazo máximo do Contrato nº 163/2015, cuja integração com demais aplicativos justifica escolha da modalidade.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA via boleto bancário os seguintes valores:

a) Pelo licenciamento do(s) aplicativos(s):

ITEM	QTDE	UN	APLICATIVOS	USUÁRIOS	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$		
1.	12	Mês	Recursos Humanos	03	1.000,00	12.000,00		
2.	12	Mês	e-Social	Ilimitado	600,00	7.200,00		
VALOR TOTAL R\$					1.600,00	19.200,00		

b) Pela prestação de serviços de suporte técnico:

ITEM	QTDE	UN	SERVIÇOS	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
a)	01	Serv.	Acompanhamento técnico	748,00	748,00
b)	01	Serv.	Configuração	748,00	748,00
c)	01	Serv.	Customização	748,00	748,00
4	01	Serv.	Treinamento	495,00	495,00
5	01	Serv.	Despesas de Implantação	373,50	373,50
VALOR TOTAL R\$				3.112,50	

- c) O valor total do presente instrumento é R\$ 22.312,50 (vinte e dois mil, trezentos e doze reais e cinquenta centavos).
- d) O faturamento do licenciamento terá início a partir da cessão do direito de uso, através da liberação de chaves e senhas de acesso.
- e) O pagamento da licença de uso será efetuado todo dia cinco do mês subsequente ao licenciamento do(s) aplicativo(s), mediante apresentação da nota fiscal e boleto bancário.
- f) O pagamento pelos serviços de suporte técnico será efetuado em parcela única, em até 15(quinze) dias da conclusão dos respectivos serviços e mediante apresentação da nota fiscal e boleto bancário.
- g) O pagamento dos serviços de preparação do banco de dados, ajustes de lançamentos, parametrização e implantação e treinamento do sistema E-Social, serão pagos em parcelas, mediante apresentação do relatório de execução de serviços devidamente aceito pela autoridade competente, em consonância com o cronograma de trabalho previamente aprovado por ambas as partes nos termos do artigo 7º, § 1º, in fine da Lei Federal nº 8.666/1993, observado o prazo final de conclusão de 20.12.2018.
- h) Em caso de atraso nos pagamentos será cabível correção monetária, durante o período de inadimplência, de acordo com o IGP-M acumulado no período, e juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" em relação ao atraso verificado.
- i) Os valores contratados serão corrigidos automaticamente a cada 12 (doze) meses, contados da data limite de apresentação das propostas de preços conforme § 1º, Art. 3º, da lei nº 10.192/2001, com base no INPC (IBGE) apurado no período de referência, ou na falta desse, pelo índice legalmente permitido à época.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do objeto do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05 - Secretaria da Administração

Unidade: 02 - Departamento de Recursos Humanos

Projeto/Atividade: 2.097 - Funcionamento e manutenção do Departamento de Recursos Humanos

Elemento: 3.3.90.40.01.00.00.00 - (25)

#### CLÁUSULA QUINTA - DA LICENÇA DE SOFTWARE COMO SERVIÇO

- a) O(s) aplicativo(s) é(são) de propriedade da CONTRATADA, que concede a CONTRATANTE o direito de uso de sua(s) licença(s), objeto deste contrato, instalada no servidor e em computadores conectados em rede, de acordo com a quantidade de acessos simultâneos indicada na Cláusula Segunda.
- b) É vedada a cópia do(s) aplicativo(s) exceto para fazer backup. O(s) aplicativo(s) está(ão) protegido(s) pela lei nº. 9.609/98, que prevê a pena de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos de detenção e pela lei n.º 9.610/98, cuja indenização pode chegar ao valor de 3.000 (três mil) cópias, para cada cópia instalada ilegalmente.
- c) É vedada a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência do(s) aplicativo(s) contratado a outro usuário, assim como também é a engenharia reversa, a decompilação ou a decomposição do(s) referido(s) aplicativo(s).
- d) Responsabilidade por danos indiretos: em nenhuma hipótese a CONTRATADA será responsável por qualquer dano decorrente do uso indevido ou da impossibilidade de usar (o)s referido(s) aplicativo(s), ainda que a CONTRATADA tenha sido alertada quanto à possibilidade destes danos.
- e) Quando em ambiente web, por exigência ou conveniência administrativa, o(s) aplicativo(s) deverá(ão) permanecer on-line por até 96% do tempo de cada mês civil.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Caberá à CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento pelo licenciamento do(s) aplicativo(s) objeto do presente Contrato, na forma e no prazo convencionado.
- b) Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções.
- c) Manter pessoal habilitado para operacionalização do(s) aplicativo(s).
- d) Responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização do(s) aplicativo(s) licenciado(s), incluindo:
- Assegurar a configuração adequada da máquina e instalação do(s) aplicativo(s).
  - Manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha da máquina,
  - Dar prioridade aos técnicos da CONTRATADA para utilização do equipamento da CONTRATANTE quando da visita técnica dos mesmos.
- e) Digitação das informações necessárias para atingir os resultados esperados do(s) aplicativo(s).
- f) Conferir os resultados obtidos na utilização do(s) aplicativo(s) lícito(s). Em caso de erro nos resultados obtidos deverá informar a CONTRATADA em tempo hábil para que esta possa corrigir o problema que for gerado por erro do(s) aplicativo(s)
- g) Comunicar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sobre o cancelamento de qualquer aplicativo contratado, efetuado no 1º dia útil de qualquer mês; caso seja cancelado em outro dia, será considerado como início, o 1º dia útil do mês

subsequente.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Caberá a CONTRATADA:

- a) Fornecer a licença de usos d(s) aplicativo(s), objeto deste contrato,
- b) Prestar suporte somente na operacionalização dos(s) aplicativo(s), objeto deste contrato, ao(s) usuário(s).
- c) Manter informado o técnico da CONTRATANTE, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias.
- d) Manter o(s) aplicativo(s) de acordo com as características do Anexo I.
- e) Prestar, às suas expensas, as manutenções que se fizerem necessárias nos(s) aplicativo(s), causadas por problemas originados dos códigos-fontes de seus aplicativos.
- f) Tratar como confidenciais as informações e dados contidos no(s) aplicativo(s) da CONTRATANTE, guardando total sigilo perante terceiros.
- g) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas na Legislação e em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- h) Orientar e prestar suporte à CONTRANTE para executar alterações na base de dados que se fizerem necessárias.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA MANUTENÇÃO NOS APLICATIVOS

- f) As modificações de cunho legal impostas pelos órgãos federais e estaduais, serão introduzidas no(s) aplicativo(s), durante a vigência do contrato, sem ônus para a CONTRATANTE e em prazos compatíveis com a legislação.
- g) Caso não haja tempo hábil para implementar as modificações legais entre a divulgação e o início da vigência das mesmas, a CONTRATADA procurará indicar soluções alternativas para atender as determinações legais, até a atualização do(s) aplicativo(s).
- h) As implementações específicas e de cunho legal impostas pelo Município serão objeto de negociação.
- i) As melhorias e novas funções introduzidas no(s) aplicativo(s) originalmente licenciado(s) são distribuídas toda vez que a CONTRATADA as concluir. Cabe a CONTRATANTE adotar a última versão no prazo de 60 (sessenta) dias de seu recebimento. Após este prazo a CONTRATADA não mais estará obrigada a fornecer suporte à versão antiga.

#### CLÁUSULA NONA - DO SUPORTE TÉCNICO

- 3.
- 4.
- 5.
- 6.
- 7.
- 8.
- 9.
- 10.
- 11.
- 1.3. O suporte técnico do(s) aplicativo(s), deverá ser efetuado por técnico habilitado com o objetivo de:
  - 11 Esclarecer dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização do(s) aplicativo(s);
  - 12 Auxiliar na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos, desde que não exista backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança,
  - 13 Auxiliar o usuário, em caso de dúvidas, na elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização do(s) aplicativo(s), como:
    - 13.2.1 Reconstruir bases de dados danificadas por negligência do cliente;
    - 13.2.2 Analisar bases de dados via acesso remoto ou na BETHA;
    - 13.2.3 Migrar para versões de aplicativos que trazem benefícios ao cliente;
    - 13.2.4 Alterar fórmulas de cálculo;
    - 13.2.5 Desenvolver novos relatórios e documentos, que não estejam no(s) aplicativo(s) contratado(s) e seja específico do cliente;
    - 13.2.6 Desenvolver ATB's específicos para troca de senhas;
    - 13.2.7 Analisar as alterações solicitadas para previsão de prazo e orçamento;
    - 13.2.8 Outros serviços inerentes ao(s) aplicativo(s).
- 1.4. Este atendimento poderá ser realizado por meio digital, internet através de serviços de suporte remoto, ou no ambiente da CONTRATADA, sempre que as alternativas anteriores não resultarem em solução satisfatória.
- 1.5. A execução de alterações na base de dados é de responsabilidade da CONTRATANTE sob orientação e suporte da CONTRATADA.
- 1.6. O suporte técnico deverá ser atendido quando feito por funcionários que possuam habilitação para a operação do(s) aplicativo(s), do equipamento, do aplicativo operacional e de utilitários.
- 1.7. As solicitações de alterações do(s) aplicativo(s), serão cadastradas pelo usuário da CONTRATANTE, no site [www.betha.com.br/atendimento](http://www.betha.com.br/atendimento), devendo estar acompanhada da descrição completa da solicitação e da documentação que caracterize o serviço a ser efetuado. Após a execução do serviço, a CONTRATADA disponibilizará no site <http://download.betha.com.br/> ou enviará o aplicativo alterado em sua forma executável, via internet, para a CONTRATANTE, que deverá fazer os testes de conformidade, instalar e repassar aos usuários do(s) aplicativo(s).
- 1.8. Eventuais conversões de dados decorrentes de mudanças de versões poderão ser cobradas pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO TREINAMENTO DE RECICLAGEM

- i) O treinamento de novos usuários poderá ocorrer na sede da entidade ou via web, para a operação ou utilização dos aplicativos em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc. Quando solicitado a CONTRATADA formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da CONTRATANTE.
- j) O treinamento via web será considerado prestado independentemente da ocorrência de problemas com o provedor de internet, com o fornecimento de energia ou com qualquer outro fator correlato de responsabilidade do CONTRATANTE, podendo ser novamente faturado quando refeito sem culpa da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

11.1 A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

11.2 A alteração proveniente do reajuste contratual previsto no item "h" da Cláusula 3ª poderá ser executado por simples apostilamento de acordo com o art. 65, §8º, da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA -SEGUNDA - DA RESCISÃO

9

10

11

11.1 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77, da Lei Federal nº 8.666/93, comprometendo-se a fornecer única e exclusivamente a base de dados em formato TXT ou CSV, quando eventualmente requisitada.

11.2 A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do contrato:

- a) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- b) Os casos de rescisão administrativa ou amigável, de todo ou parte deste contrato, serão precedidos de comunicação por escrito através de Termo Aditivo, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, efetuado no 1º dia útil de qualquer mês; caso seja cancelado em outro dia, será considerado como início, o 1º dia útil do mês subsequente.
- c) Em caso de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso, nos termos da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

12

12.1 A troca eventual de documentos e cartas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo, tanto para uma quanto para outra. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas

#### CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DO FORO

As partes de comum e recíproco acordo elegem o foro da Comarca de Pitanga/PR para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Penha/SC, 09 de outubro de 2018.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
ORDENADOR DE DESPESAS  
Portaria nº1230/2018  
Secretário de Administração  
CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA  
Ernesto Muniz de Souza Jr  
CONTRATADO

#### T E S T E M U N H A S

Nome: Nome:  
C.P.F. nº C.P.F.

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

De acordo:  
LUIZ EDUARDO BUENO  
Controle Interno  
Portaria nº 1176/2018

#### EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2018 - PMP

Publicação Nº 1770355

MUNICÍPIO DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2018 – PMP  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 005/2018 - PMP  
Contrato: 121/2018 - PMP  
Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA

Objeto: Contratação da Empresa BETHA SISTEMAS LTDA, para o fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento do direito de uso do aplicativo de Recursos Humanos, utilizando banco de dados relacional, conforme funcionalidades descritas no Anexo I, justificativa e Solicitação nº 62/2018 da Fundação Municipal de Esportes (documentos integrantes do Processo de Inexigibilidade).



Valor: R\$ 22.312,50 (vinte e dois mil, trezentos e doze reais e cinquenta centavos)  
Dotação Orçamentária:  
Órgão: 05 - Secretaria da Administração  
Unidade: 02 - Departamento de Recursos Humanos  
Projeto/Atividade: 2.097 - Funcionamento e manutenção do Departamento de Recursos Humanos  
Elemento: 3.3.90.40.01.00.00.00 - (25)  
Vigência do contrato: 12 (doze) meses.  
Fundamentação Legal: Artigo 25, Inciso I, da Lei nº 8.666/93.  
Penha/SC, 09 de outubro de 2018.  
BETHA SISTEMAS - Ernesto Muniz de Souza Júnior  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA - Prefeito Municipal

## **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 069/2018 - PMP**

Publicação Nº 1770004

MUNICÍPIO DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2018 - PMP

Objeto: Contratação de empresa especializada para realização de concurso público e processo seletivo para o provimento de cargos públicos e empregos públicos, envolvendo todo o trâmite necessário desde a elaboração de edital até a divulgação dos resultados, bem como apoio técnico para formação de comissão e respostas aos questionamentos que porventura venham a existir, conforme relação de cargos, descrição, características, prazos e demais obrigações e informações constantes no Termo de Referência.

Abertura do Processo e Entrega de Envelopes: 24/10/2018 às 09:30h, na Sala do Empreendedor do Município de Penha, situada na Rua Nilo Anastácio Vieira, nº. 180, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br). Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-0200 Ramal 215. Horário de atendimento: das 08 às 12h e das 13:30 às 17:30h.

Penha/SC, 09 de outubro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
Prefeito Municipal

## **REPUBLICAÇÃO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO 016/2018 - FMS**

Publicação Nº 1769777

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 016/2018-FMS de 27/09/2018  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2018-FMS  
MODALIDADE CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2018-FMS  
HOMOLOGADO EM 27/09/2018

Através do presente instrumento firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, por meio do Fundo Municipal de Saúde, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 11.680.072/0001-43, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. REGIANE CAROLINA PEREIRA BASSO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 939.581.459-49, portadora do RG 2.862.912, residente e domiciliada à Rua Alfredo Brunetti, nº.1930, Bairro Armação, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa MARCELO FERNANDEZ HEXSEL, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.424.790/0002-16, com sede à Rua 450 – Nakle Francisco, nº 53, doravante denominada CREDENCIADA, representada pelo Sr. Marcelo Fernandez Hexsel, inscrito no CPF sob nº 970.420.050-15, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para prestação de serviços de profissionais médicos, para prestação de serviços de consulta médica e procedimentos médicos especializados, destinados a pacientes em situação de vulnerabilidade, urgência e por ordem judicial, dos quais o Fundo Municipal não possui em seu quadro de profissionais efetivos, conforme solicitação da Secretaria de Saúde nº 663/2018, com inexigibilidade de licitação, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n.º 8.666/93 e às seguintes cláusulas:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

0.1 - Credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas, profissionais médicos, para prestação de serviços de consulta médica e procedimentos

médicos especializados, destinados a pacientes em situação de vulnerabilidade, urgência e por ordem judicial, dos quais o Fundo Municipal não possui em seu quadro de profissionais efetivos, conforme solicitação da Secretaria de Saúde nº 663/2018.

Quant.	Especificação	Preço R\$ Unit.
600	Consulta em Oftalmologista (Consulta irá incluir o exame de tonometria e mapeamento de retina) o serviço deverá ser realizado na clínica do profissional prestador do serviço	R\$ 71,85

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO

- 2.1 - Os serviços deverão ser realizados por profissionais habilitados, nas dependências do Núcleo de Atenção a Criança e a Mulher (NAM), com exceção a consulta do especialista em oftalmologia que deverá ser realizada em suas dependências e com a utilização de seus equipamentos, pois o Município de Penha não possui estrutura adequada para a realização deste tipo de consulta.
- 2.2 - A CREDENCIADA compromete-se a prestar aos usuários do SUS, tratamento idêntico ao dispensado a particulares.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS E DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

- 3.1 - O Fundo Municipal de Saúde de Penha pagará pelos serviços prestados conforme preços constantes na Tabela SUS.
- 3.2 - Quanto ao processamento, faturamento e forma de pagamento:
- I – Estas despesas obedecerão às normas contidas na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e o Decreto Municipal nº 3257/2018.
- II – Após o cumprimento dos procedimentos do inciso anterior, a CREDENCIADA emitirá Nota Fiscal de Prestação de Serviços.
- III – O pagamento se dará após a efetiva liquidação da despesa, obedecendo a ordem cronológica de pagamentos da Tesouraria Municipal.
- IV – O preço máximo previsto para o período de 12 meses será de R\$ 537.110,00 (quinhentos e trinta e sete mil e cento e dez reais).

#### CLAUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1 - As despesas referentes ao objeto do presente Termo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
- Órgão: 20 – Fundo Municipal da Saúde
- Unidade: 01 – Fundo Municipal da Saúde
- Projeto/Atividade: 2.059 – MAC- Manutenção Média e Alta Complexidade
- Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0613 – Aplicações Direta (23)

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA

- 5.1 - Compromete-se a efetuar o pagamento das faturas conforme ordem cronológica de pagamentos.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÃO DA CREDENCIADA

- 6.1 - A CREDENCIADA é responsável por possíveis danos causados ao MUNICÍPIO de Penha e aos usuários do SUS, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos seus serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município.
- 6.2 - A CREDENCIADA obriga-se a manter, durante a inteira execução do Termo de Credenciamento, todas as condições de habilitação e regularidades exigidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas por ocasião da assinatura do Termo de Credenciamento.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DA VALIDADE

- 7.1 - A vigência do Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, podendo mediante aditivo, ser prorrogado obedecendo ao limite previsto no artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.
- 7.2 - A empresa prestará serviços no limite de valor determinado pela Secretaria de Saúde, durante o período de Termo de Credenciamento.
- 7.3 - O referido limite será regulado e controlado pela Secretaria de Saúde, através do SISREG – Sistema de Regulação, quando da autorização dos exames a serem realizados, bem como mediante a produção apresentada pela CREDENCIADA mensalmente, cabendo a Secretaria de Saúde comunicar, bem como a CREDENCIADA, a descontinuidade dos serviços, pelo limite financeiro atingido.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

- 8.1 - Caberá à Secretaria de Saúde a fiscalização dos serviços constantes no Termo de Credenciamento.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

- 9.1 - O não cumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista no termo de Credenciamento ou ainda, a inobservância das previsões legais contidas nos artigos 58, II, 77, 78, I ao III e 86, §1º, todos da Lei 8.666/93, bem como futuras modificações ou acréscimos pertinentes à Lei que rege os contratos, administrativos, acarretará para o Município de Penha, o direito de rescindi-lo. Poderá, ainda, o Fundo Municipal de Saúde de Penha a seu exclusivo critério, oportunidade e conveniência, rescindir

unilateralmente o Termo de Credenciamento, devendo para isso, avisar a CREDENCIADA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

- 9.2 - A CREDENCIADA deverá comunicar, por escrito e com justificativa, a CONTRATANTE, qualquer fato superveniente que acarrete o descredenciamento, mediante aviso prévio mínimo de 30 (trinta) dias.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

- 10.1 - Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste processo, erros ou atrasos na execução do objeto e quaisquer outras irregularidades, o MUNICÍPIO poderá, isolada ou cumulativamente, respeitado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a adjudicatária as seguintes penalidades.
- I – Advertência: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido;
- II – Multa Moratória: de 2% (dois por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida dentro do prazo



contratual, na hipótese de atraso injustificado;

III – Multa Compensatória: nas seguintes ocorrências:

a) de 20% (vinte por cento) do total de preços registrados, caso haja recusa em assinar o contrato.

b) de 20% (vinte por cento) sobre o valor do (s) exame (s) não entregue (s) – observando-se que, independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da prestação do serviço se dará no momento em que é atestado o recebimento e totalidade dos exames realizados, via Relatório apresentado pela empresa e aceito, hipótese esta caracterizada, conforme o caso, como inexecução parcial ou total do ajuste.

c) de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado pelo inadimplemento de quaisquer outras cláusulas, também podendo caracterizar inexecução parcial ou total do ajuste, dependendo do caso.

Parágrafo único: Nos termos do § 3º do art. 86 e do § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, a multa, caso aplicada após o regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido à empresa detentora, e ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO

11.1 - Fica eleito o foro da cidade de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 27 de setembro de 2018.

REGIANE CAROLINA PEREIRA BASSO  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde  
Contratante

MARCELO FERNANDEZ HEXSEL  
Marcelo Fernandez Hexsel  
Credenciado

#### T E S T E M U N H A S

Nome: Nome:

C.P.F. nº C.P.F.

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

De acordo:

LUIZ EDUARDO BUENO  
Controle Interno  
Portaria nº 1176/2018

#### TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº021/2018 - FMS

Publicação Nº 1769484

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 021/2018-FMS de 05/10/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2018-FMS

MODALIDADE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2018-FMS

HOMOLOGADO EM 05/10/2018

Através do presente instrumento firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede nesta cidade na Rua Domingos Manoel Corrêa, nº 311, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. REGIANE CAROLINA PEREIRA BASSO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 939.581.459-49, portadora do RG 2.862.912, residente e domiciliada à Rua Alfredo Brunetti, nº.1930, Bairro Armação, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa EXCLUSIVE SAÚDE LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.609.940/0001-94, Telefone: (47) 3345-4451, com sede à Av. Nereu Ramos, doravante denominada CREDENCIADA, representada pela Sra. Marina Elisa Philippi, inscrito no CPF sob nº 004.512.989-42, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para prestação de serviços de Análises Clínicas aos usuários do SUS autorizados pela Secretaria de Saúde de Penha através da Guia de Encaminhamento, conforme Decreto Municipal n.º 3257/2018, com inexigibilidade de licitação, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n.º 8.666/93 e às seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Cadastramento para prestação de serviços de exames laboratoriais de análises clínicas por Laboratório ou Posto de Coleta estabelecido no Município de Penha/SC, conforme tabela SUS.

Parágrafo Único: Para o desempenho de suas atividades, a CREDENCIADA, colocará para atendimento à população do Município de Penha, suas instalações, seus equipamentos e quadro técnico-profissional próprio.

CÓDIGO SIGTAP	PROCEDIMENTO	VALOR UNI-TÁRIO
02.02.05.001-7	ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA	R\$ 3,70
02.02.08.001-3	ANTIBIOGRAMA	R\$ 4,98
02.02.08.006-4	BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR TUBERCULOSE (CONTROLE)	R\$ 4,20
02.02.08.004-8	BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR TUBERCULOSE (DIAGNÓSTICA)	R\$ 4,20
02.02.08.007-2	BACTERIOSCOPIA (GRAM)	R\$ 2,80
02.02.05.002-5	CLEARANCE DE CREATININA	R\$ 3,51
02.02.02.002-9	CONTAGEM DE PLAQUETAS	R\$ 2,73
02.02.02.003-7	CONTAGEM DE RETICULOCITOS	R\$ 2,73
02.02.08.008-0	CULTURA DE BACTERIAS P/ IDENTIFICACAO	R\$ 5,62
02.02.08.011-0	CULTURA PARA BAAR	R\$ 5,63
02.02.03.005-9	DETECCAO DE RNA DO VIRUS DA HEPATITE C (QUALITATIVO)	R\$ 96,00
02.02.01.002-3	DETERMINACAO DE CAPACIDADE DE FIXACAO DO FERRO	R\$ 2,01
02.02.01.004-0	DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA (2 DOSAGENS)	R\$ 3,63
02.02.01.007-4	DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA CLASSICA (5 DOSAGENS)	R\$ 10,00
02.02.03.007-5	DETERMINACAO DE FATOR REUMATOIDE	R\$ 2,83
02.02.02.007-0	DETERMINACAO DE TEMPO DE COAGULACAO	R\$ 2,73
02.02.02.009-6	DETERMINACAO DE TEMPO DE SANGRAMENTO -DUKE	R\$ 2,73
02.02.02.013-4	DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP ATIVADA)	R\$ 5,77
02.02.02.014-2	DETERMINACAO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	R\$ 2,73
02.02.02.015-0	DETERMINACAO DE VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTACAO (VHS)	R\$ 2,73
02.02.06.004-7	DOSAGEM DE 17-ALFA-HIDROXIPROGESTERONA	R\$ 10,20
02.02.01.076-7	DOSAGEM DE 25 HIDROXIVITAMINA D	R\$ 15,24
02.02.01.012-0	DOSAGEM DE ACIDO URICO	R\$ 1,85
02.02.01.012-0	DOSAGEM DE ACIDO URICO 24 HRS NA URINA	R\$ 1,85
02.02.07.005-0	DOSAGEM DE ACIDO VALPROICO	R\$ 15,65
02.02.06.008-0	DOSAGEM DE ADRENOCORTICOTROFICO (ACTH)	R\$ 14,12
02.02.06.009-8	DOSAGEM DE ALDOSTERONA	R\$ 11,89
02.02.03.009-1	DOSAGEM DE ALFA-FETOPROTEINA	R\$ 15,06
02.02.01.018-0	DOSAGEM DE AMILASE	R\$ 2,25
02.02.06.011-0	DOSAGEM DE ANDROSTENEDIONA	R\$ 11,53
02.02.03.118-7	DOSAGEM DE ANTICORPOS ANTITRANSGLUTAMINAISE RECOMBINANTE HUMANO IGA	R\$ 18,55
02.02.03.010-5	DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA LIVRE)	R\$ 16,42
02.02.03.010-5	DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA TOTAL)	R\$ 16,42
02.02.03.011-3	DOSAGEM DE BETA-2-MICROGLOBULINA	R\$ 13,55
02.02.01.020-1	DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRACOES	R\$ 2,01
02.02.01.021-0	DOSAGEM DE CALCIO	R\$ 1,85
02.02.01.021-0	DOSAGEM DE CALCIO 24HRS NA URINA	R\$ 1,85
02.02.01.022-8	DOSAGEM DE CALCIO IONIZAVEL	R\$ 3,51
02.02.01.027-9	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	R\$ 3,51
02.02.01.028-7	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	R\$ 3,51
02.02.01.029-5	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	R\$ 1,85
02.02.01.030-9	DOSAGEM DE COLINESTERASE	R\$ 3,68
02.02.03.012-1	DOSAGEM DE COMPLEMENTO C3	R\$ 17,16

02.02.03.013-0	DOSAGEM DE COMPLEMENTO C4	R\$ 17,16
02.02.06.013-6	DOSAGEM DE CORTISOL	R\$ 9,86
02.02.06.013-6	DOSAGEM DE CORTISOL NA URINA 24HRS	R\$ 9,86
02.02.01.031-7	DOSAGEM DE CREATININA	R\$ 1,85
02.02.01.031-7	DOSAGEM DE CREATININA NA URINA 24HRS	R\$ 1,85
02.02.01.032-5	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	R\$ 3,68
02.02.06.014-4	DOSAGEM DE DEHIDROEPIANDROSTERONA (DHEA)	R\$ 11,25
02.02.01.035-0	DOSAGEM DE DESIDROGENASE GLUTAMICA	R\$ 3,51
02.02.01.036-8	DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA	R\$ 3,68
02.02.07.020-4	DOSAGEM DE DIGITALICOS (DIGOXINA, DIGITOXINA)	R\$ 8,97
02.02.06.016-0	DOSAGEM DE ESTRADIOL	R\$ 10,15
02.02.06.017-9	DOSAGEM DE ESTRIOL	R\$ 11,55
02.02.06.018-7	DOSAGEM DE ESTRONA	R\$ 11,12
02.02.07.022-0	DOSAGEM DE FENITOINA	R\$ 35,22
02.02.01.038-4	DOSAGEM DE FERRITINA	R\$ 15,59
02.02.01.039-2	DOSAGEM DE FERRO SERICO	R\$ 3,51
02.02.01.040-6	DOSAGEM DE FOLATO	R\$ 15,65
02.02.01.042-2	DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	R\$ 2,01
02.02.01.043-0	DOSAGEM DE FOSFORO	R\$ 1,85
02.02.01.043-0	DOSAGEM DE FOSFORO NA URINA 24HRS	R\$ 1,85
02.02.01.046-5	DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT)	R\$ 3,51
02.02.01.047-3	DOSAGEM DE GLICOSE	R\$ 1,85
02.02.01.047-3	DOSAGEM DE GLICOSE POS PRANDIAL	R\$ 1,85
02.02.06.021-7	DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (HCG, BETA HCG)	R\$ 7,85
02.02.02.030-4	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA	R\$ 1,53
02.02.01.050-3	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	R\$ 7,86
02.02.06.022-5	DOSAGEM DE HORMONIO DE CRESCIMENTO (HGH)	R\$ 10,21
02.02.06.023-3	DOSAGEM DE HORMONIO FOLICULO-ESTIMULANTE (FSH)	R\$ 7,89
02.02.06.024-1	DOSAGEM DE HORMONIO LUTEINIZANTE (LH)	R\$ 8,97
02.02.06.025-0	DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	R\$ 8,96
02.02.03.015-6	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA A (IGA)	R\$ 17,16
02.02.03.016-4	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA E (IGE)	R\$ 9,25
02.02.03.017-2	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA G (IGG)	R\$ 9,25
02.02.03.018-0	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA M (IGM)	R\$ 17,16
02.02.06.026-8	DOSAGEM DE INSULINA	R\$ 10,17
02.02.01.053-8	DOSAGEM DE LACTATO	R\$ 3,68
02.02.01.055-4	DOSAGEM DE LIPASE	R\$ 2,25
02.02.01.056-2	DOSAGEM DE MAGNESIO	R\$ 2,01
02.02.01.056-2	DOSAGEM DE MAGNESIO NA URINA 24HRS	R\$ 2,01
02.02.07.027-1	DOSAGEM DE META-HEMOGLOBINA	R\$ 4,11
02.02.05.009-2	DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA	R\$ 8,12
02.02.06.027-6	DOSAGEM DE PARATORMONIO	R\$ 43,13
02.02.01.058-9	DOSAGEM DE PIRUVATO/PIRUVICO	R\$ 3,68
02.02.01.060-0	DOSAGEM DE POTASSIO	R\$ 1,85
02.02.06.029-2	DOSAGEM DE PROGESTERONA	R\$ 10,22
02.02.06.030-6	DOSAGEM DE PROLACTINA	R\$ 10,15
02.02.03.020-2	DOSAGEM DE PROTEINA C REATIVA	R\$ 2,83
02.02.01.061-9	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS	R\$ 1,40
02.02.01.062-7	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRACOES	R\$ 1,85

02.02.07.030-1	DOSAGEM DE QUINIDINA	R\$ 10,00
02.02.07.031-0	DOSAGEM DE SALICILATOS	R\$ 2,01
02.02.01.063-5	DOSAGEM DE SODIO	R\$ 1,85
02.02.06.033-0	DOSAGEM DE SULFATO DE HIDROEPIANDROSTERONA (DHEAS)	R\$ 13,11
02.02.06.035-7	DOSAGEM DE TESTOSTERONA LIVRE	R\$ 13,11
02.02.06.034-9	DOSAGEM DE TESTOSTERONA TOTAL	R\$ 10,43
02.02.06.036-5	DOSAGEM DE TIREOGLOBULINA	R\$ 15,35
02.02.06.037-3	DOSAGEM DE TIROXINA (T4)	R\$ 8,76
02.02.06.038-1	DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	R\$ 11,60
02.02.01.064-3	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-OXALACETICA (TGO)	R\$ 2,01
02.02.01.065-1	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)	R\$ 2,01
02.02.01.066-0	DOSAGEM DE TRANSFERRINA	R\$ 4,12
02.02.01.067-8	DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS	R\$ 3,51
02.02.06.039-0	DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3)	R\$ 8,71
02.02.01.069-4	DOSAGEM DE UREIA	R\$ 1,85
02.02.01.070-8	DOSAGEM DE VITAMINA B12	R\$ 15,24
02.02.07.035-2	DOSAGEM DE ZINCO	R\$ 15,65
02.02.03.121-7	DOSAGEM DO ANTÍGENO CA 125	R\$ 13,35
02.02.02.036-3	ERITROGRAMA (ERITROCITOS, HEMOGLOBINA, HEMATOCRITO)	R\$ 2,73
02.02.08.014-5	EXAME MICROBIOLOGICO A FRESCO (DIRETO)	R\$ 2,80
02.11.04.003-7	EXAME MICROBIOLOGICO A FRESCO DO CONTEUDO CERVICO VAGINAL	R\$ 2,80
02.02.02.037-1	HEMATOCRITO	R\$ 1,53
02.02.02.038-0	HEMOGRAMA COMPLETO	R\$ 4,11
02.02.02.039-8	LEUCOGRAMA	R\$ 2,73
02.02.03.027-0	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-DNA	R\$ 8,67
02.02.03.047-4	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTISTREPTOLISINA O (ASLO)	R\$ 2,83
02.02.03.030-0	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)	R\$ 10,00
02.02.03.053-9	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILEPTOSPIRAS	R\$ 4,10
02.02.03.055-5	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMICROSSOMAS	R\$ 17,16
02.02.03.059-8	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTINUCLEO	R\$ 17,16
02.02.03.034-2	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SM	R\$ 17,16
02.02.03.035-0	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-A (RO)	R\$ 18,55
02.02.03.036-9	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-B (LA)	R\$ 18,55
02.02.03.062-8	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTITIREOGLOBULINA	R\$ 17,16
02.02.03.063-6	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBS)	R\$ 18,55
02.02.03.064-4	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBE)	R\$ 18,55
02.02.03.067-9	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV)	R\$ 18,55
02.02.03.072-5	PESQUISA DE ANTICORPOS EIE ANTICLAMIDIA	R\$ 17,16
02.02.03.074-1	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTICITOMEGALOVIRUS	R\$ 11,00
02.02.03.076-8	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA	R\$ 16,97
02.02.03.077-6	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITRYPANOSOMA CRUZI	R\$ 9,25
02.02.03.080-6	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	R\$ 18,55
02.02.03.081-4	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	R\$ 17,16
02.02.03.084-9	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLES	R\$ 17,16
02.02.03.078-4	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG E IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-TOTAL)	R\$ 18,55

02.02.03.085-7	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTICITOMEGALOVIRUS	R\$ 11,61
02.02.03.087-3	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA	R\$ 18,55
02.02.03.088-1	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITRYPANOSOMA CRUZI	R\$ 9,25
02.02.03.089-0	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-IGM)	R\$ 18,55
02.02.03.091-1	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	R\$ 18,55
02.02.03.092-0	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	R\$ 17,16
02.02.03.096-2	PESQUISA DE ANTIGENO CARCINOEMBRIONARIO (CEA)	R\$ 13,35
02.02.03.097-0	PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (HBSAG)	R\$ 18,55
02.02.03.098-9	PESQUISA DE ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (HBEAG)	R\$ 18,55
02.02.09.026-4	PESQUISA DE ESPERMATOZOIDES (APOS VASECTOMIA)	R\$ 4,80
02.02.03.101-2	PESQUISA DE FATOR REUMATOIDE (WAALER-ROSE)	R\$ 4,10
02.02.12.008-2	PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI D FRACO)	R\$ 1,37
02.02.03.103-9	PESQUISA DE IMUNOGLOBULINA E (IGE) ALERGENO-ESPECIFICA	R\$ 9,25
02.02.04.008-9	PESQUISA DE LARVAS NAS FEZES	R\$ 1,65
02.02.04.009-7	PESQUISA DE LEUCOCITOS NAS FEZES	R\$ 1,65
02.02.04.012-7	PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS	R\$ 1,65
02.02.04.014-3	PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES	R\$ 1,65
02.02.04.017-8	PESQUISA DE TROFOZOITAS NAS FEZES	R\$ 1,65
02.02.03.104-7	PESQUISA DE TRYPANOSOMA CRUZI (POR IMUNOFLUORESCENCIA)	R\$ 10,00
02.02.02.049-5	PROVA DE RETRACAO DO COAGULO	R\$ 2,73
02.02.02.050-9	PROVA DO LACO	R\$ 2,73
02.02.09.030-2	PROVA DO LATEX P/ PESQUISA DO FATOR REUMATOIDE	R\$ 1,89
02.02.03.112-8	TESTE FTA-ABS IGG P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	R\$ 10,00
02.02.03.113-6	TESTE FTA-ABS IGM P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	R\$ 10,00
02.02.03.111-0	TESTE NÃO TREPONEMICO P/ DETECÇÃO DE SIFILIS	R\$ 2,83
02.02.03.117-9	TESTE NÃO TREPONEMICO P/ DETECÇÃO DE SIFILIS EM GESTANTES	R\$ 2,83

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO

2.1 - Os usuários do SUS deverão ser atendidos nas dependências da CREDENCIADA, mediante o Guia de Agendamento Regulada expedida pela Secretaria de Saúde de Penha.

2.2 - A CREDENCIADA compromete-se a prestar aos usuários do SUS, tratamento idêntico ao dispensado a particulares.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS E DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 - O Fundo Municipal de Saúde de Penha pagará pelos serviços prestados conforme preços constantes na Tabela SUS.

3.2 - Quanto ao processamento, faturamento e forma de pagamento:

I – Estas despesas obedecerão às normas contidas na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e o Decreto Municipal nº 3257/2018.

II – Após o cumprimento dos procedimentos do inciso anterior, a CREDENCIADA emitirá Nota Fiscal de Prestação de Serviços.

III – O pagamento se dará após a efetiva liquidação da despesa, obedecendo a ordem cronológica de pagamentos da Tesouraria Municipal.

IV – O preço máximo previsto para o período até 31 de dezembro de 2018 será de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

#### CLAUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas referentes ao objeto do presente Termo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Entidade: Fundo Municipal da Saúde de Penha

Órgão: 20 – Fundo Municipal da Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal da Saúde

Projeto/Atividade: 2.059 – MAC- Manutenção Média e Alta Complexidade

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.0064 – Aplicações Direta (22)

Entidade: Fundo Municipal da Saúde de Penha

Órgão: 20 – Fundo Municipal da Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal da Saúde

Projeto/Atividade: 2.059 – MAC- Manutenção Média e Alta Complexidade

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.00613 – Aplicações Direta (23)

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA**

5.1 - Compromete-se a efetuar o pagamento das faturas conforme ordem cronológica de pagamentos.

**CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÃO DA CREDENCIADA**

6.1 - A CREDENCIADA é responsável por possíveis danos causados ao MUNICÍPIO de Penha e aos usuários do SUS, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos seus serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município.

6.2 - A CREDENCIADA obriga-se a manter, durante a inteira execução do Termo de Credenciamento, todas as condições de habilitação e regularidades exigidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas por ocasião da assinatura do Termo de Credenciamento.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DA VALIDADE**

7.1 - A vigência do Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, podendo mediante aditivo, ser prorrogado obedecendo ao limite previsto no artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

7.2 - A empresa prestará serviços no limite de valor determinado pela Secretaria de Saúde, durante o período de Termo de Credenciamento.

7.3 - O referido limite será regulado e controlado pela Secretaria de Saúde, através do SISREG – Sistema de Regulação, quando da autorização dos exames a serem realizados, bem como mediante a produção apresentada pela CREDENCIADA mensalmente, cabendo a Secretaria de Saúde comunicar, bem como a CREDENCIADA, a descontinuidade dos serviços, pelo limite financeiro atingido.

**CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO**

8.1 - Caberá à Secretaria de Saúde a fiscalização dos serviços constantes no Termo de Credenciamento.

**CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO**

9.1 - O não cumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista no termo de Credenciamento ou ainda, a inobservância das previsões legais contidas nos artigos 58, II, 77, 78, I ao III e 86, §1º, todos da

Lei 8.666/93, bem como futuras modificações ou acréscimos pertinentes à Lei que rege os contratos, administrativos, acarretará para o Município de Penha, o direito de rescindi-lo. Poderá, ainda, o Fundo Municipal de Saúde de Penha a seu exclusivo critério, oportunidade e conveniência, rescindir

unilateralmente o Termo de Credenciamento, devendo para isso, avisar a CREDENCIADA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

9.2 - A CREDENCIADA deverá comunicar, por escrito e com justificativa, a CONTRATANTE, qualquer fato superveniente que acarrete o descredenciamento, mediante aviso prévio mínimo de 30 (trinta) dias.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO**

10.1 - Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste processo, erros ou atrasos na execução do objeto e quaisquer outras irregularidades, o MUNICÍPIO poderá, isolada ou cumulativamente, respeitado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a adjudicatária as seguintes penalidades.

I – Advertência: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido;

II – Multa Moratória: de 2% (dois por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado;

III – Multa Compensatória: nas seguintes ocorrências:

a) de 20% (vinte por cento) do total de preços registrados, caso haja recusa em assinar o contrato.

b) de 20% (vinte por cento) sobre o valor do (s) exame (s) não entregue (s) – observando-se que, independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da prestação do serviço se dará no momento em que é atestado o recebimento e totalidade dos exames realizados, via Relatório apresentado pela empresa e aceito, hipótese esta caracterizada, conforme o caso, como inexecução parcial ou total do ajuste.

c) de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado pelo inadimplemento de quaisquer outras cláusulas, também podendo caracterizar inexecução parcial ou total do ajuste, dependendo do caso.

Parágrafo único: Nos termos do § 3º do art. 86 e do § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, a multa, caso aplicada após o regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido à empresa detentora, e ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO**

11.1 - Fica eleito o foro da cidade de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 05 de outubro de 2018.

REGIANE CAROLINA PEREIRA BASSO

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Contratante

EXCLUSIVE SAÚDE LTDA ME

Marina Elisa Philippi

Credenciada



**TESTEMUNHAS**

Nome Completo: Nome Completo:

CPF nº.: CPF nº.:

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

De acordo:

LUIZ EDUARDO BUENO

Controle Interno

Portaria nº 1176/2018

**TERMO DE SUSPENSÃO - CC 002/2018 PMP**

Publicação Nº 1769947

TERMO DE SUSPENSÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 091/2018 - PMP

CONCORRENCIA PUBLICA Nº 002/2018 - PMP

Objeto: O presente Edital tem por objeto a concessão de serviço público para a remoção, guarda e depósito de veículos apreendidos ou recolhidos em decorrência de infração de trânsito, aplicação de medidas administrativas ou penalidades, nos termos da lei municipal 2.722/2014, nas condições estabelecidas no presente edital, seus anexos e no respectivo contrato de concessão, tudo de acordo com as condições estabelecidas no edital e Termo de Referência.

O Secretário da Administração do Município de Penha, designado por força das disposições contidas na Portaria nº1230, de 18 de julho de 2018, torna pública a SUSPENSÃO PROVISÓRIA Do Processo Licitatório nº 91/2018 - Concorrência Pública nº 002/2018, na qual foi impugnada pela empresa FRANCISCO RANGHETTI JUNIOR E.P.P.. Tal impugnação foi encaminhada para esta secretaria, ora requisitante, onde a mesmo verificará os questionamentos levantados pela empresa impugnante, e posterior parecer visando garantir assim a legalidade da presente Concorrência Pública e consequente alteração e/ou republicação de Edital, sendo que serão divulgados novos prazos, dando-se a devida publicidade do ato convocatório. A nova data para entrega de envelopes e abertura da sessão pública será informada pelos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente. Outras informações poderão ser obtidas no Departamento de Compras, Licitações e Contratos, localizado na Secretaria de Administração de Penha, sita à Avenida Nereu Ramos, nº 190, Bairro Centro, Penha - Santa Catarina, das 8 às 12 e das 13:30 as 17:30 horas, telefone: (047) 3345-0200 ou através do site penha.sc.gov.br e Diário Oficial dos Municípios - DOM - diariomunicipal.sc.gov.br.

Diante ao disposto, declara para os devidos fins a SUSPENSÃO do Processo Licitatório nº. 091/2018/PMP – Concorrência Pública nº. 002/2018/PMP.

Dê ciência às Licitantes que realizaram Retirada de Edital/Cadastro do Licitante, conforme item 1.6 do Edital.

Publique-se no Diário Oficial dos Municípios.

Publique-se no Site Oficial do Município de Penha/SC

Penha, 09 de Outubro de 2018.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

Ordenador de Despesas

Portaria 1230/2018



# Peritiba

## PREFEITURA

### AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO 90/2018 PREGÃO PRESENCIAL 34/2018

Publicação Nº 1770217

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Processo de Licitação 90/2018 – Pregão Presencial 34/2018.

Objeto: Registro de preço para aquisição de artigos e materiais esportivos para manutenção do desporto amador, atividades esportivas desenvolvidas junto às escolas municipais e alunos do projeto aquarela.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h15min do dia 25/10/2018.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h30min do dia 25/10/2018.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail [compras@peritiba.sc.gov.br](mailto:compras@peritiba.sc.gov.br).

Peritiba SC., 09 de Outubro de 2018  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

# Pinhalzinho

## PREFEITURA

### AVISO PREGÃO ELETRONICO 009-2018 - FMS - MAT. AMBULATORIAL

Publicação Nº 1770064

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PINHALZINHO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 009/2018 - FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS AMBULATORIAIS para suprir as necessidades e a manutenção das Unidades de Saúde do Município de Pinhalzinho,

Modalidade: Pregão Eletrônico (REGISTRO DE PREÇOS)

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: a partir das 08:30h do dia 11/10/2018.

Abertura: dia 23/10/2018, às 09:00h.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município [www.pinhalzinho.atende.net](http://www.pinhalzinho.atende.net) ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00.

Informações através do e-mail: [compras01@pinhalzinho.sc.gov.br](mailto:compras01@pinhalzinho.sc.gov.br) ou [compras02@pinhalzinho.sc.gov.br](mailto:compras02@pinhalzinho.sc.gov.br).

Pinhalzinho, SC, 09 de outubro de 2018.

Elmo Zanchet

Secretário de Saúde

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### DECRETO 4872

Publicação Nº 1769639

DECRETO Nº 4.872, DE 01 DE OUTUBRO DE 2018

DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.972 de 10 de novembro de 2017.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação de recursos no valor de R\$ 79.499,00 (Setenta e nove mil, quatrocentos e noventa e nove reais), na dotação orçamentária a seguir:

30.01.10.301.0009.1.004.4.4.90.00.00.00.00.00

1004 – Aquisição de veículos Saúde (3)

Fonte de recursos: 01.33

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Excesso de Arrecadação no Fundo Municipal de Saúde, arrecadado na conta nº 6.744-X, referente Termo de compromisso ambulância nº 4213001712260850632.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 01 DE OUTUBRO DE 2018.

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

### EDITAL ESTÁGIO 001

Publicação Nº 1770512

EDITAL PARA SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

Nº. 01/2018/PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO/SC

ABRE INSCRIÇÕES E DEFINE NORMAS E CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO NAS ÁREAS DE ENSINO MÉDIO E ENSINO SUPERIOR, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO PARA O ANO DE 2018.

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO torna pública a inscrição para compor cadastro de reservas de vagas de estágio nas áreas de Ensino Médio, Ensino Superior.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente Edital tem por finalidade a seleção e composição de cadastro de reservas de estágio de estudantes do ensino médio e superior, dentro das necessidades e limites legais, para atuar na administração pública de Pinheiro Preto SC.

#### 2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições serão realizadas no CIEE – Centro de Integração Empresa Escola, localizado na Rua Endereço: Rua XV de Novembro, nº 19, sala 03, Centro, Videira - Santa Catarina, no período de 10/10/2018 à 25/10/2018.

#### 3. CONDIÇÕES PARA A ADMISSÃO

3.1. No ato da admissão, os candidatos deverão apresentar cópia autenticada ou original acompanhado de cópia, dos seguintes documentos, juntamente com a Ficha de Inscrição, sob pena de desclassificação:

a)RG;

b)CPF;

c)Comprovante de residência;

d)Histórico Escolar ou relação fornecida pelo Estabelecimento de Ensino das disciplinas já concluídas com suas médias;

e)Atestado de saúde;

f)Atestado de frequência atualizado, com CNPJ do Estabelecimento de Ensino, endereço e nome completo do Diretor Geral ou do Reitor;

g)Se deficiente físico, comprovante da deficiência com o respectivo enquadramento na Classificação Internacional de Doenças - CID.

3.2.O estagiário contratado deverá apresentar a cada 6(seis) meses atestado de frequência atualizado do Estabelecimento de Ensino que frequenta ao Setor de Recursos Humanos do Município

#### 4. DA CLASSIFICAÇÃO E DAS VAGAS

4.1. Os candidatos serão classificados de acordo com o curso/escolaridade, em 4 (quatro) categorias, sendo estas:

- a) listagem do curso de Ensino Médio;
- b) listagem do curso Ensino Superior de Farmácia
- c) listagem do curso Ensino Superior de Direito
- d) listagem do curso Ensino Superior

4.2. O critério de classificação para cada nível será:

- a) Nível Médio: Maior série
- b) Nível Superior: Maior fase, semestre ou equivalente.

4.3. Será utilizada a Maior Idade como critério para desempate.

4.4. A chamada respeitará as necessidades da Prefeitura, no que se refere às diferentes listagens classificatórias quanto ao nível de escolaridade exigido para o desenvolvimento das atividades do estagiário, bem como o número de vagas para cada modalidade.

4.5. Essa classificação será utilizada apenas para as chamadas que ocorrerá no dia 30/10/2018. Em caso de abertura de novas vagas e/ou reposição de estudantes, a contratação será feita conforme disposto no item 6 deste edital.

4.6 As vagas se dão na forma do respectivo quadro

	Vagas	Carga horária
Ensino médio	2	4h
Ensino Superior Farmácia	1	6h
Ensino Superior Direito	1	6h
Ensino Superior	1	6h

#### 5. DA DIVULGAÇÃO, DOS RECURSOS E DA CONVOCAÇÃO PARA AS VAGAS

5.1. As listagens classificatórias serão publicadas no site da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto – [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br), do CIEE/SC [www.cieesc.org.br](http://www.cieesc.org.br) e no mural do CIEE/SC no dia 26/10/2018, até às 18 horas.

5.2. O candidato que se julgar prejudicado poderá apresentar pedido de reconsideração e/ou recurso no CIEE/SC – Centro de Integração Empresa Escola até o dia 27/10/2018.

5.3. A listagem classificatória final será publicada no site [www.cieesc.org.br](http://www.cieesc.org.br) e no mural do CIEE/SC no dia 30/10/2018, até às 18 horas.

5.4. A convocação para as vagas será realizada pelo CIEE – Centro de Integração Empresa Escola, conforme critérios estabelecidos no item 4.2 conforme a demanda apresentada pela Prefeitura, devendo os classificados comparecerem no CIEE/SC, sito a Rua XV de Novembro, nº19, sala 03, Centro- Videira/SC, munidos de todos os documentos necessários dispostos no item 3.1, sob pena de perda da ordem de classificação.

#### 6. DAS REPOSIÇÕES DAS VAGAS

6.1. Em caso de desistências ou rescisões, as vagas serão abertas no site do CIEE/SC ([www.cieesc.org.br](http://www.cieesc.org.br)) e caberá ao candidato comparecer na unidade para retirada da carta de encaminhamento, quando assim tiver o interesse.

6.2. A seleção das vagas de reposição serão feitas pelos gestores da Prefeitura, responsáveis pelas oportunidades de estágios abertas.

6.3. Serão concorrentes da oportunidade os 10 (dez) primeiros encaminhados pelo CIEE/SC, sendo de responsabilidade do estudante acompanhar o quadro de vagas que será atualizado diariamente.

6.4. Será contratado o candidato que apresentar no CIEE/SC a carta de encaminhamento devidamente assinada e carimbada pelo gestor da oportunidade aberta, como forma de autorização para contratação, juntamente com os documentos exigidos no item 3.1.

#### 7. DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

7.1 O estágio de que trata esta Lei não cria vínculo empregatício de qualquer natureza.

7.2 A formalização dos contratos de estágio será realizada pelo Município.

§ 1º O processo de escolha do agente de integração obedecerá a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.

7.3 Para participar do estágio deverá o estudante estar regularmente matriculado e efetivamente frequentando um curso vinculado a uma instituição de ensino público ou privado, para esse fim conveniada com o Município de Pinheiro Preto.

Parágrafo único. Caberá ao estagiário apresentar semestralmente, contados da data do termo de compromisso de estágio, atestado de frequência emitido pela Instituição de Ensino, a fim de comprovar a efetividade da frequência escolar.

7.4 Caberá às instituições de ensino, em conjunto com a Administração Municipal, a definição sobre as formas de orientação, supervisão e avaliação do estágio.

7.5 A jornada de atividade em estágio será de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais para estudantes do ensino superior e técnico profissionalizante e, de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais para estudantes do ensino médio.

Parágrafo Único. Nos períodos de avaliações de aprendizagem periódicas ou finais que a Instituição de ensino adotar, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade, para garantir o bom desempenho do estudante.

7.6 O prazo do estágio será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

7.7 É assegurado ao estagiário, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

Parágrafo Único. Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de estágio com duração inferior a 01 (um) ano.

7.8 O estagiário, com carga horária de 06 (seis) horas diárias, desde que não exercente de qualquer cargo no âmbito da Administração, perceberá uma bolsa cujo valor será equivalente ao piso salarial do Município, bem como auxílio transporte, desde que devidamente comprovada a necessidade deste.

§ 1º O estagiário, com carga horária de 04 (quatro) horas diárias, desde que não exercente de qualquer cargo no âmbito da Administração, perceberá uma bolsa cujo valor corresponderá a 70% (setenta por cento) do piso salarial do Município, bem como auxílio transporte, desde que devidamente comprovada a necessidade deste.

7.9. Todas as informações prestadas pelos candidatos são de inteira responsabilidade destes.

7.10. A inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas presentes.

7.11. Poderão inscrever-se estudantes que estejam devidamente matriculado e frequentando o ensino regular médio, profissionalizante e superior em instituições de ensino oficial reconhecida pelo Ministério da Educação;

7.12. A jornada de atividades será:

a) 4 (quatro) e 6 (seis) horas diárias e 20 (vinte) e 30 (trinta) horas semanais, podendo sofrer alterações conforme as necessidades da Fundação Municipal de Educação no decorrer do ano.

7.13. Ao estagiário, independentemente da modalidade de estágio a que se submeta, será concedido auxílio-transporte.

§ 1º O auxílio-transporte está diretamente vinculado à necessidade de deslocamento do estagiário de sua residência ao local de estágio e vice-versa.

§ 2º O auxílio-transporte será pago em pecúnia, no valor correspondente a 100% (cem por cento) da tarifa praticada pelas empresas de transporte intermunicipal. Tendo em vista que nos domínios do município existe transporte escolar o qual poderá utilizar o estudante, estagiário.

§ 3º O pagamento do auxílio-transporte será efetuado no mês anterior ao de sua utilização.

§ 4º É vedado o desconto de qualquer valor para que o estagiário receba o auxílio-transporte.

§ 5º Em caso de falta, justificada ou não, haverá desconto correspondente aos dias de ausência do estagiário, cujo processamento dar-se-á no mês subsequente à ausência.

7.14 O pagamento da bolsa de estágio será nos seguintes valores:

a) R\$ 693,31 (seiscentos e noventa e três reais e trinta e um centavos) para os estágios de Ensino Médio com jornada de atividade de 20 (vinte) horas semanais;

b) R\$ 990,43 (novecentos e noventa reais e quarenta e três centavos) para estágios do Ensino Superior, com jornada de atividade de 30 (trinta) horas semanais.

7.15. Somente será permitida a inscrição de estudantes com idade mínima de 16 (dezesesseis) anos completos.

7.16. O Termo de Compromisso de Estágio poderá ser rescindido, em qualquer momento conforme previsto na Lei 11.788/08, quando houver insatisfação por parte da concedente quanto à comportamentos indevidos e/ou faltas injustificadas do estudante no local de estágio.

7.17. Os casos omissos serão resolvidos baseados na Lei Federal nº 11.788/2008.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO/SC, 08 DE OUTUBRO DE 2018.

PEDRO RABUSKE

Prefeito

# Pomerode

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 062 / 2018

Publicação Nº 1769480

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO MEIO AMBIENTE  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

#### EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 062 / 2018

Processo Administrativo n.º 082 / 2018.

Pregão Presencial n.º 044 / 2018.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: MINISTER SERVIÇOS DE VIGILANCIA LTDA.

Objeto: AQUISIÇÃO DE ASSINATURAS DE USO DE SOFTWARE AUTODESK, POR UM PERÍODO DE DOZE MESES, A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS

Prazo: 12 meses até 08/10/2019.

Valor Total Contratado: R\$ 26.560,00 (vinte e seis mil, quinhentos e sessenta reais). Ass.: Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode, contratante / Greice Moroni Belloli Pereira, Representante Legal, MAPDATA – Tecnologia, Informática e Comércio Ltda - Contratada.

Pomerode / SC, 08 de Outubro de 2018.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

### PORTARIA 24.300

Publicação Nº 1769836

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE  
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254  
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04  
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

#### PORTARIA Nº 24.300

CESSA EFEITOS DA PORTARIA Nº 19.497, DE 04 DE MAIO DE 2015 E NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DE SERVIDOR EFETIVO E SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso das atribuições que lhe confere a Lei;

#### RESOLVE:

De acordo com o artigo 38, da Lei Complementar nº 269, de 05 de dezembro de 2014, NOMEAR, os servidores para compor a Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho de servidor efetivo e de Estágio Probatório, a partir de 20 de agosto de 2018, abaixo elencados:

Nome	Cargo
Fátima Clenice de Andrade	Representante do Sindicato
Sandra Zenaide Schuster Risch	Representante do Sindicato
Luiz Antônio da Silva	Representante do Sindicato
Silvio Berlanda	Representante do Sindicato
Cleide Rauber	Representante do Legislativo
Susely Cristina Santos	Representante da SAMAE
Jaime Eduardo Jensen	Representante do Poder Executivo
Mariana Blank Stortz	Representante do Poder Executivo
Sérgio Riemer	Representante do Poder Executivo
Miriam Rossana B. Staskowian	Representante do Poder Executivo
Francielle Gutknecht	Representante do Poder Executivo
Edson Simão Gotzinger	Representante do Poder Executivo



Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Pomerode, 20 de agosto de 2018.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 24.390**

Publicação Nº 1769490

PORTARIA Nº 24.390

ALTERA OS REPRESENTANTES NO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DA CIDADE DE POMERODE – CONCIDADE, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 178, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2009 E SUAS ALTERAÇÕES.

O Prefeito Municipal de Pomerode, Ércio Kriek, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 74, inciso II, alínea “g” da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO, a existência de expediente visando a alteração de representante titular da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente – SEPLAN, do representante titular da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação – SEDES e do representante suplente da Coordenadoria de Defesa Civil do Município de Pomerode, entidades que representam o Conselho do Meio Ambiente e da Cidade de Pomerode – CONCIDADE;

RESOLVE

ALTERAR os representantes do Conselho Municipal do Meio Ambiente e da Cidade de Pomerode - CONCIDADE de acordo com as indicações da entidade que representa:

I – Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente - SEPLAN:

- a) Jorge Alfredo Hoge;
- b) David Herzog.

II – Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação - SEDES:

- a) Irani Reinke Ender;
- b) Renata dos Santos Klee.

III – Coordenadoria de Defesa Civil do Município de Pomerode:

- a) Cinéio Lúcio Ferreira de Bem;
- b) Waldemar Wuerges.

Revogam-se as disposições em contrário, em especial o item I e II da Portaria nº 21.734, de 09 de Fevereiro de 2017 e item II da Portaria nº 23.368, de 31 de Janeiro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Pomerode, 19 de Setembro de 2018.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

# Porto Belo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1947, DE 9 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1770407

DECRETO Nº 1947, DE 9 DE OUTUBRO DE 2018

Estabelece o Regimento Interno e reestruturação do Comitê Gestor Municipal do Projeto Orla e dá outras providências.

EMERSON LUCIANO STEIN, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, Decreta:

Art. 1º Nos termos do artigo 14, VI, do Decreto Federal nº 5300/2004, fica estabelecida a reestruturação e novo regimento interno do Comitê Gestor Municipal do Projeto Orla, nos termos do ANEXO I deste Decreto.

Art. 2º O colegiado em sua composição estabelecida pelo Decreto 1112/2013 será mantido com todas as suas competências, até a posse dos membros eleitos no fórum de que trata o artigo 5º do Regimento Interno do Comitê Gestor do Projeto Orla, ANEXO I deste Decreto.

Art. 3º Realizado o FÓRUM de que trata o artigo 5º do Regimento Interno do Comitê Gestor do Projeto Orla, ANEXO I deste Decreto, eleitos e empossados os novos membros do comitê, ficará revogada a composição estabelecida no Decreto Municipal nº 1112/2013.

Art. 4º O Comitê Gestor do Projeto Orla passará a ser regulado pelo Regimento Interno, com redação estabelecida pelo ANEXO I, observado quanto à sua composição transitória o disposto no artigo 2º deste Decreto.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 9 dias do mês de outubro de 2018.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

ANEXO I

Regimento Interno do Comitê Gestor Municipal do Projeto Orla

#### CAPÍTULO I

##### Da Natureza

Art. 1º O Comitê Gestor Municipal do Projeto Orla - CGM - PROJETO ORLA, órgão de caráter consultivo e deliberativo, instituído pelo Decreto Municipal nº 1033/2012, é um órgão colegiado vinculado diretamente ao Gabinete do Prefeito do Município de Porto Belo, tendo a sua atuação regulada pelo disposto no presente Regimento Interno e demais disposições legais pertinentes.

#### CAPÍTULO II

##### Da Finalidade

Art. 2º O Comitê Gestor Municipal do Projeto Orla - CGM - PROJETO ORLA tem como finalidade a articulação e harmonização das políticas estadual, federal e municipal incidentes na orla, competindo-lhe:

I. Elaborar o Plano de Gestão Integrada da Orla de Porto Belo, com o intuito de disciplinar o uso e ocupação da orla marítima no território do Município, por meio de uma gestão patrimonial e ambiental integrada;

II. Participar, através de seu Presidente ou representante do CGM – PROJETO ORLA de Porto Belo, quando convocado ou convidado, das reuniões do Comitê Técnico Estadual do Projeto Orla;

III. Supervisionar os planos de intervenção na orla marítima municipal, tais como Projeto Orla, Plano Diretor, Zoneamento Ecológico Econômico, Gerenciamento Costeiro-Gerco, entre outros;

IV. Fornecer apoio técnico no desenvolvimento de ações pertinentes ao Projeto Orla;

V. Acompanhar a execução dos planos de intervenção no município, bem como seus desdobramentos em diretrizes locais, incluindo eventuais alterações que se façam necessárias no Plano Diretor do município;

#### CAPÍTULO III

##### Da Composição e da Organização

##### SEÇÃO I

##### Da Organização

Art. 3º O CGM – PROJETO ORLA tem a seguinte estrutura:

I. Fórum Bienal;

II. Colegiado;

III. Subcomissões e Grupos de Trabalho (GT).

Art. 4º. Os representantes das instituições e entidades a seguir relacionadas terão direito a voz em todas e quaisquer reuniões CGM – PROJETO ORLA, independentemente de prévia indicação e inscrição, bastando comunicação à presidência da sua condição de representante na própria reunião.

I. Representantes do Comitê Técnico Estadual - CTE/PO/SC;

II. Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina;

III. Superintendência do Patrimônio da União;

IV. Capitania dos Portos de Itajaí;  
V. Polícia Militar Ambiental;  
VI. Ministério Público;

SEÇÃO II  
SUBSEÇÃO I  
Fórum Bial

Art. 5º O Fórum Bial é uma assembléia constituída por entidades representativas da sociedade civil organizada, com o objetivo de eleger os membros efetivos e respectivos suplentes para composição do colegiado.

§ 1º. A participação no fórum é ampla e irrestrita, dela podendo participar qualquer cidadão, mas somente entidades da sociedade civil organizada poderão indicar e votar candidatos para concorrer a uma das vagas que lhes são destinadas no Colegiado.

§ 2º. O regulamento do Fórum Bial, e condições de elegibilidade serão estabelecidos por ato do Poder Executivo Municipal.

SUSEÇÃO II  
Do Colegiado

Art. 6º. O Colegiado será composto por: quatro (4) membros de entidades governamentais e três (3) membros não governamentais eleitos no Fórum Bial, observada a seguinte composição:

I. Um (1) membro indicado pela Secretaria de Planejamento Urbano;

II. Um (1) membro indicado pela Secretaria de Turismo;

III. Um (1) membro indicado pela Fundação Municipal do Meio Ambiente de Porto Belo;

IV. Um (1) membro indicado pela Secretaria Municipal de Pesca;

V. Um (1) representante eleito pelas associações com sede no município de Porto Belo, ligadas aos profissionais ou empresas que desenvolvam atividade turística;

VI. Um (1) representante eleito pelas associações de Bairros e ou associações de cunho ambiental;

VII. Um (1) representante eleito pelas entidades representativas de classe (profissionais, comerciantes, industriais)

§ 1º. Cada entidade governamental deverá indicar um representante titular e um representante suplente, que serão formalmente nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 2º. A suplência dos membros eleitos entre as entidades não governamentais será exercida imediatamente pelo cidadão mais votado e assim sucessivamente.

Art. 7º. Compete aos membros do Colegiado:

I. Participar das reuniões ordinárias preestabelecidas;

II. Participar das extraordinárias a que forem regularmente convocados;

III. Propor matérias e/ou ações pertinentes à integração interinstitucional do Projeto Orla;

IV. Propor por solicitação de 2/3 de seus membros a criação de Subcomissões e Grupos de Trabalho;

V. Elaborar pareceres e relatórios técnicos de acompanhamento e de avaliação de execução dos Planos de Intervenção da Orla Municipal;

VI. Propor a participação eventual em reuniões do CGM – PROJETO ORLA de autoridades ou técnicos de reconhecida capacidade profissional, mediante convite e sem direito a voto;

VII. Manter o CGM – PROJETO ORLA informado das ações das instituições que o representam, pertinentes aos objetivos do CGM – PROJETO ORLA;

Parágrafo único. Os membros do colegiado poderão apresentar suas proposições e assuntos nas reuniões ordinárias, devendo apresentá-las por escrito na Secretaria Executiva com antecedência mínima de sete (07) dias da data da realização da reunião ordinária;

Art. 8º. Nas reuniões do Colegiado, será garantida a participação de entidades da sociedade civil organizada, que poderão fazer uso da palavra e apresentar propostas e manifestações, pelo prazo de até 3 minutos, desde que, proceda a inscrição para uso da palavra e apresentação de propostas e manifestações, observado quanto à inscrição os seguintes critérios:

I. Através de ofício escrito encaminhado pela entidade interessada;

II. Antecedência mínima de 48 horas da reunião do colegiado;

III. Deverá constar do ofício: indicação o nome do cidadão que fará uso da palavra, o assunto e cópia da eventual proposta;

Parágrafo único. Não será admitido o desvio do assunto proposto no ofício, podendo o presidente do colegiado suspender ou cancelar o uso da palavra quando o representante da entidade inscrita desvirtuar o objeto da inscrição.

SUBSEÇÃO II  
Da Coordenação Geral

Art. 9º. A coordenação geral dos trabalhos do Colegiado será exercida pelo Presidente do Comitê Gestor Municipal do Projeto Orla, na sua falta ou ausência pelo vice-presidente e na falta ou ausência de ambos, através da Secretária Executiva:

I. O presidente será indicado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, escolhido entre os membros das entidades governamentais.

II. O vice-presidente indicado por eleição dentre os membros do colegiado pertencentes às entidades não governamentais, com mandato de 02 (dois) anos.

Art. 10º. Ao Presidente do Comitê Gestor do Projeto Orla, no exercício da coordenação dos trabalhos do Colegiado compete:

I. Presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias do Comitê;

II. Convocar as reuniões extraordinárias;

III. Representar externamente o CGM – PROJETO ORLA;

IV. Convidar representantes de outras entidades, públicas ou privadas para participarem, eventualmente, de reuniões, sem direito de voto;

V. Solicitar aos órgãos e entidades da Administração Municipal apoio institucional, por meio de informações, suporte material e logístico e

de recursos humanos necessários para a consecução dos objetivos do CGM – PROJETO ORLA;

VI. Interagir com o poder público municipal, entidades não governamentais e iniciativa privada sobre assuntos relacionados às atividades do Comitê Gestor Municipais – PROJETO ORLA;

VII. Aprovar a pauta dos assuntos que serão submetidos à apreciação do Colegiado;

VIII. Deliberar sobre medidas de urgência, necessárias ao bom andamento dos trabalhos referenciados pelo Colegiado;

IX. Propor a criação de Subcomissões ou Grupos de Trabalho;

X. Supervisionar os trabalhos da Secretaria Executiva;

XI. Praticar os demais atos necessários ao cumprimento das atribuições do Plano de Gestão Integrado do PROJETO ORLA de Porto Belo, aprovados em Audiência Pública do município de Porto Belo e pelo CTE – Comitê Técnico Estadual do PROJETO ORLA.

Art. 11. São atribuições do vice-presidente:

- I. Substituir o presidente nas suas faltas ou impedimentos;
- II. Exercer outros encargos que lhe forem atribuídos pela Presidência do CGM – PROJETO ORLA.

Art. 12. A Secretaria Executiva será indicada pelo presidente do Colegiado, e será responsável por desenvolver as funções necessárias para assegurar a efetividade do CGM – PROJETO ORLA.

Art. 13. A Secretaria Executiva do CGM – PROJETO ORLA tem como incumbência secretariar os trabalhos das reuniões.

Parágrafo único. O secretário executivo do CGM deverá encaminhar, em até 10 (dez) dias após a reunião, a minuta da ata a todos os membros do CGM – PROJETO ORLA para eventuais correções.

#### SUBSEÇÃO IV

##### Das Subcomissões ou Grupos de Trabalho

Art. 14. Por proposta do presidente e mediante aprovação do Colegiado do CGM – PROJETO ORLA poderão ser criadas Subcomissões e/ou Grupos de Trabalho, para elaboração de estudo ou trabalho específico.

§ 1º. As Subcomissões e/ou Grupos de Trabalho extinguir-se-ão, automaticamente, após a conclusão dos estudos ou trabalho específico.

§ 2º. Poderão compor as Subcomissões, além de membros do Colegiado, técnicos ou especialistas de reconhecida experiência e segmentos organizados da Sociedade, diretamente interessados nas questões sob análise.

§ 3º. As Subcomissões elegerão, dentre os seus membros, os respectivos coordenadores e relatores, ficando ainda a cargo daqueles a definição da organização interna.

§ 4º. Cada instituição representada somente poderá participar simultaneamente de até 3 (três) Subcomissões e Grupos de Trabalho.

#### CAPÍTULO IV

##### Das Reuniões

Art. 15. As reuniões do Colegiado do CGM – PROJETO ORLA ocorrerão:

- I. Ordinariamente na 2ª terça-feira dos meses de Abril, Agosto e Dezembro;
- II. Extraordinariamente, mediante convocação, acompanhada da pauta dos assuntos a serem discutidos e dos documentos a serem apreciados e votados.

§ 1º. Para a realização das convocações extraordinárias deverá ser observada a antecedência mínima de dois (02) dias úteis.

§ 2º. No caso de necessidade de adiamento das reuniões ordinárias, serão transferidas para as terças-feiras subsequentes sucessivamente, dispensadas novas convocações.

§ 3º. A convocação de sessões extraordinárias dar-se-á por iniciativa do presidente ou a pedido da maioria simples dos membros do CGM – PROJETO ORLA.

§ 4º. As reuniões do Colegiado do CGM – PROJETO ORLA serão realizadas preferencialmente na sede da Fundação Municipal de Turismo.

Art. 16. O cronograma das sessões do colegiado, tanto quanto possível observará a seguinte ordem de trabalhos:

- I. Instalação dos trabalhos pelo presidente ou seu vice-presidente;
- II. Assinatura da lista de presença;
- III. Verificação de quórum;
- IV. Leitura, se necessário e, votação da ata da reunião anterior;
- V. Leitura das correspondências recebidas e/ou emitidas;
- VI. Leitura da pauta da reunião;
- VII. Apresentação, discussão e votação dos assuntos constantes da pauta;
- VIII. Palavra livre, extensiva para a comunidade presente e/ou convidados desde que anuída pelo colegiado;
- IX. Encerramento dos trabalhos pelo presidente.

Art. 17. As reuniões do colegiado deverão observar o quórum mínimo:

- I. Em primeira chamada com maioria simples dos membros do colegiado;
- II. Em segunda chamada, 15 minutos após a abertura dos trabalhos, com a presença de no mínimo três (3) membros do colegiado.

§ 1º. As comunicações e convocações dos membros do colegiado serão realizadas através de comunicações eletrônicas, através do aplicativo de mensagens eletrônicas (Whatsapp) e correio eletrônico (e-mail).

§ 2º. Constitui-se obrigação dos membros do colegiado manter atualizados os seus contatos de mensagens eletrônicas e correios eletrônico junto à secretaria executiva.

Art. 18. Após 02 (duas) faltas consecutivas ou não, não justificadas, em reuniões ordinárias e/ou extraordinárias, o presidente do Comitê imediatamente determinará a convocação por meio eletrônico do membro ausente para apresentar suas justificativas no prazo de 2 dias úteis, não sendo apresentadas as justificativas, ou não sendo relevantes, imediatamente convocará o suplente classificado na forma do

fórum para assumir a vaga no prazo de 2 dias úteis e assim sucessivamente.

Art. 19. As deliberações do Colegiado do CGM – PROJETO ORLA dar-se-ão por maioria simples dos membros presentes à sessão, cabendo ao presidente votar apenas em caso de empate.

Art. 20. Os atos deliberativos do Colegiado serão tomados nas seguintes formas:

I. Resolução, quando se trata de deliberação vinculada às competências legais do Colegiado;

II. Moção, quando se trata de manifestação ou indicação a ser dirigida a qualquer órgão ou entidade, governamental ou não, relacionada com a temática do Projeto Orla.

III. Parecer, quando se trata de matéria de Projeto Orla submetida à sua apreciação.

§ 1º. As Resoluções, Moções e Pareceres serão datados e numerados, em ordem distintas, cabendo à Secretaria Executiva corrigi-las, ordená-las e indexá-las.

Art. 21. A Secretaria Executiva através de meio eletrônico distribuirá para todos os membros, junto com a convocação, a pauta e os documentos referentes aos assuntos a serem tratados nas reuniões.

Art. 22. A participação dos membros nas discussões dar-se-á por ordem de inscrição na mesa coordenadora.

Parágrafo único. Após as discussões, o assunto será votado pelo Colegiado;

Art. 23. Das reuniões do Colegiado serão lavradas atas, que serão submetidas à aprovação na reunião subsequente e, após, serão assinadas pelo Presidente e pelo Secretário Executivo e arquivadas junto à Secretaria Executiva, dando-lhes a devida publicidade através de publicação no site institucional do Município de Porto Belo, e opcional e complementarmente no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios (DOM).

## CAPÍTULO V

Das Disposições Finais e Transitórias.

Art. 24. As despesas de transporte, diárias ou de outra natureza, efetuadas pelos membros do CGM – PROJETO ORLA ou das Subcomissões ou Grupos de Trabalho, serão custeadas pelos respectivos órgãos ou entidades representados.

§ 1º Os membros do CGM – PROJETO ORLA previstos no artigo 3º poderão apresentar propostas de alteração deste Regimento à Secretaria Executiva, para exame e parecer, sempre que houver necessidade de atualizá-lo.

§ 2º De posse do parecer da Secretaria Executiva, o presidente o submeterá à votação dos membros, em Colegiado.

§ 3º As alterações deste regimento dependerão da aprovação de maioria simples dos membros do colegiado.

Art. 25. O colegiado em sua composição estabelecida pelo Decreto 1.112/2013 será mantido com todas as suas competências, até a posse dos membros eleitos no fórum.

Art. 26. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento serão solucionados pelo presidente do CGM – PROJETO ORLA, ouvido o Colegiado.

Art. 27. Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 9 dias do mês de outubro de 2018.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

## DECRETO Nº 1948, DE 9 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1770406

DECRETO Nº 1948, DE 9 DE OUTUBRO DE 2018

Anula o Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial nº 031/2018-PMPB.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art. 49 da Lei Federal nº 8666/93, e

Considerando a decisão proferida pela Pregoeira Mariana Ferreira do Amaral, referente ao Pregão Presencial nº 57/PMPB/2018, conforme ata de Pregão Presencial datada de 09/10/2018;

Considerando o princípio da autotutela, interesse e a conveniência administrativa, bem como da eficiência e necessidade na continuidade dos serviços públicos, DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o Processo Licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 057/PMPB/2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 9 dias do mês de outubro de 2018.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

**TERMO DE OUTORGA DE PERMISSÃO DE USO Nº 001/2018**

Publicação Nº 1770276



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PORTO BELO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

**TERMO DE OUTORGA DE PERMISSÃO DE USO Nº 001/2018.**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAMAP, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.950/2011, Lei Municipal nº 1.947/2011, Lei Municipal 1.948/2011; e fundamentada no Art. 22 da Lei nº 9.636/98; no Art. 14 do Decreto nº 3.725/2001; Portaria nº 01/2014; Art. 14 da Lei Federal nº 13.240/2015 e Termo de Adesão à Gestão das Praias Marítimas Urbanas do Município de Porto Belo de Processo nº 04972.008146/2017-13, de 18 de abril de 2018; resolve para os devidos fins:

**Art. 1º:** Autorizar a PERMISSÃO DE USO objeto do **Processo nº 5455/2018**, nos seguintes termos:

I - Permissionário: **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO DE PORTO BELO – FUMTUR, CNPJ nº 13.102.858/0001-09;**

II - Finalidade: Realização do evento: **“5º FESTIVAL DO CAMARÃO DE PORTO BELO”**, visando a valorização da pesca artesanal do camarão pelas comunidades tradicionais do município.

III - Natureza: Cultural.

IV - Modalidade: Não Onerosa;

V- Local: **Área de marinha defronte a Praça da Bandeira, entre as Ruas Irineu José Moreira e José Guerreiro Filho, Bairro Centro**, Município de Porto Belo /SC, com **área de 2.098,13 m²**, conforme memorial descritivo e croqui;

VI - Os direitos e obrigações do permissionário: estão contidos na Portaria nº 001 de 03 de janeiro de 2014; As atividades deverão ser realizadas respeitando-se o disposto nas Leis Complementares nº 33, 34 e 35/2011 do Município de Porto Belo;

VII - A presente PERMISSÃO DE USO se dá pelo período de **09/10/2018 a 16/10/2018**, regendo-se pela legislação em vigor e pelo presente TERMO DE OUTORGA;

VIII - O valor da garantia de cumprimento das obrigações: Nada a aplicar;

IX - Em áreas de uso comum do povo, caso seja verificado que foi dada destinação diversa da permitida, ou se forem efetuados serviços e obras e/ou instalação de equipamentos irregulares, será procedido de imediato o auto de infração, em observância ao art. 6º do Decreto-Lei nº 2.398/87 ou legislação municipal competente.

X- Em áreas dominiais, caso seja verificado que foi dada destinação diversa daquela permitida, ou foram efetuados serviços e obras e/ou instalação de equipamentos irregulares, será procedido de imediato o auto de infração, em observância ao Art. 10, parágrafo único, da Lei nº 9.636/98;

XI - Em se tratando de PERMISSÃO DE USO NÃO ONEROSA: nada a aplicar.

XII - Caso o PERMISSIONÁRIO não desocupe a área até o final do prazo definido no inciso VII deste estará sujeito: a) à retirada sumária pelo presente órgão gestor dos equipamentos instalados, sem indenização por possíveis danos neles ocorridos durante a operação; b) ao pagamento dos custos

Página 1 de 2



de retirada dos equipamentos; e c) a outras sanções cabíveis, inclusive aquelas estipuladas no artigo 14 da Portaria SPU nº 01 de 03 de janeiro de 2014.

Parágrafo único. Isenção de taxas de despesas administrativas deste processo nos termos do Art. 8º da Lei Municipal nº 2.146, de 06 de maio de 2014.

**Art. 2º:** Os equipamentos e as instalações a serem utilizados na realização do evento não poderão impedir o livre e franco acesso às praias e às águas públicas correntes e dormentes.

**Art. 3º:** Durante a vigência da PERMISSÃO DE USO, o PERMISSIONÁRIO ficará responsável pela segurança, limpeza, manutenção, conservação e fiscalização da área, comprometendo-se a entregá-la dentro do prazo, nas mesmas condições em que inicialmente se encontrava.

**Art. 4º:** O simples início da utilização da área, ou a prestação da garantia, quando exigida, após a publicação do ato de outorga, independentemente de qualquer outro ato especial, representará a concordância do PERMISSIONÁRIO com todas as condições da permissão de uso estabelecidas pela autoridade competente.

**Art. 5º:** O PERMISSIONÁRIO deverá manter no local do evento, visível ao público, placa, faixa ou similar de acordo com os modelos repassados por esta Fundação e/ou SPU.

**Art. 6º:** Esta permissão de uso não autoriza o uso de área considerada de preservação permanente – APP, bem como no seu entorno, por ser vedada a sua utilização, consoante o Código Florestal Brasileiro, Lei Federal nº12.651/2012 e demais legislações ambientais pertinentes.

**Art. 7º:** O presente Termo de Outorga de Permissão de Uso SOMENTE É VÁLIDO enquanto permanecerem inalteradas as informações apresentadas no **Processo Nº 5455/2018** e apenas acompanhado dos seguintes documentos anexos: ART e/ou RRT do responsável técnico pela montagem e/ou instalação das estruturas do evento; ART e/ou RRT do responsável técnico pela instalação de energia elétrica ao evento; Alvará Sanitário emitido pela Vigilância Sanitária Municipal/Secretaria Municipal de Saúde; Atestado de Aprovação e/ou de Vistoria do Corpo de Bombeiros às instalações do evento.

Porto Belo, 09 de Outubro de 2018.

CIENTE: \_\_\_\_\_

PERMISSIONÁRIO: Fundação Municipal de Turismo de Porto Belo – FUMTUR:  
ZENELISE DRODOWSKI, Presidente FUMTUR, Portaria nº 08/2017.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Página 2 de 2



# Porto União

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 531/2018

Publicação Nº 1769529

DECRETO Nº 531, de 27 de setembro de 2018.  
Dispõe sobre nomeação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.529, de 16 de maio de 2018,

DECRETA:

Art. 1º NOMEIA CAÍQUE ORLOSKI, para o cargo de Provedor em Comissão de Consultor Financeiro, Símbolo CL, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.529, de 16 de maio de 2018.

Art. 2º Revoga o Decreto nº 222, de 01 de junho de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor no dia 1º de outubro de 2018, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 27 de setembro de 2018.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### PORTARIA 858/2018 - RH

Publicação Nº 1769603

PORTARIA Nº 858, de 14 de setembro de 2018.  
Dispõe sobre Prorrogação de Contrato de Trabalho nº 167/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 167/2018, no período de 24 de agosto a 25 de setembro de 2018, de JANETE DA APARECIDA CARDOSO, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, em substituição à servidora Marlene Aparecida Buch que encontra-se afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Trem da Alegria, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 24 de agosto de 2018.

Porto União - SC, em 14 de setembro de 2018.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### PORTARIA 859/2018 - RH

Publicação Nº 1769658

PORTARIA Nº 859, de 14 de setembro de 2018.  
Dispõe sobre Conceder Abono de Permanência.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o requerimento da servidora Rozane Meneguzzo Vargas Lanzarini, protocolado em 03 de setembro de 2018, com opção expressa de permanecer em atividade laborativa, embora já tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária integral;

CONSIDERANDO parecer Jurídico desta Municipalidade, opinando pelo deferimento do pedido da servidora;

**RESOLVE**

Art. 1º CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA a partir de 03 de setembro de 2018, a servidora ROZANE MENEGUZZO VARGAS LANZARINI, ocupante do cargo isolado em extinção de Agente Educacional, nos termos da Emenda Constitucional nº 41 de 19 de dezembro de 2003 e Lei Municipal nº 3.079, de 06 de julho de 2005, observado o Decreto Municipal nº 687 de 18 de novembro de 2011.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de setembro de 2018.

Porto União - SC, em 14 de setembro de 2018.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA 860/2018 - RH**

Publicação Nº 1769665

PORTARIA Nº 860, de 17 de setembro de 2018.

Dispõe sobre Contrato de Trabalho por tempo determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 16 de setembro de 2018 a 13 de setembro de 2019, ou até a realização de concurso público municipal, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, CINTHIA ELIZABETH ORUÉ DA ROCHA, para exercer as funções do cargo de Médico - Plantonista, previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e suas alterações, para atender a demanda junto ao Pronto Atendimento Municipal - PAM e em razão de não haver candidato aprovado em concurso público para o cargo.

Art. 2º A servidora contratada acima mencionada, exercerá suas atividades junto a Pronto Atendimento Municipal - PAM, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 16 de setembro de 2018.

Porto União (SC), 17 de setembro de 2018.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA 861/2018 - RH**

Publicação Nº 1769666

PORTARIA Nº 861, de 17 de setembro de 2018.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 17 de setembro de 2018, referente ao período aquisitivo de maio/2010 a maio/2015, de 90 (noventa) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora DEISI VIVIANE SCHIER KOSLOSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 17 de setembro de 2018.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA 862/2018 - RH**

Publicação Nº 1769669

PORTARIA Nº 862, de 17 de setembro de 2018.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea

“a”, da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 17 de setembro de 2018, referente ao período aquisitivo de outubro/2009 a outubro/2014, de 90 (noventa) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora MARISTELA ZONTA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 17 de setembro de 2018.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA 863/2018 - RH**

Publicação N° 1769684

PORTARIA N° 863, de 17 de setembro de 2018.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea “a”, da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 17 de setembro de 2018, referente ao período aquisitivo de janeiro/2008 a janeiro/2013, de 90 (noventa) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora ELAINE DE OLIVEIRA CARVALHO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 17 de setembro de 2018.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA 864/2018 - RH**

Publicação N° 1769685

PORTARIA N° 864, de 17 de setembro de 2018.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea “a”, da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 17 de setembro de 2018, referente ao período aquisitivo de fevereiro/2011 a fevereiro/2016, de 90 (noventa) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora TEREZINHA APARECIDA CHELEGEL NEVES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 17 de setembro de 2018.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA 865/2018 - RH**

Publicação N° 1769691

PORTARIA N° 865, de 17 de setembro de 2018.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea

“a”, da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 17 de setembro de 2018, referente ao período aquisitivo de fevereiro/2011 a fevereiro/2016, de 90 (noventa) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora ELISABETH CRISTINA FAGUNDES DOS PASSOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 17 de setembro de 2018.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA 866/2018 - RH**

Publicação Nº 1769692

PORTARIA Nº 866, de 17 de setembro de 2018.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea “a”, da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 17 de setembro de 2018, referente ao período aquisitivo de outubro/2009 a outubro/2014, de 90 (noventa) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora MARCIA ISABEL LUDKE BRIXNER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 17 de setembro de 2018.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA 867/2018 - RH**

Publicação Nº 1769715

PORTARIA Nº 867, de 17 de setembro de 2018.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea “a”, da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 17 de setembro de 2018, referente ao período aquisitivo de maio/2010 a maio/2015, de 90 (noventa) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora SONIA VIERO STACECHEN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 17 de setembro de 2018.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA 868/2018 - RH**

Publicação Nº 1769719

PORTARIA Nº 868, de 17 de setembro de 2018.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea “a”, da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 17 de setembro de 2018, referente ao período aquisitivo de fevereiro/2010 a fevereiro/2015, de 90 (noventa) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora ARLETE DOROTEIA SURMINSKI DE LIMA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 17 de setembro de 2018.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA 869/2018 - RH**

Publicação Nº 1769720

PORTARIA Nº 869, de 17 de setembro de 2018.

Dispõe sobre Contratação Temporária, através de Processo Seletivo 001/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 17 de setembro a 14 de dezembro de 2018, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, KARINE ANTONIA DE MIRANDA, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, classificada em "32º" lugar do Processo Seletivo 001/2017, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em substituição à servidora Sonia Viero Stacechen que encontra-se em Licença Prêmio.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Criança Feliz, vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 17 de setembro de 2018.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**RESULTADO DA CHAMADA PÚBLICA – 011/2018 – ANOS INICIAIS**

Publicação Nº 1770316

**RESULTADO DA CHAMADA PÚBLICA – 011/2018 – ANOS INICIAIS**

A Secretaria Municipal da Educação, comunica o resultado da chamada pública.

NOME	DATA/NASC	IDADE	FILHOS	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO
MARCIA CRISTIANE FONSECA DE MORAIS	08/10/1964	54	0	1º	HABILITADA
MARCIA APARECIDA PEREIRA	15/07/1969	49	0	2º	HABILITADA
ERSOLI DE CÁSSIA QUIRINO GROB	09/11/1972	46	0	3º	HABILITADA
CLARICE ROSALINO DE OLIVEIRA QUADROS	13/02/1974	44	1	4º	HABILITADA
NAZARENA ANGELICA EGESDORFER GRUBER	04/07/1974	44	0	5º	HABILITADA
ANGELA APARECIDA CARNEIRO	17/10/1974	43	0	6º	HABILITADA
LESLIANE SCHWARTZ CORREA	03/11/1974	43	3	7º	HABILITADA
MARLA APARECIDA BUJAK KUCHINSKI	30/11/1975	42	1	8º	HABILITADA
JOELMA DA SILVA DE OLIVEIRA MEYER	05/02/1978	40	1	9º	HABILITADA
IVANILDA DO ROCIO KSIONSKIEWICZ FERREIRA	22/08/1978	40	2	10º	HABILITADA
JOCIANE APARECIDA SILVA	14/01/1983	35	2	11º	HABILITADA
SELMA MARIA SALDANHA	16/08/1983	35	0	12º	HABILITADA
GISELE APARECIDA DONATO MARTINS	01/07/1984	34	2	13º	HABILITADA
ELOÍSA FERNANDES DOS SANTOS MEDEIROS DA ROSA	24/02/1987	31	2	14º	HABILITADA
ELIZA FRANCIELE PADILHA	30/05/1987	31	1	15º	HABILITADA
ÉLIDA PRISCILA FRANCO DE OLIVEIRA	21/04/1988	30	1	16º	
JULIANO DILKIN	31/12/1988	29	0	17º	HABILITADO

LAIS DE FÁTIMA DA SILVA	30/11/1990	28	0	18º	HABILITADA
ANA PAULA GUIESELER	26/09/1992	26	1	19º	HABILITADA
FABIANA CORREIA E SILVA	03/01/1994	24	0	20º	HABILITADA

Porto União, 09 de outubro de 2018.

ALDAIR WENGERKIEWICZ MUNCINELLI  
Secretária Municipal da Educação

# Pouso Redondo

## PREFEITURA

### PROCESSO 148 2018 - PLACAS REDE DE VIZINHOS

Publicação Nº 1769483

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº148/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto Pregão Presencial, a partir das 09 horas do dia 24/10/2018, de objeto: registro de preço para aquisição de placas para Rede de Vizinhos. Maiores informações e o edital completo serão fornecidos pelo setor de Licitação da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700 ou e-mail:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br. Pouso Redondo, 09 de outubro de 2018.

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

### PROCESSO 149 2018 - MOBILIÁRIO E ELETRO CRAS

Publicação Nº 1770493

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº149/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 118/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto Pregão Presencial, a partir das 14 horas do dia 24/10/2018, de objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E ELETRODOMÉSTICO PARA ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, CONFORME PROPOSTA Nº 055247/2017, TERMO DE CONVÊNIO Nº 863903/2017. Maiores informações e o edital completo serão fornecidos pelo setor de Licitação da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700 ou e-mail:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, 10 de outubro de 2018.

Oscar Gutz

Prefeito Municipal



# Princesa

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO N°. 47.2018

Publicação N° 1769882

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 47/2018

EDÍLSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, convoca para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar de 10 de Outubro de 2018, prorrogáveis por igual período, mediante requerimento justificado da interessada ou de seu procurador, a Candidata aprovada no Concurso Público, Edital n° 001/2015, de 18 de Fevereiro de 2015, homologados os resultados dos aprovados por meio do Decreto n° 119, de 15 de Maio de 2015, e prorrogado pelo Decreto n. 131, de 12 de Maio de 2017, compareça à sede do Município de Princesa, sito a Rua Rio Grande do Sul, esquina com a Rua Nossa Senhora de Fátima, n° 545, Centro, Princesa/SC, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta feira a fim de assumir o cargo a seguir discriminado:

FISIOTERAPEUTA

CARINE MANTELLI

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina,  
em 09 de Outubro de 2018.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS,  
Prefeito Municipal

Este Edital de Convocação foi Registrado e  
Publicado na forma da Lei  
Princesa/SC, 09 de Outubro de 2018  
Daiane Pagno

### LEI N°. 966 DE 09.10.2018

Publicação N° 1769908

LEI N°. 966, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

“AUTORIZA RECONHECER, EMPENHAR E PAGAR DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHES FOREM CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL VOTOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica autorizado reconhecer, empenhar e pagar Despesas do Exercício Anterior referente a despesas com publicações oficiais na imprensa estadual, no valor de 2.236,08 (dois mil duzentos e trinta e seis reais e oito centavos), credor NC Comunicações S.A, CNPJ 79.227.963/0013-16.

Parágrafo único. As despesas relacionadas no caput deste artigo correrão à conta do orçamento municipal.

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FAZENDA

UNIDADE: 03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PROJ./ATIV.: 2.021 – Manutenção das Atividades Administrativas

MODALIDADE:	3.3.90.92.00.00.00.00.1.0002	Aplicação Direta
-------------	------------------------------	------------------

Valor: R\$ 2.236,08

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, ESTADO DE SANTA CATARINA, 09 DE OUTUBRO DE 2018.

EDÍLSON MIGUEL VOLKWEIS  
PREFEITO MUNICIPAL

**LEI Nº. 967 DE 09.10.2018**

Publicação Nº 1769931

LEI Nº. 967, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

"INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE ESCOLINHAS DE INICIAÇÃO ESPORTIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHES FOREM CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL VOTOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica instituído no âmbito do Município de Princesa o Programa Municipal de Escolinhas de Iniciação Esportiva.

Parágrafo Único. O Programa Municipal de Escolinhas de Iniciação Esportiva tem como objetivo disseminar a visão do esporte e lazer como direito, incluindo a prática esportiva no cotidiano da criança e adolescente, promovendo a socialização e desenvolvimento psicomotor, oportunizando a solidariedade, aprendizagem, desenvolvimento saudável, bem como a redução da violência, racismo e discriminação étnico racial e de gênero.

Art. 2º. O programa manterá projetos de modalidades específicas beneficiando alunos matriculados na rede pública de ensino municipal, estadual e particular e reunirá profissionais, voluntários e universitários (estagiários).

Parágrafo Único. As modalidades esportivas serão inicialmente: futebol de campo e futsal, podendo ser acrescidas modalidades, conforme a demanda.

Art. 3º. O Programa atenderá crianças e adolescentes com idade entre 5 e 18 anos, residentes no Município e frequentando a escola.

Art. 4º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado realizar despesas e tomar as medidas necessárias para o cumprimento desta Lei.

Parágrafo Único. Os alunos e atletas poderão receber do Poder Público uniformes para frequentar as atividades das escolinhas e participar de competições promovidas, sempre verificada a disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 5º. Esta Lei poderá ser complementarmente regulamentada por Decreto do executivo.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, ESTADO DE SANTA CATARINA, 09 DE OUTUBRO DE 2018.

EDÍLSON MIGUEL VOLKWEIS

PREFEITO MUNICIPAL

Esta Lei foi registrada e publicada na forma da lei.

Princesa, SC, 09 de Outubro de 2018.

Daiane Pagno

**PORTARIA Nº. 121 DE 09.10.2018**

Publicação Nº 1769871

PORTARIA Nº. 121, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município, combinado com o Capítulo IV, Art. 110 da Lei Complementar nº. 022, de 30 de Dezembro de 2014 e Emenda e Lei Orgânica n. 06 de 03.07.2018.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, 15 (quinze) dias de férias, a servidora pública abaixo relacionada, conforme período aquisitivo e período de gozo em anexo.

Servidor	Cargo	Período aquisitivo	Período de gozo
LUCIANE MARTA THEISEN DA SILVEIRA	CHEFE DE GABINETE	02.05.2017 à 01.05.2018	18.10.2018 à 01.11.2018

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),

em 09 de Outubro de 2018.

Edilson Miguel Volkweis

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e

Publicada na forma da Lei

Princesa/SC, 09 de Outubro de 2018

Daiane Pagno

**TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08.2018- CONDER.**

Publicação Nº 1769579

TERMO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO 08/2018 DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER

Município de Princesa, 09 de outubro de 2018.

Assunto: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO 08/2018 QUE TEM COMO OBJETO REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de CBUQ e Emulsão Asfáltica, conforme especificações e detalhamentos constante no anexo I deste edital, PARA O PERÍODO DE 12 MESES, em conformidade com as especificações constantes no Edital do referido certame.

Prezado Senhor,

O município de Princesa, através de seu Prefeito Municipal, Sr. Edilson Miguel Volkweis, na condição de órgão participante do Processo Licitatório nº 14/2018, Pregão Presencial nº 13/2018 realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER, em consonância com o disposto no Decreto nº 7.892/2013, vem a presença de Vossa Senhoria externar interesse em aderir à Ata de Registro de Preços nº 08/2018 para REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de CBUQ e Emulsão Asfáltica, conforme especificações e detalhamentos constante no anexo I deste edital de acordo com as normas dispostas no edital do referido processo.

Edilson Miguel Volkweis  
Prefeito Municipal de Princesa

Prezado Senhor  
GENÉSIO BRESSIANI  
Presidente do Consórcio de Desenvolvimento Regional – CONDER  
São Miguel do Oeste/SC

# Quilombo

## PREFEITURA

### AVISO 123/2018

Publicação Nº 1769907

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 123/2018
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 123/2018
Tipo : Menor Preço/Por Lote
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DESTINADOS PARA SUBSTITUIÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS UTILIZADOS NAS PISCINAS DO BALNEÁRIO MUNICIPAL DE QUILOMBO/SC.
Entrega dos Envelopes : 09:00 horas do dia 23/10/2018.
Abertura dos Envelopes : 09:10 horas do dia 23/10/2018.
A íntegra do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Duque de Caxias nº 165, nos dias úteis, das segundas às sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo Fone (49) 3346-3242 ou no site do Município de Quilombo, no seguinte endereço: <a href="http://www.quilombo.sc.gov.br">http://www.quilombo.sc.gov.br</a> .
QUILOMBO, 09 de Outubro de 2018.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 277/2018 - DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1770451

DECRETO Nº 277/2018 - DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com os Artigos 120, 121, 122, 123 e 124 da Lei Complementar nº. 032 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município, de 05 de dezembro de 2001, Considerando o relatório final do Processo Sindicância, instaurada pelo Decreto Municipal nº 226/2018, de 14 de agosto de 2018, e; Considerando o Despacho nº 71/2018, datado de 03 de outubro de 2018, do Chefe do Poder Executivo Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar, em face ao relatório final do Processo de Sindicância, instaurado pelo Decreto Municipal 226/2018, de 14 de agosto de 2018.

Parágrafo Único. Nomeia-se para conduzir os trabalhos a seguinte comissão:

I. Adriano João Boaretto – Presidente;

II. Luis Carlos da Silva – Membro;

III. Cristiano de Albuquerque Dias – Membro;

IV. Ivanete Bison – Membro, e;

V. Marli Teresinha Corioletti Pazinato – Membro.

Art. 2º A presente comissão de processo administrativo disciplinar, deverá concluir os trabalhos no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 3º A Comissão de Sindicância, poderá contar com o tempo, os meios e a estrutura material necessária para realização de seu mister, podendo, inclusive, requisitar o auxílio de demais servidores, se for o caso.

Art. 4º Designa o assessor jurídico Patrick Maicow Pain, para auxiliar nos trabalhos.

Art. 5º Os serviços da comissão ora instituída são considerados de caráter relevante, não sendo atribuída aos seus membros qualquer remuneração.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 09 de outubro de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Em 10/10/2018.

Lei Municipal nº 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

# Rancho Queimado

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 68/2018

Publicação Nº 1769502

EXTRATO DE CONTRATO Nº 68/2018. Contratante: MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO. Contratado: FURO & SOLO PERFURAÇÕES LTDA, CNPJ 11.048.092/0001-04. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONDAÇÃO GEOLÓGICA NAS RUAS A SEREM CONTEMPLADAS PELO PROGRAMA "AVANÇAR CIDADES". Valor total: R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais). Contrato proveniente do Processo Nº 44/2018 de Dispensa de Licitação Nº 04/2018. Data da assinatura: 09 de outubro de 2018.

# Rio do Campo

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATORIO 45 2018

Publicação Nº 1768794

PROCESSO LICITATORIO NR 45/2018

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL NR 35/2018

A Prefeitura Municipal de Rio do Campo torna público, a quem interessar que está lançado certame licitatório na modalidade Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preços, para eventual e futura aquisição de óleo diesel comum, gasolina comum e óleo diesel do tipo S-10 aditivado que será utilizado para frota durante 12 meses. Estando marcado o prazo máximo para entrega dos envelopes de documentos e propostas para dia 24 de outubro de 2018, até as 09h00min, iniciando-se o julgamento da habilitação e proposta na mesma data, às 09h05min, na sede administrativa do município, sita na Rua 29 de Dezembro, nº 70, Centro, Rio do Campo – SC. O inteiro teor deste Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico: [riodocampo.atende.net](http://riodocampo.atende.net). Maiores informações poderão ser obtidas pelo endereço eletrônico [licitacao@riodocampo.sc.gov.br](mailto:licitacao@riodocampo.sc.gov.br).

Rio do Campo, 08 de outubro de 2018. Rodrigo Preis – Prefeito Municipal

### PROCESSO LICITATORIO 46 2018

Publicação Nº 1768795

PROCESSO LICITATORIO NR 46/2018

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL NR 36/2018

A Prefeitura Municipal de Rio do Campo torna público, a quem interessar que está lançado certame licitatório na modalidade Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preços, para eventual e futura aquisição de mobiliário de escritório, eletrodomésticos e equipamentos de informática. Estando marcado o prazo máximo para entrega dos envelopes de documentos e propostas para dia 25 de outubro de 2018, até as 09h00min, iniciando-se o julgamento da habilitação e proposta na mesma data, às 09h05min, na sede administrativa do município, sita na Rua 29 de Dezembro, nº 70, Centro, Rio do Campo – SC. O inteiro teor deste Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico: [riodocampo.atende.net](http://riodocampo.atende.net). Maiores informações poderão ser obtidas pelo endereço eletrônico [licitacao@riodocampo.sc.gov.br](mailto:licitacao@riodocampo.sc.gov.br).

Rio do Campo, 08 de outubro de 2018. Rodrigo Preis – Prefeito Municipal

# Rio do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO\_2369\_2018

Publicação Nº 1769773

DECRETO Nº 2369 DE 03 DE OUTUBRO DE 2018.

Remaneja Dotações do Orçamento vigente.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 5º, Inciso III da Lei nº 2189/2017 de 21/12/2017.

DECRETA:

Art. 1º Ficam remanejadas as dotações orçamentárias no Fundo Municipal de Saúde, Atenção Básica, a seguir relacionadas:

I – de 06.601.2017.33390.01380013, referência 149 para 06.601.2017.33393.01380013, referência 295, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Oeste-SC, 03 de outubro de 2018.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito de Rio do Oeste

Este Decreto foi registrado no Diário Oficial dos Municípios em 03/10/18.

FLÁVIO MALIKOSKI

Secretário de Administração

### DECRETO\_2370\_2018

Publicação Nº 1769775

DECRETO Nº 2370 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

Altera o Decreto nº 2354, de 30 de agosto de 2018 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e pelo que lhe confere a Lei Orgânica Municipal

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a ementa do Decreto nº 2354, de 30 de agosto de 2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Determina o tombamento definitivo do imóvel da antiga sede da Prefeitura Municipal de Rio do Oeste.”

Art. 2º Fica alterado o artigo 1º, do Decreto nº 2354, de 30 de agosto de 2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica tombado definitivamente, nos termos do art. 1º do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, e do art. 1º da Lei Complementar Municipal nº 039, de 5 de julho de 2013, o imóvel da antiga sede do Município de Rio do Oeste, situado na Rua 7 de Setembro, bairro Centro, nº 808, em Rio do Oeste-SC

Art. 3º Fica substituído o membro do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, ALICE SIDUOSKI, pela servidora MICHELLE ALINE PEREIRA.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Oeste-SC, 09 de outubro de 2018.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito de Rio do Oeste



**HOMOLOGA PROCESSO SELETIVO**

Publicação N° 1770454

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE  
ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Seletivo Público N° 003/2018

HOMOLOGAÇÃO DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N° 002/2018

O Prefeito Municipal de RIO DO OESTE, considerando o disposto no Edital do Processo Seletivo público n° 002/2018, no artigo 37 da Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município, torna público:

Art.1º Ficam Homologadas a relação abaixo do anexo único deste edital para os cargos do processo seletivo público n° 002/2018.

Art. 2º Este edital e seu anexo encontram-se afixados no mural da Prefeitura Municipal e publicados no site oficial do município.

Art. 3º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Oeste, 09 de outubro de 2018.

Humberto Pessatti

Prefeito Municipal

Anexo Único

Auxiliar de Serviços Gerais

INSCRIÇÃO	Nome	Data nascimento	Port. Mat. RL.	CE	Nota final	Posição
01827721952	Rosane Medeiros	05/04/1978	2,40	4,20	6,60	1º
05551798933	Patrícia Ribas Toneti	30/04/1986	2,40	4,20	6,60	2º
12342180977	Edivania Karina Gonçalves	29/10/1998	2,00	4,20	6,20	3º
10309555906	Carla Fiamoncini Barbosa	04/04/1995	1,20	4,20	5,40	4º

Port. Mat. RL. = Português, Matemática e Raciocínio Lógico CE = Conhecimentos Específicos.

Médicos

INSCRIÇÃO	Nome	Data nascimento	Port. Mat. RL.	CE	Nota final	Posição
01776877110	Roberta Krause Romero	11/12/1987	2,40	4,20	6,60	1º

Port. Mat. RL. = Português, Matemática e Raciocínio Lógico CE = Conhecimentos Específicos.

Obs.: data de nascimento foi usada somente para critério de desempate.

Rio do Oeste, 09 de outubro de 2018.

Humberto Pessatti

Prefeito Municipal

**PORTARIA 8150 CORREÇÃO**

Publicação N° 1769489

PORTARIA N° 8150 DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

“APROVA SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de acordo com o do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Rio do Oeste,

CONSIDERANDO relatório da comissão municipal de avaliação de desempenho,

RESOLVE:

Art. 1º APROVA no estágio probatório, a servidora CAMILA BONIN, matrícula 66273-00, ocupante do cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, tornando-se estável no serviço público deste município, a partir de 24 de setembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua assinatura.

Rio do Oeste, 28 de setembro de 2018

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito Municipal

FLAVIO MALIKOSKI

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DEISE CRISTINA BUSARELLO FELIX LEITE  
Secretária Municipal de Educação e Cultura

CIENTE:

CAMILA BONIN

## **PORTARIA 8151 CORREÇÃO**

Publicação Nº 1769488

PORTARIA Nº 8151 DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

“APROVA SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de acordo com o do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Rio do Oeste,

CONSIDERANDO relatório da comissão municipal de avaliação de desempenho,

RESOLVE:

Art. 1º APROVA no estágio probatório, o servidor CLEBER RICARDO EISELER, matrícula 112798-00, ocupante do cargo efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, tornando-se estável no serviço público deste município, a partir de 24 de agosto de 2018.

Art. 2º CONCEDER progressão vertical para o nível 3, por nova titulação ao servidor.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua assinatura.

Rio do Oeste, 28 de setembro de 2018  
HUMBERTO PESSATTI  
Prefeito Municipal

FLAVIO MALIKOSKI  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DEISE CRISTINA BUSARELLO FELIX LEITE  
Secretária Municipal de Educação e Cultura

CIENTE:

CLEBER RICARDO EISLER

## **PORTARIA 8155**

Publicação Nº 1770452

PORTARIA Nº 8155 DE 10 DE OUTUBRO DE 2018

“Transfere Lotação de Servidora”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 244 da Lei Complementar nº 21/2006 – Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Rio do Oeste,

RESOLVE

Art. 1º TRANSFERE de lotação a servidora NEUSA GONCALVES, matrícula 66915-00, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, para a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Art. 2º Esta portaria entra vigor na data de sua assinatura.

Rio do Oeste, 10 de outubro de 2018.  
HUMBERTO PESSATTI  
Prefeito Municipal

FLAVIO MALIKOSKI  
Secretário de Administração e Fazenda

JOSÉ CATAFESTA  
Secretário de Serviços Urbanos

CIENTE:

NEUSA GONÇALVES

**PROCESSO 084/2018 - CELESC**

Publicação Nº 1770503

MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE/SC – INEXIGIBILIDADE Nº 020/2018 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 084/2018. OBJETO: Compra de Energia elétrica. Contratado: CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A, inscrita no CNPJ sob nº 08.336.783/0001-90 Fundamento Jurídico: Art.25 “caput” da Lei Nº 8.666/93. As despesas decorrentes da presente Inexigibilidade de Licitação serão atendidas pelo orçamento vigente para o ano de 2018. A íntegra do Edital de Inexigibilidade está no endereço eletrônico: riodooeste.atende.net no link “consulta de licitações”. Mais informações através do telefone (47) 3543 – 0261.

Rio do Oeste, 09 de outubro de 2018.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 7546, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1770248

DECRETO Nº 7546, de 09 de outubro de 2018.

“INSTITUI A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DA PROGRESSÃO FUNCIONAL DO MAGISTÉRIO, DEFINE ATRIBUIÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais previstas no inciso VI do Art. 37, da Lei Orgânica Municipal, Art. 12-A da Lei Complementar n. 075, de 20 de novembro de 2001 e com fundamento no Decreto nº 446, de 29 de outubro de 2004 e alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída a Comissão de Avaliação da Progressão Funcional do Magistério, com a finalidade de elaborar o Edital Interno de Progressão Funcional do Magistério; analisar os certificados para a qualificação profissional, com vistas à progressão na carreira do magistério, bem como a avaliação e julgamento de eventuais recursos apresentados relativos ao certame.

Art. 2º - A Comissão de que trata o Artigo 1º deste Decreto será composta pelos seguintes membros:

I – Carla Fabiana Ribeiro - representante do Departamento de Gestão de Pessoas do Poder Executivo Municipal;

II – Amauri de Sousa Freitas Junior- representante do Departamento de Gestão de Pessoas do Poder Executivo Municipal;

III – Sandra Aparecida Dela Justina – representante do Departamento de Gestão de Pessoas do Poder Executivo Municipal;

IV – Maristela Regina Balbinot – representante do Departamento de Gestão de Pessoas do Poder Executivo Municipal;

V – Marlise Fronza - representante da Secretaria Municipal de Educação;

VI – Fernanda Pontes Rossi Fachini - representante da Secretaria Municipal de Educação;

Parágrafo Único - Fica designada a servidora pública municipal, Carla Fabiana Ribeiro, para presidir os trabalhos da Comissão ora constituída.

Art. 3º - O prazo para a conclusão das atividades da comissão será de 90 (noventa) dias úteis.

Art. 4º - Pelo desenvolvimento das atividades expressas no presente Decreto, os membros que integram a Comissão não serão remunerados, sendo consideradas tais atribuições como serviço público relevante.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

09 de outubro de 2018.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

### ELIANE BORGHESAN LUCHTEMBERG - 2º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1769659

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 205/2018, firmado em 09/02/2018, com término previsto para 06/07/2018.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) ELIANE BORGHESAN LUCHTEMBERG, portador(a) do CPF nº 042.805.329-74, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 205/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 205/2018, iniciando-se a prorrogação em 07/07/2018 e encerrando-se em 08/11/2018."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 04/07/2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	ELIANE BORGHESAN LUCHTENBERG
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

**FRANCELINA BERNADETE FRANÇA - 2º TERMO ADITIVO**

Publicação Nº 1769560

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 163/2018, firmado em 05/02/2018, com término previsto para 06/07/2018.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) FRANCELINA BERNADETE FRANÇA, portador(a) do CPF nº 476.667.739-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 163/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 163/2018, iniciando-se a prorrogação em 07/07/2018 e encerrando-se em 28/09/2018."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 04/07/2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	FRANCELINA BERNADETE FRANÇA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

**FRANCELINA BERNARDETE FRANÇA - 1º TERMO ADITIVO**

Publicação Nº 1769556

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 163/2018, firmado em 05/02/2018, com término previsto para 07/03/2018.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) FRANCELINA BERNARDETE FRANÇA, portador(a) do CPF nº 476.667.739-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 163/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 163/2018, iniciando-se a prorrogação em 08/03/2018 e encerrando-se em 06/07/2018."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 05/03/2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	FRANCELINA BERNADETE FRANÇA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

### JOSELAINE CRISTINE BARBOSA - 1º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1769610

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 40/2018, firmado em 29/01/2018, com término previsto para 07/03/2018.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) JOSELAINE CRISTINE BARBOSA, portador(a) do CPF nº 076.330.409-39, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 40/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

#### "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 40/2018, iniciando-se a prorrogação em 08/03/2018 e encerrando-se em 06/07/2018."

#### Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 05/03/2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	JOSELAINE CRISTINE BARBOSA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

### JOSELAINE CRISTINE BARBOSA - 2º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1769636

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 40/2018, firmado em 29/01/2018, com término previsto para 06/07/2018.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) JOSELAINE CRISTINE BARBOSA, portador(a) do CPF nº 076.330.409-39, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 40/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

#### "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 40/2018, iniciando-se a prorrogação em 07/07/2018 e encerrando-se em 28/09/2018."

#### Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 04/07/2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	JOSELAINE CRISTINE BARBOSA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

**JULIANA KLAUMANN - 1º TERMO ADITIVO**

Publicação Nº 1769643

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 96/2018, firmado em 30/01/2018, com término previsto para 07/03/2018.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) JULIANA KLAUMANN, portador(a) do CPF nº 087.055.639-84, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 96/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 96/2018, iniciando-se a prorrogação em 08/03/2018 e encerrando-se em 06/07/2018."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 05/03/2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	JULIANA KLAUMANN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

**JULIANA KLAUMANN - 2º TERMO ADITIVO**

Publicação Nº 1769649

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 96/2018, firmado em 30/01/2018, com término previsto para 06/07/2018.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) JULIANA KLAUMANN, portador(a) do CPF nº 087.055.639-84, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 96/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 96/2018, iniciando-se a prorrogação em 07/07/2018 e encerrando-se em 28/09/2018."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 04/07/2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	JULIANA KLAUMANN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

**KAOANA CARDOSO - 1º TERMO ADITIVO**

Publicação Nº 1769536

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 197/2018, firmado em 07/02/2018, com término previsto para 07/03/2018.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) KAOANA CARDOSO, portador(a) do CPF nº 042.584.889-25, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 197/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:



**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 197/2018, iniciando-se a prorrogação em 08/03/2018 e encerrando-se em 06/07/2018."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 05/03/2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	KAOANA CARDOSO
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

**KAOANA CARDOSO - 2º TERMO ADITIVO**

Publicação Nº 1769544

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 197/2018, firmado em 07/02/2018, com término previsto para 06/07/2018.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) KAOANA CARDOSO, portador(a) do CPF nº 042.584.889-25, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 197/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 197/2018, iniciando-se a prorrogação em 07/07/2018 e encerrando-se em 28/09/2018."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 04/07/2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	KAOANA CARDOSO
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

**KELLEN FIGUEIREDO WALTRICH - 1º TERMO ADITIVO**

Publicação Nº 1769651

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 35/2018, firmado em 25/01/2018, com término previsto para 07/03/2018.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) KELLEN FIGUEIREDO WALTRICH, portador(a) do CPF nº 041.030.269-44, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 35/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 35/2018, iniciando-se a prorrogação em 08/03/2018 e encerrando-se em 06/07/2018."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 05/03/2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	KELLEN FIGUEIREDO WALTRICH
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

## **KELLEN FIGUEIREDO WALTRICH - 2º TERMO ADITIVO**

Publicação Nº 1769653

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 35/2018, firmado em 25/01/2018, com término previsto para 06/07/2018.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) KELLEN FIGUEIREDO WALTRICH, portador(a) do CPF nº 041.030.269-44, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 35/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### **Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

### **"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 35/2018, iniciando-se a prorrogação em 07/07/2018 e encerrando-se em 28/09/2018."

### **Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 04/07/2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	KELLEN FIGUEIREDO WALTRICH
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

## **LETICIA AMORIM HOEPERS - 1º TERMO ADITIVO**

Publicação Nº 1769563

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 124/2018, firmado em 30/01/2018, com término previsto para 07/03/2018.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) LETICIA AMORIM HOEPERS, portador(a) do CPF nº 098.269.179-31, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 124/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### **Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

### **"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 124/2018, iniciando-se a prorrogação em 08/03/2018 e encerrando-se em 06/07/2018."

### **Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 05/03/2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	LETICIA AMORIM HOEPERS
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

**LETICIA AMORIM HOEPERS - 2º TERMO ADITIVO**

Publicação Nº 1769580

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 124/2018, firmado em 30/01/2018, com término previsto para 06/07/2018.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) LETICIA AMORIM HOEPERS, portador(a) do CPF nº 098.269.179-31, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 124/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 124/2018, iniciando-se a prorrogação em 07/07/2018 e encerrando-se em 28/09/2018."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 04/07/2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	LETICIA AMORIM HOEPERS
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

**MILENA DA SILVA SANDRI - 1º TERMO ADITIVO**

Publicação Nº 1769590

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 90/2018, firmado em 30/01/2018, com término previsto para 07/03/2018.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) MILENA DA SILVA SANDRI, portador(a) do CPF nº 106.012.569-21, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 90/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 90/2018, iniciando-se a prorrogação em 08/03/2018 e encerrando-se em 06/07/2018."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 05/03/2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	MILENA DA SILVA SANDRI
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

**MILENA DA SILVA SANDRI - 2º TERMO ADITIVO**

Publicação Nº 1769594

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 90/2018, firmado em 30/01/2018, com término previsto para 06/07/2018.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) MILENA DA SILVA SANDRI, portador(a) do CPF nº 106.012.569-21, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 90/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 90/2018, iniciando-se a prorrogação em 07/07/2018 e encerrando-se em 28/09/2018."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 04/07/2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	MILENA DA SILVA SANDRI
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

**RESUMO DO CONTRATO Nº 181/2018**

Publicação Nº 1769848

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS Nº 181/2018

PREGÃO PRESENCIAL N. 142/2018

Contratante: Município de Rio do Sul

Contratado: Escrimate Comercial e Serviços de Informática EIRELI

Objeto: Contratação de empresa especializada para locação de impressoras, com o fornecimento de todos os insumos necessários à execução das impressões/cópias/digitalizações e, ainda, disponibilização de assistência técnica especializada e reposição de peças, para atender demanda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul e suas Secretarias.

Valor Estimativo: R\$202.800,00 (duzentos e dois mil e oitocentos reais), referindo-se à estimativa de 1.440.000 cópias/impressões P&B e 60.000 cópias/impressões Coloridas por ano.

Vigência: 12 (doze) meses.

Recurso: 82.02.2012.3390.3912 e demais dotações, conforme orçamento vigente.

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 26 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 10 de outubro de 2018.

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOME

Prefeito Municipal

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 178/2018**

Publicação Nº 1769837

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO Nº 178/2018

ORIGEM: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 139/2018

Aos nove (09) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e dezoito (2018), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOME, a seguir denominada de simples Contratante, e de outro lado ESCRIMATE COMERCIAL E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Manoel de Oliveira Ramos, 205, Bairro Estreito, no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, CEP 88.075-120, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.748.569/0001-30, neste ato representada pelo Sr. Robson Cardoso, Diretor, portador da cédula de identidade de nº 2.410.309, inscrito no CPF sob nº 710.996.389-68, doravante designada Contratada, assinam o presente termo de rescisão amigável de contrato de prestação de serviço e fornecimento de material e equipamentos nº 178/2018, de acordo com as cláusulas e disposições a seguir expressas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Pelo presente instrumento, fica rescindido o Contrato de prestação de serviço e fornecimento de material e equipamentos nº 178/2018, oriundo da Dispensa de Licitação nº 139/2018.

**CLÁUSULA SEGUNDA** – A rescisão tem por fundamento o art. 79, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, haja vista aquele contrato se tratar de contratação emergencial pela Administração.

Homologado o Pregão nº 142/2018, onde o objeto é idêntico ao da Dispensa nº 139/2018, tem-se a imperiosidade de rescindir o contrato

nº 178/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA – Verificada a conveniência para o Município e a inexistência de prejuízo ao contratado, a rescisão opera-se de forma amigável.

CLÁUSULA QUARTA – Ficam mantidas as obrigações e as garantias assumidas pelas partes até o presente momento.

CLÁUSULA QUINTA – O foro para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham a surgir é o da Comarca de Rio do Sul – SC.

E, por estarem plenamente ajustadas, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas e Assessoria Jurídica do Município.

Rio do Sul, em 09 de outubro de 2018.

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOME

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

ESCRIMATE COMERCIAL E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA EIRELI

Robson Cardoso

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

---

### **CÂMARA MUNICIPAL**

---

## **HOMOLOGA PREGÃO Nº 15/2018 - RESOLUÇÃO Nº 1001, DE 9 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1770329

RESOLUÇÃO No 1.001, DE 9 DE OUTUBRO DE 2018

Homologa resultado do Processo Licitatório nº 29/2018, representado pelo Pregão Presencial nº 15/2018.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, no uso de sua atribuição prevista no inciso IX do art. 40 do Regimento Interno - Resolução 597/2010, promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica homologado o resultado do Processo Licitatório nº 29/2018, representado pelo Pregão Presencial nº 15/2018, de acordo com as decisões e julgamento dos recursos pelo Pregoeiro, nomeado pela Portaria nº 1049, de 2 de janeiro de 2018, alterada pela Portaria nº 1.082, de 20 de março de 2018, e ratificado por este Presidente, conforme Termo de Adjudicação incluído nos autos, vez que todos os atos foram praticados dentro da legalidade e nos preceitos da Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93, ficando autorizada a contratação.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 9 de outubro de 2018.

JAMES RIDES DA SILVA

# Romelândia

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 110/2018

Publicação Nº 1769475

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 110/2018

Processo Licitatório Nº. 998/2018

Modalidade: Pregão – Registro de Preço Nº. 31/2018

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 05/10/18

O Município de Romelândia – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 31/2018, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

VENCEDOR: VANELLI AGROPECUARIA LTDA

CNPJ: 05.166.501/0001-66, FONE:

ENDEREÇO: RUA HERMANN AICHINGER, 05, CENTRO, 89140-000, IBIRAMA, SC, doravante denominados MUNICÍPIO e DETENTORA, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 998/2018 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 31/2018, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO, LUVAS, BAINHAS e NITROGENIO LIQUIDO PARA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA DE MELHORAMENTO GENÉTICO DO REBANHO BOVINO NO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA-SC PARA UM PERÍODO DE 12 MESES, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
2	2.000,0	UN	SÊMEN DA RAÇA JERSEY IMPORTADO COM PROVA ATUALIZADA PELO DAIRY BULLS NÃO ANTERIOR A ABRIL /2018 COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: JPI igual ou superior a 90; / PTA Leite igual ou superior a 150 libras; JUI igual ou superior a 18/ PTA Tipo positivo; / PTA gordura e proteína positivo; / Contagem de Células Somáticas igual ou inferior a 2,9; / Vida produtiva igual ou superior 4,0; / Estatura Positiva; / Característica leiteira positiva; / Composto de úbere positivo; / Confiança de produção igual ou superior a 90%.	20,87
4	2.000,0	UN	SÊMEN DA RAÇA HOLANDESA IMPORTADO COM PROVA ATUALIZADA PELO DAIRY BULLS NÃO ANTERIOR A ABRIL /2018 COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: Tpi igual ou superior a +2200; / PTA Leite igual ou superior a +2000 libras; / PTA Tipo igual ou superior a +1,4; / Composto de Úbere igual ou superior a +1,0; / Composto de Pernas e Pés igual ou superior a +1,3; / Vida produtiva igual ou superior a 4; / Facilidade de parto igual ou inferior a 8,0; / Proteína e Gordura % Positivo; / Contagem de Células Somáticas igual ou menor a 3,0; / Confiança de produção igual ou superior a 85%.	20,74

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DA VALIDADE DA ATA

1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.
2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DOS PREÇOS

1. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.
2. Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) adjudicados para empresa detentora da presente Ata ao final do pregão, o(s) qual (is) também a integram.
3. A mera majoração de preços pelo fornecedor da detentora da Ata não constitui motivo para que esta pleiteie junto a Administração pedido de revisão de preço ou reequilíbrio econômico.



**CLÁUSULA QUARTA DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS**

1. Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade de 12 (doze) meses.

**CLÁUSULA QUINTA DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO**

1. A DETENTORA deverá entregar os materiais solicitados no local previsto na ordem de compra.
2. O prazo para entrega dos materiais é de até 03(três) dias úteis após a solicitação emitida através da ordem de compra.
3. Os materiais deverão ser entregues no local indicado pela Administração, correndo por conta da DETENTORA todas as despesas que direta ou indiretamente incidirem na realização sobre o objeto.
4. Se algum material não corresponder ao que foi licitado, será concedido o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a realização da troca, sob pena de aplicação de sanções legais e editalícias.

**CLÁUSULA SEXTA DO PAGAMENTO**

1. Após o recebimento do serviço, acompanhado da respectiva nota fiscal, conferida e assinada pelo fiscal de contrato, o pagamento será efetuado conforme a ordem cronológica de pagamentos e disponibilidade de recursos da Prefeitura de Romelândia.
2. Caso o material não corresponda ao que foi licitado, o pagamento só será liberado após a sua substituição, sem prejuízo das penalidades legais e do edital.
3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.
4. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária, exclusivamente em nome da empresa fornecedora.

**CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES**

1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato.
2. A penalidade de multa, prevista no item acima poderá ser aplicada cumulativamente com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.
3. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a DETENTORA ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:
4. Pelo atraso injustificado na execução do objeto, sujeita-se a DETENTORA à penalidade de multa de 0,033% sobre o valor total da obrigação não cumprida por dia de atraso, limitada ao total de 20%.
5. Pela inexecução total ou parcial do objeto, poderá ser aplicado à DETENTORA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do da Ata de Registro de Preços.
6. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.
7. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens acima será o valor inicial da Ata de Registro de Preços.
8. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a DETENTORA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração.
9. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a DETENTORA que não cumprir as cláusulas desta Ata de Registro de Preços sujeita ainda à:
10. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até dois anos.
11. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a DETENTORA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada.
12. Estará sujeita às penalidades a DETENTORA que deixar de atender às condições e prazos de fornecimento estabelecidos neste edital e no contrato.
13. Ficarão suspensos os pagamentos da DETENTORA que não cumprir no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a troca do material rejeitado, até que se finalize o processo administrativo que deverá ser iniciado pelo fiscal de contrato ao final do prazo dado para a troca.

**CLÁUSULA OITAVA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

1. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:
  - 1.1. Automaticamente:
    - 1.1.1. por decurso de prazo de vigência;
    - 1.1.2. quando não restarem fornecedores registrados;
    - 1.1.3. quando caracterizado o interesse público.
  - 1.2. O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:
    - 1.2.1. A pedido, quando:
      - 1.2.2. comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
      - 1.2.3. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.
    - 1.2.4. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.
  - 1.3. Por iniciativa da Administração Municipal, quando:
    - 1.3.1. o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no Edital;
    - 1.3.2. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
    - 1.3.3. o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
    - 1.3.4. o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
    - 1.3.5. caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos



pedidos dela decorrentes;

- 1.3.6. não atender solicitação do fiscal de contrato ou deixar de entregar documentos, comprovantes ou certificados exigidos;
- 1.3.7. substituir seus colaboradores (profissionais envolvidos na relação contratual) e não apresentar ao fiscal de contrato a documentação exigida quanto a qualificação técnica dos substitutos, que deverá ser igual ou superior aos substituídos;
- 1.3.8. não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.
- 1.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

#### CLÁUSULA NONA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº Pregão e a proposta da empresa DETENTORA.
2. Fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta /SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata. 3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, Lei Municipal nº 2.312, e demais normas aplicáveis.

Romelândia – SC, 05/10/18.

VALDIR BUGS		VANELLI AGROPECUARIA LTDA
CPF: 304.788.399-87		CONTRATADO
CONTRATANTE		
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 111/2018

Publicação Nº 1769478

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 111/2018

Processo Licitatório Nº. 998/2018

Modalidade: Pregão – Registro de Preço Nº. 31/2018

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 05/10/18

O Município de Romelândia – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 31/2018, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

VENCEDOR: GENUTRI COMERCIO DE SEMEM LTDA

CNPJ: 19.322.781/0001-69, FONE:

ENDEREÇO: RUA ODILO ANTONIO LINK, 831, CENTRO, 89930-000, SÃO JOSE DO CEDRO, SC, doravante denominados MUNICÍPIO e DETENTORA, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 998/2018 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 31/2018, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO, LUVAS, BAINHAS e NITROGENIO LIQUIDO PARA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA DE MELHORAMENTO GENÉTICO DO REBANHO BOVINO NO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA-SC PARA UM PERÍODO DE 12 MESES, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
6	2.000,0	UN	SÊMEN DA RAÇA NELORE MOCHO PROVADO na PMGZ/ABCZ 2017 com as seguintes características: PM-EM igual ou maior de +0,65; / PD-ED igual ou maior de +4,40; / TMD igual ou maior de + 2,90; / PS-ED igual ou maior de + 10,70; / GPD igual ou maior de + 27,00;	14,99

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DA VALIDADE DA ATA

1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.
2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DOS PREÇOS

1. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.
2. Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) adjudicados para empresa detentora da presente Ata ao final do pregão, o(s) qual (is) também a integram.
3. A mera majoração de preços pelo fornecedor da detentora da Ata não constitui motivo para que esta pleiteie junto a Administração pedido de revisão de preço ou reequilíbrio econômico.

#### CLÁUSULA QUARTA DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

1. Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade de 12 (doze) meses.

#### CLÁUSULA QUINTA DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

1. A DETENTORA deverá entregar os materiais solicitados no local previsto na ordem de compra.
2. O prazo para entrega dos materiais é de até 03(três) dias úteis após a solicitação emitida através da ordem de compra.
3. Os materiais deverão ser entregues no local indicado pela Administração, correndo por conta da DETENTORA todas as despesas que direta ou indiretamente incidirem na realização sobre o objeto.
4. Se algum material não corresponder ao que foi licitado, será concedido o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a realização da troca, sob pena de aplicação de sanções legais e editalícias.

#### CLÁUSULA SEXTA DO PAGAMENTO

1. Após o recebimento do serviço, acompanhado da respectiva nota fiscal, conferida e assinada pelo fiscal de contrato, o pagamento será efetuado conforme a ordem cronológica de pagamentos e disponibilidade de recursos da Prefeitura de Romelândia.
2. Caso o material não corresponda ao que foi licitado, o pagamento só será liberado após a sua substituição, sem prejuízo das penalidades legais e do edital.
3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.
4. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária, exclusivamente em nome da empresa fornecedora.

#### CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES

1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato.
2. A penalidade de multa, prevista no item acima poderá ser aplicada cumulativamente com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.
3. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a DETENTORA ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:
4. Pelo atraso injustificado na execução do objeto, sujeita-se a DETENTORA à penalidade de multa de 0,033% sobre o valor total da obrigação não cumprida por dia de atraso, limitada ao total de 20%.
5. Pela inexecução total ou parcial do objeto, poderá ser aplicado à DETENTORA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do da Ata de Registro de Preços.
6. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.
7. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens acima será o valor inicial da Ata de Registro de Preços.
8. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a DETENTORA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração.
9. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a DETENTORA que não cumprir as cláusulas desta Ata de Registro de Preços sujeita ainda à:
10. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até dois anos.
11. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a DETENTORA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada.
12. Estará sujeita às penalidades a DETENTORA que deixar de atender às condições e prazos de fornecimento estabelecidos neste edital e no contrato.
13. Ficarão suspensos os pagamentos da DETENTORA que não cumprir no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a troca do material rejeitado, até que se finalize o processo administrativo que deverá ser iniciado pelo fiscal de contrato ao final do prazo dado para a troca.

#### CLÁUSULA OITAVA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:
  - 1.1. Automaticamente:
    - 1.1.1. por decurso de prazo de vigência;
    - 1.1.2. quando não restarem fornecedores registrados;
    - 1.1.3. quando caracterizado o interesse público.
  - 1.2. O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:
    - 1.2.1. A pedido, quando:
      - 1.2.2. comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
      - 1.2.3. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.
      - 1.2.4. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

1.3. Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

1.3.1. o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no Edital;

1.3.2. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

1.3.3. o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

1.3.4. o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

1.3.5. caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

1.3.6. não atender solicitação do fiscal de contrato ou deixar de entregar documentos, comprovantes ou certificados exigidos;

1.3.7. substituir seus colaboradores (profissionais envolvidos na relação contratual) e não apresentar ao fiscal de contrato a documentação exigida quanto a qualificação técnica dos substitutos, que deverá ser igual ou superior aos substituídos;

1.3.8. não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

1.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

#### CLÁUSULA NONA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº Pregão e a proposta da empresa DETENTORA.

2. Fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta /SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata. 3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, Lei Municipal nº 2.312, e demais normas aplicáveis.

Romelândia – SC, 05/10/18.

VALDIR BUGS		GENUTRI COMERCIO DE SEMEM LTDA
CPF: 304.788.399-87		CONTRATADO
CONTRATANTE		
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 112/2018

Publicação Nº 1769481

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 112/2018

Processo Licitatório Nº. 998/2018

Modalidade: Pregão – Registro de Preço Nº. 31/2018

Validade da ata de R.P.: 12(dozes) meses contados a partir do dia 05/10/18

O Município de Romelândia – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 31/2018, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

VENCEDOR: FABIO JOSE RECKZIEGEL

CNPJ: 10.369.055/0001-27, FONE:

ENDEREÇO: AV BRASILIA, 2060, CENTRO, 89870-000, PINHALZINHO, SC, doravante denominados MUNICÍPIO e DETENTORA, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 998/2018 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 31/2018, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO, LUVAS, BAINHAS e NITROGENIO LIQUIDO PARA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA DE MELHORAMENTO GENÉTICO DO REBANHO BOVINO NO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA-SC PARA UM PERÍODO DE 12 MESES, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
3	2.000,0	UN	SÊMEN DA RAÇA HOLANDESA IMPORTADO COM PROVA ATUALIZADA PELO DAIRY BULLS NÃO ANTERIOR A ABRIL /2018 COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MINIMAS: Tpi igual ou superior a +2250; / PTA Leite igual ou superior a +900 libras; / PTA Tipo igual ou superior a +1,5; / Composto de Úbere igual ou superior a +2,0; / Composto de Pernas e Pés igual ou superior a +1,2; / Vida produtiva igual ou superior a +2,0; / Facilidade de parto igual ou inferior a 8,0; / Proteína e Gordura % Positivo; / Contagem de Células Somáticas igual ou menor a 3,0; / Confiança de produção igual ou superior a 90%.	17,99
5	1.000,0	UN	SÊMEN DA RAÇA RED ANGUS Provado em Associação Americana ou Canadense de Angus: Marmoreio igual ou superior a 0,40; / Peso Desmama igual ou superior a 50 lbs; / Peso ao ano igual ou superior a 90 lbs.	16,45

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DA VALIDADE DA ATA

1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.
2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DOS PREÇOS

1. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.
2. Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) adjudicados para empresa detentora da presente Ata ao final do pregão, o(s) qual (is) também a integram.
3. A mera majoração de preços pelo fornecedor da detentora da Ata não constitui motivo para que esta pleiteie junto a Administração pedido de revisão de preço ou reequilíbrio econômico.

#### CLÁUSULA QUARTA DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

1. Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade de 12 (doze) meses.

#### CLÁUSULA QUINTA DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

1. A DETENTORA deverá entregar os materiais solicitados no local previsto na ordem de compra.
2. O prazo para entrega dos materiais é de até 03(três) dias úteis após a solicitação emitida através da ordem de compra.
3. Os materiais deverão ser entregues no local indicado pela Administração, correndo por conta da DETENTORA todas as despesas que direta ou indiretamente incidirem na realização sobre o objeto.
4. Se algum material não corresponder ao que foi licitado, será concedido o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a realização da troca, sob pena de aplicação de sanções legais e editalícias.

#### CLÁUSULA SEXTA DO PAGAMENTO

1. Após o recebimento do serviço, acompanhado da respectiva nota fiscal, conferida e assinada pelo fiscal de contrato, o pagamento será efetuado conforme a ordem cronológica de pagamentos e disponibilidade de recursos da Prefeitura de Romelândia.
2. Caso o material não corresponda ao que foi licitado, o pagamento só será liberado após a sua substituição, sem prejuízo das penalidades legais e do edital.
3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.
4. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária, exclusivamente em nome da empresa fornecedora.

#### CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES

1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato.
2. A penalidade de multa, prevista no item acima poderá ser aplicada cumulativamente com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.
3. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a DETENTORA ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:
4. Pelo atraso injustificado na execução do objeto, sujeita-se a DETENTORA à penalidade de multa de 0,033% sobre o valor total da obrigação não cumprida por dia de atraso, limitada ao total de 20%.
5. Pela inexecução total ou parcial do objeto, poderá ser aplicado à DETENTORA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do da Ata de Registro de Preços.
6. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.
7. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens acima será o valor inicial da Ata de Registro de Preços.
8. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a DETENTORA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração.
9. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a DETENTORA que não cumprir as cláusulas desta Ata de Registro de Preços sujeita ainda à:
10. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até dois anos.
11. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a DETENTORA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada.
12. Estará sujeita às penalidades a DETENTORA que deixar de atender às condições e prazos de fornecimento estabelecidos neste edital e no contrato.
13. Ficarão suspensos os pagamentos da DETENTORA que não cumprir no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a troca do material rejeitado, até que se finalize o processo administrativo que deverá ser iniciado pelo fiscal de contrato ao final do prazo dado para a troca.

#### CLÁUSULA OITAVA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:



## 1.1. Automaticamente:

1.1.1. por decurso de prazo de vigência;

1.1.2. quando não restarem fornecedores registrados;

1.1.3. quando caracterizado o interesse público.

1.2. O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

1.2.1. A pedido, quando:

1.2.2. comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

1.2.3. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

1.2.4. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

1.3. Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

1.3.1. o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no Edital;

1.3.2. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

1.3.3. o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

1.3.4. o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

1.3.5. caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

1.3.6. não atender solicitação do fiscal de contrato ou deixar de entregar documentos, comprovantes ou certificados exigidos;

1.3.7. substituir seus colaboradores (profissionais envolvidos na relação contratual) e não apresentar ao fiscal de contrato a documentação exigida quanto a qualificação técnica dos substitutos, que deverá ser igual ou superior aos substituídos;

1.3.8. não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

1.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

## CLÁUSULA NONA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº Pregão e a proposta da empresa DETENTORA.

2. Fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta /SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata. 3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, Lei Municipal nº 2.312, e demais normas aplicáveis.

Romelândia – SC, 05/10/18.

VALDIR BUGS		FABIO JOSE RECKZIEGEL
CPF: 304.788.399-87		CONTRATADO
CONTRATANTE		
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 113/2018

Publicação Nº 1769498

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 113/2018

Processo Licitatório Nº. 998/2018

Modalidade: Pregão – Registro de Preço Nº. 31/2018

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 05/10/18

O Município de Romelândia – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 31/2018, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

VENCEDOR: ALAN FERNANDO BELOTTO

CNPJ: 28.093.655/0001-70, FONE:

ENDEREÇO: TV PALMA ZUANAZZI, 34, , 89665-000, CAPINZAL., SC, doravante denominados MUNICÍPIO e DETENTORA, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 998/2018 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 31/2018, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO, LUVAS, BAINHAS e NITROGENIO LIQUIDO PARA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA DE MELHORAMENTO GENÉTICO DO REBANHO BOVINO NO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA-SC PARA UM PERÍODO DE 12 MESES, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
1	2.000,0	UN	SÊMEN DA RAÇA JERSEY IMPORTADO COM PROVA ATUALIZADA PELO DAIRY BULLS NÃO ANTERIOR A ABRIL /2018 COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MINIMAS: JPI igual ou superior a 130; / PTA Leite igual ou superior a 940 libras; JUI igual ou superior a 12,0/ PTA Tipo igual ou superior a 1,0; / PTA gordura e proteína positivo; / Contagem de Células Somáticas igual ou inferior a 3,0; / Vida produtiva igual ou superior 1.4; / Estatura Positiva; / Característica leiteira positiva; / Composto de úbere positivo; / Confiança de produção igual ou superior a 75%.	13,50
7	1.000,0	UN	SÊMEN DA RAÇA CHAROLÊS com Prova Atualizada não inferior a 2017: AOL: Positivo; / Marmoreio: Positivo; / Prenhes Novilhas: Positivo; / Gordura: Positivo; / DEP Nascimento: Positivo.	10,00
8	600,0	PAC	BAINHA TIPO FRANCESA PARA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL DE SÊMEN EM BOVINOS, PACOTE 50 UNIDADES	14,95
9	1.000,0	UN	Luvas Descartáveis Especiais 80 cm com 25 unidades, com 5 dedos, cano longo para inseminação artificial em bovinos	7,95

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DA VALIDADE DA ATA

1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.
2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DOS PREÇOS

1. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.
2. Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) adjudicados para empresa detentora da presente Ata ao final do pregão, o(s) qual (is) também a integram.
3. A mera majoração de preços pelo fornecedor da detentora da Ata não constitui motivo para que esta pleiteie junto a Administração pedido de revisão de preço ou reequilíbrio econômico.

#### CLÁUSULA QUARTA DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

1. Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade de 12 (doze) meses.

#### CLÁUSULA QUINTA DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

1. A DETENTORA deverá entregar os materiais solicitados no local previsto na ordem de compra.
2. O prazo para entrega dos materiais é de até 03(três) dias úteis após a solicitação emitida através da ordem de compra.
3. Os materiais deverão ser entregues no local indicado pela Administração, correndo por conta da DETENTORA todas as despesas que direta ou indiretamente incidirem na realização sobre o objeto.
4. Se algum material não corresponder ao que foi licitado, será concedido o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a realização da troca, sob pena de aplicação de sanções legais e editalícias.

#### CLÁUSULA SEXTA DO PAGAMENTO

1. Após o recebimento do serviço, acompanhado da respectiva nota fiscal, conferida e assinada pelo fiscal de contrato, o pagamento será efetuado conforme a ordem cronológica de pagamentos e disponibilidade de recursos da Prefeitura de Romelândia.
2. Caso o material não corresponda ao que foi licitado, o pagamento só será liberado após a sua substituição, sem prejuízo das penalidades legais e do edital.
3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.
4. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária, exclusivamente em nome da empresa fornecedora.

#### CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES

1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato.
2. A penalidade de multa, prevista no item acima poderá ser aplicada cumulativamente com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.
3. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a DETENTORA ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:
4. Pelo atraso injustificado na execução do objeto, sujeita-se a DETENTORA à penalidade de multa de 0,033% sobre o valor total da obrigação não cumprida por dia de atraso, limitada ao total de 20%.
5. Pela inexecução total ou parcial do objeto, poderá ser aplicado à DETENTORA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do da Ata de Registro de Preços.

6. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.
7. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens acima será o valor inicial da Ata de Registro de Preços.
8. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a DETENTORA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração.
9. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a DETENTORA que não cumprir as cláusulas desta Ata de Registro de Preços sujeita ainda à:
10. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até dois anos.
11. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a DETENTORA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada.
12. Estará sujeita às penalidades a DETENTORA que deixar de atender às condições e prazos de fornecimento estabelecidos neste edital e no contrato.
13. Ficarão suspensos os pagamentos da DETENTORA que não cumprir no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a troca do material rejeitado, até que se finalize o processo administrativo que deverá ser iniciado pelo fiscal de contrato ao final do prazo dado para a troca.

#### CLÁUSULA OITAVA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

1.1. Automaticamente:

- 1.1.1. por decurso de prazo de vigência;
- 1.1.2. quando não restarem fornecedores registrados;
- 1.1.3. quando caracterizado o interesse público.

- 1.2. O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

1.2.1. A pedido, quando:

- 1.2.2. comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- 1.2.3. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.
- 1.2.4. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

1.3. Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

- 1.3.1. o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no Edital;
- 1.3.2. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- 1.3.3. o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- 1.3.4. o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- 1.3.5. caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;
- 1.3.6. não atender solicitação do fiscal de contrato ou deixar de entregar documentos, comprovantes ou certificados exigidos;
- 1.3.7. substituir seus colaboradores (profissionais envolvidos na relação contratual) e não apresentar ao fiscal de contrato a documentação exigida quanto a qualificação técnica dos substitutos, que deverá ser igual ou superior aos substituídos;
- 1.3.8. não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

- 1.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

#### CLÁUSULA NONA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº Pregão e a proposta da empresa DETENTORA.

2. Fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta /SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata. 3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, Lei Municipal nº 2.312, e demais normas aplicáveis.

Romelândia – SC, 05/10/18.

VALDIR BUGS		ALAN FERNANDO BELOTTO
CPF: 304.788.399-87		CONTRATADO
CONTRATANTE		
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 114/2018

Publicação Nº 1769499

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 114/2018

Processo Licitatório Nº. 998/2018

Modalidade: Pregão – Registro de Preço Nº. 31/2018

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 05/10/18



O Município de Romelândia – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 31/2018, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

VENCEDOR: NITROTEC – COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA-ME

CNPJ: 09.492.811/0001-21, FONE: 45 3222-6100

ENDEREÇO: RUA PIO XII, 1847, CENTRO, 15190-000, CASCAVEL, PR, doravante denominados MUNICÍPIO e DETENTORA, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 998/2018 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 31/2018, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO, LUVAS, BAINHAS e NITROGENIO LIQUIDO PARA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA DE MELHORAMENTO GENÉTICO DO REBANHO BOVINO NO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA-SC PARA UM PERÍODO DE 12 MESES, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
1	4.000,0	L	NITROGÊNIO LÍQUIDO PARA ABASTECIMENTO DE BOTIJÕES DE ARMAZENAMENTO DE SÊMEN	1,24

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DA VALIDADE DA ATA

1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.
2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DOS PREÇOS

1. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.
2. Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) adjudicados para empresa detentora da presente Ata ao final do pregão, o(s) qual (is) também a integram.
3. A mera majoração de preços pelo fornecedor da detentora da Ata não constitui motivo para que esta pleiteie junto a Administração pedido de revisão de preço ou reequilíbrio econômico.

#### CLÁUSULA QUARTA DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

1. Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade de 12 (doze) meses.

#### CLÁUSULA QUINTA DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

1. A DETENTORA deverá entregar os materiais solicitados no local previsto na ordem de compra.
2. O prazo para entrega dos materiais é de até 03(três) dias úteis após a solicitação emitida através da ordem de compra.
3. Os materiais deverão ser entregues no local indicado pela Administração, correndo por conta da DETENTORA todas as despesas que direta ou indiretamente incidirem na realização sobre o objeto.
4. Se algum material não corresponder ao que foi licitado, será concedido o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a realização da troca, sob pena de aplicação de sanções legais e editalícias.

#### CLÁUSULA SEXTA DO PAGAMENTO

1. Após o recebimento do serviço, acompanhado da respectiva nota fiscal, conferida e assinada pelo fiscal de contrato, o pagamento será efetuado conforme a ordem cronológica de pagamentos e disponibilidade de recursos da Prefeitura de Romelândia.
2. Caso o material não corresponda ao que foi licitado, o pagamento só será liberado após a sua substituição, sem prejuízo das penalidades legais e do edital.
3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.
4. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária, exclusivamente em nome da empresa fornecedora.

#### CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES

1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato.
2. A penalidade de multa, prevista no item acima poderá ser aplicada cumulativamente com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.
3. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a DETENTORA ficará sujeita às seguintes penalidades,

assegurada a prévia defesa:

4. Pelo atraso injustificado na execução do objeto, sujeita-se a DETENTORA à penalidade de multa de 0,033% sobre o valor total da obrigação não cumprida por dia de atraso, limitada ao total de 20%.
5. Pela inexecução total ou parcial do objeto, poderá ser aplicado à DETENTORA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do da Ata de Registro de Preços.
6. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.
7. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens acima será o valor inicial da Ata de Registro de Preços.
8. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a DETENTORA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração.
9. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a DETENTORA que não cumprir as cláusulas desta Ata de Registro de Preços sujeita ainda à:
10. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até dois anos.
11. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a DETENTORA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada.
12. Estará sujeita às penalidades a DETENTORA que deixar de atender às condições e prazos de fornecimento estabelecidos neste edital e no contrato.
13. Ficarão suspensos os pagamentos da DETENTORA que não cumprir no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a troca do material rejeitado, até que se finalize o processo administrativo que deverá ser iniciado pelo fiscal de contrato ao final do prazo dado para a troca.

#### CLÁUSULA OITAVA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

1.1. Automaticamente:

1.1.1. por decurso de prazo de vigência;

1.1.2. quando não restarem fornecedores registrados;

1.1.3. quando caracterizado o interesse público.

1.2. O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

1.2.1. A pedido, quando:

1.2.2. comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

1.2.3. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

1.2.4. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

1.3. Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

1.3.1. o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no Edital;

1.3.2. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

1.3.3. o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

1.3.4. o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

1.3.5. caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

1.3.6. não atender solicitação do fiscal de contrato ou deixar de entregar documentos, comprovantes ou certificados exigidos;

1.3.7. substituir seus colaboradores (profissionais envolvidos na relação contratual) e não apresentar ao fiscal de contrato a documentação exigida quanto a qualificação técnica dos substitutos, que deverá ser igual ou superior aos substituídos;

1.3.8. não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

1.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

#### CLÁUSULA NONA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº Pregão e a proposta da empresa DETENTORA.

2. Fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta /SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata. 3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, Lei Municipal nº 2.312, e demais normas aplicáveis.

Romelândia – SC, 05/10/18.

VALDIR BUGS		NITROTEC COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA - ME
CPF: 304.788.399-87		CONTRATADO
CONTRATANTE		
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

**EDITAL DE CONCORRÊNCIA 02/2018**

Publicação Nº 1770104

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE ROMELÂNDIA  
PROCESSO LICITATÓRIO 1576/2018  
EDITAL DE CONCORRÊNCIA 02/2018

O Município de Romelândia (SC) realizará licitação na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, destinada ao recebimento de propostas, tipo MAIOR PONTUAÇÃO, regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações legais, para Concessão de Direito Real de Uso de Bem Público (PAVILHÃO INDUSTRIAL). Tudo em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Informações e edital pelo Fone (49) 3624-1002. Os documentos e propostas deverão ser entregues até as 14h00min horas do dia 30/11/2018. Romelândia (SC), 09/10/2018  
VALDIR BUGS - PREFEITO.

**PORTARIA 9046/2018**

Publicação Nº 1769905

PORTARIA Nº 9046 /2018  
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder FÉRIAS ao Servidor Público Municipal, Sr. MILTON GRADE cargo de carreira AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 06 de agosto de 2017 à 05 de agosto de 2018.

Art. 2º - O período de concessão será de 01 de outubro de 2018 a 30 de outubro de 2018.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de outubro de 2018.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 09 de outubro de 2018.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

# Santa Rosa do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 081/2018 PR

Publicação Nº 1770297

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

#### PROCESSO DE LICITAÇÃO 081/2018- PR 081/2018

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para a contratação de empresas para fornecimento de 01 (uma) retroescavadeira nova, tração 4x4, potência mínima 92HP, caixa de câmbio com no mínimo 4 marchas a frente e 4 a ré, a diesel, e 01(um) caminhão novo equipado com caçamba capacidade mínima de 12m<sup>3</sup>, potência mínima de 277CV, tração 6x4, a diesel, com no mínimo 12 marchas a frente e 1 a ré. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 13h15min do dia 23 de Outubro de 2018, com início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 13h30min do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, ou pelo fone: (0xx48)3534-1113.

E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

Santa Rosa do Sul, 09 de Outubro de 2018.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### ERRATA PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 66/2018

Publicação Nº 1769733

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 66/2018.

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Avenida Tancredo Neves n. 337, Centro, sob o CNPJ n. 01.612.847/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito Sr. DERLI FURTADO, brasileiro, casado, portador do CPF n. 219.982.219-20, RG n. 311.170, residente e domiciliado na Av. Tancredo Neves n. 511, Centro, Santa Terezinha do Progresso – SC, resolve apostilar a Ata de Registro de Preços nº. 66/2018, relativa ao Processo Licitatório nº. 86/2018, PP 65/2018, celebrado entre o Município e a empresa Abastecedora Santa Terezinha.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM E CONserto DE PNEU DE VEÍCULOS DE PASSEIO, BEM COMO AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Conforme notas fiscais de aquisição de combustível tipo gasolina comum (em anexo) apresentadas pela empresa Abastecedora Santa Terezinha se comprova que houve um aumento de 1,38%.

Cláusula Primeira: A revisão dos valores passa a ser a seguinte:

Os valores praticados eram os seguintes:

GASOLINA COMUM: R\$ 4,59 (quatro reais e cinquenta e nove centavos).

E passam a vigorar como segue abaixo:

GASOLINA COMUM: R\$ 4,65 (quatro reais e sessenta e cinco centavos).

Cláusula Segunda: As despesas decorrentes do presente instrumento correrão por conta da orçamento vigente.

Cláusula Terceira: Ficam mantidas as demais cláusulas e condições constantes na Ata original, não expressamente alteradas por este termo.

Santa Terezinha do Progresso – SC, 09 de outubro de 2018.

DERLI FURTADO Rozeli Vater Guehlen

Prefeito Municipal Abastecedora Santa Terezinha

CONTRATANTE CONTRATADA

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇO 70/2018 PL 89/2018 PP 67/2018

Publicação Nº 1770501

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 89/2018 PP 67/2018.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 70/2018

Ata de registro de preços 70/2018, de 24 de setembro de 2018.

Estado de Santa Catarina

Município de Santa Terezinha do Progresso – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL GRAFICO COM FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE FAIXAS PARA FACHADAS PARA ATENDER DEMANDA DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC.

Município de Santa Terezinha do Progresso – SC

Detentora: Jonisan Industria e Comercio de Metais LTDA.

Valor: R\$: 6.435,00 (seis mil, quatrocentos e trinta e cinco reais).

Amparo legal: A presente ata de registro de preços, é originária do processo licitatório nº.89/2018, PP 67/2018, do Município de Santa Terezinha do Progresso – SC, que foi realizado com base na Lei Federal 10.520/2002, e demais normas pertinentes e por este edital.

Santa Terezinha do Progresso – SC, 24 de setembro de 2018.

DERLI FURTADO

PREFEITO MUNICIPAL

# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### AVISO PREGÃO 68-2018 AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DECORAÇÃO NATALINA

Publicação Nº 1770123

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº.91/2018.
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº.68/2018.
Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, serviço e projeto para instalação de decoração natalina em espaços públicos do município de Santiago do Sul.
Entrega dos Envelopes: 13:30 horas do dia 23 de outubro de 2018.
Abertura dos Envelopes 13:30 horas do dia 23 de outubro de 2018.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site <a href="http://www.santiagodosul.sc.gov.br">www.santiagodosul.sc.gov.br</a> .
SANTIAGO DO SUL, 09 de Outubro de 2018.
JULCIMAR LORENZETTI
PREFEITO MUNICIPAL

### AVISO PREGÃO 69-2018 AQUISIÇÃO DE CORTINA

Publicação Nº 1769476

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº.92/2018.
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº.69/2018.
Objeto: Aquisição de cortina corta luz PVC Estampado para salas de aula da Escola Municipal Cantinho da Alegria.
Entrega dos Envelopes: 10:30 horas do dia 25 de outubro de 2018.
Abertura dos Envelopes: 10:30 horas do dia 25 de outubro de 2018.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site <a href="http://www.santiagodosul.sc.gov.br">www.santiagodosul.sc.gov.br</a> .
SANTIAGO DO SUL, 09 de Outubro de 2018.
JULCIMAR LORENZETTI
PREFEITO MUNICIPAL

### AVISO PREGÃO FMS 29-2018 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ACADEMIA

Publicação Nº 1770092

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 39/2018.
Edital: PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº.29/2018.
Objeto: Aquisição de equipamentos e materiais destinados a Sala de Fisioterapia e Academia da Saúde.
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 26 de outubro de 2018.
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 26 de outubro de 2018.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site <a href="http://www.santiagodosul.sc.gov.br">www.santiagodosul.sc.gov.br</a> .
SANTIAGO DO SUL, 09 de Outubro de 2018.
LILIAN BLANGER
GESTORA DO FMS

# São Bento do Sul

## SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 97/2018

Publicação Nº 1769861

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 67/2018

Contrato nº: 97/2018

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: BRASIL SUL SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA

VIGÊNCIA: Início: 01/10/2018 - Término: 01/10/2019

OBJETO: Prestação dos serviços de vigilância eletrônica, monitoramento e atendimento com viaturas e vigilantes especializados pela Contratada, nos imóveis do Contratante abaixo discriminados:

- a) ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO – ETE BRASILIA, localizada na Rua João Wenceslau Pscheidt s/n, bairro Brasília;
- b) ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO – ETE SERRA ALTA, localizada na Rua Elvira Liebl s/n, bairro Serra Alta;
- c) ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO – ETE CRUZEIRO, localizada na Estrada Cruzeiro, s/n, bairro Cruzeiro;
- d) CAPTAÇÃO DE ÁGUA BRUTA RIO VERMELHO, localizada na Estrada Carlos Muhlmann s/n, bairro Rio Vermelho.

VALOR: Pelos serviços referentes ao objeto do contrato, correspondentes a 04 (quatro) imóveis, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor mensal de R\$ 360,00 (Trezentos e sessenta reais), sendo R\$ 90,00 (Noventa reais) mensais para cada imóvel.

RECURSOS: (599) 3.3.90.39.00.00.00.00 – Setor de Abastecimento de Água – Exercício Vigente

(600) 3.3.90.39.00.00.00.00 – Setor de Esgotamento Sanitário – Exercício Vigente

São Bento do Sul, 09 de outubro de 2018.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 98/2018

Publicação Nº 1769862

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 56/2018

Contrato nº: 98/2018 – 1º Aditivo

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: IMPACTO ENGENHARIA LTDA

VIGÊNCIA: Início: 03/10/2018 - Término: 03/11/2018

OBJETO: § 1º - O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa de engenharia com objetivo de executar base de concreto armado para receber filtro metálico de tratamento de água, na ETA - Estação de Tratamento de Água do SAMAE, conforme especificações e quantitativo descritos no edital.

Sub-cláusula Única: A CONTRATADA declara ter conhecimento detalhado dos serviços atinentes ao objeto do presente Contrato, possuir condições de executá-lo dentro das normas, com qualidade e segurança, ficando vinculada às exigências constantes no Edital da Licitação nº 56/2018 e à sua proposta no processo licitatório.

DO ADITIVO: Referente ao aumento da quantidade do material referente ao item 3.0 da planilha de valor global da construção da base em concreto, subitens 3.07 (Armadura aço CA 60 – dobrado e cortado = 464,70 kg) e 3.08 (Armadura aço CA 50 – dobrado e cortado = 125,92 kg).

DA VIGÊNCIA: Através do presente fica prorrogada a vigência do contrato ora aditado pelo prazo 30(trinta)dias, contados a partir do dia 03 de outubro de 2018, data de assinatura da avença.

DO PREÇO: Fica aditivado o presente em 11,62% , acrescentando-se R\$ 5.052,95 (Cinco mil cinquenta e dois reais e noventa e cinco centavos) ao valor inicial do contrato de R\$ 43.500,00 (Quarenta e três mil e quinhentos reais), passando então para o valor total de R\$ 48.552,95 (Quarenta e oito mil quinhentos e cinquenta e dois reais e noventa e cinco centavos).

RECURSOS: As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

(661) 23.2.1002.3.4.4.90.51.99 – Setor de Abastecimento de Água – Exercício Vigente.



São Bento do Sul, 09 de outubro de 2018.  
FRIDOLINO VAN DEN BOOM  
Diretor Presidente

## **EXTRATO DE CONTRATO Nº 99/2018**

Publicação Nº 1769864

EXTRATO DE CONTRATO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 64/2018

Contrato nº: 99/2018

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: FREITAG LABORATÓRIOS LTDA

VIGÊNCIA: Início: 03/10/2018 - Término: 03/10/2019

OBJETO: Execução de análises de abastecimento de água, análises de efluentes, análises de emissões atmosféricas e análises de ruído, para atendimento a condicionantes e legislações ambientais da ETA – Estação de Tratamento de Água e ETE's – Estações de Tratamento de Esgotos do SAMAE de São Bento do Sul – SC.

VALOR: O preço total do objeto enunciado, é de R\$ 88.400,00 (Oitenta e oito mil e quatrocentos reais).

RECURSOS: (599) 23.2.2064.3.3.3.90.39.51– Setor de Abastecimento de Água – Exercício Vigente.

(699) 23.3.2065.3.3.3.90.39.51 – Setor de Esgotamento Sanitário – Exercício Vigente.

São Bento do Sul, 09 de outubro de 2018.  
FRIDOLINO VAN DEN BOOM  
Diretor Presidente

# São Carlos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 122/2018 - ADM

Publicação Nº 1770486

Estado de Santa Catarina  
MUNICIPIO DE SÃO CARLOS

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo ADM. nº 122/2018 - ADM  
Concorrência nº 004/2018 - ADM  
Tipo: Maior Pontuação

Objeto: CONCESSÃO DE USO OU DE DIREITO REAL DE USO, COM OPÇÃO DE COMPRA DE BEM PÚBLICO.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Até as 08:00 horas – dia 12 de novembro de 2018.  
Abertura dos Envelopes: 08:30 horas – dia 12 de novembro de 2018.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3325-3096. [www.saocarlos.sc.gov.br](http://www.saocarlos.sc.gov.br)

SAO CARLOS/SC, 09 de outubro de 2018.  
RUDI MIGUEL SANDER  
Prefeito

### AVISO DE LICITAÇÃO 123/2018 - ADM

Publicação Nº 1770369

Estado de Santa Catarina  
MUNICIPIO DE SÃO CARLOS

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo ADM. nº 123/2018 - ADM  
Pregão Presencial nº 093/2018 – ADM  
Tipo: Menor Preço por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA ESCOLAR QUE SERA FORNECIDA AOS ALUNOS DAS ECOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICIPIO DE SÃO CARLOS/SC.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Início às 07h30min até as 08h00min – dia 23 de outubro de 2018.  
Abertura dos Envelopes: 08h15min – dia 23 de outubro de 2018.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3325-3096 e no site [www.saocarlos.sc.gov.br](http://www.saocarlos.sc.gov.br).

SAO CARLOS/SC, 09 de outubro de 2018.  
RUDI MIGUEL SANDER  
PREFEITO

**AVISO DE LICITAÇÃO 124/2018 - ADM**

Publicação Nº 1770371

Estado de Santa Catarina  
MUNICIPIO DE SÃO CARLOS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo ADM. nº 124/2018 - ADM  
Pregão Presencial nº 094/2018 – ADM  
Tipo: Menor Preço por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS E CEIM'S DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO CARLOS/SC.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Início às 09h00min até as 09h30min – dia 23 de outubro de 2018.  
Abertura dos Envelopes: 09h45min – dia 23 de outubro de 2018.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3325-3096 e no site [www.saocarlos.sc.gov.br](http://www.saocarlos.sc.gov.br).

SAO CARLOS/SC, 09 de outubro de 2018.  
RUDI MIGUEL SANDER  
PREFEITO

**DECRETO 095/2018**

Publicação Nº 1770013

DECRETO Nº 095/2018 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.  
AUTORIZA A UTILIZAÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o cargo:

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica autorizada a utilização do veículo COBALT LTZ 1.8, placa: QHI-8043, RENAVAM 1049231993, pelo Secretário Municipal de Juventude, Esportes e Lazer, Sr. Ariel Viane Alves, RG 4589492, CPF 067.661.600-23, para viagem a ser realizada no dia 10/10/2018, com destino à Província de Misiones, Argentina, com retorno previsto para 11/10/2018.

Art. 2º. Os recursos necessários à execução deste Decreto correrão por conta de dotações do orçamento da Secretaria Municipal de Juventude, Esportes e Lazer.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 09 de outubro de 2018.  
RUDI MIGUEL SANDER  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

**DECRETO 096/2018**

Publicação Nº 1769995

DECRETO Nº 096/2018 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

QUE COMPÕE O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no exercício de suas obrigações legais lhe confere o cargo:

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para comporem o Conselho Municipal de Educação – COMED:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação

Titular: Maria Célia Frohlich  
Suplente: Janice Thomae Stoffel

II – Representantes dos Professores da Rede Municipal de Ensino:

Titulares: Marcelí Inês Klein  
Vanei Fioreze Vaggion  
Marli Riffel Ludwig  
Dulci Aparecida Poletto Diel  
Suplentes: Gracieli Rempel  
Cristiane Muller Zart

III – Representantes da Associação de Pais e Professores:

Titulares: Sidirléia Argenta Assmann  
Selaine Schmitz  
Suplentes: Sandra Regina Ulsenheimer  
Lauren Carletti

Art. 2º - O COMED poderá convidar outras instituições de ensino do Município para participar das reuniões, como ouvintes.

Art. 3º - O trabalho prestado por estes cidadãos na condição de conselheiros não gera vínculo empregatício, sendo considerados relevantes ao município.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 09 de outubro de 2018.

RUDI MIGUEL SANDER  
Prefeito MunicipalRegistre-se e  
Publique-se.**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 47-2018 - ADM**

Publicação Nº 1770071

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	
Processo ADM .nº.:	116/2018 RP. 47/2018 - ADM
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratadas.:	QUIMICASOL EIRELI EPP - EPP (10599), JARDEL JACOBS PEREIRA DA SILVA - ME (11720), ELTON LUIZ MADEIRA ME (12089).
Objeto ..... :	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS E MATERIAIS DE PINTURA PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS E DE USO COMUM DO POVO DE TODA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS/SC.
Valor ..... :	R\$ 85.234,00 (oitenta e cinco mil duzentos e trinta e quatro reais)
Vigência ..... :	03/10/2019
Licitação ..... :	PREGÃO PRESENCIAL Nº 087/2018 - ADM
Recursos ..... :	DOTAÇÃO: ORÇAMENTO ANUAL 2018/2019.

SAO CARLOS/SC, 03 DE OUTUBRO DE 2018.

RUDI MIGUEL SANDER  
PREFEITO**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 48-2018 - ADM**

Publicação Nº 1770073

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	
Processo ADM .nº.:	117/2018 RP. 48/2018 - ADM
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratadas..:	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (8426), A.E.M OESTE COMERCIAL EIRELI - ME (11374), KALBRINK - MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS LTD (11987), BARONESA LTDA (12091), S. SCHNEIDER - EPP (12092).
Objeto ..... :	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES JUNTO AS ESCOLAS E CRECHES DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SC.
Valor ..... :	R\$ 59.950,10 (cinquenta e nove mil novecentos e cinquenta reais e dez centavos)
Vigência ..... :	03/10/2019
Licitação ..... :	PREGÃO PRESENCIAL Nº 088/2018 - ADM
Recursos ..... :	DOTAÇÃO: ORCAMENTO ANUAL 2018/2019.
SAO CARLOS/SC, 03 DE OUTUBRO DE 2018.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 49-2018 - ADM**

Publicação Nº 1770075

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	
Processo ADM .nº.:	120/2018 RP. 49/2018 - ADM
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratadas..:	LAVAGEM E BORRACHARIA COLINA LTDA (9942), NELZIRO WATTE 02148320904 (11005), ALEXANDRE SCHLEICHER 08516698912 (11542), CHARLES KITTY HOSS 19260397855 (12093).
Objeto ..... :	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MONTAGEM E CONserto DE PNEUS, LUBRIFICAÇÃO E LAVAGEM DA FROTA MUNICIPAL DE VEÍCULOS LEVES, VANS, ONIBUS, CAMINHÕES, MÁQUINAS PESADAS E EQUIPAMENTOS DO MUNICIPIO DE SÃO CARLOS E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Valor ..... :	R\$ 227.870,00 (duzentos e vinte e sete mil oitocentos e setenta reais)
Vigência ..... :	05/10/2019
Licitação ..... :	PREGÃO PRESENCIAL Nº 091/2018 - ADM
Recursos ..... :	DOTAÇÃO: ORCAMENTO ANUAL 2018/2019.
SAO CARLOS/SC, 05 DE OUTUBRO DE 2018.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

**EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO N. 001/2018 - ADM**

Publicação Nº 1770119

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO	
Termo de Colaboração Nº	001/2018 - ADM
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	ONG DE VOLUNTÁRIOS SÃO FRANCISCO DE ASSIS
Objeto ..... :	CREDENCIAMENTO DE ASSOCIAÇÃO, ONG OU OSCIP, CAPACITADOS E INTERESSADOS EM PRESTAR SERVIÇOS DE RECOLHIMENTO DE CÃES E GATOS ERRANTES EM SITUAÇÃO DE ABANDONO, MAUS TRATOS, SEM PROPRIETÁRIOS E FERIDOS DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SC
Valor ..... :	R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).
Vigência ..... :	04/10/2018
Processo ..... :	Processo Licitatório nº 095/2018 - ADM, Modalidade de Chamamento Público nº 006/2018 - ADM.
Recursos ..... :	DOTAÇÃO: Os recursos financeiros serão por conta da seguinte dotação orçamentária: 2.003.3350.00 - 0 - 19/2018 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO GERAL.
SÃO CARLOS/SC, 05 DE OUTUBRO DE 2018.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

# São Francisco do Sul

## PREFEITURA

### ANEXO - AMBULANTES

Publicação Nº 1770296



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO  
E INTEGRAÇÃO

ANEXO I – EDITAL PMSFS/COMISSÃO TEMPORADA VERÃO - 001/2018

#### DADOS DO REQUERENTE

NOME:

CPF:

ENDEREÇO:

TELEFONES:

#### DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins e efeitos legais, que estou ciente de todas as disposições constantes no Edital PMSFS/Comissão Temporada Verão-001/2018, que disciplina o licenciamento de atividades de comércio ambulante de caráter provisório ou sazonal.

São Francisco do Sul, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO**  
**E INTEGRAÇÃO**

ANEXO II – EDITAL PMSFS/COMISSÃO TEMPORADA DE VERÃO – 001/2018

DOCUMENTO ENTREGUES

DOCUMENTO	SIM	NÃO
Cópia do CPF e RG ou Carteira Nacional de Habilitação – CNH *		
Comprovante de Residência *		
Certidão Negativa de Débitos Municipais – CND *		
Certidão negativa de antecedentes criminais do Fórum da Comarca de São Francisco do Sul		
Cópia do Título Eleitoral de São Francisco do Sul		
Cópia da Carteira de Trabalho e declaração do Imposto de Renda		
Atestado médico de pais que tenham filhos deficientes sob sua guarda		
Cópia de alvarás de anos anteriores		

\*Documentos obrigatórios sob pena de indeferimento da inscrição.

\_\_\_\_\_  
Assinatura



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO**  
**E INTEGRAÇÃO**

**ANEXO III – CALENDÁRIO DE ATIVIDADES - EDITAL Nº 001/2018**

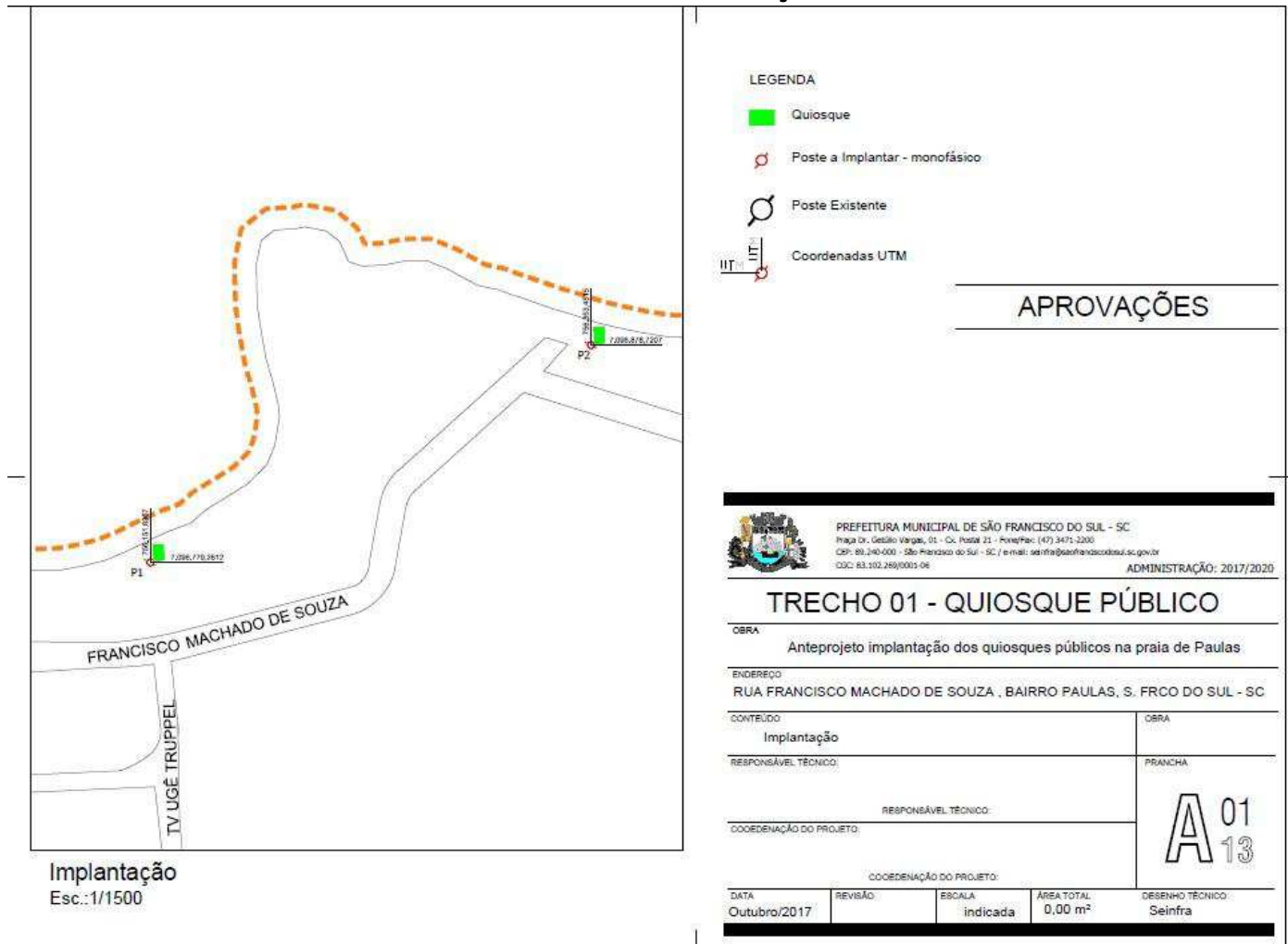
15/10 a 09/11/18	Período de recebimento das inscrições
12/11 a 14/11/17	Seleção de inscritos
19/11/17	Publicação do resultado
19 E 20/11/17	Período para recursos
23/11/17	Resultado dos recursos
26/11/17	Homologação e divulgação do resultado final

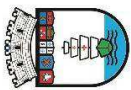


SÃO FRANCISCO DO SUL

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**

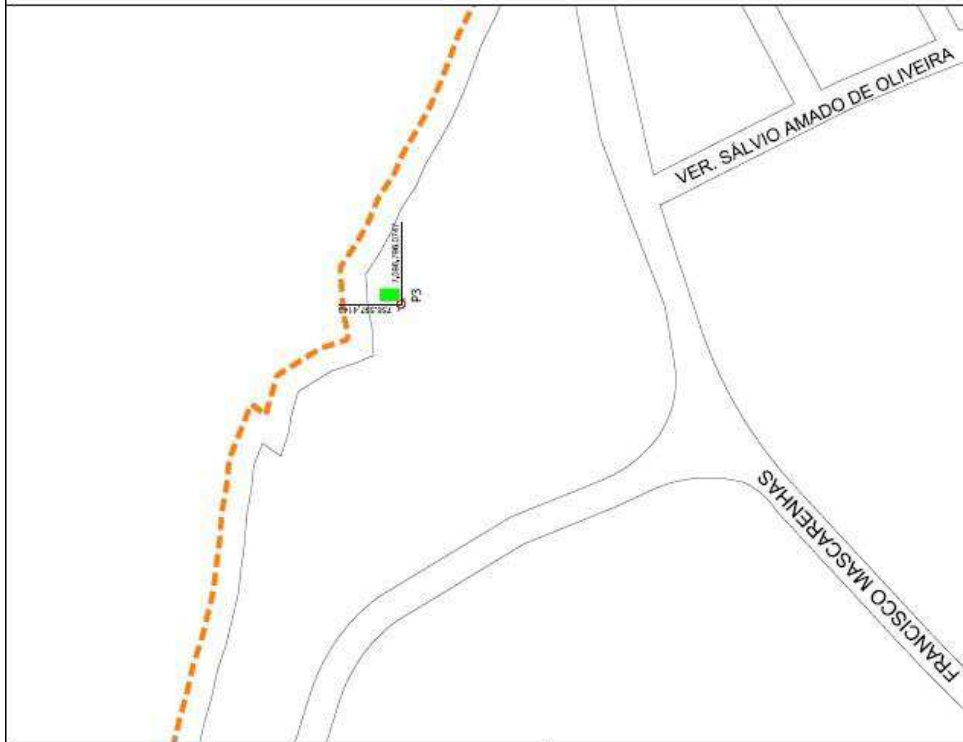
**ANEXO IV - LOCALIZAÇÃO**





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**

SÃO FRANCISCO DO SUL



**LEGENDA**

Quiosque

Poste a Implantar - monofásico

Poste Existente

Coordenadas UTM



**APROVAÇÕES**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC  
 Rua Francisco Machado de Souza, 100 - Bairro Paulas, S. Frco do Sul - SC  
 CEP: 88.340-000 - São Francisco do Sul - SC / e-mail: cartam@pmsf.sc.gov.br  
 COD: 88.102.799/2005-06

ADMINISTRAÇÃO: 2017/2020

**TRECHO 02 - QUIOSQUE PÚBLICO**

OBRA

Anteprojeto implantação dos quiosques públicos na praia de Paulas

ENDEREÇO

RUA FRANCISCO MACHADO DE SOUZA, BAIRRO PAULAS, S. FRCO DO SUL - SC

CONTEÚDO

Implantação

RESPONSÁVEL TÉCNICO

RESPONSÁVEL TÉCNICO

COORDENAÇÃO DO PROJETO

COORDENAÇÃO DO PROJETO

**A<sup>02</sup>**  
**13**

Implantação  
 Esc.: 1/1500

COORDENAÇÃO DO PROJETO:

REVISÃO

ESCALA

Indicada

ÁREA TOTAL

0,00 m²

DESENHO TÉCNICO

Seinfra

DATA

Outubro/2017



SÃO FRANCISCO DO SUL

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**



**Implantação**  
 Esc.:1/1500

**LEGENDA**

- Quiosque
- Poste a Implantar - provisório
- Poste Existente
- Coordenadas UTM

**APROVAÇÕES**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC  
 Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 - Cx. Postal 21 - Fone/Fax: (47) 3471-2200  
 CEP: 89.340-000 - São Francisco do Sul - SC / e-mail: sem@saofranciscodosul.sc.gov.br  
 QOC: 83.102.289/0001-06

ADMINISTRAÇÃO: 2017/2020

**TRECHO 3 - QUIOSQUE PÚBLICO**

**OBJETIVO**  
 Entropojetar Implantação dos quiosques públicos, na praça da Ermita.

**ENDEREÇO**  
 AVENIDA BLANTINA S. TEINHAUSER, BAIRRO CAPSI, S. FRANCISCO DO SUL - SC

**OBJETIVO**  
 Implantação

**ENDEREÇO**  
 AVENIDA ARGENTINA, S. FRANCISCO DO SUL - SC

**ENDEREÇO**  
 AVENIDA ARGENTINA, S. FRANCISCO DO SUL - SC

**ENDEREÇO**  
 AVENIDA ARGENTINA, S. FRANCISCO DO SUL - SC

**ENDEREÇO**  
 AVENIDA ARGENTINA, S. FRANCISCO DO SUL - SC

**ENDEREÇO**  
 AVENIDA ARGENTINA, S. FRANCISCO DO SUL - SC

**ENDEREÇO**  
 AVENIDA ARGENTINA, S. FRANCISCO DO SUL - SC

**ENDEREÇO**  
 AVENIDA ARGENTINA, S. FRANCISCO DO SUL - SC

**ENDEREÇO**  
 AVENIDA ARGENTINA, S. FRANCISCO DO SUL - SC

**ENDEREÇO**  
 AVENIDA ARGENTINA, S. FRANCISCO DO SUL - SC

**ENDEREÇO**  
 AVENIDA ARGENTINA, S. FRANCISCO DO SUL - SC

**ENDEREÇO**  
 AVENIDA ARGENTINA, S. FRANCISCO DO SUL - SC

**ENDEREÇO**  
 AVENIDA ARGENTINA, S. FRANCISCO DO SUL - SC

**ENDEREÇO**  
 AVENIDA ARGENTINA, S. FRANCISCO DO SUL - SC

**ENDEREÇO**  
 AVENIDA ARGENTINA, S. FRANCISCO DO SUL - SC

**ENDEREÇO**  
 AVENIDA ARGENTINA, S. FRANCISCO DO SUL - SC

**ENDEREÇO**  
 AVENIDA ARGENTINA, S. FRANCISCO DO SUL - SC

**ENDEREÇO**  
 AVENIDA ARGENTINA, S. FRANCISCO DO SUL - SC

**ENDEREÇO**  
 AVENIDA ARGENTINA, S. FRANCISCO DO SUL - SC

**ENDEREÇO**  
 AVENIDA ARGENTINA, S. FRANCISCO DO SUL - SC

**ENDEREÇO**  
 AVENIDA ARGENTINA, S. FRANCISCO DO SUL - SC

**ENDEREÇO**  
 AVENIDA ARGENTINA, S. FRANCISCO DO SUL - SC

**ENDEREÇO**  
 AVENIDA ARGENTINA, S. FRANCISCO DO SUL - SC

**ENDEREÇO**  
 AVENIDA ARGENTINA, S. FRANCISCO DO SUL - SC

**ENDEREÇO**  
 AVENIDA ARGENTINA, S. FRANCISCO DO SUL - SC

**ENDEREÇO**  
 AVENIDA ARGENTINA, S. FRANCISCO DO SUL - SC

**ENDEREÇO**  
 AVENIDA ARGENTINA, S. FRANCISCO DO SUL - SC

**ENDEREÇO**  
 AVENIDA ARGENTINA, S. FRANCISCO DO SUL - SC

**ENDEREÇO**  
 AVENIDA ARGENTINA, S. FRANCISCO DO SUL - SC

**ENDEREÇO**  
 AVENIDA ARGENTINA, S. FRANCISCO DO SUL - SC

**ENDEREÇO**  
 AVENIDA ARGENTINA, S. FRANCISCO DO SUL - SC

**ENDEREÇO**  
 AVENIDA ARGENTINA, S. FRANCISCO DO SUL - SC

**ENDEREÇO**  
 AVENIDA ARGENTINA, S. FRANCISCO DO SUL - SC

**ENDEREÇO**  
 AVENIDA ARGENTINA, S. FRANCISCO DO SUL - SC

**ENDEREÇO**  
 AVENIDA ARGENTINA, S. FRANCISCO DO SUL - SC

**ENDEREÇO**  
 AVENIDA ARGENTINA, S. FRANCISCO DO SUL - SC

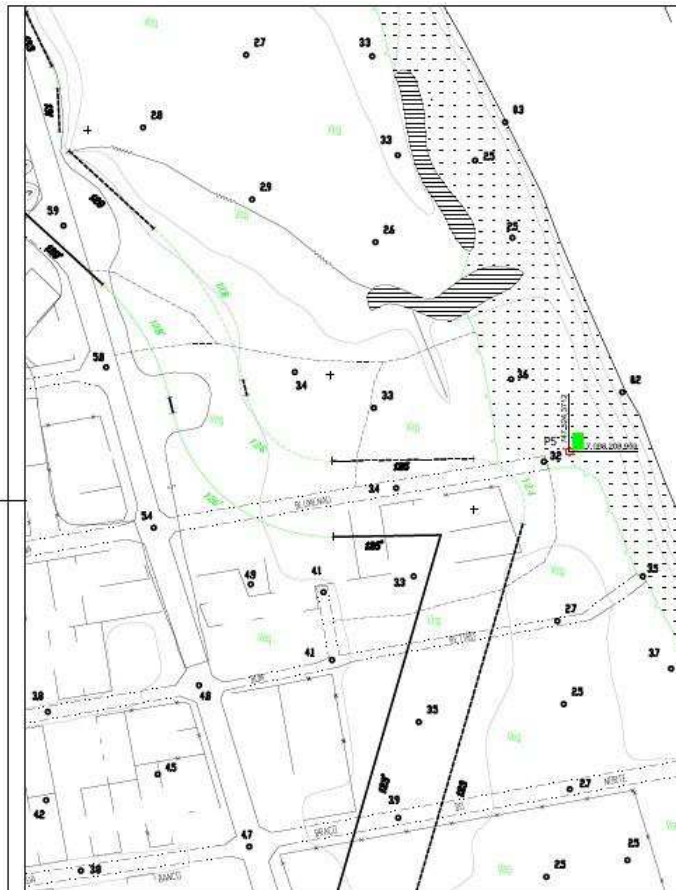


SÃO FRANCISCO DO SUL

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL

### SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE



Implantação  
Esc.: 1/1500

## LEGENDA

- Quiosque
- ⊕ Poste a Implantar - monofásico
- ⊕ Poste Existente
- UTM Coordenadas UTM

## APROVAÇÕES



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC  
Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 - Cx. Postal 21 - Fone/Fax: (47) 3471-2200  
CNPJ: 06.240.000 - São Francisco do Sul - SC / e-mail: [sao@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:sao@saofranciscodosul.sc.gov.br)  
COC: 83.102.289/0005-08

ADMINISTRAÇÃO: 2017/2020

## TRECHO 04 - QUIOSQUE PÚBLICO

OBRA

Anteprojeto implantação dos quiosques públicos na praia de Ubatuba

ENDEREÇO

RUA BLUMENAU, BAIRRO UBATUBA, S. FRCS DO SUL - SC

CONTEÚDO

Implantação

OBRA

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

PRANCHA

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

COORDENAÇÃO DO PROJETO:

COORDENAÇÃO DO PROJETO:

DATA

Outubro/2017

REVISÃO

ESCALA

indicada

ÁREA TOTAL

0,00 m²

DESENHO TÉCNICO

Seinfra

A 04  
13



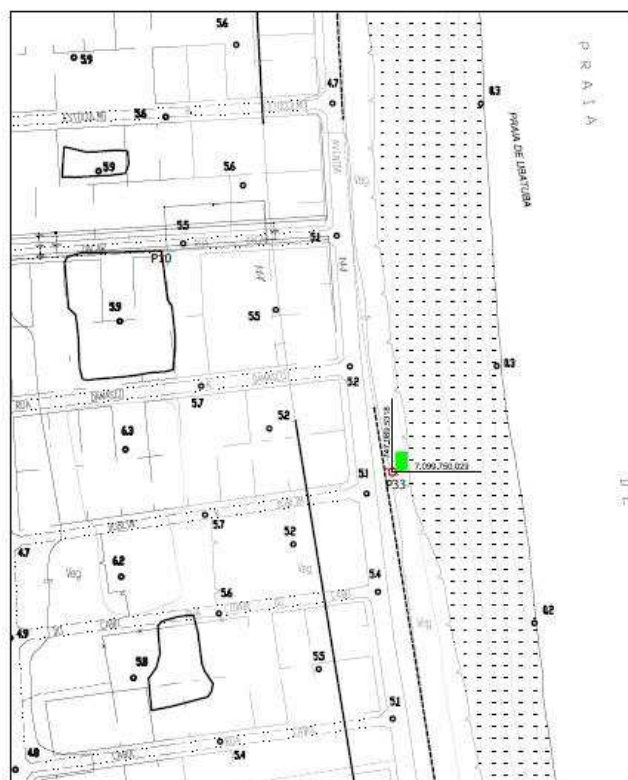


SÃO FRANCISCO DO SUL

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL

### SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE



Implantação  
Esc.:1/1500

## LEGENDA

- Quiosque
- Poste a Implantar - monofásico
- Poste Existente
- UTM

## APROVAÇÕES



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC  
Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 - Cx. Postal 21 - Fone/Fax: (47) 3475-2200  
CEP: 89.240-000 - São Francisco do Sul - SC / e-mail: [saofr@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:sfrs@saofranciscodosul.sc.gov.br)  
CNPJ: 03.102.289/0001-06

ADMINISTRAÇÃO: 2013/2016

## TRECHO 05 - QUIOSQUE PÚBLICO

OBRA

Anteprojeto implantação dos quiosques públicos na praia de Ubatuba

ENDEREÇO

RUA JAIME ERNESTO DE OLIVEIRA, BAIRRO UBATUBA, S. FRCS DO SUL - SC

CONTEÚDO

Implantação

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

COORDENAÇÃO DO PROJETO:

COORDENAÇÃO DO PROJETO:

DATA

Outubro/2017

REVISÃO

ESCALA

indicada

ÁREA TOTAL

0,00 m²

DESENHO TÉCNICO

Seinfra

A 05  
13



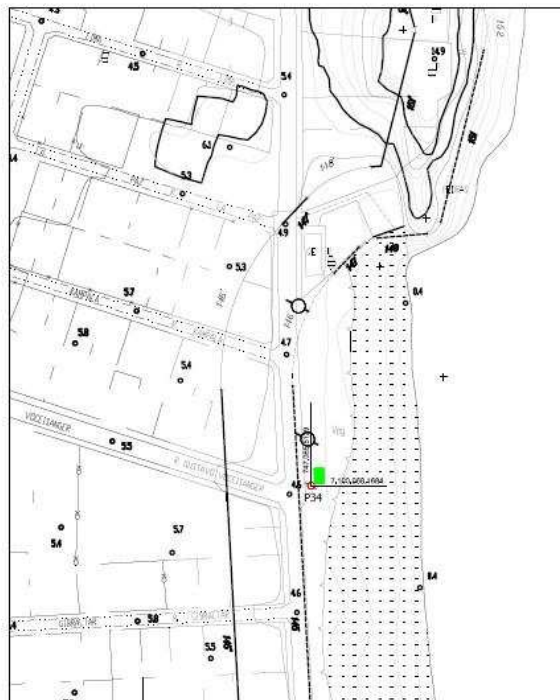


SÃO FRANCISCO DO SUL

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL

### SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE



Implantação  
Esc.: 1/1500

## LEGENDA

- Quiosque
- Poste a Implantar - monofásico
- Poste Existente
- Coordenadas UTM

## APROVAÇÕES



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC  
Praça Dr. Geslânio Vargas, 01 - Cx. Postal 21 - Fone/Fax: (47) 3471-2200  
CNPJ: 09.240-000 - São Francisco do Sul - SC / e-mail: admfin@saofranciscodosul.sc.gov.br  
COC: 93.002.289/0003-06

ADMINISTRAÇÃO: 2013/2016

## TRECHO 06 - QUIOSQUE PÚBLICO

OBRA: Anteprojeto implantação dos quiosques públicos na praia de Ubatuba

ENDEREÇO: RUA JAIME ERNESTO DE OLIVEIRA, BAIRRO UBATUBA, S. FRCS DO SUL - SC

CONTEÚDO: Implantação

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

COORDENAÇÃO DO PROJETO:

COORDENAÇÃO DO PROJETO:

DATA: Outubro/2017

REVISÃO

ESCALA: indicada

ÁREA TOTAL: 0,00 m²

DESENHO TÉCNICO: Seinfra

A 06  
13

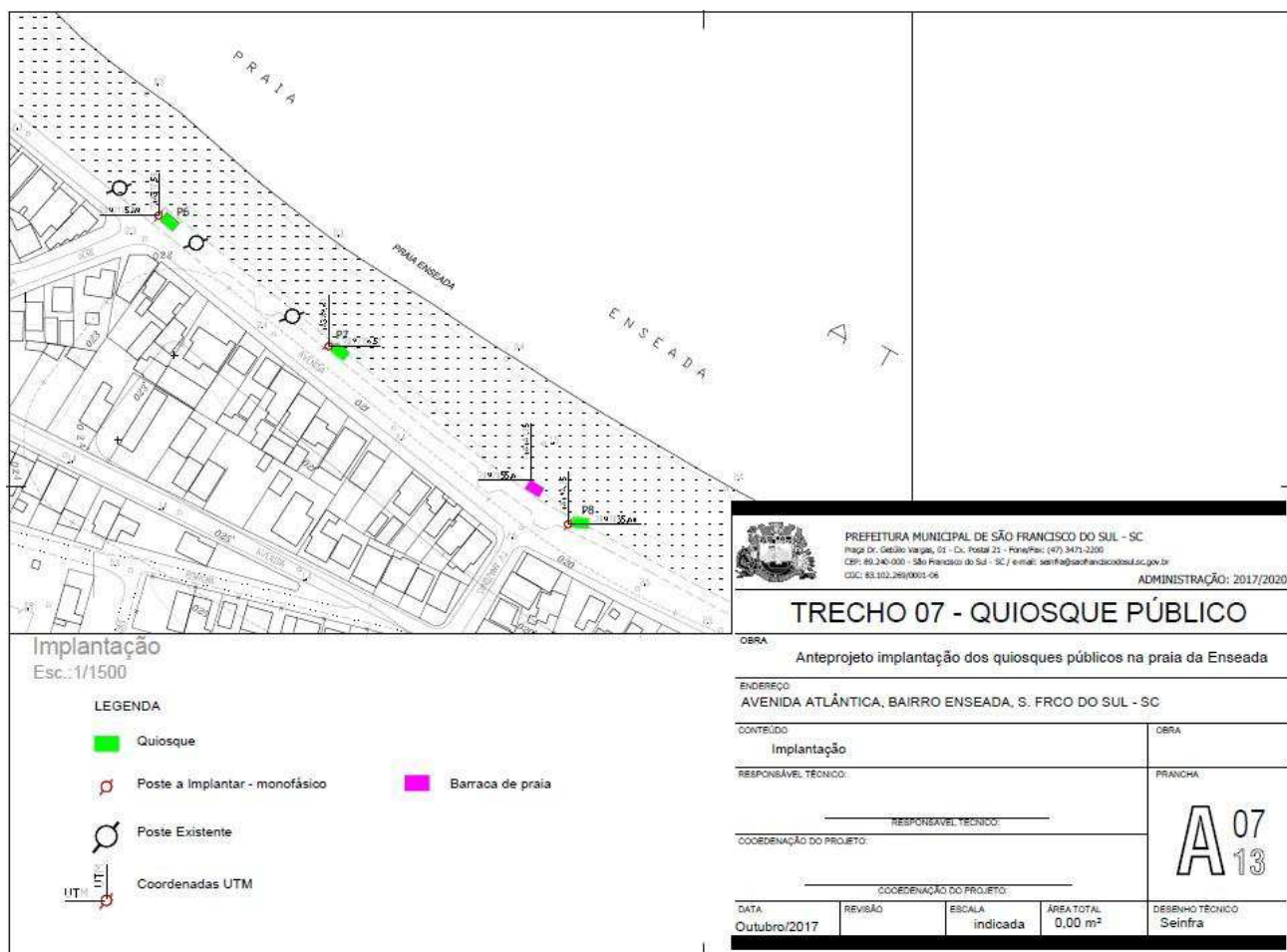


SÃO FRANCISCO DO SUL

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL

### SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE



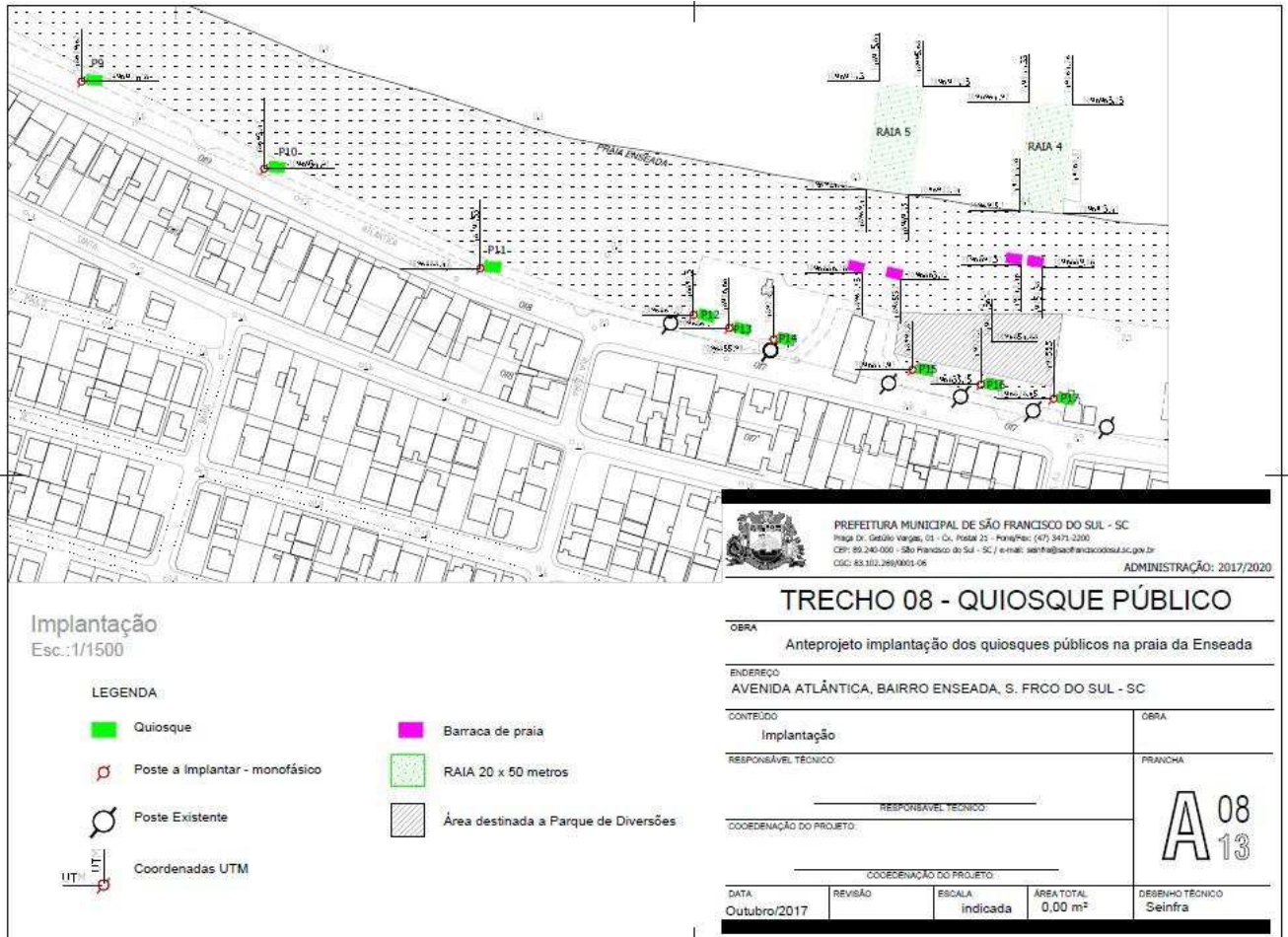


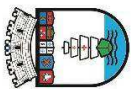
SÃO FRANCISCO DO SUL

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL

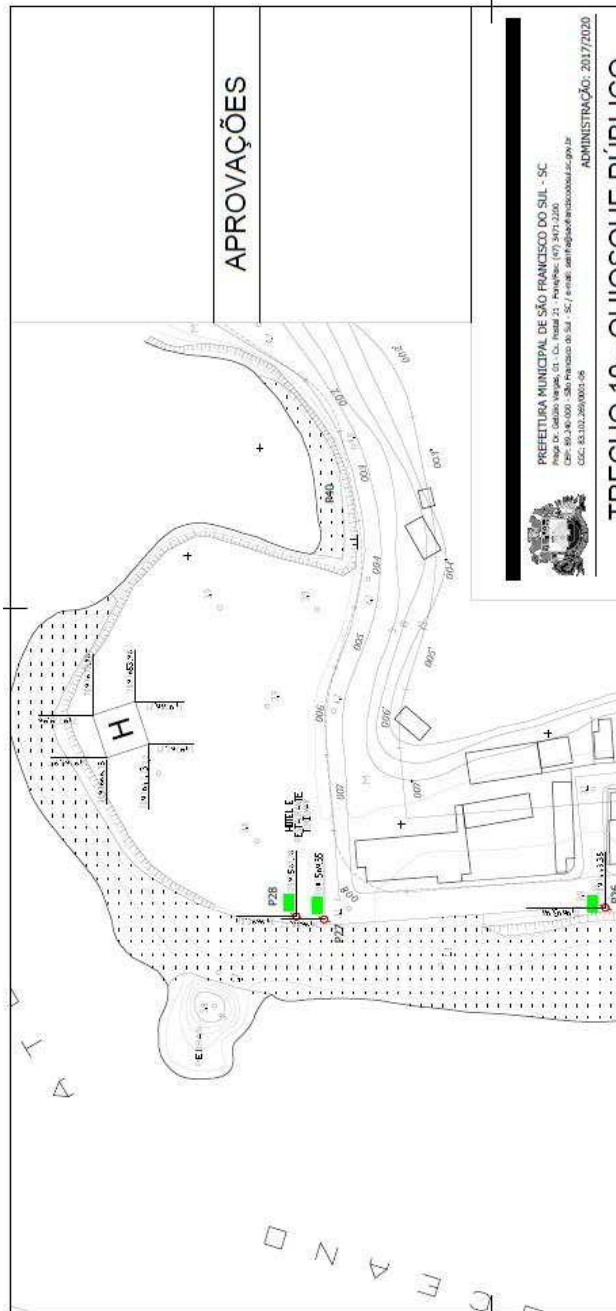
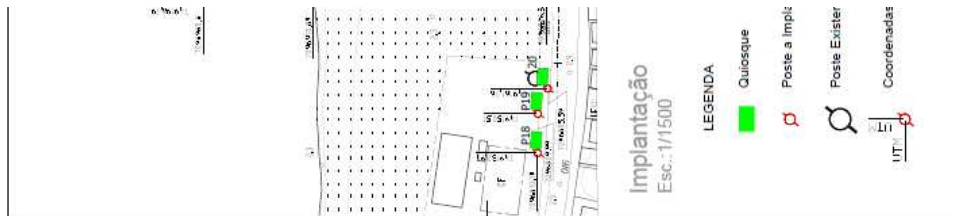
### SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**

SÃO FRANCISCO DO SUL



**APROVAÇÕES**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC  
 INGENHEIRO: [Assinatura] - CREA: 017.208/0-0  
 CREA: 017.208/0-0 - CREA: 017.208/0-0  
 CREA: 017.208/0-0 - CREA: 017.208/0-0  
 CREA: 017.208/0-0 - CREA: 017.208/0-0

ADMINISTRAÇÃO: 2017/2020

**TRECHO 10 - QUIOSQUE PÚBLICO**

OBJETO: Anteprojeto implantação dos quiosques públicos na praia da Enseada

ENDEREÇO: AVENIDA ATLÂNTICA, BAIRRO ENSEADA, S. FRCS DO SUL - SC

CONTEÚDO	Implantação
RESPONSÁVEL TÉCNICO	FRANCO

**A<sup>10</sup>**  
**A<sup>13</sup>**

DATA	REVISÃO	ESCALA	ÁREA TOTAL	ÁREA TOTAL
Outubro/2017		Indicada	0,00 m²	0,00 m²
				Desenho Técnico



SÃO FRANCISCO DO SUL

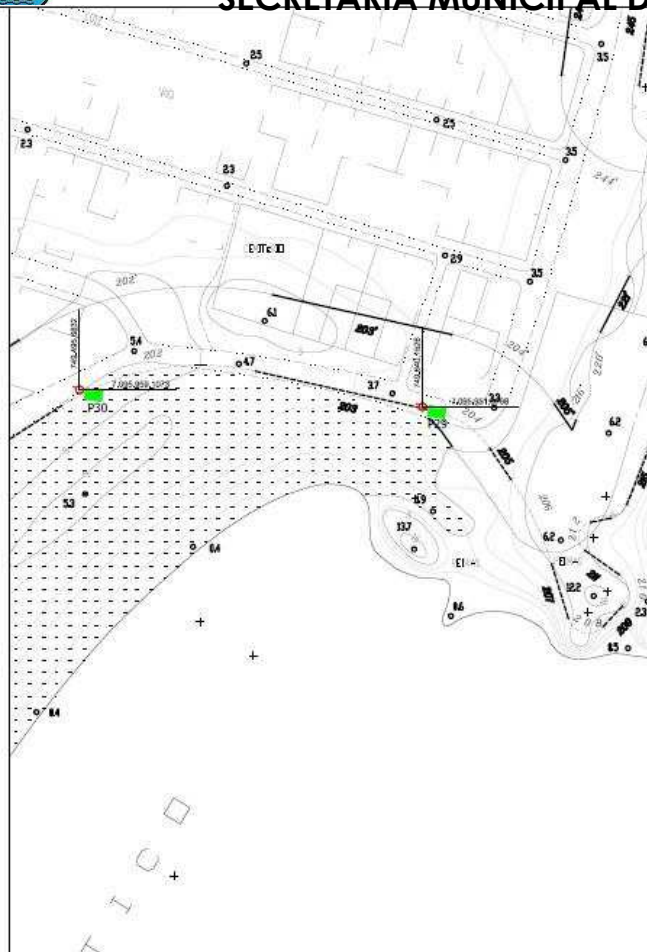
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**

SÃO



**Implantação**  
 Esc.: 1/1500

**LEGENDA**

- Quiosque
- ⬮ Poste a Implantar - monofásico
- ⬮ Poste Existente
- ⬮ Coordenadas UTM

**APROVAÇÕES**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC  
 Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 - Cx. Postal 21 - Fone/Fax: (47) 3471-2200  
 CEP: 89.240-000 - São Francisco do Sul - SC / e-mail: seinfra@saofranciscodosul.sc.gov.br  
 CEC: 83.152.269/0001-06

ADMINISTRAÇÃO: 2017/2020

**TRECHO 11 - QUIOSQUE PÚBLICO**

OBRA

Anteprojeto implantação dos quiosques públicos na praia Grande

ENDEREÇO

RUA TERESINA, BAIRRO ENSEADA, S. FRCS DO SUL - SC

CONTEÚDO

Implantação

OBRA

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

PRANCHA

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

COORDENAÇÃO DO PROJETO:

COORDENAÇÃO DO PROJETO:

DATA

Outubro/2017

REVISÃO

ESCALA

indicada

ÁREA TOTAL

0,00 m²

DESENHO TÉCNICO

Seinfra

**A**<sup>11</sup><sub>13</sub>



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**



**Implantação**  
 Esc.:1/1500

**LEGENDA**

- Quiosque
- Poste a Implantar - monofásico
- Poste Existente
- Coordenadas UTM

**APROVAÇÕES**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC  
 Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 - Cx. Postal 25 - Fone/Pax: (47) 3471-2200  
 CEP: 89.240-000 - São Francisco do Sul - SC / e-mail: seinfra@saofranciscodosul.sc.gov.br  
 CEC: 83.102.259/0001-06

ADMINISTRAÇÃO: 2017/2020

**TRECHO 12 - QUIOSQUE PÚBLICO****OBRA**

Anteprojeto implantação dos quiosques públicos na praia do Ervino

**ENDEREÇO**

AVENIDA ATLÂNTICA, BAIRRO ERVINO, S. FRCSO DO SUL - SC

**CONTEÚDO**

Implantação

**RESPONSÁVEL TÉCNICO:**

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

**COORDENAÇÃO DO PROJETO:**

COORDENAÇÃO DO PROJETO:

DATA:  
Outubro/2017

REVISÃO

ESCALA:  
IndicadaÁREA TOTAL:  
0,00 m²DESENHO TÉCNICO:  
SeinfraA<sup>12</sup><sub>13</sub>

17/2020

**ENDEREÇO**

AVENIDA ATLÂNTICA, BAIRRO ERVINO, S. FRCSO DO SUL - SC

**CONTEÚDO**

Implantação

**RESPONSÁVEL TÉCNICO:**

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

**COORDENAÇÃO DO PROJETO:**

COORDENAÇÃO DO PROJETO:

DATA:  
Outubro/2017

REVISÃO

ESCALA:  
IndicadaÁREA TOTAL:  
0,00 m²DESENHO TÉCNICO:  
SeinfraA<sup>13</sup><sub>13</sub>

**Implantação**  
 Esc.:1/1500



**ANEXO - DIVERSÕES NÁUTICAS**

Publicação Nº 1770293

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
GERÊNCIA DE MUNICIPAL DE TURISMO E LAZER**

ANEXO I – EDITAL PMSFS/COMISSÃO TEMPORADA VERÃO - 001/2018

**Ficha Cadastral do Prestador de Serviços de Diversões Náuticas**COR PADRÃO DE IDENTIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS (máximo duas cores):  
\_\_\_\_\_

DADOS DO REQUERENTE:

NOME: \_\_\_\_\_

CPF/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

TELEFONES: \_\_\_\_\_

**DADOS DA ATIVIDADE:****Opção 1**

Ponto Pretendido: \_\_\_\_\_

Atividade Pretendida: \_\_\_\_\_

Descrição completa do Equipamento: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_**Opção 2**

Ponto Pretendido: \_\_\_\_\_

Atividade Pretendida: \_\_\_\_\_

Descrição completa do Equipamento: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_**Opção 3**

Ponto Pretendido: \_\_\_\_\_

Atividade Pretendida: \_\_\_\_\_

Descrição completa do Equipamento: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_Rua Babitonga, 62-Centro – São Francisco do Sul/SC - CEP 89.240-000 Fone: (47) 3444-5257  
e-mail: [turismo@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:turismo@saofranciscodosul.sc.gov.br) – [www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)

1



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL**  
**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**  
**GERÊNCIA DE MUNICIPAL DE TURISMO E LAZER**

ANEXO II – EDITAL PMSFS/COMISSÃO TEMPORADA VERÃO – 002/2018

DOCUMENTOS ENTREGUES

DOCUMENTO	SIM	NÃO
Cópia do CPF e RG ou Carteira Nacional de Habilitação – CNH *		
Comprovante de residência *		
Certidão Negativa de Débitos Municipais – CND *		
Anexo I devidamente preenchido *		
Cópia do Título Eleitoral de São Francisco do Sul		
Certidão de Antecedentes Criminais		
Cópia do Alvará de Funcionamento de empresa instalada em São Francisco do Sul		
Cópia do registro no CADASTUR (para empresas)		

**DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o número \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins e efeitos legais, que estou ciente de todas as disposições constantes no Edital PMSFS/COMISSÃO TEMPORADA VERÃO – 002/2018, que disciplina o licenciamento de atividades de diversões náuticas de caráter provisório ou sazonal.

\_\_\_\_\_  
Assinatura



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL**  
**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**  
**GERÊNCIA DE MUNICIPAL DE TURISMO E LAZER**

**ANEXO III – QUADRO DE VAGAS EDITAL 002/2018**

<b>I - Praia da Enseada:</b>	
Atividade	Local
<b>Ponto 1</b> – Aluguel de stand up paddle, aula de surf e cadeiras de praia	Av. Atlântica Próximo ao Bombeiro Militar
<b>Ponto 2</b> – Aluguel de pedalinhos	Av. Atlântica em Frente ao Barra Shopping
<b>Ponto 3</b> – Aluguel de stand up paddle e cadeiras de praia	Av. Atlântica em frente ao Restaurante Ribadejo – à esquerda
<b>Ponto 4</b> – Aluguel de stand up paddle e cadeiras de praia	Av. Atlântica em frente Restaurante Rota 66
<b>Ponto 5</b> – Passeios de Barco, banana boat e disco boat	Av. Atlântica em frente nº 1430
<b>Ponto 6</b> – Aluguel de caiaque e stand up paddle e cadeira de praia	Av. Atlântica fundos Bar e Lanchonete Piratas (antigo Pedro Paulo)
<b>Ponto 7</b> – Aluguel de caiaque e stand up paddle e cadeiras de praia	Av. Atlântica fundos estacionamento ao lado posto de combustível
<b>Ponto 8</b> – Passeios de barco, banana boat e big flyer	Av. Atlântica fundos estacionamento posto de combustível
<b>Ponto 9</b> – Aluguel de stand up paddle e cadeira de praia	Av. Atlântica próximo ao Restaurante Monteiro
<b>II - Praia de Ubatuba:</b>	
Atividade	Local
<b>Ponto 10</b> – Aluguel de caiaque e stand up paddle e cadeira de praia	Fundos pista de skate lado esquerdo – próximo a praça
<b>Ponto 11</b> – Passeio de Barco	Próximo ao canal na ponte do Rio Acaraí
<b>Ponto 12</b> – Aula de surf e aluguel de prancha e cadeiras de praia	Próximo a Rua Gustavo Vogelsanger
<b>III - Praia da Saudade (Prainha):</b>	
Atividade	Local
<b>Ponto 13</b> – Aula de surf e aluguel de prancha e cadeiras de praia	Avenida Brasília, em frente Bar do Banana, lado esquerdo posto salva vidas
<b>Ponto 14</b> – Aula de surf e aluguel de prancha e cadeiras de praia	Avenida Brasília, em frente acesso para rua Campo Grande
<b>IV - Praia Grande</b>	
Atividade	Local
<b>Ponto 15</b> – Aula de surf e	Próximo ao Posto Salva Vidas



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL**  
**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**  
**GERÊNCIA DE MUNICIPAL DE TURISMO E LAZER**

aluguel de prancha e cadeiras de praia	
<b>V - Praia do Ervino</b>	
Atividade	Local
<b>Ponto 16</b> – Aula de surf e aluguel de prancha e cadeiras de praia	Av Atlântica, Próximo ao Vizzoto.
<b>Ponto 17</b> - Aula de surf e aluguel de prancha e cadeiras de praia	Av Atlântica, Próximo ao Hotel Ervino
<b>VI - Praia do Forte</b>	
Atividade	Local
<b>Ponto 18</b> – Aluguel de caiaque e stand up paddle e cadeiras de praia	
<b>Ponto 19</b> – Passeios de barco, banana boat e big flyer	
<b>VII - Praia do Capri</b>	
Atividade	Local
<b>Ponto 20</b> – Aluguel de caiaque e stand up paddle e cadeiras de praia	Próximo a Passarela Estaiada
<b>VIII - Praia da Figueira</b>	
Atividade	Local
<b>Ponto 21</b> – Aluguel de caiaque, stand up paddle e cadeiras de praia	Em Frente a Praça
<b>IX - Praia Bonita</b>	
Atividade	Local
<b>Ponto 22</b> – Aluguel de caiaque, stand up paddle e cadeiras de praia.	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL**  
**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**  
**GERÊNCIA DE MUNICIPAL DE TURISMO E LAZER**

**ANEXO IV – CALENDÁRIO DE ATIVIDADES - EDITAL Nº 002/2018**

15/10 a 09/11/18	Período de recebimento das inscrições
12/11 a 14/11/17	Seleção de inscritos
19/11/17	Publicação do resultado
19 e 20/11/17	Período para recursos
23/11/17	Resultado dos recursos
26/11/17	Homologação e divulgação do resultado final

**CADASTRO PARA VENDEDOR AMBULANTE – TEMPORADA 2018/2019**

Publicação Nº 1770295

**PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL**  
**Comissão Temporada de Verão****CADASTRO PARA VENDEDOR AMBULANTE – TEMPORADA 2018/2019**NOME: CPF: TELEFONE: ENDEREÇO: Atividade pretendida (marque com "x" apenas uma opção)

<input type="checkbox"/>	Bebidas em geral	<input type="checkbox"/>	Salgados diversos	<input type="checkbox"/>	Doces diversos
<input type="checkbox"/>	Picolé/sorvete	<input type="checkbox"/>	Coco verde	<input type="checkbox"/>	Chapéus
<input type="checkbox"/>	Suco de frutas	<input type="checkbox"/>	Cangas	<input type="checkbox"/>	Redes e mantas

Confirme a escolha escrevendo por extenso o nome da atividade escolhida (apenas uma atividade)

Praia pretendida (marque com "x" apenas uma opção)

<input type="checkbox"/>	Praia da Enseada	<input type="checkbox"/>	Praia do Capri
<input type="checkbox"/>	Praia da Saudade (Prainha)	<input type="checkbox"/>	Praia de Itaguaçu
<input type="checkbox"/>	Praia de Ubatuba	<input type="checkbox"/>	Praia Grande
<input type="checkbox"/>	Praia do Forte	<input type="checkbox"/>	Praia do Ervino

Confirme a opção escrevendo por extenso o nome da praia escolhida (apenas uma praia)

\_\_\_\_\_  
Assinatura do requerente

**Importante:** Esta ficha cadastral deve ser entregue no setor de protocolo juntamente com cópias do CPF, RG, Comprovante de residência, Certidão Negativa de Débitos Municipais, Certidão de Antecedentes Criminais e foto 3x4.

\* O vendedor ambulante credenciado deverá adquirir colete de identificação conforme modelo fornecido pela Prefeitura de São Francisco do Sul.

**PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL**

Praça Dr. Getúlio Vargas, n.º 01, Centro | Tel: (47) 3471-2200  
São Francisco do Sul – Santa Catarina  
[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)

**EDITAL Nº. 002/2018 - LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVERSÕES NÁUTICAS - EDITAIS**

Publicação Nº 1770292

**PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
Comissão Temporada Verão****EDITAL PMSFS / COMISSÃO TEMPORADA VERÃO / Nº.  
002 /2018****REGULAMENTA O LICENCIAMENTO DE  
ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
DE DIVERSÕES NÁUTICAS DE CARÁTER  
PROVISÓRIO OU SAZONAL NAS PRAIAS  
DO MUNICÍPIO**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, através da COMISSÃO DA TEMPORADA VERÃO, sito à Avenida Barão do Rio Branco, nº 217, Centro, São Francisco do Sul/SC, de acordo com a legislação vigente, faz saber a quem possa interessar que estará recebendo inscrições para Prestadores de Serviços nas modalidades que constam do Objeto deste edital para a temporada de verão 2018/2019.

**1. OBJETO**

**1.1.** O presente Edital tem por objeto a seleção de interessados para Prestação de Serviços de Diversões Náuticas nas modalidades de: banana boat, disco boat, big flyer, moto aquática (jet-sky), stand up paddle, caiaques, pedalinhos, entre outros, nas praias do município, para a temporada de verão 2018/2019.

**2. CONDIÇÕES GERAIS**

**2.1.** Para os efeitos deste EDITAL, os terrenos de marinha e seus acrescidos serão considerados como área pública, devidamente cedida pela Secretaria do Patrimônio da União através de Termo de Permissão firmado com a Prefeitura Municipal.

**2.2.** As praias e número de vagas para o exercício de Prestação de Serviços Ambulantes de Diversões Náuticas são os constantes do presente EDITAL, definidos pela Comissão de Temporada Verão em Conjunto com a Delegacia da Capitania dos Portos e demais legislações aplicáveis.

**2.3.** Poderão participar pessoas físicas e jurídicas que efetivamente vierem a exercer a atividade pretendida.

**2.4.** A inscrição e o alvará são individuais e intransferíveis, concedido a título precário e oneroso, podendo ser revogado a qualquer tempo, sem que assista ao prestador de serviço responsável qualquer tipo direito a indenização.

**2.5.** É proibido ao prestador de serviços de diversões náuticas o uso de qualquer tipo de

**PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL**

Praça Dr. Getúlio Vargas, n.º 01, Centro | Tel: (47) 3471-2200  
São Francisco do Sul – Santa Catarina  
[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)





## PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL

### Comissão Temporada Verão

equipamento e propaganda no entorno do seu ponto de venda como mesas, cadeiras, carrinhos, placas, faixas, banners, entre outros.

**2.6.** A participação no edital implica na integral e incondicional aceitação de todas as cláusulas e condições do mesmo e das normas que o integram.

**2.7.** Será emitido apenas um Alvará por CPF ou CNPJ.

### 3. PRAZO

**3.1.** O prazo de duração das autorizações emitidas para os proponentes classificados segundo os critérios do presente EDITAL será de 120 (cento e vinte) dias.

**3.2.** O período oficial da temporada de verão, para os efeitos da autorização de que trata o parágrafo anterior, é de 120 (cento e vinte) dias, iniciando-se em 01 de dezembro de 2018 e finalizando em 30 de março de 2019.

**3.3.** Fica facultada à Administração Pública, a concessão, após o período de inscrição, desde que haja disponibilidade de vagas.

### 4. DA INSCRIÇÃO E DA DOCUMENTAÇÃO

**4.1.** Os interessados deverão ingressar com Processo junto ao setor de Protocolo, **no período de 15 de outubro a 09 de novembro de 2018**, no horário compreendido das 08:00h às 14:00h ou conforme horário de atendimento ao público estabelecido em norma do município, no setor de Protocolo, munidos de cópia de toda a documentação para a atividade que pretende inscrever-se, que consta do objeto do presente edital, conforme segue.

**4.2.** No processo de inscrição de que trata o item 4.1, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

**4.2.1.** Para o objeto Prestação de Serviços de Diversões Náuticas.

**4.2.1.1** **Obrigatório sob pena de indeferimento da inscrição**

- a)** Cópia do CPF e RG ou carteira nacional de habilitação - CNH;
- b)** Comprovante de Residência, podendo ser:
  - b.1) Conta de Luz do parente até 1º grau ou companheiro(a) de união estável;
  - b.2) Conta de Água do parente até 1º grau ou companheiro(a) de união estável;
  - b.3) Contrato de locação anual, com no mínimo 120 (cento e vinte) dias de vigência, com firma reconhecida anterior a data de publicação do edital.
  - b.4) Título de Eleitor de São Francisco do Sul.
- c)** Certidão Negativa de Débito Municipal;
- d)** Escolha do ponto onde quer explorar a atividade.

**4.2.1.2** **Facultativos, para fins de pontuação e classificação**

- a)** Cópia do Título Eleitoral de São Francisco do Sul.
- b)** Certidão de Antecedentes criminais do Fórum da Comarca de domicílio do requerente e da Comarca de São Francisco do Sul;

## PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL

Praça Dr. Getúlio Vargas, n.º 01, Centro | Tel: (47) 3471-2200  
São Francisco do Sul – Santa Catarina  
[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)



## **PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL**

### **Comissão Temporada Verão**

- c)** No caso de pessoa jurídica, cópia do alvará de localização e funcionamento anual da empresa requerente instalada em São Francisco do Sul;
- d)** Cópia do registro no CADASTUR, Cadastro Nacional de Prestadores de Serviços Turísticos (para empresas);
- e)** Certidão Negativa de débitos municipais.

#### **5. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E SELEÇÃO**

**5.1.** À comissão julgadora compete a análise e julgamento dos processos, eliminando os que não atendem as disposições do presente Edital.

**5.2.** A comissão julgadora analisará e atribuirá pontuação, através das informações nas documentações prestadas no processo.

**5.3.** Serão selecionados os candidatos que obtiverem a maior pontuação por ponto de trabalho escolhido.

**5.3.1** Os candidatos não habilitados para primeira opção de ponto de trabalho, automaticamente será habilitado para segunda opção se sua pontuação for a maior para esta opção, e assim sucessivamente.

**5.4.** No caso de empate no item 5.3, será classificado aquele que comprovar ter trabalhado por mais tempo, persistindo o empate será classificado o de maior idade.

**5.5.** À comissão julgadora compete o julgamento dos casos omissos no presente Edital.

**5.6.** Para pontuação serão considerados os seguintes critérios;

**5.6.1.** Cópia do Título Eleitoral de São Francisco do Sul – 5,0 pontos;

**5.6.2.** Cópia do alvará de localização e funcionamento anual, no caso de empresa instalada em São Francisco do Sul – 5,0 pontos;

**5.6.3.** Certidão Negativa de Débitos Municipais - 2,0 pontos;

**5.6.4.** Pais que tenham filhos deficientes físicos sob sua guarda - 1,0 ponto;

**5.6.5.** Residente no Município de São Francisco do Sul - 5,0 pontos;

**5.6.6.** Certidão negativa de antecedentes Criminais do Fórum da Comarca de São Francisco do Sul - 1,0 ponto;

**5.6.7** Prova de registro no CADASTUR – Cadastro Nacional de Prestadores de Serviços Turísticos – 3,0 pontos

**5.6.8.** Infrações cometidas em temporadas anteriores – redução de 1,0 ponto.

#### **6. DA HOMOLOGAÇÃO E DIVULGAÇÃO**

**6.1.** Uma vez elaborada a listagem com a classificação dos proponentes, de acordo com o número de vagas para cada praia e atividade, o resultado será submetido à análise da Comissão Julgadora, para homologação e após para publicidade do ato no mural da Prefeitura Municipal, no dia 19 de novembro de 2018;

#### **PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL**

Praça Dr. Getúlio Vargas, n.º 01, Centro | Tel: (47) 3471-2200  
São Francisco do Sul – Santa Catarina  
[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)



## **PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL**

### **Comissão Temporada Verão**

#### **7. OBRIGAÇÕES DOS PROPONENTES CLASSIFICADOS**

- 7.1.** Manter a área em torno do local estabelecido para a atividade comercial em permanente estado de asseio e limpeza, utilizando cesto de lixo e sacos para a devida armazenagem de detritos.
- 7.2.** É obrigatória a utilização de jaleco e boné ou camiseta e boné padrão de cor igual à informada como identificação da atividade do proponente no momento da inscrição.
- 7.3.** É obrigatória a exposição permanente do alvará de licença proponente classificado.
- 7.4.** As instalações devem respeitar rigorosamente as normas de segurança e os períodos de funcionamento pré-determinados.
- 7.5.** É proibido alterar o local de funcionamento dos equipamentos autorizados, salvo autorização da Comissão da Temporada de Verão.
- 7.6.** É proibido depositar caixas, placas, mesas, cadeiras, carrinhos ou objetos ao redor do ponto autorizado.
- 7.7.** É obrigatória a remoção, ao término do trabalho diário, do próprio lixo produzido e coletado.
- 7.8.** Somente poderá operar a pessoa física ou jurídica classificada, sendo vedada à locação, sublocação ou venda.
- 7.9.** Somente o proponente selecionado poderá tratar dos assuntos relacionados ao fiel cumprimento do presente Edital e legislação municipal vigente aplicável referente ao seu processo de seleção, junto aos setores responsáveis da Prefeitura Municipal, sendo que todas as solicitações, sugestões, requerimentos ou reclamações terão que ser apresentadas por escrito junto ao setor de Protocolo.
- 7.10.** Não será permitida a utilização de equipamentos de sonorização.
- 7.11.** A atividade deve respeitar rigorosamente o período de funcionamento pré-determinado, qual seja, das 07:00 horas às 20:00 horas.
- 7.12.** É expressamente proibida a exposição de qualquer tipo de mercadoria sem autorização sob pena de apreensão conforme Lei Municipal nº 867/2009.
- 7.13.** A atividade de Prestação de Serviços de Diversões Náuticas somente poderá ser exercida com a instalação de barraca de praia quadrada ou retangular "tipo gazebo" totalmente desmontável e aberta nos quatro lados em cor igual à informada como identificação da atividade do proponente no momento da inscrição. Sua aquisição é de inteira responsabilidade do proponente classificado e terá, no máximo, a medida de 4 (quatro) metros de largura por 4 (quatro) metros de comprimento.
- 7.14.** Somente após a realização de vistoria prévia pela equipe da Comissão da Temporada de Verão e Marinha do Brasil na barraca instalada e equipamentos a serem utilizados, o proponente classificado, em caso de aprovação, poderá obter o alvará necessário para início da atividade.
- 7.15.** Ao proponente selecionado cabe instalar equipamentos de sinalização das Raias autorizadas pela Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul numa extensão de 50 (cinquenta) metros de profundidade por no máximo 15 (quinze) metros de largura e demarcação dos 200 (duzentos) metros da linha paralela à costa em toda a extensão da praia.

#### **PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL**

Praça Dr. Getúlio Vargas, n.º 01, Centro | Tel: (47) 3471-2200  
São Francisco do Sul – Santa Catarina  
[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)



## **PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL**

### **Comissão Temporada Verão**

**7.16.1** Deverá o proponente instalar uma placa de sinalização indicando que o local é destinado a entrada e saída de embarcações.

**7.16.** As boias de sinalização e sua instalação deverão ser aprovadas pela Capitania dos Portos de Santa Catarina e Corpo de Bombeiros Militar.

**7.17.** É obrigatório ao proponente selecionado orientar o particular proprietário de embarcação e permitir o acesso ao mar e seu retorno pelas raias oficialmente aprovadas e demarcadas para o exercício da atividade.

**7.18.** Todo proponente selecionado deve fornecer aos usuários equipamentos de segurança e instruções básicas sobre os cuidados em praticar os esportes em locais sinalizados;

**7.19.** Os equipamentos e os coletes salva-vidas a serem utilizados deverão ser identificados com o nome, logotipo e cor conforme informada pelo proponente classificado no momento da inscrição;

**7.20.** A todo o proponente classificado para exercício da atividade de Diversões Náuticas, previamente a emissão do alvará de licença de funcionamento, é obrigatório a vistoria dos equipamentos, embarcações e pessoal habilitado pela Delegacia da Capitania dos Portos;

**7.22.** É vedada a instalação e utilização de energia elétrica no ponto autorizado para exercício das atividades do presente edital, sendo a prestação de serviço exclusiva para o período diurno com luz natural, sob pena de cassação da autorização concedida.

**7.23.** A barraca especificada no item 7.14 que for reprovada, não poderá receber autorização para funcionamento e se após a terceira vistoria for mantida a reprovação do equipamento o proponente classificado perde o direito a exploração do ponto de venda.

**7.24.** Apresentar e manter a disposição durante o período de funcionamento um barco de apoio compatível com a atividade e em conformidade com a legislação vigente.

## **8. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**8.1.** A prestação de serviço de característica sazonal, decorrente da adjudicação dos proponentes vendedores, ficará sujeito à Fiscalização Federal, Estadual e Municipal.

**8.2.** As autorizações e alvarás, decorrentes do presente processo, não poderão ser transferidos a terceiros e devem estar sempre visíveis ao público.

**8.3.** A Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul reserva-se o direito de anular ou revogar o presente processo, no todo ou em parte, nos casos previstos em Lei ou conveniência administrativa, técnica ou financeira, sem que por isso, caiba aos participantes direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

**8.4.** Aplica-se ao presente processo toda a legislação vigente à matéria.

**8.5.** Somente poderá iniciar a atividade, o indivíduo classificado que tiver em seu poder o devido alvará de licença e ter recolhido à Fazenda Municipal as taxas referentes à Atividade de Prestação de Serviço autorizada.

**8.6.** Caso o classificado não retire o alvará até **01/12/2017**, o mesmo será automaticamente cancelado e a critério da Comissão Julgadora poderá ser concedido ao selecionado com classificação imediatamente superior a do último colocado dentro do número de vagas estabelecido no anexo III do presente edital.

**8.7.** Todos os adjudicatários que ferirem o presente EDITAL podem ter suas licenças cassadas,

## **PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL**

Praça Dr. Getúlio Vargas, n.º 01, Centro | Tel: (47) 3471-2200  
São Francisco do Sul – Santa Catarina  
[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)



**PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL**  
**Comissão Temporada Verão**

e não poderão participar de novas convocações com a mesma finalidade.

**8.8.** Após processo protocolado não será mais permitida entrega de documentos posteriores.

**8.9.** O não cumprimento das regras estabelecidas no presente edital e na legislação vigente sujeita o proponente classificado a notificação, multa, apreensão e cancelamento do alvará de licença emitido, sendo que a emissão de três notificações e/ou multas para o mesmo proponente classificado acarretará na desocupação imediata do ponto de venda com a retirada da barraca instalada.

**8.10.** A autorização de que trata o presente Edital somente será emitida após o atendimento de todos os itens expressos e relatório de perícia emitido pela Delegacia da Capitania dos Portos em São Francisco do Sul.

**8.11.** Não será concedido o Alvará para menores de 18 anos para a atividade prevista no presente Edital.

**8.12.** O presente EDITAL está à disposição no site e no Mural da Prefeitura Municipal.

**9. Anexos a este Edital**

Anexo I, Anexo II, Anexo III, Anexo IV

**PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL**

Praça Dr. Getúlio Vargas, n.º 01, Centro | Tel: (47) 3471-2200  
São Francisco do Sul – Santa Catarina  
[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)

# São João Batista

## PREFEITURA

### DECRETO FUNCIONAL Nº 64/2018

Publicação Nº 1770288

DECRETO FUNCIONAL 64/2018

Designar atribuições

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração decreta:

Art. 1º Fica designada ROSANE SARTORI ROSA, ocupante do cargo de ASSESSORA DE GABINETE, a responder pelos atos administrativos e financeiros da Secretaria de Assistência Social, a contar de 08 de outubro de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da designação.

São João Batista, 09 de outubro de 2018.

Daniel Netto Cândido
----------------------

Prefeito Municipal
--------------------

### DECRETO FUNCIONAL Nº 65/2018

Publicação Nº 1770340

DECRETO FUNCIONAL 65/2018

Exonera

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração decreta:

Art. 1º Fica exonerado MARCIO REIS do cargo de CHEFE DE GABINETE DO VICE PREFEITO, a contar de 11 de outubro de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 09 de outubro de 2018.

Daniel Netto Cândido
----------------------

Prefeito Municipal
--------------------

### DECRETO Nº 3459/2018

Publicação Nº 1770318

DECRETO 3459/2018

Dispõe sobre a Permissão de uso do Estádio Municipal Valério Gomes Neto ao Brusque Futebol Clube e dá outras providências.

O Prefeito do Município de São João Batista, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro no artigo 104, §3º, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º. Fica permitido ao BRUSQUE FUTEBOL CLUBE, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 79.832.085/0001-24, com sede na Pedro Werner, nº 129, Centro, Brusque/SC, o uso do Estádio Municipal Valério Gomes Neto, localizado na Rua Octavio Amorim, s/nº, Centro, São João Batista/SC, nos termos do presente Decreto.

Parágrafo Único - O bem público citado no caput deste artigo deverá ser utilizado para realização de jogos oficiais da Copa Santa Catarina 2018 que o time profissional do permissionário disputar.

Art. 2º. Fica vedada ao permissionário a utilização do Estádio Municipal Valério Gomes Neto para fins diversos do estabelecido neste Decreto.

Art. 3º. Poderá o permitente, ressalvadas as data em que o permissionário estiver disputando os jogos oficiais da Copa Santa Catarina 2018, utilizar o bem público objeto desta permissão de uso.

Parágrafo Único - Não será admitida a publicidade de cunho político, que revele promoção pessoal, enganosa ou abusiva, ou, ainda, que atente contra a saúde, a moral e os bons costumes.

Art. 4º. Fica assegurado ao permitente o direito inderrogável de supervisionar e fiscalizar o estrito cumprimento das obrigações estabelecidas neste decreto e seu anexo único, sendo que esta fiscalização não inibe e nem atenua a responsabilidade do permissionário.

Parágrafo Único - Ao permitente reserva-se o direito de acesso ao bem público, objeto desta permissão de uso, a fim de proceder às vistorias e outras diligências que entender necessárias e convenientes.

Art. 5º. A presente permissão de uso é outorgada a título precário e em caráter gratuito e intransferível, com vigência até a conclusão de seu objeto, podendo ser prorrogada ou revogada a qualquer tempo.

Art. 6º. O permitente poderá revogar a permissão objeto deste Decreto independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das obrigações estipuladas, ou, ainda, quando o interesse público o exigir, independente do pagamento de indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no imóvel, sejam necessárias, úteis ou voluptuárias.

Parágrafo Único - O permissionário deverá restituir o bem público em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data da revogação, obrigando-se a zelar pelo seu bom estado de conservação.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São João Batista, 27 de setembro de 2018.

Daniel Netto Cândido
----------------------

Prefeito Municipal
--------------------

#### TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL PÚBLICO

Anexo Único Decreto Municipal nº 3459/2018

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Praça Deputado Walter Vicente Gomes, nº 89, inscrita no CNPJ sob nº 82.925.652/0001-00, representado por seu Prefeito Interino, Daniel Netto Cândido, doravante denominado PERMITENTE; e

BRUSQUE FUTEBOL CLUBE, associação privada, inscrito no CNPJ sob o nº 79.832.085/0001-24, com sede na Rua Gentil Batisti Archer, nº 447, Centro II, Brusque-SC, representado neste ato pelo Sr. Danilo Rezini, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 435.352, inscrito no CPF sob o nº 093.174.069-04, residente e domiciliado na Rua Mathilde Hoffmann, nº 155, centro II, Brusque-SC, doravante denominado PERMISSIONÁRIO,

Acordaram e ajustaram, nos termos da Lei Orgânica Municipal, a permissão de uso, a título precário, temporário e sem exclusividade, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O PERMITENTE permite o uso das instalações do Estádio Municipal Valério Gomes Neto para o PERMISSIONÁRIO disputar os jogos oficiais do Copa Santa Catarina 2018, conforme a tabela anexa da Federação Catarinense de Futebol.

CLÁUSULA SEGUNDA - A permissão de uso vigora até a conclusão de seu objeto, podendo ser prorrogada ou revogada, a critério da Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA - O imóvel objeto da presente Permissão de Uso destina-se para a realização de jogos oficiais em que O PERMISSIONÁRIO, por intermédio de sua equipe profissional, disputar na "COPA SANTA CATARINA 2018", sendo expressamente vedada a utilização do imóvel para outro fim, sob pena de revogação da presente.

CLÁUSULA QUARTA – O PERMITENTE deverá respeitar as datas dos jogos oficiais programados pela Federação Catarinense de Futebol para a disputa da Copa Santa Catarina 2018.

Parágrafo único – Qualquer alteração no calendário já definido deverá ser comunicado pelo PERMISSIONÁRIO com a antecedência mínima de 48 horas.

CLÁUSULA QUINTA - O PERMISSIONÁRIO se obriga a zelar pela boa conservação do objeto da permissão, bem como das construções existentes sobre o mesmo, empregando para tanto todo cuidado e diligência devidos.

CLÁUSULA SEXTA - Será de inteira responsabilidade do PERMISSIONÁRIO, a reparação de qualquer dano material ocasionado nos bens ora cedidos, tendo o mesmo o prazo de 15 (quinze) dias para reparar o dano ou indenizá-lo.

CLÁUSULA SÉTIMA - Fica vedada a construção de qualquer benfeitoria pelo PERMISSIONÁRIO sem a expressa autorização escrita do PERMITENTE.

Parágrafo único - Sem prejuízo do disposto nesta cláusula, fica estabelecido que qualquer benfeitoria que o PERMISSIONÁRIO venha a construir no imóvel objeto desta Permissão de Uso a título precário reverterá automaticamente ao patrimônio do Município, sem qualquer obrigação de indenizar ou direito de retenção, podendo o Município, contudo exigir a reposição do imóvel na situação anterior.

CLÁUSULA OITAVA - Será de responsabilidade exclusiva do PERMISSIONÁRIO, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente Permissão de Uso, bem como da atividade para a qual a presente permissão lhe é concedida, inclusive encargos previdenciários e securitários, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis, em especial o seguro de acidentes pessoais, tendo como beneficiário o torcedor portador de ingresso, válido a partir do momento em que ingressar no estádio.

CLÁUSULA NONA - O PERMITENTE não será responsável por quaisquer compromissos ou obrigações assumidas pelo PERMISSIONÁRIO, com terceiros, ainda que vinculados ou decorrentes do uso dos bens objeto desta Permissão de Uso. Da mesma forma, fica o PERMISSIONÁRIO único responsável, a qualquer título que seja, por quaisquer danos ou indenizações a terceiros em decorrência de atos realizados na realização do evento a que se destina a presente permissão, ainda que decorrente de caso fortuito ou força maior.



CLÁUSULA DÉCIMA – O PERMISSIONÁRIO se obriga, ainda, a restituir o uso do espaço cedido, ao término do prazo da permissão ou das atividades, nas mesmas condições em que recebeu.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – Fica autorizado o PERMISSIONÁRIO a cobrar valores referente à entrada (ingresso) do público na data de realização dos jogos da COPA SANTA CATARINA 2018, com exceção aos alunos da FUBE (Fundação Batistense de Futebol) que, mediante apresentação da carteirinha da FUBE, terão acesso gratuito para assistir aos jogos no espaço da “geral”.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – O estabelecimento comercial existente no interior do objeto desta Permissão de Uso (Estádio Municipal Valério Gomes Neto) permanece sendo de utilização da PERMITENTE, ficando vedado ao PERMISSIONÁRIO a instalação ou locação de qualquer espaço para atividade comercial no interior do objeto da presente permissão (Estádio Municipal Valério Gomes Neto).

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - No caso de não cumprimento de qualquer exigência formulada pelo PERMITENTE, bem como na hipótese de não cumprimento de qualquer obrigação assumida no presente termo, ensejará sua revogação, ficando ainda o PERMISSIONÁRIO sujeito à responsabilização civil e administrativa que couber.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - À presente permissão aplicam-se às normas e princípios de direito administrativo e subsidiariamente os de direito civil.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – As partes elegem o Foro da Comarca de São João Batista(SC), para dirimir qualquer questão resultante deste Termo de Permissão de Uso, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Assim, acordados, assinam o presente termo em 3 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas, para todos os fins e efeitos legais.

São João Batista, 27 de setembro de 2018.

\_\_\_\_\_  
PERMITENTE PERMISSIONÁRIO

Testemunhas:

1) \_\_\_\_\_

Nome:

CPF:

2) \_\_\_\_\_

Nome:

CPF:

### **EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/PMSJB/2018**

Publicação Nº 1769867

Extrato do primeiro termo aditivo ao Contrato nº 004/PMSJB/2018

Contratante: Município de São João Batista, SC, inscrito no CNPJ n.º 82.925.652/0001-00; Contratada: Oficina Mecânica São João LTDA ME, inscrita no CNPJ n.º 03.914.185/0001-38; Processo Licitatório 163/PMSJB/2017 – Pregão Presencial nº 122/PMSJB/2017; Objeto: O presente instrumento tem por objetivo alterar a cláusula quinta, item 5.1, do Contrato nº 004/PMSJB/2018, diante da alteração dos valores pela ocorrência de acréscimo de serviços no valor R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), num percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, que passa a ter a seguinte redação: “5.1 O preço global previsto neste contrato é de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais)”;

Dotação orçamentária 2018: (42) 3.3.90.39.19.00.00.00.00.00; Data da assinatura: 05/10/2018.

### **EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 142/PMSJB/2017**

Publicação Nº 1770239

Extrato do quarto termo aditivo ao Contrato n.º 142/PMSJB/2017

Contratante: Município de São João Batista, SC – CNPJ n.º 82.925.652/0001-00; Contratada: Múltiplos Serviços e Obras LTDA ME – CNPJ n.º 10.788.391/0001-04; Processo Licitatório 152/PMSJB/2017 - Tomada de Preços nº 012/PMSJB/2017; Objeto: O presente instrumento tem por objetivo alterar a Cláusula Sexta, item 6.1, do Contrato nº 142/PMSJB/2017, que passa a ter a seguinte redação: “6.1 O prazo de execução do contrato fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, contados a partir de 16/10/2018 a 15/12/2018”; Data da assinatura: 09/10/2018.

**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 041/PMSJB/2018**

Publicação Nº 1769923

Extrato do terceiro termo aditivo ao Contrato n.º 041/PMSJB/2018

Contratante: Município de São João Batista, SC – CNPJ n.º 82.925.652/0001-00; Contratada: Figueiredo Silva Empreendimentos LTDA EPP – CNPJ n.º 05.844.151/0001-40; Processo Licitatório 030/PMSJB/2018 – Tomada de Preços nº 003/PMSJB/2018; Objeto: O presente instrumento tem por objetivo alterar a Cláusula Sexta, item 6.1, do Contrato nº 041/PMSJB/2018, que passa a ter a seguinte redação: "6.1 O prazo de execução do contrato fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, contados a partir de 11/10/2018 a 10/12/2018"; Data da assinatura: 09/10/2018.

**LEI MUNICIPAL Nº 3826/2018**

Publicação Nº 1770278

LEI MUNICIPAL 3.826, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

Autoriza a transferência de modalidade de aplicação no valor de R\$ 116.000,00.

O Prefeito Municipal de São João Batista faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a transferir no valor de R\$ 116.000,00 (cento e dezesseis mil reais), para a seguinte modalidade de aplicação:

16 – SISAM – SERV. DE INFRA-ESTR. SAN. E ÁGUA MUNICIPAL  
16.01 –SISAM–SERV. DE INFRA-ESTR. SAN. E ÁGUA MUNICIPAL  
17.512.0004.2.041 – Funcionamento e Manutenção do SISAM  
3.1.90.00.00.00.00.0.2.18 – Aplicações Diretas  
Valor – R\$ 116.000,00 (cento e dezesseis mil reais)

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das anulações das seguintes modalidades de aplicação:

16 – SISAM – SERV. DE INFRA-ESTR. SAN. E ÁGUA MUNICIPAL  
16.01 –SISAM–SERV. DE INFRA-ESTR. SAN. E ÁGUA MUNICIPAL  
17.512.0004.1.029 – Saneamento Básico (ETE e Redes de Esgoto)  
4.4.90.00.00.00.00.0.2.18 – Aplicações Diretas  
Valor – R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)  
16 – SISAM – SERV. DE INFRA-ESTR. SAN. E ÁGUA MUNICIPAL  
16.01 –SISAM–SERV. DE INFRA-ESTR. SAN. E ÁGUA MUNICIPAL  
15.452.0006.2.077 – Coleta, Transporte e Destino Final de Resíduos  
3.3.90.00.00.00.00.0.2.18 – Aplicações Diretas  
Valor – R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista SC, 09 de outubro de 2018.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 3471/2018**

Publicação Nº 1770280

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA**  
**Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89**  
**Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369**  
**C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC**  
**E-mail: [contabilidade@sjbatista.sc.gov.br](mailto:contabilidade@sjbatista.sc.gov.br)**

**DECRETO Nº 3471/18**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003770/17 de 8 de Dezembro de 2017.

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica suplementado no valor de R\$ 9.060,90 a(s) seguinte(s) modalidade(s):

**16 - SISAM - Serv. de Infra-Estr. San. e Água Municipal**

16.01 - SISAM - Serv. de Infra-Estr. San. e Água Municipal

17.512.0004.2.041 - Funcionamento e Manutenção do SISAM

3.3.90.00.00.00.00.0018 - Aplicacoes Diretas

Valor - 9.060,90

**Art. 2º** - Para atendimento da(s) Suplementação(ões) que trata(m) o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) modalidade(s):

**16 - SISAM - Serv. de Infra-Estr. San. e Água Municipal**

16.01 - SISAM - Serv. de Infra-Estr. San. e Água Municipal

17.512.0004.2.041 - Funcionamento e Manutenção do SISAM

4.4.90.00.00.00.00.0018 - Aplicacoes Diretas

Valor - 9.060,90

**Art. 3º** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**São João Batista, 5 de Outubro de 2018**

**DANIEL NETTO CÂNDIDO**

**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado em 05/10/2018

Assessoria de Comunicação

**DECRETO Nº 3472/2018**

Publicação Nº 1770284

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA**  
**Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89**  
**Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369**  
**C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC**  
**E-mail: [contabilidade@sjbatista.sc.gov.br](mailto:contabilidade@sjbatista.sc.gov.br)**

**DECRETO Nº 3472/18**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003770/17 de 12 de Dezembro de 2017.

**DECRETA:**

**Art. 1º -** Fica suplementado no valor de R\$ 124.637,60 a(s) seguinte(s) modalidade(s):

**08 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE****08.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE**

10.301.0004.2.031 - Manut do Fundo Municipal de Saúde - ACS

3.1.90.00.00.00.00.00.0047 - Aplicações Diretas

Valor - 10.276,72

10.301.0004.2.035 - Manut Fundo Municipal de Saúde - ESF

3.1.90.00.00.00.00.00.0010 - Aplicações Diretas

Valor - 20.660,88

10.301.0004.2.035 - Manut Fundo Municipal de Saúde - ESF

3.1.90.00.00.00.00.00.0009 - Aplicações Diretas

Valor - 52.000,00

10.301.0004.2.032 - Manut Fundo Municipal de Saúde - Odont.

3.1.91.00.00.00.00.00.0047 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 10.500,00

10.301.0004.2.035 - Manut Fundo Municipal de Saúde - ESF

3.1.91.00.00.00.00.00.0047 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 31.200,00

**Art. 2º -** Para atendimento da(s) Suplementação(ões) que trata(m) o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) modalidade(s):

**08 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE****08.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE**

10.301.0004.2.035 - Manut Fundo Municipal de Saúde - ESF

3.1.90.00.00.00.00.00.0047 - Aplicações Diretas

Valor - 31.200,00

10.301.0004.2.032 - Manut Fundo Municipal de Saúde - Odont.

3.1.90.00.00.00.00.00.0047 - Aplicações Diretas

Valor - 10.500,00

10.301.0004.2.035 - Manut Fundo Municipal de Saúde - ESF

3.1.91.00.00.00.00.00.0009 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 52.000,00

10.301.0004.2.031 - Manut do Fundo Municipal de Saúde - ACS

3.1.91.00.00.00.00.00.0047 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 10.276,72

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA**  
**Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89**  
**Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369**  
**C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC**  
**E-mail: [contabilidade@sjbatista.sc.gov.br](mailto:contabilidade@sjbatista.sc.gov.br)**

**08 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE**

08.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

10.301.0004.2.035 - Manut Fundo Municipal de Saúde - ESF

3.3.90.00.00.00.00.00.0010 - Aplicacoes Diretas

Valor - 20.660,88

**Art. 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**São João Batista, 5 de Outubro de 2018**

**DANIEL NETTO CÂNDIDO**

**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado em 05/10/2018

**Assessoria de Comunicação**

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**PORTARIA 06.18**

Publicação Nº 1770294

Portaria Nº 06/2018

EXONERA A PEDIDO, SERVIDORA DA CÂMARA MUNICIPAL.

RÚBIA ALICE TAMANINI DUARTE, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que a servidora pública municipal SARA DOS SANTOS GARCIA, matrícula nº 97, técnica em contabilidade, requereu a sua exoneração do cargo efetivo;

RESOLVE :

Art. 1º Exonerar a pedido, a servidora Sara dos Santos Garcia, do cargo de Técnica em contabilidade, nomeada pela Portaria nº 08/2017.

Art. 2º Em virtude da exoneração, fica declarado vago o cargo acima especificado, na forma prevista no art. 48 da Lei Complementar Municipal nº 001/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

.

São João Batista, 09 de Outubro de 2018.

Rúbia Alice Tamanini Duarte
-----------------------------

Presidente
------------

# São João do Oeste

## PREFEITURA

### EXTRATO DO 1º TA A ATA DE REGISTRO D EPREÇOS 33/2018

Publicação Nº 1770085

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 33/18

PARTES: Município de São João do Oeste e Metalúrgica Lohmann Eireli

ORIGEM: Processo Licitatório 65/2018

OBJETO: "Trata-se de aditivo de valor dos itens 16 e 19 da ata de registro de preços nº 33/2018."

VALOR: R\$ 5.148,26

PRAZO: 04.10.2018 até 26.03.2019

São João do Oeste – 09 de outubro de 2018

Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

# São João do Sul

## PREFEITURA

### ADITIVO 33\_2018\_PREF - ERRATA

Publicação Nº 1769885

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE ADITIVO Nº 33/2018/PREF

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2018/PREF

Na edição nº 2621, pagina nº 833, do Diário Oficial dos Municípios do dia 05/09/2018, na publicação do extrato de termo aditivo em epígrafe.

ONDE SE LÊ:

OBJETO: Fica aditado as quantidades dos itens 02 e 04 do contrato original, na forma do art. 65, I, "b", § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

LEIA-SE:

OBJETO: Fica adicionado a clausula quinta do contrato original, que os pagamentos efetuados em até 30 (trinta) dias da data de emissão da nota fiscal, na forma da legislação vigente, são considerados pagamentos a vista.

São João do Sul/SC, 13 de setembro de 2018.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeito Municipal

### ATA S.R.P\_036-2018\_PREF

Publicação Nº 1769554

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 36/2018/PREF

Objeto: A presente ata tem por objeto o registro preços, no intuito de selecionar a proposta mais vantajosa p/ futura(s) e eventual(is) contratação(ões) de empresa(s) especializada p/ fornecimento de aparelhos de ar condicionado do tipo Split High Wall, incluindo instalação, conforme quantitativos e especificações constantes neste Edital de Pregão Presencial nº 43/2018, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Órgão Gerenciador: Município de São João do Sul.

Detentor da Ata: AGASERV COMERCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA EIRELI ME

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 19.200,00.

Processo Licitatório nº 43/2018 – Pregão Presencial.

São João do Sul, 09 de outubro de 2018

Moacir Francisco Teixeira

Prefeito Municipal

### ATA S.R.P\_037-2018\_PREF

Publicação Nº 1769586

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 37/2018/PREF

Objeto: A presente ata tem por objeto o registro preços, no intuito de selecionar a proposta mais vantajosa p/ futura(s) e eventual(is) contratação(ões) de empresa(s) especializada p/ fornecimento de aparelhos de ar condicionado do tipo Split High Wall, incluindo instalação, conforme quantitativos e especificações constantes neste Edital de Pregão Presencial nº 43/2018, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Órgão Gerenciador: Município de São João do Sul.

Detentor da Ata: MV ELETRONICOS EIRELI-ME

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 80.850,00.

Processo Licitatório nº 43/2018 – Pregão Presencial.

São João do Sul, 09 de outubro de 2018

Moacir Francisco Teixeira

Prefeito Municipal



**CONT. 055\_2018\_PREF**

Publicação Nº 1769705

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 55/2018/PREF

OBJETO: O objeto do presente Termo de Contrato é a contratação de empresa especializada p/ fornecimento de aparelhos de ar condicionado do tipo Split High Wall, incluindo instalação, obedecidas as especificações mínimas constantes no Termo de Referência (Anexo I), observadas as especificações ali estabelecidas, bem como as demais condições constantes no edital e demais anexos e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: AGASERV COMERCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA EIRELI ME

VIGÊNCIA: 09/10/2018 a 31/12/2018

VALOR DO OBJETO: R\$ 6.400,00.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo nº 43/2018 e em observância às disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Federal nº 10.520/02.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 05.01 – 1.015 – 4.4.90.52.12.00.00.3116 – R\$ 6.400,00

São João do Sul/SC, em 09 de outubro de 2018.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeito Municipal

**CONT. 056\_2018\_PREF**

Publicação Nº 1769700

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 56/2018/PREF

OBJETO: O objeto do presente Termo de Contrato é a contratação de empresa especializada p/ fornecimento de aparelhos de ar condicionado do tipo Split High Wall, incluindo instalação, obedecidas as especificações mínimas constantes no Termo de Referência (Anexo I), observadas as especificações ali estabelecidas, bem como as demais condições constantes no edital e demais anexos e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: MV ELETRONICOS EIRELI-ME,

VIGÊNCIA: 09/10/2018 a 31/12/2018

VALOR DO OBJETO: R\$ 61.985,00.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo nº 43/2018 e em observância às disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Federal nº 10.520/02.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 05.01 – 1.015 – 4.4.90.52.12.00.00.3116 – R\$ 61.985,00

São João do Sul/SC, em 09 de outubro de 2018.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeito Municipal

**CONT. Nº 15-2018\_FMS**

Publicação Nº 1769990

FUNDO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 015/2018/FMS

OBJETO: O objeto do presente Termo de Contrato é contratação de empresa para aquisição de um veículo automotor zero km, tipo furgoneta, ano/modelo 2018/2018, transformado em ambulância, cor branca, para uso pela Secretaria Municipal de saúde, conforme especificações e prazos fixados no Termo de Referência (Anexo I) e demais condições constantes no edital e demais anexos do edital de Pregão Presencial nº 012/2018, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: SUL PEÇAS E VEÍCULOS LTDA

VIGÊNCIA: 09/10/2018 a 31/12/2018

VALOR: R\$ 89.000,00.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo nº 12/2018/FMS, Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Federal nº 10.520/02.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIA:

07.01 – 1.010 – 4.4.90.52.52.00.00.0085(4) – R\$ 2.000,00;

07.01 – 1.010 – 4.4.90.52.52.00.00.0104(66) – R\$ 7.000,00;

07.01 – 1.010 – 4.4.90.52.52.00.00.0104(86) – R\$ 80.000,00.

São João do Sul, 09 de outubro de 2018.

Rejane Elibio Borba

Fundo Municipal de Saúde.

# São Joaquim

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 340/2018

Publicação Nº 1770175

DECRET O Nº 340/2018

"QUE CONCEDE GRATIFICAÇÃO A FUNCIONÁRIO MUNICIPAL"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o artigo 12, anexo VI da Lei Municipal Nº 4.324/15, de 15/05/15; Fica concedida GRATIFICAÇÃO correspondente a 60% (sessenta por cento) do Piso Salarial do Quadro de Pessoal do Poder Executivo ao servidor: - MARCELO DOS SANTOS GUEDES, pelo exercício da Chefia de Operador de Máquinas Pesadas. A referida gratificação é a contar do dia 01/10/2018, ficando cancelada a gratificação de 40% (quarenta por cento) concedida em 01/04/2018 através do Decreto Nº 164/2018.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de Outubro de 2018, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 08 de Outubro de 2018.

GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 341/2018

Publicação Nº 1770179

DECRET O Nº 341/2018

"QUE CONCEDE GRATIFICAÇÃO A FUNCIONÁRIAMUNICIPAL"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o artigo 12, anexo VI da Lei Municipal Nº 4.324/15, de 15/05/15; Fica concedida GRATIFICAÇÃO correspondente a 40% (quarenta por cento) do Piso Salarial do Quadro de Pessoal do Poder Executivo a servidora: - DANIELA MATOS PEREIRA, pelo exercício da Coordenação de Licitações e Elaboração de Editais, a contar do dia 01/10/2018.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de Outubro de 2018, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 08 de Outubro de 2018.

GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 342/2018

Publicação Nº 1770183

DECRET O Nº 342/2018

"QUE EXONERA O FUNCIONÁRIO  
MURILO FONTANELLA VIEIRA"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o Art. 96, da Lei Complementar Nº 4.323/2015, de 15/05/2015 "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências"; fica EXONERADO por abandono do Cargo o senhor: - MURILO FONTANELLA VIEIRA, ocupante do

Cargo Efetivo de Professor Municipal, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 055/2004, de 12/04/2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 09 de Outubro de 2018.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

## DECRETO Nº 343/2018

Publicação Nº 1770186

DECRET O Nº 343/2018

"QUE CONCEDE EXONERAÇÃO A FUNCIONÁRIA  
RISOLETE DE FATIMA DA SILVA OLIVEIRA"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido a senhora: - RISOLETE DE FATIMA DA SILVA OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Professora, para a qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 052/2013, de 04/02/2013. A referida exoneração é a contar do dia 05/10/2018.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 05 de Outubro de 2018, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 09 de Outubro de 2018.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

## PORTARIA Nº 506/2018

Publicação Nº 1770144

PORTARIANº 506/2018

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida FÉRIAS á funcionária TATIANA DA SILVA SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretora de Administração Financeira e Contabilidade Geral, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 01/10/2018 à 05/10/2018, por 05 (cinco) dias.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de outubro de 2018, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 08 de outubro de 2018.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

## PORTARIA Nº 507/2018

Publicação Nº 1770148

PORTARIANº 507/2018

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – LARA CRISTINA BARBOSA, ocupante da Função de Agente Comunitário de Saúde, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 25/09/2018. – ROSANGELA DE FATIMA ARTISMO, ocupante do Cargo de Professora – 30 horas, por 14 (quatorze) dias, a contar do dia 01/10/2018. – SIRLEI MENDONÇA KISTER AMARAL, ocupante do Cargo de Professora – 60 horas, por 04 (quatro) dias, a contar do dia 01/10/2018, para tratamento de saúde de sua mãe. – CLAUDIA GÓSS, ocupante do Cargo de Professora – 20 horas, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 02/10/2018. – ALINE RODRIGUES, ocupante do Cargo de Professora – 40 horas, por 04 (quatro) dias, a contar do dia 02/10/2018. – GLADIS REGINA SCHLISCHTING, ocupante do Cargo de Professora – 20 horas, por 30 (trinta) dias, a contar do dia 03/10/2018, para tratamento de saúde de sua mãe. – MARIANA DA SILVA BORGES, ocupante da Função de Agente Comunitário de Saúde, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 03/10/2018. – KARINE VELHO DA SILVA, ocupante da Função de Auxiliar Odontológico, por ½ (meio) dia, no período matutino do dia 03/10/2018. – ELENITA ABEL MATOS CECHINEL, ocupante do Cargo de Diretora Escolar, por 01 (um) dia, no dia 04/10/2018. – MICHELI FABRE EDUARDO, ocupante do Cargo de Terapeuta Ocupacional, por 01 (um) dia, no dia 04/10/2018. – SUZANA NAZARÉ ATAIDE DE LIMA, ocupante do Cargo de Professora – 30 horas, por 01 (um) dia, no dia 04/10/2018. – KARINE VELHO DA SILVA, ocupante da Função de Auxiliar Odontológico, por 01 (um) dia, no dia 04/10/2018. – MARCIA RIBEIRO, ocupante da Função de Professora – 40 horas, por 02 (dois) dias, a contar do dia 04/10/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 09 de Outubro de 2018.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

## PORTARIA Nº 508/2018

Publicação Nº 1770155

PORTARIANº 508/2018

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – SILVIA HELENA SILVA LEMOS, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por ½ (meio) dia, no período vespertino do dia 28/09/2018. – DIRCEIA DE OLIVEIRA SOUZA, ocupante do Cargo de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 04/09/2018. – NELCI HEMENEGILDA AMARAL TOMAZ, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 04/10/2018. – IVETE PADILHA MACEDO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 02 (dois) dias, a contar do dia 04/10/2018. – BEATRIZ NUNES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 04/10/2018, para tratamento de saúde de seu filho. – MONICA VELHO SOUZA, ocupante do Cargo de Professora – 20 horas, por 02 (dois) dias, a contar do dia 04/10/2018. – DEIZIANE PADILHA, ocupante da Função de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 04/10/2018. – MARCIA MATOS BORGES, ocupante do Cargo de Enfermeira, por 01 (um) dia, no dia 05/10/2018. – MARILIA RODRIGUES PALMA BETT, ocupante da Função de Odontóloga (ESF), por 01 (um) dia, no dia 05/10/2018. – LIAMAR ALEXANDRA FERRASSO, ocupante da Função de Técnica em Enfermagem (ESF), por 01 (um) dia, no dia 05/10/2018. – JOSIANE MARIA SPRADA MENDES DA SILVA, ocupante do Cargo de Professora – 30 horas, a contar do dia 05/10/2018 e o retorno de acordo com o INSS. – FLAVIANA SILVEIRA ESTEVES, ocupante do Cargo de Professora – 10 horas, por 01 (um) dia, no dia 08/10/2018. – JOZI CARLA DE SOUZA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 08/10/2018, para tratamento de saúde de sua filha.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 09 de Outubro de 2018.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

## PORTARIA Nº 509/2018

Publicação Nº 1770160

PORTARIANº 509/2018

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Simplificado Emergencial Nº 001/2018, homologado em 31/08/2018 e Leis Nº 4.323/2015, Lei Nº 4.324/2015, Lei Nº 4.183/2013 e Lei Nº 4.398/2016; Fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora: - ELAINE MORGANA

MORAIS OLIVEIRA, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais, no CAIC – Fúlvio Amarante Ferreira, Jardim Minuano, com 40 horas semanais, a contar do dia 09/10/2018, vaga excedente.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 09 de Outubro de 2018.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

## **PORTARIA Nº 510/2018**

Publicação Nº 1770166

PORTARIANº 510/2018

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com a C.I. nº 84/2018, datada de 08/10/2018; Fica TRANSFERIDA a funcionária: – DEISE DA SILVA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo Auxiliar, matrícula nº 8262, lotado na Secretaria Municipal da Administração, para desempenhar suas funções na Secretaria Municipal da Fazenda, a contar do dia 09/10/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 09 de Outubro de 2018.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

## **SUSPENSÃO PP 44/2018**

Publicação Nº 1769650

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM - SANTA CATARINA

SUSPENSÃO

A Prefeitura Municipal de São Joaquim, SC, COMUNICA que está SUSPENSO o Pregão n. 44/2018 (objeto: Registro de Preços para futura e/ou eventual aquisição de eletrodomésticos e mobiliário para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) conforme Termo de Convênio nº 855352-2017 e Secretaria de Turismo recurso próprio.) - Proc. n.º 87/2018 para análise do edital e melhor definição do objeto. A nova data do certame será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente. Outras informações poderão ser obtidas no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente (49)3233-6457ou através de e-mail pmsj\_licitacao@hotmail.com.br.

São Joaquim SC, 09 de outubro de 2018

Departamento de Compras

**CÂMARA MUNICIPAL****DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2018 - CMSJ**

Publicação Nº 1770000

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2018

CONTRATO Nº 16/2018

A Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim - CNPJ: 78.493.731/0001-03 torna público, para os interessados, o processo de Dispensa de Licitação sob n.º 14/2018 para a Celebração de Contrato com BETHA SISTEMAS LTDA., CNPJ: 00.456.865/0001-67, sito na Rua João Pessoa, nº 134, 1º andar, Centro, Criciúma – SC, no valor total de R\$ 4.228,95 (quatro mil duzentos e vinte oito reais e noventa e cinco centavos), para licença de uso de aplicativos de gestão pública e suporte técnico, com vigência de 02 (dois) meses, contados a partir de 03/10/2018, com vigência até 03/12/2018.

São Joaquim, 03 de outubro de 2018.

Sérgio Oliveira de Souza

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim

# São José

## PREFEITURA

### ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 015/2018

Publicação Nº 1769887

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 015/2018 - Processo nº 608/2018 – Proc. Adm. 7073/2018. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE CERCAMENTO E PAVIMENTOS EXTERNOS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL “POTECAS” - PROINFÂNCIA, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 26 de outubro de 2018. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 26 de outubro de 2018, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810178.

### EDITAL Nº008/2018.

Publicação Nº 1770423

EDITAL Nº008/2018.

A Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições, RESOLVE, tornar pública a retificação do Edital na forma abaixo:

ONDE SE LÊ:

ANEXOS  
QUADRO DE VAGAS 2019- MATUTINO

CEI	GI	GII	GIII	GIII/IV	GIV	GIV/V	GV	GV/VI	GVI	Vagas por CEI:
Ana Sperandio Batistti	4	4	10	0	3	0	0	3	0	24
Antônio de Quadros	0	2	10	0	0	9	0	0	25	46
APAM	0	0	0	0	0	3	0	5	5	13
Bom Jesus de Iguape	0	0	13	0	9	0	11	0	18	51
Eloí Nietche	0	0	17	0	18	0	4	0	22	61
Érica Schimdt de Souza	0	0	2	0	0	0	25	0	25	52
Flor de Nápolis	0	0	10	0	5	23	4	0	8	50
Jardim Pinheiros	0	0	17	0	4	0	13	11	5	50
Jardim Solemar	0	0	0	0	12	0	0	0	7	19
José Nitro	0	0	15	0	0	20	0	0	0	35
Julia Francisca dos Santos	0	0	6	0	0	4	0	18	0	28
Licio Mauro da Silveira	0	0	1	0	23	0	11	25	0	60
Los Angeles	0	0	0	0	0	0	16	25	6	47
Manoel Cunha	0	0	7	0	0	19	0	14	0	40
Maria de Lourdes Bott Philippi	0	0	12	0	7	0	0	36	0	55
Maria Ferreira	0	0	0	0	0	0	0	0	5	5
Maria Minervina	0	0	0	0	0	0	12	0	14	26
Nossa Senhora Aparecida	0	0	0	0	0	0	18	15	2	35
Nossa Senhora das Graças	12	7	3	0	11	0	4	11	0	48
Nossa Senhora de Fátima	2	0	0	0	24	0	11	0	8	45
Ondina Schmidt Gerlach	0	0	0	0	0	0	29	0	7	36
Professor Antônio Joaquim de Souza	8	0	0	0	0	0	0	18	0	26
Professora Araci Oliva da Silva	0	0	2	0	1	0	48	0	25	76
Professora Maria Arlinda Cúrcio	0	0	0	0	0	0	15	0	15	30
Professora Regina Terezinha de O. Bastos	2	3	0	0	7	0	19	0	21	52
Professora Zenir Kretzer Borges	0	0	0	0	0	14	0	14	0	28
Santa Inês	0	0	2	0	0	0	20	0	16	38
Santo Antônio	0	0	0	0	0	0	2	13	0	15
São Francisco	0	0	5	0	0	20	0	13	6	44
São José	0	0	0	0	0	0	15	0	7	22
São Judas Tadeu	0	0	17	0	15	0	0	19	5	56



São Luiz	0	0	0	7	0	10	0	9	0	26
Terezinha Maria Claudino dos Santos	0	18	5	0	5	0	0	20	0	48
Vera Lúcia Medeiros	0	3	19	0	0	20	0	21	0	63
Vida Nova	0	0	0	0	0	32	0	25	0	57
Vila Formosa	0	0	7	0	0	0	17	0	11	35
Total de vagas por grupo:	28	37	180	7	144	174	294	315	263	
Total de vagas matutino:										1442

LEIA-SE:

ANEXOS

QUADRO DE VAGAS 2019- MATUTINO

CEI	GI	GII	GIII	GIII/IV	GIV	GIV/V	GV	GV/VI	GVI	Vagas por CEI:
Ana Sperandio Batistti	4	4	9	0	3	0	0	3	0	23
Antônio de Quadros	0	2	3	0	0	9	0	0	25	39
APAM	0	0	0	0	0	3	0	5	5	13
Bom Jesus de Iguape	0	0	13	0	9	0	11	0	18	51
Eloí Nietche	0	0	17	0	18	0	4	0	22	61
Érica Schimdt de Souza	0	0	2	0	0	0	25	0	25	52
Flor de Nápolis	0	0	10	0	5	23	4	0	8	50
Jardim Pinheiros	0	0	17	0	4	0	13	11	5	50
Jardim Solemar	0	0	0	0	12	0	0	0	7	19
José Nitro	0	0	15	0	0	20	0	0	0	35
Julia Francisca dos Santos	0	0	6	0	0	4	0	18	0	28
Lício Mauro da Silveira	0	0	1	0	23	0	11	25	0	60
Los Angeles	0	0	0	0	0	0	16	25	6	47
Manoel Cunha	0	0	7	0	0	19	0	14	0	40
Maria de Lourdes Bott Philippi	0	0	12	0	7	0	0	36	0	55
Maria Ferreira	0	0	0	0	0	0	0	0	5	5
Maria Minervina	0	0	0	0	0	0	12	0	14	26
Nossa Senhora Aparecida	0	0	0	0	0	0	18	15	2	35
Nossa Senhora das Graças	12	7	3	0	11	0	4	11	0	48
Nossa Senhora de Fátima	2	0	0	0	24	0	11	0	8	45
Ondina Schmidt Gerlach	0	0	0	0	0	0	29	0	7	36
Professor Antônio Joaquim de Souza	8	0	0	0	0	0	0	18	0	26
Professora Araci Oliva da Silva	0	0	2	0	1	0	48	0	25	76
Professora Maria Arlinda Cúrcio	0	0	0	0	0	0	15	0	15	30
Professora Regina Terezinha de O. Bastos	2	3	0	0	7	0	19	0	21	52
Professora Zenir Kretzer Borges	0	0	0	0	0	14	0	14	0	28
Santa Inês	0	0	2	0	0	0	20	0	16	38
Santo Antônio	0	0	0	0	0	0	2	13	0	15
São Francisco	0	0	5	0	0	20	0	13	6	44
São José	0	0	0	0	0	0	15	0	7	22
São Judas Tadeu	0	0	17	0	15	0	0	19	5	56
São Luiz	0	0	0	7	0	10	0	9	0	26
Terezinha Maria Claudino dos Santos	0	18	5	0	5	0	0	20	0	48
Vera Lúcia Medeiros	0	3	19	0	0	20	0	21	0	63
Vida Nova	0	0	0	0	0	32	0	25	0	57
Vila Formosa	0	0	7	0	0	0	17	0	11	35
Total de vagas por grupo:	28	37	180	7	144	174	294	315	263	
Total de vagas matutino:										1434

ONDE SE LÊ:

QUADRO DE VAGAS 2019 - VESPERTINO

CEI	GI	GII	GIII	GIII/IV	GIV	GIV / V	GV	V/VI	GVI	Vagas por CEI:
Ana Sperandio Batistti	4	5	1	0	0	0	0	1	0	11
Antônio de Quadros	12	2	10	0	0	10	0	0	1	35
APAM	0	0	0	0	0	4	0	0	4	8
Bom Jesus de Iguape	0	0	10	0	7	0	7	0	4	28
Eloí Nietche	0	0	17	0	4	0	8	0	0	29
Érica Schimdt de Souza	0	0	2	0	0	0	25	0	25	52
Flor de Nápolis	0	0	10	0	0	22	3	0	2	37

Jardim Pinheiros	0	0	0	0	6	10	0	25	0	41
Jardim Solemar	0	0	0	0	11	0	5	0	0	16
José Nitro	0	0	0	0	0	0	0	5	0	5
Julia Francisca dos Santos	0	0	1	0	0	4	0	3	0	8
Lício Mauro da Silveira	0	0	0	0	0	0	13	13	0	26
Los Angeles	0	0	0	0	23	0	6	0	0	29
Manoel Cunha	0	0	7	0	0	7	0	7	0	21
Maria de Lourdes Bott Philippi	0	0	12	0	0	0	0	16	0	28
Maria Ferreira	0	0	0	0	0	1	0	4	0	5
Maria Minervina	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3
Nossa Senhora Aparecida	0	0	0	0	0	0	0	13	0	13
Nossa Senhora das Graças	12	0	0	0	0	0	0	4	0	16
Nossa Senhora de Fátima	2	0	2	0	0	0	0	3	0	7
Ondina Schmidt Gerlach	0	0	0	0	0	0	0	21	0	21
Professor Antônio Joaquim de Souza	0	8		0	0	0	0	18	0	26
Professora Araci Oliva da Silva	0	0	0	0	0	0	46	0	4	50
Professora Maria Arlinda Cúrcio	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Professora Regina Terezinha de O. Bastos	2	3	18	0	2	0	2	0	0	27
Professora Zenir Kretzer Borges	0	0	0	0	0	15	0	2	0	17
Santa Inês	0	0	2	0	0	0	8	0	8	18
Santo Antônio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
São Francisco	0	0	5	0	0	20	0	8	0	33
São José	0	0	0	0	0	0	2	0	2	4
São Judas Tadeu	0	0	17	0	0	0	0	0	0	17
São Luiz	0	0	0	5	0	9	0	4	0	18
Terezinha Maria Claudino dos Santos	12	3	4	0	0	0	0	0	0	19
Vera Lúcia Medeiros	0	18	0	0	0	0	0	30	0	48
Vida Nova	0	0	0	0	0	30	0	11	0	41
Vila Formosa	0	0	7	0	7	0	0	0	0	14
Total de vagas por grupo:	44	39	125	5	61	132	125	189	53	
Total de vagas vespertino:										772

LEIA-SE:

## QUADRO DE VAGAS 2019 - VESPERTINO

CEI	GI	GII	GIII	GIII/IV	GIV	GIV / V	GV	V/VI	GVI	Vagas por CEI:
Ana Sperandio Batistti	4	5	0	0	0	0	0	1	0	10
Antônio de Quadros	12	2	3	0	0	10	0	0	1	28
APAM	0	0	0	0	0	4	0	0	4	8
Bom Jesus de Iguape	0	0	10	0	7	0	7	0	4	28
Eloí Nietche	0	0	17	0	4	0	8	0	0	29
Érica Schimdt de Souza	0	0	2	0	0	0	25	0	25	52
Flor de Nápolis	0	0	10	0	0	22	3	0	2	37
Jardim Pinheiros	0	0	0	0	6	10	0	25	0	41
Jardim Solemar	0	0	0	0	11	0	5	0	0	16
José Nitro	0	0	0	0	0	0	0	5	0	5
Julia Francisca dos Santos	0	0	1	0	0	4	0	3	0	8
Lício Mauro da Silveira	0	0	0	0	0	0	13	13	0	26
Los Angeles	0	0	0	0	23	0	6	0	0	29
Manoel Cunha	0	0	7	0	0	7	0	7	0	21
Maria de Lourdes Bott Philippi	0	0	12	0	0	0	0	16	0	28
Maria Ferreira	0	0	0	0	0	1	0	4	0	5
Maria Minervina	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3
Nossa Senhora Aparecida	0	0	0	0	0	0	0	13	0	13
Nossa Senhora das Graças	12	0	0	0	0	0	0	4	0	16
Nossa Senhora de Fátima	2	0	2	0	0	0	0	3	0	7
Ondina Schmidt Gerlach	0	0	0	0	0	0	0	21	0	21
Professor Antônio Joaquim de Souza	0	8	0	0	0	0	0	18	0	26
Professora Araci Oliva da Silva	0	0	0	0	0	0	46	0	4	50
Professora Maria Arlinda Cúrcio	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Professora Regina Terezinha de O. Bastos	2	3	18	0	2	0	2	0	0	27
Professora Zenir Kretzer Borges	0	0	0	0	0	15	0	2	0	17
Santa Inês	0	0	2	0	0	0	8	0	8	18

Santo Antônio	0	0	0	0	0	0	0	0	0
São Francisco	0	0	5	0	0	20	0	8	33
São José	0	0	0	0	0	0	2	0	4
São Judas Tadeu	0	0	17	0	0	0	0	0	17
São Luiz	0	0	0	5	0	9	0	4	18
Terezinha Maria Claudino dos Santos	12	3	4	0	0	0	0	0	19
Vera Lúcia Medeiros	0	18	0	0	0	0	0	30	48
Vida Nova	0	0	0	0	0	30	0	11	41
Vila Formosa	0	0	7	0	7	0	0	0	14
Total de vagas por grupo:	44	39	125	5	61	132	125	189	53
Total de vagas vespertino:									764

ONDE SE LÊ:

## QUADRO DE VAGAS 2019 - INTEGRAL

CEI	GI	GII	GIII	GIII/IV	GIV	Vagas por CEI:
Ana Sperandio Batistti	5	0	0	0	0	5
Antônio de Quadros	0	0	0	0	0	0
APAM	0	0	0	0	16	16
Bom Jesus de Iguape	0	0	0	0	0	0
Eloí Nietche	0	0	0	0	2	2
Érica Schimdt de Souza	0	0	2	0	6	8
Flor de Nápolis	0	0	7	0	0	7
Jardim Pinheiros	34	0	0	0	8	42
Jardim Solemar	0	0	7	0	0	7
José Nitro	0	0	0	0	4	4
Julia Francisca dos Santos	12	14	0	0	3	29
Lício Mauro da Silveira	12	2	3	0	6	23
Los Angeles	0	0	0	0	0	0
Manoel Cunha	0	0	10	0	4	14
Maria de Lourdes Bott Philippi	0	0	0	0	1	1
Maria Ferreira	0	0	16	0	2	18
Maria Minervina	0	0	10	0	18	28
Nossa Senhora Aparecida	0	0	0	0	20	20
Nossa Senhora das Graças	0	0	0	0	0	0
Nossa Senhora de Fátima	10	11	0	0	12	33
Ondina Schmidt Gerlach	0	0	15	0	16	31
Professor Antônio Joaquim de Souza	0	0	0	0	0	0
Professora Araci Oliva da Silva	12	2	1	0	5	20
Professora Maria Arlinda Cúrcio	12	4	5	0	0	21
Professora Regina Terezinha de Oliveira Bastos	10	0	0	0	0	10
Professora Zenir Kretzer Borges	0	0	0	0	0	0
Santa Inês	0	0	15	18	0	33
Santo Antônio	0	0	34	17	5	56
São Francisco	0	0	12	0	3	15
São José	12	14	7	0	20	53
São Judas Tadeu	0	0	0	0	0	0
São Luiz	0	0	0	0	0	0
Terezinha Maria Claudino dos Santos	0	0	0	0	0	0
Vera Lúcia Medeiros	0	0	0	0	0	0
Vida Nova	0	0	0	0	0	0
Vila Formosa	0	0	10	0	11	21
Total de vagas por grupo:	119	47	154	35	162	
Total de vagas Integrais:						517

LEIA-SE:

## QUADRO DE VAGAS 2019 - INTEGRAL

CEI	GI	GII	GIII	GIII/IV	GIV	Vagas por CEI:
Ana Sperandio Batistti	5	0	0	0	0	5
Antônio de Quadros	0	0	7	0	0	7
APAM	0	0	0	0	16	16

Bom Jesus de Iguape	0	0	0	0	0	0
Eloí Nietche	0	0	0	0	2	2
Érica Schimdt de Souza	0	0	2	0	6	8
Flor de Nápolis	0	0	7	0	0	7
Jardim Pinheiros	0	0	34	0	8	42
Jardim Solemar	0	0	7	0	0	7
José Nitro	0	0	0	0	4	4
Julia Francisca dos Santos	12	14	0	0	3	29
Lício Mauro da Silveira	12	2	3	0	6	23
Los Angeles	0	0	0	0	0	0
Manoel Cunha	0	0	10	0	4	14
Maria de Lourdes Bott Philippi	0	0	0	0	1	1
Maria Ferreira	0	0	16	0	2	18
Maria Minervina	0	0	10	0	18	28
Nossa Senhora Aparecida	0	0	0	0	20	20
Nossa Senhora das Graças	0	0	0	0	0	0
Nossa Senhora de Fátima	10	11	0	0	12	33
Ondina Schmidt Gerlach	0	0	15	0	16	31
Professor Antônio Joaquim de Souza	0	0	0	0	0	0
Professora Araci Oliva da Silva	12	2	1	0	5	20
Professora Maria Arlinda Cúrcio	12	4	5	0	0	21
Professora Regina Terezinha de Oliveira Bastos	10	0	0	0	0	10
Professora Zenir Kretzer Borges	0	0	0	0	0	0
Santa Inês	0	0	15	18	0	33
Santo Antônio	0	0	34	17	5	56
São Francisco	0	0	12	0	3	15
São José	12	14	7	0	20	53
São Judas Tadeu	0	0	0	0	0	0
São Luiz	0	0	0	0	0	0
Terezinha Maria Claudino dos Santos	0	0	0	0	0	0
Vera Lúcia Medeiros	0	0	0	0	0	0
Vida Nova	0	0	0	0	0	0
Vila Formosa	0	0	10	0	11	21
Total de vagas por grupo:	119	47	154	35	162	
Total de vagas Integrais:						524

São José, 08 de outubro de 2018.

Lílian Sandin Boeing  
Secretária Municipal de Educação

## ERRATA AO EXTRATO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 016/2018

Publicação Nº 1769934

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ERRATA AO EXTRATO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 016/2018 – A Prefeitura de São José, por intermédio da sua Diretora de Compras, leva ao conhecimento dos interessados, que na publicação do dia 09/10/2018, ONDE SE LÊ: “ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 25 de outubro de 2018. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 25 de outubro de 2018” LEIA-SE: “ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 16h00min do dia 25 de outubro de 2018. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 16h30min do dia 25 de outubro de 2018”. Junior Palharini Garcia / Presidente da CPL.

## NOVA DATA DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 074/2018

Publicação Nº 1770249

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

NOVA DATA DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 074/2018 – Processo nº 479/2018 – Proc. Adm. 5043/2018. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CAÇAMBAS ESTACIONÁRIAS, INCLUINDO

COLETA, OPERAÇÃO, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS, PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 26 de setembro de 2018 às 18h00min até dia 24 de outubro de 2018, às 14h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h01min do dia 24 de outubro de 2018. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

**PORTARIA Nº 1.301/2018/SME**

Publicação Nº 1770424

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
Secretaria de Educação

**PORTARIA Nº 1.301/2018/SME**

DESIGNA COMISSÃO PARA ORGANIZAR, COORDENAR E ANALISAR OS REQUERIMENTOS PERTINENTES AO USUFRUTO DE LICENÇA-PRÊMIO PARA O ANO LETIVO DE 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso IV da Lei Orgânica do município de São José- SC,

**RESOLVE:**

I – DESIGNAR a Comissão responsável pela coordenação e análise dos requerimentos referentes ao usufruto do benefício da licença-prêmio para o ano letivo de 2019, em conformidade com o estabelecido na Portaria nº 1.300/2018/SME, integrada pelos seguintes membros:

CARLA LÚCIA NASCIMENTO  
GRAZIELA NUNES DA SILVA TESKE  
JENAIR MARIA PATRÍCIO  
MÁRCIA CRISTINA FIGUEREDO RIZZARO  
PATRÍCIA SERRATINE DA PAIXÃO

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de outubro de 2018.

LILIAN SANDIN BOEING  
Secretária Municipal de Educação  
São José - SC

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
Secretaria de Educação

**PORTARIA Nº 1.300/2018/SME**

ESTABELECE CRITÉRIOS PARA O USUFRUTO DO BENEFÍCIO DE LICENÇA-PRÊMIO DOS SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, PARA O ANO LETIVO DE 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e pelas demais disposições contidas na Legislação Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação e planejamento letivo e orçamentário, no usufruto do benefício de licença-prêmio dos servidores, para o ano letivo de 2019;

CONSIDERANDO os artigos 112 e 113 da Lei Municipal nº 2.761, de 25 de abril de 1995, que dispõe sobre a concessão de licença – prêmio;

CONSIDERANDO o artigo 2º da Lei nº 5.526, de 18 de dezembro de 2015, que altera o artigo 114 da Lei nº 2.761/1995;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Organizar o escalonamento de usufruto do benefício de licença-prêmio, para os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo da Secretaria da Educação interessados em usufruí-la, no ano letivo de 2019, com base nas disposições desta Portaria.

Parágrafo único - O escalonamento de que trata o caput deste artigo não poderá exceder a 10% (dez por cento) do total dos servidores que atuam na Unidade Escolar de lotação e/ou na manutenção da Secretaria de Educação, a cada ano letivo, sendo distribuídos na proporção de 50% (cinquenta por cento) em cada semestre letivo.

Art. 2º - Havendo servidores interessados em usufruir a licença-prêmio em percentual maior do que o limite estabelecido no parágrafo único

do artigo anterior, deverão ser observados os seguintes critérios:

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 1.300/2018/SME

- I- Estar em efetivo exercício na função para a qual foi nomeado em concurso público;
- II- Maior tempo de serviço no município de São José (tempo de efetivo);
- III- Maior número de licenças concedidas e não usufruídas;
- IV- Maior idade (data de nascimento);
- V- Não ter aumento de carga horária para o ano letivo do usufruto da licença.

Art. 3º - O período para solicitação de usufruto do benefício da licença-prêmio ficará a critério do servidor.

§ 1º - Recomenda-se que o período para usufruto do benefício integral (três meses) da licença-prêmio deverá coincidir com o início e/ou término do ano letivo; ou período seguido de licença gestação.

§ 2º - O início do usufruto da licença-prêmio no primeiro semestre será a partir do primeiro dia de aula na unidade escolar.

§ 3º - Ficam excetuados às normas de que trata o § 1º deste artigo, aqueles servidores que, comprovadamente, estão completando o interstício aposentatório.

§ 4º - O período de usufruto da licença-prêmio, para os servidores que desejarem o fracionamento da mesma, será entre os meses de maio e agosto.

§ 5º - Excepcionalmente, o servidor que necessitar usufruir a licença em outro período que não os relacionados acima, deverá protocolar um requerimento no centro de atendimento ao cidadão especificando os motivos do pedido. A Secretaria da Educação analisará o requerimento baseada nos seguintes critérios:

I- A possibilidade de adequar o quadro de pessoal para garantir o desenvolvimento das atividades na unidade educativa.

II- Respeitada a porcentagem determinada no parágrafo único do artigo 1º desta portaria.

Art. 4º - Os especialistas em assuntos educacionais poderão usufruir a licença-prêmio fracionada, no mês de julho de cada ano letivo, mediante a solicitação através de requerimento no centro de atendimento ao cidadão e memorando de autorização da direção da unidade escolar.

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 1.300/2018/SME

Art. 5º - As unidades de ensino deverão promover as inscrições, para o planejamento de concessão do usufruto do benefício da licença-prêmio dos servidores estáveis, integrantes do seu quadro de pessoal, para o primeiro e segundo semestres, respectivamente, do ano letivo de 2019, no período de 10 a 25 de outubro de 2018.

§ 1º - O servidor deverá se inscrever, elaborando requerimento, com o parecer deferido do período aquisitivo, em anexo, e entregá-lo à direção da(s) unidade(s) escolar(es) de lotação, com menção de data para o usufruto.

§ 2º - A direção da unidade escolar deverá encaminhar os documentos relativos às solicitações dos servidores lotados na Unidade Escolar, anexos ao relatório, para o Setor Administrativo/Pedagógico da Secretaria de Educação, impreterivelmente até o dia 27 de outubro de 2018.

§ 3º - No documento que informa a escala, deverão constar os nomes dos servidores, a matrícula funcional, o quinquênio aquisitivo, o número de meses e o período para o usufruto da licença-prêmio.

§ 4º - O servidor só poderá solicitar a inclusão na escala de usufruto do benefício da licença-prêmio após o deferimento de parecer do período aquisitivo, emitido pela Setor de Recursos Humanos da Secretaria de Administração.

§ 5º - Até 21 de dezembro, a Secretaria Municipal de Educação publicará no Diário Oficial dos Municípios – DOM, divulgará na página da Prefeitura Municipal de São José e encaminhará para cada unidade de ensino, a relação dos pedidos deferidos para o usufruto da licença - prêmio no ano de 2019, constando o período de gozo da referida licença.

Art. 6º - Compete ao Setor de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, quando para efeito de substituição do servidor em licença - prêmio, remanejar, reorganizar e adequar o quadro de pessoal.

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 1.300/2018/SME

Art. 7º - O servidor, devidamente escalado para o usufruto do benefício da licença-prêmio, que, a pedido, precisar modificar o período ou cancelar o seu gozo, deverá solicitar ao Setor Administrativo/Pedagógico a retificação com antecedência mínima de 15 (quinze) dias do

início da licença, devidamente justificada.

Parágrafo único - Iniciado o período de usufruto do benefício da licença-prêmio, de 3 (três) meses ou fracionado, este não poderá ser interrompido.

Art. 8º - Ao servidor que estiver respondendo processo de sindicância ou processo administrativo-disciplinar fica indeferido o usufruto do benefício da licença-prêmio.

Art. 9º - Não será autorizada a concessão de licença-prêmio para o servidor que alterar sua lotação e/ou aumentar a carga horária temporariamente para o ano letivo de 2019.

Art. 10 - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Educação.

Art. 11 - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São José (SC), 02 de outubro de 2018.

LILIAN SANDIN BOEING  
Secretária Municipal de Educação  
São José – SC

## PORTARIA SA Nº 1339/2018

Publicação Nº 1770412

PORTARIA- SA – Nº 1339/2018

Em razão de equívoco contido na Portaria 0673, de 25 de junho de 2018, publicada em 03 de julho de 2018, no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, faz-se a retificação da referida Portaria, de acordo com o que segue:

1. Onde se lê:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 60 (sessenta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) ELIZABETE HILLESHEIM DOS SANTOS, matrícula nº 16017-2, lotado (a) na Secretaria da Administração, no cargo de Agente Administrativo, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2005/2010.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06 de julho de 2018.

(...)

Leia-se:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) Servidor (a) Sr.(a) ELIZABETE HILLESHEIM DOS SANTOS, matrícula nº 16017-2, lotado (a) na Secretaria da Administração, no cargo de Agente Administrativo, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2005/2010.

II- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06 de julho de 2018.

(...)

2. As demais informações constantes na Portaria supramencionada permanecem inalteradas.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 25 de junho de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 093/2018

Publicação Nº 1770192

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 093/2018 – Processo nº 567/2018 – Proc. Adm. 6738/2018. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MESA QUADRADA PARA JOGOS COM QUATRO BANQUETAS E BANCOS DE CONCRETO COM ENCOSTO, DESTINADOS



ÀS PRAÇAS EM DIVERSOS BAIRROS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 10 de outubro de 2018 às 18h00min até dia 26 de outubro de 2018, às 14h30min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h31min do dia 26 de outubro de 2018. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

### **PREGÃO PRESENCIAL 089/2018**

Publicação Nº 1770101

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 089/2018 – Processo nº 560/2018 – Proc. Adm. 6647/2018. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA(S) PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO E SEGURO RCF (REPONSABILIDADE CIVIL FACULTATIVA) PARA ATENDER A FROTA DE VIATURAS OFICIAIS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 23/10/2018 às 14h00min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 23/10/2018 às 14h30min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002 ou (48) 3381-0445.

### **PREGÃO PRESENCIAL 095/2018**

Publicação Nº 1769896

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 095/2018 – Processo nº 572/2018 – Proc. Adm. 6908/2018. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ITENS DE SOCORRO E ASSISTÊNCIA, CONSTITUÍDOS DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA, ALIMENTAÇÃO, ACOMODAÇÃO E BÁSICO DE PROTEÇÃO CONTRA INTEMPÉRIES, DESTINADOS AS AÇÕES DE RESPOSTA, QUANDO DECRETADO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU ESTADO DE CALAMIDADE, REALIZADO PELA DEFESA CIVIL EM ATENDIMENTO A OCORRÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 24/10/2018 às 13h30min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 24/10/2018 às 14h00min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002 ou (48) 3381-0445.

### **PREGÃO PRESENCIAL 096/2018**

Publicação Nº 1770225

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 096/2018 – Processo nº 576/2018 – Proc. Adm. 6563/2018. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, INCLUINDO MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE PEÇAS, DESTINADOS A FROTA DE VEÍCULOS DA 1ª COMPANHIA DO 10º BATALHÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO JOSÉ/SC.. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 25/10/2018 às 14h00min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 25/10/2018 às 14h30min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002 ou (48) 3381-0445.

### **PRORROGAÇÃO DE PRAZO - PORTARIA Nº 1082 DE 23 DE MAIO DE 2018**

Publicação Nº 1770422

PRORROGAÇÃO DE PRAZO - PORTARIA Nº 1082 de 23 de maio de 2018

INSTAURA PROCEDIMENTO PARA APURAÇÃO DE FATOS OCORRIDOS NA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 027/2016.

A Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV, do artigo 66, da Lei Orgânica Municipal,

- O disposto no artigo 37, da CF, em que preconiza "A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:".

- O disposto no art. 2º da Lei 9.784/99, evidencia que, além da atuação conforme a lei, a legalidade significa, igualmente, a observância dos princípios administrativos, respeitando acima de tudo, o interesse público, "Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência".

- O disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

- A necessidade de análise do Processo Administrativo nº 24644/2015, Concorrência nº 009/2015, Contrato nº 027/2016, cujo objeto refere-se a execução da obra de construção do Centro de Educação Infantil Luar;

- O Parecer Jurídico nº 173/2018 da Procuradoria Geral do Município, referente ao Processo Administrativo nº 1354/2018.

RESOLVE:

I – PRORROGAR o prazo, por mais 60 (sessenta) dias, para conclusão dos trabalhos do Procedimento Administrativo investigatório a fim de averiguar os motivos, as causas e as consequências do atraso na obra da creche do Loteamento Luar;

II – Esta Portaria entrará em vigor a partir da sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

São José, 08 de outubro de 2018.

Lilian Sandin Boeing  
Secretária Municipal da Educação

## RESOLUÇÃO Nº 046/2018/CMDCA

Publicação Nº 1770420

RESOLUÇÃO Nº 046/2018/CMDCA

ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DOS TRABALHOS DO CONSELHO TUTELAR

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº 5.482/2015,

Considerando a Lei Municipal nº 5.482/2015, Art. 27- Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/SJ, órgão normativo, deliberativo, e controlador da política de atendimento à criança e o adolescente vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Assistência Social,

Considerando deliberação da Plenária Ordinária de 03 de Outubro de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a composição da Comissão de Acompanhamento dos Trabalhos do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, devendo vigorar da seguinte forma:

TITULARES	RESPECTIVOS SUPLENTE
Zamile Cristina da Silva Schutz	Tatiana Bonzini de Oliveira
Cleidiomar Aparecida Furlanetto	Silvana Andreia de Oliveira
Simone Machado	Adriana Figueiredo
Luciana Pereira da Silva	Rosa Nelida Montelongo Araújo Mazzali
Cleber de Oliveira Rodrigues	José Aparecido Ribeiro
Oclides Rodrigues	Fabiani Erli Witt

Art. 2º – A Comissão será coordenada pelo Conselheiro Titular representante da Sociedade Civil, Sr. Oclides Rodrigues.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação, revogando a Resolução nº 033/2018/CMDCA e demais disposições em contrário.

Art. 4º – Publique-se na forma da Lei.  
São José, 04 de Outubro de 2018.

DANÚZIO BRANDELERO  
Conselheiro Presidente do CMDCA/SJ

**TERMO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 026/2018**

Publicação Nº 1770020

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ TERMO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 026/2018	
---	--

**DA RATIFICAÇÃO**

A autoridade superior, neste ato representada pelo SECRETARIA DE SEGURANÇA, Sr. ANDRÉA IRANY PACHECO RODRIGUES, em atenção ao que preconiza o Art. 26 da Lei nº 8.666/93, RATIFICA a presente dispensa de licitação, fundamentada no Art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93, por preencher os requisitos presentes na Lei de Licitações para a seguinte contratação: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA DRAGER SAFETY DO BRASIL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (ESPECIALIZADA E REPRESENTANTE EXCLUSIVA), PARA FORNECIMENTO DE ETIQUETAS AUTOADESIVAS, COM INSTALAÇÃO, PARA IDENTIFICAÇÃO INDIVIDUAL EM CAPACETES DA MESMA MARCA, PERTENCENTES A 1ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO JOSÉ/SC.

A seguinte empresa:

Credor	Total Cotado
DRAGER SAFETY DO BRASIL EQUITOS. SEGURANÇA LTDA	R\$ 8.100,00
TOTAL:	R\$ 8.100,00

São José, 09 de outubro de 2018.

Pelo presente, ratifico os termos da Dispensa de Licitação e solicito a publicação na imprensa oficial.

ANDRÉA IRANY PACHECO RODRIGUES SECRETARIA DE SEGURANÇA	

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 142/2018**

Publicação Nº 1770442

PORTARIA Nº 142/2018

NOMEIA INTEGRANTES DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, a, art. 74, II, 1, da Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005, em conformidade com o que dispõe a Lei Complementar nº 68, de 02 de dezembro de 2015, e o disposto no art. 51 e seus parágrafos da Lei Federal nº 8.666/1993, de 21 de junho de 1993,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Comissão Permanente de Licitações e Contratos, que será composta pelos seguintes servidores:

PRESIDENTE – CLAUDIA MARQUES DE ANDRADE  
PREGOEIRA – KAREN EDLÉIA SIGOUNAS DE LIMA VIEIRA  
MEMBRO – GUILHERME CLASEN GAGLIOTTI  
MEMBRO – BRUNO GABRIEL MELO MACHADO  
1º SUPLENTE – ADRIANA MACIEL PEREIRA  
2º SUPLENTE – MARA LETÍCIA RADIN

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Câmara Municipal de São José, SC, 9 de outubro de 2018.

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**RESOLUÇÃO Nº. 516, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1770116

RESOLUÇÃO Nº. 516, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

ALTERA DISPOSITIVOS DA RESOLUÇÃO Nº. 164, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2005 – REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ APROVOU E EU PROMULGO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

Art. 1º. O art. 18 do Regimento Interno da Câmara Municipal de São José/SC, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18. Ocorrendo a vacância de qualquer cargo da Mesa, será procedido da seguinte forma:

I – no cargo de Presidente, assume o Vice-Presidente, realizando-se eleição para o preenchimento deste cargo;

II – no cargo de Vice-Presidente, assume o 1º Secretário, realizando-se eleição para o preenchimento deste cargo;e

III - no cargo de 1º Secretário, assume o 2º Secretário, realizando-se eleição para o preenchimento deste cargo.

Parágrafo Único. A eleição de que trata este artigo será realizada no prazo de cinco sessões ordinárias a contar da data da vacância, observado, no que couber, o procedimento previsto para a eleição da Mesa.”

Art. 2º. Altera o §5º, do art. 34 do Regimento Interno da Câmara Municipal de São José/SC, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 5º - Não se aplica o disposto no parágrafo anterior às hipóteses previstas no § 6º do artigo 50, caso em que a Comissão poderá completar seu Parecer em 48 (quarenta e oito) horas, desde que o projeto ainda se encontre em Plenário, cabendo ao Presidente da Câmara diligenciar junto ao Prefeito, se for o caso, para o urgente atendimento às informações solicitadas.”

Art. 3º. Alteram os §§3º e 5º do artigo 51 do Regimento Interno da Câmara Municipal de São José/SC, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“§3º - Esgotados os prazos concedidos às Comissões, o Presidente da Câmara, de ofício ou a requerimento de qualquer Vereador, designará um Relator Especial, que emitirá seu Parecer no prazo de 6 (seis) dias, ressalvado o disposto no § 6º do artigo 50.

RESOLUÇÃO Nº. 516, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

[...]

§ 5º - Por entendimento entre os respectivos Presidentes, poderão duas ou mais Comissões apreciar a matéria em conjunto, respeitado o disposto no artigo 45.”

Art. 4º. Altera o §4º do artigo 61 do Regimento Interno da Câmara Municipal de São José/SC, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 4º - Presidirá a Comissão o primeiro signatário da proposição de sua constituição, salvo quando de autoria da Mesa, caso em que se observará, no que couber, o disposto no parágrafo único do artigo 63.”

Art. 5º. Altera o caput, do art. 106 do Regimento Interno da Câmara Municipal de São José/SC, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 106. As Sessões Ordinárias da Câmara realizar-se-ão às segundas e quartas-feiras, com início às 16 (dezesseis) horas e terão duração máxima de 2 (duas) horas.”

Art. 6º. Altera o inciso IV do art. 113 do Regimento Interno da Câmara Municipal de São José/SC, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“IV - uso da palavra, na forma do artigo 115.”

Art. 7º. Altera o caput do art. 116 do Regimento Interno da Câmara Municipal de São José/SC, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 116. Findo o Expediente, por término do prazo ou falta de oradores, e decorrido o intervalo a que alude o artigo 106, terá início a Ordem do Dia.”

Art. 8º. Altera o §2º do 131 do Regimento Interno da Câmara Municipal de São José/SC, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º - Quando houver exigência de "quorum" para apresentação de proposições, as assinaturas não poderão ser retiradas após o seu encaminhamento à Mesa para publicação, sob pena de torná-la prejudicada, e, conseqüentemente arquivada, na forma do parágrafo único, do artigo 167, se o número ficar reduzido aquém da exigência regimental.”

RESOLUÇÃO Nº. 516, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

Art. 9º. Alteram os incisos II e III, do art. 137 do Regimento Interno da Câmara Municipal de São José/SC, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“II - para as quais haja sido requerida - Urgência, nos termos do § 6º do artigo 50;

III - cuja Urgência Especial tenha sido sustada nos termos dos §§ 5º e 6º do artigo 135.”

Art. 10. Altera o caput do art. 139 do Regimento Interno da Câmara Municipal de São José/SC, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 139. A tramitação Ordinária aplica-se a todas as proposições não abrangidas pelos artigos 135 a 138.”

Art. 11. Altera o §2º, do art. 142 do Regimento Interno da Câmara Municipal de São José/SC, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º - A emenda aprovada será promulgada pela Mesa da Câmara, recebendo numeração própria na forma estabelecida no artigo 75.”

Art. 12. Altera o §1º, do art. 166 do Regimento Interno da Câmara Municipal de São José/SC, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º - Também serão arquivadas as proposições cuja prejudicialidade seja declarada nos termos do artigo 167 e seu parágrafo único.”

Art. 13. Altera o inciso I, do art. 167 do Regimento Interno da Câmara Municipal de São José/SC, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“I - a discussão ou a votação de qualquer projeto idêntico a outro já aprovado ou rejeitado na mesma sessão legislativa, observada o disposto no artigo 154 e seus §§;”

Art. 14. Alteram os incisos IV e o VIII, do artigo 170 do Regimento Interno da Câmara Municipal de São José/SC, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“IV - na hora do expediente, quando inscrito na forma do artigo 115 e seus parágrafos;

[...]

VIII - para explicação pessoal, nos termos dos artigos 118 e 119.”

RESOLUÇÃO Nº. 516, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

Art. 15. Suprime o inciso IV e altera o inciso V, do artigo 172 do Regimento Interno da Câmara Municipal de São José/SC, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“IV - [Suprimido]

V - 60 (sessenta) minutos, na hipótese prevista no inciso III, alínea "b", número 2, deste artigo, para:

a) cada relator;

b) cada representado ou denunciado.”

Art.16. Renumeram as alíneas do §5º do art. 178 do Regimento Interno da Câmara Municipal de São José/SC, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 5º - Submetem-se ao "quorum" de maioria absoluta as deliberações sobre:

a) Plano de Cargos e Salários dos servidores da Câmara, e demais proposições pertinentes;

b) eleição dos membros da Mesa em primeiro escrutínio;

c) eleição indireta de Prefeito, em primeiro escrutínio;

d) retomada na mesma sessão legislativa de projeto rejeitado, ressalvado a iniciativa privativa do Prefeito;

e) rejeição de Redação Final;

f) votação de Códigos na íntegra.”

Art.17. Altera a redação dos incisos I, II e III, do art. 197 do Regimento Interno da Câmara Municipal de São José/SC, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“I - O Projeto do Plano Plurianual, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato governamental subsequente, será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro (31/08) e devolvido até o encerramento da sessão legislativa;

II - O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, será encaminhado até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro (15/04) e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa;

III - O Projeto de Lei Orçamentária será encaminhado até três meses antes do encerramento do exercício financeiro (31/09) e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

[...]”

RESOLUÇÃO Nº. 516, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

Art.18. Altera a redação do caput do art. 201 do Regimento Interno da Câmara Municipal de São José/SC, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 201. Em primeira e segunda discussão, poderão os Vereadores manifestarem-se pelo prazo máximo de 10 (dez) minutos, sobre o projeto e as emendas, assegurando-se preferência ao relator, do parecer, da comissão de Finanças e orçamento e aos autores das emendas no uso da palavra.”

Art. 19. Altera o §4º do artigo 212 do Regimento Interno da Câmara Municipal de São José/SC, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 4º - Nas Sessões de discussão e votação das Contas aplica-se o disposto no artigo 199.”

Art. 20. Altera a redação do caput do art. 220 do Regimento Interno da Câmara Municipal de São José/SC, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 220. A ordem dos trabalhos poderá ser interrompida, quando o Vereador pedir a palavra “pela ordem” nos seguintes casos:

I - Para lembrar melhor método de trabalho;

II - Para solicitar preferência ou destaque para parecer, voto, emenda ou substitutivo;

III - Para reclamar contra a infração do Regimento;

IV - Para apontar qualquer irregularidade nos trabalhos.”

Art. 21. Altera o §2º, do artigo 225 do Regimento Interno da Câmara Municipal de São José/SC, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º - Aplica-se o disposto no parágrafo anterior aos projetos de Lei a que alude o artigo 222.”

Art. 22. Altera a redação do §3º, acrescenta e renumera o §4º, do art. 86 e altera o inciso III e o §4º do art. 87, do Regimento Interno da Câmara Municipal de São José/SC, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 86. Redação Original.

§ 1º Redação Original.

§ 2º Redação Original.

RESOLUÇÃO Nº. 516, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

§3º Assiste ao suplente que for convocado o direito de se declarar impossibilitado de assumir o exercício do mandato, dando ciência por escrito à Mesa, que convocará o suplente.

§4º O suplente poderá formalmente abdicar do direito ao exercício do cargo, situação em que não perderá a qualidade de suplente e a condição de exercício do cargo em futuras convocações, assegurando-lhe, nesta última hipótese, a precedência sobre os suplentes subseqüentes.

§ 5º Verificada a existência de vaga e satisfeitas as exigências do artigo 6º, §§ 1º e 6º, e demais disposições deste Regimento, não poderá o Presidente negar posse ao Vereador ou suplente.

Art. 87. O Vereador somente poderá licenciar-se:

I - Redação Original.

II - Redação Original.

III - para tratar de interesse particular, por prazo determinado, não inferior a 30 (trinta) dias nem superior a 120 (cento e vinte) dias, em cada sessão legislativa.

§1º. Redação Original.

§2º. Redação Original.

§3º. Redação Original.

§ 4º - Em qualquer dos casos, o Presidente convocará em até 10 (dez) dias, o substituto.”

Art. 23. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de São José, 09 de outubro de 2018.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Presidente

## **AUTARQUIA SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA - SJPREV**

### **DECRETO 10692/2018**

Publicação Nº 1769873

DECRETO Nº 10692/2018

RETIFICA APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e considerando o que consta no Processo nº 009762/2017

DECRETA:

Art. 1º - RETIFICAR o Decreto nº 10527/2018, que concedeu aposentadoria a VALMOR DOS SANTOS JUNIOR, matrícula 2805-3, nos seguintes termos:

ONDE SE LÊ: “..., com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de horas normais, promoção vertical, gratificação de produtividade e quinquênio, ...”

LEIA-SE: “..., com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de horas normais (licença prêmio), promoção vertical, gratificação de produtividade, gratificação de desempenho e quinquênio, ...”

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de setembro de 2018.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal



CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO  
Presidente da São José Previdência

**DECRETO 10693/2018**

Publicação Nº 1769860

DECRETO Nº 10693/2018  
CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 003027/2018 e com base no artigo 40, parágrafo 1º, inciso I, da Constituição Federal, c/c EC nº 70/2012 Art.6º-A,

**DECRETA:**

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria por invalidez, pelo Fundo Financeiro, para o servidor JOSÉ SERGIO COELHO, matrícula 1377-3, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria da Saúde, com proventos proporcionais a 80,03%, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de horas normais, quinquênio e adicional de insalubridade, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos, tendo desta forma direito a paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de setembro de 2018.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de setembro de 2018.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal  
CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO  
Presidente da São José Previdência

**DECRETO 10694/2018**

Publicação Nº 1769874

DECRETO Nº 10694/2018  
CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 005745/2018 e com base no artigo 40, parágrafo 1º, inciso I, da Constituição Federal,

**DECRETA:**

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria por invalidez, pelo Fundo Previdenciário, para a servidora LUCIANA APARECIDA MARTINS ROSA, matrícula 22.891-5, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Saúde, com proventos proporcionais a 34,40%, calculados com base na média dos 80% melhores salários de contribuição, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para o Regime Geral de Previdência Social, não tendo desta forma direito a paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos em 03 de setembro de 2018.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de setembro de 2018.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal  
CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO  
Presidente da São José Previdência

**DECRETO 10696/2018**

Publicação Nº 1769863

DECRETO Nº 10696/2018  
CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 002570/2018 e com base no artigo 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003,

**DECRETA:**

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria por tempo de contribuição e idade, pelo Fundo Financeiro, para a servidora MARIA ANGÉLICA ALBINO, matrícula 2.795-2, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria da Educação, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de horas normais (Licença Prêmio), quinquênio, adicional de pós-graduação e



gratificação de regência, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos, tendo desta forma direito a paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de setembro de 2018.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de setembro de 2018.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

## DECRETO 10697/2018

Publicação Nº 1769859

DECRETO Nº 10697/2018

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 002935/2018 e com base no artigo 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria por tempo de contribuição e idade, pelo Fundo Financeiro, para a servidora ILDETE DE OLIVEIRA SANTOS FARIAS, matrícula 1800-7, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de horas normais, quinquênio, adicional de pós-graduação e gratificação de regência, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos, tendo desta forma direito a paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a partir de 03 de setembro de 2018.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de setembro de 2018.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

## DECRETO 10698/2018

Publicação Nº 1769865

DECRETO Nº 10698/2018

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 008982/2017 e com base no artigo 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria por tempo de contribuição e idade, pelo Fundo Financeiro, para a servidora BELI IZABEL DARELLI, matrícula 1612-8, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria da Educação, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de horas normais, quinquênio, adicional de pós-graduação e gratificação de regência, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos, tendo desta forma direito a paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de setembro de 2018.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de setembro de 2018.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

**DECRETO 10699/2018**

Publicação Nº 1769868

DECRETO Nº 10699/2018

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 0000985/2018 e com base no artigo 40, §1º, inciso III, "b" da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria por idade, pelo Fundo Financeiro, para a servidora ELIETI BEATRIZ NAGEL PEREIRA, matrícula 13869-0, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação do Município de São José, com proventos proporcionais a 82,73% (oitenta e dois vírgula setenta e três por cento), da média dos salários de contribuição, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para o Regime Geral da Previdência Social, não tendo desta forma direito à paridade.

Art. 2º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a partir de 05 de setembro de 2018.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de setembro de 2018.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

**DECRETO 10700/2018**

Publicação Nº 1769870

DECRETO Nº 10700/2018

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 005818/2018 e com base no artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47 de 05/07/2005,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria por tempo de contribuição e idade, pelo Fundo Financeiro, para o servidor JOSÉ CARLOS DE MELO, matrícula 6043-7, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria da Receita do Município de São José, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de horas normais (Licença Prêmio), quinquênio e adicional de insalubridade, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos, tendo desta forma direito a paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em 15 de setembro de 2018.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de setembro de 2018.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### EXTRATO CREDENCIAMENTO 03-2018

Publicação Nº 1769971

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº152/2018  
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2018

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, promove Processo Licitatório nº 152/2018, Edital de Credenciamento Nº 03/2018, Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DAS INSTALAÇÕES CONSTANTES NO MÓDULO ESPORTIVO (quadra poliesportiva coberta, campo de futebol e demais instalações) PARA ORGANIZAÇÕES/ ENTIDADES/ ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, QUE ATUAM NO DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE NO MUNICÍPIO. Recebimento dos documentos pertinentes ao credenciamento de acordo com o presente Edital, a partir das 09:00 horas do dia 30/10/2018, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, [www.prefcedro.sc.gov.br](http://www.prefcedro.sc.gov.br), e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br), ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

### LEI Nº 4755/2018

Publicação Nº 1769467

LEI Nº 4.755, DE 02 DE OUTUBRO DE 2018.

“ALTERA O ARTIGO 2º DA LEI Nº 4.739, DE 28 DE AGOSTO DE 2018, QUE AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES DE INCENTIVOS ECONÔMICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. O artigo 2º da Lei nº 4.439, de 28 de agosto de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º. Fica autorizada a prorrogação do prazo para mais 05(cinco) anos, a contar da data de emissão do Parecer nº 007/2018 do CODE-CE, ou seja, 20/07/2018, para a empresa MÓVEIS ARTESANAIS TAMBO EIRELI, inscrita no CNPJ/MF nº14.051.307/0001-26, demonstrar o cumprimento dos encargos assumidos no Contrato nº 27/2008, oriundo da Licitação nº 10/2008.”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 02 de outubro de 2018.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

CÉLIA OSMARI TOIGO,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

PEDRINHO CASARIN,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal de Administração.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal de Transportes e Obras

VERA REGINA CERIOLI COSTA,  
Secretária Municipal da Fazenda.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## **RESOLUÇÃO Nº 003/2018/CMAS**

Publicação Nº 1769654

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SÃO JOSÉ DO CEDRO  
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

### **RESOLUÇÃO Nº 003/2018**

Súmula: Aprovação do CENSO SUAS 2018 e Plano de Trabalho da Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de São José do Cedro/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 4.375, de 19 de maio de 2015 e considerando a deliberação da plenária realizada em 03/10/2018 – Ata 05/2018.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar o Censo Suas 2018 da Secretaria de Desenvolvimento Social, Centro de Referência de Assistência Social, Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora

Art. 2º - Aprovar o plano de trabalho do Município de São José do Cedro da Proteção Social Básica

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

São José do Cedro, 05 de Outubro de 2018.

FERNANDO JÚLIO WILL

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

**ANEXO I MENSAL - SETEMBRO 2018**

Publicação Nº 1769821

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC - PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO CEDRO**  
**RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**OUTUBRO/2017 A SETEMBRO/2018**

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	716.473,95	0,00
Pessoal Ativo	716.473,95	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	592.418,85	0,00
Obrigações Patronais	124.055,10	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>716.473,95</b>	<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL AJUSTADA</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>41.615.015,83</b>	<b>-</b>
<b>(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§ 13, art. 166 da CF)</b>	<b>0,00</b>	
<b>= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)</b>	<b>41.615.015,83</b>	
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)</b>	<b>716.473,95</b>	<b>1,72</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>	<b>2.496.900,95</b>	<b>6,00</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)</b>	<b>2.372.055,90</b>	<b>5,70</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)</b>	<b>2.247.210,86</b>	<b>5,40</b>

FONTE:

São José do Cedro, 09/10/2018

Clóvis José Scalco  
 Presidente da Câmara de Vereadores

Aline Inês Etges  
 Contadora CRC-SC 036.404/O-7

Paulo Isidoro Lorencini  
 Controle Interno



## ANEXO V - 5º BIMESTRE 2018

Publicação Nº 1769822

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC - PODER LEGISLATIVO  
CAMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO CEDRO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2018/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSORCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquid. e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
						(b)				
(a)		(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a - (b + c + d + e) - f)			
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 60%		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 40%		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Educação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Saúde		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Destinações Vinculadas de Recursos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)		131.131,57	0,00	465,00	0,00	2.376,71	0,00	128.289,86	20.410,51	0,00
Recursos Ordinários		131.131,57	0,00	465,00	0,00	2.376,71	0,00	128.289,86	20.410,51	0,00
Outros Recursos não Vinculados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)		131.131,57	0,00	465,00	0,00	2.376,71	0,00	128.289,86	20.410,51	0,00

FONTE:

São José do Cedro, 09/10/2018

Clóvis José Scalco Presidente da Câmara de Vereadores	Aline Inês Elges Contadora CRC-SC 036.404/O-7	Paulo Isidoro Lorendini Controle Interno
--	--	---

Publicação Nº 1769831

Continua 1/2



Continuação 2/2

Município de São José do Cedro - SC  
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO CEDRO  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2018/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>1.000.500,00</b>	<b>1.000.500,00</b>	<b>75.975,85</b>	<b>643.382,29</b>	<b>357.117,71</b>	<b>80.568,92</b>	<b>622.971,78</b>	<b>377.528,22</b>	<b>622.506,78</b>
DESPESAS DE CAPITAL	8.000,00	8.000,00	1.080,00	5.680,00	2.320,00	0,00	4.600,00	3.400,00	4.600,00
INVESTIMENTOS	8.000,00	8.000,00	1.080,00	5.680,00	2.320,00	0,00	4.600,00	3.400,00	4.600,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>1.000.500,00</b>	<b>1.000.500,00</b>	<b>75.975,85</b>	<b>643.382,29</b>	<b>357.117,71</b>	<b>80.568,92</b>	<b>622.971,78</b>	<b>377.528,22</b>	<b>622.506,78</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>1.000.500,00</b>	<b>1.000.500,00</b>	<b>75.975,85</b>	<b>643.382,29</b>	<b>357.117,71</b>	<b>80.568,92</b>	<b>622.971,78</b>	<b>377.528,22</b>	<b>622.506,78</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>1.000.500,00</b>	<b>1.000.500,00</b>	<b>75.975,85</b>	<b>643.382,29</b>	<b>—</b>	<b>80.568,92</b>	<b>622.971,78</b>	<b>—</b>	<b>622.506,78</b>
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>

FONTE:

São José do Cedro, 09/10/2018

Glóvis José Scalco  
Presidente da Câmara de Vereadores

Aline Inês Elges  
Contadora CRC-SC 036.404/O-7

Paulo Isidoro Lorenzini  
Controle Interno

## Publicação Nº 1769832

RRRO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c” )

**FONTE:**

**Paulo Isidoro Lorencini**  
**Controlle Interno**

Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

**RREO ANEXO V - BIMESTRAL - 5º BIMESTRE**

Publicação Nº 1769840

Município de São José do Cedro - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2018/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO  
Entidade: CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE DO CEDRO

	R\$ 1,00		
	Em 31 Dez 2017 (A)	Em 31 Ago 2018 (B)	Em 31 Out 2018 (C)
<b><u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u></b>			
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	126.224,93	130.666,57
Disponibilidade de Caixa	0,00	126.193,22	130.634,86
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	126.758,12	131.099,86
(-) Restos a Pagar Processados (Exeto Precatórios)	0,00	564,90	465,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	31,71	31,71
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vlc - Vlb)	Jan a Out 2018 (Vlc - Vla)
<b><u>RESULTADO NOMINAL</u></b>		
<b>VALOR</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<b><u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u></b>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

São José do Cedro, 09/10/2018

Clóvis José Scalco  
Presidente da Câmara de Vereadores

Aline Inês Etges  
Contadora CRC-SC 036.404/O-7

Paulo Isidoro Lorencini  
Controle Interno

## RREO ANEXO VI - BIMESTRAL - 5º BIMESTRE

Publicação Nº 1769841

Município de São José do Cedro - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2018/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	ACIMA DA LINHA	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2018 RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00
I.R.R.F.	0,00	0,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Aplicações Financeiras(II)	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00
Cota-Parte do FPM	0,00	0,00
Cota-Parte do ICMS	0,00	0,00
Cota-Parte do IPVA	0,00	0,00
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (V)	0,00	0,00
Operação de Crédito(VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de São José do Cedro - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2018/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/4

ACIMA DA LINHA		Até o Bimestre/2018			
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECETAS REALIZADAS(a)			
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00			
Transferências de Capital	0,00	0,00			
Convênios	0,00	0,00			
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00			
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00			
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00			
RECETAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	0,00	0,00			
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	0,00	0,00			

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2018				
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESAS CORRENTES (XIII)	992.500,00	637.702,29	618.371,78	617.906,78	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	785.000,00	540.634,81	540.634,81	540.634,81	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	207.500,00	97.067,48	77.736,97	77.271,97	0,00	0,00
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	207.500,00	97.067,48	77.736,97	77.271,97	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	992.500,00	637.702,29	618.371,78	617.906,78	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	8.000,00	5.680,00	4.600,00	4.600,00	0,00	0,00
Investimentos	8.000,00	5.680,00	4.600,00	4.600,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	8.000,00	5.680,00	4.600,00	4.600,00	0,00	0,00

Continua 2/4

Município de São José do Cedro - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2018/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2018					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)	
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	1.000.500,00	643.382,29	622.971,78	622.506,78	0,00	0,00	0,00	
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]								
-622.506,78								
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE							
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00							
JUROS NOMINAIS								
Até o Bimestre/2018								
VALOR INCORRIDO								
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (XXV)	0,00							
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XXVI)	0,00							
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	-622.506,78							
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE							
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00							
ABAXO DA LINHA								
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL								
Em 31 Dez 2017(a)								
Até o Bimestre/2018(b)								
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	0,00							
DEDUÇÕES (XXIX)	130.634,86							
Disponibilidade de Caixa	130.634,86							
Disponibilidade de Caixa Bruta	131.099,86							
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	465,00							
Demais Haveres Financeiros	0,00							
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	-130.634,86							
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	130.634,86							

Continua 3/4

Município de São José do Cedro - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2018/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2018
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	-465,00
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXV)	0,00
<b>RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVI) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV)</b>	<b>131.099,86</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXVII) = XXXVI - (XXV - XXVI)</b>	<b>131.099,86</b>
<b>INFORMAÇÕES ADICIONAIS</b>	<b>PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
<b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>



## Publicação Nº 1769842

R\$ 1,00

**Fonte:**

Paulo Isidoro Lorencini  
Controlle Interno

**RREO ANEXO XVI - BIMESTRAL - 5º BIMESTRE**

Publicação Nº 1769843

Município de São José do Cedro - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2018/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Entidade: CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE DO CEDRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
<b>RECEITAS</b>			
Previsão Inicial			0,00
Previsão Atualizada			0,00
Receitas Realizadas			0,00
Déficit Orçamentário			622.971,78
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			0,00
<b>DESPESAS</b>			
Dotação Inicial			1.000.500,00
Créditos Adicionais			0,00
Dotação Atualizada			1.000.500,00
Despesas Empenhadas			643.382,29
Despesas Liquidadas			622.971,78
Despesas pagas			622.506,78
Superavit Orçamentário			0,00
<b>DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO</b>		<b>Até o Bimestre</b>	
Despesas Empenhadas			643.382,29
Despesas Liquidadas			622.971,78
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>		<b>Até o Bimestre</b>	
Receita Corrente Líquida			0,00
<b>RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES</b>		<b>Até o Bimestre</b>	
<b>Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO</b>			
Receitas Previdenciárias Realizadas			0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas			0,00
Resultado Previdenciário			0,00
<b>Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO</b>			
Receitas Previdenciárias Realizadas			0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas			0,00
Resultado Previdenciário			0,00
<b>RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO</b>		<b>Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)</b>	<b>Resultado Apurado até o Bimestre (b)</b>
Resultado Nominal		0,00	-622.506,78
Resultado Primário		0,00	-622.506,78
<b>DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO</b>		<b>Valor apurado até o Bimestre</b>	<b>Limites Constitucionais Anuais</b>
			<b>% Mínimo a Aplicar no Exercício</b>
			<b>% Aplicado até o Bimestre</b>
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		0,00	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60%
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>Valor apurado até o Bimestre</b>	<b>Saldo não Realizado</b>
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		4.600,00	3.400,00

Continua 1/2

Município de São José do Cedro - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2018/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**  
Entidade: CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE DO CEDRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2018	2028	2038	2053
Plano Previdenciário					
Receitas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário		0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro					
Receitas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos				0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos				0,00	0,00
				Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
				% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de Impostos			0,00	15,00	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP			Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)					0,00

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

São José do Cedro, 09/10/2018

Clóvis José Scalco

Presidente da Câmara de Vereadores

Aline Inês Etges

Contadora CRC-SC 036.404/O-7

Paulo Isidoro Lorendini

Controle Interno

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 154/2018 - TP 011/2018

Publicação Nº 1770289

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 25/10/2018 às 08h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 154/2018. MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERV. ENG. Nº 011/2018. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL DE MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA CORONEL BERTASO E VIA PARQUE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, COM ÁREA TOTAL DE INTERVENÇÃO 6777,25M², CONFORME PROJETOS ANEXOS AO EDITAL E CONTRATO DE REPASSE Nº 869961/2018 DO MINISTÉRIO DO TURISMO/CAIXA. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.sao-lourenco.sc.gov.br](http://www.sao-lourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 09 de Outubro de 2018.  
RAFAEL CALEFFI  
PREFEITO MUNICIPAL

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 155/2018 - SRP - PR Nº 107/2018

Publicação Nº 1770370

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 24/10/2018, às 08h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO 155/2018. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/2018. OBJETO: AQUISIÇÃO DE JOGOS, BRINQUEDOS E TABLETES DESTINADAS AOS PARTICIPANTES DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL, EM ESPECIAL AO “DIA DO BRINCAR III” DESENVOLVIDO PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 08 de Outubro de 2018.  
RAFAEL CALEFFI  
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 6.066, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1769492

DECRETO Nº 6.066, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

Abre crédito adicional suplementar, por superávit financeiro, no orçamento programa de 2018, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.378, de 20 de dezembro de 2017, e de acordo com o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito adicional suplementar, por superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

06.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF			
06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF			
04.122.4503.2.006 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0000	195	Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00	

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o

que estabelece a Lei Municipal nº 2.378, de 20 de dezembro de 2017 e o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 08 de outubro de 2018.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 6.067, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1769493

DECRETO Nº 6.067, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

Abre crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2018, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.378, de 20 de dezembro de 2017, e de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

06.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
06.01.06.181.4503.2.008 3.3.30.00.00.00.00.0.1.0010	24	Aplicação Direta	R\$ 20.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.378, de dezembro de 2017 e o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 08 de outubro de 2018.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 6.068, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1769688

DECRETO Nº 6.068, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

Abre crédito adicional suplementar, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2018, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.378, de 20 de dezembro de 2017, e de acordo com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito adicional, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2018, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

17.00	INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - ICSL		
17.01	INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - ICSL		
13.392.4516.2.031 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0001	01	Aplicação Direta	R\$ 125.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo 1º, em conformidade com o que estabelece o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.378, de 20 de dezembro de 2017, serão utilizados recursos provenientes da anulação total das seguintes dotações:

17.00	INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - ICSL			
17.01	INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - ICSL			
13.392.4516.2.031 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0001	02	Aplicação Direta	R\$ 125.000,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 08 de outubro de 2018.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 6.069, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1769750

DECRETO Nº 6.069, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

Prorroga o prazo de vigência do mandato dos membros da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 55, VII, da Lei Orgânica do Município e com base nos arts. 16 e 17 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro) e nos Decretos Municipais nºs 3.969, de 03 de dezembro de 2009 e 5.441, de 05 de agosto de 2016;

CONSIDERANDO a necessidade de prorrogação do prazo de vigência do mandato dos membros da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI - com a finalidade de dar continuidade nas atividades de interesse público realizadas, que consistem, especialmente, no julgamento dos recursos interpostos pelos infratores em face das penalidades de trânsito impostas;

DECRETA:

Art. 1º O prazo de vigência do mandato dos atuais membros da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI - do Município de São Lourenço do Oeste, designados pelo Decreto nº 5.441, de 05 de agosto de 2016, fica prorrogado pelo prazo de 02 (dois) anos, na forma do art. 3º, § 4º do Anexo Único do Decreto nº 3.969, de 03 de dezembro de 2009, que aprova o Regimento Interno da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 08 de agosto de 2018.

São Lourenço do Oeste - SC, 08 de outubro de 2018.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

## EDITAL Nº 01.5/2018 - NOTAS PRELIMINARES DA PROVA TEÓRICO-OBJETIVA

Publicação Nº 1769755

EDITAL Nº 01.5/2018 - NOTAS PRELIMINARES DA PROVA TEÓRICO-OBJETIVA

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Rafael Caleffi, no uso de suas atribuições legais, em razão do Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2018, de 08 de agosto de 2018, torna público o presente Edital, nos termos abaixo e comunica o que segue:

### 1. NOTAS PRELIMINARES DA PROVA TEÓRICO-OBJETIVA

1.1. O Relatório de Notas Preliminares da Prova Teórico-Objetiva encontra-se no Anexo Único deste Edital.

### 2. VISTAS DO CARTÃO-RESPOSTA

2.1. Os candidatos interessados em obter vistas do cartão-resposta poderão solicitar no período de 08 a 10 de outubro de 2018, por meio de Solicitação na Área do Candidato do site da Legalle Concursos: [www.legalleconcursos.com.br](http://www.legalleconcursos.com.br). O cartão-resposta ficará disponível para visualização na Área do Candidato, a partir das 14 horas do dia útil seguinte à solicitação até o término do período de recursos.

### 3. RESULTADO DO SORTEIO PÚBLICO

3.1. O sorteio público, nos termos do item 10.3, alínea "h" e subitens do Edital nº 01/2018, de 08 de agosto de 2018, foi determinado na ordem crescente.

### 4. RECURSOS

4.1. Os candidatos interessados em interpor recursos referentes as notas preliminares da prova teórico-objetiva poderão fazê-lo no período de 09 a 11 de outubro de 2018, através do Formulário Eletrônico de Recursos disponibilizado no site da Legalle Concursos: [www.legalleconcursos.com.br](http://www.legalleconcursos.com.br).

legalleconcursos.com.br.

São Lourenço do Oeste/SC, 08 de outubro de 2018.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste/SC

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Anexo Único

RELATÓRIO DE NOTAS PRELIMINARES DA PROVA TEÓRICO-OBJETIVA

Odontólogo

Classificação	Inscrição	Candidato (a)	Língua Portuguesa	Matemática	Informática	Legislação Municipal	Conhecimentos Específicos	Prova Teórico-Objetiva
1	1215785	Vinicius Spiger	18,00	8,00	8,00	30,00	30,00	94,00
2	1097701	Jessica Regina Gobbi	16,00	8,00	8,00	27,00	24,00	83,00
3	1183878	Renato Magalhães Vargas	18,00	10,00	6,00	21,00	27,00	82,00
4	1210180	Marcus Antonio Bezerra Da Silva	16,00	8,00	6,00	27,00	24,00	81,00
5	1219586	Aline Predebon	18,00	6,00	8,00	24,00	24,00	80,00
6	1185219	Juli Caroline Giacomelli	16,00	8,00	4,00	24,00	27,00	79,00
7	1096921	Renata De Macedo	14,00	4,00	4,00	30,00	27,00	79,00
8	1220828	Rebecca Dias Almeida	16,00	6,00	6,00	30,00	21,00	79,00
9	1195608	Lorraine Da Silva Gürtler	14,00	6,00	8,00	30,00	21,00	79,00
10	1219183	Sabrina Lunkes Alves Beza	14,00	4,00	6,00	27,00	27,00	78,00
11	1197918	Liliam Daniela Ghiggi	16,00	6,00	8,00	24,00	24,00	78,00
12	1212896	Luiza Lorenzoni Dreher	14,00	4,00	8,00	24,00	27,00	77,00
13	1212270	Bruna Crusaro	10,00	8,00	4,00	27,00	27,00	76,00
14	1185696	Sonia Franchini	12,00	6,00	6,00	24,00	27,00	75,00
15	1214680	Maira Tonelli	18,00	6,00	6,00	21,00	24,00	75,00
16	1220936	Laiane Carla Pawlak	16,00	8,00	8,00	24,00	18,00	74,00
17	1139511	Daiane Bruna Forgiarini	12,00	4,00	6,00	24,00	27,00	73,00
18	1210755	Pamela Campagna	20,00	2,00	6,00	21,00	24,00	73,00
19	1200116	Luciana Zambillo Palma	14,00	4,00	6,00	21,00	27,00	72,00
20	1213255	Karine Fatima Lyko	12,00	4,00	8,00	21,00	27,00	72,00
21	1213430	Eduardo Roncaglio	18,00	4,00	8,00	18,00	21,00	69,00
22	1219907	Lisiane Marcelli Dalmedico Ioris	14,00	6,00	4,00	24,00	21,00	69,00
23	1194744	Aline De Avila Costa	14,00	4,00	6,00	24,00	21,00	69,00
24	1197485	Camila Ferronato	16,00	6,00	4,00	18,00	24,00	68,00
25	1194203	Elizangela Berres	14,00	4,00	8,00	18,00	24,00	68,00
26	1197318	Leticia Banaszkeski	12,00	4,00	4,00	27,00	21,00	68,00
27	1208684	Gabriela Bampi	10,00	2,00	8,00	27,00	21,00	68,00
28	1211985	Daniela Ambrosio	10,00	8,00	8,00	24,00	18,00	68,00
29	1205068	Leonardo Alberto Periolo Bringhentti	10,00	8,00	4,00	18,00	27,00	67,00
30	1212807	Jeisemar Sidney Rampazzo Junior	14,00	6,00	2,00	21,00	24,00	67,00
31	1218755	Gustavo Henrique Kreuz	12,00	8,00	8,00	18,00	21,00	67,00
32	1096586	Elisa Usanovich Maschio	10,00	6,00	8,00	18,00	24,00	66,00
33	1220877	Andressa Secco	14,00	4,00	2,00	21,00	24,00	65,00
34	1201998	Matheus Carbonari	14,00	4,00	8,00	24,00	15,00	65,00
35	1184906	Neuza Rasador	10,00	8,00	2,00	30,00	15,00	65,00
36	1214383	Karissa Trevisan	14,00	2,00	6,00	18,00	24,00	64,00
37	1206484	Diane Gasparin Rörig	10,00	4,00	8,00	18,00	24,00	64,00
38	1187412	Aline Cappoani	10,00	4,00	2,00	27,00	21,00	64,00
39	1096528	Carolyne Villani Do Nascimento	12,00	4,00	6,00	24,00	18,00	64,00
40	1197033	Camila Dalla Costa Da Silva	10,00	4,00	4,00	18,00	27,00	63,00
41	1206163	Anna Cristina Da Silva Nascimento	12,00	6,00	6,00	15,00	24,00	63,00
42	1221261	Aline De Bastos Da Silva	14,00	6,00	10,00	15,00	18,00	63,00
43	1186883	Heloisa Gabriel Branco	10,00	6,00	8,00	21,00	18,00	63,00
44	1187583	Guilherme Augusto Moreira	10,00	6,00	8,00	21,00	18,00	63,00
45	1200466	Caroline Stedille	10,00	6,00	4,00	18,00	24,00	62,00
46	1192039	Alessandra Aparecida Da Silva Schiavo	18,00	4,00	4,00	18,00	18,00	62,00
47	1219848	Thayna Nathally Petry De Paula	16,00	2,00	8,00	18,00	18,00	62,00
48	1182129	Andressa Pederssetti	14,00	4,00	8,00	21,00	15,00	62,00
49	1189363	Thais Azzolini	14,00	4,00	4,00	15,00	24,00	61,00
50	1189402	Brunna Presmini Barbosa	10,00	6,00	6,00	15,00	24,00	61,00



Classificação	Inscrição	Candidato (a)	Língua Portuguesa	Matemática	Informática	Legislação Municipal	Conhecimentos Específicos	Prova Teórico-Objetiva
51	1220963	Luiz Fernando Monteiro Czornobay	12,00	6,00	4,00	18,00	21,00	61,00
52	1192412	Peterson Pasini Provensi	6,00	8,00	8,00	18,00	21,00	61,00
53	1181753	Isadora Benato Dos Santos	16,00	4,00	2,00	24,00	15,00	61,00
54	1203581	Apoliana Reis Da Silva	14,00	4,00	6,00	15,00	21,00	60,00
55	1192573	Valeria Campagnolo	12,00	4,00	8,00	15,00	21,00	60,00
56	1218770	Charysson Benetti	12,00	2,00	4,00	24,00	18,00	60,00
57	1220717	Dayane Casiraghi	8,00	8,00	4,00	15,00	24,00	59,00
58	1221041	Gilmar Antonio Sbardelotto Junior	14,00	4,00	8,00	12,00	21,00	59,00
59	1209915	Thais Regina Ferrari	8,00	8,00	4,00	18,00	21,00	59,00
60	1182065	Juciane Hoff	14,00	6,00	6,00	18,00	15,00	59,00
61	1201562	Diego Cesar Bernart	10,00	6,00	6,00	12,00	24,00	58,00
62	1188822	Larissa Ferronato	14,00	4,00	4,00	15,00	21,00	58,00
63	1096230	Pedro Afonso Bado	10,00	4,00	8,00	18,00	18,00	58,00
64	1183646	Meurian Ecker	10,00	4,00	8,00	18,00	18,00	58,00
65	1212592	Emanuelle Piano Cerutti	12,00	2,00	4,00	15,00	24,00	57,00
66	1221249	Tarlei Renk	10,00	4,00	4,00	15,00	24,00	57,00
67	1096870	Gabriela Modanes Prior	14,00	4,00	6,00	12,00	21,00	57,00
68	1219443	Fabricio Costa Da Silva	10,00	4,00	4,00	18,00	21,00	57,00
69	1205706	Karla Caroline Strapazzon	10,00	2,00	6,00	18,00	21,00	57,00
70	1206764	Carolina Anchieta	12,00	6,00	6,00	15,00	18,00	57,00
71	1192297	Angela Maria Tomasi	8,00	4,00	6,00	21,00	18,00	57,00
72	1194287	Janaina Alves	8,00	2,00	4,00	15,00	27,00	56,00
73	1191481	Bruna Conterno	12,00	4,00	4,00	15,00	21,00	56,00
74	1221231	Karim Diane Vanin	10,00	6,00	4,00	15,00	21,00	56,00
75	1209197	Thaiane Keul Chitolina	10,00	2,00	4,00	18,00	21,00	55,00
76	1187013	Thamara Fracaro Caleffi	14,00	4,00	4,00	15,00	18,00	55,00
77	1095502	Kalisley Nicoli Ferranti	14,00	2,00	6,00	15,00	18,00	55,00
78	1212968	Alice Ramos De Freitas Pereira	14,00	6,00	8,00	9,00	18,00	55,00
79	1202892	Patricia Regina Biasi	12,00	8,00	8,00	9,00	18,00	55,00
80	1215916	Natalia Culau Paniz	10,00	6,00	6,00	15,00	18,00	55,00
81	1096652	Andreia Sutil Da Trindade	10,00	4,00	4,00	15,00	21,00	54,00
82	1191445	Gabriela Golo Balen	4,00	4,00	4,00	21,00	21,00	54,00
83	1213941	Thais Neffthaly Amaral	6,00	2,00	6,00	18,00	21,00	53,00
84	1196546	Bruno Manfio Imig	10,00	2,00	4,00	18,00	18,00	52,00
85	1193315	Priscila Pedroski	10,00	4,00	8,00	12,00	18,00	52,00
86	1193195	Eloisa Claudia Nicoli	6,00	4,00	6,00	18,00	18,00	52,00
87	1214913	Diomar Luis Bez Junior	10,00	2,00	4,00	21,00	15,00	52,00
88	1213682	Gabriela Frigo	6,00	2,00	4,00	15,00	24,00	51,00
89	1181484	Naiandra Batisti Baldissera	10,00	4,00	4,00	15,00	18,00	51,00
90	1191564	Danieli Liana Walker Mazetto	12,00	4,00	4,00	9,00	21,00	50,00
91	1206697	Carol Pirola Simionato	8,00	6,00	6,00	9,00	21,00	50,00
-	1182246	Marcela Bedin Boldrini	14,00	0,00	6,00	24,00	15,00	59,00
-	1183986	Heloisa Maria Basso	8,00	0,00	6,00	18,00	24,00	56,00
-	1193103	Andreia Menegatti Zilli	14,00	4,00	4,00	21,00	12,00	55,00
-	1200836	Fernanda De Mello	8,00	6,00	10,00	18,00	12,00	54,00
-	1220515	Raphael Meneghetti Hamerschmitt	12,00	0,00	8,00	18,00	15,00	53,00
-	1206481	Ana Micheli Gonzati	8,00	2,00	6,00	24,00	12,00	52,00
-	1221344	Andressa Caroline Schmidt	10,00	0,00	4,00	18,00	18,00	50,00
-	1203031	Larissa Angelica Aparecida Zuse	12,00	0,00	8,00	21,00	9,00	50,00
-	1204902	Eluisa David Machado	8,00	4,00	4,00	12,00	21,00	49,00
-	1096391	Jheiny Dos Passos	10,00	2,00	4,00	15,00	18,00	49,00
-	1204443	Andressa Eduarda Gai	8,00	0,00	8,00	15,00	18,00	49,00
-	1218751	Iriane Hillesheim	6,00	2,00	2,00	24,00	15,00	49,00
-	1206508	Liesliana Andreta	10,00	0,00	2,00	18,00	18,00	48,00
-	1097204	Mauriceia Da Silva Carrion	12,00	6,00	6,00	12,00	12,00	48,00
-	1096367	Rafaela Regina Rosso	12,00	4,00	4,00	12,00	15,00	47,00
-	1207578	Maryanne Berticelli Neres	12,00	2,00	6,00	12,00	15,00	47,00
-	1204894	Antonio Cesar Wille	10,00	4,00	2,00	12,00	18,00	46,00
-	1209160	Cristine Pitt	10,00	2,00	4,00	15,00	15,00	46,00
-	1221164	Lucas Heberle Rech	8,00	2,00	2,00	9,00	24,00	45,00
-	1216756	Tayna Alyce Mengisztki	12,00	2,00	4,00	15,00	12,00	45,00

Classificação	Inscrição	Candidato (a)	Língua Portuguesa	Matemática	Informática	Legislação Municipal	Conhecimentos Específicos	Prova Teórico-Objetiva
-	1204493	Jorge Marcelo Zamboni	8,00	6,00	6,00	6,00	18,00	44,00
-	1097751	Angelica Munzlinger	6,00	4,00	4,00	15,00	15,00	44,00
-	1206682	Ingrid Sandy De Oliveira	6,00	4,00	6,00	6,00	21,00	43,00
-	1181776	Murilo Henrique Benato Dos Santos	10,00	2,00	4,00	12,00	15,00	43,00
-	1219628	Winicius Dos Santos Alves	8,00	2,00	6,00	12,00	15,00	43,00
-	1198730	Alana Sanagiotto	8,00	2,00	6,00	15,00	12,00	43,00
-	1190019	Thais Carnhieto	8,00	0,00	4,00	18,00	12,00	42,00
-	1202984	Luiz Henrique Santana	8,00	2,00	8,00	12,00	12,00	42,00
-	1212804	Leticia Maria Pagnoncelli	6,00	4,00	4,00	15,00	12,00	41,00
-	1097402	Edinara Cristina Gomes	10,00	2,00	4,00	9,00	15,00	40,00
-	1191461	Darlen Brustolin	8,00	4,00	4,00	9,00	15,00	40,00
-	1220759	Larissa Demarrini Casagrande	6,00	2,00	8,00	15,00	9,00	40,00
-	1184292	Shauana Furlan	6,00	2,00	4,00	9,00	18,00	39,00
-	1219812	Gerson Henrique Moccellini Kaminski	6,00	2,00	4,00	18,00	9,00	39,00
-	1202446	Isabela Bruna Orben	10,00	2,00	2,00	9,00	15,00	38,00
-	1221147	Maiky Moccelin	6,00	4,00	4,00	12,00	12,00	38,00
-	1219111	Bruna Kamila Rottini	6,00	2,00	4,00	9,00	15,00	36,00
-	1213930	Adrieli Folchini Dos Santos	8,00	2,00	4,00	9,00	12,00	35,00
-	1187568	Patricia Edina Reisdorfer	8,00	2,00	4,00	12,00	9,00	35,00
-	1097750	Carlos Dos Santos Mazetto	8,00	4,00	4,00	6,00	9,00	31,00
-	1097000	Thais Maieli Barichello	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
-	1097543	Felipe Menin Klaus	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
-	1182086	Mariele Marcon	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
-	1188906	Michael Aparecido Machado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
-	1188922	Mariana Macedo Ribas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
-	1190357	Angelica Borchardt Henn	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
-	1194044	Pollyana Zution	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
-	1195027	Marceli Claudia Sartori	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
-	1199852	Bianca Da Silva Dos Santos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
-	1201406	Vanessa Leal Soria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
-	1205076	Alejandro Vargas Neto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
-	1205171	Paola Bertoncello	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
-	1205720	Leticia De Souza Moraes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
-	1209107	Guilherme Schreiner	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
-	1210398	Julia Shaiane Ruas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
-	1212441	Leonardo Dal Moro Maito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
-	1213728	Kevin Luiz Simon	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
-	1214987	Fabiano Rodrigo Fontana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
-	1218262	Morgana Osmarin	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
-	1219099	Alice Rossetto Fonseca	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
-	1219808	Cristiane Dallagnol	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-

## Técnico de Apoio Administrativo

Classificação	Inscrição	Candidato (a)	Língua Portuguesa	Matemática	Informática	Legislação Municipal	Conhecimentos Específicos	Prova Teórico-Objetiva
1	1192472	Samira Schwade	14,00	2,00	8,00	30,00	18,00	72,00
2	1211403	Carla Balzan Parizotto	14,00	6,00	6,00	21,00	15,00	62,00
3	1215684	Ana Paula Tapparo Mariott	14,00	4,00	2,00	24,00	15,00	59,00
4	1192959	Nathalia Deon	16,00	8,00	8,00	6,00	18,00	56,00
5	1213055	Altair Borges	12,00	6,00	6,00	15,00	15,00	54,00
6	1219249	Katia Comin Begnini	14,00	2,00	6,00	12,00	18,00	52,00
7	1213452	Gabriel David Canabarro	12,00	4,00	8,00	9,00	18,00	51,00
8	1193722	Jamilly Mariana Almeida Manfroi	12,00	2,00	4,00	18,00	15,00	51,00
-	1196410	Cesar Augusto Cenci	14,00	6,00	8,00	21,00	12,00	61,00
-	1192042	Mateus Henrique Conte	14,00	0,00	6,00	18,00	21,00	59,00
-	1096375	Joice Cristina Fagundes Recalcatti	12,00	6,00	2,00	27,00	9,00	56,00
-	1214959	Italo Marcelo Bampi	12,00	8,00	10,00	12,00	12,00	54,00
-	1097665	Franciele Aparecida Saqueti Lecca	12,00	8,00	4,00	21,00	9,00	54,00
-	1192098	Liliane Ferraboli	10,00	0,00	6,00	24,00	12,00	52,00
-	1219842	Gabriel Granoski Goncalves De Oliveira	12,00	2,00	8,00	21,00	9,00	52,00

Classificação	Inscrição	Candidato (a)	Língua Portuguesa	Matemática	Informática	Legislação Municipal	Conhecimentos Específicos	Prova Teórico-Objetiva
-	1217041	Eduardo Jose Kotz Da Silva	10,00	8,00	10,00	18,00	6,00	52,00
-	1160446	Caroline Cenci	12,00	4,00	4,00	21,00	9,00	50,00
-	1199771	Wesley Alves De Andrade	12,00	0,00	8,00	21,00	9,00	50,00
-	1192502	Wellington Marcos Fellini	14,00	4,00	4,00	15,00	12,00	49,00
-	1183861	Emily Machado	8,00	2,00	6,00	21,00	12,00	49,00
-	1219275	Marcelo Ivan Flores	8,00	0,00	8,00	21,00	12,00	49,00
-	1096605	Tais Lazzarotto	14,00	0,00	8,00	18,00	9,00	49,00
-	1217851	Janaine De Oliveira Rosa	12,00	2,00	8,00	18,00	9,00	49,00
-	1192327	Samara Deon	12,00	8,00	8,00	12,00	9,00	49,00
-	1213399	Evandro Bernardi	10,00	8,00	8,00	12,00	9,00	47,00
-	1217521	Juliana De Melo	8,00	4,00	4,00	12,00	18,00	46,00
-	1097305	Juliani Arlana Joris	14,00	6,00	2,00	9,00	15,00	46,00
-	1218645	Fernando Augusto Ortolan	16,00	4,00	8,00	6,00	12,00	46,00
-	1207344	Claudian Maciel Bessegato Caberlon	12,00	4,00	8,00	9,00	12,00	45,00
-	1213094	Carolina Da Silva Mazzuco	8,00	4,00	6,00	15,00	12,00	45,00
-	1096220	Alana Barbieri	14,00	4,00	6,00	12,00	9,00	45,00
-	1096585	Leandro Pedroso	14,00	6,00	4,00	15,00	6,00	45,00
-	1183647	Samara Fontana	10,00	4,00	6,00	12,00	12,00	44,00
-	1216279	Daiany Dos Santos	12,00	2,00	6,00	18,00	6,00	44,00
-	1206159	Karen Del Sant Bresciani	16,00	2,00	8,00	15,00	3,00	44,00
-	1191996	Juliana Albani	8,00	6,00	2,00	12,00	15,00	43,00
-	1189404	Willian de Oliveira	6,00	2,00	8,00	12,00	15,00	43,00
-	1182864	Lucas Pedroso	8,00	2,00	6,00	15,00	12,00	43,00
-	1188691	Luiz Henrique Benedet	8,00	6,00	8,00	9,00	12,00	43,00
-	1218654	Fernando Luiz Scalzavara	6,00	0,00	4,00	21,00	12,00	43,00
-	1220977	Eduardo Henrique Mariott	6,00	8,00	8,00	9,00	12,00	43,00
-	1191991	Simone Mezzomo Giaretta	10,00	0,00	6,00	18,00	9,00	43,00
-	1189581	Vanusa Maschio	10,00	0,00	2,00	15,00	15,00	42,00
-	1096639	Lucas Savi Mondo Dal-pont	10,00	2,00	6,00	12,00	12,00	42,00
-	1188132	Elisandra Maria De Ramos	10,00	2,00	6,00	15,00	9,00	42,00
-	1201039	Moacir Luis Both	10,00	2,00	6,00	15,00	9,00	42,00
-	1190519	Anilson Spricigo Junior	12,00	0,00	6,00	21,00	3,00	42,00
-	1097271	Anirto Pereira Apolinario	6,00	2,00	6,00	15,00	12,00	41,00
-	1213569	Eliane Cristina Libardoni	10,00	4,00	6,00	12,00	9,00	41,00
-	1188098	Leticia Rambo	10,00	4,00	6,00	15,00	6,00	41,00
-	1210949	Marcos De Freitas	8,00	4,00	8,00	15,00	6,00	41,00
-	1220711	Aline Poliana Zuchelli	12,00	4,00	6,00	6,00	12,00	40,00
-	1096574	Jaine Mariely Da Costa	8,00	2,00	6,00	15,00	9,00	40,00
-	1097608	Thamara Boss	8,00	2,00	6,00	15,00	9,00	40,00
-	1097669	Shauana Netto	6,00	0,00	4,00	21,00	9,00	40,00
-	1199556	Alana Bianchin De Moura	10,00	2,00	10,00	12,00	6,00	40,00
-	1216622	Jaimir Da Paz	8,00	2,00	6,00	18,00	6,00	40,00
-	1096772	Jessica Adriana De Jesus	6,00	2,00	4,00	9,00	18,00	39,00
-	1200476	Lidia Cruzetta Monteiro	8,00	6,00	4,00	9,00	12,00	39,00
-	1213597	Mauriceia Rita Dalle Tese	10,00	2,00	6,00	12,00	9,00	39,00
-	1096463	Angelica Indiana De Oliveira	8,00	6,00	4,00	12,00	9,00	39,00
-	1200145	Suzana Da Rocha Bolzan	4,00	2,00	6,00	18,00	9,00	39,00
-	1204922	Anieli Maria Dias	6,00	2,00	4,00	21,00	6,00	39,00
-	1217636	Nathanael Matheus Tapparo Linhares	12,00	0,00	8,00	3,00	15,00	38,00
-	1220984	Luiz Henrique Bortoncello	8,00	0,00	6,00	9,00	15,00	38,00
-	1196813	Marileia Detoni	12,00	0,00	2,00	12,00	12,00	38,00
-	1184784	Brenda Elisa De Oliveira	8,00	0,00	0,00	18,00	12,00	38,00
-	1096742	Marcio Alves Rodrigues	10,00	2,00	2,00	15,00	9,00	38,00
-	1207030	Edilsa Moro	10,00	0,00	4,00	15,00	9,00	38,00
-	1184400	Bianca Croda	8,00	0,00	6,00	18,00	6,00	38,00
-	1219495	Christian Bonfim Eleutherio Da Luz	14,00	6,00	6,00	9,00	3,00	38,00
-	1203552	Zenilda Sutil Diehl	6,00	4,00	0,00	9,00	18,00	37,00
-	1199366	Mateus Perin Bavaresco	12,00	2,00	2,00	6,00	15,00	37,00
-	1200320	Mateus Giordani	8,00	4,00	4,00	6,00	15,00	37,00
-	1211122	Ediane De Santi Speranca	4,00	4,00	8,00	9,00	12,00	37,00
-	1221121	Thais Caroline Zattera	16,00	0,00	0,00	15,00	6,00	37,00

Classificação	Inscrição	Candidato (a)	Língua Portuguesa	Matemática	Informática	Legislação Municipal	Conhecimentos Específicos	Prova Teórico-Objetiva
-	1219023	Silvana Regina Merigo	14,00	0,00	4,00	9,00	9,00	36,00
-	1182634	Marcia Eni Scherer	8,00	0,00	4,00	15,00	9,00	36,00
-	1206318	Janes Villani Geremia	14,00	0,00	4,00	12,00	6,00	36,00
-	1220287	Maiqueli Luiza Ferreira Lanzarin Maschio	12,00	2,00	4,00	12,00	6,00	36,00
-	1096715	Eduarda Tonon	8,00	4,00	6,00	15,00	3,00	36,00
-	1212399	Leonir Sartori	2,00	0,00	0,00	18,00	15,00	35,00
-	1218753	Laisa Aparecida Argenta Rosiak	8,00	0,00	6,00	9,00	12,00	35,00
-	1206679	Estela Regina Kumer	8,00	2,00	4,00	12,00	9,00	35,00
-	1216620	Vitoria Carolina Villani	8,00	2,00	4,00	12,00	9,00	35,00
-	1200355	Daniela De Lucca	8,00	0,00	6,00	12,00	9,00	35,00
-	1096560	Aline Adriely Da Costa	10,00	2,00	8,00	9,00	6,00	35,00
-	1185524	Saiaira De Oliveira	6,00	2,00	6,00	15,00	6,00	35,00
-	1217238	Neimar Luiz Dobler	10,00	2,00	8,00	12,00	3,00	35,00
-	1193580	Fernanda Lisboa Da Rocha Mullich	8,00	0,00	2,00	12,00	12,00	34,00
-	1096225	Simone Battistel	8,00	0,00	2,00	15,00	9,00	34,00
-	1208619	Crislaine Giaretta	14,00	2,00	6,00	6,00	6,00	34,00
-	1217885	Fabiana Massola	4,00	0,00	6,00	18,00	6,00	34,00
-	1192813	Izorlei Nordio	6,00	2,00	4,00	12,00	9,00	33,00
-	1203630	Gessica Trindade Dos Santos	6,00	2,00	4,00	12,00	9,00	33,00
-	1218600	Fernanda Valardao	6,00	2,00	4,00	12,00	9,00	33,00
-	1187095	Vitor Elvis Carraro	10,00	6,00	8,00	3,00	6,00	33,00
-	1220088	Everton Camilo Peres Da Silva	10,00	2,00	8,00	6,00	6,00	32,00
-	1220500	Daiane Da Silva Kleimpaul	8,00	4,00	2,00	12,00	6,00	32,00
-	1219204	Loriane Belleboni	6,00	2,00	6,00	15,00	3,00	32,00
-	1212254	Franciele De Vargas Marmentini	8,00	0,00	2,00	9,00	12,00	31,00
-	1097182	Arlete Taglian Milani	4,00	0,00	6,00	9,00	12,00	31,00
-	1196885	Gisele Bettiato	4,00	0,00	6,00	9,00	12,00	31,00
-	1221131	Lucas Dal Pizzol Borges	4,00	0,00	6,00	9,00	12,00	31,00
-	1182948	Elisangela Maria Piletti	8,00	0,00	2,00	12,00	9,00	31,00
-	1220625	Vanete Maria Poletti Da Silva	6,00	2,00	2,00	12,00	9,00	31,00
-	1203146	Carolina Silva Dourado	8,00	2,00	6,00	9,00	6,00	31,00
-	1201731	Simone Turani Pistore	4,00	0,00	6,00	15,00	6,00	31,00
-	1190753	Carlos Craco De Souza	0,00	0,00	0,00	15,00	15,00	30,00
-	1198420	Alisandra Simao	10,00	4,00	4,00	3,00	9,00	30,00
-	1198222	Alice Menegasso	8,00	0,00	4,00	9,00	9,00	30,00
-	1096679	Luciana Gomes De Moraes	4,00	2,00	0,00	18,00	6,00	30,00
-	1096986	Jussara De Moraes Chagas	6,00	2,00	0,00	9,00	12,00	29,00
-	1203424	Jaqueline Ozelame	4,00	2,00	2,00	9,00	12,00	29,00
-	1191522	Mirian Lazaretti Dos Santos Sordi	4,00	0,00	4,00	12,00	9,00	29,00
-	1192048	Viviane Ferraboli	10,00	0,00	4,00	9,00	6,00	29,00
-	1097706	Fabia Regina Mafeollett	4,00	0,00	4,00	15,00	6,00	29,00
-	1213026	Fabiano Jose Bortoli	2,00	2,00	4,00	15,00	6,00	29,00
-	1097303	Leonardo Spricigo	4,00	0,00	6,00	3,00	15,00	28,00
-	1211612	Laura Crestani Balen	10,00	2,00	4,00	6,00	6,00	28,00
-	1202097	Marta Maria Carvalho	6,00	0,00	4,00	12,00	6,00	28,00
-	1201894	Leonardo Diego De Jesus Cordeiro	2,00	2,00	6,00	12,00	6,00	28,00
-	1196030	Angela Maria Mesacasa	6,00	0,00	4,00	15,00	3,00	28,00
-	1097789	Alice Martins Alberici	8,00	0,00	4,00	3,00	12,00	27,00
-	1192555	Jaqueline Staszewski	6,00	0,00	6,00	3,00	12,00	27,00
-	1218764	Janice Milan	6,00	2,00	4,00	6,00	9,00	27,00
-	1203263	Jandir Lussani	4,00	2,00	2,00	9,00	9,00	26,00
-	1219252	Rubens Vaz De Oliveira	0,00	0,00	2,00	15,00	9,00	26,00
-	1183618	Taline Luzia Turani	6,00	0,00	4,00	9,00	6,00	25,00
-	1216644	Eliane Terezinha Tapparo Linhares	0,00	2,00	2,00	15,00	6,00	25,00
-	1218005	Romilda Camara Barbosa Bampi	12,00	0,00	4,00	6,00	3,00	25,00
-	1215630	Camila Denise Da Rosa	8,00	2,00	6,00	6,00	3,00	25,00
-	1205953	Marizete De Fatima Goncalves	6,00	0,00	0,00	9,00	9,00	24,00
-	1215121	Claudeti De Bitencourt	6,00	0,00	2,00	6,00	9,00	23,00
-	1188119	Anna Caroline Cobalchini Derussi	8,00	2,00	4,00	3,00	6,00	23,00
-	1193979	Angela Maria Calegari	6,00	2,00	6,00	6,00	3,00	23,00
-	1181326	Luciane Biazussi Debona	10,00	0,00	2,00	3,00	6,00	21,00

Classificação	Inscrição	Candidato (a)	Língua Portuguesa	Matemática	Informática	Legislação Municipal	Conhecimentos Específicos	Prova Teórico-Objetiva
-	1219484	Marcia Do Prado	8,00	2,00	4,00	0,00	6,00	20,00
-	1212444	Cleber Orli Bauer	2,00	0,00	4,00	3,00	9,00	18,00
-	1197919	Ezau Natanael Cezar Rodrigues	4,00	0,00	2,00	6,00	6,00	18,00
-	1197544	Ediane De Lima Diniz	0,00	2,00	4,00	9,00	3,00	18,00
-	1197182	Elenice Martins Da Silva	2,00	0,00	2,00	6,00	3,00	13,00
-	1211859	Alberto Aldino Scheid	2,00	0,00	4,00	0,00	6,00	12,00
-	1096397	Elvis Xavier Da Silva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
-	1187693	Crystian Andrei Mariott	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
-	1189897	Jessica Villani	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
-	1195153	Tatiani Keli Rufato Matielo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
-	1200718	Magda Debastiani	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
-	1204619	Patricia Conteratto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
-	1209512	Leonardo Ipar Gobus	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
-	1219014	Grasieli Piccinin	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
-	1220614	Simone Cecchin	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
-	1220621	Rafael José Rech	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
-	1220710	Lucia Maria Dos Santos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-

## Técnico em Saúde Bucal

Classificação	Inscrição	Candidato (a)	Língua Portuguesa	Matemática	Informática	Legislação Municipal	Conhecimentos Específicos	Prova Teórico-Objetiva
-	1181713	Luciane Fatima Minski	12,00	0,00	2,00	12,00	21,00	47,00
-	1220076	Mariluz Cavazotto Machado	2,00	2,00	4,00	18,00	12,00	38,00

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste/SC

**PORTARIA Nº 887, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1769645

PORTARIA Nº 887, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o artigo 13, I, da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, combinado com a Lei Complementar nº 056, de 14 de outubro de 2005 e suas alterações e ainda de acordo com o Decreto nº 5.808 de 12 de dezembro de 2017,

## RESOLVE:

Art.1º Interromper, no período de 08 a 23 de outubro de 2018, por motivos de superior interesse público, nas condições do art. 98 da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, as férias da servidora pública municipal ADRIANE GORETE DE JESUS, ocupante do cargo comissionado de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL matrícula nº 3312/01, férias concedidas através da Portaria nº 747/2018. Parágrafo único. Pela interrupção dos dias de férias, o servidor terá direito de gozar 16 (dezesesseis) dias em outro período.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 08 de outubro de 2018.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2018.

**PORTARIA Nº 888, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1769647

PORTARIA Nº 888, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX, do artigo 55 da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

Art.1º Revogar a partir de 08 de outubro de 2018, a Portaria nº 879 de 02 de outubro de 2018, que designava o servidor público municipal RUBENS RICARDO MOCELLIN, matrícula nº3458/01, carga horária 40 (quarenta) horas semanais, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Trabalho, Renda e Desenvolvimento Econômico, a responder cumulativamente ao cargo de Secretário Municipal de Assistência Social.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 08 de outubro de 2018.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2018.

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**PORTARIA N. 272/2018**

Publicação Nº 1769921

PORTARIA n. 272, de 08 de outubro de 2018.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI, Presidente da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no art. 43, III, "j" do Regimento Interno

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias, pelo período de 15 a 29 de outubro de 2018, ao servidor municipal Éderson Hermann, ocupante do cargo de Secretário Executivo, matrícula n. 41-02, lotado na Câmara de Vereadores, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotação específica do Orçamento em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 08 de outubro de 2018.

Vereador Agostinho Assis Menegatti  
PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES



# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### CONTRATO 150/2018 - PREFEITURA

Publicação Nº 1769509

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 150/2018  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE  
Contratada...: MARCIO JOSE SANTIN  
Valor ..... : 3.466,60 (três mil quatrocentos e sessenta e seis reais e sessenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 05/10/2018 Término: 31/12/2018  
Licitação ..... : Processo Licitatório Nº 190/2018 Inexigibilidade de Licitação Nº.: 17/2018  
Objeto ..... : CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DE EMPREENDEDOR RURAL, CONFORME LEI Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO DO FNDE Nº 04 DE 02/04/2015, PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA O EXERCICIO DE 2018, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.  
São Miguel do Oeste, 9 de Outubro de 2018

### CONTRATO 151/2018 - PREFEITURA

Publicação Nº 1769510

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 151/2018  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE  
Contratada...: ANA BAUMGRATZ  
Valor ..... : 5.064,50 (cinco mil e sessenta e quatro reais e cinquenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 05/10/2018 Término: 31/12/2018  
Licitação ..... : Processo Licitatório Nº 190/2018 Inexigibilidade de Licitação Nº.: 17/2018  
Objeto ..... : CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DE EMPREENDEDOR RURAL, CONFORME LEI Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO DO FNDE Nº 04 DE 02/04/2015, PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA O EXERCICIO DE 2018, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.  
São Miguel do Oeste, 9 de Outubro de 2018

### CONTRATO 152/2018 - PREFEITURA

Publicação Nº 1769511

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 152/2018  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE  
Contratada...: CLAIR PAULO GOSSLER  
Valor ..... : 4.215,50 (quatro mil duzentos e quinze reais e cinquenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 05/10/2018 Término: 31/12/2018  
Licitação ..... : Processo Licitatório Nº 190/2018 Inexigibilidade de Licitação Nº.: 17/2018  
Objeto ..... : CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DE EMPREENDEDOR RURAL, CONFORME LEI Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO DO FNDE Nº 04 DE 02/04/2015, PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA O EXERCICIO DE 2018, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.  
São Miguel do Oeste, 9 de Outubro de 2018



**CONTRATO 153/2018 - PREFEITURA**

Publicação Nº 1769512

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 153/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Contratada.: IRACI BARBIERI LAUERMANN

Valor ..... : 11.277,84 (onze mil duzentos e setenta e sete reais e oitenta e quatro centavos)

Vigência ..... : Início: 05/10/2018 Término: 31/12/2018

Licitação ..... : Processo Licitatório Nº 190/2018 Inexigibilidade de Licitação Nº.: 17/2018

Objeto ..... : CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DE EMPREENDEDOR RURAL, CONFORME LEI Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO DO FNDE Nº 04 DE 02/04/2015, PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA O EXERCICIO DE 2018, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 9 de Outubro de 2018

**CONTRATO 154/2018 - PREFEITURA**

Publicação Nº 1769513

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 154/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Contratada.: JULIO CESAR TUNI

Valor ..... : 3.873,70 (três mil oitocentos e setenta e três reais e setenta centavos)

Vigência ..... : Início: 05/10/2018 Término: 31/12/2018

Licitação ..... : Processo Licitatório Nº 190/2018 Inexigibilidade de Licitação Nº.: 17/2018

Objeto ..... : CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DE EMPREENDEDOR RURAL, CONFORME LEI Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO DO FNDE Nº 04 DE 02/04/2015, PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA O EXERCICIO DE 2018, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 9 de Outubro de 2018

**CONTRATO 155/2018 - PREFEITURA**

Publicação Nº 1769514

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 155/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Contratada.: JOSÉ LUIZ SUSSEK

Valor ..... : 11.565,00 (onze mil quinhentos e sessenta e cinco reais)

Vigência ..... : Início: 05/10/2018 Término: 31/12/2018

Licitação ..... : Processo Licitatório Nº 190/2018 Inexigibilidade de Licitação Nº.: 17/2018

Objeto ..... : CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DE EMPREENDEDOR RURAL, CONFORME LEI Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO DO FNDE Nº 04 DE 02/04/2015, PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA O EXERCICIO DE 2018, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 9 de Outubro de 2018

**CONTRATO 156/2018 - PREFEITURA**

Publicação Nº 1769516

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 156/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Contratada.: GILMAR DE SOUZA

Valor ..... : 1.029,50 (um mil e vinte e nove reais e cinquenta centavos)

Vigência ..... : Início: 05/10/2018 Término: 31/12/2018

Licitação ..... : Processo Licitatório Nº 190/2018 Inexigibilidade de Licitação Nº.: 17/2018

Objeto ..... : CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DE EMPREENDEDOR RURAL, CONFORME LEI Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO DO FNDE Nº 04 DE 02/04/2015, PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA O EXERCICIO DE 2018, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 9 de Outubro de 2018

## **CONTRATO 157/2018 - PREFEITURA**

Publicação Nº 1769518

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 157/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Contratada...: MARIA VILLA

Valor ..... : 1.449,50 (um mil quatrocentos e quarenta e nove reais e cinquenta centavos)

Vigência ..... : Início: 05/10/2018 Término: 31/12/2018

Licitação ..... : Processo Licitatório Nº 190/2018 Inexigibilidade de Licitação Nº.: 17/2018

Objeto ..... : CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DE EMPREENDEDOR RURAL, CONFORME LEI Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO DO FNDE Nº 04 DE 02/04/2015, PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA O EXERCICIO DE 2018, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 9 de Outubro de 2018

## **CONTRATO 158/2018 - PREFEITURA**

Publicação Nº 1769519

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 158/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Contratada...: NERIO STEDILE

Valor ..... : 3.649,50 (três mil seiscentos e quarenta e nove reais e cinquenta centavos)

Vigência ..... : Início: 05/10/2018 Término: 31/12/2018

Licitação ..... : Processo Licitatório Nº 190/2018 Inexigibilidade de Licitação Nº.: 17/2018

Objeto ..... : CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DE EMPREENDEDOR RURAL, CONFORME LEI Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO DO FNDE Nº 04 DE 02/04/2015, PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA O EXERCICIO DE 2018, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 9 de Outubro de 2018

## **CONTRATO 159/2018 - PREFEITURA**

Publicação Nº 1769520

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 159/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Contratada...: VALDECIR LUIZ SCHMITZ

Valor: ..... : 3.427,30 (três mil quatrocentos e vinte e sete reais e trinta centavos)

Vigência ..... : Início: 05/10/2018 Término: 31/12/2018

Licitação ..... : Processo Licitatório Nº 190/2018 Inexigibilidade de Licitação Nº.: 17/2018

Objeto ..... : CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DE EMPREENDEDOR RURAL, CONFORME LEI Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO DO FNDE Nº 04 DE 02/04/2015, PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA O EXERCICIO DE 2018, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 9 de Outubro de 2018

**CONTRATO 160/2018 - PREFEITURA**

Publicação Nº 1769522

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 160/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Contratada...: VALDIR DIAS BERGHAHAN

Valor ..... : 4.134,00 (quatro mil cento e trinta e quatro reais) Vigência ..... : Início: 05/10/2018 Término: 31/12/2018

Licitação ..... : Processo Licitatório Nº 190/2018 Inexigibilidade de Licitação Nº.: 17/2018

Objeto ..... : CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DE EMPREENDEDOR RURAL, CONFORME LEI Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO DO FNDE Nº 04 DE 02/04/2015, PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA O EXERCICIO DE 2018, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 9 de Outubro de 2018

**CONTRATO 161/2018 - PREFEITURA**

Publicação Nº 1769523

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 161/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Contratada...: VICENTE KNOB

Valor ..... : 5.350,50 (cinco mil trezentos e cinquenta reais e cinquenta centavos) Vigência ..... : Início: 05/10/2018 Término: 31/12/2018

Licitação ..... : Processo Licitatório Nº 190/2018 Inexigibilidade de Licitação Nº.: 17/2018

Objeto ..... : CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DE EMPREENDEDOR RURAL, CONFORME LEI Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO DO FNDE Nº 04 DE 02/04/2015, PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA O EXERCICIO DE 2018, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 9 de Outubro de 2018

**CONTRATO 162/2018 - PREFEITURA**

Publicação Nº 1769526

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 162/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Contratada...: VALDINEI BAZI

Valor ..... : 19.987,89 (dezenove mil novecentos e oitenta e sete reais e oitenta e nove centavos)

Vigência ..... : Início: 05/10/2018 Término: 31/12/2018

Licitação ..... : Processo Licitatório Nº 190/2018 Inexigibilidade de Licitação Nº.: 17/2018

Objeto ..... : CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DE EMPREENDEDOR RURAL, CONFORME LEI Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO DO FNDE Nº 04 DE 02/04/2015, PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA O EXERCICIO DE 2018, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 9 de Outubro de 2018

**CONTRATO 163/2018 - PREFEITURA**

Publicação Nº 1769527

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 163/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Contratada...: SEVERINO BAZI

Valor ..... : 19.987,89 (dezenove mil novecentos e oitenta e sete reais e oitenta e nove centavos)

Vigência ..... : Início: 05/10/2018 Término: 31/12/2018

Licitação ..... : Processo Licitatório Nº 190/2018 Inexigibilidade de Licitação Nº.: 17/2018

Objeto ..... : CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DE EMPREENDEDOR RURAL, CONFORME LEI Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO DO FNDE Nº 04 DE 02/04/2015, PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA O EXERCÍCIO DE 2018, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 9 de Outubro de 2018

## **CONTRATO 21/2018 - ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Publicação Nº 1769548

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE SAO MIGUEL DO OESTE  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 21/2018

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Contratada...: JUNGLE CONSULTORIA E SOLUÇÕES SOCIAIS LTDA

Valor ..... : 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)

Vigência ..... : Início: 01/10/2018 Término: 30/09/2018

Licitação ..... : Processo Licitatório nº 31/2018 Dispensa nº 5/2018

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO DO SISTEMA UNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (GESUAS), COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS E QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTITATIVOS, COM MANUTENÇÕES, SUPORTE E ATUALIZAÇÕES, PARA O PERÍODO DE 12 MESES.

São Miguel do Oeste, 26 de setembro de 2018

## **CONTRATO 66/2018 - SAÚDE**

Publicação Nº 1769541

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE SAUDE SAO MIGUEL DO OESTE  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 66/2018

Contratante.: FUNDO MUN. DE SAUDE SAO MIGUEL DO OESTE

Contratada...: VANDRO CARDOSO EIRELI - ME

Valor ..... : 26.071,30 (vinte e seis mil e setenta e um reais e trinta centavos)

Vigência ..... : Início: 18/09/2018 Término: 17/10/2018.

Licitação ..... : Processo Licitatório Nº 55/2018 Tomada de Preço 3/2018

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA A REFORMA DO ALMOXARIFADO DA UBS DO BAIRRO SÃO GOTARDO, LOCALIZADO NA RUA SÃO CRISTOVÃO, DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS PARTES INTEGRANTES DESTES PROCESSOS LICITATÓRIOS.

São Miguel do Oeste, 18 de setembro de 2018

## **CONTRATO 67/2018 - SAÚDE**

Publicação Nº 1769542

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE SAUDE SAO MIGUEL DO OESTE  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 67/2018

Contratante.: FUNDO MUN. DE SAUDE SAO MIGUEL DO OESTE

Contratada...: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA

Valor ..... : 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais)

Vigência ..... : Início: 21/09/2018 Término: 31/12/2018.

Licitação ..... : Processo Licitatório Nº 58/2018 Inexigibilidade Nº 16/2018

Objeto ..... : CREDENCIAMENTO PROFISSIONAIS PARA PRESTAR SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA AMBULATORIAL DESTINADOS AOS PACIENTES DO SUS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 21 de setembro de 2018

**EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2018**

Publicação Nº 1770208

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2018

**1 – PREÂMBULO**

O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com endereço na Rua Marcílio Dias, nº 1199, Centro – São Miguel do Oeste/SC, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.821.174/0001-80, com a devida autorização expedida pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças, Sr. ALFREDO SPIER, em conformidade com o disposto na Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº. 7.552/2018, de 10 de setembro de 2018, e demais legislação aplicável, torna público aos interessados que fará realizar CHAMADA PÚBLICA, com o objetivo de abrir inscrições para o comércio ambulante de flores e velas nas áreas designadas em frente ao Cemitério Municipal, para o período de finados de 2018.

O Edital, para fins de conhecimento geral, compreendendo as especificações técnicas do objeto, encontra-se disponível gratuitamente no sítio do Município de São Miguel do Oeste, através do endereço eletrônico "<http://www.saomiguel.sc.gov.br>".

**2 – DO OBJETO**

PONTO FIXO DE FLORES E VELAS: pontos para venda de FLORES NATURAIS e FLORES ARTIFICIAIS.

**3 – DAS CONDIÇÕES GERAIS**

- 3.1 – O número de vagas e as atividades encontram-se especificados no ANEXO II, parte integrante deste edital;
- 3.2 – A inscrição e o Alvará de Licença são pessoais e intransferíveis, sendo PROIBIDA a VENDA ou o ALUGUEL DO PONTO;
- 3.3 – Todo vendedor ambulante deverá portar durante todo o período de trabalho:
  - a) Alvará de Licença;
  - b) Documento de Arrecadação Municipal quitado, emitido pela Secretaria responsável;
  - c) Documento de Identificação Pessoal, com foto.
- 3.4 – Todo requerente está sujeito às condições fixadas neste instrumento convocatório, que faz Lei entre as partes.

**4 – DO PERÍODO DA LICENÇA**

- 4.1 – Este Edital de Credenciamento tem validade para o período de Finados de 2018;
- 4.2 – O prazo de duração dos Alvarás de Licença emitidos para os proponentes classificados será de 31 de outubro a 02 de novembro de 2018, nas áreas delimitadas pelo Município, em frente ao Cemitério São Miguel e Almas.

**5 – DA INSCRIÇÃO E DA DOCUMENTAÇÃO****5.1 – DA INSCRIÇÃO**

a) Os interessados deverão encaminhar envelope com a documentação exigida neste Edital, a ser protocolado no período de 10 de outubro a 24 de outubro de 2018, das 8h às 11h e 45min e das 13h30 às 17h45min, no Setor de Tributos, no endereço: Rua Marcílio Dias, nº 1199, Centro – São Miguel do Oeste/SC, munidos de toda a documentação exigida.

**5.2 – DA DOCUMENTAÇÃO**

- 5.2.1 – Toda a documentação exigida por este edital de chamamento público deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de cópia perfeitamente legível, autenticada em cartório ou por servidor público designado.
- 5.2.2 – Os participantes, no ato da inscrição, ficam obrigados a apresentarem toda documentação exigida no edital, ainda que apresentem alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- 5.2.3 – O requerente que não apresentar qualquer dos documentos constantes da lista de documentação obrigatório para habilitação será automaticamente INABILITADO.
- 5.2.4 – Em caso de fraude, omissão, falsificação, declaração inidônea, ou qualquer outro tipo de irregularidade, será cancelada a inscrição e o requerente será eliminado do certame.
- 5.2.5 – Documentos obrigatórios:
  - a) Cópia do CPF e RG em nome do requerente, se PESSOA FÍSICA;
  - b) Registro comercial, se EMPRESA INDIVIDUAL;
  - c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social registrado, no caso de SOCIEDADES COMERCIAIS. No caso de SOCIEDADE POR AÇÕES, deve estar acompanhado dos documentos da eleição dos administradores
  - d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de SOCIEDADE CIVIL, deve estar acompanhada da prova de diretoria atual;
  - e) Decreto de autorização, no caso de EMPRESAS ESTRANGEIRAS em funcionamento no Brasil.

**6 – DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO**

- 6.1 – Estarão classificadas as proponentes inscritas que obtiverem êxito no sorteio a ser realizado no dia 26 de outubro de 2018, às 9h, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, situada na Rua Marcílio Dias, nº 1199, Centro – São Miguel do Oeste/SC – 89900-000, dentro do número de vagas oferecidas no ANEXO II deste edital.
- 6.2 – Os sorteados terão seus documentos de habilitação analisados após o sorteio.
- 6.3 – Os envelopes deverão ser protocolados no local acima indicado, podendo, ainda, serem enviados por via postal, respeitados os horários e datas limites.

**7 – DA HOMOLOGAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS**

7.1 – A listagem das requerentes habilitadas após a realização do sorteio será divulgada no sítio do Município de São Miguel do Oeste/SC, no endereço [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br), na data de 29 de outubro de 2018, com cópia para consulta no Setor de Tributos.

**8 – DAS OBRIGAÇÕES DOS REQUERENTES**

a) É obrigação do autorizado manter organizado e limpo toda a área por ele utilizada para comercialização de seus produtos, além de que, ao final da autorização, entregar a área livre em ordem e nas mesmas condições que recebeu.

**9 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- a) As áreas a serem ocupadas pelos pontos, conforme cada atividade estar descritas no ANEXO II parte integrante deste edital;  
b) Este Edital de Chamamento Público está à disposição no site [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br);  
c) O prazo da autorização será para os dias 31 de outubro de 2018 a 02 de novembro de 2018.

São Miguel do Oeste/SC, 9 de outubro de 2018.

ALFREDO SPIER

Secretário Municipal de Administração e Finanças

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2018

**ANEXO I****TERMO DE REFERÊNCIA****1 – OBJETIVO**

1.1 – O presente Termo de Referência tem por objeto o cadastramento de vendedores ambulantes, para venderem os flores e velas no Dia de Finados.

**2 – JUSTIFICATIVA DO CREDENCIAMENTO**

2.1 – Para o adequado funcionamento das atividades relacionadas aos Cemitérios pertencente à Secretaria Municipal de Administração, necessita-se uma melhor organização e delimitação do espaço a ser utilizado para a comercialização dos produtos acima indicados.

**3 – DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO**

3.1 – Pontos para venda de FLORES NATURAIS e FLORES ARTIFICIAIS, com ou sem vasos, vasos avulsos artesanais ou industrializados e velas em pacotes ou avulsas.

**4 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 4.1 – É de responsabilidade da contratada o envio de toda a documentação exigida no ITEM 4.2.  
4.2 – Manter seu espaço limpo e, após findar suas atividades, entregá-lo também limpo.

**5 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

5.1 – Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados.

**6 – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

6.1 – O contrato terá vigência de 3 (três) dias.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2018

**ANEXO II****DAS VAGAS**

DISCRIMINAÇÃO DO PONTO	QUANTIDADE (VAGAS)	LOCAL
PRONTO FIXO DE FLORES E VELAS	12	Cemitério São Miguel e Almas



# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### DECRETO N° 129/2018

Publicação N° 1770455

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

#### DECRETO N° 129/2018

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 8º da Lei nº 1138/2017.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal no valor de 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais) por conta do Superávit Financeiro recursos- ordinário na dotação abaixo identificada:

#### 05 – SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.02.8.244.0007.2.037 – Func. e Manutenção dos Grupos R\$ 1.500,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000– Aplicações Diretas R\$ 1.500,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 09 de outubro de 2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

### DECRETO N°122/2018

Publicação N° 1770458

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

#### DECRETO N°122/2018

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art.7º da Lei 1.138/2017.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

#### 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.0004.2.105 – Func. e Manut. do Ensino Fundamental-  
Outros Profissionais R\$ 2.225,00

Anula:

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0081 – Aplicações Diretas R\$ 2.225,00

Suplementa:



3.1.91.00.00.00.00.00.01.0081 – Aplicações Diretas R\$ 2.225,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 27 de setembro de 2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº127/2018

Publicação Nº 1770457

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº127/2018

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art.7º da Lei 1.138/2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

10 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

10.01.18.541.0006.2.030 – Func. e Manut. do Meio Ambiente R\$ 5.000,00

Anula:

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 02 de outubro de 2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº128/2018

Publicação Nº 1770456

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº128/2018

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art.7º da Lei 1.138/2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

**05 – SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

05.02.08.244.0007.2.036 – Func. e Manut. da Assistência Social R\$ 4.000,00

Anula:

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 02 de outubro de 2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

**EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 05/2018**

Publicação Nº 1769735

**EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 05/2018**

A Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, apresenta o presente Edital:

Art. 1º - Fica regulamentado no município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, a chamada pública para seleção de (1) Agente de Controle de Endemias (Dengue, Febre Amarela, etc.), para substituição da servidora (Luana Regina Schmitz) que se encontra readaptada, encerrando o contrato em 17/12/2018.

§ 1º - Tal edital se fez necessário devido a necessidade da contratação de um(a) profissional Agente de Endemias.

Art. 2º - Os profissionais interessados (as) em participar, deverão comparecer a Câmara Municipal de Vereadores do Município de São Pedro de Alcântara, no dia 16 de outubro de 2018, às 09h, portando a seguinte documentação:

I - Xerox Identidade;

II - Xerox CPF;

III - Xerox PIS PASEP/ Carteira Trabalho;

IV - Xerox Título de Eleitor/ Quitação Eleitoral;

V - Xerox Certificado de Reservista;

VI - Xerox Títulos Escolares;

VII - Xerox Certidão de Casamento;

VIII - Xerox Certidão Filhos menores de 14 anos e CPF;

X - 01 Foto 3 x 4 atual;

XI - Comprovante de Residência;

XII - Declaração de bens;

XIII - Declaração de Acumulação;

XIV - Conta Banco Brasil;

XV - Declaração Penalidades;

XVI - Folha Corrida Judicial.

§ 1º - Dúvidas e/ou esclarecimentos sobre a documentação a ser apresentada, poderá ser retirada no Setor de Recursos Humanos, localizado no 2º andar, do Prédio Administrativo da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, no horário de funcionamento das 7h as 13h ou através do telefone (48) 32770122 R:221.

§ 2º - A apresentação da documentação no ato da escolha, é de caráter eliminatório.

Art. 3º - A vaga ofertada, tem como pré-requisito o cargo temporário de Agente de Endemias e o candidato deverá possuir CNH – A.

§ 1º - No momento da escolha o candidato deverá apresentar cópia do certificado de ensino médio, bem como comprovante de CNH – A ;

§ 2º - A apresentação da documentação no ato da escolha, é de caráter eliminatório.

Art. 4º - O (a) Agente de Endemias, irá assumir uma carga horária de 40 horas semanais.

§ 1º - Devendo desempenhar tarefas quanto aos atendimentos domiciliares, comerciais e outros. Efetuar registros e relatórios semanais para a 18ª regional e trabalhar em conformidade com as boas práticas, normas e procedimentos de biossegurança;

§ 2º - O profissional, deverá exercer as atividades que constam na descrição do cargo da Lei Municipal nº 422 de dezembro de 2006.

Art. 5º - A escolha será realizada em forma de assembléia, sendo exposta a vaga, havendo a manifestação de interesse no momento em que for anunciada a vaga.

§ 1º - Havendo mais de um candidato (a) interessado pela mesma vaga, será adotado os seguintes critérios de desempate:

I – Escolaridade, havendo empate;

II – Tempo de serviço na função, havendo empate

III - Havendo empate em todos os critérios acima, será utilizado para desempate a maior idade do candidato.

Art. 6º - Após a escolha da vaga, o(a) Agente de Endemias, irá assinar a declaração de ciência da vaga e de suas atribuições, conforme o ANEXO I, do presente edital.

São Pedro de Alcântara, 09 de outubro de 2018.

SIMONE MORETTI

Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, portador (a) do CPF nº \_\_\_\_\_ e RG nº \_\_\_\_\_, servidor (a) aprovado (a) na Chamada Pública n.º 05/2018, da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, relativo ao cargo de Agente de Vigilância Endemias por período temporário, declaro que escolhi tal vaga, e tenho ciência das atribuições do cargo prevista na Lei Municipal nº 422/2006 e que poderei vir a desempenhar outras funções não descritas no cargo, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

São Pedro de Alcântara, 09 de outubro de 2018.

Nome:

# Saudades

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 01.2018

Publicação Nº 1770358

#### EXTRATOS DE COMPRA DE ENERGIA REGULADA

Estado de Santa Catarina

Município de Saudades

Extrato de Contratos

Contrato n.: 13.2018

Contratante: Município de Saudades/SC

Contratado: CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.

Objeto: Regular os direitos e as obrigações das Partes referentes à venda de energia elétrica pela Distribuidora ao Consumidor.

Valor: -

Vigência: 10/08/2019

Recursos: Orçamento Vigente

Saudades/SC, 09 de outubro de 2018.

Daniel Kothe

Prefeito Municipal

# Schroeder

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4.598/2018, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

Publicação Nº 1770499

DECRETO Nº 4.598/2018, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2018.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.325/2017 de 4 de dezembro de 2017,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

#### 02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

##### 02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.04.122.0002.2.002 - Manutenção das Ações do Gabinete do Prefeito

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 5.000,00

#### 03 - SECRETARIA MUN DE PLANEJAMENTO GESTÃO E FINANÇAS

##### 03.01 - SETOR DE CONTABILIDADE E FINANCEIRO

03.01.04.123.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 30.000,00

#### 05 - SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO CULTURA ESPORTE E LAZER

##### 05.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

05.02.12.122.0003.2.009 - Manutenção das Ações do Gabinete da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 10.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

#### 02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

##### 02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.04.122.0002.2.002 - Manutenção das Ações do Gabinete do Prefeito

3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica R\$ 5.000,00

#### 03 - SECRETARIA MUN DE PLANEJAMENTO GESTÃO E FINANÇAS

##### 03.01 - SETOR DE CONTABILIDADE E FINANCEIRO

03.01.04.123.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

3.3.90.91.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Sentencas Judiciais R\$ 10.000,00

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obras e Instalacoes R\$ 20.000,00

#### 05 - SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO CULTURA ESPORTE E LAZER

##### 05.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

05.02.12.122.0003.2.009 - Manutenção das Ações do Gabinete da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica R\$ 1.500,00

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 3.500,00

#### 05 - SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO CULTURA ESPORTE E LAZER

##### 05.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

05.02.12.122.0003.2.009 - Manutenção das Ações do Gabinete da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

3.3.90.37.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Locacao de Mao-de-obra R\$ 5.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 28 de Setembro de 2018.

OSVALDO JURCK  
Prefeito MunicipalELMER SANDRO QUADROS  
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 116/2018-PMS**

Publicação Nº 1769901

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 116/2018-PMS

Dispensa de Licitação nº. 85/2018-PMS - Processo nº.183/2018-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: EDITORA ANA CAROLINA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 03.659.278/0001-63, estabelecida na Rua Marina Frutuoso nº. 810, sala 01, Bairro Centro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.251-500

Objeto: Constitui o presente contrato Contratação de espaço em revista de circulação regional para veiculação de matéria em homenagem ao aniversário de emancipação do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	CONTRATAÇÃO DE ESPAÇO DE PÁGINA INTEIRA EM REVISTA DE CIRCULAÇÃO REGIONAL PARA DIVULGAÇÃO DE MATÉRIA ALUSIVA AO ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.	02	Página	1.000,00	2.000,00
TOTAL R\$					2.000,00

Valor do contrato: R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Data da Assinatura: 09/10/2018 – Vigência: 31/12/2018

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 7.569/2018, DE 9 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1770488

PORTARIA Nº. 7.569/2018, DE 9 DE OUTUBRO DE 2018.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Josenir da Silva, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 9 de outubro de 2018.

OSVALDO JURCK

ORLANDO TECILLA

Prefeito Municipal

Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 7.570/2018, DE 9 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1770489

PORTARIA Nº 7.570/2018, DE 9 DE OUTUBRO DE 2018

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER – CAE – GESTÃO 2018/2022.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º Nomear membros para a composição do Conselho Municipal de Alimentação Escolar do Município de Schroeder – CAE – gestão 2018/2022, a saber:

I. Representantes do Poder Executivo

q Juliano Schultz - Titular

q Maria Joana Bellarmino - Suplente

II. Representantes dentre Entidades de Docentes, Discentes ou Trabalhadores na Área da Educação:

q Geziane Machado - Titular

q Fabíola Oliveira dos Santos - Suplente

q Luciana Santos Schneider - Titular

q Moisés Junior Formigari - Suplente

III. Representantes de Pais de Alunos:

q Eberton Vargas Trentin – Titular

q Dalila Isabel Ronchi Konell - Suplente

q Valério de Oliveira Onofre - Titular

q Oclânia de Souza Todão – Suplente

IV. Representantes Indicados por Entidades Cívis Organizadas:

q Anair Fritzke Jurck – Titular

q Neiva Gaedtke Roters - Suplente

q Ana Carolina Warmeling – Titular

q Cláudio Adão da Cruz – Suplente

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008, revogando-se a Portaria nº 7.061/2017, de 5 de abril de 2017.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 9 de outubro de 2018.

OSVALDO JURCK

HARILDO KONELL

Prefeito Municipal

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico



## ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 73/2018-PMS

Publicação Nº 1769619

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 68/2018

Número do Registro de Preços: 68/2018 Data do Registro: 09/10/2018 Válido até: 09/10/2019

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de tintas para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Tinta acrílica, acabamento fosco. De alta qualidade. Deve possuir baixo odor, super-rendimento e ótima cobertura. Para pintura externa. COR HIPER AZUL. BALDE DE 18 LITROS.	UN	MADEIRA EIRELI (14027)	SHOW	0	100,0000	1
2	Tinta acrílica, acabamento fosco. De alta qualidade. Deve possuir baixo odor, super-rendimento e ótima cobertura. Para pintura externa. COR BRANCO. BALDE DE 18 LITROS.	UN	ELTON LUIZ MADEIRA (14026)	FUTURA	0	101,0000	2
3	Tinta acrílica, acabamento fosco. De alta qualidade. Deve possuir baixo odor, super-rendimento e ótima cobertura. Para pintura externa. COR BRANCO. BALDE DE 18 LITROS.	UN	COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	FUTURA	0	151,2000	3
4	Tinta acrílica, acabamento fosco. De alta qualidade. Deve possuir baixo odor, super-rendimento e ótima cobertura. Para pintura externa. COR BRANCO. BALDE DE 18 LITROS.	UN	ELTON LUIZ MADEIRA (14026)	FUTURA	0	119,0000	1
5	Tinta acrílica, acabamento fosco. De alta qualidade. Deve possuir baixo odor, super-rendimento e ótima cobertura. Para pintura externa. COR BRANCO. BALDE DE 18 LITROS.	UN	COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	TINSUL	0	120,0000	2
6	Tinta acrílica, acabamento fosco. De alta qualidade. Deve possuir baixo odor, super-rendimento e ótima cobertura. Para pintura externa. COR BRANCO. BALDE DE 18 LITROS.	UN	COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	FUTURA	0	151,2000	3
7	Tinta acrílica, acabamento fosco. De alta qualidade. Deve possuir baixo odor, super-rendimento e ótima cobertura. Para pintura externa. COR VERDE MUSGO. BALDE DE 18 LITROS.	UN	ELTON LUIZ MADEIRA (14026)	FUTURA	0	102,0000	1
8	Tinta acrílica, acabamento fosco. De alta qualidade. Deve possuir baixo odor, super-rendimento e ótima cobertura. Para pintura externa. COR VERDE MUSGO. BALDE DE 18 LITROS.	UN	MADEIRA EIRELI (14027)	SHOW	0	103,0000	2
9	Tinta acrílica, acabamento fosco. De alta qualidade. Deve possuir baixo odor, super-rendimento e ótima cobertura. Para pintura externa. COR VERDE MUSGO. BALDE DE 18 LITROS.	UN	COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	FUTURA	0	151,2000	3
10	Tinta acrílica, acabamento fosco. De alta qualidade. Deve possuir baixo odor, super-rendimento e ótima cobertura. Para pintura externa. COR VERDE MUSGO. BALDE DE 18 LITROS.	UN	MADEIRA EIRELI (14027)	EUCATEX	0	105,0000	1
11	Tinta acrílica, acabamento fosco. De alta qualidade. Deve possuir baixo odor, super-rendimento e ótima cobertura. Para pintura externa. COR VERDE MUSGO. BALDE DE 18 LITROS.	UN	COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	SHERWIN	0	107,0000	2
12	Tinta acrílica, acabamento fosco. De alta qualidade. Deve possuir baixo odor, super-rendimento e ótima cobertura. Para pintura externa. COR VERDE MUSGO. BALDE DE 18 LITROS.	UN	ECO COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI (13242)		0	136,5000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 68/2018

Número do Registro de Preços: 68/2018		Data do Registro: 09/10/2018		Válido até: 09/10/2019			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de tintas para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)		0	138.8700	4

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 68/2018

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 68/2018		Data do Registro: 09/10/2018		Válido até: 09/10/2019			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de tintas para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 68/2018

PROCESSO Nº 172/2018

- (9073) - COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP
- (12658) - COMERCIAL VITORIA LTDA - ME
- (13242) - ECO COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI
- (14026) - ELITON LUIZ MADEIRA
- (14027) - MADEIRA EIRELI

Schroeder, 9 de Outubro de 2018.

**DISPENSA 85/2018-PMS**

Publicação Nº 1769886

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 85/2018 - DL**

**Processo Nr.: 183/2018**  
**Data: 09/10/2018**

Folha: 1/2

Fornecedor: EDITORA ANA CAROLINA LTDA  
Endereço: R MARINA FRUTUOSO,810 - SALA 01  
Cidade: JARAGUA DO SUL - SC  
CNPJ: 03.659.278/0001-63

Código: 9206

Inscrição Estadual:

**Objeto da Compra:** Contratação de espaço em revista de circulação regional para veiculação de matéria em homenagem ao aniversário de emancipação do Município de Schroeder/SC.

**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	2,00	CONTRATAÇÃO DE ESPAÇO DE PÁGINA INTEIRA EM REVISTA DE CIRCULAÇÃO REGIONAL PARA DIVULGAÇÃO DE MATÉRIA ALUSIVA AO ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.	PG	1.000,00	2.000,00

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

VISTO O TRABALHO ESPECÍFICO DE DIVULGAÇÃO DE MATÉRIA ALUSIVA AO ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Schroeder, 9 de Outubro de 2018

\_\_\_\_\_  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>		<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> Nr.: 85/2018 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC		Processo Nr.: 183/2018 Data: 09/10/2018
		Folha: 2/2

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

---

**Valor da Despesa:** 2.000,00 (dois mil reais)

---

**Pagamento.....:** 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

---

# Seara

## PREFEITURA

### PORTARIAS 467/2018 A 472/2018

Publicação Nº 1769749

Portaria nº. 467/2018. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 104 da Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara e da outras providências, resolve,

Conceder, A servidora Rosali Pelisson, matrícula 130701, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor/20h, licença para tratamento de saúde, conforme atestado médico, pelo período de 02 a 16 de outubro de 2018, mediante remuneração pelo município e a partir de 17 de outubro de 2018, pelo Regime Geral de Previdência Social, devendo o servidor se submeter à perícia médica junto ao INSS.

Os efeitos desta Portaria estender-se-ão até a cessação do benefício previdenciário.

Seara - SC, 09 de outubro de 2018.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 09 de outubro de 2018.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº. 468/2018. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso IX, do artigo 2º da Lei Complementar nº 30/2008, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário e dá outras Providências, combinado com as disposições do Edital de Processo Seletivo nº. 35/2017, para a contratação temporária de pessoal no magistério público municipal para o ano letivo de 2018, resolve,

Contratar, Eliane Aparecida Neves Burin, em caráter temporário, para exercer a função de Professor, Nível Ensino Superior, Classe Inicial, anexo IV, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, Lei Complementar nº. 21/2003, na Educação Infantil, no Centro de Educação Infantil Dona Ilse, com carga horária de 20 horas semanais e vencimentos conforme o estabelecido em lei, para substituir professora titular, Rosali Pelisson, legalmente afastada, no período de 08 de outubro a 30 de novembro de 2018, podendo ser rescindido nos termos do artigo 10 da Lei Complementar 30/2008, aplicando-se no que couber a Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Município de Seara e dá outras providências e as disposições contratuais estabelecidas entre as partes.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., em 09 de outubro de 2018.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 09 de outubro de 2018.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº. 469/2018. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso X do artigo 108 da Lei Orgânica Municipal, resolve,

Prorrogar, O prazo de vigência da Portaria nº. 202/2018, que contrata Erediana Rita Martins em caráter temporário para exercer a função de Técnica em Enfermagem, constante no Anexo I – Grupo B - Serviços Técnicos Profissionais, e vencimentos previstos no anexo IV, nível 120, classe inicial, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, Lei Complementar 27/2008, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 12 de outubro de 2018 a 12 de janeiro de 2019, para substituir Técnica em Enfermagem titular, Juliane de Fatima de Oliveira, legalmente afastada.

A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara – SC., 09 de outubro de 2018.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 09 de outubro de 2018.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº. 470/2018. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso X do artigo 108 da Lei Orgânica Municipal, resolve,

Prorrogar, O prazo de vigência da Portaria nº. 423/2017, que contrata Locivani Salete Frozza Signor, em caráter temporário, para exercer a função de Monitor de Artesanato, constante no Anexo I, e vencimentos previstos no anexo III, nível ACT-020, da Lei Complementar 30/2008, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, alterada pela Lei Complementar nº. 63/2014, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de outubro de 2018 a 15 de outubro de 2019.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 09 de outubro de 2018.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal  
Registra-se e Publica-se  
Em 09 de outubro de 2018.  
Neri Cosmann  
Secretário da Administração

Portaria nº. 471/2018. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso X do artigo 108 da Lei Orgânica Municipal, resolve,  
Prorrogar, O prazo de vigência da Portaria nº. 419/2017, que contrata Analiz Aparecida Rissardi dos Santos, em caráter temporário, para exercer a função de Monitor de Artesanato, constante no Anexo I, e vencimentos previstos no anexo III, nível ACT-020, da Lei Complementar 30/2008, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, alterada pela Lei Complementar nº. 63/2014, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de outubro de 2018 a 08 de outubro de 2019.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 09 de outubro de 2018.

Edemilson Canale  
Prefeito Municipal  
Registra-se e Publica-se  
Em 09 de outubro de 2018.  
Neri Cosmann  
Secretário da Administração

Portaria nº. 472/2018. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso X do artigo 108 da Lei Orgânica Municipal, resolve,  
Prorrogar, O prazo de vigência da Portaria nº. 417/2017, que contrata Gilvania Maria da Trindade Paludo, em caráter temporário para exercer a função de Servente Interno, Anexo I, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no anexo IV, nível 40, classe inicial, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, Lei Complementar 27/2008, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de outubro de 2018 a 08 de outubro de 2019, para substituir servente interna titular, Marisete Aparecida Depicoli Weirich, legalmente afastada.

A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara – SC., 09 de outubro de 2018.

Edemilson Canale  
Prefeito Municipal  
Registra-se e Publica-se  
Em 09 de outubro de 2018.  
Neri Cosmann  
Secretário da Administração



# Serra Alta

## CÂMARA MUNICIPAL

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº03/2018

Publicação Nº 1770484

Estado de Santa Catarina
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES SERRA ALTA
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº: 03/2018
Edital: TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 03/2018
Tipo: Menor Preço/Preço Global
Objeto: Contratação de empresa especializada na execução de obra e serviços de engenharia, empreitada global da 3ª etapa para construção da Câmara de Vereadores, de acordo com as especificações constantes da lista de itens, memorial descritivo, projeto de engenharia e seus anexos.
Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 26 de outubro 2018.
Abertura dos Envelopes: às 09:00 horas do dia 26 de outubro 2018.
O Edital e seus anexos encontram-se à disposição no site oficial da Câmara de Vereadores: <a href="http://www.camaraserraalta.sc.gov.br">www.camaraserraalta.sc.gov.br</a> , DOM-Diário Oficial dos Municípios ou no endereço Rua 28 de Abril nº 370, Centro, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou esclarecimentos pelo fone (49) 3364.0112.
SERRA ALTA, 10 de outubro de 2018
JACI MARIN
PRESIDENTE DA CÂMARA

### EDITAL Nº 03/2018

Publicação Nº 1770485

#### EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 003/2018

MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS – 3ª ETAPA

#### 1 - PREÂMBULO

1.1 – A Câmara de Vereadores de Serra Alta/SC pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 17.165.981/0001-20, com sede à rua 28 de Abril, n. 370 - Centro CEP: 89871-000, Serra Alta/SC., por seu Presidente, Senhor JACI MARIN, torna público o Processo de Licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇOS PARA EXECUÇÃO DA TERCEIRA ETAPA DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS, do tipo MENOR PREÇO/PREÇO GLOBAL, para execução na construção da sede da CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA/SC., o qual será processado e julgado em conformidade com a Lei nº 8.666/93, e suas posteriores alterações e demais legislações aplicáveis.

1.2 - O recebimento dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO e 02 – PROPOSTA contendo, respectivamente a documentação de habilitação e a proposta de preço dos interessados, dar-se-á até às 8:30 horas do dia 26 de outubro de 2018.

1.3 - O início da abertura dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO, dar-se-á às 9:00 horas do dia 26 de Outubro de 2018, no mesmo endereço indicado no subitem 1.1. Havendo a concordância de todos os proponentes com o resultado da fase de habilitação, bem como a desistência expressa de interposição de recursos, de acordo com o disposto no inciso III, art. 43 da Lei 8.666/93, formalizada na respectiva Ata ou Termo de Renúncia (modelo constante do anexo "III" desta Tomada de Preços), proceder-se-á, nesta mesma data, à abertura dos Envelopes 02 – PROPOSTA, contendo as propostas de preço dos proponentes habilitados.

#### 2 - OBJETO

2.1 A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DA TERCEIRA ETAPA DA CONSTRUÇÃO DA SEDE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SERRA ALTA/SC., COM O TOTAL DE 415,65 M2 (QUATROCENTOS E QUINZE VÍRGULA SESSENTA E CINCO METROS QUADRADOS) DE ÁREA GLOBAL CONSTRUÍDA, CONTRATAÇÃO QUE COMPEENDE A MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NA LISTA DE ITENS DO MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS DE ENGENHARIA E SEUS ANEXOS.

A EXECUÇÃO DA OBRA COM OS MATERIAIS SERÁ EXECUTADA EM 04 (QUATRO) ESTAPAS, SENDO QUE A TERCEIRA DECORRE DA PRESENTE LICITAÇÃO, E AS DEMAIS ETAPAS SERÃO EXECUTADOS MEDIANTE NOVAS LICITAÇÕES, DE ACORDO COM NOVOS MEMORIAIS DESCRITIVOS.

### 3 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 - Poderão participar do presente certame, empresas interessadas, cadastradas na correspondente especialidade junto à Câmara Municipal de Vereadores, ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

3.1.1 - Todos os atos perante esta licitação deverão ser praticados pelo(s) representante(s) legal (ais) da proponente ou pessoa(s) com poderes delegados por este(s).

3.2 - Não poderão participar da presente licitação pessoas:

3.2.1 - que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações;

3.2.2 - com falência ou insolvência decretada;

3.2.3 - o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

3.2.4 - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

3.2.5 - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

### 4 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES 01 E 02 E DO CREDENCIAMENTO

4.1 - Os Envelopes 01 e 02, contendo respectivamente a documentação e a proposta de preços, deverão ser entregues na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, devidamente fechados, constando da face de cada qual os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº. 01

DA: (EMPRESA)

A: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA/SC.

Depto de Compras

PROCESSO Nº.: 003/2018– TOMADA DE PREÇO

ABERTURA: às 9:00 HORAS DO DIA 26/10/2018

ENVELOPE “HABILITAÇÃO”

ENVELOPE Nº. 02

DA: (EMPRESA)

A: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA/SC.

Depto de Compras

PROCESSO Nº.: 003/2018 – TOMADA DE PREÇO

ABERTURA: às 9:00 HORAS DO DIA 26/10/2018

ENVELOPE “PROPOSTA”

4.2 - Caso a proponente encaminhe um representante para acompanhar o procedimento licitatório, deverá formalizar uma Carta de Credenciamento, conforme modelo sugestivo constante do anexo “II” deste Convite, a qual deverá ser entregue aos Membros da Comissão de Licitações para processar a licitação na data de abertura dos Envelopes 01, ou através de procuração.

4.3 - A recepção dos envelopes far-se-á de acordo com o estabelecido nos subitens 1.2 e 1.3 deste Edital, sendo aceita a remessa por via postal, com aviso de recebimento, desde que seja efetuada a entrega dos mesmos até o dia e horário indicados para protocolo. A Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta e a Comissão Permanente de Licitações não se responsabilizarão, e nenhum efeito produzirá para o licitante, se os envelopes não forem entregues em tempo hábil para protocolização dentro dos prazos estabelecidos nos subitens 1.2 e 1.3 deste Edital, no Setor de Protocolo Geral da Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta/SC.

4.4 - No caso da proponente ser Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), esta deverá apresentar para credenciamento, o Registro expedido pela Junta Comercial do Estado, comprovando seu enquadramento, e em se tratando de Sociedades Simples, Certidão expedida pelo Cartório de Registro de Pessoa Jurídica, sob pena da perda dos privilégios estabelecidos na Lei Complementar nº. 123/06. Este(s) documento(s) deverá (ão) ser apresentado(s) obrigatoriamente fora do envelope 01 – DOCUMENTAÇÃO.

### 5 - DA DOCUMENTAÇÃO PARA A HABILITAÇÃO

O Envelope nº 01 deverá conter os documentos necessários à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Qualificação Econômico-Financeira como segue:

#### 5.1 - Habilitação Jurídica e Fiscal

5.1.1 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos da última eleição e posse de seus administradores. No ato constitutivo deverão estar contempladas, dentre os objetivos sociais, a execução de atividades compatíveis com a natureza e objeto da licitação.

5.1.2 - Inscrição no órgão competente, do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

5.1.3 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

5.1.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, através de Certidão Conjunta, para com a Fazenda Estadual, e Municipal, mediante apresentação das respectivas Certidões Negativas, expedidas pelos órgãos competentes.

5.1.5 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através de Certidões Negativas de Débito,

demonstrando o regular recolhimento dos encargos sociais instituídos por lei.

5.1.6 - Declaração do licitante de que não pesa contra si declaração de inidoneidade, expedida em face de inexecução total ou parcial de contratos com outros entes públicos, nos termos do artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei 8.666/93, em atendimento ao artigo 97 da referida Lei, constante do Anexo VI.

5.1.7 - Declaração do licitante de que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, em cumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, constante no Anexo IV.

4.0.8. - Registro/Inscrição Na Entidade Profissional Competente – CREA/CAU válido na data de abertura do certame.

5.1.9 – CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

5.1.10 - CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU CONCORDATA expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, EM PRAZO NÃO SUPERIOR A 30 (TRINTA) DIAS da data designada para a apresentação do documento;

5.1.11 - Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis de último exercício, já exigíveis, apresentados e publicados (quando for o caso) na forma da lei, apresentados por cópia ou fotocópia extraída do Livro Diário – devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente – inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, que comprovem a boa situação financeira da LICITANTE, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação do IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou de outro indicador que o venha a substituir. A boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), cujos índices deverão ser superiores a 1,0 (um inteiro):

LG = ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO  
PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

SG = \_\_\_\_\_ ATIVO TOTAL \_\_\_\_\_  
PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

LC= \_\_\_\_ ATIVO CIRCULANTE \_\_\_\_  
PASSIVO CIRCULANTE

5.1.12- Um ou mais Acervos Técnicos registrados no CREA/CAU em nome do profissional responsável pela empresa, que comprove a execução de obras com características compatíveis ou maiores do que a do o objeto ora licitado;

Observação: considera-se compatível o objeto cuja complexidade tecnológica seja similar ao objeto licitado e sua execução guarde proporcionalidade entre a área executada e o período utilizado para tanto.

5.1.13- Prova de registro da empresa e de seus respeitáveis técnicos no CREA ou CAU (Certidão de pessoa jurídica e pessoa física) da jurisdição da sede da proponente, com visto ou registro no Estado de Santa Catarina, com habilitação para si e seus responsáveis para a execução de serviços semelhantes ao objeto deste edital.

5.1.14 – Comprovação que a Proponente possui, em seu quadro permanente, profissional de nível superior detentor de atestado ou anotação de responsabilidade técnica para execução de obra ou serviço, que poderá ser comprovado através de cópia da Carteira de Trabalho ou outro documento legal que comprove, nos termos da legislação vigente, que o profissional indicado pertence ao quadro permanente da empresa.

5.1.15 - CERTIDÃO NEGATIVA DE PROTESTOS expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 30 (trinta) dias da data designada para a apresentação do documento;

5.1.16 - Certificado de Registro Cadastral expedido pela Câmara Municipal de Vereadores, válido na data de abertura da presente licitação.

5.1.17 - A empresa licitante deverá comprovar possuir capital social mínimo de 10% do valor estimado da obra, até a data de entrega dos envelopes, devendo a comprovação ser feita relativamente à data de apresentação da proposta, admitida a atualização para esta data através de índice oficiais.

5.1.18 - Declaração comprometendo-se a não subcontratar e nem sub-empregar a obra objeto da presente licitação.

5.1.19 - Declaração indicando o representante legal da empresa proponente para efeitos de praticar atos junto a Câmara referentes ao processo de licitação;

5.1.20 - Cópia autenticada da cédula de identidade do representante legal da empresa proponente;

5.1. 21 - Declaração de que, se declarada vencedora, manterá na obra responsável técnico que deverá ser mencionado nominalmente.

5.2 - Os documentos necessários à habilitação da proponente poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelionato ou pelo Servidor Designado pela Câmara Municipal de Vereadores, mediante conferência da cópia com o original, ou publicação em órgão de imprensa oficial.

5.3 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida, mesmo que os documentos relativos à regularidade fiscal, apresentem alguma restrição.

## 6 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 - O licitante deverá apresentar sua proposta da seguinte forma:

6.1.1 - Em papel timbrado;

6.1.2 - Datilografada ou impressa por meio eletrônico em língua portuguesa;

6.1.3 - Datada;

6.1.4 - Rubricada em todas as páginas e assinada na última página, constando o nome e o cargo da pessoa juridicamente habilitada para assinar;

6.1.5 - Em envelope fechado e identificado, na forma do item 4.1.

6.2 - Na proposta deverão ficar perfeitamente definidos:

6.2.1 – Cronograma físico-financeiro;

6.2.2 - Prazo de entrega proposto;

6.2.3 - Prazo de validade da proposta, no mínimo de 30 dias;

6.2.4 - Preços unitários em algarismos e o preço global, em algarismos e por extenso, em moeda corrente; com indicação se os preços são fixos ou reajustáveis, (nos moldes dos ofertados por este órgão no (Anexo I) com a composição dos preços unitários ofertados, relação ordenada dos insumos considerados (curva ABC) e composição do BDI adotado.

Na elaboração da proposta não poderá haver alteração da discriminação dos itens nem dos quantitativos indicados na Planilha do Orçamento (disponível em arquivo do excel).

A licitante deverá incluir no preço global proposto para obra, além do BDI - Benefícios e Despesas Indiretas, todos os custos necessários para a realização do objeto desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, quaisquer outras taxas, custas ou emolumentos que incidam ou venham a incidir sobre a obra e demais serviços;

6.2.5 - Planilha Aberta de Composição do BDI (de acordo com moldes ofertados por este Órgão); Conforme disposto na Lei 8.666/93 no Art. 6º, IX, alínea "f" c/c Art. 7º, § 2º, II.

6.2.6 - Declaração de pleno conhecimento do projeto básico, do local de obra e de suas especificações, assinado pelo responsável técnico do proponente, inscrito no CREA/CAU.

6.2.7-Declaraçãoque examinou convenientemente as especificações constantes dos memoriais descritivos e projetos, que os mesmos são suficientes para realização da obra, inclusive para, fazer rente às despesas referentes aos encargos sociais trabalhistas e taxas devidas em função da realização da obra aos serviços federais, estaduais e municipais, sendo os eventuais acréscimos de inteira responsabilidade da firma proponente.

6.2.8-Declaraçãodo licitante comprometendo-se, caso seja o vencedor a utilizar na obra, somente material de primeira qualidade, sujeitando-se ao pagamento das despesas necessárias ao eventual ensaio visando aferir a qualidade do material, bem como seguir as orientações da fiscalização da Câmara Municipal de Vereadores.

6.2.9 - Declaração de conhecimento e aceitação de que poderão participar da fiscalização e controle da execução das obras, a CÂMARA MUNICIPAL DE SERRA ALTA/SC., através da Arquiteta e o fiscal do contrato.

6.2.10. A empresa participante poderá apresentar sua proposta em até 25% (vinte e cinco por cento) á menos, do valor máximo do presente Edital, caso ocorra proposta acima desse percentual a empresa proponente da presente Licitação Tomada de Preços será desclassificada.

## 7 – DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO

7.1 - O presente Edital será processado e julgado de acordo com o procedimento estabelecido no art. 43 da Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

7.2 - No dia, local e hora designados no preâmbulo, na presença dos licitantes ou de seus representantes legais que comparecerem no ato, a Comissão Designada para processar a licitação iniciará os trabalhos, examinando os envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO e 02 – PROPOSTA, os quais serão rubricados pelos seus membros e representantes presentes, procedendo-se a seguir à abertura dos envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO.

7.3 - Serão considerados inabilitados os proponentes que não apresentarem os documentos exigidos no item 5 deste Edital, ou que apresentarem documentos rasurados ou com prazo de validade vencido.

7.4 - Os envelopes nº 02 – PROPOSTA, serão devolvidos fechados aos proponentes considerados inabilitados, desde que não tenha havido recurso ou após a sua denegação.

7.5 - Serão abertos os envelopes 02 – PROPOSTA, contendo a proposta de preço dos proponentes habilitados, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, através da assinatura na Ata, ou Termo de Renúncia ou após o julgamento dos recursos interpostos.

7.6 - Será verificada a conformidade de cada proposta com os requisitos exigidos no item 6 deste instrumento convocatório, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis com os requisitos deste Edital.

7.7 - As propostas que apresentarem erros manifestos de cálculos serão corrigidas automaticamente pelos Membros da Comissão de Licitações.

7.8 - Será efetuado o julgamento e a classificação das propostas de acordo com o estabelecido no item 8 deste Edital.

7.9 - Se todas as propostas forem desclassificadas, a Câmara Municipal poderá fixar aos licitantes o prazo de 3 (três) dias úteis para reapresentação de outras, escoimadas das causas que ensejaram a desclassificação.

## 8 - CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1 - As propostas dos proponentes considerados habilitados, serão classificadas pela ordem crescente dos preços apresentados, considerando-se vencedor aquele que apresentar o MENOR PREÇO/PREÇO GLOBAL DA TERCEIRA ETAPA.

8.2 - Havendo empate entre duas ou mais propostas a classificação se fará por sorteio, em ato público, no ato de abertura dos envelopes 02 - PROPOSTA.

8.3 - Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Apresentarem preços considerados excessivos, ou seja, o preço global da 3ª Etapa superior a R\$ 107.000,00 (Cento e sete mil reais)
- b) Não atenderem às exigências contidas neste instrumento e seus anexos.

8.4 – Após a divulgação do vencedor se esse não for uma ME ou EPP, e se houver proposta apresentada por ME ou EPP igual ou até 10% (dez por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

8.4.1 – A ME ou EPP mais bem classificada e em seu direito a preferência, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, por escrito, possuindo para tanto o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a convocação formal (sendo esta realizada na própria sessão ou por ofício ou ainda pela publicação no Diário Oficial) situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

8.4.2 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no subitem 8.3 deste edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.5 – As Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) que apresentaram restrição na comprovação da regularidade fiscal, terão o prazo máximo de 4 (quatro) dias úteis, após intimação, a contar da declaração de vencedor, se uma EPP ou ME for declarada vencedora, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.5.1 – A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.4 deste edital, implicará decadência à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº. 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a contratação, ou revogação da licitação.

8.6 – A CÂMARA MUNICIPAL DE SERRA ALTA/S, se reserva o direito de pedir novos detalhes em consequência das propostas apresentadas, assim como revogar ou anular a licitação em parte ou no todo, ou transferi-la a seu critério, sem que por esse motivo os concorrentes tenham direito a qualquer indenização ou reclamação.

8.7.- Homologada a licitação e assinatura contrato, será emitida nota de fornecimento ou documento autorizando a execução dos serviços, ficando o fornecedor ou executor obrigado a cumpri-los de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em sua proposta.

## 9 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA

9.1 – O prazo de execução da obra é de 60 (sessenta) dias (salvo interperes da natureza).

9.2 - Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

9.3 - Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente.

9.4 - Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

## 10 – DA ASSINATURA DO CONTRATO

10.1 - O licitante vencedor será convocado para a assinatura do CONTRATO após a Homologação do certame licitatório, mediante aviso



pela parte CONTRATANTE.

10.2 - O prazo de assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma só vez, se solicitado pelo licitante vencedor e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela CÂMARA MUNICIPAL DE SERRA ALTA/SC.

10.3 - Não assinado o contrato no prazo fixado ou na prorrogação, o licitante vencedor perderá o direito à contratação, sofrerá aplicação de multa igual a 5% (cinco por cento) do valor da proposta e ficará, temporariamente, suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC., pelo período de 12 (doze) meses.

10.4 - Se o licitante vencedor não assinar o contrato no prazo estabelecido, a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA/SC. poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assiná-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela vencedora, mediante atualização dos preços pelo índice previsto no item 11 deste edital.

10.5 No prazo exposto no item 10.1 e no máximo até o momento da assinatura do contrato, o contratado deverá comprovar o recolhimento da garantia contratual no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato podendo optar pela modalidade de garantia: caução em dinheiro ou título da dívida pública; seguro-garantia, fiança bancária e/ou bens imóveis ( art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93).

10.6 - O valor da garantia será devolvida ao contratado por ocasião do pagamento da última parcela referente à obra, desde que não haja nenhuma penalidade aplicada ao contratado, oportunidade em que a garantia poderá ser utilizada na eventualidade de cobrança de multa.

10.7 - Não será admitida a subcontratação do objeto desta licitação nem a participação de consórcio.

10.8 - Este edital e seus anexos farão parte do contrato a ser celebrado como se nele estivessem transcritos.

10.9 - O Contrato terá vigência de 90 dias consecutivos, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito, e de conformidade com o estabelecido nas Leis Nº. 8.666/93 e 8.883/94.

#### 11 - DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

11.1 – O pagamento dos serviços (obra) será efetuado com ordem bancária, mediante BOLETIM DE MEDIÇÃO, apresentação de nota fiscal, diários de obra e guias de recolhimento do INSS correspondentes a obra, com recursos próprios.

11.2. O valor contratado não sofrerá reajustes, nem atualização de valores.

11.3 - As despesas decorrentes da execução da obra, objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do Orçamento Municipal deste exercício de 2018, no valor de R\$ 107.000,00 (cento e sete mil reais), com a seguinte classificações:

ÓRGÃO 01 – CÂMARA DE VEREADORES DE SERRA ALTA/SC.

UNIDADE 01 – CÂMARA DE VEREADORES DE SERRA ALTA/SC.

PROJETO ATIVIDADE – CONSTRUÇÃO DA SEDE LEGISLATIVA MUNICIPAL

COMP. ELEMENTO – 4.4.90.51.91 – EXECUÇÃO DE OBRAS EM ANDAMENTO

11.4- A CÂMARA não efetuará pagamento através de cobrança bancária, os pagamentos serão efetuados na modalidade de ordem de pagamento bancária, devendo o proponente indicar o número de sua conta corrente, agência e banco correspondente.

#### 12 - DOS RECURSOS

12.1 - Aos proponentes é assegurado o direito de interposição de Recurso Administrativo, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/93, o qual será recebido e processado nos termos ali estabelecidos, salvo caso às empresas efetuem por escrito a desistência da mesma.

#### 13 - PENALIDADES

13.1 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, acarretará na suspensão de participação em Licitações e impedimento de contratar com a Administração Municipal por pelo menos 12 (doze) meses.

13.2 - No caso de atraso na execução do Contrato, a contratada ficará sujeita as seguintes penalidades:

a) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da parcela mensal, por dia, quando os serviços não tiverem o andamento previsto no cronograma. Caso haja recuperação no cronograma de entrega dos serviços no prazo previsto, os valores dessas multas serão devolvidos a empresa mediante requerimento.

b) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do Contrato, por dia que exceder o prazo para conclusão dos serviços.

13.3 - No caso de rescisão contratual, a contratada ficará sujeita as seguintes penalidades:

a) Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, por inexecução total;

b) Multa de 10% (dez por cento) do valor não executado do contrato, por inexecução parcial;

c) Suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 12 meses;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.4 -Dar-se-á rescisão administrativa, independente de qualquer procedimento judicial quando:

13.5-Constar de Laudo de Vistoria, a comprovação de dolo ou culpa da adjudicada no cumprimento de suas obrigações ajustadas e/ou que constate falhas técnicas ou de qualidade do material aplicado que comprometa a segurança e a utilização da obra.

13.6- Ocorrer falência, dissolução ou liquidação da empresa adjudicada;

13.7-Formalizada a rescisão administrativa a adjudicatária só terá direito das contas ou faturas relativas aos serviços executados até a data da rescisão e em condições de aceitação definitiva, sem prejuízo das sanções que serão revertidas aos cofres do Município.

13.8- As sanções previstas neste título serão cumulativas;

13.9-As multas aplicadas à adjudicatária, deverão ser recolhidas aos cofres do Município, dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data da publicação da penalidade no serviço oficial.

#### 14 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A contratante será responsável:

- a) Pelas despesas decorrentes da publicação do instrumento contratual;
- b) Pelos pagamentos nos prazos estipulados neste Edital;
- c) Pela realização de Vistoria para o recebimento da obra;
- d) Pela retenção do INSS sobre o valor bruto dos serviços contidos na nota fiscal, fatura ou recibo em nome da contratada em conformidade com as disposições e emanadas da Previdência Social;
- e) Pela fiscalização da execução da obra ora licitada.

#### 15 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A licitante Contratada ficará obrigada a:

- a) Executar os serviços cumprindo rigorosamente os projetos e memoriais, conforme estabelecido neste Edital de Tomada de Preços;
- b) Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados nos locais de trabalho;
- c) Não sub-contratar e nem sub-empregar o total dos serviços para ela adjudicados;
- d) Fornecer, sempre que solicitado pela Contratante, os comprovantes de pagamento dos empregados e o recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas;
- e) Executar os serviços discriminados, obedecendo rigorosamente as especificações e as normas pertinentes em vigor;
- f) Assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços, devendo os materiais a ser empregados receber prévia aprovação da fiscalização da Câmara Municipal, o qual se reserva o direito de rejeitá-los caso não satisfaçam os padrões especificados;
- g) Fornecer todo o material e equipamentos necessários a perfeita execução dos serviços a serem contratados;
- h) Não retirar qualquer material da obra, usado ou não, exceto entulhos, sem autorização por escrito;
- i) Manter durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;
- j) Efetuar o pagamento das despesas referente taxas e registros em órgãos públicos e cópias dos projetos necessários a obra;
- k) Confeccionar e colocar placa na obra conforme modelo a ser fornecido pela contratante;
- l) Apresentar junto com a primeira fatura dos serviços, cópia da matrícula da obra ou serviço, perante o INSS;
- m) Apresentar junto com as faturas intermediárias, os comprovantes de pagamentos dos empregados e o recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas;
- n) Apresentar quando do recebimento do Termo de Recebimento Definitivo a Certidão Negativa de Débito do INSS, referente a matrícula acima mencionada;
- o) Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou (RRT) do profissional responsável pela obra;
- p) Responder pela instalação e manutenção dos serviços especializados em segurança, higiene e medicina do trabalho, relativo ao número de trabalhadores na obra.

#### 16 - DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

16.1-A Comissão Permanente de Licitação competirá:

16.1.1- Verificar se os envelopes contendo a documentação e as propostas atendam as condições estabelecidas neste Edital

16.1.2-Examinar em primeiro lugar, antes da abertura do envelope das propostas, a documentação apresentada, a qual deverá estar de acordo com as exigências deste Edital, o que será feito na presença de todos os licitantes.

16.1.3- Rubricar as propostas e oferece-las à rubrica dos representantes dos concorrentes presentes ao ato.

16.1.4- Lavrar ata circunstanciada na licitação, lê-la, assiná-la e colher assinaturas dos representantes dos concorrentes presentes aos atos.

16.1.5- Proceder o julgamento do mérito das propostas, desclassificando as que não satisfazem as condições e exigências deste Edital.

#### 17 - RECEBIMENTO DO OBJETO e DA GARANTIA DA OBRA

O objeto desta licitação será recebido:

17.1 - Provisoriamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 5 (cinco) dias após a comunicação escrita do



executante.

17.2 - Definitivamente, por servidor designado pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, no prazo de 30 (trinta) dias, período em que será verificada a adequação do objeto aos termos contratuais e verificado se o executante reparou, corrigiu, removeu, reconstituiu, às expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificaram vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou dos materiais empregados.

17.3 - A Contratada obriga-se a dar garantia da obra pelo prazo irredutível de 05 (cinco) anos, a contar do recebimento definitivo da obra, pela solidez e segurança do trabalho, conforme prevê a Lei 10.406/02, em seu art. 618.

17.4 -O recebimento da obra não eximirá a contratada de sua responsabilidade técnica civil.

## 18 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1-O Presidente da Câmara de Vereadores de Serra Alta/SC., poderá até a data da assinatura do contrato, desclassificar licitantes, por despacho fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se a administração tiver notícia fundada de qualquer ato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone sua idoneidade, capacidade financeira, técnica ou administrativa.

18.2-Poderá ainda o Senhor Presidente da Câmara de Vereadores de Serra Alta/SC no interesse da Administração, revogar ou anular a presente licitação, sem qualquer direito a indenização ou ressarcimento aos licitantes, ressalvados a estes o direito de reaver as cauções depositadas, mediante requerimento daquele titular.

18.3-A obra licitada não gerará impacto ambiental.

18.4- Não será levada em consideração para efeitos de classificação qualquer oferta ou vantagem não previstas neste Edital ou baseada na proposta dos demais licitantes.

18.5-Ficarão a cargo da proponente todas as despesas com energia elétrica e água, desde a assinatura do contrato até entrega da obra.

18.6-O cronograma a ser apresentado não poderá suprimir nenhuma linha de serviço da Planilha de Quantitativo apresentada.

18.7-Informações complementares julgadas necessárias deverão ser procuradas pelo interessado na Secretaria da Câmara de Vereadores de Serra Alta/SC. sito à rua 28 de a Abril, 370, centro, na cidade de Serra Alta/SC., ou pelo telefone (49 ) 3364-0112.

## 19 - DOS ANEXOS DO EDITAL

19.1 - Integram o presente Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

- A) ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA;
- B) ANEXO II - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO;
- C) ANEXO III - MODELO DE TERMO DE RENÚNCIA;
- D) ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE TRABALHISTA;
- E) ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO.
- F) ANEXO VI - DECLARAÇÃO DO LICITANTE DE QUE NÃO PESA CONTRA SI DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE, EXPEDIDA EM FACE DE INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DE CONTRATOS COM OUTROS ENTES PÚBLICOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 87, INCISO IV E ARTIGO 88, INCISO III DA LEI 8.666/93, EM ATENDIMENTO AO ARTIGO 97 DA REFERIDA LEI.
- G) ANEXO VII – PROJETO DE ENGENHARIA, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS QUANTITATIVA E ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO.

Serra Alta/SC 10 de Outubro de 2018  
JACI MARIN  
Presidente da Câmara de Vereadores

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2018  
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

TERCEIRA ETAPA:

“ANEXO I”

MODELO DE PROPOSTA

Proposta deve ser apresentada:

Em papel timbrado;

- Datilografada ou impressa por meio eletrônico em língua portuguesa;

- Datada;

- Rubricada em todas as páginas e assinada na última página, constando o nome e o cargo da pessoa juridicamente habilitada para assinar;
- Em envelope fechado e identificado, na forma do item 4.1.
- Na proposta deverão ficar perfeitamente definidos:
  - Cronograma físico-financeiro;
  - Prazo de entrega proposto;
  - Prazo de validade da proposta, no mínimo de 30 dias;
- Preços unitários em algarismos e o preço global, em algarismos e por extenso, em moeda corrente; com indicação se os preços são fixos ou reajustáveis, com a composição dos preços unitários ofertados, relação ordenada dos insumos considerados (curva ABC) e composição do BDI adotado.

Na elaboração da proposta não poderá haver alteração da discriminação dos itens nem dos quantitativos indicados na Planilha do Orçamento e Memorial Descritivo (disponível em arquivo do excel).

A licitante deverá incluir no preço global proposto para obra, além do BDI - Benefícios e Despesas Indiretas, todos os custos necessários para a realização do objeto desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, quaisquer outras taxas, custas ou emolumentos que incidam ou venham a incidir sobre a obra e demais serviços;

Deverá ser discriminada na proposta o valor GLOBAL DA TERCEIRA ETAPA, bem como o valor parcial referente à Material e Mão de Obra da Terceira Etapa.

Deverá informar nome do Banco, número da Agência e Conta Corrente para se, caso for vencedor ser depositado o valor dos pagamentos.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2018  
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS

TERCEIRA ETAPA:

ANEXO "II"

CARTA DE CREDENCIAMENTO

Ao Presidente da Comissão de Licitações da Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta - SC

Pela presente, credenciamos o(a) Sr.(a) ..... , portador(a) da Cédula de identidade nº ..... e inscrito(a) no CPF/MF sob o nº ....., a participar do procedimento licitatório, sob a modalidade EDITAL TOMADA DE PREÇOS N. 003/2018, PARA EXECUÇÃO DA TERCEIRA ETAPA DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAL, para edificação da sede da Câmara Municipal de Vereadores, instaurado pela Câmara Municipal de Serra Alta - SC

Na qualidade de representante legal de ....., outorga-se ao acima credenciado, dentre outros poderes, o de renunciar ao direito de interposição de Recurso.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

(nome e assinatura do responsável legal)  
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2018  
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS  
TERCEIRA ETAPA

ANEXO "III"

TERMO DE RENÚNCIA  
Razão Social:  
Endereço:  
Cidade/Estado:  
CNPJ:

À Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta - SC

TERMO DE RENÚNCIA RELATIVO AO JULGAMENTO

## DA FASE DE HABILITAÇÃO

A proponente abaixo assinada, participante da Licitação modalidade TOMADA DE PREÇOS PARA EXECUÇÃO DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAL N.º 003/2018, da Câmara de Vereadores de Serra Alta/SC., através de seu representante legal, declara na forma e sob as penas impostas pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, que não pretende recorrer da decisão da Comissão de Licitação, que julgou os documentos de habilitação preliminar, renunciando, assim, expressamente, ao direito de recurso e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do Procedimento Licitatório.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

(nome e assinatura do responsável legal)  
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2018  
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS  
TERCEIRA ETAPA

## ANEXO "IV"

## DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Razão Social:  
Endereço:  
Cidade/Estado:  
CNPJ:

DECLARAÇÃO  
Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2018

....., inscrito(a) no CNPJ nº ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) .....  
....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.)

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018

(nome e assinatura do responsável legal)  
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2018  
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS  
TERCEIRA ETAPA

## "ANEXO V"

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. \_\_\_\_\_

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA - SC E A EMPRESA \_\_\_\_\_, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

Contrato que entre si celebram A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, com endereço na rua 28 de Abril, n. 370, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 17.165.981/0001-20, neste ato representada por seu PRESIDENTE, Senhor .....  
....., doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº. \_\_\_\_\_ neste ato representada por seu representante legal Senhor \_\_\_\_\_, portador do CPF N.º \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo de Licitação Nº. 004/2017, na modalidade de TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2017, homologado em \_\_\_\_\_, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é a EXECUÇÃO DA TERCEIRA ETAPA NA CONSTRUÇÃO DA SEDE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SERRA ALTA/SC., INCLUINDO A CONTRATAÇÃO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NA LISTA DE ITENS, MEMORIAL DESCRITIVO, E DOS PROJETOS DE ENGENHARIA EM ANEXO.

1.2 - Ao assinar este Contrato, a CONTRATADA declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições e locais onde serão

executados os serviços objeto do presente Contrato. Não será considerada pela CONTRATANTE qualquer reclamação ou reivindicação por parte da CONTRATADA fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2.1 - Fazem parte deste Contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos, cujo teor é de conhecimento das partes contratantes: Proposta da CONTRATADA, EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.003/2018 PARA EXECUÇÃO DA TERCEIRA ETAPA DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS, CONFORME PLANILHAS QUANTITATIVAS E ORÇAMENTARIAS E MEMORIAL DESCRITIVO E SEUS PROJETOS DE ENGENHARIA EM ANEXOS, especificações complementares, além das normas e instruções legais vigentes no País, que lhe forem atinentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1 - O objeto do presente contrato será realizado sob o Regime de Execução Indireta.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - O presente contrato tem o valor global de R\$ ..... , sendo R\$ ..... correspondente a materiais e R\$ ..... Correspondente a mão de obra.

4.2 - Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto contratado, constituindo-se na única remuneração devida.

4.3 - O pagamento dos serviços (obra) será efetuado com ordem bancária, mediante medição, apresentação de nota fiscal, diários de obra e guias de recolhimento do INSS correspondentes a obra e de acordo com a liberação dos recursos próprios.

4.3.1 – Para o recebimento do pagamento, além da apresentação dos documentos acima, a CONTRATADA deverá apresentar a ART de execução e matrícula da obra junto ao INSS.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO

5.1 - O custo apresentado caracterizando o preço unitário e global para a execução dos serviços será reajustado de acordo com o seguinte critério: SEM REAJUSTE.

#### CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

6.1 - O prazo de execução da obra é de 60 ( SESSENTA) dias.

6.1.1 – O presente contrato terá vigência a contar de ....., data de sua assinatura, até 30 dias consecutivos, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, caso ocorra condições climáticas desfavoráveis para a execução da obra, desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito, e de conformidade com o estabelecido nas Leis Nº. 8.666/93 e 8.883/94.

6.2 - O início dar-se-á a partir da assinatura deste instrumento.

6.3 - Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente.

6.4 - Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente, cuja(s) fonte(s) de recurso(s) tem a seguinte classificação:

ÓRGÃO 01 – CÂMARA DE VEREADORES DE SERRA ALTA/SC.  
UNIDADE 01 – CÂMARA DE VEREADORES DE SERRA ALTA/SC.  
PROJETO ATIVIDADE – CONSTRUÇÃO DA SEDE LEGISLATIVA MUNICIPAL  
COMP. ELEMENTO – 4.4.90.51.91. – EXECUÇÃO DE OBRAS

#### CLÁUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO

8.1 - Este Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2 - A execução deste Contrato será acompanhado e fiscalizado pela CONTRATANTE através dos Engenheiro Civil/Arquiteto designado pela Câmara Municipal de Vereadores e/ou através de uma Comissão que será nomeada através de portaria para exercer a fiscalização.

8.3 - A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, no local da obra ou serviço, para representá-la na execução deste Contrato.

8.4 - A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

8.5 - A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

#### CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

9.1 - Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

9.1.1 - Unilateralmente pela CONTRATANTE:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativo de seu objeto, nos limites permitidos no Parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei Nº 8.666.

9.1.2 - Por acordo das partes:

a) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço.

9.2 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, respeitados os termos do Parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei Nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES

10.1- pela inexecução total ou parcial do contrato a Câmara Municipal poderá, garantida prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções.

10.2 - Advertência

10.3 - No caso de atraso na execução do Contrato, a contratada ficará sujeita as seguintes penalidades:

a) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da parcela mensal, por dia, quando os serviços não tiverem o andamento previsto no cronograma. Caso haja recuperação no cronograma de entrega dos serviços no prazo previsto, os valores dessas multas serão devolvidos a empresa mediante requerimento.

b) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do Contrato, por dia que exceder o prazo para conclusão dos serviços.

10.4 - No caso de rescisão contratual, a contratada ficará sujeita as seguintes penalidades:

a) Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, por inexecução total;

b) Multa de 10% (dez por cento) do valor não executado do contrato, por inexecução parcial;

c) Suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 12 meses;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.5 - Dar-se-á rescisão administrativa, independente de qualquer procedimento judicial quando:

10.6 - Constar de Laudo de Vistoria, a comprovação de dolo ou culpa da adjudicada no cumprimento de suas obrigações ajustadas e/ou que constate falhas técnicas ou de qualidade do material aplicado que comprometa a segurança e a utilização da obra.

10.7 - Ocorrer falência, dissolução ou liquidação da empresa adjudicada;

10.8 - Formalizada a rescisão administrativa a adjudicatária só terá direito das contas ou faturas relativas aos serviços executados até a data da rescisão e em condições de aceitação definitiva, sem prejuízo das sanções que serão revertidas aos cofres do Município.

10.9 - Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, que será descontada pela Câmara Municipal dos pagamentos eventualmente devidos

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 - Rescisão deste Contrato por ato unilateral da CONTRATANTE:

11.1.1 - A CONTRATANTE poderá, unilateralmente, rescindir de pleno direito este Contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial, desde que ocorra qualquer um dos fatos adiante enunciados, bastando para isso comunicar a CONTRATADA sua intenção, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias:

- a) o não cumprimento pela CONTRATADA das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) o cumprimento irregular pela CONTRATADA das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- c) o desatendimento pela CONTRATADA das determinações regulares da autorizada designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- d) razões de interesse do serviço público.

11.1.2 - A CONTRATANTE terá o direito de rescindir de imediato o presente contrato, independentemente de notificação judicial ou extra-judicial, caso ocorra qualquer um dos fatos a seguir enunciados:

- a) o atraso injustificado no início dos serviços;
- b) suspensão, pelas autoridades competentes, dos serviços da CONTRATADA, em decorrência de violação de disposições legais vigentes;
- c) a paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação a CONTRATANTE;
- d) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- e) o cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- f) a decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;
- g) a dissolução da sociedade ou o falecimento do proprietário, em se tratando de firma individual;
- h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;
- i) o protesto de títulos ou a emissão de cheques, sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência do contrato.

11.1.3 - No caso de o presente Contrato ser rescindido por culpa da CONTRATADA, serão observadas as seguintes condições:

- a) a CONTRATADA não terá direito de exigir indenização por qualquer prejuízo e será responsável pelos danos ocasionados, cabendo a CONTRATANTE aplicar as sanções contratuais e legais pertinentes;
- b) a CONTRATADA terá o direito de ser reembolsada pelos serviços já prestados, desde que aprovado pela CONTRATANTE, até a data da rescisão, deduzidos os prejuízos causados a CONTRATANTE;
- c) em qualquer caso, a CONTRATANTE reserva-se o direito de dar continuidade aos serviços através de outras empresas, ou da forma que julgar mais convenientes;
- d) caso a CONTRATANTE não use o direito de rescindir este Contrato, poderá, a seu exclusivo critério, reduzir ou suspender a execução dos serviços referente ao mesmo e sustar o pagamento das faturas pendentes, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11.2 - Rescisão deste Contrato por Acordo entre as Partes ou Judicial:

11.2.1 - O presente Contrato também poderá ser rescindido quando ocorrer:

- a) a supressão, por parte da CONTRATANTE, de obras, serviços ou fornecimento, acarretando modificação do valor inicial do Contrato, além do permitido no Regulamento de Habilitação Licitação e Contratação, em seu artigo 79 da Lei Nº. 8.666/93;
- b) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;
- c) o atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, decorrentes de serviços já prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;
- d) a não liberação, por parte da CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução dos serviços, nos prazos contratuais.

11.2.2 - Nestes casos, a CONTRATANTE, deverá pagar a CONTRATADA os serviços já prestados, de acordo com os termos deste Contrato.

11.3 - Rescisão do Contrato em Virtude de Força Maior:

11.3.1 - Tanto a CONTRATANTE como a CONTRATADA poderão rescindir este Contrato em caso de interrupção na execução dos serviços por um período maior que 30 (trinta) dias, em virtude de força maior, conforme definido no parágrafo único do artigo 393. do Código Civil Brasileiro, regularmente comprovado e impedido da execução deste Instrumento Contratual.



Neste caso, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA os serviços que a mesma tenha realizado, de acordo com os termos deste Contrato.

11.3.2 - Sempre que uma das partes julgar necessário invocar motivo de força maior, deverá fazer imediata comunicação escrita a outra, tendo esta última um prazo até 5 (cinco) dias da data de seu recebimento para contestar, ou reconhecer os motivos constantes da notificação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS/OBRAS E DA GARANTIA DA OBRA

12.1 - Concluídos os serviços/obras objeto do Contrato, em 5 (cinco) dias após a comunicação da CONTRATANTE ou resiliado este, será efetuado pela fiscalização da CONTRATANTE o seu recebimento provisório, após, e se reconhecido o integral cumprimento das obrigações contratuais.

12.1.1 - O recebimento provisório não isenta a CONTRATADA da responsabilidade decorrente de erros de execução, a cuja reparação se obriga, tudo sem ônus para a CONTRATANTE, observando o disposto no art. 69, da Lei Nº. 8.666/93.

12.1.2 - Decorridos 30 (trinta) dias consecutivos da data do recebimento provisório, e verificada a correção dos serviços executados, proceder-se-á ao recebimento definitivo, lavrando-se o termo respectivo, que consignará quitação geral, plena e recíproca entre as partes.

12.2 - A Contratada obriga-se a dar garantia da obra pelo prazo irredutível de 05 (cinco) anos, a contar do recebimento definitivo da obra, pela solidez e segurança do trabalho, conforme prevê a Lei 10.406/02, em seu art. 618.

12.3 - O recebimento que trata este item não eximirá a contratada de sua responsabilidade técnica civil.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

13.1 - Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e para-fiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato, ou da execução, correrão única e exclusivamente por conta da CONTRATADA.

13.1.1 - Obriga-se a CONTRATADA a manter-se inteiramente em dia com as contribuições previdenciárias, sociais e trabalhistas. Verificada, em qualquer tempo, a existência de débito proveniente do não-recolhimento dos mesmos, por parte da CONTRATADA, fica a CONTRATANTE desde já autorizada a suspender os pagamentos devidos a CONTRATADA, até que fique constatada a plena e total regularização de sua situação.

13.2 - Quaisquer alterações nos encargos ou obrigações de natureza fiscal e/ou para-fiscal, após a data limite de recebimento e abertura da proposta, será objeto de entendimento entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE.

13.3 - A CONTRATADA responderá a todas as reclamações trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre a CONTRATANTE e o empregado envolvido, que mantém relação empregatícia com a CONTRATADA, empregadora na forma do disposto no Art. 2º da Consolidação das Leis do Trabalho.

13.3.1 - Caso haja condenação da CONTRATANTE, inclusive como responsável solidária, a CONTRATADA, reembolsar-lhe-á os valores pagos em decorrência da decisão judicial.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - NOVAÇÃO

14.1 - A não utilização por parte da CONTRATANTE, de quaisquer direitos a ela assegurados neste Contrato ou na Lei, em geral, ou a não aplicação de quaisquer sanções nelas previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos a disposição da CONTRATANTE, neste Contrato, serão considerados como cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO SEGURO

15.1 - A CONTRATADA é responsável pelos seguros de seu pessoal e de todo o equipamento/material/veículo que utilizar na execução dos serviços previstos neste Contrato, bem como pelo pagamento de encargos trabalhistas e encargos social de seus empregados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO VALOR DEPOSITADO EM GARANTIA

16.1 - O valor da garantia será devolvida ao contratado por ocasião do pagamento da última parcela referente à obra, desde que não haja nenhuma penalidade aplicada ao contratado, oportunidade em que a garantia poderá ser utilizada na eventualidade de cobrança de multa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DO FORO

17.1- A interpretação e aplicação dos termos deste contrato serão regidos pelas Leis Brasileiras, em especial pela Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, ficando eleito o Foro da Comarca de Modelo/SC., o qual terá jurisdição e competência sobre qualquer controvérsia do contrato.



E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em quatro (03) vias de igual teor e para um único efeito, conjuntamente com as testemunhas a seguir, a todo o ato presentes para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente, por si e seus sucessores em Juízo ou fora dele.

SERRA ALTA/SC ....., de 2018

P/CONTRATANTE

P/ CONTRATADA

Testemunhas:

1) .....

2) .....

3.) .....

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2018

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO

TERCEIRA ETAPA

"ANEXO VI"

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos, para os fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da licitação instaurada pela Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta/SC., que não fomos declarados inidôneos para licitar com o Poder Público Municipal, em quaisquer de suas esferas.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018

PROPONENTE

"PARECER JURÍDICO"

Por força do Parágrafo único do Art. 38, da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, Consolidadas, vem esta Assessoria Jurídica em apreciação ao Edital n. 003/2018, na modalidade de "TOMADA DE PREÇOS", elaborado pelo Setor de Contabilidade.

A referida licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE MÃO OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS, OBJETIVANDO A CONSTRUÇÃO DA TERCEIRA ETAPA DA SEDE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SERRA ALTA/SC., DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NA LISTA DE ITENS, MEMORIAL DESCRITIVO, E COM OS PROJETOS DE ENGENHARIA E SEUS ANEXO, que acompanham este edital.

Colhe-se do Edital, que foram observados, na sua totalidade, os dispositivos consubstanciados na Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, Consolidadas e demais normas para a modalidade.

Assim sendo, opino pelo prosseguimento do presente certame licitatório, com a necessária publicação do aviso de licitação, nos termos do Diploma Legal acima referido.

É o parecer.

Serra Alta/ SC, ..... de ..... de 2018.

VERONIKA ALICE RÜDIGER ZANCHETT

OAB/SC 8.315

Assessora Jurídica

AVISO DE LICITAÇÃO

O Presidente da Câmara de Vereadores de Serra Alta/SC., JACI MARIN no uso de suas atribuições, torna publico a presente licitação na modalidade Tomada de Preços Nº 003/2018, Tipo: Menor Preço/Global para Execução da Terceira Etapa conforme segue:

Objeto: Contratação de mão de obra e fornecimento de materiais na execução da TERCEIRA ETAPA da construção da sede da Câmara de Vereadores de Serra Alta/SC., de acordo com as especificações constantes na lista de itens, Memorial Descritivo, Projetos de Engenharia Executivo Projeto Estrutural e seus Anexos.

Os envelopes serão recebidos até às 8:30 horas do dia 26 de outubro de 2018, na sede da Câmara de Vereadores de Serra Alta/SC, sito à

Rua 28 de Abril, n. 370, centro, cidade de Serra Alta, Estado de Santa Catarina.

EDITAL: Os documentos integrantes do Edital, estão disponíveis aos interessados, no endereço acima mencionado.

A abertura dos envelopes acontecerá às 9:00 horas do dia 26 de outubro de 2018, junto a Câmara de Vereadores, fone (0xx49) 3364- 0112, na cidade de Serra Alta – SC. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidos na sede da Câmara de Vereadores de Serra Alta/SC, sito à Rua 28 de Abril, n. 370, centro – Serra Alta/SC. E-mail: [camara@serraalta.sc.gov.br](mailto:camara@serraalta.sc.gov.br)

Serra Alta/SC, 10 de outubro de 2018

JACI MARIN

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

# Siderópolis

## PREFEITURA

### 61/2018 AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - RETIFICADO

Publicação Nº 1769961

MUNICIPIO DE SIDEROPOLIS  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 61/2018  
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PMS Nº. 05/2018  
RETIFICAÇÃO

O Município de Siderópolis, em cumprimento a ratificação procedida pelo Sr. Prefeito HELIO ROBERTO CESA, faz publicar o extrato resumido e retificado do processo de dispensa de licitação a seguir:

Objeto: Locação imóvel, matrícula nº 15.159, com área de aproximadamente 44,14 m², localizado na Rua Melvin Jones, Centro, Siderópolis, cuja finalidade é a instalação da base do Corpo de Bombeiros Municipal.

Locador: ELIAS MARTINS – CPF nº 378.407.709-91

Fundamento Legal: art. 24, inciso X c/c art. 26 ambos da Lei nº 8.666/93; Lei 8.245/91 e demais justificativas constantes nos autos do processo em epígrafe.

Valor: R\$ 900,00 (novecentos reais mensais)

Vigência: 12 (doze) meses, com início a partir de outubro/2018, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses.

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Avaliação e ratificada pelo Sr. HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal.

HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

### 64/2018 AVISO PREGÃO

Publicação Nº 1769913

AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS Nº. 64/2018  
EDITAL DE PREGÃO PMS Nº. 18/2018

1. Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de ares-condicionados nas escolas da rede pública municipal.

2. Fundamentação Legal: Lei nº 10.520/02 e Lei nº 8.666/93.

3. Tipo: Menor preço por item.

4. Data da sessão pública: 24/10/2018 às 09h00min (horário de Brasília).

5. Local: Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Siderópolis (Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, Siderópolis).

6. Obtenção do Edital: O edital na íntegra e demais documentos relativos a esta licitação, estarão disponíveis no site do Município: [www.sideropolis.sc.gov.br](http://www.sideropolis.sc.gov.br).

7. Esclarecimentos: e-mail: [licitacao@sideropolis.sc.gov.br](mailto:licitacao@sideropolis.sc.gov.br); telefone: (48) 3435-8900.

Siderópolis, 09 de outubro de 2018.

HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

# Sul Brasil

## PREFEITURA

### MINUTA DO LEILÃO 002/2018

Publicação Nº 1769627

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO/LEILÃO DE BENS

Processo Administrativo nº 067/2018

Edital: LEILÃO DE BENS nº 002/2018

Tipo: LEILÃO DE BENS

Objeto: LEILÃO PÚBLICO ELETRÔNICO E PRESENCIAL, PARA VENDA DE BENS DO MUNICÍPIO DE SUL BRASIL – SC

Abertura para Lances: 08:00 horas do dia 15 de outubro de 2018

Abertura do Leilão: 10:00 horas do dia 26 de outubro de 2018

Pagina web para lances: [www.superbid.com.br](http://www.superbid.com.br)

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49)3367-0030 ou pelo [www.sulbrasil.sc.gov.br](http://www.sulbrasil.sc.gov.br).

SUL BRASIL – SC, 09 de outubro de 2018.

VANDERLEI GALLINA

Prefeito Municipal em Exercício

# Tangará

## PREFEITURA

### **DECRETO N.º 127, DE 04 DE OUTUBRO DE 2018 "ATUALIZA VALOR DE DIÁRIAS PAGAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

Publicação Nº 1770227

DECRETO N.º 127, DE 04 DE OUTUBRO DE 2018

**"ATUALIZA VALOR DE DIÁRIAS PAGAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso, VII, da Lei Orgânica do Município, e com amparo no §3º do artigo 5º da Lei Municipal nº 1.894 de 20 de maio de 2009;

Considerando a necessidade de atualizar o valor de diárias pagas a servidores públicos municipais, àquelas a que se referem os incisos I, II e III do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.894 de 20 de maio de 2009;

**DECRETA:**

Art. 1.º Fica atualizado o valor das diárias descritas nos incisos I, II e III do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.894 de 20 de maio de 2009, conforme seguem:

- I – Para viagens no território do Estado, R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais);
- II – Para viagens à Capital do Estado, R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais);
- III – Para viagens a outros Estados da Federação, R\$ 300,00 (trezentos reais).

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 019, de 20 de fevereiro de 2017.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 04 DE OUTUBRO DE 2018.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

### **PORTARIA Nº. 046 HMFR, DE 09 DE OUTUBRO DE 2.018. CONCEDE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDOR QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1770235

PORTARIA Nº. 046, DE 09 DE OUTUBRO DE 2.018.

**CONCEDE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDOR QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no artigo 74, inciso VII, da Lei Orgânica, e tendo em vista o disposto no artigo. 110 da Lei Complementar n. 057, de 02 de Janeiro de 2012.

CONSIDERANDO que a Lei Complementar n. 057, de 02 de Janeiro de 2012, assegurou ao servidor o direito à Licença para Tratar de Interesses Particulares;

CONSIDERANDO que a servidora requereu Prorrogação da Licença para Tratar de Interesses Particulares;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder prorrogação de Licença para Tratar de Interesses Particulares, a servidora MARGARETE DA SILVA, ocupante do cargo de COPEIRA – NÍVEL 02 - CLASSE E, a partir de 13/10/2018 a 10/04/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais a vigorar em 13/10/2018, revogadas as disposições em contrário.

HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO DE TANGARÁ-SC, EM 09 DE OUTUBRO DE 2.018.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº. 482 DE 09 DE OUTUBRO DE 2.018. RETORNA AO TRABALHO SERVIDOR AFASTADO POR AUXILIO DOENÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1770240

PORTARIA Nº. 482 DE 09 DE OUTUBRO DE 2.018.

RETORNA AO TRABALHO SERVIDOR AFASTADO POR AUXILIO DOENÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA Prefeito Municipal de Tangará, Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas, no Inciso VII, do Artigo 74, da Lei Orgânica do Município, e;

Considerando que o servidor recebeu alta do auxilio doença, requerido através do Instituto Nacional de Serviço Social INSS.

RESOLVE:

ART. 1º - Determinar o retorno ao trabalho da Servidora IVETE MARTINS, ocupante do cargo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM – NÍVEL 09 - CLASSE A, a partir de 05/10/2018.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais retroativos a 05/10/2018, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 09 DE OUTUBRO DE 2.018.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº. 483 DE 08 DE OUTUBRO DE 2.018. EXONERA DO CARGO PÚBLICO SERVIDOR QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1770242

PORTARIA Nº. 483 DE 08 DE OUTUBRO DE 2.018.

EXONERA DO CARGO público SERVIDOR QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nadir Baú da Silva, Prefeito Municipal de Tangará Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c.c o Art 40 da Lei Complementar 057/2012;

Considerando que o servidor requereu exoneração do cargo por motivos de aposentadoria

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar do serviço público ao servidor MAURI DA COSTA, ocupante do cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS – NÍVEL 09 – CLASSE A, a partir de 08/10/2018.

Art. 2º - Em decorrência do disposto no artigo 1º, fica declarada a vacância do cargo.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, EM 08 DE OUTUBRO DE 2.018.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº. 490, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018. "AUTORIZA SERVIDORES PARA MOVIMENTAREM CONTAS BANCÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

Publicação Nº 1770243

PORTARIA Nº. 490, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

"AUTORIZA SERVIDORES PARA MOVIMENTAREM CONTAS BANCÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no Art. 74, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam autorizados, os Senhores JURANDIR PEDRO CHERUBINI, Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, inscrito no CPF sob o nº 296.609.809-06, e RUBENS ANTONIO LESNIESKY, Tesoureiro, inscrito no CPF nº 422.360.299-34, para efetuar consultas e movimentações financeiras por quaisquer meios, nas contas bancárias em nome da Prefeitura Municipal de Tangará, CNPJ 82.827.999/0001-01, mantidas junto ao Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB), Agência 3037 de Tangará/SC.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, EM 08 DE OUTUBRO DE 2018.  
NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº.481 DE 09 DE OUTUBRO DE 2.018.  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE ESPECÍFICA,**

Publicação Nº 1770238

PORTARIA Nº.481 DE 09 DE OUTUBRO DE 2.018.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo;

**RESOLVE**

Art. 1º. Conceder férias ao servidor GILMAR ALVES, ocupante do cargo de JARDINEIRO – NÍVEL 03 – CLASSE C, no período de 10/10/2018 a 08/11/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus feitos jurídicos e legais a vigorar em 10/10/2018, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, DE 09 DE OUTUBRO DE 2.018  
NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL



# Tigrinhos

## PREFEITURA

### DECRETO 86 18

Publicação Nº 1769469

DECRETO MUNICIPAL Nº 86/18, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPÕE ACERCA DA NOMEAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EM ESTÁGIO PROBATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com inciso VI do artigo 68, da lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Dispõe acerca da nomeação dos representantes da Comissão Municipal de Avaliação dos servidores públicos municipais em Estágio Probatório:

1. LUCIANE PISSATTO;
2. DAIANE KUTSZEPA BRAMBILLA;
3. WILLIAN PASQUALOTTO;
4. ALECIO ZAPPANI;
5. CLEITON SOETHE;

Art. 2º. A presidente da referida comissão será a servidora pública LUCIANE PISSATTO.

Art. 2º - Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, condicionado sua eficácia a publicação no DOM/SC.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tigrinhos/SC, em 09 de outubro de 2018.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito

### EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO 045-2018

Publicação Nº 1769807

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE TIGRINHOS  
Convênio nº. 707/2017

EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 045/2018  
PREGAO PRESENCIAL Nº. 037/2018  
Licitação Exclusiva ME ou EPP

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR LANCE, para Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviço de Telecomunicações para Provimento de Link de Internet Bidirecional e Simétrico na Velocidade de 30Mbps. O recebimento dos envelopes de propostas e habilitação será até as 08h30min do dia 25/10/2018, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a sessão terá início às 08h40min no Auditório do Centro Administrativo Municipal de Tigrinhos, no mesmo dia. Maiores Informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito na Avenida Felipe Baczinski 479, Centro, Tigrinhos/SC, fone: 49- 36580064, ou no site: [www.tigrinhos.sc.gov.br](http://www.tigrinhos.sc.gov.br). Tigrinhos, 10 de Outubro de 2018.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 234/2018

Publicação Nº 1770504

PORTARIA Nº. 234/2018. CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº. 035/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Fica Concedida Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal Sr. IVONIR TRINDADE DE VARGAS, Operador, 40

horas semanais, efetivo, cadastrado sob a matrícula nº. 250/01, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 09 de Outubro de 2018, nos termos do art. 109 da Lei Municipal Complementar nº. 035/2015 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos), conforme Atestado Médico apresentado.

Lei Municipal Complementar nº 035/2015

Art. 109 Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em exame médico, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus pelo período de 15 (quinze) dias, sendo que após, o funcionário deverá encaminhar o devido procedimento junto ao Instituto Nacional de Seguro Social. Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE OUTUBRO DE 2018.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dez de outubro de dois mil e dezoito.

Cleiton Soethe

Secretário Municipal de  
Administração e Fazenda.

# Tijucas

## PREFEITURA

### **AVISO DE DESERTO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 198/PMT/2018 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 132/PMT/2018**

Publicação Nº 1769648

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE DESERTO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 198/PMT/2018  
PREGÃO PRESENCIAL  
Nº 132/PMT/2018

Aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, reuniram-se a Pregoeira e a Equipe de apoio em função dos Autos do Processo Licitatório nº 198/PMT/2018 do Pregão Presencial Registro de Preço n. 132/PMT/18, sendo o objeto: Contratação de empresa Prestadora de Serviços na Confecção de Materiais Gráficos como Flyers e Cartazes, para Eventos a Serem Realizados pela Secretaria Municipal de Cultura, Juventude e Direitos Humanos, do Município de Tijucas/SC.

Ponderaram que:

- a) Aberto o presente processo licitatório de Processo Licitatório nº 198/PMT/2018 do Pregão Presencial n. 132/PMT/18, denota-se que não acudiram interessados na licitação;
- b) Que observou-se as formalidades legais, revestida de ampla Publicidade, sendo que no momento da sessão o edital encontra-se no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br), conforme acostado nos autos;

Observando a uniformidade procedimental e o Bem Comum; considerando os Princípios Legais; DECIDE, a Pregoeira e a Equipe de Apoio ad cautelam, JULGAR DESERTO o presente processo licitatório.

Publique-se. Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br).

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

### **AVISO DE DESERTO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 200/PMT/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 134/PMT/2018**

Publicação Nº 1769808

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE DESERTO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 200/PMT/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 134/PMT/2018

Aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, às onze horas, reuniram-se a Pregoeira e a Equipe de apoio em função dos Autos do Processo Licitatório nº 200/PMT/2018 do Pregão Presencial n. 134/PMT/18, sendo o objeto: Contratação de Assessoria Técnica Especializada por Profissional na área de Dança Típica Cultural, para atender o Projeto Pedagógico de Aula de Dança no Casarão Gallotti, da Secretaria Municipal de Cultura, Juventude e Direitos Humanos, do Município de Tijucas/SC.

Ponderaram que:

- a) Aberto o presente processo licitatório de Processo Licitatório nº 200/PMT/2018 do Pregão Presencial n. 134/PMT/18, denota-se que não acudiram interessados na licitação;
- b) Que observou-se as formalidades legais, revestida de ampla Publicidade, sendo que no momento da sessão o edital encontra-se no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br), conforme acostado nos autos;

Observando a uniformidade procedimental e o Bem Comum; considerando os Princípios Legais; DECIDE, a Pregoeira e a Equipe de Apoio ad cautelam, JULGAR DESERTO o presente processo licitatório. Publique-se. Tijucas. Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br).

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 196/PMT/2018 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 130/PMT/2018**

Publicação Nº 1769617

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 196/PMT/2018 DO  
PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 130/PMT/2018

Objeto: Aquisição de Colchões para os Alojamentos Antigos e Novos do Quartel do Corpo de Bombeiros, da Secretaria Municipal Obras, Transportes e Serviços Públicos, do Município de Tijucas/SC.

Empresa Vencedora do Processo: VITAFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E COLCHÕES LTDA EPP, foi vencedora do lote: 01, no valor de R\$ 7.585,00 (Sete mil, quinhentos e oitenta e cinco reais).

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br)  
Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/FMPDC/2018 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/FMPDC/2018**

Publicação Nº 1769746

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

O Município de Tijucas SC, inscrito sob o CNPJ n. 82.577.636/0001-65, com sede na Rua Cel. Büchelle, 01, centro, Tijucas SC, de conformidade com a Lei n. 8.666/93, alterada pela Lei n. 8.883/94, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação - CPL comunica que dispensou o Processo Licitatório conforme:

Processo Licitatório nº 001/FMPDC/2018

Dispensa de Licitação nº 001/FMPDC/18

Objeto: Aquisição de caixa de gordura, caixa de passagem, fossa, filtro e postes de 7 metros que serão utilizados em sete casas modulares para famílias de baixa renda devidamente cadastradas pelo Município que tiveram suas casas destruídas ou interditadas por desastres, que estão sob responsabilidade do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil, do município de Tijucas/SC.

Contratado: MURILO ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.

Valor: R\$. 7.352,00 (Sete mil, trezentos e cinquenta e dois reais).

Amparo Legal: Art. 24, II e Art. 23, I, "a" e II, "a" da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável n. 396/2018/PGM.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 199/PMT/2018 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 133/PMT/2018**

Publicação Nº 1769608

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 199/PMT/2018  
PREGÃO PRESENCIAL  
REGISTRO DE PREÇO Nº 133/PMT/2018

RETIFICAÇÃO E NOVA DATA DE ABERTURA

Objeto: Aquisição de Material Elétrico para Iluminação de Natal e Quantidades Estimadas a serem utilizadas em Eventos Referentes a Datas Festivas a serem Realizados no Casarão Gallotti, da Secretaria Municipal de Cultura, Juventude e Direitos Humanos, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Data de Abertura: 24 de outubro de 2018, as 08h00min.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br).

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 206/PMT/2018 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 051/PMT/2018**

Publicação Nº 1769534

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

O Município de Tijucas SC, inscrito sob o CNPJ n. 82.577.636/0001-65, com sede na Rua Cel. Büchelle, 01, centro, Tijucas SC, de conformidade com a Lei n. 8.666/93, alterada pela Lei n. 8.883/94, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação - CPL comunica que dispensou o Processo Licitatório conforme:

Processo Licitatório nº 206/PMT/2018

Dispensa de Licitação nº 051/PMT/18

Objeto: Contratação de empresa para realização de serviços de execução, alimentação e monitoramento diário do Portal da Transparência, da Secretaria Municipal de Administração, do município de Tijucas/SC.

Contratado: DIGITAL TECNOLOGIA E SERVIÇOS EIRELI.

Valor: R\$. 11.700,00 (Onze mil e setecentos reais).

Amparo Legal: Art. 24, II e Art. 23, I, "a" e II, "a" da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável n. 397/2018/PGM.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 207/PMT/2018 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 139/PMT/2018**

Publicação Nº 1769638

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 207/PMT/2018

PREGÃO PRESENCIAL

REGISTRO DE PREÇO Nº 139/PMT/2018

Objeto: Aquisição de Colchões para utilização em novo Alojamentos da Polícia Militar, da Secretaria Municipal Obras, Transportes e Serviços Públicos, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço por Item;

Data de Abertura: 23 de outubro de 2018, as 10h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br).

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 208/PMT/2018 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 140/PMT/2018**

Publicação Nº 1769673

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 208/PMT/2018

PREGÃO PRESENCIAL

REGISTRO DE PREÇO Nº 140/PMT/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviço de roçada, poda e aparo de vegetação de terrenos urbanos particulares baldios, na cidade de Tijucas SC, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos.

Tipo: Menor Preço por Item;

Data de Abertura: 23 de outubro de 2018, as 11h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br).

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 209/PMT/2018 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 052/PMT/2018**

Publicação Nº 1769799

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

O Município de Tijucas SC, inscrito sob o CNPJ n. 82.577.636/0001-65, com sede na Rua Cel. Büchelle, 01, centro, Tijucas SC, de conformidade com a Lei n. 8.666/93, alterada pela Lei n. 8.883/94, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação - CPL comunica que dispensou o Processo Licitatório conforme:

Processo Licitatório nº 209/PMT/2018

Dispensa de Licitação nº 052/PMT/18

Objeto: Aquisição de kit arrombamento tático para uso operacional das guarnições PMs de Tijucas de grande importância para o sucesso em várias ocorrências, da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do município de Tijucas/SC.

Contratado: NCA IMPORT LTDA.

Valor: R\$. 4.900,00 (Quatro mil e novecentos reais).

Amparo Legal: Art. 24, II e Art. 23, I, "a" e II, "a" da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável n. 398/2018/PGM.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

# Timbó

## PREFEITURA

### ATA ABERTURA E JULGAMENTO PROPOSTA DE PREÇO - CONCORRÊNCIA N.º 04 2018 FUMTRAN

Publicação Nº 1770272

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO - PROPOSTA DE PREÇO  
CONCORRÊNCIA Nº 04/2018 – FUMTRAN

Às dezesseis horas, do quarto dia, do mês de outubro de dois mil e dezoito (04/10/2018), na sala de licitações da Prefeitura de Timbó, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 540, de 02 de janeiro de 2018, alterada pela Portaria n.º 891, de 10 de agosto de 2018, para abertura do Envelope de Proposta de Preços do processo licitatório Concorrência nº. 04/2018 - FUMTRAN.

Iniciada a sessão, o Senhor Presidente solicitou aos presentes que conferissem a inviolabilidade dos envelopes, passando-se à abertura da proposta de preço da empresa RENATO SCHUMANN EPP, única habilitada no processo licitatório, colocando os documentos nela contidos à disposição dos presentes e solicitando que os mesmos procedessem com a rubrica em todas as vias.

Em vistas à proposta apresentada, constatou-se que a licitante apresentou proposta de acordo com o solicitado no edital, restando, portanto, classificada.

Dessa forma, tendo sido ofertado o percentual de 8% (oito por cento), a Comissão de Licitações declara vencedora a empresa RENATO SCHUMANN EPP.

Ficam intimados os interessados do inteiro teor desta ata, para, querendo apresentar recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, ou seja, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

O envelope de proposta da licitante inabilitada estará disponível para retirada no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Timbó, sendo descartados após o prazo de 15 (quinze) dias consecutivos.

Nada mais havendo, o Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

EDESIO MARCOS SLOMP

Presidente

ANGELA PREUSS

Membro

DAVI BERRI

Membro

### ATA ANÁLISE DOCUMENTOS DISPENSA N.º 91 2018 PMT - ALEXANDRE HAHNEBACH

Publicação Nº 1770274

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
ATA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 91/2018 - PMT

Às quatorze horas, do oitavo dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito (08/10/2018), na sala do Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 540, de 02 de janeiro de 2018, alterada pela Portaria n.º 891, de 10 de agosto de 2018 para análise dos documentos constantes do Processo de Dispensa de Licitação nº 91/2018.

Aberta a sessão foram analisados os documentos integrantes do respectivo processo de dispensa apresentados por ALEXANDRE HAHNEBACH (CPF nº. 057.264.989-41) e observa-se que o fornecedor está com a documentação regular.

Nada mais havendo, o Senhor Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

EDÉSIO M. SLOMP

Presidente

ANGELA PREUSS

Membro

DAVI BERRI

Membro

### ATA ANÁLISE DOCUMENTOS DISPENSA N.º 92 2018 PMT - COOPERATIVA COPAJAS

Publicação Nº 1770277

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
ATA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 92/2018 - PMT

Às quatorze horas e trinta minutos, do oitavo dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito (08/10/2018), na sala do Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria



nº 540, de 02 de janeiro de 2018, alterada pela Portaria n.º 891, de 10 de agosto de 2018 para análise dos documentos constantes do Processo de Dispensa de Licitação nº 92/2018.

Aberta a sessão foram analisados os documentos integrantes do respectivo processo de dispensa apresentados por COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE JARAGUÁ DO SUL - COPAJAS (CNPJ nº. 06.171.996/0001-84) e observa-se que o fornecedor está com a documentação regular.

Nada mais havendo, o Senhor Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

EDÉSIO M. SLOMP

Presidente

ANGELA PREUSS

Membro

DAVI BERRI

Membro

## **CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 08 2018 FMS**

Publicação Nº 1770331

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/2018 - FMS

A Central de Licitações convoca, através do presente, as licitantes ODONTO BLU COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA, CNPJ nº 79.291.878/0001-83 e DEL SERVICOS ELETROMECHANICOS LTDA, CNPJ nº 18.816.867/0001-85 a comparecer para assinatura das respectivas atas de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 18/10/2018

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 09 de outubro de 2018.

PRISCILA MACEDO

Central de Licitações

## **EXTRATO CONTRATO 158.2018 - SAMAE**

Publicação Nº 1770279

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 158/2018

CONTRATANTE: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE.

CONTRATADA: Sovrana Engenharia e Construções Ltda EPP.

OBJETO: Execução (compreendendo material e mão-de-obra), de ecoponto (unidade contentora para coleta voluntária e seletiva de lixo de diversas naturezas), localizado na Rua Rio Grande, Bairro Estados, Município de Timbó/SC em atendimento às necessidades do SAMAE pela CONTRATADA em conformidade com o Edital nº 12/2018 SAMAE.

VALOR: R\$ 175.733,69 (cento e setenta e cinco mil, setecentos e trinta e três reais e sessenta e nove centavos)

DATA DA ASSINATURA: 05/10/2018.

JAIME JOEL AVENDANO JARA

Diretor Presidente do SAMAE

## **PORTARIA Nº 963, DE 01 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1770263

PORTARIA Nº 963, DE 01 DE OUTUBRO DE 2018

Instaura PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR-RITO SUMÁRIO Nº 03/2018 e designa a Comissão Processante Especial para apurar a incidência da servidora Roberta Tomelin, nas condutas preconizadas no artigo 126, inciso III da LC 01/93, especificamente por inassiduidade habitual.

O Secretário Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto 3614, de 30 de setembro de 2014, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "f", da Lei Orgânica do Município de Timbó, e com fundamento nos artigos 126 inciso III c/c 127 e 128 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993,



nos artigos 126, inciso III c/c 127 e 128 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993,

Considerando a solicitação pelo Departamento de Recursos Humanos-Memorando nº RH 126/2018, de 26 de setembro do corrente;

**RESOLVE:**

Art.1º DETERMINAR a instauração do Processo Administrativo Disciplinar – Rito Sumário nº 05/2018, nos termos do parágrafo único do artigo 128 c/c 127 da LC01/93, para apurar as condutas praticadas pelo servidor RAMON GABRIEL DE MORAIS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e Agrícolas, o qual, em tese, violou o disposto no art. 126, inciso III, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, especificamente por inassiduidade habitual.

Art.2º DESIGNAR, a Comissão Processante Especial (conforme art. 127 inciso I da Lei Complementar nº 01/93), constituída pelos servidores: Luciana Raquel Bottner-Auxiliar de Serviços Administrativos, Renaldo Arthur Giotti – Operador de Máquinas e Máquinas e Máquinas e Máquinas – Atendente de Serviços Administrativos, para apresentarem com independência e imparcialidade, sob a presidência da primeira, a conclusão do processo a que se refere o artigo anterior, no prazo de 30 (trinta) dias (art. 127 §7º, da Lei Complementar nº 01/93).

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de outubro de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

ATOMIR SEBASTIÃO RUFINO

Secretário Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola, em exercício

**PORTARIA Nº 966, DE 01 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1770254

PORTARIA Nº 966, DE 01 DE OUTUBRO DE 2018

Instaura PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 03/2018 e designa a Comissão Processante para apurar a conduta e/ou eventuais irregularidades praticadas em tese pelo Servidor Maikel Cardozo Lopes

O Secretário Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 3.614, de 30 de setembro de 2014, e com fundamento nos artigos 134 e 137 e seguintes da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998,

**RESOLVE:**

Art.1º DETERMINAR a instauração do Processo Administrativo Disciplinar nº 03/2018, para apurar a conduta e/ou irregularidades praticadas pelo Servidor MAIKEL CARDOZO LOPES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, referente aos fatos constantes do Memorando RH n. 126/2018, o qual, em tese, violou o disposto no inciso XV do artigo 118 da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98.

Art.2º DESIGNAR A COMISSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 03/2018, constituída pelos Servidores: Luciana Raquel Bottner-Auxiliar de Serviços Administrativos, Renaldo Arthur Giotti – Operador de Máquinas e Máquinas e Máquinas – Atendente de Serviços Administrativos, para apresentarem com independência e imparcialidade, sob a presidência da primeira, a conclusão do processo a que se refere o artigo 1º, no prazo de 60 (sessenta) dias (art. 139, § 1º, da Lei Complementar nº 01/93).

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de outubro de 2018; 148ºano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

ATOMIR SEBASTIÃO RUFINO

Secretário Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas, em exercício

**PORTARIA Nº 967, DE 01 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1770256

PORTARIA Nº 967, DE 01 DE OUTUBRO DE 2018

Instaura PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 04/2018 e designa a Comissão Processante para apurar a conduta e/ou eventuais irregularidades praticadas em tese pelo Servidor Edegar Lombardi.

O Secretário Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 3.614, de 30 de setembro de 2014, e com fundamento nos artigos 134 e 137 e seguintes da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998,

**RESOLVE:**

Art.1º DETERMINAR a instauração do Processo Administrativo Disciplinar nº 04/2018, para apurar a conduta e/ou irregularidades praticadas pelo Servidor EDEGAR LOMBARDI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Pedreiro, referente aos fatos constantes do Memorando RH n. 128/2018, o qual, em tese, violou o disposto no inciso XV do artigo 118 da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98.

Art.2º DESIGNAR A COMISSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 04/2018, constituída pelos Servidores: Luciana Raquel Bottner-Auxiliar de Serviços Administrativos, Renaldo Arthur Giotti – Operador de Máquinas e Maurício Dias – Atendente de Serviços Administrativos, para apresentarem com independência e imparcialidade, sob a presidência da primeira, a conclusão do processo a que se refere o artigo 1º, no prazo de 60 (sessenta) dias (art. 139, § 1º, da Lei Complementar nº 01/93).

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de outubro de 2018; 148ºano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

ATOMIR SEBASTIÃO RUFINO

Secretário Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas, em exercício

## **PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 08.2018 SAMAE**

Publicação Nº 1764115

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/2018 SAMAE

ÓRGÃO GESTOR: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

OBJETO: Registro de preço destinado à aquisição de materiais hidráulicos para reposição de estoque do almoxarifado em atendimento às necessidades do setor de manutenção do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Sul Ar e Agua Equipamentos Ltda; Hidroluna Materiais para Saneamento Ltda; Corr Plastik Industrial Ltda; Hifersane Ind. Com. Mat. Hidráulicos Ltda; Margem - Comercio de Materiais Hidráulicos Eireli; Saint-Gobain Canalização Ltda; Tubos e Conexões Suns do Brasil Eireli; Krunn Distr. de Válvulas Purgadores e Acessórios Eireli; Danna Comercial Eireli Me; Lupy Brasil Válvulas e Equipamentos - Eireli – Epp e Khaleesi Distribuidora de Materiais em Ferro Fundido Eireli.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 458.371,04 (quatrocentos e cinquenta e oito mil, trezentos e setenta e um reais e quatro centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 09/07/2019

Timbó, 09/07/2018

JAIME JOEL AVENDANO JARA

Diretor Presidente do SAMAE

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### DECRETO 2424

Publicação Nº 1770359

DECRETO Nº 2.424/2018 DE 02 DE OUTUBRO DE 2018

DETERMINA BAIXA DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL, DECLARANDO INSERVÍVEIS OU OBSOLETOS OS BENS ESPECIFICADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica determinada a Baixa do Patrimônio Municipal, declarando como inservíveis ou obsoletos os bens especificados a seguir:

#### CÓD DESCRIÇÃO DO BEM

4650 MESA COLETIVA EM MADEIRA MARROM  
4908 MESA COLETIVA EM MADEIRA MARROM VERNIZ  
0384 MICROCOMPUTADOR INTEL PENTIUM 1.10 GHZ 204 KB  
0390 MONITOR GREAT WALL 15 POL  
4676 LONGARINA 4 LUGARES ESTOFADA EM TECIDO AZUL  
0664 DVD OMINICON  
0386 MICROCOMPUTADOR INTEL PENTIUM 1.10 GHZ 204 KB  
0256 DVD PHILCO  
0668 CADEIRA PRE ESCOLAR EM MADEIRA  
0464 ESTABILIZADOR MICROSOL MIE G3  
4519 MICROCOMPUTADOR AMD ATLON 3.0 GHZ 4.0 GB DE RAM  
4675 LONGARINA 4 LUGARES ESTOFADA EM TECIDO AZUL  
0408 MONITOR 15 POL LG COR PRETA  
0818 MONITOR GREAT WALL  
2974 MACA EM FERRO TUBULAR BRANCO ESTOFADA EM CORVIN PRETO  
4446 BALANÇA INFANTIL ATE 25 KG MARCA BALMAK  
5230 RELOGIO PONTO BIOMETRICO ORION 6 HENRY  
4193 MONITOR LCD 20 POL MARCA AOC  
4821 MICROCOMPUTADOR INTEL CELERON 3.06 GHZ 960 MB DE RAM  
0428 MESA P/ COMPUTADOR EM MDF BEGE C/ PORTA TECLADO REGULAVEL ESTRUTURA EM FERRO  
2828 BEBEDOURO ESCOLAR EM INOX 2 SAIDAS  
0833 CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA EM TECIDO CINZA  
2402 ARMARIO EM FORMICA BRANCA 2 PORTAS DE CORRER C/ VIDRO 2 PORTAS DE CORRER EM MADEIRA  
0373 MONITOR LCD POSITIVO 15 POL  
0925 CADEIRA PRE ESCOLAR EM FERRO TUBULAR CINZA ASSENTO EM PLASTICO AMARELO  
5181 BEBEDOURO ADVANCE PLUS

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias em 02 de outubro de 2018.

MAURO DRESCH

Prefeito

Registrado e publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M/SC.

IVO PAULO HARTMANN

Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO 2425**

Publicação Nº 1770356

DECRETO Nº 2.425/2018 DE 02 DE OUTUBRO DE 2018

CONVOCA A II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente,

DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada a II Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a ser realizada no Centro de Eventos Maria Thaler Moser, dia 31 de outubro de 2018, das 08 horas às 12 horas, tendo como tema central: "Proteção integral, diversidade e enfrentamento da violência".

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias em 02 de outubro de 2018.

MAURO DRESCH

Prefeito

Registrado e publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M/SC.

IVO PAULO HARTMANN

Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO 2426**

Publicação Nº 1770360

DECRETO Nº 2.426/2018 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

ALTERA HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO E ATENDIMENTO AO PÚBLICO DAS REPARTIÇÕES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo 1º. Fica estabelecido Horário de Funcionamento em Turno Único para atendimento ao Público, a partir de 15 de outubro de 2018 até 06 de janeiro 2019, nas Repartições Públicas Municipais conforme escala à seguir:

I – Sede Administrativa da Prefeitura Municipal: atendimento das 07h00min às 13h00min;

II – Secretaria de Transportes e Obras: atendimento das 07h00min às 13h00min;

III – Museu Municipal Ministro Andreas Thaler, Biblioteca Municipal e Casa do Artesão: atendimento das 13h00min às 19h00min.

Art.2º. As Unidades abaixo relacionadas permanecem com o horário normal de atendimento, conforme escala à seguir:

I – Secretaria de Saúde (Posto de Saúde): atendimento das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min;

II – Secretaria da Educação (Escola e Creches Municipais): atendimento das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min;

III – Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio:

a) De segunda à sexta: das 07h00min às 19h00min, sem fechar ao meio dia;

b) Sábado: das 09h00min às 15h00min, sem fechar ao meio dia;

c) Domingo: das 09h00min às 13h00min, sem fechar ao meio dia.

III – Secretaria de Assistência Social (CRAS e Casa da Cidadania): atendimento das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min;

IV – Conselho Tutelar: atendimento das 07h00min às 18h00min;

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,  
09 de outubro de 2018.  
MAURO DRESCH  
Prefeito

Registrado na Secretaria de Administração e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN  
Secretário de Administração e Finanças

## DECRETO 2427

Publicação Nº 1770363

DECRETO Nº 2.427/2018 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e autorizado conforme Lei Orçamentária Anual n.º 1962/2017 de 17/11/2017,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do Município de Treze Tílias, um crédito suplementar no valor de R\$ 169.210,93 (cento e sessenta e nove mil, duzentos e dez reais e noventa e três centavos), a fim de suplementar a dotação orçamentária abaixo:

ÓRGÃO 06– SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade 02- ENSINO FUNDAMENTAL

Projeto/Atividade: 2.055–Despesas Salário Educação

(121) 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0058 ..... R\$ 169.210,93

Art. 2º. Para fazer frente ao crédito do artigo anterior, serão utilizados recursos do superávit do exercício anterior.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,  
aos 09 dias do mês de outubro de 2018.  
MAURO DRESCH  
Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

IVO PAULO HARTMANN  
Secretário de Administração e Finanças



# Trombudo Central

## PREFEITURA

### DECRETO 100/18

Publicação Nº 1769783

DECRETO 100/18 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR –ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO PROGRAMA DE 2018.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município de Trombudo Central e autorização contida na Lei Municipal nº 1997 de 11 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

04 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

04.01 – Secretaria da Educação e do Esporte

04.01.12.365.0004.2.022-3.3.90.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 22.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentaria:

04 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

04.01 – Secretaria da Educação e do Esporte

04.01.12.365.0004.2.022-3.3.90.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 22.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de outubro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

### DECRETO 101/18

Publicação Nº 1769784

DECRETO 101/18 DE 04 DE OUTUBRO DE 2018.

RETIFICA O DECRETO 058/18 DE 22 DE JUNHO DE 2018, QUE NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO, ANÁLISE E PARECER FINAL EM OBRA LITERÁRIA SOBRE O MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Retifica o Decreto 058/18 que NOMEIA a Comissão especial de análise em obra literária sobre a história do Município de Trombudo Central, constituída pelos seguintes membros abaixo descritos:

GEOVANA GESSNER

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

MARIANY UHLENDORF

MARCIA GISELE SALVADOR

ARIANE LENZI CONINK

HERIETE KARSTEN

RAFAELA SANDRINI

DEIVID CRISTIANO FAVA

FRANCISCO FRONZA

MATHEUS THOLL

Art. 2º - A presente Comissão, será responsável pelo acompanhamento, análise e parecer em obra literária sobre a história do Município de Trombudo Central, consistindo na leitura dos escritos, participar de reuniões da temática e sugestionando se necessário para enriquecimento

da matéria.

Art. 3º - A obra será descrita pelo escritor Saulo Adami, tendo por finalidade o resgate histórico do Município de Trombudo Central, utilizando-se de vários escritos documentados, de fontes narrativas entrevistadas e demais fontes de pesquisa, com previsão de lançamento do Livro para o mês de outubro de 2018, durante a Feira do Livro, evento integrante alusivo às comemorações de 60 anos de emancipação político-administrativa do Município de Trombudo Central.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 04 de outubro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto Foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Cultura e do Turismo Interina

## DECRETO 102/18

Publicação Nº 1769785

DECRETO 102/18 DE 04 DE OUTUBRO DE 2018.

REVOGA DECRETO DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS ECONÔMICOS E FISCAIS.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e, com base na Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o art. 6º e 7º da Lei Municipal 1824 de 11 de março de 2014;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 018/10 de 10 de fevereiro de 2010 e o Decreto Municipal 066/12 de 03 de julho de 2012 que concede incentivos econômicos e fiscais;

CONSIDERANDO a Ata de reunião da Comissão Municipal do Desenvolvimento Econômico do Município de Trombudo Central, instituída através do Decreto Municipal 074/18 de 01 de agosto de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica REVOGADA a concessão de incentivos econômicos e fiscais à empresa COMÉRCIO E RECAPADORA DE PNEUS KUMEROW LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 85.776.755/0001-35, sito a Rodovia BR 470, s/nº, Bairro Bracatinga I, neste Município e Comarca de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - O Poder Executivo do Município de Trombudo Central, concederá prazo de até 06 (seis) meses a partir do presente, para que a empresa retire as benfeitorias existentes, fora o qual passarão a integrar o patrimônio do Poder Público Municipal.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 04 de outubro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER

Secretário de Administração e Finanças

## PORTARIA 315/18

Publicação Nº 1769786

PORTARIA 315/18 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

PRORROGA PRAZO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO - PAD.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o art. 125 do Título V, Capítulo III, Seção I, da Lei Complementar 816 de 31 de outubro de 1990;

CONSIDERANDO a Portaria 248/18 de 09 de julho de 2018, que nomeia comissão interna para fins de Processo Administrativo Disciplinar – PAD;

CONSIDERANDO as circunstâncias dos fatos e, a real necessidade de prazo para conclusão do inquérito pela Comissão Interna nomeada.

**RESOLVE:**

Art. 1º - PRORROGAR O PRAZO do Processo Administrativo Disciplinar (PAD) em 30 (trinta) dias, a partir de 09 de outubro de 2018, para apurar responsabilidades referentes a fatos de possíveis irregularidades na conduta funcional e a fatos conexos ao mesmo, em desfavor da servidora Pública Municipal Sra. JUCÉLIA ZOBOLI RIBAS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

. Trombudo Central, 09 de outubro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

## **PREGÃO PRESENCIAL 51/2018**

Publicação Nº 1770266

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2018  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Trombudo Central, por intermédio da Prefeita Sr.<sup>a</sup> Geovana Gessner, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, decreto regulamentar nº 3.555/2000 com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993 e do decreto regulamentar nº 7.892/2013, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2018 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, tipo de licitação MENOR PREÇO, REGIME DE EXECUÇÃO GLOBAL POR LOTE, objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO E SERVENTE DE PEDREIRO PARA MANUTENÇÃO E REPAROS A SEREM REALIZADOS NOS PRÉDIOS E SECRETARIAS PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL/SC, CONFORME ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 14h, do dia 29 de Outubro de 2018, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração - Protocolo, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central – SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 8h às 17h30min, ou ainda pelo endereço eletrônico: [www.trombudocentral.sc.gov.br](http://www.trombudocentral.sc.gov.br). Maiores informações pelo telefone (47) 3544 0271 – Pregoeiro.

Trombudo Central, 10 de Outubro de 2018.

Geovana Gessner

Prefeita Municipal

## **TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL 01/2018**

Publicação Nº 1769787

### **TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL**

Pelo presente instrumento, de um lado O MUNICÍPIO TROMBUDO CENTRAL, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 83.102.731/0001-75, com sede na Praça Arthur Siewerdt, 01 – Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela sua Prefeita Sra. GEOVANA GESSNER, CPF sob nº 008.630.659-61, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a Empresa E.J.C. VEÍCULOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.912.815/0001-06, com sede na Avenida Governador Ivo Silveira, nº 395, Bairro Santa Galo, Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Sócio/Proprietário Sr. Elder João Costa, a seguir denominada CONTRATADA, resolve RESCINDIR o Contrato Administrativo 117/2018, datado de 15 de junho de 2018, do Processo Administrativo 55/2018, considerando a INEXECUÇÃO CONTRATUAL por parte da CONTRATADA, com base nos incisos I a VII e XI e XII, do art. 78 c/c 79, I da Lei Federal 8.666/93, a partir de 09 de outubro de 2018.

Trombudo Central, 09 de outubro de 2018.

GEOVANA GESSNER

ELDER JOÃO COSTA

Prefeita de Trombudo

Central E.J.C. Veículos LTDA.

# Tunápolis

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 37/2018 TERMO DE CREDENCIAMENTO

Publicação Nº 1770200

#### CONTRATO Nº 37/2018 TERMO DE CREDENCIAMENTO

"REFERENTE AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO nº. 004//2018".

"Objetivando o chamamento público para credenciamento do HOSPITAL REGIONAL DE PALMITOS para prestação de procedimentos de Mamografia e Densitometria Óssea, destinados ao atendimento de pacientes do Município de Tunápolis, que celebram o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE nos termos e condições a seguir"

Pelo presente instrumento, de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representado pela Gestora do Fundo Municipal da Saúde a Sra. Clarice Weis Staub, portadora do RG nº 3.381.905 e CPF nº 017.981.689-60, residente e domiciliado, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, acordam celebrar o presente Contrato, e do outro lado o HOSPITAL REGIONAL DE PALMITOS, com sede na Rua Sete de Setembro, nº 183, centro, SC, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 85.361.053/0001-90 mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. – O presente Chamamento Público tem como Objetivo o credenciamento do HOSPITAL REGIONAL DE PALMITOS para prestação de procedimentos de Mamografia e Densitometria Óssea, destinados ao atendimento de pacientes do Município de Tunápolis, durante o exercício financeiro de 2018, para a execução/fornecimento total/parcial dos serviços mencionados no termo de credenciamento e demais normas técnicas pertinentes aos serviços, com os valores constantes na tabela Unificada de Procedimentos SUS do Ministério da Saúde (Anexo I).

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

– A CREDENCIADA, responderá pela solidez, segurança e perfeição dos serviços executados, sendo ainda responsável por quaisquer danos pessoais ou materiais, inclusive contra terceiros, ocorridos durante a execução dos serviços ou deles decorrentes.

– A CREDENCIADA durante a vigência do presente contrato obriga-se a manter todas as condições da habilitação e qualificação exigidas no Edital de Credenciamento Público nº. 004/2018.

– A credenciada não poderá, sob qualquer hipótese, cobrar diferenças de valores aos beneficiários pelo atendimento, bem como, que este assine fatura ou guia de atendimento em branco.

#### CLAUSULA TERCEIRA – DO EQUIPAMENTO E MÃO-DE-OBRA

– Caberá à CREDENCIADA o fornecimento de todos os equipamentos e mão-de-obra, necessários à plena execução dos serviços indicados na cláusula primeira deste termo.

– Correrão por sua inteira conta e risco, as despesas de toda a mão-de-obra, instrumento, equipamento necessárias, e, igualmente se responsabiliza por encargos sociais decorrentes de contrato de trabalho de seus empregados, bem como do que vier a firmar com terceiros, nos termos da legislação trabalhista, civil,

previdenciária ou penal em vigor, bem como indenizações por danos causados à CREDENCIANTE e ou a terceiros.

– Suportará, também, encargos decorrentes de manutenção e conservação dos equipamentos utilizados na execução dos serviços.

#### CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

4.1. – O prazo de vigência do presente Contrato é até 31 de dezembro de 2018, tendo por termo inicial a data de assinatura do presente instrumento, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos de 12 meses, limitado a 60 (sessenta) meses.

§ 1º – A parte que não se interessar pela prorrogação contratual deverá comunicar a sua intenção, por escrito, à outra parte, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

§ 2º – A continuação da prestação de serviços nos exercícios financeiros subsequentes ao presente fica condicionada à vigência dos respectivos créditos orçamentários.

§ 3º – O Termo Aditivo referente à prorrogação contratual de celebração obrigatória será acompanhada do Termo de Vistoria, onde constará se persistem as mesmas condições técnicas.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS VALORES E FORMAS DE PAGAMENTO

– Para a execução dos serviços mencionados no gráfico abaixo o CREDENCIANTE pagará à CREDENCIADA a importância R\$ 19.010,00 (dezenove mil reais e dez centavos) conforme execução, preferencialmente em até 10 (dez) dias úteis após a prestação dos serviços.

Item	Descrição dos serviços	Quant	Valor	Total
01	Mamografia Bilateral para Rastreamento (0204030188)	300	45,00	13.500,00
02	Densitometria Ossea (0204060028)	100	55,10	5.510,00

	Total Geral			19.010,00
--	-------------	--	--	-----------

Considerando a estimativa elaborada pela Secretaria da Saúde durante o exercício financeiro do ano de 2018 a utilização dar-se-a da seguinte forma:

Item	Descrição dos serviços	Quant	Valor	Total
01	Mamografia Bilateral para Rastreamento (0204030188)	120,00	45,00	5.400,00
02	Densitometria Ossea (0204060028)	45,00	55,10	2.479,50
	TOTAL GERAL			7.879,50

– Os pagamentos somente serão realizados mediante:

- Apresentação das autorizações para execução/fornecimento dos procedimentos de Mamografia e Densitometria Óssea, destinados ao atendimento de pacientes do Município de Tunápolis, emitidas pela Secretaria da Saúde/Fundo Municipal de Saúde do Município de Tunápolis.
- Os valores serão postos à disposição da CREDENCIADA, junto à instituição financeira na qual mantenha conta corrente, mensalmente, até o décimo (10º) dia útil do mês subsequente àquele em que os serviços forem prestados.
- O pagamento estará condicionado à execução do serviço credenciado, de todas as condições de cadastramento e habilitação exigidas pelo Município de Tunápolis.
- O Município de Tunápolis reserva-se o direito de recusar o pagamento se, na prestação dos serviços, a CREDENCIADA agir com impecilia na execução dos serviços.

– As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Fundo Municipal de Saúde de Tunápolis, com indicação do CNPJ específico, nº 11.386.903/0001-79.

I – De acordo com o §6º, I, do Art. 23, Anexo XI, do Regulamento do ICMS Catarinense, ficam os licitantes vencedores obrigados a emitir nota fiscal eletrônica - NF-e, modelo 55, em substituição às notas fiscais impressas modelos 1 e 1-A, quando for o caso.

e) – Dos valores acima especificados serão descontados o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), quando devido, conforme Lei Municipal que regulamente este tributo.

f) – A liberação do pagamento fica condicionada, ainda, quando se tratar de substituição de mão de obra, da apresentação, por parte da CREDENCIADA, da folha de pagamento quitada dos empregados da empresa, de cópia autenticada do pagamento da GPS (Guia de Recolhimento da Previdência Social) e de cópia também autenticada da SEFIP quitada do período correspondente à Tesouraria do Município de Tunápolis (quando se tratar de pessoa jurídica).

g) – A CREDENCIADA deverá obrigatoriamente apresentar, os documentos abaixo identificados:

I – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, comprovada através das certidões Negativa de Tributos Federais e Negativas da Dívida Ativa da União;

II – Certificado de Regularidade do FGTS, e

III – Certidão Negativa de Tributos Municipais, quando a sede da contratada for no Município de Tunápolis.

h) – Os valores a serem pagos serão sempre os fixados nos termos do Anexo I do presente Edital, que são os apresentados na tabela Unificada de Procedimentos SUS do Ministério da Saúde.

– O valor limite por CREDENCIADA para a presente contratação durante o período de 05 (cinco) meses, é de até R\$ 7.879,50(sete mil oitocentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos)

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

– O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, que serão exercidos por um representante do Município, especialmente designado na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93.

a) – Durante o prazo de duração do contrato, a CREDENCIANTE designa a Senhora Secretária Municipal da Saúde, Sra. Clarice Weis Staub, ou outro agente público que venha a substituí-lo, para gerir, acompanhar, controlar e avaliar a execução contratual, o qual deverá receber o objeto solicitado, mediante competente atestado.

b) – O fiscal do contrato passa a ser o próprio gestor, ou outro servidor por ele formalmente designado, habilitado para gerenciar o contrato, e será responsável pelo fiel cumprimento das cláusulas contratuais, inclusive as pertinentes aos encargos complementares.

– Não obstante a CREDENCIADA será a exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o Município reserva-se o direito, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços diretamente por fiscal designado.

– A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CREDENCIADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na

ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

– As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização serão encaminhadas à autoridade competente do Município para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º, do art. 67, da Lei nº. 8.666/93.

#### CLAUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES.

7.1. – O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas ou o cumprimento em desacordo com o pactuado acarretará, à CREDENCIADA, as penalidades previstas no Artigo 87, da Lei nº. 8666/93 e alterações, conforme a gravidade da infração e independentemente

da incidência de multa e sem prejuízo de descredenciamento.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES

– Pelo descumprimento total ou parcial das condições contratuais, a Prefeitura Municipal de Tunápolis, poderá aplicar à contratada as seguintes penalidades, além da responsabilização civil e penal cabíveis, sem prejuízo do disposto no art. 49, da Lei 8.666/93 e alterações:

- a) – Advertência;
- b) – Multa;
- c) – Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração;
- d) – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que tiver aplicado a penalidade.

#### CLÁUSULA NONA – DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E MULTAS.

– No caso de incidência de uma das situações previstas neste instrumento, o CREDENCIANTE notificará a CREDENCIADA, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento desta, justificar, por escrito, os motivos do inadimplemento.

– Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multa:

- a) – 10 % (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa injustificada da interessada em assinar o contrato;
- b) – 0,3 % (três décimos por cento) por dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso sobre o valor dos serviços não realizados;
- c) – 20% (vinte por cento) quando o atraso for superior a 30 (trinta) dias, com o consequente cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente;

– A CREDENCIANTE, no uso das prerrogativas que lhe confere o inciso IV, do artigo 58 e artigo 87, inciso II, da Lei focada, aplicará multa:

- a) – Pela recusa em executar os serviços ora contratados, sofrerá as penalidades previstas no Art. 87, II, da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO CONTRATUAL

– O presente Termo de Credenciamento poderá ser rescindido:

- a) – Mediante acordo expresso, e firmado pelas partes, após um aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência de 15 (quinze) dias pelo interessado.
- b) – Unilateralmente pela CREDENCIANTE, em qualquer tempo, independente de interpelação ou procedimento judicial ou extrajudicial, caso a CREDENCIADA:

1. – Ceda ou transfira, no todo ou em parte, o objeto deste contrato ou delegue a outrem as incumbências e/ou as obrigações nele consignadas, sem prévia e expressa autorização da CREDENCIANTE.
2. – Venha a agir com dolo, culpa, simulação ou em fraude na execução dos serviços contratados.
3. – Quando pela reiteração de impugnação dos serviços ficar evidenciada a incapacidade da credenciada para dar execução satisfatória ao contrato.
4. – Venha a falir entrar em concordata, liquidação ou dissolução.
5. – Quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e/ou na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

Parágrafo Único – Havendo rescisão contratual, a CREDENCIANTE pagará à CREDENCIADA, o numerário equivalente aos serviços efetivamente realizados, e aprovados pela Secretaria da Saúde/Fundo Municipal de Saúde, no valor avençado.

#### CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

– Para contratação do objeto desta licitação os recursos previstos correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias da Secretaria de Saúde/Fundo Municipal de Saúde para o ano de 2018:

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (81) do Fundo Municipal da Saúde do ano de 2018.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CASOS OMISSOS.

– Qualquer litígio judicial oriundo da aplicação do presente termo será dirimido com base na legislação específica, especialmente no EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO nº. 004/2018 e na Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

– A CREDENCIADA não poderá, sob qualquer hipótese, cobrar diferenças de valores aos beneficiários pelo atendimento, bem como que este assine fatura ou guia de atendimento em branco.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO.

13.1. – As partes elegem o Foro da Comarca de Tunápolis para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acertados, firmam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

Tunápolis, SC., 04 de outubro de 2018.

CLARICE WEIS STAUB

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

FISCAL DESTE CONTRATO

Testemunhas:

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF CPF: 918.368.409-34

HOSPITAL REGIONAL DE PALMITOS

CONTRATADA



Alcides Luis Hofer  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 33.683

SHEILA INÊS BIEGER  
CPF 020.226259-60

**PROCESSO DE COMPRA Nº.: 229/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 164/2018**

Publicação Nº 1770500

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS  
RUA JOÃO CASTILHO Nº 111  
89.898.000 – TUNÁPOLIS – SC

Secretaria de Administração/Departamento de Compras  
Processo de Compra Nº.: 229/2018  
Pregão Presencial nº: 164/2018  
Data Emissão: 10/10/2018  
Forma de Julgamento: menor preço por ITEM

O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio e, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, conforme dispõe a Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123/2006, Lei n. 8.666/93 e legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as “propostas de preços” e de nº 02, contendo a “documentação de habilitação” serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até as 16h do dia 24 de outubro de 2018 .

iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA SERVIÇOS DE IMPRESSÃO GRÁFICA conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, os quais passam a fazer parte do presente processo.

Entrega dos envelopes da habilitação e Proposta até as 16h do dia 24 de outubro de 2018

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

RENATO PAULATA  
Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2017 CONTRATO Nº 11/2017 TERCEIRO TERMO ADITIVO – VALOR**

Publicação Nº 1770216

Processo licitatório Nº 10/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2017  
CONTRATO nº 11/2017

**TERCEIRO TERMO ADITIVO – VALOR**

Pelo presente instrumento de TERMO ADITIVO em regime de execução parcelada, do CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11/2017 o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representado pela gestora do Fundo Municipal da Saúde a Sra. Clarice Weis Staub, portadora do RG nº 3.381.905 e CPF nº 017.981.689-60, residente e domiciliado, neste Município, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa GENTE SEGURADORA S/A Sociedade Seguradora de direito privado com Sede em Porto Alegre-RS na Rua Marechal Floriano Peixoto, n.450, inscrita no CNPJ sob nº 90.180.605.0001-02, representado resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO de prazo para a CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA OS VEÍCULO QJD 1817 PERTENCENTES AO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE TUNÁPOLIS / SC, em conformidade com o que preceitua a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS**

Fazem parte do presente Termo Aditivo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o Processo Licitatório nº 10/2017, Pregão Presencial nº 07/2017, e contrato nº 11/2017.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO PRAZO E PRORROGAÇÃO:**

2.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA O VEÍCULO FORD / KA QJD 1817 ANO 2018 PERTENCENTE AO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE TUNÁPOLIS / SC, conforme segue abaixo



Item	Qtd.	Uni	DESCRIÇÃO	Preço (R\$)
01	01	UN	Veiculo FORD/KA, placa QJD 1817, ANO 2018 , chassi 9BFZH55J2J8170934, FLEX, 5 ocupantes, Valor da franquia casco R\$ 1.110,00, morte acidental R\$ 30.000,00, Invalidez permanente total ou parcial R\$ 30.000,00, despesas Médicas e Hospitalares R\$ 30.000,00, Danos Materiais R\$ 200.000,00, Danos Corporais R\$ 400.000,00, Danos Morais R\$ 70.000,00, vidros laterais, pára-brisa traseiro e dianteiro.	751,11

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS**

As demais cláusulas do contrato, por este aditado, permanecem em pleno vigor.

**CLÁUSULA QUARTA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Aditivo

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditivo ao Termo aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC., 06 de setembro de 2018

CLARICES WEIS STAUB      GENTE SEGURADORA S.A.  
GESTORA DO FUNDO      CONTRATADA  
CONTRATANTE

Alcides Luis Hofer  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff      Sheila Inês Bieger  
CPF: 918.368.409-34      CPF: 020.226.259-60

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**PORTARIA Nº 28/2018**

Publicação Nº 1770450

PORTARIA Nº 28/2018

Em 08 de outubro de 2018

AUTORIZA COMPENSAÇÃO DE HORAS PELA SERVIDORA LIANE JACINTA FINGER HECK, SECRETÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto na Resolução nº 006/2015, de 05 de maio de 2015, RESOLVE:

Art. 1º Conceder 05 (cinco) horas de folga do trabalho, para fins de compensação de horas excedentes à jornada normal prestadas ao Legislativo Municipal, à servidora Liane Jacinta Finger Heck, ocupante do cargo de Secretário(a) Executivo(a) da Câmara de Vereadores de Tunápolis.

Art. 2º A compensação de que trata o Art. 1º desta Portaria, refere-se a horas excedentes prestadas pela servidora no período de 02 a 31 de julho de 2018.

Parágrafo único: O controle de horas regulares trabalhadas, bem como as horas excedentes, é realizado pela responsável pelo setor de Recursos Humanos da Câmara de Vereadores, por meio das anotações no Livro de Registro de Ponto.

Art. 3º As horas de folga concedidas serão usufruídas pela servidora no dia 10 de outubro do corrente, no período vespertino.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Tunápolis, SC, 08 de outubro de 2018.

DONATO LAUSCHNER  
Presidente

# União do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL N.º 3.921, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1769592

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.921, de 09 de outubro de 2018.  
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei 1097/2017.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional especial no Orçamento do Município de União do Oeste para o Exercício de 2018, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), destinados a suplementar o seguintes projetos/atividades e respectivas modalidades de despesas criadas com o código específico a seguir:

ADICIONAR DOTAÇÕES					
Órgão: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
Unidade Orçamentária: 11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
FUNÇÃO: 10 Saúde - SUBFUNÇÃO: 301 Atenção Básica					
Projeto Atividade: 2.038 – Manutenção do Bloco de Atenção Básica Variável					
Aplicações Diretas Dec. de Oper. Entre Órgãos - 3.3.93.00.00.00.00.00.01.0038.000200					R\$ 60.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO					R\$ 60.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional especial do Artigo 1º, ficam anulados os valores dos seguintes projetos/atividades e respectivas modalidades de despesa:

SUBTRAIR DOTAÇÕES					
Órgão: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
Unidade Orçamentária: 11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
FUNÇÃO: 10 Saúde - SUBFUNÇÃO: 301 Atenção Básica					
Projeto Atividade: 2.038 – Manutenção do Bloco de Atenção Básica Variável					
Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0038.000200					R\$ 60.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO					R\$ 60.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste (SC), 09 de outubro de 2018.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra no Diário Oficial de Municípios - DOM, nos termos da Lei Municipal n.1.010/2014.

### DECRETO N. 3.906/2018 DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

Publicação Nº 1769664

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.906, de 13 de setembro 2018.  
Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 10 (dez) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, GIANE SMANIOTTO, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Administração Finanças e Planejamento, a serem gozadas no período de 15/10/2018 a 24/10/2018, relativas ao período aquisitivo de 01/06/2015 à 31/05/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 13 de setembro 2018.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

# Urubici

## PREFEITURA

### EDITAL 048/2018

Publicação Nº 1769893

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 048/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2018

Representante Legal, Prefeito Municipal Antônio Zilli, torna público o Edital de Pregão Presencial, destinado à Contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra de pedreiro, carpinteiro, eletricista e pintor, por hora, para manutenção e reparos nas escolas e creches da rede municipal de ensino no município de Urubici SC e no Ginásio de Esporte Noé da Costa Ribeiro, conforme termo de referência no anexo I do edital. Os interessados deverão apresentar envelopes distintos para proposta e documentos, fechados e lacrados na Prefeitura Municipal de Urubici, até o dia 24/10/2018 às 13h00min. A abertura dos envelopes contendo as propostas e a sessão pública do Pregão será dia 24/10/2018 às 13h00min. Maiores informações sobre o presente edital, bem como copia do mesmo, podem ser obtidas através do e-mail [licitação@urubici.sc.gov.br](mailto:licitação@urubici.sc.gov.br), site [www.urubici.sc.gov.br](http://www.urubici.sc.gov.br), ou na Prefeitura Municipal de Urubici – SC sito Pça. Francisco Pereira Souza, 53 – Centro - CEP: 88650-000 Fone/Fax: (0xx49) 32784211, em horário das 12h00min às 18h00min junto ao setor de compras e licitações. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente Edital para que surta seu jurídico e legal efeito. Antônio Zilli- Prefeito Municipal.

# Urussanga

## PREFEITURA

### EDITAL PL 19 2018 FMS PR 18 2018

Publicação Nº 1769758

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE URUSSANGA

#### AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2018/FMS

Objeto: aquisição parcelada de material médico e hospitalar. Recebimento dos envelopes: até 13h45 dia 24/10/2018 na sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 – Departamento de Licitações. Abertura dos envelopes: às 14h dia 24/10/2018. O edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser acessado no site oficial desta municipalidade [www.urussanga.sc.gov.br](http://www.urussanga.sc.gov.br), na página principal, ícone LICITAÇÕES, ano “2018” situação “ABERTA”. Outros esclarecimentos poderão ser solicitados no e-mail [urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br](mailto:urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br) ou através do telefone (48) 3465-1188.

Luis Gustavo Cancellier.Prefeito Municipal

### LEI 2.857/2018

Publicação Nº 1769707

LEI Nº 2.857, de 19 de setembro de 2018.

DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO DE VEÍCULOS ABANDONADOS OU ESTACIONADOS EM SITUAÇÃO QUE CARACTERIZE SEU ABANDONO EM VIAS E LOCAIS PÚBLICOS NO PERÍMETRO DO MUNICÍPIO DE URUSSANGA.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER, PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º Fica proibido abandonar veículo ou estacioná-lo em situação que caracterize seu abandono em vias e locais públicos.

Art. 2º Para os efeitos desta lei considera-se abandonado os veículos nas seguintes situações:

I – Veículos motorizados ou não, que se encontrarem estacionados no mesmo local por 30 (trinta) dias consecutivos, sem funcionamento e movimento, gerando acúmulo de lixo e/ou mato sob ele ou em seu entorno, prejudicando o fluxo de veículos, pedestres, prestação de serviços públicos ou em situação de evidente estado de decomposição de sua carroceria, gerando risco a coletividade e a saúde pública.

II – Veículos motorizados ou não, que não seja possível a identificação de nº do chassi, ou sem a identificação de nº de motor, em visível estado de abandono.

III – Veículos motorizados ou não, que apresentem débitos fiscais, impostos, multas e taxas, entre outros débitos atrelados ao veículo, encontrado em visível estado de abandono.

Art. 3º O proprietário do veículo automotor, elétrico, de produção humana, semirreboque ou de tração animal, que abandonar ou estacionar seu veículo em situação que infrinja a presente legislação, terá seu veículo removido pelo respectivo órgão de trânsito municipal, observadas as seguintes disposições:

I – Será emitida notificação ao proprietário, comprador, possuidor ou depositário, determinando a remoção do veículo no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento ou entrega da correspondência no endereço do infrator constante no respectivo órgão de trânsito municipal, se identificado.

II – Não sendo atendido o disposto no inciso anterior, o veículo será recolhido ao respectivo órgão de trânsito municipal ou pátio indicado pelo órgão responsável pela remoção, sendo liberado ao proprietário, comprador, possuidor ou depositário, somente após o pagamento de despesas de transporte ao pátio e de outras taxas exigidas e regulamentadas.

III – O proprietário, comprador, possuidor ou depositário do veículo, carcaça, chassis ou partes recolhidas, terá 60 (sessenta) dias para revê-lo, a partir da data de seu recolhimento, sendo que, transcorrido este período sem qualquer manifestação dos responsáveis pelos bens apreendidos, estes deverão ser leiloados como sucata pelo respectivo órgão de trânsito municipal.

IV – Os valores obtidos da venda dos veículos, carcaças, chassi ou partes de veículos recolhidas, deverão ser revertidos ao respectivo órgão de trânsito municipal para que sejam abatidos os custos com transporte ao pátio e outras taxas exigidas e regulamentadas.

V – No ato de remoção, o veículo deverá ser fotografado ou filmado na situação que o encontra para servir como prova do abandono e consequente infração a esta lei.

VI – Não será instituída ou cobrada nenhuma multa pela situação de abandono do veículo, aplicando-se apenas a cobrança dos valores de transporte ao pátio e diárias pelo tempo de permanência do veículo no depósito municipal, ressalvados outros valores devidos aos órgãos municipais, estaduais ou federais integrantes do Sistema Nacional de Trânsito.

Art. 4º As reclamações e denúncias sobre abandono ou estacionamento de veículos em situação que caracterize abandono nas vias e locais públicos, deverão ser encaminhadas ao respectivo órgão de trânsito municipal para análise e providências cabíveis.

Art. 5º A situação de abandono será mediante denúncia formulada por qualquer cidadão ou, poderá ser verificada pela Fiscalização Municipal.

Parágrafo único. Em caso de alienação fiduciária, o alienante deverá ser notificado.

Art. 6º Para fazer a retirada do veículo e/ou carcaça removido será necessário:

I – apresentação da documentação do veículo regularizada, com todos os débitos legais quitados.

II – quitação dos débitos referentes ao guincho e a estadia do material apreendido no pátio credenciado.

Parágrafo único. Para o veículo que não for resgatado do local credenciado no prazo de 60 (sessenta) dias, poderá ser iniciado processo de venda através de leilão público, para pagamento do guincho e demais despesas pertinentes, ou ainda poderá ser doado à entidade social devidamente constituída, mediante os trâmites legais necessários.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 19 de setembro de 2018.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração e Finanças, aos dezanove dias do mês de setembro de 2018.

MARIANA BONETTI

Assistente Administrativo

# Vargeão

## PREFEITURA

### RESOLUÇÃO Nº 02/2018

Publicação Nº 1769909

RESOLUÇÃO n. 02/2018, de 09 de outubro de 2018.

Cria Comissão Organizadora da II Conferência Intermunicipal dos Direitos Da Pessoa Idosa abrangendo os municípios de Passos Maia e Vargeão.

A Plenária do Conselho Municipal dos direitos da pessoa idosa- CMI de Vargeão no uso de suas competências e nas atribuições, em reunião ordinária do dia 06/10/2018 Considerando as orientações do CEI / SC em relação a realização da Conferência Intermunicipal dos direitos da pessoa idosa, tendo como Tema Central Os Desafios de Envelhecer no Século XXI e o papel das políticas públicas;

RESOLVE:

Art. 1º - Criar a Comissão Organizadora da Conferência Intermunicipal dos direitos da pessoa idosa, composta por: representantes do município de Vargeão: Clara Gubert, Maridalva Colpani; Passos Maia: Vanessa Sppada, Lourdes Zanoti Desanti.

Art. 2º- A Comissão será presidida pela Sr (a) Maridalva Colpani, e terá como competência:

I -Preparar e acompanhar a operacionalização da Conferência Municipal dos direitos da pessoa idosa;

II - Propor e encaminhar para aprovação da Plenária, materiais relativos a critérios de definição do número de Delegados(as), Projeto, Regimento, Metodologia, Divulgação, Organização e Composição a ser utilizada durante a Conferência Municipal dos direitos da pessoa idosa;

III -Organizar e coordenar a Conferência Municipal dos direitos da pessoa idosa;

IV - Promover a integração com as Unidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, que tenham interface com o evento, para resolver eventuais pendências e tratar assuntos referentes à Conferência Municipal dos direitos da pessoa idosa;

V - Dar suporte técnico - operacional durante o evento;

VI - Manter o CMI do Município informado sobre o andamento das providências operacionais, programáticas e de sistematização das Conferências dos direitos da pessoa idosa;

Art. 3º - Para operacionalização da Conferência Municipal dos direitos da pessoa idosa, a Comissão Organizadora contará com o apoio dos seguintes Órgãos (de acordo com município)

I - Secretarias Municipais de Assistência Social e CRAS dos municípios de Passos Maia e Vargeão e gabinetes dos prefeitos.

Art. 4º - A Comissão Organizadora poderá contar, ainda, com colaboradores eventuais para auxiliar na operacionalização da Conferência Municipal dos direitos da pessoa idosa.

Parágrafo Único. Consideram-se colaboradores eventuais as instituições e organizações governamentais, da administração Pública, bem como consultores e convidados.

Art. 5º - Esta Resolução entre em vigor a partir da data de sua publicação.

Vargeão/ SC, 09 de outubro de 2018.

Nome e assinatura

CLARA GUBERT

Presidente CMI



# Vidal Ramos

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2018

Publicação Nº 1770448

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS  
SETOR DE COMPRAS  
PROCESSO LICITATÓRIO 02/2018  
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2018

**OBJETO:** Constitui objeto do presente certame o Registro de Preços para eventual aquisição de cafés para os eventos do grupo da Terceira Idade, Crás e Bolsa Família. No município de Vidal Ramos. Entrega semanal e imediata, conforme a necessidade.

**REGIMENTO:** O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela PORTARIA Nº. 031/2016 de 18 de fevereiro de 2016 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 02/2018, do tipo MENOR LANCE POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003, Decreto Municipal nº. 2.130/2013 de 29 de abril de 2013 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

**ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Às 09:00 hrs do dia 23 de outubro de 2018.

**CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES:** Às 09:00 hrs do dia 23 de outubro de 2018, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

**INFORMAÇÕES:** A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br).

Vidal Ramos (SC), 09 de outubro de 2018

EDUARDO THECHRIN  
Pregoeiro

### PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 03/2018 - FMAS

Publicação Nº 1770447

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS  
SETOR DE COMPRAS  
PROCESSO LICITATÓRIO 03/2018  
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 03/2018

**OBJETO:** Constitui objeto do presente certame o Registro de Preços para eventual aquisição de cestas básicas para fornecimento para pessoas carentes sempre que a Assistência Social emitir laudo com parecer favorável. No município de Vidal Ramos. Entrega fragmentada e imediata, conforme a necessidade.

**REGIMENTO:** O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela PORTARIA Nº. 031/2016 de 18 de fevereiro de 2016 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 03/2018, do tipo MENOR LANCE POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003, Decreto Municipal nº. 2.130/2013 de 29 de abril de 2013 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

**ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Às 10:30 hrs do dia 23 de outubro de 2018.

**CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES:** Às 10:30 hrs do dia 23 de outubro de 2018, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

**INFORMAÇÕES:** A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br).

Vidal Ramos (SC), 09 de outubro de 2018.

EDUARDO THECHRIN  
Pregoeiro

# Videira

## PREFEITURA

### ATA 060/2018-CMI

Publicação Nº 1769657

ATA 060/2018-CMI – Aos vinte e quatro dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, às 08h30min, nas dependências do Departamento de Ação Social, situado à Rua Lauro Muller, 288, Centro, neste município de Videira, Santa Catarina, reuniram-se ordinariamente os membros do Conselho Municipal do Idoso com a seguinte pauta: 1. Denúncias recebidas; 2. Programação 15 de junho - Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa (Avaliação); 3. Capacitação de Conselheiros/As, Gestores e Lideranças em Políticas para a Pessoa Idosa Em Santa Catarina - Convênio Mdh/Fni 852970/2017; 4. Apresentação do Curso de cuidador de Idoso - Senac; 5. Programação Semana do Idoso; 6. Assuntos gerais. Registra-se a presença das Sras. Daiane Borba e Queila Crotti Troiano do SENAC. Instalado o quórum, iniciou-se a reunião, a Presidente do Conselho Sra. Gláucia Perazzoli cumprimentou à todos os presentes e apresentou a pauta. Dando início a Presidente informou que foram recebidas 03 (três) denúncias, duas através do Disque 100, referente ao protocolo nº 1712058 e nº 1699606, e outra via contato telefônico, as quais serão encaminhadas ao CREAS para acompanhamento. Em sequência, a Presidente explicou sobre as atividades desenvolvidas acerca da data de 15 de junho - Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa, que houve uma roda de conversa nas rádios do município e exposição nas mídias sociais, contando com a participação do Conselho Municipal do Idoso juntamente com a DPCAMI, CRAS e CREAS. Após, a Presidente explicou que haverá capacitação de Conselheiros/Gestores e Lideranças em Políticas para a Pessoa Idosa a ser realizada em 03 (três) turmas nos meses de outubro, novembro e dezembro promovido pelo Conselho Estadual do Idoso no município de Florianópolis. As Conselheiras Generci Gomes e Gláucia Perazzoli manifestaram interesse e as informações da capacitação serão repassadas por e-mail aos Conselheiros. Dando continuidade, passada palavra à Daiane do SENAC, a qual apresentou sobre o curso de cuidador de idosos com 160h de forma gratuita. O Conselho sugeriu realizar o curso no período noturno e, a Conselheira Edileuza representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais explicou que irá solicitar ao Presidente o empréstimo do local para a realização do curso. A Presidente informou que irá repassar o curso para os membros da Comissão Regional do Idoso. A Sra. Daiane informou ainda, que há propostas de verba de incentivos fiscais e, que o SENAC de Videira estará buscando este recurso para a realização do curso de informática com critério de idade a ser definido, com carga horária de 40h. Neste ponto, a Sra. Queila do SENAC explicou ainda em utilizar este recurso para a realização do curso de cuidados paliativos. Os Conselheiros deliberaram pela aprovação destas verbas de incentivos fiscais para a realização dos cursos supracitados. Prosseguindo à pauta, a Presidente informou que serão desenvolvidas atividades para a semana do idoso na primeira semana do mês de outubro no Centro de Eventos Vitória. Encerradas às discussões às 09h35min, nada mais havendo a tratar, a Presidente do CMI agradeceu a presença de todos e convida para próxima reunião que irá ocorrer dia 26/11/2018. Eu, \_\_\_\_\_ Gláucia Perazzoli, Presidente do CMI, procedi à leitura e após aprovação e assino a presente Ata.

### DECRETO Nº 15.688/18

Publicação Nº 1769918

DECRETO Nº 15.688/18, DE 5 DE OUTUBRO DE 2018.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

#### RESOLVE

Art. 1º Nomear, CRISTINA JACINTO DE OLIVEIRA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2018, homologado em 29 de junho de 2018, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 5 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 5 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 15.689/18**

Publicação Nº 1769919

DECRETO Nº 15.689/18, DE 5 DE OUTUBRO DE 2018.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, MARCIA SILVEIRA DE AVILA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2018, homologado em 29 de junho de 2018, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 5 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 5 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0348/18**

Publicação Nº 1770372

Extrato do Contrato n. 0348/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MICHELI DE OLIVEIRA

CPF: 076.590.289-36

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA CLELIA MARIA DE ALMEIDA QUE SE ENCONTRA EM GOZO DE LICENÇA PRÊMIO.

VIGÊNCIA: de 01 de agosto de 2018 a 04 de setembro de 2018

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 978,50 (novecentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0503/18**

Publicação Nº 1770373

Extrato do Contrato n. 0503/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: KLEYMAR KOEHLER

CPF: 090.186.559-10

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO ATÉ QUE O CANDIDATO APROVADO SEJA CONVOCADO NO CONCURSO 001/2018 E SUA EFETIVA ENTRADA EM EXERCÍCIO

VIGÊNCIA: de 04 de setembro de 2018 a 04 de dezembro de 2018

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 978,50 (novecentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0539/18**

Publicação Nº 1770375

Extrato do Contrato n. 0539/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: GIZELAINE MARIA DE ANDRADE

CPF: 023.497.069-31

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO ATÉ QUE O CANDIDATO CONVOCADO NO CONCURSO 001/2018 ENTRE EM EXERCÍCIO

VIGÊNCIA: de 27 de setembro de 2018 a 26 de novembro de 2018

FUNÇÃO: AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 978,50 (novecentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos)

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0080/18**

Publicação Nº 1770045

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0080/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LETICIA MEZAROA

CPF: 100.373.249-69

VIGÊNCIA: de 15 de fevereiro de 2018 até 23 de dezembro de 2018

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0082/17**

Publicação Nº 1770047

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0082/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: DEBORA MARIA GOULART BUDO LORENZZONI

CPF: 392.931.650-15

VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2017 até 01 de dezembro de 2018

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0092/17**

Publicação Nº 1770048

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0092/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JIUUVANA VIEIRA CARDOSO

CPF: 055.074.039-29

OBJETO: Alteração da justificativa de "e fica assegurada a contratação da funcionária até 18 de setembro de 2018, referente à estabilidade de 5 (cinco) meses após o parto" para: "em substituição à servidora CLEZI TEREZINHA BALESTIERI, transitoriamente afastado de sua função efetiva e que se encontra no exercício de atividades de Diretor de CEMEI".

VIGÊNCIA: de 07 de fevereiro de 2017 até 28 de dezembro de 2018

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0133/18**

Publicação Nº 1770053

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0133/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: RICARDO FADANI

CPF: 047.617.739-10

VIGÊNCIA: de 16 de março de 2018 até 14 de setembro 2018

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0133/18 II**

Publicação Nº 1770054

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0133/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: RICARDO FADANI

CPF: 047.617.739-10

VIGÊNCIA: de 16 de março de 2018 até 14 de novembro 2018  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0140/17**

Publicação Nº 1770046

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0140/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: RAFAELA IRENE CARPENEDO CAVON  
CPF: 047.477.889-48  
VIGÊNCIA: de 13 de fevereiro de 2017 até 20 de dezembro de 2018 LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0189/17**

Publicação Nº 1770060

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0189/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: JESSICA MARIA CERON  
CPF: 079.554.009-41  
VIGÊNCIA: de 01 de março de 2017 até 30 de outubro 2018  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0237/18**

Publicação Nº 1770041

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0237/2018  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MARCIELLY PALHANO  
CPF: 105.069.579-85  
VIGÊNCIA: de 15 de junho de 2018 até 20 de dezembro de 2018  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0259/18**

Publicação Nº 1770012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0259/2018  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: TAINÉ VENSON  
CPF: 083.212.149-59  
VIGÊNCIA: de 02 de julho de 2018 até 28 de dezembro de 2018  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0267/18**

Publicação Nº 1770050

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0267/2018  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: MAURICIO DAVID TRAVASSO  
CPF: 043.644.279-50  
VIGÊNCIA: de 09 de julho de 2018 até 08 de dezembro 2018  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0272/17**

Publicação Nº 1770044

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0272/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: SOLANGE CORDEIRO MEIRA  
CPF: 005.768.339-59  
VIGÊNCIA: de 21 de março de 2017 até 28 de dezembro de 2018 LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0298/18**

Publicação Nº 1770040

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0298/2018  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: LÚCIA MARISA GONÇALVES DE SOUZA  
CPF: 751.232.230-53  
VIGÊNCIA: de 12 de julho de 2018 até 20 de dezembro de 2018  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0306/17**

Publicação Nº 1770061

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0306/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: JULIA OLIARI  
CPF: 081.632.389-50  
VIGÊNCIA: de 10 de abril de 2017 até 12 de setembro de 2018  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0315/18**

Publicação Nº 1770049

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0315/2018  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: KATIANE MUNARI  
CPF: 006.588.519-85  
VIGÊNCIA: de 13 de julho de 2018 até 12 de novembro de 2018  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0319/18**

Publicação Nº 1770042

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0319/2018  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: LUCILENE ZAGER BONETTI  
CPF: 058.369.589-20  
VIGÊNCIA: de 11 de julho de 2018 até 30 de novembro de 2018  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0326/18**

Publicação Nº 1770037

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0326/2018  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: CLEISE SABRINA RODRIGUES  
CPF: 083.863.059-67  
VIGÊNCIA: de 23 de julho de 2018 até 20 de dezembro de 2018  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0332/17**

Publicação Nº 1770051

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0332/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: CLECI GROLI  
CPF: 538.608.029-68  
VIGÊNCIA: de 13 de abril de 2017 até 10 de dezembro de 2018  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0333/18**

Publicação Nº 1770043

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0333/2018  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: JOCIANE DE FÁTIMA DE MORAES CACHOEIRA  
CPF: 030.732.309.98



VIGÊNCIA: de 11 de julho de 2018 até 30 de novembro de 2018  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0363/18**

Publicação Nº 1770007

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0363/2018  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: JEDELI TAIANE MARCHETTI  
CPF: 044.123.639-10  
VIGÊNCIA: de 01 de agosto de 2018 até 23 de dezembro de 2018  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0421/18**

Publicação Nº 1770035

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0421/2018  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: NATALINA APARECIDA BERTO PIRES  
CPF: 036.414.189-17  
VIGÊNCIA: de 24 de agosto de 2018 até 23 de dezembro de 2018  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0425/18**

Publicação Nº 1770038

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0425/2018  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MARISTELA DALMOLIN PEROSA  
CPF: 509.625.829-72  
VIGÊNCIA: de 27 de agosto de 2018 até 04 de outubro de 2018  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0532/17**

Publicação Nº 1770058

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0532/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: JULIANA RODRIGUES PIMENTEL  
CPF: 057.527.039-05  
VIGÊNCIA: de 06 de outubro de 2017 a 04 de novembro de 2018  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0535/17**

Publicação Nº 1770052

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0535/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: FELIPE OLIARI  
CPF: 009.996.589-56  
VIGÊNCIA: de 06 de outubro de 2017 até 04 de novembro de 2018  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0572/17**

Publicação Nº 1770057

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0572/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: EVERALDO LUÍS PINTRO  
CPF: 745.327.239-49  
VIGÊNCIA: de 17 de novembro de 2017 até 16 de novembro de 2018  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL



**PREGÃO ELETRÔNICO N° 04/2018 - PMV**

Publicação N° 1769589

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
PREGÃO ELETRÔNICO N° 04/2018 – PMV  
REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Eletrônico n° 04/2018 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE PARQUES INFANTIS (INSTALADOS) PARA AS UNIDADES ESCOLARES E CENTROS MUNICIPAIS DE ENSINO INFANTIL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. Recebimento das propostas: do dia 10/10/2018 a partir das 08h00min até o dia 26/10/2018 às 09h00min. Abertura das propostas: dia 26/10/2018 às 09h00min. Início da sessão de disputa de lances: dia 26/10/2018 às 09h15min. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) e/ou [www.bllcompras.org.br](http://www.bllcompras.org.br). 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 09 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

**PREGÃO ELETRÔNICO N° 05/2018 - PMV**

Publicação N° 1769953

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
PREGÃO ELETRÔNICO N° 05/2018 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Eletrônico n° 05/2018 - PMV. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE DECORAÇÃO DE NATAL PARA O MUNICÍPIO DE VIDEIRA. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. Recebimento das propostas: do dia 10/10/2018 a partir das 08h00min até o dia 24/10/2018 às 09h00min. Abertura das propostas: dia 24/10/2018 às 09h00min. Início da sessão de disputa de lances: dia 24/10/2018 às 09h15min. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) e/ou [www.bllcompras.org.br](http://www.bllcompras.org.br). 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 09 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL N° 11/2018 - FMS**

Publicação N° 1770368

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
PREGÃO PRESENCIAL N° 11/2018 – FMS  
RETIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que fica RETIFICADA a publicação do edital referente ao Pregão Presencial n° 11/2018 – FMS, onde lê-se: "3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES: até as 09:00:00h do dia 24/10/2018", leia-se: "3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES: até as 14:00:00h do dia 24/10/2018". As demais informações da publicação realizada no dia 03/10/2018 permanecem inalteradas. O Edital está disponível no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) ou no Departamento de Compras/Licitações, no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min. Informações por meio do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 09 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

**RETIFICAÇÃO CONCORRÊNCIA N° 05/2018 - PMV**

Publicação N° 1769881

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONCORRÊNCIA N° 05/2018 – PMV  
RETIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que ficam EXCLUÍDAS as observações contidas nas cláusulas 5.1.4.7 e 5.1.4.8 do edital e ACRESCENTADAS as cláusulas 1.46, 1.46.1 e 1.46.2 no edital e, conseqüentemente, na minuta do contrato da Concorrência n° 05/2018 – PMV, a qual tem como objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM C.B.U.Q. EM MONTE BÉRICO, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO. Contudo, fica mantida a data do recebimento dos envelopes de documentação e proposta para o dia 10/10/2018 às 14:00:00h, considerando que não afetam a formulação das propostas. O Edital retificado em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br), link

“Transparência”. Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min ou pelos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira SC, 09 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

---

## **CÂMARA MUNICIPAL**

---

### **PORTARIA Nº 0032/2018- CMV**

Publicação Nº 1770338

PORTARIA Nº 032/2018

Concede Férias a PAMELLA BELTRAME.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, no uso das suas atribuições, resolve:

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de férias à Servidora Pamella Beltrame, Portaria de Nomeação nº 002/2017, Cargo de Provimento em Comissão de Diretora Administrativa, nível alfabético numérico CC-3, código 032, referente ao período aquisitivo 01/01/2017 a 01/01/2018, a partir do dia 15 de outubro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei nº 2.070/08.

Videira (SC), 08 de outubro de 2018.

EDINEI ANTONIO MENEGON

Presidente

NÉDIO MARTINS

Vice - Presidente

ALBERTINA DE BARROS

1ª Secretária

RAFAEL PRIGOL

2º Secretário

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 049/2018

Publicação Nº 1770354

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 049/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES.

CONTRATADO: LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA

CNPJ: 03.725.725/0001-35

OBJETO: CONTRATO DE CESSÃO DE USO DE SOFTWARE DESTINADO A ATUALIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL, COMPREENDENDO A CONSOLIDAÇÃO POR DENTRO DO TEXTO, COMPILAÇÃO E VERSIONAMENTO DOS ATOS OFICIAIS, E ACESSO EXCLUSIVO A BANCO DE DADOS COMPREENDENDO A LEGISLAÇÃO DE MUNICÍPIOS E ESTADOS BRASILEIROS EM UM ÚNICO AMBIENTE DE PESQUISA.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 778,78 (Setecentos e setenta e oito reais e setenta e oito centavos).

PRAZO VIGÊNCIA: 09/10/2018 até 09/10/2022.

Vitor Meireles – SC, 08 de outubro de 2018.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 226/2018

Publicação Nº 1770174

PORTARIANº 226/2018

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: ERICO BITTELBRUNN

Cargo: MOTORISTA

Do Quadro de Pessoal de provimento efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Licença para Tratamento de Saúde, por 15 dias, pelo período de 26/09/2018 a 10/10/2018, sendo que a partir desta data, se necessário, o servidor deverá ser encaminhado ao INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, para realização de Perícia Médica, ficando o servidor licenciado pelo período estabelecido pela Previdência Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 26 de setembro de 2018, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 09 DE OUTUBRO DE 2018.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

### PORTARIA Nº 227/2018

Publicação Nº 1770309

PORTARIANº 227/2018

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: TATIANA PENZ FELICIANO

Cargo: PROFESSOR NIVEL I – ACT

Do Quadro de Pessoal de provimento temporário, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Licença para Tratamento de Saúde, decorrente de perícia realizada por médico perito do INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, ficando a servidora licenciada até o dia 17 de janeiro de 2019, período este estabelecido pela Previdência Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 06 de outubro de 2018, condicionada a sua validade à

publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 09 DE OUTUBRO DE 2018.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

## **PORTARIA Nº 228/2018**

Publicação Nº 1770366

PORTARIANº 228/2018

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: CRISTIANO SILVA FERREIRA CAJANGO

Cargo: MÉDICO DA ESF – ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Saúde, contratado pela Portaria nº 192/2018, de 15 de agosto de 2018, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exonerado a partir de 09 de outubro de 2018.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 09 de outubro de 2018, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 09 DE OUTUBRO DE 2018.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 021/2018

Publicação Nº 1770304



## MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Compras e Contratos

Impressão Ata Registro Preço Origem

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2018 Número Minuta: 30 Sequência Ata: 1 Código Único: 0 Ata  
 Única: 0 Sequência - Ata Registro de Preço: 1 Ano - Ata Registro de Preço: 2018 Número - Ata  
 Registro de Preço: 8 Ano - Minuta - Ata Registro de Preço: 2018 Número - Minuta - Ata Registro de  
 Preço: 30 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

Pág 1 / 7

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.8/2018

Pregão Nº 21/2018

Validade: 10/10/2019

09 de outubro de 2018, o MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES por meio do(a) MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, pessoa jurídica de direito público, situado na RUA SANTA CATARINA, Nº 2266, CENTRO, cidade de Vitor Meireles - SC, inscrito no CNPJ Nº. 79.372.520/0001-85, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 21/2018, RESOLVE registrar os valores oferecidos para AQUISIÇÕES DE LANCHES, MARMITAS E ALMOÇOS, PARA FUNCIONÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame.

## CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. **CONTRATAÇÃO: AQUISIÇÕES DE LANCHES, MARMITAS E ALMOÇOS, PARA FUNCIONÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES**, em um prazo que se estende 10/10/2019 a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 40126 - IRMAOS MENEGHELLI LTDA ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
2	ALMOCO SERVIDO NA FORMA DE BUFFET LIVRE	UN		2.000	16,99	33.980,00
Total do Fornecedor:						33.980,00
Fornecedor: 124109 - PANIFICADORA E CONFEITARIA VÓ ROSA EIRELI ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
3	LANCHE SALGADO SERVIDO NO LOCAL DO ESTABELECIMENTO OU PARA VIAGEM DE FUNCIONARIOS AO INTERIOR (PASTEL, BOLINHO, GALETO, PEITO DE FRANGO, ASSADOS, CAFE), PESO APROXIMADO 350 A 400 GRS.	UN	PANIFICADORA VO ROSA	2.000	10,00	20.000,00
4	CAFE PRONTO ADOCADO PRETO	LITRO	PANIFICADORA VO ROSA	150	3,50	525,00
5	PEDACOS DE CUCA DE NO MINIMO 50 GRAMAS, SEM RECHEIO, SABORES DIVERSOS (LARANJA, CHOCOLATE, LIMAO, CENOURA, BANANA E FORMIGUEIRO) COM COBERTURAS DIVERSAS (CHOCOLATE, GLACE, GANACHE).	KG	PANIFICADORA VO ROSA	500	11,00	5.500,00
6	SANDUICHE EM PAO FRANCES, COM NO MINIMO 25 GRAMAS, COM UMA CAMADA DE MARGARINA, UMA FATIA DE QUEIJO 25 GRAMAS E UMA FATIA DE PRESUNTO COZIDO DE 25GRAMAS.	UN	PANIFICADORA VO ROSA	2.000	2,50	5.000,00
7	ORELHA DE GATO DOCE - CROCANTE	KG	PANIFICADORA VO ROSA	150	12,00	1.800,00
Total do Fornecedor:						32.825,00
Fornecedor: 853879 - NILSON FAUSTO LANCHONETE						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	MARMITAS DE REFEICAO EM RECIPIENTE DE ALUMINIO Nº09, PESO APROXIMADO DE 650 A 700 GRS.	UN	NILSON FAUSTO LANCHONETE	2.800	14,99	41.972,00
Total do Fornecedor:						41.972,00

1.1. **CONSUMO MÉDIO:** O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de **R\$ 108.777,00 (cento e oito mil e setecentos e setenta e sete reais)**.

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Impressão Ata Registro Preço Origem

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2018 Número Minuta: 30 Sequência Ata: 1 Código Único: 0 Ata  
 Única: 0 Sequência - Ata Registro de Preço: 1 Ano - Ata Registro de Preço: 2018 Número - Ata  
 Registro de Preço: 8 Ano - Minuta - Ata Registro de Preço: 2018 Número - Minuta - Ata Registro de  
 Preço: 30 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

Pág 2 / 7

**CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS**

2. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 10/10/2019, a partir da sua assinatura, nos termos do § 3º., Inciso III do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93, não sendo permitido prorrogação.

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA III – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3. A presente Ata de Registro de Preços será usado pelo MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES, que será o órgão gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.1. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no **Pregão Nº. 21/2018**

3.2. Em cada fornecimento de serviço(s) decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de **Pregão Nº. 21/2018** e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

**CLÁUSULA IV – DO PAGAMENTO**

4.

4.1. **Do Recurso Financeiro** - As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

Código	Descrição
2018	
119	Referência
08	Fundo Municipal de Saude
001	Fundo Municipal de Saude
2011	Manutenção do Programa de Saúde na Família, NASF e TFD
333903007000000	Gêneros de alimentação
01020000	Receitas de Impostos - Saúde
2018	
145	Referência
09	Fundo Municipal da Infancia e Adolescencia
001	Fundo Municipal da Infancia e Adolescencia
2015	PROGRAMA DE PROTECAO SOCIO-EDUCATIVO
333903007000000	Gêneros de alimentação
01000000	Recursos Ordinários
2018	
148	Referência
10	Fundo Municipal de Assistencia Social
001	Fundo Municipal de Assistencia Social
2016	ATENCAO AS FAMILIA CARENTES
333903007000000	Gêneros de alimentação
01000000	Recursos Ordinários
2018	
150	Referência
10	Fundo Municipal de Assistencia Social
001	Fundo Municipal de Assistencia Social
2016	ATENCAO AS FAMILIA CARENTES
333903007000000	Gêneros de alimentação
01350200	IGD - SUAS
2018	
158	Referência
10	Fundo Municipal de Assistencia Social

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

**Impressão Ata Registro Preço Origem**

Pág 3 / 7

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2018 Número Minuta: 30 Sequência Ata: 1 Código Único: 0 Ata  
 Única: 0 Sequência - Ata Registro de Preço: 1 Ano - Ata Registro de Preço: 2018 Número - Ata  
 Registro de Preço: 8 Ano - Minuta - Ata Registro de Preço: 2018 Número - Minuta - Ata Registro de  
 Preço: 30 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

Código	Descrição
2018	
158	Referência
001	Fundo Municipal de Assistencia Social
2017	APOIO AO IDOSO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE
333903007000000	Gêneros de alimentação
01000000	Recursos Ordinários
2018	
162	Referência
10	Fundo Municipal de Assistencia Social
001	Fundo Municipal de Assistencia Social
2038	PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - CRAS
333903007000000	Gêneros de alimentação
01350100	CRAS - Centro de Ref. da Assit. Social
2018	
163	Referência
10	Fundo Municipal de Assistencia Social
001	Fundo Municipal de Assistencia Social
2038	PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - CRAS
333903007000000	Gêneros de alimentação
01350400	Fortalecimento Vinculos de Convivência
2018	
168	Referência
11	Secretaria de Esporte, Cultura e Turismo
001	Secretaria de Esporte, Cultura e Turismo
2021	FESTIVIDADES E EVENTOS OFICIAIS
333903007000000	Gêneros de alimentação
01000000	Recursos Ordinários
2018	
170	Referência
11	Secretaria de Esporte, Cultura e Turismo
001	Secretaria de Esporte, Cultura e Turismo
2028	APOIO AO ESPORTE AMADOR
333903007000000	Gêneros de alimentação
01000000	Recursos Ordinários
2018	
172	Referência
11	Secretaria de Esporte, Cultura e Turismo
001	Secretaria de Esporte, Cultura e Turismo
2032	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS
333903007000000	Gêneros de alimentação
01000000	Recursos Ordinários
2018	
18	Referência
03	Secretaria de Administracao e Financas
001	Secretaria de Administracao e Financas
2003	MANUTENCAO DA ADMINISTRACAO E FINANÇAS
333903007000000	Gêneros de alimentação
01000000	Recursos Ordinários
2018	
218	Referência
08	Fundo Municipal de Saude
001	Fundo Municipal de Saude
2011	Manutenção do Programa de Saúde na Família, NASF e TFD
333903007000000	Gêneros de alimentação
01381200	Emenda Parlamentar Individual - Saúde



**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

**Impressão Ata Registro Preço Origem**

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2018 Número Minuta: 30 Sequência Ata: 1 Código Único: 0 Ata  
 Unica: 0 Sequência - Ata Registro de Preço: 1 Ano - Ata Registro de Preço: 2018 Número - Ata  
 Registro de Preço: 8 Ano - Minuta - Ata Registro de Preço: 2018 Número - Minuta - Ata Registro de  
 Preço: 30 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

Pág 4 / 7

Código	Descrição
2018	
38	Referência
04	Secretaria de Agricultura, Silv. Pec. e Meio Ambie
001	Secretaria de Agricultura, Silv. Pec. e Meio Ambie
2006	MANUTENCAO DA SEC. DE AGRICULTURA, SILV. PEC. E ME
333903007000000	Gêneros de alimentação
01000000	Recursos Ordinários
2018	
63	Referência
06	Secretaria de Educacao
001	Secretaria de Educacao
2022	MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL
333903007000000	Gêneros de alimentação
01010000	Receitas de Impostos - Educação
2018	
70	Referência
06	Secretaria de Educacao
001	Secretaria de Educacao
2023	MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR
333903007000000	Gêneros de alimentação
01010000	Receitas de Impostos - Educação
2018	
78	Referência
06	Secretaria de Educacao
001	Secretaria de Educacao
2025	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL (PRÉ-ESCOLA)
333903007000000	Gêneros de alimentação
01010000	Receitas de Impostos - Educação
2018	
8	Referência
02	Gabinete do Prefeito Municipal
001	Gabinete do Prefeito Municipal
2002	MANUTENCAO DO GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO
333903007000000	Gêneros de alimentação
01000000	Recursos Ordinários
2018	
93	Referência
07	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
001	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2033	MANUTENÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
333903007000000	Gêneros de alimentação
01000000	Recursos Ordinários

4.2 O Pagamento será realizado de acordo com a quantia dos produtos entregues e apresentação da nota fiscal, sendo que só será realizado o pagamento após todos os itens solicitados ter sido entregues.

**CLÁUSULA V – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.**

5. Os itens licitados deverão ser entregues dentro do mesmo período deverá estar apta a entregar o material assim que for assinado a ata de registro de preço, independente das quantidade solicitada.

5.1. A entrega dos produtos será parcelada sendo que o prazo de entrega será de até 05 (cinco) dias após o recebimento da Ordem de Compra.

5.2 Local de entrega: conforme definido em ordem de compra pela Prefeitura Municipal de Vitor Meireles.

**CLÁUSULA VI – DAS PENALIDADES**

6. A recusa injustificada da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações.

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

**Impressão Ata Registro Preço Origem**

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2018 Número Minuta: 30 Sequência Ata: 1 Código Único: 0 Ata  
Única: 0 Sequência - Ata Registro de Preço: 1 Ano - Ata Registro de Preço: 2018 Número - Ata  
Registro de Preço: 8 Ano - Minuta - Ata Registro de Preço: 2018 Número - Minuta - Ata Registro de  
Preço: 30 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

Pág 5 / 7

6.1 Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, sofrer as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.1.1 Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2 Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3 Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.1.4 Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2 A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.3 Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.4 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.4.1 Advertência;

6.4.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocada de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.4.3 Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.4.4 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 05 (cinco) anos;

6.5 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.6 A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.7 As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.8 As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA VII – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

7. Considerando o prazo de validade estabelecido no item 2 da Cláusula II, da presente Ata, e, em atendimento ao §1º, artigo 28, da Lei Federal nº. 9.069, de 29 de junho de 1.995 e demais legislações aplicáveis, é vedado qualquer reajustamento de preços.

7.1 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

7.2 Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

7.3 A PMVM, pelo menos trimestralmente, os preços dos materiais, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

7.4 A PMVM convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

7.5. No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido.

**CLÁUSULA VIII – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

**Impressão Ata Registro Preço Origem**

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2018 Número Minuta: 30 Sequência Ata: 1 Código Único: 0 Ata  
Única: 0 Sequência - Ata Registro de Preço: 1 Ano - Ata Registro de Preço: 2018 Número - Ata  
Registro de Preço: 8 Ano - Minuta - Ata Registro de Preço: 2018 Número - Minuta - Ata Registro de  
Preço: 30 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

Pág 6 / 7

- 8.1 Pela Administração Municipal, quando:
- 8.2 A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- 8.3 A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
- 8.4 A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- 8.5 Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;
- 8.6 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- 8.7 Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
- 8.8 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.
- 8.9 Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.
- 8.10 A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

**CLÁUSULA IX – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO**

9. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pelo(a) MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

9.1 A emissão dos pedidos, sua retificação ou cancelamento, autorizados pelo órgão requisitante total ou parcial, serão igualmente, quando da solicitação.

**CLÁUSULA X – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10. Compete à Contratante:
- 10.1 Fazer o pedido no prazo de 05 (cinco) dias antecedente a sua necessidade.
- 10.2 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.
- 10.3 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos solicitados.
- 10.4 O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

**CLÁUSULA XI – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11. Fornecer a pronta entrega e material de qualidade conforme discriminado, juntamente com a nota Fiscal, sem custo de frete.
- 11.2 Garantia mínima de 12 meses sobre os equipamentos contra defeito de fabricação.

**CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

12. Integram esta Ata, o Edital de AQUISIÇÕES DE LANCHES, MARMITAS E ALMOÇOS, PARA FUNCIONÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES Nº. 21/2018, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12. Fica eleito o foro de Presidente Getúlio (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

13. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Vitor Meireles (SC), 09 de outubro de 2018.

\_\_\_\_\_  
VALDELI JOSE SEBASTIAO  
Pregoeiro

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

**Impressão Ata Registro Preço Origem**

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2018 Número Minuta: 30 Sequência Ata: 1 Código Único: 0 Ata  
Única: 0 Sequência - Ata Registro de Preço: 1 Ano - Ata Registro de Preço: 2018 Número - Ata  
Registro de Preço: 8 Ano - Minuta - Ata Registro de Preço: 2018 Número - Minuta - Ata Registro de  
Preço: 30 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

Pág 7 / 7

CAROLINE APARECIDA MAZOTI  
WACHHOLZ  
Equipe de Apoio

LUIS CARLOS BOING  
Equipe de Apoio

IRMAOS MENEGHELLI LTDA ME  
CONTRATADA

PANIFICADORA E CONFEITARIA VÓ ROSA  
EIRELI ME  
CONTRATADA

NILSON FAUSTO LANCHONETE  
CONTRATADA

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PP 10-2018 FMS**

Publicação Nº 1769583

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Termo Homologação

 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 416 Ano - Minuta - Licitação: 2018 Número -  
 Minuta - Licitação: 12 código Cliente: 416 ano Minuta: 2018 cota Credenciamento: 1

Pág 1 / 1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**
**Pregão**  
**Para Contratação de Serviços**  
**10/2018**  
**Processo Administrativo: 12/2018**

Ao Sr(a). BENTO FRANCISCO SILVY tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Portaria nº 38/2017.

**Homologo**

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão nº. 10/2018, o(s) participante(s):

56499 - AUTO MECANICA WITMARSUM LTDA ME						
Lote: 1 - VEICULO MASTER MHK 2679						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	JOGO DE JUNTAS	UN	AUTO MEC. WITMARSUM	1	R\$948,655	R\$948,655
2	BRONZINA MANCAL	UN	AUTO MEC. WITMARSUM	1	R\$228,64	R\$228,64
3	BRONZINA BIELA	UN	AUTO MEC. WITMARSUM	1	R\$222,81	R\$222,81
4	EIXO	UN	AUTO MEC. WITMARSUM	1	R\$2.140,55	R\$2.140,55
5	BOMBA DE OLEO	UN	AUTO MEC. WITMARSUM	1	R\$364,86	R\$364,86
6	PISTAO	UN	AUTO MEC. WITMARSUM	4	R\$182,43	R\$729,72
7	JOGO DE ANEIS	UN	AUTO MEC. WITMARSUM	4	R\$81,48	R\$325,92
8	BIELA	UN	AUTO MEC. WITMARSUM	2	R\$335,67	R\$671,34
9	FILTRO DE OLEO	UN	AUTO MEC. WITMARSUM	1	R\$36,48	R\$36,48
10	FILTRO DE DIESEL	UN	AUTO MEC. WITMARSUM	1	R\$31,62	R\$31,62
11	OLEO 15W 40 LINHA DIESEL	LITRO	AUTO MEC. WITMARSUM	8,5	R\$8,75	R\$74,375
12	TURBINA	UN	AUTO MEC. WITMARSUM	1	R\$1.191,89	R\$1.191,89
13	BUCHA	UN	AUTO MEC. WITMARSUM	2	R\$36,48	R\$72,96
14	CORRENTE	UN	AUTO MEC. WITMARSUM	1	R\$133,78	R\$133,78
15	ESTICADOR	UN	AUTO MEC. WITMARSUM	1	R\$128,91	R\$128,91
16	SERVICOS DE MAO-DE-OBRA ELETRICA	UN	AUTO MEC. WITMARSUM	1	R\$355,13	R\$355,13
17	SERVICOS DE RETIFICA	UN	AUTO MEC. WITMARSUM	1	R\$2.359,47	R\$2.359,47
18	MAO-DE-OBRA MECÂNICA	UN	AUTO MEC. WITMARSUM	1	R\$1.882,89	R\$1.882,89
Total do Fornecedor:					R\$11.900,00	
<b>Valor Total:</b>						11.900,00

Vitor Meireles, 9 de outubro de 2018

**BENTO FRANCISCO SILVY**  
**Prefeito**

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO561201-006-WTGEJZ-276775963 - Emitido por: VALDELI JOSE SEBASTIAO

09/10/2018 09:12



**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PP 21-2018**

Publicação Nº 1770236

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Termo Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 94 Ano - Minuta - Licitação: 2018 Número - Minuta - Licitação: 30 códigoCliente: 94 anoMinuta: 2018 cotaCredenciamento: 1

Pág 1 / 1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

**Pregão**  
**Para Aquisição de Bens**  
**21/2018**  
**Processo Administrativo: 30/2018**

Ao Sr(a). BENTO FRANCISCO SILVY tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Portaria nº 38/2017.

**Homologo**

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão nº. 21/2018, o(s) participante(s):

40126 - IRMAOS MENEGHELLI LTDA ME						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
2	ALMOCO SERVIDO NA FORMA DE BUFFET LIVRE	UN		2.000	R\$16,99	R\$33.980,00
Total do Fornecedor:						R\$33.980,00
124109 - PANIFICADORA E CONFEITARIA VÓ ROSA EIRELI ME						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
3	LANCHE SALGADO SERVIDO NO LOCAL DO ESTABELECIMENTO OU PARA VIAGEM DE FUNCIONARIOS AO INTERIOR (PASTEL, BOLINHO, GALETO, PEITO DE FRANGO, ASSADOS, CAFE), PESO APROXIMADO 350 A 400 GRS.	UN	PANIFICADOR VO ROSA	2.000	R\$10,00	R\$20.000,00
4	CAFE PRONTO ADOCADO PRETO	LITRO	PANIFICADOR VO ROSA	150	R\$3,50	R\$525,00
5	PEDACOS DE CUCA DE NO MINIMO 50 GRAMAS, SEM RECHEIO, SABORES DIVERSOS (LARANJA, CHOCOLATE, LIMAO, CENOURA, BANANA E FORMIGUEIRO) COM COBERTURAS DIVERSAS (CHOCOLATE, GLACE, GANACHE).	KG	PANIFICADOR VO ROSA	500	R\$11,00	R\$5.500,00
6	SANDUICHE EM PAO FRANCES, COM NO MINIMO 25 GRAMAS, COM UMA CAMADA DE MARGARINA, UMA FATIA DE QUEIJO DE 25 GRAMAS E UMA FATIA DE PRESUNTO COZIDO DE 25GRAMAS.	UN	PANIFICADOR VO ROSA	2.000	R\$2,50	R\$5.000,00
7	ORELHA DE GATO DOCE - CROCANTE	KG	PANIFICADOR VO ROSA	150	R\$12,00	R\$1.800,00
Total do Fornecedor:						R\$32.825,00
853879 - NILSON FAUSTO LANCHONETE						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	MARMITAS DE REFEICAO EM RECIPIENTE DE ALUMINIO N°09, PESO APROXIMADO DE 650 A 700 GRS.	UN	NILSON FAUSTO LANCHONETE	2.800	R\$14,99	R\$41.972,00
Total do Fornecedor:						R\$41.972,00
<b>Valor Total:</b>						<b>108.777,00</b>

Vitor Meireles, 9 de outubro de 2018

**BENTO FRANCISCO SILVY**  
**Prefeito**

# Xanxerê

## PREFEITURA

### AVISO DE ABERTURA DE PROPOSTAS CP 0005/2018

Publicação Nº 1769796

#### AVISO DE ABERTURA DE PROPOSTAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0154/2018 – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0005/2018

OBJETO: Concessão de Espaço Público exclusivo para entidade sem fins lucrativos do município de Xanxerê, de imóveis localizados no parque da FEMI. Conforme Julgamento dos Recursos da fase de habilitação, convocamos as associações habilitadas: FRATERNIDADE CRISTÃ DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE XXE FCDX, ASSOCIAÇÃO DE MOTOCICLISTAS – MOTO CLUBE XANXERÊ, MOTO CLUBE NINHO DA CASCAVEL e ASSOCIAÇÃO VENETA DE XANXERÊ, para participarem da abertura dos envelopes contendo as propostas financeiras das associações, que se dará as 09:00 horas do dia 15 de outubro de 2018 na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Xanxerê. Xanxerê, SC, 09 de outubro de 2018. Daniel Strada – Presidente da Comissão de Licitações.

### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0035/2018

Publicação Nº 1769557

#### MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC

Processo nº 0181/2018 – Dispensa de Licitação nº 0035/2018

O Município de Xanxerê, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Avelino Menegolla justifica a Dispensa de Licitação para Aquisição de 01 placar eletrônico para o Ginásio de Esportes Benjamim Menegolla de Xanxerê-SC, no valor Total de R\$ 9.700,00 (nove mil e setecentos reais), com a PRIMUS IMPORT COMERCIO DE IMPORTADOS LTDA ME, CNPJ: 19.187.687/0001-44. De acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações em seu Art. 24, inciso II.

Xanxerê/SC, 09 de outubro de 2018 – Avelino Menegolla – Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0109/2018

Publicação Nº 1769766

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, através nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0109/2018, tendo como objeto Registro de Preços para Contratação de empresa especializada para controle de pragas e vetores, limpeza e desinfecção das Caixas d'água em diversos locais da Secretária de Administração e finanças, Secretária de Educação, Secretária de Esportes, Cultura e Lazer, abrange também o Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal de Habitação e 16º Delegacia Regional de Polícia de Xanxerê. O recebimento das propostas será até às 08:45h, do dia 29/10/2018, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site [www.xanxere.sc.gov.br](http://www.xanxere.sc.gov.br). Xanxerê-SC, 09 de outubro de 2018. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

### AVISO DE REABERTURA DE PRAZO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0107/2018

Publicação Nº 1769801

#### AVISO DE REABERTURA DE PRAZO

PROCESSO Nº 0173/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0107/2018

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, através do Fundo Municipal de Saúde, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que está Reabrindo o prazo de Abertura do Pregão Presencial nº 0107/2018, do tipo menor preço por Lote, tendo como objeto Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais Odontológicos para o atendimento dos pacientes que fazem uso das salas odontológicas da Rede Básica de saúde do Município e Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) de Xanxerê conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos, em virtude de Alteração no Anexo I do Edital. o recebimento das propostas passa a ser até as 08:45h, do dia 24/10/2018 no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia. Retirada do Edital e Alteração no site [www.xanxere.sc.gov.br](http://www.xanxere.sc.gov.br). Xanxerê-SC, 09 de outubro de 2018. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.



**DECRETO Nº EM 175/2018**

Publicação Nº 1769668

DECRETO Nº EM 175/2018  
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ENIOIVAN MARQUES, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, em Exercício, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município, e

Considerando a ordem de classificação dos candidatos ao cargo de Assistente Administrativo no Concurso Público Municipal nº 001/2015, homologado pelo Decreto Municipal n.º AJG078/2015, de 08/04/15, prorrogado pelo Decreto Municipal nº AM 110/2017, de 06/04/17;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeado o senhor DANIEL STRADA, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na cidade de Xanxerê, SC, inscrito no cpf/mf sob nº 085.188.519-55, portador da Cédula de Identidade nº 4.244.976, expedida pela SSP/SC, para o cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimento previsto no Anexo I, da Lei Complementar nº BLB 3376/2011, de 23 de novembro de 2011, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Ficam mantidas as prerrogativas de admissão no serviço público municipal a data de 13 de março de 2013 e a de nomeação no cargo de assistente administrativo a data de 05 de outubro de 2018.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 05 de outubro de 2018.

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0070/2016**

Publicação Nº 1769798

Extrato 2º Aditivo ao Contrato nº 0070/2016

Locatário: Município de Xanxerê.

Locador: Oswaldo Luiz Sette.

Objeto: Locação de uma casa de alvenaria, localizada na Rua da Misericórdia, 76, Bairro La Salle, com dois pisos, área de 343 m² e terreno de 726 m², para uso do CEMEI Maria João.

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Original por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 21 de outubro de 2018, vigorando até 20 de outubro de 2019, conforme Ofício da Secretaria Municipal de Educação e Parecer do Comitê Gestor nº 412/2018, em anexo.

Fica reajustado o valor do contrato, pelo IGPM acumulado dos últimos doze meses (8,91%), passando a ser de R\$ 3.811,00 (três mil oitocentos e onze reais) mensais, totalizando a importância de R\$ 45.732,00 (quarenta e cinco mil setecentos e trinta e dois reais) anual, conforme Ofício da Secretaria Municipal de Educação e Parecer do Comitê Gestor nº 412/2018, em anexo

Xanxerê-SC, 09 de outubro de 2017. Claudia Siviane Favero – Secretária Municipal de Educação.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 0099/2018**

Publicação Nº 1769819

Extrato de Contrato nº 0099/2018

Locatário: Município de Xanxerê através do Fundo Municipal de Saúde

Locador: Euzébio de Almeida, representado conforme contrato de administração pela Imobiliária Adisul Ltda.

Objeto: Locação de 01 Apartamento destinado ao Médico do Programa Mais Médicos.

Valor: R\$ 1.380,00

Prazo: 12 (doze) meses.

Xanxerê-SC, 02 de outubro de 2018. Irene Salete Goralski – Secretária Municipal de Saúde.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 0100/2018**

Publicação Nº 1769468

Extrato de Contrato nº 0100/2018

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: NOAR TURISMO LTDA ME.

Objeto: Tem por objeto este contrato a Contratação de empresa para prestação de serviços de possível aquisição de passagens aéreas de todas as companhias de transporte aéreo, compreendendo os Serviços de Cotação de Preços, Reservas, Emissão, Transferência, Alteração e Cancelamento de Passagens Aéreas Nacionais e Internacionais em Vãos Regulares, para atender as necessidades do Município de Xanxerê.

Valor total estimado: R\$ 180.000,00

Percentual de Desconto ofertado sobre a comissão do agenciamento (%): 100,00%

Prazo de vigência: 12 meses a partir da publicação.

Xanxerê-SC, 04 de outubro de 2018. Enioivan Marques – Prefeito Municipal em Exercício.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 0102/2018**

Publicação Nº 1770473

Extrato de Contrato nº 0102/2018

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Continental Obras e Serviços Ltda.

Objeto: Tem por objeto este contrato a execução dos serviços de engenharia sanitária de limpeza pública no perímetro urbano do Município de Xanxerê, SC, conforme normas e especificações contidas neste Edital e em seus anexos, compreendendo os serviços de Coleta manual, mecanizada, transporte, tratamento e Disposição Final de resíduos sólidos domiciliares e comerciais urbanos, através de operação, manutenção e monitoramento de aterro sanitário e Instalação, manutenção e higienização de Lixeiras tipo Contêineres para acondicionamento do lixo orgânico.

Valores:

Item	Und	Descrição dos Serviços	Valor Mensal R\$	Valor Total 12 meses R\$
01	Mês	Coleta manual, mecanizada, transporte, tratamento e Disposição Final de resíduos sólidos domiciliares e comerciais urbanos, através de operação, manutenção e monitoramento de aterro sanitário.	328.537,40	3.942.448,80
02	Mês	Instalação, manutenção e higienização de Lixeiras tipo Contêineres para acondicionamento do lixo orgânico. (100 und)	15.690,82	188.289,84

Prazo de vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 05 de outubro de 2018. Enioivan Marques – Prefeito Municipal em Exercício.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 0104/2018**

Publicação Nº 1770509

Extrato de Contrato nº 0104/2018

Contratante: Município de Xanxerê, através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: POLICENA SERVIÇOS MEDICOS LTDA.

Objeto: Prestadores de Serviços de Saúde, para realização de Serviços de Médico Plantonista na Unidade de Pronto Atendimento, com a Dra. Bibiana Policeno de Oliveira, CRM/SC nº 26.307, para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Xanxerê, de acordo com a Cláusula Segunda do presente.

Valores dos procedimentos:

Procedimentos/Especificações	Quant. Mês	Valor Unitário SUS	Valor Contrapartida	Valor Total Estimado R\$
Medico Plantonista Presencial com carga horária (turno) de 06 (seis) horas para a Unidade de Pronto Atendimento.	Até 240 horas/mês	--	R\$ 85,00 p/hora – sendo R\$ 510,00 por Plantão	R\$ 20.400,00 Mensal

Prazo de vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 09 de outubro de 2018. Irene Salete Goralski– Secretária Municipal de Saúde.

# Xavantina

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 196/2018

Publicação Nº 1769828

PORTARIA Nº 196, DE 04 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre exoneração de Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, bem como o disposto no Art. 3º da Lei Complementar nº 782/02 e, considerando término do contrato de trabalho;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a(o) Servidor(a) Público(a) Municipal Sr(a). THAIS LUANA TRIACA, ocupante do cargo de Professor(a)- 10hs do Quadro de Pessoal do Município de Xavantina.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Xavantina/SC, 04 de Outubro de 2018.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

### PORTARIA Nº 197/2018

Publicação Nº 1769829

PORTARIA Nº 197, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

Concede férias a servidor(a) público(a) municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e, com fundamento no Art. 134 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 002/2000;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30(trinta) dias de férias a(o) Servidor(a) Público(a) Municipal Sr(a). GICELLE PARISOTTO, ocupante do cargo de Assistente Social do Quadro de Pessoal de provimento efetivo do Município de Xavantina, referente ao período aquisitivo de 14/08/15 a 13/08/16, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Xavantina/SC, em 09 de Outubro de 2018.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

# Consórcios

## CIGA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 02/2018

Publicação Nº 1769696



#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 02/2018

#### PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2018/CIGA

#### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 26/2018/CIGA

#### VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

O **Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA**, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 102, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo do CIGA, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 3.488.396, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, neste ato denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **MORGADO & MARTINEZ LTDA**, com sede na AV PARANÁ, 493, CENTRO, PARANAÍ-PR inscrita no CNPJ sob o n.º 04.481.985/0001-75, representado neste ato por CARLOS DE ALMEIDA MORGADO JUNIOR, doravante denominado simplesmente **PROMITENTE CONTRATADA**, nos termos das Leis n.º 8.666/93 e n.º 10.520/2002, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Eletrônico para Registro de Preços n.º 02/2018**, do Processo Administrativo n.º 26/2018, Termo de Homologação publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, RESOLVEM registrar os preços para futura e eventual *aquisições de equipamentos de informática*, oferecidos pelas licitantes cujas propostas foram classificadas, observadas as especificações, os preços, os quantitativos e os prestadores de serviços classificados na licitação supracitada, bem como as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

#### DO OBJETO

**Cláusula Primeira.** Efetuar registro de preços, com prazo máximo de 12 (doze) meses, para futuras e eventuais aquisições de materiais elétricos e eletrônicos; licenças de softwares; aparelhos e equipamentos de comunicação; equipamentos para áudio, vídeo e foto; equipamentos e materiais de processamento de dados; material de proteção e segurança; outros materiais de consumo; e mobiliário em geral, conforme especificações constantes do Anexo I (Termo de referência) e as condições estabelecidas, que fazem parte integrante deste Edital, para todos os fins e efeitos.

**Parágrafo Único.** Relação das empresas vencedoras com respectiva classificação e itens, conforme modelo abaixo:



EMPRESA(S) VENCEDORA(S)  <b>MORGADO &amp; MARTINEZ LTDA</b>			CNPJ Nº 04.481.985/0001-75	CLASSIFICAÇÃO 1º	
LOTE	MARC A	QTD	ESPECIFICAÇÃO	VALORES REGISTRADOS	
				UNITÁRIO R\$	TOTAL R\$
7	MICR OSOF T OFFIC E 2016 H & S 64B	10	Microsoft Office 2016 Home & Student • Licença de Uso perpétua para suíte de escritório Microsoft Office 2016 Home & Student 64 bits	483,00	4.830,00
13	Smart TVSa msun g - UN58 MU61 20	2	TV 58" Referência: SmartTVSamsung 58' 4K - UN58MU6120 ou similar ou equivalente ou de igual ou melhor qualidade. Hardware: • Tamanho da Tela: Pelo menos 58" • Tecnologia da Tela: LED • Selo Inmetro: Sim • Rede Sem Fio Integrada • Pelo menos 2 interfaces USB • Pelo menos 2 interfaces HDMI • Interface Ethernet • Interface D-SUB (VGA) Sintonizador: • Digital: Isdb-T • Tela: • Resolução: Pelo menos 3.840 × 2.160 pixels (UltraHD) • Tela Plana • Vídeo: • Taxa da Atualização da Tela (Real - não será aceito por simulação por software): 120 Hz • HDR Premium Áudio: • Dolby: Sim • Tipo de alto-falante: 2 Canais • Garantia mínima: 12 meses	4.049,40	8.098,80
29	Sandi sk	10	<b>Disco SSD 240 GB</b> Referência: SSD Sandisk SDSSDA-240G-G26 ou similar	267,00	2.670,00

Rua Gal. Liberato Bittencourt, 1885 • Centro Executivo Imperatriz • Sl. 1307 • Canto • Florianópolis, SC • 88070-800 • [www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



SDSS DA- 240G- G		ou equivalente ou de igual ou melhor qualidade. Especificações: • Capacidade: 240GB • Formato: 2,5 polegadas • Interface: SATA Rev. 3.0 (6Gb/s) — compatível com a versão anterior SATA Rev. 2.0 (3Gb/s) • Formato: 2,5 "SATA III • Expectativa de vida útil: 1 milhão de horas MTB • Garantia mínima de 12 meses Desempenho: • Velocidade de leitura: pelo menos 530 MB/s • Velocidade de gravação: Pelo menos 440MB/s Dimensões Aproximadas: • Altura: 7,00mm • Largura: 70,00mm • Profundidade: 100mm		
VALOR TOTAL POR EXTENSO: R\$ 15.598,80 (Quinze mil quinhentos e noventa e oito reais e oitenta centavos)				

#### DA VALIDADE DOS PREÇOS

**Cláusula Segunda.** A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir de sua Publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, e enquanto a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a Administração Pública e satisfazendo os demais requisitos da norma, nos termos do art. 15, § 4.º, da Lei 8.666/93.

**Parágrafo Único.** Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o CIGA não será obrigado a adquirir o objeto referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

#### DAS PENALIDADES

**Cláusula Terceira.** As hipóteses de rescisão e as sanções administrativas estão previstas no instrumento convocatório.

**§1.º** A critério da Administração, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na prestação do serviço for devidamente justificado pela firma vencedora, por escrito, e aceito pela autoridade competente, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

**§2.º** Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado da fatura ou crédito existente em favor da CONTRATADA. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada pela via administrativa ou judicialmente, se necessário.

Rua Gal. Liberato Bittencourt, 1885 • Centro Executivo Imperatriz • Sl. 1307 • Canto • Florianópolis, SC • 88070-800 • [www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

## DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

**Cláusula Quarta.** Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, obedecidas as disposições do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

**§1.º** Constatado que o preço registrado na ATA DE RP está superior ao praticado pelo mercado, o CIGA poderá convocar o DETENTOR DA ATA para, no processo da licitação, negociar a redução do preço registrado:

- a) Na hipótese de a negociação não resultar satisfatória, o CIGA poderá convocar os demais licitantes classificados, observado o procedimento estabelecido no Edital de Licitação, para, no processo de licitação, e segundo a ordem de classificação nas etapas de lances, negociar com estes a redução do preço registrado;
- b) Sendo exitosa a negociação para redução do preço, nova ordem de classificação deverá ser estabelecida entre os preços registrados;
- c) O licitante melhor classificado, após a negociação de preço, será convocado, observado o procedimento e o prazo estabelecido no Edital de Licitação, para habilitação e, após habilitado, para assinatura da ATA de RP, para o prazo remanescente da Ata de Registro de Preço anterior.

**§2.º** Quando o DETENTOR DA ATA demonstrar que o preço de mercado é superior ao registrado e que não pode cumprir o compromisso, o CIGA poderá liberá-lo do compromisso sem a aplicação de penalidade. Nessa hipótese, o CIGA poderá negociar o preço com os demais licitantes classificados, respeitada a média do preço de mercado, obedecido ao procedimento disposto no Edital de Licitação.

## DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**Cláusula Quinta.** O objeto de que trata esta Ata de Registro de Preços será prestado nas condições estabelecidas no Edital, notadamente no Termo de Referência – Anexo I.

## DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**Cláusula Sexta.** A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

Automaticamente:

- por decurso do prazo de vigência; e
- quando não restarem prestadores de serviço registrados;





**§1.º** O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

A pedido, quando:

- comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

**§2.º** A solicitação dos licitantes vencedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Terceira, caso não aceitas as razões do pedido.

Por iniciativa do CIGA, quando:

- não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

- perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

- por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

- não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

- não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços; e

- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

**§3.º** A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deu origem ao registro de preços.

**§4.º** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da PROMITENTE CONTRATADA, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

## **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Cláusula Sétima.** Integram esta Ata o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO n.º 01/2017/CIGA e as propostas das empresas classificadas, em ordem crescente respectivamente, no certame supranumerado, sujeitando-se o DETENTOR DA ATA DE RP às disposições expressas nas Leis n.º 8.666/1993 e n.º 10.520/02 e aos preceitos de Direito Público, aplicando-se-lhe, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.



**§1.º** Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

**§2.º** As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Capital do Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro.

Florianópolis/SC, 04 de outubro de 2018.

**CONTRATANTE**

**PROMITENTE CONTRATADA**

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_ NOME/CPF

2. \_\_\_\_\_ NOME/CPF

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 03/2018**

Publicação Nº 1769697



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 03/2018**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2018/CIGA**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 26/2018/CIGA**  
**VALIDADE: 12 (DOZE) MESES**

O **Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA**, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 102, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo do CIGA, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 3.488.396, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, neste ato denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA**, com sede na AV MANOEL RIBAS SN, CENTRO, CRUZ MACHADO-PR inscrita no CNPJ sob o n.º 05.669.358/0001-25, representado neste ato por MARCELO RESSEL, doravante denominado simplesmente **PROMITENTE CONTRATADA**, nos termos das Leis n.º 8.666/93 e n.º 10.520/2002, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Eletrônico para Registro de Preços n.º 03/2018**, do Processo Administrativo n.º 26/2018, Termo de Homologação publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, RESOLVEM registrar os preços para futura e eventual *aquisições de equipamentos de informática*, oferecidos pelas licitantes cujas propostas foram classificadas, observadas as especificações, os preços, os quantitativos e os prestadores de serviços classificados na licitação supracitada, bem como as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

**DO OBJETO**

**Cláusula Primeira.** Efetuar registro de preços, com prazo máximo de 12 (doze) meses, para futuras e eventuais aquisições de materiais elétricos e eletrônicos; licenças de softwares; aparelhos e equipamentos de comunicação; equipamentos para áudio, vídeo e foto; equipamentos e materiais de processamento de dados; material de proteção e segurança; outros materiais de consumo; e mobiliário em geral, conforme especificações constantes do Anexo I (Termo de referência) e as condições estabelecidas, que fazem parte integrante deste Edital, para todos os fins e efeitos.

**Parágrafo Único.** Relação das empresas vencedoras com respectiva classificação e itens, conforme modelo abaixo:

Rua Gal. Liberato Bittencourt, 1885 • Centro Executivo Imperatriz • Sl. 1307 • Canto • Florianópolis, SC • 88070-800 • [www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



EMPRESA(S) VENCEDORA(S)			CNPJ Nº 05.669.358/0001-25	CLASSIFICAÇÃO 1º	
<b>FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA</b>					
LOTE	MARC A	QTD	ESPECIFICAÇÃO	VALORES REGISTRADOS	
				UNITÁRIO R\$	TOTAL R\$
10	ZOO M H1N	1	<b>Gravador Digital de Voz</b> Referência: Gravador de mão portátil Zoom H1N ou similar ou equivalente ou de igual ou melhor qualidade <ul style="list-style-type: none"> <li>• Gravador Digital de Voz portátil com microfone XY embutido</li> <li>Especificações Técnicas: Formato de gravação: <ul style="list-style-type: none"> <li>• WAV: 44.1 kHz/16-bit, 48 kHz/16-bit, 96 kHz/24-bit</li> <li>• MP3: 48 até 320 kbps</li> </ul> </li> <li>Display: <ul style="list-style-type: none"> <li>• LCD Monocromático (96x64) com Led de REC (vermelho)</li> </ul> </li> <li>Entradas: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Microfone Embutido no formato 90° XY estéreo, 120 dB SPL máximo, -8 até 39 dB ganho de entrada</li> <li>• Mic/Line In: Conector 3.5 mm stereo, -8 a 39 dB ganho de entrada, 2 kOhms ou alta taxa de impedância, plug-in de energia (2.5 V) suportado. Saída: Linha 3.5 mm</li> <li>• USB: Micro-USB, USB 2.0 alta velocidade</li> <li>• Energia: 02x AAA</li> <li>• Tempo de gravação: 10 horas (bateria alcalina, microfone embutido 44.1 kHz / 16-bit)</li> <li>• Armazenamento: Interno ou em cartões de memória flash microSD ou microSDHC, suportando capacidades de até 32GB.</li> </ul> </li></ul>	485,00	485,00
15	GOO GLE CHR OME CAST ULTR A4K	2	<b>Dispositivo streaming 1 (4K)</b> Referência: Google Chromecast Ultra ou similar ou equivalente ou de igual ou melhor qualidade. <ul style="list-style-type: none"> <li>• Transmitir os conteúdos de smartphones, tablets e computadores para a TV via protocolo GoogleCast</li> <li>• Deve ser compatível com iPhone, iPad, smartphones e tablets Android, laptops Mac e Windows</li> <li>• Saída: compatível com HDI, CEC (Controle de eletrônicos de consumo)</li> <li>• Resolução de saída de vídeo: 3.840 X 2.160 pixels (4K)</li> <li>• Tamanho aproximado do cabo de alimentação: 1,75 m</li> <li>• Portas e conectores: HDMI e Micro-USB</li> </ul>	384,49	768,98

Rua Gal. Liberato Bittencourt, 1885 • Centro Executivo Imperatriz • Sl. 1307 • Canto • Florianópolis, SC • 88070-800 • [www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Padrões sem fio: Wi-Fi 802,11 b/g/n/ac (2,4 Ghz/5 Ghz)</li> <li>• Segurança sem fio: WEP, WPA/WPA2</li> <li>• Cor: preta ou cinza • Alimentação: fonte de alimentação de 5V/1ª ou entrada USB 2.0 (cabo USB e carregador incluídos)</li> <li>• Sistemas operacionais suportados: Android 4.4 e superior, IOS 9.0 e superior, Windows 7 e superior, Mac OS 10.7 e superior, SO Chrome (num Chromebook com o Chrome 28 e superior) • Atualizações via rede sem fios: quando disponível, o produto será atualizado automaticamente para a melhor e mais recente versão do software • Garantia mínima de 12 (doze) meses</li> </ul>		
23	LG 29UM 68-P	6	<b>Monitor UltraWide 29"</b> Referência: Monitor LG 29UM68-P ou similar ou equivalente ou de igual ou melhor qualidade. <ul style="list-style-type: none"> <li>• Monitor LED UltraWide 29" 21:9 com frequência de atualização mínima de 60Hz</li> <li>• Resolução Nativa: 2560 x 1080 pixels</li> <li>• Fonte de Alimentação automática 110V ~ 220V</li> <li>• Conectores: HDMI</li> <li>• Ajuste de inclinação e altura da tela</li> <li>• Tempo de Resposta máxima de 5ms</li> <li>• Cor Preto • Cabo HDMI e fonte/cabo de alimentação inclusos</li> <li>• 1 ano de garantia do fabricante</li> </ul>	1.372,00	8.232,00
28	SEAGATE IRON WOLF NAS 8TB	4	<b>Disco para storage 8TB</b> Referência: Disco Rígido Western Digital Red Pro WD8001FFWX ou similar ou equivalente ou de igual ou melhor qualidade. <ul style="list-style-type: none"> <li>• Disco Rígido SATA III com velocidade de transferência de 6 GB/s</li> <li>• Velocidade de rotação de 7200 RPM (não serão aceitos discos com velocidade máxima de 5400 RPM)</li> <li>• Tamanho físico de 3,5 polegadas</li> <li>• Dimensões (A x P x L): 26,1 x 147 x 101,6 mm</li> <li>• MTBF mínimo de 1.000.000 de horas</li> <li>• Cache mínimo de 128 MB</li> <li>• Capacidade de armazenamento de 8 TB</li> <li>832+ • Garantia mínima de 12 meses</li> </ul>	2.043,00	8.172,00
VALOR TOTAL POR EXTENSO: R\$ 17.657,98 (dezessete mil seiscentos e cinquenta e sete reais e noventa e oito centavos)					

#### DA VALIDADE DOS PREÇOS

**Cláusula Segunda.** A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir de sua Publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, e enquanto a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a Administração Pública e satisfazendo os demais requisitos da norma, nos termos do art. 15, § 4.º, da Lei 8.666/93.

Rua Gal. Liberato Bittencourt, 1885 • Centro Executivo Imperatriz • Sl. 1307 • Canto • Florianópolis, SC • 88070-800 • [www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**Parágrafo Único.** Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o CIGA não será obrigado a adquirir o objeto referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

## **DAS PENALIDADES**

**Cláusula Terceira.** As hipóteses de rescisão e as sanções administrativas estão previstas no instrumento convocatório.

**§1.º** A critério da Administração, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na prestação do serviço for devidamente justificado pela firma vencedora, por escrito, e aceito pela autoridade competente, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

**§2.º** Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado da fatura ou crédito existente em favor da CONTRATADA. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada pela via administrativa ou judicialmente, se necessário.

## **DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS**

**Cláusula Quarta.** Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, obedecidas as disposições do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

**§1.º** Constatado que o preço registrado na ATA DE RP está superior ao praticado pelo mercado, o CIGA poderá convocar o DETENTOR DA ATA para, no processo da licitação, negociar a redução do preço registrado:

- a) Na hipótese de a negociação não resultar satisfatória, o CIGA poderá convocar os demais licitantes classificados, observado o procedimento estabelecido no Edital de Licitação, para, no processo de licitação, e segundo a ordem de classificação nas etapas de lances, negociar com estes a redução do preço registrado;
- b) Sendo exitosa a negociação para redução do preço, nova ordem de classificação deverá ser estabelecida entre os preços registrados;
- c) O licitante melhor classificado, após a negociação de preço, será convocado, observado o procedimento e o prazo estabelecido no Edital de Licitação, para habilitação e, após habilitado, para assinatura da ATA de RP, para o prazo remanescente da Ata de Registro de Preço anterior.

**§2.º** Quando o DETENTOR DA ATA demonstrar que o preço de mercado é superior ao



registrado e que não pode cumprir o compromisso, o CIGA poderá liberá-lo do compromisso sem a aplicação de penalidade. Nessa hipótese, o CIGA poderá negociar o preço com os demais licitantes classificados, respeitada a média do preço de mercado, obedecido ao procedimento disposto no Edital de Licitação.

## **DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**Cláusula Quinta.** O objeto de que trata esta Ata de Registro de Preços será prestado nas condições estabelecidas no Edital, notadamente no Termo de Referência – Anexo I.

## **DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**Cláusula Sexta.** A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

Automaticamente:

- por decurso do prazo de vigência; e
- quando não restarem prestadores de serviço registrados;

**§1.º** O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

A pedido, quando:

- comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

**§2.º** A solicitação dos licitantes vencedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Terceira, caso não aceitas as razões do pedido.

Por iniciativa do CIGA, quando:

- não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços; e





- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

**§3.º** A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deu origem ao registro de preços.

**§4.º** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da PROMITENTE CONTRATADA, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Cláusula Sétima.** Integram esta Ata o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO n.º 01/2017/CIGA e as propostas das empresas classificadas, em ordem crescente respectivamente, no certame supranumerado, sujeitando-se o DETENTOR DA ATA DE RP às disposições expressas nas Leis n.º 8.666/1993 e n.º 10.520/02 e aos preceitos de Direito Público, aplicando-se-lhe, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

**§1.º** Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

**§2.º** As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Capital do Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro.

Florianópolis/SC, 04 de outubro de 2018.

**CONTRATANTE**

**PROMITENTE CONTRATADA**

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_ NOME/CPF

2. \_\_\_\_\_ NOME/CPF

Rua Gal. Liberato Bittencourt, 1885 • Centro Executivo Imperatriz • Sl. 1307 • Canto • Florianópolis, SC • 88070-800 • [www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 04/2018**

Publicação Nº 1769698

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 04/2018  
 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2018/CIGA  
 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 26/2018/CIGA  
 VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 102, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo do CIGA, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 3.488.396, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, neste ato denominado CONTRATANTE, e a empresa E.TECH DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME, com sede na AV. DAS NAÇÕES, 168, CENTRO, SANTA TEREZINHA DE ITAIPU-PR, inscrita no CNPJ sob o n.º 21.090.380/0001-72, representado neste ato por WESLEY MELO MOREIRRA, doravante denominado simplesmente PROMITENTE CONTRATADA, nos termos das Leis n.º 8.666/93 e n.º 10.520/2002, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços n.º 04/2018, do Processo Administrativo n.º 26/2018, Termo de Homologação publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, RESOLVEM registrar os preços para futura e eventual aquisições de equipamentos de informática, oferecidos pelas licitantes cujas propostas foram classificadas, observadas as especificações, os preços, os quantitativos e os prestadores de serviços classificados na licitação supracitada, bem como as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

**DO OBJETO**

Cláusula Primeira. Efetuar registro de preços, com prazo máximo de 12 (doze) meses, para futuras e eventuais aquisições de materiais elétricos e eletrônicos; licenças de softwares; aparelhos e equipamentos de comunicação; equipamentos para áudio, vídeo e foto; equipamentos e materiais de processamento de dados; material de proteção e segurança; outros materiais de consumo; e mobiliário em geral, conforme especificações constantes do Anexo I (Termo de referência) e as condições estabelecidas, que fazem parte integrante deste Edital, para todos os fins e efeitos.

Parágrafo Único. Relação das empresas vencedoras com respectiva classificação e itens, conforme modelo abaixo:

EMPRESA(S) VENCEDORA(S) E.TECH DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME			CNPJ Nº 21.090.380/0001-72	CLASSIFICAÇÃO 1º	
LOTE	MARCA	QTD	ESPECIFICAÇÃO	VALORES REGISTRADOS	
				UNITÁRIO R\$	TOTAL R\$
17	3DCLO- NER	1	3DCLONER ST G3 ESPECIFICAÇÕES SEGUE EM ANEXO	6.799,10	6.799,10
VALOR TOTAL POR EXTENSO: R\$ 6.799,10 (Seis mil setecentos e noventa e nove reais e dez centavos)					

**DA VALIDADE DOS PREÇOS**

Cláusula Segunda. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir de sua Publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, e enquanto a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a Administração Pública e satisfazendo os demais requisitos da norma, nos termos do art. 15, § 4.º, da Lei 8.666/93.

Parágrafo Único. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o CIGA não será obrigado a adquirir o objeto referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

**DAS PENALIDADES**

Cláusula Terceira. As hipóteses de rescisão e as sanções administrativas estão previstas no instrumento convocatório.

§1.º A critério da Administração, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na prestação do serviço for devidamente justificado pela firma vencedora, por escrito, e aceito pela autoridade competente, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

§2.º Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado da fatura ou crédito existente em favor da CONTRATADA. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada pela via administrativa ou judicialmente, se necessário.

**DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS**

Cláusula Quarta. Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, obedecidas as disposições do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

§1.º Constatado que o preço registrado na ATA DE RP está superior ao praticado pelo mercado, o CIGA poderá convocar o DETENTOR DA ATA para, no processo da licitação, negociar a redução do preço registrado:

- Na hipótese de a negociação não resultar satisfatória, o CIGA poderá convocar os demais licitantes classificados, observado o procedimento estabelecido no Edital de Licitação, para, no processo de licitação, e segundo a ordem de classificação nas etapas de lances, negociar com estes a redução do preço registrado;
- Sendo exitosa a negociação para redução do preço, nova ordem de classificação deverá ser estabelecida entre os preços registrados;
- O licitante melhor classificado, após a negociação de preço, será convocado, observado o procedimento e o prazo estabelecido no Edital

de Licitação, para habilitação e, após habilitado, para assinatura da ATA de RP, para o prazo remanescente da Ata de Registro de Preço anterior.

§2.º Quando o DETENTOR DA ATA demonstrar que o preço de mercado é superior ao registrado e que não pode cumprir o compromisso, o CIGA poderá liberá-lo do compromisso sem a aplicação de penalidade. Nessa hipótese, o CIGA poderá negociar o preço com os demais licitantes classificados, respeitada a média do preço de mercado, obedecido ao procedimento disposto no Edital de Licitação.

#### DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Cláusula Quinta. O objeto de que trata esta Ata de Registro de Preços será prestado nas condições estabelecidas no Edital, notadamente no Termo de Referência – Anexo I.

#### DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Cláusula Sexta. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

Automaticamente:

- por decurso do prazo de vigência; e
- quando não restarem prestadores de serviço registrados;

§1.º O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

A pedido, quando:

- comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

§2.º A solicitação dos licitantes vencedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Terceira, caso não aceitas as razões do pedido.

Por iniciativa do CIGA, quando:

- não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços; e
- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

§3.º A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deu origem ao registro de preços.

§4.º No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da PROMITENTE CONTRATADA, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula Sétima. Integram esta Ata o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO n.º 01/2017/CIGA e as propostas das empresas classificadas, em ordem crescente respectivamente, no certame supranumerado, sujeitando-se o DETENTOR DA ATA DE RP às disposições expressas nas Leis n.º 8.666/1993 e n.º 10.520/02 e aos preceitos de Direito Público, aplicando-se-lhe, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

§1.º Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

§2.º As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Capital do Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro.

Florianópolis/SC, 04 de outubro de 2018.

CONTRATANTE PROMITENTE CONTRATADA

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_ NOME/CPF

2. \_\_\_\_\_ NOME/CPF

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 06/2018

Publicação Nº 1769699

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 06/2018

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2018/CIGA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 26/2018/CIGA

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 102, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo do CIGA, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 3.488.396, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, neste ato denominado CONTRATANTE, e a empresa LUCAS C. RUBEL-ME, com sede na RUA PREFEITO JOSÉ CLETO Nº 57, CENTRO, UNIÃO DA VITÓRIA-PR inscrita no CNPJ sob o n.º 22.246.173/0001-27, representado neste ato por LUCAS COSTA RUBEL, doravante denominado simplesmente PROMITENTE CONTRATADA, nos termos das Leis n.º 8.666/93 e n.º 10.520/2002, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços n.º 06/2018, do Processo Administrativo n.º 26/2018, Termo de Homologação publicado no Diário Oficial dos Municípios

de Santa Catarina – DOM/SC, RESOLVEM registrar os preços para futura e eventual aquisições de equipamentos de informática, oferecidos pelas licitantes cujas propostas foram classificadas, observadas as especificações, os preços, os quantitativos e os prestadores de serviços classificados na licitação supracitada, bem como as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

#### DO OBJETO

Cláusula Primeira. Efetuar registro de preços, com prazo máximo de 12 (doze) meses, para futuras e eventuais aquisições de materiais elétricos e eletrônicos; licenças de softwares; aparelhos e equipamentos de comunicação; equipamentos para áudio, vídeo e foto; equipamentos e materiais de processamento de dados; material de proteção e segurança; outros materiais de consumo; e mobiliário em geral, conforme especificações constantes do Anexo I (Termo de referência) e as condições estabelecidas, que fazem parte integrante deste Edital, para todos os fins e efeitos.

Parágrafo Único. Relação das empresas vencedoras com respectiva classificação e itens, conforme modelo abaixo:

EMPRESA(S) VENCEDORA(S) LUCAS C. RUBEL-ME			CNPJ Nº 22.246.173/0001-27	CLASSIFICAÇÃO 1º	
LOTE	MARCA	QTD	ESPECIFICAÇÃO	VALORES REGISTRADOS	
				UNITÁRIO R\$	TOTAL R\$
33	UBIQUITI	4	Access Point 802.11ac Referência: UBIQUITI UNIFI UAP-AC-LR ou similar ou equivalente ou de igual ou melhor qualidade. • Access Point PoE (IEEE 802.3af) com fonte de alimentação • Antena: banda dupla, tripla polaridade, interna • Ganho da antena: • 2.4 GHz: 3 dBi • 5 GHz: 6 dBi • Criptografia Suportada: WPA-PSK, WPAEnterprise (WPA/WPA2 com TKIP/AES) • Frequência De Operação (WiFi): 2.4Ghz / 5Ghz • Gerenciamento através de Software Unificado web(concentrador) • Interfaces E Conexões: 1 Porta Ethernet 10/100/1000 • Certificados: ANATEL • Garantia mínima de 12 meses • Montagem: Teto (Kit incluso) • Cor Branca • Padrões Suportados (WiFi): 802.11a, 802.11b, 802.11g, 802.11n, 802.11ac • Potência de transmissão mínima: • 2,4 GHz: 24 dBm	584,49	2.337,96
44	TP-LINK	10	Adaptador de Rede Ethernet USB Referência: TP-LINK UE300 ou similar ou equivalente ou de igual ou melhor qualidade • Adaptador de Rede Ethernet Gigabit USB 3.0 • Sistema Plug and Play em Windows (XP/Vista/7/8/8.1), Mac OS X (10.9/10.10) e Linux. • Interface de Saída: 1 Porta RJ45 Ethernet 10/100/1000Mbps • Interface de Entrada: 1 Porta USB 3.0 sendo compatível também com os padrões USB 2.0/1.1 • Marca de Referência: TP-LINK UE300 ou similar ou equivalente ou de igual ou melhor qualidade	97,30	973,00
VALOR TOTAL POR EXTENSO: R\$ 3.310,96 (Três mil trezentos e dez reais e noventa e seis centavos)					

#### DA VALIDADE DOS PREÇOS

Cláusula Segunda. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir de sua Publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, e enquanto a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a Administração Pública e satisfazendo os demais requisitos da norma, nos termos do art. 15, § 4.º, da Lei 8.666/93.

Parágrafo Único. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o CIGA não será obrigado a adquirir o objeto referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

#### DAS PENALIDADES

Cláusula Terceira. As hipóteses de rescisão e as sanções administrativas estão previstas no instrumento convocatório.

§1.º A critério da Administração, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na prestação do serviço for devidamente justificado pela firma vencedora, por escrito, e aceito pela autoridade competente, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

§2.º Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado da fatura ou crédito existente em favor da CONTRATADA. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada pela via administrativa ou judicialmente, se necessário.

#### DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

Cláusula Quarta. Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, obedecidas as disposições do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

§1.º Constatado que o preço registrado na ATA DE RP está superior ao praticado pelo mercado, o CIGA poderá convocar o DETENTOR DA ATA para, no processo da licitação, negociar a redução do preço registrado:

- a) Na hipótese de a negociação não resultar satisfatória, o CIGA poderá convocar os demais licitantes classificados, observado o procedimento estabelecido no Edital de Licitação, para, no processo de licitação, e segundo a ordem de classificação nas etapas de lances, negociar com estes a redução do preço registrado;
- b) Sendo exitosa a negociação para redução do preço, nova ordem de classificação deverá ser estabelecida entre os preços registrados;
- c) O licitante melhor classificado, após a negociação de preço, será convocado, observado o procedimento e o prazo estabelecido no Edital de Licitação, para habilitação e, após habilitado, para assinatura da ATA de RP, para o prazo remanescente da Ata de Registro de Preço anterior.

§2.º Quando o DETENTOR DA ATA demonstrar que o preço de mercado é superior ao registrado e que não pode cumprir o compromisso, o CIGA poderá liberá-lo do compromisso sem a aplicação de penalidade. Nessa hipótese, o CIGA poderá negociar o preço com os demais licitantes classificados, respeitada a média do preço de mercado, obedecido ao procedimento disposto no Edital de Licitação.

#### DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Cláusula Quinta. O objeto de que trata esta Ata de Registro de Preços será prestado nas condições estabelecidas no Edital, notadamente no Termo de Referência – Anexo I.

#### DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Cláusula Sexta. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

Automaticamente:

- por decurso do prazo de vigência; e
- quando não restarem prestadores de serviço registrados;

§1.º O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

A pedido, quando:

- comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

§2.º A solicitação dos licitantes vencedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Terceira, caso não aceitas as razões do pedido.

Por iniciativa do CIGA, quando:

- não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços; e
- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

§3.º A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deu origem ao registro de preços.

§4.º No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da PROMITENTE CONTRATADA, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula Sétima. Integram esta Ata o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO n.º 01/2017/CIGA e as propostas das empresas classificadas, em ordem crescente respectivamente, no certame supranumerado, sujeitando-se o DETENTOR DA ATA DE RP às disposições expressas nas Leis n.º 8.666/1993 e n.º 10.520/02 e aos preceitos de Direito Público, aplicando-se-lhe, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

§1.º Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

§2.º As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Capital do Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro.

Florianópolis/SC, 04 de outubro de 2018.

CONTRATANTE PROMITENTE CONTRATADA

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_ NOME/CPF

2. \_\_\_\_\_ NOME/CPF



**CIMVI****LICITAÇÃO Nº 022/2018 - INTIMAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS - LOTE 01**

Publicação Nº 1769778

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI  
PREGÃO PRESENCIAL PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
LICITAÇÃO Nº 022-2018

AQUISIÇÃO, COM A RESPECTIVA INSTALAÇÃO, DE MOBÍLIAS PARA O CENTRO ADMINISTRATIVO DO CIMVI | 21.09.2018  
INTIMAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

INTIMADA: M MOBILE EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 15.764.033/0001-85 com sede na Rua Dona Francisca, nº 4840, bairro São Pedro, na cidade de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.295-000.

**Intimação**

Conforme se verifica da ata da sessão de abertura e julgamento das propostas e documentos de habilitação realizada no dia 05/10/2018 na sede deste Consórcio Público, a empresa M MOBILE EIRELI foi declarada vencedora do Lote 01 (Móveis em MDF ou MDP). Em razão disso, nos termos do Edital de Licitação nº 022/2018, a Pregoeira intima a empresa M MOBILE EIRELI para apresentação das amostras no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da presente intimação, em atendimento ao seguinte:

**IV – DA AMOSTRA**

5.1. Após verificação da habilitação, conforme previsto no item 7 do Edital de Licitação, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar amostras seguindo o mesmo padrão do especificado neste Edital e seus Anexos, a serem entregues em até 05 (cinco) dias úteis, na sede do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI no seguinte endereço: Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural, cidade de Timbó/SC – CEP: 89.120-000, para serem analisadas pelos agentes do CIMVI, que emitirão parecer, em que constará aprovado sem ressalvas, aprovado com ressalvas ou reprovado.

5.2. A hipótese de “aprovação com ressalvas” somente ocorrerá caso as citadas ressalvas refiram-se a itens de mera aparência (pormenores de acabamento, coloração e outros itens que não impliquem em incerteza quanto à qualidade e funcionalidade do objeto). Nesse caso, será disponibilizado novo prazo de 05 (cinco) dias úteis para correção das ressalvas, mediante ajustes ou apresentação de novas amostras.

5.3. Após as correções ou apresentação das novas amostras, os agentes do CIMVI emitirão novo parecer, em que constará aprovado ou reprovado.

5.4. A não apresentação ou reprovação das amostras desclassifica o licitante do certame.

5.5. As amostras aprovadas serão contadas como unidades entregues.

5.6. Os critérios adotados para análise e posterior aprovação das amostras são:

- a. - análise de conformidade com os desenhos constantes deste Termo de Referência;
- b. - análise de conformidade com as especificações deste Termo de Referência;
- c. - análise de qualidade de materiais similares utilizados para a fabricação dos mobiliários;
- d. - análise de acabamento. As amostras deverão apresentar aparência homogênea, com superfícies lisas, sem riscos ou bolhas.

5.7. Amostra(s) a ser(em) apresentada(s):

5.7.1. 1 (uma) unidade do Conjunto de Mesa em L em MDP relativa ao subitem 1.1 do lote 01;

5.7.2. 1 (uma) unidade do Conjunto de Mesa em L em MDP relativa ao subitem 1.2 do lote 01;

5.7.3. 1 (uma) unidade do Conjunto de Mesa em L em MDP relativa ao subitem 1.3 do lote 01;

5.7.4. 1 (uma) unidade da Mesa em MDP relativa ao subitem 1.4 do lote 01;

5.7.5. 1 (uma) unidade da Mesa plataforma dupla 02 posições em MDP relativa ao subitem 1.5 do lote 01;

5.7.6. 1 (uma) unidade da Mesa de reunião semi oval em MDP relativa ao subitem 1.6 do lote 01;

5.7.7. 1 (uma) unidade do Balcão para atendimento reto em MDP relativa ao subitem 1.7 do lote 01;

5.7.8. 1 (uma) unidade do Balcão baixo com duas portas em MDP relativa ao subitem 1.8 do lote 01;

5.7.9. 1 (uma) unidade do Balcão baixo com duas portas em MDP relativa ao subitem 1.9 do lote 01;

5.7.10. 1 (uma) unidade do Balcão baixo com duas portas (com 01 prateleira interna cada) e com vão aberto contendo uma prateleira no centro (sem porta) em MDP relativa ao subitem 1.10 do lote 01;

5.7.11. 1 (uma) unidade do Armário alto fechado com duas portas em MDP relativa ao subitem 1.11 do lote 01;

(...)

5.8. Para a presente aquisição, entende-se o termo amostra como sendo um exemplar completo de mobiliário constante desta licitação, construído com materiais novos, seguindo exatamente as especificações constantes deste Termo de Referência, com o fim de ser analisado quanto à conformidade com o especificado.

5.9. O(s) licitante(s) obriga(m)-se a apresentar, a critério do CIMVI, laudos, emitidos por laboratório credenciado pelo Inmetro, de conformidade de características específicas das amostras que as confrontem com as exigências de Edital, caso o móvel analisado não seja suficiente para dirimir questionamentos que porventura surjam durante sua análise.

As amostras devem ser entregues na sede do CIMVI, na Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural, cidade de Timbó/SC, entre 08h00m às 12h00m e das 13h00m às 17h00m, conforme Edital de Licitação e anexos.

Timbó, 08 de Outubro de 2018.

Patricia Barbaresco  
Pregoeira

André Moro da Silva  
Equipe de Apoio

James Schmitt  
Equipe de Apoio

**LICITAÇÃO Nº 022/2018 - INTIMAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS - LOTE 03**

Publicação Nº 1769779

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI  
PREGÃO PRESENCIAL PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
LICITAÇÃO Nº 022-2018

AQUISIÇÃO, COM A RESPECTIVA INSTALAÇÃO, DE MOBÍLIAS PARA O CENTRO ADMINISTRATIVO DO CIMVI | 21.09.2018  
INTIMAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

INTIMADA: SUPRIMOVEIS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.563.256/0001-68 com sede na Praça Nereu Ramos, nº 02, Centro, na cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.200-000.

**Intimação**

Conforme se verifica da ata da sessão de abertura e julgamento das propostas e documentos de habilitação realizada no dia 05/10/2018 na sede deste Consórcio Público, a empresa SUPRIMOVEIS LTDA EPP foi declarada vencedora do Lote 03 (Cadeiras Giratórias Presidente). Em razão disso, nos termos do Edital de Licitação nº 022/2018, a Pregoeira intima a empresa SUPRIMOVEIS LTDA EPP para apresentação da amostra no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da presente intimação, em atendimento ao seguinte:

**IV – DA AMOSTRA**

5.1. Após verificação da habilitação, conforme previsto no item 7 do Edital de Licitação, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar amostras seguindo o mesmo padrão do especificado neste Edital e seus Anexos, a serem entregues em até 05 (cinco) dias úteis, na sede do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI no seguinte endereço: Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural, cidade de Timbó/SC – CEP: 89.120-000, para serem analisadas pelos agentes do CIMVI, que emitirão parecer, em que constará aprovado sem ressalvas, aprovado com ressalvas ou reprovado.

5.2. A hipótese de “aprovação com ressalvas” somente ocorrerá caso as citadas ressalvas refiram-se a itens de mera aparência (pormenores de acabamento, coloração e outros itens que não impliquem em incerteza quanto à qualidade e funcionalidade do objeto). Nesse caso, será disponibilizado novo prazo de 05 (cinco) dias úteis para correção das ressalvas, mediante ajustes ou apresentação de novas amostras.

5.3. Após as correções ou apresentação das novas amostras, os agentes do CIMVI emitirão novo parecer, em que constará aprovado ou reprovado.

5.4. A não apresentação ou reprovação das amostras desclassifica o licitante do certame.

5.5. As amostras aprovadas serão contadas como unidades entregues.

5.6. Os critérios adotados para análise e posterior aprovação das amostras são:

- a. - análise de conformidade com os desenhos constantes deste Termo de Referência;
- b. - análise de conformidade com as especificações deste Termo de Referência;
- c. - análise de qualidade de materiais similares utilizados para a fabricação dos mobiliários;
- d. - análise de acabamento. As amostras deverão apresentar aparência homogênea, com superfícies lisas, sem riscos ou bolhas.

5.7. Amostra(s) a ser(em) apresentada(s):

(...)  
5.7.13. 1 (uma) unidade da Cadeira Giratória Presidente relativa ao subitem 3.1 do lote 03;

(...)  
5.8. Para a presente aquisição, entende-se o termo amostra como sendo um exemplar completo de mobiliário constante desta licitação, construído com materiais novos, seguindo exatamente as especificações constantes deste Termo de Referência, com o fim de ser analisado quanto à conformidade com o especificado.

5.9. O(s) licitante(s) obriga(m)-se a apresentar, a critério do CIMVI, laudos, emitidos por laboratório credenciado pelo Inmetro, de conformidade de características específicas das amostras que as confrontem com as exigências de Edital, caso o móvel analisado não seja suficiente para dirimir questionamentos que porventura surjam durante sua análise.

A amostra deve ser entregue na sede do CIMVI, na Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural, cidade de Timbó/SC, entre 08h00m às 12h00m e das 13h00m às 17h00m, conforme Edital de Licitação e anexos.

Timbó, 08 de Outubro de 2018.

Patricia Barbaresco  
Pregoeira

André Moro da Silva  
Equipe de Apoio

James Schmitt  
Equipe de Apoio

**LICITAÇÃO Nº 022/2018 - INTIMAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS - LOTES 02 E 04**

Publicação Nº 1769782

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI  
PREGÃO PRESENCIAL PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
LICITAÇÃO Nº 022-2018

AQUISIÇÃO, COM A RESPECTIVA INSTALAÇÃO, DE MOBÍLIAS PARA O CENTRO ADMINISTRATIVO DO CIMVI | 21.09.2018  
INTIMAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

INTIMADA: EKOMOB COMERCIO LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 15.825.521/0001-55 com sede na Rua Francisco João Tobias, nº 30, bairro Escalvados, na cidade de Navegantes, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.374-070.

**Intimação**



Conforme se verifica da ata da sessão de abertura e julgamento das propostas e documentos de habilitação realizada no dia 05/10/2018 na sede deste Consórcio Público, a empresa EKOMOB COMERCIO LTDA EPP foi declarada vencedora dos Lote 02 (Cadeiras Giratórias Secretária Executiva) e 04 (Cadeiras Fixas).

Em razão disso, nos termos do Edital de Licitação nº 022/2018, a Pregoeira intima a empresa EKOMOB COMERCIO LTDA EPP para apresentação das amostras no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da presente intimação, em atendimento ao seguinte:

#### IV – DA AMOSTRA

5.1. Após verificação da habilitação, conforme previsto no item 7 do Edital de Licitação, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar amostras seguindo o mesmo padrão do especificado neste Edital e seus Anexos, a serem entregues em até 05 (cinco) dias úteis, na sede do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI no seguinte endereço: Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural, cidade de Timbó/SC – CEP: 89.120-000, para serem analisadas pelos agentes do CIMVI, que emitirão parecer, em que constará aprovado sem ressalvas, aprovado com ressalvas ou reprovado.

5.2. A hipótese de “aprovação com ressalvas” somente ocorrerá caso as citadas ressalvas refiram-se a itens de mera aparência (pormenores de acabamento, coloração e outros itens que não impliquem em incerteza quanto à qualidade e funcionalidade do objeto). Nesse caso, será disponibilizado novo prazo de 05 (cinco) dias úteis para correção das ressalvas, mediante ajustes ou apresentação de novas amostras.

5.3. Após as correções ou apresentação das novas amostras, os agentes do CIMVI emitirão novo parecer, em que constará aprovado ou reprovado.

5.4. A não apresentação ou reprovação das amostras desclassifica o licitante do certame.

5.5. As amostras aprovadas serão contadas como unidades entregues.

5.6. Os critérios adotados para análise e posterior aprovação das amostras são:

- a. - análise de conformidade com os desenhos constantes deste Termo de Referência;
- b. - análise de conformidade com as especificações deste Termo de Referência;
- c. - análise de qualidade de materiais similares utilizados para a fabricação dos mobiliários;
- d. - análise de acabamento. As amostras deverão apresentar aparência homogênea, com superfícies lisas, sem riscos ou bolhas.

5.7. Amostra(s) a ser(em) apresentada(s):

5.7.12. 1 (uma) unidade da Cadeira Giratoria Secretaria Executiva relativa ao subitem 2.1 do lote 02;

(...)

5.7.14. 1 (uma) unidade da Cadeira Fixa relativa ao item 4.1 do lote 04.

5.8. Para a presente aquisição, entende-se o termo amostra como sendo um exemplar completo de mobiliário constante desta licitação, construído com materiais novos, seguindo exatamente as especificações constantes deste Termo de Referência, com o fim de ser analisado quanto à conformidade com o especificado.

5.9. O(s) licitante(s) obriga(m)-se a apresentar, a critério do CIMVI, laudos, emitidos por laboratório credenciado pelo Inmetro, de conformidade de características específicas das amostras que as confrontem com as exigências de Edital, caso o móvel analisado não seja suficiente para dirimir questionamentos que porventura surjam durante sua análise.

As amostras devem ser entregues na sede do CIMVI, na Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural, cidade de Timbó/SC, entre 08h00m às 12h00m e das 13h00m às 17h00m, conforme Edital de Licitação e anexos.

Timbó, 08 de Outubro de 2018.

Patricia Barbaresco  
Pregoeira

André Moro da Silva  
Equipe de Apoio

James Schmitt  
Equipe de Apoio

### CIS/AMARP

#### ADITIVO 02 2018 MINHA ESSENCIA

Publicação Nº 1769858

2º TERMO ADITIVO 2018 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 137/2018 – MINHA ESSÊNCIA EMPREENDIMENTOS DE SAÚDE LTDA - ME.

Pelo presente instrumento de Aditivo, de um lado o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira S/C, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Douglas Fernando de Mello e de outro lado a MINHA ESSÊNCIA EMPREENDIMENTOS DE SAÚDE LTDA - ME., CNPJ 26.864.221/0001-00 situada na Rua Nereu Ramos, 452, andar 2 e 3, Centro, Campos Novos/SC, neste ato representado pelo seu representante legal Bruno de Medeiros da Silva, RG 5.418.896, CPF 068.176.719-73, considerando a concordância e o interesse das partes, resolvem, de comum acordo, alterar o Contrato de Prestação de Serviço 137/2018, conforme as Cláusulas a seguir especificadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

A lista de procedimentos da CLÁUSULA TERCEIRA do Contrato de Prestação de Serviço, passa a conter em sua relação os seguintes procedimentos:

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS	VALOR CIS
OTORRINOLARINGOLOGIA (CONSULTA)	03.01.01.007-2	60,00

**CLÁUSULA SEGUNDA**

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

Para todos os fins de direito, excetuada a modificação constante da condição acima aditada, ficam ratificadas todas as demais disposições do Contrato de prestação de serviços 137/2018, firmado entre as partes.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente em duas (02) vias de igual teor.

Videira, 24 de setembro de 2018.

Douglas Fernando de Mello Bruno de Medeiros da Silva  
Presidente CISAMARP Representante Legal

**TESTEMUNHAS:**

Monalisa Giazsoni Marcélio José Borsatti  
061.058.249-63 425.790.239-68

**VISTO:**

Humberto Dalpizzol  
OAB/SC 15588

**RESOLUÇÃO 49/2018 NOVOS PROCEDIMENTOS**

Publicação Nº 1769545

**Resolução nº 49/2018**

Douglas Fernando de Mello, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, Prefeito Municipal de Lebon Régis, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, art. 17 do Estatuto Social do CISAMARP.

Considerando a aprovação pelos Secretários de Saúde em reunião realizada no dia 25/09/2018;

**RESOLVE:**

Art. 1º Incluir na tabela de procedimentos CISAMARP anexo I ao edital de credenciamento nº 02/2017, para uso em conformidade com a necessidade dos municípios consorciados, o(s) procedimento(s) a seguir:

PROCEDIMENTO	CÓDIGO	VALOR CIS
ALBUMINA	10.80.30.129-7	R\$ 1,92
ÍNDICE DE SATURAÇÃO DA TRANSFERRINA	10.80.30.129-8	R\$ 8,44
T3 LIVRE	10.80.30.129-9	R\$ 10,00
DETERMINACAO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO	02.02.12.002-3	R\$ 1,37
CARDIOLIPINA IGA, AUTO ANTICORPOS	10.80.30.130-0	R\$ 18,18
ANTICOAGULANTE LÚPICO	10.80.30.130-1	R\$ 21,80
ULTRASSONOGRAMA DE ABDOMEN INFERIOR (BEXIGA, UTERO, OVARIO E ANEXOS, PROSTATATA, VESICULAS SEMINAIS)	10.80.30.130-2	R\$ 62,37
ULTRASSONOGRAMA DOPPLER DE ABDOMEN TOTAL	10.80.30.130-3	R\$ 150,00
ULTRASSONOGRAMA DOPPLER DE ABDOMEN INFERIOR	10.80.30.130-4	R\$ 115,50
ULTRASSONOGRAMA DE ESTRUTURAS SUPERFICIAIS (CERVICAL OU AXILAS OU MÚSCULO OU TENDÃO)	10.80.30.130-5	R\$ 62,37
ULTRASSONOGRAMA DE PARTES MOLES	10.80.30.130-6	R\$ 62,37
ULTRASSONOGRAMA DE TRANSLUCÊNCIA NUCAL	10.80.30.130-7	R\$ 62,37
ULTRASSONOGRAMA DE PAREDE ABDOMINAL	10.80.30.130-8	R\$ 2,37
ULTRASSONOGRAMA DE GLÂNDULAS SALIVARES	10.80.30.130-9	R\$ 62,37
ULTRASSONOGRAMA DE REGIÃO INGUINAL HERNIAS (UNILATERAL)	10.80.30.131-0	R\$ 62,37
ULTRASSONOGRAMA DOPPLER HEPATICO	10.80.30.131-1	R\$ 120,00
ULTRASSONOGRAMA DOPPLER COLORIDO DE AORTA E ARTERIAS RENAIAS OU ILIACAS	10.80.30.131-2	R\$ 115,50
ULTRASSONOGRAMA DOPPLER COLORIDO DE ORGAO OU ESTRUTURA ISOLADA	10.80.30.131-3	R\$ 115,50
ULTRASSONOGRAMA DOPPLER COLORIDO DE VASOS CERVICAIS VENOSOS BILATERAL (SUBCLAVIAS E JUGULARES)	10.80.30.131-4	R\$ 115,50
ULTRASSONOGRAMA DOPPLER COLORIDO DE VEIA CAVA SUPERIOR OU INFERIOR	10.80.30.131-5	R\$ 115,50
ULTRASSONOGRAMA DOPPLER COLORIDO TRANSFONTANELA	10.80.30.131-6	R\$ 115,50

ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER COLORIDO ARTERIAL OU VENOSO DE MEMBRO SUPERIOR OU INFERIOR	10.80.30.131-7	R\$ 115,50
RESSONANCIA MAGNETICA DE QUADRIL	10.80.30.131-8	R\$ 268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE COLUNA TORACO-LOMBAR	10.80.30.131-9	R\$ 268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE OUVIDO	10.80.30.132-0	R\$ 268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE ESCÁPULA	10.80.30.132-1	R\$ 268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE ESTERNO	10.80.30.132-2	R\$ 268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE CLAVICULA	10.80.30.132-3	R\$ 268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE ARTICULACAO (ombro, cotovelo, punho, mão, joelho, tornozelo, pé)	10.80.30.132-5	R\$ 268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE VEIAS ILIACAS	10.80.30.132-6	R\$ 268,75

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 25/09/2018, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira, 09 de outubro de 2018.

Douglas Fernando de Mello

Presidente CISAMARP

## CVC

### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13/2018

Publicação Nº 1770425

CONSORCIO INRTEMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13/2018 - CVC  
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 009/2018- CVC  
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2018 - CVC  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2018- CVC

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, no Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu presidente Sr. RUDIMAR CONTE, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade "PREGÃO ELETRÔNICO" visando o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação do objeto abaixo indicado, com fornecimento parcelado para os ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Municípios de: Águas de Chapecó, Águas Frias, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Formosa do Sul, Nova Erechim, Quilombo e Santa Helena, Tunápolis

TIPO: Menor preço - POR ITEM

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 10:00 do dia 10/10/2018 até às 8:00 horas do dia 23/10/2018

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:01 às 12:00 horas do 23/10/2018.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13:30 horas do dia 23/10/2018.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF)

PLATAFORMA ELETRONICA: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) "Acesso Identificado"

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

Endereço: Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, Coronel Freitas – SC.

Pregoeira: Flavia Rolim de Moura

E-mail: [compras@consorciocvc.sc.gov.br](mailto:compras@consorciocvc.sc.gov.br)

Telefone: (49) 3347-0357

As condições estatuídas neste Edital, que será regido pela Resolução nº 001, de 19 de março de 2015, Resolução nº 002, de 24 de março de 2015, Resolução nº 003, de 27 de março de 2015, Resolução nº 005, de 02 de julho de 2018 as quais se encontram disponível no site do CVC ([www.consorciocvc.sc.gov.br](http://www.consorciocvc.sc.gov.br)), Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

#### 1. DO OBJETO

O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Material ambulatorial e odontológico, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC: Municípios de: Águas de Chapecó, Águas Frias, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Formosa do Sul, Nova Erechim, Quilombo e Santa Helena, Tunápolis, durante o prazo

de validade da Ata de Registro de Preços, conforme descrições abaixo:

ITEM	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO	CÓDIGO
1	1	UNIDADE	ÁCIDO PARA CONDICIONAMENTO DENTAL, BASE FOSFÓRICO 37% PARA ESMALTE E DENTINA COM CORANTE AZUL.	5001
2	1	UNIDADE	ADESIVO FOTOPOLIMERIZÁVEL COM CARGA NANOMÉTRICA DE 5NM, "PRIMER" E "ADESIVO" EM FRASCO ÚNICO, COM 6G. INDICADO PARA RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL E CIMENTAÇÃO DE RESTAURAÇÕES INDIRETAS. FRASCO COM VEDAÇÃO ALTAMENTE CONFIÁVEL QUE PREVINA VAZAMENTOS, COM BICO ECONÔMICO QUE EVITE DESPERDÍCIO. COMPOSIÇÃO BIS-GMA, HEMA, DIURETANO DIMETADRILO, COPOLÍMEROS DO ÁCIDO POLIALCENÓICO, CANFOROQUINONA, ÁGUA E ETANOL, GICEROL 1.3 DIMETACRILATO, 10% EM PESO DE SÍLICA COLOIDAL COM 5 NANÔMETROS.	5002
3	1	CAIXA	AGULHA 13X4, AGULHA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS. AGULHA CONSTITUÍDA POR CÂNULA DE AÇO INOX, SILICONIZADA, CALIBRE DE 0,40MM E COMPRIMENTO DE 13MM, BISEL TRIFACETADO, CANHÃO DE COR CINZA E PROTETOR DE PLÁSTICO. POSSUI UM PROTETOR ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CANHÃO. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA. CAIXA COM 100 UNIDADES.	5004
4	1	CAIXA	AGULHA 13X4,5, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	5005
5	1	CAIXA	AGULHA 20X5,5, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	5006
6	1	CAIXA	AGULHA 25X6, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	5008
7	1	CAIXA	AGULHA 25X7, AGULHA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, ESTÉRIL, 25X7, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS. AGULHA CONSTITUÍDA POR CÂNULA DE AÇO INOX, SILICONIZADA, CALIBRE DE 0,70MM E COMPRIMENTO DE 25MM, BISEL TRIFACETADO, CANHÃO DE COR PRETA E PROTETOR DE PLÁSTICO. POSSUI UM PROTETOR ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CANHÃO. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA. CAIXA COM 100 UNIDADES.	5009
8	1	CAIXA	AGULHA 25X8, AGULHA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS. AGULHA CONSTITUÍDA POR CÂNULA DE AÇO INOX, SILICONIZADA, CALIBRE DE 0,80MM E COMPRIMENTO DE 25MM, BISEL TRIFACETADO, CANHÃO DE COR VERDE E PROTETOR DE PLÁSTICO. POSSUI UM PROTETOR ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CANHÃO. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA. CAIXA COM 100 UNIDADES.	5011
9	1	CAIXA	AGULHA 25X8, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	5012
10	1	CAIXA	AGULHA 40X12, AGULHA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS. AGULHA CONSTITUÍDA POR CÂNULA DE AÇO INOX, SILICONIZADA, CALIBRE DE 1,20MM E COMPRIMENTO DE 40MM, BISEL TRIFACETADO, CANHÃO DE COR ROSA E PROTETOR DE PLÁSTICO. POSSUI UM PROTETOR ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CANHÃO. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA. CAIXA COM 100 UNIDADES.	5015
11	1	CAIXA	AGULHA 40X12, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	5016
12	1	CAIXA	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 30X8,0, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	5023
13	1	CAIXA	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 40X12, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	5024
14	1	UNIDADE	AGULHA GENIVAL 30G CURTA COM BISEL TRIFACETADO E CÂNULA SILICONIZADA, ESTÉREIS, ATOXICAS E APIROGENICAS. EMBALAGEM INDIVIDUAL INVIOLÁVEL, EM CAIXAS COM 100 UNIDADES.	5025
15	1	UNIDADE	ALCCOL 70% EM EMBALAGEM DE 1000ML	5028
16	1	ROLO	ALGODÃO HIDRÓFILO, COM FIBRAS 100% ALGODÃO ALTAMENTE ABSORVENTE. ROLO 500 GRAMAS.	5030
17	1	ROLO	ALGODÃO HIDRÓFILO, COM FIBRAS 100% ALGODÃO ALTAMENTE ABSORVENTE. ROLO COM 1KG.	5031
18	1	UNIDADE	APARELHO DE BARBEAR COM UMA LÂMINA EM AÇO INOX EMBALAGEM INDIVIDUAL COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E INVIOLÁVEL COM CABO ANTIDESLIZANTE	5033

19	1	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 08CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	5040
20	1	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 10CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	5041
21	1	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 12CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	5042
22	1	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 15CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	5043
23	1	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 20CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	5044
24	1	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 18 FIOS, 06CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	5048
25	1	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 18 FIOS, 08CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	5049
26	1	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 18 FIOS, 10CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	5050
27	1	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 18 FIOS, 12CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	5051
28	1	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 18 FIOS, 15CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	5052
29	1	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 20CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	5053
30	1	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 20CM X 3M (1,20M EM REPOUSO), CONFECCIONADA COM TECIDO CRU, FIOS COM DENSIDADE DE 13 FIOS POR CM. DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	5054
31	1	PACOTE	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 06 DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM <sup>2</sup> , COM PESO DE 13,3G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.	5055
32	1	PACOTE	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 10CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM <sup>2</sup> , COM PESO DE 21,8G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.	5056
33	1	PACOTE	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 15CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM <sup>2</sup> , COM PESO DE 32,7G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.	5057
34	1	PACOTE	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 20CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM <sup>2</sup> , COM PESO DE 42,8G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.	5058
35	1	UNIDADE	BOLSA COLETORA DE URINA DE CAMA COM CAPACIDADE DE 2000ML. SENDO TRANSPARENTE NA PARTE FRONTAL E OPACA AO VERSOPARA MELHOR VISUALIZAÇÃO DO ASPECTO DA DIURESE.NÃO CONTÉM FILTRO HIDRÓFobo. COM DISPOSITIVO ANTI-REFLUXO.	5060
36	1	UNIDADE	BOLSA COLETORA DE URINA DE PERNA COM CAPACIDADE DE 500ML. SENDO TRANSPARENTE NA PARTE FRONTAL E OPACA AO VERSOPARA MELHOR VISUALIZAÇÃO DO ASPECTO DA DIURESE.NÃO CONTÉM FILTRO HIDRÓFobo. COM DISPOSITIVO ANTI-REFLUXO.	5061
37	1	CAIXA	BOLSA DE COLOSTOMIA INTESTINAL DE UMA PEÇA, DRENÁVEL, COM BARREIRA A PROVA DE ODOR E VAZAMENTO, TRANSPARENTE/OPACA, PLACA DE BARREIRA DE PELE DE RESINA A BASE DE HIDROCOLÓIDES (PECTINA, GELATINA E CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA) PLACA COM DIÂMETRO RECORTAVEL DE 19 A 64MM, CAIXA COM 10 UNIDADES.	5062
38	1	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1011, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	5063
39	1	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1012 HASTE CURTA, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL.CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	5064
40	1	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1012 HASTE LONGA, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	5065
41	1	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1013, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO.APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL.CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	5066



42	1	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1014 HASTE CURTA, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	5067
43	1	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1033, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	5076
44	1	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1190 F, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	5083
45	1	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1190, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	5085
46	1	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 3018, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	5094
47	1	UNIDADE	BROCA PARA ACABAMENTO 3168. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	5106
48	1	UNIDADE	CAIXA COLETORA DE MATERIAL PERFUROCORTANTE DE 13 LITROS NA COR AMARELA COM IDENTIFICAÇÃO. DEVE POSSUIR ALÇAS PARA GARANTIR O MANUSEIO SEGURO E QUE NÃO ATRAPALHEM NA UTILIZAÇÃO. COM BOCAL NA PARTE SUPERIOR E TAMPAS PARA O FECHAMENTO DO BOCAL DE FORMA FÁCIL E SEGURA. DEVE ATENDER AS EXIGÊNCIAS DAS NORMAS: ABNT NBR 13853 de 05/1997, RDC 306, CONAMA 358 E DEMAIS NORMAS RELACIONADAS.	5107
49	1	UNIDADE	CAIXA COLETORA DE MATERIAL PERFUROCORTANTE DE 5 LITROS NA COR AMARELA COM IDENTIFICAÇÃO. DEVE POSSUIR ALÇAS PARA GARANTIR O MANUSEIO SEGURO E QUE NÃO ATRAPALHEM NA UTILIZAÇÃO. COM BOCAL NA PARTE SUPERIOR E TAMPAS PARA O FECHAMENTO DO BOCAL DE FORMA FÁCIL E SEGURA. DEVE ATENDER AS EXIGÊNCIAS DAS NORMAS: ABNT NBR 13853 de 05/1997, RDC 306, CONAMA 358 E DEMAIS NORMAS RELACIONADAS.	5108
50	1	UNIDADE	CATETER NASAL TIPO ÓCULOS, TAMANHO ÚNICO, ESTERILIZADO A RAIOS GAMMA, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM SACO PLÁSTICO COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	5110
51	1	KIT	CIMENTO DE HÍDRÓXIDO DE CÁLCIO RADIOPACO SISTEMA PASTA-PASTA. COMPOSIÇÃO ESTER GLICOL SALICILATO, FOSFATO DE CÁLCIO, TUNGSTATO DE CÁLCIO, ÓXIDO DE ZINCO, ETILTOLUENO SULFONAMIDA, HÍDRÓXIDO DE CÁLCIO DE TITÂNIO, ES-TEORATO DE ZINCO E CORANTE MINERAIS. APRESENTAÇÃO: 1 TUBO DE PASTA BASE COM 13GR, 1 TUBO DE PASTA CATALIZADORA, NÃO CONTENDO ÁGUA PURIFICADA NA SUA COMPOSIÇÃO. COM REGISTRO NA ANVISA.	5111
52	1	KIT	CIMENTO DE IONÔMERO DE VIDRO PARA CIMENTAÇÃO. COMPOSIÇÃO: PÓ: VIDRO DE FLUORSILICATO DE VIDRO, COPOLÍMEROS DE ÁCIDO CARBÔNICO (POLIACRÍLICO E MALEICO) E PIGMENTOS. LÍQUIDO: SOLUÇÃO DE ÁCIDO TARTÁRICO. APRESENTAÇÃO: KIT PEQUENO: 1 FRASCO COM 8G DE PÓ E 1 FRASCO DE LÍQUIDO COM 5 ML, COLHER DOSADORA E BLOCO DE ESPATULAÇÃO	5112
53	1	UNIDADE	COLCHÃO PIRAMIDAL SOLTEIRO TIPO CAIXA DE OVO COM MEDIDAS DE 188X78X5CM, D33, CAPACIDADE MÍNIMA DE 90KG.	5113
54	1	PACOTE	COMPRESSA CAMPO ALVA, 04 CAMADAS, COM CADARÇO, 45CMX50CM, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT, PACOTE COM 50 UNIDADES.	5115
55	1	PACOTE	COMPRESSA DE GAZE HÍDRÓFILA, CONFECCIONADA COM 13 FIOS, EM TAMANHO 10X10CM E 20X40CM ABERTA, COM 5 DOBRAS, 8 CAMADAS, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADA PARA DENTRO, COM PESO MÍNIMO DE 950GR POR PACOTE, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT E ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13843, EMBALADA EM PACOTES COM 500 PEÇAS POR PACOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	5118
56	1	PACOTE	COMPRESSA DE GAZE HÍDRÓFILA, CONFECCIONADA COM 13 FIOS, EM TAMANHO 7,5X7,5CM E 15X30CM ABERTA, COM 5 DOBRAS, 8 CAMADAS, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADA PARA DENTRO, COM PESO MÍNIMO DE 450GR POR PACOTE, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT E ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13843, EMBALADA EM PACOTES COM 500 PEÇAS POR PACOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	5119
57	1	UNIDADE	COMPRESSA DE GAZE TIPO QUEIJO, CONFECCIONADA COM 13 FIOS, EM TAMANHO NOMINAL 91X91CM, COR BRANCA, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADAS PARA DENTRO, EMBALADAS INDIVIDUAL EM PACOTE PLÁSTICO, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT, PESO MÍNIMO 1450 GRAMAS.	5122
58	1	FRASCO	DETERGENTE ENZIMÁTICO, PARA LIMPEZA DE ARTIGOS MÉDICOS HOSPITALARES COMPOSTO POR 5 ENZIMAS, PROTEASE, PEPTIDASE, AMILASE, CELULASE E LIPASE, DETERGENTE NÃO IÔNICO/ANIÔNICO, PH NEUTRO, BIODEGRADÁVEL, NÃO CORROSIVO PARA METAIS, PARA SER UTILIZADO EM TEMPERATURA AMBIENTE OU AQUECIDA PARA PROCESSOS DE LIMPEZA MANUAL OU AUTOMATIZADO, DE AÇÃO RÁPIDA, VOLUME DE 5.000ML, DILUIÇÃO DE 2,0ML POR LITRO, POUCO FORMACÃO DE ESPUMA, SEM ODORES AGRESSIVOS NA FORMA CONCENTRADA OU DILUÍDA, SEM CORANTE. FRASCO COM 1LITRO.	5134

59	1	GALÃO	DETERGENTE ENZIMÁTICO, PARA LIMPEZA DE ARTIGOS MÉDICOS HOSPITALARES COMPOSTO POR 5 ENZIMAS, PROTEASE, PEPTIDASE, AMILASE, CELULASE E LIPASE, DETERGENTE NÃO IÔNICO/ANIÔNICO, PH NEUTRO, BIODEGRADÁVEL, NÃO CORROSIVO PARA METAIS, PARA SER UTILIZADO EM TEMPERATURA AMBIENTE OU AQUECIDA PARA PROCESSOS DE LIMPEZA MANUAL OU AUTOMATIZADO, DE AÇÃO RÁPIDA, VOLUME DE 5.000ML, DILUIÇÃO DE 2,0ML POR LITRO, POUCA FORMAÇÃO DE ESPUMA, SEM ODOR AGRESSIVO NA FORMA CONCENTRADA OU DILUÍDA, SEM CORANTE. GALÃO COM 5 LITROS.	5135
60	1	KIT	DISCOS SOF-LEX POP-ON SÉRIE VERMELHA (KIT COM GRANULAÇÃO: GROSSA, MÉDIA, FINA E EXTRA FINA CONTENDO 30 UNIDADES CADA GRANULAÇÃO).	5139
61	1	UNIDADE	ELETRODOS PARA FISIOTERAPIA COM DUAS CAMADAS DE HIDROGEL ADESIVO DE 13X7,5CM.	5140
62	1	UNIDADE	ELETRODOS PARA FISIOTERAPIA COM DUAS CAMADAS DE HIDROGEL ADESIVO DE 5X5CM.	5141
63	1	UNIDADE	ELETRODOS PARA FISIOTERAPIA COM DUAS CAMADAS DE HIDROGEL ADESIVO DE 9X5CM.	5142
64	1	UNIDADE	EQUIPO MACROGOTAS, FLEXÍVEL COMPOSTO DE LANCETA PERFURANTE PARA CONEXÃO AO RECIPIENTE DE SOLUÇÃO, CÂMARA FLEXÍVEL E TRANSPARENTE PARA VISUALIZAÇÃO DO GOTEJAMENTO, CONTROLADOR DE FLUXO TIPO PINÇA ROLETE E CONEXÃO LUER PARA DISPOSITIVO DE ACESSO VENOSO.	5143
65	1	UNIDADE	EQUIPO MICROGOTAS, PONTA PERFURANTE COM TAMPA PROTETORA, CÂMARA FLEXÍVEL, GOTEJADORA EM MICROGOTAS, TUBO EM PVC DE 1,50CM, PINÇA ROLETE PRA CONTROLE DE VOLUME, CONEXÃO LUER.	5144
66	1	ROLO	ESPARADRAPO 10CMX4,5M, TECIDO 100% ALGODÃO COM RESINA ACRÍLICA IMPERMEABILIZANTE, COM MASSA ADESIVA À BASE DE BORRACHA NATURAL, ÓXIDO DE ZINCO E RESINA. EMBALAGEM COM CAPA PROTETORA.	5147
67	1	CAIXA	ESPÁTULA DE AYRE, FABRICADA EM MADEIRA DE 19CM DE COMPRIMENTO EMBALADO INDIVIDUALMENTE. COM 100 UNIDADES	5149
68	1	UNIDADE	ESPÉCULO DESCARTÁVEL MODELO COLLIN, TAMANHO G	5150
69	1	UNIDADE	ESPÉCULO DESCARTÁVEL MODELO COLLIN, TAMANHO M	5151
70	1	UNIDADE	ESPÉCULO DESCARTÁVEL MODELO COLLIN, TAMANHO P	5152
71	1	UNIDADE	ESPÉCULO LUBRIFICADO ESTERILIZADO GRANDE, PRODUZIDO EM POLIESTIRENO CRISTAL, PERMITE EXCELENTE TRANSPARÊNCIA E TRANSMISSÃO LUMINO. VALVAS ANATÔMICAS DE CONTORNOS LISOS E REGULARES, SEMELHANTES AO FORMATO DOS FÓRNICES VAGINAIS. DISPOSITIVO DE ABERTURA (PARAFUSO BORBOLETA) FABRICADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO (PSAI), PIGMENTADO E INDEFORMÁVEL.	5153
72	1	UNIDADE	ESPÉCULO LUBRIFICADO ESTERILIZADO MÉDIO, PRODUZIDO EM POLIESTIRENO CRISTAL, PERMITE EXCELENTE TRANSPARÊNCIA E TRANSMISSÃO LUMINO. VALVAS ANATÔMICAS DE CONTORNOS LISOS E REGULARES, SEMELHANTES AO FORMATO DOS FÓRNICES VAGINAIS. DISPOSITIVO DE ABERTURA (PARAFUSO BORBOLETA) FABRICADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO (PSAI), PIGMENTADO E INDEFORMÁVEL.	5154
73	1	UNIDADE	ESPÉCULO LUBRIFICADO ESTERILIZADO PEQUENO, PRODUZIDO EM POLIESTIRENO CRISTAL, PERMITE EXCELENTE TRANSPARÊNCIA E TRANSMISSÃO LUMINO. VALVAS ANATÔMICAS DE CONTORNOS LISOS E REGULARES, SEMELHANTES AO FORMATO DOS FÓRNICES VAGINAIS. DISPOSITIVO DE ABERTURA (PARAFUSO BORBOLETA) FABRICADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO (PSAI), PIGMENTADO E INDEFORMÁVEL.	5155
74	1	UNIDADE	ESTETOSCÓPIO RAPPAPORT ADULTO/INFANTIL CONTENDO: UM PAR DE OLIVAS ROSQUEAVEL DE DURA, UM PARA DE OLIVAS ROSQUEAVEL DE MACIA, DOIS PARES DE MEMBRANAS DE PLÁSTICO RÍGIDO, ANEL ROSQUEADO DE COBRE CROMADO (INFANTIL E ADULTO), BASE ROSQUEADA DE COBRE CROMADO QUE POSSIBILITE A TROCA DO SINO OU DIAFRAGMA (INFANTIL E ADULTO), CÂMARA DE SOM EM LIGA DE ALUMÍNIO, TUBO ROTATÓRIO CENTRAL EM COBRE CROMADO POSSUINDO DUAS SAÍDAS, TUBO DUPLO DE PVC DE ANÉIS METÁLICOS, FONE BIAURICULAR DE COBRE CROMADO, DIAFRAGMA ABERTO PEQUENO, DIAFRAGMA ABERTO MÉDIO, DIAFRAGMA ABERTO GRNDE E AUSCULTADOR.	5156
75	1	CAIXA	FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 3.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIO GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 2.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.	5159
76	1	CAIXA	FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 4.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIO GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 2.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.	5162
77	1	ROLO	FITA ADESIVA DE AUTOCLAVE 19MMX30M, DORSO DE PAPEL CREPADO Á BASE DE BORRACHA NATURAL, NA OUTRA FACE, FINA CAMADA IMPERMEABILIZADA DE RESINA ACRÍLICA, COM INDICADOR DE ESTERILIZAÇÃO (LISTAS DIAGONAIS DE TINTA TERMOREATIVA QUE QUANDO ESTERILIZADAS MUDAM A COLORAÇÃO DE BRANCO PARA PRETO. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	5166
78	1	UNIDADE	FRALDAS GERIÁTRICAS TAMANHO G, MODELO UNISEX, COM BAREIRAS LATERAIS ANTIVAZAMENTO, ABSORÇÃO MÍNIMA DE 1800ML.	5168
79	1	UNIDADE	FRALDAS GERIÁTRICAS TAMANHO GG, MODELO UNISEX, COM BAREIRAS LATERAIS ANTIVAZAMENTO, ABSORÇÃO MÍNIMA DE 2000ML.	5169
80	1	UNIDADE	FRALDAS GERIÁTRICAS TAMANHO M, MODELO UNISEX, COM BAREIRAS LATERAIS ANTIVAZAMENTO, ABSORÇÃO MÍNIMA DE 1600ML.	5170
81	1	UNIDADE	FRALDAS GERIÁTRICAS TAMANHO P, MODELO UNISEX, COM BAREIRAS LATERAIS ANTIVAZAMENTO, ABSORÇÃO MÍNIMA DE 1600ML.	5171
82	1	UNIDADE	GEL CONDUTOR INCOLOR PARA MEIOS DE CONTATO (ULTRASON). COM pH NEUTRO (ENTRE 6,5 E 7,0), INODORO E HIPOALERGÊNICO, SUA COMPOSIÇÃO DEVE SER LIVRE DE ALCOOL E SAIS. EMBALAGEM DE 1KG	5172
83	1	UNIDADE	GEL CONDUTOR INCOLOR PARA MEIOS DE CONTATO (ULTRASON). COM pH NEUTRO (ENTRE 6,5 E 7,0), INODORO E HIPOALERGÊNICO, SUA COMPOSIÇÃO DEVE SER LIVRE DE ALCOOL E SAIS. EMBALAGEM DE 5KG	5173



84	1	CAIXA	INDICADOR BIOLÓGICO PARA VAPOR, DO TIPO AUTO-CONTIDO, COM TEMPO DE RESPOSTA FINAL NEGATIVA EM 48 HORAS, PARA O MONITORAMENTO BIOLÓGICO DE CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR SATURADO SOB PRESSÃO, COMPOSTO POR UMA TIRA DE PAPEL CONTENDO UMA POPULAÇÃO MICROBIANA MÍNIMA DE 100.000 (CEM MIL) ESPOROS SECOS E PADRONIZADOS DE GEOBACILLUS STEAROTHERMOPHILLUS (ATCC 7953 COM CERTIFICADO DE QUALIDADE ASSEGURADA). A TIRA CONTENDO ESPOROS ESTÁ ACONDICIONADA EM UMA AMPOLA PLÁSTICA TERMORRESISTENTE, CONTENDO EM SEU INTERIOR UMA AMPOLA DE VIDRO LACRADA, COM UM CALDO NUTRIENTE PRÓPRIO PARA CRESCIMENTO DOS MICROORGANISMOS. A AMPOLA PLÁSTICA É FECHADA POR UMA TAMPA PERFURADA E PROTEGIDA POR PAPEL DE FILTRO HIDROFÓBICO, CADA AMPOLA POSSUI UM RÓTULO EXTERNO QUE INFORMA O NOME DO PRODUTO, LOTE, PRAZO DE VALIDADE, CONTENDO CAMPOS PARA IDENTIFICAÇÃO DA AMPOLA E UM INDICADOR QUÍMICO DE EXPOSIÇÃO QUE DIFERENCIA AS AMPOLAS PROCESSADAS DAS NÃO-PROCESSADAS. CAIXA COM 100 AMPOLAS.	5174
85	1	CAIXA	INDICADOR QUÍMICO DO TIPO INTEGRADOR, CLASSE 5, QUE PERMITE EFETUAR O MONITORAMENTO DE TODOS OS PARÂMETROS CRÍTICOS DO PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, COM PERFORMANCE EQUIVALENTE OU SUPERIOR À CURVA DE MORTE MICROBIANA DO GEOBACILLUS STEAROTHERMOPHILLUS. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTEMPLAR 3 VALORES DECLARADOS: 121°C, 135°C E UMA TEMPERATURA INTERMEDIÁRIA, CORRELACIONADAS COM O TEMPO DE MORTE MICROBIANA, E NA TEMPERATURA DE 121°C DEVERÁ REAGIR A PARTIR DE 16,5 MINUTOS. COMPOSTO DE UMA MECHA DE PAPEL E DE UMA PÍLULA QUÍMICA SENSÍVEL À TEMPERATURA, TEMPO E VAPOR, ACONDICIONADAS EM UMA EMBALAGEM COMPOSTA POR PAPEL/FILME E ALUMÍNIO LAMINADO. INTEGRADOR DE MUDANÇA DE LIMITE/MOVIMENTO FRONTAL, ONDE DURANTE A ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, A SUBSTÂNCIA QUÍMICA FUNDE E MIGRA COMO UM LÍQUIDO DE COLORAÇÃO ESCURA ATRAVÉS DA MECHA DE PAPEL. A MIGRAÇÃO É VISÍVEL ATRAVÉS DA JANELA IDENTIFICADA POR "REJECT" (REJEITADO), E DEVERÁ ATINGIR A ÁREA DENOMINADA "ACCEPT" (ACEITO) SE TODAS AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A ELIMINAÇÃO DE MICROORGANISMOS NO INTERIOR DA EMBALAGEM FOREM ALCANÇADAS. A EXTENSÃO DA MIGRAÇÃO É PROPORCIONAL AO TEMPO DE EXPOSIÇÃO AO VAPOR E A TEMPERATURA. CAIXA COM 100 UNIDADES.	5175
86	1	CAIXA	LÂMINA DE VIDRO DE 2,5CM X 7,5CM E 1MM DE ESPESSURA, SENDO QUE APRESENTA UMA PEQUENA PARTE FOSCA PARA IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE, ACONDICIONADA INDIVIDUALMENTE EM CAIXA PORTA-LÂMINAS DE 2,8CMX8,4CM. CAIXA COM 50 UNIDADES	5182
87	1	CAIXA	LANCETAS COM SISTEMA DE PUNÇÃO DIGITAL, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, DE UTILIZAÇÃO ÚNICA PARA COLETA DE AMOSTRA DE SANGUE CAPILAR, COM PERFURAÇÃO DE 1,5MM, COM RETRAÇÃO AUTOMÁTICA DA AGULHA. DEVE ATENDER A NR 32 DA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO ANVISA). CAIXA COM 200 UNIDADES.	5183
88	1	ROLO	LENÇOL DE PAPEL DESCARTÁVEL DE FIBRA NATURAL NA COR BRANCA COM MEDIDAS DE 70CMX50M	5184
89	1	CAIXA	LIMA ENDODÔNTICA 1ª SÉRIE DE 25MM FLEXOFIL, COM CURSOR DE ESPESSURA 1,5 MM, CABO ARREDONDADO PARA ADAPTAÇÃO EM CONTRA-ÂNGULO E4R OSCILATÓRIO COM REDUÇÃO 4:1, PADRÕES ISO DE CALIBRES 006 A 140 E DE CONICIDADE .02. CAIXA COM 06 UNIDADES (15 À 40).	5185
90	1	CAIXA	LIMA ENDODÔNTICA 2ª SÉRIE DE 25MM FLEXOFIL, COM CURSOR DE ESPESSURA 1,5MM, COM CABO ARREDONDADO PARA ADAPTAÇÃO EM CONTRA-ÂNGULO E4R OSCILATÓRIO COM REDUÇÃO 4:1, PADRÕES ISO DE CALIBRES 006 A 140 E DE CONICIDADE .02. CAIXA COM 6 UNIDADES (45 À 80).	5186
91	1	UNIDADE	LOÇÃO HIDRATANTE CREMOSA, ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS, VITAMINA A E E, COM ALOE VERA, FRASCO COM 200ML	5187
92	1	PAR	LUVA CIRÚRGICA TAM. 6,5 - ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA (COBALTO), COR NATURAL, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIO- ABSORVÍVEL. ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM PUNHO REFORÇADO LISO.	5188
93	1	PAR	LUVA CIRÚRGICA TAM. 7,0 - ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA (COBALTO), COR NATURAL, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIO- ABSORVÍVEL. ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM PUNHO REFORÇADO LISO.	5189
94	1	PAR	LUVA CIRÚRGICA TAM. 7,5 - ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA (COBALTO), COR NATURAL, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIO- ABSORVÍVEL. ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM PUNHO REFORÇADO LISO.	5190
95	1	PAR	LUVA CIRÚRGICA TAM. 8,0 - ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA (COBALTO), COR NATURAL, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIO- ABSORVÍVEL. ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM PUNHO REFORÇADO LISO.	5191
96	1	PAR	LUVA CIRÚRGICA TAM. 8,5 - ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA (COBALTO), COR NATURAL, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIO- ABSORVÍVEL. ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM PUNHO REFORÇADO LISO.	5192
97	1	CAIXA	LUVA DE PROCEDIMENTOS TAMANHO G - EM LÁTEX, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM BAIXA COR DE PROTEÍNA, INFERIOR A 50MG POR U. CAIXA COM 100 UNIDADES	5193
98	1	CAIXA	LUVA DE PROCEDIMENTOS TAMANHO M - EM LÁTEX, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM BAIXA COR DE PROTEÍNA, INFERIOR A 50MG POR U. CAIXA COM 100 UNIDADES.	5194
99	1	CAIXA	LUVA DE PROCEDIMENTOS TAMANHO P - EM LÁTEX, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM BAIXA COR DE PROTEÍNA, INFERIOR A 50MG POR U. CAIXA COM 100 UNIDADES.	5195

100	1	CAIXA	LUVA DE PROCEDIMENTOS TAMANHO PP - EM LÁTEX, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM BAIXA COR DE PROTEÍNA, INFERIOR A 50MG POR U. CAIXA COM 100 UNIDADES.	5196
101	1	CAIXA	MÁSCARA, CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO, 3 DOBRAS COM FILTRO, TRIPLA PROTEÇÃO, SENDO AS CAMADAS SOLDADAS ELETRONICAMENTE POR ULTRASSON. TIPO ELÁSTICO. CAIXA COM 50 UNIDADES.	5200
102	1	CAIXA	MÁSCARA, CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO, 3 DOBRAS COM FILTRO, TRIPLA PROTEÇÃO, SENDO AS CAMADAS SOLDADAS ELETRONICAMENTE POR ULTRASSON. TIPO TIRAS. CAIXA COM 50 UNIDADES.	5201
103	1	ROLO	MICROPORE, FITA HIPOALÉRGICA MICROPOROSA, CONFECCIONADA COM SUBSTRATO DE NÃO TECIDO Á BASE DE FIBRAS DE VISCOSE, RESINA ACRÍLICA E MASSA ADESIVA A BASE DE POLIACRILATO HIPOALERGÊNICO, 2,5CMX10M, PRODUTO COM CAPA PROTETORA, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	5204
104	1	ROLO	MICROPORE, FITA HIPOALÉRGICA MICROPOROSA, CONFECCIONADA COM SUBSTRATO DE NÃO TECIDO Á BASE DE FIBRAS DE VISCOSE, RESINA ACRÍLICA E MASSA ADESIVA A BASE DE POLIACRILATO HIPOALERGÊNICO, 5CMX10M, PRODUTO COM CAPA PROTETORA, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	5205
105	1	UNIDADE	OXÍMETRO DE PULSO, MEDE E MOSTRA VALORES CONFIÁVEIS DA SPO2 E DA FREQUÊNCIA CARDÍACA; BOTÃO ÚNICO DE LIGAÇÃO PARA FACILITAR A OPERAÇÃO; VISOR GRANDE E FÁCIL VISUALIZAÇÃO; COMPACTO, PORTÁTIL E ILUMINADO; ALIMENTAÇÃO ATRAVÉS DE DUAS PILHAS ALCALINAS "AAA"; DISPOSITIVO DESLIGA AUTOMATICAMENTE APÓS 8 SEGUNDOS SEM ATIVIDADE.	5206
106	1	CAIXA	PAPEL CREPADO 30X30CM, GRAMATURA 60G/M², INDICADO PARA EMPACOTAMENTO DE TODOS OS MATERIAIS A SEREM ESTERILIZADOS EM AUTOCLAVE A VAPOR, ÓXIDO DE ETILENO OU POR RADIAÇÃO GAMA, COM BARREIRA MICROBIANA EFICAZ ATRAVÉS DA POROSIDADE, EFICIENTE NA FILTRAÇÃO BACTERIANA, DE FÁCIL UTILIZAÇÃO CONFORME TÉCNICA UNIVERSAL DE EMPACOTAMENTO, DESLIZE SUAVE E AJUSTE DE CONTOURNO, MALEÁVEL, RESISTENTE A RUPTURA, RASGO E ESTOURO, BIODEGRADÁVEL E INCINERÁVEL, CONFECCIONADO EM 100% CELULOSE, ATÓXICO E NÃO IRRITANTE. EMBALAGEM QUE ASSEGURA A INTEGRIDADE DO MATERIAL A SER ESTERILIZADO, GARANTINDO SUA PROTEÇÃO QUANTO A AÇÃO DE AGENTES EXTERNOS. PRODUTO DE USO ÚNICO, CAIXA COM 500 FOLHAS. COM REGISTRO NA ANVISA.	5208
107	1	CAIXA	PAPEL CREPADO 50X50CM, GRAMATURA 60G/M², INDICADO PARA EMPACOTAMENTO DE TODOS OS MATERIAIS A SEREM ESTERILIZADOS EM AUTOCLAVE A VAPOR, ÓXIDO DE ETILENO OU POR RADIAÇÃO GAMA, COM BARREIRA MICROBIANA EFICAZ ATRAVÉS DA POROSIDADE, EFICIENTE NA FILTRAÇÃO BACTERIANA, DE FÁCIL UTILIZAÇÃO CONFORME TÉCNICA UNIVERSAL DE EMPACOTAMENTO, DESLIZE SUAVE E AJUSTE DE CONTOURNO, MALEÁVEL, RESISTENTE A RUPTURA, RASGO E ESTOURO, BIODEGRADÁVEL E INCINERÁVEL, CONFECCIONADO EM 100% CELULOSE, ATÓXICO E NÃO IRRITANTE. EMBALAGEM QUE ASSEGURA A INTEGRIDADE DO MATERIAL A SER ESTERILIZADO, GARANTINDO SUA PROTEÇÃO QUANTO A AÇÃO DE AGENTES EXTERNOS. PRODUTO DE USO ÚNICO, CAIXA COM 500 FOLHAS. COM REGISTRO NA ANVISA.	5209
108	1	UNIDADE	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL RADIOPACA, COMPOSTA PELA CARGA MICROGLASS, ONDE AS PARTÍCULAS DE VIDRO DE BÁRIO, QUE APRESENTAM TAMANHO MÉDIO DE 0,7 µm (MICRÔMETRO) E TAMANHO MÁXIMO INFERIOR A 2 µm (MICRÔMETRO), FORMAM UMA ESTRUTURA COMPACTA E AMORFA. COR A2.	5213
109	1	UNIDADE	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL UNIVERSAL, COM 100% DE NANOPARTÍCULA, MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, BIS-EMA, UDMA E PARTÍCULAS INORGÂNICAS DE ZIRCONIA/SÍLICA COM TAMANHO DE 5 A 20 NM E NANOAGLOMERADOS DE 0,6 A 1,4 µm E 59,5% DE CARGA EM VOLUME (78,5% EM PESO). COR C3.	5214
110	1	UNIDADE	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL UNIVERSAL, COM 100% DE NANOPARTÍCULA, MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, BIS-EMA, UDMA E PARTÍCULAS INORGÂNICAS DE ZIRCONIA/SÍLICA COM TAMANHO DE 5 A 20 NM E NANOAGLOMERADOS DE 0,6 A 1,4 µm E 59,5% DE CARGA EM VOLUME (78,5% EM PESO). COR OPACA.	5215
111	1	UNIDADE	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL UNIVERSAL, COM 100% DE NANOPARTÍCULA, MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, BIS-EMA, UDMA E PARTÍCULAS INORGÂNICAS DE ZIRCONIA/SÍLICA COM TAMANHO DE 5 A 20 NM E NANOAGLOMERADOS DE 0,6 A 1,4 µm E 59,5% DE CARGA EM VOLUME (78,5% EM PESO). COR OA3 OPACA.	5216
112	1	UNIDADE	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL, MATRIZ INORGÂNICA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 82% EM PESO E 60% EM VOLUME; MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, UDMA E BIS-EMA. COR A3.	5217
113	1	UNIDADE	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL, MATRIZ INORGÂNICA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 82% EM PESO E 60% EM VOLUME; MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, UDMA E BIS-EMA. COR B1.	5218
114	1	UNIDADE	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL, MATRIZ INORGÂNICA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 84,5% EM PESO E 66% EM VOLUME; MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA E TEGDMA. COR A2.	5221
115	1	UNIDADE	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONÔMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 2 GR COR EC2	5229
116	1	UNIDADE	RESINA MICRO-HÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA BIS-GMA, TEGDMA:ZICORNIA /SÍLICA COM 84,5%, POSSUI TAMANHO MÁXIMO DE PARTÍCULAS 4,5 MICRÔMETROS E PESO NO MÍNIMO 70% EM VOLUME – COR A2 – 4GR.	5237
117	1	UNIDADE	RESINA MICRO-HÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA BIS-GMA, TEGDMA:ZICORNIA /SÍLICA COM 84,5%, POSSUI TAMANHO MÁXIMO DE PARTÍCULAS 4,5 MICRÔMETROS E PESO NO MÍNIMO 70% EM VOLUME – COR B2 – 4GR.	5241
118	1	UNIDADE	RESINA MICRO-HÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA BIS-GMA, TEGDMA:ZICORNIA /SÍLICA COM 84,5%, POSSUI TAMANHO MÁXIMO DE PARTÍCULAS 4,5 MICRÔMETROS E PESO NO MÍNIMO 70% EM VOLUME – COR OA2 – 4GR.	5243

119	1	UNIDADE	RESINA MICRO-HÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA BIS-GMA, TEGDMA:ZICORNIA /SILICA COM 84,5%, POSSUI TAMANHO MÁXIMO DE PARTÍCULAS 4,5 MICROMETROS E PESO NO MÍNIMO 70% EM VOLUME – COR OA3 – 4GR.	5244
120	1	UNIDADE	SERINGA 10ML LL (BICO ROSCA), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOL, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER LOK E FLANGE, ÊMBOL DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LATEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	5249
121	1	UNIDADE	SERINGA 1ML (BCG), COM AGULHA FIXA, CAPACIDADE PARA 100U.I, ESCALA DE 2 EM 2 UNID.. AGULHA 12,7X0,3MM. EMBALADAS EM CONJUNTO DE 10 UNIDADES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	5251
122	1	UNIDADE	SERINGA 1ML (INSULINA), STOPPER FINO, ÊMBOL COM ANEL DE RETENÇÃO, CAPACIDADE PARA 100 UNIDADES DE INSULINA COM GRADUAÇÃO DE 1 EM 1 UNIDADE, COM AGULHA DE 12,7X0,3 MM DE CALIBRE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	5253
123	1	UNIDADE	SERINGA 20ML LS (BICO LISO), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOL, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER LOK E FLANGE, ÊMBOL DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LATEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	5255
124	1	UNIDADE	SERINGA 3ML LL (BICO ROSCA), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOL, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER LOK E FLANGE, ÊMBOL DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LATEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	5256
125	1	UNIDADE	SERINGA 5ML LL (BICO ROSCA), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOL, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER LOK E FLANGE, ÊMBOL DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LATEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	5258
126	1	UNIDADE	SERINGA COM TRAVA DE SEGURANÇA 10ML, SEM AGULHA, EM POLIPROPILENO, ESTÉRIL, SILICONIZADA, DESCARTÁVEL, COM BICO ROSCA DUPLA QUE PERMITA O USO DE TODAS AS MARCAS DE AGULHA E QUE ATENDA A NR 32. EMBOL COM ANEL INTERNO EMBORRACHADO PARA MELHOR RETENÇÃO DE LÍQUIDO. GRADUADA EM ESCALA NUMÉRICA PARA ML COM NÚMEROS NÍTIDOS, VISÍVEIS E GRAVADOS AO LONGO DO CORPO DA SERINGA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONTENDO AS INFORMAÇÕES SOBRE: TIPO, DATA E VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO, PROCEDENCIA, FABRICANTE, NÚMERO DE LOTE, REGISTRO NO MS (NA CAIXA E NA EMBALAGEM INDIVIDUAL). SERINGA DOTADA DE DISPOSITIVO DE SEGURANÇA RETRÁTIL PARA A AGULHA EM RETRAÇÃO MECÂNICA DA AGULHA PARA DENTRO DO CORPO DA SERINGA DE TAL FORMA QUE O PROFISSIONAL NAO ENTRE EM CONTATO COM A A MESMA.	5260
127	1	UNIDADE	SONDA FOLLEY COM BALÃO, COMPOSIÇÃO 100% DE SILICONE. CONTENDO 10 UNIDADES Nº 16	5274
128	1	UNIDADE	SONDA FOLLEY COM BALÃO, COMPOSIÇÃO 100% DE SILICONE. CONTENDO 10 UNIDADES Nº 18	5275
129	1	UNIDADE	SONDA FOLLEY COM BALÃO, COMPOSIÇÃO 100% DE SILICONE. CONTENDO 10 UNIDADES Nº 20	5276
130	1	UNIDADE	SONDA URETRAL Nº 12, PARA DRENAGEM DE URINA NA URETRA E BEXIGA. EXPESSURA DE 4,5MM, ESTÉRIL, ATÓXICA, APIROGÊNICO. COM TUBO DE PVC ATÓXICO E FLEXÍVEL E CONECTOR COM TAMPA. EMBALAGEM INDIVIDUAL, INVOLÁVEL, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA. COM 10 UNIDADES	5278
131	1	UNIDADE	SONDA URETRAL Nº 14, PARA DRENAGEM DE URINA NA URETRA E BEXIGA. EXPESSURA DE 5MM, ESTÉRIL, ATÓXICA, APIROGÊNICO. COM TUBO DE PVC ATÓXICO E FLEXÍVEL E CONECTOR COM TAMPA. EMBALAGEM INDIVIDUAL, INVOLÁVEL, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA. COM 10 UNIDADES	5279
132	1	UNIDADE	SORO FISIOLÓGICO 0,9%, SISTEMA FECHADO ESTÉRIL, FRASCO COM 1000ML	5280
133	1	UNIDADE	SORO FISIOLÓGICO 0,9%, SISTEMA FECHADO ESTÉRIL, FRASCO COM 100ML	5281
134	1	UNIDADE	SORO FISIOLÓGICO 0,9%, SISTEMA FECHADO ESTÉRIL, FRASCO COM 250ML	5282
135	1	UNIDADE	SORO FISIOLÓGICO 0,9%, SISTEMA FECHADO ESTÉRIL, FRASCO COM 500ML	5283
136	1	UNIDADE	SORO GLICOSADO 5%, SISTEMA FECHADO ESTÉRIL, FRASCO CONTENDO 1000ML	5284
137	1	UNIDADE	SORO GLICOSADO 5%, SISTEMA FECHADO ESTÉRIL, FRASCO CONTENDO 250ML	5285
138	1	UNIDADE	SORO GLICOSADO 5%, SISTEMA FECHADO ESTÉRIL, FRASCO CONTENDO 500ML	5286
139	1	UNIDADE	SUGADOR DESCARTÁVEL COM TUBO CONFECCIONADO EM PVC TRANSPARENTE E ATÓXICO. ARAME EM AÇO ESPECIAL, DESENVOLVIDO PARA FIXAÇÃO IMEDIATA NA POSIÇÃO DESEJADA. PONTEIRA EM PVC MACIO E ATÓXICO. COMPRIMENTO DE 10CM. EMBALADO INDIVIDUALMENTE E INVOLÁVEL EM PACOTES DE 40 UNIDADES.	5287

140	1	UNIDADE	TERMÔMETRO COM AFERIÇÃO DIGITAL, DE TEMPERATURA CORPORAL, CONFECCIONADO EM TERMO-PLÁSTICO, COM AVISO SONORO, VISOR DIGITAL DE FÁCIL VISUALIZAÇÃO, RESISTENTE À ÁGUA, DEVERÁ POSSUIR SELO DE QUALIDADE DO INMETRO.	5288
141	1	UNIDADE	ÁGUA OXIGENADA 10 VOLUMES 1000ML	5289
142	1	UNIDADE	APARELHO DE PRESSÃO ARTERIAL (ESFIGMOMANOMETRO) COMPLETO	5291
143	1	UNIDADE	ÁGUA DESTILADA P /AUTOCLAVE 5000ML	5292
144	1	UNIDADE	COTONETE HASTE FLEXÍVEL C/75 UNIDADES	5293
145	1	UNIDADE	CATETER PARA OXIGÊNIO TIPO ÓCULOS	5295
146	1	UNIDADE	DRENO DE PENROSE Nº 01	5298
147	1	CAIXA	ELETRODO ESPUMA ECG ADULTO CAIXA C/50 UNIDADES	5302
148	1	UNIDADE	EQUIPO ALIMENTAÇÃO DIETA ENTERAL	5304
149	1	PACOTE	ESCOVA CERVICAL N/ ESTÉRIL PACOTES C/ 100 UNIDADES	5305
150	1	CAIXA	FIO CATGUT CROMADO 3.0C/ AGULHA 2,0 CAIXA C/ 24 UNIDADES	5310
151	1	PACOTE	FRALDAS GERIÁTRICAS ADULTO COM GEL TAMANHO M PACOTE C/ 8 UNIDADES.	5314
152	1	PACOTE	FRALDAS GERIÁTRICAS ADULTO COM GEL TAMANHO G PACOTES C/ 8 UNIDADES.	5315
153	1	PACOTE	FRALDAS GERIÁTRICAS ADULTO COM GEL TAMANHO XG PACOTES C/7 UNIDADES.	5316
154	1	PACOTE	FRALDAS GERIÁTRICAS ADULTO COM GEL TAMANHO P PACOTES C/08 UNIDADES.	5318
155	1	UNIDADE	FRASCOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 300ML	5320
156	1	UNIDADE	FITA MICROPORE 5,0CMX10,0 MT BRANCA	5321
157	1	UNIDADE	FIXADOR CITOLÓGICO SPRAY FRASCO C/ 100ML	5322
158	1	UNIDADE	GAROTTE TUBO DE LÁTEX Nº 202 C/ 1 METRO	5326
159	1	UNIDADE	GEL 1KG -ECG/ULTRA SOM	5327
160	1	UNIDADE	APARELHO DE NEBULIZAÇÃO (NEBULIZADOR)	5329
161	1	CAIXA	LAMINA FOSCA LAPIDADA 26X76-CAIXA C/ 50 UNIDADES	5330
162	1	CAIXA	LAMINA DE BISTURI Nº 15CAIXA C/ 100	5331
163	1	CAIXA	LAMINA DE BISTURI Nº 11 CAIXA C/100	5332
164	1	PAR	LUVAS PLÁSTICAS ESTÉRIL EM EVA PACOTE C/ 100 UNID	5334
165	1	UNIDADE	PVPI TÓPICO 1000ML	5336
166	1	UNIDADE	PVPI DEGERMANTE 1000ML	5337
167	1	UNIDADE	SCALP Nº 23	5339
168	1	UNIDADE	SCALP Nº 21	5340
169	1	UNIDADE	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 14	5341
170	1	UNIDADE	TERMÔMETRO CLÍNICO	5344
171	1	UNIDADE	VASELINA LIQUIDA 1000 ML	5345
172	1	CAIXA	LIXA DE METAL 4MM, PACOTE COM 150 UNIDADES	5350
173	1	UNIDADE	RESTAURADOR TEMPORÁRIO CAVITEC 25 GRAMAS	5351
174	1	CAIXA	FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 2.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIO GAMA, 45CM, AGULHA DE METAL Nº 2.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.	5353
175	1	CAIXA	FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 3.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIO GAMA, 45CM, AGULHA DE METAL Nº 2.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.	5354
176	1	CAIXA	FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 4.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIO GAMA, 45CM, AGULHA DE METAL Nº 2.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.	5355
177	1	UNIDADE	ACIDO PARA CONDICIONAMENTO DENTAL (ÁCIDO FOSFÓRICO A 37% PARA ESMALTE E DENTINA, CORANTE AZUL)	5359
178	1	UNIDADE	ADESIVO 6 ML (PRIMER E ADESIVO EM FRASCO ÚNICO, SOLVENTE A BASE DE ÁGUA E ÁLCOOL, COM PARTÍCULAS DE CARGA DE 5NM).	5360
179	1	UNIDADE	AGULHA GENGIVAL 30 G CURTA COM 100 UNI. (CONFECCIONADAS EM AÇO ESPECIAL INOXIDÁVEL, SILICONIZADAS)	5361
180	1	UNIDADE	ALGODAO ROLETE PCT C.100 ROLETES	5368
181	1	UNIDADE	ANESTÉSICO LOCAL ARTICAÍNA 4% + EPINEFRINA1:100.000	5374
182	1	UNIDADE	ANESTÉSICO LOCAL PRILOCAÍNA 3% C/ FELIPRESSINA 0,03 U.I/ML	5376
183	1	UNIDADE	ANESTÉSICO LOCAL SEM VASOCONSTRITOR LIDOCAÍNA 2%	5377
184	1	CX	ANESTESICO MEPIVACAÍNA 2% EPINEFRINA C. 50	5378
185	1	UNIDADE	ANESTÉSICO TÓPICO GEL BENZOCAÍNA 200MG/G (SABOR TUTTI-FRUTTI)	5381
186	1	PT	BABADOR DESC. IMPERMEAVEL BRANCO C. 100	5385
187	1	UNIDADE	BANDA MATRIZ DE AÇO 0,05X5X500MM	5386
188	1	UNIDADE	BANDA MATRIZ DE AÇO 0,05X7X500MM	5387
189	1	UNIDADE	BROCA ALTA ROTAÇÃO 3168 F (PÊRA) (DIAMANTADA)	5389
190	1	UNIDADE	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 3081	5392
191	1	UNIDADE	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 3203 (DIAMANTADA)	5393
192	1	UNIDADE	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 3203 F (DIAMANTADA)	5394



193	1	UNIDADE	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 4219 (DIAMANTADA)	5395
194	1	UNIDADE	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO Nº 2 - 21 MM (CARBIDE)	5402
195	1	UNIDADE	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO Nº 4 - 21 MM (CARBIDE)	5403
196	1	UNIDADE	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO Nº 6 - 21 MM (CARBIDE)	5404
197	1	UNIDADE	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO Nº 8 - 21 MM(CARBIDE)	5405
198	1	UNIDADE	BROCA DE TUNGSTÊNIO TROCO CÔNICA CORTE CRUZADO FINO Nº 1520	5407
199	1	UNIDADE	BROCA DE TUNGSTÊNIO TROCO CÔNICA CORTE CRUZADO GROSSO Nº 1610	5408
200	1	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA 1,2 E 3 SERIE	5412
201	1	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA CHAMA	5413
202	1	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA CÔNICA INVERTIDA Nº 1034	5414
203	1	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA CÔNICA INVERTIDA Nº 1035	5415
204	1	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA CÔNICA Nº 2200	5420
205	1	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA CÔNICA Nº 3200	5423
206	1	UNIDADE	BROCA MULTILAMINADA (12 LÂMINAS) 7406	5425
207	1	UNIDADE	BROCA MULTILAMINADA (12 LÂMINAS) 9206	5426
208	1	UNIDADE	BRUNIDOR DE AMALGAMA N. 3	5429
209	1	UNIDADE	CÁPSULA DE AMALGAMA 1 PORÇÃO	5439
210	1	UNIDADE	CÁPSULA DE AMALGAMA 2 PORÇÕES	5440
211	1	UNIDADE	CÁPSULA DE AMALGAMA 3 PORÇÕES	5441
212	1	UNIDADE	CARBONO ODONTOLÓGICO FINO EMB. C/ 12UNI	5442
213	1	UNIDADE	CARBONO ODONTOLÓGICO GROSSO EMB. C/ 12UNI	5443
214	1	UNIDADE	CARIOSTATICO	5444
215	1	UNIDADE	CIMENTO ODONTOLÓGICO FORRADOR DE CAVIDADES (PÓ: ÓXIDO DE ZINCO80,81 G%, SULFATO DE BÁRIO 16,16 G%, FOSFATO DE CÁLCIO 2,02 G%, ACETATO DE ZINCO 1,01 G%; LÍQUIDO: EUGENOL 95 G%, TIMOL 0,5 G%).	5445
216	1	UNIDADE	CREME DENTAL C. FLUOR TUBO C. 50 GR	5448
217	1	UNIDADE	CUNHAS ANATÔMICAS SORTIDAS CX C/ 100 UNI (COMPOSIÇÃO: MADEIRA E CORANTES REATIVOS ATÓXICOS)	5451
218	1	UNIDADE	CURETA MC CAL 11\12	5456
219	1	UNIDADE	CURETA MC CAL 13\14	5457
220	1	UNIDADE	CURETA MC CAL 17\18	5458
221	1	UNIDADE	DESSENSIBILIZANTE 2%	5464
222	1	UNIDADE	DISCOS SOF LEX POP-ON KIT SÉRIE VERMELHA (KIT COM GRANULAÇÃO GROSSA, MÉDIA, FINA, EXTRA-FINA COM 30 UNID. CADA+ MANDRIL)	5467
223	1	UNIDADE	ELETRODO AUTO ADESIVO 5X5	5469
224	1	UNIDADE	ESCOVA DE AÇO PARA BROCA	5471
225	1	UNIDADE	ESCOVA DE ROBSON PLANA (BRANCA)	5472
226	1	UNIDADE	ESCOVA DENTAL ADULTO MACIA COM PROTETOR INDIVIDUAL	5476
227	1	UNIDADE	ESCULPIDOR HOLLEMBACK 3S	5480
228	1	UNIDADE	ESPATULA N. 24	5487
229	1	UNIDADE	ESPÁTULA Nº1 DE SILICATO	5489
230	1	UNIDADE	ESPELHO BUCAL N. 5 C. CABO	5492
231	1	UNIDADE	ESPELHO BUCAL Nº 5 FRONT URFASSE SEM CABO	5493
232	1	UNIDADE	ESPELHO BUCAL Nº 5 SEM CABO (AÇO INOXIDÁVEL AISI 420)	5494
233	1	CX	ESPONJA HEMOSTATICA CX C. 10 UND	5495
234	1	KIT	ESTOJO PLÁSTICO PARA KIT DE ESCOVAÇÃO INFANTIL	5496
235	1	FR	EVIDENCIADOR DE PLACA BACTERIANA FRA. C. 10 ML	5497
236	1	UNIDADE	EXTIRPA NERVOS SORTIDOS 21MM	5498
237	1	UNIDADE	EXTIRPA NERVOS SORTIDOS 25MM	5499
238	1	UNIDADE	FIO DE SUTURA SEDA 3.0 EMB. COM 24 UNI (AGULHA DE SUTURA COM FIO DE SEDA ACOPLADO 3.0, FABRICADO EM AÇO COM PONTA TRIANGULAR, 17 MM, ½ CÍRCULO E FIO DE SEDA TRANÇADO)	5500
239	1	UNIDADE	FIO DENTAL CLÍNICO 100 MTS (COMPOSIÇÃO: RESINA TERMOPLÁSTICA, CERA MICROCRISTALINA E AROMA)	5502
240	1	UNIDADE	FITA MATRIX DE AÇO INOX 0,05X5X500MM	5503
241	1	UNIDADE	FITA MATRIX DE AÇO INOX 0,05X7X500 MM	5504
242	1	UNIDADE	FIXADOR DE RAO X 475 ML	5506
243	1	UNIDADE	FLÚOR GEL NEUTRO COM SABOR	5508
244	1	UNIDADE	FORCEPS 150	5509
245	1	UNIDADE	FORCEPS 151	5510
246	1	UNIDADE	FORCEPS INFANTIL 1 E 2	5516
247	1	UNIDADE	FORMOCRESOL	5518
248	1	UNIDADE	GERME RIO P/ SUPERFÍCIES FIXAS- GALÕES DE 5L (ROSA)	5520
249	1	GL	GERMICIDA GALÃO 5 LITROS	5521
250	1	UNIDADE	GLUCONATO DE CLOREXIDINA 0,12%	5522

251	1	PT	GORRO FEMININO PCT C 100 UNIDADE COM ELASTICO	5523
252	1	UNIDADE	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO (BASE: ESTER GLICOL SALICILATO, FOSFATO DE CÁLCIO, TUNGSTATO DE CÁLCIO, ÓXIDO DE ZINCO E CORANTES MINERAIS; CATALISADOR: ETILTOLUENOSULFANAMIDA, HIDRÓXIDO DE CÁLCIO, ÓXIDO DE ZINCO, DIÓXIDO DE TITÂNIO, ESTEARATO DE ZINCO E CORANTES MINERAIS; SEM EUGENOL)	5524
253	1	UNIDADE	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO P.A (PÓ)	5525
254	1	UNIDADE	HIPOCLORITO DE SÓDIO 1%	5526
255	1	UNIDADE	HIPOCLORITO DE SÓDIO 2,5%	5527
256	1	UNIDADE	IONÔMERO DE VIDRO RESTAURAÇÃO KIT PÓ + LÍQUIDO (AUTOPOLIMERIZÁVEL; PÓ: VIDRO DE FLUOR-SILICATO DE ESTRÔNCIO, ALUMÍNIO, LANTÂNIO E PIGMENTOS; LÍQUIDO: ÁCIDO POLICARBÔNICO, ÁCIDO TARTÁRICO E ÁGUA.)	5528
257	1	UNIDADE	IRM LÍQUIDO E PO (KIT)	5530
258	1	CX	LAMINA DE BISTURI N. 12 C. 100 UND	5531
259	1	UNIDADE	LIMA SELDIN OSSO Nº 11 (AÇO INOXIDÁVEL, 18 CM)	5535
260	1	UNIDADE	LIXA DE ACABAMENTO E POLIMENTO MÉDIA-FINA 4MMCX C/ 150 (ABRASIVO À BASE DE ÓXIDO DE ALUMÍNIO E COSTADO DE POLIÉSTER.	5542
261	1	UNIDADE	LUBRIFICANTE PARA ALTA E BAIXA ROTAÇÃO (ÓLEO MINERAL DE BAIXA VISCOSIDADE)	5543
262	1	UNIDADE	MATERIAL RESTAURADOR INTERMEDIÁRIO KIT PÓ + LÍQUIDO (PÓ: ÓXIDO DE ZINCO, POLIMETACRILATO DE METILA, ACETATO DE ZINCO; LÍQUIDO: EUGENOL 99,5%, ÁCIDO ACÉTICO 0,5%)	5546
263	1	CX	MATRIZ DE POLIÉSTER C. 50 UND	5549
264	1	UNIDADE	MATRIZ DE POLIÉSTER Nº 100X10X0,05 MM PCTE C/ 50 UNID.	5550
265	1	UNIDADE	MICRO APLICADOR DESCARTÁVEL MICROBRUSH FINO C/ 100 (CABO FLEXÍVEL)	5551
266	1	UNIDADE	MICRO APLICADOR DESCARTÁVEL MICROBRUSH REGULAR C/ 100 (CABO FLEXÍVEL)	5552
267	1	UNIDADE	MICRO APLICADOR DESCARTÁVEL MICROBRUSH EXTRA FINO C/ 100 (CABO FLEXÍVEL)	5553
268	1	UNIDADE	MICRO MOTOR + CONTRA ÂNGULO (MICRO MOTOR 500: ACOPLAMENTO BORDEN, SPRAY INTERNO, ROTAÇÃO DE 5.000 A 20.000 RPM, SITEMA UNIVERSAL INTRAMATIC; CONTRA-ÂNGULO 500 COM GIRO LIVRE DE 360°, SPRAY EXTERNO E ACOPLAMENTO INTRAMATIC)	5554
269	1	UNIDADE	OTOSPORIN ® FRASCO C/ 10ML (HIDROCORTISONA 10MG/ML + SULFATO DE NEOMICINA 5 MG/ML + SULFATO DE POLIMIXINA B 10.000 UI/ML)	5560
270	1	UNIDADE	PAPEL CIRURGICO 100X100	5562
271	1	UNIDADE	PAPEL CIRURGICO 120X100	5563
272	1	FR	PARAMONOCLOROFENOL FRA. C. 12ML	5564
273	1	UNIDADE	PASTA PARA ALVEOLITE 10 GR	5565
274	1	UNIDADE	PASTA PROFILATICA 90G	5566
275	1	CX	PASTILHAS EVIDENCIADORAS DE PLACA CX C/ 120	5567
276	1	UNIDADE	PEÇA RETA 500, ENCAIXE BORDEN 2 FUROS; SPRAY PARA REFRIGERAÇÃO POR CONDUÇÃO INTERNA; SISTEMA DE ENCAIXE UNIVERSAL INTRA; ESTERILIZÁVEL EM AUTOCLAVE ATÉ 135°C; ACOPLAMENTO BORDEN; MÍNIMO DE 5.000 RPM – MÁXIMO DE 20.000 RPM.	5568
277	1	UNIDADE	PEDRA POMES	5570
278	1	UNIDADE	PELÍCULA DE RX E-SPEED FILME ADULTO	5571
279	1	UNIDADE	PELÍCULA DE RX E-SPEED FILME INFANTIL	5572
280	1	UNIDADE	PINÇA CLÍNICA PARA ALGODÃO C (AÇO INOXIDÁVEL)	5574
281	1	UNIDADE	PINÇA HEMOSTÁTICA RET 14 CM	5576
282	1	UNIDADE	PLACA DE VIDRO FINA 6MM	5578
283	1	UNIDADE	PORTA AGULHA MAYO HEGAR P/ SUTURA 14 CM C/ WIDIA	5580
284	1	UNIDADE	PORTA AMALGAMA DE PLÁSTICO	5582
285	1	UNIDADE	PORTA MATRIZ IVORY (AÇO INOXIDÁVEL, 6CM, ADULTO)	5583
286	1	KIT	POSICIONADOR RADIOGRÁFICO ADULTO	5585
287	1	UNIDADE	POTE DAPPEN DE VIDRO	5586
288	1	UNIDADE	REMOVEDOR DE MANCHAS 30 ML	5587
289	1	UNIDADE	RESINA FLOW COR A2 E A3 (10 CADA) SERINGA COM 4 GRAMAS	5588
290	1	UNIDADE	REVELADOR DE RAIOS X 475ML	5591
291	1	UNIDADE	ROLETE DENTAL 100% ALGODÃO MACIO PCTE C/ 100 UNI	5592
292	1	UNIDADE	ROLO PARA ESTERILIZAÇÃO 100MMX100M	5594
293	1	UNIDADE	ROLO PARA ESTERILIZAÇÃO 200MMX100M	5595
294	1	UNIDADE	SACO PARA SACOLÉ 4X24 C/ 100 UNID	5596
295	1	UNIDADE	SELADORA (TEMPO DE AQUECIMENTO ATÉ 10 SEGUNDOS) COM ÁREA DE SELAGEM DE 30 CM	5597
296	1	UNIDADE	SELANTE FOTO ATIVADO INCOLOR SERINGA	5599
297	1	UNIDADE	SOLUÇÃO HEMOSTÁTICA (SOLUÇÃO HEMOSTÁTICA À BASE DE CLORETO DE ALUMÍNIO)	5602
298	1	UNIDADE	SONDA EXPLORADORA N. 5	5603
299	1	UNIDADE	SONIC BORDEN 2000N (INSTRUMENTO DE ENCAIXE BORDEN COM 2 FUROS, REQUÊNCIA DE VIBRAÇÃO DE 6KHZ, ACOPLADO DIRETO NA MANGUEIRA DO EQUIPO)	5605
300	1	UNIDADE	TAÇA DE BORRACHA	5607
301	1	UNIDADE	TESOURA IRIS RETA 11,5 CM (AÇO INOXIDÁVEL)	5608
302	1	UNIDADE	TESOURA OURO CURVA 10 CM (AÇO INOXIDÁVEL)	5609

303	1	PACOTE	TOUCA DESCARTÁVEL C/ ELÁSTICO DUPLO PCTE C/ 100 UNI	5610
304	1	UNIDADE	TRICRESOL FORMALINA	5611
305	1	UNIDADE	VERNIZ CAVITÁRIO	5613
306	1	UNIDADE	VERNIZ FLUORETADO	5614
307	1	PACOTE	ABAIXADOR DE LINGUA DE MADEIRA PACOTE CONTENDO 100 UNIDADES	5615
308	1	UNIDADE	ÁGUA PARA INJEÇÃO, SOLUÇÃO INJETÁVEL, LIMPIDA, ESTÉRIL E APIROGÊNICA, AMPOLAS PLÁSTICAS CONFECCIONADAS EM POLIETILENO TRANSPARENTE CONTENDO 10 ML.	5616
309	1	UNIDADE	CATETER INTRAVENOSO ABOCATH Nº 20, COM BISEL TRIFACETADO CURTO	5617
310	1	UNIDADE	CATETER INTRAVENOSO ABOCATH Nº 22, COM BISEL TRIFACETADO CURTO	5618
311	1	UNIDADE	CATETER INTRAVENOSO ABOCATH Nº 24, COM BISEL TRIFACETADO CURTO	5619
312	1	UNIDADE	BATERIA PARA MEDIDORES DE GLICEMIA (GLICOSÍMETRO). COMPATÍVEL PARA APARELHOS ON CALL PLUS.	5621
313	1	UNIDADE	TIRAS DE TESTE PARA DOSAGEM DE GLICEMIA CAPILAR (ON CALL PLUS)	5622
314	1	UNIDADE	ÁGUA DESTILADA, PARA USO EM AUTOCLAVES, QUIMICAMENTE PURA, ISENTA DE SAIS SOLÚVEIS, EMBALAGEM CONTENTO 5 LITROS.	5624
315	1	UNIDADE	HASTES FLEXÍVEIS, COM PONTAS 100% ALGODÃO, ANTIGERMES. EMBALAGEM COM 75 UNI	5626
316	1	UNIDADE	LAMINA DE BISTURI Nº 15 C CX C/ 100 UNI	5632
317	1	UNIDADE	POTE DAPPEN DE VIDRO	5634
318	1	UNIDADE	RESINA HERCULITE DENTINA A2 (MICRO-HÍBRIDA- TAMANHO MÉDIO DAS PARTÍCULAS DE 0,6µm; RADIOPA- CO (EXCETO AS CORES INCISAIAS); 86% DAS PARTÍCULAS SÃO MENORES QUE 1,0 MÍCRON; 79% DE CARGA (PARTÍCULA) EM PESO; 59% DE CARGA (PARTÍCULA) EM VOLUME; RESINA DO TIPO BIS-GMA, TRI-ETI- LENOGLICOL-DIMETACRILATO (RESINA DILUENTE – SOLVENTE); CANFOROQUINONA (FOTO-INICIADOR); AMINA (ATIVADOR); PIGMENTOS DE ÓXIDO DE FERRO; VIDRO DE BOROSSILICATO DE ALUMÍNIO; SÍLICA COLOIDAL (SIO2))	5638
319	1	UNIDADE	RESINA HERCULITE DENTINA A3 (MICRO-HÍBRIDA- TAMANHO MÉDIO DAS PARTÍCULAS DE 0,6µm; RADIOPA- CO (EXCETO AS CORES INCISAIAS); 86% DAS PARTÍCULAS SÃO MENORES QUE 1,0 MÍCRON; 79% DE CARGA (PARTÍCULA) EM PESO; 59% DE CARGA (PARTÍCULA) EM VOLUME; RESINA DO TIPO BIS-GMA, TRI-ETI- LENOGLICOL-DIMETACRILATO (RESINA DILUENTE – SOLVENTE); CANFOROQUINONA (FOTO-INICIADOR); AMINA (ATIVADOR); PIGMENTOS DE ÓXIDO DE FERRO; VIDRO DE BOROSSILICATO DE ALUMÍNIO; SÍLICA COLOIDAL (SIO2))	5639
320	1	UNIDADE	RESINA HERCULITE ESMALTE A2 (MICRO-HÍBRIDA- TAMANHO MÉDIO DAS PARTÍCULAS DE 0,6µm; RADIOPA- CO (EXCETO AS CORES INCISAIAS); 86% DAS PARTÍCULAS SÃO MENORES QUE 1,0 MÍCRON; 79% DE CARGA (PARTÍCULA) EM PESO; 59% DE CARGA (PARTÍCULA) EM VOLUME; RESINA DO TIPO BIS-GMA, TRI-ETI- LENOGLICOL-DIMETACRILATO (RESINA DILUENTE – SOLVENTE); CANFOROQUINONA (FOTO-INICIADOR); AMINA (ATIVADOR); PIGMENTOS DE ÓXIDO DE FERRO; VIDRO DE BOROSSILICATO DE ALUMÍNIO; SÍLICA COLOIDAL (SIO2))	5641
321	1	UNIDADE	RESINA HERCULITE ESMALTE A3 (MICRO-HÍBRIDA- TAMANHO MÉDIO DAS PARTÍCULAS DE 0,6µm; RADIOPA- CO (EXCETO AS CORES INCISAIAS); 86% DAS PARTÍCULAS SÃO MENORES QUE 1,0 MÍCRON; 79% DE CARGA (PARTÍCULA) EM PESO; 59% DE CARGA (PARTÍCULA) EM VOLUME; RESINA DO TIPO BIS-GMA, TRI-ETI- LENOGLICOL-DIMETACRILATO (RESINA DILUENTE – SOLVENTE); CANFOROQUINONA (FOTO-INICIADOR); AMINA (ATIVADOR); PIGMENTOS DE ÓXIDO DE FERRO; VIDRO DE BOROSSILICATO DE ALUMÍNIO; SÍLICA COLOIDAL (SIO2))	5642
322	1	UNIDADE	SERINGA P/ CARPULE COM REFLUXO	5643
323	1	UNIDADE	SONIC BORDEN 2000N (INSTRUMENTO DE ENCAIXE BORDEN COM 2 FUROS, REQUÊNCIA DE VIBRAÇÃO DE 6KHZ, ACOPLADO DIRETO NA MANGUEIRA DO EQUIPO)	5645
324	1	UNIDADE	RÉGUA DE ALUMÍNIO MILIMETRADA ENDODONTICA COM 8CM DE COMPRIMENTO. PRODUZIDO EM LIGA DE AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA QUALIDADE. TOTALMENTE AUTOCLAVÁVEL.	5646
325	1	UNIDADE	ANESTÉSICO LOCAL LIDOCAÍNA 2% + EPINEFRINA 1:100.000, TUBETE DE CRISTAL. CONTENDO 50 TUBE- TES DE 1,8ML CADA.	5647
326	1	UNID	ESCOVA IMPREGNADA EM CARBETO DE SILÍCIO ASTROBRUSH (TAÇA GRANDE)	5648
327	1	UNID	FLUORETO DE SÓDIO 5,00G% - EM UMA BASE ADESIVA DE RESINAS NATURAIS (EQUIVALENTE A 2,26%DE FLÚOR). EXCIPIENTES: COLOFÔNIA, ETILCELULOSE, BÁLSAMO DE TOLÉ, CERA DE ABELHA, TOLUENOSUL- FONAMIDA, VANILINA, SCARINA, ÁCOOL ABSOLUTO. SOLVENTE ÁLCOOL ETÍLICO.	5649
328	1	UNID	BROCA DIAMANTADA CÔNICA TOPO CHAMA 2200, HASTE CURTA, ALTA ROTAÇÃO, FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA APRESENTADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E LOTE.	5650
329	1	UNID	RESINA COMPOSTA UNIVERSAL FOTOPOLIMERIZÁVEL DE MICROGLASS, RADIOPACA, PRODUZIDA COM BASE EM BIS-GMA, CONTEM 58% DO SEU VOLUME DE PARTÍCULAS DE CARGA - VIBRO BÁRIO ALUMÍNIO FLUORETADO (0,02-2 µm) - DIÓXIDO DE SILÍCIO ALTAMENTE DISPERSO (0,02-0,07 µm). COR B1	5651
330	1	UNID	RESINA COMPOSTA UNIVERSAL FOTOPOLIMERIZÁVEL DE MICROGLASS, RADIOPACA, PRODUZIDA COM BASE EM BIS-GMA, CONTEM 58% DO SEU VOLUME DE PARTÍCULAS DE CARGA - VIBRO BÁRIO ALUMÍNIO FLUORETADO (0,02-2 µm) - DIÓXIDO DE SILÍCIO ALTAMENTE DISPERSO (0,02-0,07 µm). COR A1	5652
331	1	UNID	RESINA COMPOSTA UNIVERSAL FOTOPOLIMERIZÁVEL DE MICROGLASS, RADIOPACA, PRODUZIDA COM BASE EM BIS-GMA, CONTEM 58% DO SEU VOLUME DE PARTÍCULAS DE CARGA - VIBRO BÁRIO ALUMÍNIO FLUORETADO (0,02-2 µm) - DIÓXIDO DE SILÍCIO ALTAMENTE DISPERSO (0,02-0,07 µm). COR A2	5653



332	1	UNID	RESINA COMPOSTA UNIVERSAL FOTOPOLIMERIZÁVEL DE MICROGLASS, RADIOPACA, PRODUZIDA COM BASE EM BIS-GMA, CONTEM 58% DO SEU VOLUME DE PARTÍCULAS DE CARGA - VIBRO BÁRIO ALUMÍNIO FLUORETADO (0,02-2 µM) - DIÓXIDO DE SILÍCIO ALTAMENTE DISPERSO (0,02-0,07 µM). COR A3	5654
333	1	UNID	SERINGA TRÍPLICE ODONTOLÓGICA DABI ATLANTE COM AR, ÁGUA, SPRAY E CONDUTORES SEPARADOS DE ÁGUA E AR, FORMANDO SPRAY NA PONTA DA SERINGA: BICO CURVO, REMOVÍVEL E AUTOCLAVÁVEL.	5655
334	1	UNID	TIRAS DE LIXA DE AÇO 4 MM, PACOTE COM 12 UNIDADES.	5656
335	1	UNID	ENVELOPES P/ESTERILIZAÇÃO 150MM X 30MM	5657
336	1	UNID	MERCÚRIO P/ AMALGAMADOR (NÃO USA CÁPSULA) TUBO 100G	5658
337	1	UNID	LAMALHA P/ AMALGAMADOR (NÃO USA CÁPSULA) TUBO 30G	5659
338	1	UNID	BICARBONATO DE SÓDIO PÓ P/ PROFILAXIA ODONTOLÓGICA ENVEL.	5660
339	1	UNID	TIRAS DE LIXA DE METAL P/ POLIMENTO DE RESINA	5662
340	1	UNID	ÁLCOOL IODADO 1 % 1000 ML	5665
341	1	UNID	ÁLCOOL GEL 70 % 980 GR COM VÁLVULA PUMP	5666
342	1	UNID	ÁLCOOL LÍQ.. 70 % 100 ML COM VÁLVULA	5667
343	1	UNID	ÁLCOOL GEL 70 % 95 GR COM VÁLVULA	5668
344	1	UNID	ALMOTOLIAS PLÁSTICA ÂMBAR RETA 125 ML	5669
345	1	UNID	ALMOTOLIAS PLÁSTICA CLARA RETA 250 ML	5670
346	1	UNID	COLETOR DE URINA 2000 ML SIS. FECHADO	5672
347	1	UNID	SONDA CATETER TIPO ÓCULOS ADULTO	5673
348	1	UNID	COLETOR PERFURO 7 LTS CAP. ÚTIL 7 LTS	5674
349	1	CAIXA	LANCETA AUTOMÁTICA CX COM 200 UNID CONFORME NR 32	5675
350	1	UNID	TUBO DE LÁTEX Nº 200 PARA GARROTE	5676
351	1	UNID	LÂMINA DE BISTURI Nº20	5677
352	1	UNID	VÁLVULA REGUL. C/ FLUXOMETRO PARA CILINDRO DE O2	5678
353	1	UNID	MULTIVIA COM CLAMP PARA (ABOCATH)	5679
354	1	UNID	SERINGA DESC. S/ AGULHA LUER SLIP 01 ML	5680
355	1	UNID	SERINGA DESC. S/ AGULHA LUER SLIP 03 ML	5681
356	1	UNID	SERINGA DESC. S/ AGULHA LUER SLIP 05 ML	5682
357	1	UNID	SERINGA DESC. S/ AGULHA LUER SLIP 20 ML	5683
358	1	UNID	SORO FISIOLÓGICO 125 ML 9% SISTEMA FECHADO	5684
359	1	UNID	SORO RINGER-LACTATO 500 ML SISTEMA FECHADO	5685
360	1	UNID	SCALP Nº 25	5686
361	1	UNID	LIDOCAÍNA 2% S/ VASO 20 ML	5687
362	1	CAIXA	PAPEL CREPADO PARA ESTERILIZAÇÃO 60X60 CM CX C/ 500 FLS	5688
363	1	UNID	TUBO ENDOTRAQUEAL PVC C/ BALÃO Nº 4,5	5689
364	1	UNID	TUBO ENDOTRAQUEAL PVC C/ BALÃO Nº 6	5690
365	1	UNID	TUBO ENDOTRAQUEAL PVC C/ BALÃO Nº 7	5691
366	1	UNID	TUBO ENDOTRAQUEAL PVC C/ BALÃO Nº 7,5	5692
367	1	UNID	TUBO ENDOTRAQUEAL PVC C/ BALÃO Nº 8	5693
368	1	UNID	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 8	5694
369	1	UNID	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 10	5695
370	1	UNID	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 16	5696
371	1	UNID	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 20	5697
372	1	UNID	SONDA URETRAL Nº 04	5698
373	1	UNID	SONDA URETRAL Nº 06	5699
374	1	UNID	SONDA URETRAL Nº 12	5700
375	1	UNID	SONDA URETRAL Nº 14	5701
376	1	UNID	SONDA URETRAL Nº 16	5702
377	1	UNID	MALETA PLÁSTICA BRANCA P/ PRIMEIROS SOCORROS 37X19X19 CM COM 3 BANDEJAS	5703
378	1	UNID	UMIDIFICADOR TAMPÁ/ROSCA EM PVC 250 ML	5704
379	1	UNID	FIO NYLON 2-0 45 CM AG.2,00 CM 3/8 TRI CX 24	5705
380	1	UNID	FIO NYLON 3-0 45 CM AG.2,00 CM 1/2 TRI CX 24	5706
381	1	UNID	FIO NYLON 4-0 45 CM AG.2,00 CM 1/2 TRI CX 24	5707
382	1	UNID	FIO CATGUT CROMADO 3-0 75 CM AG2,00 CM ½ CIL CX 24 UND	5708
383	1	ROLO	PAPEL KRAFT P/ ESTERILIZAÇÃO 80 G 60 CM	5709
384	1	PACOTE	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 12 PCT C/ 10 UND	5710
385	1	PACOTE	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 16 PCT C/ 10 UND	5711
386	1	PACOTE	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 20 PCT C/ 10 UND	5712
387	1	UNID	SONDA NASOENTÉRICA Nº 12	5713
388	1	UNID	COLAR CERVICAL COM APOIO MENTONIANO (RÍGIDO) TAM GG ADULTO	5714
389	1	PACOTE	COMPRESSA GAZE ESTÉRIL 13 F 7,5 X 7,5 C/10 PÇS	5715
390	1	UNID	KIT CÂNULA DE GUEDEL PROTEC Nº 0 À 5	5716
391	1	UNID	ÓCULOS DE SEGURANÇA SECURE FIT 200 LENTE INCOLOR	5717
392	1	UNID	AVENTAL DE SEGURANÇA, IMPERMEÁVEL EM PVC MODELO: 000601286	5718

393	1	UNID	MASCARA DE OXIGÊNIO DE CONCENTRAÇÃO MÉDIA ADULTO ECO COM TUBO 2,1 MT	5719
394	1	UNID	MASCARA DE OXIGÊNIO DE CONCENTRAÇÃO MÉDIA INFANTIL ECO COM TUBO 2,1 MT	5720
395	1	UNID	EQUIPO NUTRIÇÃO ENTERAL ESTÉRIL COM FILTRO DE AR	5721
396	1	UNID	PÁS DESCARTÁVEIS ADULTO- INSTRAMED- ISIS	5722
397	1	UNID	PÁS DESCARTÁVEIS INFANTIL- INSTRAMED- ISIS	5723
398	1	UNID	PERA P/ ELETROCARDIOGRAMA ECG TAMANHO P	5724
399	1	UNID	TERMÔMETRO DIGITAL DE TESTA SEM CONTATO	5725
400	1	UNID	TALA EVA 86 X10 CM91,60	5726
401	1	UNID	TALA EVA 63 X 9 CM	5727
402	1	UNID	TALA EVA 53 X 8 CM	5728
403	1	UNID	TALA EVA 30 X 8 CM	5729
404	1	UNIDADE	ADIPOMETRO	5730
405	1	UNIDADE	ADRENALINA (EV)	5731
406	1	UNIDADE	AGUA OXIGENADA 1 LT	5732
407	1	CXS	AGULHA GENGIVAL 30 G LONGA	5733
408	1	UNID	ALAVANCA APICAL ADULTO RETA 304	5734
409	1	UNID	ALAVANCA SELDIN ADULTO Nº 1 R DIREITA	5735
410	1	UNID	ALAVANCA SELDIN ADULTO Nº 1L ESQUERDA	5736
411	1	UNID	ALAVANCA SELDIN ADULTO RETA Nº 2	5737
412	1	UNIDADE	ALGODÃO 500G, ELABORADO COM FIBRAS 100% ALGODÃO CRU, COM UM BAIXO TEOR DE IMPUREZAS, TRANSFORMADO EM ROLOS DE MANTAS UNIFORMES, NÃO ESTÉRIL, POSSUEM UMA CAPA DE COLA VEGETAL HIPOALERGÊNICA APLICADA EM UMA DAS FACES. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL E EM SEGUIDA EM SACO PLÁSTICO. ENQUANTO A EMBALAGEM FOR MANTIDA INTACTA E ARMAZENADA EM LOCAL ADEQUADO, SUA VALIDADE É DE 5 ANOS	5738
413	1	UNIDADE	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL PO-LATA COM 800G -TROPHIC PRODIET BASIC	5739
414	1	UNIDADE	ALVEOLÓTOMO CURVO Nº 2	5740
415	1	UNIDADE	ANDADOR DE ALUMÍNIO (DOBRÁVEL) – ARTICULADO, COM SETE NÍVEIS DE REGULAGEM DE ALTURA, ATRAVÉS DE PINOS DE FÁCIL AJUSTE, COM BARRAS CENTRAIS EM AÇO E PONTEIRA EM BORRACHA, COM ACABAMENTO PARA CONFORTO DAS MÃOS E RESISTÊNCIA MÍNIMA DE 130 KM.	5741
416	1	UNIDADE	APARELHO PRESSÃO VELCRO ANERÓIDE	5742
417	1	UNID	APLICADOR DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO SIMPLES (AÇO INOXIDÁVEL)	5743
418	1	UNIDADE	ASPIRADOR DE SECREÇÃO E FLUÍDOS, SANGUE E SALIVA CAPACIDADE MÍNIMA DE 01 LITRO, 220V, VAZÃO APROXIMADA DE 17,0L /MINACOMPANHANDO UM TUBO DE SUÇÃO, UMA EXTENSÃO, UM RECIPIENTE E MANUAL DE INSTRUÇÕES, COM NO MÍNIMO 01 ANO DE GARANTIA, COM APROVAÇÃO NO INMETRO.	5744
419	1	UNIDADE	ATADURA GESSADA 15CM X 3MTS	5747
420	1	UNIDADE	AVENTAL DESCARTAVEL P, M, G	5748
421	1	UNIDADE	AVENTAL PVC BRANCO	5749
422	1	PCTS	BABADOR DESC. IMPERMEÁVEL SORTIDOS C/ 100	5750
423	1	UNIDADE	BENGALA	5751
424	1	UNIDADE	BENJOIM 1000 ML	5752
425	1	UNID	BROCA CIRURGICA ZECRYA EXTRA LONGA 28MM	5753
426	1	UNID	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO KG SORESEN 3118	5754
427	1	UNID	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO KG SORESEN 3195F	5755
428	1	UNID	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO KG SORESEN Nº 3	5756
429	1	UNID	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO KG SORESEN Nº 5	5757
430	1	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA DE ALTA ROTAÇÃO 1032	5758
431	1	UNID	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO 1016 HASTE CURTA	5759
432	1	UNIDADE	CABO BISTURI Nº 4	5760
433	1	UNIDADE	CAMPO FENESTRADO GRANDE E PEQUENO	5761
434	1	UNIDADE	CARRINHO PARA CARREGAR CILINDRO DE OXIGÊNIO	5762
435	1	UNIDADE	CATETER INTRAVENOSO ABOCATH Nº 14, COM BISEL TRIFACETADO CURTO	5763
436	1	UNIDADE	CATETER INTRAVENOSO ABOCATH Nº 16, COM BISEL TRIFACETADO CURTO	5764
437	1	UNIDADE	CATETER INTRAVENOSO ABOCATH Nº 18, COM BISEL TRIFACETADO CURTO	5765
438	1	UNIDADE	CATETER INTRAVENOSO ABOCATH Nº 26, COM BISEL TRIFACETADO CURTO	5766
439	1	UNIDADE	CATETER NASAL PARA OXIGENIO	5767
440	1	UNIDADE	CATETER O² TIPO OCULOS INFANTIL	5768
441	1	UNIDADE	COBERTOR METALIZADO ADULTO	5771
442	1	UNIDADE	COLAR CERVICAL NEO NATAL	5772
443	1	UNIDADE	COLAR CERVICAL TAMANHO G	5773
444	1	UNIDADE	COLAR CERVICAL TAMANHO GG	5774
445	1	UNIDADE	COLAR CERVICAL TAMANHO M	5775
446	1	UNIDADE	COLAR CERVICAL TAMANHO P	5776
447	1	UNIDADE	COLETOR DE URINA- SISTEMA ABERTO PARA COLETA DE URINA NÃO ESTÉRIL 2000ML-PCTS COM 100UN	5777

448	1	UNIDADE	COLIRIO NITRATO DE PRATA 1%	5778
449	1	PCT	COMPRESSA CAMPO OPERATÓRIO MEDINDO 45 X 50 CM, CONFECCIONADA EM TECIDO 100% ALGODÃO, COMPOSTA DE QUATRO CAMADAS DE GAZE TIPO TELA ALTAMENTE ABSORVENTES, PACOTES COM 50 UNIDADES, COM REGISTRO NA ANVISA.	5779
450	1	UNIDADE	CONCENTRADOR DE OXIGENIO-ELÉTRICO	5780
451	1	UNIDADE	COTONETES CX C/ 100	5782
452	1	UNIDADE	CUBA REDONDA	5783
453	1	UNIDADE	CUBA RIM	5784
454	1	UNIDADE	CURATIVO ALGODONADO ESTÉRIL 15 X 30	5785
455	1	UNIDADE	CURATIVO BOTA DE UNNA MEDINDO 10,2X9,14CM, COMPOSTO DE BANDAGEM DE ALGODÃO E POLIÉSTER COM PASTA COMPOSTA DE NO MÍNIMO 23% DE ÓXIDO DE ZINCO (COM LAUDO COMPROBATÓRIO) QUE NÃO ENDURECE GLICERINA, PETROLATO BRANCO, ÁGUA, ACÁCIA E ÓLEO DE RÍCINO.	5786
456	1	UNIDADE	CURATIVO EXTRA COM TECNOLOGIA DE CAMADA DUPLA HIDROFIBER, UNIDAS POR PONTOS COM FIO DE CELULOSE REGENERADA TENCEL , COMPOSTO POR 100% CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA E COM 1 A 2% DE PRATA IÔNICA. A PRATA PRESENTE NO CURATIVO INATIVA AS BACTÉRIAS RETIRADAS NO LEITO DA FERIDA RETENDO-AS DENTRO DA FIBRA E NÃO ENTRAM EM CONTATO COM O LEITO DA FERIDA. CURATIVO RESISTENTE A TRAÇÃO, FORMA UN 100,00 UM GEL COESO QUE PROPORCIONA UM MEIO ÚMIDO QUE AUXILIA NA REMOÇÃO DE TECIDOS NECRÓTICOS E FAVORECE A CICATRIZAÇÃO. ABSORVE E RETÉM GRANDES QUANTIDADES DE EXSUDATO E BACTÉRIAS, COM ABSORÇÃO VERTICAL, EVITANDO A MACERAÇÃO DA BORDA DA FERIDA. É INDICADO PARA O TRATAMENTO DE FERIDAS PLANAS, AGUDAS, CRÔNICAS, CAVITÁRIAS, QUEIMADURAS DE 1 E 2 GRAUS, FERIDAS ULCERATIVAS E TRAUMÁTICAS, COM OU SEM INFECÇÃO E COM GRANDE QUANTIDADE DE EXSUDATO, TAMANHO 10X10 CM, COM APRESENTAÇÃO DE CBPF EMITIDO PELA ANVISA	5787
457	1	PCT	CURATIVO GAZE DE RAYON EMBEBIDA COM ÓLEO AGE MEDINDO 7,5 X 7,5 CM, PACOTE COM 24 UNIDADES.	5788
458	1	UNIDADE	CURATIVO TRATAMENTO PLACA, INTERATIVO COMPOSTO DE UMA CAMADA INTERNA A BASE DE 3 HIDROCOLÓIDES - GELATINA, PECTINA E CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA - REVESTIDO DE UMA LÂMINA DE POLIISOBUTILENO, BORRACHA BUTÍLICA, BORRACHA DE ESTIRENO-ISOPRENOESTIRENO, METILENO 3,5, ÉSTER DE PENTAERITRITOL, ÓLEO MINERAL E POLIURETANO, IMPERMEÁVEL A ÁGUA E A OUTROS AGENTES EXTERNOS, ABSORVENTE, FLEXÍVEL, AUTOADERENTE, AÇÃO BACTERIOSTÁTICA, ESTÉRIL, ESPESSURA FINA, PARA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DE ÚLCERA 71DE PELE SUPERFICIAIS E FERIDAS PÓS CIRÚRGICAS, TAMANHO 15X15 CM, COM APRESENTAÇÃO DE CBPF EMITIDO PELA ANVISA	5789
459	1	UNID	DENTRIFICIO COM FLÚOR EMBALAGEM COM 90G	5790
460	1	UNID	DENTRIFICIO SEM FLÚOR EMBALAGEM COM 90G	5791
461	1	KITS	DISCOS KIT SOF LEX POP-ON SÉRIE PRETA	5792
462	1	UNIDADE	DISPOSITIVO DE INCONTINÊNCIA URINÁRIA, COM PRESERVATIVO Nº 06 NÃO ESTÉRIL.	5793
463	1	UNIDADE	DISPOSITIVO INTRA-UTERINO (DIU) TCU380A	5794
464	1	UNIDADE	DORMINID (EV)	5795
465	1	UNIDADE	DRENO ESTERILIZADO PCT COM 10UN	5796
466	1	UNIDADE	EMBALAGEM TUBULAR PARA ESTERILIZAÇÃO 150 X 100	5797
467	1	UNIDADE	ESCAVADOR DE DENTINA	5798
468	1	UNID	ESCOVA DENTAL INFANTIL C/ PROTETOR INDIVIDUAL	5799
469	1	UNIDADE	ESCOVA GINECOLÓGICA DESCARTÁVEL C/ 100	5800
470	1	CXS	ESCOVA PARA POLIMENTO OPTISHINE	5801
471	1	UNID	ESTOJO ENDODÔNTICO DE INOX COM DIVISÓRIAS PARA LIMAS	5802
472	1	UNIDADE	FITA METRICA MTS A, 5 MTS	5803
473	1	UNIDADE	FIXADOR CITOLOGICO 100 ML	5804
474	1	UNIDADE	FIXADOR, FRASCO COM 475ML - DESTINADOS AO PROCESSAMENTO MANUAL DE FILMES RADIOGRÁFICOS DENTAIS INTRA-ORAIS. OS QUÍMICOS DE PROCESSAMENTO RÁPIDO PRODUZEM RADIOGRAFIAS PRONTAS PARA VISUALIZAÇÃO EM 30 SEGUNDOS (REVELAÇÃO EM 15 SEGUNDOS).	5805
475	1	UNIDADE	FOCO DE LUZ	5806
476	1	UNIDADE	GARROTE TUBO DE LÁTEX Nº203 COM 01 M	5807
477	1	UNIDADE	GELO REUTILIZÁVEL MEDINDO APROX. 8X13,5CM	5808
478	1	KITS	JOGO DE ALAVANCA HEINDERBRINK 1, 2 E 3	5809
479	1	UNIDADE	KIT PARA AMBÚ ADULTO COMPLETO	5810
480	1	UNIDADE	KIT PARA AMBÚ INFANTIL COMPLETO	5811
481	1	UNIDADE	LÂMINA BISTURI Nº12	5812
482	1	UNID	LAMPADA H3 12 VOLT 55W – PK22S	5813
483	1	UNIDADE	LAMPARINA A ÂLCOOL, DE ALUMÍNIO PARA PROCEDIMENTOS CLÍNICOS	5814
484	1	UNIDADE	LANTERNA CLÍNICA DE LED	5815
485	1	KITS	LIMAS ENDODÔNTICAS 2º SÉRIE 21 MM	5816
486	1	UNIDADE	MASCARAS P/ NEBULIZAÇÃO	5817
487	1	UNIDADE	MIDAZOLAN (EV)	5818
488	1	UNIDADE	MOLDEIRA INOX C/ 8 AD LISA JPR	5819

489	1	UNIDADE	MONITOR DE PRESSÃO ARTERIAL AUTOMÁTICO DE BRAÇO, COM TECNOLOGIA DIGITAL, ACOMPANHA DUAS ABRAÇADEIRAS PARA BRAÇO TAMANHO M E G, MANUAL DE INSTRUÇÕES, ADAPTADOR CA (110 A 220V), COM NO MÍNIMO 01 ANO DE GARANTIA.	5820
490	1	PAR	MULETA AXILAR EM ALUMÍNIO, COM REVESTIMENTO DO APOIO DE MÃO E AXILAR EM BORRACHA, COM BORRACHA, COM PELO MENOS 10 NÍVEIS DE REGULAGEM INFERIOR ATRAVÉS DE PINO DUPLO COM MOLA E 5 NÍVEIS DE REGULAGEM SUPERIOR, TAMANHO G	5821
491	1	PAR	MULETA AXILAR EM ALUMÍNIO, COM REVESTIMENTO DO APOIO DE MÃO E AXILAR EM BORRACHA, COM BORRACHA, COM PELO MENOS 10 NÍVEIS DE REGULAGEM INFERIOR ATRAVÉS DE PINO DUPLO COM MOLA E 5 NÍVEIS DE REGULAGEM SUPERIOR, TAMANHO M	5822
492	1	PAR	MULETA AXILAR EM ALUMÍNIO, COM REVESTIMENTO DO APOIO DE MÃO E AXILAR EM BORRACHA, COM BORRACHA, COM PELO MENOS 10 NÍVEIS DE REGULAGEM INFERIOR ATRAVÉS DE PINO DUPLO COM MOLA E 5 NÍVEIS DE REGULAGEM SUPERIOR, TAMANHO P	5823
493	1	PAR	MULETA CANADENSE ARTICULADA COM ESTRUTURA EM ALUMÍNIO, COM QUATRO REGULAGENS DE ALTURA NA PARTE SUPERIOR E DEZ REGULAGENS DE ALTURA NA PARTE INFERIOR, COM APOIO DE BRAÇO EM POLIPROPILENO E PONTEIRAS EM BORRACHA	5824
494	1	UNIDADE	NEGATOSCOPIO	5825
495	1	UNIDADE	OCITOCINA AMP 1ML (EV)	5826
496	1	UNIDADE	ÓCULOS PROTEÇÃO	5827
497	1	UNIDADE	OFTALMOSCOPIO	5828
498	1	UNIDADE	OTOSCOPIO	5829
499	1	UNIDADE	OTOSCOPIO COM CABO EM METAL, CONTENDO NO MÍNIMO 4 ESPECULOS AURICULARES ADULTO, 4 ESPECULOS AURICULARES INFANTIL E 01 ESPECULO NASAL, ACOMPANHA PILHAS E ESTOJO PARA TRASNPORTE, COM REGISTRO NO INMETRO. E NO MÍNIMO 01 ANO DE GARANTIA	5830
500	1	UNIDADE	OXÍMETRO DE DEDO	5831
501	1	UNIDADE	PAPEL TOALHA 3 DOBRAS, FOLHA SIMPLES, GOFRADO, BRANCO 22X21CM, C/ GRAMATURA 24G 100% CELULOSE VIRGEM, CAIXA C/ 1000 FOLHAS	5832
502	1	UNID	PASTA PARA ACABAMENTO DIAMOND EXCEL	5833
503	1	UNIDADE	PASTA PROFILÁTICA 50G	5834
504	1	UNIDADE	PAVIO PARA LAMPARINA, INDICADO PARA UTILIZAÇÃO EM LAMPARINAS A ÀLCOOL - EMBALAGEM COM 10 UNIDADES	5835
505	1	UNIDADE	PINÇA ALLIS	5836
506	1	UNIDADE	PINÇA ANATÔMICA DESSECÇÃO COM DENTE Nº 14	5837
507	1	UNIDADE	PINÇA ANATÔMICA DESSECÇÃO SEM DENTE Nº 14	5838
508	1	UNIDADE	PINÇA ANATOMICA DENTE DE RATO 14CM	5839
509	1	UNIDADE	PINÇA ANATOMICA DENTE DE RATO 16CM	5840
510	1	UNIDADE	PINÇA ANATOMICA DENTE DE RATO 18CM	5841
511	1	UNIDADE	PINÇA ANTÔMICA DISSECÇÃO. 16 CM	5842
512	1	UNIDADE	PINÇA BACKAUS. 13 CM	5843
513	1	UNIDADE	PINÇA CHERON. 24CM	5844
514	1	UNIDADE	PINÇA COLLIN CORAÇÃO	5845
515	1	UNIDADE	PINÇA CRILE CURVA Nº14	5846
516	1	UNIDADE	PINÇA CRILE RETA Nº14	5847
517	1	UNIDADE	PINÇA FOESDTER RETA PARA CURATIVO. 20CM	5848
518	1	UNID	PINÇA KELLY CURVA (14 CM)	5849
519	1	UNIDADE	PINÇA KELLY CURVA SEM DENTE Nº14	5850
520	1	UNIDADE	PINÇA KELLY RETA SEM DENTE Nº14	5851
521	1	UNID	PINÇA MOSQUITO CURVA (12 CM)	5852
522	1	UNIDADE	PINÇA MOSQUITO RETA Nº12	5853
523	1	UNIDADE	PINÇA ROCHESTER CARMALT RETA. 20CM	5854
524	1	UNIDADE	POLIFIX 02 VIAS COM CLAMP	5855
525	1	UNIDADE	POLIFIX 04 VIAS COM CLAMP	5856
526	1	UNIDADE	PONTEIRAS SONIC-BORDEN Nº5 -46/09	5857
527	1	UNIDADE	PORTA AGULHA MAYO HEGAR 18CM	5858
528	1	UNIDADE	PORTA AMÁLGAMA METÁLICO	5859
529	1	UNIDADE	RESERVATÓRIO PARA AMBÚ ADULTO	5860
530	1	UNIDADE	RESERVATÓRIO PARA AMBÚ INFANTIL	5861
531	1	UNIDADE	RESINA CHARISMA DENTINA A1	5862
532	1	UNIDADE	RESINA CHARISMA DENTINA A2	5863
533	1	UNIDADE	RESINA CHARISMA DENTINA A3	5864
534	1	UNIDADE	RESINA CHARISMA ESMALTE A2	5865
535	1	UNIDADE	RESINA CHARISMA OA2	5866
536	1	UNID	RESINA HERCULITE ESMALTE A1	5867
537	1	UNIDADE	SACO P/ LIXO INFECTANTE (LEITOSO) 30 LTS C/ 100	5868
538	1	UNIDADE	SACO PRA LIXO CONTAMINADO 1000LT-COM 100UN	5869
539	1	UNIDADE	SACO PRA LIXO CONTAMINADO 30LT-COM 100UN	5870

540	1	UNIDADE	SACO PRA LIXO CONTAMINADO 50LT-COM 100UN	5871
541	1	UNIDADE	SONDA DE ASPIRAÇÃO Nº 12	5872
542	1	UNID	SONDA EXPLORADORA Nº 1	5873
543	1	UNIDADE	SONDA FOLEY ANTIALERGICA 16-RUSH	5874
544	1	UNIDADE	SONDA FOLEY ANTIALERGICA 20-RUSH	5875
545	1	UNIDADE	SONDA FOLEY ANTIALERGICA 24-RUSH	5876
546	1	UNIDADE	SONDA FOLLEY 02 VIAS COM BALÃO 1,5ML, COMPOSIÇÃO 100% DE SILICONE Nº 06	5877
547	1	UNIDADE	SONDA FOLLEY 02 VIAS COM BALÃO 3ML, COMPOSIÇÃO 100% DE SILICONE Nº 08	5878
548	1	UNIDADE	SONDA FOLLEY 02 VIAS COM BALÃO 3ML, COMPOSIÇÃO 100% DE SILICONE Nº 10	5879
549	1	UNIDADE	SONDA FOLLEY 02 VIAS COM BALÃO 5ML, COMPOSIÇÃO 100% DE SILICONE Nº 12	5880
550	1	UNIDADE	SONDA FOLLEY 02 VIAS COM BALÃO 5ML, COMPOSIÇÃO 100% DE SILICONE Nº 14	5881
551	1	UNIDADE	SONDA FOLLEY 02 VIAS COM BALÃO 5ML, COMPOSIÇÃO 100% DE SILICONE Nº 16	5882
552	1	UNIDADE	SONDA FOLLEY 02 VIAS COM BALÃO 5ML, COMPOSIÇÃO 100% DE SILICONE Nº 18	5883
553	1	UNIDADE	SONDA FOLLEY 02 VIAS COM BALÃO 5ML, COMPOSIÇÃO 100% DE SILICONE Nº 20	5884
554	1	UNIDADE	SONDA FOLLEY 02 VIAS COM BALÃO 5ML, COMPOSIÇÃO 100% DE SILICONE Nº 22	5885
555	1	UNIDADE	SONDA FOLLEY 02 VIAS COM BALÃO 5ML, COMPOSIÇÃO 100% DE SILICONE Nº 24	5886
556	1	UNIDADE	SONDA FOLLEY 02 VIAS COM BALÃO 5ML, COMPOSIÇÃO 100% DE SILICONE Nº 26	5887
557	1	UNIDADE	SONDA FOLLEY 02 VIAS Nº 10	5888
558	1	UNIDADE	SONDA FOLLEY 02 VIAS Nº 12	5889
559	1	UNIDADE	SONDA FOLLEY 02 VIAS Nº 14	5890
560	1	UNIDADE	SONDA FOLLEY 02 VIAS Nº 16	5891
561	1	UNIDADE	SONDA FOLLEY 02 VIAS Nº 18	5892
562	1	UNIDADE	SONDA FOLLEY 02 VIAS Nº 20	5893
563	1	UNIDADE	SONDA FOLLEY 03 VIAS COM BALÃO 30ML, COMPOSIÇÃO 100% DE SILICONE Nº 18	5894
564	1	UNIDADE	SONDA FOLLEY 03 VIAS COM BALÃO 30ML, COMPOSIÇÃO 100% DE SILICONE Nº 20	5895
565	1	UNIDADE	SONDA FOLLEY 03 VIAS COM BALÃO 30ML, COMPOSIÇÃO 100% DE SILICONE Nº 22	5896
566	1	UNIDADE	SONDA FOLLEY 03 VIAS COM BALÃO 30ML, COMPOSIÇÃO 100% DE SILICONE Nº 24	5897
567	1	UNIDADE	SONDA URETRAL Nº 08	5898
568	1	UNIDADE	SONDA URETRAL Nº 10	5899
569	1	UNID	SUGADOR METÁLICO CIRÚRGICO	5900
570	1	UNIDADE	SULFATO DE MAGNÉSIO 10% 100MG/ML (EV)	5901
571	1	UNIDADE	SUPORTE PARA EMBALAGEM DE ESTERILIZAÇÃO 13 ENVELOPES	5902
572	1	UNIDADE	TALA DE PAPELÃO 30 X 10 P/ IMOBILIZAÇÃO "P" C/ 10	5903
573	1	UNIDADE	TALA DE PAPELÃO 90 X 20 P/ IMOBILIZAÇÃO "G" C/ 10	5904
574	1	UNIDADE	TENTACANULA	5905
575	1	UNIDADE	TERMÔMETRO CLÍNICO DIGITAL EQUIPADO COM INDICADOR SONORO, QUE ALERTA QUANDO OBTÉM O RESULTADO DA MEDIÇÃO DA TEMPERATURA,	5906
576	1	UNIDADE	TERMOMETRO CLINICO PRISMATICO CX COM 24UN	5907
577	1	UNIDADE	TERMOMETRO PARA CAIXA DE VACINA DIGITAL	5908
578	1	UNIDADE	TERMOSTATO DE AMBIENTE	5909
579	1	UNIDADE	TESOURA BUCK RETA 11CM	5910
580	1	UNIDADE	TESOURA CIRURGICA FINA RETA Nº 14	5911
581	1	UNIDADE	TESOURA CIRÚRGICA RETA FINA 17CM	5912
582	1	UNIDADE	TESOURA IRIS RETA PARA RETIRADA DE PONTO Nº 12	5913
583	1	UNIDADE	TESOURA MAYO CURVA 17CM	5914
584	1	UNIDADE	TESOURA MAYO RETA 17CM	5915
585	1	UNIDADE	TESOURA RETA 18 CM	5916
586	1	UNIDADE	TESOURA SPENCER PARA RETIRADA DE PONTO Nº 09	5917
587	1	CX	TIRAS TESTE PARA DETERMINAÇÃO DE GLICEMIA ACCU-CHEK ACTIVE, CAIXA COM 50 TIRAS, COM CHIP CÓDIGO. DEVENDO A EMPRESA VENCEDORA DO ÍTEM FORNECER OS APARELHO EM COMODATO.	5918
588	1	UNIDADE	TUBO SILICONE	5919
589	1	UNIDADE	UMIDIFICADOR PARA OXIGENIO	5920
590	1	UNIDADE	VITAMINA K ( KANAKION) (IM)	5921
591	1	KIT	IONÔMERO DE VIDRO LÍQUIDO E PÓ FOTOPOLIMERIZÁVEL	5922
592	1	UN	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 02: FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	5923
593	1	UN	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 04: FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	5924
594	1	UN	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 06: FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	5925



595	1	UN	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 08: FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	5926
596	1	UN	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO KG SORENSEN 1011: FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	5927
597	1	UN	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO KG SORENSEN 1014 HL: FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	5928
598	1	UN	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO KG SORENSEN 1090: FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	5929
599	1	UN	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO KG SORENSEN 1093: FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	5930
600	1	UN	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO KG SORENSEN 2135 F: FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	5931
601	1	UN	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO KG SORENSEN 2135: FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	5932
602	1	UN	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO KG SORENSEN 3118 F: FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	5933
603	1	UN	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO KG SORENSEN 3195: FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	5934
604	1	UN	CURETA 7-8 MILLENNIUM CABO OCO: PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 304 E AISI 420 TAMANHO: 17 CM.	5935
605	1	UN	CURETA GRACEY 11-12 MILLENNIUM CABO OCO: PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 304 E AISI 420 TAMANHO: 17 CM.	5936
606	1	UN	CURETA GRACEY 13-14 MILLENNIUM CABO OCO: PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 304 E AISI 420 TAMANHO: 17 CM.	5937
607	1	UN	CURETA GRACEY 5-6 MILLENNIUM CABO OCO: PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 304 E AISI 420 TAMANHO: 17 CM.	5938
608	1	UN	CURETA MC CALL 13-14 MILLENNIUM: PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 304 E AISI 420. SÃO PONTIAGUDAS E A PARTE ATIVA CORTA DOS DOIS LADOS.	5939
609	1	UN	DESCOLADOR MOLT 2/4 MILLENNIUM CABO OCO/AÇO INOX: PRODUZIDO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 304 E AISI 420, TAMANHO: 17 CM.	5941
610	1	UN	DESCOLADOR MOLT 2-4 QUINELATO: PRODUZIDO EM AÇO INOXIDÁVEL	5942
611	1	UN	DESCOLADOR MOLT 9 DELICADO QUINELATO: PRODUZIDO EM AÇO INOXIDÁVEL	5943
612	1	UN	DESCOLADOR MOLT 9 MILLENNIUM CABO OCO/AÇO INOX: PRODUZIDO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 304 E AISI 420, TAMANHO: 17 CM.	5944
613	1	UN	ESCAVADOR DE DENTINA 17: AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL, CABO OITAVADO.	5945
614	1	UN	ESCAVADOR DE DENTINA 17L/18L: AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL, CABO OITAVADO.	5946
615	1	UN	ESCAVADOR DE DENTINA 18: AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL, CABO OITAVADO.	5947
616	1	UN	IONÔMERO DE VIDRO RESTAURADOR FOTOPOLIMERIZÁVEL KIT PÓ + LÍQUIDO. TRIPLA PRESA: FOTOPOLIMERIZÁVEL, AUTOPOLIMERIZÁVEL E REAÇÃO ÁCIDO-BASE DO IONÔMERO DE VIDRO. POLIMERIZAÇÃO GARANTIDA EM QUALQUER SITUAÇÃO CLÍNICA, MESMO COM AUSÊNCIA DE LUZ.	5948
617	1	UN	KIT ESCOVAS ESPECIAIS AMERICAN BURS : O KIT CONTÉM: 5 ESCOVAS CARBETO DE SILÍCIO; 2 ESCOVAS DE ALÚMINA; 1 ESCOVA ROBSON; 1 ESCOVA DE FELTRO; 1 ESCOVA DE ALGODÃO. ACOMPANHA UM BROQUEIRO AUTOCLAVÁVEL DE 75 FUIROS.	5949
618	1	CX	LUVA NITRÍLICA P/ PROCEDIMENTO – BLUE/BLACK EP: EMBALAGEM C/ 100 UNIDADES (50 PARES).	5950
619	1	UN	PONTA ASTROBRUSH REGULAR CUP: ESCOVA IMPREGNADA EM CARBETO DE SILÍCIO	5951
620	1	UN	RESINA COMPOSTA UNIVERSAL FOTOPOLIMERIZÁVEL DE MICROGLASS, RADIOPACA, PRODUZIDA COM BASE EM BIS-GMA, CONTÉM 58% DO SEU VOLUME DE PARTÍCULAS DE CARGA - VIDRO BÁRIO ALUMÍNIO FLUORETADO (0,02–2 MM) - DIÓXIDO DE SILÍCIO ALTAMENTE DISPERSO (0,02–0,07 MM). A3	5954
621	1	UN	RESINA COMPOSTA UNIVERSAL PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES (FILTEK™ Z250 XT): MICROHÍBRIDO COM NANOPARTÍCULAS. CARGA INORGÂNICA EM ZIRCÔNIA E SÍLICA COM ELEVADAS PROPRIEDADES MECÂNICAS E ALTA RESISTÊNCIA AO DESGASTE. QUANTIDADE DE PARTÍCULAS INORGÂNICAS É 60% EM VOLUME (SEM TRATAMENTO COM SILANO) COM TAMANHOS DE PARTÍCULA VARIÁVEIS ENTRE 0,01 E 3,5 µM. CONTENDO AS RESINAS BIS-GMA, UDMA E BIS-EMA. A1	5957

622	1	UN	RESINA COMPOSTA UNIVERSAL PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES (FILTEK™ Z250 XT): MICROHÍBRIDO COM NANOPARTÍCULAS. CARGA INORGÂNICA EM ZIRCÔNIA E SÍLICA COM ELEVADAS PROPRIEDADES MECÂNICAS E ALTA RESISTÊNCIA AO DESGASTE. QUANTIDADE DE PARTÍCULAS INORGÂNICAS É 60% EM VOLUME (SEM TRATAMENTO COM SILANO) COM TAMANHOS DE PARTÍCULA VARIÁVEIS ENTRE 0,01 E 3,5 µm. CONTENDO AS RESINAS BIS-GMA, UDMA E BIS-EMA. A2	5958
623	1	UN	RESINA COMPOSTA UNIVERSAL PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES (FILTEK™ Z250 XT): MICROHÍBRIDO COM NANOPARTÍCULAS. CARGA INORGÂNICA EM ZIRCÔNIA E SÍLICA COM ELEVADAS PROPRIEDADES MECÂNICAS E ALTA RESISTÊNCIA AO DESGASTE. QUANTIDADE DE PARTÍCULAS INORGÂNICAS É 60% EM VOLUME (SEM TRATAMENTO COM SILANO) COM TAMANHOS DE PARTÍCULA VARIÁVEIS ENTRE 0,01 E 3,5 µm. CONTENDO AS RESINAS BIS-GMA, UDMA E BIS-EMA. A3,5	5959
624	1	UN	RESINA COMPOSTA UNIVERSAL PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES (FILTEK™ Z250 XT): MICROHÍBRIDO COM NANOPARTÍCULAS. CARGA INORGÂNICA EM ZIRCÔNIA E SÍLICA COM ELEVADAS PROPRIEDADES MECÂNICAS E ALTA RESISTÊNCIA AO DESGASTE. QUANTIDADE DE PARTÍCULAS INORGÂNICAS É 60% EM VOLUME (SEM TRATAMENTO COM SILANO) COM TAMANHOS DE PARTÍCULA VARIÁVEIS ENTRE 0,01 E 3,5 µm. CONTENDO AS RESINAS BIS-GMA, UDMA E BIS-EMA. OA3	5960
625	1	UN	DIGLICONATO DE CLOREXIDINA 2%: FRASCO COM 1 LITRO (RIOHEX 2%)	5962
626	1	UN	CLOREXEDINA 0,2% PARA USO EXTERNO, (RIOHEX 0,2%): FRASCO COM 1 LITRO, DERMÓ SUAVE, SOLUÇÃO AQUOSA	5963
627	1	UN	ADESIVO DENTÁRIO FOTOPOLIMERIZÁVEL ADPER SINGLE BOND 6G	5964
628	1	CX	ANESTÉSICO LOCAL ARTICAÍNA 4% + EPINEFRINA 1:100.000. CAIXA COM 50 TUBETES DE CRISTAL	5965
629	1	CX	ANESTÉSICO LOCAL SEM VASOCONSTRITOR LIDOCAÍNA 2%. CAIXA COM 50 TUBETES DE CRISTAL	5966
630	1	UN	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 319F INOXIDÁVEL, DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTE, PARA ACABAMENTO.	5968
631	1	UN	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº3082FG INOXIDÁVEL, DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTE, PARA ACABAMENTO.	5969
632	1	UN	BROCA ZECRYA CIRÚRGICA ALTA ROTAÇÃO LONGA	5970
633	1	UN	BROCA ZECRYA CIRÚRGICA ALTA ROTAÇÃO CURTA	5971
634	1	UN	BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA FG SORENSE Nº1095	5972
635	1	UN	BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA FG SORENSE Nº1092	5973
636	1	UN	CABO PARA ESPELHO BUCAL Nº5	5974
637	1	UN	DISCO DE CARBURUNDUN	5975
638	1	UN	ENDO ICE SPRAY 200ML	5976
639	1	UN	EVIDENCIADOR DE PLACA BACTERIANA A BASE DE FUCSINA BÁSICA 500ML	5977
640	1	CX	FIO SUTURA SEDA-SILK PRETA TRANÇADA 3-0 (45CM). AGULHA X-17 1/2 17MM ESTÉRIL. CAIXA COM 24 UNIDADES	5978
641	1	CX	FIO SUTURA SEDA-SILK PRETA TRANÇADA 4-0 (45CM). AGULHA X-17 1/2 17MM ESTÉRIL. CAIXA COM 24 UNIDADES	5979
642	1	UN	FORCEPS INFANTIL Nº151	5980
643	1	UN	FRESA BROCA MAXICUT	5981
644	1	KIT	KIT ACABAMENTO E POLIMENTO PARA RESINA COMPOSTA TIPO ENHANCE . KIT COM 07 PONTAS SORTIDAS	5982
645	1	CX	LIMA FLEX FILE (CALIBRE) 15 21MM. CAIXA COM 06 UNIDADES	5983
646	1	CX	LIMA FLEX FILE (CALIBRE) 20 21MM. CAIXA COM 06 UNIDADES	5984
647	1	CX	LIMA FLEX FILE (CALIBRE) 15 25MM. CAIXA COM 06 UNIDADES	5985
648	1	PCT	PEDRA POMES. PACOTE COM 1KG	5986
649	1	UN	PONTAS PARA ULTRASSON ODONTOLÓGICO COMPATÍVEL COM O APARELHO JETLAXIS SCHUSTER TIPO T1-5	5987
650	1	UN	LÍQUIDO PARA ACRÍLICO AUTOPOLIMERIZÁVEL (LÍQUIDO MONÔMERO METIL METACRILATO E DMT) DE 120ML UN	5992
651	1	UN	FRESA PARA ACRÍLICO PEÇA DE MÃO (PM) FORMA DE CHAMA, GRANULAÇÃO FINA VERMELHA	6002
652	1	UN	TESOURA GOLDMANN FOX RETA 13MM	6014
653	1	UN	PINÇA HEMOSTÁTICAS HALSTEAD- MOSQUITO	6015
654	1	UN	PINÇA HEMOSTÁTICA CRILE 14 CM	6016
655	1	UN	TESOURA GODMANN FOX CURVA (SERRILHADA)13CM	6017
656	1	UN	ALVEOLÓTOMO CURVO DE LUER	6018
657	1	UN	TESOURA ÍRIS CURVA 12CM	6019
658	1	UN	DESCOLADOR DE MOLT TIPO CURETA Nº2/4	6024
659	1	UN	COLGADURAS INDIVIDUAIS PARA REVELAÇÃO DE RADIOGRAFIAS	6027
660	1	UN	CUBAS DE AÇO INOXIDÁVEL DE APROX. 9 CM DE DIÂMETRO X 4 CM DE ALTURA (240 ML).	6028
661	1	UN	FIO DE SUTURA SEDA Nº 4.0, AGULHA DE 1/2CIRC. E 1,5 CM DE COMP. (SEÇÃO TRIANGULAR □)	6029
662	1	UN	FIO DE SUTURA DE NYLON Nº 4.0, AGULHA DE 1/2CIRC. E 1,5 CM DE COMP. (SEÇÃO TRIANGULAR □)	6030
663	1	UN	ASPIRADOR CIRÚRGICO EMBALADO INDIVIDUALMENTE, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL E ATÓXICO.TUBO COM EXCLUSIVA CURVATURA CONFECCIONADO EM PVC RÍGIDO. DIÂMETRO DO TUBO: 5MM. PONTEIRAS E PORTA-FILTRO CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE. DIÂMETRO DAS PONTEIRAS: 2,5MM E 3,0MM.	6031
664	1	UN	AGULHA GENGIVAL LONGA DESCARTAVEL, 27G DIAMETRO DE 0,40MM E COMPRIMENTO DE 30MM	6032



665	1	UN	PORTA AGULHA TIPO CASTROVIEJO EM AÇO INOX 14CM	6033
666	1	UN	ESCAVADORES DUPLOS DE DENTINA Nº 11,5	6034
667	1	UN	ESCAVADORES DUPLOS DE DENTINA Nº 14	6036
668	1	UN	PONTAS DE SILICONE PARA POLIMENTO DE RESINA COMPOSTA SÉRIES CINZA, VERDE E ROSA	6038
669	1	UN	DISCOS SEQUENCIAIS SOF-LEX POP-ON - XT (DISCOS LARANJA ESCURO E VERMELHO)	6039
670	1	UN	MANDRIL PARA DISCOS SOF LEX POP ON	6040
671	1	UN	PINÇA DE MILLER.	6042
672	1	UN	PINCÊIS DE PELO DE MARTA Nº00	6043
673	1	UN	POTES DE DAPEN DE SILICONE	6044
674	1	UN	POTES DE DAPEN DE VIDRO	6045
675	1	UN	AFASTADOR LABIAL ESPANDEX (AFASTADOR DE LÁBIOS E BOCHECHA), FLEXÍVEL E AUTOCLAVAVEL	6047
676	1	UN	ESPÁTULAS DE RESINA COMPOSTA DE TITÂNIO, PONTA ATIVA BANHADA EM NITRETO DE TITÂNIO	6048
677	1	UN	ESPATULA PARA RESINA COM CALCADOR DE SILICATO	6049
678	1	UN	ESPATULA PARA RESINA FLEXÍVEL. PRODUZIDO EM LIGA DE AÇO INOXIDÁVEL FLEXÍVEL DE ALTA QUALIDADE. CABO EM ALUMÍNIO ANODIZADO. AUTOCLAVÁVEL. Nº5 E Nº 7	6050
679	1	UN	FIOS RETRATORES Nº 000 Nº 00 Nº 0	6052
680	1	UN	BROCAS ESFÉRICAS DE ALTA ROTAÇÃO TIPO CARBIDE HASTE LONGA, Nº 2 E 4	6056
681	1	UN	BROCAS ESFÉRICAS DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADAS HASTE LONGA , Nº 1016	6058
682	1	UN	BROCA ESFÉRICA DE BAIXA ROTAÇÃO DE HASTE LONGA Nº 4 E 6	6060
683	1	UN	BROCAS DE GATES GLIDDEN Nº1, 2, 3 E 4 – DE 28 MM	6062
684	1	UN	LIMAS TIPO K DE 21 MM – 2ª SÉRIE (45-80)	6068
685	1	UN	LIMAS TIPO K DE 25 MM – 2ª SÉRIE (45-80)	6069
686	1	UN	LIMAS TIPO K DE 31 MM – 2ª SÉRIE (45-80)	6070
687	1	UN	PONTAS DE PAPEL ABSORVENTE 15-40	6073
688	1	UN	PONTAS DE PAPEL ABSORVENTE 45-80	6074
689	1	UN	BARREIRA GENGIVAL TOP DAM. EMBALAGEM C/ 1 SERINGA C/ 2G, 3 PONTEIRAS PARA APLICAÇÃO DO PRODUTO, COR AZUL	6078
690	1	CX	SUGADOR DESCARTÁVEL PARA ENDODONTIA COM 20 UN. TUBO CONFECCIONADO EM PVC, TRANSPARENTE E ATÓXICO. ARAME EM AÇO ESPECIAL, DESENVOLVIDO PARA FIXAÇÃO IMEDIATA NA POSIÇÃO DESEJADA. PONTEIRA CONFECCIONADA EM PVC MACIO, ATÓXICO, COLORIDO, VAZADA E AROMATIZADA ARTIFICIALMENTE TUTTI-FRUTTI.	6079
691	1	UN	SUGADOR ODONTOLÓGICO DESCARTÁVEL COM 40 UN. TUBO CONFECCIONADO EM PVC, TRANSPARENTE E ATÓXICO; ARAME EM AÇO ESPECIAL, DESENVOLVIDO PARA FIXAÇÃO IMEDIATA NA POSIÇÃO DESEJADA; PONTEIRA CONFECCIONADA EM PVC MACIO, ATÓXICO, COLORIDO, VAZADA E AROMATIZADA ARTIFICIALMENTE TUTTI-FRUTTI.	6081
692	1	UN	DISCO DE CARBURUNDUM	6095
693	1	UN	MANDRIL PARA DISCO CARBURUNDUM	6096
694	1	UN	ESPÁTULA PARA GESSO	6100
695	1	UN	PINCEL Nº 8 CHATO	6104
696	1	UN	BABADOR IMPERMEÁVEL DESCARTÁVEL MEDINDO 32CM X 47CM.	6105
697	1	UN	MOLDEIRA TOTAL LISA ADULTO EM INOX TIPO VERNES	6107
698	1	UN	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA ADULTO EM INOX TIPO VERNES	6108
699	1	UN	BOBINA DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO 50MMX100M	6109
700	1	UN	BOBINA DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO 100MMX100M	6110
701	1	UN	BOBINA DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO 150MMX100M	6111
702	1	UN	BOBINA DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO 200MMX100M	6112
703	1	UN	BOBINA DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO 300MMX100M	6113
704	1	UN	CÂMARA ESCURA PARA REVELAÇÃO DE RX	6114
705	1	UN	RESINA NANOPARTICULADA UNIVERSAL DENTINA. SERINGA COM 4G. FILTEK Z350 XT A2 DENTINA E A4 DENTINA	6116
706	1	UN	RESINA MICROHÍBRIDA. DENTES POSTERIORES. SERINGA COM 4G. FILTEK P60. COR A3 E B2	6117
707	1	UN	RESINA MICROHÍBRIDA UNIVERSAL. SERINGA COM 4G. FILTEK Z250 XT A2 E A4	6118
708	1	UN	TIRA DE LIXA PARA ACABAMENTO E POLIMENTO EM SUPERFÍCIES PROXIMAIS DE RESTAURAÇÕES REALIZADAS COM RESINA COMPOSTA E IONÔMERO DE VIDRO.	6120
709	1	UN	CANETA DE ALTA ROTAÇÃO EXTRATORQUE 605C ENCAIXE: BORDEN; SPRAY TRIPLO; ROTAÇÃO DE 380.000 RPM; FIXAÇÃO DA BROCA: PUSH BUTTON;	6121
710	1	UN	ANESTESICO LOCAL ARTICAINA 4% + EPINEFRINA 1:100:000, TUBETE DE CRISTAL CONTENDO 50 TUBETES DE 1,8ML CADA	6122
711	1	UN	CONTRA ANGULO 500 SISTEMA SACA BROCAS. POSSUI GIRO LIVRE DE 360º. USO COM MICRO MOTOR PNEUMÁTICO. ACOPLAMENTO INTRAMATIC. SPRAY EXTERNO. UTILIZA BROCAS PM DE 2,35MM E BROCAS DE ALTA ROTAÇÃO DE 1,6MM (COM UTILIZAÇÃO DO ACESSÓRIO MANDRIL). BAIXO NÍVEL DE RUÍDO E VIBRAÇÃO. MÍNIMO DE 5.000 RPM E MÁXIMO DE 20.000 RPM.	6123

712	1	UN	MICROMOTOR 500 ACOPLAMENTO BORDEN INTRAMATIC. SPRAY INTERNO. ROTAÇÃO DE 5.000 A 20.000 RPM. FÁCIL MANUSEIO; PERMITE GIRO LIVRE DE 360°. BAIXO NÍVEL DE RUÍDO E VIBRAÇÃO.	6125
713	1	UN	PINÇA HADSON COM SERRILHA 12 CM	6127
714	1	UN	PINÇA ANATÔMICA COM SERRILHA 12 CM	6128
715	1	UN	PINÇA ANATÔMICA DELICADA CURVA OU RETA 10 CM	6129
716	1	UN	PINÇA CRILE RETA E CURVA	6131
717	1	UN	TESOURA METZEMBAUM CURVA 12 CM	6132
718	1	UN	TESOURA METZEMBAUM CURVA 15 CM	6133
719	1	UN	TESOURA METZEMBAUM RETA 12 CM	6134
720	1	UNIDADE	BRUNIDOR CRÔNICO Nº 26/27S (2,1 MM/1,3MM) – BRUNIDOR PARA ESCULTURA DENTÁRIA	6135
721	1	UNIDADE	ESPÁTULA CERÂMICA ALMORE- DOURADA	6136
722	1	UNIDADE	ESPÁTULA CERÂMICA ALMORE- VERDE	6137
723	1	UN	ESPÁTULA DUPLA (ESPÁTULA DE RESINA) – 3046	6138
724	1	UN	ESPÁTULA DUPLA (ESPÁTULA DE RESINA) – 3058	6139
725	1	UN	ESPÁTULA DUPLA (ESPÁTULA DE RESINA) – 3064	6140
726	1	UN	ESPÁTULA DUPLA SUPRAFIL MILLENNIUM ½ PRODUZIDO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 304. TAMANHO 15CM.	6141
727	1	UN	ESPÁTULA PARA RESINA HOLLEMBACK	6142
728	1	UN	ESPÁTULA PARA RESINA SD - 4	6143
729	1	UN	ESPÁTULA PARA RESINA SUPRAFIL - 6	6144
730	1	UN	ESPÁTULA PARA RESINA SUPRAFIL FLEXÍVEL AZUL – 1	6145
731	1	UN	ESPÁTULA PARA RESINA SUPRAFIL FLEXÍVEL ROSA - 1	6146
732	1	UN	IONÔMETRO DE VIDRO RESTAURADOR KIT PÓ + LÍQUIDO. AUTOPOLIMERÁVEL. COMPOSIÇÃO APÓS A MISTURA DAS FASES: VIDRO DE ALUMINOFLUORSILICATO, ÁCIDO POLICARBOXILICO, ÁCIDO TARTÁRICO, FLUORETO DE CÁLCIO, RADIOFACIFICADORES E ÁGUA.	6147
733	1	UN	LUVA DE NITRILO PREMIUM QUALITY BLACK - EP	6148
734	1	UN	MICROCURT- KIT ARCO E REPOSIÇÃO	6149
735	1	UN	MICROCURT LIXA- REFIL: AÇO INOXIDÁVEL. DIAMANTE NATURAL. MICROCURT LIXA DIAMANTADA COM ESPESSURA DE 0,1MM. TAMANHO DA LIXA: 36 X 6MM.	6150
736	1	UN	MICROCURT SERRA – REFIL: AÇO INOXIDÁVEL. MICROCURT SERRA COM ESPESSURA DE 0,05MM. TAMANHO 3,7CM	6151
737	1	UN	RESINA COMPOSTA UNIVERSAL PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES A3 (FILTEK Z250 XT): MICROHÍBRIDO COM NANOPARTÍCULAS. CARGA INORGÂNICA EM ZIRCÔNIA E SÍLICA COM ELEVADAS PROPRIEDADES MECÂNICAS E ALTA RESISTÊNCIA AO DESGASTE. QUANTIDADE DE PARTÍCULAS INORGÂNICAS É 60% EM VOLUME (SEM TRATAMENTO SILANO) COM TAMANHO DE PARTÍCULAS VARIÁVEIS ENTRE 0,01 E 3,5 UM. CONTENDO AS RESINAS BIS-GMA, UDMA E BIS-EMA- A3.	6152
738	1	UN	SUGADOR DE SANGUE METAL CURVO: SUGADOR DESCARTÁVEL ESTERILIZADO COM 20 UNIDADES. DESCARTÁVEL; ATÓXICO; CORPO PRINCIPAL (TUBO): COMPOSTO DE PVC RÍGIDO; PONTEIRAS: POLIETILENO ALTA DENSIDADE.	6153
739	1	UN	TIRA DE LIXA ABRASIVA EM AÇO – 6MM, FABRICADAS EM AÇO INOX. TAMANHO: 125MM X 6MM X 0,12MM.	6154
740	1	PACOTE	ELETRODO DESCARTÁVEL PARA ELETROCARDIOGRAMA (ECG): MODELO MSGST-06 DISPOSITIVOS UTILIZADOS PARA REALIZAÇÃO DE ELETROCARDIOGRAMA, MONITORIZAÇÃO ELETROCARDIOGRÁFICA; MODELO MSGST-06, ADULTO/INFANTIL, FABRICADO EM GEL SÓLIDO. TAMANHO 44 X 32MM, RETANGULAR. PRODUTO DE USO ÚNICO, DESCARTÁVEL, NÃO ESTÉRIL; COM ADERÊNCIA EFICIENTE DE LONGA DURAÇÃO (72 HORAS); GEL MÉDICO SÓLIDO CONDUTOR; PINO E CONTRA-PINO; AUTOADESIVO HIPOALÉRGICO; FITA PLÁSTICA RÍGIDA QUE PROTEGE O GEL E O ADESIVO; GEL SÓLIDO QUE PROPORCIONA CONDUTIBILIDADE EFICAZ, REDUZINDO RISCO DE INTERFERÊNCIA. PACOTES INDIVIDUAIS COM 50 UNIDADES, CAIXA COM 500 UNIDADES.	6155
741	1	CX	LUVA DE VINIL SEM TALCO, TAMANHO P: LUVA DE SEGURANÇA, INTEIRAMENTE CONFECCIONADA EM LÁTEX NITRÍLICO HIPOALERGÊNICO, COM 240MM DE COMPRIMENTO TOTAL, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, NÃO ESTÉRIL, PODENDO OU NÃO, TER FACE EXTERNA ANTIDERRAPANTE NA PALMA, DORSO E PUNHO LIGEIRAMENTE ASPERADOS EM RELEVO; INTERNAMENTE LISA, COM VIOLA NO PUNHO E NA MODELAGEM AMBIDESTRA, EM ADIÇÃO DE PÓ ABSORVÍVEL (SEM TALCO), DESCARTÁVEL APÓS USO. CAIXA COM 100 UNIDADES	6156
742	1	CX	LUVA DE VINIL SEM TALCO, TAMANHO M: LUVA DE SEGURANÇA, INTEIRAMENTE CONFECCIONADA EM LÁTEX NITRÍLICO HIPOALERGÊNICO, COM 240MM DE COMPRIMENTO TOTAL, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, NÃO ESTÉRIL, PODENDO OU NÃO, TER FACE EXTERNA ANTIDERRAPANTE NA PALMA, DORSO E PUNHO LIGEIRAMENTE ASPERADOS EM RELEVO; INTERNAMENTE LISA, COM VIOLA NO PUNHO E NA MODELAGEM AMBIDESTRA, EM ADIÇÃO DE PÓ ABSORVÍVEL (SEM TALCO), DESCARTÁVEL APÓS USO. CAIXA COM 100 UNIDADES	6157
743	1	CX	LUVA DE VINIL SEM TALCO, TAMANHO G: LUVA DE SEGURANÇA, INTEIRAMENTE CONFECCIONADA EM LÁTEX NITRÍLICO HIPOALERGÊNICO, COM 240MM DE COMPRIMENTO TOTAL, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, NÃO ESTÉRIL, PODENDO OU NÃO, TER FACE EXTERNA ANTIDERRAPANTE NA PALMA, DORSO E PUNHO LIGEIRAMENTE ASPERADOS EM RELEVO; INTERNAMENTE LISA, COM VIOLA NO PUNHO E NA MODELAGEM AMBIDESTRA, EM ADIÇÃO DE PÓ ABSORVÍVEL (SEM TALCO), DESCARTÁVEL APÓS USO. CAIXA COM 100 UNIDADES	6158

744	1	UN	HISTERÔMETRO DE COLLIN: 28 CM, PARA GINECOLOGIA. PRODUTO CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL.	6159
745	1	UN	CAIXA PORTA LÂMINAS EM PLÁSTICO: (TIPO MALETA) INDICADO PARA ARMAZENAMENTO DE LÂMINAS MICROSCÓPICAS 26 X 76MM.	6160
746	1	UN	RIOHEX 2%, SOLUÇÃO DEGERMANTE: INDICADO PARA ANTISSEPÇÃO DA PELE NO PRÉ-OPERATÓRIO. COMPOSIÇÃO: DIGLICONATO DE CLOREXIDINA 2% COM TENSOATIVOS. ANTISSEPTICO TÓPICO. EMBALAGEM COM 1 LITRO.	6161
747	1	UN	RIOHEX CLOREXIDINA 0,2%: DERMO SUAVE SOLUÇÃO AQUOSA 1 LITRO. COMPOSIÇÃO: DIGLICONATO DE CLOREXIDINA 2% COM TENSOATIVOS. INDICADA COMO ANTISSEPTICO TÓPICO, ANTISSEPÇÃO DA PELE NO PRÉ-OPERATÓRIO.	6162
748	1	UN	DETECTOR FETAL PORTÁTIL DIGITAL. COM BATERIA RECARREGÁVEL FD 200D: DOPPLER FETAL DE ALTA PERFORMANCE QUE SATISFAZ AS EXIGÊNCIAS PARA EXAME DE FHR EM HOSPITAIS, CLÍNICAS, COMUNIDADES E DOMICILIAR.	6163
749	1	UN	CURETA DE CERUME RETA: INSTRUMENTO CIRÚRGICO NÃO ARTICULADO, NÃO CORTANTE. UTILIZADO PARA EXTRAÇÃO DE CERUME. PRODUZIDO EM AÇO INOXIDÁVEL.	6164
750	1	UN	CURETA DE CERUME EM BAIONETA: INSTRUMENTO CIRÚRGICO NÃO ARTICULADO, NÃO CORTANTE. UTILIZADO PARA EXTRAÇÃO DE CERUME. PRODUZIDO EM AÇO INOXIDÁVEL.	6165
751	1	UN	CURETA E CERUME DE ARAME: INSTRUMENTO CIRÚRGICO NÃO ARTICULADO, NÃO CORTANTE. UTILIZADO PARA EXTRAÇÃO DE CERUME. PRODUZIDO EM AÇO INOXIDÁVEL.	6166
752	1	UN	MINI INCUBADORA PARA TESTES BIOLÓGICOS	6167
753	1	UN	CAVITINE (VERNIZ CAVITÁRIO).	6168
754	1	UN	BALANÇA DIGITAL C/ BLUETOOTH E BIOIMPEDÂNCIA 180KG PRETA - CARACTERÍSTICAS: PLATAFORMA DE VIDRO TEMPERADO DE 6MM; 4 SENSORES DE PESO (ALTA PRECISÃO NOS VALORES EXIBIDOS); CAPACIDADE: 180KG; LIGA E DESLIGA AUTOMATICAMENTE; VISOR BLACKDESIGN; MODO DE PESAGEM COM BEBÊ; PLATAFORMA DE 31X31CM; ALERTA DE BATERIA COM POUCO CARGA; ALERTA DE SOBRECARGA NA PLATAFORMA; ALIMENTAÇÃO: 4 PILHAS AAA; TRANSMISSÃO DE DADOS VIA BLUETOOTH; RELÓGIO; MULTIFUNÇÃO: MEDE A % DE GORDURA NO CORPO, % DE HIDRATAÇÃO DO CORPO, % DE MÚSCULO DO CORPO, % DE OSSOS DO CORPO E SUGERE A QUANTIDADE DE CALORIAS NECESSÁRIAS; ITENS INCLUSOS: 01 BALANÇA, 04 PILHAS AAA E 01 MANUAL.	6169
755	1	UN	BENGALA TIPO INTERROGAÇÃO - TAMANHO ÚNICO E REGULÁVEL: DE 83CM À 103CM; CORDÃO DE SEGURANÇA; ESPAÇO P/ APOIO DAS 02 MÃOS; COR: PRATA.	6170
756	1	UN	CADEIRA DE BANHO P/ OBESO - CONSTRUÍDA EM AÇO CARBONO; ESTRUTURA EM MONOBLOCO FIXA; ACOPLA-SE AO VASO SANITÁRIO; PINTURA ELETROSTÁTICA EPÓXI; APOIO DE PÉ RETRÁTIL; FREIOS BILATERAIS DIANTEIROS; APOIO DE BRAÇOS FIXOS; LARGURA DO ASSENTO: 50CM; CAPACIDADE: 130KG.	6171
757	1	UN	CADEIRA DE BANHO - FABRICADA C/ TUBOS DE AÇO CARBONO; ESTRUTURA MONOBLOCO FIXA; ACOPLA AO VASO SANITÁRIO; APOIO DE BRAÇO FIXO C/ SUPORTE EM NYLON INJETADO; FREIOS BILATERAIS DIANTEIROS DE 6" FIXADAS C/ PORCA TRAVANTE (PARLOCK); RODAS TRASEIRAS DE 6" GIRATÓRIA FIXADAS C/ PORCA TRAVANTE (PARLOCK); C/ GARFO EM AÇO CARBONO ACHATADO E MACIÇO C/ EIXO VERTICAL, ENCOSTO C/ PUNHO TIPO BENGALA C/ MANOPLA; REVESTIMENTO EM CAPA IMPERMEÁVEL; ACABAMENTO EM PINTURA EPÓXI TEXTURIZADA (ELETROSTÁTICA); APOIOS FIXOS P/ BRAÇOS E PÉS; INDICADA P/ USUÁRIOS ATÉ 85KG.	6172
758	1	UN	CADEIRA DE RODAS P/ OBESO - FABRICADA EM TUBOS DE AÇO CARBONO REFORÇADO; ASSENTO E ENCOSTO EM NYLON DUPLO REFORÇADO COM LONA; PROTETOR DE ROUPAS; ESTRUTURA DOBRÁVEL EM DUPLO "X"; FREIOS BILATERAIS COM REGULAGEM; ARO IMPULSOR BILATERAL EM NYLON COM 08 PONTOS DE FIXAÇÃO; APOIOS P/ OS BRAÇOS ESCAMOTEÁVEIS EM NYLON INJETADO; APOIOS P/ OS PÉS REMOVÍVEIS E COM REGULAGEM DE ALTURA; APOIO P/ A PERNA ELEVÁVEL E REGULÁVEL; RODAS DIANTEIRAS ARO 6 C/ PNEUS MACIÇOS; RODAS TRASEIRAS ARO 24 EM NYLON INJETADO C/ FIBRA C/ OITO RAIAS, PNEUS INFLÁVEIS; GARFO EM AÇO CARBONO MACIÇO; PINTURA EPÓXI TEXTURIZADA (ELETROSTÁTICA); CAPACIDADE DE PESO: 150KG; LARGURA MÍNIMA DO ASSENTO: 60CM; PESO CADEIRA: 20 KG.	6173
759	1	UN	CADEIRA DE RODAS SIMPLES DOBRÁVEL C/ PNEU INFLÁVEL - POSSUI APOIO FIXO PARA OS BRAÇOS E ARTICULADOS PARA OS PÉS; RODAS DIANTEIRAS ARO 6 C/ PNEUS MACIÇOS; RODAS TRASEIRAS ARO 24 EM NYLON INJETADO C/ FIBRA C/ OITO RAIAS, PNEUS INFLÁVEIS; ; PROFUNDIDADE DO ASSENTO: 41CM; FABRICADA EM AÇO CARBONO, COM ASSENTO E ENCOSTO EM NYLON; POSSUI FREIOS BILATERAIS E ARO IMPULSOR BILATERAL; CAPACIDADE DE PESO: 100KG; COR: PRETA; LARGURA MÍNIMA DO ASSENTO: 40CM; PESO CADEIRA: 14KG.	6173
760	1	UN	CARRINHO COLETOR DE LIXO C/ TAMPA 120 LITROS BRANCO - CARACTERÍSTICAS: FABRICADO COM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) VIRGEM. RODAS DO CARRINHO FEITAS COM BORRACHA MACIÇA; DIMENSÕES APROX.: 89,0X55X54,5CM; DADOS TÉCNICOS - CAPACIDADE EM KG: 48; CAPACIDADE EM LITROS: 120; PESO: 10KG.	6175
761	1	UN	CARRO DE EMERGÊNCIA - ESTRUTURA EM CHAPA DE AÇO, PINTURA EPÓXI; 03 GAVETAS SENDO A PRIMEIRA C/ DIVISÓRIAS P/ MEDICAMENTOS E OUTRAS DUAS, USO GERAL; SISTEMA DE TRAVAS NAS GAVETAS; SUPORTES P/ SORO, CILINDRO DE OXIGÊNIO, CARDIOVERSOR OU DESFIBRILADOR; TÁBUA P/ MASSAGEM CARDÍACA E TOMADA ELÉTRICA; RODÍZIOS DE 4" SENDO 2 C/ FREIOS EM DIAGONAL; PESO: 45KG; DIMENSÕES: 0,57X0,52X1,04; GARANTIA: CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	6176
762	1	UN	COLCHÃO PEDIÁTRICO DE BAIXA DENSIDADE - TAMANHO (CXLXA): 114X58X6CM	6177

763	1	UN	DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO - RESISTENTE A IMPACTOS E VIBRAÇÕES; CLASSIFICAÇÃO IP56, CONTRA ENTRADA DE POEIRA E ÁGUA; BOTÕES: LIGA/DESLIGA E CHOQUE; CONECTIVIDADE: ARMAZENA ECG/EVENTOS E ENVIA ATRAVÉS DA PORTA USB PARA O COMPUTADOR. INFORMAÇÕES TÉCNICAS - TAMANHO: 20CMX18,4CMX4,8CM; PESO: 1,1KG (COM BATERIA PAD-PAK); ONDA BIFÁSICA DE CURVA DE PULSAÇÃO DE SAÍDA AUTOCOMPENSADORA (SCOPE); OPÇÕES DE ENERGIA - ADULTOS: 1º CHOQUE: 150J; 2º CHOQUE: 150J; A PARTIR DO 3º CHOQUE: 200J; CRIANÇAS: CHOQUE: 50J. MATERIAIS - GABINETE: ABS, SANTOPRENE; PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO COM COMPONENTES ELETRÔNICOS; BATERIA: DIÓXIDO DE LÍTIO E MANGANÊS (LIMNO2); ELETRODOS: HIDROGEL, PRATA, ALUMÍNIO E POLIÉSTER; GARANTIA: 10 ANOS.	6178
764	1	UN	DETECTOR FETAL (DOPPLER FETAL) DIGITAL PORTÁTIL - CARACTERÍSTICAS: TRANSDUTOR DE ALTA SENSIBILIDADE; COMPACTO, LEVE E DE FÁCIL OPERAÇÃO; ALTO FALANTE DE ALTA PERFORMANCE; DESIGN ERGONÔMICO E COMPARTIMENTO PARA TRANSDUTOR; ENTRADA PARA FONE DE OUVIDO, GRAVADOR OU COMPUTADOR; BOTÃO LIGA/DESLIGA, CONTROLE DE VOLUME E DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO; TELA DE LCD ILUMINADO (BACKLIGHT); 02 MODOS DE VISUALIZAÇÃO DA FCF - FREQUÊNCIA CARDÍACA FETAL: NÚMÉRICA E GRÁFICA (CURVA FCF); ALARMES VISUAIS/SONOROS AJUSTÁVEIS E PROGRAMÁVEIS; INDICADOR DE BATERIA; FUNCIONAMENTO COM PILHAS ALCALINAS AA; GARANTIA DE 01 ANO.	6179
765	1	UN	FOCO CLÍNICO DE LUZ AUXILIAR LED PORTÁTIL - ALTA LUMINOSIDADE COM FOCO CONCENTRADO, SUPORTE FLEXÍVEL EM AÇO CROMADO, HASTES TELESCÓPICAS (PEDESTAL) EM ALUMÍNIO CROMADO P/ REGULAGEM DE ALTURA, BASE DE AÇO C/ PINTURA ELETROSTÁTICA (PREFERENCIALMENTE BRANCO), QUATRO RODÍZIOS P/ TRANSPORTE DO EQUIPAMENTO, CABO ELÉTRICO C/ DUPLA ISOLAÇÃO E COMPRIMENTO DE 03 METROS, PLUGUE E INTERRUPTOR ELÉTRICO (LIGA/DESLIGA) NO CORPO DO FOCO DE LUZ. POTÊNCIA: 3,0W; TENSÃO ELÉTRICA: 12V; LUMINOSIDADE: 270 LÚMENS; DURABILIDADE MÍNIMA: 30.000 HORAS; REGULAGEM DE ALTURA DE 1,00 À 1,35 METROS; FONTE DE TENSÃO NA ENTRADA: 85-265VCA - BIVOLT AUTOMÁTICO.	6180
766	1	UN	ESFIGMOMANÔMETRO ANERÓIDE VISOR DIGITAL - MÉTODO DE MEDIÇÃO AUSCULTATÓRIO, UTILIZA ESTETOSCÓPIO (NÃO INCLUSO); MEDIÇÃO ATRAVÉS DO MANDAU II; LIVRE DE MERCÚRIO E SEM ENGRENAGENS; PERA DE INFLAÇÃO E VÁLVULA METÁLICA DE DEFLAÇÃO OPERADAS MANUALMENTE; RESISTENTE; ANEL DE BORRACHA PARA MELHOR PROTEÇÃO DO MANÔMETRO; VISOR DE 32X32MM C/ RETROILUMINAÇÃO; ACESSÓRIOS ISENTOS DE LÁTEX (ANTIALÉRGICOS); CONECTOR P/ TROCA RÁPIDA DAS BRAÇADEIRAS; DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO APÓS 01 MINUTO; ALIMENTAÇÃO: 02 PILHAS AAA 3V DCI; GARANTIA: 02 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E 05 ANOS DE CALIBRAÇÃO; REGISTRO NA ANVISA.	6181
767	1	UN	INALADOR 4 SAÍDAS - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS - COMPRESSOR: TIPO PISTÃO AUTO LUBRIFICADO; LUBRIFICAÇÃO: ISENTA DE ÓLEO; VAZÃO LIVRE: 28 LITROS/MIN.; MOTOR: COMPACTO MONOFÁSICO; PRESSÃO MÁXIMA: 40 PSI; TENSÃO: 110/220V (BIVOLT AUTOMÁTICO); ACOMPANHA: 04 KITS DE NEBULIZAÇÃO COMPLETOS C/ COPO DOSADOR. COMPOSTO POR: 01 COPINHO, 01 MANGUEIRA, 01 MÁSCARA ADULTO, 01 MÁSCARA INFANTIL, 01 SUPORTE C/ RODÍZIOS; ALÇA P/ TRANSPORTE.	6182
768	1	UN	MEDIDOR DE ESTATURA PORTÁTIL (ESTADIÔMETRO) - BASE E PEÇAS EM ABS LEVE E ALTAMENTE RESISTÍVEL; AFERIÇÃO: 20CM À 200CM; GRADUAÇÃO: 0,1CM; PESO APROXIMADO: 2,6KG; COR BASE: PRETA; COR MEDIDOR DE ALTURA: CINZA OU BEGE; COR DA RÉGUA: BRANCA; DIMENSÕES DO PRODUTO (LXCXA): 36X67X13CM.	6183
769	1	UN	MESA ANTROPOMÉTRICA - ESMALTADA, PÉS COM PONTEIRAS DE BORRACHA, ESCALA DE 1,00 METRO; CURSOR REVESTIDO EM FÓRMICA LISA; MEDINDO 1,00X0,50X0,90CM	6184
770	1	UN	MESA DE EXAME CLÍNICO FIXA - SUPORTA ATÉ 150KG; CONSTRUÍDA EM AÇO CARBONO C/ LEITO REFORÇADO EM CHAPA DE MDF; SUPERFÍCIE C/ PINTURA APÓXI (COR BRANCA); COLCHONETE ESTOFADO 50MM, ESPUMA D23, COURVIN PRETO; PÉS COM PONTEIRAS DE BORRACHAS ANTIDERRAPANTE, CABECEIRA REGULÁVEL/ RECLINÁVEL EM 04 POSIÇÕES; DIMENSÕES MÍNIMAS (CXLXA): 180X60X70CM.	6185
771	1	UN	MESA GINECOLÓGICA SIMPLES - LEITO CONSTRUÍDO EM CHAPA DE AÇO, DIVIDIDO EM 03 PARTES (ASSENTO FIXO, CABECEIRA E PESEIRA REGULÁVEIS POR MEIO DE CREMALHEIRAS) E ESTOFADO COM ESPUMA D28 ANTIÁCARO E ANTIALÉRGICA EM COURVIN DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO; PÉS EM TUBOS DE AÇO E PONTEIRAS DE BORRACHA; TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO, ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, COM RESINA EPÓXI-POLIÉSTER E POLIMERIZADO EM ESTUFA, EXCELENTE RESISTÊNCIA QUÍMICA E MECÂNICA; DOTADA DE UMA GAVETA PARA DETRITOS; PORTA COXAS EM ALUMÍNIO FUNDIDO C/ ANEXOS EM INOX E REGULÁVEIS. DIMENSÕES APROX.: 0,50X1,85X0,80M	6186
772	1	UN	RAIO X ODONTOLÓGICO 70 KV DIGITAL C/ COLUMNA MÓVEL - PERMITE A OBTENÇÃO DE RADIOGRAFIAS COM QUALIDADE CONSTANTE E TEMPOS DE EXPOSIÇÕES EXATOS; EQUIPAMENTO COM COLIMADOR DE CHUMBO DE 1MM; FUNCIONAMENTO: 127 E 220 VOLTS (CONVERSÃO MANUAL); COMANDO ELETRÔNICO DIGITAL MICROPROCESSADO; CABEÇOTE DE RAIOS X COM AMPOLA IMERSA EM ÓLEO ISOLANTE ESPECIAL; CABO ESPIRADO COM DISPARADOR À DISTÂNCIA; ARTICULAÇÕES COM MOVIMENTOS DE 360º; PINTURA COM TINTA POLIURETANA; CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: REDE: 127-220V; INTENSIDADE DE CORRENTES NOMINAL: 12A (127V), 5,5A (220V); MODELO: 70 KV; TEMPO DE IRRADIAÇÃO: 0,05 À 3 SEG; INTENSIDADE DO TUBO: 8MA; FOCO: 0.8 X 0.8MM; GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	6187
773	1	UN	TALÍMETRO PEDIÁTRICO DE MESA	6188



774	1	UN	ULTRASSOM PIEZOELÉTRICO 32.000HZ E JATO DE BICARBONATO - APLICAÇÃO: PERIODONTIA, ENDODONTIA, DENTÍSTICA E PRÓTESE, PREPARAÇÃO CAVITÁRIA; RESERVATÓRIO DE BICARBONATO C/ AQUECIMENTO; TRANSDUTOR DO ULTRASSOM PIEZOELÉTRICO ATRAVÉS DE PASTILHAS CERÂMICAS COM FREQUÊNCIA DE 32.000HZ ESATBILIZADO ELETRONICAMENTE; PEÇA DE MÃO DO ULTRASSOM COM CAPA REMOVÍVEL E AUTOCLAVÁVEL; 05 NÍVEIS DE POTÊNCIA DO ULTRASSOM; TIPS (PONTAS) COM VÁRIOS MODELOS, ACOMPANHA O EQUIPAMENTO: PONTAS T1-S, T2-S, T3-S; CHAVE GERAL LUMINOSA LOCALIZADA NO PAINEL; ENTRADA DE AR E ÁGUA C/ BITOLAS DESIGUAIS, EVITANDO UMA POSSÍVEL LIGAÇÃO INVERTIDA; PEDAL DE ACIONAMENTO ÚNICO; ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: ALTURA SEM CANETA/COM CANETA: 11,7/12,9; LARGURA/COMPRIMENTO (CM): 21,8/22,0/ PESO LÍQUIDO: 03KG; PESO BRUTO: 04KG; FREQUÊNCIA DO ULTRASSOM: 32.000HZ; PRESSÃO DE ENTRADA DO AR: 60 PSI À 80 PSI; PRESSÃO DE ENTRADA DA ÁGUA: 14 PSI À 40 PSI; ALIMENTAÇÃO: BIVOLT 110V/220V; FREQUÊNCIA: 50/60HZ; FUSÍVEL: 1A 110V/220V; CONSUMO: 0,45A; GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	6189
775	1	UN	TIRAS REAGENTES PARA MEDIÇÃO DE GLICOSE COMPATÍVEL COM APARELHO G-TECH FREE LITE, CAIXA COM 50 UNIDADES	6190
776	1	UN	LÂMPADA INFRAVERMELHO PARA FISIOTERAPIA TERMOTERAPIA E FOTOTERAPIA 150W PAR 38. CAIXA COM 01 UNIDADE	6191
777	1	UN	SONDA FOLLEY 2 VIAS, COM BALÃO 5ML, COMPOSIÇÃO 100% LÁTEX, Nº 14	6192
778	1	UN	SONDA FOLLEY 2 VIAS, COM BALÃO 5ML, COMPOSIÇÃO 100% LÁTEX, Nº 16	6193
779	1	UN	SONDA FOLLEY 2 VIAS, COM BALÃO 5ML, COMPOSIÇÃO 100% LÁTEX, Nº 18	6194
780	1	UN	SONDA FOLLEY 2 VIAS, COM BALÃO 5ML, COMPOSIÇÃO 100% LÁTEX, Nº 20.	6195
781	1	PACOTE	LENÇO UMEDECIDO PARA BEBES TOQUE SUAVE PACOTE COM 50 LENÇOS	6196
782	1	PACOTE	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL COM ÓTIMA ABSORÇÃO TAMANHO P. PACOTE COM NO MINIMO 34UN	6197
783	1	PACOTE	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL COM ÓTIMA ABSORÇÃO TAMANHO RN. PACOTE COM NO MINIMO 20UN	6198
784	1	UN	CHUPETA PARA BEBÊ BICO ORTODÔNTICO	6199
785	1	UN	MAMADEIRA NATURAL 250 ML	6200
786	1	CX	PROTETOR OCULAR ADULTO - COM MALHA INTERNA ESPECIAL QUE IMPEDE TOTALMENTE A PASSAGEM DE LUZ, ADESIVO FLEXÍVEL E COLA ANTIALÉRGICA SUPERADERENTE. CAIXA COM 20 UNIDADES	6201
787	1	UN	PINÇA HADSON SEM DENTE 12CM	6202
788	1	UN	ÁLCOOL LÍQUIDO 96% 1 LITRO	6203
789	1	UN	DISPOSITIVO PARA EQUIPO DE SORO COM DUAS VIAS	6204
790	1	UN	MASCARA DE VENTURI ADULTO	6205
791	1	UN	MASCARA DE VENTURI INFANTIL	6206
792	1	UN	CABO BISTURI Nº 03	6207
793	1	UN	FITA MICROPORE 10X10 BRANCA COM CAPA	6208
794	1	CX	AMÁLGAMA 1 DOSE C/ 50 CÁPSULAS	6209
795	1	UN	BROCA CIRÚRGICA ESFÉRICA HASTE LONGA Nº 4	6210
796	1	UN	CABO P/ BISTURÍ EM AÇO INOXIDÁVEL Nº 3	6211
797	1	UN	CIMENTO OBTURADOR PROVISÓRIO 10G	6212
798	1	UN	COLETOR DE URINA E SECREÇÃO SISTEMA ABERTO TIPO GARRAFA 1.200ML	6213
799	1	UN	COMADRE TIPO PÁ EM AÇO INOX 2,5 LITROS	6214
800	1	UN	CURETA DE DENTINA Nº 17 - AÇO INOXIDÁVEL AISI-420	6215
801	1	FR	DIGLOCUNATO DE CLOREXIDINE À 0,12% C/ 1,1 LITRO	6216
802	1	UN	DISPOSITIVO P/ INCONTINÊNCIA URINÁRIA (URIPEN) TAMANHO 5	6217
803	1	PCT	ENVELOPE P/ ESTERILIZAÇÃO 15X30CM C/ 100 UNID	6218
804	1	UN	EQUIPO MACROGOTAS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL C/ CONECTOR ESCALONADO ESPECÍFICO P/ ADMINISTRAÇÃO DE SOLUÇÕES ENTERAIS	6219
805	1	UN	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL BRANCO 2,5CMX4,5M	6220
806	1	UN	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL BRANCO 5,0CMX4,5M	6221
807	1	PCT	EXTIRPA NERVOS SORTIDOS 21MM C/ 10 UNID	6222
808	1	CX	FIO DE SUTURA CATGUTE ABSORVIVEL 1-0 C/ AGULHA 3,0CM C/ 24 ENVELOPES	6223
809	1	UN	FIO DENTAL 300 METROS	6225
810	1	UN	FITA MICROPORE HIPOALÉRGICA 2,5CMX10M	6226
811	1	CX	FIXADOR P/ CATÉTER IV FIX C/ 100 UNI	6227
812	1	UN	FRASCO P/ NUTRIÇÃO ENTERAL - TAMPA C/ MEMBRANA PERFURÁVEL, ADAPTADAS AOS EQUIPOS DE ALIMENTAÇÃO ENTERAL; FRASCO EM PE DE 300 ML GRADUADO C/ ESCALA DE 50ML; DISPOSITIVO P/ FIXAÇÃO EM SUPORTE; ATÓXICO; VOLUME: 300 ML.	6228
813	1	FR	GEL CONDUTOR P/ AUSCUTA DE BCF, TUBO DE 250ML	6229
814	1	UN	HISTERÔMETRO DE COLLIN GINECOLÓGICO 28CM	6230
815	1	UN	KIT DE NEBULIZAÇÃO CONTENDO MÁSCARA TAMANHO ADULTO, COPINHO E EXTENSOR C/ ACOPLAGEM EM ROSCA	6231
816	1	KIT	KIT CÂNULA DE GUEDEL Nº 0 À 5	6232
817	1	UN	LARINGOSCÓPIO INOX ADULTO COMPLETO C/ 03 LÂMINAS CURVAS (2/3 E 4)	6233
818	1	UN	LARINGOSCÓPIO INOX INFANTIL COMPLETO C/ 03 LÂMINAS RETAS (00, 0 E 1)	6234
819	1	UN	LENÇOL DE CAMURÇA P/ AMÁLGAMA	6235
820	1	UN	LIMA TIPO KERR Nº 15 21MM	6236

821	1	UN	LIMA TIPO KERR Nº 20 21MM	6237
822	1	FR	LUBRIFICANTE EM SPRAY P/ INSTRUMENTO DE ALTA E BAIXA ROTAÇÃO 200ML	6238
823	1	UN	MÁSCARA DE OXIGÊNIO DE ALTA CONCENTRAÇÃO INFANTIL C/ RESERVATÓRIO	6239
824	1	UN	NEGATOSCÓPIO CLÍNICO E ODONTOLÓGICO LED BIVOLT 01 CORPO - ESTRUTURA EM CHAPA DE AÇO 20; PARTE FRONTAL EM CHAPA DE ACRÍLICO PERMITINDO LUZ UNIFORME; ADAPTÁVEL PARA USO EM MESA OU PAREDE; BIVOLT SELECIONÁVEL: 110V OU 220V; ACABAMENTO: PINTURA EPÓXI, COM TRATAMENTO ANTI-FERRUGINOSO. DIMENSÕES: 50X38X14CM.	6240
825	1	UN	PAPAGAIO EM AÇO INOX 01 LITRO	6241
826	1	ROLO	PAPEL PRINT TERMO SENSÍVEL UPP100 - EXAME ULTRASSOM	6242
827	1	UN	PINÇA PROF. MEDINA P/ BIOPSIA UTERINA 24CM - 4MM...	6243
828	1	UN	PINÇA SHERON DESCARTÁVEL PARA COLPO	6244
829	1	PCT	PONTA ABRASIVA FL 2 P/ POLIMENTO DE RESINA COMPOSTA E ESMALTE C/ 10 UNID	6245
830	1	UN	PONTA DIAMANTADA CÔNICA DUPLA 1036	6246
831	1	UN	PONTA DIAMANTADA CÔNICA DUPLA 1046	6247
832	1	UN	PONTA DIAMANTADA CÔNICA EXTREMIDADE INATIVA 3082	6248
833	1	UN	PONTA DIAMANTADA CÔNICA TOPO CHAMA 3195FF	6249
834	1	PCT	PONTAS CENTRIX Nº 4 C/ 20 UNID	6250
835	1	UN	PORTA BISTURÍ EM AÇO INOXIDÁVEL Nº 3	6251
836	1	UN	PORTA MATRIZ TOFFLEMIRE	6252
837	1	CX	POSICIONADOR RADIOGRÁFICO AUTOCLAVÁVEL ADULTO - KIT C/ 6 PEÇAS + ARMAZENAMENTO	6253
838	1	CX	POSICIONADOR RADIOGRÁFICO AUTOCLAVÁVEL INFANTIL - KIT C/ 6 PEÇAS + ARMAZENAMENTO	6254
839	1	UN	RESINA COMPOSTA COR A4 Z250XT 4G	6255
840	1	CX	SERINGA CENTRIX (ESTOJO C/ 30 PONTAS SORTIDAS)	6256
841	1	UN	SERINGA DESC. P/ INSULINA 01ML SEM AGULHA - ESCALA NUMERADA EM TRAÇOS LONGOS A CADA 10UI E A SECUNDÁRIA A CADA 2UI	6257
842	1	UNI	SERINGA DESCARTÁVEL DE 10 ML	6258
843	1	UN	SERINGA DESCARTÁVEL DE 20 ML	6259
844	1	UN	SONDA NASOENTÉRICA C/ FIO GUIA (MANDRIL)	6260
845	1	CX	SUGADOR CIRÚRGICO DESCARTÁVEL C/ 20 UNID	6261
846	1	PCT	TIRA DE LIXA ABRASIVA EM AÇO P/ REMOÇÃO DE AMÁLGAMA 6MM	6262
847	1	CX	TIRAS DE CARBONO ACCU FILM II C/ 280 UNID	6263
848	1	CX	TIRA REAGENTE P/ MEDIÇÃO DE GLICOSE (HGT) SISTEMA DE AUTO CODE C/ 50 UNI - COMPATÍVEL COM APARELHO G-TECH	6264
849	1	CX	TOUCA DESCARTÁVEL BRANCA C/ ELÁSTICO C/ 100 UNID - HIPOALÉRGICA; ALTA QUALIDADE; TAMANHO APROX.: 45X50CM	6265
850	1	UN	TUBO CIRÚRGICO DE SILICONE 202 - 5,00X10,0MM - EMBALAGEM C/ 15 METROS	6266
851	1	UN	UMIDIFICADOR DE OXIGÊNIO 250ML	6267
852	1	UN	VASELINA LÍQUIDA 1 LITRO	6268
853	1	FR	VERNIZ FLUORETADO 2,26% FLUORNIZ	6269
854	1	UN	ESCOVA ENDOCERVICAL COM EMBALAGEM INDIVIDUAL	6270
855	1	PCT	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO 100% CELULOSE, VIRGEM, EXTRA BRANCO, MACIO, ISENTO DE PRODUTOS QUÍMICOS, ALTA ABSORÇÃO, 23X21 CM, PACOTES COM 1000 FOLHAS	6271
856	1	UN	COLETOR DE MATERIAL PERFURO CORTANTE RÍGIDO DE 7 LITROS	6272
857	1	UN	COLETOR DE MATERIAL PERFURO CORTANTE RÍGIDO DE 15 LITROS	6273
858	1	UN	COLETE IMOBILIZADOR DORSAL TIPO KED (ADULTO)	6274
859	1	PCT	TIRA MATRIZ DE POLIÉSTER 120X10X0,5MM - EMBALAGEM C/ 50 TIRAS	6275
860	1	UN	COLETE PUTTI ELÁSTICO BAIXO	6276
861	1	UN	COLETE PUTTI ELÁSTICO ALTO	6277
862	1	UN	ELETRODO MULTIFUNÇÃO DESCARTÁVEL COMPATÍVEL COM CARDIOVERSOR M-SERIES ZOLL ADULTO.	6278
863	1	UN	ODO TÓPICO (LEVOPOVIDINE) LITRO.	6279

1.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 de novembro de 2018 à 31 de maio de 2019.

1.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

1.2.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/1993.

1.3. A vigência para a execução dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

## 2. DO EDITAL DE CHAMAMENTO/ENTREGAS/EXECUÇÃO

Para os itens 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83,

84, 85, 86, 87, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 140 e 456 somente poderão ser ofertadas pelas licitantes as marcas/modelos que possuírem Atestados de Aprovação emitidos pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC devidamente publicados até a data anterior a abertura do certame conforme a ATA DE COMPILAÇÃO DOS BENS APROVADOS Nº 001/2018 de 24 de julho de 2018.

2.1. AS PROPONENTES INTERESSADAS PODERÃO CONSULTAR AS MARCAS/MODELOS JÁ APROVADAS NO SITE DO Consorcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC: [WWW.CONSORCIOVCV.SC.GOV.BR](http://WWW.CONSORCIOVCV.SC.GOV.BR) PARA A FORMULAÇÃO DE SUAS PROPOSTAS.

2.2. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

2.2.1. A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade de cada Órgão Participante.

2.2.2. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

2.2.3. Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

2.2.4. O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

2.3. Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante, correrão por conta do Fornecedor.

2.3.1. - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

### 3. DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

3.1. Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, as estimativas de consumo dos Órgãos Participantes estão quantificadas no ANEXO VI.

### 4. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

4.1. O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões.

4.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões ([www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)).

### 5. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

5.1. O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

### 6. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

6.2. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à Bolsa de Licitações e Leilões

6.3. É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

6.4. Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública ou impedida legalmente.

6.5. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações e Leilões, em tempo



hábil para a apresentação das propostas.

## 7. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

7.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- A. Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- B. Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- C. Abrir as propostas de preços;
- D. Analisar a aceitabilidade das propostas;
- E. Desclassificar propostas indicando os motivos;
- F. Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- G. Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- H. Declarar o vencedor;
- I. Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- J. Elaborar a ata da sessão;
- K. Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- L. Abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

## CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES

7.2. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear, através de instrumento requerido junto à BLL, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa de Licitações e Leilões, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

7.3. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

7.4. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

7.5. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa de Licitações e Leilões.

7.6. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL - Bolsa de Licitações e Leilões a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.7. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

## PARTICIPAÇÃO

7.8. A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

7.9. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3042-9909 e FAX 3091-9654, através da Bolsa de Licitações e Leilões ou pelo e-mail [contato@bll.org.br](mailto:contato@bll.org.br).

## ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

7.10. A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

7.11. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.12. Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Fica a critério do pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que

antes do início da disputa de lances;

7.15. Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, na Forma Eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

7.17. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão, na Forma Eletrônica será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem eletrônica (e-mail) divulgando data e hora da reabertura da sessão.

7.18. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo extra. O período de tempo extra ocorrerá em um intervalo que poderá ser de 01 (um) segundo a 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances, não podendo em hipótese alguma, as empresas apresentarem novos lances.

#### FECHAMENTO RANDÔMICO

7.19. Face à imprevisão do tempo extra, as Empresas participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil.

7.20. Facultativamente, o Pregoeiro poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances. Neste caso, antes de anunciar o vencedor, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

7.21. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

7.22. POSTERIORMENTE, OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA DEVERÃO SER ENCAMINHADOS EM ORIGINAIS OU CÓPIAS AUTENTICADAS, NO PRAZO MÁXIMO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, CONTADOS DA DATA DO FINAL DA SESSÃO PÚBLICA VIRTUAL, JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS COM VALORES INICIAIS, PARA O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL -CVC

AV. SANTA CATARINA, Nº 1022, CENTRO, CORONEL FREITAS - SC (CEP 89.840-000).

Pregoeira: Flavia Rolim de Moura

Telefone: (49) 3347 -0357

SETOR DE COMPRAS/LICITAÇÕES

7.23. A sessão pública fica suspensa, ou seja, permanece em fase de classificação/habilitação até o recebimento da documentação original dentro das condições dispostas no item 7.22.

7.24. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido, acarretará nas sanções previstas no item 17.7, deste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

7.25. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

7.26. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

7.27. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

7.28. Quando for constatado o empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da LC 123/2006, o Pregoeiro aplicará os critérios para o desempate em favor ME/EPP. Após o desempate, poderá o pregoeiro ainda negociar um melhor preço caso ela não atinja o valor de referência definido pela administração pública.

#### 8. PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

8.1. O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

8.2. No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio as ESPECIFICAÇÕES, MARCAS

E MODELOS, PREÇOS UNITÁRIO E TOTAIS DE TODOS OS ITENS ofertados.

8.2.1. Fica vetada a identificação da Empresa em qualquer campo da proposta, tal como timbres, abreviações (relacionadas a empresas), carimbos, telefones e etc, o descumprimento do mesmo acarretará na desclassificação prévia da Empresa.

8.3. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS APRESENTADAS QUE CONTENHAM ITENS SEM ESPECIFICAÇÃO DE MARCA/MODELO (quando necessário).

8.3.1. O OBJETO DEVERÁ ESTAR TOTALMENTE E ESTRITAMENTE DENTRO DAS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ITEM 1.1.

8.4. A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

#### 9. PROPOSTA ESCRITA E FORNECIMENTO

9.1. Todas as Empresas devidamente habilitadas para o certame, deverão enviar ao Pregoeiro, a Proposta de Preços escrita, com o(s) valor(es) oferecido(s) na fase inicial (mesmo valor da proposta cadastrada na BLL) para todos os itens que cotou, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, no prazo estipulado no item 7.22, deste Edital.

NA PROPOSTA ESCRITA, DEVERÁ CONTER:

- A. Conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual, número de telefone, fax e e-mail;
- B. Suas folhas devem estar datadas, assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;
- C. Conter declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;
- D. O prazo de validade da proposta de preços que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais;
- E. Conter discriminados em moeda corrente nacional os preços dos itens limitados a 02 (duas) casas decimais para os centavos;
- F. Conter discriminado o prazo de validade da Ata conforme o preâmbulo do presente Edital;
- G. Conter discriminado o prazo de entrega dos itens de até 10 (dez) dias do recebimento da Autorização de Fornecimento exclusivamente emitida pelo órgão gerenciador;
- H. Especificação, marca/modelo completa do produto oferecido de acordo com as apresentadas na Proposta Eletrônica com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, totalmente e estritamente conforme descrito no item 1.1, deste Edital;
- I. Valor unitário e valor total com a quantidade estimada (mesmo valor da proposta cadastrada na BLL);
- J. Dados bancários, dados do representante legal e declaração de assinatura por certificação digital, conforme ANEXO II;

9.2. Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o MENOR PREÇO UNITÁRIO - POR ITEM.

9.3. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

#### 10. GARANTIA

10.1. As Empresas vencedoras deverão prestar as garantias conforme particularidades e exigências de cada item, contados a partir da data de entrega dos mesmos.

#### 11. DA HABILITAÇÃO

11.1. TODA A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO NO ITEM 7.22, CONTENDO A SEGUINTE INDICAÇÃO:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2018- CVC  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2018 - CVC  
(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)

11.2. Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

- A. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (de acordo com as exigências do Novo Código Civil), a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como a última alteração, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.
- B. Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF – Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, a fim de comprovar os poderes do outorgante.
- C. Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo (ANEXO III).  
Obs.: Se for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva, comprovando condição.
- D. A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito de tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº

123/2006, deverá ser comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:

Empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

Comprovação de opção pelo Simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal,

<https://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/aplicacoes/atbhe/consultaoptantes.app/consultaropcao.aspx>

Declaração firmada pelo representante legal da empresa ou seu procurador, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/06, conforme modelo (ANEXO III).

Os documentos relacionados nos subitens anteriores, para efeito de comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, poderão ser substituídos pela Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa do DNRC nº 103, publicado no D.O. do dia 22/05/2007.

Esta Certidão terá validade até o prazo de 120 (cento e vinte) dias após o encerramento do exercício em que foi emitida para os casos em que a emissão tenha sido a partir de 1º de maio de 2013.

E. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

F. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

G. Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

H. Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;

I. Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);

J. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos da Lei federal nº 12.440/2011;

11.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte também deverão apresentar os documentos referentes à regularidade fiscal. Todavia, apresentada a documentação, eventual restrição poderá ser sanada no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a lavratura da Ata, como condição para a assinatura da mesma, na forma da Lei Complementar nº 123/06 e 147/2014.

11.3.1. A não regularização da documentação no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à assinar a Ata, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado ao Órgão Gerenciador convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.

11.4. Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro.

- Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX);
- Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.

11.5. Em todas as hipótese referidas neste Edital, não serão aceitos documentos com prazo de validade vencido, bem como não serão aceitos, em nenhuma hipótese, "protocolo" de documento necessário à habilitação.

11.5.1. Os documentos apresentados sem prazo de validade serão considerados válidos por 4 (quatro) meses após a sua expedição.

## 12. DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

12.1. Será de responsabilidade da licitante vencedora:

- Fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas;
- Fornecer o objeto desta licitação, na forma requisitada, nos locais indicados na Autorização de Fornecimento, nos prazos definidos neste Edital e nos preços homologados no certame;
- Prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência;
- Responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais e trocas durante a garantia;
- Enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;
- Lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "on line", disponibilizado pelo Consorcio Intermunicipal Velho Coronel – CVC;
- Acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

## 13. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

13.1. A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR ITEM, desde que atendidas as exigências deste Edital e independentemente se houver divergência no valor unitário com o valor total cotado nos itens.

## 14. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

14.1. Decairá do direito de impugnar os termos do Edital aquele que não o fizer até 2 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

14.1.1. Não será admitida a Impugnação do Edital por intermédio de fac-símile ou via e-mail, devendo a referida peça ser protocolada junto ao Departamento de Licitações do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC.

14.2. Caberá ao Pregoeiro decidir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre a Impugnação interposta.

14.3. Se procedente e acolhida a Impugnação do Edital, seus vícios serão sanados, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto,

quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

#### 15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO DE FORNECIMENTO

15.1. As obrigações decorrentes das aquisições do objeto, constantes no Registro de Preços a serem firmadas entre o Órgão Gerenciador (Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC), os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), e o Fornecedor serão formalizadas através da Ata de Registro de Preços, sendo que o prazo de validade do Registro de Preços será 12 de novembro de 2018 à 31 de maio de 2019.

15.1.1. Serão formalizadas atas entre o Órgão Gerenciador/Órgão Participante(1) e Fornecedor; Órgão Gerenciador/Órgão Participante(2) e Fornecedor; Órgão Gerenciador/Órgão Participante(3) e Fornecedor, até o total de órgãos participantes.

15.2. O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados será convocado a firmar as Atas de Registro de Preços (Órgão Gerenciador e cada Órgão Participante conforme estimativa de consumo, previsto no Anexo VI deste Edital) no prazo de 3 (três) dias úteis após a homologação, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração do Consórcio, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal. As atas serão enviadas por correio eletrônico (email).

15.3. A ata de registro de preços deverá ser assinada por certificação digital, E-CPF do representante legal da empresa ou cargo superior, não será aceito assinatura pelo E-CNPJ.

15.4. O licitante que, convocado para assinar as Atas de Registro de Preços, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

15.5. Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar as Atas de Registro de Preços de Fornecimento, no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

15.6. Observados os critérios e condições estabelecidas neste Edital e o preço registrado, os Órgãos Participantes poderão comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.

15.7. A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes, a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

#### 16. DO REAJUSTE DOS PREÇOS

16.1. Os preços não serão reajustados (de forma a beneficiar o fornecedor) durante a validade desta Ata.

#### 17. DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

17.1. Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

17.1.1. Não será admitido que as Razões do Recurso sejam apresentadas por intermédio de fac-símile ou via e-mail, devendo a referida peça ser protocolada junto a Departamento de Licitações do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC.

17.1.2. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente. A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.

17.2. Não sendo interpostos recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), No ITEM sendo submetido este resultado ao PRESIDENTE do Consorcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC para homologação.

17.3. O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Presidente do Consorcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

17.4. Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido ao presidente do Consorcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC para o procedimento de homologação com a devida adjudicação, do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).

17.5. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata, aceitar ou retirar o contrato ou instrumento equivalente dentro do prazo de 03 (três) dias, a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

17.6. De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão,



constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

17.6.1. Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador, garantida a previa defesa, aplicar ao fornecedor em relação às contratações dos Órgãos Participantes as seguintes sanções:

A. advertência;

B. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

C. Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

D. Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

E. Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

17.7. Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, ao proponente que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a licitação, que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, bem como aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor global da obrigação não cumprida.

## 18. DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO/FINANCEIRO

18.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993

18.1.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

18.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

I Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

III Convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

18.1.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

a) Manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

b) Manter o valor de sua proposta classificada;

c) Realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II Não havendo êxito na negociação com os demais classificado, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

18.1.4. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

## 19. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

19.1. O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

I. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II. Não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV. Tiver presentes razões de interesse público;

V. For declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

VI. For impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos

termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002;

VII. Não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

19.2. O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

19.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I. Por razão de interesse público; ou

II. A pedido do fornecedor.

## 20. DA DOTAÇÃO

20.1. As despesas decorrentes das aquisições, objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica dos orçamentos de cada Órgão Participante (município consorciado), referente o exercício de 2018 e seguintes.

20.1.1. O Órgão Participante (município consorciado) quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

## 21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito pelo Órgão Participante em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente.

21.1.1. O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos materiais, objeto desta licitação, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML.

21.2. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

21.3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

## 22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços;

22.2. A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador (Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC) ou os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados) a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

22.3. A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

22.3.1. Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

22.3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

22.3.3. As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VI)

22.3.4. Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item (Anexo VI) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

22.4. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

22.5. O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, no Departamento de compras do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, logo após sua homologação.

22.6. Detalhes não citados referentes a prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

22.7. O Presidente do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade,



de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

22.8. O Pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 11:30 hs. e das 13:30 às 17:00 hs, através dos telefones (49) 3347-0819, ou pessoalmente (Av Santa Catarina, 1022, Centro, Coronel Freitas - SC).

22.9. Não cabe à BLL - Bolsa de Licitações e Leilões qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

22.10. O Pregoeiro e Equipe de Apoio foram nomeados através da Resolução nº 008-2017 de 17 de julho de 2017.

22.11. São partes integrantes deste Edital os seguintes ANEXOS:

- A. ANEXO I – Modelo de Proposta de Preços;
- B. ANEXO II – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
- C. ANEXO III – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- D. ANEXO IV – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- E. ANEXO V – Relação dos Órgãos (Gerenciador e Participantes);
- F. ANEXO VI – Estimativa de Consumo dos Órgãos Participantes;
- G. ANEXO VII – Minuta da Ata de Registro de Preços.

Coronel Freitas - SC, 09 de outubro de 2018.

RUDIMAR CONTE

Presidente

#### ANEXO I

##### MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Apresentamos nossa proposta para aquisição do objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

#### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

#### 2 – PREÇO

Deverá ser cotado, preço unitário e total, com apenas duas casas decimais, por item.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

#### 3 – CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

##### VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

De no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

##### PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

0.1. De acordo com item 1.1, de 12 de novembro de 2018 à 31 de maio de 2019.

##### 0.1. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA DE MERCADORIAS

De acordo com o especificado no Item 2.3, deste Edital.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

##### LOCAL E DATA

##### NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

#### 4 – OBJETO DA PROPOSTA:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$

			CONTINUA....			

Local e Data.

Assinatura do representante  
e carimbo da empresa

## ANEXO II

### 1. DADOS BANCÁRIOS:

TITULAR DA CONTA CORRENTE:
CNPJ:
NOME E NÚMERO DO BANCO:
CIDADE:
Nº DA AGÊNCIA:
Nº DA CONTA CORRENTE DA EMPRESA:

### 2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:
CARGO OU FUNÇÃO:
IDENTIDADE Nº :
CPF/MF Nº:
TELEFONE PARA CONTATO:
E-MAIL:

### 3. DECLARAÇÃO DE ASSINATURA POR CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Declaramos estar ciente que, o representante legal indicado neste documento, será o signatário da "Ata de Registro de Preços", o qual deverá assinar o documento eletrônico em formato "PDF", por certificação digital, através do e-CPF (CPF na versão eletrônica).

Local e Data.

Nome e Assinatura do Representante da Empresa

## ANEXO III

### DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(NOME SOCIAL DA EMPRESA) CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada em  
(ENDEREÇO COMERCIAL) , através de seu proprietário/administrador (NOME COMPLETO) , (QUALIFICAÇÃO COMPLETA) , (ENDEREÇO COMPLETO) declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente

processo licitatório.

**OBS:** Se for Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva.  
 CNPJ:  
 Local e Data

Assinatura e carimbo Representante Legal da empresa

#### ANEXO IV

##### DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) ou procurador, portador(a) da Carteira de Identidade nº, do CPF nº, DECLARA, sob as penas elencadas na Lei nº 8.666/93, que em conformidade com o previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006, ter a receita bruta equivalente a uma (microempresa ou empresa de pequeno porte). Declara ainda que não há nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, art. 3º da LC 123/06.

Local e Data

Assinatura e carimbo Representante da empresa

#### ANEXO V

##### 1 - RELAÇÃO DE ÓRGÃO GERENCIADOR:

ÓRGÃO GERENCIADOR	ENDEREÇO	CNPJ	PRESIDENTE
Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC	Av. Santa Catarina, nº 1022	14.688.861/0001-19	RUDIMAR CONTE

##### 2 - RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

MUNICÍPIOS PARTICIPANTES	ENDEREÇO	CNPJ	RESPONSÁVEL
Águas De Chapecó	Rua Porto União,968 - Centro	82.804.212/0001-96	Leonir Antônio Hentges
Águas Frias	Rua Sete De Setembro,512 - Centro	95.990.180/0001-02	Ricardo Rolim De Moura
Cordilheira Alta	Rua Celso Tozzo,27 - Centro	95.990.198/0001-04	Carlos Alberto Tozzo
Coronel Freitas	Av. Santa Catarina,1022 - Centro	83.021.824/0001-75	Izeu Tozetto
Formosa Do Sul	Av. Getúlio Vargas,580 - Centro	80.637.424/0001-09	Rudimar Conte
Nova Erechim	Av. Francisco Ferdinando Losina,139 - Centro	83.021.840/0001-68	Nédio Antonio Cassol
Quilombo	Rua Duque De Caxias,165 - Centro	83.021.865/0001-61	Silvano De Pariz
Santa Helena	Rua Dom Feliciano,476 - Centro	80.912.140/0001-75	Luiz Gluitz
Tunápolis	Rua João Castilho ,111 - Centro	78.486.198/0001-52	Renato Paulata

#### ANEXO VI

##### ESTIMATIVA DE CONSUMO DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

- Órgão Participante: MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.804.212/0001-96, com sede na RUA PORTO UNIÃO,968 - CENTRO, na cidade de ÁGUAS DE CHAPECÓ -SC, representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, LEONIR ANTONIO HENTGES:

Item/Quantidade: 1/12,00; 2/2,00; 4/100,00; 5/50,00; 7/100,00; 9/350,00; 13/350,00; 14/1,00; 15/200,00; 16/100,00; 18/100,00; 26/1500,00; 27/500,00; 28/1750,00; 29/1500,00; 35/50,00; 37/25,00; 38/6,00; 39/6,00; 40/4,00; 41/2,00; 42/4,00; 43/4,00; 44/4,00; 45/4,00; 46/4,00; 47/4,00; 48/400,00; 50/150,00; 51/2,00; 53/5,00; 55/1000,00; 56/250,00; 57/50,00; 58/52,00; 60/4,00; 64/10000,00;

65/250,00; 66/300,00; 67/25,00; 68/100,00; 69/100,00; 70/500,00; 75/50,00; 76/25,00; 77/250,00; 78/4000,00; 79/4000,00; 80/1200,00; 81/1200,00; 83/15,00; 84/5,00; 85/5,00; 86/250,00; 87/150,00; 88/50,00; 89/4,00; 91/50,00; 92/200,00; 93/500,00; 94/500,00; 95/200,00; 96/150,00; 97/30,00; 98/30,00; 99/30,00; 100/30,00; 101/65,00; 102/25,00; 103/350,00; 104/150,00; 108/2,00; 109/2,00; 111/2,00; 112/6,00; 113/4,00; 114/10,00; 115/2,00; 117/4,00; 120/20000,00; 121/50,00; 122/20000,00; 123/5000,00; 124/7000,00; 125/10000,00; 130/5000,00; 131/5000,00; 134/5000,00; 135/2500,00; 136/1500,00; 137/1000,00; 138/1500,00; 139/40,00; 140/20,00; 141/15,00; 142/12,00; 143/150,00; 144/50,00; 148/150,00; 150/20,00; 151/250,00; 152/250,00; 153/300,00; 154/250,00; 160/10,00; 162/10,00; 163/10,00; 165/40,00; 166/20,00; 167/250,00; 168/250,00; 169/200,00; 171/5,00; 172/1,00; 173/1,00; 180/100,00; 181/3,00; 184/8,00; 185/4,00; 187/2,00; 188/2,00; 189/2,00; 190/4,00; 191/2,00; 192/2,00; 194/6,00; 195/6,00; 196/4,00; 197/4,00; 212/10,00; 215/4,00; 216/500,00; 217/1,00; 219/8,00; 220/10,00; 222/2,00; 223/250,00; 225/2,00; 235/2,00; 239/4,00; 242/6,00; 243/6,00; 247/2,00; 250/2,00; 251/4,00; 253/1,00; 254/2,00; 255/200,00; 256/15,00; 257/2,00; 258/10,00; 262/2,00; 263/1,00; 265/8,00; 267/8,00; 269/2,00; 270/200,00; 271/200,00; 272/2,00; 278/2,00; 279/1,00; 280/5,00; 281/5,00; 283/8,00; 288/4,00; 289/6,00; 290/5,00; 295/2,00; 296/4,00; 297/2,00; 299/1,00; 301/5,00; 304/2,00; 308/10000,00; 309/2000,00; 310/5000,00; 311/7000,00; 316/10,00; 320/6,00; 321/6,00; 325/4,00; 341/100,00; 344/25,00; 351/100,00; 352/5,00; 353/5000,00; 358/10000,00; 359/250,00; 363/5,00; 364/5,00; 365/5,00; 366/5,00; 367/5,00; 368/200,00; 369/200,00; 370/200,00; 371/200,00; 372/200,00; 373/200,00; 374/2500,00; 375/1500,00; 376/250,00; 377/3,00; 378/15,00; 379/25,00; 384/50,00; 385/50,00; 386/50,00; 390/10,00; 393/5,00; 394/5,00; 406/15,00; 416/10,00; 419/50,00; 423/10,00; 424/2,00; 437/500,00; 440/50,00; 449/50,00; 452/5,00; 453/5,00; 468/500,00; 472/5,00; 474/4,00; 475/3,00; 479/2,00; 480/1,00; 489/2,00; 491/25,00; 494/2,00; 496/5,00; 499/5,00; 500/5,00; 502/4,00; 506/5,00; 507/5,00; 508/5,00; 509/5,00; 515/5,00; 516/5,00; 518/5,00; 519/5,00; 520/50,00; 521/5,00; 537/50,00; 538/50,00; 549/50,00; 550/50,00; 551/50,00; 552/50,00; 553/50,00; 554/20,00; 572/25,00; 573/25,00; 577/2,00; 582/5,00; 585/2,00; 587/500,00; 590/250,00

- Órgão Participante: MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 95.990.180/0001-02, com sede na RUA SETE DE SETEMBRO, 512 - CENTRO, na cidade de ÁGUAS FRIAS-SC, representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, RICARDO ROLIM:

Item/Quantidade: 1/10,00; 4/300,00; 5/100,00; 6/500,00; 7/100,00; 8/50,00; 10/50,00; 14/10,00; 15/150,00; 17/20,00; 24/500,00; 25/500,00; 26/500,00; 27/700,00; 28/700,00; 29/300,00; 35/30,00; 38/10,00; 39/10,00; 40/10,00; 41/10,00; 42/10,00; 43/10,00; 44/10,00; 45/10,00; 46/10,00; 47/10,00; 48/30,00; 49/10,00; 50/50,00; 51/5,00; 53/2,00; 54/2,00; 55/50,00; 57/5,00; 58/10,00; 64/1000,00; 66/50,00; 69/200,00; 70/300,00; 77/20,00; 78/2000,00; 79/2000,00; 80/1000,00; 81/1000,00; 84/1,00; 86/5,00; 89/10,00; 92/10,00; 94/50,00; 97/30,00; 98/50,00; 99/100,00; 100/150,00; 101/8,00; 103/100,00; 104/50,00; 105/1,00; 120/300,00; 122/1500,00; 123/200,00; 124/5000,00; 125/3000,00; 127/2,00; 128/1,00; 130/1000,00; 134/1000,00; 135/200,00; 139/100,00; 141/2,00; 143/20,00; 149/2,00; 151/100,00; 152/150,00; 153/150,00; 154/50,00; 155/50,00; 157/2,00; 164/10,00; 171/1,00; 172/5,00; 177/30,00; 181/5,00; 184/10,00; 187/5,00; 189/10,00; 190/10,00; 191/10,00; 192/10,00; 193/10,00; 194/10,00; 195/10,00; 196/10,00; 197/10,00; 202/10,00; 203/10,00; 204/10,00; 205/10,00; 209/100,00; 210/100,00; 211/100,00; 212/10,00; 213/10,00; 217/4,00; 225/50,00; 230/10,00; 236/5,00; 237/5,00; 238/4,00; 239/4,00; 240/10,00; 241/10,00; 242/5,00; 243/10,00; 248/5,00; 252/2,00; 253/2,00; 254/3,00; 256/10,00; 257/2,00; 260/5,00; 261/5,00; 265/2,00; 266/10,00; 271/5,00; 274/4,00; 278/150,00; 279/150,00; 283/5,00; 285/2,00; 287/2,00; 290/5,00; 291/100,00; 293/5,00; 296/2,00; 301/10,00; 302/10,00; 305/2,00; 306/2,00; 307/10,00; 308/200,00; 319/2,00; 325/10,00; 334/2,00; 336/4,00; 337/5,00; 338/5,00; 339/2,00; 341/100,00; 346/20,00; 347/50,00; 348/10,00; 352/2,00; 358/500,00; 361/50,00; 368/50,00; 369/30,00; 375/1000,00; 378/2,00; 379/2,00; 380/3,00; 381/3,00; 389/1500,00; 395/20,00; 396/1,00; 397/1,00; 398/24,00; 400/1,00; 401/1,00; 402/1,00; 403/1,00; 406/2,00; 407/2,00; 415/1,00; 423/2,00; 425/2,00; 426/4,00; 427/5,00; 428/5,00; 429/5,00; 430/5,00; 431/5,00; 433/10,00; 440/10,00; 447/20,00; 454/50,00; 456/10,00; 458/10,00; 488/1,00; 493/5,00; 498/1,00; 507/10,00; 533/5,00; 534/5,00; 571/1,00; 577/2,00; 579/5,00; 582/5,00; 591/3,00; 616/3,00; 618/50,00; 619/10,00; 623/5,00; 624/5,00; 627/8,00; 628/8,00; 629/20,00; 632/5,00; 633/5,00; 638/2,00; 640/8,00; 641/8,00; 643/1,00; 644/10,00; 645/5,00; 646/5,00; 647/5,00; 649/2,00; 666/2,00; 667/2,00; 680/5,00; 681/5,00; 682/5,00; 691/100,00; 705/5,00; 706/5,00; 709/2,00; 711/2,00; 712/2,00; 775/150,00; 776/12,00

- Órgão Participante: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 95.990.198/0001-04, com sede na RUA CELSO TOZZO, 27 - CENTRO, na cidade de CORDILHEIRA ALTA -SC, representado por seu PREFEITO, CARLOS ALBERTO TOZZO:

Item/Quantidade: 1/24,00; 6/50,00; 11/30,00; 14/20,00; 15/36,00; 35/30,00; 39/20,00; 40/20,00; 48/50,00; 50/100,00; 51/10,00; 64/300,00; 68/300,00; 69/300,00; 75/5,00; 76/5,00; 86/20,00; 87/10,00; 88/30,00; 91/30,00; 92/50,00; 97/30,00; 99/100,00; 100/50,00; 102/20,00; 122/300,00; 124/500,00; 125/500,00; 133/200,00; 134/120,00; 137/40,00; 149/10,00; 167/300,00; 182/10,00; 184/10,00; 185/15,00; 194/20,00; 195/20,00; 196/20,00; 214/20,00; 217/10,00; 218/5,00; 219/5,00; 220/5,00; 230/20,00; 235/30,00; 253/10,00; 256/5,00; 257/5,00; 265/10,00; 266/10,00; 274/10,00; 278/1,00; 279/1,00; 296/10,00; 297/5,00; 304/5,00; 310/50,00; 325/10,00; 334/20,00; 338/20,00; 341/24,00; 360/100,00; 368/30,00; 369/30,00; 407/5,00; 426/20,00; 440/50,00; 493/5,00; 537/5,00; 541/200,00; 602/20,00; 605/5,00; 609/5,00; 620/6,00; 621/6,00; 622/6,00; 623/6,00; 624/6,00; 627/10,00; 638/5,00; 644/4,00; 681/20,00; 702/5,00; 754/5,00; 755/2,00; 756/1,00; 757/1,00; 758/1,00; 759/1,00; 760/2,00; 761/2,00; 762/2,00; 763/2,00; 764/2,00; 765/2,00; 766/4,00; 767/1,00; 768/3,00; 769/2,00; 770/2,00; 771/1,00; 772/1,00; 773/2,00; 774/1,00; 794/5,00; 795/10,00; 796/5,00; 797/5,00; 798/30,00; 799/5,00; 800/5,00; 801/5,00; 802/5,00; 803/30,00; 804/300,00; 805/50,00; 806/50,00; 807/5,00; 808/1,00; 809/5,00; 810/180,00; 811/5,00; 812/60,00; 813/20,00; 814/2,00; 815/10,00; 816/5,00; 817/2,00; 818/2,00; 819/10,00; 820/10,00; 821/10,00; 822/3,00; 823/10,00; 824/4,00; 825/5,00; 826/5,00; 827/2,00; 828/10,00; 829/5,00; 830/20,00; 831/20,00; 832/10,00; 833/20,00; 834/20,00; 835/4,00; 836/10,00; 837/5,00; 838/5,00; 839/6,00; 840/2,00; 841/1000,00; 842/500,00; 843/100,00; 844/4,00; 845/10,00; 846/30,00; 847/2,00; 848/300,00; 849/10,00; 850/5,00; 851/5,00; 852/5,00; 853/10,00; 859/10,00

- Órgão Participante: MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.021.824/0001-75, com sede na AV. SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO, na cidade de CORONEL FREITAS -SC, representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, IZEU TOZETTO:

Item/Quantidade: 1/100,00; 2/20,00; 3/50,00; 4/50,00; 7/50,00; 8/50,00; 9/30,00; 10/50,00; 12/50,00; 14/15,00; 15/300,00; 17/50,00; 18/500,00; 19/3000,00; 20/3000,00; 21/3000,00; 22/3000,00; 23/3000,00; 24/3000,00; 35/200,00; 36/200,00; 37/10,00; 38/30,00; 39/30,00; 40/30,00; 41/30,00; 42/40,00; 43/40,00; 44/30,00; 45/30,00; 46/30,00; 47/40,00; 48/300,00; 49/200,00; 50/200,00; 51/20,00; 53/15,00; 55/2500,00; 56/1500,00; 57/100,00; 58/15,00; 59/20,00; 61/30,00; 62/30,00; 63/70,00; 64/500,00; 65/100,00; 66/500,00; 67/100,00; 71/200,00; 72/600,00; 73/600,00; 74/10,00; 75/2,00; 76/27,00; 77/150,00; 78/5000,00; 79/5000,00; 80/4000,00; 81/2000,00;

82/30,00; 84/3,00; 85/2,00; 86/50,00; 87/10,00; 88/50,00; 89/6,00; 90/5,00; 92/160,00; 93/200,00; 94/200,00; 95/200,00; 96/200,00; 97/100,00; 98/350,00; 99/280,00; 100/50,00; 101/60,00; 103/300,00; 104/300,00; 105/3,00; 106/60,00; 107/60,00; 111/8,00; 120/2000,00; 121/200,00; 122/10000,00; 123/5000,00; 124/5000,00; 125/5000,00; 126/600,00; 127/150,00; 128/150,00; 129/150,00; 130/500,00; 131/200,00; 134/1000,00; 135/1000,00; 137/250,00; 138/250,00; 139/80,00; 140/15,00; 141/20,00; 142/10,00; 143/200,00; 144/50,00; 145/200,00; 147/60,00; 148/500,00; 149/20,00; 150/10,00; 155/600,00; 157/30,00; 158/10,00; 159/20,00; 160/6,00; 162/4,00; 164/100,00; 165/5,00; 166/5,00; 167/200,00; 168/150,00; 171/5,00; 173/8,00; 174/10,00; 175/10,00; 176/10,00; 181/20,00; 182/40,00; 183/4,00; 184/10,00; 185/20,00; 186/10,00; 187/20,00; 188/20,00; 189/30,00; 191/30,00; 192/30,00; 193/30,00; 194/40,00; 195/40,00; 196/40,00; 197/40,00; 202/20,00; 204/30,00; 205/30,00; 206/30,00; 207/30,00; 209/60,00; 210/80,00; 211/80,00; 213/20,00; 214/4,00; 215/10,00; 217/10,00; 218/4,00; 219/4,00; 220/4,00; 221/6,00; 222/10,00; 223/1000,00; 224/4,00; 225/40,00; 226/1500,00; 227/3,00; 228/4,00; 229/4,00; 230/50,00; 231/50,00; 232/20,00; 233/3,00; 236/8,00; 237/8,00; 238/20,00; 239/8,00; 240/8,00; 241/8,00; 242/20,00; 243/8,00; 247/4,00; 248/15,00; 250/8,00; 251/8,00; 253/4,00; 254/30,00; 255/30,00; 256/30,00; 257/4,00; 258/3,00; 260/10,00; 261/8,00; 264/10,00; 265/8,00; 266/10,00; 267/6,00; 268/2,00; 269/6,00; 272/5,00; 273/4,00; 274/8,00; 275/4,00; 276/2,00; 277/6,00; 278/4,00; 279/4,00; 280/20,00; 281/5,00; 282/5,00; 283/5,00; 284/3,00; 285/5,00; 287/4,00; 288/5,00; 289/2,00; 290/15,00; 291/120,00; 292/16,00; 293/17,00; 294/5,00; 295/3,00; 297/10,00; 300/30,00; 301/8,00; 302/4,00; 303/8,00; 304/6,00; 307/100,00; 308/1000,00; 309/300,00; 310/300,00; 311/200,00; 312/50,00; 313/10000,00; 314/200,00; 316/4,00; 322/5,00; 323/2,00; 324/4,00; 325/50,00; 326/8,00; 327/2,00; 333/2,00; 335/100,00; 338/30,00; 339/10,00; 341/50,00; 342/100,00; 344/10,00; 345/50,00; 346/100,00; 352/5,00; 353/60,00; 358/2500,00; 359/100,00; 360/150,00; 361/5,00; 377/5,00; 378/15,00; 382/10,00; 387/50,00; 388/10,00; 389/30,00; 391/12,00; 393/6,00; 394/6,00; 400/50,00; 401/50,00; 402/50,00; 403/50,00; 406/15,00; 407/6,00; 408/2,00; 409/2,00; 410/2,00; 411/2,00; 412/100,00; 414/2,00; 417/2,00; 422/10,00; 425/20,00; 426/40,00; 427/40,00; 428/30,00; 429/30,00; 430/20,00; 431/30,00; 432/6,00; 433/10,00; 434/1,00; 440/50,00; 441/50,00; 442/10,00; 443/20,00; 444/10,00; 445/50,00; 446/50,00; 447/100,00; 449/20,00; 452/6,00; 453/6,00; 459/600,00; 460/150,00; 461/4,00; 462/15,00; 468/800,00; 469/2000,00; 470/6,00; 472/6,00; 473/20,00; 475/3,00; 479/3,00; 480/3,00; 482/4,00; 484/3,00; 485/4,00; 486/12,00; 496/12,00; 499/3,00; 500/3,00; 502/8,00; 506/10,00; 507/10,00; 508/6,00; 515/10,00; 516/10,00; 521/10,00; 522/10,00; 524/200,00; 526/5,00; 531/25,00; 533/30,00; 534/30,00; 537/150,00; 539/150,00; 540/150,00; 542/5,00; 550/60,00; 551/80,00; 552/100,00; 553/100,00; 559/100,00; 560/100,00; 561/100,00; 562/100,00; 572/100,00; 573/100,00; 577/5,00; 578/2,00; 582/20,00; 588/50,00; 591/4,00; 592/40,00; 593/40,00; 594/40,00; 595/30,00; 597/20,00; 598/30,00; 599/50,00; 600/35,00; 601/40,00; 602/30,00; 603/50,00; 604/2,00; 605/2,00; 606/2,00; 607/2,00; 608/2,00; 610/2,00; 612/4,00; 617/4,00; 618/40,00; 619/5,00; 621/10,00; 622/20,00; 623/10,00; 627/8,00; 636/20,00; 638/2,00; 644/5,00; 645/4,00; 653/10,00; 654/10,00; 657/10,00; 663/150,00; 668/4,00; 671/5,00; 676/4,00; 677/2,00; 678/2,00; 679/3,00; 680/15,00; 681/15,00; 682/10,00; 687/5,00; 688/5,00; 690/10,00; 700/6,00; 701/6,00; 702/6,00; 716/10,00; 717/10,00; 718/10,00; 719/10,00; 720/4,00; 721/4,00; 722/4,00; 723/4,00; 724/4,00; 725/4,00; 726/4,00; 727/4,00; 728/4,00; 729/4,00; 730/4,00; 731/4,00; 732/30,00; 733/50,00; 734/5,00; 735/10,00; 736/10,00; 737/30,00; 738/10,00; 739/15,00; 740/5,00; 741/30,00; 742/60,00; 743/30,00; 744/6,00; 745/24,00; 746/30,00; 747/50,00; 748/3,00; 749/3,00; 750/3,00; 751/3,00; 752/4,00; 753/8,00; 777/60,00; 778/100,00; 779/100,00; 780/100,00

- Órgão Participante: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 80.637.424/0001-09, com sede na AV. GETULIO VARGAS,580 - CENTRO, na cidade de FORMOSA DO SUL-SC, representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, RUDIMAR CONTE:

Item/Quantidade: 1/10,00; 4/10,00; 6/10,00; 9/10,00; 11/10,00; 14/10,00; 54/10,00; 58/15,00; 60/1,00; 62/5,00; 67/10,00; 75/5,00; 76/5,00; 78/300,00; 79/300,00; 80/150,00; 84/1,00; 86/2,00; 92/50,00; 98/100,00; 99/50,00; 106/2,00; 122/3000,00; 130/100,00; 146/10,00; 150/5,00; 164/1,00; 174/5,00; 233/5,00; 242/10,00; 278/3,00; 286/2,00; 294/5,00; 303/1,00; 312/30,00; 314/80,00; 325/3,00; 390/2,00; 391/10,00; 392/10,00; 393/10,00; 394/10,00; 481/100,00; 499/1,00; 524/100,00; 577/5,00; 589/10,00; 618/100,00; 626/5,00; 627/5,00; 660/5,00; 672/2,00; 679/1,00; 683/1,00; 684/1,00; 685/1,00; 686/1,00; 695/2,00; 696/5,00; 697/1,00

- Órgão Participante: MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.021.840/0001-68, com sede na AV. FRANCISCO FERDINANDO LOSINA,139 - CENTRO, na cidade de NOVA ERECHIM-SC, representado por seu PREFEITO, NÉDIO ANTONIO CASSOL:

Item/Quantidade: 1/15,00; 2/6,00; 3/3,00; 4/150,00; 7/50,00; 8/50,00; 10/50,00; 11/100,00; 14/10,00; 15/800,00; 16/80,00; 17/50,00; 18/60,00; 19/2000,00; 20/1000,00; 21/1000,00; 22/1000,00; 23/1000,00; 36/1000,00; 38/20,00; 39/20,00; 40/20,00; 41/15,00; 42/15,00; 43/20,00; 44/5,00; 45/5,00; 46/5,00; 47/10,00; 48/200,00; 49/50,00; 50/200,00; 51/5,00; 53/5,00; 55/50,00; 56/20,00; 57/20,00; 58/3,00; 59/10,00; 60/6,00; 64/5000,00; 65/1000,00; 66/50,00; 67/80,00; 68/500,00; 69/500,00; 70/500,00; 71/500,00; 72/500,00; 73/500,00; 74/10,00; 75/20,00; 76/20,00; 77/500,00; 78/100,00; 80/50,00; 81/50,00; 82/2,00; 83/2,00; 84/2,00; 86/30,00; 87/50,00; 88/30,00; 89/3,00; 90/3,00; 91/5,00; 93/500,00; 94/1000,00; 95/500,00; 97/250,00; 98/250,00; 99/250,00; 100/250,00; 101/18,00; 103/500,00; 104/500,00; 105/5,00; 108/10,00; 109/10,00; 110/6,00; 111/6,00; 120/2000,00; 122/1000,00; 123/300,00; 124/2000,00; 125/2000,00; 126/1000,00; 127/300,00; 128/300,00; 129/300,00; 130/2000,00; 132/150,00; 133/150,00; 134/1000,00; 135/1000,00; 139/500,00; 140/150,00; 141/100,00; 142/5,00; 145/20,00; 149/50,00; 150/10,00; 156/30,00; 160/3,00; 161/20,00; 163/10,00; 165/80,00; 166/80,00; 167/20,00; 168/20,00; 170/2,00; 171/8,00; 172/5,00; 174/5,00; 175/5,00; 176/5,00; 177/10,00; 178/4,00; 180/6,00; 183/50,00; 184/12,00; 186/10,00; 189/15,00; 190/10,00; 191/10,00; 192/10,00; 193/5,00; 194/10,00; 195/10,00; 196/10,00; 197/10,00; 198/10,00; 199/10,00; 200/10,00; 201/10,00; 202/10,00; 203/10,00; 204/10,00; 205/5,00; 206/5,00; 207/5,00; 208/5,00; 209/200,00; 210/200,00; 211/200,00; 212/10,00; 214/2,00; 217/10,00; 221/2,00; 222/3,00; 224/2,00; 225/10,00; 230/50,00; 236/10,00; 237/10,00; 238/5,00; 239/6,00; 242/5,00; 243/30,00; 247/2,00; 248/3,00; 249/3,00; 254/2,00; 256/6,00; 257/4,00; 259/3,00; 260/3,00; 262/3,00; 263/4,00; 265/100,00; 266/100,00; 267/100,00; 268/1,00; 269/5,00; 270/5,00; 271/2,00; 274/3,00; 277/1,00; 278/5,00; 279/5,00; 281/2,00; 282/2,00; 283/5,00; 284/3,00; 289/3,00; 290/20,00; 292/50,00; 293/50,00; 295/1,00; 298/30,00; 299/2,00; 300/32,00; 301/2,00; 302/4,00; 303/50,00; 304/10,00; 307/50,00; 308/1000,00; 309/50,00; 310/50,00; 311/50,00; 318/3,00; 319/3,00; 320/3,00; 321/3,00; 324/5,00; 328/5,00; 334/4,00; 339/3,00; 341/50,00; 342/50,00; 346/20,00; 347/1,00; 348/20,00; 349/20,00; 352/2,00; 359/20,00; 360/20,00; 361/10,00; 374/100,00; 378/3,00; 379/5,00; 380/5,00; 381/5,00; 382/20,00; 388/2,00; 391/5,00; 392/2,00; 393/3,00; 394/3,00; 404/3,00; 405/10,00; 406/10,00; 407/5,00; 413/20,00; 414/10,00; 415/10,00; 416/10,00; 421/3,00; 422/10,00; 423/5,00; 426/5,00; 427/5,00; 428/5,00; 429/5,00; 430/5,00; 431/5,00; 432/5,00; 434/3,00; 435/5,00; 436/5,00; 437/5,00; 438/5,00; 439/100,00; 447/30,00; 448/5,00; 449/80,00; 450/5,00; 451/8,00; 452/2,00; 453/2,00; 462/300,00; 464/10,00; 466/10,00; 467/10,00; 469/80,00;



472/10,00; 473/5,00; 474/5,00; 475/5,00; 479/5,00; 480/5,00; 481/10,00; 483/3,00; 485/5,00; 486/5,00; 487/10,00; 488/10,00; 489/1,00; 490/10,00; 491/10,00; 492/10,00; 493/10,00; 494/2,00; 495/10,00; 496/8,00; 497/8,00; 498/8,00; 500/5,00; 501/100,00; 503/5,00; 504/5,00; 505/5,00; 506/5,00; 507/5,00; 508/5,00; 509/5,00; 510/5,00; 511/5,00; 512/5,00; 513/5,00; 514/5,00; 515/5,00; 516/5,00; 517/5,00; 518/5,00; 519/5,00; 520/5,00; 521/5,00; 522/5,00; 523/5,00; 526/10,00; 527/5,00; 528/5,00; 529/5,00; 530/5,00; 531/10,00; 532/10,00; 533/10,00; 534/10,00; 535/10,00; 536/10,00; 537/30,00; 538/10,00; 539/30,00; 540/30,00; 543/50,00; 544/50,00; 545/50,00; 550/20,00; 551/20,00; 552/20,00; 553/20,00; 554/20,00; 555/20,00; 569/2,00; 570/10,00; 571/2,00; 574/2,00; 575/50,00; 578/10,00; 579/5,00; 580/5,00; 581/5,00; 582/5,00; 583/5,00; 584/5,00; 585/5,00; 586/5,00; 588/2,00; 589/3,00; 590/8,00; 591/10,00; 592/3,00; 593/3,00; 594/3,00; 595/3,00; 596/3,00; 597/3,00; 598/3,00; 599/3,00; 600/3,00; 601/3,00; 602/3,00; 603/3,00; 616/10,00; 627/10,00; 629/10,00; 630/5,00; 631/5,00; 632/5,00; 633/2,00; 634/2,00; 635/2,00; 636/2,00; 637/5,00; 640/2,00; 641/2,00; 642/2,00; 644/5,00; 648/2,00; 650/2,00; 652/5,00; 655/5,00; 656/3,00; 657/3,00; 659/5,00; 661/3,00; 662/3,00; 663/200,00; 669/2,00; 670/3,00; 671/2,00; 677/5,00; 678/5,00; 691/20,00; 692/20,00; 693/20,00; 694/10,00; 696/20,00; 697/20,00; 698/20,00; 708/20,00; 709/3,00; 711/2,00; 712/2,00; 713/5,00; 714/2,00; 716/2,00; 717/10,00; 718/10,00; 719/10,00; 739/5,00; 740/10,00; 754/2,00; 755/2,00; 758/2,00; 759/2,00; 760/4,00; 762/2,00; 763/2,00; 765/5,00; 766/5,00; 767/3,00; 781/60,00; 782/60,00; 783/60,00; 784/60,00; 785/60,00; 786/80,00; 787/10,00; 788/80,00; 789/300,00; 790/10,00; 791/10,00; 792/20,00; 793/40,00

- Órgão Participante: MUNICÍPIO DE QUILOMBO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.021.865/0001-61, com sede na RUA DUQUE DE CAXIAS,165 - CENTRO, na cidade de QUILOMBO -SC, representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, SILVANO DE PARIZ:

Item/Quantidade: 1/100,00; 2/100,00; 14/8,00; 15/500,00; 16/200,00; 17/200,00; 18/100,00; 19/5000,00; 20/5000,00; 21/3000,00; 22/3000,00; 23/1000,00; 24/5000,00; 25/1000,00; 26/1000,00; 27/500,00; 28/500,00; 29/300,00; 30/500,00; 31/100,00; 32/100,00; 33/100,00; 34/100,00; 35/3000,00; 36/100,00; 37/5,00; 48/500,00; 50/3000,00; 51/2,00; 52/3,00; 53/10,00; 54/10,00; 55/30,00; 56/300,00; 57/150,00; 59/2,00; 61/10,00; 62/10,00; 63/10,00; 64/200,00; 65/5000,00; 66/200,00; 67/100,00; 68/200,00; 69/3000,00; 70/5000,00; 74/5,00; 75/4,00; 76/4,00; 78/4200,00; 79/4200,00; 80/6400,00; 81/8800,00; 84/2,00; 85/2,00; 86/20,00; 87/2,00; 91/100,00; 92/150,00; 93/150,00; 94/50,00; 95/20,00; 96/20,00; 97/200,00; 98/1000,00; 99/1000,00; 101/120,00; 102/500,00; 103/500,00; 105/5,00; 106/5,00; 107/5,00; 108/2,00; 109/2,00; 110/2,00; 111/2,00; 112/2,00; 113/2,00; 114/2,00; 115/2,00; 116/2,00; 117/2,00; 118/2,00; 119/2,00; 122/30,00; 124/3000,00; 125/2000,00; 127/50,00; 128/50,00; 129/50,00; 130/5000,00; 131/5000,00; 134/3000,00; 135/3000,00; 136/500,00; 137/500,00; 138/500,00; 140/10,00; 142/10,00; 144/200,00; 145/500,00; 148/3000,00; 149/100,00; 151/800,00; 152/600,00; 153/600,00; 154/800,00; 155/3000,00; 158/20,00; 160/10,00; 162/30,00; 163/5,00; 164/200,00; 165/1000,00; 166/500,00; 167/3000,00; 168/3000,00; 169/1500,00; 170/20,00; 171/5,00; 172/20,00; 173/50,00; 175/10,00; 176/10,00; 177/10,00; 178/5,00; 179/10,00; 180/1000,00; 181/10,00; 183/10,00; 184/10,00; 185/5,00; 187/100,00; 188/10,00; 194/20,00; 195/20,00; 196/20,00; 209/300,00; 210/200,00; 216/1000,00; 222/2,00; 225/500,00; 226/1000,00; 234/1000,00; 239/500,00; 240/30,00; 241/30,00; 242/10,00; 243/10,00; 244/1,00; 245/1,00; 246/1,00; 248/5,00; 249/5,00; 250/10,00; 251/100,00; 254/50,00; 255/200,00; 256/5,00; 258/5,00; 260/10,00; 261/20,00; 263/5,00; 265/10,00; 266/10,00; 267/10,00; 269/100,00; 270/10,00; 271/10,00; 272/10,00; 273/10,00; 274/50,00; 277/10,00; 278/4,00; 279/5,00; 280/20,00; 281/20,00; 282/20,00; 287/10,00; 288/5,00; 289/5,00; 290/10,00; 291/1000,00; 292/300,00; 293/300,00; 294/100,00; 295/6,00; 296/5,00; 297/5,00; 298/10,00; 299/1,00; 300/10,00; 301/20,00; 302/20,00; 303/50,00; 305/5,00; 306/5,00; 307/200,00; 308/5000,00; 309/100,00; 310/100,00; 311/100,00; 312/10,00; 314/100,00; 316/5,00; 317/10,00; 318/10,00; 319/10,00; 320/10,00; 321/10,00; 322/100,00; 323/1,00; 324/10,00; 325/10,00; 329/5,00; 330/5,00; 331/5,00; 332/5,00; 334/100,00; 335/3000,00; 340/100,00; 342/50,00; 343/50,00; 346/100,00; 347/3000,00; 348/10,00; 350/50,00; 351/200,00; 353/500,00; 354/500,00; 355/3000,00; 356/3000,00; 357/200,00; 358/2000,00; 359/100,00; 360/3000,00; 361/2000,00; 362/25,00; 364/20,00; 368/1500,00; 369/1500,00; 370/1500,00; 371/1500,00; 372/100,00; 373/100,00; 374/1500,00; 375/1500,00; 376/1500,00; 377/5,00; 383/300,00; 384/500,00; 385/500,00; 386/500,00; 387/100,00; 388/10,00; 389/200,00; 391/10,00; 392/10,00; 393/100,00; 394/100,00; 395/100,00; 396/10,00; 397/10,00; 398/10,00; 399/1,00; 400/30,00; 401/30,00; 402/30,00; 403/30,00; 404/5,00; 405/100,00; 406/50,00; 408/10,00; 409/10,00; 410/10,00; 411/10,00; 413/20,00; 414/10,00; 415/10,00; 416/10,00; 417/10,00; 418/3,00; 420/30,00; 421/30,00; 423/5,00; 424/5,00; 428/50,00; 429/50,00; 432/30,00; 433/200,00; 435/100,00; 436/100,00; 437/100,00; 438/100,00; 439/1000,00; 440/500,00; 441/30,00; 442/2,00; 443/2,00; 444/2,00; 445/2,00; 446/2,00; 447/10,00; 448/10,00; 449/10,00; 450/2,00; 452/10,00; 453/10,00; 454/100,00; 455/50,00; 456/10,00; 457/50,00; 458/10,00; 461/5,00; 462/100,00; 463/10,00; 464/10,00; 465/50,00; 466/10,00; 467/10,00; 468/1000,00; 469/50,00; 470/5,00; 471/2,00; 472/2,00; 473/100,00; 474/10,00; 475/1,00; 476/50,00; 477/20,00; 478/2,00; 479/2,00; 480/2,00; 481/50,00; 482/3,00; 483/2,00; 484/5,00; 486/20,00; 487/100,00; 489/2,00; 490/5,00; 491/5,00; 492/5,00; 493/5,00; 494/2,00; 495/100,00; 496/10,00; 497/2,00; 498/2,00; 499/2,00; 500/3,00; 501/300,00; 502/10,00; 503/10,00; 505/5,00; 520/2,00; 521/2,00; 522/2,00; 523/2,00; 524/2,00; 525/2,00; 526/1,00; 527/2,00; 528/2,00; 529/2,00; 530/2,00; 531/10,00; 532/100,00; 533/100,00; 534/100,00; 535/5,00; 537/100,00; 538/100,00; 539/100,00; 540/100,00; 541/1500,00; 542/100,00; 543/100,00; 544/100,00; 545/100,00; 546/100,00; 547/100,00; 548/100,00; 549/100,00; 550/100,00; 551/100,00; 552/100,00; 553/100,00; 554/100,00; 555/100,00; 556/100,00; 557/100,00; 558/100,00; 559/100,00; 560/100,00; 561/100,00; 562/100,00; 563/20,00; 564/20,00; 565/20,00; 566/20,00; 567/1500,00; 568/3000,00; 569/2,00; 570/10,00; 571/1,00; 572/5,00; 573/5,00; 574/10,00; 575/10,00; 576/1,00; 577/5,00; 578/2,00; 579/10,00; 580/10,00; 581/10,00; 582/10,00; 583/10,00; 584/10,00; 585/10,00; 586/10,00; 587/800,00; 588/10,00; 589/5,00; 590/100,00; 591/10,00; 609/10,00; 610/10,00; 611/10,00; 612/10,00; 613/2,00; 614/2,00; 615/2,00; 616/10,00; 617/5,00; 618/100,00; 625/50,00; 626/50,00; 627/10,00; 628/10,00; 629/20,00; 633/20,00; 634/10,00; 635/10,00; 638/10,00; 639/10,00; 640/20,00; 641/20,00; 642/2,00; 643/2,00; 644/2,00; 648/2,00; 650/5,00; 658/10,00; 659/10,00; 660/5,00; 661/10,00; 662/10,00; 668/5,00; 670/5,00; 673/10,00; 674/10,00; 682/100,00; 689/10,00; 691/100,00; 699/50,00; 700/50,00; 701/50,00; 702/50,00; 703/50,00; 704/1,00; 709/2,00; 713/5,00; 714/5,00; 715/5,00; 716/5,00; 717/2,00; 718/2,00; 719/2,00; 741/200,00; 742/200,00; 743/50,00; 748/1,00; 755/2,00; 756/1,00; 757/3,00; 760/1,00; 763/1,00; 764/1,00; 765/2,00; 766/2,00; 767/1,00; 768/1,00; 771/1,00; 772/1,00; 789/50,00; 790/5,00; 791/5,00; 793/500,00; 803/10,00; 809/10,00; 815/5,00; 816/2,00; 817/1,00; 818/1,00; 822/5,00; 823/1,00; 841/500,00; 842/300,00; 845/3,00; 849/10,00; 850/2,00; 852/20,00; 855/10,00; 856/100,00; 857/100,00; 858/1,00; 860/5,00; 861/5,00; 862/2,00; 863/20,00

- Órgão Participante: MUNICÍPIO DE SANTA HELENA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 80.912.140/0001-75, com sede na RUA DOM FELICIANO,476 - CENTRO, na cidade de SANTA HELENA-SC, representado por seu PREFEITO, LUIZ GLUITZ:

Item/Quantidade: 4/2,00; 7/4,00; 8/4,00; 13/2,00; 15/150,00; 24/40,00; 37/2,00; 54/1,00; 57/15,00; 58/5,00; 59/1,00; 61/3,00; 62/3,00; 63/3,00; 64/200,00; 65/10,00; 72/300,00; 78/4200,00; 79/4200,00; 80/500,00; 82/1,00; 84/1,00; 87/45,00; 91/6,00; 92/100,00; 94/100,00;

107/1,00; 121/2,00; 122/200,00; 125/100,00; 126/100,00; 128/5,00; 129/1,00; 137/10,00; 138/10,00; 141/5,00; 148/5,00; 150/1,00; 153/100,00; 155/5,00; 157/2,00; 159/2,00; 164/50,00; 165/15,00; 168/200,00; 169/8,00; 238/1,00; 292/4,00; 308/200,00; 312/30,00; 314/10,00; 315/3,00; 340/3,00; 341/20,00; 342/50,00; 343/50,00; 345/8,00; 349/2,00; 350/5,00; 368/6,00; 369/6,00; 395/5,00; 421/5,00; 433/50,00; 449/1,00; 453/3,00; 455/3,00; 456/20,00; 457/5,00; 458/25,00; 472/3,00; 473/5,00; 484/2,00; 487/5,00; 524/10,00; 525/5,00; 537/3,00; 538/1,00; 551/2,00; 567/3,00; 568/3,00; 572/10,00; 573/10,00; 577/3,00; 587/200,00; 590/10,00; 701/5,00; 745/2,00; 746/3,00; 755/2,00; 768/1,00; 803/2,00; 805/4,00; 806/5,00; 812/5,00; 813/20,00; 825/1,00; 854/300,00; 855/150,00; 856/50,00; 857/50,00

- Órgão Participante: MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 78.486.198/0001-52, com sede na RUA JOÃO CASTILHO, 111 - CENTRO, na cidade de TUNÁPOLIS -SC, representado por seu PREFEITO, RENATO PAULATA:

Item/Quantidade: 1/40,00; 2/5,00; 3/3,00; 4/6,00; 5/2,00; 6/2,00; 7/25,00; 8/7,00; 9/2,00; 10/4,00; 11/3,00; 14/4,00; 15/250,00; 16/12,00; 17/6,00; 18/10,00; 19/300,00; 20/400,00; 21/200,00; 22/100,00; 23/50,00; 24/650,00; 25/300,00; 26/300,00; 27/300,00; 28/200,00; 29/150,00; 30/150,00; 35/70,00; 38/40,00; 39/20,00; 40/10,00; 41/10,00; 42/40,00; 48/75,00; 49/30,00; 50/100,00; 51/2,00; 52/2,00; 53/1,00; 54/1,00; 55/155,00; 56/50,00; 57/25,00; 58/45,00; 62/10,00; 64/700,00; 66/10,00; 67/1000,00; 69/100,00; 75/2,00; 76/4,00; 82/5,00; 83/2,00; 84/2,00; 86/1000,00; 87/3,00; 88/350,00; 91/100,00; 92/20,00; 93/100,00; 94/200,00; 96/10,00; 97/22,00; 98/80,00; 99/380,00; 100/50,00; 101/20,00; 103/100,00; 104/100,00; 105/3,00; 106/2,00; 107/2,00; 120/300,00; 123/350,00; 124/900,00; 125/700,00; 126/200,00; 127/20,00; 128/5,00; 130/1,00; 131/1,00; 134/600,00; 135/660,00; 136/55,00; 137/25,00; 138/25,00; 140/2,00; 141/3,00; 142/6,00; 144/3,00; 145/100,00; 148/1,00; 149/10,00; 151/330,00; 152/240,00; 153/60,00; 158/1,00; 163/1,00; 165/6,00; 166/6,00; 167/50,00; 168/50,00; 171/1,00; 180/70,00; 181/7,00; 182/4,00; 183/1,00; 185/5,00; 186/20,00; 187/60,00; 189/10,00; 194/15,00; 195/15,00; 196/15,00; 197/15,00; 208/1,00; 217/2,00; 218/5,00; 219/10,00; 220/5,00; 225/15,00; 230/10,00; 238/3,00; 242/4,00; 250/1,00; 252/1,00; 253/1,00; 254/10,00; 256/4,00; 257/1,00; 261/6,00; 270/2,00; 271/2,00; 272/2,00; 274/4,00; 277/1,00; 283/2,00; 289/7,00; 290/4,00; 295/1,00; 298/10,00; 301/2,00; 302/2,00; 304/1,00; 307/30,00; 308/150,00; 309/50,00; 310/200,00; 311/200,00; 315/10,00; 316/2,00; 323/1,00; 325/6,00; 338/2,00; 341/10,00; 344/25,00; 350/1,00; 358/100,00; 360/50,00; 377/2,00; 380/2,00; 381/3,00; 391/6,00; 392/6,00; 395/1,00; 399/2,00; 400/2,00; 401/2,00; 402/2,00; 403/2,00; 412/10,00; 413/10,00; 433/2,00; 449/2,00; 453/2,00; 455/10,00; 456/30,00; 457/20,00; 458/20,00; 469/1000,00; 476/1,00; 477/20,00; 484/4,00; 497/4,00; 499/4,00; 500/2,00; 501/100,00; 503/2,00; 505/2,00; 506/2,00; 507/2,00; 508/2,00; 509/2,00; 510/2,00; 511/2,00; 512/2,00; 513/2,00; 514/2,00; 515/2,00; 516/2,00; 517/2,00; 518/2,00; 519/2,00; 520/2,00; 521/2,00; 522/2,00; 523/2,00; 526/2,00; 527/2,00; 528/2,00; 539/10,00; 540/10,00; 569/3,00; 574/2,00; 577/3,00; 579/2,00; 580/2,00; 581/2,00; 582/2,00; 583/2,00; 584/2,00; 585/2,00; 586/4,00; 588/5,00; 591/2,00; 597/30,00; 608/5,00; 615/2,00; 616/2,00; 625/1,00; 627/3,00; 628/4,00; 632/3,00; 633/3,00; 638/2,00; 640/2,00; 651/5,00; 652/2,00; 653/2,00; 654/2,00; 655/2,00; 656/2,00; 657/2,00; 663/2,00; 664/2,00; 665/5,00; 672/3,00; 675/2,00; 696/20,00; 699/10,00; 703/1,00; 707/1,00; 708/5,00; 710/4,00; 713/2,00; 714/2,00; 715/2,00; 716/2,00; 717/2,00; 718/2,00; 719/2,00; 745/2,00; 748/2,00; 752/1,00; 756/1,00; 757/1,00; 764/2,00; 776/1,00; 786/20,00; 787/2,00; 852/1,00; 855/100,00; 856/5,00; 857/5,00

1 - Total estimado para consumo de todos os Órgãos Participantes:

ITEM	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO	CÓDIGO CVC
1	311	UNIDADE	ÁCIDO PARA CONDICIONAMENTO DENTAL, BASE FOSFÓRICO 37% PARA ESMALTE E DENTINA COM CORANTE AZUL.	5001
2	133	UNIDADE	ADESIVO FOTOPOLIMERIZÁVEL COM CARGA NANOMÉTRICA DE 5NM, "PRIMER" E "ADESIVO" EM FRASCO ÚNICO, COM 6G. INDICADO PARA RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL E CIMENTAÇÃO DE RESTAURAÇÕES INDIRETAS. FRASCO COM VEDAÇÃO ALTAMENTE CONFIÁVEL QUE PREVINA VAZAMENTOS, COM BICO ECONÔMICO QUE EVITE DESPERDÍCIO. COMPOSIÇÃO BIS-GMA, HEMA, DIURETANO DIMETADRILO, COPOLÍMEROS DO ÁCIDO POLIALCENÓICO, CANFOROQUINONA, ÁGUA E ETANOL, GICEROL 1.3 DIMETACRILATO, 10% EM PESO DE SÍLICA COLOIDAL COM 5 NANÔMETROS.	5002
3	56	CAIXA	AGULHA 13X4, AGULHA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS. AGULHA CONSTITUÍDA POR CÂNULA DE AÇO INOX, SILICONIZADA, CALIBRE DE 0,40MM E COMPRIMENTO DE 13MM, BISEL TRIFACETADO, CANHÃO DE COR CINZA E PROTETOR DE PLÁSTICO. POSSUI UM PROTETOR ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CANHÃO. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA. CAIXA COM 100 UNIDADES.	5004
4	618	CAIXA	AGULHA 13X4,5, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	5005
5	152	CAIXA	AGULHA 20X5,5, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	5006
6	562	CAIXA	AGULHA 25X6, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	5008
7	329	CAIXA	AGULHA 25X7, AGULHA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, ESTÉRIL, 25X7, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS. AGULHA CONSTITUÍDA POR CÂNULA DE AÇO INOX, SILICONIZADA, CALIBRE DE 0,70MM E COMPRIMENTO DE 25MM, BISEL TRIFACETADO, CANHÃO DE COR PRETA E PROTETOR DE PLÁSTICO. POSSUI UM PROTETOR ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CANHÃO. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA. CAIXA COM 100 UNIDADES.	5009



8	161	CAIXA	AGULHA 25X8, AGULHA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS. AGULHA CONSTITUÍDA POR CÂNULA DE AÇO INOX, SILICONIZADA, CALIBRE DE 0,80MM E COMPRIMENTO DE 25MM, BISEL TRIFACETADO, CANHÃO DE COR VERDE E PROTETOR DE PLÁSTICO. POSSUI UM PROTETOR ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CANHÃO. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA. CAIXA COM 100 UNIDADES.	5011
9	392	CAIXA	AGULHA 25X8, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	5012
10	154	CAIXA	AGULHA 40X12, AGULHA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS. AGULHA CONSTITUÍDA POR CÂNULA DE AÇO INOX, SILICONIZADA, CALIBRE DE 1,20MM E COMPRIMENTO DE 40MM, BISEL TRIFACETADO, CANHÃO DE COR ROSA E PROTETOR DE PLÁSTICO. POSSUI UM PROTETOR ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CANHÃO. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA. CAIXA COM 100 UNIDADES.	5015
11	143	CAIXA	AGULHA 40X12, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	5016
12	50	CAIXA	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 30X8.0, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	5023
13	352	CAIXA	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 40X12, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	5024
14	78	UNIDADE	AGULHA GENGIVAL 30G CURTA COM BISEL TRIFACETADO E CÂNULA SILICONIZADA, ESTÉREIS, ATOXICAS E APIROGENICAS. EMBALAGEM INDIVIDUAL INVIOLÁVEL, EM CAIXAS COM 100 UNIDADES.	5025
15	2386	UNIDADE	ALCCOL 70% EM EMBALAGEM DE 1000ML	5028
16	392	ROLO	ALGODÃO HIDRÓFILO, COM FIBRAS 100% ALGODÃO ALTAMENTE ABSORVENTE. ROLO 500 GRAMAS.	5030
17	326	ROLO	ALGODÃO HIDRÓFILO, COM FIBRAS 100% ALGODÃO ALTAMENTE ABSORVENTE. ROLO COM 1KG.	5031
18	770	UNIDADE	APARELHO DE BARBEAR COM UMA LÂMINA EM AÇO INOX EMBALAGEM INDIVIDUAL COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E INVIOLÁVEL COM CABO ANTIDESLIZANTE	5033
19	10300	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 08CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	5040
20	9400	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 10CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	5041
21	7200	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 12CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	5042
22	7100	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 15CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	5043
23	5050	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 20CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	5044
24	9190	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 18 FIOS, 06CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	5048
25	1800	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 18 FIOS, 08CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	5049
26	3300	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 18 FIOS, 10CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	5050
27	2000	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 18 FIOS, 12CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	5051
28	3150	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 18 FIOS, 15CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	5052
29	2250	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 18 FIOS, 20CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	5053
30	650	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 20CM X 3M (1,20M EM REPOUSO), CONFECCIONADA COM TECIDO CRU, FIOS COM DENSIDADE DE 13 FIOS POR CM. DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	5054
31	100	PACOTE	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 06 DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM², COM PESO DE 13,3G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.	5055
32	100	PACOTE	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 10CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM², COM PESO DE 21,8G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.	5056

33	100	PACOTE	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 15CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM², COM PESO DE 32,7G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.	5057
34	100	PACOTE	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 20CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM², COM PESO DE 42,8G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.	5058
35	3380	UNIDADE	BOLSA COLETORA DE URINA DE CAMA COM CAPACIDADE DE 2000ML. SENDO TRANSPARENTE NA PARTE FRONTAL E OPACA AO VERSOPARA MELHOR VISUALIZAÇÃO DO ASPECTO DA DIURESE.NÃO CONTÉM FILTRO HIDRÓFBO. COM DISPOSITIVO ANTI-REFLUXO.	5060
36	1300	UNIDADE	BOLSA COLETORA DE URINA DE PERNA COM CAPACIDADE DE 500ML. SENDO TRANSPARENTE NA PARTE FRONTAL E OPACA AO VERSOPARA MELHOR VISUALIZAÇÃO DO ASPECTO DA DIURESE.NÃO CONTÉM FILTRO HIDRÓFBO. COM DISPOSITIVO ANTI-REFLUXO.	5061
37	42	CAIXA	BOLSA DE COLOSTOMIA INTESTINAL DE UMA PEÇA, DRENÁVEL, COM BARREIRA A PROVA DE ODOR E VAZAMENTO, TRANSPARENTE/OPACA, PLACA DE BARREIRA DE PELE DE RESINA A BASE DE HIDROCOLÓIDES (PECTINA, GELATINA E CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA) PLACA COM DIÂMETRO RECORTAVEL DE 19 A 64MM, CAIXA COM 10 UNIDADES.	5062
38	106	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1011, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	5063
39	106	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1012 HASTE CURTA, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL.CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	5064
40	94	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1012 HASTE LONGA, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	5065
41	67	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1013, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO.APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL.CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	5066
42	109	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1014 HASTE CURTA, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL.CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	5067
43	74	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1033, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	5076
44	49	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1190 F, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL.CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	5083
45	49	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1190, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	5085
46	49	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 3018, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	5094
47	64	UNIDADE	BROCA PARA ACABAMENTO 3168. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	5106
48	1555	UNIDADE	CAIXA COLETORA DE MATERIAL PERFUROCORTANTE DE 13 LITROS NA COR AMARELA COM IDENTIFICAÇÃO. DEVE POSSUIR ALÇAS PARA GARANTIR O MANUSEIO SEGURO E QUE NÃO ATRAPALHEM NA UTILIZAÇÃO. COM BOCAL NA PARTE SUPERIOR E TAMPA PARA O FECHAMENTO DO BOCAL DE FORMA FACIL E SEGURA. DEVEATENDER AS EXIGÊNCIAS DAS NORMAS: ABNT NBR 13853 de 05/1997, RDC 306, CONAMA 358 E DEMAIS NORMAS RELACIONADAS.	5107

49	290	UNIDADE	CAIXA COLETORA DE MATERIAL PERFUROCORANTE DE 5 LITROS NA COR AMARELA COM IDENTIFICAÇÃO. DEVE POSSUIR ALÇAS PARA GARANTIR O MANUSEIO SEGURO E QUE NÃO ATRAPALHEM NA UTILIZAÇÃO. COM BOCAL NA PARTE SUPERIOR E TAMPA PARA O FECHAMENTO DO BOCAL DE FORMA FACIL E SEGURA. DEVE ATENDER AS EXIGÊNCIAS DAS NORMAS: ABNT NBR 13853 de 05/1997, RDC 306, CONAMA 358 E DE-MAIS NORMAS RELACIONADAS.	5108
50	3800	UNIDADE	CATETER NASAL TIPO ÓCULOS, TAMANHO ÚNICO, ESTERILIZADO A RAIOS GAMMA, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM SACO PLÁSTICO COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	5110
51	46	KIT	CIMENTO DE HÍDRÓXIDO DE CÁLCIO RADIOPACO SISTEMA PASTA-PASTA. COMPOSIÇÃO ESTER GLICOL SALICILATO, FOSFATO DE CÁLCIO, TUNGSTATO DE CÁLCIO, ÓXIDO DE ZINCO, ETILTOLUENO SULFONAMIDA, HÍDRÓXIDO DE CÁLCIO DE TITÂNIO, ES-TEORATO DE ZINCO E CORANTE MINERAIS. APRESENTAÇÃO: 1 TUBO DE PASTA BASE COM 13GR, 1 TUBO DE PASTA CATALIZADORA, NÃO CONTENDO ÁGUA PURIFICADA NA SUA COMPOSIÇÃO. COM REGISTRO NA ANVISA.	5111
52	5	KIT	CIMENTO DE IONÔMERO DE VIDRO PARA CIMENTAÇÃO. COMPOSIÇÃO: PÓ: VIDRO DE FLUORSILICATO DE VIDRO, COPOLÍMEROS DE ÁCIDO CARBÔNICO (POLIACRÍLICO E MALEICO) E PIGMENTOS. LÍQUIDO: SOLUÇÃO DE ÁCIDO TARTÁRICO. APRESENTAÇÃO: KIT PEQUENO: 1 FRASCO COM 8G DE PÓ E 1 FRASCO DE LÍQUIDO COM 5 ML, COLHER DOSADORA E BLOCO DE ESPATULAÇÃO	5112
53	38	UNIDADE	COLCHÃO PIRAMIDAL SOLTEIRO TIPO CAIXA DE OVO COM MEDIDAS DE 188X78X5CM, D33, CAPACIDADE MÍNIMA DE 90KG.	5113
54	24	PACOTE	COMPRESSA CAMPO ALVA, 04 CAMADAS, COM CADARÇO, 45CMX50CM, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT, PACOTE COM 50 UNIDADES.	5115
55	3785	PACOTE	COMPRESSA DE GAZE HÍDRÓFILA, CONFECCIONADA COM 13 FIOS, EM TAMANHO 10X10CM E 20X40CM ABERTA, COM 5 DOBRAS, 8 CAMADAS, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADA PARA DENTRO, COM PESO MÍNIMO DE 950GR POR PACOTE, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT E ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13843, EMBALADA EM PACOTES COM 500 PEÇAS POR PACOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	5118
56	2120	PACOTE	COMPRESSA DE GAZE HÍDRÓFILA, CONFECCIONADA COM 13 FIOS, EM TAMANHO 7,5X7,5CM E 15X30CM ABERTA, COM 5 DOBRAS, 8 CAMADAS, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADA PARA DENTRO, COM PESO MÍNIMO DE 450GR POR PACOTE, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT E ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13843, EMBALADA EM PACOTES COM 500 PEÇAS POR PACOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	5119
57	365	UNIDADE	COMPRESSA DE GAZE TIPO QUEIJO, CONFECCIONADA COM 13 FIOS, EM TAMANHO NOMINAL 91X91CM, COR BRANCA, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADAS PARA DENTRO, EMBALADAS INDIVIDUAL EM PACOTE PLÁSTICO, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT, PESO MÍNIMO 1450 GRAMAS.	5122
58	145	FRASCO	DETERGENTE ENZIMÁTICO, PARA LIMPEZA DE ARTIGOS MÉDICOS HOSPITALARES COMPOSTO POR 5 ENZIMAS, PROTEASE, PEPTIDASE, AMILASE, CELULASE E LIPASE, DETERGENTE NÃO IÔNICO/ANIÔNICO, PH NEUTRO, BIODEGRADÁVEL, NÃO CORROSIVO PARA METAIS, PARA SER UTILIZADO EM TEMPERATURA AMBIENTE OU AQUECIDA PARA PROCESSOS DE LIMPEZA MANUAL OU AUTOMATIZADO, DE AÇÃO RÁPIDA, VOLUME DE 5.000ML, DILUIÇÃO DE 2,0ML POR LITRO, POUCA FORMAÇÃO DE ESPUMA, SEM ODOR AGRESSIVO NA FORMA CONCENTRADA OU DILUÍDA, SEM CORANTE. FRASCO COM 1LITRO.	5134
59	33	GALÃO	DETERGENTE ENZIMÁTICO, PARA LIMPEZA DE ARTIGOS MÉDICOS HOSPITALARES COMPOSTO POR 5 ENZIMAS, PROTEASE, PEPTIDASE, AMILASE, CELULASE E LIPASE, DETERGENTE NÃO IÔNICO/ANIÔNICO, PH NEUTRO, BIODEGRADÁVEL, NÃO CORROSIVO PARA METAIS, PARA SER UTILIZADO EM TEMPERATURA AMBIENTE OU AQUECIDA PARA PROCESSOS DE LIMPEZA MANUAL OU AUTOMATIZADO, DE AÇÃO RÁPIDA, VOLUME DE 5.000ML, DILUIÇÃO DE 2,0ML POR LITRO, POUCA FORMAÇÃO DE ESPUMA, SEM ODOR AGRESSIVO NA FORMA CONCENTRADA OU DILUÍDA, SEM CORANTE. GALÃO COM 5 LITROS.	5135
60	11	KIT	DISCOS SOF-LEX POP-ON SÉRIE VERMELHA (KIT COM GRANULAÇÃO: GROSSA, MÉDIA, FINA E EXTRA FINA CONTENDO 30 UNIDADES CADA GRANULAÇÃO).	5139
61	43	UNIDADE	ELETRODOS PARA FISIOTERAPIA COM DUAS CAMADAS DE HIDROGEL ADESIVO DE 13X7,5CM.	5140
62	58	UNIDADE	ELETRODOS PARA FISIOTERAPIA COM DUAS CAMADAS DE HIDROGEL ADESIVO DE 5X5CM.	5141
63	83	UNIDADE	ELETRODOS PARA FISIOTERAPIA COM DUAS CAMADAS DE HIDROGEL ADESIVO DE 9X5CM.	5142
64	17900	UNIDADE	EQUIPO MACROGOTAS, FLEXÍVEL COMPOSTO DE LANCETA PERFURANTE PARA CONEXÃO AO RECIPIENTE DE SOLUÇÃO, CÂMARA FLEXÍVEL E TRANSPARENTE PARA VISUALIZAÇÃO DO GOTEJAMENTO, CONTROLADOR DE FLUXO TIPO PINÇA ROLETE E CONEXÃO LUER PARA DISPOSITIVO DE ACESSO VENOSO.	5143
65	6360	UNIDADE	EQUIPO MICROGOTAS, PONTA PERFURANTE COM TAMPA PROTETORA, CÂMARA FLEXÍVEL, GOTEJADORA EM MICROGOTAS, TUBO EM PVC DE 1,50CM, PINÇA ROLETE PARA CONTROLE DE VOLUME, CONEXÃO LUER.	5144
66	1110	ROLO	ESPARADRAPO 10CMX4,5M, TECIDO 100% ALGODÃO COM RESINA ACRÍLICA IMPERMEABILIZANTE, COM MASSA ADESIVA À BASE DE BORRACHA NATURAL, ÓXIDO DE ZINCO E RESINA. EMBALAGEM COM CAPA PROTETORA.	5147
67	1315	CAIXA	ESPÁTULA DE AYRE, FABRICADA EM MADEIRA DE 19CM DE COMPRIMENTO EMBALADO INDIVIDUALMENTE. COM 100 UNIDADES	5149
68	1100	UNIDADE	ESPÉCULO DESCARTÁVEL MODELO COLLIN, TAMANHO G	5150
69	4200	UNIDADE	ESPÉCULO DESCARTÁVEL MODELO COLLIN, TAMANHO M	5151
70	6300	UNIDADE	ESPÉCULO DESCARTÁVEL MODELO COLLIN, TAMANHO P	5152
71	700	UNIDADE	ESPÉCULO LUBRIFICADO ESTERILIZADO GRANDE, PRODUZIDO EM POLIESTIRENO CRISTAL, PERMITE EXCELENTE TRANSPARÊNCIA E TRANSMISSÃO LUMINO. VALVAS ANATÔMICAS DE CONTORNOS LISOS E REGULARES, SEMELHANTES AO FORMATO DOS FÓRNICES VAGINAIS. DISPOSITIVO DE ABERTURA (PARAFUSO BORBOLETA) FABRICADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO (PSAI), PIGMENTADO E INDEFORMÁVEL.	5153

72	1400	UNIDADE	ESPÉCULO LUBRIFICADO ESTERILIZADO MÉDIO, PRODUZIDO EM POLIESTIRENO CRISTAL, PERMITE EXCELENTE TRANSPARÊNCIA E TRANSMISSÃO LUMINO. VALVAS ANATÔMICAS DE CONTORNOS LISOS E REGULARES, SEMELHANTES AO FORMATO DOS FÓRNICES VAGINAIS. DISPOSITIVO DE ABERTURA (PARAFUSO BORBOLETA) FABRICADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO (PSAI), PIGMENTADO E INDEFORMÁVEL.	5154
73	1100	UNIDADE	ESPÉCULO LUBRIFICADO ESTERILIZADO PEQUENO, PRODUZIDO EM POLIESTIRENO CRISTAL, PERMITE EXCELENTE TRANSPARÊNCIA E TRANSMISSÃO LUMINO. VALVAS ANATÔMICAS DE CONTORNOS LISOS E REGULARES, SEMELHANTES AO FORMATO DOS FÓRNICES VAGINAIS. DISPOSITIVO DE ABERTURA (PARAFUSO BORBOLETA) FABRICADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO (PSAI), PIGMENTADO E INDEFORMÁVEL.	5155
74	25	UNIDADE	ESTETOSCÓPIO RAPPAPORT ADULTO/INFANTIL CONTENDO: UM PAR DE OLIVAS ROSQUEAVEL DE DURA, UM PARA DE OLIVAS ROSQUEAVEL DE MACIA, DOIS PARES DE MEMBRANAS DE PLÁSTICO RÍGIDO, ANEL ROSQUEADO DE COBRE CROMADO (INFANTIL E ADULTO), BASE ROSQUEADA DE COBRE CROMADO QUE POSSIBILITE A TROCA DO SINO OU DIAFRAGMA (INFANTIL E ADULTO), CÂMARA DE SOM EM LIGA DE ALUMÍNIO, TUBO ROTATÓRIO CENTRAL EM COBRE CROMADO POSSUINDO DUAS SAÍDAS, TUBO DUPLO DE PVC DE ANÉIS METÁLICOS, FONE BIAURICULAR DE COBRE CROMADO, DIAFRAGMA ABERTO PEQUENO, DIAFRAGMA ABERTO MÉDIO, DIAFRAGMA ABERTO GRNDE E AUSCULTADOR.	5156
75	88	CAIXA	FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 3.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIOS GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 2.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.	5159
76	90	CAIXA	FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 4.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIOS GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 2.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.	5162
77	920	ROLO	FITA ADESIVA DE AUTOCLAVE 19MMX30M, DORSO DE PAPEL CREPADO À BASE DE BORRACHA NATURAL, NA OUTRA FACE, FINA CAMADA IMPERMEABILIZADA DE RESINA ACRÍLICA, COM INDICADOR DE ESTERILIZAÇÃO (LISTAS DIAGONAIS DE TINTA TERMOREATIVA QUE QUANDO ESTERILIZADAS MUDAM A COLORAÇÃO DE BRANCO PARA PRETO. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO)).	5166
78	19800	UNIDADE	FRALDAS GERIÁTRICAS TAMANHO G, MODELO UNISEX, COM BAREIRAS LATERAIS ANTIVAZAMENTO, ABSORÇÃO MÍNIMA DE 1800ML.	5168
79	19700	UNIDADE	FRALDAS GERIÁTRICAS TAMANHO GG, MODELO UNISEX, COM BAREIRAS LATERAIS ANTIVAZAMENTO, ABSORÇÃO MÍNIMA DE 2000ML.	5169
80	13300	UNIDADE	FRALDAS GERIÁTRICAS TAMANHO M, MODELO UNISEX, COM BAREIRAS LATERAIS ANTIVAZAMENTO, ABSORÇÃO MÍNIMA DE 1600ML.	5170
81	13050	UNIDADE	FRALDAS GERIÁTRICAS TAMANHO P, MODELO UNISEX, COM BAREIRAS LATERAIS ANTIVAZAMENTO, ABSORÇÃO MÍNIMA DE 1600ML.	5171
82	38	UNIDADE	GEL CONDUTOR INCOLOR PARA MEIOS DE CONTATO (ULTRASON). COM pH NEUTRO (ENTRE 6,5 E 7,0), INODORO E HIPOALERGÊNICO, SUA COMPOSIÇÃO DEVE SER LIVRE DE ALCOOL E SAIS. EMBALAGEM DE 1KG	5172
83	19	UNIDADE	GEL CONDUTOR INCOLOR PARA MEIOS DE CONTATO (ULTRASON). COM pH NEUTRO (ENTRE 6,5 E 7,0), INODORO E HIPOALERGÊNICO, SUA COMPOSIÇÃO DEVE SER LIVRE DE ALCOOL E SAIS. EMBALAGEM DE 5KG	5173
84	17	CAIXA	INDICADOR BIOLÓGICO PARA VAPOR, DO TIPO AUTO-CONTIDO, COM TEMPO DE RESPOSTA FINAL NEGATIVA EM 48 HORAS, PARA O MONITORAMENTO BIOLÓGICO DE CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR SATURADO SOB PRESSÃO, COMPOSTO POR UMA TIRA DE PAPEL CONTENDO UMA POPULAÇÃO MICROBIANA MÍNIMA DE 100.000 (CEM MIL) ESPOROS SECOS E PADRONIZADOS DE GEOPHILUS STEAROTHERMOPHILLUS (ATCC 7953 COM CERTIFICADO DE QUALIDADE ASSEGURADA). A TIRA CONTENDO ESPOROS ESTÁ ACONDICIONADA EM UMA AMPOLA PLÁSTICA TERMORRESISTENTE, CONTENDO EM SEU INTERIOR UMA AMPOLA DE VIDRO LACRADA, COM UM CALDO NUTRIENTE PRÓPRIO PARA CRESCIMENTO DOS MICROORGANISMOS. A AMPOLA PLÁSTICA É FECHADA POR UMA TAMPA PERFURADA E PROTEGIDA POR PAPEL DE FILTRO HIDROFÓBICO, CADA AMPOLA POSSUI UM RÓTULO EXTERNO QUE INFORMA O NOME DO PRODUTO, LOTE, PRAZO DE VALIDADE, CONTENDO CAMPOS PARA IDENTIFICAÇÃO DA AMPOLA E UM INDICADOR QUÍMICO DE EXPOSIÇÃO QUE DIFERENCIA AS AMPOLAS PROCESSADAS DAS NÃO-PROCESSADAS. CAIXA COM 100 AMPOLAS.	5174
85	9	CAIXA	INDICADOR QUÍMICO DO TIPO INTEGRADOR, CLASSE 5, QUE PERMITE EFETUAR O MONITORAMENTO DE TODOS OS PARÂMETROS CRÍTICOS DO PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, COM PERFORMANCE EQUIVALENTE OU SUPERIOR À CURVA DE MORTE MICROBIANA DO GEOPHILUS STEAROTHERMOPHILLUS. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTEMPLAR 3 VALORES DECLARADOS: 121°C, 135°C E UMA TEMPERATURA INTERMEDIÁRIA, CORRELACIONADAS COM O TEMPO DE MORTE MICROBIANA, E NA TEMPERATURA DE 121°C DEVERÁ REAGIR A PARTIR DE 16,5 MINUTOS. COMPOSTO DE UMA MECHA DE PAPEL E DE UMA PÍLULA QUÍMICA SENSÍVEL À TEMPERATURA, TEMPO E VAPOR, ACONDICIONADAS EM UMA EMBALAGEM COMPOSTA POR PAPEL/FILME E ALUMÍNIO LAMINADO. INTEGRADOR DE MUDANÇA DE LIMITE/MOVIMENTO FRONTAL, ONDE DURANTE A ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, A SUBSTÂNCIA QUÍMICA FUNDE E MIGRA COMO UM LÍQUIDO DE COLORAÇÃO ESCURA ATRAVÉS DA MECHA DE PAPEL. A MIGRAÇÃO É VISÍVEL ATRAVÉS DA JANELA IDENTIFICADA POR "REJECT" (REJEITADO), E DEVERÁ ATINGIR A ÁREA DENOMINADA "ACCEPT" (ACEITO) SE TODAS AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A ELIMINAÇÃO DE MICROORGANISMOS NO INTERIOR DA EMBALAGEM FOREM ALCANÇADAS. A EXTENSÃO DA MIGRAÇÃO É PROPORCIONAL AO TEMPO DE EXPOSIÇÃO AO VAPOR E A TEMPERATURA. CAIXA COM 100 UNIDADES.	5175



86	1377	CAIXA	LÂMINA DE VIDRO DE 2,5CM X 7,5CM E 1MM DE ESPESSURA, SENDO QUE APRESENTA UMA PEQUENA PARTE FOSCA PARA IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE, ACONDICIONADA INDIVIDUALMENTE EM CAIXA PORTA-LÂMINAS DE 2,8CMX8,4CM. CAIXA COM 50 UNIDADES	5182
87	270	CAIXA	LANCETAS COM SISTEMA DE PUNÇÃO DIGITAL, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, DE UTILIZAÇÃO ÚNICA PARA COLETA DE AMOSTRA DE SANGUE CAPILAR, COM PERFURAÇÃO DE 1,5MM, COM RETRAÇÃO AUTOMÁTICA DA AGULHA. DEVE ATENDER A NR 32 DA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO ANVISA). CAIXA COM 200 UNIDADES.	5183
88	510	ROLO	LENÇOL DE PAPEL DESCARTÁVEL DE FIBRA NATURAL NA COR BRANCA COM MEDIDAS DE 70CMX50M	5184
89	23	CAIXA	LIMA ENDODÔNTICA 1ª SÉRIE DE 25MM FLEXOFIL, COM CURSOR DE ESPESSURA 1,5 MM, CABO ARREDONDADO PARA ADAPTAÇÃO EM CONTRA-ÂNGULO E4R OSCILATÓRIO COM REDUÇÃO 4:1, PADRÕES ISO DE CALIBRES 006 A 140 E DE CONICIDADE .02. CAIXA COM 06 UNIDADES (15 À 40).	5185
90	8	CAIXA	LIMA ENDODÔNTICA 2ª SÉRIE DE 25MM FLEXOFIL, COM CURSOR DE ESPESSURA 1,5MM, COM CABO ARREDONDADO PARA ADAPTAÇÃO EM CONTRA-ÂNGULO E4R OSCILATÓRIO COM REDUÇÃO 4:1, PADRÕES ISO DE CALIBRES 006 A 140 E DE CONICIDADE .02. CAIXA COM 6 UNIDADES (45 À 80).	5186
91	291	UNIDADE	LOÇÃO HIDRATANTE CREMOSA, ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS, VITAMINA A E E, COM ALOE VERA, FRASCO COM 200ML	5187
92	740	PAR	LUVA CIRÚRGICA TAM. 6,5 - ESTERILIZADA POR RAO GAMA (COBALTO), COR NATURAL, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIO- ABSORVÍVEL. ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM PUNHO REFORÇADO LISO.	5188
93	1450	PAR	LUVA CIRÚRGICA TAM. 7,0 - ESTERILIZADA POR RAO GAMA (COBALTO), COR NATURAL, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIO- ABSORVÍVEL. ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM PUNHO REFORÇADO LISO.	5189
94	2100	PAR	LUVA CIRÚRGICA TAM. 7,5 - ESTERILIZADA POR RAO GAMA (COBALTO), COR NATURAL, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIO- ABSORVÍVEL. ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM PUNHO REFORÇADO LISO.	5190
95	920	PAR	LUVA CIRÚRGICA TAM. 8,0 - ESTERILIZADA POR RAO GAMA (COBALTO), COR NATURAL, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIO- ABSORVÍVEL. ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM PUNHO REFORÇADO LISO.	5191
96	380	PAR	LUVA CIRÚRGICA TAM. 8,5 - ESTERILIZADA POR RAO GAMA (COBALTO), COR NATURAL, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIO- ABSORVÍVEL. ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM PUNHO REFORÇADO LISO.	5192
97	662	CAIXA	LUVA DE PROCEDIMENTOS TAMANHO G - EM LÁTEX, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM BAIXA COR DE PROTEÍNA, INFERIOR A 50MG POR U. CAIXA COM 100 UNIDADES	5193
98	1860	CAIXA	LUVA DE PROCEDIMENTOS TAMANHO M - EM LÁTEX, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM BAIXA COR DE PROTEÍNA, INFERIOR A 50MG POR U. CAIXA COM 100 UNIDADES.	5194
99	2190	CAIXA	LUVA DE PROCEDIMENTOS TAMANHO P - EM LÁTEX, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM BAIXA COR DE PROTEÍNA, INFERIOR A 50MG POR U. CAIXA COM 100 UNIDADES.	5195
100	580	CAIXA	LUVA DE PROCEDIMENTOS TAMANHO PP - EM LÁTEX, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM BAIXA COR DE PROTEÍNA, INFERIOR A 50MG POR U. CAIXA COM 100 UNIDADES.	5196
101	291	CAIXA	MÁSCARA, CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO, 3 DOBRAS COM FILTRO, TRIPLA PROTEÇÃO, SENDO AS CAMADAS SOLDADAS ELETRONICAMENTE POR ULTRASSON. TIPO ELÁSTICO. CAIXA COM 50 UNIDADES.	5200
102	545	CAIXA	MÁSCARA, CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO, 3 DOBRAS COM FILTRO, TRIPLA PROTEÇÃO, SENDO AS CAMADAS SOLDADAS ELETRONICAMENTE POR ULTRASSON. TIPO TIRAS. CAIXA COM 50 UNIDADES.	5201
103	1850	ROLO	MICROPORE, FITA HIPOALÉRGICA MICROPOROSA, CONFECCIONADA COM SUBSTRATO DE NÃO TECIDO À BASE DE FIBRAS DE VISCOSE, RESINA ACRÍLICA E MASSA ADESIVA A BASE DE POLIACRILATO HIPOALERGÊNICO, 2,5CMX10M, PRODUTO COM CAPA PROTETORA, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	5204
104	1100	ROLO	MICROPORE, FITA HIPOALÉRGICA MICROPOROSA, CONFECCIONADA COM SUBSTRATO DE NÃO TECIDO À BASE DE FIBRAS DE VISCOSE, RESINA ACRÍLICA E MASSA ADESIVA A BASE DE POLIACRILATO HIPOALERGÊNICO, 5CMX10M, PRODUTO COM CAPA PROTETORA, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	5205
105	17	UNIDADE	OXÍMETRO DE PULSO, MEDE E MOSTRA VALORES CONFIÁVEIS DA SPO2 E DA FREQUÊNCIA CARDÍACA; BOTÃO ÚNICO DE LIGAÇÃO PARA FACILITAR A OPERAÇÃO; VISOR GRANDE E FÁCIL VISUALIZAÇÃO; COMPACTO, PORTÁTIL E ILUMINADO; ALIMENTAÇÃO ATRAVÉS DE DUAS PILHAS ALCALINAS "AAA"; DISPOSITIVO DESLIGA AUTOMATICAMENTE APÓS 8 SEGUNDOS SEM ATIVIDADE.	5206
106	69	CAIXA	PAPEL CREPADO 30X30CM, GRAMATURA 60G/M², INDICADO PARA EMPACOTAMENTO DE TODOS OS MATERIAIS A SEREM ESTERILIZADOS EM AUTOCLAVE A VAPOR, ÓXIDO DE ETILENO OU POR RADIAÇÃO GAMA, COM BARREIRA MICROBIANA EFICAZ ATRAVÉS DA POROSIDADE, EFICIENTE NA FILTRAÇÃO BACTERIANA, DE FÁCIL UTILIZAÇÃO CONFORME TÉCNICA UNIVERSAL DE EMPACOTAMENTO, DESLIZE SUAVE E AJUSTE DE CONTOURNO, MALEÁVEL, RESISTENTE A RUPTURA, RASGO E ESTOURO, BIODEGRADÁVEL E INCINERÁVEL, CONFECCIONADO EM 100% CELULOSE, ATÓXICO E NÃO IRRITANTE. EMBALAGEM QUE ASSEGURA A INTEGRIDADE DO MATERIAL A SER ESTERILIZADO, GARANTINDO SUA PROTEÇÃO QUANTO A AÇÃO DE AGENTES EXTERNOS. PRODUTO DE USO ÚNICO, CAIXA COM 500 FOLHAS. COM REGISTRO NA ANVISA.	5208

107	68	CAIXA	PAPEL CREPADO 50X50CM, GRAMATURA 60G/M <sup>2</sup> , INDICADO PARA EMPACOTAMENTO DE TODOS OS MATERIAIS A SEREM ESTERILIZADOS EM AUTOCLAVE A VAPOR, ÓXIDO DE ETILENO OU POR RADIAÇÃO GAMA, COM BARREIRA MICROBIANA EFICAZ ATRAVÉS DA POROSIDADE, EFICIENTE NA FILTRAÇÃO BACTERIANA, DE FÁCIL UTILIZAÇÃO CONFORME TÉCNICA UNIVERSAL DE EMPACOTAMENTO, DESLIZE SUAVE E AJUSTE DE CONTOURNO, MALEÁVEL, RESISTENTE A RUPTURA, RASGO E ESTOURO, BIODEGRADÁVEL/INCINERÁVEL, CONFECCIONADO EM 100% CELULOSE, ATÓXICO E NÃO IRRITANTE. EMBALAGEM QUE ASSEGURA A INTEGRIDADE DO MATERIAL A SER ESTERILIZADO, GARANTINDO SUA PROTEÇÃO QUANTO A AÇÃO DE AGENTES EXTERNOS. PRODUTO DE USO ÚNICO, CAIXA COM 500 FOLHAS. COM REGISTRO NA ANVISA.	5209
108	14	UNIDADE	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL RADIOPACA, COMPOSTA PELA CARGA MICROGLASS, ONDE AS PARTÍCULAS DE VIDRO DE BÁRIO, QUE APRESENTAM TAMANHO MÉDIO DE 0,7 µm (MICRÔMETRO) E TAMANHO MÁXIMO INFERIOR A 2 µm (MICRÔMETRO), FORMAM UMA ESTRUTURA COMPACTA E AMORFA. COR A2.	5213
109	14	UNIDADE	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL UNIVERSAL, COM 100% DE NANOPARTÍCULA, MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-G-MA, BIS-EMA, UDMA E PARTÍCULAS INORGÂNICAS DE ZIRCONIA/SÍLICA COM TAMANHO DE 5 A 20 NM E NANOAGLOMERADOS DE 0,6 A 1,4 µm E 59,5% DE CARGA EM VOLUME (78,5% EM PESO). COR C3.	5214
110	8	UNIDADE	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL UNIVERSAL, COM 100% DE NANOPARTÍCULA, MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-G-MA, BIS-EMA, UDMA E PARTÍCULAS INORGÂNICAS DE ZIRCONIA/SÍLICA COM TAMANHO DE 5 A 20 NM E NANOAGLOMERADOS DE 0,6 A 1,4 µm E 59,5% DE CARGA EM VOLUME (78,5% EM PESO). COR OPACA.	5215
111	18	UNIDADE	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL UNIVERSAL, COM 100% DE NANOPARTÍCULA, MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-G-MA, BIS-EMA, UDMA E PARTÍCULAS INORGÂNICAS DE ZIRCONIA/SÍLICA COM TAMANHO DE 5 A 20 NM E NANOAGLOMERADOS DE 0,6 A 1,4 µm E 59,5% DE CARGA EM VOLUME (78,5% EM PESO). COR OA3 OPACA.	5216
112	8	UNIDADE	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL, MATRIZ INORGÂNICA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 82% EM PESO E 60% EM VOLUME; MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, UDMA E BIS-EMA. COR A3.	5217
113	6	UNIDADE	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL, MATRIZ INORGÂNICA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 82% EM PESO E 60% EM VOLUME; MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, UDMA E BIS-EMA. COR B1.	5218
114	12	UNIDADE	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL, MATRIZ INORGÂNICA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 84,5% EM PESO E 66% EM VOLUME; MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA E TEGDMA. COR A2.	5221
115	4	UNIDADE	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONÔMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 2 GR COR EC2	5229
116	2	UNIDADE	RESINA MICRO-HÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA BIS-GMA, TEGDMA:ZICORNIA /SÍLICA COM 84,5%, POSSUI TAMANHO MÁXIMO DE PARTÍCULAS 4,5 MICROMETROS E PESO NO MÍNIMO 70% EM VOLUME – COR A2 – 4GR.	5237
117	6	UNIDADE	RESINA MICRO-HÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA BIS-GMA, TEGDMA:ZICORNIA /SÍLICA COM 84,5%, POSSUI TAMANHO MÁXIMO DE PARTÍCULAS 4,5 MICROMETROS E PESO NO MÍNIMO 70% EM VOLUME – COR B2 – 4GR.	5241
118	2	UNIDADE	RESINA MICRO-HÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA BIS-GMA, TEGDMA:ZICORNIA /SÍLICA COM 84,5%, POSSUI TAMANHO MÁXIMO DE PARTÍCULAS 4,5 MICROMETROS E PESO NO MÍNIMO 70% EM VOLUME – COR OA2 – 4GR.	5243
119	2	UNIDADE	RESINA MICRO-HÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA BIS-GMA, TEGDMA:ZICORNIA /SÍLICA COM 84,5%, POSSUI TAMANHO MÁXIMO DE PARTÍCULAS 4,5 MICROMETROS E PESO NO MÍNIMO 70% EM VOLUME – COR OA3 – 4GR.	5244
120	24600	UNIDADE	SERINGA 10ML LL (BICO ROSCA), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOLO, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER LOK E FLANGE, ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LATEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	5249
121	252	UNIDADE	SERINGA 1ML (BCG), COM AGULHA FIXA, CAPACIDADE PARA 100U.I, ESCALA DE 2 EM 2 UNID.. AGULHA 12,7X0,3MM. EMBALADAS EM CONJUNTO DE 10 UNIDADES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	5251
122	36030	UNIDADE	SERINGA 1ML (INSULINA), STOPPER FINO, ÊMBOLO COM ANEL DE RETENÇÃO, CAPACIDADE PARA 100 UNIDADES DE INSULINA COM GRADUAÇÃO DE 1 EM 1 UNIDADE, COM AGULHA DE 12,7X0,3 MM DE CALIBRE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	5253
123	10850	UNIDADE	SERINGA 20ML LS (BICO LISO), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOLO, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER LOK E FLANGE, ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LATEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	5255

124	23400	UNIDADE	SERINGA 3ML LL (BICO ROSCA), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOLLO, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER LOK E FLANGE, ÊMBOLLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LATEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	5256
125	23300	UNIDADE	SERINGA 5ML LL (BICO ROSCA), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOLLO, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER LOK E FLANGE, ÊMBOLLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LATEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	5258
126	1900	UNIDADE	SERINGA COM TRAVA DE SEGURANÇA 10ML, SEM AGULHA, EM POLIPROPILENO, ESTÉRIL, SILICONIZADA, DESCARTÁVEL, COM BICO ROSCA DUPLA QUE PERMITA O USO DE TODAS AS MARCAS DE AGULHA E QUE ATENDA A NR 32. EMBOLLO COM ANEL INTERNO EMBORRACHADO PARA MELHOR RETENÇÃO DE LÍQUIDO. GRADUADA EM ESCALA NUMÉRICA PARA ML COM NÚMEROS NÍTIDOS, VISÍVEIS E GRAVADOS AO LONGO DO CORPO DA SERINGA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONTENDO AS INFORMAÇÕES SOBRE: TIPO, DATA E VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA, FABRICANTE, NÚMERO DE LOTE, REGISTRO NO MS (NA CAIXA E NA EMBALAGEM INDIVIDUAL). SERINGA DOTADA DE DISPOSITIVO DE SEGURANÇA RETRÁTIL PARA A AGULHA EM RETRAÇÃO MECÂNICA DA AGULHA PARA DENTRO DO CORPO DA SERINGA DE TAL FORMA QUE O PROFISSIONAL NÃO ENTRE EM CONTATO COM A MESMA.	5260
127	522	UNIDADE	SONDA FOLLEY COM BALÃO, COMPOSIÇÃO 100% DE SILICONE. CONTENDO 10 UNIDADES Nº 16	5274
128	511	UNIDADE	SONDA FOLLEY COM BALÃO, COMPOSIÇÃO 100% DE SILICONE. CONTENDO 10 UNIDADES Nº 18	5275
129	501	UNIDADE	SONDA FOLLEY COM BALÃO, COMPOSIÇÃO 100% DE SILICONE. CONTENDO 10 UNIDADES Nº 20	5276
130	13601	UNIDADE	SONDA URETRAL Nº 12, PARA DRENAGEM DE URINA NA URETRA E BEXIGA. EXCESSURA DE 4,5MM, ESTÉRIL, ATÓXICA, APIROGÊNICO. COM TUBO DE PVC ATÓXICO E FLEXÍVEL E CONECTOR COM TAMP. EMBALAGEM INDIVIDUAL, INVOLÁVEL, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA. COM 10 UNIDADES	5278
131	10201	UNIDADE	SONDA URETRAL Nº 14, PARA DRENAGEM DE URINA NA URETRA E BEXIGA. EXCESSURA DE 5MM, ESTÉRIL, ATÓXICA, APIROGÊNICO. COM TUBO DE PVC ATÓXICO E FLEXÍVEL E CONECTOR COM TAMP. EMBALAGEM INDIVIDUAL, INVOLÁVEL, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA. COM 10 UNIDADES	5279
132	150	UNIDADE	SORO FISIOLÓGICO 0,9%, SISTEMA FECHADO ESTÉRIL, FRASCO COM 1000ML	5280
133	350	UNIDADE	SORO FISIOLÓGICO 0,9%, SISTEMA FECHADO ESTÉRIL, FRASCO COM 100ML	5281
134	11720	UNIDADE	SORO FISIOLÓGICO 0,9%, SISTEMA FECHADO ESTÉRIL, FRASCO COM 250ML	5282
135	8360	UNIDADE	SORO FISIOLÓGICO 0,9%, SISTEMA FECHADO ESTÉRIL, FRASCO COM 500ML	5283
136	2055	UNIDADE	SORO GLICOSADO 5%, SISTEMA FECHADO ESTÉRIL, FRASCO CONTENDO 1000ML	5284
137	1825	UNIDADE	SORO GLICOSADO 5%, SISTEMA FECHADO ESTÉRIL, FRASCO CONTENDO 250ML	5285
138	2285	UNIDADE	SORO GLICOSADO 5%, SISTEMA FECHADO ESTÉRIL, FRASCO CONTENDO 500ML	5286
139	720	UNIDADE	SUGADOR DESCARTÁVEL COM TUBO CONFECCIONADO EM PVC TRANSPARENTE E ATÓXICO. ARAME EM AÇO ESPECIAL, DESENVOLVIDO PARA FIXAÇÃO IMEDIATA NA POSIÇÃO DESEJADA. PONTEIRA EM PVC MACIO E ATÓXICO. COMPRIMENTO DE 10CM. EMBALADO INDIVIDUALMENTE E INVOLÁVEL EM PACOTES DE 40 UNIDADES.	5287
140	197	UNIDADE	TERMÔMETRO COM AFERIÇÃO DIGITAL, DE TEMPERATURA CORPORAL, CONFECCIONADO EM TERMOPLÁSTICO, COM AVISO SONORO, VISOR DIGITAL DE FÁCIL VISUALIZAÇÃO, RESISTENTE À ÁGUA, DEVERÁ POSSUIR SELO DE QUALIDADE DO INMETRO.	5288
141	145	UNIDADE	ÁGUA OXIGENADA 10 VOLUMES 1000ML	5289
142	43	UNIDADE	APARELHO DE PRESSÃO ARTERIAL (ESFIGMOMANOMETRO) COMPLETO	5291
143	370	UNIDADE	ÁGUA DESTILADA P /AUTOCLAVE 5000ML	5292
144	303	UNIDADE	COTONETE HASTE FLEXÍVEL C/75 UNIDADES	5293
145	820	UNIDADE	CATETER PARA OXIGÊNIO TIPO ÓCULOS	5295
146	10	UNIDADE	DRENO DE PENROSE Nº 01	5298
147	60	CAIXA	ELETRODO ESPUMA ECG ADULTO CAIXA C/50 UNIDADES	5302
148	3656	UNIDADE	EQUIPO ALIMENTAÇÃO DIETA ENTERAL	5304
149	192	PACOTE	ESCOVA CERVICAL N/ ESTÉRIL PACOTES C/ 100 UNIDADES	5305
150	46	CAIXA	FIO CATGUT CROMADO 3.0C/ AGULHA 2,0 CAIXA C/ 24 UNIDADES	5310
151	1480	PACOTE	FRALDAS GERIÁTRICAS ADULTO COM GEL TAMANHO M PACOTE C/ 8 UNIDADES.	5314
152	1240	PACOTE	FRALDAS GERIÁTRICAS ADULTO COM GEL TAMANHO G PACOTES C/ 8 UNIDADES.	5315
153	1210	PACOTE	FRALDAS GERIÁTRICAS ADULTO COM GEL TAMANHO XG PACOTES C/7 UNIDADES.	5316
154	1100	PACOTE	FRALDAS GERIÁTRICAS ADULTO COM GEL TAMANHO P PACOTES C/08 UNIDADES.	5318
155	3655	UNIDADE	FRASCOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 300ML	5320
156	30	UNIDADE	FITA MICROPORE 5,0CMX10,0 MT BRANCA	5321
157	34	UNIDADE	FIXADOR CITOLÓGICO SPRAY FRASCO C/ 100ML	5322
158	31	UNIDADE	GAROTTE TUBO DE LÁTEX Nº 202 C/ 1 METRO	5326



159	22	UNIDADE	GEL 1KG –ECG/ULTRA SOM	5327
160	29	UNIDADE	APARELHO DE NEBULIZAÇÃO (NEBULIZADOR)	5329
161	20	CAIXA	LAMINA FOSCA LAPIDADA 26X76-CAIXA C/ 50 UNIDADES	5330
162	44	CAIXA	LAMINA DE BISTURI Nº 15CAIXA C/ 100	5331
163	26	CAIXA	LAMINA DE BISTURI Nº 11 CAIXA C/100	5332
164	361	PAR	LUVAS PLÁSTICAS ESTÉRIL EM EVA PACOTE C/ 100 UNID	5334
165	1146	UNIDADE	PVPI TÓPICO 1000ML	5336
166	611	UNIDADE	PVPI DEGERMANTE 1000ML	5337
167	3820	UNIDADE	SCALP Nº 23	5339
168	3670	UNIDADE	SCALP Nº 21	5340
169	1708	UNIDADE	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 14	5341
170	22	UNIDADE	TERMÔMETRO CLINICO	5344
171	25	UNIDADE	VASELINA LIQUIDA 1000 ML	5345
172	31	CAIXA	LIXA DE METAL 4MM, PACOTE COM 150 UNIDADES	5350
173	59	UNIDADE	RESTAURADOR TEMPORÁRIO CAVITEC 25 GRAMAS	5351
174	20	CAIXA	FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 2.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIO GAMA, 45CM, AGULHA DE METAL Nº 2.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.	5353
175	25	CAIXA	FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 3.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIO GAMA, 45CM, AGULHA DE METAL Nº 2.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.	5354
176	25	CAIXA	FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 4.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIO GAMA, 45CM, AGULHA DE METAL Nº 2.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.	5355
177	50	UNIDADE	ACIDO PARA CONDICIONAMENTO DENTAL (ÁCIDO FOSFÓRICO A 37% PARA ESMALTE E DENTINA, CORANTE AZUL)	5359
178	9	UNIDADE	ADESIVO 6 ML (PRIMER E ADESIVO EM FRASCO ÚNICO, SOLVENTE A BASE DE ÁGUA E ÁLCOOL, COM PARTÍCULAS DE CARGA DE 5NM).	5360
179	10	UNIDADE	AGULHA GENGIVAL 30 G CURTA COM 100 UNI. (CONFECCIONADAS EM AÇO ESPECIAL INOXIDÁVEL, SILICONIZADAS)	5361
180	1176	UNIDADE	ALGODAO ROLETE PCT C.100 ROLETES	5368
181	45	UNIDADE	ANESTÉSICO LOCAL ARTICAÍNA 4% + EPINEFRINA1:100.000	5374
182	54	UNIDADE	ANESTÉSICO LOCAL PRILOCAÍNA 3% C/ FELIPRESSINA 0,03 U.I/ML	5376
183	65	UNIDADE	ANESTÉSICO LOCAL SEM VASOCONSTRITOR LIDOCAÍNA 2%	5377
184	60	CX	ANESTESICO MEPIVACAÍNA 2% EPINEFRINA C. 50	5378
185	49	UNIDADE	ANESTÉSICO TÓPICO GEL BENZOCAÍNA 200MG/G (SABOR TUTTI-FRUTTI)	5381
186	40	PT	BABADOR DESC. IMPERMEAVEL BRANCO C. 100	5385
187	187	UNIDADE	BANDA MATRIZ DE AÇO 0,05X5X500MM	5386
188	32	UNIDADE	BANDA MATRIZ DE AÇO 0,05X7X500MM	5387
189	67	UNIDADE	BROCA ALTA ROTAÇÃO 3168 F (PÊRA) (DIAMANTADA)	5389
190	24	UNIDADE	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 3081	5392
191	52	UNIDADE	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 3203 (DIAMANTADA)	5393
192	52	UNIDADE	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 3203 F (DIAMANTADA)	5394
193	45	UNIDADE	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 4219 (DIAMANTADA)	5395
194	121	UNIDADE	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO Nº 2 - 21 MM (CARBIDE)	5402
195	121	UNIDADE	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO Nº 4 - 21 MM (CARBIDE)	5403
196	119	UNIDADE	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO Nº 6 - 21 MM (CARBIDE)	5404
197	79	UNIDADE	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO Nº 8 - 21 MM(CARBIDE)	5405
198	10	UNIDADE	BROCA DE TUNGSTÊNIO TROCO CÔNICA CORTE CRUZADO FINO Nº 1520	5407
199	10	UNIDADE	BROCA DE TUNGSTÊNIO TROCO CÔNICA CORTE CRUZADO GROSSO Nº 1610	5408
200	10	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA 1,2 E 3 SERIE	5412
201	10	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA CHAMA	5413
202	40	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA CÔNICA INVERTIDA Nº 1034	5414
203	20	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA CÔNICA INVERTIDA Nº 1035	5415
204	50	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA CÔNICA Nº 2200	5420
205	45	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA CÔNICA Nº 3200	5423
206	35	UNIDADE	BROCA MULTILAMINADA (12 LÂMINAS) 7406	5425
207	35	UNIDADE	BROCA MULTILAMINADA (12 LÂMINAS) 9206	5426
208	6	UNIDADE	BRUNIDOR DE AMALGAMA N. 3	5429
209	660	UNIDADE	CÁPSULA DE AMALGAMA 1 PORÇÃO	5439
210	580	UNIDADE	CÁPSULA DE AMALGAMA 2 PORÇÕES	5440
211	380	UNIDADE	CÁPSULA DE AMALGAMA 3 PORÇÕES	5441
212	30	UNIDADE	CARBONO ODONTOLÓGICO FINO EMB. C/ 12UNI	5442
213	30	UNIDADE	CARBONO ODONTOLÓGICO GROSSO EMB. C/ 12UNI	5443

214	26	UNIDADE	CARIOSTATICO	5444
215	14	UNIDADE	CIMENTO ODONTOLÓGICO FORRADOR DE CAVIDADES (PÓ: ÓXIDO DE ZINCO 80,81 G%, SULFATO DE BÁRIO 16,16 G%, FOSFATO DE CÁLCIO 2,02 G%, ACETATO DE ZINCO 1,01 G%; LÍQUIDO: EUGENOL 95 G%, TIMOL 0,5 G%).	5445
216	1500	UNIDADE	CREME DENTAL C. FLUOR TUBO C. 50 GR	5448
217	37	UNIDADE	CUNHAS ANATÔMICAS SORTIDAS CX C/ 100 UNI (COMPOSIÇÃO: MADEIRA E CORANTES REATIVOS ATÓXICOS)	5451
218	14	UNIDADE	CURETA MC CAL 11\12	5456
219	27	UNIDADE	CURETA MC CAL 13\14	5457
220	24	UNIDADE	CURETA MC CAL 17\18	5458
221	8	UNIDADE	DESSENSIBILIZANTE 2%	5464
222	17	UNIDADE	DISCOS SOF LEX POP-ON KIT SÉRIE VERMELHA (KIT COM GRANULAÇÃO GROSSA, MÉDIA, FINA, EXTRA-FINA COM 30 UNID. CADA+ MANDRIL)	5467
223	1250	UNIDADE	ELETRODO AUTO ADESIVO 5X5	5469
224	6	UNIDADE	ESCOVA DE AÇO PARA BROCA	5471
225	617	UNIDADE	ESCOVA DE ROBSON PLANA (BRANCA)	5472
226	2500	UNIDADE	ESCOVA DENTAL ADULTO MACIA COM PROTETOR INDIVIDUAL	5476
227	3	UNIDADE	ESCULPIDOR HOLLEMBACK 3S	5480
228	4	UNIDADE	ESPATULA N. 24	5487
229	4	UNIDADE	ESPÁTULA Nº1 DE SILICATO	5489
230	140	UNIDADE	ESPELHO BUCAL N. 5 C. CABO	5492
231	50	UNIDADE	ESPELHO BUCAL Nº 5 FRONT URFASSE SEM CABO	5493
232	20	UNIDADE	ESPELHO BUCAL Nº 5 SEM CABO (AÇO INOXIDÁVEL AISI 420)	5494
233	8	CX	ESPONJA HEMOSTATICA CX C. 10 UND	5495
234	1000	KIT	ESTOJO PLÁSTICO PARA KIT DE ESCOVAÇÃO INFANTIL	5496
235	32	FR	EVIDENCIADOR DE PLACA BACTERIANA FRA. C. 10 ML	5497
236	23	UNIDADE	EXTIRPA NERVOS SORTIDOS 21MM	5498
237	23	UNIDADE	EXTIRPA NERVOS SORTIDOS 25MM	5499
238	33	UNIDADE	FIO DE SUTURA SEDA 3.0 EMB. COM 24 UNI (AGULHA DE SUTURA COM FIO DE SEDA ACOPLADO 3.0, FABRICADO EM AÇO COM PONTA TRIANGULAR, 17 MM, ½ CÍRCULO E FIO DE SEDA TRANÇADO)	5500
239	522	UNIDADE	FIO DENTAL CLÍNICO 100 MTS (COMPOSIÇÃO: RESINA TERMOPLÁSTICA, CERA MICROCRISTALINA E AROMA)	5502
240	48	UNIDADE	FITA MATRIX DE AÇO INOX 0,05X5X500MM	5503
241	48	UNIDADE	FITA MATRIX DE AÇO INOX 0,05X7X500 MM	5504
242	60	UNIDADE	FIXADOR DE RAIOS X 475 ML	5506
243	64	UNIDADE	FLUOR GEL NEUTRO COM SABOR	5508
244	1	UNIDADE	FORCEPS 150	5509
245	1	UNIDADE	FORCEPS 151	5510
246	1	UNIDADE	FORCEPS INFANTIL 1 E 2	5516
247	8	UNIDADE	FORMOCRESOL	5518
248	28	UNIDADE	GERME RIO P/ SUPERFÍCIES FIXAS- GALÕES DE 5L (ROSA)	5520
249	8	GL	GERMICIDA GALÃO 5 LITROS	5521
250	21	UNIDADE	GLUCONATO DE CLOREXIDINA 0,12%	5522
251	112	PT	GORRO FEMININO PCT C 100 UNIDADE COM ELASTICO	5523
252	3	UNIDADE	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO (BASE: ESTER GLICOL SALICILATO, FOSFATO DE CÁLCIO, TUNGSTATO DE CÁLCIO, ÓXIDO DE ZINCO E CORANTES MINERAIS; CATALISADOR: ETILTOLUENOSULFANAMIDA, HIDRÓXIDO DE CÁLCIO, ÓXIDO DE ZINCO, DIÓXIDO DE TITÂNIO, ESTEARATO DE ZINCO E CORANTES MINERAIS; SEM EUGENOL)	5524
253	18	UNIDADE	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO P.A (PÓ)	5525
254	97	UNIDADE	HIPOCLORITO DE SÓDIO 1%	5526
255	430	UNIDADE	HIPOCLORITO DE SÓDIO 2,5%	5527
256	75	UNIDADE	IONÔMERO DE VIDRO RESTAURAÇÃO KIT PÓ + LÍQUIDO (AUTOPOLIMERIZÁVEL; PÓ: VIDRO DE FLUOR-SILICATO DE ESTRÔNCIO, ALUMÍNIO, LANTÂNIO E PIGMENTOS; LÍQUIDO: ÁCIDO POLICARBÔNICO, ÁCIDO TARTÁRICO E ÁGUA.)	5528
257	18	UNIDADE	IRM LÍQUIDO E PO (KIT)	5530
258	18	CX	LAMINA DE BISTURI N. 12 C. 100 UND	5531
259	3	UNIDADE	LIMA SELDIN OSSO Nº 11 (AÇO INOXIDÁVEL, 18 CM)	5535
260	28	UNIDADE	LIXA DE ACABAMENTO E POLIMENTO MÉDIA-FINA 4MMCX C/ 150 (ABRASIVO À BASE DE ÓXIDO DE ALUMÍNIO E COSTADO DE POLIÉSTER.	5542
261	39	UNIDADE	LUBRIFICANTE PARA ALTA E BAIXA ROTAÇÃO (ÓLEO MINERAL DE BAIXA VISCOSIDADE)	5543
262	5	UNIDADE	MATERIAL RESTAURADOR INTERMEDIÁRIO KIT PÓ + LÍQUIDO (PÓ: ÓXIDO DE ZINCO, POLIMETACRILATO DE METILA, ACETATO DE ZINCO; LÍQUIDO: EUGENOL 99,5%, ÁCIDO ACÉTICO 0,5%)	5546
263	10	CX	MATRIZ DE POLIÉSTER C. 50 UND	5549
264	10	UNIDADE	MATRIZ DE POLIÉSTER Nº 100X10X0,05 MM PCTE C/ 50 UNID.	5550
265	138	UNIDADE	MICRO APLICADOR DESCARTÁVEL MICROBRUSH FINO C/ 100 (CABO FLEXÍVEL)	5551

266	140	UNIDADE	MICRO APLICADOR DESCARTÁVEL MICROBRUSH REGULAR C/ 100 (CABO FLEXÍVEL)	5552
267	124	UNIDADE	MICRO APLICADOR DESCARTÁVEL MICROBRUSH EXTRA FINO C/ 100 (CABO FLEXÍVEL)	5553
268	3	UNIDADE	MICRO MOTOR + CONTRA ÂNGULO (MICRO MOTOR 500: ACOPLAMENTO BORDEN, SPRAY INTERNO, ROTAÇÃO DE 5.000 A 20.000 RPM, SITEMA UNIVERSAL INTRAMATIC; CONTRA-ÂNGULO 500 COM GIRO LIVRE DE 360º, SPRAY EXTERNO E ACOPLAMENTO INTRAMATIC)	5554
269	113	UNIDADE	OTOSPORIN ® FRASCO C/ 10ML(HIDROCORTISONA 10MG/ML+ SULFATO DE NEOMICINA 5 MG/ML + SULFATO DE POLIMIXINA B 10.000 UI/ML)	5560
270	217	UNIDADE	PAPEL CIRURGICO 100X100	5562
271	219	UNIDADE	PAPEL CIRURGICO 120X100	5563
272	19	FR	PARAMONOCLOROFENOL FRA. C. 12ML	5564
273	14	UNIDADE	PASTA PARA ALVEOLITE 10 GR	5565
274	79	UNIDADE	PASTA PROFILATICA 90G	5566
275	4	CX	PASTILHAS EVIDENCIADORAS DE PLACA CX C/ 120	5567
276	2	UNIDADE	PEÇA RETA 500, ENCAIXE BORDEN2 FUROS; SPRAY PARA REFRIGERAÇÃO POR CONDUÇÃO INTERNA; SISTEMA DE ENCAIXE UNIVERSAL INTRA; ESTERILIZÁVEL EM AUTOCLAVE ATÉ 135°C; ACOPLAMENTO BORDEN; MÍNIMO DE 5.000 RPM – MÁXIMO DE 20.000 RPM.	5568
277	18	UNIDADE	PEDRA POMES	5570
278	169	UNIDADE	PELÍCULA DE RX E-SPEED FILME ADULTO	5571
279	166	UNIDADE	PELÍCULA DE RX E-SPEED FILME INFANTIL	5572
280	45	UNIDADE	PINÇA CLINICA PARA ALGODÃO C (AÇO INOXIDÁVEL)	5574
281	32	UNIDADE	PINÇA HEMOSTATICA RET 14 CM	5576
282	27	UNIDADE	PLACA DE VIDRO FINA 6MM	5578
283	25	UNIDADE	PORTA AGULHA MAYO HEGAR P/ SUTURA 14 CM C/ WIDIA	5580
284	6	UNIDADE	PORTA AMALGAMA DE PLASTICO	5582
285	7	UNIDADE	PORTA MATRIZ IVORY (AÇO INOXIDÁVEL, 6CM, ADULTO)	5583
286	2	KIT	POSICIONADOR RADIOGRAFICO ADULTO	5585
287	16	UNIDADE	POTE DAPPEN DE VIDRO	5586
288	14	UNIDADE	REMOVEDOR DE MANCHAS 30 ML	5587
289	23	UNIDADE	RESINA FLOW COR A2 E A3 (10 CADA) SERINGA COM 4 GRAMAS	5588
290	59	UNIDADE	REVELADOR DE RAO X 475ML	5591
291	1220	UNIDADE	ROLETE DENTAL 100% ALGODÃO MACIO PCTE C/ 100 UNI	5592
292	370	UNIDADE	ROLO PARA ESTERILIZAÇÃO 100MMX100M	5594
293	372	UNIDADE	ROLO PARA ESTERILIZAÇÃO 200MMX100M	5595
294	110	UNIDADE	SACO PARA SACOLÉ 4X24 C/ 100 UNID	5596
295	13	UNIDADE	SELADORA (TEMPO DE AQUECIMENTO ATE 10 SEGUNDOS) COM AREA DE SELAGEM DE 30 CM	5597
296	21	UNIDADE	SELANTE FOTO ATIVADO INCOLOR SERINGA	5599
297	22	UNIDADE	SOLUÇÃO HEMOSTÁTICA (SOLUÇÃO HEMOSTÁTICA À BASE DE CLORETO DE ALUMÍNIO)	5602
298	50	UNIDADE	SONDA EXPLORADORA N. 5	5603
299	4	UNIDADE	SONIC BORDEN 2000N (INSTRUMENTO DE ENCAIXE BORDEN COM 2 FUROS, REQUÊNCIA DE VIBRAÇÃO DE 6KHZ, ACOPLADO DIRETO NA MANGUEIRA DO EQUIPO)	5605
300	72	UNIDADE	TAÇA DE BORRACHA	5607
301	47	UNIDADE	TESOURA IRIS RETA 11,5 CM (AÇO INOXIDÁVEL)	5608
302	40	UNIDADE	TESOURA OURO CURVA 10 CM (AÇO INOXIDÁVEL)	5609
303	109	PACOTE	TOUCA DESCARTÁVEL C/ ELÁSTICO DUPLO PCTE C/ 100 UNI	5610
304	24	UNIDADE	TRICRESOL FORMALINA	5611
305	7	UNIDADE	VERNIZ CAVITÁRIO	5613
306	7	UNIDADE	VERNIZ FLUORETADO	5614
307	390	PACOTE	ABAIXADOR DE LINGUA DE MADEIRA PACOTE CONTENDO 100 UNIDADES	5615
308	17550	UNIDADE	ÁGUA PARA INJEÇÃO, SOLUÇÃO INJETÁVEL, LIMPIDA, ESTÉRIL E APIROGÊNICA, AMPOLAS PLÁSTICAS CONFECIONADAS EM POLIETILENO TRANSPARENTE CONTENDO 10 ML.	5616
309	2500	UNIDADE	CATETER INTRAVENOSO ABOCATH Nº 20, COM BISEL TRIFACETADO CURTO	5617
310	5700	UNIDADE	CATETER INTRAVENOSO ABOCATH Nº 22, COM BISEL TRIFACETADO CURTO	5618
311	7550	UNIDADE	CATETER INTRAVENOSO ABOCATH Nº 24, COM BISEL TRIFACETADO CURTO	5619
312	120	UNIDADE	BATERIA PARA MEDIDORES DE GLICEMIA (GLICOSÍMETRO). COMPATÍVEL PARA APARELHOS ON CALL PLUS.	5621
313	10000	UNIDADE	TIRAS DE TESTE PARA DOSAGEM DE GLICEMIA CAPILAR (ON CALL PLUS)	5622
314	390	UNIDADE	ÁGUA DESTILADA, PARA USO EM AUTOCLAVES, QUIMICAMENTE PURA, ISENTA DE SAIS SOLÚVEIS, EMBALAGEM CONTENTO 5 LITROS.	5624
315	13	UNIDADE	HASTES FLEXIVEIS, COM PONTAS 100% ALGODÃO, ANTIGERMES. EMBALAGEM COM 75 UNI	5626
316	21	UNIDADE	LAMINA DE BISTURI Nº 15 C CX C/ 100 UNI	5632
317	10	UNIDADE	POTE DAPPEN DE VIDRO	5634

318	13	UNIDADE	RESINA HERCULITE DENTINA A2 (MICRO-HÍBRIDA- TAMANHO MÉDIO DAS PARTÍCULAS DE 0,6M; RADIOPACO (EXCETO AS CORES INCISAIAS); 86% DAS PARTÍCULAS SÃO MENORES QUE 1,0 MÍCRON; 79% DE CARGA (PARTÍCULA) EM PESO; 59% DE CARGA (PARTÍCULA) EM VOLUME; RESINA DO TIPO BIS-GMA, TRI-ETILENOGLICOL-DIMETACRILATO (RESINA DILUENTE – SOLVENTE); CANFOROQUINONA (FOTO-INICIADOR); AMINA (ATIVADOR); PIGMENTOS DE ÓXIDO DE FERRO; VIDRO DE BOROSSILICATO DE ALUMÍNIO; SÍLICA COLOIDAL (SIO2))	5638
319	15	UNIDADE	RESINA HERCULITE DENTINA A3 (MICRO-HÍBRIDA- TAMANHO MÉDIO DAS PARTÍCULAS DE 0,6M; RADIOPACO (EXCETO AS CORES INCISAIAS); 86% DAS PARTÍCULAS SÃO MENORES QUE 1,0 MÍCRON; 79% DE CARGA (PARTÍCULA) EM PESO; 59% DE CARGA (PARTÍCULA) EM VOLUME; RESINA DO TIPO BIS-GMA, TRI-ETILENOGLICOL-DIMETACRILATO (RESINA DILUENTE – SOLVENTE); CANFOROQUINONA (FOTO-INICIADOR); AMINA (ATIVADOR); PIGMENTOS DE ÓXIDO DE FERRO; VIDRO DE BOROSSILICATO DE ALUMÍNIO; SÍLICA COLOIDAL (SIO2))	5639
320	19	UNIDADE	RESINA HERCULITE ESMALTE A2 (MICRO-HÍBRIDA- TAMANHO MÉDIO DAS PARTÍCULAS DE 0,6M; RADIOPACO (EXCETO AS CORES INCISAIAS); 86% DAS PARTÍCULAS SÃO MENORES QUE 1,0 MÍCRON; 79% DE CARGA (PARTÍCULA) EM PESO; 59% DE CARGA (PARTÍCULA) EM VOLUME; RESINA DO TIPO BIS-GMA, TRI-ETILENOGLICOL-DIMETACRILATO (RESINA DILUENTE – SOLVENTE); CANFOROQUINONA (FOTO-INICIADOR); AMINA (ATIVADOR); PIGMENTOS DE ÓXIDO DE FERRO; VIDRO DE BOROSSILICATO DE ALUMÍNIO; SÍLICA COLOIDAL (SIO2))	5641
321	19	UNIDADE	RESINA HERCULITE ESMALTE A3 (MICRO-HÍBRIDA- TAMANHO MÉDIO DAS PARTÍCULAS DE 0,6M; RADIOPACO (EXCETO AS CORES INCISAIAS); 86% DAS PARTÍCULAS SÃO MENORES QUE 1,0 MÍCRON; 79% DE CARGA (PARTÍCULA) EM PESO; 59% DE CARGA (PARTÍCULA) EM VOLUME; RESINA DO TIPO BIS-GMA, TRI-ETILENOGLICOL-DIMETACRILATO (RESINA DILUENTE – SOLVENTE); CANFOROQUINONA (FOTO-INICIADOR); AMINA (ATIVADOR); PIGMENTOS DE ÓXIDO DE FERRO; VIDRO DE BOROSSILICATO DE ALUMÍNIO; SÍLICA COLOIDAL (SIO2))	5642
322	105	UNIDADE	SERINGA P/ CARPULE COM REFLUXO	5643
323	4	UNIDADE	SONIC BORDEN 2000N (INSTRUMENTO DE ENCAIXE BORDEN COM 2 FUROS, REQUÊNCIA DE VIBRAÇÃO DE 6KHZ, ACOPLADO DIRETO NA MANGUEIRA DO EQUIPO)	5645
324	19	UNIDADE	RÉGUA DE ALUMÍNIO MILIMETRADA ENDODONTICA COM 8CM DE COMPRIMENTO. PRODUZIDO EM LIGA DE AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA QUALIDADE. TOTALMENTE AUTOCLAVÁVEL.	5646
325	93	UNIDADE	ANESTÉSICO LOCAL LIDOCAÍNA 2% + EPINEFRINA 1:100.000, TUBETE DE CRISTAL. CONTENDO 50 TUBETES DE 1,8ML CADA.	5647
326	8	UNID	ESCOVA IMPREGNADA EM CARBETO DE SILÍCIO ASTROBRUSH (TAÇA GRANDE)	5648
327	2	UNID	FLUORETO DE SÓDIO 5,00G% - EM UMA BASE ADESIVA DE RESINAS NATURAIS (EQUIVALENTE A 2,26%DE FLÚOR). EXCIPIENTES: COLOFÔNIA, ETILCELULOSE, BÁLSAMO DE TOLÉ, CERA DE ABELHA, TOLUENOSULFONAMIDA, VANILINA, SCARINA, ÁLCOOL ABSOLUTO. SOLVENTE ÁLCOOL ETÍLICO.	5649
328	5	UNID	BROCA DIAMANTADA CÔNICA TOPO CHAMA 2200, HASTE CURTA, ALTA ROTAÇÃO, FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA APRESENTADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E LOTE.	5650
329	5	UNID	RESINA COMPOSTA UNIVERSAL FOTOPOLIMERIZÁVEL DE MICROGLASS, RADIOPACA, PRODUZIDA COM BASE EM BIS-GMA, CONTEM 58% DO SEU VOLUME DE PARTÍCULAS DE CARGA - VIBRO BÁRIO ALUMÍNIO FLUORETADO (0,02-2 µM) - DIÓXIDO DE SILÍCIO ALTAMENTE DISPERSO (0,02-0,07 µM). COR B1	5651
330	5	UNID	RESINA COMPOSTA UNIVERSAL FOTOPOLIMERIZÁVEL DE MICROGLASS, RADIOPACA, PRODUZIDA COM BASE EM BIS-GMA, CONTEM 58% DO SEU VOLUME DE PARTÍCULAS DE CARGA - VIBRO BÁRIO ALUMÍNIO FLUORETADO (0,02-2 µM) - DIÓXIDO DE SILÍCIO ALTAMENTE DISPERSO (0,02-0,07 µM). COR A1	5652
331	5	UNID	RESINA COMPOSTA UNIVERSAL FOTOPOLIMERIZÁVEL DE MICROGLASS, RADIOPACA, PRODUZIDA COM BASE EM BIS-GMA, CONTEM 58% DO SEU VOLUME DE PARTÍCULAS DE CARGA - VIBRO BÁRIO ALUMÍNIO FLUORETADO (0,02-2 µM) - DIÓXIDO DE SILÍCIO ALTAMENTE DISPERSO (0,02-0,07 µM). COR A2	5653
332	5	UNID	RESINA COMPOSTA UNIVERSAL FOTOPOLIMERIZÁVEL DE MICROGLASS, RADIOPACA, PRODUZIDA COM BASE EM BIS-GMA, CONTEM 58% DO SEU VOLUME DE PARTÍCULAS DE CARGA - VIBRO BÁRIO ALUMÍNIO FLUORETADO (0,02-2 µM) - DIÓXIDO DE SILÍCIO ALTAMENTE DISPERSO (0,02-0,07 µM). COR A3	5654
333	2	UNID	SERINGA TRÍPLICE ODONTOLÓGICA DABI ATLANTE COM AR, ÁGUA, SPRAY E CONDUTORES SEPARADOS DE ÁGUA E AR, FORMANDO SPRAY NA PONTA DA SERINGA: BICO CURVO, REMOVÍVEL E AUTOCLAVÁVEL.	5655
334	126	UNID	TIRAS DE LIXA DE AÇO 4 MM, PACOTE COM 12 UNIDADES.	5656
335	3100	UNID	ENVELOPES P/ESTERILIZAÇÃO 150MM X 30MM	5657
336	4	UNID	MERCÚRIO P/ AMALGAMADOR (NÃO USA CÁPSULA) TUBO 100G	5658
337	5	UNID	LAMALHA P/ AMALGAMADOR (NÃO USA CÁPSULA) TUBO 30G	5659
338	57	UNID	BICARBONATO DE SÓDIO PÓ P/ PROFILAXIA ODONTOLÓGICA ENVEL.	5660
339	15	UNID	TIRAS DE LIXA DE METAL P/ POLIMENTO DE RESINA	5662
340	103	UNID	ÁLCOOL IODADO 1 % 1000 ML	5665
341	354	UNID	ÁLCOOL GEL 70 % 980 GR COM VÁLVULA PUMP	5666
342	250	UNID	ÁLCOOL LÍQ.. 70 % 100 ML COM VÁLVULA	5667
343	100	UNID	ÁLCOOL GEL 70 % 95 GR COM VÁLVULA	5668
344	60	UNID	ALMOTOLIAS PLÁSTICA ÂMBAR RETA 125 ML	5669
345	58	UNID	ALMOTOLIAS PLÁSTICA CLARA RETA 250 ML	5670
346	240	UNID	COLETOR DE URINA 2000 ML SIS. FECHADO	5672
347	3051	UNID	SONDA CATETER TIPO ÓCULOS ADULTO	5673

348	40	UNID	COLETOR PERFURO 7 LTS CAP. ÚTIL 7 LTS	5674
349	22	CAIXA	LANCETA AUTOMÁTICA CX COM 200 UNID CONFORME NR 32	5675
350	56	UNID	TUBO DE LÁTEX Nº 200 PARA GARROTE	5676
351	300	UNID	LÂMINA DE BISTURI Nº20	5677
352	14	UNID	VÁLVULA REGUL. C/ FLUXOMETRO PARA CILINDRO DE O2	5678
353	5560	UNID	MULTIVIA COM CLAMP PARA (ABOCATH)	5679
354	500	UNID	SERINGA DESC. S/ AGULHA LUER SLIP 01 ML	5680
355	3000	UNID	SERINGA DESC. S/ AGULHA LUER SLIP 03 ML	5681
356	3000	UNID	SERINGA DESC. S/ AGULHA LUER SLIP 05 ML	5682
357	200	UNID	SERINGA DESC. S/ AGULHA LUER SLIP 20 ML	5683
358	15100	UNID	SORO FISIOLÓGICO 125 ML 9% SISTEMA FECHADO	5684
359	470	UNID	SORO RINGER-LACTATO 500 ML SISTEMA FECHADO	5685
360	3320	UNID	SCALP Nº 25	5686
361	2065	UNID	LIDOCAÍNA 2% S/ VASO 20 ML	5687
362	25	CAIXA	PAPEL CREPADO PARA ESTERILIZAÇÃO 60X60 CM CX C/ 500 FLS	5688
363	5	UNID	TUBO ENDOTRAQUEAL PVC C/ BALÃO Nº 4,5	5689
364	25	UNID	TUBO ENDOTRAQUEAL PVC C/ BALÃO Nº 6	5690
365	5	UNID	TUBO ENDOTRAQUEAL PVC C/ BALÃO Nº 7	5691
366	5	UNID	TUBO ENDOTRAQUEAL PVC C/ BALÃO Nº 7,5	5692
367	5	UNID	TUBO ENDOTRAQUEAL PVC C/ BALÃO Nº 8	5693
368	1786	UNID	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 8	5694
369	1766	UNID	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 10	5695
370	1700	UNID	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 16	5696
371	1700	UNID	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 20	5697
372	300	UNID	SONDA URETRAL Nº 04	5698
373	300	UNID	SONDA URETRAL Nº 06	5699
374	4100	UNID	SONDA URETRAL Nº 12	5700
375	4000	UNID	SONDA URETRAL Nº 14	5701
376	1750	UNID	SONDA URETRAL Nº 16	5702
377	15	UNID	MALETA PLÁSTICA BRANCA P/ PRIMEIROS SOCORROS 37X19X19 CM COM 3 BANDEJAS	5703
378	35	UNID	UMIDIFICADOR TAMP/ROSCA EM PVC 250 ML	5704
379	32	UNID	FIO NYLON 2-0 45 CM AG.2,00 CM 3/8 TRI CX 24	5705
380	10	UNID	FIO NYLON 3-0 45 CM AG.2,00 CM 1/2 TRI CX 24	5706
381	11	UNID	FIO NYLON 4-0 45 CM AG.2,00 CM 1/2 TRI CX 24	5707
382	30	UNID	FIO CATGUT CROMADO 3-0 75 CM AG2,00 CM ½ CIL CX 24 UND	5708
383	300	ROLO	PAPEL KRAFT P/ ESTERILIZAÇÃO 80 G 60 CM	5709
384	550	PACOTE	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 12 PCT C/ 10 UND	5710
385	550	PACOTE	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 16 PCT C/ 10 UND	5711
386	550	PACOTE	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 20 PCT C/ 10 UND	5712
387	150	UNID	SONDA NASOENTÉRICA Nº 12	5713
388	22	UNID	COLAR CERVICAL COM APOIO MENTONIANO (RÍGIDO) TAM GG ADULTO	5714
389	1730	PACOTE	COMPRESSA GAZE ESTÉRIL 13 F 7,5 X 7,5 C/10 PÇS	5715
390	12	UNID	KIT CÂNULA DE GUEDEL PROTEC Nº 0 À 5	5716
391	43	UNID	ÓCULOS DE SEGURANÇA SECURE FIT 200 LENTE INCOLOR	5717
392	28	UNID	AVENTAL DE SEGURANÇA, IMPERMEÁVEL EM PVC MODELO: 000601286	5718
393	124	UNID	MASCARA DE OXIGÊNIO DE CONCENTRAÇÃO MÉDIA ADULTO ECO COM TUBO 2,1 MT	5719
394	124	UNID	MASCARA DE OXIGÊNIO DE CONCENTRAÇÃO MÉDIA INFANTIL ECO COM TUBO 2,1 MT	5720
395	126	UNID	EQUIPO NUTRIÇÃO ENTERAL ESTÉRIL COM FILTRO DE AR	5721
396	11	UNID	PÁS DESCARTÁVEIS ADULTO- INSTRAMED- ISIS	5722
397	11	UNID	PÁS DESCARTÁVEIS INFANTIL- INSTRAMED- ISIS	5723
398	34	UNID	PERA P/ ELETROCARDIOGRAMA ECG TAMANHO P	5724
399	3	UNID	TERMÔMETRO DIGITAL DE TESTA SEM CONTATO	5725
400	83	UNID	TALA EVA 86 X10 CM91,60	5726
401	83	UNID	TALA EVA 63 X 9 CM	5727
402	83	UNID	TALA EVA 53 X 8 CM	5728
403	83	UNID	TALA EVA 30 X 8 CM	5729
404	8	UNIDADE	ADIPOMETRO	5730
405	110	UNIDADE	ADRENALINA (EV)	5731
406	92	UNIDADE	AGUA OXIGENADA 1 LT	5732
407	18	CXS	AGULHA GENGIVAL 30 G LONGA	5733
408	12	UNID	ALAVANCA APICAL ADULTO RETA 304	5734
409	12	UNID	ALAVANCA SELDIN ADULTO Nº 1 R DIREITA	5735
410	12	UNID	ALAVANCA SELDIN ADULTO Nº 1L ESQUERDA	5736
411	12	UNID	ALAVANCA SELDIN ADULTO RETA Nº 2	5737



412	110	UNIDADE	ALGODÃO 500G, ELABORADO COM FIBRAS 100% ALGODÃO CRU, COM UM BAIXO TEOR DE IMPUREZAS, TRANSFORMADO EM ROLOS DE MANTAS UNIFORMES, NÃO ESTÉRIL, POSSUEM UMA CAPA DE COLA VEGETAL HIPOALERGÊNICA APLICADA EM UMA DAS FACES. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL E EM SEGUNDA EM SACO PLÁSTICO. ENQUANTO A EMBALAGEM FOR MANTIDA INTACTA E ARMAZENADA EM LOCAL ADEQUADO, SUA VALIDADE É DE 5 ANOS	5738
413	50	UNIDADE	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL PO-LATA COM 800G -TROPHIC PRODIET BASIC	5739
414	22	UNIDADE	ALVEOLÓTOMO CURVO Nº 2	5740
415	21	UNIDADE	ANDADOR DE ALUMÍNIO (DOBRÁVEL) – ARTICULADO, COM SETE NÍVEIS DE REGULAGEM DE ALTURA, ATRAVÉS DE PINOS DE FÁCIL AJUSTE, COM BARRAS CENTRAIS EM AÇO E PONTEIRA EM BORRACHA, COM ACABAMENTO PARA CONFORTO DAS MÃOS E RESISTÊNCIA MÍNIMA DE 130 KM.	5741
416	30	UNIDADE	APARELHO PRESSÃO VELCRO ANERÓIDE	5742
417	12	UNID	APLICADOR DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO SIMPLES (AÇO INOXIDÁVEL)	5743
418	3	UNIDADE	ASPIRADOR DE SECREÇÃO E FLUÍDOS, SANGUE E SALIVA CAPACIDADE MÍNIMA DE 01 LITRO, 220V, VAZÃO APROXIMADA DE 17,0L /MINACOMPANHANDO UM TUBO DE SUÇÃO, UMA EXTENSÃO, UM RECIPIENTE E MANUAL DE INSTRUÇÕES, COM NO MÍNIMO 01 ANO DE GARANTIA, COM APROVAÇÃO NO INMETRO.	5744
419	50	UNIDADE	ATADURA GESSADA 15CM X 3MTS	5747
420	30	UNIDADE	AVENTAL DESCARTAVEL P, M, G	5748
421	38	UNIDADE	AVENTAL PVC BRANCO	5749
422	20	PCTS	BABADOR DESC. IMPERMEÁVEL SORTIDOS C/ 100	5750
423	22	UNIDADE	BENGALA	5751
424	7	UNIDADE	BENJOIM 1000 ML	5752
425	22	UNID	BROCA CIRURGICA ZECRYA EXTRA LONGA 28MM	5753
426	69	UNID	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO KG SORESEN 3118	5754
427	50	UNID	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO KG SORESEN 3195F	5755
428	90	UNID	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO KG SORESEN Nº 3	5756
429	90	UNID	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO KG SORESEN Nº 5	5757
430	30	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA DE ALTA ROTAÇÃO 1032	5758
431	40	UNID	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO 1016 HASTE CURTA	5759
432	41	UNIDADE	CABO BISTURI Nº 4	5760
433	272	UNIDADE	CAMPO FENESTRADO GRANDE E PEQUENO	5761
434	4	UNIDADE	CARRINHO PARA CARREGAR CILINDRO DE OXIGÊNIO	5762
435	105	UNIDADE	CATETER INTRAVENOSO ABOCATH Nº 14, COM BISEL TRIFACETADO CURTO	5763
436	105	UNIDADE	CATETER INTRAVENOSO ABOCATH Nº 16, COM BISEL TRIFACETADO CURTO	5764
437	605	UNIDADE	CATETER INTRAVENOSO ABOCATH Nº 18, COM BISEL TRIFACETADO CURTO	5765
438	105	UNIDADE	CATETER INTRAVENOSO ABOCATH Nº 26, COM BISEL TRIFACETADO CURTO	5766
439	1100	UNIDADE	CATETER NASAL PARA OXIGENIO	5767
440	660	UNIDADE	CATETER O <sup>2</sup> TIPO OCULOS INFANTIL	5768
441	80	UNIDADE	COBERTOR METALIZADO ADULTO	5771
442	12	UNIDADE	COLAR CERVICAL NEO NATAL	5772
443	22	UNIDADE	COLAR CERVICAL TAMANHO G	5773
444	12	UNIDADE	COLAR CERVICAL TAMANHO GG	5774
445	52	UNIDADE	COLAR CERVICAL TAMANHO M	5775
446	52	UNIDADE	COLAR CERVICAL TAMANHO P	5776
447	160	UNIDADE	COLETOR DE URINA- SISTEMA ABERTO PARA COLETA DE URINA NÃO ESTÉRIL 2000ML-PCTS COM 100UN	5777
448	15	UNIDADE	COLIRIO NITRATO DE PRATA 1%	5778
449	163	PCT	COMPRESSA CAMPO OPERATÓRIO MEDINDO 45 X 50 CM, CONFECCIONADA EM TECIDO 100% ALGODÃO, COMPOSTA DE QUATRO CAMADAS DE GAZE TIPO TELA ALTAMENTE ABSORVENTES, PACOTES COM 50 UNIDADES, COM REGISTRO NA ANVISA.	5779
450	7	UNIDADE	CONCENTRADOR DE OXIGENIO-ELÉTRICO	5780
451	8	UNIDADE	COTONETES CX C/ 100	5782
452	23	UNIDADE	CUBA REDONDA	5783
453	28	UNIDADE	CUBA RIM	5784
454	150	UNIDADE	CURATIVO ALGODONADO ESTÉRIL 15 X 30	5785
455	63	UNIDADE	CURATIVO BOTA DE UNNA MEDINDO 10,2X9,14CM, COMPOSTO DE BANDAGEM DE ALGODÃO E POLIÉSTER COM PASTA COMPOSTA DE NO MÍNIMO 23% DE ÓXIDO DE ZINCO (COM LAUDO COMPROBATÓRIO) QUE NÃO ENDURECE GLICERINA, PETROLATO BRANCO, ÁGUA, ACÁCIA E ÓLEO DE RÍCINO.	5786

456	70	UNIDADE	CURATIVO EXTRA COM TECNOLOGIA DE CAMADA DUPLA HIDROFIBER, UNIDAS POR PONTOS COM FIO DE CELULOSE REGENERADA TENCEL , COMPOSTO POR 100% CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA E COM 1 A 2% DE PRATA IÔNICA. A PRATA PRESENTE NO CURATIVO INATIVA AS BACTÉRIAS RETIRADAS NO LEITO DA FERIDA RETENDO-AS DENTRO DA FIBRA E NÃO ENTRAM EM CONTATO COM O LEITO DA FERIDA. CURATIVO RESISTENTE A TRAÇÃO, FORMA UM 100,00 UM GEL COESO QUE PROPORCIONA UM MEIO ÚMIDO QUE AUXILIA NA REMOÇÃO DE TECIDOS NECRÓTICOS E FAVORECE A CICATRIZAÇÃO. ABSORVE E RETÉM GRANDES QUANTIDADES DE EXSUDATO E BACTÉRIAS, COM ABSORÇÃO VERTICAL, EVITANDO A MACERAÇÃO DA BORDA DA FERIDA. É INDICADO PARA O TRATAMENTO DE FERIDAS PLANAS, AGUDAS, CRÔNICAS, CAVITÁRIAS, QUEIMADURAS DE 1 E 2 GRAUS, FERIDAS ULCERATIVAS E TRAUMÁTICAS, COM OU SEM INFECÇÃO E COM GRANDE QUANTIDADE DE EXSUDATO, TAMANHO 10X10 CM, COM APRESENTAÇÃO DE CBPF EMITIDO PELA ANVISA	5787
457	75	PCT	CURATIVO GAZE DE RAYON EMBEBIDA COM ÓLEO AGE MEDINDO 7,5 X 7,5 CM, PACOTE COM 24 UNIDADES.	5788
458	65	UNIDADE	CURATIVO TRATAMENTO PLACA, INTERATIVO COMPOSTO DE UMA CAMADA INTERNA A BASE DE 3 HIDROCOLÓIDES - GELATINA, PECTINA E CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA - REVESTIDO DE UMA LÂMINA DE POLIISOBUTILENO, BORRACHA BUTÍLICA, BORRACHA DE ESTIRENO-ISOPRENOESTIRENO, METILENO 3,5, ÉSTER DE PENTAERITRITOL, ÓLEO MINERAL E POLIURETANO, IMPERMEÁVEL A ÁGUA E A OUTROS AGENTES EXTERNOS, ABSORVENTE, FLEXÍVEL, AUTOADERENTE, AÇÃO BACTERIOSTÁTICA, ESTÉRIL, ESPESSURA FINA, PARA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DE ÚLCERA 71DE PELE SUPERFICIAIS E FERIDAS PÓS CIRÚRGICAS, TAMANHO 15X15 CM, COM APRESENTAÇÃO DE CBPF EMITIDO PELA ANVISA	5789
459	600	UNID	DENTRIFICIO COM FLÚOR EMBALAGEM COM 90G	5790
460	150	UNID	DENTRIFICIO SEM FLÚOR EMBALAGEM COM 90G	5791
461	9	KITS	DISCOS KIT SOF LEX POP-ON SÉRIE PRETA	5792
462	415	UNIDADE	DISPOSITIVO DE INCONTINÊNCIA URINÁRIA, COM PRESERVATIVO Nº 06 NÃO ESTÉRIL.	5793
463	10	UNIDADE	DISPOSITIVO INTRA-UTERINO (DIU) TCU380A	5794
464	20	UNIDADE	DORMINID (EV)	5795
465	50	UNIDADE	DRENO ESTERILIZADO PCT COM 10UN	5796
466	20	UNIDADE	EMBALAGEM TUBULAR PARA ESTERILIZAÇÃO 150 X 100	5797
467	20	UNIDADE	ESCAVADOR DE DENTINA	5798
468	2300	UNID	ESCOVA DENTAL INFANTIL C/ PROTETOR INDIVIDUAL	5799
469	3130	UNIDADE	ESCOVA GINECOLÓGICA DESCARTÁVEL C/ 100	5800
470	11	CXS	ESCOVA PARA POLIMENTO OPTISHINE	5801
471	2	UNID	ESTOJO ENDODÔNTICO DE INOX COM DIVISÓRIAS PARA LIMAS	5802
472	26	UNIDADE	FITA METRICA MTS A, 5 MTS	5803
473	130	UNIDADE	FIXADOR CITOLOGICO 100 ML	5804
474	19	UNIDADE	FIXADOR, FRASCO COM 475ML - DESTINADOS AO PROCESSAMENTO MANUAL DE FILMES RADIOGRÁFICOS DENTAIS INTRA-ORAIS. OS QUÍMICOS DE PROCESSAMENTO RÁPIDO PRODUZEM RADIOGRAFIAS PRONTAS PARA VISUALIZAÇÃO EM 30 SEGUNDOS (REVELAÇÃO EM 15 SEGUNDOS).	5805
475	12	UNIDADE	FOCO DE LUZ	5806
476	51	UNIDADE	GARROTE TUBO DE LÁTEX Nº203 COM 01 M	5807
477	40	UNIDADE	GEL REUTILIZÁVEL MEDINDO APROX. 8X13,5CM	5808
478	2	KITS	JOGO DE ALAVANCA HEINDERBRINK 1, 2 E 3	5809
479	12	UNIDADE	KIT PARA AMBÚ ADULTO COMPLETO	5810
480	11	UNIDADE	KIT PARA AMBÚ INFANTIL COMPLETO	5811
481	160	UNIDADE	LÂMINA BISTURI Nº12	5812
482	7	UNID	LAMPADA H3 12 VOLT 55W – PK22S	5813
483	5	UNIDADE	LAMPARINA A ÂLCOOL, DE ALUMÍNIO PARA PROCEDIMENTOS CLÍNICOS	5814
484	14	UNIDADE	LANTERNA CLÍNICA DE LED	5815
485	9	KITS	LIMAS ENDODÔNTICAS 2º SÉRIE 21 MM	5816
486	37	UNIDADE	MASCARAS P/ NEBULIZAÇÃO	5817
487	115	UNIDADE	MIDAZOLAN (EV)	5818
488	11	UNIDADE	MOLDEIRA INOX C/ 8 AD LISA JPR	5819
489	5	UNIDADE	MONITOR DE PRESSÃO ARTERIAL AUTOMÁTICO DE BRAÇO, COM TECNOLOGIA DIGITAL, ACOMPANHA DUAS ABRAÇADEIRAS PARA BRAÇO TAMANHO M E G, MANUAL DE INSTRUÇÕES, ADAPTADOR CA (110 A 220V), COM NO MÍNIMO 01 ANO DE GARANTIA.	5820
490	15	PAR	MULETA AXILAR EM ALUMÍNIO, COM REVESTIMENTO DO APOIO DE MÃO E AXILAR EM BORRACHA, COM BORRACHA, COM PELO MENOS 10 NÍVEIS DE REGULAGEM INFERIOR ATRAVÉS DE PINO DUPLO COM MOLA E 5 NÍVEIS DE REGULAGEM SUPERIOR, TAMANHO G	5821
491	40	PAR	MULETA AXILAR EM ALUMÍNIO, COM REVESTIMENTO DO APOIO DE MÃO E AXILAR EM BORRACHA, COM BORRACHA, COM PELO MENOS 10 NÍVEIS DE REGULAGEM INFERIOR ATRAVÉS DE PINO DUPLO COM MOLA E 5 NÍVEIS DE REGULAGEM SUPERIOR, TAMANHO M	5822
492	15	PAR	MULETA AXILAR EM ALUMÍNIO, COM REVESTIMENTO DO APOIO DE MÃO E AXILAR EM BORRACHA, COM BORRACHA, COM PELO MENOS 10 NÍVEIS DE REGULAGEM INFERIOR ATRAVÉS DE PINO DUPLO COM MOLA E 5 NÍVEIS DE REGULAGEM SUPERIOR, TAMANHO P	5823
493	25	PAR	MULETA CANADENSE ARTICULADA COM ESTRUTURA EM ALUMÍNIO, COM QUATRO REGULAGENS DE ALTURA NA PARTE SUPERIOR E DEZ REGULAGENS DE ALTURA NA PARTE INFERIOR, COM APOIO DE BRAÇO EM POLIPROPILENO E PONTEIRAS EM BORRACHA	5824



494	6	UNIDADE	NEGATOSCOPIO	5825
495	110	UNIDADE	OCITOCINA AMP 1ML (EV)	5826
496	35	UNIDADE	ÓCULOS PROTEÇÃO	5827
497	14	UNIDADE	OFTALMOSCOPIO	5828
498	11	UNIDADE	OTOSCOPIO	5829
499	15	UNIDADE	OTOSCOPIO COM CABO EM METAL, CONTENDO NO MÍNIMO 4 ESPECULOS AURICULARES ADULTO, 4 ESPECULOS AURICULARES INFANTIL E 01 ESPECULO NASAL, ACOMPANHA PILHAS E ESTOJO PARA TRANSPORTE, COM REGISTRO NO INMETRO. E NO MÍNIMO 01 ANO DE GARANTIA	5830
500	18	UNIDADE	OXÍMETRO DE DEDO	5831
501	500	UNIDADE	PAPEL TOALHA 3 DOBRAS, FOLHA SIMPLES, GOFRADO, BRANCO 22X21CM, C/ GRAMATURA 24G 100% CELULOSE VIRGEM, CAIXA C/ 1000 FOLHAS	5832
502	22	UNID	PASTA PARA ACABAMENTO DIAMOND EXCEL	5833
503	17	UNIDADE	PASTA PROFILÁTICA 50G	5834
504	5	UNIDADE	PAVIO PARA LAMPARINA, INDICADO PARA UTILIZAÇÃO EM LAMPARINAS A ÂLCOOL - EMBALAGEM COM 10 UNIDADES	5835
505	12	UNIDADE	PINÇA ALLIS	5836
506	22	UNIDADE	PINÇA ANATÔMICA DESSECÇÃO COM DENTE Nº 14	5837
507	32	UNIDADE	PINÇA ANATÔMICA DESSECÇÃO SEM DENTE Nº 14	5838
508	18	UNIDADE	PINÇA ANATOMICA DENTE DE RATO 14CM	5839
509	12	UNIDADE	PINÇA ANATOMICA DENTE DE RATO 16CM	5840
510	7	UNIDADE	PINÇA ANATOMICA DENTE DE RATO 18CM	5841
511	7	UNIDADE	PINÇA ANTÔMICA DISSECÇÃO. 16 CM	5842
512	7	UNIDADE	PINÇA BACKAUS. 13 CM	5843
513	7	UNIDADE	PINÇA CHERON. 24CM	5844
514	7	UNIDADE	PINÇA COLLIN CORAÇÃO	5845
515	22	UNIDADE	PINÇA CRILE CURVA Nº14	5846
516	22	UNIDADE	PINÇA CRILE RETA Nº14	5847
517	7	UNIDADE	PINÇA FOESDTER RETA PARA CURATIVO. 20CM	5848
518	12	UNID	PINÇA KELLY CURVA (14 CM)	5849
519	12	UNIDADE	PINÇA KELLY CURVA SEM DENTE Nº14	5850
520	59	UNIDADE	PINÇA KELLY RETA SEM DENTE Nº14	5851
521	24	UNID	PINÇA MOSQUITO CURVA (12 CM)	5852
522	19	UNIDADE	PINÇA MOSQUITO RETA Nº12	5853
523	9	UNIDADE	PINÇA ROCHESTER CARMALT RETA. 20CM	5854
524	312	UNIDADE	POLIFIX 02 VIAS COM CLAMP	5855
525	7	UNIDADE	POLIFIX 04 VIAS COM CLAMP	5856
526	18	UNIDADE	PONTEIRAS SONIC-BORDEN Nº5 -46/09	5857
527	9	UNIDADE	PORTA AGULHA MAYO HEGAR 18CM	5858
528	9	UNIDADE	PORTA AMÁLGAMA METÁLICO	5859
529	7	UNIDADE	RESERVATÓRIO PARA AMBÚ ADULTO	5860
530	7	UNIDADE	RESERVATÓRIO PARA AMBÚ INFANTIL	5861
531	45	UNIDADE	RESINA CHARISMA DENTINA A1	5862
532	110	UNIDADE	RESINA CHARISMA DENTINA A2	5863
533	145	UNIDADE	RESINA CHARISMA DENTINA A3	5864
534	145	UNIDADE	RESINA CHARISMA ESMALTE A2	5865
535	15	UNIDADE	RESINA CHARISMA OA2	5866
536	10	UNID	RESINA HERCULITE ESMALTE A1	5867
537	338	UNIDADE	SACO P/ LIXO INFECTANTE (LEITOSO) 30 LTS C/ 100	5868
538	161	UNIDADE	SACO PRA LIXO CONTAMINADO 1000LT-COM 100UN	5869
539	290	UNIDADE	SACO PRA LIXO CONTAMINADO 30LT-COM 100UN	5870
540	290	UNIDADE	SACO PRA LIXO CONTAMINADO 50LT-COM 100UN	5871
541	1700	UNIDADE	SONDA DE ASPIRAÇÃO Nº 12	5872
542	105	UNID	SONDA EXPLORADORA Nº 1	5873
543	150	UNIDADE	SONDA FOLEY ANTIALERGICA 16-RUSH	5874
544	150	UNIDADE	SONDA FOLEY ANTIALERGICA 20-RUSH	5875
545	150	UNIDADE	SONDA FOLEY ANTIALERGICA 24-RUSH	5876
546	100	UNIDADE	SONDA FOLLEY 02 VIAS COM BALÃO 1,5ML, COMPOSIÇÃO 100% DE SILICONE Nº 06	5877
547	100	UNIDADE	SONDA FOLLEY 02 VIAS COM BALÃO 3ML, COMPOSIÇÃO 100% DE SILICONE Nº 08	5878
548	100	UNIDADE	SONDA FOLLEY 02 VIAS COM BALÃO 3ML, COMPOSIÇÃO 100% DE SILICONE Nº 10	5879
549	150	UNIDADE	SONDA FOLLEY 02 VIAS COM BALÃO 5ML, COMPOSIÇÃO 100% DE SILICONE Nº 12	5880
550	230	UNIDADE	SONDA FOLLEY 02 VIAS COM BALÃO 5ML, COMPOSIÇÃO 100% DE SILICONE Nº 14	5881
551	252	UNIDADE	SONDA FOLLEY 02 VIAS COM BALÃO 5ML, COMPOSIÇÃO 100% DE SILICONE Nº 16	5882
552	270	UNIDADE	SONDA FOLLEY 02 VIAS COM BALÃO 5ML, COMPOSIÇÃO 100% DE SILICONE Nº 18	5883
553	270	UNIDADE	SONDA FOLLEY 02 VIAS COM BALÃO 5ML, COMPOSIÇÃO 100% DE SILICONE Nº 20	5884

554	140	UNIDADE	SONDA FOLLEY 02 VIAS COM BALÃO 5ML, COMPOSIÇÃO 100% DE SILICONE Nº 22	5885
555	120	UNIDADE	SONDA FOLLEY 02 VIAS COM BALÃO 5ML, COMPOSIÇÃO 100% DE SILICONE Nº 24	5886
556	100	UNIDADE	SONDA FOLLEY 02 VIAS COM BALÃO 5ML, COMPOSIÇÃO 100% DE SILICONE Nº 26	5887
557	100	UNIDADE	SONDA FOLLEY 02 VIAS Nº 10	5888
558	100	UNIDADE	SONDA FOLLEY 02 VIAS Nº 12	5889
559	200	UNIDADE	SONDA FOLLEY 02 VIAS Nº 14	5890
560	200	UNIDADE	SONDA FOLLEY 02 VIAS Nº 16	5891
561	200	UNIDADE	SONDA FOLLEY 02 VIAS Nº 18	5892
562	200	UNIDADE	SONDA FOLLEY 02 VIAS Nº 20	5893
563	20	UNIDADE	SONDA FOLLEY 03 VIAS COM BALÃO 30ML, COMPOSIÇÃO 100% DE SILICONE Nº 18	5894
564	20	UNIDADE	SONDA FOLLEY 03 VIAS COM BALÃO 30ML, COMPOSIÇÃO 100% DE SILICONE Nº 20	5895
565	20	UNIDADE	SONDA FOLLEY 03 VIAS COM BALÃO 30ML, COMPOSIÇÃO 100% DE SILICONE Nº 22	5896
566	20	UNIDADE	SONDA FOLLEY 03 VIAS COM BALÃO 30ML, COMPOSIÇÃO 100% DE SILICONE Nº 24	5897
567	1503	UNIDADE	SONDA URETRAL Nº 08	5898
568	3003	UNIDADE	SONDA URETRAL Nº 10	5899
569	7	UNID	SUGADOR METÁLICO CIRÚRGICO	5900
570	20	UNIDADE	SULFATO DE MAGNÉSIO 10% 100MG/ML (EV)	5901
571	4	UNIDADE	SUPORTE PARA EMBALAGEM DE ESTERILIZAÇÃO 13 ENVELOPES	5902
572	140	UNIDADE	TALA DE PAPELÃO 30 X 10 P/ IMOBILIZAÇÃO "P" C/ 10	5903
573	140	UNIDADE	TALA DE PAPELÃO 90 X 20 P/ IMOBILIZAÇÃO "G" C/ 10	5904
574	14	UNIDADE	TENTACANULA	5905
575	60	UNIDADE	TERMÔMETRO CLÍNICO DIGITAL EQUIPADO COM INDICADOR SONORO, QUE ALERTA QUANDO OBTÉM O RESULTADO DA MEDIÇÃO DA TEMPERATURA,	5906
576	1	UNIDADE	TERMOMETRO CLINICO PRISMATICO CX COM 24UN	5907
577	25	UNIDADE	TERMOMETRO PARA CAIXA DE VACINA DIGITAL	5908
578	14	UNIDADE	TERMOSTATO DE AMBIENTE	5909
579	22	UNIDADE	TESOURA BUCK RETA 11CM	5910
580	17	UNIDADE	TESOURA CIRURGICA FINA RETA Nº 14	5911
581	17	UNIDADE	TESOURA CIRÚRGICA RETA FINA 17CM	5912
582	47	UNIDADE	TESOURA IRIS RETA PARA RETIRADA DE PONTO Nº 12	5913
583	17	UNIDADE	TESOURA MAYO CURVA 17CM	5914
584	17	UNIDADE	TESOURA MAYO RETA 17CM	5915
585	19	UNIDADE	TESOURA RETA 18 CM	5916
586	19	UNIDADE	TESOURA SPENCER PARA RETIRADA DE PONTO Nº 09	5917
587	1500	CX	TIRAS TESTE PARA DETERMINAÇÃO DE GLICEMIA ACCU-CHEK ACTIVE, CAIXA COM 50 TIRAS, COM CHIP CÓDIGO. DEVENDO A EMPRESA VENCEDORA DO ÍTEM FORNECER OS APARELHO EM COMODATO.	5918
588	67	UNIDADE	TUBO SILICONE	5919
589	18	UNIDADE	UMIDIFICADOR PARA OXIGENIO	5920
590	368	UNIDADE	VITAMINA K ( KANAKION) (IM)	5921
591	29	KIT	IONÔMERO DE VIDRO LÍQUIDO E PÓ FOTOPOLIMERIZÁVEL	5922
592	43	UN	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 02: FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	5923
593	43	UN	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 04: FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	5924
594	43	UN	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 06: FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	5925
595	33	UN	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 08: FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	5926
596	3	UN	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO KG SORESENSEN 1011: FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	5927
597	53	UN	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO KG SORESENSEN 1014 HL: FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	5928
598	33	UN	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO KG SORESENSEN 1090: FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	5929
599	53	UN	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO KG SORESENSEN 1093: FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	5930

600	38	UN	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO KG SORENSEN 2135 F: FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	5931
601	43	UN	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO KG SORENSEN 2135: FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	5932
602	53	UN	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO KG SORENSEN 3118 F: FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	5933
603	53	UN	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO KG SORENSEN 3195: FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	5934
604	2	UN	CURETA 7-8 MILLENNIUM CABO OCO: PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 304 E AISI 420 TAMANHO: 17 CM.	5935
605	7	UN	CURETA GRACEY 11-12 MILLENNIUM CABO OCO: PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 304 E AISI 420 TAMANHO: 17 CM.	5936
606	2	UN	CURETA GRACEY 13-14 MILLENNIUM CABO OCO: PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 304 E AISI 420 TAMANHO: 17 CM.	5937
607	2	UN	CURETA GRACEY 5-6 MILLENNIUM CABO OCO: PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 304 E AISI 420 TAMANHO: 17 CM.	5938
608	7	UN	CURETA MC CALL 13-14 MILLENNIUM: PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 304 E AISI 420. SÃO PONTIAGUDAS E A PARTE ATIVA CORTA DOS DOIS LADOS.	5939
609	15	UN	DESCOLADOR MOLT 2/4 MILLENNIUM CABO OCO/AÇO INOX: PRODUZIDO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 304 E AISI 420, TAMANHO: 17 CM.	5941
610	12	UN	DESCOLADOR MOLT 2-4 QUINELATO: PRODUZIDO EM AÇO INOXIDÁVEL	5942
611	10	UN	DESCOLADOR MOLT 9 DELICADO QUINELATO: PRODUZIDO EM AÇO INOXIDÁVEL	5943
612	14	UN	DESCOLADOR MOLT 9 MILLENNIUM CABO OCO/AÇO INOX: PRODUZIDO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 304 E AISI 420, TAMANHO: 17 CM.	5944
613	2	UN	ESCAVADOR DE DENTINA 17: AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL, CABO OITAVADO.	5945
614	2	UN	ESCAVADOR DE DENTINA 17L/18L: AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL, CABO OITAVADO.	5946
615	4	UN	ESCAVADOR DE DENTINA 18: AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL, CABO OITAVADO.	5947
616	25	UN	IONÔMERO DE VIDRO RESTAURADOR FOTOPOLIMERIZÁVEL KIT PÓ + LÍQUIDO. TRIPLA PRESA: FOTOPOLIMERIZÁVEL, AUTOPOLIMERIZÁVEL E REAÇÃO ÁCIDO-BASE DO IONÔMERO DE VIDRO. POLIMERIZAÇÃO GARANTIDA EM QUALQUER SITUAÇÃO CLÍNICA, MESMO COM AUSÊNCIA DE LUZ.	5948
617	9	UN	KIT ESCOVAS ESPECIAIS AMERICAN BURS : O KIT CONTÉM: 5 ESCOVAS CARBETO DE SILÍCIO; 2 ESCOVAS DE ALÚMINA; 1 ESCOVA ROBSON; 1 ESCOVA DE FELTRO; 1 ESCOVA DE ALGODÃO. ACOMPANHA UM BROQUEIRO AUTOCLAVÁVEL DE 75 FUROS.	5949
618	290	CX	LUVA NITRÍLICA P/ PROCEDIMENTO – BLUE/BLACK EP: EMBALAGEM C/ 100 UNIDADES (50 PARES).	5950
619	15	UN	PONTA ASTROBRUSH REGULAR CUP: ESCOVA IMPREGNADA EM CARBETO DE SILÍCIO	5951
620	6	UN	RESINA COMPOSTA UNIVERSAL FOTOPOLIMERIZÁVEL DE MICROGLASS, RADIOPACA, PRODUZIDA COM BASE EM BIS-GMA, CONTÉM 58% DO SEU VOLUME DE PARTÍCULAS DE CARGA - VIDRO BÁRIO ALUMÍNIO FLUORETADO (0,02–2 MM) - DIÓXIDO DE SILÍCIO ALTAMENTE DISPERSO (0,02–0,07 MM). A3	5954
621	16	UN	RESINA COMPOSTA UNIVERSAL PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES (FILTEK™ Z250 XT): MICROHÍBRIDO COM NANOPARTÍCULAS. CARGA INORGÂNICA EM ZIRCÔNIA E SÍLICA COM ELEVADAS PROPRIEDADES MECÂNICAS E ALTA RESISTÊNCIA AO DESGASTE. QUANTIDADE DE PARTÍCULAS INORGÂNICAS É 60% EM VOLUME (SEM TRATAMENTO COM SILANO) COM TAMANHOS DE PARTÍCULA VARIÁVEIS ENTRE 0,01 E 3,5 µm. CONTENDO AS RESINAS BIS-GMA, UDMA E BIS-EMA. A1	5957
622	26	UN	RESINA COMPOSTA UNIVERSAL PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES (FILTEK™ Z250 XT): MICROHÍBRIDO COM NANOPARTÍCULAS. CARGA INORGÂNICA EM ZIRCÔNIA E SÍLICA COM ELEVADAS PROPRIEDADES MECÂNICAS E ALTA RESISTÊNCIA AO DESGASTE. QUANTIDADE DE PARTÍCULAS INORGÂNICAS É 60% EM VOLUME (SEM TRATAMENTO COM SILANO) COM TAMANHOS DE PARTÍCULA VARIÁVEIS ENTRE 0,01 E 3,5 µm. CONTENDO AS RESINAS BIS-GMA, UDMA E BIS-EMA. A2	5958
623	21	UN	RESINA COMPOSTA UNIVERSAL PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES (FILTEK™ Z250 XT): MICROHÍBRIDO COM NANOPARTÍCULAS. CARGA INORGÂNICA EM ZIRCÔNIA E SÍLICA COM ELEVADAS PROPRIEDADES MECÂNICAS E ALTA RESISTÊNCIA AO DESGASTE. QUANTIDADE DE PARTÍCULAS INORGÂNICAS É 60% EM VOLUME (SEM TRATAMENTO COM SILANO) COM TAMANHOS DE PARTÍCULA VARIÁVEIS ENTRE 0,01 E 3,5 µm. CONTENDO AS RESINAS BIS-GMA, UDMA E BIS-EMA. A3,5	5959
624	11	UN	RESINA COMPOSTA UNIVERSAL PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES (FILTEK™ Z250 XT): MICROHÍBRIDO COM NANOPARTÍCULAS. CARGA INORGÂNICA EM ZIRCÔNIA E SÍLICA COM ELEVADAS PROPRIEDADES MECÂNICAS E ALTA RESISTÊNCIA AO DESGASTE. QUANTIDADE DE PARTÍCULAS INORGÂNICAS É 60% EM VOLUME (SEM TRATAMENTO COM SILANO) COM TAMANHOS DE PARTÍCULA VARIÁVEIS ENTRE 0,01 E 3,5 µm. CONTENDO AS RESINAS BIS-GMA, UDMA E BIS-EMA. OA3	5960
625	51	UN	DÍGLICONATO DE CLOREXIDINA 2%: FRASCO COM 1 LITRO (RIOHEX 2%)	5962
626	55	UN	CLOREXEDINA 0,2% PARA USO EXTERNO, (RIOHEX 0,2%): FRASCO COM 1 LITRO, DERMÓ SUAVE, SOLUÇÃO AQUOSA	5963
627	54	UN	ADESIVO DENTÁRIO FOTOPOLIMERIZÁVEL ADPER SINGLE BOND 6G	5964

628	22	CX	ANESTÉSICO LOCAL ARTICAÍNA 4% + EPINEFRINA 1:100.000. CAIXA COM 50 TUBETES DE CRISTAL	5965
629	50	CX	ANESTÉSICO LOCAL SEM VASOCONSTRITOR LIDOCAÍNA 2%. CAIXA COM 50 TUBETES DE CRISTAL	5966
630	5	UN	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 319F INOXIDÁVEL, DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTE, PARA ACABAMENTO.	5968
631	5	UN	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº3082FG INOXIDÁVEL, DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTE, PARA ACABAMENTO.	5969
632	13	UN	BROCA ZECRYA CIRÚRGICA ALTA ROTAÇÃO LONGA	5970
633	30	UN	BROCA ZECRYA CIRÚRGICA ALTA ROTAÇÃO CURTA	5971
634	12	UN	BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA FG SORENSE Nº1095	5972
635	12	UN	BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA FG SORENSE Nº1092	5973
636	22	UN	CABO PARA ESPELHO BUCAL Nº5	5974
637	5	UN	DISCO DE CARBURUNDUN	5975
638	21	UN	ENDO ICE SPRAY 200ML	5976
639	10	UN	EVIDENCIADOR DE PLACA BACTERIANA A BASE DE FUCSINA BÁSICA 500ML	5977
640	32	CX	FIO SUTURA SEDA-SILK PRETA TRANÇADA 3-0 (45CM). AGULHA X-17 1/2 17MM ESTÉRIL. CAIXA COM 24 UNIDADES	5978
641	30	CX	FIO SUTURA SEDA-SILK PRETA TRANÇADA 4-0 (45CM). AGULHA X-17 1/2 17MM ESTÉRIL. CAIXA COM 24 UNIDADES	5979
642	4	UN	FORCEPS INFANTIL Nº151	5980
643	3	UN	FRESA BROCA MAXICUT	5981
644	26	KIT	KIT ACABAMENTO E POLIMENTO PARA RESINA COMPOSTA TIPO ENHANCE . KIT COM 07 PONTAS SORTIDAS	5982
645	9	CX	LIMA FLEX FILE (CALIBRE) 15 21MM. CAIXA COM 06 UNIDADES	5983
646	5	CX	LIMA FLEX FILE (CALIBRE) 20 21MM. CAIXA COM 06 UNIDADES	5984
647	5	CX	LIMA FLEX FILE (CALIBRE) 15 25MM. CAIXA COM 06 UNIDADES	5985
648	4	PCT	PEDRA POMES. PACOTE COM 1KG	5986
649	2	UN	PONTAS PARA ULTRASSON ODONTOLÓGICO COMPATÍVEL COM O APARELHO JETLAXIS SCHUSTER TIPO T1-5	5987
650	7	UN	LÍQUIDO PARA ACRÍLICO AUTOPOLIMERIZÁVEL (LÍQUIDO MONÔMERO METIL METACRILATO E DMT) DE 120ML UN	5992
651	5	UN	FRESA PARA ACRÍLICO PEÇA DE MÃO (PM) FORMA DE CHAMA, GRANULAÇÃO FINA VERMELHA	6002
652	7	UN	TESOURA GOLDMANN FOX RETA 13MM	6014
653	12	UN	PINÇA HEMOSTÁTICAS HALSTEAD- MOSQUITO	6015
654	12	UN	PINÇA HEMOSTÁTICA CRILE 14 CM	6016
655	7	UN	TESOURA GODMANN FOX CURVA (SERRILHADA)13CM	6017
656	5	UN	ALVEOLÓTOMO CURVO DE LUER	6018
657	15	UN	TESOURA ÍRIS CURVA 12CM	6019
658	10	UN	DESCOLADOR DE MOLT TIPO CURETA Nº2/4	6024
659	15	UN	COLGADURAS INDIVIDUAIS PARA REVELAÇÃO DE RADIOGRAFIAS	6027
660	10	UN	CUBAS DE AÇO INOXIDÁVEL DE APROX. 9 CM DE DIÂMETRO X 4 CM DE ALTURA (240 ML).	6028
661	13	UN	FIO DE SUTURA SEDA Nº 4.0, AGULHA DE 1/2CIRC. E 1,5 CM DE COMP. (SECÇÃO TRIANGULAR □)	6029
662	13	UN	FIO DE SUTURA DE NYLON Nº 4.0, AGULHA DE 1/2CIRC. E 1,5 CM DE COMP. (SECÇÃO TRIANGULAR □)	6030
663	352	UN	ASPIRADOR CIRÚRGICO EMBALADO INDIVIDUALMENTE, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL E ATÓXICO.TUBO COM EXCLUSIVA CURVATURA CONFECCIONADO EM PVC RÍGIDO. DIÂMETRO DO TUBO: 5MM. PONTEIRAS E PORTA-FILTRO CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE. DIÂMETRO DAS PONTEIRAS: 2,5MM E 3,0MM.	6031
664	2	UN	AGULHA GENGIVAL LONGA DESCARTAVEL, 27G DIAMETRO DE 0,40MM E COMPRIMENTO DE 30MM	6032
665	5	UN	PORTA AGULHA TIPO CASTROVIEJO EM AÇO INOX 14CM	6033
666	2	UN	ESCAVADORES DUPLOS DE DENTINA Nº 11,5	6034
667	2	UN	ESCAVADORES DUPLOS DE DENTINA Nº 14	6036
668	9	UN	PONTAS DE SILICONE PARA POLIMENTO DE RESINA COMPOSTA SÉRIES CINZA, VERDE E ROSA	6038
669	2	UN	DISCOS SEQUENCIAIS SOF-LEX POP-ON - XT (DISCOS LARANJA ESCURO E VERMELHO)	6039
670	8	UN	MANDRIL PARA DISCOS SOF LEX POP ON	6040
671	7	UN	PINÇA DE MILLER.	6042
672	5	UN	PINCÊIS DE PELO DE MARTA Nº00	6043
673	10	UN	POTES DE DAPEN DE SILICONE	6044
674	10	UN	POTES DE DAPEN DE VIDRO	6045
675	2	UN	AFASTADOR LABIAL ESPANDEX (AFASTADOR DE LÁBIOS E BOCHECHA), FLEXÍVEL E AUTOCLAVAVEL	6047
676	4	UN	ESPÁTULAS DE RESINA COMPOSTA DE TITÂNIO, PONTA ATIVA BANHADA EM NITRETO DE TITÂNIO	6048
677	7	UN	ESPATULA PARA RESINA COM CALCADOR DE SILICATO	6049
678	7	UN	ESPATULA PARA RESINA FLEXÍVEL. PRODUZIDO EM LIGA DE AÇO INOXIDÁVEL FLEXÍVEL DE ALTA QUALIDADE. CABO EM ALUMÍNIO ANODIZADO. AUTOCLAVÁVEL. Nº5 E Nº 7	6050
679	4	UN	FIOS RETRATOES Nº 000 Nº 00 Nº 0	6052
680	20	UN	BROCAS ESFÉRICAS DE ALTA ROTAÇÃO TIPO CARBIDE HASTE LONGA, Nº 2 E 4	6056



681	40	UN	BROCAS ESFÉRICAS DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADAS HASTE LONGA , Nº 1016	6058
682	115	UN	BROCA ESFÉRICA DE BAIXA ROTAÇÃO DE HASTE LONGA Nº 4 E 6	6060
683	1	UN	BROCAS DE GATES GLIDDEN Nº1, 2, 3 E 4 – DE 28 MM	6062
684	1	UN	LIMAS TIPO K DE 21 MM – 2ª SÉRIE (45-80)	6068
685	1	UN	LIMAS TIPO K DE 25 MM – 2ª SÉRIE (45-80)	6069
686	1	UN	LIMAS TIPO K DE 31 MM – 2ª SÉRIE (45-80)	6070
687	5	UN	PONTAS DE PAPEL ABSORVENTE 15-40	6073
688	5	UN	PONTAS DE PAPEL ABSORVENTE 45-80	6074
689	10	UN	BARREIRA GENGIVAL TOP DAM. EMBALAGEM C/ 1 SERINGA C/ 2G, 3 PONTEIRAS PARA APLICAÇÃO DO PRODUTO, COR AZUL	6078
690	10	CX	SUGADOR DESCARTÁVEL PARA ENDODONTIA COM 20 UN. TUBO CONFECCIONADO EM PVC, TRANSPARENTE E ATÓXICO. ARAME EM AÇO ESPECIAL, DESENVOLVIDO PARA FIXAÇÃO IMEDIATA NA POSIÇÃO DESEJADA. PONTEIRA CONFECCIONADA EM PVC MACIO, ATÓXICO, COLORIDO, VAZADA E AROMATIZADA ARTIFICIALMENTE TUTTI-FRUTTI.	6079
691	220	UN	SUGADOR ODONTOLÓGICO DESCARTÁVEL COM 40 UN. TUBO CONFECCIONADO EM PVC, TRANSPARENTE E ATÓXICO; ARAME EM AÇO ESPECIAL, DESENVOLVIDO PARA FIXAÇÃO IMEDIATA NA POSIÇÃO DESEJADA; PONTEIRA CONFECCIONADA EM PVC MACIO, ATÓXICO, COLORIDO, VAZADA E AROMATIZADA ARTIFICIALMENTE TUTTI-FRUTTI.	6081
692	20	UN	DISCO DE CARBURUNDUM	6095
693	20	UN	MANDRIL PARA DISCO CARBURUNDUM	6096
694	10	UN	ESPÁTULA PARA GESSO	6100
695	2	UN	PINCEL Nº 8 CHATO	6104
696	45	UN	BABADOR IMPERMEÁVEL DESCARTÁVEL MEDINDO 32CM X 47CM.	6105
697	21	UN	MOLDEIRA TOTAL LISA ADULTO EM INOX TIPO VERNES	6107
698	20	UN	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA ADULTO EM INOX TIPO VERNES	6108
699	60	UN	BOBINA DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO 50MMX100M	6109
700	56	UN	BOBINA DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO 100MMX100M	6110
701	61	UN	BOBINA DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO 150MMX100M	6111
702	61	UN	BOBINA DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO 200MMX100M	6112
703	51	UN	BOBINA DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO 300MMX100M	6113
704	1	UN	CÂMARA ESCURA PARA REVELAÇÃO DE RX	6114
705	5	UN	RESINA NANOPARTICULADA UNIVERSAL DENTINA. SERINGA COM 4G. FILTEK Z350 XT A2 DENTINA E A4 DENTINA	6116
706	5	UN	RESINA MICROHÍBRIDA. DENTES POSTERIORES. SERINGA COM 4G. FILTEK P60. COR A3 E B2	6117
707	1	UN	RESINA MICROHÍBRIDA UNIVERSAL. SERINGA COM 4G. FILTEK Z250 XT A2 E A4	6118
708	25	UN	TIRA DE LIXA PARA ACABAMENTO E POLIMENTO EM SUPERFÍCIES PROXIMAIS DE RESTAURAÇÕES REALIZADAS COM RESINA COMPOSTA E IONÔMERO DE VIDRO.	6120
709	7	UN	CANETA DE ALTA ROTAÇÃO EXTRATORQUE 605C ENCAIXE: BORDEN;SPRAY TRIPLO; ROTAÇÃO DE 380.000 RPM; FIXAÇÃO DA BROCA: PUSH BUTTON;	6121
710	4	UN	ANESTESICO LOCAL ARTICAINA 4% + EPINEFRINA 1:100:000, TUBETE DE CRISTAL CONTENDO 50 TUBETES DE 1,8ML CADA	6122
711	4	UN	CONTRA ANGULO 500 SISTEMA SACA BROCAS. POSSUI GIRO LIVRE DE 360º. USO COM MICRO MOTOR PNEUMÁTICO. ACOPLAMENTO INTRAMATIC. SPRAY EXTERNO. UTILIZA BROCAS PM DE 2,35MM E BROCAS DE ALTA ROTAÇÃO DE 1,6MM (COM UTILIZAÇÃO DO ACESSÓRIO MANDRIL). BAIXO NÍVEL DE RUÍDO E VIBRAÇÃO. MÍNIMO DE 5.000 RPM E MÁXIMO DE 20.000 RPM.	6123
712	4	UN	MICROMOTOR 500 ACOPLAMENTO BORDEN INTRAMATIC. SPRAY INTERNO. ROTAÇÃO DE 5.000 A 20.000 RPM. FÁCIL MANUSEIO; PERMITE GIRO LIVRE DE 360º. BAIXO NÍVEL DE RUÍDO E VIBRAÇÃO.	6125
713	12	UN	PINÇA HADSON COM SERRILHA 12 CM	6127
714	9	UN	PINÇA ANATÔMICA COM SERRILHA 12 CM	6128
715	7	UN	PINÇA ANATÔMICA DELICADA CURVA OU RETA 10 CM	6129
716	19	UN	PINÇA CRILE RETA E CURVA	6131
717	24	UN	TESOURA METZEMBAUM CURVA 12 CM	6132
718	24	UN	TESOURA METZEMBAUM CURVA 15 CM	6133
719	24	UN	TESOURA METZEMBAUM RETA 12 CM	6134
720	4	UNIDADE	BRUNIDOR CRÔNICO Nº 26/27S (2,1 MM/1,3MM) – BRUNIDOR PARA ESCULTURA DENTÁRIA	6135
721	4	UNIDADE	ESPÁTULA CERÂMICA ALMORE- DOURADA	6136
722	4	UNIDADE	ESPÁTULA CERÂMICA ALMORE- VERDE	6137
723	4	UN	ESPÁTULA DUPLA (ESPÁTULA DE RESINA) – 3046	6138
724	4	UN	ESPÁTULA DUPLA (ESPÁTULA DE RESINA) – 3058	6139
725	4	UN	ESPÁTULA DUPLA (ESPÁTULA DE RESINA) – 3064	6140
726	4	UN	ESPÁTULA DUPLA SUPRAFIL MILLENNIUM ½ PRODUZIDO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 304. TAMANHO 15CM.	6141
727	4	UN	ESPÁTULA PARA RESINA HOLLEMBACK	6142
728	4	UN	ESPÁTULA PARA RESINA SD - 4	6143
729	4	UN	ESPÁTULA PARA RESINA SUPRAFIL - 6	6144

730	4	UN	ESPÁTULA PARA RESINA SUPRAFIL FLEXÍVEL AZUL – 1	6145
731	4	UN	ESPÁTULA PARA RESINA SUPRAFIL FLEXÍVEL ROSA - 1	6146
732	30	UN	IONÔMETRO DE VIDRO RESTAURADOR KIT PÓ + LÍQUIDO. AUTOPOLIMERÁVEL. COMPOSIÇÃO APÓS A MISTURA DAS FASES: VIDRO DE ALUMINOFLUORSILICATO, ÁCIDO POLICARBOXILICO, ÁCIDO TARTÁRICO, FLUORETO DE CÁLCIO, RADIOPACIFICADORES E ÁGUA.	6147
733	50	UN	LUVA DE NITRIL PREMIUM QUALITY BLACK - EP	6148
734	5	UN	MICROCURT- KIT ARCO E REPOSIÇÃO	6149
735	10	UN	MICROCURT LIXA- REFIL: AÇO INOXIDÁVEL. DIAMANTE NATURAL. MICROCURT LIXA DIAMANTADA COM ESPESSURA DE 0,1MM. TAMANHO DA LIXA: 36 X 6MM.	6150
736	10	UN	MICROCURT SERRA – REFIL: AÇO INOXIDÁVEL. MICROCURT SERRA COM ESPESSURA DE 0,05MM. TAMANHO 3,7CM	6151
737	30	UN	RESINA COMPOSTA UNIVERSAL PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES A3 (FILTEK Z250 XT): MICROHÍBRIDO COM NANOPARTÍCULAS. CARGA INORGÂNICA EM ZIRCÔNIA E SÍLICA COM ELEVADAS PROPRIEDADES MECÂNICAS E ALTA RESISTÊNCIA AO DESGASTE. QUANTIDADE DE PARTÍCULAS INORGÂNICAS É 60% EM VOLUME (SEM TRATAMENTO SILANO) COM TAMANHO DE PARTÍCULAS VARIÁVEIS ENTRE 0,01 E 3,5 UM. CONTENDO AS RESINAS BIS-GMA, UDMA E BIS-EMA- A3.	6152
738	10	UN	SUGADOR DE SANGUE METAL CURVO: SUGADOR DESCARTÁVEL ESTERILIZADO COM 20 UNIDADES. DESCARTÁVEL; ATÓXICO; CORPO PRINCIPAL (TUBO): COMPOSTO DE PVC RÍGIDO; PONTEIRAS: POLIETILENO ALTA DENSIDADE.	6153
739	20	UN	TIRA DE LIXA ABRASIVA EM AÇO – 6MM, FABRICADAS EM AÇO INOX. TAMANHO: 125MM X 6MM X 0,12MM.	6154
740	15	PACOTE	ELETRODO DESCARTÁVEL PARA ELETROCARDIOGRAMA (ECG): MODELO MSGST-06 DISPOSITIVOS UTILIZADOS PARA REALIZAÇÃO DE ELETROCARDIOGRAMA, MONITORIZAÇÃO ELETROCARDIOGRÁFICA; MODELO MSGST-06, ADULTO/INFANTIL, FABRICADO EM GEL SÓLIDO. TAMANHO 44 X 32MM, RETANGULAR. PRODUTO DE USO ÚNICO, DESCARTÁVEL, NÃO ESTÉRIL; COM ADERÊNCIA EFICIENTE DE LONGA DURAÇÃO (72 HORAS); GEL MÉDICO SÓLIDO CONDUTOR; PINO E CONTRA-PINO; AUTOADESIVO HIPOALÉRGICO; FITA PLÁSTICA RÍGIDA QUE PROTEGE O GEL E O ADESIVO; GEL SÓLIDO QUE PROPORCIONA CONDUTIBILIDADE EFICAZ, REDUZINDO RISCO DE INTERFERÊNCIA. PACOTES INDIVIDUAIS COM 50 UNIDADES, CAIXA COM 500 UNIDADES.	6155
741	230	CX	LUVA DE VINIL SEM TALCO, TAMANHO P: LUVA DE SEGURANÇA, INTEIRAMENTE CONFECCIONADA EM LÁTEX NITRÍLICO HIPOALERGÊNICO, COM 240MM DE COMPRIMENTO TOTAL, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, NÃO ESTÉRIL, PODENDO OU NÃO, TER FACE EXTERNA ANTIDERRAPANTE NA PALMA, DORSO E PUNHO LIGEIRAMENTE ASPERADOS EM RELEVO; INTERNAMENTE LISA, COM VIOLA NO PUNHO E NA MODELAGEM AMBIDESTRA, EM ADIÇÃO DE PÓ ABSORVÍVEL (SEM TALCO), DESCARTÁVEL APÓS USO. CAIXA COM 100 UNIDADES	6156
742	260	CX	LUVA DE VINIL SEM TALCO, TAMANHO M: LUVA DE SEGURANÇA, INTEIRAMENTE CONFECCIONADA EM LÁTEX NITRÍLICO HIPOALERGÊNICO, COM 240MM DE COMPRIMENTO TOTAL, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, NÃO ESTÉRIL, PODENDO OU NÃO, TER FACE EXTERNA ANTIDERRAPANTE NA PALMA, DORSO E PUNHO LIGEIRAMENTE ASPERADOS EM RELEVO; INTERNAMENTE LISA, COM VIOLA NO PUNHO E NA MODELAGEM AMBIDESTRA, EM ADIÇÃO DE PÓ ABSORVÍVEL (SEM TALCO), DESCARTÁVEL APÓS USO. CAIXA COM 100 UNIDADES	6157
743	80	CX	LUVA DE VINIL SEM TALCO, TAMANHO G: LUVA DE SEGURANÇA, INTEIRAMENTE CONFECCIONADA EM LÁTEX NITRÍLICO HIPOALERGÊNICO, COM 240MM DE COMPRIMENTO TOTAL, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, NÃO ESTÉRIL, PODENDO OU NÃO, TER FACE EXTERNA ANTIDERRAPANTE NA PALMA, DORSO E PUNHO LIGEIRAMENTE ASPERADOS EM RELEVO; INTERNAMENTE LISA, COM VIOLA NO PUNHO E NA MODELAGEM AMBIDESTRA, EM ADIÇÃO DE PÓ ABSORVÍVEL (SEM TALCO), DESCARTÁVEL APÓS USO. CAIXA COM 100 UNIDADES	6158
744	6	UN	HISTERÔMETRO DE COLLIN: 28 CM, PARA GINECOLOGIA. PRODUTO CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL.	6159
745	28	UN	CAIXA PORTA LÂMINAS EM PLÁSTICO: (TIPO MALETA) INDICADO PARA ARMAZENAMENTO DE LÂMINAS MICROSCÓPICAS 26 X 76MM.	6160
746	33	UN	RIOHEX 2%, SOLUÇÃO DEGERMANTE: INDICADO PARA ANTISSEPISIA DA PELE NO PRÉ-OPERATÓRIO. COMPOSIÇÃO: DIGLICONATO DE CLOREXIDINA 2% COM TENSOATIVOS. ANTISSÉPTICO TÓPICO. EMBALAGEM COM 1 LITRO.	6161
747	50	UN	RIOHEX CLOREXIDINA 0,2%: DERMO SUAVE SOLUÇÃO AQUOSA 1 LITRO. COMPOSIÇÃO: DIGLICONATO DE CLOREXIDINA 2% COM TENSOATIVOS. INDICADA COMO ANTISSÉPTICO TÓPICO, ANTISSEPISIA DA PELE NO PRÉ-OPERATÓRIO.	6162
748	6	UN	DETECTOR FETAL PORTÁTIL DIGITAL. COM BATERIA RECARREGÁVEL FD 200D: DOPPLER FETAL DE ALTA PERFORMANCE QUE SATISFAZ AS EXIGÊNCIAS PARA EXAME DE FHR EM HOSPITAIS, CLÍNICAS, COMUNIDADES E DOMICILIAR.	6163
749	3	UN	CURETA DE CERUME RETA: INSTRUMENTO CIRÚRGICO NÃO ARTICULADO, NÃO CORTANTE. UTILIZADO PARA EXTRAÇÃO DE CERUME. PRODUZIDO EM AÇO INOXIDÁVEL.	6164
750	3	UN	CURETA DE CERUME EM BAIONETA: INSTRUMENTO CIRÚRGICO NÃO ARTICULADO, NÃO CORTANTE. UTILIZADO PARA EXTRAÇÃO DE CERUME. PRODUZIDO EM AÇO INOXIDÁVEL.	6165
751	3	UN	CURETA E CERUME DE ARAME: INSTRUMENTO CIRÚRGICO NÃO ARTICULADO, NÃO CORTANTE. UTILIZADO PARA EXTRAÇÃO DE CERUME. PRODUZIDO EM AÇO INOXIDÁVEL.	6166
752	5	UN	MINI INCUBADORA PARA TESTES BIOLÓGICOS	6167
753	8	UN	CAVITINE (VERNIZ CAVITÁRIO).	6168

754	7	UN	BALANÇA DIGITAL C/ BLUETOOTH E BIOIMPEDÂNCIA 180KG PRETA - CARACTERÍSTICAS: PLATAFORMA DE VIDRO TEMPERADO DE 6MM; 4 SENSORES DE PESO (ALTA PRECISÃO NOS VALORES EXIBIDOS); CAPACIDADE: 180KG; LIGA E DESLIGA AUTOMATICAMENTE; VISOR BLACKDESIGN; MODO DE PESAGEM COM BEBÊ; PLATAFORMA DE 31X31CM; ALERTA DE BATERIA COM POUCA CARGA; ALERTA DE SOBRECARGA NA PLATAFORMA; ALIMENTAÇÃO: 4 PILHAS AAA; TRANSMISSÃO DE DADOS VIA BLUETOOTH; RELÓGIO; MULTIFUNÇÃO: MEDE A % DE GORDURA NO CORPO, % DE HIDRATAÇÃO DO CORPO, % DE MÚSCULO DO CORPO, % DE OSSOS DO CORPO E SUGERE A QUANTIDADE DE CALORIAS NECESSÁRIAS; ITENS INCLUSOS: 01 BALANÇA, 04 PILHAS AAA E 01 MANUAL.	6169
755	8	UN	BENGALA TIPO INTERROGAÇÃO - TAMANHO ÚNICO E REGULÁVEL: DE 83CM À 103CM; CORDÃO DE SEGURANÇA; ESPAÇO P/ APOIO DAS 02 MÃOS; COR: PRATA.	6170
756	3	UN	CADEIRA DE BANHO P/ OBESO - CONSTRUÍDA EM AÇO CARBONO; ESTRUTURA EM MONOBLOCO FIXA; ACOPLA-SE AO VASO SANITÁRIO; PINTURA ELETROSTÁTICA EPÓXI; APOIO DE PÉ RETRÁTIL; FREIOS BILATERAIS DIANTEIROS; APOIO DE BRAÇOS FIXOS; LARGURA DO ASSENTO: 50CM; CAPACIDADE: 130KG.	6171
757	5	UN	CADEIRA DE BANHO - FABRICADA C/ TUBOS DE AÇO CARBONO; ESTRUTURA MONOBLOCO FIXA; ACOPLA AO VASO SANITÁRIO; APOIO DE BRAÇO FIXO C/ SUPORTE EM NYLON INJETADO; FREIOS BILATERAIS DIANTEIROS DE 6" FIXADAS C/ PORCA TRAVANTE (PARLOCK); RODAS TRASEIRAS DE 6" GIRATÓRIA FIXADAS C/ PORCA TRAVANTE (PARLOCK); C/ GARFO EM AÇO CARBONO ACHATADO E MACIÇO C/ EIXO VERTICAL, ENCOSTO C/ PUNHO TIPO BENGALA C/ MANOPLA; REVESTIMENTO EM CAPA IMPERMEÁVEL; ACABAMENTO EM PINTURA EPÓXI TEXTURIZADA (ELETROSTÁTICA); APOIOS FIXOS P/ BRAÇOS E PÉS; INDICADA P/ USUÁRIOS ATÉ 85KG.	6172
758	3	UN	CADEIRA DE RODAS P/ OBESO - FABRICADA EM TUBOS DE AÇO CARBONO REFORÇADO; ASSENTO E ENCOSTO EM NYLON DUPLO REFORÇADO COM LONA; PROTETOR DE ROUPAS; ESTRUTURA DOBRÁVEL EM DUPLO "X"; FREIOS BILATERAIS COM REGULAGEM; ARO IMPULSOR BILATERAL EM NYLON COM 08 PONTOS DE FIXAÇÃO; APOIOS P/ OS BRAÇOS ESCAMOTEÁVEIS EM NYLON INJETADO; APOIOS P/ OS PÉS REMOVÍVEIS E COM REGULAGEM DE ALTURA; APOIO P/ A PERNA ELEVÁVEL E REGULÁVEL; RODAS DIANTEIRAS ARO 6 C/ PNEUS MACIÇOS; RODAS TRASEIRAS ARO 24 EM NYLON INJETADO C/ FIBRA C/ OITO RAIAS, PNEUS INFLÁVEIS; GARFO EM AÇO CARBONO MACIÇO; PINTURA EPÓXI TEXTURIZADA (ELETROSTÁTICA); CAPACIDADE DE PESO: 150KG; LARGURA MÍNIMA DO ASSENTO: 60CM; PESO CADEIRA: 20 KG.	6173
759	3	UN	CADEIRA DE RODAS SIMPLES DOBRÁVEL C/ PNEU INFLÁVEL - POSSUI APOIO FIXO PARA OS BRAÇOS E ARTICULADOS PARA OS PÉS; RODAS DIANTEIRAS ARO 6 C/ PNEUS MACIÇOS; RODAS TRASEIRAS ARO 24 EM NYLON INJETADO C/ FIBRA C/ OITO RAIAS, PNEUS INFLÁVEIS; ; PROFUNDIDADE DO ASSENTO: 41CM; FABRICADA EM AÇO CARBONO, COM ASSENTO E ENCOSTO EM NYLON; POSSUI FREIOS BILATERAIS E ARO IMPULSOR BILATERAL; CAPACIDADE DE PESO: 100KG; COR: PRETA; LARGURA MÍNIMA DO ASSENTO: 40CM; PESO CADEIRA: 14KG.	6173
760	7	UN	CARRINHO COLETOR DE LIXO C/ TAMPAS 120 LITROS BRANCO - CARACTERÍSTICAS: FABRICADO COM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) VIRGEM. RODAS DO CARRINHO FEITAS COM BORRACHA MACIÇA; DIMENSÕES APROX.: 89,0X55X54,6CM; DADOS TÉCNICOS - CAPACIDADE EM KG: 48; CAPACIDADE EM LITROS: 120; PESO: 10KG.	6175
761	2	UN	CARRO DE EMERGÊNCIA - ESTRUTURA EM CHAPA DE AÇO, PINTURA EPÓXI; 03 GAVETAS SENDO A PRIMEIRA C/ DIVISÓRIAS P/ MEDICAMENTOS E OUTRAS DUAS, USO GERAL; SISTEMA DE TRAVAS NAS GAVETAS; SUPORTES P/ SORO, CILINDRO DE OXIGÊNIO, CARDIOVERSOR OU DESFIBRILADOR; TÁBUA P/ MASSAGEM CARDÍACA E TOMADA ELÉTRICA; RODÍZIOS DE 4" SENDO 2 C/ FREIOS EM DIAGONAL; PESO: 45KG; DIMENSÕES: 0,57X0,52X1,04; GARANTIA: CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	6176
762	4	UN	COLCHÃO PEDIÁTRICO DE BAIXA DENSIDADE - TAMANHO (CXLX): 114X58X6CM	6177
763	5	UN	DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO - RESISTENTE A IMPACTOS E VIBRAÇÕES; CLASSIFICAÇÃO IP56, CONTRA ENTRADA DE POEIRA E ÁGUA; BOTÕES: LIGA/DESLIGA E CHOQUE; CONECTIVIDADE: ARMAZENA ECG/EVENTOS E ENVIA ATRAVÉS DA PORTA USB PARA O COMPUTADOR. INFORMAÇÕES TÉCNICAS - TAMANHO: 20CMX18,4CMX4,8CM; PESO: 1,1KG (COM BATERIA PAD-PAK); ONDA BIFÁSICA DE CURVA DE PULSAÇÃO DE SAÍDA AUTOCOMPENSADORA (SCOPE); OPÇÕES DE ENERGIA - ADULTOS: 1º CHOQUE: 150J; 2º CHOQUE: 150J; A PARTIR DO 3º CHOQUE: 200J; CRIANÇAS: CHOQUE: 50J. MATERIAIS - GABINETE: ABS, SANTOPRENE; PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO COM COMPONENTES ELETRÔNICOS; BATERIA: DIÓXIDO DE LÍTIO E MANGANÊS (LIMNO2); ELETRODOS: HIDROGEL, PRATA, ALUMÍNIO E POLIÉSTER; GARANTIA: 10 ANOS.	6178
764	5	UN	DETECTOR FETAL (DOPPLER FETAL) DIGITAL PORTÁTIL - CARACTERÍSTICAS: TRANSDUTOR DE ALTA SENSIBILIDADE; COMPACTO, LEVE E DE FÁCIL OPERAÇÃO; ALTO FALANTE DE ALTA PERFORMANCE; DESIGN ERGONÔMICO E COMPARTIMENTO PARA TRANSDUTOR; ENTRADA PARA FONE DE OUVIDO, GRAVADOR OU COMPUTADOR; BOTÃO LIGA/DESLIGA, CONTROLE DE VOLUME E DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO; TELA DE LCD ILUMINADO (BACKLIGHT); 02 MODOS DE VISUALIZAÇÃO DA FCF - FREQUÊNCIA CARDÍACA FETAL: NUMÉRICA E GRÁFICA (CURVA FCF); ALARMES VISUAIS/SONOROS AJUSTÁVEIS E PROGRAMÁVEIS; INDICADOR DE BATERIA; FUNCIONAMENTO COM PILHAS ALCALINAS AA; GARANTIA DE 01 ANO.	6179



765	9	UN	FOCO CLÍNICO DE LUZ AUXILIAR LED PORTÁTIL - ALTA LUMINOSIDADE COM FOCO CONCENTRADO, SUPORTE FLEXÍVEL EM AÇO CROMADO, HASTES TELESCÓPICAS (PEDESTAL) EM ALUMÍNIO CROMADO P/ REGULAÇÃO DE ALTURA, BASE DE AÇO C/ PINTURA ELETROSTÁTICA (PREFERENCIALMENTE BRANCO), QUATRO RODÍZIOS P/ TRANSPORTE DO EQUIPAMENTO, CABO ELÉTRICO C/ DUPLA ISOLAÇÃO E COMPRIMENTO DE 03 METROS, PLUGUE E INTERRUPTOR ELÉTRICO (LIGA/DESLIGA) NO CORPO DO FOCO DE LUZ. POTÊNCIA: 3,0W; TENSÃO ELÉTRICA: 12V; LUMINOSIDADE: 270 LÚMENS; DURABILIDADE MÍNIMA: 30.000 HORAS; REGULAGEM DE ALTURA DE 1,00 À 1,35 METROS; FONTE DE TENSÃO NA ENTRADA: 85-265VCA - BIVOLT AUTOMÁTICO.	6180
766	11	UN	ESFIGMOMANÔMETRO ANERÓIDE VISOR DIGITAL - MÉTODO DE MEDIÇÃO AUSCULTATÓRIO, UTILIZA ESTETOSCÓPIO (NÃO INCLUSO); MEDIÇÃO ATRAVÉS DO MANDAU II; LIVRE DE MERCÚRIO E SEM ENGRENAGENS; PERA DE INFLAÇÃO E VÁLVULA METÁLICA DE DEFLAÇÃO OPERADAS MANUALMENTE; RESISTENTE; ANEL DE BORRACHA PARA MELHOR PROTEÇÃO DO MANÔMETRO; VISOR DE 32X32MM C/ RETROILUMINAÇÃO; ACESSÓRIOS ISENTOS DE LÁTEX (ANTIALÉRGICOS); CONECTOR P/ TROCA RÁPIDA DAS BRAÇADEIRAS; DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO APÓS 01 MINUTO; ALIMENTAÇÃO: 02 PILHAS AAA 3V DCI; GARANTIA: 02 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E 05 ANOS DE CALIBRAÇÃO; REGISTRO NA ANVISA.	6181
767	5	UN	INALADOR 4 SAÍDAS - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS - COMPRESSOR: TIPO PISTÃO AUTO LUBRIFICADO; LUBRIFICAÇÃO: ISENTA DE ÓLEO; VAZÃO LIVRE: 28 LITROS/MIN.; MOTOR: COMPACTO MONOFÁSICO; PRESSÃO MÁXIMA: 40 PSI; TENSÃO: 110/220V (BIVOLT AUTOMÁTICO); ACOMPANHA: 04 KITS DE NEBULIZAÇÃO COMPLETOS C/ COPO DOSADOR. COMPOSTO POR: 01 COPINHO, 01 MANGUEIRA, 01 MÁSCARA ADULTO, 01 MÁSCARA INFANTIL, 01 SUPORTE C/ RODÍZIOS; ALÇA P/ TRANSPORTE.	6182
768	5	UN	MEDIDOR DE ESTATURA PORTÁTIL (ESTADIÔMETRO) - BASE E PEÇAS EM ABS LEVE E ALTAMENTE RESISTÍVEL; AFERIÇÃO: 20CM À 200CM; GRADUAÇÃO: 0,1CM; PESO APROXIMADO: 2,6KG; COR BASE: PRETA; COR MEDIDOR DE ALTURA: CINZA OU BEGE; COR DA RÉGUA: BRANCA; DIMENSÕES DO PRODUTO (LXCXA): 36X67X13CM.	6183
769	2	UN	MESA ANTROPOMÉTRICA - ESMALTADA, PÉS COM PONTEIRAS DE BORRACHA, ESCALA DE 1,00 METRO; CURSOR REVESTIDO EM FÓRMICA LISA; MEDINDO 1,00X0,50X0,90CM	6184
770	2	UN	MESA DE EXAME CLÍNICO FIXA - SUPORTA ATÉ 150KG; CONSTRUÍDA EM AÇO CARBONO C/ LEITO REFORÇADO EM CHAPA DE MDF; SUPERFÍCIE C/ PINTURA APÓXI (COR BRANCA); COLCHONETE ESTOFADO 50MM, ESPUMA D23, COURVIN PRETO; PÉS COM PONTEIRAS DE BORRACHAS ANTIDERRAPANTE, CABECEIRA REGULÁVEL/ RECLINÁVEL EM 04 POSIÇÕES; DIMENSÕES MÍNIMAS (CXLXA): 180X60X70CM.	6185
771	2	UN	MESA GINECOLÓGICA SIMPLES - LEITO CONSTRUÍDO EM CHAPA DE AÇO, DIVIDIDO EM 03 PARTES (ASSENTO FIXO, CABECEIRA E PESEIRA REGULÁVEIS POR MEIO DE CREMALHEIRAS) E ESTOFADO COM ESPUMA D28 ANTIÁCARO E ANTIALÉRGICA EM COURVIN DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO; PÉS EM TUBOS DE AÇO E PONTEIRAS DE BORRACHA; TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO, ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, COM RESINA EPÓXI-POLIÉSTER E POLIMERIZADO EM ESTUFA, EXCELENTE RESISTÊNCIA QUÍMICA E MECÂNICA; DOTADA DE UMA GAVETA PARA DETRITOS; PORTA COXAS EM ALUMÍNIO FUNDIDO C/ ANEXOS EM INOX E REGULÁVEIS. DIMENSÕES APROX.: 0,50X1,85X0,80M	6186
772	2	UN	RAIO X ODONTOLÓGICO 70 KV DIGITAL C/ COLUMNA MÓVEL - PERMITE A OBTENÇÃO DE RADIOGRAFIAS COM QUALIDADE CONSTANTE E TEMPOS DE EXPOSIÇÕES EXATOS; EQUIPAMENTO COM COLIMADOR DE CHUMBO DE 1MM; FUNCIONAMENTO: 127 E 220 VOLTS (CONVERSÃO MANUAL); COMANDO ELETRÔNICO DIGITAL MICROPROCESSADO; CABEÇOTE DE RAIOS X COM AMPOLA IMERSA EM ÓLEO ISOLANTE ESPECIAL; CABO ESPIRADO COM DISPARADOR À DISTÂNCIA; ARTICULAÇÕES COM MOVIMENTOS DE 360º; PINTURA COM TINTA POLIURETANA; CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: REDE: 127-220V; INTENSIDADE DE CORRENTES NOMINAL: 12A (127V), 5,5A (220V); MODELO: 70 KV; TEMPO DE IRRADIAÇÃO: 0,05 À 3 SEG; INTENSIDADE DO TUBO: 8MA; FOCO: 0.8 X 0.8MM; GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	6187
773	2	UN	TALÍMETRO PEDIÁTRICO DE MESA	6188
774	1	UN	ULTRASSOM PIEZOELÉTRICO 32.000HZ E JATO DE BICARBONATO - APLICAÇÃO: PERIODONTIA, ENDODONTIA, DENTÍSTICA E PRÓTESE, PREPARAÇÃO CAVITÁRIA; RESERVATÓRIO DE BICARBONATO C/ AQUECIMENTO; TRANSDUTOR DO ULTRASSOM PIEZOELÉTRICO ATRAVÉS DE PASTILHAS CERÂMICAS COM FREQUÊNCIA DE 32.000HZ ESATBILIZADO ELETRONICAMENTE; PEÇA DE MÃO DO ULTRASSOM COM CAPA REMOVÍVEL E AUTOCLAVÁVEL; 05 NÍVEIS DE POTÊNCIA DO ULTRASSOM; TIPS (PONTAS) COM VÁRIOS MODELOS, ACOMPANHA O EQUIPAMENTO: PONTAS T1-S, T2-S, T3-S; CHAVE GERAL LUMINOSA LOCALIZADA NO PAINEL; ENTRADA DE AR E ÁGUA C/ BITOLAS DESIGUAIS, EVITANDO UMA POSSÍVEL LIGAÇÃO INVERTIDA; PEDAL DE ACIONAMENTO ÚNICO; ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: ALTURA SEM CANETA/COM CANETA: 11,7/12,9; LARGURA/COMPRIMENTO (CM): 21,8/22,0/ PESO LÍQUIDO: 03KG; PESO BRUTO: 04KG; FREQUÊNCIA DO ULTRASSOM: 32.000HZ; PRESSÃO DE ENTRADA DO AR: 60 PSI À 80 PSI; PRESSÃO DE ENTRADA DA ÁGUA: 14 PSI À 40 PSI; ALIMENTAÇÃO: BIVOLT 110V/220V; FREQUÊNCIA: 50/60HZ; FUSÍVEL: 1A 110V/220V; CONSUMO: 0,45A; GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	6189
775	150	UN	TIRAS REAGENTES PARA MEDIÇÃO DE GLICOSE COMPATÍVEL COM APARELHO G-TECH FREE LITE, CAIXA COM 50 UNIDADES	6190
776	13	UN	LÂMPADA INFRAVERMELHO PARA FISIOTERAPIA TERMOTERAPIA E FOTOTERAPIA 150W PAR 38. CAIXA COM 01 UNIDADE	6191
777	60	UN	SONDA FOLLEY 2 VIAS, COM BALÃO 5ML, COMPOSIÇÃO 100% LÁTEX, Nº 14	6192
778	100	UN	SONDA FOLLEY 2 VIAS, COM BALÃO 5ML, COMPOSIÇÃO 100% LÁTEX, Nº 16	6193
779	100	UN	SONDA FOLLEY 2 VIAS, COM BALÃO 5ML, COMPOSIÇÃO 100% LÁTEX, Nº 18	6194
780	100	UN	SONDA FOLLEY 2 VIAS, COM BALÃO 5ML, COMPOSIÇÃO 100% LÁTEX, Nº 20.	6195
781	60	PACOTE	LENÇO UMEDECIDO PARA BEBES TOQUE SUAVE PACOTE COM 50 LENÇOS	6196

782	60	PACOTE	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL COM ÓTIMA ABSORÇÃO TAMANHO P. PACOTE COM NO MINIMO 34UN	6197
783	60	PACOTE	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL COM ÓTIMA ABSORÇÃO TAMANHO RN. PACOTE COM NO MINIMO 20UN	6198
784	60	UN	CHUPETA PARA BEBÊ BICO ORTODÔNTICO	6199
785	60	UN	MAMADEIRA NATURAL 250 ML	6200
786	100	CX	PROTETOR OCULAR ADULTO - COM MALHA INTERNA ESPECIAL QUE IMPEDE TOTALMENTE A PASSAGEM DE LUZ, ADESIVO FLEXÍVEL E COLA ANTIALÉRGICA SUPERADERENTE. CAIXA COM 20 UNIDADES	6201
787	12	UN	PINÇA HADSON SEM DENTE 12CM	6202
788	80	UN	ÁLCOOL LÍQUIDO 96% 1 LITRO	6203
789	350	UN	DISPOSITIVO PARA EQUIPO DE SORO COM DUAS VIAS	6204
790	15	UN	MASCARA DE VENTURI ADULTO	6205
791	15	UN	MASCARA DE VENTURI INFANTIL	6206
792	20	UN	CABO BISTURI Nº 03	6207
793	540	UN	FITA MICROPORE 10X10 BRANCA COM CAPA	6208
794	5	CX	AMÁLGAMA 1 DOSE C/ 50 CÁPSULAS	6209
795	10	UN	BROCA CIRÚRGICA ESFÉRICA HASTE LONGA Nº 4	6210
796	5	UN	CABO P/ BISTURÍ EM AÇO INOXIDÁVEL Nº 3	6211
797	5	UN	CIMENTO OBTURADOR PROVISÓRIO 10G	6212
798	30	UN	COLETOR DE URINA E SECREÇÃO SISTEMA ABERTO TIPO GARRAFA 1.200ML	6213
799	5	UN	COMADRE TIPO PÁ EM AÇO INOX 2,5 LITROS	6214
800	5	UN	CURETA DE DENTINA Nº 17 - AÇO INOXIDÁVEL AISI-420	6215
801	5	FR	DIGLOCUNATO DE CLOREXIDINE À 0,12% C/ 1,1 LITRO	6216
802	5	UN	DISPOSITIVO P/ INCONTINÊNCIA URINÁRIA (URIPEN) TAMANHO 5	6217
803	42	PCT	ENVELOPE P/ ESTERILIZAÇÃO 15X30CM C/ 100 UNID	6218
804	300	UN	EQUIPO MACROGOTAS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL C/ CONECTOR ESCALONADO ESPECÍFICO P/ ADMINIS- TRAÇÃO DE SOLUÇÕES ENTERAIS	6219
805	54	UN	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL BRANCO 2,5CMX4,5M	6220
806	55	UN	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL BRANCO 5,0CMX4,5M	6221
807	5	PCT	EXTIRPA NERVOS SORTIDOS 21MM C/ 10 UNID	6222
808	1	CX	FIO DE SUTURA CATGUTE ABSORVIVEL 1-0 C/ AGULHA 3,0CM C/ 24 ENVELOPES	6223
809	15	UN	FIO DENTAL 300 METROS	6225
810	180	UN	FITA MICROPORE HIPOALÉRGICA 2,5CMX10M	6226
811	5	CX	FIXADOR P/ CATÉTER IV FIX C/ 100 UNI	6227
812	65	UN	FRASCO P/ NUTRIÇÃO ENTERAL - TAMPA C/ MEMBRANA PERFURÁVEL, ADAPTADAS AOS EQUIPOS DE ALI- MENTAÇÃO ENTERAL; FRASCO EM PE DE 300 ML GRADUADO C/ ESCALA DE 50ML; DISPOSITIVO P/ FIXAÇÃO EM SUPORTE; ATÓXICO; VOLUME: 300 ML.	6228
813	40	FR	GEL CONDUTOR P/ AUSCULTA DE BCF, TUBO DE 250ML	6229
814	2	UN	HISTERÔMETRO DE COLLIN GINECOLÓGICO 28CM	6230
815	15	UN	KIT DE NEBULIZAÇÃO CONTENDO MÁSCARA TAMANHO ADULTO, COPINHO E EXTENSOR C/ ACOPLAGEM EM ROSCA	6231
816	7	KIT	KIT CÂNULA DE GUEDEL Nº 0 À 5	6232
817	3	UN	LARINGOSCÓPIO INOX ADULTO COMPLETO C/ 03 LÂMINAS CURVAS (2/3 E 4)	6233
818	3	UN	LARINGOSCÓPIO INOX INFANTIL COMPLETO C/ 03 LÂMINAS RETAS (00, 0 E 1)	6234
819	10	UN	LENÇOL DE CAMURÇA P/ AMÁLGAMA	6235
820	10	UN	LIMA TIPO KERR Nº 15 21MM	6236
821	10	UN	LIMA TIPO KERR Nº 20 21MM	6237
822	8	FR	LUBRIFICANTE EM SPRAY P/ INSTRUMENTO DE ALTA E BAIXA ROTAÇÃO 200ML	6238
823	11	UN	MÁSCARA DE OXIGÊNIO DE ALTA CONCENTRAÇÃO INFANTIL C/ RESERVATÓRIO	6239
824	4	UN	NEGATOSCÓPIO CLÍNICO E ODONTOLÓGICO LED BIVOLT 01 CORPO - ESTRUTURA EM CHAPA DE AÇO 20; PARTE FRONTAL EM CHAPA DE ACRÍLICO PERMITINDO LUZ UNIFORME; ADAPTÁVEL PARA USO EM MESA OU PAREDE; BIVOLT SELECIONÁVEL: 110V OU 220V; ACABAMENTO: PINTURA EPÓXI, COM TRATAMENTO ANTI- FERRUGINOSO. DIMENSÕES: 50X38X14CM.	6240
825	6	UN	PAPAGAIO EM AÇO INOX 01 LITRO	6241
826	5	ROLO	PAPEL PRINT TERMO SENSÍVEL UPP100 - EXAME ULTRASSOM	6242
827	2	UN	PINÇA PROF. MEDINA P/ BIOPSIA UTERINA 24CM - 4MM...	6243
828	10	UN	PINÇA SHERON DESCARTÁVEL PARA COLPO	6244
829	5	PCT	PONTA ABRASIVA FL 2 P/ POLIMENTO DE RESINA COMPOSTA E ESMALTE C/ 10 UNID	6245
830	20	UN	PONTA DIAMANTADA CÔNICA DUPLA 1036	6246
831	20	UN	PONTA DIAMANTADA CÔNICA DUPLA 1046	6247
832	10	UN	PONTA DIAMANTADA CÔNICA EXTREMIDADE INATIVA 3082	6248
833	20	UN	PONTA DIAMANTADA CÔNICA TOPO CHAMA 3195FF	6249
834	20	PCT	PONTAS CENTRIX Nº 4 C/ 20 UNID	6250
835	4	UN	PORTA BISTURÍ EM AÇO INOXIDÁVEL Nº 3	6251
836	10	UN	PORTA MATRIZ TOFFLEMIRE	6252
837	5	CX	POSICIONADOR RADIOGRÁFICO AUTOCLAVÁVEL ADULTO - KIT C/ 6 PEÇAS + ARMAZENAMENTO	6253

838	5	CX	POSICIONADOR RADIOGRÁFICO AUTOCLAVÁVEL INFANTIL - KIT C/ 6 PEÇAS + ARMAZENAMENTO	6254
839	6	UN	RESINA COMPOSTA COR A4 Z250XT 4G	6255
840	2	CX	SERINGA CENTRIX (ESTOJO C/ 30 PONTAS SORTIDAS)	6256
841	1500	UN	SERINGA DESC.P/ INSULINA 01ML SEM AGULHA - ESCALA NUMERADA EM TRAÇOS LONGOS A CADA 10UI E A SECUNDÁRIA A CADA 2UI	6257
842	800	UNI	SERINGA DESCARTÁVEL DE 10 ML	6258
843	100	UN	SERINGA DESCARTÁVEL DE 20 ML	6259
844	4	UN	SONDA NASOENTÉRICA C/ FIO GUIA (MANDRIL)	6260
845	13	CX	SUGADOR CIRÚRGICO DESCARTÁVEL C/ 20 UNID	6261
846	30	PCT	TIRA DE LIXA ABRASIVA EM AÇO P/ REMOÇÃO DE AMÁLGAMA 6MM	6262
847	2	CX	TIRAS DE CARBONO ACCU FILM II C/ 280 UNID	6263
848	300	CX	TIRA REAGENTE P/ MEDIÇÃO DE GLICOSE (HGT) SISTEMA DE AUTO CODE C/ 50 UNI - COMPATÍVEL COM APARELHO G-TECH	6264
849	20	CX	TOUCA DESCARTÁVEL BRANCA C/ ELÁSTICO C/ 100 UNID - HIPOALÉRGICA; ALTA QUALIDADE; TAMANHO APROX.: 45X50CM	6265
850	7	UN	TUBO CIRÚRGICO DE SILICONE 202 - 5,00X10,0MM - EMBALAGEM C/ 15 METROS	6266
851	5	UN	UMIDIFICADOR DE OXIGÊNIO 250ML	6267
852	26	UN	VASELINA LÍQUIDA 1 LITRO	6268
853	10	FR	VERNIZ FLUORETADO 2,26% FLUORNIZ	6269
854	300	UN	ESCOVA ENDOCERVICAL COM EMBALAGEM INDIVIDUAL	6270
855	260	PCT	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO 100% CELULOSE, VIRGEM, EXTRA BRANCO, MACIO, ISENTO DE PRODUTOS QUÍMICOS, ALTA ABSORÇÃO, 23X21 CM, PACOTES COM 1000 FOLHAS	6271
856	155	UN	COLETOR DE MATERIAL PERFURO CORTANTE RÍGIDO DE 7 LITROS	6272
857	155	UN	COLETOR DE MATERIAL PERFURO CORTANTE RÍGIDO DE 15 LITROS	6273
858	1	UN	COLETE IMOBILIZADOR DORSAL TIPO KED (ADULTO)	6274
859	10	PCT	TIRA MATRIZ DE POLIÉSTER 120X10X0,5MM - EMBALAGEM C/ 50 TIRAS	6275
860	5	UN	COLETE PUTTI ELÁSTICO BAIXO	6276
861	5	UN	COLETE PUTTI ELÁSTICO ALTO	6277
862	2	UN	ELETRODO MULTIFUNÇÃO DESCARTÁVEL COMPATÍVEL COM CARDIOVERSOR M-SERIES ZOLL ADULTO.	6278
863	20	UN	IODO TÓPICO (LEVOPOVIDINE) LITRO.	6279

## ANEXO VII

CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13/2018 - CVC  
 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 009/2018- CVC  
 EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2018 - CVC  
 REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2018- CVC

## MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ...../2018

Aos dias do mês de do ano de , presentes de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, no Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu PRESIDENTE Sr. RUDIMAR CONTE, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR, e o MUNICÍPIO ..... , pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua ..... , inscrito no CNPJ sob nº. ...., neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. .... doravante denominado ORGÃO PARTICIPANTE, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: ..... pessoa jurídica de direito privado, situada na ..... , nº ..... , na cidade de ..... , inscrita no CNPJ sob o nº ..... , neste ato representada pelo ..... , Sr. ...., doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

## 1 CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Material ambulatorial e odontológico, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC: ..... , durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

## 2 CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

2.1 Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima

quinta.

### 3 CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 A aquisição decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 A aquisição do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 A aquisição com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 Os itens adquiridos deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3.3 A data de validade dos medicamentos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos;

### 4 CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1 O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente.

4.1.1 O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e Arquivo XML, emitida em nome/CNPJ do Órgão Participante.

4.2 O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

### 5 CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- a) Fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.
- b) Fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) Prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.
- d) Responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
- e) Enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;
- f) Lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.
- g) Acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

### 6 CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador, garantida previa defesa, aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

### 7 CLÁUSULA SETIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

7.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

7.1.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o



custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

7.1.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- a) Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e
- c) Convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

7.1.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

- a) Manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;
- b) Manter o valor de sua proposta classificada;
- c) Realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados;

7.1.4 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

## 8 CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1 O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.
- g) Não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

8.2 O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

8.3 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) Por razão de interesse público; ou
- b) A pedido do fornecedor.

## 9 CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2018 e seguintes.

9.2 O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

## 10 CLÁUSULA DÉCIMA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

10.1 A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 009/2018 – Consórcio CVC, Pregão Eletrônico nº 006/2018 – Consórcio CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 009/2018 – Consórcio CVC, realizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, Órgão Gerenciador.

## 11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

11.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 de novembro de 2018 à 31 de maio de 2019.

11.2 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

11.2.1 O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3 A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

## 12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consórcio CVC) ou para os

Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

12.2 Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

12.3 A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Inter-municipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

12.5 A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

12.5.1 Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

12.5.2 Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

12.5.3 As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VI do Edital).

12.5.4 Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item (Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

12.6 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

### 13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – TABELA DE REGISTRO DE PREÇOS

#### 13.1 Tabela de itens e preços registrados:

ITEM	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VLR UNIT.R\$
..	..	..	..	..	..
..	..	..	..	..	..

### 14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

#### 14.1 Estimativa de consumo de cada item:

**Item-Quant.:** .....; .....; .....; .....; .....; .....; .....; .....; .....; .....; .....;.....;

### 15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de

## Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas - SC, .... / ..... / 2018.

RUDIMAR CONTE

Presidente

Fornecedor		Órgão Participante
------------	--	--------------------

**CIAPS****RESOLUÇÃO Nº 84, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1769281

RESOLUÇÃO nº 84, de 10/10/2018.

Estabelece horário de trabalho ao profissional Médico do Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial – CIAPS.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CIAPS, e fundamentado nos artigos 444 e 456 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943, e nos artigos 72 e 108, IV e §§, do Regulamento do Quadro de Pessoal, aprovado pela Resolução nº 02, de 21/10/14, e

Considerando-se as deliberações adotadas na 22ª e 23ª Assembleia Geral do CIAPS e a necessidade de reorganização dos serviços da rede de saúde mental concentrada no CAPS I Microrregional, mantido pelo CIAPS, bem como a melhor cobertura e distribuição no horário de atendimento do(s) profissional(is) de medicina;

Considerando a necessidade de implementação e suporte as atividades voltadas as oficinas e grupos e que é de extrema importância para a melhora do quadro de pacientes com transtornos mentais graves, severos e persistentes;

Considerando-se a organização dos trabalhos da equipe mínima de CAPS I, estabelecida pela Portaria nº 336/2002 do Ministério da Saúde, frente ao melhor atendimento dos pacientes e a resolutividade dos casos agudizados, em crise e surtos;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Estabelecer o horário de trabalho do profissional Médico do CIAPS, a contar de dezembro de 2018, inclusive, em jornadas de cinco (05) horas de trabalho na terça-feira e cinco (05) horas de trabalho na quinta-feira, cumpridas das 08:00hs às 11:00hs, no turno matutino, e das 13:00hs às 15:00hs, no turno vespertino.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Apiúna - SC, em 10 de outubro de 2018.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente do CIAPS

**CONDER****DECRETO 06.2018 - REGULAMENTAÇÃO DO SRP - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO**

Publicação Nº 1769902

DECRETO nº 006/2018

REGULAMENTA O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PREVISTOS NO ARTIGO 15 DA LEI Nº 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993.

GENÉSIO BRESSIANI, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 15 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, no artigo 11 da Lei nº 10.520 de 17 de junho de 2002, combinado com as disposições do Decreto Federal nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e posteriores alterações,

**DECRETA:****CAPÍTULO I****DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º - As contratações de serviços e a aquisição de bens, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços - SRP, no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER obedecerão ao disposto neste Decreto.

Art. 2º - Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

I - Sistema de Registro de Preços - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

II - ata de registro de preços - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;



III - órgão gerenciador - órgão ou entidade da administração pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;

IV - órgão participante - órgão ou entidade da administração pública que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a ata de registro de preço;

V - órgão não participante - órgão ou entidade da administração pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos desta norma, faz adesão à ata de registro de preços.

VI - compra nacional - compra ou contratação de bens e serviços, em que o órgão gerenciador conduz os procedimentos para registro de preços destinado à execução descentralizada de programa, mediante prévia indicação da demanda pelos entes federados beneficiados; e

VII - órgão participante de compra nacional - órgão ou entidade da administração pública que, em razão de participação em programa é contemplado no registro de preços independente de manifestação formal.

Art. 3º - O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

## CAPÍTULO II

### DA INTENÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS

Art. 4º - Fica instituído o procedimento de Intenção de Registro de Preços - IRP, para registro e divulgação dos itens a serem licitados e para a realização dos atos previstos nos incisos II e V do caput do art. 5º e dos atos previstos no inciso II e caput do art. 6º.

§ 1º - A divulgação da intenção de registro de preços poderá ser dispensada, de forma justificada pelo órgão gerenciador.

§ 1º-A - O prazo para que outros órgãos e entidades manifestem interesse em participar de IRP será de oito dias úteis, no mínimo.

§ 2º O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional editará norma complementar para regulamentar o disposto neste artigo.

§ 3º Caberá ao órgão gerenciador da Intenção de Registro de Preços - IRP:

I - estabelecer, quando for o caso, o número máximo de participantes na IRP em conformidade com sua capacidade de gerenciamento;

II - aceitar ou recusar, justificadamente, os quantitativos considerados ínfimos ou a inclusão de novos itens;

III - deliberar quanto à inclusão posterior de participantes que não manifestaram interesse durante o período de divulgação da IRP.

§ 4º Os procedimentos constantes dos incisos II e III do § 3º serão efetivados antes da elaboração do edital e de seus anexos.

§ 5º É facultado aos entes consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional, antes de iniciar um processo licitatório, consultar as IRPs em andamento e deliberar a respeito da conveniência de sua participação.

## CAPÍTULO III

### DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

Art. 5º - Caberá ao setor de compras a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

I - registrar sua intenção de registro de preços no site do consórcio;

II - consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

III - promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;

IV - realizar pesquisa de mercado para identificação do valor estimado da licitação e, consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes, inclusive nas hipóteses previstas nos §§ 2º e 3º do art. 6º deste decreto.

V - confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e termo de referência ou projeto básico;

VI - realizar o procedimento licitatório;

VII - gerenciar a ata de registro de preços;

VIII - conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

IX - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório;

X - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

XI - autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo previsto no § 6º do art. 22 deste Decreto, respeitado o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão não participante.

§ 1º A ata de registro de preços, disponibilizada no site do consórcio poderá ser assinada por certificação digital.

§ 2º O órgão gerenciador poderá solicitar auxílio técnico aos órgãos participantes para execução das atividades previstas nos incisos III, IV e VI do caput.

## CAPÍTULO IV

### DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

Art. 6º - O Órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em realizar o registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e respectivas especificações ou termo de referência ou projeto básico, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, adequados ao registro de preços do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

I - garantir que os atos relativos a sua inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;

II - manifestar, junto ao órgão gerenciador, mediante a utilização da Intenção de Registro de Preços, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório; e

III - tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições.

§ 1º Cabe ao órgão participante aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

§ 2º No caso de compra nacional, o órgão gerenciador promoverá a divulgação da ação, a pesquisa de mercado e a consolidação da demanda dos órgãos e entidades da administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

§ 3º Na hipótese prevista no § 2º, comprovada a vantajosidade, fica facultado aos órgãos ou entidades participantes de compra nacional a execução da ata de registro de preços vinculada ao programa ou projeto federal.

§ 4º Os entes consorciados participantes de compra nacional poderão utilizar recursos de transferências legais ou voluntárias da União, vinculados aos processos ou projetos objeto de descentralização e de recursos próprios para suas demandas de aquisição no âmbito da ata de registro de preços de compra nacional.

§ 5º Caso o órgão gerenciador aceite a inclusão de novos itens, o órgão participante demandante elaborará sua especificação ou termo de referência ou projeto básico, conforme o caso, e a pesquisa de mercado, observado o disposto no art. 6º.

§ 6º Caso o órgão gerenciador aceite a inclusão de novas localidades para entrega do bem ou execução do serviço, o órgão participante responsável pela demanda elaborará, ressalvada a hipótese prevista no § 2º, pesquisa de mercado que contemple a variação de custos locais ou regionais.

## CAPÍTULO V

### DA LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS

Art. 7º - A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência, do tipo menor preço, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, ou na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 1º O julgamento por técnica e preço, na modalidade concorrência, poderá ser excepcionalmente adotado, a critério do órgão gerenciador e mediante despacho fundamentado da autoridade máxima do órgão ou entidade.

§ 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Art. 8º - O órgão gerenciador poderá dividir a quantidade total do item em lotes, quando técnica e economicamente viável, para possibilitar maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.

§ 1º No caso de serviços, a divisão considerará a unidade de medida adotada para aferição dos produtos e resultados, e será observada a demanda específica de cada órgão ou entidade participante do certame.

§ 2º Na situação prevista no § 1º, deverá ser evitada a contratação, em um mesmo órgão ou entidade, de mais de uma empresa para a execução de um mesmo serviço, em uma mesma localidade, para assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização.

Art. 9º - O edital de licitação para registro de preços observará o disposto nas Leis nº 8.666, de 1993, e nº 10.520, de 2002, e contemplará, no mínimo:

I - a especificação ou descrição do objeto, que explicitará o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

II - estimativa de quantidades a serem adquiridas pelo órgão gerenciador e órgãos participantes;

III - estimativa de quantidades a serem adquiridas por órgãos não participantes, observado o disposto no § 4º do art. 22, no caso de o órgão gerenciador admitir adesões;

IV - quantidade mínima de unidades a ser cotada, por item, no caso de bens;

V - condições quanto ao local, prazo de entrega, forma de pagamento, e nos casos de serviços, quando cabível, frequência, periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem utilizados, procedimentos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados;

VI - prazo de validade do registro de preço, observado o disposto no caput do art. 12;

VII - órgãos e entidades participantes do registro de preço;

VIII - modelos de planilhas de custo e minutas de contratos, quando cabível;

IX - penalidades por descumprimento das condições;

X - minuta da ata de registro de preços como anexo; e

XI - realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade.

§ 1º O edital poderá admitir, como critério de julgamento, o menor preço aferido pela oferta de desconto sobre tabela de preços praticados no mercado, desde que tecnicamente justificado.

§ 2º Quando o edital previr o fornecimento de bens ou prestação de serviços em locais diferentes, é facultada a exigência de apresentação de proposta diferenciada por região, de modo que aos preços sejam acrescidos custos variáveis por região.

§ 3º A estimativa a que se refere o inciso III do caput não será considerada para fins de qualificação técnica e qualificação econômico-financeira na habilitação do licitante.

§ 4º O exame e a aprovação das minutas do instrumento convocatório e do contrato serão efetuados exclusivamente pela assessoria jurídica do órgão gerenciador.

Art. 10 - Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

Parágrafo único. A apresentação de novas propostas na forma do caput não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

## CAPÍTULO VI

### DO REGISTRO DE PREÇOS E DA VALIDADE DA ATA

Art. 11 - Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

I - serão registrados na ata de registro de preços os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva;

II - será incluído, na respectiva ata na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

III - o preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no site do consórcio e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços; e

IV - a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

§ 1º O registro a que se refere o inciso II do caput tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21.

§ 2º Se houver mais de um licitante na situação de que trata o inciso II do caput, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

§ 3º A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva a que se refere o inciso II do caput será efetuada, na hipótese prevista no parágrafo único do art. 13 e quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses previstas

nos arts. 20 e 21.

§ 4º O anexo que trata o inciso II do caput consiste na ata de realização da sessão pública do pregão ou da concorrência, que conterá a informação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame.

Art. 12 - O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 1º É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 2º A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 3º Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 4º O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

#### CAPÍTULO VII

##### DA ASSINATURA DA ATA E DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS

Art. 13 - Homologado o resultado da licitação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no instrumento convocatório, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.

Parágrafo único. É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

Art. 14 - A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

Parágrafo único. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

Art. 15 - A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 16 - A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

#### CAPÍTULO VIII

##### DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Art. 17 - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 18 - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

§ 1º Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

§ 2º A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Art. 19 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

Art. 20 - O registro do fornecedor será cancelado quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

Parágrafo único. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 21 - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

#### CAPÍTULO IX

##### DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

Art. 22 - Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

§ 1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

§ 1º-A A manifestação do órgão gerenciador de que trata o § 1º fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Presidente do consórcio.

§ 1º-B O estudo de que trata o § 1º-A, após aprovação pelo órgão gerenciador, será divulgado no site do consórcio.

§ 2º Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

§ 3º As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

§ 4º O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 4º-A Na hipótese de compra nacional:

I - as aquisições ou as contratações adicionais não excederão, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes; e

II - o instrumento convocatório da compra nacional preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não excederá, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 5º Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

§ 7º Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

§ 8º É vedada aos órgãos e entidades da administração pública federal a adesão a ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade municipal, distrital ou estadual.

§ 9º É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a ata de registro de preços do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional.

§ 9º-A Sem prejuízo da observância ao disposto no § 3º, à hipótese prevista no § 9º não se aplica o disposto nos § 1º-A e § 1º-B no caso de órgãos e entidades de outros entes federativos.

§ 10. É vedada a contratação de serviços de tecnologia da informação e comunicação por meio de adesão a ata de registro de preços que não seja

I - gerenciada pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; ou

II - gerenciada por outro órgão ou entidade e previamente aprovada pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

§ 11. O disposto no § 10 não se aplica às hipóteses em que a contratação de serviços esteja vinculada ao fornecimento de bens de tecnologia da informação e comunicação constante da mesma ata de registro de preços.

#### CAPÍTULO X

#### DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 23 - o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional poderá utilizar recursos de tecnologia da informação na operacionalização do disposto neste Decreto e automatizar procedimentos de controle e atribuições dos órgãos gerenciadores e participantes.

Art. 24 - A Secretaria do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional poderá editar normas complementares a este Decreto.

Art. 25 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 26 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Miguel do Oeste/SC 08 de outubro de 2018.

Genésio Bressiani

Presidente do CONDER

Prefeito de Belmonte